



ANAI DO X ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO

**EDUCOMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A URGÊNCIA DA
PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A CIDADANIA**

Organização: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares (presidente da ABPEducom);
Dione Oliveira Moura (diretora da FAC/UnB); Claudemir Edson Viana (ECA/USP
coordenador do NCE/USP)





Organização do X Educom: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares (presidente da ABPEducom); Dione Oliveira Moura (diretora da FAC/UnB); Claudemir Edson Viana (ECA/USP coordenador do NCE/USP)

ANAIIS DO X ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO

EDUCOMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A URGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A CIDADANIA



Primeira edição, 2025.

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora.

Ficha Técnica

Apoio: Secretaria de Comunicação do Governo Federal do Brasil (SECOM); Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP (PPGCOM); Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba (BR); Cátedra de Comunicação da UNESCO e Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Instituto Palavra Aberta (IPA); Instituto Kaplún de Comunicação e Educação (Brasília, BR); Rede Salesiana Brasil; Viração Educomunicação; Revista Casa Comum; FioCruz DF.

Arte da Capa: Marcela Weigert Braga

Criação, Editoração, Diagramação e Design: Maria Eduarda Araujo Oliveira (Discente de Psicologia – IP/USP – Bolsista PUB-2025-26, projeto NCE-USP).

Comissão Científica de Avaliadores dos resumos expandidos: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares – ABPeducum, Prof. Dr. Claudemir Edson Viana - NCE-ECA-USP, Profa. Titular Dione Oliveira Moura - FAC-UnB, Profa. Dra. Ana Paula de Moraes Teixeira (UFMG), Andressa Luizão (ABPeducum), Profa. Dra. Antonia Alves (UEMT/MT, NCE-USP, ABPeducum), Prof. Dr. Antônio Nolberto de Oliveira Xavier (ABPeducum/ UESC), Profa.Dra. Arianne Porto (ABPeducum), Prof. Dr. Claudemir Edson Viana (NCE/ECA/USP), Profa. Dra. Cláudia Herte de Moraes (ABPeducum), Profa. Dra. Cristiane Parente (ABPeducum/ UnB/SECOM), Profa.Dra. Dayana Karla Melo da Silva (ECA/USP), Profa Titular Dione Oliveira Moura (FAC/UnB), Prof. Dr. Diogo Lopes de Oliveira (UFCG/ABPeducumNE), Profa. Dra. Elisangela Rodrigues da Costa (ABPeducum), Prof. Dr. Francisco de Assis Silva (UEBA/BA, ABPeducumNE), Ms. Irma Neves (ABPeducum), Prof; Dr. Joadir Antonio Foresti (ABPeducum), Ms. Joari Carvalho (ABPeducum), Profa. Josete Maria Zimmer (PMSP, ABPeducum), Prof. Dra. Lúgia Beatriz Carvalho de Almeida (UFCG/PB, ABPeducum/NCE,)Profa. Dra. Lucilene Cury (ECA/USP; NCE-USP), Prof. Dr. Marciel Consani (ECA/USP, NCE-USP), Profa. Ms. Marcela Brito (UFMT, ABPeducum), Profa. Dra. Maria José Brites (ABPeducum), Profa.Dra. Maria Rehder (Unesco/ABPeducum), Profa. Dra. Mariana Lopes (FAC/UnB), Profa. Ms. Michele Marques Pereira (ABPeducum), Prof. Dr. Maurício da Silva (NCE-USP e ABPeducum), Prof. Dr. Mário Romão Villalva Filho (Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA, ABPeducum), Profa. Dra. Merli Leal Silva (UNIPAMPA/RS), Dra. Paola Prandini (NCE-USP, ABPeducum), Profa. Dra. Patrícia Zimermann (ABPeducum, NCE-USP, IEA-USP), Prof. Dr. Rafael Guié Martini (UDESC/SC, ABPeducum Sul), Profa. Dra. Raimunda Lucineide Pinheiro (Universidade Federal do Pará), Profa. Dra. Rosane Rosa (UFMS/RS, ABPeducum Sul/), Profa. Dra. Rose Mara Pinheiro (UFMS/MS, NCE-USP, ABPeducum), Prof. Dr. Rosildo Raimundo de Brito (UFCG/PB, ABPeducum), Prof.Ms Rossini de Araujo Castro (ABPeducum), Ms. Silene de A G Lourenço (ABPeducum), Profa. Dra. Tatiana Gianordoli Teixeira (ABPeducum), Profa. Dra. Thais Brianezi (ECA/USP), Prof. Dr. Tiago Silvio Dedoné (ABPeducum), Profa. Dra. Vera Lucia Spacil Raddarz (UFRS/RS).

Comissão Editorial de organização dos Anais: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares – ABPeducum, Prof. Dr. Claudemir Edson Viana - NCE-ECA-USP, Profa. Titular Dione Oliveira



Moura - FAC-UnB. Profa. Dra. Raija Maria Vanderlei de Almeida (UFPB, Diretora de Cultura da ABPeducom). Claudineia Edna Vianna Guidetti (secretaria ABPeducom).

Patrocínio: ABPeducom; NCE-USP; Departamento de Comunicações e Artes (ECA/SP); Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília FAC-UnB; Estúdio Cais Projetos de Interesse Público; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES/MEC - Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP/20243075293P); Iandê Comunicação e Educação; Rede Biota Cerrado; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Todos os direitos reservados à ABPeducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação—www.abpeducom.org.br.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo

qualquer uso para fins comerciais

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

E56 Encontro Brasileiro de Educomunicação (10.: 2024: Brasília, DF)

Anais do X Encontro Brasileiro de Educomunicação [recurso eletrônico]:
educomunicação nas políticas públicas: a urgência da participação social
para a cidadania / organização Ismar de Oliveira Soares, Dione Oliveira Moura,
Claudemir Edson Viana. – São Paulo: CCA/ECA/USP: NCE/USP: APB Educom;
Brasília: FAC/UnB, 2025.

PDF (1360 p.)

Trabalhos apresentados no encontro realizado de 21 a 23 de novembro de 2024.

ISBN 978-85-7205-322-8

1. Educomunicação - Congressos. I. Soares, Ismar de Oliveira. II. Moura, Dione
Oliveira. III. Viana, Claudemir Edson. IV. Título.

CDD 23. ed. – 302.23

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado

CRB-8/6194

SUMÁRIO

Apresentação	08
Programação do X Educom	14
Gestão da Comunicação	48
Educação Midiática	155
Mediação Tecnológica	429
Expressão Comunicativa por Meio da Arte	644
Produção Midiática	753
Reflexão Epistemológica	820
Assistência Social e Educomunicação	908
Saúde e Educomunicação	930
Educomunicação Socioambiental	1020
Educomunicação e Decolonialidades	1189

APRESENTAÇÃO

ANAIS DO X ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO

EDUCOMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A URGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A CIDADANIA

O *X Encontro Brasileiro de Educomunicação (X Educom)* ocorrido em Brasília, entre 21 e 23 de novembro de 2024, representou um marco na história dos eventos sobre Educomunicação realizados no Brasil, nas últimas décadas. Inicialmente, lembramos que o Encontro ocorreu na casa de Darci Ribeiro – a Universidade Nacional de Brasília – sob a inspiração de um dos pioneiros na aproximação da educação ao universo da comunicação, especialmente por haver valorizado a presença crítica do audiovisual nos espaços escolares.

Por outro lado, o X Educom, realizado justamente no espaço onde decisões que impactam a sociedade brasileira são tomadas diariamente, trouxe para a análise dos participantes o tema da “Educomunicação nas Políticas Públicas”, refletindo explicitamente sobre “a urgência da participação social para a cidadania”.

Para tanto, a programação partiu da realidade representada pelo acolhimento ao conceito e à prática da Educomunicação por parte de instâncias do poder público, no Brasil, em níveis municipal, estadual e nacional, em âmbitos como os da comunicação, educação, cultura, sustentabilidade, saúde, assistência social dentre outros, examinando, em decorrência, as modalidades dos programas existentes, tendo como eixo transversal a qualidade da formação das presentes e futuras gerações para uma participação social voltada à consolidação da cidadania plena, sustentada nos princípios que garantem o direito universal à comunicação.

Promotores e Apoiadores

O **X Educom** representou uma iniciativa da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) que ganhou corpo a partir das parcerias com o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), com o Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes (CCA-ECA/USP) e, especialmente, com a Faculdade de Comunicação da Universidade Nacional de Brasília (FAC/UnB) que sediou o evento.

Para sua plena realização, o Encontro contou com a efetiva colaboração do setor público, representado (I) pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM); (II) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); (III) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); (IV) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) - Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP/20243075293P); e (V) pela Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT).

Colaboraram, de igual forma, instituições acadêmicas como (I) o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP (PPGCOM); (II) a Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande (FCS-UFCG, PB), e (III) a Cátedra de Comunicação da UNESCO sediada na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

O evento contou, igualmente, com a ativa presença em sua implementação por parte de organizações do terceiro setor, nomeadamente: (I) o Estúdio Cais Projetos de Interesse Público, (II) a Rede Biota Cerrado; (III) a Iandê Comunicação e Educação, (IV) o Instituto Palavra Aberta (IPA); (V) o Instituto Kaplún de Comunicação e Educação (Brasília, BR); (VI) a Rede Salesiana Brasil, a (VII) Viração Educomunicação; (VIII) a Revista Casa Comum, (IX) a FioCruz DF, dentre outros.

Estrutura

A programação do **X Educom** apresentou uma rica programação, realizada tanto presencialmente quanto mediante o uso de uma plataforma virtual, tendo sido composta pela **Cerimônia de Abertura** (que, além de reunir no dia 21/11 os representantes das entidades promotoras, contou com uma manifestação de jovens de diferentes partes do país), seguida, nos dias 22 e 23/11, por sete **Mesas-Redondas** (sobre temas como comunicação e cidadania, educação midiática e decolonialidade); oito **Painéis** (com foco em infância, sustentabilidade e políticas educacionais em espaços públicos e privados); quatro **Oficinas Práticas**, além de dez **Grupos de Trabalho**, com a apresentação online de 65 *papers*, articulados a partir das sete Áreas de Intervenção Social da Educomunicação, bem como dos três Espaços Sociais de Implementação desta prática (no caso, as áreas da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente).

Políticas Públicas e Intervenções Internacionais

O tema central do evento foi trabalhado com atenção voltada para a prática educacional, contemplando, de um lado, as políticas públicas voltadas ao campo, implementadas – a título de exemplo - pelo Ministério do Meio Ambiente (em nível nacional), pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul (SEAD-MS) e pela Prefeitura de São Paulo (PMSP), e de outro, por ações como os projetos educacionais mantidos por instituições como a Rede Salesiana Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a TAO Produções Artísticas, a Revista Viação, a Revista Casa comum, entre outros. Os palestrantes tomaram em conta, igualmente, as mediações possibilitadas pelas tecnologias na construção dos ecossistemas comunicativos, destacando a evolução epistemológica do conceito e sua aplicabilidade a projetos voltados para a participação social nos âmbitos tanto da educação formal quanto da não formal.

A conexão internacional fez-se presente, de modo particular, na sexta Mesa Redonda, dedicada à análise das práticas educacionais e de educação midiática na América Latina, que se caracterizam – segundo os depoimentos - por fortalecer a democracia sob a perspectiva do conceito de *Buen Vivir*. Para tanto, esta atividade contou com a participação de reconhecidos especialistas, como **Adalid Contreras**,

da Universidade Andina Simón Bolívar (Bolívia); **Silvia Bacher**, da Argentina, representante para a América Latina da Aliança Global para Educação Midiática, da UNESCO; **Alma Montoya**, do Grupo Comunicarte (Colômbia), **Ana Montero** da Universidad de la República Oriental (Uruguai), **Bettina A. Martino**, da Universidade Nacional de Cuyo (Argentina) e **Grécia Rodriguez** da Universidade do Minho (Portugal). A coordenação da mesa ficou por conta do Prof. Roberto Chiachiri representante da Cátedra Comunicação da UNESCO, articulada com a Universidade Metodista de São Paulo.

É importante lembrar, igualmente, a intervenção de **Carlos Ferraro** (Argentina), Presidente de SIGNIS – América Latina y Caribe (com base em Quito, Equador), ao apresentar o *Projeto “Plataforma e Rede Educom”, com levantamento das iniciativas educacionais do continente e que se encontra, no momento, em processo de atualização*. Por sua vez, o pesquisador **Jaime Carill** (Universidade de Santiago, Chile), presente fisicamente no evento, que apresentou o recém-criado CELAEC “Centro Latinoamericano de Educomunicação e Cidadania”. Por sua parte, a professora **Carmen Marta Lazo**, da Universidade de Saragoza conversou ao vivo com os participantes do X Educom, na sessão de encerramento, fazendo uso de uma plataforma digital, transmitindo uma mensagem de incentivo dos educadores espanhóis aos pesquisadores e profissionais da Educomunicação do Brasil. O evento contou, ainda, com a presença internacional de **Paola Prandini**, diretamente de Moçambique, falando sobre a luta pelas igualdades sociais, no Brasil e na África, através da Educomunicação.

O Espaço da Juventude

O **X Educom** destacou-se pela oferta de espaço a manifestações da juventude. Foi o que ocorreu, como já referido, na sessão de abertura do evento, momento em que um vídeo-manifesto elaborado por jovens de diferentes partes do país, evidenciou a potência das novas gerações na prática educacional. Mais adiante, já no corpo da programação, uma série de atividades chamaram a atenção, como a oficina “Bora Lá! Juventudes contra as desigualdades”.

Se as oficinas foram animadas, os jogos mexeram com a cabeça dos participantes do X Educom, principalmente dos integrantes do “Memórias em Rede”

(Instituto Devir de Santos-SP) e “Arena 3 TV” (Sobradinho-DF). Destacaram-se, nesta linha, os jogos “Fato ou Fake” e “Letramento Publicitário e Educação Midiático”, apresentados pela Fiocruz (unidade de Brasília), desafiando os meninos e meninas a refletirem sobre questões sobre saúde e publicidade, gerando debates ricos e complexos de uma maneira lúdica e divertida.

Além de jogar, os jovens encontraram-se para uma “assembleia adolescente”, onde puderam conversar e trocar experiências educacionais. Por outro lado, o contato entre os jovens foi potencializado com a “Cobertura Educacional”, que permitiu que os jovens repórteres narrassem, a partir de seus olhares, o que acontecia de mais significativo no encontro.

E a atuação de muitos jovens, estudantes das Escola de Comunicações e Artes da USP (inclusive com uma caravana de 10 estudantes da ECA que foram levados de São Paulo para Brasília) e da Faculdade de Comunicação da UnB, foi marcante. Como mediadores de salas virtuais, na organização dos momentos de lanche e confraternização, na monitoria de oficinas e painéis, na complexa rede de registros, produções de diversos tipos de materiais digitais, e divulgação em tempo real durante o evento, muito disso foi possível graças ao envolvimento e compromisso da juventude participante.

Peculiaridades e o Prêmio Mariazinha Fusari

Três atividades se destacaram na programação do X Educom, a saber: (I) a “Conversa com os Autores” de 13 livros e e-books relacionados com a Educação e (2) a exposição “Memórias da Comunicação Popular e Comunitária – 100 anos de Mario Kaplún e Ana Hirsz”, uma iniciativa do Coletivo ComFreire, Iandê Comunicação e Educação e dos 50 anos do PPG FAC/UnB e FAC/UnB e (III) a entrega do Prêmio Mariazinha Fusari. Em relação ao prêmio, foram vencedores: Paola Prandini, na categoria de Pesquisa; Isabel Pereira dos Santos (in memoriam), na categoria Ação Profissional e, por fim, o Instituto Devir Educom (representado pelos jovens do projeto Memórias em Rede - Santos-SP), na categoria Ação Institucional.

Anais

O presente e-book, com os **Anais do X Educom**, está organizado em duas partes. A primeira é constituída pelo programa do evento com as ementas e a estrutura do Encontro; já a segunda, é dedicada aos trabalhos que foram apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs), de modo virtual, e a partir dos Resumos Expandidos aprovados pela Comissão Científica do Evento. Assim, seguindo a estrutura dos GTs organizados em dez (10) eixos temáticos, os trabalhos aparecem na ordem de dia e de número em que foram inseridos na programação do evento.

Ao dar a público os **Anais do X Educom**, as entidades organizadoras deste singular espaço de debate público têm como objetivo contribuir para a difusão da contribuição que um qualificado número de pesquisadores da Educomunicação ofereceu para o entendimento e o fortalecimento das políticas que têm garantido espaço para a expansão do conceito e da prática educomunicativa, em todo o território brasileiro.

Ao finalizar a apresentação destes **Anais**, vimos agradecer a todos os gestores, profissionais e pesquisadores de cada uma das entidades promotoras e apoiadoras, bem como aos estudantes das universidades envolvidas na preparação e a realização do **X Encontro Brasileiro de Educomunicação**, atribuindo-lhes, por mérito, o sucesso deste evento.

Brasília, novembro de 2025.

Ismar de Oliveira Soares (Presidente da ABPEducom),

Dione Oliveira Moura (Diretora da FAC/UnB) e

Claudemir Edson Viana (ECA/USP; Coordenador Geral do NCE/USP).

PROGRAMAÇÃO

X EDUCOM

21 DE NOVEMBRO DE 2024

MANHÃ - ABERTURA E MESA REDONDA I (08H30-13H30)

Local: Auditório Pompeu de Sousa (Subsolo da FAC/UnB); Modalidade Presencial com transmissão pela plataforma do evento e canal do YouTube da ABPEducom.

I – (08H30 – 09H) BOAS-VINDAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA (08H30 – 09H)

Profa. Dra. **Dione Oliveira Moura** (FAC-UnB), Prof. Dr. Ismar Soares (ABPEducom), Prof. Dr. **Claudemir E Viana** (NCE e ECA-USP)

II - (09H – 10H) MANIFESTAÇÃO DE JOVENS DE DIFERENTES PARTES DO BRASIL SOBRE POLÍTICAS DE EDUCOMUNICAÇÃO

Coordenação: Profa. Dra. **Dione Oliveira Moura** (FAC-UnB)

III - (10h–13h30) - MESA REDONDA I – A Gestão de processos de mobilização social para a cidadania: a prática educ comunicativa

(Modalidade presencial com transmissão pela plataforma do evento).

Ementa: A primeira Mesa Redonda volta-se para uma das áreas da Educomunicação, destacando o impacto da Gestão sobre a natureza dialógica das práticas comunicativas, debatendo em particular sobre os processos de escuta e sua aplicabilidade às práticas que envolvem a juventude e a formação para prestação de serviços à população.

Coordenação: Prof. Dr. **Claudemir E Viana** (Licenciatura em Educomunicação e NCE / ECA-USP)

Subtemas e expositores:

1º. Educomunicação nas Políticas Públicas: a urgência da participação social para a cidadania - Prof. Dr. **Ismar Soares** (NCE, ABPEducom).

2º. A escuta como problema de gestão dos processos comunicativos: o ponto de vista dos jovens. Dra. **Lilian Romão** (ABPEducom).

3º. A mobilização educ comunicativa da juventude escolar brasileira no contexto da Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente (MCTI-MMA-MEC) - Profa. Dra. **Rachel Trajber** (CEMADEN/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)

4º. O necessário envolvimento do público jovem na educomunicação para educação midiática - Profa. Dra. **Carina Flexor** (FAC/UnB); **Renata Othon** (FAC/UnB)

5º. A Educomunicação como política pública da rede municipal de educação de São Paulo - **Carlos Lima** (SME-PMSP)

TARDE - PAINÉIS 01 e 02 (13h30-15h30)

Modalidade a distância com transmissão pela plataforma do evento.

I - PAINEL 01: INTERCONEXÕES GEOGRÁFICAS: OS CAMINHOS DA EDUCOMUNICAÇÃO PELO MUNDO

Ementa: O primeiro painel volta-se para os caminhos percorridos pela prática educ comunicativa, tanto em termos geográficos quanto em termos teórico-pedagógicos (articulações entre diferentes tipos de letramentos), envolvendo profissionais, militantes e pesquisadores de diferentes áreas (do jornalismo alternativo, do meio universitário e do campo da educação).

Coordenação: Paulo Lima (Viração Educomunicação Internacional)

Subtemas e expositores:

1º. *Educomunicação e juventude, com interconexões Brasil-Europa* - **Juliane Cruz** (Viração Internacional)

2º. *Educomunicação com programas de interconexões Brasil-África* - projetos em Moçambique e África do Sul.

- Profa. Dra. **Rosane Rosa** (UFSM), Prof. Dr. **Toni André Scharlau Vieira** (UFPR) e Profa. Dra. **Paola Prandini** (NCE-USP, ABPEducom).

3º. *Educomunicação e juventude no universo dos povos originários* - Educom.Guarani-Prof. Dr. **Mário Romão** (UNILA)

II - PAINEL 02 - INTERCONEXÕES ÍBERO-AMERICANAS: AL E PORTUGAL)

Modalidade a distância com transmissão pela plataforma do evento

Ementa: O painel tem como objetivo apresentar relatos sobre articulação de ações educ comunicativas, no âmbito Iberoamericano, à luz do projeto pedagógico de Mario Kaplún, contemplando esforços pioneiros de articulação de práticas e de saberes.

Coordenação: Prof. Dr. Jaime Alberto Carril Rojas (CELAEC)

Subtemas e expositores:

- 1º. *Uma pedagogia da comunicação para a América Latina: o papel de Mario Kaplún* - Profa. Dra. **Ana Montero** - Universidad de la República Oriental del Uruguay (Udelar), Rivera, Uruguai.
- 2º. *Uma Rede de Educomunicação na América Latina: O Projeto “Plataforma e Rede Educom”, em processo de atualização.* Prof. Dr. **Carlos Ferraro**, Argentina, Presidente de SIGNIS – América Latina y Caribe (com base em Quito, Equador).
- 3º. *¿Enseñar o hacer comunicación? La enseñanza de la comunicación en escuelas secundarias en Mendoza, Argentina.* Profa. Dra. **Bettina A. Martino** - Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Argentina.
- 4º. *Educomunicação e diálogo de saberes nas periferias de São Paulo e Medellín* – Ms. **Juliana Salles de Souza** (PROLAM – USP) Brasil.
- 5º. *Educomunicação e infância: Projeto “Soy Niño, Sou Criança”, diálogos entre experiências na Venezuela e Portugal* – Profa. Dra. **Grécia Rodriguez** (Universidade do Minho, Portugal).

TARDE (21/11/24) - OFICINAS 01 e 02 (13h30-15h30)

Modalidade: presencial

I - OFICINA 01 - Trilhas de Saberes - Mauricio Silva - Revista Casa Comum/ABPEducom.

Ementa: A oficina destina-se a apresentar o suplemento temático-pedagógico intitulado “Trilhas de Saberes” que acompanha a Revista Casa Comum, editada pela comunidade franciscana do Brasil. O roteiro de debates, produzido a partir de uma parceria do veículo com a ABPEducom, objetiva oferecer às comunidades um momento de partilha dos diferentes materiais que compõem cada nova edição, facilitando a compreensão do conteúdo disponibilizado e inspirando possíveis mobilizações em torno a temas locais de interesse comum.

II - OFICINA 02 - Jogo "Bora lá! Juventudes contra as desigualdades" - Daniele Próspero - Estúdio Cais Projetos de Interesse Público.

Ementa: os(as) participantes poderão conhecer a metodologia educacional aplicada no desenvolvimento do jogo "Bora lá! Juventudes contra as desigualdades", resultado de uma construção colaborativa com as juventudes brasileiras. O jogo de tabuleiro tem como proposta gerar e disseminar conhecimentos sobre as desigualdades sociais que afetam as juventudes no Brasil e incentivar a realização coletiva de ações de mobilização e engajamento para enfrentar as injustiças presentes em territórios diversos.

TARDE (21/11/24) - JOGOS - LIGA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E LETRAMENTO PUBLICITÁRIO (14h00-15h; 15h-16h)

Laboratório de Publicidade Propaganda (Mezanino da FAC/UnB); Modalidade presencial.

Mediação: **Sabrina Nogueira** - Publicitária

I - (14h-15h) Jogo Fato ou Fake - Como evitar Fake News em temas de saúde (Parceria com Fiocruz Brasília);

II - (15h-16h) Jogo Antenados - Letramento Publicitário e Educação Midiático;

TARDE (21/11/24) - GRUPOS DE TRABALHO (15h30-17h)

Modalidade a distância.

GT 1.1 - [GESTÃO DA COMUNICAÇÃO] - Inclusão, Permanência e Inovação no Ensino Superior

GT 1.1. 1 - A comunicação organizacional como serviço a favor da inclusão das PCDs na UFRN

Autores: Lucas Rodrigues Félix, Leidimar de Araujo Azevedo

GT 1.1. 2 - TED E IES Públicas: Um Círculo virtuoso para formação e permanência discente

Autores: Cristiane Dall’Cortivo Lebler, Elizandro Maurício Brick, Marcelo Gules Borges

GT 1.1. 3 - Floresta Edições: Editora Extensionista e Educomunicativa

Autores: Marya Eduarda Marcondes da Silva Detogni

GT 1.1.4 - Programa de Extensão Educomunicação Rondônia

Autora: Evelyn Iris Leite Morales Conde

GT 1.1.5 - O Núcleo de Educomunicação com os cursos de Pedagogia e Jornalismo na UNEB

Autora: Edilane Carvalho Teles

GT 1.1.6 - Imagens como pontes: ilustrações científicas e seu potencial educador

Autora: Isabela Xavier

GT 1.2 - [GESTÃO DA COMUNICAÇÃO] - Jogos, Políticas e Parcerias para Transformação Social

GT 1.2.1 - Jogos na educação: uma análise do currículo paulista

Autor: Pedro Maia Veiga

GT 1.2.2 - Justiça e cidadão: a educação como caminho para a garantia de direitos

Autora: Ana Livia Nogueira Chagas

GT 1.2.3 - A gestão da comunicação na implementação do Novo Ensino Médio no Distrito Federal

Autor: João Lucas Bezerra Amaral

GT 1.2.4 - Educação e a política pública institucionalizada: potencial no ensino formal

Autora: Angélica Lisboa de Oliveira

GT 1.2.5 - Educação em parceria: Universidade do Estado Bahia e a Escola Estadual Hildete Lomanto

Autor: Francisco de Assis Silva

GT 2.1 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Docência, TICs e Combate à Desinformação

GT 2.1.1 - Competências midiáticas na educação: a perspectiva de docentes-mediadores

Autor: Bruno de Oliveira Ferreira

GT 2.1.2 - Educação e TICs no Brasil: a 5ª competência geral da BNCC e os ODS

Autora: Priscilla Radighieri

GT 2.1.3 - Comunicação e educação: A prática de um videocast sobre a escrita na aprendizagem no contexto da era digital

Autora: Ranice Dulce Trapp

GT 2.1.4 - Desafios e resultados de um programa de formação docente em educação midiática: o estudo de caso do EducaMídia

Autora: Mariana Ochs

GT 2.1.5 - Combate à Desinformação: Abordagens Éticas, Educativas e Tecnológicas

Autora: Rosane Rosa

GT 2.2 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Combate à Desinformação: Experiências em Áudio, Clima e Agenda 2030

GT 2.2.1 - O tempo voa: Uma experiência Educomunicativa na produção de uma radionovela

Autores: Luiza Rorato de Oliveira, Caroline Valente Comassetto

GT 2.2.2 - Como Portugal atua no combate à desinformação pela educomunicação

Autores: Ivone Rocha, Rita Paulino

GT 2.2.3 - Cidades Metropolitanas 2030: educação midiática para a implementação da Agenda 2030

Autores: Fernanda Brugnerotto Soares, Paulo A. de Sousa Marquêz, Paulo Celso da Silva

GT 2.2.4 - Educação midiática e ciência: Armas da lupa contra a desinformação climática

Autores: David da Silva Brito Júnior, Ligia Beatriz Carvalho de Almeida

GT 2.2.5 - Projeto de oficinas acessíveis na disciplina linguagem sonora

Autores: Jorge Leandro Martins Sousa, Gabriel Gustavo Carneiro Braga, Rosinete de Jesus Silva Ferreira

GT 2.3 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Jornalismo, Redes e Letramento em Contextos Diversos

GT 2.3.1 - Educomunicação na prática jornalística vs gamificação na propagação de fake news

Autores: Dickson de Oliveira Tavares, Marcelo Bolshaw Gomes

GT 2.3.2 - ETC & TAL: o processo de construção de redes e comunidades através de um podcast

Autores: Sylmara Durans Diniz, Jefferson Saylon Lima de Sousa, Ramon Bezerra Costa

GT 2.3.3 - O aplicativo instagram como mediador para divulgação de produções educacionais

Autores: Rosinete de Jesus Silva Ferreira, Rafaela Pinho Melo De Carvalho

GT 2.3.4 - Educomunicação e Letramento Racial: estratégias em contextos de vulnerabilidade

Autores: Filomena Maria Avelina Bomfim, Bianca Guedes Martins De Moura

GT 2.4 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - História, Inclusão e Diálogo em Tempos Eleitorais

GT 2.4.1 - Interfaces entre Educomunicação e História: análise de telenovelas da década de 1970 em sala de aula

Autores: Emília Grizende Garcia, Cássia Rita Louro Palha

GT 2.4.2 - Direitos humanos digitais e educomunicação: O uso das redes sociais digitais por crianças e adolescentes no contexto do capitalismo de vigilância

Autores: Laís Bueno Tonin, Dércio Fernando Moraes Ferrari, Arthur Bueno Tonin

GT 2.4.3 - Formação de professores surdos: educomunicação, cinema e diálogo

Autores: Ericler Gutierrez, Ednalva G. Rodrigues, Cleonara Maria Schwartz

GT 2.4.4 - Clube de leitura audiovisual: uma proposta educ comunicativa para a educação midiática

Autores: Vanessa C. Martins, Cláudia de A. Thomé, Filomena Maria Avelina Bomfim

GT 2.5 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Jogos, Redes Sociais e Formação Docente

GT 2.5.1 - Bora lá: juventudes contra as desigualdades”: jogo educ comunicativo propõe reflexões sobre os direitos dos(as) jovens e incentiva a participação social

Autores: Daniele Próspero, Rodrigo Bueno

GT 2.5.2 - Gameficação e Educação Midiática: criação de um jogo para o combate às Fake News

Autores: Milene Martins, Renato de Aquino Lopes

GT 2.5.3 - Rádio e Web Rádio como Ferramentas de Ensino de Direitos à Sociedade

Autores: Rubem José Sampaio

GT 2.5.4 - Desafios e Oportunidades da Educação Midiática no Instagram

Autores: Alice Melo Xavier, Celestino Joanguete

GT 2.5.5 - A premência da Educação midiática e da Educomunicação na formação de professores de Biologia

Autor: Eloisa Assunção de Melo Lopes

GT 3.1 - [MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Newsgames, Rádio e Cultura Digital nas Escolas

GT 3.1.1 - Rádio Fala Pedrinho no ar: Quando a escola pública convida a universidade para desenvolver Comunicação na Educação

Autora: Elis Rejane Santana Da Silva

GT 3.1.2 - Rádio Escola: uma prática educ comunicativa no município de Vitória/ES

Autora: Fátima Dias da Mota

GT 3.1.3 - Projeto Fábrica de Livros da Tarsila: educação, cultura maker e educomunicação

Autores: Fabiana Wanrhath Jacopucci

GT 3.2 - [MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Smartphones, Transmídia e Práticas Educ comunicativas

GT 3.2.1 - Smartphone Como Manobra Educ comunicativa em Sala de Aula

Autores: José G, Meneses Sousa, Raphael G, de Sousa, Rosinete de Jesus S. Ferreira

GT 3.2.2 - Práticas educ comunicativas no ensino, pesquisa e extensão do IFCE – Acaraú

Autora: Amauricia Lopes Rocha Brandão

GT 3.2.3 - Os 10 anos do LEFEM: uma história de produções multiletradas na Educação Física

Autores: Laura Viana Fernandes, Rafael de Góis Tinôco

GT 3.2.4 - Compartilhar Tesouros: Práticas Educomunicativas e Padrões Abertos

Autores: Bruno Daniel Bortoleto, Marciel A. Consani

GT 3.2.5 - Transmídia storytelling em aulas de literatura: articulações entre letramentos

Autores: Dezwith Alves de Barros, Leticia Sena de Oliveira Barros

GT 3.3 - [MEDIACÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Jogos, TikTok e Podcasts na Mediação Educacional

GT 3.3.1 - Alfabetização científica em mídia digital na universidade das crianças UFV

Autores: Priscila R. Silveira, Rita Márcia Andrade V. de Mello, Mateus José dos Santos

GT 3.3.2 - Reflexões educomunicativas sobre o TIK TOK

Autores: Rafaela Pinho Melo de Carvalho, Rosinete de Jesus Silva Ferreira

GT 3.3.3 - La liga de los desafíos, un juego de cartas híbrido para promover competencias

Autor: Manuel Larrosa Bove

GT 3.3.4 - Jogos digitais como mediação para o ensino de química

Autor: Diuly Pereira Tófolo

GT 3.3.5 - Podcast Fala Curumim Diadema: crianças ensinam a enfrentar o bullying na escola

Autores: Roberto Joaquim de Oliveira, Ana Lucia Sanches, Bete Marques

GT 3.4 - [MEDIACÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Imprensa Surda, GPT e Educação Crítica nas Escolas

GT 3.4.1 - Imprensa Surda: Um novo olhar para a mídia e para si mesmo

Autores: Rossini de A. Castro, Guimarães, A., Marcela F. Nogueira, Rosilda Dos Santos,

GT 3.4.2 - Educação conectada e os desafios das práticas nas escolas

Autora: Ivonilda das Neves

GT 3.4.3 - A Construção de uma Sala de Aula Educomunicativa em Tempos de GPT

Autores: Carlos A. Coletto Burger, Carlos H. da Costa Barreto, Taís Steffenello Ghisleni

GT 3.4.4 - Educação Midiática e Tecnologias Digitais: Uma Ferramenta para a Formação Crítica e Cidadã

Autores: Marta Melo de Araújo, Ronaldo Nunes Linhares

GT 3.4.5 - Educomunicação através do ensino de arte: Linguagem audiovisual na escola pública

Autora: Adrielle Silva Pinheiro

GT 4.1 - [EXPRESSÃO COMUNICATIVA POR MEIO DA ARTE] - Teatro, Moradia e IA como Ferramentas de Expressão e Inclusão

GT 4.1.1 - EAD x Teatro Online Síncrono: Educomunicação na formação de espectadores ativos

Autor: Gabriel Fontoura Motta

GT 4.1.2 - Era o Hotel Cambridge: Educomunicação e o diálogo sobre moradia em São Paulo

Autora: Laura Resende

GT 4.1.3 - Vivência educ comunicativa com “UZ CRIAS” na periferia da comunidade São Francisco

Autora: Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil

GT 4.1.4 - Inteligência Artificial e Educomunicação: Explorando Adaptações Literárias

Autores: Luiza Gabriela S. Pereira, Graziela F. Knoll, Carlos A. C Burger, Taís S, Ghisleni

GT 4.2 - [EXPRESSÃO COMUNICATIVA POR MEIO DA ARTE] - Escrita Criativa, Cinema e Cultura Digital na Educação Comunicativa

GT 4.2.1 - A Educomunicação presente no projeto Estudos em Escrita Criativa Social

Autora: Gabriela da Silva Malara

GT 4.2.2 - Cine Periferia: O audiovisual como processo comunicativo na construção da cidadania

Autores: Silvia Aparecida Do Carmo Rangel

GT 4.2.3 - Diálogo entre linguagens: Intervenção pedagógica com jogos teatrais

Autores: Vivian A, dos Reis, Maria A, Saccol da Costa, Noemi Boer, Taís S. Ghisleni

GT 4.2.4 - O papel do Digital Mundo Miraira na educação e na preservação cultural cearense

Autor: Alison V. Marques

GT 5.1 - [PRODUÇÃO MUDIÁTICA] - Fortalecendo a Cidadania e a Alfabetização Digital

GT 5.1.1 -Foca na Urna. A Educomunicação como estímulo à cidadania política entre os jovens

Autora: Vanessa Vantine

GT 5.1.2 - Momento Olímpico – A Série: áudio criativo e educação midiática

Autor: Jefferson Saylon Lima de Sousa

GT 5.1.3 - Alfabetização midiática e informacional: Uma proposta de aprendizado do @YouTube Edu

Autores: Amanda Ganzarolli, Camila Escudero

GT 5.1.4 - Produção midiática do podcast Qualidade É! no Ensino Médio do Estado de São Paulo

Autores: Mickael da S. Andrade dos Santos, Claudemir Edson Viana

GT 5.2 - [PRODUÇÃO MIDIÁTICA] - Colaboração e Criatividade na Educação

GT 5.2.1 - Educomunicação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Rondônia

Autores: Alinne N. M. Pestana, Evelyn Iris L. M, Conde, João Victor de A. Nascimento, Joshua R. Lacerda

GT 5.2.2 - Educomunicação e a criatividade no PISA: reflexões sobre a escola

Autora: Marcela Cristiane Ribeiro Brito

GT 5.2.3 - Ana Mae Barbosa no Roda Viva: Reflexões sobre a Arte/Educação pós-modernista

Autor: Isac dos Santos Pereira

GT 5.2.4 - Educomunicação Possível Comunicação e Expressão dos Estudantes por Meio do STOP MOTION

Autores: Marta Russo Friedericks, Claudemir Edson Viana

GT 6.1 - [REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA] - Bibliotecas, Juventudes e Processos de Mediação

GT 6.1.1 - A biblioteca inserida ao ecossistema educacional

Autores: Clériston Ribeiro Ramos, Deise Parula

GT 6.1.2 - Entrelaçamentos entre comunicação, educação e midiaticidade para a Educomunicação

Autores: Macri Elaine Colombo, Vinícius José Biazotti Sabino

GT 6.1.3 - Educomunicação como voz das juventudes: a experiência do Voz de All e o protagonismo juvenil

Autores: Rafael Sad Assis Corrêa, Roberto Chiachiri

GT 6.1.4 - Do processo à processualidade da mediação na ação educacional

Autores: Hericley Serejo Santos, Vania Maria Torres Costa

GT 6.1.5 - A Educomunicação e a lei 14.533: eixo de capacitação e especialização digital

Autores: Thalita Oliveira Gonçalves, Marcelo Bolshaw Gomes

GT 6.2 - [REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA] - Formação, Práticas Regionais e Pedagogia Emancipatória

GT 6.2.1 - Mapeamento de práticas educacionais na Região Norte

Autores: Ingrid Gomes, Ana Luiza Viana Santos

GT 6.2.2 - Potencialidades da Educomunicação na Formação da(o) Pedagoga(o)

Autores: Marcos Vinicius Cavalcante Dos Santos, Edilane Carvalho Teles

GT 6.2.3 - Abordagens educomunicativas no Semiárido: uma análise das produções científicas

Autores: Edielson Teixeira Mota, Edilane Carvalho Teles

GT 8.1 - [SAÚDE E EDUCOMUNICAÇÃO] - Mobilização Social, Vacinação e Inovações no SUS e COVID-19

GT 8.1.1 - Educação em Saúde: a Educomunicação como tecnologia de mobilização social

Autores: Jade Gonçalves Castilho Leite, Claudemir Edson Viana

GT 8.1.2 - Educomunicação e a Vacinação do HPV: do Instagram ao olhar dos jovens

Autores: Tito Livio Cardoso Barreto, Aline Guio Cavaca

GT 8.1.3 - Educomunicação e Saúde: Desenvolvimento de contextos criativos no SUS

Autores: Aline G. Cavaca, Isabella M. de Oliveira, Tatiany Volker, Flavia T. S. Elias, Luciana Sepúlveda Köptcke, Claudemir E. Viana

GT 8.1.4 - Aplicativo de mensagens instantâneas na educomunicação em saúde

Autores: Joildes Zacarias Pereira dos Santos, Aline Guio Cavaca, Jocenildes Zacarias Santos

GT 8.1.5 - Educomunicação e Saúde: impacto do Programa Câmara Saúde na Pandemia de COVID-19

Autores: Paulo A. de Sousa Marquêz, Fábio H. Mascarenhas, Priscilla M. Radighieri

GT 8.2 - [SAÚDE E EDUCOMUNICAÇÃO] - IST's, Reabilitação e Jogos no Ensino sobre o SUS

GT 8.2.1 - 2ª Conferência Nacional de Comunicação e Saúde e sua dimensão educomunicativa

Autores: Debora Freitas de O. Pinheiro, Carinne B. Fonseca, Francisco A Gondim Silva

GT 8.2.2 - Posithivas: Educomunicação para saúde com mulheres que vivem com HIV

Autores: Thainá Kedzierski, Aline Guio Cavaca, Dulce Aurélia de Souza Ferraz

GT 8.2.3 - Ferramentas pedagógicas e a reabilitação pós acidente vascular cerebral

Autores: Alícia Reinheimer, Rose Mari Ferreira

GT 8.2.4 - O SUS está em jogo: o uso de jogos de tabuleiro no ensino sobre saúde coletiva

Autores: Kethlyn M. Gomes, Gabriela B.I Severgnini, Nara C. Martinez Gomes, Márcia F. de Mélo Mendes

GT 9.1 - [EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL] - Clima, Participação Cívica e Educação Dialógica

GT 9.1.1 - Educomunicação Socioambiental: Mediação em uma escola federal de educação básica

Autora: Valquiria Caraubá de Olivo

GT 9.1.2 - A Educomunicação no enfrentamento ao negacionismo climático: prioridades e estratégias

Autores: Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira, Liana Vidigal Rocha

GT 9.1.3 - Participação no orçamento público: a educomunicação na produção de saberes no projeto NEA-BC

Autores: S. Rangel de S. Miscali, Dagma F. Pontes, Isroberta R. Araújo, Haysian Silvestre, Fabiana de A. R. Reis, Izabela Appolinario de Souza

GT 9.1.4 - Da Imprensa Jovem Bom Viver ao Clube Juvenil de Saúde Planetária

Autora: Joelita Palmeira Rocha

GT 9.2 - [EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL] - Podcasts, Participação Popular e Sensibilização Ambiental

GT 9.2.1 - Rádio travessia: um podcast de comunicação popular sobre as enchentes no RS

Autores: Gabriela B. Severgnini, Márcia F. de Mélo Mendes, Rosemar S. da Silva, Miguel da Camino Perez

GT 9.2.2 - Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição

Autores: Gabriela O. Valença, Eduardo Schnitzler Moure, Valentina Müller Piffero, Maria Luiza Dale Mariz de Oliveira, Muriell Bernardo, Marcos Gomes Domingues, Maria Eduarda M. Neves, Paulo Belli

GT 9.2.3 - Direitos da Natureza: o papel da participação popular na defesa do rio Mosquito

Autores: Luisa Campos Batista, Francielle de Oliveira Costa, Joice Valverde de Araujo

GT 9.2.4 - Maquete como ferramenta de sensibilização ambiental no Cerrado de Botucatu

Autores: Ana Claudia Cury Fratino, Maysa Ortencio Santos, Isadora Maezato, Barbara Cristina Da Silva Fernandes, Silvia Mitiko Nishida

GT 9.3 - [EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL] - Saberes Tradicionais, Juventude e Ciência Oceânica

GT 9.3.1 - Experiência Interdisciplinar no curso de educomunicação na ECA/USP

Autores: Carmen Lúcia Melges Elias Gattás

GT 9.3.2 - Multiplicadores Ambientais: semeando saberes

Autores: Kelly Martinez Gomes, Karmine Pasinato, Kethlyn Martinez Gomes, Adailton Moreira

GT 9.3.3 - Relato de Experiência no Projeto de Extensão Vozes das Juventudes da Amazônia: Quadro Vozes do Território

Autores: Gabrielly Marques dos Santos, Alex Nery Moraes, Klewerson Régys da Silva Rodrigues

GT 9.3.4 - HQ e os saberes tradicionais dos Mebêngôkré-Xicrin Frente às Mudanças Climáticas

Autores: Márcia Fernanda de Mélo Mendes, Maurício Polidoro, Pablo Diego dos Santos de Aguiar, Gabriela Brasil Severgnini, Graciela Salvador

GT 9.3.5 - Coalizão Paraná pela Década do Oceano: ciência oceânica e educomunicação

Autores: Mariana Ingles dos Santos, Larissa Moraes Procópio, Mariane Ferrarini Andrade, Mariana Baptista Lacerda, Lara Gama Vidal, Juliana Marques Borghi, Camila Domit

GT 10.1 - [EDUCOMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADES] - Podcasts, Antirracismo e Emancipação nas Comunidades Rurais

GT 10.1.1 - Implementação das Cotas na UnB e a luta por diversidade na educação

Autores: Bianca Feifel, Valmir Araújo

GT 10.1.2 - Mídia e literatura: a educação antirracista e decolonial no ensino de língua portuguesa

Autores: Maeles C. Geisler, Amanda Vieira, Schirley S. S. Gramkow, Sandro Lauri da Silva Galarça

GT 10.1.3 - Legado de una escuela radiofónica como aporte a la ciudadanía rural actual

Autores: Martin Quintana Elgueta, Fernando Carías Pérez

GT 10.1.4 - Mídias como Ferramenta na Luta Antirracista: Fina Flor 2023

Autores: Mara Rosana L. Alves, Sabrina Ferreira da Costa, Ágata Yozhiyoka Almeida

GT 10.1.5 - Rádios Comunitárias, Comunidades Quilombolas e Emancipação

Autores: Valmir Araújo, Liana Vidigal Rocha

GT 10.2 - [EDUCOMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADES] - Diversidade, Etnomídias e Representação Afrodescendente

GT 10.2.1 - Comunidade de Investigação Filosófica e Educomunicação em Escola Pública

Autores: Maria José Netto Andrade, Ana Leticia Gomes e Silva, Natassia Olivetto Rosa

GT 10.2.2 - A produção de etnomídias como prática decolonial educacional

Autora: Pietra Silva Queiroz

GT 10.2.3 - Interseccionalidade como ferramenta analítica e o grupo de pesquisa Afetações

Autores: Rose M. Ferreira, Rosemar Silva da Silva, Márcia Fernanda de Mélo Mendes

TARDE (21/11/24) - Encontro de adolescentes e Exposição Rede Biota Cerrado (16h00 - 16h30; 16h30 - 17h)

Modalidade presencial

I - (16h00 - 16h30h): Encontro Educomunicativo entre adolescentes do Instituto Devir Educom (Santos/SP) e Arena 3 TV (Sobradinho/DF)

II- (16h30 - 17h): Abertura da Exposição Rede Biota Cerrado – Galeria Cristina Jucá (FAU-UnB).

TARDE (21/11/24) - PAINÉIS 03 e 04 (17h30-19)

Modalidade presencial e presencial com transmissão, respectivamente.

PAINEL 03 – Educomunicação, Infância e Sustentabilidade: a mediação da produção cinematográfica: as experiências do Projeto Bem-Te-Vi e do ECOCINE (Modalidade presencial)

Ementa: O Painel 03 tem como foco a apresentação e análise de dois programas articulados a partir da linguagem cinematográfica, tendo como foco os princípios da educomunicação. São eles: (1) o **Projeto Bem-te-Vi**, destinado à formação de crianças e jovens para o domínio da linguagem cinematográfica, nas linguagens de ficção, animação e documentário, e que, ao longo das últimas três décadas, produziu 200 títulos, envolvendo mais de 2000 participantes, do Brasil e de outros cinco países da África, Europa e Ásia; e (2) A fundação e implementação, no Brasil, no mesmo período, do ECOCINE - Festival Internacional de Cinema. Ambiental e Direitos Humanos, com a valorização das práticas voltadas à defesa dos direitos da Terra e dos direitos humanos. Ao longo das exposições haverá exibição de algumas das produções. A metodologia do Painel 03 comportará os relatos da fundadora dos dois projetos, além de comentários por parte de uma especialista em comunicação infantil.

Coordenação: Profa. Ms. **Michele Marques** (ABPEducom)

Exposição: Prof. Dr. **Maurício Virgulino**, Profa. Dra. **Ariane Porto** (Tao Produções, UNICAMP)

Comentários: Profa. Ms. **Michele Marques**

PAINEL 04 - Educomunicação em Políticas Públicas e Institucionais

(Modalidade presencial com exibição pela plataforma do evento)

Ementa: O painel quatro tem como foco a apresentação e análise do fazer educomunicativo a partir de decisões emanadas de políticas públicas ou de opções institucionais. Serão contempladas políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (em nível nacional), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul (SEAD-MS) e da Prefeitura de São Paulo (PMSP) assim como projetos educomunicativos mantidos por instituições como a Rede Salesiana Brasil e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Coordenação: Profa. Dra. **Lucilene Cury** (NCE-ECA/USP).

Subtemas e expositores:

Educomunicação Socioambiental – Dr. Marcos Sorrentino (MMA)

Educomunicação no Estado Mato grosso Sul - Profa. Dra. Elisangela Rodrigues da Costa

Educomunicação no município de São Paulo - Carlos Lima

Educomunicação na rede Salesiana Brasil - Profa. Dra. Marcia Koffermann

Educomunicação na Saúde - experiências da FioCruz - Profa. Dra. Aline Guio Cavaca (FioCruz, DF)

NOITE (21/11/24) - MESA REDONDA 02 a 03 (19h00-21h30)

Modalidade à distância pela plataforma digital do evento.

MESA REDONDA II - *A formação para a Gestão da Comunicação enquanto processo de mobilização social: a contribuição da academia*

(Modalidade à distância pela plataforma digital do evento).

Ementa: A segunda Mesa Redonda, na modalidade a distância, volta-se à reconstituição e debate da experiência do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP, nas décadas de 1990 e 2000, em torno ao conceito e à prática de “gestão comunicativa”. Trata-se de uma experiência que se prolongou por 17 anos, formando 800 especialistas, criando as condições para que o Conselho Universitário da USP assumisse, em novembro de 2010, a Educomunicação como um espaço de prática profissional, fundada na gestão comunicativa.

Coordenação: Profa. Dra. **Claudia Lago** (CCA/ ECA/USP).

Subtemas e expositores:

1º. *A gestão comunicativa, na perspectiva dos estudos da linguagem* - Prof. Dr. **Adilson Citelli** (CCA/ECA-USP)

2º. *A gestão comunicativa, na perspectiva dos estudos culturais* - Profa. Dra. **Maria Immacolata Vassalo Lopes** (CCA/ECA-USP)

3º. A gestão comunicativa, na perspectiva da Sociologia da Arte - Profa. Dra. **Cristina Costa** (CCA/ECA-USP)

4º. A gestão na perspectiva do gerenciamento de processos comunicativos - Prof. Dr. **Cláudia Lago** (CCA/ECA-USP).

MESA REDONDA III - Frente às desigualdades: a Educomunicação como práxis política decolonial e decolonizadora.

(Modalidade à distância pela plataforma digital do evento).

Ementa: A terceira Mesa Redonda volta-se para a análise de experiências de práticas educacionais integradoras, no âmbito da luta pelas igualdades sociais.

Coordenação: - Profa. Dra. **Dione Oliveira Moura** (FAC-UnB)

Subtemas e expositores:

1º. As desigualdades em pauta: o papel da imprensa independente – Agência Mural - Dr. **Paulo Talarico**

2º. Políticas públicas em Cultura: saberes de indígenas e quilombolas na perspectiva decolonial - Dr. **Rafael Maximiniiano** (Ministério da Cultura - Secretaria de Formação, Livro e Leitura).

3º. A busca por uma cidadania digital: desafio para o Ministério dos Direitos Humanos - Dra. **Letícia Cesarino** (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania)

4º. A Educomunicação como práxis política decolonial e decolonizadora: no Brasil e na África - Dra. **Paola Prandini** (Afro-Educação / ABPEducom / NCE-USP)

22 DE NOVEMBRO

MANHÃ - Mesas Redondas IV e V (08h30-12h30)

Modalidade presencial com transmissão pela plataforma digital do evento

I - 8h30-10h30 - MESA REDONDA IV – A Educação midiática e informacional a serviço da participação social para a cidadania.

(Modalidade presencial com transmissão pela plataforma digital do evento).

Ementa: A quarta Mesa Redonda volta-se para a educação frente ao sistema de meios de informação, como uma prática indispensável à promoção da cidadania, identificando instituições comprometidas com esta ação e as linhas de trabalho que levam em conta tanto os avanços tecnológicos quanto às políticas que favorecem a ampliação do público a ser atendido.

Coordenação: Profa. Dra. **Cristiane Parente** (FAC/UnB)

Subtemas e expositores:

1º. A Educação Midiática como política pública no Brasil - Prof. Dr. **Fábio Meireles**, Secretaria de Educação Midiática, Diretoria Direitos Na Rede Educação Midiática, da Secretaria de Comunicação (SECOM).

2º. Letramento midiático e informacional e possíveis articulações com o letramento científico na formação de professores. Prof. Dr. **Agnaldo Arroio** (FEUSP)

3º. Desafios da Educomunicação e educação midiática no contexto do Projeto SOS Imprensa - Profa. Dra. **Rafiza Varão** (FAC/UnB)

4º. A experiência de Educomunicação do ObserInfo nas escolas do DF - Prof. Dr. **Fábio Pereira** (FAC/UnB)

II - 10h30-12h30 - MESA REDONDA V – A Mediação Tecnológica e participação social para a cidadania

Modalidade presencial com transmissão pela plataforma do evento.

Ementa: A quinta Mesa Redonda volta-se para as mediações possibilitadas pelas tecnologias na construção dos ecossistemas comunicativos, destacando a evolução epistemológica do conceito e sua aplicabilidade a projetos voltados para a participação social nos âmbitos tanto da educação formal quanto da não formal.

Coordenação: Prof. Dr. **Rafael Gué Martini** (CEAD/UDESC, ABPEducom)

Subtemas e expositores:

1º. Mediação tecnológica nos espaços educativos: um percurso teórico – Prof. Dr. **Marciel Consani** (NCE e ECA/USP)

2º. Um diálogo urgente sobre o letramento algorítmico na educação para a cidadania - **Mariana Dain Ochs** (Instituto Palavra Aberta, PPGCOM-ECA/USP).

3º. Desafios das novas tecnologias e juventude, diálogos com o campo da Publicidade e Propaganda - **Suelen Valente**, **Beatriz Beraldo** (FAC/UnB) e Mariana Lopes (FAC/UnB).

4º. MULTIRIO, ANDAR e a Educação Midiática nas escolas públicas do Rio de Janeiro - **Maíra Moraes** (MultiRio)

TARDE (22/11/24) - ABERTURA MOSTRA MEMÓRIAS DA COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA” (13H00-13H30) E OFICINAS 3 E 4 (13h30-15h30)

Modalidade presencial

I - (13h00-13h30) Abertura oficial da Mostra de Paineis "Memórias da Comunicação Popular e Comunitária - 100 anos de Mario Kaplún e Ana Hirszt", por Coletivo ComFreire, Iandê Comunicação e Educação, 50 anos do PPG FAC/UnB e FAC/UnB Local: Mezanino da FAC/ UnB

II - (13h30-15h30) OFICINA 03 (Segunda oferta da oficina 1) - Trilhas de Saberes - Maurício Silva - Revista Casa Comum/ABPEducom.

Ementa: A oficina destina-se a apresentar o suplemento temático-pedagógico intitulado “Trilhas de Saberes” que acompanha a Revista Casa Comum, editada pela comunidade franciscana do Brasil. O roteiro da debates, produzido a partir de uma parceria do veículo com a ABPEducom, objetiva oferecer às comunidades um momento de partilha dos diferentes materiais que compõem cada nova edição, facilitando a compreensão do conteúdo disponibilizado e inspirando possíveis mobilizações em torno a temas locais de interesse comum.

III - (13h30-15h30) OFICINA 04 (Segunda da oficina 2) - Jogo "Bora lá! Juventudes contra as desigualdades" - Daniele Próspero - Estúdio Cais Projetos de Interesse Público

Ementa: os(as) participantes poderão conhecer a metodologia educ comunicativa aplicada no desenvolvimento do jogo "Bora lá! Juventudes contra as desigualdades", resultado de uma construção colaborativa com as juventudes brasileiras. O jogo de tabuleiro tem como proposta gerar e disseminar conhecimentos sobre as desigualdades sociais que afetam as juventudes no Brasil e incentivar a realização coletiva de ações de mobilização e engajamento para enfrentar as injustiças presentes em territórios diversos.

PAINÉIS 05 e 06 (13h30-15h30)

Modalidade presencial no painel 5 e a distância com transmissão pela plataforma do evento no painel 6.

II - PAINEL 05: Projetos indicados pelos Núcleos Regionais da ABPEducom (Presencial com interação com Núcleos e transmissão pela plataforma do evento)

Ementa: O Painel 05 traz narrativas sobre ações educ comunicativas em desenvolvimento em cada um dos Núcleos Regionais da ABPEducom. O conjunto das intervenções permitirá aos matriculados no evento construir uma visão sobre a expansão da prática educ comunicativa, com suas especificidades, ao longo da extensão territorial do país.

Coordenação: Michele Marques Pereira (ABPEducom, NCE-USP, ECA/USP)

Subtemas e expositores:

1º. Regional Nordeste

- Prof. Dr. **Antonio Nolberto de Oliveira Xavier** (UESC/BA)
- **ENNA** (Encontro do Núcleo Nordeste de ABPEducom)
- **Projeto Mídias na Educação** (UFCG)

- **Projeto Conecta Biblioteca** (Prefeitura de Belém-PB)
- **Educom DH** - Direitos Humanos na Mídia (UNICAP)

2º. Regional Sul

- Coordenação: Profa. Dra. **Rosane Rosa** (Universidade Federal de Santa Maria/RS)

- Programa Mão na Mídia: Educomunicação e Cidadania, Profa. Dra. **Cláudia Herte de Moraes** – ABPEducom/SUL, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/FW);
- Projeto Ler e Pensar, **Miguel de Campos Antoczecen** - Instituto GRPCOM – PR

3º. Regional Vale do Paraíba/SP

- Coordenação: **Silene de A. G. Lourenço** (ABPEducom/Vale do Paraíba-SP)

- Políticas Públicas Socioambientais - A experiência com o Programa Revitalização de Nascentes de São José dos Campos.

4º. Regional Centro-Oeste

- Coordenação: Profa. Ms. **Marcela Brito** (Universidade Federal de Mato Grosso/MT)

- Panorama da Educomunicação em Mato Grosso – breve levantamento dos projetos em andamento – Prof. Ms. **Marcela Brito**
- Educomunicação Socioambiental como itinerário para territórios interculturais indígenas – (projeto da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat) – Profa. Dra. **Antonia Alves**

5º. Regional Litoral SP

- Coordenação: **Andressa Luizão e Ariane Porto** (ABPEducom, Devir Educomunicação):

- Territórios afetivos, pertencimento e preservação: fazeres educacionais do litoral paulista.

II - PAINEL 06: Projetos educacionais sob a liderança dos programas de formação no âmbito da Graduação

(Modalidade a distância com transmissão pela plataforma do evento)

Ementa: O PAINEL 06 apresentará ações educacionais implementadas no espaço da educação superior, no Brasil, trazendo, num primeiro momento, relatos de experiências desenvolvidas no contexto dos dois cursos de graduação com terminalidade formativa neste campo (a licenciatura da ECA/USP, na Região Sudeste, e o bacharelado da UFCG, na Região Nordeste) e, na sequência, relatos de atividades nas áreas do ensino, pesquisa ou extensão, voltadas para o conceito e a prática da educação, como subsídios

para a qualificação da formação dos profissionais dos campos da Educação e da Comunicação Social. No segundo caso, o Painei traz experiências de universidades do Sudeste (UFSJR e UFU, ambas de MG), Nordeste (UNEB) e Sul (UFPR).

Coordenação: Prof. Ms. **Felipe Schadt** (ABPEducom e NCE-USP)

Subtemas e expositores:

1º. Projeto indicado pelo Bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Educomunicação (UFCG) – Profa. Dra. **Lígia Beatriz Almeida**

2º. Projeto indicado pela Licenciatura em Educomunicação (CCA-ECA/USP) – Profa. Dra. **Claudia Lago**

3º. Projeto indicado pelo Faculdade de Comunicação Social da UFSJ -Universidade Federal de São João del Rei/MG - Profa. Dra. **Filomena Maria Avelina Bomfim**

4º. Programa Educação Tutorial (PET) Educomunicação – Comunicação de Saberes. Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia,UFU/MG - Profa. Dra. **Ana Paula de Moraes Teixeira**

5º. Projeto indicado pela Faculdade de Educação da UNEB, Campus de Juazeiro, BA – Prof. Dr. **Francisco de Assis**

6º. Projeto indicado pela Faculdade de Comunicação Social da UFPR – Universidade Federal do Paraná – Prof. Dr; **Toni Andre Scharlau Vieira**

TARDE (22/11/24) - GRUPOS DE TRABALHO (15h30-17h)

Modalidade a distância.

GT 1.3 - [GESTÃO DA COMUNICAÇÃO] - Colaboração, Democracia e Capacitação Digital

GT 1.3.1 - Identificando a Colaboração em práticas Educomunicativas

Autora: Suara Macedo Campos

GT 1.3.2 - Gestão da comunicação e o processo de construção da responsabilidade social

Autora: Vanessa Vera do Nascimento

GT 1.3.3 - Comunicação, democracia e políticas públicas: a intrínseca relação entre linguagem, educomunicação e transformação social

Autora: Maria Amélia Paiva Abrao

GT 1.3.4 - Fortalecendo Conexões: Estratégias Educomunicativas para o Insta do PPGPSI/UFMA

Autores: Larissa Emanuelle Lopes Soares, Camilly Evelyn Oliveira Maciel, Julia Fernanda Sousa Salazar, Matheus Nogueira Monteiro, Rosinete de Jesus Silva Ferreira, Rafaela Pinho Melo De Carvalho

GT 1.3.5 - Uso de Tecnologias digitais para capacitação, mentoria e consultoria em comércio exterior

Autores: Giuseppe Costa Severgnini, Carla Suzana Gomes Meira, Djalma de Souza da Silva Filho, Esther de Lima Locatelli, Giovana Gabriela Umbelina dos Anjos, Kelly da Silva Santos, Thiago Bezerra de Medeiros, Vinícius Rafael Moraes, Wandson Rafael dos Santos, Márcia Cristina Silva Paixão

GT 1.3.6 - Como votar? A educação para além da utopia, facilitada pela Educomunicação

Autora: Giulia Beatrice Pimentel

GT 2.6 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Consciência Coletiva e Inclusão em Escolas e Comunidades

GT 2.6.1 - La educomunicación como propuesta en la construcción colectiva de conciencia ciudadana

Autor: Franco Esteban Castro

GT 2.6.2 - Tecnologias digitais na educação e o direito à comunicação

Autora: Maria Clara Baldez Boing

GT 2.6.3 - Relatos sobre o projeto de extensão Educomunicação nas Escolas de Porto Velho - Rondônia

Autores: Thailany Mariska Flores Soruco, Fernanda Lima Corrêa, Vinicius Carvalho Silva, Evelyn Morales

GT 2.6.4 - O Papel da Escola na Educação Midiática para Jovens e Adultos

Autora: Iris Menezes de Jesus

GT 2.6.5 - Representaciones sociales sobre la enseñanza y aprendizaje de la comunicación en Nivel Secundario de escuelas de Mendoza, Argentina

Autor: Martin Pérez Millán

GT 2.7 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Educação Midiática para Famílias, Escolas e Juventude: Ferramentas e Ecossistemas Comunicativos

GT 2.7.1 - Educação midiática para pais e família: uma necessidade do mundo de hoje

Autora: Marcia Koffermann

GT 2.7.2 - Relato de experiência: Oficina de Comunicação para pré-adolescentes, Teutônia/RS

Autora: Leandra Gomes Gonçalves

GT 2.7.3 - Midiatização Política, uma visão de Muniz Sodré.

Autor: Daniel Duarte Rodrigues

GT 2.7.4 - O Cinema como ferramenta educacional no ensino de Psicologia

Autores: Arianne Corrêa Ferreira, Janaina Pereira Pretto Carlesso, Taís Steffenello Ghisleni

GT 2.8 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Podcasts, TV Universitária e Influência Digital Juvenil

GT 2.8.1 - Educomunicação em ação: o podcast como ferramenta de ensino para Jogos Digitais

Autores: Bruno Cesar Ribeiro, Taís Steffenello Ghisleni

GT 2.8.2 - Educação midiática e democracia: proposta de mapeamento de pesquisas publicadas em periódicos entre 2016 e 2023

Autores: Maiara Garcia Orlandini, Mariana Ferreira Lopes

GT 2.8.3 - O Papel da TV Universitária na Promoção da Educação Midiática

Autores: Bruna Taschetto, Taís Steffenello Ghisleni

GT 2.8.4 - Competências informacionais e midiáticas de líderes de bairros de Araguaína- TO

Autora: Keliane M. Silva Santos Vale

GT 2.8.5 - Influência questionável: youtubers do universo infanto juvenil divulgam sites de apostas

Autora: Erida Silva

GT 2.8.6 - Ferramentas de Acessibilidade Audiovisual e a Experiência da Comunidade Surda

Autores: Paula Fernandes Siqueira, Taís Steffenello Ghisleni

GT 2.9 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - IA, WhatsApp para Idosos e Alfabetização Visual

GT 2.9.1 - Criatividade, mídias e inovação: educomunicação refletida na Ação Social Salesiana

Autores: Joadir Antônio Foresti, Janete Cardoso dos Santos

GT 2.9.2 - A IA no buscador do Google e os impactos para a Educação Midiática

Autores: Luiggi Oliveira Fontenele, Gisele Nunes Brasil

GT 2.9.3 - Conectando gerações pelo WhatsApp - Um manual de educação midiática para idosos

Autores: Ana Paula Rosa Sebastião Almeida, Mariana Ferreira Lopes

GT 2.9.4 - Educomunicando na Língua Inglesa: a experiência do projeto English Club

Autora: Suéller Costa

GT 2.9.5 - Alfabetização visual na perspectiva da Educomunicação: reflexões e experiências

Autor: Felipe Saldanha

GT 2.10 - [EDUCAÇÃO MIDIÁTICA] - Jogos, Audiovisual e Movimentos Sociais na Aprendizagem

GT 2.10.1 - Antenados: um jogo sobre publicidade nas mídias sociais

Autora: Sabrina Rodrigues Nogueira

GT 2.10.2 - A metodologia do projeto Memórias em Rede e sua relação com a perspectiva freireana e decolonial

Autores: Andressa Carreira Luzirão Mouta, Lucila Pesce

GT 2.10.3 - Educomunicação versus desinformação: relato de experiência

Autores: Silene de Araujo Gomes Lourenço, Suéller Costa, Vanessa Vantine

GT 2.10.4 - Desinformação e audiovisual: uma análise dos formatos

Autor: Rafael Henrique Campos Mendes

GT 2.10.5 - As possibilidades educativas presentes nos movimentos sociais: Análise do movimento realizado no dia 15 de maio de 2019 pela educação no Brasil

Autora: Keynayanna Késsia Costa Fortaleza

GT 3.5 - [MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Audiovisual Inclusivo, Influência Digital e História Local

GT 3.5.1 - O ensino de história local e a ressignificação do passado: Relato de experiência utilizado a plataforma plickers

Autores: Dércio Fernando Moraes Ferrari, Renato Victorino Delgado, Laís Bueno Tonin

GT 3.5.2 - Educação midiática no Brasil: mapeamento e análise de iniciativas

Autores: Júlia Caldeira, Glenda Dantas, Luisa Melo, Júlia Tereza

GT 3.5.3 - A Construção de Práticas Inclusivas no Audiovisual Educativo: o Caso do Filme "A Fazenda"

Autores: Rafael Gué Martini, Beth Bieging, Sabrina Mangrich de Assunção, Clara Rovaris Bettiol, Eduardo Lopes Fagundes

GT 3.5.4 - Curtas-metragens como ferramenta de apoio no ensino de temas sensíveis em aulas de história

Autora: Camilly Evelyn Oliveira Maciel

GT 3.5.5 - Estudantes influenciadores digitais: agentes de dialogicidade nas escolas

Autora: Flávia Paes Do Amaral Cassemiro

GT 3.6 - [MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - IA, Podcasts e Mídias Audiovisuais para Aprendizagem Inclusiva

GT 3.6.1- Como utilizar as diferenças entre nativos e imigrantes digitais em uma sala educacional

Autores: Clara Zancan, Carlos Alberto Coletto Burger, Bruno Cesar Ribeiro, Taís Steffenello Ghisleni

GT 3.6.2 - Literatura falada: o podcast como prática educacional sobre obras indicadas para vestibulares

Autores: Vanessa de Souza Pagnussat, Carlos Henrique da Costa Barreto, Taís Steffenello Ghisleni

GT 3.6.3 - A mobilidade tecnológica na Amazônia sob a perspectiva da Educomunicação

Autores: Sandra Maria de Moraes Gomes, Leila Adriana Baptaglin

GT 3.6.4 - Aprendizagem tangencial na Química: mídias audiovisuais e práticas educacionais

Autores: Vitoria Gabrielle Miliolli, Patricia Jantsch Fiuza

GT 3.7 - [MEDIACÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - YouTube, Formação Docente e Tecnologias Colaborativas

GT 3.7.1 - Educomunicação e Identidades: vivências democráticas e cidadãs

Autores: Diva Souza Silva, Laís Espósito Araújo, Dieny Fernandes Cunha

GT 3.7.2 - O YouTube e a Produção de Sentidos na Infância: Uma Análise sobre Influência das Mídias Digitais

Autores: Patrícia Leal Rebeque, Gisele da Gama Ramos

GT 3.7.3 - Formação de professores em práticas Educomunicativas e Novas Tecnologias

Autores: Karla Isabel de Souza, Luis Paulo Martins, Hugo Cesar Bueno Nunes

GT 3.7.4 - PPE, tecnologias e desenvolvimento formativo colaborativo-crítico de professores

Autores: Leila Laís Gonçalves, Graziela Fatima Giacomazzo, Rafael Gue Martini

GT 3.7.5 - Comunicação e Educação e o uso das tecnologias: A formação de professores na Costa Rica

Autor: Antonio Nolberto de Oliveira Xavier

GT 3.8 - [MEDIACÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO] - Letramento Científico e Expressão Poética

GT 3.8.1 - Ciência na ponta do lápis: projeto educacional de letramento científico

Autores: Christiane Pitanga, Danielle Leite Barros Pereira, Izadora Luiza Barcelos Faria, Karynna Soares Luz, Luiz Henrique Marques Costa, Thuanne da Silva Santos

GT 3.8.2 - Educomunicação no Plano Nacional de Educação e na Educação Profissional

Autores: Alexandre Piero, Erika Caracho Ribeiro

GT 3.8.3 - Relato de experiência: Podcast Puro Acaso e a corrida por vias de divulgação científica

Autores: Vinícius De Oliveira, Gabriela Larissa Lima da Silva, Arthur Gasparindo Moreira, Adriane Pinto Wasko, Ariane Leite Rozza

GT 3.8.4 - Videoperformance educacional e arte

Autora: Eliana Angélica Peres D'Alessandro

GT 3.8.5 - Florestania Possível: A importância das relações de luto nas expressões poéticas periféricas

Autor: João Augusto Rodriguez Quintino

GT 4.3 - [EXPRESSÃO COMUNICATIVA POR MEIO DA ARTE] - Música Mapuche, Hip Hop e IA em Práticas Educomunicativas

GT 4.3.1 - Música y Educomunicación: Intersecciones para la revitalización y salvaguarda de la cultura Mapuche Williche en contextos educativos interculturales

Autor: Fernando Carías Pérez

GT 4.3.2 - Educomunicación Hip Hop: una experiencia de educomunicación con jóvenes

Autora: María Carolina Medawar

GT 4.3.3 - Jogos Teatrais - uma ação educomunicativa

Autores: Maria Antônia Saccol da Costa, Vivian Aparecida dos Reis, Noemi Boer, Taís Steffenello Ghisleni

GT 4.3.4 - Educomunicação e Inteligência Artificial nas Artes: possibilidade criativas no ensino

Autores: Nathália Saidelles Cunha, Carlos Alberto Coletto Burger, Graziela Frainer Knoll, Taís Steffenello Ghisleni

GT 4.4 - [EXPRESSÃO COMUNICATIVA POR MEIO DA ARTE] - Rap, Cinema e Performatividade para Inclusão Social

GT 4.4.1 - A Educação Pública Periférica na Série Audiovisual “Segunda Chamada”

Autora: Ester Macedo Lira

GT 4.4.2 - Rimas do conhecimento: o rap como expressão comunicativa na aula de Português

Autora: Anna Maduro

GT 4.4.3 - Leitura freiriana de Sociedade dos Poetas Mortos, um clássico do cinema-escola

Autores: Elen Cristina Gerales, Willian de Sousa Soares

GT 4.4.4 - Pablo Vittar, a performatividade drag a favor da diversidade no campo midiático

Autores: Raffael Bezerra Almeida, João Antônio Pimenta Ribeira Neto

GT 4.5 - [EXPRESSÃO COMUNICATIVA POR MEIO DA ARTE] - Aprendizagem e Letramento Visual

GT 4.5.1 - Aprendendo através da arte: Bando de Teatro Científico Siriema

Autores: Gabriela Larissa Lima da Silva, Vinícius De Oliveira, Arthur Gasparindo Moreira, Kevin Silva Muller, Orlando Barbosa Dos Santos Junior, Francisco José De Moraes Bassetto, Guilherme Augusto Fernandes

GT 4.5.2 - Educomunicação como Potencializadora dos Registros na Educação Infantil

Autora: Michele Marques Pereira

GT 4.5.3 - A Fotografia como um princípio do letramento visual

Autor: Rafael Parente

GT 5.3 - [PRODUÇÃO MIDIÁTICA] - Poesia, Saúde Alimentar e Transformação em Espaços Educativos

GT 5.3.1 - Educomunicação no Ensino Básico para Tratar Sobre Promoção da Saúde Alimentar e o Combate à Fome

Autores: Leonardo Araujo Cardeal da Costa, Claudemir Edson Viana

GT 5.3.2 - A Transformação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação em e-book

Autores: Thais Bandeira Laia, Paula Sanae Lopes Nishiwaki

GT 5.3.3 - Entre Versos e Idiomas: Poesia e Produção Midiática no Ensino de Espanhol em Contexto Rural

Autores: Silvia Mossi Utzig, Michel Mansur Machado

GT 6.3 - [REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA] - Formação, Mercado e Alteridade Digital

GT 6.3.1 - Políticas Públicas Educacionais e o Processo Educomunicativo na Formação de Pedagogos UFU

Autora: Sandra Lúcia Horani

GT 6.3.2 - Educomunicação e mercado de trabalho: uma análise Quali/quantitativa

Autores: Vinicius Romera, Claudemir Edson Viana

GT 6.3.3 - De que Educação Midiática falamos? Um olhar para ações governamentais no Brasil

Autores: Nathália Coelho da Silva, Cristine Rahmeier Marquette

GT 6.3.4 - Eu-digital, o Outro-digital e a Ciber-Alteridade

Autor: Marco Antonio Silveira

GT 6.4 - [REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA] - Educomunicação e Cidadania Digital na América Latina

GT 6.4.1 - A Educomunicação na América Latina : uma análise das semelhanças e diferenças

Autores: Lucilene Cury, Gabriela da Silva Malara, Roberto Huzian Filho, Thaís Bandeira Laia, Vinicius Romera

GT 6.4.2 - Sobre os desafios da Educomunicação e da Cidadania Digital no Baixo Amazonas

Autores: Adriano Clayton da Silva, Cândida Maria Nobre de Almeida Moraes, Marina Magalhães de Moraes

GT 6.4.3 - Educomunicação como instrumento de mudança social ante os desafios da cidadania

Autores: Graziela Machado Rocha, Kawê da Silva Veronezi, Claudia Herte de Moraes

GT 7.1 - [ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCOMUNICAÇÃO] - Infância e Fortalecimento Social no SUAS

GT 7.1.1 - Educomunicação no SUAS: Estratégias para enfrentar o trabalho infantil virtual

Autora: Ana Carla Costa Rocha

GT 7.1.2 - Nossas Vozes: Comunicação para o fortalecimento da cidadania de adolescentes em conflito com a lei

Autores: M. dos Santos Marra, Luiggi Oliveira Fontenele, Fernando Oliveira Paulino

GT 7.1.3 - Pelo direito à infância: a Educomunicação no projeto Memórias em Rede

Autores: Luana Magalhães de Matos, Andressa Carreira Luzirão Mouta, Giulia Beatrice Pimentel

GT 8.3 - [SAÚDE E EDUCOMUNICAÇÃO] - Combate ao Aedes, Dependência Digital e Engajamento no SUS

GT 8.3.1 - É divertido combater o mosquito Aedes aegypt – “Um por todos e todos por um”

Autores: Fernanda Renata Mendonça Chaves, Juliana Gomes Gonçalves

GT 8.3.2 - Educomunicação para promoção à saúde na atenção primária à saúde

Autores: Bárbara da Silva Oliveira, Marco Akerman

GT 8.3.3 - Educomunicação na intervenção clínica do transtorno de dependência de internet

Autora: Enrica Cusin

GT 8.4 - [SAÚDE E EDUCOMUNICAÇÃO] - Prevenção, Autocuidado e Participação Social

GT 8.4.1 - Territórios da construção de si: vidas adolescentes, educomunicação e pesquisa social nas Conferências de Saúde

Autores: Lorena Padilha Pereira, Fernanda Maria Duarte Severo, André Vinicius Pires Guerrero, Bárbara Anaissi

GT 8.4.2 - Educomunicação na Prevenção de HIV/Aids: Um Estudo de Caso com Jovens do Centro-Oeste

Autores: Natália Fernandes de Andrade, Luana Dias da Costa, José da Paz Oliveira Alvarenga, Maria Fátima de Sousa, Ana Valeria M Mendonça

GT 8.4.3 - DiverSUS - Uma experiência de participação Juvenil

Autores: Tatiany Volker, Aline Guio Cavaca, Luciana Sepúlveda Köptcke

GT 8.4.4 - Projeto Juventude e Promoção da Saúde: educomunicação provendo saúde

Autora: Nicole Fajardo Maranhã Leão de Souza

GT 9.4 - [EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL] - Comunicação Popular, Territórios Indígenas e Energia Limpa

GT 9.4.1 - A metodologia de formação em Comunicação Popular: Um Estudo de Caso

Autores: Adair Jose de Aguiar da Silva, Isabela Mariz

GT 9.4.2 - Educomunicação Socioambiental como itinerário para territórios interculturais indígenas

Autores: Antonia Alves Pereira

GT 9.4.3 - Educomunicação e transição energética

Autores: Gislene Moreira

GT 9.4.4 - Curricularização da extensão e Agenda 2030 na Educomunicação Socioambiental

Autora: Thaís Brianezi Ng

GT 9.4.5 - Educomunicação nas práticas de educação ambiental no espaço escolar

Autores: Luísa de Oliveira Santos, Geane Beserra

GT 9.5 - [EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL] - Encontros Socioambientais, Educação Pós-Enchentes e ERRD

GT 9.5.1 - Currículo paulistano de Arte e Educação Ambiental: buscando educomunicação

Autores: Daniely Silva Duarte, Claudemir Edson Viana

GT 9.5.2 - Educomunicação: educação ambiental no pós-enchentes e impactos socioambientais

Autores: Lúcia Beatriz Ott Ferreira, Michel Mansur Machado

GT 9.5.3 - A educomunicação como estratégia de fortalecimento de atores sociais no campo da ERRD.

Autor: André Buccieri

GT 9.5.4 - Educomunicação Socioambiental, Complexidade e a Produção Audiovisual como método

Autores: Rachel Aline Hidalgo Munhoz, José Vicente de Freitas

GT 9.5.5 - A potência do encontro entre educomunicação socioambiental e juventude em Santo André-SP

Autores: Elaine Cristina da Silva Colin, Eriane Justo Luiz Savóia, Nathalia Oliveira Padovanni, Paloma Alvarez Alonso, Rafaela França

GT 9.5.6 - A educomunicação como chave na construção de uma educação climática dialógica

Autora: Cláudia Herte de Moraes

GT 10.3 - [EDUCOMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADES] - Raízes Culturais, Interculturalidade e Cidadania Crítica

GT 10.3.1 - Nuestras Raíces Culturales: un proyecto escolar educomunicativo y decolonial

Autora: Letícia Duarte

GT 10.3.2 - O processo de heteroidentificação em concursos públicos no estado de Mato Grosso: a política de ações afirmativas ao candidato e a insegurança devido aos reflexos culturais do racismo estrutural

Autor: Randalle Silva Hayashi

GT 10.3.3 - Lab EDUCOM Edilberto Sena: Catalisador de Redes Interculturais na Amazônia

Autores: Augusto G. Ferreira, Guilherme Gitahy de Figueiredo, Jader Ribeiro Gama

GT 10.3.4 - O Papel Central do Candomblé na Cultura Brasileira

Autora: Luiza Cristina de Oliveira Melo

GT 10.4 - [EDUCOMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADES - YouTube, Web Rádio e Resistência Cultural Amazônica

GT 10.4.1 - Ação Educomunicativa Antirracista: uma análise no contexto de uma web radio

Autores: Cintia dos Santos, Graziela Fátima Giacomazzo

GT 10.4.2 - O Papel do YouTube na Educação Antirracista: Representatividade Infantil em Foco

Autores: Gisele Da Gama Ramos, Patrícia Leal Rebeque

GT 10.4.3 - Podcasters negras e indígenas do Centro-Oeste e Norte: potencial para Educomunicação

Autores: Valquíria Guimarães da Silva, Dione Oliveira Moura, Ana Clara Canuto, Netally Vitoria Souza Alves

GT 10.4.4 - Afro Gueto Urbano o jornal antirracial na COVID -19 e seus desdobramentos midiáticos

Autores: Rosemar Silva da Silva, Rose Mari Ferreira

TARDE (22/11/24) PAINEL 07 E 08 (17h30 - 19h)

Modalidade presencial e presencial com transmissão, respectivamente.

I - PAINEL 07 – Educomunicação, Infância e Sustentabilidade

Projetos Bem-Te-Vi e ECOCINE + sessão 1 Mostra Cinema. (Atividade presencial - Sala 12 (Mezanino FAC/ UnB))

Ementa: O Painel 07 é uma segunda oportunidade para quem não conseguiu participar do painel 3. O painel 7 tem como foco a apresentação e análise de dois programas articulados

a partir da linguagem cinematográfica, tendo como foco os princípios da educomunicação. São eles: (1) o **Projeto Bem-te-Vi**, destinado à formação de crianças e jovens para o domínio da linguagem cinematográfica, nas linguagens de ficção, animação e documentário, e que, ao longo das últimas três décadas, produziu 200 títulos, envolvendo mais de 2000 participantes, do Brasil e de outros cinco países da África, Europa e Ásia; e (2) A fundação e implementação, no Brasil, no mesmo período, do **ECOCINE - Festival Internacional de Cinema. Ambiental e Direitos Humanos**, com a valorização das práticas voltadas à defesa dos direitos da Terra e dos direitos humanos. Ao longo das exposições haverá exibição de algumas das produções. A metodologia do Painel 03 comporta os relatos da fundadora dos dois projetos, além de comentários por parte de uma especialista em comunicação infantil.

Coordenação: Profa. Ms. **Michele Marques** (ABPEducom)

Exposição: Prof. Dr. **Maurício Virgulino**, Profa. **Dra. Ariane Porto** (Tao Produções, UNICAMP)

Comentários: Profa. Ms. **Michele Marques**

II - PAINEL 08 - Ação Social na perspectiva da Educomunicação (Atividade presencial com transmissão pela plataforma do evento - Auditório Pompeu de Sousa - Subsolo da FAC/UnB)

Ementa: O Painel 08 representa uma contribuição ao debate do tema geral do X Educom a partir da perspectiva do que se define como Ação Social, em suas vertentes voltadas aos Direitos Humanos, em âmbitos como (I) a luta contra a fome, (II) a mobilização pelo exercício do direito à expressão; (III) a luta contra o Racismo; (IV) o tratamento das questões de Gênero; (V) a introdução do diálogo educamunicativo nas ações da Assistência Social.

Coordenação: Maria Rehder (UNESCO)

1º. *A comunicação a serviço da luta contra a fome – a contribuição teórico-programática do INCT-USP* - Profa Dra **Margarida Maria Krohling Kunsch** - CRP/ECA/USP

2º. *A Educomunicação a serviço da luta contra o Racismo* - Profa. Dra. **Dayana Melo** - CCA/ECA/USP

3º. *A Educomunicação a serviço da Assistência Social* - Ms. **Joari Aparecido Soares de Carvalho** - Grupo de Trabalho de Assistência Social e Educomunicação da ABPEducom

NOITE (22/11/24) MESA REDONDA VI (19h00-21h30)

MESA REDONDA VI - Educomunicação e Educação Midiática pela Democracia e Cidadania na América Latina (Modalidade a distância pela plataforma digital do evento).

Ementa: A sexta Mesa Redonda é dedicada à análise de práticas educomunicativas e de educação midiática na América Latina que se caracterizam por fortalecer a democracia por meio da participação social, sob a perspectiva do conceito de *Buen Vivir*. Para tanto, esta atividade contará com a participação de reconhecidos especialistas da Argentina, Bolívia, Chile e Colômbia.

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Chiachiri (Cátedra Comunicação da UNESCO / Universidade Metodista SP)

1º. *Possíveis relações entre a Educomunicação e a utopia do Bom Viver*. Adalid Contreras, Pesquisador da Universidade Andina Simón Bolívar, La Paz, Bolívia.

2º. *Educação Midiática para a cidadania na América Latina: o aporte da UNESCO*. Jornalista Silvia Bacher, Las Otras Vozes – Aliança Global para Educação Midiática, UNESCO

3º. *A formação de professores para dar suporte às políticas de Educação Midiática no Brasil*. Patrícia Blanco (Diretora do Instituto Palavra Aberta).

4º. *Pasele en paz: A experiência educomunicativa do Grupo COMUNICARTE, na luta contra a violência na fronteira entre Colômbia e Venezuela*. Jornalista Alma Montoya, Grupo Comunicarte, Colômbia.

5º. *Educomunicação e Cidadania: as razões para a criação do Centro Latino-Americano de Educomunicação e Cidadania*. Professor Jaime Carril Rojas, Universidade de Santiago, Chile e Coordenador do CELAEC.

23 DE NOVEMBRO

MANHÃ (23/11/24) - MESA REDONDA - (8h30 -12h30)

Auditório Pompeu de Sousa (Subsolo da FAC/UnB). Modalidade presencial com transmissão pela plataforma do evento

MESA REDONDA VII - A Educomunicação com foco na participação social para a cidadania

Ementa: A sétima e última Mesa Redonda volta-se para a apresentação de experiências de práticas educomunicativas voltadas à defesa do meio ambiente e à mobilização comunitária, em níveis locais, estaduais e nacionais, mediante a explicitação da natureza participativa da gestão dos processos de planejamento, da implementação e da avaliação.

Coordenação: Dr. Maurício Virgulino (NCE-USP, ABPEducom)

Subtemas e expositores:

1º. Educomunicação Socioambiental, no Brasil: caminhos percorridos e expectativas de avanços - Profa. Dra. **Thaís Brianezi**, ECA/USP, NCE-USP, ABPEducom)

2º. Painei Mar: uma proposta de alfabetização oceânica a partir da educomunicação - Prof. Dr. **Rafael Gué Martini** (UESC/ABPEducom)

3º. Educomunicação e a mobilização comunitária: a experiência da revista Casa Comum. Daniele Próspero (NCE-USP, ABPEducom, Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público)

4º. A educação na Comunicação Comunitária - **Fernando Oliveira Paulino** (FAC/UnB)

5º- Educomunicação e engajamento público com a ciência na defesa do Cerrado – Profa. Dra. **Cristiane Parente**, Profa. Dra. **Dione Moura** (Rede Biota Cerrado; FAC/UnB)

TARDE (23/11/24) - SESSÃO DE ENCERRAMENTO (14h-16h)

Auditório Pompeu de Sousa (Subsolo da FAC/UnB). Modalidade presencial com transmissão pela plataforma do evento

II - 14h -15h - MENSAGENS IBERO-AMERICANAS AOS EDUCOMUNICADORES DO BRASIL

Coordenação: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares (NCE, ABPEducom)

1º. Mensagem dos educadores espanhóis aos participantes do X Educom, no Brasil - Profa. Dra. **Carmen Marta Lazo**, da Universidade de Saragoza, Espanha;

2º. Manifesto sobre Educomunicação e Cidadanía na América Latina. Apresentação de documento produzido pelos articuladores do *Centro Latinoamericano de Educomunicación y Ciudadanía* - Prof. Dr. **Jaime Carril Rojas**, coordenador de CELAEC

II - 15h -15h30 - HOMENAGENS À PESQUISA E À PRÁTICA DA EDUCOMUNICAÇÃO

Entrega do Prêmio Mariazinha Fusari de Educomunicação 2024. A premiação é considerada a primeira no país no âmbito da Educomunicação. Idealizada desde 2002, pelo NCE/USP, conta com a parceria com a ABPEducom, desde 2016. A meta deste prêmio é reconhecer a excelência dos serviços prestados ao campo por agentes sociais, em três diferentes áreas de atividade, como: 1ª. Pesquisa; 2ª. Ação profissional; 3ª Ação Institucional.

RESUMOS EXPANDIDOS DOS TRABALHOS ORGANIZADOS NOS EIXOS TEMÁTICOS DO X EDUCOM¹

¹ Trabalhos não apresentados durante o X Educom, ou cujo material enviado pelo inscrito não atendeu os critérios indicados, não integram esta publicação

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

A comunicação organizacional como serviço a favor da inclusão das PCDs na UFRN¹

Lucas Rodrigues Félix

Leidimar de Araujo Azevedo

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no ambiente escolar brasileiro é um processo marcado por uma marginalização histórica, prática que afeta diretamente a participação dos indivíduos em diferentes ramos da nossa sociedade ao longo de gerações. As PCDs passaram décadas sendo encaminhadas somente para instituições de ensino especializadas, já que não eram aceitas nas escolas regulares. Mazzotta (2001) recorda que muitos desses ambientes tinham caráter mais médico do que pedagógico.

A evolução das políticas de inclusão, absolutamente recente em termos históricos, teve enorme contribuição para que a percepção da relevância sobre a inclusão na educação se disseminasse no país. Apesar dos avanços legais relevantes, a concretização da inclusão de maneira efetiva segue enfrentando desafios cotidianamente, com a continuidade de barreiras afetivas e sociais. Lima e Silva (2018) relatam que as PCDs ainda precisam lidar constantemente com questões como a ignorância, a piedade e generalização, entre outras. Mesmo quando não há intencionalidade, essas barreiras são percebidas pela pessoa com deficiência.

Holanda (2023) lembra que a inclusão é um dever institucional da educação básica até o ensino superior, com todos os entes da sociedade devendo assumir um papel em prol da transformação inclusiva da coletividade. Chaui (2003) acrescenta que especialmente a universidade deve ser vista como um espaço de democratização do saber, em que as oportunidades sejam sempre potencializadas de maneira pública e disseminada. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por exemplo,

¹Trabalho apresentado no eixo 7 – Assistência Social e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

publicou em 2022 um Plano de Acessibilidade próprio. O texto afirma que a instituição é ciente da sua função social como parte da administração pública.

O texto da UFRN (2022, p. 9) contextualiza que a instituição contava à época com 103 servidores com necessidades específicas. Já em relação aos estudantes, 625 possuíam cadastro ativo observando suas especificidades na época. Entre os segmentos destacados como mais importantes para a inclusão, estão a arquitetura e a comunicação.

É justamente a comunicação da organização que será estudada neste resumo expandido. Através da metodologia do estudo de caso (Yin, 2001), apontada pelo autor como uma forma de fazer uma análise exaustiva do objeto, permitindo o seu conhecimento amplo e detalhado, a pesquisa busca acompanhar o posicionamento comunicacional da UFRN para a divulgação de ações inclusivas realizadas pela universidade, especialmente de acordo com as preconizações de Kunsch (2014). A análise visa identificar se as publicações do portal da universidade acompanham a conceituação desejada para esse segmento na atualidade, respeitando a inclusão como um elemento central.

A importância da comunicação em uma organização

A efetivação da comunicação organizacional, quando exercida com competência, cumpre um papel definidor para a construção e a manutenção da reputação, identidade e relacionamento das instituições com seus públicos diversos, incluindo em ambientes escolares e universitários. No momento atual da sociedade, marcado por dinâmicas sociais complexas, a eficiência na comunicação é uma ferramenta estratégica para que as instituições mantenham relevância. Martinuzzo (2013) diz que o investimento em comunicação é tão decisivo que as organizações não se constituem nem se sustentam sem ele. Para Marchiori (2008), a comunicação adquiriu notoriedade no campo da gestão organizacional justamente pelo seu caráter estrategista, que permite acompanhar as transformações das relações entre diferentes públicos.

Trata-se de uma dinâmica que ocorreu ao longo de todo o século XX, com a transformação da comunicação, antes limitada a um caráter restrito operacionalmente, para uma perspectiva abrangente. Kunsch (2003) aponta também que o próprio termo

“organizacional” é mais adequado do que se referir ao tipo de comunicação como “empresarial” ou “corporativa” pela forma como ele pode compreender um espectro mais amplo de atividades públicas e privadas. Baldissera (2019, p. 117) pontua que a comunicação organizacional exige olhar para além das manifestações organizadas.

Outro ponto crucial da comunicação para as organizações é a sua contribuição no engajamento e na mobilização da comunidade, uma condição ainda mais relevante no ambiente acadêmico no período pós-pandêmico. No âmbito da assistência social, também se torna relevante que todos os possuidores de direitos tenham consciência sobre essas possibilidades.

Kunsch (2014, p. 37) ressalta que uma das funções da comunicação organizacional é a sensibilização de dirigentes para a relação sinérgica entre o mundo e as organizações. “O funcionamento do sistema econômico como uma unidade planetária só se viabiliza graças à existência de um novo sistema tecnológico de comunicação e informação”, pontua.

A comunicação institucional serve ainda como um objeto de estudo interessante para o meio acadêmico, permitindo que as investigações dos pesquisadores resultem em uma compreensão mais profunda dos processos comunicacionais nas organizações, desenvolvendo e aprimorando conceitos, com a identificação de tendências e oportunidades que permitem o aprimoramento da prática em seu cotidiano, incluindo na área da educação midiática.

A inclusão nas notícias do portal oficial da UFRN

Diante das especificidades vivenciadas pelas instituições federais de ensino superior, que enfrentam desafios únicos, como a necessidade de garantia de apoios governamentais, é ainda mais importante que a comunicação seja eficiente, permitindo que as realizações acadêmicas e contribuições sociais sejam notabilizadas. Dessa forma, os ambientes acadêmicos conseguem desenvolver narrativas que notabilizam seus valores e missões perante a opinião pública, conforme Oliveira (2005). Um exemplo possível é a [notícia publicada em novembro de 2023 no portal da UFRN](#) visibilizando o projeto do seu Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) para a acessibilidade do teatro sendo ampliada aos deficientes visuais.

Batista (2010) destaca que um bom ajuste comunicacional é ainda mais relevante se tratando de instituições públicas, habitualmente prejudicadas pelas falhas do fluxo comunicacional do Estado como um todo. Esses problemas muitas vezes impedem que eventuais beneficiados tomem o conhecimento de projetos relevantes, como o Recital dos Projetos de Inclusão da Escola de Música da UFRN, [tema de reportagem feita pela sua Agência de Comunicação em julho de 2023.](#)

Para Escudero (2015), o ente público tem o dever de estabelecer pontes e criar vínculos, estando sempre à disposição da sociedade. O advento dos meios eletrônicos também demandou a adaptação desse poder à era da internet para ser eficiente e transparente, conforme diz Takahashi (2000). Nascimento (2017) realça que a rede amplia essas possibilidades por ser um espaço dinâmico e livre. Conforme Novelli (2006), a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi essencial para o estímulo à cidadania, permitindo que a comunicação se tornasse mais eficiente também nas administrações governamentais, cumprindo a responsabilidade do engajamento social participando da construção da agenda pública.

Grossi (2022) destaca que os canais buscados devem estar em consonância com o tipo da mensagem. Para isso, cabe a lembrança de que a comunicação institucional preza constantemente pela objetividade, permitindo o seu fácil entendimento pelo público e facilitando a interpretação clara dos objetivos. Em um mundo cada vez com mais informações disponíveis, esse setor comunicacional funciona como uma ponte o reforço das ações de impacto positivo, como é o caso do projeto de extensão Jardim Sensorial, [atividade repercutida no endereço eletrônico da UFRN em junho de 2022.](#)

Considerações finais

Entre as principais soluções trazidas pela comunicação organizacional, frisemos, estão a minimização e resolução de problemas como reclamações sobre a qualidade do ensino, a evasão de alunos e cobranças relativas à falta de acessibilidade, permitindo uma educação midiática pertinente sobre os direitos das PCDs. Mafei (2012) destaca que essa busca ocorre como um voto de confiança na mídia, que é vista como um elemento garantidor de legitimidade. É nela o que Carvalho e Reis (2009, p. 86) apontam acontecer o real debate público hoje. Garcia

(2004) lembra estudos que apontam a credibilidade de uma matéria como seis vezes superior à de um anúncio publicitário. Dessa forma, a utilização da comunicação organizacional na promoção da política inclusão na UFRN possui a capacidade de melhorar a percepção e a integração de pessoas com deficiência na vida acadêmica e social.

Durante o estudo de caso, se observou que a instituição emprega uma variedade de estratégias de comunicação que facilitam a inclusão, como a disseminação de informações acessíveis e a promoção de eventos e programas que visam aumentar a conscientização sobre as necessidades das PCDs. Através de uma assessoria de imprensa ativa, a universidade vem conseguindo melhorar significativamente a visibilidade de suas iniciativas de inclusão, o que é importante para a construção de um ambiente acadêmico mais justo. Assim, as atividades comunicacionais da UFRN desempenham um papel relevante na promoção de uma cultura de inclusão dentro e fora dos muros da universidade. Os esforços para manter a comunidade acadêmica informada sobre questões de acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência contribuem para um maior engajamento de toda a sociedade com a pauta inclusiva.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. In: **Revista Organicom**. São Paulo: USP, 2009.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. In: **Transinformação**, v. 22. Campinas: PUC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2024.

CARVALHO, Claudia; REIS, Léa Maria Aarão. **Manual prático de assessoria de imprensa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. Rio de Janeiro: Anped, 2003.

ESCUADERO, Regina. **Comunicação pública - a voz do cidadão na esfera pública: construindo um novo paradigma profissional**. Curitiba: Appris, 2015.

GARCIA, Maria Tereza. **A arte de se relacionar com a imprensa: como aprimorar o relacionamento com jornalistas e fortalecer a imagem de sua empresa**. São Paulo: Novatec, 2004.

GROSSI, Samantha Rodrigues Barbosa. **Comunicação organizacional no serviço público: utilizando a cultura organizacional para superar as barreiras de comunicação interna**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

HOLANDA, Ana Emilia Galvão e Silva. **Gestão integrada da comunicação na Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Gestão Pública). Natal: UFRN, 2019.

HOLANDA, Rose Anne. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades da prática docente. In: **Revista Transmutare**, v. 8. Curitiba: UTFPR, 2023.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. In: **MATRIZES**, v. 8. São Paulo: USP, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LIMA, Francisco José de; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval (org.). **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: Editora ULBRA, 2018.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. São Caetano: Difusão Editora, 2008.

MARTINUZZO, José Antonio. **Seis questões fundamentais da comunicação organizacional estratégica em rede**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Camila Alves. **Assessoria de imprensa na era das mídias: rotinas de produção e cultura profissional na comunicação do governo do estado da Paraíba**. Dissertação (Jornalismo). João Pessoa: UFPB, 2017.

NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. In: **Revista Organicom**. São Paulo: USP, 2006.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2005.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Plano de acessibilidade**. Natal: SIA, 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Financiamento público de projetos: um círculo virtuoso para formação e permanência discente¹

Cristiane Dall' Cortivo Lebler²

Elizandro Marício Brick³

Marcelo Gules Borges⁴

O acesso à educação superior, desde o início dos anos 2000, tem sido ampliado por ações do governo federal, como o Fies, o Prouni, a criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, o Reuni, o Sisu, a Lei de Cotas, entre outras. Algumas dessas ações foram responsáveis pela ampliação do número de vagas na educação superior; outras oferecem fomento à educação; e outras são ações afirmativas, em um movimento de democratizar o acesso à universidade.

Contudo, sabe-se que ampliar vagas, fomentar a inserção de estudantes e democratizar o acesso à educação superior não é suficiente se não se oferece aos estudantes condições de permanência. Nesse sentido, as instituições de ensino superior mantêm políticas afirmativas, especialmente aquelas que visam subsidiar moradia, alimentação, transporte, incluindo outras com a finalidade da promoção da saúde física e mental. Além disso, a concessão de bolsas de monitoria, iniciação científica ou extensão para os estudantes é uma importante ferramenta para a permanência estudantil e, ao mesmo tempo, para potencializar a formação desses estudantes.

Uma das formas de fomento é através de verbas repassadas a projetos de extensão por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), definidos como

¹ Trabalho apresentado no eixo Gestão da comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Letras. Professora Adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: cristiane.dall@ufsc.br.

³ Doutor em Educação Científica e Tecnológica. Professor da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: elizandro.m.b@ufsc.br.

⁴ Doutor em Educação. Professor do curso de Licenciatura em Biologia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: marcelo.borges@ufsc.br.

“instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades” visando à “[...] II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora [...]”. (Brasil, 2020). Assim, os TED se constituem como uma forma de parceria entre o poder executivo e Instituições Públicas Federais de Ensino na formulação e implementação de políticas públicas estratégicas. No caso dos TED que passaremos a relatar a seguir neste texto, a formalização ocorreu como projetos de extensão ligados também às atividades de pesquisa e de ensino desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através do Grupo de Pesquisas Prosa.

Este trabalho caracteriza-se como um relato das experiências desenvolvidas pelo Prosa - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia Ético-Crítica no Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da UFSC na gestão de projetos com verbas públicas no período de 2017 a 2023. Também se apresenta uma breve análise dos seus impactos.

Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades: a Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades foi uma política desenvolvida entre 03/2017 e 12/2018 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria como o Prosa/Lantec/UFSC. A ação envolveu cerca de 40 pessoas entre professores, técnicos e, principalmente, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da UFSC. Seu principal objetivo é contribuir com a reflexão, discussão e enfrentamento dos principais fatores (repetência, abandono e evasão) que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos em idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza por todo o país, beneficiários do Programa Bolsa Família (Brick et. al. 2020).

[Plataforma de Formação Continuada do MEC \(PLAF\)](#): a Plataforma de Formação Continuada do MEC (PLAF) foi uma ação estratégica da Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC) durante o governo da presidente Dilma Rousseff com os seguintes objetivos principais: ser um ambiente de formação continuada composto por um repositório aberto de materiais pedagógicos digitais multimodais; ser uma ferramenta de conteúdos e formações; e atuar como ferramenta

de gestão e acompanhamento dos processos de autoaprendizagem dos usuários. A construção da PLAF se deu a partir de dois TED, que incluíram o desenvolvimento de Recursos Educacionais Abertos (REA) para indexação na plataforma. O primeiro projeto, intitulado [Portal de Formação Continuada do Ministério da Educação](#), foi desenvolvido entre 2017 e 2020 pelo Prosa/Lantec/UFSC envolvendo cerca de 140 pessoas entre professores, técnicos e principalmente estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da UFSC. O projeto ocorreu em parceria com a SEB/MEC, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). O segundo projeto, intitulado [Recursos Educacionais Digitais Autoformativos para Formação de Profissionais da Educação na Plataforma de Formação do MEC \(REDA PLAF\)](#), foi desenvolvido no período de 2019 a 2021 pelo Prosa/Lantec/UFSC, envolvendo cerca de 90 pessoas entre professores, técnicos e, principalmente, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da UFSC. Nesse segundo projeto, foram desenvolvidos 81 REA, totalizando 207 horas de formação para profissionais da educação, indexados na PLAF. Nesse período, foi dado suporte à hospedagem da plataforma além do desenvolvimento de sua versão para dispositivos móveis IOs e Android.

Recursos Educacionais Digitais para a Educação Profissional e Tecnológica e Profissional na contemporaneidade: esse projeto, iniciado em 2021, constitui uma ação de parceria entre o Prosa/Lantec/UFSC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para a produção de Recursos Educacionais Abertos no âmbito da formação profissional e tecnológica, com prazo de conclusão em julho de 2025. Até o presente momento, já atuaram no projeto 77 bolsistas, especialmente de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento. Por meio do projeto, o Prosa-LANTEC-UFSC tem contribuído com a elaboração da Política de Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica.

A execução de projetos dessa natureza caracteriza-se como um círculo virtuoso, uma vez que traz diversos impactos internamente à instituição, pautando e contribuindo com as suas atividades específicas, especialmente no que tange à formação de profissionais articulada à produção de conhecimento. Outrossim, ressalta-se a importância de tais ações como forma de permanência dos estudantes na universidade, não atrelando somente remuneração ao desenvolvimento de um trabalho, mas o engajando na sua formação e na transformação da realidade.

No que tange à formação de profissionais para a área da educação, os projetos desenvolvidos têm tido uma relação intrínseca com processos de ensino-aprendizagem; com a concepção, o desenvolvimento e a produção de materiais voltados para professores, gestores e estudantes; com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas; com a democratização do acesso ao conhecimento. Assim, evidencia-se que não apenas os bolsistas de licenciatura puderam ter sua formação qualificada, mas também futuros profissionais de outras áreas do conhecimento (Pedagogia, Letras, Design, Psicologia, Sociologia, Engenharia e Antropologia) foram engajados a pensar e a construir aspectos da educação do nosso país.

Além disso, ressaltam-se os impactos externos à universidade, na criação e na efetivação de políticas públicas em regime de cooperação e de escuta às instituições e especialidades ligadas à natureza dos projetos. Além das experiências com a SECADI, com a SEB e com a SETEC, tivemos experiências com TEDs, por exemplo, com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, ligadas à formação de lideranças comunitárias para problematizar o preconceito sobre uso e usuários de drogas e a tradição das políticas verticalizadas, no âmbito do projeto Portal Aberta: Sujeitos, Contextos e Drogas (Brick, 2017). Em todos esses casos, destacamos que a relação de parceria entre Universidade e Poder Executivo (via secretarias dos Ministérios) é necessária, mas não suficiente para que as ações se concretizem em benefício do público-alvo das políticas. Nesse sentido, nos parece fundamental o desenvolvimento e o estabelecimento de mecanismos de controle social dos TED que permitam a formulação de políticas públicas que respondam aos desafios do nosso tempo histórico.

O financiamento de projetos por meio de TED com IES públicas constitui um importante meio de articular ensino, pesquisa e extensão à formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, gerando produtos e ações de qualidade social e colaborando, de forma crucial, com a permanência desses estudantes na universidade.

Os TED, compreendidos como estratégias na formulação e implementação de políticas públicas, precisam de controle social de seus processos e produtos para que possam ter efetividade e transcendam as políticas de governo em direção às políticas de Estado, ao enfrentamento efetivo de metas do Plano Nacional de Educação, por

exemplo. Destacamos que o papel da universidade pública na formulação de políticas públicas para educação pode ser potencializado por meio de TED, considerando o sentido público da atuação das IES Federais e as distintas expertises e especificidades acumuladas. Entretanto, ressalta-se a necessidade de uma postura de diálogo, formativa, com os distintos agentes de instituições públicas envolvidas, em busca da superação do autoritarismo impregnado na forma-conteúdo das relações sociais e institucionais de um país de origem escravocrata. Busca-se, assim, o sentido social e formativo que justifica a criação dos TED e as políticas públicas que ele contribui para construção e efetivação.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Brasília - DF, 2020.

BRICK, E. M. **Realidade e ensino de ciências**. 2017. 400f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRICK, E. et al. (Org.). **Relato do processo de criação e desenvolvimento da plataforma trajetórias escolares, desigualdades e diversidades**. 1. ed. Florianópolis: LANTEC, UFSC, 2020.

Floresta Edições: Editora Extensionista e Educomunicativa¹

Marya Eduarda Marcondes da Silva Detogni²

O Núcleo de Comunicação Popular (Ncep), programa de extensão do Departamento de Comunicação da UFPR, desenvolve 12 ações cidadãs em três frentes principais: educação para as mídias, elaboração de produtos comunicativos voltados para grupos em situação de vulnerabilidade (como refugiados e pessoas vivendo com HIV), e promoção da cidadania. Desde sua criação em 2003, o Ncep, que se baseia na educomunicação e comunicação popular, construiu um acervo significativo de produções como livros e podcasts, culminando na criação do Floresta Edições, editora extensionista, em 2018 para gerir e divulgar esses materiais.

O nome fantasia Floresta Edições se refere ao apelido dado ao câmpus de Comunicação da UFPR, que já abrigou a Escola de Florestas da UFPR. As produções iniciais surgiram com o intuito de desenvolver um material didático a ser oferecido para um cast de professores da rede pública e agentes comunitários, como uma forma de mediar as práticas de educomunicação (Peruzzo, 2009; Saviani, 2013).

Desenvolver ações comunicativas não “para” a comunidade, mas “com a comunidade” dilata as ideias fundamentais da comunicação popular, visando à dialogicidade e participação dos agentes envolvidos no processo educativo, captando as mudanças sociais, políticas, econômicas e agora climáticas que incidem sobre esses grupos (Citelli, 2017). Em conjunto com seus parceiros – populações em situação de vulnerabilidade – os extensionistas do Ncep produzem sites, livros, documentários, material didático e oficinas. Por meio das mediações editoriais, as produções podem ganhar alcance e gerar comunidade. Todas as atividades se dão por meio da imersão e do vínculo comunitário, de modo a objetivar o encorajamento

¹ Trabalho apresentado no eixo Gestão da Comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Marya Eduarda Marcondes da Silva Detogni é graduanda de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua no Núcleo de Comunicação e Educação Popular da UFPR (NCEP) e no projeto Floresta Edições desde maio de 2023. Exerce o cargo de planejamento estratégico na editora extensionista, planejando ações, criando cronogramas, gerenciando a equipe e buscando inovações para ampliar a participação educomunicativa. Reside em Curitiba-PR e pode ser contactada pelo email marya.marcondes@ufpr.br.

para a garantia de direitos básicos, como educação, saúde e moradia (Hooks, 2021; Carvalho, 2016). O projeto não se limita a indexar materiais, mas se propõe a desenvolver estratégias para fomentar sua divulgação (Thompson, 2013).

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do Floresta Edições se baseia em uma sequência de ações editoriais, sendo elas: captação, curadoria, categorização, indexação, envelopamento, grupo focal, etapa didática e interações. A partir da dialogicidade com os demais projetos do NCEP, o Floresta Edições buscou compreender as necessidades editoriais e gráficas dos trabalhos produzidos, focando, também, em como ampliar o conhecimento obtido. O processo é realizado com base no preceito de que extensão, ensino e pesquisa são indissociáveis (Gonçalves, Quimelli, 2016). Nas reuniões semanais, cada função é cuidadosamente distribuída entre os extensionistas, incluindo equipes de atendimento, redação, publicação e planejamento estratégico. A metodologia valoriza o aprendizado prático, onde os estudantes, além de desenvolverem habilidades técnicas, exercitam a cidadania e o compromisso com a transformação social.

Parcerias e trabalhos em construção

Durante o primeiro semestre de 2024, o Floresta Edições buscou ampliar as conexões do projeto a fim criar uma rede de trabalhos em torno da promoção da educomunicação. A produção de um livro referente à população carcerária — escolhida por sua relevância social e pelo potencial transformador da escrita nesse contexto — é realizado em parceria com o padre Fernando de Góis, que desenvolveu a “pedagogia dos sonhos” (Freire, 2001) na chamada “Cracolândia”, na cidade de São Paulo, durante dois anos, após longo desenvolvimento de seu método junto aos adolescentes em vulnerabilidade, moradores da Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros, em Mandirituba, a 50 quilômetros de Curitiba.

O livro agora em produção se baseia em uma série de relatos dos encarcerados da Cadeia Pública de Vila Rica, localizada no estado do Mato Grosso. Os relatos não se apresentam como “discurso de ação” (Ricoueur, 2018), mas como

uma humanização dos encarcerados. Ao promover junto aos encarcerados a escrita libertadora, Góis os reconhece como cidadãos de direito, nos moldes do Artigo 41 da Lei de Execução Penal de 1984.

A parceria – além de seus explícitos apelos humanitários – ganhou impulso com a insatisfação do ativista ante o número limitado de bibliografia referente ao cotidiano dos encarcerados, fato que configura empecilho para estudos correlatos. No papel educacional, o Floresta Edições desenvolve a produção e planeja os próximos passos para que esses “escritos do cárcere” extrapolem as paredes das unidades prisionais.

No período, o Ncep foi convidado pelo Núcleo de Práticas Jurídicas da UFPR a auxiliar no desenvolvimento de um jogo que demonstrasse o funcionamento do acesso à Justiça no Brasil. E os agentes envolvidos nos processos jurídicos-sociais. O jogo se presta a ser trabalhado por lideranças populares.

Para Alves (2015), atividades divertidas e gamificadas podem engajar públicos diferentes e com idades diversas. E o engajamento está diretamente ligado à relevância dos conteúdos, às pessoas e à forma como a aprendizagem é motivada. O convite nasce de uma percepção da equipe de Direito – em suas ações de extensão – da falta de trabalhos sobre o funcionamento da Justiça que tenham linguagem acessível. O Ncep atua na produção de notícias e materiais educacionais que estarão inseridos no jogo, além de travar contato com as lideranças.

O Floresta também atua em capacitações educacionais, no formato de oficinas, a partir de metodologias oriundas do programa, buscando reverberar a ação extensionista para além do ambiente universitário. Uma das iniciativas é o projeto *Crônicas que Inspiram*, criado em 2024 pela editora do NCEP, baseado em experiências anteriores no Colégio Estadual João Gueno, na Região Metropolitana de Curitiba, desde 2018. Durante a oficina, é compartilhada a metodologia usada na produção do livro *O Meu, o Seu, o Nosso São Dimas*, uma coletânea de crônicas de jovens que demonstra como a escrita pode transformar a percepção dos estudantes sobre seu meio e engajá-los na construção de uma sociedade mais consciente.

O objetivo da oficina não é ensinar os professores a produzirem crônicas, mas apresentar estratégias para ampliar o interesse dos jovens pelo assunto, criando uma rede de efeitos educacionais, quebrando estigmas acerca da escrita e ampliando

o pertencimento cidadão dos alunos em constante constituição por meio da imersão em situações concretas de construção de significações (Oliveira, 2004). O projeto em desenvolvimento vai de encontro às formações educacionais previstas nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica*:

É tarefa da escola possibilitar que seus alunos participem de diferentes práticas sociais que utilizem a leitura, a escrita e a oralidade com a finalidade de inseri-los nas diversas esferas de interação. Se a escola desconsiderar esse papel o sujeito ficará à margem dos novos letramentos, não conseguindo se constituir no âmbito de uma sociedade letrada (Paraná, 2008, p. 48).

A composição de uma rede de contatos em torno da educomunicação configura o primeiro passo do processo de aprimoramento editorial do Floresta e é a razão pela qual essas temáticas são abordadas em 2024. Os parceiros procuraram o Floresta Edições não apenas como prestador de serviço, mas como facilitador dos preceitos de ampliação da educomunicação. A criatividade configura a rotina de inovação do modelo editorial, que, embora funcione como editora, é pautado pelos preceitos que permeiam o Ncep, funcionando não como uma empresa, mas como agente de engajamento para transformação social.

A inovação move o Floresta Edições devido ao aproveitamento de oportunidades para atender necessidades tanto do projeto como da comunidade, pensando não apenas no presente, mas na cadeia de novas transformações sociais decorrentes desses trabalhos (Drucker, 2005). Cumpre-se este objetivo tanto transformando materiais que já existem, como o caso da metodologia do projeto *Crônicas que inspiram*, ou criando algo novo, como o livro de relatos dos encarcerados do presídio de Vila Rica.

O planejamento de metodologias, de novos trabalhos, de aprimoramento de contatos e de linguagem educomunicativa, constituem o preparo da equipe antes, durante e após cada trabalho. Afinal, embora com incertezas de sustentação e de futuro, o planejamento leva em consideração que parte do futuro é previsível, como a criação de cronogramas com parceiros, e, por essa mesma razão, deve ser planejado (Maximiano, 2006).

Considerações e ambições

A Floresta Edições busca democratizar a educomunicação, pois ensinar vai além de transferir conhecimento, mas implica em criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Freire, 1996). Acredita-se que esses materiais possuem contribuição valiosa para explorar o potencial transformador da comunicação, consequentemente abrindo caminho para novas parcerias.

A proposta de uma editora como suporte e espaço privilegiado para o exercício da extensão universitária precisa ser considerada. As etapas dessa extensão, que é parte dos pilares universitários, permitem aos estudantes experimentarem a alteridade, a linguagem, a multidisciplinaridade, entre tantas outras habilidades próprias do saber e do agir humanístico.

Contudo, o Floresta Edição também lida com dificuldades orçamentárias, haja vista que não há um financiamento direto para impressão desses produtos. Os recursos são oriundos da contribuição interna entre a equipe e da elaboração de eventos a fim de arrecadar fundos. Apesar da falta de verba, o projeto se mantém esperançoso com relação aos próximos passos. É, sobretudo, um exercício de criatividade e imaginação, própria de quem procura caminhos para fazer chegar ao outro a mensagem que foi pensada para ele.

Referências

- ALVES, Flora. **Gamification – como criar experiências de aprendizagem engajadoras**. Um guia completo: do conceito à prática. 2.^a ed. São Paulo: DVS, 2015
- BRASIL. Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a lei de execução penal**. Brasília-DF: Senado, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/3M3vjHt>. Acesso em: 05 de ago. de 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Ed. atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CITELLI, Adilson (org.) **Educomunicação: comunicação e educação**. Os desafios da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017.
- DRUCKER, P. **O novo papel da administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Harvard de Administração).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. QUIMELLI, Gisele Alves e Sá. **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: Ed. CRV, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

OLIVEIRA, M. K. de. **Ciclos de vida: Algumas questões sobre a psicologia do adulto**. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2. maio-ago/vol, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação básica: língua portuguesa**. Curitiba, 2008.

PERUZZO, Cicília. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Comunicação Comunitária – ECO-Pós: Publicação da pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, v. 12, n. 2. Rio de Janeiro, maio-agosto 2009, p. 46-61.

RICOUER, Paul. **O discurso da ação**. Lisboa:Edições 70, 2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 11.^a ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

THOMPSON, John B. **Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

Programa de Extensão Educomunicação Rondônia¹

Evelyn Iris Leite Morales Conde²

Introdução

O presente trabalho apresenta o relato descritivo das ações do Programa de Extensão Educomunicação Rondônia (PEducom/RO), vinculado do Departamento Acadêmico de Comunicação (Dacom) da Universidade Federal de Rondônia (Unir), institucionalizado desde 2022 na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (Procea/Unir). Refere-se ao recorte temporal específico de dezembro de 2022 a agosto de 2024.

Insere-se no eixo Gestão da Comunicação deste Congresso, por apresentar características de autogestão e organização sistematizada de ações extensionistas com foco na educomunicação (Soares, 2011), comunicação na educação (Martín-Barbero, 2014) e comunicação para a cidadania (Peruzzo, 2009).

Interessa pontuar que o PEducom/RO tem como principal executor das ações o Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania (REC Unir), com colaboração de professoras/es e estudantes de cursos vinculados ao Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (Nucsa), como Jornalismo e Ciências Contábeis; licenciaturas do Núcleo de Ciências Humanas (NCH), como Artes Visuais, Teatro, História, Letras/Libras, Letras/Espanhol, Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais, Arqueologia; e do Núcleo de Saúde (Nusau), com estudantes dos cursos de Enfermagem e Psicologia.

A diversidade de participantes nos projetos do PEducom/RO auxilia no processo de materialização de diferentes frentes de atuação, considerando as experiências e vivências de cada pessoa e formação, com objetivo de fortalecer o

¹ Trabalho apresentado no Eixo 1. Gestão da comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Educadora, extensionista e pesquisadora vinculada ao curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Rondônia (Unir), coordenadora do Programa de Extensão Educomunicação Rondônia (PEducom/Unir) e do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC/Unir/CNPq), Porto Velho, Rondônia. Email: evelyn.morales@unir.br

ecossistema comunicativo da universidade, de coletivos, grupos e movimentos sociais, com enriquecimento das relações com a comunidade externa nos estudos e formações realizados pelo programa de extensão.

Neste trabalho, serão descritas ações extensionistas que tem a educomunicação em suas estratégias de materialização e reflexão: curso de extensão Práticas Educomunicativas, projetos de extensão Educomunicação nas Escolas e Educomunicação Popular, e evento de extensão Jornada Educomunicação Rondônia.

Breve apreensão conceitual

O PEducom/RO apreende a educomunicação como a união de campos de conhecimento que se complementam e, juntos, agem para o fortalecimento do ecossistema comunicativo (Soares, 2011) na direção da prática de uma cidadania possível, coletiva, crítica e que se posiciona contrária ao individualismo, à manipulação e à competição, com superação e transformação das oportunidades ofertadas pelas novas tecnologias.

Nessa direção, a prática da inter-relação da comunicação com a educação neste programa vai ao encontro do que Freire (2006) expressa sobre a relação entre os homens [as mulheres], entre os seres vivos, referente ao ato de pensar, que exige mais do que um ser pensante, mas uma/um mediatizada/o pela/o outra/o, em um processo recíproco de trocas genuínas, de forma interconectada, sem isolamento, pois somos participantes de uma relação mútua e constante.

E essas experiências são compartilhadas a partir da textura dialógica em que a linguagem proporciona um mundo em comum entre as pessoas, como um lugar de encontro (Martín-Barbero, 2014), com expressões de uma fala para a/o outra/o, a partir de experiências próprias, acumuladas, e, assim, compartilhadas. Partilhas de vivências que dinamizam as ações, movimentam a cidadania, aperfeiçoam ou ampliam os direitos (Peruzzo, 2009), de forma não linear, não solitário, sempre em ação, como o verbo expresso por Alves (2021): “cidadanear”, como uma cidadania dinâmica, parte de uma gramática revolucionária que cidadanea “com”.

Assim são as bases das ações do PEducom/RO, com estratégias que valorizam a outra pessoa em exercício por meio de trocas de suas experiências, suas

vivências, seus saberes, que colaboram para um cidadanear constante e dinâmico, no exercício de partilhas sem competitividade ou isolamentos.

Metodologia das ações do Programa de Extensão Educomunicação Rondônia

A metodologia que perpassa as ações do PEducom/RO abrange os movimentos do grupo REC Unir, que considera a educomunicação como paradigma orientador e tem como elementos estratégicos os termos: relações, expressões e cidadanear (Conde; Melo, 2023). Nesse sentido, os projetos não são escolhas aleatórias, são parte de uma totalidade de demandas de coletivos e grupos no estado de Rondônia que interagem com o Programa com objetivo de fortalecimento dos ecossistemas comunicativos locais.

A elaboração dos projetos inicia com rodas de diálogos e com planejamento prévio com as equipes compostas por bolsistas e voluntárias/os dos ciclos anuais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura, ampla concorrência (PIBEC-AC) e ação afirmativa (PIBEC-AF), da Universidade Federal de Rondônia (Unir), que realizam uma espécie de desenho-base sobre como serão realizadas as atividades, conforme o delineamento dos objetivos, públicos e espaços de cada projeto; bem como o tipo de avaliação e devolutivas aos grupos, coletivos e movimentos sociais atendidos.

As demandas chegam nos canais de comunicação do grupo REC Unir, por *email* ou por mensagens nas redes sociais, especialmente as do projeto Educomunicação Popular, por se tratar de uma ação materializada no interior do estado de Rondônia, a partir da solicitação de grupos e coletivos vinculados aos movimentos sociais do campo, da agricultura familiar e reforma agrária, de comunidades tradicionais, ou povos originários; diferente dos demais projetos, que possuem diferentes dinâmicas, a serem descritas na seção seguinte.

Importa destacar que todas as ações têm um caráter pedagógico que preza pelo planejamento a partir de elementos da educação popular, considerando o diálogo, o saber e as vivências das/os estudantes bolsistas e voluntárias/os, isto é, cada sugestão de dinâmica, de *slides*, de cartazes, de falas, de atividades, de avaliação, é importante para a construção da metodologia dos projetos, que se guia pela racionalidade emancipatória (Giroux, 1986), afastando-se do modelo de currículo restrito e opressor, e, assim, materializando uma ação orientada para a liberdade.

Para isso, são discutidas formas mais próximas da realidade de cada grupo ou coletivo atendido, com compromisso de inserir também suas vivências e experiências para que as atividades tenham um sentido de coletividade e pertencimento, do pensar junto, do compromisso da/o profissional com uma sociedade que “não é algo dado, estático e imutável [...] enclausurada em departamento estanques”, pois essa sociedade é “[...] uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação”, como ensina Freire (1979, p. 21).

A gestão do Programa de Extensão Educomunicação Rondônia

Os projetos de extensão do PEducom/RO estão diretamente relacionados a espaços de educação formal, informal e não formal, especialmente, em escolas da rede pública de ensino e em territórios vinculados a grupos, coletivos e movimentos sociais rondonienses.

Inicia-se o relato com o curso de extensão **Práticas Educomunicativas**, realizado todo mês de janeiro de cada ano, em período de recesso acadêmico na Universidade Federal de Rondônia (Unir), para público interno e externo da Unir. O curso, gratuito, tem 20 horas de duração, com facilitação de diálogos com as/os participantes que desejam partilhar experiências sobre a interface comunicação e educação, bem como produzirem peças comunicacionais coletivas em áudio, vídeo e artes gráficas com ênfase na comunicação para cidadania.

A elaboração do conteúdo é realizada pela equipe de bolsistas do grupo REC, com ênfase nos temas: conceito de educomunicação, elementos da desinformação, produção coletiva em áudio, produção coletiva em audiovisual, elementos básicos de projetos de pesquisa e extensão com abordagem educacional e avaliação final.

A avaliação do curso é contínua, a partir da participação de todas/os nas tarefas realizadas no final de cada dia, que, depois de socializadas, são aprimoradas com as sugestões coletivas e postadas nas redes sociais do grupo REC Unir. A avaliação final é feita com observação participante em uma roda de diálogos sobre as práticas realizadas e a forma de relações tecida no decorrer do curso.

Nas edições dessa ação extensionista, o público-alvo se mostrou bem diversificado, com estudantes de licenciaturas da Unir, professoras/es e estudantes da educação básica de Porto Velho/RO.

Educomunicação nas Escolas - projeto de extensão com duas edições por ano, uma em cada semestre letivo, com abertura de edital de chamamento para escolas da rede pública de ensino de Porto Velho ou conveniadas. São realizados dez encontros semanais de até quatro horas, com discussões sobre desinformação, crítica midiática, trabalho comunicativo em coletividade, produção de pauta, conteúdo sonoro e de vídeo com ênfase na comunicação para a cidadania, exposição das produções e socialização de impressões coletivas sobre as ações colaborativas e das peças comunicacionais elaboradas autonomamente pelas/os participantes.

A produção do conteúdo apresentado nas rodas de diálogos e práticas com as/os participantes das escolas é realizada um mês antes do início de cada edição do projeto, por cinco estudantes de cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Rondônia (Unir), com orientação da coordenadora do PEducom/RO. Os temas são discutidos coletivamente, com consulta em livros e artigos científicos do campo da comunicação, educação e da educomunicação.

Avaliação deste projeto se dá em duas frentes: a primeira, de modo contínuo, com as/os bolsistas do projeto, com diálogo logo após a atividade na escola, para apreensão dos pontos a serem aprimorados na intervenção com as estudantes e, ao final do ciclo PIBEC, com um relatório final em forma de artigo de relato de experiência apresentado em seminário específico do Programa. Compreende-se que o diálogo a cada dia do projeto é uma forma de exercitar a reflexão crítica sobre a prática (Freire, 1996); a segunda frente é a avaliação com as/os estudantes das escolas, com a promoção de tarefas semanais que valorizam não apenas a produção midiática, mas o modo como se relacionam, se ajudam, coparticipam para uma produção baseada na cultura de paz e colaboração mútua. Ao final do projeto, os grupos apresentam um produto comunicacional elaborado de forma autoral, expondo como foi a sua construção, desde o pensamento conjunto do enredo até a materialização mais técnica da peça de comunicação.

As vivências neste projeto proporcionam uma percepção crítica sobre as relações em cada ação concretizada, como declara uma integrante da equipe do projeto,

O que eu, como estudante de Pedagogia, posso fazer para chegar neles [estudantes] e dizer: ó, vamos trabalhar, vamos fazer isso. Essa é uma forma deles protagonizarem os que eles querem fazer, mas também com um pouquinho de observação. O que eu posso fazer para ajuda, sem pegar na mão para eles fazerem isso e aquilo (Giovanna Beatriz, 2024).

Bem como expressa outro integrante:

A gente atua como facilitadores, ou seja, a gente tem que deixar o aluno tentar e tentar de novo. E claro, caso ela venha pedir nossa orientação, a gente vai ajudar, mas o importante é que ele dê esses passos (Vinícius Carvalho, 2024).

Uma terceira participante da equipe complementa,

Todo mundo tem algo para acrescentar no conteúdo, e para ficar mais dinâmico é importante a participação de todos nós” (Fernanda Jamilly Vilarim, 2024).

Nas escolas, as/os estudantes demonstram entusiasmo com o projeto e contam com apoio da gestão para suas atividades no campo da educomunicação.

Para nós é muito gratificante ter essa parceria. Entendemos que as quatro horas que [as/os estudantes] estão conosco no [ensino] regular não é o suficiente para que eles tenham uma visão de mundo ampliada. O nosso objetivo é que eles tenham essa possibilidade de ampliar a visão, a perspectiva, de questão profissional, de questão mesmo de vivência, de convivência. Para gente são superimportantes essas parcerias (Ida Cristina Oliveira, 2023).

E, assim, as/os participantes, vivenciam a educação como prática da liberdade (Freire, 1999), com valorização do saber de cada uma/um, promovendo a facilitação do processo de trocas para potencializar essas pessoas como forças transformadoras.

Educomunicação Popular – Diferente do projeto Educomunicação nas Escolas, o Educomunicação Popular é realizado em espaços não formais (Gohn, 2010), com contato direto com a natureza e no constante (re)conhecimento dos territórios. No caso de Rondônia, com organização de místicas e rodas de diálogos nas florestas, em reservas extrativistas, comunidades indígenas, assentamentos da agricultura familiar, nos rios, onde a vida natural está.

A formação é feita a partir do pedido dos coletivos, grupos e movimentos sociais diretamente ao grupo REC Unir, vinculado ao PEducom/RO, com a indicação da finalidade, local e público-alvo. A equipe que elabora o conteúdo da formação cria um desenho-base de como será a ação no território, entretanto, é apenas no local que serão combinados os demais detalhamentos, sempre valorizando o tempo e os saberes das comunidades anfitriãs. Nessa direção, o currículo deste tipo de projeto é dinâmico, sendo priorizada a participação de todas e todos na materialização da extensão em seu andamento, com um planejamento vivo e contínuo, mas sempre tendo como temas geradores o papel da comunicação no combate à desinformação, o modo como é possível registrar denúncias de ataques às comunidades com produções comunicacionais autorais, e produção de conteúdo sobre as culturas dos territórios.

A avaliação das atividades é parte de um processo que abrange a socialização do conteúdo das peças comunicacionais combinadas entre a equipe do projeto e as/os participantes cursistas, seja por meio de produções audiovisuais, gráficas, fotografias, ou outros artefatos de comunicação que sejam elaborados de modo coletivo e coparticipativo.

Os impactos do processo de comunicação e educação não-formal podem ser inferidos, em certa medida, nos relatos das vivências das/os participantes, como nesta fala da coordenadora colegiada da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPT/RO).

A comunicação está unindo as comunidades, unindo a história, unindo os nozinhos, cada um aqui fazendo a sua parte, cada um se emocionando, chorando, vibrando junto, então tem sido tudo isso e vai ser mais, vai ser mais, porque a gente está aqui para estar junto até o final, até quando a gente sentir que a gente conquistou essa esperança em muitos territórios aqui em Rondônia (Larissa de Castro, 2024).

É possível apreender o sentido das relações neste projeto, a partir do que relata a integrante comissão de juventudes e comunicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro).

Eu acredito que seja bem interessante, acreditando que essa juventude que veio para o curso de formação vai oferecer conteúdo e vai promover os movimentos através desse conteúdo. Sem contar, na troca, do compartilhar saberes, troca de novas amizades. É interessante para a juventude, e oriento que novas juventudes cheguem também trazendo esse mesmo conteúdo na internet (Viviane Amaral, 2023).

A estudante do ensino médio, integrante da Rede Terra Sem Males de Rondônia, complementa:

Sem contar a importância dos conhecimentos que são agregados aqui, tanto a gente pode levar para a vida pessoal, e para dentro dos movimentos, para as organizações, e comunicações (Ana Luiza Ferreira, 2023).

Em quase dois anos de atuação, o PEducom/RO desenvolveu mais de dez formações neste projeto, em diferentes formatos, seja em rodas de diálogos, palestras ou em cursos com até 20 horas de duração, com movimentos como Juventude Indígena de Rondônia, Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, juventude comunicadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RO), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB/RO), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT/RO), Instituto Padre Ezequiel Ramin (IPER), Levante Popular da Juventude, e jovens estudantes integrantes da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unir (ITCP/Unir).

Jornada Educomunicação Rondônia – é um evento realizado no final de cada biênio do PEducom/RO, com objetivo de reunir as/os participantes das ações extensionistas realizadas nos 24 meses antecedentes, para apresentação de relatos de experiências e discussões entre estudantes da educação básica e ensino superior sobre as atividades desenvolvidas no decorrer de dois anos nas ações extensionistas.

O evento é aberto a demais pessoas interessadas em partilhas da interface comunicação e educação em Rondônia. A primeira edição será realizada em dezembro de 2024, com planejamento coletivo de como será feita a ação em Porto Velho, capital de Rondônia.

Além dos projetos de extensão, o PEducom/RO valoriza a prática da sistematização dos dados das ações realizadas em artigos ou relatos de experiências apresentados em congressos, seminários e encontros, com publicação em anais ou em periódicos da área, como forma de socializar suas práticas e reflexões, seja sobre as relações e trocas com a juventude comunicadora dos movimentos sociais (Conde et al, 2023); sobre as políticas educacionais de Rondônia, sobretudo, no contexto da gestão democrática e na participação da comunidade escolar nos processos coletivos de decisão (Conde; Pedro, 2022); na apreensão sobre a programação e participação da comunidade em rádios comunitárias do estado de Rondônia (Conde; Chaves; Sombra, 2024); e com detalhamento sobre como são as estratégias de atuação do grupo REC, considerando as relações com a comunidade externa (Conde; Melo, 2023).

Todas as ações desenvolvidas pelo PEducom/RO são socializadas nas redes sociais do grupo REC, da ITCP/Unir, e de redes parceiras, quando em colaboração: @itcpunir (Instagram), @rec.unir (Instagram), Canal REC Unir (Youtube), Canal 321 REC (Spotify) e site www.rec.unir.br.

Considerações

Entendemos que as ações do PEducom/RO facilitam o processo de aproximação concreta entre universidade e comunidade, com relações mais afetuosas e co-participativas no que se refere à apreensão do *quefazer* da comunicação comunitária ou no processo de enfrentamento à desinformação e da possível ausência de estratégias de colaboração mútua entre cada uma e cada um em seus espaços de luta, no que se refere ao processo de produção sistematizada com ênfase na comunicação para a cidadania.

Os desafios da gestão de projetos em Rondônia é a falta de incentivo e programas governamentais dedicados à formação com abordagem educacional, comunicativa,

o que tem sido um exercício constante de incidência política das ações do grupo REC junto ao PEducom/RO.

Embora não haja apoio direto da sociedade política, inserida, em Rondônia, em uma conjuntura de neoconservadorismo relacionado à educação e sua interface com a comunicação, as ações são realizadas a partir de parcerias com organizações da sociedade civil, com a finalidade de promover o fortalecimento do ecossistema comunicativo de modo lento, mas contínuo.

Com relações que respeitam e consideram a diversidade, com expressão sem receio de críticas, com acolhimento de opiniões, e com o cidadanear “com”, ativo e constante, de modo coletivo, a educomunicação segue adiante na Universidade Federal de Rondônia, com a esperança de materializações sensíveis, afetuosas, e com o combustível do esperar em suas projeções e conquistas. É Educomunicação para Cidadanear!

Referências

- ALVES, Luiz Roberto. Cidadanear: uma gramática revolucionária. In: SILVA, Denise Teresinha et al. (Orgs.). **Comunicação para cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. 1 ed. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. pp. 43-76.
- CASTRO, L. In: REC. Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania. Depoimento de Larissa de Castro. **Instagram @rec.unir**, 30 jun. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C81iUfjOxgQ/?igsh=amlxdjBqZ2pxd204>. Acesso em: 4 out. 2024.
- CONDE, E. I. L. M.; PEDRO, E. T.; Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia: contradições e resistências (2013-2020). **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 18, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/92556/51447> Acesso em 15 jul. 2024.
- CONDE; E. I. L. M.; CHAVES, M. E. A.; MASCARENHAS, M.; ARAÚJO. M. L.; FERNANDES, V. C. A. Percursos do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania [REC]. **Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 4 a 8 set. 2023. Disponível em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202323364864dd87c04e738.pdf Acesso em: 15 jul. 2024.

CONDE, E. I. L. M.; CHAVES, M. E. A; SOMBRA, V. L. R. Características da Rádio Comunitária como Veículo Sonoro de Comunicação para a Cidadania. **Anais do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, 22 a 24 de maio de 2024, E [recurso eletrônico]: Organizado por Ariane Carla Pereira, Maria do Carmo Silva Barbosa - São Paulo : Intercom, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/14/1745/041120241618196618377be2737.pdf> Acesso em: 29 ago. 2024.

CONDE, E. I. L. M; MELO, A. A. C. 3,2,1 REC: Estudo e produção coletiva de comunicação sonora para a cidadania. In: **Educomunicação e educação midiática nas práticas sociais e tecnológicas pelos direitos humanos e direitos da terra**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação – ABPEducom, 2023, p. 999-1014. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003174575.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024.

FERREIRA, A. L. In: REC. Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania. Depoimento de Ana Luiza Ferreira; Miqueias Ribeiro; Viviane Amaral. **Instagram @rec.unir**, 2 jul. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CuNNMpjJs2u/?igsh=MWk2NTNyZjByMjZrZw==>. Acesso em: 4 out. 2024.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. trad. Moacir Gadotti; Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. Tradução: Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, G. B.; CARVALHO, V. In: REC. Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania. Depoimento de Giovanna Beatriz e Vinícius Carvalho. **Instagram @rec.unir**, 4 out. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DATfssAPGR4/?igsh=a3hkc3Y3aDI3Z2U2>. Acesso em: 4 out. 2024.

OLIVEIRA, I. C. In: REC. Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania. Depoimento de Cristina Oliveira. **Instagram @rec.unir**, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0jnIjeRNEV/?igsh=c3Rzd2k3aGh6b3Rw> Acesso em: 4 out. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à Comunicação. In: Revista Fronteira: estudos midiáticos. **Revista Fronteiras** - Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2009.

SOARES, I. O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

VILARIM, F. J. In: REC. Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio, Educação e Cidadania. **Instagram @rec.unir**, 16 maio 2024. Depoimento de Fernanda Jamilly Vilarim. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C7CkgVkJvb9/?igsh=MWFpMjlyNzliaZz0dQ==>. Acesso em 4 out. 2024

O Núcleo de Educomunicação com os cursos de Pedagogia e Jornalismo na UNEB¹

Edilane Carvalho Teles²

Esta proposta analisa a criação do núcleo de estudos, pesquisas e práticas de Educação e Comunicação, do Departamento de Ciências humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia, que encontra-se em formulação. De abrangência interdisciplinar, o objetivo é promover junto às/aos graduandas/os e docentes uma formação comprometida com as demandas dos contextos, com ênfase nas políticas públicas relacionadas às áreas/campos no alcance e consolidação dos conhecimentos científicos, éticos, tecnológicos, pedagógicos e culturais, para a garantia do desenvolvimento de ações implicadas com o fortalecimento da licenciatura em Pedagogia (Bahia, 2011; 2019) e do bacharelado de Jornalismo em multimeios (Bahia, 2012), com destaque à interface, entendida como Educomunicação. Ampliar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, cujo compromisso é voltado para uma educação crítica, criativa, cidadã e solidária pautada nos princípios da inclusão, diálogo e ação colaborativa com as comunidades, interna e externa.

No contexto de realização da proposta, os cursos possuem um percurso (in)comum ao referir-se à interface na realização de estudos e práticas com a transversalidade das mídias e tecnologias, através das tentativas de realização praxiológica com projetos baseados em uma educação contextualizada (Reis, 2011) e popular (Freire, 1987), quanto aos entendimentos na área e atuação profissional futura de Educomunicadoras/es e Pedagogas/os-Educomunicadoras/es (Teles e Reis, 2019). Para tanto, parte de percursos formativos que visam a superação da função meramente instrumental (Citelli, 2011) na educação formal, não formal e informal no interior dos ecossistemas comunicativos, além de compreender na interrelação dos

¹ Universidade do Estado da Bahia.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da UNEB, em Juazeiro, Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa Polifonia (UNEB) e membro do Mediações Educomunicativa (ECA-USP). E-mail: ecteles@uneb.br

campos, o dinamismo que promove a consciência crítica sobre a produção de mensagens pelos diversos meios/veículos, passando da recepção como produtos externos à elaboração e edição pelas/os estudantes e comunidades, como partícipes protagonistas.

Em Pedagogia, o componente curricular é definido como “Educação e Comunicação”. Em Jornalismo, a escolha dos termos é posta ao contrário, “Comunicação e Educação”, abordados nos percursos de ensino partindo do conceito à ação, com a realização de diferentes projetos, através da área em formação/sistematização. Entretanto, cada curso realiza a interface ao próprio modo, com objetivos e intencionalidades relacionados às especificidades do currículo.

O Curso de Comunicação Social, Jornalismo em Multimeios (Bacharelado) foi implantado no ano de 2003 (Bahia, 2012), proposto como resultado de um conjunto de políticas e iniciativas da universidade, que buscava atender a demanda de profissionais qualificados na área. Neste, a presença e inclusão de um componente curricular também abordava o imbricamento da comunicação com a educação, ampliando as aproximações dos cursos, neste aspecto especificamente.

A licenciatura em Pedagogia propõe uma transversalidade maior com a interface, a qual tem o acréscimo de outro componente que os demais currículos da UNEB também incluíram, “Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (60h)”, com alterações nominais nos diferentes departamentos, ou seja, o termo de referência não é o mesmo, as formações têm escopos semelhantes com a presença e inclusão das mídias e tecnologias, apenas no DCH III aparece o termo nominalmente descrito como Educomunicação (Teles, 2019). Esse dado encontra na presente proposta a justificativa que a escolha por essa abrangência interdisciplinar também está implicada com a presença da Comunicação Social e da Educação Popular no Departamento, o que reforça a importância em promover o grupo, para investigar os entrelaçamentos na área, uma vez que os cursos emergem com essas convergências conceituais e praxiológicas, como uma inovação.

Outro aspecto a considerar é o ineditismo de construção sistemática da inter-relação como os princípios de inclusão, democracia, cidadania e direitos humanos, que trouxeram no momento da reformulação da segunda proposta até a atual (Bahia, 2019), os estudos que eram encaminhados pelo NCE (Núcleo de Comunicação e

Educação) da Universidade de São Paulo (USP), quanto as pesquisas e as práticas que incluem nas formações e processos educativos/comunicativos dos espaços e instituições, o termo Educomunicação para definir a interface, o qual pode ainda ser relacionado aos estudos e inclusão das tecnologias, partindo do conceito às relações da sociedade na cibercultura.

A realização de projetos comuns a ambos os cursos incluem o fortalecimento da Educação, através de pesquisas com a comunicação, como, por exemplo, o Grupo de Pesquisa Polifonia, a pesquisa de Iniciação Científica do Observatório de Educação midiática e tecnológica na formação docente e o Projeto do Acervo Dom José Rodrigues, que inclui inúmeros documentos e publicações que reforçam essa afirmação. Este último demonstra de forma sistemática, a história da região, da educação e do município, a presença e influência de Paulo Freire como um dos protagonistas também no diálogo com os meios comunicacionais, numa perspectiva inclusiva dos povos excluídos dos sistemas e instituições. Assim como, outros projetos e pesquisas que ampliam os conhecimentos da interface e do potencial comunicativo às graduações, com a presença dos dois cursos.

Há ainda uma especificidade única na realização de projetos com as mídias e tecnologias, no viés da gestão da comunicação, como uma das possibilidades que evidenciam a presença do Núcleo de Estudos, como um dos meios de promover a efetivação da curricularização da extensão, assim como os projetos implementados que dialogam com as realidades e problemáticas da sociedade, os quais reverberam nas elaborações do campo de Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

A aproximação dos currículos favorecem o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico, cujo potencial encontra-se na interface dos campos, elementos que potencializam a formação inicial e continuada, da/o Pedagoga/o e da/o Jornalista. Destarte, as aprendizagens e os conhecimentos estão relacionados aos modos e formatos críticos e reflexivos, pois são considerados a partir da escuta das demandas com as comunidades, contextos e sociedades, para a partir destes, sistematizar e propor interpretações sobre os modos de fazer com os meios. Assim, não é um uso como recurso e/ou instrumento pedagógico para a aprendizagem ou meio jornalístico, bem sim, um referencial de formação que dinamiza os campos, incluindo os desafios de uma educação midiática.

A experiência da educomunicação nos cursos e departamento tem sido determinante e de real contribuição para o desenvolvimento de práticas mais contextualizadas e inclusivas com os meios e processos comunicacionais, pois as mídias e tecnologias transversalizam toda a formação, exigindo ‘imbuir’ de criticidade a construção das ações, a partir das demandas das realidades, compreendendo os discursos à medida que também os cria, com o rigor epistemológico necessário, assim como o respeito às vozes dos grupos identitários, com suas especificidades a serem consideradas nos processos e percursos da diversidade e inclusão.

Por fim, amplia a ação da universidade em sua estreita relação com as escolas públicas, instituições e entidades dos espaços formais, não formais e informais, como lugar de aprendizagens na efetivação de estratégias, ações e reflexão sobre a realidade concreta da sociedade e mundo. Contribui ainda com a presença e inclusão do semiárido, com uma formação que versa inexorável à autonomia das/os futuras/os educadoras/es e Pedagogas/os-educadoras/es, que atuarão na perspectiva da contextualização e fomento da educomunicação e/ou educação midiática, no desenvolvimento das práticas de leitura crítica das mídias e tecnologias que desafiam as realidades das comunidades e retorna para estas, contribuindo com sua sustentabilidade. Promover nos entendimentos das ações com os projetos que incluem a educomunicação como área de investigação, a ação e o diálogo com a reflexão crítica na compreensão ampliada da leitura de mundo, na construção e promoção de políticas que promovam a inclusão social e digital dos sujeitos em formação, a(s) comunidade(s) e a sociedade.

Referências

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Comissão de Reformulação Curricular. **Projeto de Reconhecimento do Curso de Pedagogia** - Licenciatura. Campus III. Juazeiro, 2011. In https://dch3.uneb.br/wp-content/uploads/2021/06/projeto_pedagogico.pdf Acesso em 24 jul. 2024.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Comissão de Reformulação Curricular. **Projeto de Reconhecimento do Curso de Pedagogia** - Licenciatura. Campus III. Juazeiro, 2019 (em reformulação).

Bahia. Universidade do Estado da Bahia. **Projeto de redimensionamento curricular do curso de Comunicação Social: Jornalismo em Multimeios**. 2012. In <https://dch3.uneb.br/wp-content/uploads/2021/06/PROJETO-PEDAGOGICO.pdf> Acesso em 24 jul. 2024.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. **Projeto de redimensionamento curricular do curso de Comunicação Social: Jornalismo em Multimeios**. 2012. In <https://dch3.uneb.br/wp-content/uploads/2021/06/PROJETO-PEDAGOGICO.pdf> Acesso em 24 jul. 2024.

CITELLI, Adilson O. Comunicação e Educação: implicações contemporâneas. In CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.) **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 59-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do campo: escola, currículo e contexto**. Juazeiro, Bahia: ADAC/UNEB-DCHIII/NEPEC- SAB, 2011.

Teles, E. C., & Reis, E. dos S. (2019). A inter-relação Educação e Comunicação na formação do pedagogo. **Esferas**, (13), 51-59. <https://doi.org/10.31501/esf.v0i13.10410> Acesso em 29 de ago. 2024.

TELES, Edilane Carvalho. **Entre o dizer e o fazer com as mídias e tecnologias na formação inicial do pedagogo**. 2019. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.27.2020.tde-25022021-100446. Acesso em: 2024-07-29.

Imagens como pontes: ilustrações científicas e seu potencial educador¹

Isabela Souza Xavier da Silva

As ilustrações científicas caminham ao lado das descobertas científicas muito antes da invenção da imprensa, quando livros eram copiados à mão, e, assim, também suas imagens, que tinham o poder de explicar conceitos revolucionários, às vezes se tornando mais famosas do que os próprios textos. Este artigo vai além da história da ciência, explorando um mundo recheado de imagens feitas à mão, digitalmente ou por inteligência artificial, onde um grande braço da ciência e sua compreensão ainda precisam ser tratados por novos olhares: mais educacionais, antirracistas, não capacitistas, e que não restrinjam o conhecimento apenas aos especialistas, mas promovam a comunicação científica para todos. Esta pesquisa acredita que as representações presentes em muitos livros clássicos estão além de seu tempo e, por isso, não mais contemplam a pluralidade de corpos e etnias do mundo. Elas podem ser usadas como ferramentas em sala de aula, não apenas para representar algo, mas também como janelas para um novo mundo a ser explorado, servindo de base para análise crítica sobre um assunto e sua representação.

Quando se examina o campo das ilustrações científicas, uma distinção útil a ser feita é entre as imagens de objetos visíveis a olho nu ou com o auxílio de um microscópio, e aquelas que representam entidades invisíveis. No primeiro caso, a ilustração é criada por observadores que, ao examinarem diretamente o objeto de estudo, produzem uma representação visual do mesmo. Na segunda categoria, a representação é fruto de um processo que combina estudo detalhado, discussões com especialistas e uma abordagem criativa de design para visualizar conceitos que ultrapassam a percepção humana direta. Embora ambas sejam fruto de muito estudo e diálogo com pesquisadores, abordam a criação de forma diferente, pois a arte final

¹ Trabalho apresentado no eixo 1 - Gestão da Comunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

da segunda categoria representa a forma de ver um objeto que ainda está muito no campo das ideias.

Um fator essencial para entender como as imagens são criadas é o processo de observação e a singularidade do ilustrador, cujas formações em artes plásticas e digitais, juntamente com o conhecimento específico do campo que representam e o contexto histórico em que vivem, moldam decisivamente o produto final. As escolhas feitas nesse processo têm repercussões profundas, não apenas na estética da ilustração, mas também na forma como o público interpreta e compreende o conteúdo apresentado. Do mesmo modo, a segunda categoria enfrenta desafios significativos. Representar ideias e objetos além da visão direta exige uma evolução contínua das técnicas de ilustração para acompanhar o avanço do conhecimento científico. As ilustrações devem não apenas capturar a essência do objeto ou conceito estudado, mas também facilitar a compreensão e o engajamento do público com temas complexos. Este estudo visa, portanto, examinar como as ilustrações podem ser aprimoradas para melhor servir como pontes entre o conhecimento científico e a compreensão pública, enfatizando a importância de abordagens inovadoras e inclusivas no campo da ilustração científica.

Entendendo o impacto que uma boa imagem tem na comunicação, podemos observar o caso do anatomista, ilustrador e filósofo Ernst Haeckel (1834-1919), que, ao misturar ciência e arte em suas ilustrações, ajudou Charles Darwin a divulgar suas descobertas sobre a evolução. Imagens tão significativas e impactantes para a época foram expostas diversas vezes em convenções, sendo até hoje um marco na história da ciência e da comunicação científica. Tais imagens transcenderam as paredes dos laboratórios, encantando a sociedade civil, questionando ideias criacionistas e a relação com outros seres vivos, tornando-se janelas para uma nova forma de pensar e pesquisar. As ramificações de seu trabalho, assim como de muitos outros artistas, trouxeram a ideia de imagens que rompem bolhas e instigam percepções e questionamentos. Esse efeito, segundo o artigo de David S. Goodsell, Maria Voigt, Christine Zardecki e Stephen K. Burley (2020), chamado “Integrative Illustration for Coronavirus Outreach” (Ilustrações Integradas para Divulgação sobre o Coronavírus), explica o impacto que as imagens do vírus tiveram durante a pandemia. Elas permitiram que as pessoas visualizassem algo que as assustava e não compreendiam, disseminando imagens como forma de conscientização para

prevenção e cuidados. O artigo menciona como as pessoas usaram as imagens em preto e branco para colorir e estudar, além de abrir discussões em casa sobre o que são vírus, como combatê-los e sobre vacinas e saúde pública. Essas imagens se encaixam na segunda categoria, a de ilustrar objetos que não são observáveis a olho nu.

No entanto, este artigo também propõe uma discussão sobre a representação dos corpos em ilustrações anatômicas. Um estudo realizado por Patricia Louie e Rima Wilkes, que analisou os quatro livros médicos mais utilizados nas universidades, constatou que, das 4.146 imagens avaliadas, apenas 4,5% representavam pessoas com pele preta (referidas como "dark" pelas autoras), em comparação com 21% de tons de pele médios ("medium") e 74,5% de pele clara (LOUIE; WILKES, 2018, p. 38). O estudo amplia a discussão não apenas para a falta de diversidade nos gráficos de cor, mas também para o problema de certas condições dermatológicas não serem ilustradas em peles escuras, o que pode levar a diagnósticos incorretos devido à ausência de imagens de referência em diferentes tons de pele. Além disso, o estudo destaca que o direito à saúde é comprometido tanto nas ilustrações quanto no atendimento médico. O desconhecimento sobre como as mesmas doenças podem se manifestar de maneira diferente em pessoas com variados tons de pele contribui para diagnósticos errôneos. O estudo revela, por exemplo, que, nos Estados Unidos, pacientes negros em tratamento de hemodiálise têm menos probabilidade de serem selecionados para transplantes em comparação com pacientes brancos (LOUIE; WILKES, 2018, p. 38). Da mesma forma, crianças de origem latino-americana e crianças negras apresentam menos chances de serem diagnosticadas com infecções bacterianas do que crianças brancas. Esses problemas evidenciam que o racismo e a xenofobia transcendem as salas de aula nas instituições de ensino e se manifestam nos consultórios médicos, resultando em tratamentos diferenciados.

O universo das ilustrações científicas, quando analisado sob a perspectiva educacional, possui imenso potencial para combater as desigualdades de representações e os preconceitos que a desinformação ou a falta de informação podem gerar. Nesse contexto, o presente estudo busca investigar maneiras eficazes de integrar as ilustrações científicas no debate em sala de aula, explorando também outras atividades educativas que possam não apenas melhorar o aprendizado escolar, mas também enriquecer a comunicação científica.

A pesquisa será baseada em dois pilares: um questionário feito com estudantes de diversas áreas e aberto à sociedade civil para entender a relação das pessoas com as ilustrações e seu impacto no conhecimento, e uma pesquisa bibliográfica em livros de análise de imagens, história da ciência e comunicação científica. O questionário foi construído para, com base em algumas ilustrações científicas clássicas, entender a relação de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, idades e classes sociais com elas. As pessoas relacionam a imagem que faz mais sentido para elas com uma frase, ou vice-versa, relacionando uma afirmação com uma imagem. Além disso, há questões sobre a relação dos entrevistados com imagens científicas presentes em diversos espaços sociais, como hospitais, livros didáticos, mapas e gráficos, além de sua reprodução na mídia.

A pesquisa bibliográfica visa entender a relação das imagens em diferentes campos do conhecimento, das humanidades às exatas, e em meios interdisciplinares. Livros e artigos que analisam ilustrações e comunicação gráfica científica estão sendo estudados para entender como cientistas, tanto atualmente quanto ao longo da produção de conhecimento científico, se relacionam com essas imagens.

Uma das propostas é investigar a habilidade de interpretar imagens que representam objetos invisíveis a olho nu, permitindo que os estudantes adquiram conhecimentos profundos sobre o objeto e a matéria escolar a ele relacionada. Ao engajar os estudantes nesse tipo de atividade, pretende-se não só facilitar a absorção de conteúdos acadêmicos, mas também fomentar a curiosidade, incentivar questionamentos e aumentar o interesse pelo tema estudado. Além disso, essa abordagem amplia o repertório visual dos estudantes, contribuindo para uma leitura mais crítica e informada do mundo ao seu redor. Essas práticas também visam estimular a capacidade de análise crítica em relação às imagens, promovendo um entendimento mais profundo dos conceitos científicos e incentivando um diálogo aberto sobre a construção e a representação do conhecimento. Ao expandir o horizonte visual e interpretativo dos estudantes, espera-se não apenas aprimorar a qualidade do ensino, mas também cultivar uma consciência mais sensível e crítica sobre questões de representação e diversidade na ciência e na sociedade em geral.

Referências

ADAMS, E. M.; EROLIN, C. **The devil is in the details: developing a modern methodology for detailed medical illustrations**. Journal of Visual Communication in Medicine, v. 44, n. 3, p. 97-116, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17453054.2021.1921566>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRUZZO, Cristina. **Biologia: educação e imagens**. Educação & Sociedade [online], v. 25, n. 89, p. 1359-1378, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400013>. Acesso em: 15 out. 2022.

COSTA, Raquel Lima Silva. **Neurociência e aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação [online], v. 28, e280010, 2023. Epub 18-Jan-2023. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022280010>.

FERRIGNO, C.; SMITH, H. F. **A cigar in the left hand, a paintbrush in the right: Illustration and the anatomical sciences**. Anatomical Record (Hoboken, N.J.: 2007), v. 305, n. 6, p. 1343-1346, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ar.24916>.

GOODSELL, D. S.; VOIGT, M.; ZARDECKI, C.; BURLEY, S. K. **Integrative illustration for coronavirus outreach**. PLoS Biology, v. 18, n. 8, e3000815, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000815>.

HOFKIN, B. D. **The use of color in scientific and medical illustration**. The Journal of Biocommunication, v. 23, n. 3, p. 8-13, 1996.

JACKSON, H. R. **Preparation of illustrations for scientific papers**. Journal of the Biological Photographic Association, v. 33, p. 35-40, 1965.

KOLIJN, E. **Observation and visualization: reflections on the relationship between science, visual arts, and the evolution of the scientific image**. Antonie van Leeuwenhoek, v. 104, n. 4, p. 597-608, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10482-013-9951-z>.

LOUIE, Patricia; WILKES, Rima. **Representations of race and skin tone in medical textbook imagery**. Social Science & Medicine, Canadá, n. 202, p. 38-42, 1 abr. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953618300790>. Acesso em: 4 out. 2022.

MADHUSOODANAN, J. **Science illustration: Picture perfect**. Nature, v. 534, n. 7606, p. 285-287, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nj7606-285a>

SHEREDOS, B. **Communicating with scientific graphics: A descriptive inquiry into non-ideal normativity**. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, Jun. 2017, n. 63, p. 32-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.shpsc.2017.03.009>. Epub 14 Apr. 2017. PMID: 28412578.

Jogos na Educação: Uma análise do Currículo Paulista¹

Pedro Maia Veiga²

1. Introdução

Esta pesquisa observou a presença de jogos no currículo escolar do estado de SP, o Currículo Paulista, e sua evolução ao longo do tempo. Para isso discute-se a bibliografia sobre as temáticas dos jogos, educação e educomunicação, elabora-se uma linha do tempo dos currículos escolares após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional ser sancionada, sendo realizada uma análise documental do Currículo Paulista e do Material de Apoio ao Planejamento e Práticas do Aprofundamento (MAPPA).

Os jogos são uma manifestação cultural e ocupam um espaço cada vez maior na rotina de jovens e adultos, segundo a Pesquisa Games Brasil 73,9% dos brasileiros têm o hábito de jogar, sendo que 10,2% estão em idade escolar de 16 a 19 anos (Go Gamers, 2024).

Com o surgimento e a rápida popularização de novas mídias, comunicação móvel, redes sociais e tecnologias, as escolas e os professores começaram a ver esses artefatos tecnológicos se espalharem na mão dos alunos e uma pressão cada vez maior em dar uma resposta sobre suas possibilidades dentro da sala de aula e seus significados. Há uma premissa de que estes artefatos e jogos podem auxiliar a educação a retomar a atenção e o engajamento dos alunos na sala de aula, por isso vemos um crescente interesse de gestores e educadores em utilizarem estes artefatos e jogos no contexto escolar.

¹ Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em julho de 2024 na Licenciatura em Educomunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

² Educomunicador formado pela Universidade de São Paulo, nos últimos anos atuou como videomaker e fotógrafo em mandatos parlamentares de Deputada Federal, Estadual e de Vereadora na área de comunicação em políticas públicas e comunicação pública, atualmente trabalha com gestão de comunicação de músicos nas redes sociais.

É neste contexto que esta pesquisa investigou o Currículo Paulista e os materiais de apoio a professores e gestores escolares, o MAPPA, na sua tentativa de atualização pedagógica do currículo escolar frente aos novos fenômenos midiáticos e artefatos tecnológicos que estão inseridos no cotidiano de crianças e jovens. Dois componentes curriculares do MAPPA foram objeto deste estudo que foram analisados sob a ótica da educomunicação, se essas propostas têm conceitos e práticas educacionais e quais as contribuições da educomunicação podem dar para aperfeiçoar propostas pedagógicas com jogos na sala de aula.

2. Análise

O jogo é definido por quatro características: a meta que jogadores querem atingir, as regras que impõe limitações e delimitam o espaço do jogo, o sistema de *feedback* que informa o jogador sobre seu progresso e por último a participação voluntária, quando o jogador aceita fazer parte e jogar dentro desse sistema (McGonigal, 2012).

O uso de jogos na educação tem diversos discursos e concepções acerca de como utilizá-los e qual papel que o jogo cumpre no processo de aprendizagem. Há concepções que enxergam o jogo como um artefato distrativo que não cabe no espaço da sala de aula e sim no espaço de descanso, outra vê o jogo enquanto atividade espontânea que não tem interferência nem do educador e nem da escola. Das concepções que enxergam o jogo enquanto possibilidade, veem no jogo educativo e no jogo didático um meio para a instituição atingir determinadas metas e inserir conteúdos com uma roupagem lúdica, porém são atividades obrigatórias que perdem o caráter livre do jogo. Por último há a concepção de gamificação, ou seja, quando a instituição educativa utiliza ferramentas do design de jogos para serem aplicados em contextos de não jogo com o objetivo de aumentar o engajamento dos estudantes (Avanço, Lima, 2020).

A Educomunicação pode contribuir com o uso de jogos na educação pois ele deixa de ser apenas um artefato para ser também um canal de diálogo com a cultura e o conhecimento; veículo de análise e discussão para uma formação crítica; instrumento de “empoderamento” ao introduzir prática ligada à tecnologia, mídia e design; o ensino tangencial que permite aos jogos tratarem questões correlatas às

disciplinas estudadas com novos enfoques e interdisciplinaridade (Tupy; Schwartz; Soares, 2012).

Segundo James Paul Gee (2003) jogos são máquinas de aprendizagem, pois a mecânica baseada em tentativa e erro é uma forma de melhorar o rendimento do ensino propriamente dito, uma vez se tornam gamificadas as atividades de ensino. Os jogos trazem em si um fator motivacional e este é a razão do esforço para se envolver (Tupy; Schwartz; Soares, 2012). “Diferentemente de outras mídias, os videogames não só transmitem mensagens como também permitem a interação e mesmo a imersão lúdica nos conteúdos estilizados” (Tupy; Schwartz; Soares, 2012, p. 48).

A promulgação da LDB em 1996 iniciou um processo de estabelecer diretrizes curriculares comuns para a educação brasileira e sua periódica atualização. No estado de SP o primeiro currículo escolar foi implementado em 2008, ele foi atualizado em 2011 com a reorganização das disciplinas e seus conteúdos por área do conhecimento e por fim após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da aprovação da Reforma do Ensino Médio foi promulgado o Currículo Paulista em 2020.

Com relação ao material de apoio, o MAPPA, foram analisados os componentes “Dos jogos de tabuleiro ao RPG” e “Clubes de e-Sports e jogos digitais”, eles propõem utilizar jogos para desenvolver habilidades e competências relacionados a linguagem do jogo, processo criativo, analisar manifestações culturais, criar e adaptar jogos, explorar tecnologias da informação, utilizar ferramentas digitais e compreender o processo de investigação científica (SEDUC).

O primeiro componente “Dos jogos de tabuleiro ao RPG” propõe uma imersão em jogos de tabuleiro e em seguida em sessões de RPG, que é um jogo imaginativo e dialógico, pois formado um grupo para a sessão a progressão acontece por meio da interpretação do personagem de cada aluno neste mundo imaginário. A proposta dispensa artefatos tecnológicos e jogos eletrônicos, o que facilita sua aplicação, e também apoia-se na dinâmica de grupo e de socialização dos alunos para viverem um ambiente de jogos. Este espaço coletivo de construção de uma sessão de RPG é um lugar fértil para o aprendizado, pois educandos vão enfrentar e resolver problemas juntos que venham a surgir durante a atividade.

O segundo componente “Clubes de e-Sports e jogos digitais” visa a criação de clubes na escola com foco em jogos eletrônicos. A proposta estruturada em cinco atividades não foca no seu objetivo principal, a formação de clubes, e acaba exagerando na quantidade de atividades que não contribuem para a conclusão do projeto e acabam exaurindo os estudantes, como por exemplo ao propor dinâmicas de pesquisa de campo e aprender e desenvolver jogos eletrônicos em um curto espaço de tempo. Ela também se apoia em artefatos tecnológicos e mídias digitais para desenvolver suas atividades, que podem não estar presentes na realidade escolar ou não fazerem parte do repertório do aluno.

3. Considerações finais

Esta pesquisa se aprofundou em conceitos dos jogos, sobre como são vistos por diferentes teorias e abordagens quanto a sua inserção no contexto educacional, as noções e princípios do campo da Educomunicação e quais as contribuições que ela pode oferecer para dar resposta às indagações desta pesquisa, como quais os usos de jogos na educação, como abordá-los e se servem como ferramentas educativas que têm como objetivo superar as dificuldades atuais da escola e promover o aprendizado entre os educandos.

Ao longo do tempo foi possível constatar o aumento da presença de jogos no currículo escolar estadual de SP. Como uma tentativa de dar conta de um fenômeno em ascensão entre crianças e jovens o uso de jogos no contexto escolar aparece como forma de tentar aumentar o engajamento e a participação do aluno em sala de aula, pois a disputa por atenção com as novas mídias digitais e artefatos tecnológicos com a escola tem afetado o processo de aprendizado.

Outro ponto discutido ao longo do trabalho, que é um princípio da Educomunicação, foi o protagonismo e a autonomia do estudante em conduzir sua própria trajetória durante o processo de aprendizado. Porém apenas no primeiro componente “Dos jogos de tabuleiro ao RPG” é colocado como prática ativa do educador em sala de aula, enquanto no componente “Clube de e-Sports e Jogos digitais” a autonomia é reforçada apenas quando cabe ao aluno realizar tarefas já elaboradas ou atividades de avaliação.

Portanto, independente das propostas do MAPPA não estarem totalmente alinhadas com as premissas e princípios da Educomunicação, há um caminho a ser explorado e desenvolvido pela Educomunicação e educadores, pois o espaço e a necessidade por aprimoramento dos planos pedagógicos existe e é urgente para superarmos as dificuldades enfrentadas hoje pelas instituições de ensino.

Referências

AVANÇO, L. D.; LIMA, J. M. de. **Diversidade de discursos sobre jogo e educação: delineamento de um quadro contemporâneo de tendências**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, p. e215597, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046215597>>

GEE, J. P. **What video games have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave/Macmillan, 2003.

GO GAMERS; PGB 2024, **Pesquisa Games Brasil**. São Paulo, SP. 2024.

MCGONIGAL, J. **A realidade em jogo: por que os games nos tornam melhor e como eles podem mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012.

SEDUC. **Start! Hora do Desafio - Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias**. In **Material de Apoio ao Planejamento e Práticas do Aprofundamento (MAPPA)**. Unidade Curricular 1. Org. Coordenadoria Pedagógica da Secretaria de Educação (COPEd) e Coordenadora Viviane Pedroso Domingues Cardoso. São Paulo. 2021.

TUPY, F.; SCHWARTZ, G.; SOARES, I. de O. **Educomunicação e Videogames: uma abordagem de interface aplicada para Gestão**. Proceedings of XI SBGames, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.sbgames.org/sbgames2012/proceedings/papers/gamesforchange/g4c-10.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

Justiça e cidadão: a educomunicação como caminho para a garantia de direitos¹

Ana Livia Nogueira Chagas²

Introdução

Um dos mais recentes diagnósticos da percepção popular acerca da Justiça no Brasil, o “Estudo da Imagem sobre o Judiciário Brasileiro”, publicado no ano de 2019, indicou que, entre os participantes da consulta, 42% reconhecem ser mal-informados sobre o funcionamento do terceiro poder. Fora este e os que se consideram relativamente informados, apenas 5% declaram-se bem-informados.

O resultado é um recorte expressivo de um dos grandes obstáculos enfrentados neste âmbito: o desconhecimento - ou a insuficiência dele - com relação às competências, ao funcionamento e até mesmo à efetividade do Judiciário pela população brasileira. Para grande parcela dela, inclusive, a Justiça representa, diante de noticiários e informes de maior ibope, o tom negativo da disciplina legal dos tribunais.

Além de possibilitar a transparência, também previsão legal, e promover o trabalho prestado pela Justiça, a comunicação possui meios para ser uma extensão do próprio serviço público prestado, fomentando o acesso à informação, a formação em direitos e até mesmo a expressão cidadã consciente e autônoma.

Comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua. A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar

¹ Trabalho apresentado no eixo 1 - Gestão da Comunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC), com tema “Educomunicação e Assessoria Pública: educação cidadã a partir das redes sociais de órgãos cearenses do Sistema de Justiça” e orientação da professora Valquíria Aparecida Passos Kneipp. Graduada em Jornalismo pela UFC (2023). Atuações nas assessorias de comunicação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Participações em projetos alternativos (Agência Mural de Jornalismo de Periferias e Lab Dicas de Jornalismo) de escrita sobre cultura, educação e periferias. As áreas de maior interesse são: assessoria pública, educomunicação e jornalismo cultural. Residente na cidade de Fortaleza, no Ceará. E-mail para contato: livianogueirach@gmail.com

enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva (DUARTE 2007, p. 113).

Garantia prioritária entre os dispositivos que fundamentam os direitos humanos, a educação é reconhecida globalmente como o pilar crucial para o efetivo exercício da cidadania, podendo ser uma aliada das referidas assessorias. É por meio dessa prática que se possibilita, para além de uma consciência cívica e um estímulo da participação ativa em sociedade, a atuação crítica e autônoma do “ser” cidadão e do meio que o integra.

Educador e referência histórica nesse campo, Paulo Freire agregou a essa constatação e reiterou por diversas perspectivas, em suas práticas e seus ensinamentos, a relação inerente entre as práticas cidadã e educacional. Na concepção do teórico, apesar de não bastar, por si, essa última esfera para a estruturação da primeira, as duas interdependem. “A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (FREIRE, 1995, p.74).

Não obstante, com referência ainda em Freire, um conceito surge da associação entre os dois outros discutidos anteriormente (mídia e educação). A esse saber é dado o nome de Educomunicação, que consiste no paradigma de “criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias”, fomentando o protagonismo dos sujeitos sociais e a consequente prática do direito à expressão, segundo explica a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom).

Nessa diretriz, constata-se então o dever social incumbido, não só ao Estado, como à toda a sociedade em suas organizações, de preservar por ambos os exercícios. A questão é: em que nível essa priorização é uma realidade hoje? As discutidas assessorias de comunicação públicas, por exemplo, são gerenciadas com tamanha efetividade para o fortalecimento da educação cidadã?

Por isso, a partir da indagação sobre a efetiva atuação da assessoria de comunicação pública como uma ferramenta de formação cidadã, modula-se o questionamento sobre o possível impacto social decorrente do vínculo basilar entre a educomunicação e essa mesma unidade, ambas pautadas nos propósitos da justiça social, do diálogo e da participação cidadã.

São muitos os artifícios possíveis de serem explorados nessa relação, que vão desde a simplificação dos conteúdos disponibilizados até a criação de projetos específicos que visem o esclarecimento à população sobre as atuações e os direitos e deveres envolvidos.

Para além deste caminho, é possível aspirar o caminho de volta desse conteúdo. Considerando também que o trabalho da Justiça orienta-se pela demanda popular, a aplicação de práticas educacionais como mediadoras possibilita a ampliação de caminhos para o posicionamento ativo e crítico do público consumidor do conteúdo e do serviço prestado, possibilitando uma gestão mais participativa do espaço público.

Da extensa gama de formatos e metodologias possíveis de serem aplicadas para tal análise, esta pesquisa concentra-se nas redes sociais como meio e na educomunicação como ferramenta, considerando seus potenciais e perspectivas.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é propor a ampliação da compreensão acerca do potencial de impacto social de conteúdos sobre educação cidadã, tanto na formação civil desse público, quanto na aproximação com a Justiça, possibilitando, de acordo com os resultados obtidos, a proposição de posturas de assessorias do judiciário neste sentido.

Entre os específicos, pode-se citar:

- Discutir sobre a disseminação de conteúdos sobre educação cidadã por comunicações de órgãos públicos;
- Analisar publicações deste cunho promovidas pelo projeto #STJDescomplica;
- Pautar possíveis perspectivas advindas da adesão da política de educomunicação nesses setores.

Metodologia

O estudo proposto requer técnicas de investigação qualitativas nas duas metodologias a serem aplicadas. Em um primeiro momento, a aplicação de pesquisa bibliográfica possibilita o aprofundamento nas duas macroáreas da comunicação envolvidas: educomunicação e assessoria pública. Ambas possuem suas características e teorias anteriores, que, para serem vinculadas, precisam também serem entrelaçadas fundamentalmente. Essa primeira etapa requer o acesso e o debruçamento sobre os registros disponíveis, sejam eles livros, artigos, entre outros, que baseará também as respostas obtidas com a pesquisa (SEVERINO, 2007).

A segunda etapa do estudo aplica a análise de conteúdo como metodologia. Nesse formato, é possível averiguar o conteúdo, por meio de técnicas objetivas e sistemáticas que “permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2016, p. 48).

Nessa pesquisa, são reunidas publicações feitas no perfil do Instagram do Superior Tribunal de Justiça, o @stjnoticias, mais especificamente do projeto “#STJDescomplica”. A série de posts explica, de forma objetiva, prática e simplificada, sobre conceitos ligados à atuação do órgão.

Esses *posts* serão selecionados de acordo com o conteúdo de educação cidadã, como, por exemplo, abordando meios de acessar serviços e explicações de termos jurídicos. A partir disso, são observados indicadores de interação do público acessante com esses produtos, considerando comentários e curtidas. Esses resultados são capazes de traduzir a frequência com a qual esses veículos atentam para a formação cidadã e a recepção desses conteúdos.

Considerações finais

Cabendo outros levantamentos e comparativos, o “#STJDescomplica” foi aqui apresentado como exemplo de iniciativa efetiva de educomunicação aplicada a uma das mais influentes redes sociais de órgãos do judiciário, visando promover aproximação, informação, educação e expressão crítica e embasada.

Conforme conceitos, perspectivas e propostas que fundamentam a pesquisa, é possível direcionar a atenção para vantagens do emprego de práticas educacionais nos conteúdos produzidos pelas unidades de comunicação da Justiça, benéficas estas para o cidadão e para o órgão remetente.

A inovação nestes espaços, não apenas no âmbito tecnológico, mas também na linguagem e no conteúdo veiculado, que educa e mobiliza para o bem estar coletivo e social, faz-se urgente para preencher diversas lacunas entre o judiciário e seu público, promovendo serviço, participação, troca e cidadania.

Cabem demais averiguações e desenvolvimento de propostas em pesquisas futuras, a fim de embasar mais profundamente e tecnicamente os próximos passos neste sentido.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Educom - Conceito**. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, [s.d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jun. 2024.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Estudo da imagem do Judiciário brasileiro**. Associação dos Magistrados Brasileiros, 2021. Disponível em: <https://cpj.amb.com.br/wp-content/uploads/2021/05/2019-Estudo-da-Imagem-do-Judiciario-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pacto nacional do Judiciário pela linguagem simples**. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

_____. **Relatório de pesquisa: percepção e avaliação do Poder Judiciário Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

<content/uploads/2023/04/relatorio-pesquisa-percepcao-e-avaliacao-do-pjb.pdf>.

Acesso em: 02 jun. 2024.

COSTA, L. B. **Comunicação e acesso à justiça: aspectos teóricos e práticos**. Superior Tribunal de Justiça, 2017. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/115006/comunicacao_acesso_justica_costa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

CUNHA, R. F. et al. **Poder Judiciário e os desafios da gestão**. Conselho Nacional de Justiça, 2011. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/1-5-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DATAREPORTAL. **Social media users**. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/social-media-users>. Acesso em: 17 jun. 2024.

_____. **Digital 2024: Brazil**. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil?rq=brazil>. Acesso em: 04 jun. 2024.

DUARTE, J. **Instrumento de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. DUARTE, M. Y. Comunicação e cidadania In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

FREIRE, Paulo. **A construção de uma nova cultura política**. In: Fórum de Participação Popular nas Administrações Municipais. Seminário Poder local, participação popular e construção da cidadania. Belo Horizonte, Jun./1994; São Paulo: Instituto Pólis, 1995. Cad.n.1.

PISKE, O. **A noção de justiça e a concepção nomativista-legal do direito**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2010. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2010/a-nocao-de-justica-e-a-concepcao-nomativista-legal-do-direito-juiza-oriana-piske>. Acesso em: 02 jun. 2024.

_____. **O acesso digital à justiça: a imagem do Judiciário brasileiro e a prestação jurisdicional nos novos tempos**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2020. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/o-acesso-2013-digital-2013-a-justica-a-imagem-do-judiciario-brasileiro-e-a-prestacao-jurisdicional-nos-novos-tempos>.

Acesso em: 02 jun. 2024.

SILVA, S. M. **Cidadania e Comunicação Pública**. 2015. Mídia Cidadã e Movimentos Sociais: desigualdades, resistências e mídia inclusiva. II vol. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/livro-midia-cidada-vol-ii.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024

Superior Tribunal de Justiça Internacional, [s.d.]. **Poder Judiciário brasileiro**. Disponível em: <https://international.stj.jus.br/pt/Poder-Judiciario-Brasileiro>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **STJ Notícias**. Instagram, [s.d.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/stjnoticias?igsh=OHdxNG1rZXJhb3Nm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

A gestão da comunicação na implementação do Novo Ensino Médio no Distrito Federal¹

João Lucas Bezerra Amaral²

Introdução

A reforma do Ensino Médio no Brasil, instituída pela Lei nº 13.415/2017, marca uma das mais significativas mudanças na estrutura educacional do país. Essa reforma, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visa adequar a educação brasileira às demandas contemporâneas promovendo uma formação integral do estudante. No entanto, o período de implementação da primeira proposta para o novo currículo, especialmente nas escolas públicas do Distrito Federal, encontrou diversos desafios. Entre eles, destacam-se a resistência de professores e gestores, a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de capacitação contínua para lidar com as novas demandas pedagógicas.

A educomunicação, entendida como um conjunto de práticas que visam integrar os processos educativos e comunicacionais, surge como uma abordagem potencialmente eficaz para facilitar a transição para o novo modelo educacional. Segundo Ismar de Oliveira Soares (2018), a educomunicação envolve

ações inerentes ao planejamento, à implementação e à avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as

¹ Trabalho apresentado no eixo 1 - Gestão da Comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² João Lucas Bezerra Amaral é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), integrante da linha de pesquisa de Poder e Processos Comunicacionais e pesquisa a intercessão da comunicação com a área educacional, especialmente no que diz respeito às práticas pedagógicas na Educação Básica no Brasil. Bacharel pela Universidade de Brasília em Comunicação Organizacional, integrou a Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas e Práticas Sociais entre 2020 e 2022 com a pesquisa Letramento Transmídias e as realidades brasileiras.

relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. (Soares, 2018)

Nesse contexto, este estudo propõe analisar como a gestão da comunicação no ambiente escolar pode contribuir para a implementação eficaz do Novo Ensino Médio nas escolas públicas do Distrito Federal.

A escolha por investigar a gestão da comunicação na implementação do Novo Ensino Médio se justifica pela complexidade do processo de mudança curricular em curso no Brasil. A reforma do Ensino Médio não é apenas uma mudança de conteúdo: ela representa uma transformação profunda na concepção e na prática educativa no país. Para garantir que as mudanças sejam compreendidas, aceitas e implementadas de maneira eficaz por todos, o novo Ensino Médio precisa dialogar com todos os atores desde sua formulação, desde a implementação até a avaliação dos resultados.

A implementação do Novo Ensino Médio ocorreu em um contexto de incertezas, agravado pelos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. As escolas, que já enfrentavam dificuldades para se adaptar ao novo currículo, foram obrigadas a lidar com o fechamento temporário, a transição para o ensino remoto e os impactos negativos na saúde mental de professores e alunos. Nesse cenário, a comunicação eficiente e a gestão adequada das informações tornam-se ainda mais essenciais para a criação de um ambiente educacional capaz de suportar as transformações propostas pela BNCC.

A relevância deste estudo também está relacionada à necessidade de fornecer subsídios que possam orientar a revisão do Plano Nacional de Educação (PNE) e contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ODS 4, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. A análise da gestão da comunicação no ambiente escolar pode contribuir com reflexões valiosas para a criação de estratégias que promovam uma educação mais democrática e inclusiva, alinhada às necessidades e realidades dos estudantes.

A reforma do Ensino Médio, conforme proposta pela BNCC, apresenta uma série de inovações que alteram significativamente a forma como a educação é estruturada e oferecida no Brasil. A principal mudança diz respeito à organização curricular, que passa a ser composta por uma formação geral básica e por itinerários formativos. A formação geral básica abrange competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver, independentemente de sua escolha de itinerário, enquanto os itinerários formativos permitem que os alunos aprofundem seus conhecimentos em áreas específicas, de acordo com seus interesses e projetos de vida.

O Novo Ensino Médio propõe o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs) como ferramentas pedagógicas essenciais, reconhecendo a importância da cultura digital na vida dos jovens, o entendimento do mundo digital e da linguagem computacional.

No entanto, a implementação dessas mudanças enfrenta uma série de desafios. O sistema educacional brasileiro, especialmente nas escolas públicas, ainda lida com problemas estruturais, como a falta de recursos, a desigualdade de acesso à tecnologia e a resistência às mudanças por parte de professores e gestores. Além disso, as escolas precisam adaptar suas práticas pedagógicas a um currículo que exige um novo olhar sobre o processo de ensino-aprendizagem, que inclui a interdisciplinaridade, a educação integral e a formação para a cidadania.

Nesse contexto, a educomunicação aparece como uma abordagem estratégica para superar esses desafios. A gestão da comunicação nas escolas pode facilitar o processo de implementação do novo currículo, promovendo um ambiente de diálogo e participação entre todos os membros da comunidade escolar. Como aponta Soares (2013), a educomunicação “promove e fortalece ecossistemas comunicativos de convivência – abertos e participativos – nos espaços educativos garantidos pela gestão democrática dos processos de comunicação”. Portanto, entender como essa gestão pode ser aplicada de forma eficaz no contexto da reforma do Ensino Médio é fundamental para o sucesso do projeto.

Metodologia

A metodologia de caráter qualitativo envolve múltiplas técnicas de coleta e análise de dados. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre o Novo Ensino Médio e a educomunicação, com o objetivo de construir o referencial teórico necessário para a compreensão do tema. Foram consultadas obras de referência na área da educação, documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e artigos acadêmicos que discutem a implementação da BNCC e a prática da educomunicação no Brasil.

Em seguida, foi conduzido um estudo de caso comparativo entre duas escolas públicas do Distrito Federal. A primeira escola, localizada em Taguatinga Sul, iniciou a implementação do novo currículo como escola-piloto em 2019, enquanto a segunda escola, situada na Asa Norte, começou a implementação em 2022, junto às demais escolas da rede pública. A escolha dessas escolas foi motivada pela necessidade de comparar diferentes contextos de implementação e identificar os fatores que contribuem para o sucesso ou dificuldades do processo.

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários com os professores das duas escolas para captar as percepções sobre o processo de implementação, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para lidar com as mudanças curriculares. As questões abordaram temas como a capacitação para o novo currículo, a participação no planejamento das atividades pedagógicas e a utilização das TICs em sala de aula. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os supervisores pedagógicos, que forneceram informações detalhadas sobre a gestão da comunicação nas escolas e o papel da liderança escolar na implementação do Novo Ensino Médio.

Os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico da educomunicação, com foco nos processos de gestão da comunicação e na criação de ecossistemas comunicativos nas escolas. A análise comparativa entre as duas escolas permitiu identificar semelhanças e diferenças nos desafios enfrentados e nas estratégias adotadas, bem como avaliar o impacto da gestão da comunicação no sucesso da implementação do novo currículo.

Resultados

A pesquisa mostra que a gestão da comunicação aliada a uma gestão participativa pode contribuir para a criação de ecossistemas educacionais mais inclusivos e adaptados às necessidades dos estudantes. A gestão da comunicação pode ser vista como um elemento central na construção de uma educação de qualidade, capaz de promover o protagonismo juvenil e preparar os estudantes para os desafios do século XXI.

A análise dos dados permitiu identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas na implementação do novo currículo, como a falta de infraestrutura adequada, a resistência dos professores às mudanças e a carência de capacitação contínua. Com isso, é possível propor recomendações para tornar o processo de implementação do Novo Ensino Médio mais eficiente e eficaz.

Além disso, o estudo contribui para a discussão sobre o papel da educomunicação na educação brasileira, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a aplicação dessa abordagem em outros contextos. A pesquisa pode servir como base para a elaboração de políticas públicas que incentivem a adoção da educomunicação como estratégia central na gestão escolar.

Considerações Finais

Este estudo destaca a importância da gestão da comunicação como uma ferramenta essencial para garantir o sucesso de processos no ambiente escolar. A análise realizada mostra que a comunicação eficiente, quando bem gerida, pode criar um ambiente escolar mais colaborativo, democrático e capaz de responder às demandas contemporâneas por uma educação de qualidade.

Também sugere que a adoção da educomunicação como estratégia central na gestão escolar pode ter impactos positivos em outras áreas da educação básica e promove a reflexão sobre o papel da comunicação na qualidade da educação nas escolas públicas do Distrito Federal e, potencialmente, em outras regiões do país.

Após a finalização desta pesquisa, o Novo Ensino Médio foi suspenso e reformulado pelo Governo Federal, que se propôs a escutar os estudantes, professores e comunidade escolar para identificar potenciais mudanças. Mesmo

assim, a nova proposta apresentou pequenas mudanças que não abordaram as principais queixas identificadas nessa pesquisa.

Referências

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social**. O caso dos Estados Unidos. In: ECCOS, UNINOVE, São Paulo, v.2 n.2, p.61-80, dez. 2000.

Educomunicação e a política pública institucionalizada; potencial no ensino formal¹

Angélica Lisboa de Oliveira²

A dissertação de Mestrado em Ciências Sociais tratou de investigar a implementação de uma política de educomunicação na rede escolar do Estado de Mato Grosso. A partir da preocupação de estudar políticas públicas de educação, suas descontinuidades e seus impactos no processo de ensino aprendizagem, esta pesquisa tratou da educomunicação, observando o contexto de disputas por sua implantação na rede de ensino do Estado de Mato Grosso, a partir de um estudo de caso realizado na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Esta pesquisa aborda a importância de compreender a finalidade da educomunicação como área do conhecimento que se propõe a intervir e a trabalhar para integrar dinâmicas na educação formal, informal e não formal, utilizando-se dos recursos midiáticos. Por esse meio, otimiza o processo de ensino e aprendizagem e a experiência dos alunos com a comunidade escolar, focando na formação de cidadãos críticos, reflexivos, democráticos e participativos na sociedade. Por considerar a educomunicação como instrumento de estratégia de melhoria das condições de ensino e aprendizagem esta pesquisa problematiza a descontinuidade do projeto, substituído pelo programa EDUCARTE na rede estadual de ensino de Mato Grosso, ainda que se tenham mantido certas atividades desenvolvidas do programa original. Portanto, observando o contexto de implantação e implementação de políticas públicas de educação, a

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 1 do eixo – Gestão da comunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Faculdade Varzeagrandense de Comunicação Social (1999) e graduação em Pedagogia; pelo Centro Universitário Cândido Rondon (2000). É Especialista em Cultura e meios de comunicação: uma abordagem teórico e prática pelo serviço à Pastoral da Comunicação – SEPAC em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP COGEAE (2018) e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em convênio com a União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC). Professora efetiva da rede municipal de Cuiabá; atua como docente no curso de Pedagogia na União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC) e pesquisadora no Grupo de Pesquisa; Jornalismo, Educomunicação e Cidadania (Educom.Jor) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mora em Santo Antônio de Leverger / Mato Grosso. Email: msc.angelicalisboa@gmail.com.

questão lançada foi: como se deu a formação da agenda e subsequente desinstitucionalização da educomunicação em Mato Grosso?

Sobre a educomunicação Soares (2011):

defendendo a comunicação como uma ação educativa, aponta a tese de segundo a qual uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada entre professores, alunos e comunidade escolar dos recursos e processos de informação contribui essencialmente para a prática educativa. A especificidade dessa contribuição é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes. O adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação. A esse esforço multidisciplinar o autor denomina educomunicação.

Professora e jornalista há mais de 20 anos, vivenciei mudanças no processo educacional, das quais tornam notório que o ensino que muitas vezes é oferecido em nossas escolas ainda não atende aos anseios dos alunos que recebemos. Ainda mantemos nossos alunos sentados e ouvintes, num estado acomodado e alienado da sua realidade. Fica também nítida a riqueza das construções quando são provocados a participar do seu contexto, pensando e agindo para as transformações na coletividade, tanto dentro dos muros da escola quanto fora dela. Em 20016, tive a oportunidade de visitar a Escola Estadual Nagib Saad, localizada em uma comunidade da Agrovila das Palmeiras, no município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso. Lá, conheci um laboratório que dispunha de uma rádio escolar. A programação contava com mensagens e músicas durante os 15 minutos que antecediam o início das aulas e noutros 15 minutos da hora do recreio. Os alunos eram coordenados pelo professor de educação física Valmir Fernandes e organizados em escalas para cuidarem da rádio durante a semana, tanto da programação quanto do manuseio dos aparelhos. A convite do professor, pude ministrar uma palestra sobre os meios de comunicação aos alunos do projeto. Foi apaixonante perceber o envolvimento das crianças e dos jovens com aquele assunto.

Barbero (2014) vai dizer que

A textura dialógica se encontra tanto na textura do símbolo como na constituição da subjetividade: o “eu” só se torna real na reciprocidade da

interlocução. Dialogar é arriscar uma palavra ao encontro não de uma ressonância, de si mesma, mas sim de outra palavra, da resposta de um outro. Daí que para fazer uma pergunta necessito assumir um pronome(eu) ao qual responde um outro (tu)e conformar sobre uma base de pronomes pessoais que formam a textura da intersubjetividade. Dialogar é descobrir na trama de nosso próprio ser, a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma inserção coletiva, comunitária, no mundo. A palavra não é um mundo a parte das práxis do homem/mulher :” a justiça é direito a palavra “ , pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar de nós.

Quanto à contribuição ao campo das ciências sociais, a originalidade da proposta consiste em apresentar a fundamentação teórica voltada para a interface entre educação e comunicação, na medida em que se relaciona com o contexto empírico da política pública educacional mato-grossense. Assim, proporciona maior compreensão sobre uma experiência concreta de sensibilização, inclusão na agenda pública, implementação e avaliação da política de educomunicação, levando em conta as suas condições reais de desenvolvimento.

Objetivo dessa pesquisa é analisar a Educomunicação, na interface da educação com a comunicação, enquanto uma política pública implementada na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC). A política foi institucionalizada por lei em 10 de junho de 2008, quando foi sancionada e publicada no diário oficial do Mato Grosso sob registro como Lei Estadual nº 8.889/08, cujo projeto de autoria do deputado estadual Alexandre César (PT). A pergunta dessa pesquisa que orientou esse estudo foi: como se configura o impacto da Lei nas práticas educacionais do âmbito formal de ensino, em relação ao processo de institucionalização, na rede estadual de educação de Mato Grosso.

Quanto aos métodos realizou-se revisão bibliográfica acerca do tema central, da educação e das políticas públicas, o que permitiu apresentar conceitos em seu contexto de produção. Na sequência foi feito um estudo de caso sobre a implantação na rede pública do estado. A estratégia metodológica consistiu em entrevistas e questionários para acessar as condições de emergência da implementação da lei, analisadas por meio das representações em torno do tema por parte dos professores da rede básica de educação do estado de Mato Grosso.

O resultado da pesquisa nos apresentou a conclusão de que as práticas educacionais têm seu poder mobilizador fortalecido pelo potencial da educação e toda a história que a constitui, institucionalizá-la através de uma lei, legitima o debate público e a potencializa como política pública educacional no ensino formal, de modo que professores/as apropriem das práticas educacionais não mais como mero recurso instrumental, mas compreendendo a riqueza que existe na interface da educação e da comunicação. Concluiu-se que é preciso seguir educando para que as conquistas e o acúmulo desse conhecimento no decorrer da sua institucionalização não se percam.

Para compreender como o professor tem usado as mídias e as ferramentas de comunicação em sua prática pedagógica, lançamos a questão abaixo, através da qual foi possível constatar que a mobilização maior é da internet, seguida do uso de celulares, filmes, vídeos, youtube, jornal, além de redes sociais. Quase não são mencionados o uso do rádio e de aplicativos de reuniões como o meet e zoom. Gráfico 5: Mídias e ferramentas de comunicação utilizadas em sala de aula

Gráfico 5 : Mídias e ferramentas de comunicação de uso incentivado pela escola.



Fonte: Própria, 2022.

Os professores, ao serem questionados sobre o que entendem por educação, apresentam definições variadas sobre a interface entre educação

e comunicação, além de o fazerem de forma descontextualizada em relação ao projeto.

Quadro 3 :Compreensões dos docentes sobre a educomunicação.

Educar por meio da comunicação
É uma forma de estar inserindo as ferramentas midiáticas de comunicação e informação para processo de ensino e pesquisa através das ferramentas digitais.
Educação utilizando diversos tipos de comunicação.
Produção de conteúdo educativo uso de mídias na educação
Pouco
Um estudo para a utilização dos meios de comunicação na educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Embora exploratória, a pesquisa piloto realizada com professores da rede básica de educação de Mato Grosso aponta evidências de que, ainda que reconheçam a importância de mobilizar mídias em seus planejamentos didático pedagógicos, de modo geral, esses atores educacionais desconhecem o propósito que caracteriza a abordagem educacionais, potencialmente prejudicando a eficácia de seus resultados.

Referências

BARBERO, JesúsMártin. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto: 2014

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011

Educomunicação em parceria: Universidade do Estado Bahia e Escola Estadual Hildete Lomanto¹

Francisco de Assis Silva²

O campo da educomunicação pode oferecer contribuições nos mais diversos ecossistemas comunicativos, entre esses destacamos nesse trabalho o espaço escolar formal, que é de grande relevância na proposição de uma comunicação que contribua com uma formação humana cidadã. Assim, este trabalho mostra as contribuições deixadas pelo projeto de extensão Universidade e comunidade de mãos dadas, desenvolvido no Departamento de Ciências Humanas III, em Juazeiro da Bahia. Objetiva-se descrever um processo educumunicativo a partir de um projeto de extensão com a participação dos alunos e de um professor do primeiro ano de ensino médio da rede estadual de ensino do Estado da Bahia e, também, de um professor mediador da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, na cidade de Juazeiro. Os desdobramentos das ações realizadas nesse processo geraram novas possibilidades de construir conhecimentos pessoais e sociais, que refletiram na vida dos jovens alunos e na perspectiva de possibilidades pedagógicas por parte dos professores envolvidos no projeto.

O termo educomunicação, antes citado pelo educumunicador argentino Mário Kaplún e pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, teve seu significado sistematizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, que ressemantizou, em 1999, como sendo:

Um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de

¹ Trabalho apresentado no eixo 1 – Gestão da comunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação. Brasília de 21 a 23 de novembro de 2024.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela USP e professor do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, email: fasilva@uneb.br. Membro da Núcleo Nordeste da ABPEducom.

expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude (Soares, 2011, p. 15).

A Academia Brasileira de Letras reconhece a importância da educomunicação e fez a seguinte definição em seu vocabulário ortográfico da língua portuguesa:

Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios e comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (ABL, 2021).

O campo da educomunicação possibilita o desenvolvimento de ações em diversos espaços nos quais existem pessoas com interesses próximos e dispostos a democraticamente participarem de experiências nas quais podem ser protagonistas. A UNEB abre a possibilidade do desenvolvimento de projetos e ações educacionais, através da política de extensão universitária, desenvolvida pela Pró reitoria de Extensão, que tem como princípio, de um dos seus eixos de ação, a interação dialógica, propondo:

Desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão (UNEB, 2024).

A interação dialógica é um elemento que não pode deixar de estar presente nas ações e espaços, que favoreçam a cidadania e buscam romper com a concepção que apresenta a comunicação em uma relação unilateral. Assim, o conceito é expresso por Paulo Freire:

Penso que deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. (...) o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres

humanos. É parte de nosso progresso histórico, do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os homens se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem (Freire, 1986, p. 122 -123).

Na perspectiva cidadã a comunicação e a construção de conhecimento tornam-se importantes elementos cognitivos. Mário Kaplún (2014, p. 72), diz que:

Aprender e comunicar são componentes de um mesmo processo cognitivo, componentes simultâneos que se penetram e se necessitam reciprocamente. Se nossa ação educativa aspira a que os estudantes tenham um real do conhecimento, teremos maior certeza de consegui-lo se soubermos oferecer-lhes e abrir-lhes instâncias de comunicação. Educar-se é envolver-se e participar de uma rede de múltiplas interações comunicativas (Kaplún, 2014, p. 72).

A cidadania é adotada na concepção de que ser cidadão é ter, em suas mãos, a possibilidade de decidir, nos ecossistemas, sobre muitos dos seus destinos. Para Pedro Demo:

A cidadania é um processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire progressivamente condições de torna-se sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conhecer e efetivar projetos próprios (Demo, 1992, p. 17).

Portanto, esses são aspectos que não podem ser desconsiderados quando se pretende desenvolver uma gestão da comunicação em ecossistemas comunicativos que visam a prática cidadã.

O desenvolvimento da ação educomunicativa envolvendo a UNEB e a Escola Estadual Hildete Lomanto ocorreu na perspectiva da pesquisa caracterizada como descritiva, com enfoque qualitativo. Os procedimentos metodológicos do estudo foram realizados em um contexto de pesquisa-ação.

A pesquisa-ação pode ser definida como (Thiollent, 1985, p. 14):

...um tipo de pesquisa com base empírica que concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O interesse de experimentar um projeto educ comunicativo na Escola Estadual Hildete Lomanto surgiu a partir de uma entrevista que um professor da escola assistiu em uma rádio comercial na cidade de Juazeiro. Ele enxergou na descrição do que é educ comunicação uma possibilidade de desenvolver um projeto com duas turmas de alunos do primeiro ano do ensino médio dentro do componente curricular denominado Jornalismo, imprensa e democracia.

No primeiro encontro foi realizada uma roda de conversa com os professores para falarmos sobre o conceito e as diversas possibilidades de implementação de projetos educ comunicativos, assim como foi, também, o momento de levantarmos as condições e demandas nas quais poderíamos atuar educ comunicativamente.

Em um segundo momento fizemos uma roda de conversa com os alunos para a apresentação da proposta; firmar o aceite da ação educ comunicativa e o acordo pedagógico e, assim, começar a construir com os alunos o tema do projeto, o que justifica a realização do mesmo e qual seria o itinerário metodológico, tudo construído coletivamente, a partir do levantamento, inclusive, das expertises que os alunos tinham com os formatos de comunicação.

Para o levantamento de temas a serem trabalhados utilizamos uma dinâmica, que culminou com a definição de alguns temas para serem trabalhados durante o semestre, a exemplo: Poluição e meio ambiente, Drogas, Alcoolismo, Jogos Escolares, Aquecimento Global. Acordamos que seriam estudados os temas e eles gerariam rodas de conversas nas aulas tendo um vídeo como elemento para o start do debate. Os alunos foram divididos em grupos e cada grupo pensou um roteiro, fez a edição e apresentou um vídeo sobre seu tema para apresentação e debate com os demais colegas.

O desenvolvimento do projeto demonstrou que é possível através do protagonismo estudantil oportunizar uma nova postura dos alunos na relação educacional. Observou-se que a educ comunicação oportuniza a aproximação dos alunos com estudos contextualizados, que podem ser realizados a partir de

metodologias que permeiam o universo midiático que fazem parte da realidade dos alunos e são de seu interesse de experimentação e utilização.

Durante a execução da ação educacional, percebeu-se algumas resistências por ser um trabalho demorado, devido ao seu caráter democrático que requer uma construção coletiva e lenta obedecendo os princípios do planejamento dialógico. Isso ocorre pelo fato da construção coletiva ocorrer em uma relação horizontal e não verticalizada de cima para baixo.

Ai final da realização do projeto com as suas ações, ficaram claros os aspectos exitosos e os entraves que encontramos pelo caminho para concretização de uma experiência como a desenvolvida na parceria da Universidade do Estado da Bahia com a Escola Estadual Hildete Lomanto. Fica evidenciado que é possível e frutífero a implementação de processos educacionais desenvolvidos na transversalidade dos componentes curriculares dos ecossistemas escolares formais.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa: busca no vocabulário**. 6. ed. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BAHIA. Pró reitoria de Extensão. Bahia, 2024. Disponível em: <<https://proex.uneb.br/nucleos> de-extensao/>. Acesso; 11 set. 2024.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FEIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1986.

KAPLÚN, Mário. **Uma pedagogia da Comunicação**. In: APARICI, Roberto (org.). Educomunicação. Para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 59-78.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985

Identificando a Colaboração em práticas Educomunicativas¹

Suara Macedo Campos

Introdução

A construção de conhecimento de forma colaborativa é uma das características da metodologia educomunicativa. Conforme define Ismar de Oliveira Soares (2011), este campo trabalha com ações qualificadas como inclusivas democráticas, midiáticas e criativas. Com base nesse pressuposto, este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre o conceito de Colaboração e apontar direcionamentos que podem contribuir para analisá-lo em uma prática Educomunicativa. Para isso, além de discutir e identificar fatores de uma prática efetivamente colaborativa em contextos nos quais os pesquisadores estão imersos numa experiência de Educomunicação, é pertinente subdividir o objeto em categorias de análise para ajudar neste caminho metodológico. Embora as reflexões sobre a colaboração possam partir de diferentes perspectivas, elas têm muito a contribuir com os estudos em que convergem a Comunicação e a Educação.

Conceito

Na definição de Tijiboy (1999), que compara colaboração e cooperação, “para haver colaboração, o indivíduo deve interagir com o outro, existindo ajuda mútua ou unilateral. Para existir cooperação deve haver interação, colaboração, mas também objetivos comuns, atividades e ações conjuntas e coordenadas” (Tijiboy et al., 1999). Numa prática educomunicativa, na qual os olhos dos sujeitos se voltam para um propósito em comum, colaborador é aquele que ajuda o outro em suas funções,

¹ Trabalho apresentado no Eixo 1 - Gestão da Comunicação - do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

compartilhando-as ao mesmo tempo. É interagindo e ajudando que os sujeitos fazem suas escolhas e, contando com a ajuda dos colegas, desbravam sua forma particular de comunicar.

Nogueira (2013) afirma que a natureza da colaboração se assenta, essencialmente, em quatro pilares que sustentam um efetivo processo de colaboração: o diálogo, a negociação, a mutualidade e a confiança. Palloff e Pratt (2002), por sua vez, discutem os aspectos da dependência e da interdependência. Eles afirmam que “quando os alunos trabalham em conjunto, isto é, colaborativamente, produzem um conhecimento mais profundo e, ao mesmo tempo, deixam de ser independentes para se tornarem interdependentes” (Palloff; Pratt, 2002, p. 141). A busca pela independência e autonomia dos educandos permeia a atuação de alguns pesquisadores da Educomunicação. No entanto, a interdependência é muito mais uma questão de necessidade de outrem e essa interdependência gera a independência do aprendiz, que, por causa da ajuda do outro, percebe o que é possível fazer com seus próprios meios. Cabe aos educadores o desafio de criar essa interdependência/independência proporcionando tarefas e atividades colaborativas.

Vygotsky (1987), um dos filósofos da Educação que fez importantes considerações sobre o termo, trabalha a colaboração como propulsora do conhecimento, ou seja, “a colaboração entre pares durante a aprendizagem pode ajudar a desenvolver estratégias e habilidades gerais de solução de problemas através da internalização do processo cognitivo implícito na interação e na comunicação” (Vygotsky, 1987, p. 17).

Para ele, esse socializar desenvolve a inteligência, porque toda função superior sempre aparece primeiro no plano interpessoal, passando posteriormente ao plano intrapessoal, através de um processo de internalização em que a linguagem ocupa um papel fundamental. Ou seja, é a colaboração que permite a construção de conhecimentos. Na troca com outros sujeitos e consigo próprio, o sujeito internaliza o saber, papéis e funções sociais.

Subcategorias de análise

Foi a partir de reflexões como estas que uma pesquisa foi desenvolvida trazendo a Colaboração como categoria de análise numa prática educomunicativa. Na prática analisada, olhamos para a colaboração como interação entre os participantes, socialização do conhecimento e ajuda mútua em torno de um objetivo em comum. Foram então subcategorizadas formas de colaboração vivenciadas durante a prática educomunicativa.

Por meio desta experiência podemos localizar três tipos de colaboração:

1. **Colaboração Espontânea** - Chamamos de espontâneas as ações colaborativas que se originam do estudante quando este se encontra diante de um possível problema. A ideia de promover uma prática educomunicativa requer potencializar a comunicação, o que facilita comportamentos colaborativos em todo o processo em direção do objetivo comunicativo do grupo. A vivência de uma prática educomunicativa proporciona diversos momentos de colaboração espontânea em diferentes situações. Um exemplo desta tipificação é quando o educando coopera com um colega o ensinando a fazer algo utilizando ferramentas tecnológicas ou fazendo junto com ele. A partir de observações, concluímos que a colaboração espontânea é valorosa para a determinação das ações criativas e autônomas dos estudantes. Os princípios da Educomunicação que regem uma prática propiciam a colaboração espontânea dos indivíduos, mostrando que a participação individual e coletiva é essencial ao aprendizado.
2. **Colaboração proposta** - Esse tipo se revela quando sugerida por alguém além dos estudantes, propondo uma ação colaborativa antes de ela ocorrer, planejando-a. Pode ser apresentada pelo educomunicador ou educador. Quando uma colaboração for proposta, deve ser em consonância com os demais sujeitos e articulada com a melhor forma de construção em grupo. O ponto de partida para a produção coletiva deve ser decidido em conjunto com os participantes. Uma proposta educativa pode incentivar uma produção de forma colaborativa num meio de comunicação, por exemplo, em que os alunos possam trabalhar por um objetivo em comum, mesmo que o produto desse

trabalho não seja coletivo. Quando regidos por princípios educomunicativos, artefatos tecnológicos por si propõem colaboração.

3. **Colaboração Fundamental** - Esse tipo de colaboração acontece quando existe um objetivo em comum e todos agem em função desta colaboração, mesmo não percebendo sua complexidade. Um exemplo: numa intervenção estudada, cada estudante produz textos seguindo um tema pré-definido, um objetivo compartilhado. A colaboração, inerente a relações humanas comuns, é enfática para as finalidades da educomunicação. Assim como em jogos, nos quais as crianças buscam um mesmo objetivo, isso também acontece numa prática educomunicativa. E semelhantemente ao brincar, na prática educomunicativa, por conta de uma finalidade maior, as crianças colaboram umas com as outras em ações conjuntas e atividades isoladas. Chamamos este tipo de colaboração de fundamental porque ela rege toda a prática: há um objetivo comum, é preciso materializar este objetivo, mas cada envolvido precisa colaborar individualmente para a efetivação dele.

Considerações finais

A importância de elaborar ações nas escolas que tenham como finalidade - ou processo - o que chamamos de colaboração fundamental é visível numa prática educomunicativa na qual o objetivo seguido é alcançado em consequência da predominância deste fator. A colaboração fundamental possibilita o que podemos chamar de “mãos à obra” a cada encontro de uma ação educomunicativa, na qual os sujeitos são assim, responsáveis pela produção e principalmente, pelo propósito comunicativo. Após atos empenhados por uma mesma missão a partir dessa colaboração, virão outras atitudes colaborativas construindo um ciclo positivo. Ao analisar as formas de manifestação da colaboração, podemos identificar suas implicações. A metodologia colaborativa é uma conquista fundamentada pela pedagogia freireana e tem ganhado espaço nas escolas e nos modelos educativos. Nela, o diálogo e a negociação devem estar presentes desde a determinação do tema até a definição de tarefas, da mesma forma que a mutualidade e a confiança na execução das propostas.

Estudos como esses apontam que o conhecimento compartilhado deve caminhar lado a lado com o aprendizado e que a colaboração favorece a autonomia e a criatividade. Evidenciando também a contribuição Vygotskiana sobre o tema, quando o autor afirma que a colaboração ajuda a desenvolver estratégias para a resolução dos problemas. Ao atribuir-se tipos de colaboração para conduzir determinado estudo, outros aspectos importantes da prática educacional se evidenciam, como autoria e autonomia. A subcategoria chamada colaboração espontânea, por exemplo, em atividades educacionais tem mais possibilidades de acontecer. O estudante só pode perceber espontaneamente a necessidade de colaborar com o outro em atividades que possibilitam a troca de conhecimentos, em atos comunicativos. Há variadas perspectivas e diferentes intenções presentes numa ação educacional, ao mesmo tempo, há um objetivo em comum. Nas diferenças, a colaboração tem resultados efetivos. Uns, entendem a necessidade de colaborar; outros, a necessidade de receber ajuda; e outros, a demanda de fazer em conjunto. Com base nessas discussões, defendemos que, embora não exista um método para ensinar a colaboração, é fundamental propiciá-la desde que seja orientada a partir dos quatro pilares: o diálogo, a negociação, a mutualidade e a confiança (Ferreira; Almeida, 2003). Pode-se reafirmar a colaboração e a interação como propulsoras do conhecimento (Vygotsky, 1978). Os estudantes mais autorais são os mais requisitados e dispostos a colaborar, por isso, retomamos a proposta de Palloff e Pratt (2002) de que, colaborando, eles tornam-se interdependentes. A partir dessas observações, reiteramos como implicações da colaboração: a autonomia, a independência, a propiciação da criatividade e do conhecimento prático e informacional.

Referências

- FERREIRA, Nadia; ALMEIDA, Paula. **A colaboração em educação**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2003.
- NOGUEIRA, Paula Gabriela Santos Silva Borges. **Trabalho colaborativo docente no ensino das ciências: um estudo de caso**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalense (Portugal).

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **Construindo comunidade de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Suara Macedo dos. **Autoria e colaboração de estudantes do ensino fundamental: o blog e a produção da escrita numa perspectiva educ comunicativa**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação um campo de mediações**. In: CITELLI, A.; COSTA, M.C.C.(org.). Educomunicação construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011b.

TIJIBOY, Ana Vilma et al. **Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos**. Informática na Educação: teoria & prática, Porto Alegre: v. 1, n. 2, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A pré-história da linguagem escrita. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, p. 44-76, 1984.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Gestão da comunicação e o processo de construção da responsabilidade social¹

Vanessa Vera do Nascimento²

A responsabilidade social tem vindo a ganhar relevância nos estudos das organizações, principalmente nas últimas décadas. Tendo sido encarada como uma moda passageira, o envolvimento das mais importantes organizações políticas, sociais e econômicas na sua institucionalização veio credibilizar esta postura voluntária das empresas e outras organizações. Contudo, a recente crise financeira mundial expôs o uso da responsabilidade social como mera fachada envernizada de empresas mal geridas que lesaram o bem comum.

Ora, a responsabilidade social, quando tomada em consciência, pretende exatamente proteger o bem comum, travar o capitalismo desalmado e proteger as pessoas. No entanto, aquela descamação do sentido da responsabilidade social leva a que sejamos ainda mais compelidos a esclarecê-lo com acuidade, olhando o passado, presente e futuro deste conceito. O que é, então, a responsabilidade social? Começemos por aquilo que não é: não é uma ação de caridade dirigida a uma qualquer instituição. Não é apenas a atribuição de um prémio anual aos colaboradores, não é o cuidar dos lixos tóxicos, não é reciclar tinteiros, não é a publicação do relatório e contas anual, não é o estrito cumprimento dos requisitos legais.

Não é nenhuma das suprarreferidas isoladamente. A responsabilidade social é um conjunto de políticas e práticas que uma organização adota voluntariamente tendo em vista o cumprimento harmonioso das necessidades das suas diversas

¹ Trabalho apresentado no eixo [1 - Gestão da comunicação] do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bacharel em Comunicação Social - UFCG - Educomunicadora; Mestra em Computação, Comunicação e Artes com linha de pesquisa em Arte Computacional- PPGCCA UFPB; Especialista em Comunicação Organizacional e Estratégica; Integrante da Rede de Educomunicadores do Nordeste; Pesquisadora do LAVID-UFPB; Educomunicadora e coordenadora da equipe de comunicação em atividades presenciais do Projeto Bingo Radiotelescópio - UFCG; Professora colaboradora da UATI-UFCG; Pesquisadora e integrante da equipe de design da aplicação para telemedicina - V4H-UFPB. E-mail: vanessavera.nas@gmail.com.

stakeholders (partes interessadas), sem que o seu objetivo natural seja anulado (European Commission, 2001). Nas últimas décadas temos assistido a uma crescente adoção por parte das organizações de práticas de responsabilidade social, e, assim, coloca-se o desafio de tomar as decisões sobre a comunicação da responsabilidade social e encontrar o bom equilíbrio nesse âmbito. Com o suporte teórico da comunicação organizacional e da responsabilidade social, fazemo-los coincidir e emergir numa subárea com relevância a comunicação da responsabilidade social. Sabemos que estamos perante uma vasta área de conhecimento que nos permite compreender os processos de comunicação e organização no panorama atual de uma sociedade perfeitamente globalizada (Ruão & Kunsch, 2014).

Ora, sendo a responsabilidade social corporativa uma vontade que afeta toda a sua gestão, estratégia, programas e práticas, as ciências da comunicação têm, necessariamente, de ser chamadas a comentá-la, especialmente, a comunicação organizacional e estratégica. Contudo, como dizem Ihlen et al. (2011), os estudos sobre a comunicação da responsabilidade social ainda não são suficientemente extensos e sólidos quando comparados com o corpo teórico da responsabilidade social, que ainda que não coeso, é já extenso. Portanto, quando falamos de “responsabilidade social”, falamos, basicamente, nas relações das empresas com a sociedade e, nesse sentido, é crucial que se apure uma definição do conceito que clarifique estas relações, já que, como afirma Wood (1991): “a ideia básica de responsabilidade social corporativa é que os negócios e a sociedade estão interligados e não são entidades distintas” (p. 16).

A educomunicação, segundo Soares (2011), no entanto, é definido como o conjunto das ações voltadas para a criação de ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, favorecedores tanto de relações dialógicas entre pessoas e grupos humanos quanto de uma apropriação criativa dos recursos da informação nos processos de produção da cultura e da difusão do conhecimento, ou seja, é um paradigma centrado na criação e fortalecimento de ecossistemas (ou redes) comunicativos abertos e democráticos em espaços educativos. Isso se dá por meio da gestão compartilhada dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias.

O objetivo é estimular o protagonismo dos sujeitos sociais e, com isso, exercer o direito universal à expressão. O novo campo segundo ele, apresenta-se como inter-

discursivo, inter-disciplinar e mediado pelas tecnologias da informação. A educomunicação, no entanto, se materializa através de áreas específicas de atuação. Entre tais áreas, podem ser enumeradas a) a área da educação para a comunicação, configurada nos esforços sistemáticos de educadores no sentido de colaborar com os usuários dos meios massivos na formação do que Paulo Freire denominou como “consciência crítica” frente às mensagens editadas e veiculadas por poderosos sistemas de comunicação; b) a área da expressão comunicativa através das artes, representada pelos esforços de arte-educadores no sentido de garantir espaços de fala e de visibilidade para cada um dos sujeitos sociais; c) a área da mediação tecnológica nos espaços educativos, constituída pelos esforços no sentido de identificar a natureza da interatividade propiciada pelos novos instrumentos da comunicação, e de democratizar o acesso às tecnologias, desmistificando-a e colocando-a a serviço de toda a sociedade; d) área da gestão da comunicação caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, garantindo a eficácia na construção dos ecossistemas comunicativos; e) área de pedagogia da comunicação, caracterizada por preocupasse com a didática, optando quando necessário pela ação por meio de projetos; por fim, f) a área da reflexão epistemológica que dedica atenção especial a coerência entre teoria e prática educacional.

Desta forma, o presente trabalho se enquadra dentro da área de intervenção da Educomunicação gestão da comunicação que visa à implantação e manutenção de ecossistemas comunicativos que potencializem a aprendizagem e a construção de conhecimento colaborativo e inovador. Uma boa gestão é capaz de melhorar a saúde da comunicação e das relações de uma comunidade. Diante do exposto nosso trabalho busca apresentar um relato de experiência vivenciada pela autora enquanto atuava na Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande – PB SEMASCG. O relato de experiência, no entanto, é uma metodologia utilizada para descrever precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para uma área de atuação. É a descrição que um autor ou uma equipe fazem de uma vivência profissional tida como exitosa ou não, mas que contribua com a discussão, a troca e a proposição de ideias para a melhoria do cuidado na saúde. Ele traz as motivações ou metodologias para as ações tomadas na situação e as considerações/impressões que a vivência trouxe àquele (a) que a viveu. O relato é

feito de modo contextualizado, com objetividade e aporte teórico. Com isso o presente trabalho visa por meio do processo de atuação da área de gestão comunicativa, identificar as fragilidades na comunicação e dificuldades de criar vínculos de relação entre os componentes do ecossistema.

Portanto, cabe ao gestor implantar, acompanhar e avaliar os aspectos pragmáticos relativos ao planejamento e execução da ação, advindos da avaliação do potencial e das necessidades do ecossistema. O desenvolvimento de intervenções nessa área permite transitar as demais áreas da Educomunicação, como afirma Soares (2014, p. 48): “A área de gestão da comunicação volta-se para o planejamento a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas de intervenção, apontando, inclusive, indicadores para a avaliação de ecossistemas comunicacionais”. As ações sociais que envolvem gestão da comunicação têm por finalidade levar os participantes do ecossistema comunicativo a refletir sobre relações de poder, estruturas hierárquicas, cultura de participação, além de incentivar a manutenção de princípios como igualdade, ética e sentimento de coletividade.

Referências

- BACCEGA, Maria Aparecida. et al (Org.). **Gestão da comunicação** - Epistemologia e pesquisa teórica. São Paulo:Paulinas, 2012.
- BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo:Atlas, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e sociedade**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luíza**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- _____. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- IHLEN, Ø., BARTLETT, J. L., & MAY, S. (2011). Corporate social responsibility and communication. In Ø. Ihlen, J. L. Bartlett, & S. May (Eds.), **The handbook of communication and corporate social responsibility** (pp. 3–22). Wiley-Blackwell
- LODI, Instituto Euvaldo. **Empreendedorismo**: ciência, técnica e arte. Brasília: CNI – IEL Nacional, 2001.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Ed. Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social**. São Paulo: 2007.

PERUZZO, Cecilia M. Krohling. **Comunicação Popular nos Movimentos Populares** – A Participação na Construção da Cidadania. São Paulo: Vozes, 1998.

REIS, Evandro. **Empreendedorismo**. São Paulo: IESDE, 2008

RUÃO, T., & KUNSCH, M. (2014). A comunicação organizacional e estratégica: Nota introdutória. **Comunicação e Sociedade**, 26, 7–13. <https://doi.org/10.17231/comsoc.26>. (2014).

SOARES, Ismar de Oliveira. “**Comunicação-Educação**: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. In: Contato. Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação. Brasília, Senado Federal. 1999.

Wood, D. (1991). **Corporate social performance revisited**. Academy of Management Review, 16(4), 691–718. <https://doi.org/10.2307/258977>

YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social**. São Paulo: Editora Elsevier, 2010.

Comunicação, Democracia e Políticas Públicas: a intrínseca relação entre linguagem, educomunicação e transformação social¹

Maria Amélia Paiva Abrão²

A educação é a palavra-mundo do indivíduo – social, histórico e crítico

(FÍGARO, BACCEGA, 2019)

A partir da temática deste evento, “Educomunicação nas Políticas Públicas: a urgência da participação social para a cidadania”, levantamos a seguinte questão para darmos início às nossas reflexões: como pensar em uma Gestão Comunicativa voltada para a transformação social no âmbito da Educomunicação? Ou seja, como formar cidadãos-comunicólogos capazes de refletir de forma crítica sobre a sociedade brasileira e transformar suas reflexões em prática, em ação?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discorrer sobre a inter-relação entre linguagem, educomunicação e transformação social e apresentar uma, dentre as várias, possibilidades de iniciar esta mudança em sala aula.

Dividido em três partes, o artigo começa com uma discussão teórica entre democracia, cidadania e políticas públicas para adentrar à inter-relação entre linguagem e comunicação, voltando-se para a relevância do audiovisual na cultura brasileira, em especial, da ficção televisiva seriada e da propaganda.

¹ Trabalho apresentado no Gestão da Comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora e Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM ESPM-SP, com Doutorado Sanduíche no Boston College. Encontra-se como pesquisadora colaboradora nos grupos os CNPq de pesquisa: Comunicação, Identidade e Consumo (CICO ESPM-SP) e Inovações e Rupturas na Ficção Televisiva (UAM). Foi pesquisadora e vice-coordenadora do CETVN (ECA/USP) e dos projetos realizados pelo grupo CNPq dentro do Obitel (Observatório Íbero-americano de ficção televisiva) e da Rede Obitel Brasil entre os anos de 2021 e ago. 2024. Atuou como professora substituta no dept. de Comunicação Organizacional da FAC UnB em 2023. Atualmente trabalha na Trama Cultural Consultoria em Brasília. E-mail: mapa.abrao@gmail.com

Na segunda parte, expomos a campanha do Ministério Público do DF (MPDF) direcionada ao combate da violência contra a mulher no Distrito Federal (DF) e entorno com o intuito de refletir como o audiovisual pode colaborar no desenvolvimento de políticas públicas dentro de um governo.

Por fim, na terceira parte, direcionamos nossa discussão para a sala de aula, para a construção do conhecimento, que parte dos estudos de linguagem enquanto componente intrínseco da comunicação – midiática, performática, verbal e/ou não-verbal. Aqui, oferecemos uma possibilidade de desenvolver o pensamento crítico no âmbito da Educomunicação, ou seja, de fazer com que os alunos compreendam o mundo editado e reconfigurado pelos meios de comunicação (BACCEGA, 2013) para que se tornem partícipes do mundo em transformação.

Repousamos nosso olhar na figura do professor, não como o único detentor do saber, mas como instância mediativa (CITELLI, 2004), isto é, como mediador entre teorias e práticas, mediador entre saberes construídos e constituídos, mediador entre universidade e mundo vivido pelos alunos, mediador entre os discursos postos em circulação e os porvires, mediador entre o presente e o futuro.

Comunicação e Democracia

Os conceitos de democracia, cidadania e políticas públicas são polissêmicos, ou seja, os sentidos se expressam a depender da corrente política e/ ou filosófica dos sujeitos. Dito isso, demarcamos nossa visão sobre estes conceitos e suas correlações a fim de refletir sobre como o Campo da Comunicação pode contribuir com as políticas públicas no Brasil.

Segundo Chauí (2008, p.68), “a democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos”. Para a autora, esta pressupõe a existência real de conflitos, sejam estes políticos ou sociais. A democracia presume, ainda, a liberdade, a igualdade e os direitos dos cidadãos, e assume que a desigualdade lhe é inerente. Ao reconhecer a presença de um desequilíbrio social, novos direitos passam ser reivindicados. Nesse sentido, a democracia não atua sobre uma estrutura fixa, composta de direitos e deveres, mas se constrói entrelaçada às mudanças temporais, que exigem revisão de conceitos e direitos a fim de garantir os princípios de liberdade e igualdade entre todos.

Derivada do grego – *demokratia*, a palavra democracia nasce da junção de *demos* – povo - e *kratos* – poder. Dessa forma, devemos pensar a democracia enquanto um poder que emana do povo, ou seja, constituído por pessoas de uma sociedade, que irão trabalhar em prol desta. Em uma sociedade democrática a escolha de seu governante vem do voto popular. Sendo assim, um dos eixos para se pensar a cidadania é o político. Porém, o “vínculo com o Estado-Nação é apenas um dos itens/componentes que compõe o conceito de cidadania, e não o seu único elemento definidor” (COSTA; IANNI, 2018, p.53).

De forma geral, o conceito de cidadania implica em direitos civis, políticos e sociais. Os civis são os direitos fundamentais à vida em sociedade, como a liberdade de expressão e igualdade entre as pessoas. Os políticos versam sobre a participação do povo na política, são os direitos políticos, direito ao voto. E os sociais são a busca por justiça social em uma sociedade, pela redução das desigualdades (CARVALHO, 2008).

Se a democracia não se sustenta em regras fixas, mas se modifica com o tempo, assim também é o conceito de cidadania, que pressupõe um Estado Democrático. Dessa forma, a cidadania é um conceito que deve ser analisado em espaço e tempo definidos.

A democracia no Brasil é recente e vem sendo constantemente atacada. Fomos um país colonizado, cuja república foi construída sobre um regime escravocrata. Do ponto de vista da linguagem, nossa democracia carrega uma herança discursiva do nosso passado. O Brasil, enquanto estado-nação, nasce e se desenvolve sobre as desigualdades – de raça/etnia, de gênero e de classe.

Isso posto, pensamos a democracia enquanto um regime que opera sobre os conflitos, buscando solucioná-los por meio da concretização de direitos e reivindicação de novos direitos. Um regime que emana do povo e para ele governa no sentido de erradicar desigualdades. Para que toda a população brasileira tenha uma cidadania plena é preciso trabalhar essas disparidades sociais. Sob esta perspectiva, vemos as políticas públicas enquanto ação.

Em outros termos, política pública é processo que direciona o agir do governo e a atuação da administração pública, estruturada pelo direito e conformada a partir do inter-relacionamento entre Estado e sociedade, com a finalidade de

concretizar acesso a dignidade humana a todos os cidadãos (SILVA, 2022, p. 42-43).

Direcionando nossa discussão para o âmbito da Comunicação, poderíamos buscar a relação entre o que foi dito até o momento e a Comunicação Pública, uma comunicação voltada ao interesse público. Todavia, a nossa preocupação está em refletir sobre a ação da Educomunicação enquanto prática pedagógica promotora de transformação social ao promover um conhecimento reflexivo sobre a sociedade que irá fluir em direção às práticas profissionais significativas.

Para tanto, é preciso pensar a universidade como detentora de um conhecimento acadêmico que tem por objetivo pensar o Brasil enquanto problema (RIBEIRO, 1986). Em outras palavras, compreender a real dimensão do conhecimento, para além do tecnicismo, que resida sobre uma perspectiva crítica, capaz de questionar e transformar o social. Do ponto de vista da comunicação, não é apenas ensinar sobre os meios de comunicação e suas práticas profissionais, mas ensinar os alunos sobre as lógicas de produção dos meios que afetam diretamente o exercício da profissão. É fazer com que os alunos pensem de maneira crítica e reflexiva sobre o Brasil, o que desejam fazer e como fazer.

Uma pedagogia dos meios (BACCEGA, 2013) e não pelos ou para os meios – dos meios para a produção de sentidos. Partimos do pressuposto que os meios de comunicação são tecnologias de informação por onde circulam os sentidos de uma sociedade, como também são produtores de sentidos que reverberam na sociedade, ou seja, entendemos a comunicação enquanto processo (Hall, 2003).

A existência de uma prática de produção de significados sociais requer pensar as relações de poder, as relações entre os sujeitos e como a ideologia dominante se propaga pela linguagem: dos discursos midiáticos, dos rituais cotidianos, das representações imagéticas, da religião, da política, entre outros. É nesse sentido que os Estudos de Linguagem, mais especificamente as análises dos discursos, atravessam a Comunicação.

Esse artigo estruturou-se na promoção de uma discussão entre linguagem e comunicação para, na sequência, demonstrar como o audiovisual pode ser uma ferramenta importante para as políticas públicas desde que o professor trabalhe sobre

um viés reflexivo e não apenas tecnicista dentro das universidades. Para tanto, apresentamos uma possibilidade de prática educomunicativa que apresenta conceitos do discurso dentro do audiovisual de forma a fazer com que os alunos compreendam a importância da linguagem na comunicação.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação & Educação: do mundo editado à construção do mundo**. Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 2, n. 2, 2013, p. 176–187.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires: año 1, n. 1, 2008, p. 53-76.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação: a linguagem em movimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2018.

FÍGARO, Roseli; BACCEGA, Maria Aparecida. **Apresentação: Do mundo editado à edição do mundo**. Comunicação & Educação, 24(2), 2019, p. 7-11.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações** culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SILVA, Vlândia Pompeu. **Políticas públicas: conformação e efetivação de direitos**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.

Fortalecendo Conexões: Estratégias Educomunicativas para o Insta do PPGPSI/UFMA¹

Larissa Emanuelle Lopes Soares²

Camilly Evelyn Oliveira Maciel³

Júlia Fernanda Sousa Salazar⁴

Matheus Nogueira Monteiro⁵

Rosinete de Jesus Silva Ferreira⁶

Rafaela Carvalho⁷

Em um mundo cada vez mais interconectado, onde a informação flui livremente e as barreiras entre o conhecimento e a sociedade se dissolvem, o Programa de Mestrado em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se depara com um desafio crucial: como democratizar o saber e construir um diálogo frutífero com a comunidade acadêmica na era digital?

O Programa de Mestrado em Psicologia tem como Área de Concentração o campo temático Psicologia e desenvolve suas atividades de ensino e pesquisa no âmbito de três linhas de pesquisa. Diante desse cenário, o Instagram se apresenta como uma ferramenta poderosa para expor o programa à comunidade de uma forma mais acessível, além de poderosa ferramenta comunicativa entre professores, alunos e as comunidades internas e externas. Com milhões de usuários conectados, a rede oferece um espaço virtual para a divulgação de pesquisas e a promoção de debates

¹ Trabalho apresentado no eixo [1º do eixo - Gestão da comunicação] do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Autora. Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: larissa.emanuelle@discente.ufma.br.

³ Co-autora. Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: camilly.maciell@discente.ufma.br.

⁴ Co-autora. Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: julia.salazar@discente.ufma.br.

⁵ Co-autor. Graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: matheus.nm@discente.ufma.br.

⁶ Orientadora. Professora da Universidade Federal do Maranhão — UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: rosinete.ferreira@ufma.br.

⁷ Orientadora. Mestranda pela Universidade Federal do Maranhão — UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: rafaela.pmc@discente.ufma.br.

sobre temas relevantes da área da Psicologia. O educador Paulo Freire enfatiza a importância do diálogo e da comunicação como ferramentas de empoderamento e transformação social, princípios que podem ser aplicados ao uso estratégico do Instagram do PPGPSI para promover uma educomunicação crítica e participativa. No entanto, para que o PPGPSI/UFMA pudesse usufruir do potencial desta plataforma, foi necessário um planejamento estratégico que definisse claramente os objetivos, o público-alvo e as ações a serem implementadas.

Ao implementarmos um plano de comunicação estratégico e reformulador, o PPGPSI/UFMA pôde alcançar resultados como um alcance maior de pessoas e, conseqüentemente, uma maior participação da comunidade nas publicações, criando assim uma espécie de relacionamento. Isso levou a mais visibilidade interna e externa, fortalecendo a imagem do programa e aumentando o número de candidatos ao mestrado, além de contribuir para a democratização do saber em psicologia, disseminando o conhecimento científico de forma acessível e engajadora.

O projeto teve como objetivo geral o fortalecimento da presença do PPGPSI/UFMA nas redes sociais, reorganizando as postagens do seu Instagram com uma perspectiva educ comunicativa, através da realização de uma análise e diagnóstico do perfil do Instagram do PPGPSI, do desenvolvimento de estratégias de postagens educ comunicativas que promovam a interação e o aprendizado, da implementação de ações de *rebranding* para melhorar a identidade visual e a coerência comunicacional da página e IV) a avaliação do impacto das mudanças implementadas na interação e no engajamento dos seguidores.

A metodologia da execução do projeto educ comunicativo foi construída em fases distintas, em vista de garantir um processo sistemático para alcançar os objetivos propostos, de maneira organizada, eficiente e mais fiel possível ao planejamento. Sendo assim as fases Análise Diagnóstica, Planejamento Estratégico, Criação de Conteúdo, Implementação, Acompanhamento e Avaliação, entram em concomitância.

Em primeiro momento, realizou-se um diagnóstico do perfil @PPGPSI_UFMA, com a finalidade de analisar e entender melhor o perfil, nesse primeiro momento foram observadas a ausência de uma identidade visual, de uma logo que emanasse uma identidade própria para o PPGPSI, ausência de um contato maior com o público,

falta de informações sobre o que é o PPGPSI, registros de eventos/aulas com muitas fotos (as vezes compiladas em vídeos) porém sem muitas informações sobre o que se tratava, essas informações obtidas foram utilizadas para a criação de um formulário de alinhamento com perguntas norteadora e indagações respondidas com base nas experiências dos usuários com o insta @PPGPSI_UFMA, possibilitando também o traçamento de perfis dos alunos e docentes do curso de Psicologia e seus interesses, baseando-se nos resultados do formulário de alinhamento e no diagnóstico do perfil as estratégias organizadoras e transformadoras foram montadas.

Em seguida, a construção do elo comunicativo entre a criadora do Insta @PPSI_UFMA e com a coordenadora do PPGPSI. Levou-se em conta a urgência de modificar a bio do instagram. Foram elaboradas sugestões de logo que pudessem identificar o PPGPSI com as cores da antiga logo e a cor oficial do curso, no dia seguinte com a logo definida, mudamos a foto de perfil, acrescentamos informações na bio, colocamos o link do processo seletivo e a data limite de inscrição. As postagens de stories também foram iniciadas com stories de chamamento para o processo seletivo e divulgação do formulário de alinhamento. No formulário de alinhamento foram obtidos os seguintes dados: Tipo de conteúdo que gostariam de ver no insta PPGPSI: Registros de eventos (84,6%), Dicas para estudantes (30,8%), Tutorias (23,1%), Publicações sobre as linhas de pesquisas (69,2%); O PPGPSI fornece uma boa cobertura dos eventos e atividades: sim (0,0%), Não (66,7%), Talvez (33,3%) O que gostaria de ver no PPGPSI: Cobertura de eventos (93,3%), Divulgação de artigos (86,7%), Informações sobre colaborações (73,3%), Quadro de curiosidades (40%); Utilidade das publicações para jornada acadêmica: Sim (53,3%), Não (46,7%) Avaliação da comunicação no insta: regular (53,3%), ruim (26,7%), boa (13,3%).

A partir desses dados foi montado um cronograma de postagens que envolveram divulgação de eventos, stories frequentes, explicação de dúvidas, cards sobre os docentes e linhas de pesquisa, cobertura de evento, *reels*, quadro para divulgar artigos científicos e manual com vídeo aulas para a alimentação do PPGPSI.

Durante todo o processo a posição do PPGPSI não foi como mero criador de conteúdo, mas como um perfil que viabiliza a educação, que preza e também realiza trocas com seus seguidores de maneira humana, entendendo que o seguidor também um produtor de conteúdo para o ambiente educacional do insta @PPPSI_UMFA.

Sendo assim, a aproximação com seguidores foi fundamental durante todo o processo, as perguntas respondidas na dm, as trocas de curtidas, responder e curtir os comentários dos seguidores nas postagens e a busca por conteúdos que pudessem atender os interesses dos seguidores, são ações facilitadoras da construção de elos.

Ao final do projeto foi realizada uma enquete e obtidos os seguintes dados: 48% alunos da graduação, 40% alunos da pós-graduação e 12% não eram alunos; apenas 4% afirmaram ser professores da pós-graduação e 4% afirmaram ser professores da pós-graduação e graduação, 96% acharam as informações do @PPGPSI_ufma úteis e 4% acharam inúteis, 93% acharam que o PPGPSI forneceu um bom acompanhamento das atividades e 7% acharam que não, 48% das pessoas gostaram mais das Linhas de Pesquisa, 33% gostaram mais das divulgações de eventos, 19% gostaram mais das postagens sobre os docentes, 57% das pessoas gostaram mais da postagem de apresentação do PPGSI, 38% gostaram mais da cobertura de eventos e 5% não gostaram de nada, 53% avaliaram a comunicação do PPGPSI como ótima, 30% como boa, 17% como regular e 0% como ruim. Na enquete final foi possível notar uma satisfação maior do público, devido ao processo de comunicação, educação e aproximação ao longo do projeto.

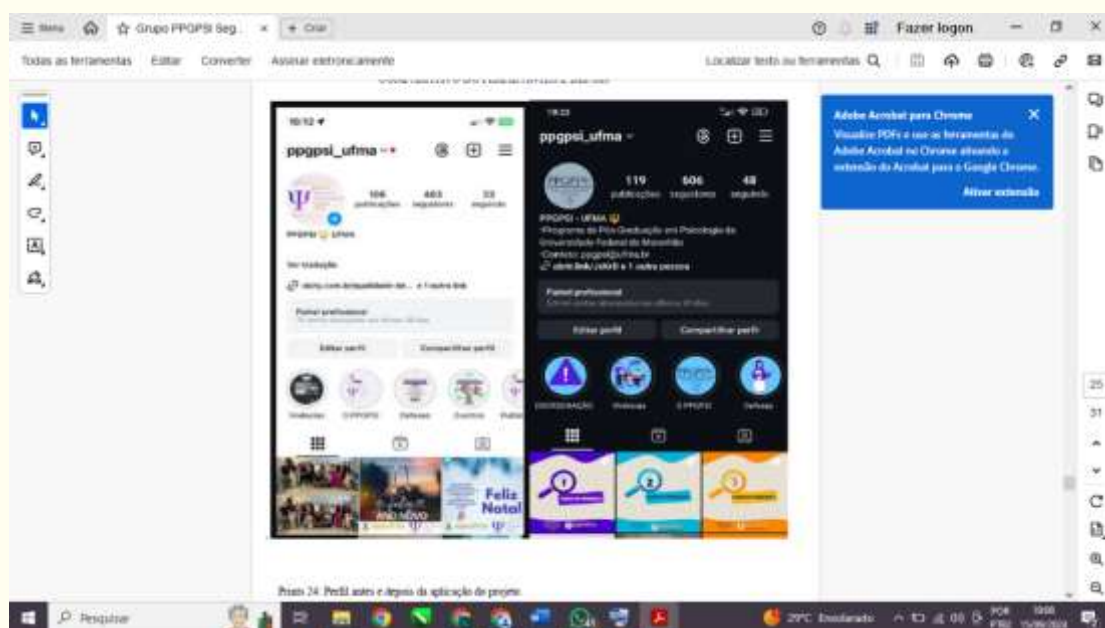


Foto 1: antes e depois

O projeto de educomunicação desenvolvido para o Instagram do programa de pós-graduação em psicologia da UFMA foi concebido com o objetivo de criar um espaço dialógico e acessível, onde o público acadêmico pudesse interagir com as propostas do programa, incluindo tanto o conhecimento mais aprofundado sobre o programa e seus membros quanto o acompanhamento dos eventos divulgados com fins educativos que agregam à formação acadêmica de todos. A aplicação dos princípios da educomunicação, foram fortemente influenciados por alguns teóricos, incluindo a teoria dialógica de Paulo Freire (1998) — baseada na ideia de que o diálogo é uma condição essencial para a construção do conhecimento — que permitiu-nos transcender as práticas comunicativas tradicionais, em outras palavras, criou-se um ambiente onde as pessoas puderam dialogar diretamente através das ferramentas da plataforma do instagram, como as enquetes, caixas de perguntas, comentários e mensagens diretas.

Ademais, os processos educacionais implementados, conforme discutido por Soares (2011), garantiram uma comunicação autêntica e de qualidade, que refletiu tanto nos conteúdos produzidos quanto nas interações geradas. A escolha do Instagram como plataforma central foi estratégica, considerando sua natureza desterritorializada e seu alcance nacional e até transnacional, conforme a análise de Furter (2009), que menciona que o mundo da comunicação de massa paira sobre as nações. A escolha nos permitiu alcançar um público mais amplo, indo além dos limites geográficos e institucionais tradicionais.

Dessa forma, o perfil do PPGPSI foi contemplado com a formação de um ecossistema comunicativo dinâmico. Considerando a descrição de "ecossistema comunicativo" feita por Jesús Martín-Barbero (2000) e aprofundado por Soares (2011). Um ecossistema comunicativo é entendido como um ambiente que favorece o convívio humano, onde o diálogo é a base das interações. No contexto do PPGPSI, o perfil foi utilizado para promover um espaço onde a comunicação é horizontal, participativa e dialógica, refletindo as dinâmicas contemporâneas tecnológicas.

Referências

FERREIRA, Vitor Sérgio. Ser DJ não é só Soltar o Play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 2, p. 473-494, 2017.

DE ANDRADE, Lílian Bhruna Pinho; ROMANCINI, Richard. Educomunicação e Pedagogia de Projetos: abordagens e convergências. 2009. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, 2000.

DE REZENDE, Mariana Vidotti. O conceito de letramento digital e suas implicações pedagógicas. **Texto livre**, v. 9, n. 1, p. 94-107, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Editora Paz e Terra, 2014

MARQUES, Paulo César Pedroza; BORGES, JJS. Educomunicação: origens e conexões de uma nova área de conhecimento. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2016.

PEDROSO, Carolina Vilas Boas Alves; ANDRÉ, Hendryo. Educação e Comunicação- Educomunicação e o Letramento Digital. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul** – Porto Alegre - RS – 20 a 22/06/2019.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA/CCH. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1157>.

ROSA, Sandra Regina Bernardes de Oliveira. FILIPAK, Sirley Terezinha. **Paulo Freire: Educação como transformação social**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 12, Vol. 06, pp. 131-141. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/paulo-freire>

Uso de tecnologias digitais para capacitação, mentoria e consultoria em comércio exterior¹

Giuseppe Costa Severgnini²
Carla Suzana Gomes Meira³
Djalma de Souza da Silva Filho⁴
Esther de Lima Locatelli
Giovana Gabriela Umbelina dos Anjos
Kelly da Silva Santos
Thiago Bezerra de Medeiros
Vinícius Rafael Moraes
Wandson Rafael dos Santos
Márcia Cristina Silva Paixão

Introdução

Implementado em 2017, o projeto de extensão acadêmica “Comércio Exterior e oportunidades de trabalho na Paraíba - Probex COMEX UFPB” tem por objetivo geral fomentar o comércio exterior da Paraíba e da Região Nordeste, ofertando e democratizando informações e conhecimentos, e desenvolvendo visão estratégica para atividades acadêmicas, profissionais e comerciais em Comércio Exterior.

Em 2021-2023, teve por público-alvo: a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB); empresas juniores (EJs) atuantes em comércio exterior; empresários(as) de setores produtivos diversos e artesãos(ãs); gestores públicos e privados paraibanos. Ainda, como em edições anteriores, atendeu: graduandos internos e externos à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Relações

¹ Trabalho apresentado no eixo 1. Gestão da comunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Economista, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Voluntário (2021), bolsista (2023-2023) e colaborador externo (2024) do projeto de extensão.

³ Componentes voluntários do projeto de extensão acadêmica Probex COMEX UFPB em 2022-2023. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB. E-mail: probexcomex2022@gmail.com.

⁴ Professora do Departamento de Economia da UFPB, idealizadora e coordenadora do projeto de extensão acadêmica Probex COMEX UFPB (2017-2024). João Pessoa-PB. E-mail: marcia.paixao@academico.ufpb.br.

Internacionais (RI) e Línguas Estrangeiras Aplicadas (LEA); novos profissionais e demais interessados na área de Comércio Exterior.

No período citado, as principais ações do Projeto compreenderam: a) capacitação e inserção de graduandos e recém-graduados no mercado de trabalho por meio de geração de oportunidades e oferta de mentoria, para atendimento de artesãos e instituições setoriais nacionais; b) qualificação de empresas para exportar por meio de apoio técnico (consultoria) à Fapesq-PB para captação e execução do Programa de Qualificação para Exportação na Paraíba (PEIEX-PB); c) democratização de informações e conhecimentos especializados por meio de geração de conteúdo para redes sociais e publicação do Clipping Probex COMEX UFPB.

Neste resumo, nas seções 2 (Metodologia) e 3 (Resultados e Discussão), serão destacados elementos da experiência com a produção de conteúdo para redes sociais e a publicação do Clipping Probex COMEX UFPB como instrumentos de mobilização de acadêmicos, organizações públicas e privadas e grupos da sociedade civil para qualificação da prática cidadã voltada para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade paraibana e nordestina.

O trabalho é concluído com as considerações finais onde ressalta-se o alinhamento do Projeto a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Metodologia

No âmbito do projeto de extensão Probex COMEX UFPB, a metodologia prioriza a interdisciplinaridade, a prática profissional, o relacionamento interinstitucional e o uso de tecnologias como redes sociais, site, canal no YouTube e salas virtuais para disseminação e democratização de conhecimento especializado na forma de treinamentos via webinars (palestras e minicursos), publicações de conteúdo, oferta de mentoria e consultoria, bem como para reuniões de orientação e planejamento interno. Visitas técnicas são realizadas no formato presencial.

Conta-se com graduandos e graduados das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas como componentes da equipe executora ou colaboradores, e com a larga

experiência em Comércio Exterior da professora-coordenadora, adquirida no setor privado.

Ainda, como parceiros de execução (e público-alvo), conta-se com EJs paraibanas de comércio exterior; o Governo do Estado/Programa de Artesanato Paraibano (PAP), prefeituras do polo paraibano de renda renascença, SEBRAE-PB, Correios. A empresa Lauro Victor de Barros Ltda, de consultoria em Comércio Exterior, é o principal parceiro externo. A interlocução institucional é feita pela professora-coordenadora.

As publicações de conteúdo ocorrem no formato de mini artigos publicados semanalmente e por meio do Clipping Probex COMEX UFPB, divulgado quinzenal ou mensalmente. A equipe executora levanta, sistematiza e apresenta, com elaboração própria de textos e imagens, conteúdo e notícias sobre o comércio exterior brasileiro, nordestino e paraibano. As principais fontes são: Banco Central (série histórica do dólar americano); Agência Brasil (notícias nacionais); ComexStat (banco de dados do Ministério do Desenvolvimento) etc. São utilizadas as ferramentas Shutterstock (banco de imagens) e Canva (design gráfico e formatação) para elaboração das publicações, as mídias digitais Instagram, LinkedIn, WhatsApp e site do Projeto para divulgação.

As atividades de orientação, webinars (palestras e minicursos), mentoria e consultoria ocorrem remotamente, via Google Meet Acadêmico, e visitas técnicas, presencialmente.

Resultados e Discussão

O Clipping Probex COMEX UFPB foi lançado em 2020, sendo um periódico publicado semanalmente no seu primeiro ano de existência e, posteriormente, numa base quinzenal ou mensal. Tem por objetivo disseminar dados, informações e conhecimentos sobre o comércio exterior brasileiro, nordestino e paraibano.

A ideia de elaboração e divulgação de um Clipping de notícias foi apresentada pelo despachante aduaneiro Sebastião Cunha Pereira, representante da empresa parceira do projeto desde 2017, a Lauro Victor de Barros Despachos Aduaneiros Ltda. As estruturas originais do conteúdo a ser apresentado e da parte visual foram

desenvolvidas pela professora coordenadora/orientadora Márcia Paixão e pelos graduandos Lucas Guimarães de Almeida (voluntário 2019-2020, curso de Ciências Econômicas) e Levi Galdino da Silva Souza (bolsista 2020-2021, curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais).

Em 2022-2023, foram lançadas seis edições do Clipping com notícias, análise do dólar e divulgação de ações do Projeto; a imagem do produto foi reformulada com projeto de Pethra Carolinne de Lourdes Chaves Ubarana (voluntária 2023-2024, curso de Relações Internacionais). Além de disseminar dados, informações e conhecimentos de comércio exterior, o periódico também tem sido utilizado pela equipe como mais um instrumento para expansão da divulgação das ações e resultados do Projeto e como um dos pilares que firmam o projeto em sua projeção local e nacional por meio das mídias sociais (redes sociais, site, canal no YouTube).

A execução das tarefas do Clipping pela equipe se dá em cinco frentes: a) uma primeira equipe é responsável pela elaboração de uma análise do comportamento da taxa de câmbio do dólar em relação ao real; b) uma segunda equipe levanta notícias divulgadas por fontes oficiais ou instituições confiáveis e redige chamadas breves para as notícias selecionadas a serem divulgadas e destacadas para a sociedade; c) a terceira frente elabora o design visual do Clipping; d) uma equipe composta por uma discente e pela professora coordenadora/orientadora realiza duas revisões dos textos escritos para garantir precisão e fidelidade às informações das notícias destacadas e o crédito às fontes consultadas, além de corrigir erros ortográficos, de concordância e de plágio; e) por fim, a professora coordenadora/orientadora faz uma revisão geral final do material e aprova para divulgação.

Considerações Finais

O Projeto mostra-se relevante para o desenvolvimento do comércio exterior local, com alcance regional e internacional.

A interlocução com instituições de fomento ao setor produtivo, empresários, artesãos e prestadores de serviços mostrou-se uma estratégia eficaz para conectar a academia às demandas e desafios reais da sociedade.

O apoio técnico à Fapesq-PB na captação e execução do PEIEX-PB para qualificar empresas para exportar e a mentoria às EJs para atendimento de artesãos expressam uma forma de impacto efetivo para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade público-alvo.

Ele também cumpriu amplamente o objetivo de democratizar conhecimentos da área por meio de publicações, minicursos, visita técnica, um produto de apoio a duas rodadas de negócios internacionais e oferta de consultoria.

Ainda, sua execução e resultados cumprem Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a saber: Educação de Qualidade (ODS 4), Emprego Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Redução das Desigualdades (ODS 10) e Parceria em prol das Metas (ODS 17).

Referências

AGÊNCIA Brasil. **Últimas notícias – Economia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia>. Acesso em: jan.– dez./2020-2024.

BANCO Central. **Cotação de moedas e boletins.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>. Acesso em: jan.– dez./2020-2024.

CANVA. **Plataforma de design gráfico.** Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/. Acesso em: jan.– dez./2020-2024.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Base de dados.** ComexStat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: jan.– dez./2020-2024.

NAÇÕES Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: set./2024.

PROBEX COMEX UFPB. **Site do Projeto.** Disponível em: <http://plone.ufpb.br/probexcomex>. Acesso em: set./2024.

_____. **Relatórios do Projeto.** Material elaborado pela Coordenadora do Projeto de Extensão Probex COMEX UFPB, ação acadêmica do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2017-2024. Cópias digitais. Não publicados.



SHUTTERSTOCK. **banco de imagens, vídeos, música e editorial.** Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/>. Acesso em: jan.– dez./2020-2024.

Como votar? Compreender influências da educação no cotidiano e vislumbrar caminhos através da Educomunicação¹

Giulia Beatrice Pimentel²

Introdução: elucidando utopias e abstracionismos

Bourdieu, quando diz que “(...) não existe nenhum sistema -nem mesmo a economia- que, em alguma medida, não dependa da crença para poder funcionar” (2019, p.35), anuncia que não é preciso ir muito distante da própria vida cotidiana para perceber que a sociedade vive contextos orientados pelas instituições, cridos e sustentados pela população, na qual “as relações seriam muito menos infelizes se as pessoas pelo menos dominassem os mecanismos que as determinam a contribuir para a sua própria miséria” (Bourdieu, 2019, p.35), transformando-se em sujeitos críticos, conscientes.

Na perspectiva da qual se vive hoje, o indivíduo é sujeito-objeto que, por mais que exerça seu direito ao voto, torna-se objeto de instituições que, muitas vezes, promulgam campanhas que levam o indivíduo a ter menor criticidade, angariando votos pelas percepções no nível dos sentidos, por impactos sensoriais, aumentando a familiaridade com o candidato através dessas exposições. Esta, encontra-se como estratégia em processos histórico-comunicacionais, como na ação institucional estadista de países latino-americanos, que teve intencionalidade de movimentar emoções na população para que os indivíduos conseguissem alinhar o país às nações desenvolvidas, de forma empática. Isso se deu a partir de uma função educativa -acrítica- por meio da ampliação do sistema nacional de comunicação, mobilizando recurso humano por meio de sua emoção que, ainda com seu direito de

¹ Trabalho apresentado no eixo 1 - Gestão da comunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); Pesquisadora-colaboradora no Núcleo de Educação e Comunicação (NCE-USP); Co-fundadora do núcleo regional Litoral Paulista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educomunicação (ABPEducom); Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); e-mail: giuliabeatrice@usp.br / São Paulo, SP.

agir era, principalmente, objeto, onde, com os meios de comunicação ampliados e dominados pela elite econômica, promulgou-se um anti-desenvolvimento latino-americano, que iniciou-se com o rádio e perdura até hoje (Melo, 1988, p. 21–43).

Diante dos dados de um contexto existente no país, que necessita de mobilização de sujeitos que, ainda dentro de um sistema orientador, possam ser pensantes, críticos de sua realidade social, o presente estudo pretendeu, ao contrário da criação de estímulos emotivos, incentivar quanto mais criticidade possível, no cuidado para que se abrisse caminhos para reflexão das prioridades e exigências da população em relação ao poder público. Portanto, a fim de analisar uma forma consciente de prioridade de voto como melhor exercício da democracia, parte-se da hipótese que a educação é componente fundamental e de intrínseca relação social. O estudo aproxima os cenários da educação -com um recorte para a compreensão da potência da infância-, da vivência da população, a fim de permitir que se estabeleça relação com os demais contextos sociais cotidianos, distanciando do cenário utópico que a educação e a infância, muitas vezes, possam se encontrar.

Metodologia do Estudo

Entre levantamento de dados sociais e de estudos científicos que evidenciam a potência da educação e dos primeiros anos de vida de um indivíduo, amparada em leitura crítica dos contextos sociais de democracia através do voto, delimitando o rigor científico do estudo, foi realizada uma análise de conteúdo que considera que “a natureza destas complexas relações estiveram, e estão, no centro das reflexões que modelam e matizam as diferenças teórico-metodológicas” (Schmidt, 2006, [s.n]).

A fim de contribuir para um caminho possível e concreto de entendimento dessas relações e da qualidade da educação a ser verificada e exigida em uma sociedade, o estudo é referenciado pela epistemologia científica do campo da Educomunicação. Vale-se também da exemplificação prática dessa área com projetos educacionais em ocorrência.

O cruzamento dos levantamentos realizados habilitam a análise relacional dessa pesquisa, permitindo embasamento do contexto social, educacional, e da infância, e posicionam-se em: relacionar a saúde com o ambiente vivenciado, compreender a suficiência qualitativa dos avanços normativos em relação ao que traz

organizações de amparo à pesquisa e ações sobre a infância, educação e comunicação, sondando, a título de criticidade, a situação do PNE, do senso escolar, dados TIC KIDS ONLINE BRASIL do Cetic.br, índices de criminalidade e violência, despesas com segurança pública, infraestrutura das escolas formais de educação infantil, pesquisas e dados eleitorais.

Caminho: para um agir crítico em relação ao voto

Desde a infância vive-se o coletivo, e sua relação com o ambiente possui interferências advindas dos pais e de todas as outras pessoas dos locais que frequenta, principalmente dos espaços de educação. Essa compreensão é essencial para que os projetos e regulações em torno da infância avancem como práticas **qualitativas** de uma sociedade que age sob a luz de evidências científicas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do país. A esse respeito, foi realizada a análise relacional de alguns estudos que colaboram para esse entendimento no presente artigo, como informações advindas do estudo “CHILD Cohort Study” - dados sobre o tempo de amamentação e sua relação com a pressão arterial de crianças de 3 anos de idade; assim como, também é considerado para evidências científicas em relação ao desenvolvimento na infância nas diversas influências dos ambientes sociais, o estudo “Filhos do Inverno da Fome” - dados do desenvolvimento de crianças no efeito pós-guerra, e estudos do economista James Heckman que nos fornece dados do impacto da qualidade da primeira infância nos resultados econômicos, sociais e de saúde de uma sociedade.

A ciência comprova que cenários que causam estresse tóxico em seus primeiros anos de vida, resulta em uma arquitetura cerebral mais escassa pela diminuição de conexões neurais de zonas do cérebro responsáveis pelo aprendizado, desregulando o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional. Através do acompanhamento da atividade cerebral, estes estudos mostram o impacto dessa diminuição de neurônios causados pelo ambiente, afetando a imunidade do indivíduo e o processamento de informações, comprometendo a saúde e o processo acadêmico das crianças, resultando em inúmeras dificuldades cognitivas ao longo de sua vida. Além disso, temos também como resultado parâmetros de consequências econômicas que a falta de informações acessíveis e ações possíveis no cuidado com

a educação e a infância produzem, e que seguirão se alastrando por anos, deixando um legado muito mais duradouro do que se pensa e se discute. E é esta, uma lacuna que costuma não ser considerada como prioridade, pois seus ônus e bônus não são vistos, senão ante a ciência, como nesta discussão aqui apresentada.

O contexto educacional, ainda que urgente de ser repensado, é um dos pontos menos considerados quando a população é convocada a elencar os maiores problemas do Brasil: “educação” representa 7,8% dos votos, em comparação com 59,2% da “criminalidade e tráfico de drogas” (Brasil, 2024). Visto que, as problemáticas mais citadas (criminalidade, desigualdade, corrupção e economia), são também conjunturas intrínsecas à situação educacional. Considerando o pouco cuidado desde a fase inicial da vida, é preciso repensar uma sociedade que, apesar de medidas tomadas, não avança, sendo ainda uma nação que obteve aumento da maior parte dos índices de criminalidade e violência. Esse cenário desenha-se em torno de uma realidade com aumento das despesas com segurança pública, 11,6% maior do que em 2021, o que representa 1,26% (124,8 milhões) do PIB (Fórum de Segurança Nacional, 2023).

Claudemir Viana, em 2018, no VIII Encontro Brasileiro de Educomunicação, alertou sobre uma grave distorção do sentido dos direitos humanos “ignorando todo um conjunto de aspectos da vida coletiva, social; e a consciência somente sobre âmbitos dos direitos civis e políticos” (2018, p.110).

O ensaio relacional deste levantamento permite a compreensão da consciência coletiva, e promulga a necessidade de uma mudança social efetiva, causadora de efeitos positivos na segurança e na economia de um país que, junto, assegure os direitos humanos e o pensar crítica e integral, e uma série de medidas estruturadas ao longo de anos, sistematizadas com **qualidade** desde a educação infantil, e que sejam estas, em conjunto da dimensão humana, educativa e coletiva, como propõe Viana no contexto educacional de olhar a educação e a comunicação do país.

A Educomunicação para Ampliação da Compreensão Crítica

O exercício deste estudo nos convoca à exigência em conceder direitos civis e humanos à educação das infâncias. Chegamos, então, a um entendimento crítico e um caminho possível através do campo da Educomunicação, que referência e

impulsiona projetos com capacidade epistemológica suficiente, inclusive, para tornar-se política pública, nascido de uma demanda da realidade social com a necessidade de se pensar uma comunicação que fosse também educativa, em sociedade.

Portanto, as colocações aqui realizadas dizem respeito a um entendimento de uma educação que independe do âmbito formal ou informal: fala-se de uma **educação cidadã**, que perpassa todo e qualquer cenário, e diz respeito da vivência como sujeito ativo que se relaciona com o mundo, que se sente pertencente aos territórios que habita (ou pode esperar habitar), que tem direito à voz, que se acha possível, capaz e pertencente a um coletivo, para que possa ser sujeito transformador das demandas sociais que estão no mundo, e que precisam de movimento, ideias, e um profundo cuidado.

Através do ecossistema possibilitado pela Educomunicação é possível dar vida à essa **postura cidadã**; a somar-se à essa compreensão da educação, para além da consciência da postura individual, dois projetos educacionais em andamento foram trazidos para exemplificar a prática dos pressupostos aqui refletidos teoricamente: “Imprensa Jovem” e “Memórias em Rede”; vivências concretas de se pensar a educação brasileira em nosso cotidiano.

Legislado em 2016 como projeto educacional, o Programa Imprensa Jovem foi expandido nacionalmente e reconhecido pela UNESCO como uma das principais práticas de educação midiática da América Latina e que, por meio da capacitação dos indivíduos à criação de uma agência de notícias de forma colaborativa -educadores e educandos juntos- são protagonistas do processo de práticas jornalísticas de diferentes temáticas amparadas nos desafios dos contextos sociais, possibilitando uma leitura crítica do mundo.

Ganhar notoriedade no espaço público é importante para que haja formas de expandir e ampliar o debate e, por isso, torna-se imprescindível o engajamento e entendimento da população quanto ao contexto educacional. O Memórias em Rede é um dos projetos que não é uma política pública, e a passos curtos, vem ampliando esse ecossistema educacional; dependente de financiamento, atuante desde 2018 pelo Instituto Devir Educom na realidade litorânea de Santos, utiliza-se dos preceitos do campo da Educomunicação como base para sua metodologia sólida e aplicável a várias realidades. Neste projeto, verifica-se a postura consciente em

relação à educação, em que a escuta e o diálogo inseridos nos cenários cotidianos dos alunos visa tornar suas histórias merecedoras de reflexão e de narrativa jornalística para ele próprio, a fim de também relacionar sua vida com o mundo de forma mais concreta e significativa.

Em uma base de se pensar uma comunicação educativa, os projetos acima trazem uma carga grande de ressignificados de afetos, saberes e territórios. E, das relações anunciadas no presente estudo, é possível identificar, nessas práticas exemplificadas, o trabalho qualitativo dos aspectos cognitivos e socioemocionais, e a amplitude, desde a infância, do pertencimento à uma vida em sociedade, possibilitando influência e sendo influenciado em uma forma mais democrática, que vão de encontro às análises e reflexões aqui propostas.

Considerações Finais

Percebe-se fundamental, a consciência sobre essa vivência coletiva, para fins de colaboração entre sujeitos para avanços significativos do que, das ações aqui refletidas para efeitos educacionais, culturais e de direitos humanos, poderia ser conduzida pelo campo da Educomunicação, que gera entendimento em relação às necessidades sociais, e permite uma postura mais humana, integral e democrática de cada indivíduo no exercício do seu voto.

É relevante a compreensão que cada pessoa, de acordo com suas próprias experiências, relaciona prioridades diferentes, das quais orienta seu voto e suas contribuições com a sociedade. Porém, inegável, a estrutura essencial da infância e da educação para todas as vidas, percebendo-se também como **saúde social**; sendo, portanto, estes, os contextos estruturantes da realidade humana.

Quanto mais necessária é uma pauta social, mais acessível ela deve ser, e quanto mais acessível, menos utópica ela se apresenta. As ações educacionais referenciam caminhos importantes nessa estrutura essencial, possibilitando formas abertas, plurais e concretas de entender a educação formal e informal, reiterando caminhos possíveis, que já emergem da sociedade e que, portanto, precisam ser (re)pensados coletivamente, ofertando novas possibilidades de realinhar prioridades e maneiras de votar (reflexão-ação).

Novas possibilidades, estas, que precisam aproximar-se das políticas públicas, tornando-se potencialidade maior de adoção e ampliação. Na complexidade de gestar um país com a territorialidade brasileira, é urgente que mudanças referentes à qualidade da estrutura educacional sejam revisitadas como grande prioridade dos governos. Por isso, quanto maior a tomada de consciência da população ao exercício de seu voto, mais transformações tendem a ser realizadas na composição de interesses por parte de representantes do poder público.

Pensar a(s) infância(s) e a educação parte de uma necessidade de ampliação de um debate sério, científico e que precisa de proximidade com a população. O “caminho só é possível por meio de uma educação transformadora” (Viana, 2018, p.112), a qual sem isso, não é possível ter uma verdadeira educação para a sociedade e transformações de saúde coletiva.

Referências

ATLASINTEL. **Pesquisa Atlas:** Aprovação presidencial, avaliação do governo, avaliação por área de atuação, situação econômica e expectativas, imagem de líderes políticos. Brasil. 2024. Disponível em: <https://cdn.atlasintel.org/6d5ac0f6-9c2c-489c-a88b-f80bd3d7c35f.pdf> . Acesso em jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CHILD Cohort Study. **Helping children grow up healthy**. Disponível em: <https://childstudy.ca/> . Acesso em jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> . Acesso em jun. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **A Criança e seu Desenvolvimento:** o desenvolvimento cerebral. In: Primeira Infância em Pauta. Disponível em: <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html> . Acesso em jun. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **Dados Brasil**. In: Primeira Infância Primeiro. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/> . Acesso em jun. 2024.

HECKMAN, James; RAULT, Lakshmi. **Intergenerational long-term effects of preschool-structural estimates from a discrete dynamic programming model**. Journal of Econometrics, v. 191, 2016, p. 164-175. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304407615002493> . Acesso em jun. 2024.

INEP, Inepdata. Matrículas: Estatísticas Gerais. **Censo Escolar**. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjl1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjZJczODk3LWM4YWMTNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&disablecdnExpiration=1719878387> . Acesso em jun. 2024.

INEP. **Censo Escolar Da Educação Básica**. n.Versão Preliminar. 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf . Acesso em jun. 2024.

MELO, J. M de. **Processo de Integração Latino-Americana: O Papel da Comunicação Social**. INTERCOM 58. ano XI ed. [s.l: s.n.]. v. 58, p. 21–43. 1988.

SÃO PAULO. **Portaria Nº 7.991 de 13 de dezembro de 2016**. Normas Complementares e Procedimentos para a Implantação do "Programa Imprensa Jovem". São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-7991-de-14-de-dezembro-de-2016> . Acesso em jun. 2024.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. Fascículo de tese (Livre docência em ensaios indisciplinados: aconselhamento psicológico e pesquisa participante). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, v. 17, p. 11–41. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/qCsZ9jM78SQ43SB6twJvytt/?lang=pt#> . Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE DE AMSTERDAM. **Filhos do Inverno Fome: 20 anos de pesquisa sobre o inverno da fome**. 2015. Disponível em: <https://www.hongerwinter.nl/wp->

[content/uploads/2018/03/kinderen-van-de-hongerwinter_20-jaar-hongerwinter-onderzoek.pdf](content/uploads/2018/03/kinderen-van-de-hongerwinter_20-jaar-hongerwinter-onderzoek.pdf) . Acesso em jun. 2024.

VIANA, Claudemir. Educomunicação como eixo da política pública do Estado de São Paulo no âmbito da Educação em Direitos Humanos. In: SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir (Eds.). **Trajetórias da Educomunicação nas Políticas Públicas e a Formação de seus Profissionais**. [s.l.] Palavra Aberta, 2021.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Competências midiáticas na educomunicação: a perspectiva de docentes-mediadores¹

Bruno de Oliveira Ferreira²

Introdução

O artigo discute a visão de professores que coordenam projetos de educomunicação da rede municipal de educação de São Paulo sobre as competências midiáticas e informacionais desenvolvidas pelos estudantes nesse âmbito, bem como as que eles próprios tiveram que desenvolver para conduzir práticas pedagógicas nessa perspectiva.

Esse levantamento foi realizado por meio de um formulário com perguntas abertas e fechadas, que obteve 59 respostas, e integrou um amplo estudo, que envolveu, além de docentes, outros sujeitos direta ou indiretamente envolvidos com práticas de educomunicação da rede municipal de educação de São Paulo. No entanto, o presente trabalho analisa apenas os dados levantados junto a professores.

Estes foram coletados e sistematizados por este autor no contexto de uma consultoria contratada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que também contou com outros dois pesquisadores: Maurício Virgulino Silva e Paola Diniz Prandini. O objetivo do estudo foi a elaboração das Orientações Pedagógicas em Educomunicação³, em fase de finalização quando da escrita deste paper.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 - Educação midiática, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e ex-consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em Educomunicação e Alfabetização Midiática e Informacional. É ainda coordenador pedagógico do Instituto Palavra Aberta e consultor autônomo de educomunicação e educação midiática. E-mail: brunoferreira.educom@gmail.com.

³ Publicação que sistematiza as práticas de educomunicação do município de São Paulo e oferece diretrizes para o planejamento, implementação e gestão de novas iniciativas dessa natureza.

Como resultado do levantamento com docentes, observamos que estes entendem que as competências midiáticas desenvolvidas pelos estudantes associam-se aos processos de autoexpressão, com ênfase em discussão e planejamento de pautas e menor destaque a questões relacionadas ao letramento informacional e à educação digital dos estudantes, ainda que estes utilizem amplamente redes sociais para dar visibilidade às suas produções autorais.

Breve contextualização teórica

O desenvolvimento de competências midiáticas na educação é uma demanda antiga e, historicamente, conta com a defesa da UNESCO para que a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) seja uma realidade nas escolas e redes de ensino. Em linhas gerais, trata-se do desenvolvimento de competências para que todo cidadão possa analisar, decodificar, produzir e disseminar textos de mídia de forma crítica e responsável.

Em diferentes momentos, a organização lançou diretrizes curriculares para que docentes se apropriassem das discussões relacionadas à comunicação e às mídias a fim de que esses temas se tornassem objetos de estudo na educação básica.

O último currículo da organização (Grizzle et. al., 2023) atualiza as competências e os benefícios da AMI no contexto dos avanços da cultura digital. Assim, expande seu escopo para temas correlatos às tecnologias digitais e à informação nesse contexto, tais como: processamento digital da informação e propriedade intelectual; informação falsa, desinformação e discurso de ódio; influência das mídias e das tecnologias nos conteúdos; oportunidades e desafios da internet; inteligência artificial e redes sociais; mídias, tecnologias e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A educomunicação é uma abordagem que, assim como a AMI, entende a comunicação como um direito humano e que esta precisa ser exercida no âmbito da educação, não propriamente com a finalidade de adotar as mídias e a informação como objetos de estudo, mas sobretudo como um processo dialógico, a fim de fomentar a participação cidadã dos estudantes por meio da autoexpressão. Trata-se de uma perspectiva que corrobora os ideais de Paulo Freire (2011) de ruptura com a cultura do silêncio a partir da comunhão entre os sujeitos.

Ainda assim, observa-se que o exercício de autoexpressão, de forma coletiva e colaborativa, nas práticas educomunicativas é um âmbito de desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais (Amuchástegui, 2017), sendo, portanto, uma instância de promoção da AMI.

Inserir comunicação e mídias na escola, como objeto de estudo ou projeto de mídia escolar, exigem dos professores conhecimentos e habilidades nesses temas para que possam planejar, ministrar e avaliar práticas pedagógicas nessa perspectiva. Essas habilidades podem ser constituídas em diferentes instâncias: a partir dos saberes da formação profissional, disciplinares, bem como os curriculares e experienciais (Tardif, 2014).

Por isso, é importante mapear não apenas o entendimento dos docentes acerca das competências midiáticas e informacionais que seus estudantes desenvolvem, como também as que eles próprios mobilizam com a finalidade de implementar práticas pedagógicas na perspectiva da educomunicação.

A inserção no currículo de novos componentes curriculares que corroboram a educomunicação, como Comunicação e Cultura Digital, representa uma reinvenção do docente frente à sua concepção de ensino e aprendizagem. Isso porque esses profissionais se deparam com o desafio de explorar novos saberes e de construir práticas pedagógicas para mediar a aprendizagem dos estudantes acerca destes.

Segundo Martin Lawn (2011), o Estado e seus discursos oficiais, expressos em normativas para a educação (como é o caso da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, de 2018, dos currículos das redes de ensino e da própria formação inicial e continuada de docentes), contribuem para formar a identidade desses profissionais.

No entanto, o autor aponta para uma distância entre o poder concreto dos professores e o poder que a sociedade presume que estes têm. Lawn argumenta que ainda que haja uma certa autonomia desse profissional em suas práticas escolares, há pouco poder do docente na organização e nas decisões políticas que se referem à prática pedagógica.

Dessa forma, diretrizes educacionais pensadas por especialistas que estão fora do cotidiano escolar reduzem o docente a mero aplicador de práticas pedagógicas, que deve atingir resultados de aprendizagem bem definidos por agentes externos. Esse afastamento esvazia o currículo de sentido para o docente,

dificultando e limitando seu planejamento autoral da atividade pedagógica, reverberando no processo de aprendizagem dos estudantes.

Principais resultados e discussão

Na visão dos docentes respondentes, os três principais objetivos das práticas de educomunicação são: (1) Fortalecer a participação coletiva dos estudantes, para 83% dos docentes; (2) Aprimorar a comunicação da escola com a comunidade, para 64% dos docentes; (3) Introduzir as tecnologias para a aprendizagem no cotidiano escolar, para 59,3%; (4) Promover inclusão, equidade e educação integral, para 59,3%.

Com relação às competências desenvolvidas pelos estudantes, segundo os docentes, estes acreditam que as principais delas são as seguintes: (1) Selecionar informações para produzir um conteúdo (texto, vídeo, programa de rádio ou podcast), mencionada por 57,6%; (2) Realizar entrevistas, mencionada por 52,5%; (3) Discutir e definir temas para produzir conteúdos, mencionada por 42,4%; (4) Produzir textos (jornal, blog, notícias, reportagens), mencionada por 30,5%; (5) Produzir vídeo (telejornal, curta-metragens, filmes, documentários), mencionada por 30,5%.

A resposta dos docentes demonstra que a principal finalidade da prática educ comunicativa é o desenvolvimento da autoexpressão do estudante. Nesse sentido, as habilidades desenvolvidas buscam qualificar o processo de produção midiática, a partir da definição de pautas, seleção de informações, realização de entrevistas e, por fim, a consolidação de produtos midiáticos em duas principais linguagens: texto e vídeo.

Chama a atenção, no entanto, que aspectos mais amplos relacionados à análise crítica da mídia e ao letramento informacional dos estudantes sejam abordagens menos exploradas, como: (1) Pesquisar informações na internet (habilidade mencionada por 10,2% dos docentes) e (2) identificar fake news e desinformação (mencionada por 27,1%).

A educomunicação, ainda que dialogue com diferentes literacias midiáticas e esteja inserida no ambiente formal de educação, não é uma abordagem que, até este momento, defenda competências específicas a serem exploradas na formação do

sujeito. Talvez porque seu conceito nasça no âmbito da educação não formal, nem sempre orientada por diretrizes curriculares.

Dessa forma, os pressupostos dessa práxis, que incluem, entre outros valores, dialogicidade, protagonismo estudantil, equidade e inclusão, bem como seus objetivos de educação de qualidade, promovida a partir da criação de ecossistemas comunicativos (Soares, 2011) que viabilizem o direito humano à comunicação, a liberdade de expressão e a participação social dos seus envolvidos, podem ser postos em prática sem vínculos específicos com as competências previstas no âmbito da AMI, ainda que indiretamente estas sejam atingidas nas práticas de educomunicação.

Um dos objetivos das Orientações Pedagógicas em Educomunicação (2024) para a rede municipal de educação de São Paulo é justamente o de prever competências possíveis a partir dos pressupostos e objetivos da educomunicação, dialogando com diretrizes educacionais recentes, que alicerçam resultados de aprendizagem nessa perspectiva.

Dessa maneira, uma das expectativas desse documento é o de estabelecer maior coesão acerca das práticas educomunicativas no âmbito da educação básica, suprimindo não apenas a lacuna pedagógica de explicitar resultados de aprendizagem esperados nesse âmbito, mas também para reforçar, junto a gestores públicos, a sua urgência, a fim de que estes compreendam a integralidade da proposta educomunicativa associada a demandas contemporâneas que alargam o direito à comunicação e a liberdade de expressão, associando-os à urgência do letramento midiático e informacional das novas gerações, a partir da escola.

Além disso, chama a atenção o fato de as habilidades mais explicitamente relacionadas à participação e ao exercício da cidadania, por meio da comunicação e em âmbito digital, não terem figurado entre as mais mencionadas pelos docentes, uma vez que estes entendem que o fomento da participação é um dos principais objetivos da prática educomunicativa.

Essas habilidades são as seguintes: (1) Informar a comunidade sobre temas importantes (mencionada por 25,4%), (2) Criar campanhas para conscientizar outras pessoas (mencionada por 22%); (3) Combater preconceitos, bullying e outras formas de discriminação (mencionada por 18,6%); (4) Criar ou promover ações artístico-

culturais na comunidade (mencionada por 11,9%) e (5) Refletir sobre segurança e privacidade nas redes sociais (mencionada por 10,2%).

Entre educadores, ainda é recorrente o entendimento da apropriação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) numa perspectiva instrumental, isto é, como ferramentas para alcançar objetivos específicos e predefinidos no processo de ensino e aprendizagem, como se as tecnologias fossem apenas instrumentos para facilitar a transmissão de conteúdos, sem que haja uma reflexão mais profunda sobre como elas podem transformar a própria forma de ensinar e aprender.

Alguns autores apontam para a necessidade de superar essa visão (Costa e Moura, 2023), além de demonstrar que práticas de alfabetização midiática e informacional dão maior sentido ao uso de recursos digitais na educação, ajudando a superar essa visão (Cerigatto, 2022). Talvez por essa razão, os docentes-mediadores de práticas educacionais da rede municipal de São Paulo ainda coloquem habilidades mais emancipadoras relacionadas à comunicação e à cultura digital em segundo plano.

Essa mesma reflexão se aplica à maneira como os docentes da rede direcionam sua necessidade formativa para promover práticas midiáticas e informacionais na escola. Os participantes deste levantamento relataram ter desenvolvido habilidades midiáticas e informacionais mais técnicas para a condução de projetos e ações de educação em seus contextos escolares. As duas mais mencionadas foram: (1) Produção audiovisual (vídeo), mencionada por 61%, e (2) Busca, seleção e avaliação de informações, habilidade mencionada por 49,2%. Em terceiro lugar, destaca-se “Análise crítica da mídia”, mencionada por 47,5%, que foge à noção meramente instrumental.

O levantamento também evidencia a importância das ofertas de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação aos docentes, uma vez que esta é a instância que mais contribui com os docentes no desenvolvimento das competências necessárias à prática educacional em contexto escolar. Chama a atenção ainda a menção à aprendizagem dessas habilidades na experiência com os próprios estudantes, o que demonstra que a prática educacional é também uma instância de interlocução em que docentes aprendem com estudantes, explorando

novos recursos e desenvolvendo novas competências midiáticas e informacionais em comunhão.

Considerações finais

O presente estudo revelou um cenário complexo e promissor no que tange ao desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais de docentes no contexto das práticas educacionais da rede municipal de educação de São Paulo. A pesquisa evidenciou a importância atribuída pelos docentes à participação dos estudantes e à produção de conteúdos midiáticos por estes, mas também apontou para uma abordagem instrumental em sua formação continuada e a lacunas no desenvolvimento de habilidades críticas relacionadas ao letramento informacional dos estudantes.

É fundamental que as políticas públicas educacionais e as práticas pedagógicas se articulem para superar essas lacunas. A formação continuada dos docentes, com foco no desenvolvimento de competências para a análise crítica da mídia e para o letramento informacional a serviço do pensamento crítico, precisa ser endossada. Além disso, é crucial que as escolas disponham de recursos tecnológicos adequados e de uma cultura escolar que valorize a experimentação midiática a partir dos pressupostos defendidos pela educação.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais é um processo contínuo e que exige a colaboração de diversos atores. A integração dessa abordagem ao currículo escolar, com a definição clara de competências a serem desenvolvidas, contribui nessa direção. As Orientações Pedagógicas em Educação representam um avanço nesse sentido, mas é necessário que sejam acompanhadas de ações de formação e acompanhamento dos docentes.

Referências

AMUCHÁSTEGUI, G. et al. **Reconstruir sin ladrillos**: guías de apoyo para el sector educativo en contextos de emergencia, 2017. Disponível em:

<<http://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/5592>>. Acesso em 05/08/2023.

CERIGATTO, M. P. Experiências pedagógicas com mídia e educação: caminhos para superar a abordagem instrumental e desenvolver habilidades crítico-reflexivas sobre a cultura midiática. In: **Educação em Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 38, e25791, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/issue/view/1827>>. Acesso em 08/10/2024.

COSTA, D. P; MOURA, M.G.C. Formação de professores para a cultura digital: elementos em perspectivas diferentes da visão instrumental. In: **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, e21276, p. 1-21, 2023. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 08/10/2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LAWN, M. Os professores e a fabricação de identidades. In: NOVOA, A., SCHRIEWER, J. (orgs.). **A difusão mundial da escola**. Portugal: Educa e Autores, 2000, p. 69-84.

GRIZZLE, Alton; WILSON, Carolyn; GORDON, Dorothy (ed). **Think critically, click wisely**. Paris: UNESCO, 2021, 412p.

TARDIF, Maurice. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente. In: _____. **Saberes docentes e formação profissional**. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização Midiática e Informacional: currículo para a formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013, 194 p.

Educomunicação e TICs no Brasil: a 5ª competência geral da BNCC e o ODS 4¹

Priscilla Radighieri²

Base Nacional Comum Curricular – BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi implantada em 2017 para nivelar a qualidade da educação básica e oferecer propostas comuns a nível nacional, reconhecendo a importância da natureza de ações didáticas que estimulassem o protagonismo dos estudantes.

As aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem assegurar o desenvolvimento de dez competências gerais, sendo que em quatro delas a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aparece de forma contundente. Este trabalho analisará a aplicação da quinta competência, que tem as seguintes diretrizes:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.9).

Esta competência está inserida na área de Linguagens, sugerindo atividades que aproximem os estudantes de textos jornalísticos e materiais audiovisuais. Caldas (2006) questiona o modo como materiais midiáticos são comumente utilizados nas escolas e defende a capacitação dos educadores, mediadores do processo, sobre a produção de uma notícia e a linguagem jornalística:

¹ Trabalho apresentado no eixo 02 – Educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Jornalista, radialista, servidora pública municipal, supervisora da Rádio Câmara Sorocaba e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Reside em Sorocaba/SP. E-mail: priscilla.radighieri@gmail.com

Ao capacitar professores para a utilização da mídia na escola, é necessário compreender as armadilhas da linguagem com suas múltiplas potencialidades e limites; identificar as marcas discursivas pelos diferentes modos de dizer para uma leitura dialógica do mundo; examinar a escolha intencional ou não dos verbos introdutórios de opinião, da utilização dos operadores argumentativos e do dito e do não-dito; saber reconhecer que dizer não é sinônimo de afirmar, enfatizar ou garantir; compreender quando se utiliza ainda, já, mas ou só; entender o porquê do processo de edição da notícia e como este se opera. (CALDAS, 2006, p. 124)

TICs, Educação Midiática e a Educomunicação

De acordo com o IBGE, 90% dos lares brasileiros têm acesso à internet e às TICs. O aumento da oferta de aparelhos celulares no mercado possibilitou o acesso a 185 milhões de brasileiros com dez anos de idade ou mais (IBGE, 2023).

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) monitora o uso das TICs no Brasil. Criado em 2005, é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil, e desenvolve pesquisas como a TIC Kids Online e a TIC Educação.

TIC Kids Online 2023

Realizada desde 2012, a pesquisa produz indicadores sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. Em 2023 foram entrevistados 2704 brasileiros de 9 a 17 anos de idade. 95% são usuários de Internet e 88% mantêm perfis nas redes sociais. Com relação às habilidades digitais, 42% não sabem diferenciar um conteúdo genuíno de uma publicação patrocinada ou manipulada para parecer verdadeira.

Esses dados mostram que a rede social está inserida no cotidiano da maioria das crianças e jovens brasileiros, porém mais da metade pode ser influenciada por conteúdos falsos na internet. Professor da rede estadual de ensino de São Paulo e pesquisador dos impactos da desinformação nas redes sociais, Cesar Gomes destaca o papel da escola no combate ao já estabelecido “ecossistema da desinformação” e a favor da cidadania: “A escola pode (e deve) interferir para que as

redes sociais se tornem uma arena democrática de debate, mais um espaço de exercício da cidadania, o que hoje, por conta da manipulação, não se configura” (GOMES, 2023).

Mas, como é possível combater o ecossistema da desinformação? Autor referenciado em Educação Midiática, David Buckingham critica a forma como a questão vem sendo tratada na escola e destaca que a habilidade no manejo das mídias digitais não substitui de forma alguma a figura do professor e o conhecimento adquirido no ambiente escolar:

A educação midiática não consiste em usar a mídia ou a tecnologia como ferramentas, como auxílios educacionais, nem mesmo como aparelhos de coleta de dados. (...) Tampouco consiste simplesmente em desenvolver habilidades técnicas ou proporcionar aos jovens oportunidades de se expressarem através da mídia. Na verdade, ela se preocupa sobretudo em desenvolver o entendimento crítico (BUCKINGHAM, 2022).

Desenvolver o entendimento crítico também é um dos pilares da Educomunicação, assim definida pelo Prof. Dr. Ismar Soares:

[...] um campo de intervenção social na interface entre a Comunicação e a Educação. Apresenta-se, pois, como um espaço de produção de sentidos decorrente do reconhecimento da essencialidade do direito à comunicação em todos os espaços da vida social (SOARES, 2014, p. 27).

A Educomunicação possibilita o diálogo, a participação e a autonomia de todos os sujeitos. Um dos seus campos de intervenção é a mediação tecnológica nos espaços educativos, democratizando o acesso às novas tecnologias. E o educador é “aquele profissional que, tendo em conta as possibilidades comunicativas colocadas pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), gera e gerencia ecossistemas comunicativos”. (SARTORI & SOARES, 2005, p. 1).

Soares identificou uma abertura para a interface comunicação/educação na BNCC; pois esta permitia a criação de “programas pedagógicos favorecedores de

práxis essencialmente valorizadora da ação comunicativa de alunos e professores enquanto sujeitos portadores do direito à fala” (SOARES, 2018, p.11).

Constatamos, assim, que a Educomunicação e a Educação Midiática já estavam inseridas no contexto educacional formal, necessitando de consolidação e ampliação através de políticas públicas.

Um exemplo bem-sucedido é o Educom.radio, desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP) sob a coordenação do Prof. Dr. Ismar Soares e aplicado em 455 unidades da rede municipal de ensino de São Paulo. O projeto foi implementado entre 2001 e 2004, na gestão da prefeita Marta Suplicy, e atesta o papel educativo do rádio nas escolas. Foi ampliado, tornou-se política pública municipal com a promulgação da Lei nº 13.941/2004 e tem inspirado outros educadores a implantarem projetos semelhantes por todo o país e pelo mundo (SCHADT, 2022, p. 62).

As políticas públicas envolvendo a educação midiática tiveram início no Brasil em meados da década de 1990, quando o relacionamento da audiência com as mensagens midiáticas e a cultura de mídia começaram a ser estudados de forma mais ampla e aprofundada, mas começaram a se difundir de fato anos depois, com o avanço das pesquisas acerca da Educomunicação e a publicação da BNCC. Cabe destacar algumas ações do Governo Federal a partir de 2023 com a criação da Secretaria de Políticas Digitais, que desenvolve parcerias com o Ministério da Educação:

Política Nacional de Educação Digital - baseia-se no desenvolvimento de competências digitais à educação básica, estipulando estratégias prioritárias de inclusão digital com enfoque informacional e cidadão, além de estabelecer diretrizes de ampliação e democratização do acesso à tecnologia, capacitação para o mercado de trabalho e incentivo à inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas - tem como meta garantir que 100% das escolas públicas no Brasil estejam conectadas até 2026. De acordo com o Censo Escolar 2022, com dados da Anatel e do Medidor Educação Conectada, 31% das escolas brasileiras não têm acesso à internet com qualidade e velocidade adequadas para uso pedagógico.

Estratégia Brasileira de Educação Midiática - está alinhada com a BNCC e foi formulada com 418 propostas, enviadas por diversos segmentos da sociedade através de consulta pública. Tem como objetivos principais capacitar profissionais da educação e multiplicadores para a educação midiática; promover o ensino e a aprendizagem de habilidades e competências para a leitura e participação crítica na experiência com as mídias em espaços formais e informais; estabelecer parcerias com o poder público, academia, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais e conscientizar a sociedade sobre a importância da educação midiática para a cidadania, o protagonismo popular e a democracia (BRASIL, 2023).

TIC Educação 2022

Outra pesquisa desenvolvida pelo Cetic.br, assim como a TIC Kids Online, é a TIC Educação. Desde 2010 entrevista alunos, professores, coordenadores pedagógicos e diretores, com o objetivo de mapear o acesso e o uso das TICs em escolas públicas e particulares de educação básica. Destaco alguns resultados da pesquisa, que em 2022 entrevistou 10448 pessoas, entre gestores, coordenadores, professores e alunos:

- 94% das escolas de Ensino Fundamental e Médio tem acesso à internet;
- Desse número, 80% oferecem ao menos um espaço com internet para uso dos alunos;
- 60% das escolas municipais têm acesso à internet na sala de aula;
- 75% dos professores afirmam que a falta de um curso de formação dificulta a adoção de tecnologias digitais nas atividades pedagógicas.

A Educação Básica, a formação de professores e o ODS 4

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 - Educação de qualidade - tem como meta principal garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Neste trabalho buscaremos compreender se a educação básica brasileira forma cidadãos capazes de utilizar as TICs de forma crítica, reflexiva e ética, e como a

educação midiática pode contribuir para que o Brasil alcance melhores posições nos rankings mundiais de educação.

Para avaliar o nível de qualidade da educação no Brasil em relação a outros países, trago alguns resultados do PISA 2022. O *Programme for International Student Assessment* (PISA), ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na edição mais recente, em 2022, o programa avaliou as habilidades em matemática, leitura e ciências de 690 mil estudantes brasileiros da faixa etária de 15 anos das redes pública e privada. Os testes exploram a capacidade de os estudantes resolverem problemas complexos, pensarem de forma crítica e se comunicarem de forma clara e eficaz.

O Brasil participou pela primeira vez do PISA em 2000 e desde 2009 apresenta praticamente os mesmos índices. Analisemos alguns números:

- 73% dos estudantes não alcançaram o nível básico em matemática, considerado pela OCDE o mínimo necessário para que os jovens possam exercer plenamente sua cidadania;
- 50% não têm o nível básico em leitura, considerado o mínimo para exercer plena cidadania;
- 55% não têm o nível básico em ciências e 1% atingiu o nível 5, considerado alto desempenho;
- o Brasil não atingiu o nível máximo de proficiência em nenhuma das três habilidades avaliadas;
- As médias apresentadas em 2022 foram inferiores a 2018.

Em paralelo à digitalização das atividades escolares, é necessário que o Brasil melhore consideravelmente os índices de qualidade na educação básica. O governo federal tem o objetivo de garantir a alfabetização de 80% das crianças brasileiras do 2º ano do Ensino Fundamental até 2030, de acordo com metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Contudo, 56% das crianças nessa etapa de ensino estavam alfabetizadas em 2023 (INEP, 2024).

Para que a quinta competência da BNCC seja de fato aplicada na educação básica e possa contribuir para a melhoria dos índices de qualidade em educação no País, a

educação midiática deve chegar à sala de aula e outros espaços de ensino de forma adequada à realidade do educando, conduzido por educadores capacitados.

A linguagem midiática é, sem dúvida, um novo tipo de “conteúdo” com o qual o professor terá que saber lidar. E não se trata agora apenas dos professores da área de linguagens e comunicação (...), mas sim de todas as disciplinas já que o processo parte da relação que o professor de cada uma delas deverá estabelecer entre o conteúdo de seu programa com fatos do dia a dia de seus alunos, principalmente sendo esta realidade maior que aquela vivida de fato por ele e por nós. (VIANA, 2014, p. 168).

Em 2008, a UNESCO elaborou a “Alfabetização Midiática Informacional – Currículo para Formação de Professores”, publicada no Brasil em 2013. O documento marca o início da utilização do termo “educação para as mídias” na escola e tem o objetivo de preparar professores que contribuam na aprendizagem de seus alunos e os tornem cidadãos participativos, através de uma comunicação plural e democrática. (SENE, 2021, p 31).

Dentre as históricas ações de difusão das áreas de intervenção e das práticas educacionais protagonizadas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), o Prof. Dr. Claudemir Viana relata que o paradigma da educomunicação na perspectiva da educação midiática foi uma das diretrizes que estabeleceram os objetivos do curso “Educação Midiática e Práticas Educomunicativas”, ministrado a centenas de docentes do ensino básico entre 2014 e 2018. O coordenador do NCE/USP critica a forma como o uso das tecnologias no ambiente escolar é abordado em diversas competências gerais da BNCC, sem o fomento do pensamento crítico (VIANA, 2019, p. 26).

Diversas outras iniciativas surgiram em todo o País, como o Educamídia, programa de capacitação de professores em educação midiática criado em 2019 pelo Instituto Palavra Aberta com o apoio do Google.org. A cada ano, milhares de educadores são capacitados. O programa de certificação do primeiro semestre de 2024 formou 1030 de multiplicadores de 355 municípios brasileiros.

Considerações finais

No século XXI a revolução tecnológica transformou, além da ciência, as relações humanas e sociais. A educação se tornou conectada a dispositivos tecnológicos e midiáticos. Professores buscam atualização em um novo modelo de ensino em meio à transformação veloz das novas mídias. O aluno, conectado, passa de receptor do conhecimento a “sujeito crítico e social”, replicando a informação muitas vezes sem discernimento sobre sua veracidade. Nesse cenário, o discurso de ódio e a desinformação são disseminados nas mídias sociais.

Apesar de os brasileiros estarem conectados em rede, serem um dos maiores consumidores de plataformas sociais do mundo e das políticas educacionais implantadas no País desde o início dos anos 2000, a realidade das escolas brasileiras vai na contramão da inclusão midiática e tecnológica. Pesquisas apontam que o Brasil não evolui para uma educação de qualidade há mais de uma década, fato que revela deficiências desde a educação básica.

Para que a quinta competência da BNCC seja aplicada na educação básica brasileira de forma contundente, coordenada e contribua em um melhor posicionamento do País nos rankings mundiais de educação, a educomunicação e a educação midiática devem se fortalecer ainda mais no meio educacional através dos princípios e pressupostos da Estratégia Brasileira de Educação Midiática e ter os devidos investimentos já anunciados pelo governo federal. A educomunicação e a educação midiática:

Tem também a capacidade de oferecer um contexto para o uso de tecnologias da comunicação e da informação nas escolas de forma segura, consciente e positiva, promovendo metodologias que constroem a autonomia informacional dos alunos e alavancando resultados educacionais. (BRASIL, 2023, p. 11)

Está posto o desafio, identificado por Soares no ano seguinte à implantação da BNCC: “O desafio é transformar tais princípios em metas exequíveis, coerentemente assumidas por todos os agentes do processo educativo”. (SOARES, 2018, p. 15).

Referências

BRASIL. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: SPDIGI, Secom, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf/view. Acesso em: 31 mai 2024.

BRASIL. **Notas sobre o Brasil no Pisa 2022**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2023. Disponível em: <Notas sobre o Brasil no Pisa 2022 — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br)>. Acesso em: 27 mar 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc#:~:text=E%20no%20dia%202022%20de,no%20%C3%A2mbito%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>>. Acesso em 30 mar 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2022. 136p.

CALDAS, Graça. **Mídia, escola e leitura crítica do mundo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 117-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/9nJy5hbb3RZSrHxrGCdbhB/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 27 mai 2024.

CETIC.BR, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Educação 2022**: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras. São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/publicacoes/>>. Acesso em: 27 mar 2024.

CETIC.BR, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Kids Online Brasil 2023**: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>. Acesso em: 27 mar 2024.

GOMES, Cesar Augusto. **Letramento midiático e informacional: leitura de desinformação sobre vacinas na escola**. Mestrado, Unicamp - Campinas, 2023. Disponível em: <[Terminal RI - Sophia Biblioteca Web \(unicamp.br\)](http://Terminal RI - Sophia Biblioteca Web (unicamp.br))>

Acesso em: 21 mai 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d) **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>> . Acesso em: 13 jun 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102040>>. Acesso em: 27 mar 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa Alfabetiza Brasil**. Brasília: INEP/MEC, 2024. Disponível em: <[Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - BRASIL \(inep.gov.br\)](http://Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - BRASIL (inep.gov.br))>. Acesso em: 13 jun 2024.

SARTORI, Ademilde Silveira; GARCEZ, Ana Flávia; & VIEIRA, Wanessa Matos. (2023). “**Educomunicação e Ecossistema Comunicativo: uma Revisão Sistemática**”. Educação, 48(1), e47/1–23. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66768/60968>>. Acesso em 01 abr 2024.

SCHADT, Felipe dos Santos. “**Aportes para uma história de 20 anos do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP (1996-2016)**”. Mestrado, USP - São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-08042022-093953/pt-br.php>>. Acesso em 26 mar 2024.

SENE, Monica. “**Educação para as mídias na educação básica: uma análise do contexto brasileiro**”. Mestrado, UNESP - Araraquara, 2021. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5505.pdf>. Acesso em: 21 mai 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educação midiática e políticas públicas: vertentes históricas da emergência da educomunicação na América Latina**. In SOARES, I O;

Comunicação e Educação: a prática de um videocast sobre a escrita na aprendizagem no contexto da era digital¹

Mary Anne Pasta de Amorim

Marta Helena Caetano

Ranice Dulce Trapp

Introdução

A relação entre as mídias e educação é cada vez mais relevante e presente na esfera escolar na atualidade. A mídia desempenha um papel fundamental na educação e na aprendizagem oferecendo uma vasta gama de recursos e ferramentas que complementam e enriquecem o processo educacional. Desde vídeos educativos e tutoriais online até simulações interativas e jogos educativos, a mídia proporciona novas formas de engajar os alunos, tornando o aprendizado mais acessível e dinâmico. Além disso, possibilita o acesso a informações globais e diversas perspectivas sobre diferentes assuntos, expandindo os horizontes dos estudantes e estimulando as possibilidades para os professores.

No entanto, é essencial que educadores e alunos desenvolvam habilidades para avaliar e interpretar de maneira crítica os conteúdos midiáticos, bem como sua utilização, tempo e uso de outros meios de aprendizado, garantindo que esses recursos sejam utilizados de maneira eficaz e responsável para promover um aprendizado significativo e profundo. Diante disto, o presente trabalho relata a produção de um *videocast* que discute a importância de utilizar o velho lápis e a caneta no processo de alfabetização e da aprendizagem em uma época que se fala tanto em inclusão e letramento digital no espaço escolar. Objetivamos fazer um relato de experiência sobre a tessitura de roteiro e posterior gravação de *videocast* para a disciplina Comunicação e Educação Interfaces e Processos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Vivemos

¹ Atividade desenvolvida na disciplina Comunicação e Educação: Interfaces e Processos (2024/1) do PPGE/Furb, sob orientação dos professores Dr. Rafael José Bona e Dr. Sandro L. Silva Galarça.

cada vez mais com a tecnologia presente em nossas vidas, ela vem sendo apresentada às crianças muito antes de chegarem à escola por meio dos *smartphones*, tablets, smart TVs, laptops, gerando em muitas uma dependência e até ansiedade em seu uso excessivo. Porém, este não é um cenário comum a todas as crianças, vale ressaltar, pois muitas comunidades ainda não possuem esse amplo acesso à tecnologia.

Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada foi de abordagem qualitativa, a qual se concentra em um ambiente natural, com a coleta de dados de forma descritiva, preocupação com o processo, análise intuitiva dos dados e a interpretação do significado. A pesquisa qualitativa explora o cotidiano das pessoas, começando pela análise do comportamento dos participantes, visando discutir práticas sociais e oferecer uma nova perspectiva teórica e metodológica sobre um tema específico, independentemente de ser amplamente conhecido ou não. Por meio dessas pesquisas, novas abordagens e conhecimentos são gerados e alcançados em relação ao tema (Chizzotti, 2000).

Durante a disciplina, fomos orientadas a formar um grupo para a produção de um *videocast*. Inicialmente, discutimos no grupo e decidimos por um tema que fosse de conhecimento comum no qual poderíamos contribuir, cada qual na sua expertise de formação. Com o tema escolhido que foi a importância da escrita na aprendizagem em uma era digital, baseado em um roteiro pré-estabelecido encaminhado pelo professor, fomos construindo nosso *videocast*.

Cada acadêmica buscou artigos científicos que abordavam o tema acerca do tema escolhido e que serviram para nortear a conversa e o debate durante a gravação. Com o roteiro estabelecido fomos ao laboratório de áudio do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Regional de Blumenau para efetiva gravação deste *videocast*. A gravação iniciou com a vinheta padrão da instituição seguida da apresentação das acadêmicas bem como do tema sobre o uso da escrita na aprendizagem em uma era digital.

Seguimos com a leitura de uma notícia publicada na página da Escola Nova Geração de 2021 que trouxe como segue: “A escrita digital, em todas as faixas etárias,

vem substituindo a escrita à mão e não é raro que as crianças tenham sua primeira experiência com a escrita por meio de dispositivos eletrônicos. Mas é importante saber que escrever à mão ainda é essencial para o desenvolvimento da criança. Habilidades sensoriais e coordenação motora fina são algumas das aptidões desenvolvidas com a prática da escrita à mão. Desenhar as letras e compor palavras ajuda a trabalhar vários aspectos do conhecimento. Precisamos entender também que exercitar a escrita a mão vai além da função motora”. A partir desta leitura foi iniciado o debate principal sobre a notícia do ponto de vista de uma professora da alfabetização, de uma professora que trabalha com anatomia humana e das partes do sistema nervoso envolvidas no processo da escrita bem como, do ponto de vista de uma professora que analisa o letramento digital e a escrita em sala de aula. Nos dias de hoje, não basta mais dominar apenas a escrita tradicional com lápis e papel. É essencial também compreender como interagir socialmente usando ferramentas digitais, dado que a maior parte das nossas interações ocorre por meio de teclados e telas sensíveis ao toque.

O tema abordado é muito atual, pois observamos em sala de aula um crescente uso dos meios digitais de comunicação e uma diminuição do uso da escrita física com anotações próprias, muito se vê fotos das escritas dos professores no quadro e que acabam ficando na memória do celular ou tablet e não na memória do aluno como deveria. Este fato é observado por nós e abordado por autores como Piazzzi (2008), Carvalho e Gabriel (2020) e Rocha (2022).

Piazzzi (2008) aborda em seu livro diversas estratégias para a aprendizagem, entre elas o registro de informações de forma escrita, suas próprias anotações referentes ao conteúdo, integrando diferentes regiões cerebrais. O digitar envolve um teclado físico ou virtual que estão pré-definidos visualmente, no qual você seleciona letras que codificam uma mensagem envolvendo certas áreas cerebrais. Já para o escrever se utiliza mais regiões cerebrais pois é necessário traçar as palavras, desenhar as letras envolve habilidades manuais para o traçado correto das letras que formam as palavras. A escrita envolve a criação de memórias motoras, concentração e percepção de detalhes no traço de cada letra diferente do que a utilizada ou selecioná-las dentre um conjunto de letras (Carvalho; Gabriel, 2020).

De acordo com os autores Van der Weel FR e Van der Meer ALH (2024), as pesquisas mostraram que durante a escrita à mão, os padrões de conectividade

cerebral são mais complexos em comparação com a digitação em teclado. Enquanto digitar envolve movimentos repetitivos, a escrita à mão requer variações nos movimentos da mão e dos dedos, tornando-a mais fluida e espontânea. Esse aspecto pode potencializar o processo criativo.

Na digitação muitas vezes inicia-se a seleção de letras e a palavra acaba sendo completada e muitas vezes frases, bem como correção ortográfica automática não havendo necessidade de atenção e aprendizado correto das palavras em si, diferente na escrita que envolve a atenção na grafia da palavra, a percepção visual dos detalhes desta levando a uma compreensão conceitual mais abrangente (Rocha, 2022).

Ao final do debate, recomendamos a leitura do livro *Aprendendo Inteligência*, de artigos científicos e pesquisas que achamos pertinentes, assim como a sugestão de novos temas para *videocast* futuros, terminamos com uma despedida. Após a gravação, esta foi editada e finalizada no laboratório de vídeo da instituição por um técnico do laboratório em questão.

Resultados e discussões

Como resultado, produzimos um vídeo de 22 minutos que foi publicado no canal de um projeto de extensão da Furb, o Comunica Furb, no *YouTube*.

Durante a preparação do nosso roteiro para a gravação percebemos que a escrita é muito importante no processo de aprendizagem do estudante, pois nem sempre podemos ter acesso a alguma mídia digital que facilite o registro do que se pensa ou quer compartilhar. O ideal é que aconteça um meio termo entre o uso do lápis e da caneta para a escrita no processo de aprendizagem. Não se pode só utilizar as mídias, devemos encantar o aluno com o processo de aquisição da grafia das letras e assim garantir que ele saiba grafar e reconhecer a letra e posteriormente será muito mais fácil o uso das mídias para o registro da sua ideia. Este *videocast* e os autores citados nesta pesquisa podem servir na formação de professores e auxiliá-los em práticas usadas nas salas de aula da educação básica.

Conclusões

A aprendizagem está cada vez mais digital e inclusiva, o que é bom por um lado, mas que também ainda não chega ao acesso para todas as escolas e estudantes, assim, mesclar o uso desses meios seria o ideal, aumentando as conexões neuronais e as possibilidades de aprendizado e exercícios realizados para a compreensão das informações. Apesar da importância de manter a prática da escrita à mão, é crucial acompanhar os avanços tecnológicos em constante evolução. Assim, tanto professores quanto alunos devem estar conscientes de qual método promove o melhor efeito de aprendizagem em diferentes contextos, como fazer anotações durante uma aula ou escrever uma redação.

Encontramos algumas limitações ao abordar o tema principalmente no que se refere à duração que o podcast deve ter e as diversas possibilidades de explicação, que vão desde a abordagem no ensino e aprendizagem, no fácil acesso digital e nas estruturas do sistema nervoso que estão envolvidas no processo. Deixamos como sugestão a produção de novos videocast mais aprofundados referente à escrita digital, seja ela *touch* ou em forma de teclado, bem como, da escrita no caderno utilizando o lápis, caneta, giz entre outros tanto para o público infantil como o adulto e o idoso. Ao final, sugerimos como uma reflexão final, será que esse aumento de *touch* e não de escrita à mão não pode afetar e acelerar o processo de envelhecimento da nossa mente pois, nesta fase muito já se perde de memória e cognição naturalmente. Escrever à mão faz bem para o cérebro.

Referências

Brincadeiras com papel e lápis que rendem muita aprendizagem.

<https://novaescola.org.br/conteudo/17460/blog-de-alfabetizacao-brincadeiras-compapel-e-lapis-que-rendem-muita-aprendizagem>

CARVALHO, Kadine Saraiva de; GABRIEL, Rosângela. **Escrever à mão versus digitar: implicações cognitivas no processo de alfabetização.** Letrônica. Porto Alegre, v.13, n.4, p. 1-13. out-dez.2020. [file:///D:/Downloads/epericodicos,+LETRONICA.2020.4.37514%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/epericodicos,+LETRONICA.2020.4.37514%20(2).pdf)

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4. ed. São Pulo: Cortez, 2000.

Escola Nova Geração. **Lápis e papel x touch screen: a escrita à mão na era digital.** 2021. <https://escolanovageracao-pr.com.br/escrita-a-mao-na-era-digital/>. 2021.

EYAL, Liat. Digital assessment literacy—**The core role of the teacher in a digital environment.** Journal of Educational Technology & Society, v. 15, n. 2, p. 37-49, 2012.

PIAZZI, Pierluigi. **Aprendendo inteligência: manual de instruções do cérebro para alunos em geral.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2008.

ROCHA, Karine Oliveira da. **Escrever na escola: por quem e por quê??.** Universidade Regional de Minas Gerais. Monografia. 2022. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/67664/4/MonografiaUFMG%20Karine%20Rocha.pdf>.

Van der Weel FR and Van der Meer ALH (2024). **Handwriting but not typewriting leads to widespread brain connectivity: a high-density EEG study with implications for the classroom.** *Front. Psychol.* 14:1219945. doi: 10.3389/fpsyg.2023.1219945.

Desafios e resultados de um programa de formação docente em educação midiática: o estudo de caso do EducaMídia¹

Mariana Dain Ochs²

A evolução tecnológica e a digitalização da sociedade nas últimas décadas transformaram profundamente as possibilidades de construção de conhecimento e de participação dentro e fora do ambiente formal da educação. Por um lado, essas mudanças oferecem oportunidades sem precedentes para o acesso à informação e a inclusão social. Por outro, introduzem desafios consideráveis, como a proliferação de desinformação, manipulação do espaço público de informação, violações de direitos e a intensificação das desigualdades digitais. Em resposta a esses desafios, a educação midiática emerge como uma ferramenta essencial para preparar cidadãos capazes de navegar criticamente em um mundo saturado de informações, desenvolvendo habilidades necessárias para participar de forma ética, responsável e ativa no ambiente midiático. Este estudo analisa o caso do EducaMídia, um programa de formação docente promovido pelo Instituto Palavra Aberta desde 2019, que tem por objetivo integrar a educação midiática nas práticas pedagógicas de educadores em diversas regiões do Brasil.

No Brasil, o contexto normativo, representado principalmente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Política Nacional de Educação Digital (PNED), reforça a importância da inclusão das competências midiáticas e digitais no

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 – Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, 2024.

² Mariana Ochs é mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação – PPGCOM da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade da Cidade no Rio de Janeiro, possui especialização (AAS Degree) em Comunicação Visual pela Parsons School of Design em Nova York e Pós Graduação em Letramento Digital pela Universidade de Rhode Island. É coordenadora do EducaMídia, programa de educação midiática do Instituto Palavra Aberta, onde atua na formação docente para a área de cultura digital. Faz parte do programa de líderes de educação Google Innovator, é autora do “Guia da Educação Midiática”, do eBook “Educação Midiática e Inteligência Artificial: Fundamentos”, e de outras publicações e cursos de referência na área. Email: marianaochs@usp.br.

currículo escolar – não só do ponto de vista funcional, mas, sobretudo pela ótica do impacto das novas tecnologias de comunicação na sociedade. A BNCC, homologada em 2017, trata de maneira transversal as competências de comunicação, buscando desenvolver habilidades técnicas e críticas e introduzindo o campo jornalístico-midiático como um componente da educação em Língua Portuguesa. A PNED, por sua vez, aprovada em 2022, vai além da mera conectividade digital, reconhecendo que a inclusão é o que ocorre após o acesso, e a educação midiática como uma necessidade para o desenvolvimento integral dos cidadãos. No entanto, apesar dessas diretrizes, notam-se no país uma série de desafios para a prática contínua e sustentável da educação midiática, incluindo a fragmentação das iniciativas de letramento digital e midiático em todo o território; a falta de uma matriz curricular de referência; a falta de coesão entre diferentes leituras e aplicações do tema, que pode aparecer em currículos, oficinas ou eletivas de inovação, tecnologia, cidadania digital e outros; e a carência de formação específica para professores, tanto na formação inicial quanto na continuada – e, nesse último caso, com oferta desigualmente distribuída, privilegiando a educação particular.

Neste cenário, o EducaMídia se posiciona como uma resposta eficaz e estruturada para superar essas lacunas, oferecendo um curso massivo online aberto (MOOC) destinado sobretudo a educadores formais e não-formais, mas recebendo também gestores de educação em vários segmentos, jornalistas, pesquisadores e organizações do terceiro setor. O programa foi concebido para atender a uma ampla diversidade de públicos e contextos, observando e acolhendo as particularidades regionais e as disparidades socioeconômicas do Brasil e buscando disseminar os conceitos e as práticas em diversos ambientes. Desde o seu lançamento, o curso tem se mostrado eficaz em capacitar educadores para que integrem práticas de educação midiática em suas atividades pedagógicas cotidianas, construindo gradualmente as habilidades críticas dos estudantes para o engajamento com as mídias.

O MOOC do EducaMídia é fundamentado em um referencial teórico que integra conceitos da educomunicação, da escola estadunidense de *media literacy* e da alfabetização midiática e informacional tal como definida pela Unesco, com uma abordagem holística e interdisciplinar para o conceito de literacia que considera a complexa teia de fatores sociais, econômicos, políticos e tecnológicos, além da dimensão sócio-emocional, que permeiam nossas interações no ambiente de

comunicação da sociedade. Esse referencial foi materializado pelo EducaMídia em uma matriz de competências que orienta todas as ações do programa, enfatizando as competências de leitura crítica, criação de conteúdos e participação cidadã através das mídias. As habilidades relacionadas são trabalhadas ao longo do curso através de uma metodologia que equilibra atividades síncronas e assíncronas, respeitando a diversidade de contextos, interesses e disponibilidade de tempo dos participantes ao mesmo tempo em que incentiva a troca constante entre cursistas e facilitadores, criando uma comunidade de aprendizagem colaborativa e engajada.

O modelo pedagógico adotado é baseado na metodologia desenvolvida pelas professoras Renee Hobbs e Julie Coiro no Media Education Lab da Universidade de Rhode Island. Ao longo de quatro semanas, os cursistas têm a oportunidade de explorar o universo da educação midiática sob vários recortes, e são incentivados a pensar sobre o que faz sentido levar para o seu contexto. Inicialmente, os participantes passam por uma pré- formação, onde são introduzidos à plataforma do curso, exploram algumas leituras prévias e também os inúmeros recursos pedagógicos disponíveis no site do EducaMídia. Em seguida, o curso avança para uma formação híbrida, que combina encontros semanais ao vivo com atividades assíncronas, divididas em módulos que abordam desde a leitura crítica e a decodificação das mídias até estratégias de investigação e criação de mídias e as práticas de participação cidadã. Cada módulo oferece uma combinação de teoria e prática, demonstrando o uso dos materiais do EducaMídia e permitindo que os educadores apliquem imediatamente os conceitos aprendidos em suas realidades de ensino.

A fase final do programa é o Laboratório de Ações, em que os participantes desenvolvem e implementam projetos de educação midiática em seus contextos específicos, com o suporte e a mentoria dos facilitadores. Essa abordagem prática não só fortalece o aprendizado, mas também garante que os conceitos de educação midiática sejam efetivamente integrados nas práticas pedagógicas dos educadores. Ao final do curso, os participantes são incentivados a compartilhar os resultados de suas ações, promovendo uma reflexão coletiva sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados.

Os resultados do EducaMídia são expressivos. O programa já certificou mais de 2 mil educadores desde a primeira edição em 2019, e os projetos desenvolvidos

pelos cursistas têm gerado impacto em uma ampla variedade de ambientes, desde escolas públicas e privadas até ONGs e órgãos governamentais. Não há definição única de sucesso e as ações desenvolvidas pelos cursistas incluem desde palestras e aulas até projetos de formação docente, campanhas de sensibilização pública e pesquisas acadêmicas; os participantes já criaram planos de aula, recursos, artefatos, materiais de divulgação como cartilhas e jogos e programas para vários públicos. A diversidade e a adaptabilidade dessas ações indicam que o curso consegue responder às necessidades de vários públicos e locais, disseminando práticas consistentes e atuais de educação midiática, diversificadas porém sempre fundamentadas na mesma conceituação sólida e atual.

O perfil dos participantes do curso revela a capacidade do EducaMídia de alcançar públicos diversos. Dados agregados de várias edições do curso mostram que 56% dos participantes estão inseridos na educação pública, 60% acessam o curso de regiões fora do Sudeste, e 70% relatam não ter experiência prévia com educação midiática. Esses números demonstram que o curso está conseguindo atingir seus objetivos de promover a educação midiática em diferentes regiões do Brasil e de sensibilizar novos públicos para a importância desse tema.

Apesar do sucesso e alcance do curso, ainda restam diversos desafios. Um deles é a medição do impacto a longo prazo das práticas pedagógicas influenciadas pelo EducaMídia. As evidências anedóticas, como os relatos dos participantes e a variedade de projetos desenvolvidos, sugerem um impacto significativo, mas a falta de instrumentos formais para avaliar a transformação nas salas de aula e nas práticas dos educadores ainda é uma lacuna importante a ser preenchida. Além disso, a demanda por uma continuação da formação em nível mais avançado é crescente, o que aponta para a necessidade de desenvolvimento de novas ofertas formativas, como pós-graduações ou especializações em educação midiática.

A aceitação positiva do curso também criou novas demandas, como por exemplo a de uma plataforma para compartilhar os recursos e exemplos de boas práticas desenvolvidos pelos cursistas. Além disso, há um interesse crescente por parte dos educadores em ver a educação midiática sendo tratada com a profundidade necessária nas licenciaturas, o que sugere um caminho a ser explorado por meio de parcerias com instituições de ensino superior.

O artigo conclui reconhecendo que, após cinco anos de atuação, o EducaMídia se consolidou como uma iniciativa de sucesso no campo da educação midiática no Brasil. Ao adotar uma abordagem flexível, interdisciplinar e adaptável, alinhada às diretrizes da BNCC e às demandas contemporâneas de uma sociedade midiaticizada, o programa tem alcançado uma ampla variedade de contextos educacionais, promovendo uma visão de literacia que está ligada à preservação da convivência democrática, da paz e da justiça social. O sucesso do EducaMídia não se reflete apenas nos números de educadores certificados, mas sobretudo na profundidade do impacto relatado pelos participantes, que declaram estar melhor preparados para enfrentar os dilemas e as oportunidades do ambiente midiático contemporâneo.

O contínuo avanço tecnológico no campo da comunicação renova desafios e mostra que a educação midiática deve ser tratada como uma prioridade nas políticas públicas e nas práticas educativas. O EducaMídia demonstra que é possível promover a educação midiática em larga escala, atendendo a diversos públicos. A iniciativa serve como um modelo para outras ações no Brasil e no mundo, contribuindo para um diálogo global sobre métodos escaláveis e mostrando que a educação midiática é uma ferramenta vital para fortalecer a democracia e promover a justiça social em um mundo cada vez mais digital e interconectado.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 14 abr 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Digital** (PNED, Lei no 14.533/2023). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm> . Acesso em: 14 de julho 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2023.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.br. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: **TIC Kids Online Brasil 2023**. São Paulo: CGI.br, 2024. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 14 de julho 2024.

EDUCAMÍDIA. **Educação Midiática em Rede**, 2021. Disponível em <<https://educamidia.org.br/gestores>>. Acesso em: 14 de julho 2024.

FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. **Guia da Educação Midiática**. 1a edição ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

GARCÍA-RUIZ, Rosa; GOZÁLVEZ PÉREZ, Vincent; AGUADED GÓMEZ, J. Ignacio. La competencia mediática como reto para la educomunicación: instrumentos de evaluación. **Cuadernos.info**, [S. l.], n. 35, p. 15–27, 2014.

HOBBS, Renee; JENSEN, Amy. The Past, Present, and Future of Media Literacy Education. **Journal of Media Literacy Education**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009.

HOBBS, Renee. Media Literacy Foundations. In: HOBBS, Renee; MIHAILIDIS, Paul (org.). **The International Encyclopedia of Media Literacy**. New York: John Wiley & Sons, p. 1–19, 2019.

HOBBS, Renee; FRIESEM, Yonty. **Digital Learning Anytime and Real Time** (series). Norton Education Books, 2021.

HOBBS, Renee; COIRO, Julie. Design Features of a Professional Development Program in Digital Literacy. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, v. 62, n. 4, p.401-409, 2019.

JAMES, Carrie; WEINSTEIN, Emily; MENDOZA, Kelly. **Teaching digital citizens in today's world**: Research and insights behind the Common Sense K–12 Digital Citizenship Curriculum (Version 2). San Francisco, CA: Common Sense Media, 2021.

NAMLE. **Core Principles of Media Literacy Education**. 2023. Disponível em: <https://namle.net/resources/core-principles/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

NAMLE. National Association of Media Literacy Education. Disponível em: <https://namle.net/>. Acesso em: 14 jul. 2023

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo M. Comunicação, crítica e cidadania: releituras teóricas e perspectivas práticas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 78-98, 2010.

PRANAITYTE-WERGIN, Lina; MESQUITA, Lucia; MURPHY, Shane.; MILLER, Jennifer. **TeaMLit: Teacher Education in Digital and Media Literacy** - D2.2 Report

on Research, Review and AnalysisMedia & Learning. [s.l.] : Calouste Goulbekian Foundation, 2024.

SOARES, Ismar de O. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, 19(2), p. 15-26, 2014.

SOARES, Ismar de O. Comunicação / Educação: emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, ano 1 vol. 2, p. 18-74, 1999.

SOARES, Ismar de O. Educomunicación universal: Derechos y deberes ante las pantallas. In AGUADED, Ignacio (org). Competencia mediática y digital: Del acceso al empoderamiento. **Comunicar**, Huelva: AlfaMED, 17-30, 2019.

SPINELLI, E. M., & SANTOS, Jéssica de A. Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação. **Revista Mídia e Cotidiano**, 13(3), 45-61, 2019.

UNESCO, **Media and Information Literacy**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy> . Acesso em: 14 jul. 2024

VIANA, Claudemir. E. A Educomunicação Possível: práticas e teorias da educomunicação revistas por meio de sua práxis. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: Novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom. P. 925-942, 2017.

Combate à Desinformação: Abordagens Éticas, Educomunicativas e Tecnológicas¹

Rosane Rosa²

Em maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul, enfrentou o maior desastre climático de sua história, marcado por enchentes devastadoras que afetaram quase 2,5 milhões de pessoas. Esse foi o quarto evento climático extremo a atingir a região em menos de um ano, evidenciando uma crise agravada por diversos fatores, como a negligência ambiental, a irresponsabilidade humana e o negacionismo climático. O impacto foi profundo: 478 municípios foram afetados, mais de 55 mil pessoas buscaram abrigo, quase 600 mil ficaram desalojadas e houve 173 mortes. No entanto, a tragédia foi exacerbada por outro fenômeno devastador: a desinformação.

No meio do caos, uma rede de desinformação emergiu, dificultando o trabalho de resgate e assistência realizado pelo Estado, organizações civis e voluntários. O aumento do volume de notícias falsas criou um ambiente de incertezas, agravando a catástrofe social. A Agência Lupa, por exemplo, registrou um aumento significativo no número de denúncias de conteúdo falso, com uma média de 300 pedidos de checagem diários em seu canal no WhatsApp, comparável ao período eleitoral.

Essa explosão de desinformação, já observada em contextos eleitorais e na pandemia da COVID-19, trouxe novamente à tona desafios complexos para a sociedade. A propagação rápida e incontrolável de informações falsas alimentou a

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 – Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2017-2018, CAPES). Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS (2009, CNPq), Mestre em Comunicação e Jornalista pela UNISINOS (2000). Foi professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001-2008) e no Departamento de Ciências da Comunicação, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e no Programa Tecnologias Educacionais em Rede da UFSM (2008-2023). Coordenou o Projeto Educomunicação Intercultural em Moçambique - Programa Abdias Nascimento (CAPES, 2016-2020). Foi vice-presidente (2012-2014; 2014-2016) e cofundadora da ABPPEducom. Atualmente é Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Jornalismo e Mídias Digitais da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique), Coordenadora da Regional Sul da ABPeducom e Consultora de projetos da Associação Indígena AWKÊRE. E-mail: rosanerosar@gmail.com.

desconfiança nas instituições, polarizou ainda mais a sociedade e dificultou a mobilização comunitária necessária em momentos de crise.

A situação no Rio Grande do Sul revelou a problemática da desinformação amplificada pelas tecnologias sociais, pela falta de regulação das redes sociais e da inteligência artificial, e pela ausência de programas e campanhas educacionais. Nesse contexto, optou-se por uma revisão bibliográfica que abordasse a colonização das tecnologias e a colonização de dados, com base em autores como Anísio Teixeira, Couldry e Mejias, e Natansohn, Morales e Ferreira. Esses estudos ressaltam como as tecnologias digitais, principalmente através do fenômeno do "colonialismo de dados", transformam a existência humana e moldam o comportamento social, muitas vezes de maneira acrítica e passiva.

Anísio Teixeira, em seu último escrito "Cultura e Tecnologia" (1971), já alertava para os riscos da aceitação passiva das tecnologias, que poderiam transformar a cultura humana em um produto automatizado. Essa visão crítica é ampliada por estudos contemporâneos que analisam o impacto das grandes empresas de tecnologia, ou "Big Techs", na privacidade, autonomia e manipulação de dados dos usuários, criando um ambiente propício para a proliferação de informações falsas e polarizadas.

O relatório de pesquisa "Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático", publicado pelo Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), investigou a atuação de influenciadores e políticos na disseminação de desinformação durante o desastre. O estudo revelou que, em apenas três dias, houve um volume muito alto de desinformação, principalmente promovida por influenciadores e políticos de extrema direita. Esses atores capitalizaram a tragédia para autopromoção e ataques ao governo, além de espalharem teorias da conspiração e narrativas negacionistas.

As principais narrativas desinformativas identificadas pelo estudo da UFRJ incluíam acusações infundadas contra o governo federal, teorias conspiratórias sobre a tragédia ser um plano globalista e alegações de que as chuvas eram um castigo divino. Essas narrativas foram disseminadas de forma multiplataforma, ampliando seu alcance e dificultando a resposta coordenada ao desastre.

Diante desse cenário, torna-se urgente questionar e propor políticas e programas colaborativos para mitigar os impactos da desinformação. A revisão bibliográfica sugere abordagens éticas, tecnológicas e educacionais como estratégias essenciais para combater a desinformação. Entre essas estratégias, destaca-se a importância da educação midiática como uma política pública, capaz de promover o uso responsável, ético e crítico das tecnologias de informação.

Ferrari (2024) defende que a sociedade deve desenvolver uma visão descolonizadora para lidar com as tecnologias digitais, o que inclui a regulação das redes sociais e da inteligência artificial, além da promoção da educação midiática. Figueira (2024) sugere que a defesa da democracia e a compreensão adequada da liberdade de expressão são fundamentais para enfrentar os desafios da desinformação, reforçando a confiança nas instituições.

Além disso, os jornalistas portugueses, em pesquisa conduzida por Chloe, Furnival e Santos (2020), indicam quatro estratégias para combater a desinformação: melhoria das práticas jornalísticas, aprimoramento dos órgãos reguladores, fortalecimento dos princípios éticos da profissão e aumento dos níveis de literacia midiática.

A educação midiática, como uma área de intervenção da educação, é vista como fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos decorrentes da popularização das tecnologias. Mihailidis e Viotty (2017) argumentam que as literacias midiáticas precisam ir além da simples desconstrução de mensagens, promovendo uma compreensão mais profunda de como contribuir positivamente para o espaço público digital. Eles sugerem que a literacia midiática deve focar na conectividade e engajamento comunitário, no cuidado e responsabilidade coletiva, e no enfrentamento do espetáculo na cultura digital.

Em uma perspectiva educacional, é necessário analisar como a tecnologia amplifica a desinformação, especialmente durante catástrofes sociais. A rapidez e volume de informações, a dependência das redes sociais e a cultura da velocidade na era digital contribuem para a disseminação de informações sem verificação, minando a confiança nas instituições e dificultando a mobilização social.

Para enfrentar esses desafios, são sugeridas estratégias colaborativas que visem criar uma cultura de comunicação mais crítica, cidadã e responsável,

fortalecendo a coesão social frente à desinformação. Essas estratégias incluem o desenvolvimento de programas educacionais, o uso de ferramentas de verificação, o engajamento comunitário, e a promoção de campanhas de conscientização e materiais educativos acessíveis.

Por fim, é essencial que haja um esforço coletivo, envolvendo universidades, escolas, organizações da sociedade civil e meios de comunicação comunitários, para capacitar a população no uso crítico das mídias, promovendo uma compreensão mais ética do ambiente mediático e fortalecendo a cidadania comunicativa.

Referências:

COULDRY, N.; Mejias, U. A. (2019). **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019. E-book ISBN:9781503609754.

FERRARI, P. **A era do prompt: Inteligência artificial, colonialismo, devires e desinformação**. Porto Alegre: Editora Fi.2024. DOI 10.22350/9786585958356

FIGUEIRA, J. A verdade fragilizada na confusão democrática. **Esferas**, ano 14, vol. 1, nº 29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i29.15003>

FIGUEIRA, J. & SANTOS, S. (Orgs.) **As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na era da Pós-Verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.4000/cp.7587>

CHLOE, FURNIVAL, A. & SANTOS, T. Desinformação e as fake news: apontamentos sobre seu surgimento, detecção e formas de combate. **Conexão comunicação e cultura**. 18. 72-93, 2020. DOI: [10.18226/21782687.v19.n36.05](https://doi.org/10.18226/21782687.v19.n36.05)

MIHAILIDIS, P. & VIOTTY, S. Spreadable Spectacle in Digital Culture: Civic Expression, Fake News, and the Role of Media Literacies in “Post-Fact” Society. **American Behavioral Scientist**. 61(4), 441-454, 2017. DOI: [10.1177/0002764217701217](https://doi.org/10.1177/0002764217701217).

SALLES, D; Santini, M. **Relatório Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático**. NetLab UFRJ, 2024.

TEIXEIRA, A. Cultura e tecnologia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.55, n.121, p.12-37, 1971.

O Tempo Voa: uma experiência educomunicativa na produção de uma radionovela¹

Luiza Rorato de Oliveira²

Fundamentado na perspectiva da educomunicação e da observação participante, este projeto experimental em jornalismo foi planejado, desenvolvido e realizado com a classe multisseriada do 3º ao 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição, localizada na Vila Caturrita, região periférica de Santa Maria, em 2018.

A EMEF Nossa Senhora da Conceição atendia crianças da comunidade em turmas multisseriadas, do 1º ao 5º ano, além do maternal, pré A e pré B. Na escola, eram realizados projetos sociais promovidos por entidades filantrópicas da cidade, com o intuito de desenvolver atividades recreativas e educativas para as crianças, considerando seu contexto de baixa renda e o limitado acesso à informação e tecnologia. Na época, a escola recebia doações que desempenhavam um papel fundamental na vida escolar dos alunos, incluindo livros, materiais escolares, alimentos, além de atenção e afeto. Era notável que a ideia de pertencimento e identificação dos moradores com a comunidade se manifestava de forma evidente na participação ativa no dia a dia e nas atividades comunitárias, reforçando e sustentando a garantia da cidadania.

A decisão de atuar na interface entre comunicação e educação favoreceu a construção de uma consciência crítica desde o processo de interação, elaboração e gravação do produto experimental. Essa abordagem visou formar atores sociais e promover a cidadania ao estimular discussões sobre temas sociais relevantes.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 – Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Luiza Rorato de Oliveira, jornalista pela Universidade Franciscana, educomunicadora e Designer Educacional Jr na UolEdTech. Pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS e Pós-graduanda em Designer Instrucional pela Universidade Anhanguera. Santa Maria, Rio Grande do Sul. luizarorato1@gmail.com

O projeto executou dinâmicas educativas, abordando conceitos ligados à comunicação e suas limitações, com o objetivo de instigar a criatividade dos alunos na criação de uma história baseada em suas vivências na comunidade. Durante todo o processo de produção da radionovela, observaram-se as diferentes formas de interação das crianças com o meio escolhido, a interface entre comunicação e educação em seu cotidiano e, principalmente, a forma como inseriram suas próprias histórias nas narrativas criadas.

Segundo Peruzzo (2006, p. 131), a observação participante na área da Comunicação Social "adquire três finalidades, entre elas, a de observar fenômenos importantes ligados a experiências populares de comunicação voltadas para o desenvolvimento social." O projeto experimental da radionovela *O Tempo Voa*¹ foi desenvolvido em colaboração com os alunos permitindo-lhes ocupar seu lugar de fala como sujeitos, exercer a liberdade de opinião e dar visibilidade a temáticas sociais.

Sabe-se que o universo escolar acompanha os avanços contemporâneos de forma múltipla, oriunda de um eixo central que compõe a transformação dentro e fora da escola: a informação e o conhecimento. Nesse contexto, constata-se a existência da interface entre educação e comunicação, que, por sua vez, insere questões comunicacionais no campo educacional, trabalhando a sociedade com a comunicação ligada às diversas interações ocasionadas pela mídia e pelas inovações tecnológicas (BRAGA; CALAZANS, 2001).

Portanto, um desafio constante para a comunidade escolar é integrar as mídias no ambiente educacional, com o objetivo de desenvolver a consciência crítica dos estudantes. Para isso, é necessário vincular a transmissão de informações às inovações tecnológicas em sala de aula, uma vez que, muitas vezes, esse aprendizado ocorre de forma eficaz fora do ambiente escolar, a partir do acesso aos aparatos tecnológicos disponíveis na vida cotidiana da sociedade.

No primeiro encontro com os alunos na escola, foi feito um levantamento sobre as mídias com as quais estavam familiarizados, identificando a internet e a televisão como as mais mencionadas. O rádio foi então apresentado como uma mídia "nova", e uma discussão em sala de aula sobre rádio e radionovela facilitou a elaboração

¹ Link para acesso a radionovela "O Tempo Voa": [Capítulo I](#), [Capítulo II](#), [Capítulo III](#) e [Capítulo IV](#).

conjunta do projeto. Esses trabalhos colaborativos possibilitaram o uso conjunto dos meios comunicacionais, incentivando a cooperação e a sociabilidade entre os alunos. Assim, o uso das mídias facilitou as ações didáticas e pedagógicas, contribuindo para dinamizar e aprimorar os estudos e a rotina de aprendizagem escolar. O projeto da radionovela *O Tempo Voa* foi realizado em seis etapas:

1. **Pesquisa de Campo:** A primeira etapa incluiu uma visita à escola para apresentar o projeto à diretora e discutir com os alunos sobre a execução, radiodifusão e temas possíveis para a radionovela.
2. **Conhecimento e Planejamento:** Na segunda etapa, foi apresentada uma radionovela produzida por alunos de São Paulo e discutidos conceitos jornalísticos para ajudar os alunos a criar o roteiro. Os alunos usaram revistas para ilustrar personagens e enredo, escolhendo o tema sobre os efeitos da tecnologia na vida de um casal.
3. **Desenvolvimento do Roteiro:** A terceira etapa envolveu a definição de personagens e conflitos da história por meio de discussões e dinâmicas.
4. **Finalização do Roteiro:** A quarta etapa consolidou todas as ideias em um roteiro final.
5. **Preparação para Gravação:** Na quinta etapa, quatro alunos foram selecionados para atuar na radionovela, e o roteiro final foi revisado em sala de aula.
6. **Gravação:** A sexta etapa ocorreu em 25 de outubro de 2018, com a gravação da radionovela no Laboratório de Produção Radiofônica da Universidade Franciscana. Os alunos participaram como personagens e ajudaram com a sonoplastia.

A radionovela, dividida em quatro capítulos, conta a história de Kethelen e sua família, explorando a influência dos smartphones em suas vidas. O projeto incorporou as vivências e questões sociais dos alunos, promovendo a interação sobre valores éticos e cidadania. Após as atividades práticas, a radionovela foi editada em três fases: cortes e construção, sonoplastia e finalização. Na sétima e última etapa, em novembro de 2018, a radionovela foi apresentada para a turma em uma sala de aula,

acompanhada de um lanche coletivo. Os alunos ouviram o trabalho finalizado com a professora da turma e a diretora. Durante a audição, houve entusiasmo ao reconhecer suas próprias vozes e nomes mencionados. As acadêmicas entregaram pirulitos com recadinhos de agradecimento e duas cópias em CD da radionovela para a escola. Após a apresentação, os alunos discutiram suas impressões sobre o projeto, relembrando momentos como as dinâmicas de aula, a gravação no estúdio, e a produção dos efeitos sonoros. A turma expressou satisfação com o resultado e mostrou entusiasmo para futuros projetos similares, além de desejar compartilhar a radionovela com suas famílias.

Analisando as processualidades que envolveram a execução do trabalho e trazendo para o contexto atual, fica evidente o quanto ainda a escola, enquanto organização social, tem como uma de suas funções primordiais auxiliar na formação cidadã do indivíduo para a sociedade, por isso, caracteriza-se o processo de produção da radionovela como educomunicação. Visto que este projeto não só relaciona os conceitos de educação e comunicação, mas também, reconceitualiza a relação entre os dois, direcionando-os para uma educação cidadã emancipatória, conforme Soares (2000, p.11).

Acredita-se que a educação não deve ser abordada de forma única e exclusiva dentro da sala de aula, sem considerar novos processos educativos e tecnológicos. É essencial criar uma abordagem que aproveite os avanços educacionais e, também, os tecnológicos, tornando o ensino mais prazeroso e significativo. Assim, integrar os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a vida cotidiana das crianças, especialmente aquelas em regiões periféricas, é fundamental para oferecer diversas formas de enxergar e compreender o mundo.

Para observar os fenômenos na sala de aula e nos processos de interação, optou-se por analisar o contexto por meio da observação participante. Essa abordagem permitiu que a construção colaborativa da radionovela não só diversificasse os projetos da escola, mas também ampliasse a visão de mundo dos participantes. O uso de dinâmicas educativas e do rádio como meio para estabelecer um vínculo com a turma ajudou a identificar as necessidades dos alunos, os temas que os interessam e como eles definem certo e errado com base nos exemplos ao seu redor. Assim, a radionovela tornou-se um instrumento educativo relevante no contexto social da turma.

Ao avaliar os resultados do experimento, percebeu-se que ainda havia muitos obstáculos para a integração das mídias na sala de aula. Contudo, o desafio foi considerado válido e viável. A inserção dos alunos em ambientes inéditos serviu como um estímulo para ampliar suas experiências educacionais e promover o desenvolvimento do senso crítico e argumentativo. A utilização do rádio foi crucial para explorar novas linguagens e formas de comunicação, além de motivar os alunos e conectar sua experiência com as novas mídias, adaptando conceitos à realidade da comunidade. Observou-se também que diversas abordagens podem ser usadas para explorar conceitos e vivências sociais dos alunos em sala de aula, como plataformas digitais, ferramentas midiáticas, bate-papos, brincadeiras e filmes. Os alunos, como atores sociais, mostraram-se prontos para novas descobertas.

Assim, este projeto destacou-se pelo caráter experimental ao resgatar o uso de efeitos sonoros produzidos sem o auxílio das TICs, aliando criatividade, cooperação e envolvimento da turma. Além disso, aproximou a relação entre pesquisador e aluno, auxiliou na construção do conhecimento individual e valorizou o direito de escolha e a liberdade de expressão dos alunos durante o desenvolvimento da radionovela.

Referências

- PERUZZO, C. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (org). **Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, Atlas, 2006. cap.8, p.131.
- BRAGA, José Luiz e CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação: questões delicadas da interface**. São Paulo: Hacker, 2001.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação, um campo de mediações. **Comunicação & Educação**. São Paulo, v. VII, n. 19, p. 12-24, 2000.

Como Portugal atua no combate à desinformação pela educomunicação¹

Ivone Ananias dos Santos Rocha²

Rita de Cássia Romeiro Paulino³

Introdução

O combate à desinformação é o grande desafio a ser enfrentado pela sociedade contemporânea. Não que esse seja um problema recente, Evans (2015) assinala que já no início do século XX, se convivia com a desinformação. A mídia tradicional tem papel central nesse cenário, tanto como potencial de desinformação quanto como baluarte na luta contra ela. Da mesma forma, as redes sociais digitais proporcionaram um sobressalto na desinformação. Sob tal cenário, este artigo analisa a comunicação na educação e a literacia midiática no contexto da sociedade atual, em modelos de Portugal, mostrando as diferenças com as políticas públicas brasileiras.

No Brasil, a discussão é recente, a Política Nacional de Educação Digital e o documento intitulado Estratégia Brasileira de Educação Midiática são desse último governo Lula e foram produzidos pela Coordenação-Geral de Educação Midiática do Departamento de Direitos na Rede e da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). De Portugal, os documentos analisados são o Plano Nacional de Literacia Mediática e o Referencial de Educação para as medias produzidos pela Direção Geral de Educação, da República Portuguesa.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 - Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), mestre em Políticas Públicas pela UMC e jornalista de formação, com especialização-MBA em Tecnologia da Informação. Integra o grupo de pesquisa Hiperídia e Línguaem CNPQ.

³ Professora dos programas de Jornalismo e do PPGJOR da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Doutora, ex-bolsista do CNPq no Social Media Lab na Universidade de Ryerson, Toronto - Ca em 2020. doutora pelo Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento, na área de Mídia e Conhecimento, pela UFSC.

O objetivo é contribuir para o combate à desinformação compartilhando os esforços dos setores públicos dos dois países. A metodologia compõe uma revisão sistemática de literatura com a análise comparativa dos quatro documentos, numa perspectiva abrangente da literacia e da educação midiática. O estudo considera ainda as características de ambos os países (territorial, demográficas e culturais). No Brasil, o projeto de desenvolvimento da literacia midiática é produzido pela área da comunicação, já em Portugal as diretrizes vêm da área de educação.

Para a análise comparativa são utilizados os critérios: 1 – Políticas públicas e regulação, envolvendo legislação, instituições governamentais e transparência. 2 – Engajamento da sociedade civil; ambos contemplando a educação e alfabetização midiáticas, as campanhas de sensibilização e o envolvimento da sociedade civil nas estratégias governamentais.

O estudo pretende promover um diálogo entre teóricos como McLuhan, a partir da publicação *Understanding Media: The Extensions of Man* (2003); Freire, em *Extensão ou Comunicação?* (1971) e *Pedagogia do Oprimido* (1987); Soares, em *Educomunicação. O conceito, o profissional, a aplicação* (2011), entre outras publicações, Martín-Barbero, sobretudo em sua obra *Comunicação na Educação* (2014); Hobbs em *Digital and Media Literacy: Connecting Culture and Classroom* (2011); e Buckingham (2000), que pesquisa a educação midiática na perspectiva de crianças e jovens, para mencionar alguns.

Políticas de educação midiática de Brasil e Portugal

O Brasil instituiu sua política de educação midiática por meio da Lei 14.533, de janeiro de 2023, que alterou as leis 9.394/1996 (de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB); 9448/1997; 10.260/2001 e 10.753/2003. O documento visa “potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis” (Brasil, 2023).

Em Portugal, o documento mais recente, que atenta para políticas públicas de combate às desigualdades e as formas de exclusão no ambiente midiático, é a Resolução do Conselho de Ministros, Nº 142/2023, que prevê a criação de um Plano Nacional para a Literacia Mediática, “como forma de contrariar o défice no acesso,

consulta e leitura dos conteúdos informativos de imprensa e promover o combate à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos junto da população” (Portugal, 2023). O documento “revoga a Resolução do Conselho do Governo n.º 134/2018, de 4 de dezembro”. Enquanto no Brasil o foco é a educação para as mídias, por entender que as pessoas precisam mudar seus hábitos e costumes sobre a utilização dos canais e ferramentas digitais, em Portugal, prioriza-se a literacia.

Tanto no Brasil quanto em Portugal, as políticas priorizam crianças e jovens. O Referencial de Educação para os Media, de 2014, com última atualização em 2023, está amparado pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Enec) (2017). Visa “contribuir para a formação de cidadãos dotados de pensamento crítico, socialmente ativos e participativos”, preconizado no perfil dos egressos do ensino básico. Para a atualização do documento, foram considerados alguns pontos novos sistemas de inteligência artificial e o aumento dos desafios do jornalismo diante da superabundância de canais e de volumes de informações. No Brasil, o documento é a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, instituída em 2023, “entendida como o conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), voltadas à promoção da educação para as mídias da população brasileira” (Brasil, 2023).

Histórico da educação para as mídias

Esse tema, que também pode ser entendido como literacia midiática, data de mais de um século. Os primeiros estudos de que se têm notícia são das décadas de 1920 e 1930, se considerarmos a popularização do cinema e do rádio. Foi quando vieram os primeiros esforços para se compreender o impacto desses meios de comunicação na sociedade e como forma de serem utilizados no campo da educação.

Isso foi bem retratado por McLuhan em 1964 e 1967, respectivamente, em suas publicações, *Os meios de comunicação como extensão do homem* e *O meio é a mensagem*. Em ambos, ele entende que o meio pelo qual é transmitida uma informação exerce uma influência tal na sociedade que se torna mais significativa que o próprio conteúdo. E que diferentes mídias moldam nossa percepção e compreensão do mundo. Jenkins (2009) corrobora o pensamento de McLuhan, sobretudo quando

destaca que os meios de comunicação da atualidade são responsáveis por novas formas de participação e interação.

No período de 1940 e 1950 houve a expansão da televisão, que chega a provocar preocupações sobre seu impacto na cultura da sociedade e no comportamento das crianças. Buckingham (2000) analisa a interação de crianças e adolescentes com a televisão e a forma como dão sentido ao conteúdo televisivo. Katz e Lazarsfeld (1955) chamam a atenção para a influência da mídia (e com ela a televisão) na opinião pública. Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento pela Educação midiática data da década de 1960, com um esforço no sentido de incluir o tema nos currículos escolares. As considerações de McLuhan (1967) também se voltaram para esse período.

Em relação aos anos de 1980 e 1990, cabe destaque a obra *A Terceira Onda* de Alvin Toffler (1980), em que ele analisa as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, propondo uma nova visão de futuro, frente a esses recursos. Ele apresenta uma análise abrangente das transformações sociais, econômicas e tecnológicas e propõe uma visão sobre o futuro. Em outra publicação (*Choque do Futuro*), o autor ressalta que “operar uma sociedade com uma nova tecnologia, a área que sofre a incisão não é a mais afetada. A área de incisão e do impacto fica entorpecida. O sistema inteiro é que muda...” (1970, apud Vieira, s/d).

No percurso da educação midiática apontamos o ano de 1982, com o primeiro programa de educação para a mídia, da Unesco. Os anos 2000 com a proliferação dos dispositivos móveis; 2004, vem a Carta Europeia de Literacia Mediática; 2010, a expansão da literacia midiática e informacional (MIL); 2012, a preocupação na formação dos professores, quando a Unesco lança o *Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers*; e os anos 2020, avançam o contexto da desinformação e que teve grande contribuição da pandemia de Covid-19.

Conclusão

Por mais que se proliferem estudos e pesquisas que tratem da educação midiática, certamente não darão conta de toda a abrangência do tema. Educar para o uso correto e responsável das mídias requer pensar uma grande transformação da sociedade, a começar pela mudança cultural.

O grande desafio é como isso precisa ser feito e do que depende para ser realizado. Ao analisar as políticas de educação digital e de literacia do Brasil e de Portugal, notamos que ambos os países podem apresentar contribuições significativas. O país europeu está na estrada há mais tempo, até porque a *media education* é discutida na comunidade europeia desde a década de 1960. No Brasil, embora a discussão do tema ainda seja recente, sua política traz diretrizes que podem ser consideradas por outros países. Nos referimos aos projetos de educação não-formal⁴ que são introduzidos em escolas de ensinos básico e infantil, respectivamente. Um deles é o *Arriégua! Ói as Fake News*⁵: manual de checagem nordestina, da cidade de Teresina, Piauí. Outro é o Imprensa Mirim⁶, que trabalha a educação midiática em atividades lúdicas com crianças do ensino infantil da cidade de São Paulo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 140, n. 10, p. 1-6, 12 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em 27 jun. 2024.

_____. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática.** SECOM. Brasília - DF: Imprensa Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populaca>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture.** London, 2000.

EVANS, Richard. **El Tercer Reich en la historia y la memoria.** Barcelona: Ediciones B, 2017. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEE, James Paul. **What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy.** New York: Palgrave Macmillan. 2003.

HOBBS, Renee. **Digital and Media Literacy: Connecting Culture and Classroom.** Thousand Oaks, CA: Corwin, 2011.

Jenkins, Henry. **Cultura da Convergência: A Circulação de Conteúdos nas Mídias Contemporâneas**. Tradução de Maria Elisa Britto e Elisabete de Almeida Ribeiro. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

KATZ, Elihu, & LAZARSFELD, Paul F. **Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communication**. Glencoe, IL: The Free Press, 1955

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**. The Extensions of Man. Critical Edition. Edited by W. Terrence Gordon. Gingko Press, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: McGraw- Hill, 1964

PORTUGAL. **REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA**. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO. Dezembro/2023. Disponível em: <https://www.internetsegura.pt/noticias/dge-apresenta-nova-versao-do-referencial-de-educacao-para-os-media>. Acesso em 26 jun. 2024

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2023**, de 20 de junho de 2023. Diário da República: 1.ª série, n.º 119, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/144151540>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TOFFLER, Alvin. **O Choque do Futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

UNESCO. **Releases Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192971>. Acesso em 27 jun. 2024

VIEIRA, A. de F. (2015). **A atualidade do pensamento de Alvin Toffler e Marshall McLuhan**: ondas globais como extensão do homem. *Logos*, 2(2), 11–15. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/16426>. Acesso em 27 jun. 2024

Cidades Metropolitanas 2030: educação midiática para a implementação da Agenda 2030

Fernanda Brugnerotto Soares¹

Paulo Antônio de Sousa Marquêz²

Paulo Celso da Silva³

Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, representa um desafio global que exige a cooperação de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, empresas, academia e, especialmente, organizações da sociedade civil. A implementação efetiva desses objetivos em âmbito local depende da sensibilização e mobilização de todos os atores sociais. Neste contexto, a educação midiática emerge como uma ferramenta estratégica para promover o conhecimento e a participação ativa dos cidadãos nos processos de transformação social, visando a sustentabilidade.

O Laboratório de Inovação – LabLeg Sorocaba da Câmara Municipal de Sorocaba, em parceria com a Agência Metropolitana de Sorocaba e o Grupo Internacional de Pesquisa Mídia, Cidade e Práticas Socioculturais (MidCid) da Universidade de Sorocaba, compreendeu essa necessidade e idealizou o programa Cidades Metropolitanas 2030. Este projeto de comunicação de interesse público, numa perspectiva educacional, foi concebido para disseminar as propostas dos ODSs e sensibilizar as 27 cidades da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) sobre a importância de os cidadãos pensarem e agirem em busca de ambientes sustentáveis nos espaços urbanos.

A educação midiática, entendida como o processo de capacitar os indivíduos para interpretar, analisar criticamente e produzir conteúdo midiático, desempenha um papel essencial na promoção da cidadania e na construção de uma sociedade mais

¹ Jornalista. Doutoranda e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba/Uniso. Mestre de Cerimônias da Câmara Municipal de Sorocaba/SP. brunheroto_fer@hotmail.com.

² Relações-públicas. Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba/Uniso. Coordenador-geral do “LabLeg Sorocaba” – Laboratório de Inovação da Câmara Municipal de Sorocaba/SP. paulo.marquez@camarasorocaba.sp.gov.br.

³ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba/Uniso. paulo.silva@prof.uniso.br.

democrática. No contexto da Agenda 2030, essa forma de educação torna-se ainda mais relevante, pois os ODSs exigem uma transformação comportamental em larga escala, que só pode ser alcançada com o envolvimento consciente e ativo da população.

O programa Cidades Metropolitanas 2030 foi transmitido semanalmente ao vivo, via aplicativo Zoom, pela TV Legislativa, Rádio Câmara e mídias sociais da Câmara Municipal. A escolha desses canais de comunicação foi estratégica para alcançar uma audiência diversificada, ampliando o acesso à informação e fomentando a participação cidadã. A produção do programa em regime de home office, durante a pandemia de COVID-19, apresentou desafios únicos, mas também destacou a resiliência e adaptabilidade das equipes envolvidas (servidores públicos e pesquisadores do MidCid), que souberam explorar as potencialidades das tecnologias digitais para manter o fluxo de comunicação.

O Cidades Metropolitanas 2030 foi idealizado com base em um conjunto de premissas teóricas e metodológicas que orientaram sua construção e execução:

1. Conceito: o programa integrou as premissas de comunicação pública de Pierre Zémor, Elizabeth Pazito Brandão e Jorge Duarte. Zémor (2009) destaca a importância da comunicação pública para a promoção da cidadania, argumentando que ela deve ser acessível, transparente e voltada para o interesse comum. Essa visão foi complementada pelas reflexões de Brandão e Duarte, que defendem a comunicação pública como um instrumento essencial para a construção de sociedades democráticas e participativas. Com isso, o Cidades Metropolitanas 2030, além de informar engajou o público na discussão e implementação dos ODSs.
2. Conteúdo: o conteúdo do programa foi cuidadosamente estruturado em conformidade com as diretrizes da Agenda 2030. Cada episódio abordou os ODSs de forma contextualizada, explicando como esses objetivos se relacionam com a realidade local e quais ações concretas podem ser adotadas para sua implementação. O foco na contextualização foi fundamental para tornar os ODSs mais próximos do cotidiano dos cidadãos, facilitando a compreensão e o engajamento.

3. Narrativa: a adoção da técnica da Linguagem Simples, proposta por Heloisa Fischer, foi um dos diferenciais do programa. Essa técnica de comunicação visa transmitir informações de maneira clara, objetiva e acessível, evitando jargões e termos técnicos que possam dificultar a compreensão. A utilização da Linguagem Simples foi importante para garantir que o conteúdo do Cidades Metropolitanas 2030 fosse compreendido por uma audiência ampla e diversificada, incluindo aqueles com menor escolaridade ou familiaridade com os temas abordados.
4. Estética: a estética do programa foi pensada para refletir vivências e experiências que apontassem transformações possíveis e sugerissem boas práticas para a implementação dos ODSs. A combinação de elementos visuais atrativos, como gráficos e imagens representativas, com uma linguagem clara e envolvente, criou um ambiente propício para a reflexão e o debate. A estética também foi utilizada como uma ferramenta para aproximar os telespectadores dos temas abordados, criando um senso de urgência e relevância em relação aos ODSs.

A construção dos temas abordados nos episódios seguiu uma rigorosa técnica de Curadoria de Conteúdo, que foi fundamental para garantir a relevância e a coerência das discussões. A curadoria contextualizou os pilares da Agenda 2030 em cinco perspectivas principais:

1. Pessoas: este bloco abordou os ODSs 1, 2, 3, 4, 5 e 10, que tratam de questões como erradicação da pobreza, combate à fome, promoção de uma agricultura sustentável, garantia de uma vida saudável e bem-estar para todos, educação de qualidade, igualdade de gênero e redução das desigualdades. Esses temas foram discutidos com foco nas realidades locais da RMS, apresentando exemplos práticos e políticas públicas que têm potencial de transformar essas metas em realidade.
2. Prosperidade: neste segmento, os ODSs 8, 9 e 11 foram explorados, com ênfase em promover o trabalho decente e o crescimento econômico, fomentar a indústria, inovação e infraestrutura, e tornar as cidades e comunidades sustentáveis. A discussão incluiu estudos de caso sobre iniciativas bem-

sucedidas na RMS, destacando como o desenvolvimento econômico pode ser alinhado com a sustentabilidade.

3. Paz: o ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, foi o foco desta parte do programa. As discussões envolveram a importância da governança participativa, do acesso à justiça e da construção de instituições eficazes e transparentes. A abordagem enfatizou a necessidade de fortalecer os laços comunitários e promover a cultura de paz em todos os níveis da sociedade.
4. Parcerias: o ODS 17, que trata da implementação da Agenda 2030 por meio de parcerias globais sólidas, foi discutido em termos de cooperação entre diferentes níveis de governo, sociedade civil e setor privado. O programa destacou a importância das parcerias para a mobilização de recursos e o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias, necessários para o alcance dos ODSs.
5. Planeta: este bloco final abordou os ODSs 6, 7, 12, 13, 14 e 15, que estão centrados na proteção dos recursos naturais e no combate às mudanças climáticas. As discussões incluíram a gestão da água, energias renováveis, padrões de consumo e produção sustentáveis, além da conservação dos oceanos, florestas e biodiversidade. A relevância desses temas foi destacada em relação ao impacto ambiental das atividades urbanas na RMS e as soluções possíveis para mitigação.

Entre agosto e dezembro de 2021, foram exibidos 18 episódios de uma hora cada, nos quais os telespectadores foram incentivados a refletir sobre o significado dos ODSs, as formas de implementá-los em nível local, e a conhecer experiências e práticas de políticas públicas nos municípios, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Cada episódio contou com a participação de especialistas, gestores públicos, representantes da sociedade civil e cidadãos, que compartilharam suas experiências e visões sobre os desafios e oportunidades relacionados aos ODSs.

O impacto do programa Cidades Metropolitanas 2030 foi amplamente positivo. Além de alcançar uma audiência significativa na RMS, o programa inspirou prefeituras, câmaras municipais e organizações da sociedade civil a disseminar conhecimentos

sobre os ODSs em suas comunidades. Essa disseminação de informações foi crucial para sensibilizar, mobilizar e capacitar gestores públicos e a sociedade civil na elaboração de políticas públicas que fossem adequadas às necessidades, aspirações, contextos, realidades e culturas locais.

Os resultados do programa também foram visíveis na maior participação cívica e no engajamento das comunidades com os temas da Agenda 2030. Muitos municípios da RMS relataram um aumento na adoção de práticas sustentáveis e na formação de parcerias para o desenvolvimento de projetos alinhados aos ODSs. Essa resposta positiva evidencia o poder da educação midiática como ferramenta de transformação social, capaz de promover uma cultura de sustentabilidade e cidadania ativa.

O programa Cidades Metropolitanas 2030 demonstrou o potencial transformador da educação midiática quando aplicada de maneira estratégica e contextualizada. Ao conectar os ODSs com as realidades locais, o programa conseguiu tornar as metas globais mais acessíveis e relevantes para os cidadãos da RMS, estimulando uma reflexão crítica e uma ação concreta em prol da sustentabilidade.

A experiência adquirida com a execução do programa revela a importância de continuar investindo em projetos de comunicação pública que utilizem a educação midiática como ferramenta central. Para futuras iniciativas, recomenda-se:

- Fortalecer as parcerias interinstitucionais: a colaboração entre diferentes atores sociais foi fundamental para o sucesso do Cidades Metropolitanas 2030. O fortalecimento dessas parcerias deve ser uma prioridade para ampliar o alcance e a eficácia de programas semelhantes.
- Expandir a formação em educação midiática: capacitar gestores públicos, educadores e cidadãos para o uso crítico e consciente das mídias deve ser um componente central de qualquer estratégia voltada para a implementação dos ODSs. Programas de formação específicos podem ser desenvolvidos para apoiar essa capacitação.
- Aprimorar as técnicas de comunicação: o uso de Linguagem Simples e outras técnicas de comunicação acessível foi essencial para o sucesso do programa.

Continuar aprimorando essas técnicas e explorando novas formas de engajamento pode tornar a comunicação pública ainda mais eficaz.

- Monitorar e avaliar o impacto: a avaliação contínua do impacto de programas como o Cidades Metropolitanas 2030 é crucial para identificar boas práticas e áreas de melhoria. A criação de indicadores de sucesso e a coleta sistemática de feedback da audiência podem ajudar a orientar futuras ações.

O programa **Cidades Metropolitanas 2030** não apenas contribuiu para a disseminação dos ODSs na Região Metropolitana de Sorocaba, mas também estabeleceu um modelo replicável de educação midiática aplicada à comunicação pública. Ao conectar os objetivos globais da Agenda 2030 com as realidades locais, o programa engajou os cidadãos em uma reflexão crítica e incentivou a adoção de práticas sustentáveis. Esse modelo inovador pode ser adaptado e implementado em outras regiões, promovendo uma cultura de sustentabilidade e participação democrática que fortalece a cidadania e contribui para o desenvolvimento sustentável em diversos contextos.

Referências

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 45-58.

CORTELLA, Mario Sergio; DIMENSTEIN, Gilberto. **A era da curadoria: o que importa é saber o que não importa**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2015.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em textos de e-gov: uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Página inicial. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 21-33.

Educação midiática e ciência: armas da lupa contra a desinformação climática¹

David da Silva Brito Júnior²

Lígia Beatriz Carvalho de Almeida³

A temática das mudanças climáticas vem, nos últimos anos, ocupando o centro das discussões sociais, políticas, econômicas e científicas. As Conferências das Partes, principais reuniões sobre o aquecimento global, destacaram a necessidade de ações decisivas para mitigar a degradação ambiental.

Com efeitos evidentes, as alterações climáticas não são um problema futuro, mas uma emergência presente (NASA, 2024). Os sintomas do aquecimento aceleram cada vez mais, ao ponto de que a não adoção de medidas práticas e urgentes ameaça o equilíbrio do ecossistema terrestre como um todo. As disputas geopolíticas e econômicas, que regem as decisões sobre as ações acerca do aquecimento global, têm gerado uma onda de negacionismo e desinformação sobre a ciência climática, que atua como uma barreira para a conscientização pública e as ações contra o aquecimento global.

As agências de checagem de fatos se empenham no combate à desinformação. Para compreender a forma como atuam, desenvolveu-se um estudo qualitativo, exploratório e descritivo da campanha “Você sabe o que é desinformação climática?”, veiculada em fevereiro de 2024, no perfil do *Instagram* da Agência Lupa. Estudou-se as estratégias de educação midiática aplicadas no enfrentamento à desinformação climática, cotejando-as com conceitos da comunicação pública da ciência, crise climática, combate à desinformação, educação midiática e educomunicação, nas

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Especialista em Gestão Territorial e Análise Ambiental, Graduado em Licenciatura em Geografia, Graduando em Bacharelado em Comunicação Social - Educomunicação pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. E-mail: junior.geoeduc@gmail.com.

³ Profa Adjunta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. Radialista, Pedagoga, Doutora em Educação, mestre em Comunicação Midiática, E-mail: ligia.beatriz@professor.ufcg.edu.br.

áreas de intervenção da educação para a comunicação e da pedagogia da comunicação.

Contexto climático X (des)informação

Em 2023, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), reportou o ano mais quente em 174 anos, com a temperatura média global 1,4°C acima da média. A última década também foi a mais quente, com temperaturas 1,19°C acima da média (OMM, 2023). O nível dos oceanos aumentou 20 cm, entre 1901 e 2018 e continuará subindo ao longo do século XXI (IPCC, 2021). A informação digital é crucial para o desenvolvimento econômico, mas a desinformação científica e notícias fraudulentas estão se espalhando rapidamente.

Costa (2002) alerta que a velocidade da informação em tempo real não permite uma análise crítica adequada. Nas redes sociais, textos, vídeos e imagens com cunho desinformativo têm se propagado de forma incontrolável. Segundo Costa (2002, p.7):

A velocidade empreendida pela informação em tempo real, [...] não vem acompanhada de estruturas narrativas que permitem observar os fatos além da sua imediatividade. A dinâmica de justapor informação à lógica da presentificação propende a diminuir o caráter investigativo.

A desinformação, ao entrar no campo científico, se apoia em teorias e movimentos negacionistas, tornando-se uma ferramenta perigosa. Dretske (1981, p. 80-81), define desinformação como relativa ao “conhecimento pré-existente do receptor”, o que implica que a verdade não é absoluta e pode variar conforme a percepção do receptor. Santini e Barros (2022) argumentam que o negacionismo climática deriva de uma lacuna cognitiva causada por comunicação e formação científicas inadequadas, destacando a importância da educação para a consciência crítica.

As agências de checagem de fatos atuam nesse cenário. Além de disseminarem fatos científicos, concentram-se na verificação e desmascaramento - ou *debunking* - de notícias falsas e de boatos virais, publicados em fontes não oficiais (Kotz; Giese; König, 2023), tornando-os públicos.

Educomunicação X consciência crítica

A Educomunicação, campo de conhecimento situado na interface entre a educação e a comunicação, promove a aprendizagem participativa, crítica e colaborativa. Soares (2011) a define como ações voltadas à criar e fortalecer ecossistemas comunicativos, integrando sistemas de comunicação nas práticas educativas e promovendo a consciência crítica e a liberdade de expressão.

Na área da Educação para a Comunicação ou *Media Education* reflete-se sobre os processos situados entre o polo da produção e o da recepção das mensagens da mídia. A Pedagogia da Comunicação enfatiza a importância da comunicação na aprendizagem e incentiva a participação em comunidades de aprendizagem (Soares, 2011).

A agência Lupa utiliza declaradamente os recursos da educação midiática. Também usa a pedagogia da comunicação, ao aproximar os conceitos científicos do universo linguístico, cultural e midiático do público-alvo e divulgar conteúdos no *Instagram*, rede social popular entre os brasileiros atualmente.

A campanha

Na campanha analisada, a Lupa conceitua o termo desinformação climática e destaca como ocorre a divulgação do negacionismo climático. Traz dados sobre o alcance dos conteúdos cientificamente fraudulentos, mostra exemplos desses conteúdos e, por fim, faz um trabalho educativo de conscientização e divulgação de produções científicas relacionadas às questões climáticas e de combate à desinformação.

No formato carrossel, expõe 8 figuras coloridas, compostas por texto, imagem e recursos desenvolvidos por ela, como: *Etiquetas*, que garantem a checagem de informações, dados e estatísticas e *Marcadores Visuais*, que destacam publicações falsas e sem contexto. Deslizadas até o final, as imagens formam o sentido total da mensagem, que alerta sobre o mecanismo de desinformação climática. Iniciando com a pergunta: “você sabe o que é desinformação climática?”, são apresentados os conceitos desinformação climática; negação climática e informações relevantes: percentuais de conteúdos negacionistas no *Youtube*; estudo sobre como

canais e *youtubers* disseminam desinformação climática; estudo alertando que apesar das provas científicas, o negacionismo possui muitos adeptos. Ao final, há imagens sobre como conter a desinformação e a fonte dos artigos usados.

Figura 1 - Campanha no Instagram da @agencia_lupa



Fonte: Perfil Oficial do Instagram da Agência Lupa

https://www.instagram.com/agencia_lupa/?img_index=1

Resultados

A análise demonstrou a aplicação da pedagogia da comunicação, pois as estratégias de textualização e o conteúdo trabalhado com a interface texto-imagem direcionam o leitor, didaticamente, à consciência crítica. A intencionalidade não é apenas expor os fatos, mas educar midiaticamente.

As práticas educativas realizadas na campanha fundamentam-se nos pressupostos da Educação Midiática e da Educomunicação. Fomenta-se o domínio das ferramentas e das linguagens midiáticas, já que na sociedade em constante transformação saber ler o que está escrito é só o ponto de partida. “É preciso ir além.

Entre as habilidades contempladas [...] estão dominar técnicas de busca e curadoria da informação, avaliar criticamente a intenção e a qualidade da informação encontrada, compreender o papel da mídia e o direito à comunicação e até refletir sobre o que não foi dito” (Educamidia, 2024).

A campanha destaca a importância do combate à desinformação e promove a cultura de leitura crítica e reflexiva das plataformas online.

Considerações finais

A comunicação pública da ciência e a divulgação científica, ao se adequarem aos contextos das redes sociais, são essenciais para enfrentar a desinformação e combater o negacionismo científico. A leitura crítica da campanha, a partir de um olhar educ comunicativo, ressaltou a importância da democratização do conhecimento científico e da sua atuação no combate à desinformação climática.

O estudo, refletiu sobre a importância da democratização do conhecimento científico e a atuação da Lupa na promoção da leitura crítica da mídia, a partir da: correlação entre os elementos da campanha; o apontamento dos elementos comunicacionais da peça; a identificação dos recursos que conduziram os usuários e leitores ao desenvolvimento da consciência crítica sobre a disseminação de desinformação climática. O percurso permitiu identificar as ferramentas utilizadas pela agência Lupa na verificação de fatos e concluir sobre a presença da abordagem educ comunicativa. A educ comunicação evidenciou-se como uma abordagem que promove a aprendizagem participativa e crítica ao integrar a comunicação às práticas educativas. A educação para a comunicação e a pedagogia da comunicação demonstraram ser produtivas no combate à desinformação e na democratização da comunicação científica.

A atuação da Lupa, com a campanha educativa, exemplificou a importância da educação midiática. A agência se destaca pela metodologia da checagem de fatos e por recorrer à educação midiática para capacitar os cidadãos a descartar a desinformação e identificar informações precisas e confiáveis, fortalecendo a habilidade de compreensão e seleção de fontes de informação, fundamental para decisões informadas.

Conclui-se sobre a importância do uso, pela Lupa, da educação midiática e da divulgação científica. No combate ao negacionismo científico e à desinformação, ela investe na formação de leitores críticos da mídia e se apropria dos recursos da educomunicação em ações educativas, claras e didáticas, como a referida campanha.

Por fim, compreende-se o potencial da atuação do educador como profissional essencial no combate à desinformação ao unir ferramentas da educação midiática e da checagem de fatos. A colaboração deste profissional se dá integrando o processo de construção de informações relevantes para o contexto digital, tendo como norte a emancipação dos indivíduos *online*, agregando valor tanto no âmbito do jornalismo como no educativo.

Referências

COSTA, Emílio C. **A Sociedade da Informação**: Tecnologias e educação. São Paulo: Moderna, 2002.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge, MA: MIT, 1981.

EDUCAMIDIA. **Habilidades da Educação Midiática**. Disponível em: https://educamidia.org.br/assets/pdf/Educamidia_Habilidades.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **The Physical Science Basis**: a contribuição do Grupo de Trabalho I para o Sexto Relatório de Avaliação. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2021.

KOTZ, Johannes; GIESE, Helge; KÖNIG, Laura M. How to debunk misinformation? An experimental online study investigating text structures and headline formats. **PsychArchives**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23668/psycharchives.8142>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NASA. **Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço**. Heat Wave, 2023. Disponível em: <https://www.earthdata.nasa.gov/topics/atmosphere/weather-events/heat-wave>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OMM. Organização meteorológica mundial. **State of the Global Climate 2023**. Disponível em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/2023-state-of-global-climate>. Acesso em 27 ago. 2024.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2022.

SOARES, I. O. **Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Projeto de oficinas acessíveis na disciplina linguagem sonora¹

Gabriel Gustavo Carneiro Braga²

Jorge Leandro Martins Sousa³

Rosinete de Jesus Silva Ferreira⁴

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir uma experiência educ comunicativa com os discentes do segundo período do Curso de Comunicação Social - Rádio e Televisão, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, na disciplina Linguagem Sonora. A referida disciplina apresenta a seguinte ementa⁵

Construção da experiência sônica. Tecnologias aplicadas à produção sonora. Captação, criação e edição de sons. Estética e possibilidades expressivas do som. Efeitos Sonoros. Trilha sonora, sons diegéticos e incidentais. Análise musical. (Curso de Comunicação Social, UFMA)

A partir da ementa proposta, e do percurso teórico-metodológico, centramos as experiências sônicas em torno das produções acessíveis, realizando oficinas com temas que envolveram audiodescrição, dublagem, podcast, audiobook e livro falado, com foco nas sonoridades educativas e inclusivas em uma perspectiva de educação midiática, letramento digital e inclusão. A educação midiática é uma área de estudo que já está inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e tem como principal objetivo tornar os indivíduos conscientes e críticos em relação aos diferentes tipos de mídias. Educar para as mídias, significa proporcionar a leitura de cenário midiático ao educando. Paulo Freire (2011), ao discutir o conceito de leitura de mundo,

¹ Texto apresentado no eixo 2 Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduando em Comunicação Social- Rádio e Televisão. Audiodescritor e Ledor. e-mail: gabriel.gustavo@discente.ufma.br.

³ Graduado em Comunicação Social – Rádio e Televisão. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão - Campus Imperatriz. Técnico do Laboratório de Rádio do curso de Comunicação Social. E-mail: leandro.jorge@discente.ufma.br

⁴ Docente do Curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão e Integrante dos Programas de Mestrado Profissional em Comunicação – PPGCOMPRO e do Programa de Psicologia -PPGPSI. São Luís/MA. Email: rosinete.ferreira@ufma.br

⁵ Disponível em https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/ppp_curso.jsf?lc=pt_BR&lc=pt_BR&id=85803

argumentava que antes de aprender a ler e escrever as pessoas precisam contextualizar realidades nas quais estão inseridas. A leitura de mundo envolve percepção crítica da realidade, proporcionando aos alunos compreenderem o que foi dito e não dito pela mídia. Essa percepção é central para a pedagogia Freireana que defende educação baseada em uma leitura crítica da realidade. No livro “Pedagogia do Oprimido”(2019), o autor aponta a importância da alfabetização crítica para que o indivíduo saiba pensar a realidade na qual está inserido. Educação midiática proporciona conhecimentos para que o indivíduo tenha a capacidade de compreender, analisar, avaliar e criar conteúdos distintos, envolvendo principalmente análise crítica, cidadã e ética. Feilitzen comenta que:

Alfabetização midiática, ou o termo mais em voga, alfabetização midiática e informacional, refere-se a conhecimentos, habilidades ou competências que nós devemos adquirir em relação à mídia. Já a mídia-education – ou educação para mídia, educação para comunicação, etc. – refere-se a um dos processos para obter alfabetização midiática. Assim, enquanto alfabetização midiática é o objetivo, educação midiática é um meio para atingir esse objetivo. Feilitzen (2014, p. 15).

Percebe-se, que tanto o processo de educação midiática, quanto o de alfabetização midiática devem conduzir acesso à mídia com o propósito de entender sobre produção e consumo das corporações e plataformas midiáticas. Este tema é tão fundamental que a Organização das Nações Unidas – ONU, tem o documento “Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias”, com o objetivo de criar consumidores críticos e produtores competentes para que possa haver desenvolvimento de habilidades críticas nos futuros profissionais de mídia em especial, o reconhecimento dos limites da liberdade de expressão, responsabilidade na participação cívica e, conseqüentemente, aumento da inclusão digital, melhorando assim a qualidade da educação. Para Ismar Soares (2011) o objetivo da Educação Midiática é formar críticos com capacidade de entender o papel da mídia na sociedade, percebendo que deve ir além da alfabetização em tecnologias e plataformas, pois é necessário que haja uma análise crítica de conteúdos midiáticos e processos de produção de mídia. O educador argumenta que urge a criação de espaços de diálogo, para que cidadãos não sejam

apenas consumidores passivos, mas produtores de conteúdos que colaboram para democratização dos meios.

Educação Midiática deveria ser uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamentais, médio e universidades, especialmente nos cursos de licenciatura. Foi, portanto, a partir da necessidade de provocar e sensibilizar os jovens discentes recém chegados à universidade e inseridos em uma sociedade permeada de tecnologia, com significativa quantidade de informações, que criamos o projeto oficinas acessíveis na disciplina Linguagem Sonora. O projeto nos possibilitou, a partir das sonoridades, discutir e praticar audiodescrição, leituras para audiobook, livro falado, poesias, podcasts e dublagem em contextos de acessibilidades. A proposta de inclusão permitiu uma sensibilização em torno da temática, pois muitos dos participantes não tinham ainda atentado para produção midiática inclusiva. Para realização das oficinas tivemos dois momentos: um teórico e outro prático. No primeiro, apresentamos os conceitos de audiodescrição, dublagem, podcast, livro falado e audiobook com a finalidade da prática. Os discentes foram divididos em grupos para produção do material e em seguida realizamos os exercícios. A aluna Ana Karolina comentou que “nunca tinha ouvido falar em audiodescrição e que achou interessante, pois tinha que ficar atenta”. A maioria dos alunos nunca tinham tido contato com audiobook ou pensado sobre as possibilidades que estes produtos sonoros podem apresentar. Neste sentido, o projeto se revelou instigante à medida que introduzimos uma metodologia sonora inclusiva provocando um olhar educativo sobre a mídia.

Referências

CURSO DE COMUNICACAO SOCIAL. **Projeto político pedagógico do curso de Comunicação Social**. São Luis: UFMA, 2023. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_BR&id=85803.

Acesso em: 30 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

Grizzle, Alton. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias** / Alton Grizzle, Penny Moore, Michael Dezuanni e outros. – Brasília : UNESCO, Cetic.br, 2016.204 p.

Soares, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação.** São Paulo: Paulinas. 2011

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação na segunda versão da BNCC: Caminhos para uma Alfabetização Midiática e Informacional integrada ao currículo.

In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir E.; XAVIER, Janine L. (Org.).

Educomunicação e a Base Nacional Comum Curricular: Desafios e Perspectivas.

São Paulo: Paulinas, 2018.

Educomunicação na prática jornalística vs gamificação na propagação de fake news¹

Dickson de Oliveira Tavares²

Marcelo Bolshaw Gomes³

A atual segunda década do século XXI trouxe consigo uma democratização da informação a partir da hiper digitalização da vida cotidiana, onde se materializa o conceito da Economia da Atenção, termo apresentado pelo economista norte-americano Herbert Simon em 1971. Nossa audiência, nosso tempo, nossa atenção são o capital simbólico disputado pelos agentes e operadores das plataformas de interação social, as comumente chamadas de “redes sociais”, transformaram profundamente a maneira como as informações são produzidas e consumidas. Os agrupamentos sociais em comunidades e perfis com números de seguidores são um ativo muito valorizado para empresas exporem e ofertarem seus produtos e serviços, como também produtores de conteúdo disseminarem suas ideias e opiniões, disputando espaço com as agências e conglomerados de mídia que profissionalmente produzem conteúdo jornalístico. A batalha por nossa atenção tem potencializado a produção e a propagação das chamadas *fake news* e da escalada da desinformação. Por consequência, acaba por colocar em crise de confiança o jornalismo profissional e mina a credibilidade da mídia e dificulta a formação de uma opinião pública informada. Diante desse cenário, este texto propõe problematizar como a Educomunicação pode prover uma educação midiática, com o foco na produção de conteúdo e na comunicação crítica, convergem para criar ambientes de aprendizagem que estimulam o engajamento, contribuindo para fornecer as

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Dickson de Oliveira Tavares, brasileiro, natural da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Possui graduação em Comunicação Social, com ênfase no Jornalismo. Tem especialização em Propaganda e Marketing na Gestão de Marcas, doutorando e mestre em Estudos da Mídia pela UFRN. Atualmente exerce formal e profissionalmente a atividade de designer gráfico, no setor de editoração da Secretaria de Educação a Distância da UFRN. Tem sua atuação como Designer gráfico, Professor de Desenho, Jornalista e Pesquisador em Estudos da Mídia. E-mail: dickson.tavares@ufrn.br.

³ Orientador do doutorado e Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. E-mail: marcelobolshaw@gmail.com.

ferramentas necessárias para que não só os futuros jornalistas desenvolvam essas competências, mas também capacitando os indivíduos comuns a navegar pelo ciberespaço de crítica, num contraponto a utilização da gamificação como estratégia para a propagação da desinformação e das *fake news*.

O ciberespaço na atualidade se configura como um ecossistema complexo onde a desinformação potencialmente se espalha mais rapidamente do que as notícias verdadeiras nas redes sociais, exacerbando a crise de confiança nas instituições democraticamente consolidadas. O jornalismo, enquanto prática responsável pela mediação da realidade, enfrenta o desafio de se adaptar a esse novo cenário. A prática jornalística se caracteriza pela busca da verdade, imparcialidade, e responsabilidade social. A formação de jornalistas nesse contexto exige uma educação que enfatize a ética, a análise crítica, e o compromisso com o interesse público.

A história nos ensina, na verdade, que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade. (SOARES, 2000, p.13).

A credibilidade das notícias é frequentemente questionada, e a distinção entre fatos e opiniões torna-se nebulosa. A desinformação não é apenas um problema de ordem técnica, mas também um desafio ético e social, que exige novas abordagens por parte dos profissionais da comunicação. A combinação de algoritmos de recomendação, que priorizam conteúdos altamente envolventes, com a propensão humana a compartilhar informações que confirmam suas crenças preexistentes, cria um ambiente ideal para a disseminação de desinformação.

Enquanto uma prática que integra a educação e a comunicação, a Educomunicação propõe a compreensão dos meios de comunicação e seu impacto na sociedade, promove a formação de uma consciência crítica em relação aos meios de comunicação. Essa abordagem pode viabilizar a capacitação dos cidadãos,

especialmente os comunicadores em formação, a dominar e utilizar os meios de comunicação de forma ética e responsável, destacando a importância da verificação dos fatos e da comunicação de informações precisas, não só impactando socialmente no seu trabalho, mas também os prepara para enfrentar os desafios impostos pela desinformação e pelas *fake news*, incentivando a reflexão crítica e a prática ética no processo de produção e disseminação de notícias.

No caso, a Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. Busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária, fator de aprendizagem que amplie o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação. (SOARES, 2014, p.24).

Ao promover a reflexão sobre o papel da comunicação na sociedade e o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica da mídia, a Educomunicação empodera os alunos, tornando-os protagonistas na produção e no uso das mídias, o que contribui para o desenvolvimento de sua autonomia e senso crítico. Incentiva a participação ativa dos indivíduos na produção e no uso crítico das mídias. Tal estratégia emerge como uma abordagem fundamental para capacitar jornalistas e cidadãos a navegar criticamente por um ambiente das redes cada vez mais complexo e repleto de armadilhas informativas. Métodos e táticas para chegar nas ‘bolhas sociais’ nas redes são demandadas na economia da atenção. O uso de jogos em contextos de não-jogos, pode ser uma ferramenta que permite ocupar espaços e controlar a audiência no ecossistema das redes.

A gamificação é o uso de ou aplicação de elementos, sistemáticas e mecânicas de jogo em situações de não-jogo ou contextos fora de jogo, com o objetivo de elevar o nível de engajamento dos indivíduos numa dada circunstância planejada para isso. Em outras palavras, o termo gamificação define a aplicação da lógica e mecânica de jogos em atividades naturalmente distintas de qualquer característica de jogo. (ZICHERMANN, CUNNINGHAM, 2011, apud MEDEIROS, CRUZ, 2018, p.67).

A gamificação nas redes sociais explora as emoções e vieses cognitivos dos usuários, criando um terreno fértil para a propagação de notícias falsas e desinformação. Gamificar a vida em rede potencializa o engajamento, priorizando cliques e compartilhamentos, com suas recompensas superficiais e algoritmos muitas vezes distorcem a forma com consumimos a informação e a compartilhamos sem reflexão, se sobrepondo à busca pela verdade, levando à disseminação de informações falsas e prejudiciais. Ao passo que pode ser articulada para desagregar e fomentar a “pós-verdade”, a gamificação também pode ser uma solução ou antídoto utilizada como uma metodologia para engajar e educar o público, contribuindo para a mitigação dos impactos negativos da desinformação.

A Educomunicação e a gamificação podem convergir para aprimorar a experiência no ambiente educacional, objetivando a autonomia e cidadania, ao simular cenários de verificação de fatos, treinar habilidades críticas e promover o engajamento com conteúdos verídicos de maneira interativa e envolvente, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico, fortalecendo a educação midiática em instituições de ensino e organizações jornalísticas e da sociedade civil.

Referências

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**. UNESCO, 2019. 130 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 10 jul. 2024.

McGONIGAL, Jane. **A realidade em jogo. tradução**. Eduardo Rieche. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

MEDEIROS, Fábio; CRUZ, Dulce M. **Narrativa e gamificação, ou com quantos pontos se faz uma boa história?** In: Santaella, L. Nesteriuk, S. & Fava, F. (org.) Gamificação em Debate. Blucher: São Paulo, 2018, p. 67-82.

SIMON, Herbert. **Designing Organizations for an Information-Rich-World**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins. Press, 1971. Disponível em: <https://perspectivaempreendedora.com/wp-content/uploads/2022/04/designing->

organizations-for-an-information-rich-world-herbert-simon.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: O Conceito, o Profissional, a Aplicação**. Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 12–24, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i19p12-24. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ETC & TAL: o processo de construção de redes e comunidades através de um podcast¹

Sylmara Durans Diniz²

Jefferson Saylon Lima de Sousa³

Ramon Bezerra Costa⁴

O presente trabalho tem por objetivo relatar sobre a produção do podcast ETC & TAL – 3ª Temporada (2024)⁵, enquanto um experimento comunicacional de construção de redes e comunidades no âmbito do ETC HUB, ambiente de inovação vinculado ao grupo de pesquisa ETC da Universidade Federal do Maranhão – ETC/UFMA, que tem como foco a divulgação científica, enquanto uma ação que visa atuar no processo de formação da opinião pública consciente para aprimorar os mecanismos de participação e tomada de decisão na sociedade (Albagli, 1996). O podcast trata de diferentes temas na interface entre Comunicação, Economia e Tecnologia e foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

O produto expressa um processo de organização em rede, ou seja, uma estrutura de interconexão variável e multidimensional, onde os elementos interagem e se organizam em torno de regras, operando tanto do ponto de vista técnico quanto político-moral, sendo considerada meio e fim para a transformação social (Musso, 2004). Ao se constituir enquanto um ambiente de relacionamento entre pessoas e coisas, o podcast permite a instauração do comum da comunidade, enquanto uma possibilidade de recriação das formas de vida em sociedade (Paiva, 2003) por meio

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda de Comunicação Social em Rádio e TV pela Universidade Federal do Maranhão, pesquisadora do Grupo de pesquisa ETC. E-mail: sylmara.diniz@discente.ufma.br.

³ Mestre em Comunicação (UFMA). Professor Substituto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (DCS/UFMA). E-mail: jefferson.saylon@ufma.br.

⁴ Doutor em Comunicação (UERJ). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA. Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC/UFMA financiado pela Fapema. E-mail: ramon.bezerra@ufma.br.

⁵ A terceira temporada do ETC & TAL está disponível em 9 plataformas de áudio, dentre elas o Spotify: <https://open.spotify.com/playlist/0uvBniWjloYBQwMoJPMHlf?si=Wivd5gVSSP6nP50wo3fFcA&pi=u5Lv-q27T8C4Z>.

da comunicação, por isso é compreendido também enquanto um processo de vinculação social (Sodré, 2014)

Enquanto produto cultural de mídia, entende-se que o podcast assume as características de uma produção educacional, pois ele “é essencialmente práxis social, originando um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade”, tal como Soares (2011, p.13) aponta. Essa associação se sustenta no fato de que ETC & TAL - 3ª Temporada é um conteúdo que dá vazão ao pensamento de grupos e espaços sociais que não costumam figurar na mídia convencional, e ao mesmo tempo ilustra um movimento potencial de redistribuição do poder por meio do diálogo entre diferentes já que “a educação busca desenvolver e fortalecer a capacidade de expressão [...], com a convicção de que a comunicação tem o poder de transformar e abrir canais de fala e escuta a grupos que nem sempre detêm esse poder.” (Ferrari; Machado; Ochs, 2020, p.51)

Para o estudo que culminou no podcast, desenvolveu-se pesquisa de natureza exploratória, no sentido atribuído por Gil (2002, p.41), uma vez que busca “maior familiaridade com o problema” de abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica aliada a observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas em profundidade (Marconi; Lakatos 2018). Já para o desenvolvimento do podcast em si, amparou-se *no estudo das Sonoridades* (Mazer et al, 2020) e nas dinâmicas do Storytelling no Podcast (Cerqueira, 2019; Santos; Peixinho, 2019; Viana, 2020).

Composta por seis episódios, a terceira temporada do ETC & TAL divide-se em abertura e cinco episódios que abordam os seguintes temas: a) meio ambiente; b) interseccionalidade; c) inovação; d) ancestralidade; e) o brincar. Em cada episódio, as histórias das personagens se confundem às discussões teóricas. A lógica da série é apresentar um fenômeno por meio da história de vida de alguma personagem, acrescentando camadas de complexidade por meio do pensamento de outras autoras ou dados científicos. Após construir um cenário onde o fenômeno em questão pode ser percebido, cada episódio apresenta pelo menos um empreendimento que tem construído respostas no ecossistema empreendedor local.



Figura 1: Capa da 3ª terceira temporada do podcast ETC & TAL. Fonte: Acervo pessoal.

Defende-se que o podcast dá forma a uma experiência de pensamento complexo, na esteira de Morin (2015) e Latour (2012) à medida que se constitui tendo como princípio a heterogeneidade e a diversidade entre os atores. Experiências como estas se demonstram úteis para lidar com o mundo contemporâneo pois permitem a conexão entre elementos diferentes de um ecossistema de maneira não hierárquica e por meio de uma rede distribuída, ampliando assim suas capacidades de diálogo e negociação.

Convém observar também que tais experiências favorecem processos de inovação social, caracterizados pela busca por soluções que consideram os impactos de uma ação em diferentes âmbitos, como os econômicos, sociais e ambientais (Farfus; Rocha, 2007). E podem representar um estímulo ao ecossistema empreendedor.

Quanto ao caráter sonoro, o produto proporciona um tipo particular de vinculação ao adentrar a esfera íntima daquele que ouve. A escuta é compreendida como um processo ativo de subjetivação, isto quer dizer, um meio pelo qual nos constituímos enquanto sujeitos no mundo. Para Obici (2006) aquilo que é ouvido passa a compor uma dimensão da existência do sujeito.

Os ouvidos são muito mais do que receptáculos do som, eles se comovem pelo impacto do mundo que se apresenta. Quando ouvimos um som “externo”, ele se faz “interno”, existindo em nossa consciência, a partir de quando o percebemos. (Obici, 2006, p.19)

Os recursos sonoros e dramatúrgicos potencializaram a experiência de imersão. As trilhas sonoras dialogam com os temas abordados e os depoimentos das personagens, sendo recursos essenciais para introdução de uma sensibilidade narrativa. Os efeitos sonoros demarcam os pontos de virada, e ajudam na construção do design das tramas. Sobre isso, a de se dizer que:

Seja resgatando a contação oral de histórias ou as radionovelas em tons mais teatrais, o podcast é uma das tecnologias inventadas que perpetua a arte da narrativa. Sua plataforma abarca várias possibilidades: seja a de um narrador solitário, apresentando uma história com um participante da mesma ou um ser onisciente, ou uma mistura complexa de vozes e atuações, com efeitos sonoros e trilhas musicais que imergem o ouvinte, que mal vê o passar dos minutos (Fernandes, 2019, p.83)

Aliás, é característica já descrita pelos pesquisadores do podcast a forte presença da técnica do storytelling em suas histórias. É o que afirma Viana (2020) ao defender a presença do storytelling nos podcasts jornalísticos, pois ele:

[...] traz as características da humanização de narrativas, recorrendo ao encadeamento dos fatos voltado para o envolvimento do contar histórias, aliado à transmissão da informação. Como parte de sua estrutura, apontamos que o lead muitas vezes é substituído pela descrição da cena. No lugar de responder objetivamente às questões “quem?”, “onde?”, “como?”, “quando?”, “por quê?” e “o quê?”, prevalece a descrição sensorial e sinestésica. (Viana, 2020, p. 291)

A seguir, descreve-se nominalmente os episódios e suas sinopses:

T3E1 – Uma fresta para futuros (im)possíveis

Neste episódio apresentamos a noção de fresta como uma abertura necessária para construção de sentidos comuns que nos permitam imaginar saídas para os desafios da contemporaneidade.

T3E2 – Ideias para reflorestar nosso imaginário

Neste episódio nos debruçamos sobre o cenário ambiental do Maranhão e da cidade de São Luís para compreender seus desafios e apresentar pistas do que pode ser feito.

T3E3 – E que falou que eu ando só?

Neste episódio apresentamos a interseccionalidade como uma categoria para o ecossistema empreendedor, procurando demonstrar seu uso a partir da experiência de um empreendimento.

T3E4 – A tradição nutre a inovação

Neste episódio tratamos a inovação como um lento processo de negociação entre atores diversos, que nos permite recriar as formas de viver em sociedade.

T3E5 – Um Sonho com Exu

Neste episódio apresentamos o papel da ancestralidade na promoção da resistência e da afirmação da vida, fomentando a elaboração de soluções inovadoras no ecossistema empreendedor.

T3E6 – Brincar para reencontrar o mundo

Neste episódio apresentamos o brincar e as infâncias como um território fértil para recriarmos o mundo a partir de uma perspectiva comunitária, um lugar onde podemos aprender a (re)começar. Além de apresentar estratégias empreendedoras que visam a construção de novos imaginários sobre e para as infâncias.

O podcast demonstrou-se um dispositivo eficaz para construção da rede do ETC Hub. Por meio de um processo colaborativo, envolvendo outros pesquisadores dos grupos de pesquisa ETC-UFMA e GEPECOM – UFMA, o experimento proporcionou ampliação dos vínculos internos e externos com organizações de diferentes naturezas entre públicas, privadas e terceiro setor e diferentes atores do ecossistema empreendedor escolhidos levando em consideração fatores interseccionais.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, set./dez. 1996, p. 396-404. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Acesso em: 29 ago. de 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Ramon Bezerra. **Economia da confiança**: comunicação, tecnologia e vinculação social. Curitiba: Appris, 2018.

COSTA, Ramon Bezerra; ROCHA, Larissa Leda. **MCIC**: Modelo para criação de iniciativas contemporâneas. São Luís: EDUFMA, 2022. *Ebook*.

FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Crsthina de Souza (orgs.). **Inovações Sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

FERNANDES, Laís Cerqueira. **Histórias reais sobre pessoas reais**: um estudo sobre as estratégias de storytelling do podcast "Projeto Humanos". Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2019.

FERRARI, Ana Claudia; MACHADO; Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da Educação Midiática**. 1ª Ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

MAZER, Dulce et al. O estudo das sonoridades: perspectivas teóricas e epistemológicas. In: CASTANHEIRA, José Cláudio et al. **Poderes do som**: políticas, escutas e identidades. Santa Catarina: Insular, 2020. pp. 13-49.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MUSSO, Pierre. **A filosofia da rede**. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da Rede*: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

OBICI, Giuliano. **Condição da Escuta:** mídias e territórios sonoros. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAIVA, Raquel. **O espírito do comum:** comunidade, mídia e globalismo. 2ª ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

SANTOS, Sílvia; PEIXINHO, Ana. A redescoberta do storytelling: o sucesso dos podcast não ficcionais como reflexo da viragem narrativa. *Estudos em Comunicação*, nº 29, p.147-158, dez/2019. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/555>. Acesso em: 29 ago. de 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira; **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação - contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: paulinas, 2011.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 15-26, out. 2007.

_____. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. A comunicação eletrônica é epistemóloga. [Entrevista cedida a] Rafael Grohmann. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, jan./jun. 2015

VIANA, Luana. O uso do storytelling no radiojornalismo narrativo: um debate inicial sobre podcasting. **RuMoRes**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 286–305, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/167321>. Acesso em: 29 ago. 2024.

O aplicativo Instagram como mediador para divulgação de produções educacionais¹

Rosinete de Jesus Silva Ferreira²

Rafaela Pinho Melo de Carvalho³

As tecnologias têm transformado o campo educacional, que se deslocou de um eixo centrado no professor como fonte de conhecimento para uma perspectiva de aprendizado mais interativa e acessível. No final do século XX, já começávamos a perceber a inserção de computadores nas escolas e, conseqüentemente, o início do uso da internet, o que possibilitou o acesso a informações online. Nos anos 2000, as plataformas e-learning forneceram subsídios para os estudos a distância, além de suportes como livros digitais, vídeos educativos, softwares interativos e outros artefatos que facilitavam a relação ensino-aprendizagem.

Anos depois, outros elementos entraram em cena, como dispositivos móveis (tablets e smartphones) e plataformas com capacidade de incluir muitas pessoas simultaneamente para cursos em ambientes virtuais. Por volta de 2020, a inteligência artificial e as realidades aumentadas tornaram-se cada vez mais presentes nos ambientes educacionais, provocando ainda mais debates e discussões sobre o processo educativo. No entanto, em 2020, vivemos momentos de ressignificação devido à pandemia da COVID-19. No campo educacional, houve uma reformulação nos modos de aprender e ensinar, que atingiu desde o segmento infantil até as universidades.

A partir do confinamento e do isolamento social, experimentamos uma transição para o ensino remoto, com o uso de videoconferências aliadas a plataformas, bibliotecas e ferramentas interativas digitais que hoje fazem parte do nosso cotidiano. Guerra et al. (2020, p. 47) comentam que "É preciso que os

¹ Texto apresentado no eixo nº 3: Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educação.

² Docente do Curso de Comunicação Social e Programas de Pós Graduação Mestrado Profissional de Comunicação PPGCOMPRO e Mestrado em Psicologia PPGPSI. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br.

³ Formada em Psicologia pela Universidade Ceuma .Mestranda em Psicologia no Programa de Mestrado em Psicologia da UFMA.

educadores encarem com maturidade e naturalidade o uso dos recursos tecnológicos, entendendo as funcionalidades do ambiente virtual para aplicá-las adequadamente no mundo da sala de aula".

De acordo com Portugal e Sousa (2020), os adolescentes se comunicam e se relacionam por meio das redes sociais digitais. Por isso, os pesquisadores apontam a necessidade de conhecer essas interações para orientá-los no uso responsável dessas ferramentas. Fialho e Sousa (2019) comentam que o uso das redes sociais virtuais é agregador na vida dos jovens. Portanto, não podemos desconsiderar essa importância, mas sim orientar para o uso crítico e consciente, com mediação educacional dialógica, pois a internet pode oferecer benefícios em sua utilização. Dotta et al. (2019) afirmam que o uso das TICs nos processos de ensino tem o potencial de promover melhorias na aprendizagem, além de estimular e desenvolver a criação de ideias pelos estudantes.

Ao conduzirmos os alunos à prática na produção de conteúdo educacional, percebemos o envolvimento criativo e o comprometimento deles nas atividades, concretizadas na disciplina "Mídia e Educação", parte da matriz curricular do curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão. A referida disciplina foi ministrada de maio a agosto de 2024 e tem como objetivo pensar os processos comunicativos fora da lógica da grande mídia, proporcionando aos discentes o entendimento do campo midiático como um espaço de possibilidade de aprendizagem. Vale ressaltar que, de forma especial, neste semestre tivemos oito alunos do curso de História (Licenciatura), o que trouxe um olhar diferenciado sobre a mídia.

A proposta foi entender as tecnologias como aliadas e complementares para a difusão do conhecimento. É nessa perspectiva que a discussão apresentada se justifica, ao mostrarmos a possibilidade de práticas educacionais desenvolvidas em sala de aula, com o objetivo de despertar nos discentes a construção educativa em torno da mídia Instagram.

Soares (2017), em entrevista à TV Brasil, destacou a preocupação com a educação midiática de forma contínua, ressaltando que o sistema escolar ainda não percebeu a necessidade de trabalhar a educação midiática. O pesquisador comentou sobre investigações que apontam um divórcio entre o sistema educacional e a literacia midiática, especialmente nos currículos do ensino infantil ao médio.

Dentro dessa perspectiva de pensar os meios digitais, desenvolvemos a seguinte metodologia: primeiramente, tivemos aulas teóricas sobre o campo da educomunicação e suas possibilidades de aplicação; em seguida, discutimos sobre letramento digital. O passo seguinte foi dividir os alunos em grupos para que escolhessem seus objetos de estudo.

O locus escolhido para o desenvolvimento da estratégia foi o aplicativo Instagram. Após a escolha, foi elaborado um diagnóstico crítico dos perfis para a criação de estratégias de conteúdo digital, observando os públicos de cada perfil. Dessa forma, apresentamos aqui o processo de produção educ comunicativa em quatro perfis do Instagram relacionados à universidade. A escolha das plataformas para atuação prática foi realizada de forma livre pelos alunos.

Em relação à metodologia, adotamos as seguintes etapas: a) discussão teórica sobre educomunicação e letramento digital; b) escolha dos perfis; c) elaboração de um plano de ação; d) execução do plano. Os perfis escolhidos para a prática pedagógica-educ comunicativa foram @gatodigital (projeto de produção audiovisual do curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão), @cahis (perfil do diretório acadêmico do curso de História – Licenciatura da UFMA), @bem-te-vi (projeto sobre fotografia do curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão) e @ppgpsi (perfil do curso de pós-graduação em Psicologia da UFMA).

Para esses perfis, foram produzidos conteúdos educ comunicativos estratégicos, de acordo com as necessidades de cada perfil durante o período das aulas. Os conteúdos incluíam postagens estáticas (cards informativos), pequenos vídeos publicados no feed ou vídeos focados em informações para os stories.

O objetivo da atividade incluía: tornar as plataformas conhecidas entre os públicos principais, tornar visíveis as ações e estratégias desenvolvidas por cada perfil e desenvolver estratégias de educomunicação a partir da perspectiva de cada perfil. Como resultado do trabalho realizado em sala de aula, percebemos que os alunos ficaram motivados e interessados nas atividades, resultando em maior interação e engajamento nas postagens, além do aumento no número de seguidores e visualizações. Os alunos do curso de História (Licenciatura) comentaram que aprender a desenvolver conteúdos educativos foi fundamental para sua futura prática

docente, visto que o curso de Graduação em História foca mais na pesquisa e dedica pouca atenção às questões de prática educacional.

Soares (2016), em documento elaborado para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propôs uma pedagogia das relações comunicativas tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, envolvendo trabalhos com gêneros jornalísticos e textuais, que incentivam a escrita para rádio e televisão, além de gravações de áudios, vídeos e outras linguagens que possam potencializar o aprendizado em relação à mídia. Dessa forma, criamos não apenas uma cultura de compreensão e leitura crítica da mídia, mas também estabelecemos um olhar diferenciado sobre a possibilidade de utilizar o Instagram para além de fotos, criando conteúdos que possibilitaram uma melhor compreensão da usabilidade de cada plataforma, o que nos fez alcançar nosso objetivo.

Referências

DOTTA, L. T.; MONTEIRO, A.; MOURAZ, A. **Professores experientes e o uso das tecnologias digitais: mitos, crenças e práticas**. EduSer, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 45–60, 2019. DOI <https://doi.org/10.34620/eduser.v11i1.124>. Acesso em 25 de agosto de 2024

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; GOMES, Cláudia Suely Ferreira; RIBEIRO, Wagner Leite. Sala de aula digital e o uso das novas tecnologias na educação. **Diálogos interdisciplinares**, v. 9, n. 5, p. 36-49, 2020. SOARES, Ismar. Entrevista no programa Mídia em Foco. TV Brasil em 17 de julho de 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação na segunda versão da BNCC: Caminhos para uma Alfabetização Midiática e Informacional integrada ao currículo. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir E.; XAVIER, Jurema B. (orgs.). **Educomunicação e alfabetização midiática: conceitos, práticas e interlocuções**. São Paulo: ABPEducom, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002792851.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PORTUGAL, Adriana Farias; DE SOUZA, Júlio César Pinto. Uso das redes sociais na internet pelos adolescentes: uma revisão de literatura. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 4, n. 2, jul-dez, p. 262-291, 2020.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. Juventudes e redes sociais: interações e orientações educacionais. **Revista Exitus**, v. 9, n. 1, p. 202-231, 2019.

Educomunicação e Letramento Racial: estratégias em contextos de vulnerabilidade¹

Filomena Maria Avelina Bomfim²

Bianca Guedes Martins de Moura³

Justificativa:

Concebidos em 2015, após quase dois anos de negociações entre os países presentes, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem uma demanda global que busca promover a propagação de estruturas de sustentabilidade a nível internacional em todos os setores de produção. Isso significa elevar o padrão de qualidade de vida por meio da redução da pobreza, da proteção do meio ambiente, além de garantir que as populações vulneráveis possam desfrutar de paz e prosperidade em seus contextos imediatos.

No total, são 17 objetivos, representando o eixo central da Agenda 2030; são orientados por três dimensões do desenvolvimento sustentável, quais sejam: econômica, social e ambiental. Os objetivos são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação.

De acordo com Martini, a relação entre a prática e os ODS é de interdependência. O autor afirma que através de práticas educacionais podemos valorizar a cultura e conhecimentos nativos, como é o caso da valorização da cultura afro-brasileira.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2: “Educação Midiática” do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora do curso de Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). São João del-Rei, Minas Gerais. Email: fmabomfim@ufs.br.

³ Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). São João del-Rei, Minas Gerais. Email: biancagmartinsm@gmail.com.

Nesse panorama, percebe-se a ênfase no ODS 4, que ratifica a importância do acesso à educação para todos (brancos e não-brancos). Isso quer dizer que, a diversidade cultural deve fundamentar os percursos formativos para todos os cidadãos, considerando que essa pode constituir uma estratégia de elevação da qualidade de vida para todos os grupos sociais. Dessa forma, no caso da proposta aqui apresentada de fomento a uma literatura infantil antirracista, o letramento racial, potencializado pelo letramento de reexistência, pode favorecer o cumprimento da dinâmica que fundamenta os 17 ODS.

Este trabalho é fruto das discussões de estudos realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educomunicação (GEPEducomUFSJ: <https://educomufsj.wixsite.com/educomufsj/inicio>), certificado no CNPq desde 2015.

Objetivo:

O presente artigo tem como principal objetivo relacionar a educomunicação com o letramento racial, como forma de atuação em contextos de vulnerabilidade social, a fim de elevar o padrão de qualidade de vida em tais contextos. Neste caso, o texto busca destacar as características do letramento de existência, letramento de resistência, bem como o letramento de re-existência como estratégias de consolidar os objetivos do desenvolvimento sustentável no âmbito social e ambiental.

Referencial teórico:

Para que haja a formação de um sujeito político e participante das políticas públicas do país em que está inserido, a educomunicação pode ser a estratégia de percepção da realidade que os estudantes vivenciam. Em uma rápida conceituação feita pelo Professor Ismar de Oliveira Soares, no artigo *“Educomunicação e a formação de professores no século XXI”*, o autor declara que “para a Educomunicação [...] o educador deve converter-se em um gestor de processos comunicativos, levando em conta que a principal lição a ser aprendida por todos [...] é justamente a necessidade de se construir um novo mundo”.

Além disso, o pesquisador declara que a educomunicação busca o protagonismo dos sujeitos para que estes conquistem sua autonomia. Em paralelo,

Neide de Almeida em artigo denominado “*Letramento Racial: um desafio para todos nós*”, publicado no Portal Geledés, a autora afirma que esse tipo de letramento propõe o desenvolvimento intelectual para além da alfabetização pura e simples, formando leitores críticos, assim como propalam as diretrizes do pensamento educacional.

A autora ainda declara que não há neutralidade para os temas que são tratados dentro da escola, já que torna-se necessário escolher o que será lecionado em sala de aula, momento esse em que a bagagem prévia dos professores fica registrada no processo seletivo do conteúdo a ser ministrado. De Almeida prossegue nessa linha mostrando a importância do letramento para além da alfabetização ao afirmar que “em síntese, é preciso implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades”, em busca da construção de um imaginário educacional antirracista.

Adicionalmente, Neide de Almeida, neste mesmo texto, enfatiza que o letramento racial está necessariamente relacionado à desconstrução das formas naturalizadas de pensar e agir, que, em geral, são veículos de princípios vinculados à branquitude. Além disso, no artigo intitulado “*Letramento Racial Crítico: ações para construção de uma educação antirracista*” desenvolvida por Braúna, Souza e Sobrinha, percebe-se que a possibilidade do letramento racial pode promover uma ação entre sujeitos (brancos e negros), tendo como principal compromisso o combate ao racismo.

Os autores salientam ainda sobre a importância das instituições de educação no processo de letramento racial, ao não focalizar esse discurso apenas em datas do calendário oficial da nação tais como o Dia da Consciência Negra, Dia da Abolição dos Escravizados e no Carnaval. “Essa aplicação nas escolas se torna indispensável para combatermos o preconceito racial na sociedade brasileira”, ressaltam.

Por sua vez, a pesquisadora Ana Lúcia Silva Souza em seu texto “*Linguagem e Letramentos de Reexistência: exercícios para reeducação das relações raciais na escola*” conceitua os termos de letramento escolar e letramento de reexistência. No primeiro caso, a autora declara que a escola é a esfera social mais importante da formação do sujeito e, por isso, é preciso valorizar as experiências educacionais fora dos muros dessas instituições.

Adicionalmente, ao referenciar o texto *“Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop”*, Souza afirma que o letramento de reexistência busca evidenciar práticas não valorizadas, ou seja, marginalizadas do contexto oficial formativo. Por isso, busca-se a ressignificação de práticas linguísticas ancoradas nos referenciais e na história de vida de uma população eminentemente mestiça, em sua grande maioria.

Além da questão do letramento e da consequente busca pela educação de qualidade proposta pela Agenda 2030, a ideia da construção de cidades e comunidades sustentáveis também podem, e devem, ser trabalhadas em relação à sustentabilidade social e ambiental mencionadas anteriormente. Como é salientado por Adilson Roberto Siqueira no texto *“Arte e Sustentabilidade: argumentos para a pesquisa ecopoética da cena”*, o termo não pode ser atrelado apenas às disciplinas dos campos das ciências exatas e da natureza.

Siqueira enfatiza que a sustentabilidade deve ser discutida no âmbito das ciências humanas e sociais, seja na academia ou na prática cotidiana. O autor ainda cita Sacha Kagan (2010) ao declarar que “para ser classificada como atividade relacionada com a sustentabilidade em termos de conteúdo, ela precisa idealmente conectar assuntos ligados à justiça social, diversidade cultural e ecologia”.

Objeto de estudo:

Buscando relacionar os temas já apresentados neste texto, selecionamos os livros *“Todos Os Dias, Menos Terça-Feira”* e *“Aventuras de Kito: O Reino Perdido do Mandacaru Vermelho”*. Ambas as publicações abordam a questão étnico-racial de forma direta, levando reflexões para as crianças que consomem tal literatura. Além disso, as obras têm como objetivo levar a reflexão antirracista para os leitores.

O livro *“Todos Os Dias, Menos Terça-Feira”*, escrito por Andreza Félix e ilustrado por Faw Carvalho constitui a amostra de pesquisa; a obra apresenta a história de Ana e sua família em um caminho de descoberta da sua ancestralidade por meio de seus penteados. Sendo escrito para crianças acima de sete anos de idade, o livro relata o desejo de uma menina de ter o cabelo trançado durante todos os dias da semana.

Além disso, o objeto de estudo apresentado neste texto foi baseado no livro infantil e na sua relação com o tema do presente resumo. A obra foi publicada pela Editora MRN, dedicada à literatura antirracista. O texto prévio de tal livro pode ser encontrado em plataformas de vendas online e no próprio site da editora.

Metodologia de pesquisa:

O universo deste estudo é composto pelos livros infantis “Todos Os Dias, Menos Terça-Feira” e “Aventuras de Kito: O Reino Perdido do Mandacaru Vermelho”. Entretanto, para aplicação da metodologia, foi selecionada apenas a primeira obra conforme menção anterior.

Trata-se de um estudo de caso, no qual a pesquisa bibliográfica faz parte da coleta de dados tanto na constituição do referencial teórico, quanto no aprofundamento do próprio objeto de estudo. Como técnica de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo.

Considerações parciais:

Considerando o texto desenvolvido por Ana Lúcia Silva Souza, parece ser de extrema importância a realização do letramento escolar, para que assim alcancemos o letramento racial. No livro “Todos Os Dias, Menos Terça-Feira”, pode-se perceber que existe um volume informacional para que o letramento racial seja realizado, porém, muitas vezes, não há interesse em apresentar estas obras para o público geral.

Além disso, para que a cidadania plena seja alcançada, a participação da população na constituição de políticas públicas é de extrema importância. A partir da aplicação de práticas educacionais, por meio de obras dedicadas à literatura infantil antirracista, assim como o citado, percebe-se uma possibilidade significativa de se constituir um caminho para garantir maior participação social da população como um todo e da infância de forma especial.

Referências:

ALMEIDA, Neide. A. de. “Letramento racial: um desafio para todos nós”. **Portal Geledés**, 2017. Disponível em: [Letramento racial: um desafio para todos nós, por Neide A.de Almeida \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte, SOUZA, Davison da Silva & Andrade SOBRINHA, Zélia Maria Lemos “Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista.” **Ensino em Perspectivas**, vol. 3, n. 1, pág. 1-10. Disponível em: [Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista | Ensino em Perspectivas \(uece.br\)](http://uece.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

FÉLIX, Andreza. CARVALHO, Faw “**Todos os dias, menos terça-feira**”. Editora MRN, 2023. Disponível em: [Todos os dias, menos terça-feira – MRN \(mrneditora.com.br\)](http://mrneditora.com.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

MARTINI, Rafael Gué. “Educomunicação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Uma Inter-Relação Necessária”. **Educomunicação em Tempos de Pandemia: Práticas e Desafios**. Disponível em: [>E book completo \(abpeducom.org.br\)<](http://abpeducom.org.br). Acesso em: 13 de outubro de 2024.

SIQUEIRA, Adilson Roberto. “Arte e Sustentabilidade: Argumentos para a pesquisa ecopoética da cena”. **Moringa - Artes do Espetáculo**, vol. 1, n.1, 2010. Disponível em: [ARTE E SUSTENTABILIDADE: ARGUMENTOS PARA A PESQUISA ECOPOÉTICA DA CENA | MORINGA - Artes do Espetáculo \(ufpb.br\)](http://ufpb.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. “Educomunicação e a formação de professores no século XXI”. **Revista FGV Online**, vol.1, n.4, 2014. Disponível em: [Educomunicação e a formação de professores no século XXI | Revista FGV Online](http://revista.fgv.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. “Linguagem e Letramentos de Reexistência: Exercício para reeducação das relações raciais na escola.” **Revista Linguagem em Foco**, vol. 8, n. 2, pág. 67-72. Fortaleza, 2019. Disponível em: [LINGUAGEM E LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIAS: EXERCÍCIOS PARA REEDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA | Revista Linguagem em Foco \(uece.br\)](http://uece.br). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

Interfaces entre Educomunicação e História: análise de telenovelas da década de 1970 em sala de aula¹

Cássia Rita Louro Palha²

Emilla Grizende Garcia

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir de um viés educ comunicativo, as potencialidades pedagógicas presentes nas telenovelas exibidas nos anos de 1970, período central para a compreensão da ditadura militar brasileira³. Partindo de um olhar interdisciplinar, correlacionando os campos da educação, da comunicação e da história, serão avaliadas múltiplas possibilidades de mediações geradas pela incorporação das produções teledramatúrgicas em sala de aula.

Na passagem do século XX ao XXI, o campo audiovisual se expandiu consideravelmente. Transitando do analógico ao digital, ressignificamos diariamente nossa experiência, nossas subjetividades. Se já se considerava a televisão, em seu formato analógico, um veículo de direta interferência em nossa relação básica com a realidade, e por conseguinte, em nossa relação com o mundo, o que dizer em sua versão digital? Se por um lado, a “velha TV” ainda ocupa lugar central na sala de estar familiar, por outro lado as novas gerações consomem a “nova televisão” em uma dinâmica muito mais particularizada: diante das telas de dispositivos móveis mergulham em suas narrativas preferidas.

Esse contexto impõe para o ambiente escolar o desafio de fomentar uma perspectiva crítica diante das narrativas midiáticas que nos envolvem cotidianamente.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2, Educação midiática, no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Cássia Rita Louro Palha é graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, doutora em Comunicação e em História pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de São João Del-Rei e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. E-mail para contato: cassiapalha@ufsj.edu.br. Emilla Grizende Garcia é graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela Unesp e Doutora em História pela UFJF. Vencedora do Prêmio Capes de Tese, na área de História (2023). Atualmente, cursa na Universidade Federal de São João del Rey o estágio Pós-Doutoral, com financiamento Capes. E-mail para contato: milla_grizende@hotmail.com.

³ Trata-se de trabalho produzido a partir de discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educomunicação (GEPEducomufsj), certificado no CNPq desde 2015. <https://educomufsj.wixsite.com/educomufsj>.

Assim, a Educomunicação pode ser operada para a compreensão dos fenômenos de ensino-aprendizagem que incidem sobre a vida contemporânea, em sua pluralidade de dispositivos técnicos, distintas plataformas e suportes e variados estímulos à visualidade (Orozco, 2014, p. 04). Por meio da Educomunicação é possível integrar dinâmicas formativas e planos de aprendizagem para a análise dos programas televisivos (Citelli; Costa, 2011). Por conseguinte, deve-se levar em conta que o universo televisivo - com seus distintos programas e narrativas, quando tomados como fonte por professores de História - possibilita a abertura de perspectivas para a compreensão de múltiplas matrizes estéticas lançadas sobre a estrutura e a dinâmica sociocultural de uma dada sociedade, em um determinado período.

Além disso, as práticas educomunicativas podem proporcionar uma visão crítica ao educando a respeito do próprio tempo presente. Nesses termos, se encaminha a justificativa deste trabalho. Conforme aponta Soares (2010), a Educomunicação pode:

(...) melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar a capacidade de expressão das pessoas (Soares, 2010, p. 01).

Ao longo dos seus mais de setenta anos, a televisão no Brasil contribuiu decididamente para a construção da identidade nacional, referenciando e atravessando a história sociopolítica e cultural do país. Presente desde a implantação da TV, no início da década de 1950, a telenovela foi se reconfigurando continuamente, acompanhando as transformações inerentes à indústria cultural, bem como submetida coercitivamente à conjuntura imposta pelo contexto histórico, ou seja, a ditadura militar.

Tal como as demais evidências do passado, essa fonte audiovisual contém representações socialmente constituídas, que podem ser interpretadas por meio de significativas variáveis. Considerando as estruturas internas de linguagem e mecanismos de representação próprios do gênero telenovela, ao educador que direciona seu olhar para essa fonte, a definição da sinopse, a identificação dos núcleos dramáticos e sua teia de relações ficcionais são processos importantes, uma vez que proporciona a apreensão de valores sociológicos permeiam a narrativa

ficcional. Somado a tais questões, ao trabalhar com uma fonte audiovisual se torna relevante compreender:

Uma linguagem de alta complexidade marcada pela integração de sons e imagens, pelo jogo de interesses da ação e da omissão em ângulos de câmera, construção de cenários, iluminação, planos e montagens, pela fragmentação de informações em detrimento do todo, pelo deslocamento do sensacionalismo, pela diversidade e mistura de códigos e gêneros, pela apropriação de outras textualidades midiáticas (Palha, 2008, p. 27).

É igualmente pertinente observar o público alvo (classe/faixa etária) que se direciona à produção televisiva, muitas vezes estabelecido pelo horário de apresentação na grade programática, definido por classificação censória. Os estudos de recepção podem ser empregados para a avaliação de um fenômeno específico das telenovelas brasileiras (Orozco, 2014). Diferente das telenovelas mexicanas, por exemplo, as tramas das telenovelas são elaboradas segundo a reação e recepção dos telespectadores e, no caso das produções em foco, pelos direcionamentos impostos pela Censura de Diversão Públicas. Áureo Busetto (2005, p. 166) aponta para uma perspectiva relacional, considerando a pluralidade de interações sociais inerentes ao campo televisivo, como também, as estruturas - econômica, política, social e cultural – nas quais a telenovela está inserida, articulando-as a partir da relação de tempo e espaço.

Após o golpe civil-militar de 1964, houve uma reconfiguração da paisagem televisiva decorrente do interesse sociopolítico do Estado Autoritário sobre o meio. Não é exagero afirmar que o regime militar concebia a televisão como um veículo de comunicação estratégico para a legitimação do *status quo* (Garcia, 2022, p. 92). Ao longo da década de 1970, o folhetim eletrônico incorporou em suas narrativas a “realidade nacional”, passando também a ser uma vitrine privilegiada de novos hábitos de consumo, constituição de imaginários.

Tal repertório permitia a transformação das sensibilidades derivadas do processo de modernização, tanto no âmbito do consumo quanto na esfera comportamental. Uma produção emblemática a respeito desse aspecto é *Dancin' Days* (1979). Outra telenovela, *Irmãos Coragem* (1971), investiu em cooptar o público masculino, sendo um grande sucesso de audiência.

No entanto, como as demais expressões culturais do período, a telenovela também era submetida ao crivo censório. Algumas delas foram até mesmo impedidas de serem levadas ao ar, sofrendo veto integral, como a primeira versão de *Roque Santeiro* (1975) e *Despedida de Casado* (1977). As produções ficcionais de escritores engajados, como Dias Gomes, Walter Dust e Jorge Andrade, apresentadas no horário das 22 horas, oferecem um repertório de representações críticas sobre o contexto. Folhetins ufanistas como *Pedacinho de Chão* (1971), coexistiam em uma mesma grade programática em que se exibiam telenovelas que projetavam criticamente aspectos sociopolíticos do período, como *Bandeira 2* (1971), *O Bem-Amado* (1973) e *Saramandaia* (1976), podem ser problematizados pelo educador.

Nesse breve panorama, buscamos perpassar potencialidades Educomunicativas presentes nas telenovelas exibidas em um contexto altamente repressivo, proporcionando aos educandos novas possibilidades de aprendizagem sobre a ditadura militar e o desenvolvimento do pensamento crítico. A interface estabelecida entre educação, comunicação e a construção do conhecimento histórico, a partir de um produto cultural tão popular quanto a telenovela, pode proporcionar a formulação de processos de aprendizagem capazes de desvendar relações de poder, mecanismos de repressão, perspectivas político-ideológicas, códigos sociais, modos de agir - em uma determinada temporalidade - estabelecendo, em última instância, uma leitura crítica do próprio tempo presente.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

BUSETTO, Áureo. Ensino sobre a TV: preâmbulo de uma pesquisa. In: PINHO, Sheila Z.; SAGLIETTI, José R. C. (Orgs.). **Núcleos de Ensino**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina C. (Orgs.) **Educomunicação**: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

GARCIA, Emilla Grizende. A telenovela na história: desafios teórico metodológicos na análise da telenovela *O Bem-Amado*. **Faces de Clio**, vol. 3, n. 05, 2017.

GARCIA, Emilla Grizende. **Censura negociada**: as telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo entre 1969 e 1979. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 239-240.

OROZCO, G. **Educomunicação**: recepção midiática, aprendizagens e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2014.

PALHA, Cássia R. Louro. **A Rede Globo e o seu Repórter**: imagens políticas de Teodorico a Cardoso. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação e Educação**, n. 19, Ano 05, 2000.

Direitos humanos digitais e educação: o uso das redes sociais digitais por crianças e adolescentes no contexto do capitalismo de vigilância¹

Laís Bueno Tonin²

Dercio Fernando Moraes Ferrari³

Arthur Bueno Tonin⁴

O uso da internet por crianças e adolescentes é cada vez mais precoce, de acordo com a pesquisa Tic Kids Online (2022) a imersão acontece a partir dos seis anos de idade, e o uso das plataformas de redes sociais digitais, considera a faixa etária ingressante entre 9 e 17 anos como consumidora e produtora de informação nas redes criando e consumindo cultura digital.

Diante desse cenário a educação tem um papel fundamental na interface dessa relação que constrói e consome cultura em espaços digitais, de forma que haja consciência crítica num uso apropriado para cada faixa etária, levando em consideração os riscos e segurança para tal relação, portanto, quando imbricam no desenvolvimento do pensamento crítico, o papel da escola é promover ações de educação midiática tendo como objeto de estudo a leitura crítica das mídias.

As plataformas de redes sociais digitais, possuem diversas nuances e características próprias para serem discutidas, e que se diferem dos meios tradicionais de comunicação, especialmente no que se refere ao risco e a segurança, tendo em vista que o sujeito tem autonomia com o dispositivo em mãos para transitar entre um *link* e outro, ainda que haja algum grau de parentalidade.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 – [Educação midiática] do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Educação e Novas Tecnologias PPGENT/UNINTER. Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações (UNICESUMAR). Bacharel em Comunicação social, licenciada em Letras e Pedagogia. Docente de ensino superior na UniALFA, Umuarama/PR. laisbueno77@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais (UNESP), Mestre em Ciências Sociais (UNIOESTE), e Licenciado em História, Geografia Pedagogia. Docente de Ensino Superior na UniALFA Umuarama/PR. professordercio@gmail.com

⁴ Estudante de Ensino Médio Integral, Colégio Alfa Umuarama/PR e integrante do grupo de Pesquisa GEMTEC. arthurbuenotonin@gmail.com.

Diante do contexto, a questão problema relaciona a segurança online e direitos humanos digitais frente a dinâmica do *algoritmo* das plataformas de redes sociais, as quais se estruturam pelo o que podemos chamar de capitalismo de vigilância como destaca Shoshana Zuboff (2020) trata-se do controle de conteúdo das plataformas de redes sociais digitais com o propósito de engajar, e modular comportamentos com o objetivo de obter lucros, mesmo que para isso, estabeleçam como caminho, a propagação de desinformação.

As redes sociais digitais, bem como as mídias de forma geral, envolvem relações de consumo, exposição e desinformação, como descreve Shoshana Zuboff (2020) o que pode acarretar na segurança de dados pessoais, fragmentação da atenção, busca por engajamento, mudanças de comportamentos sociais que reclinam para padrão de beleza, preconceitos, dentre outros, daí a preocupação sobre os direitos humanos digitais da criança e do adolescente. Ou seja, é preciso considerar que crianças e adolescentes se encontram nessa suposta “democratização da informação”, que as redes sociais digitais promovem.

Por isso, tem-se como objetivo promover uma reflexão sobre os direitos humanos digitais e educação, descrevendo o contexto de risco e segurança no ciberespaço para crianças e adolescentes, no qual busca-se compreender qual o papel da escola quanto a educação midiática frente o consumo e criação de informação em plataformas de redes sociais digitais.

Não se pretende promover uma visão maniqueísta das plataformas de redes sociais digitais, mas sim de debater os significados e símbolos culturais neste meio de comunicação por crianças e adolescentes, que inegavelmente, encontram-se em desenvolvimento e em formação do exercício crítico para o desenvolvimento da expressão, das linguagens e das habilidades linguísticas e digitais, especialmente quando se estabelece um contato constante com o capitalismo de vigilância, como exigência para consumir e produzir conteúdo digital.

No capitalismo de vigilância os dados são a matéria prima e as plataformas são modelos de negócio, por isso, o capitalismo informacional visa prever e modificar o comportamento humano como forma de produzir receita e controle de mercado (Zuboff, 2020).

O Google é visto como pioneiro neste modelo de negócio de extrair valor da coleta e análise massiva de dados com intuito preditivo e performativo, esta é a base do modelo de negócio descrita por Shoshana Zuboff (2020) que atribui o nome de capitalismo de vigilância.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como *superávit comportamental* do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde (Shoshana Zuboff, p 19, 2020).

Em suma, é um modelo de negócio que comercializa produtos de predições comportamentais, chamados de mercados de comportamentos futuros, portanto, as plataformas podem prever nosso comportamento, com isso, os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, pois de acordo com Zuboff (2020) as companhias querem apostar no comportamento futuro dos usuários de plataformas de redes sociais digitais.

Neste ponto, o algoritmo trabalha pelo engajamento do usuário, e com foco na entrega de publicidade. De acordo com Santos (2022), programadores desenvolvem *algoritmos* cada vez mais potentes para o engajamento dos usuários.

Daí surge a ideia de que a mídia pode influenciar a capacidade do modo de pensar das pessoas, que é a base para que as relações sociais se estabeleçam. E estas podem convencer a opinião de inúmeros receptores, que não possuem uma educação mais crítica para diferir uma notícia falsa, de opinião ou fato. Por isso, pensa-se na ação Educomunicativa a partir da educação midiática e o eixo formador da BNCC para leitura crítica, com as competências quatro e cinco.

#4 Comunicação: Utilizar diferentes linguagens [...] para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos [...].

5# Cultura Digital: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma criativa, significativa, reflexiva e ética [...]. (BNCC, p134-135, 2017).

O Relatório da OCDE *“Leitores do século 21: desenvolvendo habilidades de alfabetização em mundo digital”* do ano de 2021, o qual os dados do PISA aponta que 67% dos jovens do Brasil não sabe distinguir fato de opinião, enquanto a média mundial é de 47%. Portanto, este trabalho busca apontar para reflexão das possibilidades de intervenção na escola para lidar com o contexto de capitalismo de vigilância, priorizando a formação dos alunos por meio da leitura crítica das mídias para plataformas de redes sociais digitais e direitos humanos digitais.

O caminho que se pretende refletir sobre os direitos humanos digitais e educação, é que estes possam ser contemplados pela educação midiática dentro da escola como percurso de formação para leitura crítica das mídias a partir dos eixos de competência da BNCC, sendo alguns dos direitos humanos digitais, a educação digital; liberdade de expressão na internet; proteção de dados; inclusão algorítmica; cibersegurança; mobilização social; democracia online e lazer online.

Alinhando-se aos postulados de Soares (2018) acredita-se que a análise crítica da mídia é desenvolvida com a prática, o exercício deve ultrapassar os limites da técnica ensinada na sala de aula, e dessa forma, contribuir para transformar o jovem em um profissional mais crítico e com visão próxima da realidade. Ainda quando se discute a mídia, pelo viés das plataformas de redes sociais digitais ao afirmar que os algoritmos de modo algum são neutros, automaticamente objetivos ou verdadeiros, e imaginá-los como tal nos leva a uma percepção fragilizada do que se poderia considerar como riscos e benefícios do uso das mídias digitais, por isso, considera-se a educação midiática o caminho possível para o empoderar sujeitos.

Por fim, conclui-se que a educação midiática no contexto das plataformas de redes sociais digitais é cada vez mais emergente, e não se pode dissociar a escola desse contexto, especialmente no que se refere aos desafios de garantir os direitos humanos digitais de crianças e adolescentes frente ao capitalismo de vigilância.

A formação de professores, é um elo fundamental para socializar a capacidade de pensar por si próprio, de duvidar e não compartilhar de imediato tudo o que se vê, além de emancipar o pensamento por meio da análise crítica da mídia indo além da técnica e oportunizando ação, diálogo, reflexão, escuta e oportunizar um caminho

consistente para leitura crítica da informação e desinformação na sociedade contemporânea.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 25 mar 2024.

TIC KIDS ONLINE 2022. **Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil**. [livro eletrônico] 1º edição: São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

SANTOS, R. O. **Redes sociais digitais na educação brasileira: seus perigos e suas possibilidades**. 1º ed. São Paulo: Artesanato educacional, 2022.

SOARES, de Oliveira Ismar. **Alfabetização e Educomunicação**. O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. 2018. Disponível em <https://milunesco.unaoc.org/mil-resources/alfabetizacao-e-educomunicacao-o-papel-dos-meios-de-comunicacao-e-informacao-na-educacao-de-jovens-e-adultos-ao-longo-da-vida/> Acesso em 28 ago 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução Geroge Schlesinger – 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Formação de professores surdos: educomunicação, cinema e diálogo¹

Ericler Oliveira Gutierrez²

Ednalva Gutierrez Rodrigues³

Cleonara Maria Schwartz⁴

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutorado intitulada A produção de textos audiovisuais por professores surdos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na Linha de Pesquisa Educação e Linguagens. Tem por objetivo discutir a formação de professores surdos para a produção de narrativas audiovisuais. O recorte dado neste trabalho refere-se à produção de sentidos pelos participantes durante a realização de atividade de

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2- Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora no Departamento de Linguagem, Cultura e Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. Doutora em Educação pelo PPGE/UFES-Linha Educação e linguagens (2022). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (1992), Master em Comunicação e Educação- modalidade online pela Universidade Autônoma de Barcelona (2013) e mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2011). Autora do programa teleeducativo para surdos, Notícia em Mãos, CANAL E/SEDF (2000). Diretora do Documentário *Aprendendo a escuchar*/ EICTV/Los Banos/Cuba/2006. Intérprete de Libras. Participa do Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Educação de Surdos (Gpaes) que possui duas linhas de pesquisa: Educação e mídia: leitura e escrita audiovisual e Material bilíngue na alfabetização de crianças surdas E-mail: kekagutierrez@hotmail.com.

³ Possui graduação em Pedagogia - Faculdades Integradas da Católica de Brasília (1986), Pós-graduação "Lato Sensu", Especialização em Psicopedagogia - Universidade Cândido Mendes (2001). Concluiu o Mestrado (2009) e o Doutorado (2014) em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Espírito Santo, como professora da disciplina Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Leitura e Escrita do Espírito Santo. Coordena o Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Educação de Surdos (Gpaes), que possui duas linhas de pesquisa: Educação e mídia: leitura e escrita audiovisual e Material bilíngue na alfabetização de crianças surdas. Credenciada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação. E-mail: nalvaguti@hotmail.com.

⁴ Licenciada em Letras-Português e Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Estágio pós-doutoral em Educação (USP). Membro fundadora da Associação Brasileira de Alfabetização (Abalf). Professora da educação básica (1986-1996) nas redes estadual e municipal de Vitória. Professora da Ufes (de 1996 a presente data), em cursos de graduação, mestrado e doutorado em Educação. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes (2013 - 2016). Coordena o Fórum Permanente de Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Fopales). Fundou, coordenou e integra como membro o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita (Nepales) e o Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes). e-mail institucional: cleonara.schwartz@ufes.br.

escolha de filmes na área da surdez. Referencial teórico adotado foi a Educomunicação (SOARES, 1999), em diálogo com a perspectiva enunciativo-discursiva (BAKHTIN, 2003). Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Utilizamos o estudo de caso como método de produção de dados. Dentre as ferramentas utilizadas para a produção de dados, destacamos a observação participante, desenvolvida em um curso online sobre produção de materiais para Educação de Surdos. Toma como referência teórica a concepção bakhtiniana de linguagem, a produção de textos audiovisuais e o cinema como enunciado.

Os dados foram produzidos durante o Módulo 2 do Curso de Extensão intitulado *Alfabetização e produção de materiais para estudantes surdos*, locus de desenvolvimento do campo de pesquisa. O projeto de formação foi coordenado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Nepales), Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Educação de Surdos (Gpaes) ambos da Universidade Federal do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação/Diretoria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC). Ministério da Educação, por meio da Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação (Renafor). Dez professores surdos de Língua Brasileira de Sinais, de escolas da rede pública no estado do Espírito Santo participaram da pesquisa. Destes, três produziram narrativas audiovisuais, concluindo a última etapa da formação.

Para este artigo, selecionamos discorrer sobre a primeira atividade da formação, intitulada *Acervo cinematográfico coletivo: elos na cadeia discursiva*, que possibilitou discutirmos a participação dos professores surdos na criação de um *Acervo cinematográfico coletivo*. Com a participação dos dez os professores surdos, o instrumento permitiu conhecermos as preferências cinematográficas dos cursistas e as relações com aspectos linguísticos, culturais e identitários da comunidade surda.

Educação midiática: o texto audiovisual como enunciado

No século XX, os avanços tecnológicos permitiram a inclusão de filmes, programas de TV e vídeos no repertório midiático, tendo como suportes de veiculação o cinema, a televisão e a internet (BELLONI, 2009; GONNET, 2004). Já no século

XXI, mudanças e inovações produzidas pela digitalização redesenharam a dimensão midiática, proporcionando maior fluxo comunicacional, integração entre diferentes suportes, interatividade e convergência de linguagens (SANTAELLA, 2003, 2008). Quanto a essas interações, Aguaded (2001, p. 7, tradução nossa), discutindo a emergência da educação midiática, afirma que “[...] o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, junto aos mais tradicionais sistemas de transmissão, são parte substancial, cada vez mais indissociáveis, da vida de todos os cidadãos [...]”.

Muito mais que aparato técnico/tecnológico, podemos afirmar que a mídia se constitui de linguagens específicas e especializadas, que conferem a ela a possibilidade de produzir e enunciar discursos que permeiam todos nas mais diversificadas atividades que realizam na vida cotidiana. As mídias se constituem no cenário tecnológico e são meios de veiculação das linguagens, sendo uma delas o texto audiovisual, que se compõe de narrativas televisivas, cinematográficas e videográficas, as quais, a partir da associação de imagens e sons, são elaboradas por enquadramento, planos, movimentos, posição de câmeras, iluminação, trilha, ruídos, silêncio (CARNEIRO, 2003a; COUTINHO, 2003; SÁNCHEZ, 2008). Podemos dizer então que, desde o século XX, esses textos, com tais especificações, fazem parte da formação cultural e social de nossa sociedade (DUARTE, 2002).

Nesta direção, consideramos que o texto audiovisual, elemento constituído no contexto midiático, se estende a outros espaços sociais, como a escola, que se configura, a nosso ver, em local estratégico para refletirmos a influência midiática na sociedade. Duas características inerentes à natureza do texto audiovisual, importantes a serem consideradas no espaço escolar, são a leitura e a escrita. No viés da leitura, professores e alunos necessitam compreender mensagens audiovisuais para serem capazes de avaliar as mensagens de forma crítica (BELLONI, 2009; MORAN, 1993). Em relação à escrita que se constitui produção audiovisual, o anseio é que professores e alunos aprendam a se posicionar política, social e esteticamente por meio do audiovisual, criando seus próprios textos (BÉVORT; BELLONI, 2009; BUCKINGHAM, 2002; CARNEIRO, 2003b).

Aguaded (2001) discute a correspondência entre leitura e escrita de mensagens audiovisuais, colocando esse movimento como um dos pilares da educação para as mídias. Concordamos com a relevância desta interface para

organização da proposta de formação de professores surdos. Assim, optamos por trabalhar o texto audiovisual como ponto de partida do processo de formação, proposta delineada para a produção de materiais para estudantes surdos. De acordo com Gonçalves (2021, p. 12), o projeto de formação propôs que cada cursista pudesse:

[...] desfrutar da experiência fílmica apresentada, desfrutando-se um tempo outro, para a legítima *Erfahrung* — experiência profunda, paciente e verdadeira, na perspectiva filosófica benjaminiana — que permita a cada um de vocês não apenas compreender teoricamente as possibilidades pedagógicas do audiovisual dentro da sala de aula, mas, de fato, experimentar as potências éticas e estéticas dessa perspectiva na sua própria jornada. Para isso, alinhamo-nos com o pensamento dialógico de Mikhail Bakhtin, sempre no esforço de construir um caminho de diálogo e reflexão partindo do próprio texto como forma de enunciado — no nosso caso, texto compreendido também como as produções audiovisuais, com todos os seus elementos verbais e não verbais (GONÇALVES, 2021, p. 1-2).

Dessa forma, iniciamos a produção de dados, por meio da atividade *Acervo cinematográfico coletivo*, que permitiu um diálogo com os cursistas, por meio dos filmes selecionados. Para realizar esta atividade, os cursistas puderam sugerir um longa-metragem, uma animação, uma série ou um curta. Para a elaboração do acervo, foi sugerido inserir informações como capa, direção, sinopse, *link* para o trailer ou para o filme, como também justificar a seleção. Os temas para a escolha foram os seguintes:

- filmes sobre educação em geral;
- filmes baseados em processos reais de ensino-aprendizagem;
- filmes de situações do cotidiano da escola;
- filmes sobre pessoas surdas, principalmente crianças;
- filmes sobre pessoas com deficiência visual;
- filmes que abordem a própria produção audiovisual.

De acordo com Duarte (2002, p. 17), ver filmes “[...] é uma prática social tão importante do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas.” Para nós, era importante conhecer a prática dos cursistas e dialogar sobre suas preferências no campo audiovisual. Duarte (2002, p. 106) compreende o filme como “[...] um produto cultural que reflete e veicula valores e crenças das sociedades em que está imerso.” Sendo assim, as escolhas dos cursistas permitiram adentrarmos nos valores individuais e coletivos deste grupo social.

Discutiremos, neste artigo, as escolhas de três professores, que serão identificados pelas iniciais DV, WA e ELL. O filme selecionado foi *E seu nome é Jonas*, um filme estadunidense, de 1979, dirigido por Richard Michaels.

O drama conta a história de Jonas, criança surda, diagnosticada erroneamente com deficiência intelectual. Por causa desse diagnóstico, Jonas fica internado em uma instituição para crianças com deficiência intelectual por três anos. Após a descoberta do erro, o menino retorna ao convívio familiar. Nessa etapa, dramas e conflitos gerados pela falta de conhecimento sobre a surdez, especialmente pela barreira na comunicação, criam situações extremas e incontornáveis como o abandono paterno. A mãe tem função determinante, buscando em instituições e leitura o melhor caminho para a educação do filho. O filme dramatiza a polaridade entre uso da língua de sinais e o ensino da fala, revelando a preocupação de familiares de crianças surdas com a proposta educacional direcionada a esse grupo.

O filme mostra a importância da associação de surdos, como instituição de resistência pela valorização da língua de sinais e da cultura surda. Após o contato com surdos adultos e conhecer a associação de surdos, a mãe decide aprender língua de sinais e permite que Jonas também aprenda. É gerada uma tensão entre ela e a diretora da escola oralista, em função dessa escolha. O filme apresenta uma nova relação entre mãe e filho, sem barreira na comunicação, a compreensão do filho sobre a língua e a produção de sentidos que ele vai elaborando no processo de comunicação. No final, Jonas é levado pela mãe para uma escola em que todas as crianças são surdas, utilizam a língua de sinais e o professor é bilíngue. A cena finaliza com Jonas sinalizando: meu nome é Jonas.

Compreendemos que a seleção dos cursistas DV, WA e ELL demonstra a relação afetiva, social e política com a narrativa. WA nos contou que também foi levada pela família para uma escola oralista e foi proibida de usar a língua de sinais. Após aprender língua de sinais, explicou emocionada sobre a mudança de vida e a abertura de um novo mundo de significações. Também relatou seu protagonismo em criar a Associação de Surdos de Colatina. Compreendemos que a escolha do filme posiciona WA como interlocutora da narrativa, conforme afirma Bakhtin (2003, p. 297) “Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados [...]”. O ato de selecionar e disponibilizar o filme no acervo cinematográfico é um ato enunciativo de WA, ELL e de DV, que se colocam no diálogo, convidando outros interlocutores a conhecerem a questão da surdez e as temáticas problematizadas no filme.

Esta atividade possibilitou a produção de sentidos sobre o cinema como enunciado. As impressões sobre o filme selecionado ecoaram nos roteiros de filmes elaborados nas etapas seguintes, da formação, indicando que “[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (BAKHTIN, 2003, p. 294). Nosso trabalho contribui para a reflexão sobre as práticas na interface entre Educação e Comunicação pelo viés dialógico, alteritário e polifônico. Consideramos que a Educomunicação dialoga com a perspectiva enunciativo-discursiva no sentido de possibilitar que sujeitos, principalmente de classes populares, assumam posição discursiva e enunciativa, pela defesa “[...] do irrestrito direito à voz e ao respeito à diversidade.” (MÁRQUES; TALARICO, 2016, p. 423). Constatamos que os sujeitos surdos, incluídos nessa teia, educacional são dialógicos, históricos e sociais (BAKHTIN, 2003, 2017).

Referências

AGUADED, Ignacio. José. **La Educación em medios de comunicación**: panorama y perspectivas. Murcia: Editorial KR, 2001.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. Introdução e Tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação?** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081- 1102, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicampo.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

BUCKINGHAM, David. A posição da produção: a educação para a mídia e a produção de mídia pelos jovens no Reino Unido. In: CARLSSON, Ulla; VON FEILITZEN, Cecilia (Org.). **A criança e a mídia**: imagem, educação, participação. Brasília: Edições Unesco Brasil, 2002. p. 251-261.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Elementos de linguagem audiovisual. In: FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. **TV na escola e os desafios de hoje**: curso de extensão para professores do ensino fundamental e médio da rede pública. UniRede e Seed/MEC Coordenação. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003a.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Produção audiovisual com crianças, adolescentes e jovens: algumas experiências. In: FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. **TV na escola e os desafios de hoje**: curso de extensão para professores do ensino fundamental e médio da rede pública. UniRede e Seed/MEC Coordenação. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003b.

COUTINHO, Laura. Maria. **O estúdio de televisão e a educação da memória**. Brasília: Plano Editora, 2003.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2002.

GONÇALVES, Emerson Campos. **Linguagem audiovisual – dos signos às representações multimodais**: as diferentes linguagens em nossa relação dialógica com o mundo. In: Alfabetização e produção de materiais para estudantes com deficiência sensorial. Módulo 2. Vitória, 2021.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.;

BEHRENS, Marilda Aparecida (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000. p.11-65.

MÁRQUES, Fernanda Telles; TALARICO, Blueth Sabrina Lobo Uchôa. Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da “educação como cultura”. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 422-443, ago./nov. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n2p422-443>.

SÁNCHEZ, Rafael C. **Montaje cinematográfico**: arte em movimento. 3. reimp. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

SANTAELLA, Lucia. A estética das linguagens híbridadas. *In*: SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila. **Estéticas tecnológicas**: novas formas de sentir. São Paulo: Educ, 2008.

SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, dez. 2003. p. 23-32.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, Brasília, ano I, n. 2, p. 19-72, jan./mar. 1999.

Clube de leitura audiovisual: uma proposta educ comunicativa para a educaçã midiática¹

Vanessa Coutinho Martins²

Cláudia de Albuquerque Thomé³

Filomena Maria Avelina Bomfim⁴

Este artigo apresenta uma cartilha desenvolvida a partir dos resultados apresentados em pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF), sob orientação da prof.^a Dr.^a Cláudia de Albuquerque Thomé.

A partir de pesquisas prévias sobre clubes de leitura *online* e presenciais em ambientes não formais, propomos uma estrutura voltada para escolas, com foco na leitura crítica das mídias. Nesta pesquisa, entendemos o termo “mídia” como qualquer invenção humana que, por natureza, nunca é neutra, pois estrutura os nossos pensamentos e as nossas ações (McLuhan, 1964).

O clube de leitura, em si, é audiovisual na medida em que seu formato desliza por diferentes interfaces em que o som e a imagem se entrelaçam e a leitura, praticada nos encontros, também é audiovisual, pois propõe o estímulo a um entendimento e pensamento crítico das narrativas midiáticas em contexto local, nacional ou internacional, a depender do enfoque da discussão. Essa proposta busca oferecer, além disso, outros possíveis caminhos ao interesse pela leitura, tradicionalmente vinculada à aura de uma mídia – o livro.

Entendemos a leitura como um processo de construção de sentidos, o qual envolve a interação de conhecimentos linguísticos/semióticos, enciclopédicos e

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Comunicação no PPGCOM/UFJF, bolsista Capes, integrante do grupo de pesquisa “Narrativas midiáticas e dialogias” (CNPq/UFJF), e do “Grupo de Estudos & Pesquisas em Educomunicação” (CNPq/UFSJ), e-mail: vanessacoutinhomartins@gmail.com.

³ Professora associada da Facom/UFJF e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. Líder do Grupo de Pesquisa “Narrativas midiáticas e dialogias” (CNPq/UFJF), e-mail: claudia.thome@ufjf.br.

⁴ Professora do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades & Sustentabilidade (PIPAUS), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Líder do “Grupo de Estudos & Pesquisas em Educomunicação” (CNPq/UFSJ), e-mail: fmabomfim@ufsj.edu.br.

interacionais. Ou seja, não se trata da simples decodificação da palavra, da frase e dos textos, trata-se da construção de sentidos a partir de uma série de fatores que se assentam nos aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e históricos. A decodificação é apenas um dos procedimentos vinculados ao ato de ler. Por essa razão, privilegiamos a possibilidade de interação e desenvolvimento de habilidades que ultrapassem o processo de codificação, mas que também proporcionam o ato de inferir, analisar, discutir, refletir, argumentar e compreender mensagens em mídias para além do livro. Ademais, entendemos que a leitura está para a palavra e está para o mundo (Freire, 1981) e, assim, possibilita o desenvolvimento integral, quando torna os estudantes mais críticos e conscientes da sua existência na realidade social.

Diante do conhecimento construído durante o desenvolvimento da tese, a proposta foi, então, cadastrada como projeto de extensão na Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, com ações em culminância nas cidades de Cataguases e Juiz de Fora (MG). Assim, a teoria desenvolvida durante o doutorado foi colocada em prática e testada em um clube de leitura audiovisual, criado em uma escola da rede pública, situada em Cataguases, em parceria com outra instituição de ensino, também da rede pública, situada em Juiz de Fora, a partir de trocas de conhecimento e experiências entre os envolvidos em ambas as instituições. Assim, todo o processo foi construído em conjunto não apenas com outros pesquisadores, mas também com professores do Ensino Médio e gestores escolares de Cataguases e de Juiz de Fora.

O clube foi denominado *Biblioteca Azul*. O nome faz referência aos primeiros livros de bolso, intitulados *Bibliothèque Bleue*, de Nicolas Oudot. Esse impressor produzia livros que eram vendidos a valores baixos e possuíam formato pequeno. As obras tratavam de temas populares e amplos e contemplavam gêneros variados, como fábulas, romances de cavalaria, lendas, além de cartilhas escolares, por exemplo (Fischer, 2006). Para Martín-Barbero (2006), os folhetos da literatura *Bibliothèque Bleue* vão à procura de seus leitores, misturando a literatura com as coisas elementares da vida e do cotidiano. Tal como esse tipo de leitura, o clube de leitura audiovisual estabeleceu o propósito de que seus participantes mantivessem uma proximidade com as narrativas, na forma livresca, digital e audiovisual, para que pudessem enxergar referências possíveis às suas realidades.

Portanto, a natureza da cartilha não constitui uma proposta rígida, mas uma orientação adaptável às distintas características dos grupos em que os clubes de

leitura audiovisuais podem ser desenvolvidos. Tampouco os possíveis futuros clubes necessitam chamar-se *Biblioteca Azul*, já que esse foi um nome específico do projeto desenvolvido em Cataguases.

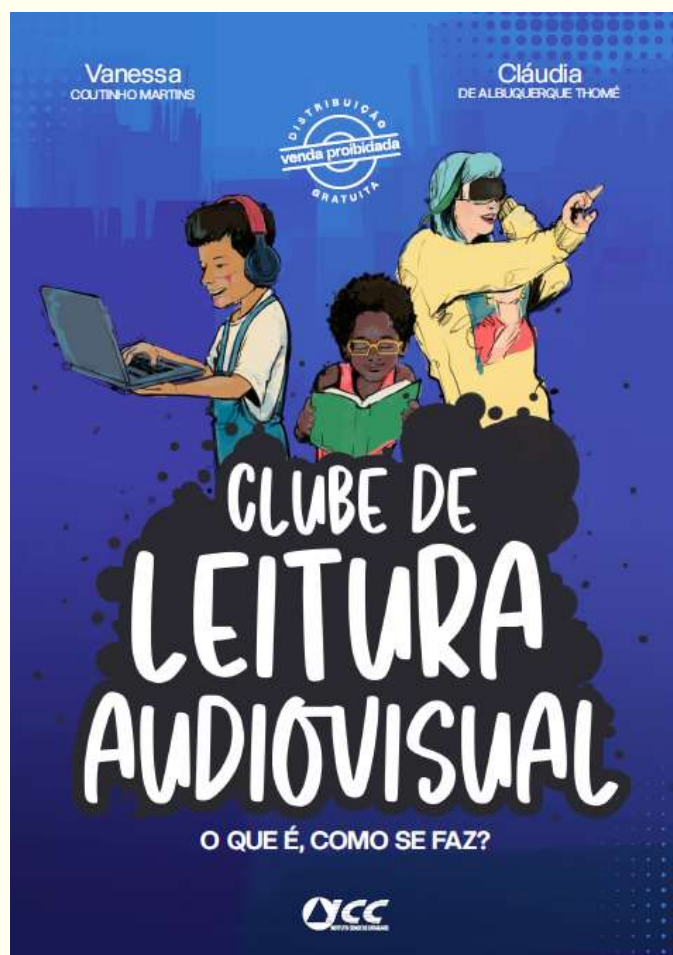


Figura 1: Capa do material “Clube de Leitura Audiovisual: o que é, como se faz?”

Fonte: disponível em: <https://www2.ufjf.br/narrativasmediaticas/> e <https://educomufsj.wixsite.com/educomufsj>

Todo esse processo de métodos e técnicas desenvolvido durante a construção dessa tese foi condensado e adaptado em outro formato, com uma linguagem acessível ao público não acadêmico e diagramação descontraída. Esse material está disponibilizado nos *sites* do grupo de pesquisa ‘Narrativas midiáticas e dialogias’ (CNPq/UFJF) e no ‘Grupo de Estudos & Pesquisas em Educomunicação’ (CNPq/UFSJ). Além disso, a partir de financiamento oriundo da Lei Paulo Gustavo, o

material ganhou versão impressa, com uma primeira tiragem de 1.000 exemplares, e foi enviado a bibliotecas públicas de todas as cinco regiões do Brasil.

A abrangência da propagação desse material reflete um esforço em disseminar o conhecimento produzido e testado em ambientes escolares brasileiros, e que fez uso de materiais de pesquisa advindos do Brasil e do exterior. Dessa forma, objetiva possibilitar outras ações inspiradas nos caminhos traçados nesta pesquisa, a partir da democratização de seu acesso. A proposta é que mais exemplares impressos sejam produzidos e distribuídos em mais localidades brasileiras, em ambientes de aprendizagem formal ou não-formal.

Paulo Freire (1986) criticou os métodos de alfabetização que faziam uso de cartilhas, afirmando ser algo sem sentido social ou real na vida dos alfabetizandos. Tais métodos eram considerados, pelo educador, abstratos, pré-fabricados e impostos. Esses materiais utilizavam frases que continham repetições sem sentido no contexto dos educandos, como “Eva viu a uva.” Para Freire, o processo de alfabetização deve ser um processo para transformar a realidade, e não deve ser inócuo ou supostamente “neutro”.

O material que desenvolvemos, tanto em sua estrutura quanto em seu conteúdo, não possui uma base pré-moldada e estruturante. Pelo contrário, trata-se de uma proposta flexível não apenas para os distintos contextos escolares, mas também a ambientes de aprendizagem não-formal, auxiliando, principalmente, mas não exclusivamente, no desenvolvimento do gosto pela leitura literária e no despertar do pensamento crítico dos leitores envolvidos.

Por definição, a educação formal é aquela desenvolvida especificamente em escolas e universidades e que segue um currículo pré-estabelecido pelos órgãos governamentais. Já a educação não-formal caracteriza-se por abranger as experiências e atividades de caráter educativo desenvolvidas em espaços sociais para além dos escolares e dos universitários (Nogueira, Santos, 2020). Embora seja constituída por determinada estrutura e organização, diverge da educação formal no que se refere “à fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto” (Simson et al, 2001, p. 09).

Para Maria da Glória Gohn (2014), a educação não-formal é baseada em escolhas, sob certas condicionalidades, cujo desenvolvimento é atravessado por

intencionalidades e o aprendizado não é espontâneo. Um dos aspectos que marca a diferenciação desses dois tipos de educação é que a não-formal pode ocorrer em grupos compostos por sujeitos com idades abrangentes e em contextos socioculturais e espaços diversos (Simson et al, 2001; Gohn, 2011).

Destacamos que as informações contidas no documento formam uma rede de construção de conhecimento a partir de contextos nacionais advindos não apenas da UFJF, mas também da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em parcerias de pesquisa e extensão com a prof.^a Dr.^a Filomena Maria Avelina Bomfim; da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e do Polo Audiovisual da Zona da Mata de Minas Gerais, a partir do Projeto de Extensão Tela Viva; e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em parceria de projeto de extensão e pesquisa com o pesquisador e historiador Dr. Victor Menezes. Também integra essa rede as reflexões desenvolvidas em pesquisa realizada no exterior, com bolsa de doutorado sanduíche fornecida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *University of St. Michael's College in the University of Toronto*, sob supervisão – no exterior – do prof. Dr. Robert K. Logan.

Por fim, destacamos o papel da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e também da Media Ecology Association (MEA), principalmente a partir da contribuição do prof. Dr. Paolo Granata. A partir de diálogos com esses profissionais e pesquisadores afiliados, manifestou-se uma contribuição significativa em aspectos pontuais durante todo o processo de desenvolvimento deste material.

Referências

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

FREIRE, Paulo. **"Não sou contra as cartilhas de alfabetização"**. Nova Escola, São Paulo, v.1, n.3, p.48-50, abr. 1986. Entrevista concedida a Oswaldo Coimbra.

FISCHER, Steven Roger. **A história da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

GOHN, Maria da Glória. (2014). Educação não-formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**. IIª Série, n. 1, p. 35-50.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**: extensions of man. New York: McGraw-Hill, 1964.

NOGUEIRA, G. K. R.; SANTOS, D. A. (2020). (Re)visitando os conceitos de educação formal, não formal e informal. In. FERREIRA, A. V.; SIRINO, M. B.; MOTA, P. F. (Org.), **A discussão dos conceitos de educação formal, não formal e informal e suas organizações nas estruturas sociais brasileiras**. Paco Editorial, p. 151-71.

SIMSON, O. R. M.; Park, M. B.; Fernandes, R. S. (2001). Introdução. In. SIMSON, O. R. M.; Park, M. B.; FERNANDES, R. S. (Org.), **Educação não-formal**: cenários da criação. Editora da Unicamp/Centro de Memória, p. 9-20.

Rádio e Web Rádio como Ferramentas de Ensino de Direitos à Sociedade¹

Rubem José Bruno Sampaio²

O presente trabalho visa compartilhar a experiência de educação jurídica de forma acessível à população, por meio de programas em Rádio e Web Rádio, como ferramentas de inclusão e empoderamento das pessoas com pouco ou nenhum conhecimento de seus direitos, demonstrando que essa disseminação de saberes faz a diferença na vida desses indivíduos.

Sendo a educação uma teoria de saberes aplicada na prática (FREIRE, 1981), precisamos refletir sobre a importância da educação jurídica para a sociedade, uma vez que, sem ela, o indivíduo não conhecerá seus direitos e, por consequência, não os aplicará, o que pode levar à segregação e a uma condição de desigualdade perante pessoas e instituições detentoras desses conhecimentos.

Nesse mesmo diapasão, é importante estarmos atentos ao fato de que não basta transmitir o conhecimento; ele precisa ser passado de forma acessível. Em linhas gerais, acessibilidade consiste em garantir o acesso, permitindo que qualquer membro da sociedade tenha a oportunidade de se aproximar e desfrutar de algo específico (CARDOSO, 2008).

Por meio da acessibilidade a todas as pessoas, com a transmissão de conhecimento de seus direitos, elas serão incluídas na sociedade, assegurando a efetiva prática de sua cidadania, possibilitando, dessa forma, utilizar estes aprendizados, como instrumento de inclusão, combatendo as desigualdades.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 3 -Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educação

² Graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Veiga de Almeida desde 2012, possui Especializações em Direito Constitucional, Direito Civil e Processo Civil, Direito do Consumidor e em Docência no Ensino Superior, Graduando em Pedagogia pela Universidade FASUL e Licenciando em Formação Pedagógica De Professores Para Educação Profissional pela Instituto Federal Farroupilha. Atua como Advogado, Educador Jurídico e Jornalista. Residente no Rio de Janeiro – RJ. rubembrunoadv@gmail.com.

Cidadania é a resultante da consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, em conjunto, na incessante batalha para materialização destes direitos, de maneira autônoma sob o prisma pessoal ou social de uma pessoa, aglutinando isonomicamente ao cumprimento de seus deveres (FERREIRA, 2003).

O Direito é impreterível na vida em comum, onde os indivíduos da sociedade estabelecem relações entre si. Não é tolerável qualquer relação social sem garantias de direitos e regras jurídicas (REALE, 2012).

Diante disso, garantir o conhecimento do direito para todos, de forma acessível é garantir a cidadania no indivíduo, com conhecimento de seus próprios direitos, assim como, seus deveres na sociedade.

A falta de estudo, pode gerar pessoas oprimidas, como parte de uma pedagogia humanista e libertadora, o conhecimento auxilia na transformação da realidade do educando, em um processo contínuo de libertação (FREIRE, 1987), sob essa perspectiva, se entendermos que as pessoas que desconhecem seus próprios direitos são segregadas, podemos considerar a acessibilidade ao conhecimento de seus direitos, é uma ferramenta de inclusão e empoderamento na sociedade.

Esse estudo, também tem amparo nos objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Destacamos a garantia do acesso à educação acessível, justa e de excelência, assim como, a garantia ao acesso à justiça para todos (ONU, 2024), pois, para efetivação dessas metas, as pessoas precisam ter conhecimentos de seus direitos, para que, quando violados, possam buscar a administração pública e o judiciário.

A pesquisa está igualmente sustentada nos Direitos Humanos, que fazemos menção a importantes direitos mencionados na Declaração Universal dos Direitos Humanos o reconhecimento da dignidade da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é a base da liberdade e da justiça (ONU, 1948). Não podemos deixar de observar a Constituição Federal da República que dentre seus direitos fundamentais, há direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos (BRASIL, 1988).

Para disseminar o conhecimento do direito de forma inclusiva, democrática e acessível, entendemos que a Educomunicação é uma ferramenta eficaz para este objetivo.

Educomunicação é uma abordagem discursiva contínua, midiática, multidisciplinar e intertextual (SOARES,1999), que tem por objetivo estimular a reflexão, análise crítica e utilização de técnicas de comunicação para a aprendizagem (APARICI,2014). A Educomunicação promove o protagonismo dos educandos através do diálogo, participação ativa e da interação dos educandos, contribuindo para a construção de um saber colaborativo (SOARES, 2014c).

Com extenso campo de pesquisa, a Educomunicação ainda pode ser segmentada em áreas de atuação que englobam a realização de iniciativas relacionadas tanto à Comunicação quanto à Educação, as quais compartilham a ação comunicativa no ambiente educacional (SOARES 1999; 2014c). A partir dessas reflexões, é insofismável que os meios de comunicação podem ser instrumentos para educação das pessoas, de forma acessível e democrática.

Em nossa experiência, utilizamos programas de Rádio e Web Rádio como elementos de ensino de direitos.

No rádio, atuamos na condição de comentarista no Programa 'Em Dia com a Notícia da Rádio Catedral FM (<https://radiocatedral.com.br>), na frequência 106,7 no Rio de Janeiro. Nele, todas as quintas às 11 horas da manhã, os ouvintes podem enviar suas dúvidas jurídicas sobre seus direitos, em especial sobre Direito Civil (que engloba áreas como Direito de Família, Responsabilidade Civil, Direito das Sucessões, Contratos e Propriedades), Direito do Consumidor, Direito Administrativo e Direito Constitucional, e damos esclarecimentos ao vivo.

Por vezes, devido ao volume de perguntas, são realizadas 'lives' especiais através do YouTube e do Facebook da Rádio, pois o programa tem aproximadamente 60 minutos de duração. Assim, é possível esclarecer os questionamentos não contemplados durante a transmissão do programa pelo dial, e os ouvintes interessados passam a acompanhar pelas redes sociais mencionadas, tendo também a oportunidade de enviar mais perguntas. Neste programa, além de elucidar as indagações, temos a oportunidade de ensinar direitos, com temas que observamos, nos quais as pessoas não têm conhecimento, transformando assim, as transmissões, em aulas, onde atuamos como educador e ou ouvintes são os educandos.

O público do programa é majoritariamente adulto, com pouco ou nenhum conhecimento jurídico e muitas vezes, é perceptível a participação de pessoas com vulnerabilidade econômica e educacional.

Diante disso, faz-se necessário usar uma linguagem inclusiva e livre de 'juridiquês', fazendo, quando oportuno, uso de uma linguagem coloquial, para que os ouvintes/educandos não percam o interesse e não achem que o ensino transmitido está fora de sua realidade. Por isso, utilizamos a andragogia neste processo de ensino.

A Andragogia pode ser entendida como o ensino e a formação voltados para adultos (BELLAN, 2018). Nela, o educando precisa entender o conteúdo ensinado, seguindo uma linha de raciocínio prática, na qual ele questiona a razão pela qual deve adquirir um determinado conhecimento (KNOWLES, 2011).

Citamos a importância dessa dinâmica, com a ocasião em que ensinamos os requisitos que configuram uma união estável e uma ouvinte foi surpreendida ao saber que tinha direitos patrimoniais, após o rompimento de sua união estável, por pensar que esse tipo de relação só teria validade se estivesse registrada em cartório. Com o novo conhecimento, vislumbrou uma mudança de realidade, pois, havia deixado sua casa, por ter sido expulsa pelo companheiro. O êxito do ensino é refletido em mensagens de agradecimento, nas quais as pessoas relatam que o conhecimento transmitido, além de criar consciência sobre um direito que até então acreditavam não ter, lhes permitiu fruir desse direito.

Nessa relação entre comunicador/educador e ouvinte/educando, destacamos mais dois aspectos importantes: o primeiro é que, ao respondermos à dúvida de um ouvinte, conseguimos alcançar outros com problemas semelhantes. O segundo é a percepção de que as dúvidas verbalizadas ao vivo encorajam outros a enviarem suas perguntas, gerando sentimentos de inclusão e pertencimento.

Por isso, reiteramos nosso entendimento quanto à necessidade de afastar o tecnicismo jurídico, que segrega pessoas que tiveram poucas ou nenhuma oportunidade de estudo.

Utilizamos a Educomunicação em outros 2 projetos, tendo o mesmo princípio de ensino acessível dos direitos, apresentando na Web Rádio "Via FM" da Paróquia Santa Teresinha de Botafogo, no Rio de Janeiro, o programa 'Fé e Direito'

(<https://radioviafm.com.br/locutor/40336/dr-rubem-bruno>), e na “Web Rádio Amparo” da Paróquia N.S^a do Amparo de Tanguá-RJ (<https://connect.maxcast.com.br/appweb/radiowebamparo>), o programa “Falando de Direitos”.

Nesses espaços, diariamente, transmitimos episódios de 3 a 4 minutos para ensinar direitos em uma linguagem simples, com exemplos do cotidiano. Por meio dos programas de rádio, buscamos atingir as pessoas menos favorecidas, promovendo inclusão e empoderamento, possibilitando ao indivíduo uma maior participação cívica, para que conheça e exerça seus direitos.

Referências

APARICI, Roberto (org). **Educomunicação: Para além do 2.0**. São Paulo, SP: Paulinas, 2014.

BELLAN, Zezina. **Andragogia em ação: Como ensinar adultos sem se tornar maçante**. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Andragogia_em_a%C3%A7%C3%A3o/GZGpDwAAQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=andragogia&printsec=frontcover. Acesso em 28 agosto 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 8 de agosto 2024.

CARDOSO, Priscila; NAMO, Danilo. **A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil - Como Multiplicar este Direito**. São Paulo: Instituto Paradigma, 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

FERREIRA, Antônio Miguel – 2003, **Cidadania: Conceito E Implicações Em Relação Às Crianças, Aos Adolescentes, Aos Portadores De Deficiência E Ao Administrador De Empresas**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/23735680/cidadania-conceito-e-implicaaes-em-revista-justitia> . Acesso em 02 agosto 2024.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia do Oprimido** Editora Paz e Terra -29ª edição – 1987 -
Freire, Paulo -F934a Ação cultural para a liberdade. 5a ed., Rio de Janeiro, Paz e
Terra. 1981.149 p. 21cm (O Mundo, Hoje, v. 10).

KNOWLES, Malcolm Shepherd. **Aprendizagem de resultados: uma abordagem
prática para aumentar a efetividade da educação corporativa**. 2011. Disponível
em:https://www.academia.edu/23769912/Aprendizagem_de_Resultados_Malcolm_Knowle . Acesso em 28 agosto 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas - **Declaração Universal dos Direitos
Humanos**, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf> - Acesso em 02 de agosto de 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas - **Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável**, 2024. Disponível em : <https://acesse.dev/dGn9w> - Acesso em 02 agosto
2024.

REALE, Miguel – **Lições preliminares de direito**. 27ª ed.- São Paulo, Saraiva, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo
campo e o perfil de seus profissionais**. Contato, Brasília, ano 1, n.1, p. 19-74,
jan/mar 1999. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2540392>). Acesso em 29 de
agosto de 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Introdução à edição brasileira**. In: APARICI, Roberto
(org). Educomunicação: Para além do 2.0. São Paulo, SP: Paulinas, 2014c.

Desafios e Oportunidades da Educação Midiática no Instagram¹

Alice Melo Xavier²

Celestino Joanguete³

Introdução

O uso das plataformas de redes sociais digitais faz parte do cotidiano de boa parte da população mundial, visto sua facilidade de acesso a partir dos smartphones, estas mídias são utilizadas com objetivos distintos e de certa forma simultâneos, como por exemplo, interação, entretenimento, marketing e compartilhamento de informações, entre outros. No Brasil, segundo o relatório da Reuters de 2023, 42% dos entrevistados utilizam as plataformas de redes sociais para interação e compartilhamento de mensagens, sendo as mídias sociais mais utilizadas para compartilhamento WhatsApp, Youtube, Instagram, Facebook, X (antigo Twitter) e Tik Tok (REUTERS, 2023).

Nesta reflexão serão abordados os motivos pelos quais o uso de plataformas de redes sociais podem ser potenciais veículos para disseminação de conteúdo de educação midiática, isto é, “o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica e reflexiva do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos” (FERRARI, MACHADO, OCHS, 2020, p. 26), de forma a ampliar o conhecimento sobre o assunto aproveitando o potencial das plataformas. A partir disto, será observado a questão da potencialidade das plataformas de mídias sociais para disseminação dos conteúdos de educação midiática, de forma a ampliar a mensagem e encontrar os indivíduos em sua navegação diária nas plataformas.

Um breve olhar sobre o cenário e a educação midiática no Brasil.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2- educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) da Universidade Federal de Santa Maria, bacharel em Publicidade e Propaganda. Email: alice.melo@acad.ufsm.br

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) da Universidade Federal de Santa Maria. Email: celestino.joanguete@ufsm.br.

A Internet amplificou o poder dos usuários de produzir e compartilhar conteúdo. Segundo Strutzel (2015), esse poder já existia com as mídias tradicionais, mas em menor escala. Agora, os usuários têm mais opções de escolha, visto o grande número de plataformas disponíveis, e maiores expectativas e exigências em suas experiências de consumo.

Além disto, o cenário digital atual apresenta o que são conhecidos como *producers*, isto é, produtores e consumidores de conteúdo de forma simultânea (STRUTZEL, 2015), questão está propiciada pela popularização do acesso aos *smartphones*. Segundo Recuero (2009) as redes sociais são motivadas pelos vínculos empregados e trocas entre indivíduos, que utilizam das plataformas como suporte para ampliar e manter essas relações no cenário digitalizado.

Todavia, quando os usuários de plataformas postam algo, o conteúdo e a intencionalidade deste material ficam aberto a diversas interpretações. A interpretação do conteúdo midiático, seja ele publicado por pessoas públicas ou usuários comuns, é uma grande preocupação da educação midiática, visto que após tornado público, o conteúdo fica sujeito a interpretação de cada um que entra em contato com este:

Primeiramente, se considerarmos que as redes que estamos analisando são redes sociais, portanto, constituídas de atores sociais, com interesses, percepções, sentimentos e perspectivas, percebemos que há uma conexão entre aquilo que alguém decide publicar na Internet e a visão de como seus amigos ou sua audiência na rede perceberá tal informação (RECUERO, 2009, p. 31).

A partir destas questões, entre outras tantas que permeiam este cenário cada vez mais complexo, a educação midiática se faz cada vez mais necessária, visto o que Gabriel (2021) coloca como uma economia da atenção, caracterizada por entender a atenção como “recurso finito, conforme a quantidade de informação aumenta no ambiente que nos cerca, não conseguimos prestar atenção em tudo” (GABRIEL, 2021, p. 41) de modo que o usuário de Internet não consegue processar em sua totalidade, contando assim com uma série de filtros mentais e algoritmos como forma de tentar filtrar os conteúdos que são pertinentes para si. De toda forma, nada substitui o exercício do pensamento crítico por parte dos usuários, ao qual as

práticas referentes à educação midiática auxiliam na construção do entendimento das narrativas e conteúdos que circulam neste ambiente digital.

Também é preciso enfatizar que a disseminação e o tratamento da informação enfrentam desafios complexos, especialmente no ambiente digital. Neste contexto, destacam-se duas questões: a desinformação e os *deep fakes*. A desinformação abrange uma gama de conteúdos falsos, imprecisos ou tendenciosos, muitas vezes disseminados inadvertidamente. Por outro lado, as *fakes news* são criadas deliberadamente com o intuito de enganar e, frequentemente, visam a interesses específicos (GABRIEL, 2021). Além disso, outra forma de *fake news* é conhecida como *deep fake*, que utilizam técnicas avançadas de inteligência artificial para alterar imagens e gravações, criando situações falsas e prejudiciais, que afetam reputações e a confiança geral nas fontes de informação online (JOANGUETE, 2023).

É preciso pontuar que existem inúmeras vertentes de formação do conceito de educação midiática a nível mundial, que embora destaquem certos quesitos a partir dos estudos e preocupações dos autores, essas teorias convergem na mesma direção: o estímulo do pensamento crítico aos indivíduos e o exercício de responsabilidade em suas práticas. Desta forma, mesmo com suas diferenças, essas teorias conversam entre si, de forma que enriquecem o debate.

Kellner e Share (2008) colocam que as práticas referentes a educação midiática não apresentam uma fórmula pronta, visto que “não são modelos pedagógicos rígidos e sim pontos de referência interpretativos, a partir dos quais os educadores podem estruturar seus objetivos, interesses e estratégias” (KELLNER; SHARE, 2008, p. 703), de modo que podem e devem ser adaptadas a seu contexto de aplicação. As pesquisadoras brasileiras Ferrari, Machado e Ochs (2020) colocam três eixos norteadores para a educação midiática, intitulados de ler, que compete a capacidade de leitura crítica e curadoria do conteúdo, escrever, que se refere a produção do conteúdo e autoexpressão por parte dos indivíduos e o participar, que se concentra no exercício de práticas cidadãs e responsabilidade com suas atividades neste cenário.

Destacando as plataformas de redes sociais, a pesquisa realizada pela *We Are Social* com dados provenientes do ano de 2023 coloca que os brasileiros passam em média cerca de 9h e 32 minutos conectados diariamente, entre plataformas de redes

sociais e outras tarefas (*WE ARE SOCIAL*, 2024). Desta forma, faz sentido se utilizem esses pontos de contato para falar sobre temas sociais, incluindo a educação midiática, que é voltada para estes mesmos meios.

Além disso, há de se pensar na questão de formatação do conteúdo de educação midiática para plataformas, de forma que se faz extremamente necessário utilizar linguagens acessíveis, de forma a alcançar os usuários a partir de referências compartilhadas, promovendo assim uma integração que abre espaço para o diálogo. Desta forma, aproveitar deste espaço que é utilizado por boa parte dos brasileiros e que apresenta amplas possibilidades de alcance, visto que o acesso a esses locais é gratuito, realizado via *smartphones*, que de certa forma são acessíveis a boa parte da população.

A primeira Semana Brasileira de Educação Midiática ocorrida em 2023 foi um marco deveras importante para o fortalecimento da área, reunindo educadores e entusiastas do tema. No mapeamento promovido pelo evento foi possível perceber inúmeras iniciativas que ocorrem nas plataformas digitais, realizadas a partir das habilidades e disponibilidade dos indivíduos envolvidos. Todavia, fica claro que falta apoio financeiro e público para impulsionar a área, que atualmente se desenvolve a partir de coletivos e membros isolados.

Deste modo, ao defender a presença de conteúdo em plataformas como o Instagram, se pensa no potencial de sua visibilidade e compartilhamento, uma vez que as ferramentas nativas da plataforma facilitam esse processo (XAVIER; GHISLENI; KNOLL, 2023). O Instagram, com sua ampla presença no cotidiano, pode ser considerado um dos principais disseminadores de conteúdo atualmente, o que também fortalece suas possibilidades como meio de reforçar a mensagem da educação midiática e encontrar outros entusiastas, fortalecendo assim as redes de multiplicadores da educação midiática, uma vez que este meio tem grande presença no cotidiano dos brasileiros.

De forma a contextualizar estes potenciais usos, podemos traçar alguns paralelos sobre perfis no Instagram que apresentam o que consideramos boas estratégias para uso educacional em geral, que podem ser adaptadas para a área da educação midiática. No exemplo analisado no artigo de Xavier, Ghisleni e Knoll (2023), o perfil Conecta Prof faz conteúdos em formato de carrossel, isto é, sequência de

imagens contínuas, de modo a dar um passo a passo de uma tarefa para o público. No caso da educação midiática, este formato pode ser adaptado para falar sobre um assunto, para mostrar um passo a passo de checagem de notícias, como no caso da agência de checagem Lupa, que já faz este tipo de conteúdo. Também é possível mostrar através do Instagram atividades que ocorrem presencialmente em escolas públicas, por exemplo, compartilhando também o roteiro da atividade para replicação. Por fim, um terceiro exemplo de uso da plataforma envolve a disponibilidade de roteiros de atividades ou materiais para uso didático, seja por meio do feed, destaque nos stories ou link no perfil, de modo a compartilhar bons materiais para uso na área, até mesmo compartilhando postagens de outros perfis, de modo a aumentar a circulação do conteúdo.

Considerações finais

A educação midiática deve se adaptar ao ambiente digital, utilizando plataformas como o Instagram para atingir um público amplo e fomentar uma compreensão crítica das informações online. Embora a Primeira Semana Brasileira de Educação Midiática tenha sido um marco, ainda é necessário mais apoio financeiro e público para impulsionar essa área. A conscientização e o pensamento crítico são fundamentais para enfrentar os desafios da economia da atenção, desinformação, entre outras questões, utilizando assim os próprios meios midiáticos para promover narrativas informadas e responsáveis.

Referências

AGÊNCIA LUPA. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/agencia_lupa/. Acesso em: 11 out. 2024.

CANAL CONECTA PROF. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/canalconectaprof/>. Acesso em: 11 out. 2024.

FERRARI, Ana Claudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da educação midiática.** São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

GABRIEL, Martha. **Você, eu e os robôs.** São Paulo: Atlas, 2021.

JOANGUETE, Celestino. **O Poder das mentiras digitais: A ameaça das deepfakes para a sociedade.** São Paulo: Editora Dialética, 2023.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação & sociedade**, v. 29, p. 687-715, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hcZr4mDdbgTfSy3NWt8RptQ/?lang=pt&format=html>. Acesso em 28 ago. 2024.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2023.** Oxford: Reuters Institute, 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. Acesso em 03 mai. 2024.

STRUTZEL, Tércio. **Presença digital.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WE ARE SOCIAL. Digital 2023 Brazil - January 2023. **Site We Are Social.** Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

XAVIER, Alice Melo; GHISLENI, Taís Stefenello; KNOLL, Graziela Frainer. Conteúdo educacional no Instagram: presença digital e multimídia no perfil “Conecta Prof”. **Revista Disciplinarum Scientia- Ciências Humanas**, v. 24, n.2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/4561>. Acesso em 28 ago. 2024.

A premência da Educação midiática e da Educomunicação na formação de professores de Biologia¹

Eloisa Assunção de Melo Lopes Sobrane²

Em um cenário em que novos contornos e linguagens de mídias surgem a todo momento é quase impossível não ser impactado por mensagens de diversos tipos e fontes. O complexo ecossistema midiático que caracteriza a sociedade contemporânea e conectada exige ações educativas capazes de educar para o acesso qualificado às mídias.

A onipresença das plataformas digitais no cotidiano provocou mudanças estruturais na comunicação. Houve fragmentação do público e descentralização na produção e compartilhamento de conteúdos. Em vez de poucos canais de informação e lazer, surgiu uma nova variedade de opções para entretenimento, notícias e expressão pessoal. Com isso, muitas pessoas deixaram de ser meras espectadoras e passaram também a produzir conteúdos nas plataformas (BRASIL, 2023. p.6).

A ciência, que antes era vista como um campo de conhecimentos restrito aos espaços institucionais, passa a ser um conceito em disputa na sociedade contemporânea à medida em que os jovens têm acesso ao conhecimento científico não apenas pelas vias tradicionais, como a escola e os livros, mas também por meio das mídias e suas tecnologias.

Com o crescimento do consumo de informação pelas mídias sociais, a própria comunicação científica deixa de ser uma prática exclusivamente institucional de universidades, pesquisadores e órgãos públicos e passa a ser realizada, em alguma medida, também por atores que ganham relevância e capital de visibilidade naqueles espaços (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2024, p. 6).

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 – Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Educação em Ciências e professora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí-GO, eloisalopes@ufj.edu.br.

As rápidas transformações no desenvolvimento das tecnologias midiáticas e a sua integração ativa no espaço educativo levam ao surgimento de novo paradigma educativo de informação e comunicação que tem como principais espaços a internet e a mídia e requerem “uma mudança no pensamento pedagógico e, conseqüentemente, a formação de papéis completamente novos para o professor e o aluno” (LOBODA, BLASZCZAK e PLYSKA, 2024, p. 24)

Nesse contexto, a educação midiática, “conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional em todos os seus formatos - dos impressos aos digitais” (FERRARI; MACHADO; OCHS, 2020, p.26) é fundamental, pois estimula e auxilia no desenvolvimento de habilidades que preparam as pessoas para participar de maneira crítica do ambiente midiático e informacional no qual se encontram imersos, principalmente por meio das mídias sociais e aplicativos de compartilhamento de vídeos.

Tão importante quanto a Educação Midiática, a Educomunicação, campo de intervenção social, paradigma fortalecedor de ações no âmbito da intensa e cada vez mais necessária inter-relação entre educação/comunicação, amplia a perspectiva e as possibilidades de uso das mídias na educação ao se caracterizar como um:

um paradigma que orienta o planejamento e a implementação de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos, visando a autonomia comunicativa dos sujeitos da Educação (professores e alunos), quer enquanto construtores de relações de convivência, enquanto produtores de mensagens ou como usuários dos sistemas de informação (SOARES, 2011, p. 34).

Juntas, Educação Midiática e Educomunicação ao possibilitarem o desenvolvimento de habilidades de acessar, analisar e criar mensagens em uma variedade de formas de mídia ampliam as vozes e as maneiras de ver, ler interpretar e se fazer ouvir em um universo de novidades midiáticas e tecnológicas cada vez mais convergentes no dinâmico mundo digital. Fornecem, assim, as bases para uma educação crítica que incentiva a participação e o empoderamento político e social das pessoas, por meio do uso informado e consciente das mídias e suas tecnologias possibilitando exercícios e ações práticas capazes de consolidar compreensões na

medida em permitem explorar, problematizar e entender os diferentes tipos de mídia, seu conteúdo e suas tecnologias como, por exemplo, programas de rádio e televisão, jornais, redes sociais e internet problematizando a influência dessas na sociedade e no comportamento individual.

Assim sendo, este trabalho tem como intuito apresentar e descrever a ementa, os objetivos, temas e principais atividades adotadas em uma disciplina recém criada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Jataí (UFJ), demonstrando a premência dos temas abordados para a formação de professores de Ciências.

A disciplina intitulada “Questões Contemporâneas do ensino de Ciências e Biologia I”, nasce em um contexto em que se adensam os movimentos pseudocientíficos e negacionistas da ciência, que se caracterizam por defenderem “premissas individualistas, crenças pessoais e opinativas, que distorcem fatos e evidências, e que tomaram força com a popularização tecnológica e das mídias sociais” (CHIESA BARTELMEBS, VENTURI e SOUSA, 2021, p.65) solicitando processos de ensino aprendizagem que discutam a comunicação na formação de professores de Biologia.

Com carga horária de 80 horas, foi ofertada pela primeira vez aos estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFJ ao longo do primeiro semestre de 2024.

Sua ementa que contempla: “*As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) e suas possibilidades para o ensino de Ciências Naturais e Biologia. Alfabetização midiática. Educomunicação. Pseudociência. Pós-verdade. Fake News no ensino de Ciências e Biologia*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ, 2022), foi trabalhada, no mencionado semestre, com o objetivo principal de promover com os estudantes, futuros professores, discussões a respeito do processo comunicativo, com ênfase na mídia e suas formas de acontecer evidenciando as consequências e contribuições para o ensino de Ciências e Biologia na escola. Dentre os objetivos específicos destacam-se: apresentar e problematizar as NTIC e as mídias como agências de socialização com influência direta nos processos educativos e evidenciar a importante articulação entre educação/comunicação para o ensino de Ciências e Biologia.

Com duração de 5 horas distribuídas ao longo de 16 semanas letivas, todas as aulas contaram com uma parte teórica, por meio da exposição dialogada para apresentação de conceitos, seguida de uma atividade prática que foi protagonizada pelos estudantes organizados em grupos ou individualmente. Todas as atividades desenvolvidas priorizaram o envolvimento e participação ativa dos estudantes levando em consideração princípios caros à educação midiática e à educomunicação como o diálogo, a livre expressão, o trabalho coletivo, o protagonismo e a criatividade.

O quadro abaixo sintetiza os principais temas e atividades desenvolvidas permitindo uma visão geral da organização das aulas. No entanto, é preciso ressaltar que os temas e atividades apresentados são apenas um recorte dentre as muitas possibilidades de desenvolver a ementa. A cada nova oferta ela poderá ser ressignificada e atualizada pelo professor responsável.

Quadro 1 – Principais temas e atividades desenvolvidas na disciplina

Temas	Resumo das atividades
Eu comunico, tu comunica, nós comunicamos	Elaboração de roteiros de entrevistas sobre comunicação e discussão sobre a relação entre comunicação e processos educativos.
A natureza da tecnologia e suas implicações	Produção de narrativa sobre o impacto das tecnologias no cotidiano e roda de conversa sobre a natureza da tecnologia.
As mídias como agências de socialização	Apresentação sobre tipos de mídia e análise dos aplicativos mais usados pelos estudantes, classificando suas funções.
Tecnologias e mídias: recursos para educação	Discussão sobre mídia na educação em Ciências e mapeamento dos efeitos negativos do uso excessivo das redes sociais.

Desafios no campo da comunicação/educação	Apresentação sobre desinformação, fake news e pseudociência, seguido de um desafio prático relacionado a fake news.
Educação midiática, seus desdobramentos e a sua importância no currículo	Atividade de conexão de termos e significados relacionados à educação midiática, seguida de um diálogo sobre o tema.
Alfabetização midiática: uma necessidade imprescindível	Apresentação com dados sobre a necessidade de alfabetização midiática no ensino, com foco em Ciências.
Educomunicação: possibilidades para o Ensino de Ciências/Biologia	Exibição de vídeo e leitura de artigo sobre educomunicação, seguida de debate e escrita de narrativa.
Estudo de mídias, aplicativos e plataformas	Produção de conteúdo digital para mídias sociais e plataformas, com foco no tema "resíduos sólidos".

Fonte: elaborado pela autora

Disciplinas e ementas que possibilitem pensar e desenvolver ações que envolvam a educação midiática e educomunicação no processo formativo de professores são prementes em um contexto em que se intensificam as mediações ofertadas por uma variedade cada vez maior de recursos e discursos midiáticos, que podem tanto enriquecer quanto deslegitimar a Ciência e os conhecimentos por ela produzido.

Em uma sociedade conectada, o ensino de Biologia deve ir além do compartilhamento de conhecimentos técnicos, incorporando uma perspectiva crítica e reflexiva sobre o papel da comunicação, das tecnologias e das mídias. A formação de professores não pode se isentar dessa discussão. E é nesse sentido que o desenvolvimento de ações educacionais, tendo como foco a educação midiática, auxiliam o acesso, consumo e a produção de mídia de forma consciente, crítica e responsável.

Referências

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: Governo Federal, 2023.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **A ciência em diferentes arenas**. Análise dos discursos midiáticos na imprensa profissional e nas mídias sociais. Brasília, DF: 2024.

CHIESA BARTELMEBS, R.; VENTURI, T.; DE SOUSA, R. Pandemia, negacionismo científico, pós-verdade: contribuições da Pós-graduação em Educação em Ciências na Formação de Professores. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 4, n. 5, p. 64-85, 20 ago. 2021.

FERRARI, Ana claudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da Educação Midiática**. 1. ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/03/Guia-da-Educac%CC%A7a%CC%83o-Midia%CC%81tica-Single.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

LOBODA, Svitlana; BLASZCZAK, Iwona; PLYSKA, Yuriy. **The crisis of the professional identity of the teacher in the context of the formation of a new information and communication educational paradigm: aspect of research and publication activity**. International Journal of Pedagogy Innovation and New Technologies, 2023, 10 (2). ISSN 2392-0092

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Biológicas – Grau Acadêmico Licenciatura**. 2022. Jataí: Universidade Federal de Jataí.

La educomunicación como propuesta en la construcción de conciencia ciudadana¹

Castro Franco Esteban

El departamento de Lavalle se encuentra ubicado al noroeste de la provincia de Mendoza, cuenta con una extensión territorial de 10.212 km² y una población de 45.167 habitantes, según datos del último censo poblacional en el año 2022 llevado adelante por el Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Si bien es un poblado conectado en toda su geografía, entre dichas conexiones se encuentran grandes extensiones de territorio rural poco poblado, enlazado por rutas y vías poco accesibles y, sobre todo, por una ausencia de obra pública y de políticas estatales de vinculación y ordenamiento territorial que articulen y acerquen a las comunidades más alejadas de los centros y nodos urbanos más habitados con los menos habitados del departamento.

Es en este contexto que Lavalle se constituye como un espacio geográfico propicio para la planificación y ejecución de delitos diversos contra la propiedad, contra la naturaleza, pero sobre todo contra la integridad de las personas. Un claro ejemplo es el delito de trata de personas, que implica la “captación, el transporte, el traslado, la acogida o la recepción de personas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza u otras formas de coacción, al rapto, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra, con fines de explotación” (Naciones Unidas, 2000).

En el departamento conviven comunidades urbanizadas y semirurales, trabajadoras del comercio y la producción - entre otras áreas - junto a comunidades rurales, campesinas e indígenas trabajadoras de la tierra y productoras de artesanías y animales para venta y consumo propio. En esta simbiosis poblacional es que los lavallinos y lavallinas habitan distritos con más o menos habitantes que otros según

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2, Educação midiática, de acordo com tabela das páginas 1 e 2 desta chamada] do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

sea el caso, y es en este vínculo donde se entreteje la cultura y la idiosincrasia local muy ligada a “valores tradicionales” en el ser y hacer de sus sujetos y sujetas. Estos valores se encuentran imbricados a lógicas patriarcales, racistas, xenófobas y clasistas naturalizadas, que ponen en situación de vulnerabilidad a niñas, niños, adolescentes y mujeres cuyas vidas se encuentran interseccionalizadas (Crenshaw, 1989) por diversos factores que contribuyen, en mayor o menor medida, a la profundización de las vulneraciones de sus derechos y garantías.

Es en este contexto que el departamento de Lavalle se convierte en un espacio en donde las situaciones de violencia de género son moneda corriente en los barrios, puestos y casas, ligadas a los delitos contra la integridad sexual de niñas, adolescentes y mujeres y la amenaza permanente de captación de las mismas por redes de trata de personas con fines de explotación sexual y laboral denotando una falta de políticas públicas en materia de seguridad, de educación o sobre todo de protección integral de víctimas o posibles víctimas, en su gran mayoría mujeres, de todo tipo de violencias.

El 4 de septiembre de 2012 Johana Chacón, de 13 años, se dirigía a su casa en el transporte escolar pero nunca llegó. Ese mismo día su hermana Beatriz denunció la desaparición, a la vez que las autoridades de la escuela a la que asistía Johana se presentaron ante la justicia de Lavalle con el mismo fin, y se encontraron con la noticia de que un año antes había desaparecido Soledad Olivera, joven madre y vecina de la comunidad, bajo circunstancias similares a la desaparición de la niña. Frente a estas circunstancias es que la comunidad educativa de la escuela 1-181 Virgen de la Rosario, ubicada también en el departamento de Lavalle, inicia una serie de acciones de visibilización y reclamo exigiendo a la Justicia Provincial la aparición con vida de Johana y Soledad.

La desaparición de Johana Chacón constituyó un hecho bisagra en la comunidad, que luego fue extendiéndose a la Provincia de Mendoza y al país pues ya no se trataba sólo del pedido de aparición con vida y el pedido de justicia, sino que las diversas comunidades educativas comenzaron a cuestionar y profundizar los análisis e intervenciones frente a las situaciones de vulnerabilidad en las que se encontraban niñas, niños, adolescentes que asistían a estos espacios. Con el paso del tiempo la figura de Johana Chacón fue convirtiéndose en un símbolo que docentes, estudiantes, artistas - y otras figuras de la comunidad- tomaron para discutir, pensar

y replantearse las lógicas o la convivencia bajo los “valores tradicionales” normalizados antes mencionados, propios de la comunidad de Lavalle. Estas condiciones posibilitaron hablar en el aula tópicos como trata de personas, violencia de género, violencia racial, acceso a la justicia, acceso al trabajo, denunciar el rol patriarcal del estado y continuar el reclamo de aparición con vida de Johana y Soledad, un trabajo militante, empático, pedagógico y liberador que buscaba alcanzar a toda la población y que fue lográndolo paso a paso constituyendo así un antes y un después respecto a los casos de desaparición de niñas, adolescentes y mujeres en la provincia de Mendoza en los últimos 15 años.

Lo que me interesa poner de relieve en el presente trabajo es el papel de la comunidad educativa a la que pertenecía Johana Chacón y de los medios comunitarios locales: por una parte, la movilización de la comunidad en el pedido de justicia por la aparición con vida de la niña y la de Soledad; por otra, cómo se fueron gestando diversas formas de expresión construidas colectivamente con la participación horizontal, dialógica y democrática de todos los actores sociales, que funcionaron para la elaboración del duelo y para la construcción colectiva de conciencia ciudadana frente a la ausencia de políticas públicas en relación con la violencia contra las mujeres. Entre muchas de estas expresiones (murales, videos, performances, pancartas, etc.) queremos destacar la apropiación de tecnologías y herramientas para la producción de piezas audiovisuales y sonoras, que a la vez que mantenían viva la memoria de las mujeres desaparecidas y el reclamo de justicia, promovían el debate sobre los problemas ya referidos. Destacamos, así y entre muchas otras piezas, “Todos por Johana Chacón”, de 2012; “Siempre presente Johanna”, de 2015; “Seis años sin Johana”, de 2018; “Johana da el presente”, de 2020; “9 años sin Johana”, de 2021; “En todos los rincones falta ella”, de 2022; y el documental sonoro “La Finca”, de 2022.

Lo que todas estas piezas reflejan es cómo los primeros videos realizados por compañeras y compañeros de Johana en el ámbito escolar, motorizan e interesan a otros actores y actrices de la comunidad, que se suman al registro de los sucesos y a la problematización de la vida de las niñas, jóvenes y mujeres de la zona, en un proceso de “abajo hacia arriba”.

El posibilitar que en los diálogos se compartieran y pusieran en valor los sentimientos de las niñas, niños y adolescentes respecto a la desaparición de su

compañera y amiga permitió generar tempranamente un proceso de constitución de conciencia ciudadana respecto a los vínculos interpersonales entre pares, entre familia, entre parejas, con el Estado, con otras instituciones, entre otros. Esta constitución dialógica de imaginar e idear una conciencia ciudadana colectiva permitió que las actrices y actores involucrados en la búsqueda de Johana y Soledad discutieran, elaboraran y propusieran una nueva política pública provincial que reparara las ausencias del estado en los últimos años. De este trabajo surgió la Ley Provincial N° 8723 que establece todos los 4 de septiembre como el “Día provincial de la Construcción Colectiva de Conciencia Ciudadana” en memoria a la desaparición de Johana Chacón. La normativa sancionada en el año 2014 establece que en todas las instituciones educativas, sean públicas o privadas, de todos los niveles y modalidades se lleven adelante debates y actividades que trabajen los diferentes tipos de violencias “a fin de fortalecer la conciencia sobre los derechos humanos como tarea colectiva públicamente construida, tendiente a mejorar la calidad de los aprendizajes para el desarrollo de la vida en democracia”. Esto genera en las instituciones educativas instancias de diálogo, debates, reflexión y acción en torno a las propias experiencias y a prácticas liberadoras, emancipadoras y empoderantes que buscan construir una sociedad más justa e igualitaria, libre de violencias y vulneración de derechos.

Referencias

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**. (1), 139-167. 1989.

EN TODOS LOS RINCONES FALTA ELLA. Documental co-producido por Raíces Ancestrales y Canal Acequia. 2022. Disponible en [EN TODOS LOS RINCONES FALTA ELLA - DOCUMENTAL JOHANA CHACÓN \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=EN_TODOS_LOS_RINCONES_FALTA_ELLA).

JOHANA DA EL PRESENTE. Video producido por Silvia Minoli, Angeles Acosta y Rubén Antinori Piticchio. 2020. Disponible en [Johana da el presente \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=JOHANA_DA_EL_PRESENTE).

LA FINCA. Documental sonoro producido por América Profunda y Radio Tierra Campesina. 2022. Disponible en [La Finca - Documental sonoro \(america-profunda.blogspot.com\)](https://america-profunda.blogspot.com).

Ley de Institución del Día Provincial de Construcción Colectiva de Conciencia Ciudadana, Ley Provincial N° 8723, sancionada el 03 de septiembre de 2014 y promulgada el 14 de septiembre de 2014.

https://www.senadomendoza.gob.ar/busqueda/lib/tmp/sc_pdf_20240830063839_3_16_pdfreport_ley.pdf.

MINISTERIO DE ECONOMÍA. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022**. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). Recuperado de [Mendoza - Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas](#). 2022.

NACIONES UNIDAS. **Protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente mujeres y niños, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional**. <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-s.pdf>. 2020.

TODOS POR JOHANA CHACÓN Y SOLEDAD OLIVERA. Video producido por programa radial Cuestión de Mujeres y Escuela N° 1-182 Virgen del Rosario. 2012. Disponible en [Todos por Johana Chacón y Soledad Olivera.wmv \(youtube.com\)](#).

6 AÑOS SIN JOHANA. Video producido por Silvia Minoli, Angeles Acosta y Rubén Antinori Piticchio. 2018. Disponible en [6 años sin Johana \(youtube.com\)](#).

9 AÑOS SIN JOHANA. Video dirigido por Débora Candito y Rubén Antinori Piticchio. 2021. Disponible en [9 años sin Johana \(youtube.com\)](#).

O papel da escola na Educação Midiática para Jovens e Adultos

Iris Menezes de Jesus¹

O presente trabalho é fruto da tese de doutorado em andamento, no programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual pretende-se promover um diálogo entre os campos de Educação e Comunicação, entendendo a educação midiática como uma prática essencial em ambas as áreas.

A referida pesquisa almeja, através da metodologia da observação participante, investigar o fenômeno do letramento midiático nas turmas de Educação de jovens e adultos (EJA) da Rede Municipal de Niterói, analisando a capacidade interpretativa dos estudantes sobre as informações que permeiam a sociedade, seja através de notícias jornalísticas ou redes sociais.

Compreende-se o letramento como um conjunto de competências midiáticas, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da autonomia pessoal de cidadãos, bem como o seu compromisso social e cultural, abrangendo tanto a maneira como os conteúdos midiáticos são consumidos, quanto o modo como são produzidos (Ferrés e Piscitelli, 2015).

A escola enquanto uma instituição social não está apartada das transformações e da efemeridade dos tempos contemporâneos. As instituições de ensino não mais se restringem ao papel de transmitir conhecimentos, uma vez que a obtenção e disseminação de informações tornaram-se amplamente acessíveis por meio dos diversos canais de mídia e comunicação disponíveis.

Atualmente, há um rápido crescimento em que a tecnologia é parte fundamental de muitas atividades cotidianas. Para desempenhar seu papel na formação de indivíduos participativos que exerçam plenamente sua cidadania, a

¹ Mestre em Educação, doutoranda no programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), professora na Rede Municipal de Niterói.

escola deve estar aberta a mudanças e incluir novos costumes, atitudes, percepções e demandas (Brasil, 1998, p.138).

Isto posto, nota-se que o crescimento exponencial das mídias na rotina de crianças, jovens e adultos tem alterado significativamente a configuração das salas de aula, o que proporciona novas camadas de complexidade ao ambiente educacional. Por isso, mais do que nunca a escola tem a função de possibilitar e incentivar reflexões, principalmente, no que tange ao acesso às redes e as mídias sociais, dada a sua influência na vida de estudantes de diferentes gerações.

Desse modo, entendemos que a educação midiática é fundamental na EJA. Pois, os avanços tecnológicos e o excesso cada vez maior de informação disponibilizadas através de diferentes meios, apontam ser de suma importância que os sistemas de ensino estimulem o senso crítico de estudantes em relação às mensagens e notícias midiáticas.

Compreendemos a educação como um processo contínuo, muito se fala na aprendizagem de crianças e jovens, porém, é crucial destacarmos que a aprendizagem se dá em todas as fases da vida, inclusive na velhice. A aprendizagem ao longo da vida é um conceito que enfatiza a importância contínua de construir conhecimento ao longo de diferentes períodos da vida, da infância à terceira idade

A complexidade da sociedade atual exige um aprendizado contínuo ao longo da vida, devido aos constantes avanços no conhecimento e à criação contínua de códigos, linguagens, símbolos e sua reinvenção diária. Não requer apenas a habilidade de ler e escrever, mas também a capacidade de ser competente como leitor e escritor de sua própria narrativa, de sua história, de sua experiência no mundo. Isto implica em inovar as formas de viver, promovendo mudanças significativas (Paiva, 2006).

A aquisição de conhecimentos ao longo da vida traz uma sensação de realização pessoal e possibilita que jovens, adultos e idosos ampliem seus horizontes. De acordo com Coutinho (2014) “a educação permanente significa uma exigência nova, de autonomia dinâmica dos indivíduos em uma sociedade em rápida transformação” (Coutinho, 2014, p.34), logo, é essencial que esses sujeitos continuem aprendendo para questionar, criticar e refletir sobre as mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e culturais.

Com relação à educação de jovens e adultos, destacamos que trata-se uma modalidade de ensino da Educação Básica que está voltada para atender estudantes que não puderam concluir seus estudos de forma regular. É ofertada para jovens a partir dos 15 anos sem limite máximo de idade, abrangendo também adultos e idosos.

A diversidade do público da EJA se faz notória ao adentrarmos em uma sala de aula dessa modalidade. Adolescentes, jovens, adultos e idosos se encontram com um propósito em comum, concluir a educação básica, cada um com sua história de vida, sua construção social, suas ideologias e valores. Diferentemente das outras modalidades de ensino, o ponto em comum é que, em algum momento, suas trajetórias escolares foram interrompidas e agora convergem em uma multiplicidade de gerações integrando um mesmo cotidiano escolar.

Considerando a diversidade de sujeitos e a efervescência midiática nos dias atuais acreditamos que no cotidiano escolar da EJA também se fazem presentes os desafios do letramento midiático e digital. Jovens, adultos e idosos se informam e acessam, ainda que de diferentes maneiras, os mais variados meios de comunicação. Por isso, é importante que esses estudantes saibam utilizar, ler e interpretar de forma crítica e consciente as informações e os dispositivos midiáticos.

Nos dedicamos neste trabalho a analisar uma atividade ocorrida durante a observação participante em uma escola na Zona Central do Município de Niterói no Rio de Janeiro. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada em uma turma de 9º ano com o objetivo de compreender as cotidianidades de jovens e adultos nos ambientes escolares, bem como investigar de que modo se constroem suas relações com as mídias, considerando a escola um espaço formador capaz de desenvolver a cidadania e estimular o senso crítico e democrático.

Em um dos dias da observação participante a professora que ministrava a aula àquele dia realizou uma atividade em que trabalhava a diferença entre fato e opinião, a docente passou dois textos, um artigo de opinião e uma notícia comum, todos leram e responderam às perguntas relacionadas ao texto. Ao final a professora perguntou: O que é um fato? Uma das estudantes, que chamaremos de Naju respondeu: “fato é o que aconteceu e opinião é o que eu te conto do meu jeito”, Lídia completou “fato é real, opinião pode ser qualquer coisa”, Jade sinalizou: “tem que ter cuidado com as

informações, muita coisa é *fake*". Os outros alunos concordaram e reconheceram a importância de diferenciar as temáticas, já que nos dias atuais de rápida proliferação da informação, ler criticamente uma mensagem midiática é essencial.

A professora seguiu explicando a diferença entre ambos e a importância de verificação de notícias, tendo em vista os perigos das *fake news* e as consequências que ela pode causar no cotidiano de diferentes sujeitos. Os estudantes muito se interessaram pela temática e apresentaram diversos exemplos de como a desinformação pode afetar a vida das pessoas.

Notamos que abordar esse tipo de conteúdo é essencial, sobretudo em tempos em que a verdade se tornou tão frágil dada a rápida propagação de informações muitas vezes enganosas. De acordo com a BNCC: "A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si" (BNCC, p.68).

Deste modo, importa que a escola contemple de forma crítica as novas práticas de linguagem e produções, fomentando o debate e possibilitando a reflexão sobre a temática, além do que "é preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários" (BNCC, p. 68). Esse tipo de discussão em sala de aula faz-se fundamental na construção de um pensamento crítico, na aquisição de novas linguagens e na produção de conteúdos.

Para bell hocks (2017) a educação como prática para a liberdade não se relaciona apenas com um conhecimento libertador, mas também com uma prática libertadora em sala de aula. Deste modo, abordar esse tipo de conteúdo nas escolas é abrir caminhos para que estudantes sejam conscientes no uso e apropriação das mídias digitais.

Sendo assim, observamos que a educação midiática pode ser uma alternativa para enfrentar a desinformação e as chamadas *fake news*, sendo a escola um instrumento fundamental para esse debate pois, possibilita experiências de interação, conhecimento, aprendizagem, participação e cidadania (Fantin, 2008).

Considerações finais

Isto posto, nota-se que não podemos escapar aos fenômenos midiáticos, já que eles são uma característica universal de todas as sociedades humanas (Verón, 2014), logo, os meios de comunicação, bem como a educação escolar precisam levar em conta as circunstâncias nas quais a cultura e a sociedade passaram a ser midiaticizadas.

Nesse contexto, o letramento midiático surge como uma competência indispensável para que os indivíduos sejam capazes de vivenciar e explorar de forma crítica e participativa as constantes transformações sociais, isto é, dado que vivemos em um cotidiano midiaticizado não pode a escola se manter inerte frente a mudanças tecnológicas, sociais e culturais, por isso a “aquisição de informações críticas sobre a mídia estabelece uma fonte importante de aprendizado sobre o modo de conviver com esse ambiente cultural sedutor” (Kellner, 2001, p. 10).

Deste modo, integrar o letramento midiático à EJA torna-se imprescindível para possibilitar aos estudantes de diferentes gerações novas formas de decodificar informações, discernir fontes confiáveis e participar criticamente da esfera pública digital e comunicacional.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Ensino Fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf Acesso em: 15 jan. 2024.

COUTINHO, Renato. Xavier., Rodrigues, Júlia Mari., & Acosta, Marco Aurélio de Figueiredo. Educação e envelhecimento: realidades da educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano**, RBCEH, Passo Fundo, V.11, n.1, 2014.

FANTIN, Mônica. **Os cenários culturais e as multiliteracies na escola**. Comunicação e Sociedade, vol.13, p. 69-85, 2008.

FERRÉS, Joan.; PISCITELLI, Alejandro. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, [S. l.], v.9, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21183>. Acesso em 15 jul. 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª edição – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** – Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.

PAIVA, Jane. EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. In.: PAIVA, Jane. **Histórico da EJA no Brasil: Descontinuidades e políticas públicas insuficientes**. Ministério da Educação, 2006.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semiantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan-jun. 2014.

Representaciones sociales sobre la enseñanza y aprendizaje de la comunicación en Nivel Secundario de escuelas de Mendoza¹

Martín Pérez Millán²

El desarrollo de la educación para los medios (EM) en Argentina ha tenido una trayectoria irregular desde 1983. Roxana Morduchowicz (1999, 2017) ha estudiado esta evolución, vinculándola con la educación para la conciencia ciudadana tras el retorno a la democracia. En los 90, la desregulación y privatización del sector de telecomunicaciones restringieron el acceso a los bienes culturales. Sin embargo, en esta misma época se iniciaron experiencias formales que asociaron medios y educación, así como la creación de los primeros Profesorados en Comunicación. Aunque los intentos por democratizar las comunicaciones no tuvieron éxito, se sentaron las bases para futuras demandas estatales de regulación.

La Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (26.522), sancionada en 2009, dio soporte legal a estas demandas y multiplicó las acciones de educación mediática, respaldadas por recursos destinados a tal fin. La Ley Federal de Educación (24.195) de 1993 y la Ley de Educación Nacional (26.206) de 2006 incluyeron contenidos sobre EM, destacando la responsabilidad de los medios en la educación. Acciones concretas como el sitio web Educ-ar y el canal Encuentro reflejan este espíritu.

En 2014, la reforma curricular bajo el nombre de Nueva Escuela Secundaria eliminó orientaciones en Comunicación en muchas escuelas y desfinanció proyectos como radios escolares. En Mendoza, el reconocimiento de la EM se formalizó en 1998

¹ Trabajo presentado en el eje n° 2 – Educación Mediática del IX Encuentro Brasileño de Educomunicación.

² Lic. en Comunicación Social. Profesor e investigador en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Cuyo, donde impartió la cátedra de Teoría del Estado y Políticas de Comunicación para la Licenciatura en Comunicación Social. Con más de nueve años de experiencia académica, me especializo en comunicación y educación, y me desempeño también como profesor de nivel secundario. Actualmente, curso la Maestría en Ciencias Sociales con mención en Comunicación en la Universidad Nacional de Quilmes y obtuve la Especialización en Educación y Nuevas Tecnologías en FLACSO.

con la creación de la materia Comunicación Social, que, a pesar de su carga horaria reducida y la percepción de ser un espacio de esparcimiento, es crucial para el área.

La construcción de conocimiento práctico sobre la enseñanza y aprendizaje de la comunicación desde la perspectiva de los estudiantes es un tema relevante que podría ayudar a sostener esta área siempre en riesgo de reducción (Martino, 2019).

La investigación consiste en un estudio exploratorio realizado con estudiantes de nivel secundario, a fin de identificar sus representaciones sociales en relación con la enseñanza y aprendizaje de la Comunicación. La pregunta que guía la investigación es: ¿cuáles son las representaciones sociales sobre la enseñanza y aprendizaje de la comunicación de estudiantes de escuelas de Nivel Secundario en Mendoza?

El objetivo general de este estudio es identificar y analizar las representaciones sociales que los/las estudiantes de escuelas de nivel Secundario de Mendoza tienen sobre la enseñanza y el aprendizaje de la Comunicación. A través de este análisis, se busca profundizar en cómo los estudiantes perciben y entienden estos procesos educativos en su entorno escolar.

En cuanto a los objetivos específicos, se propone investigar las líneas actuales de trabajo sobre la enseñanza y el aprendizaje de la comunicación en el ámbito escolar, específicamente aquellas que se relacionan con la Educación para la Comunicación o Educación Mediática. Este análisis permitirá caracterizar las comprensiones sobre medios, tecnologías y comunicación que subyacen en estas líneas de trabajo, así como su influencia en las estrategias didácticas y modalidades de enseñanza implementadas en el aula.

La investigación toma como uno de sus conceptos centrales el de “representación social”, por lo cual será punto de partida la Teoría de las Representaciones Sociales (RS en adelante) conforme los aportes, principalmente, de Denise Jodelet, José Castorina y Tania Rodríguez Salazar. Una RS alude a la reconstrucción de un objeto social, por lo tanto, toma su lugar, es decir, lo repone simbólicamente y a la vez lleva marcas de la actividad del sujeto social (Jodelet, 1989). Las RS no son un reflejo de la realidad, sino su estructuración significativa, que depende del contexto social. Asimismo, no solo se construye el objeto, también se construye el sujeto de la RS, es decir, la identidad social dinámica del sujeto (Castorina, 2017).

Las RS nos habilitan a problematizar la forma en que los sujetos interpretan y construyen su conocimiento sobre fenómenos de la realidad -por intermedio de distintos procesos comunicacionales y de interacción social- y el modo en que esto afecta sus comportamientos y actitudes frente a los problemas de la vida cotidiana. Entonces las RS son “organizaciones significantes” y una “guía para la acción”, que funcionan como un sistema de representación que llena de sentido las prácticas.

De Rodríguez Salazar (2007) retomamos su propuesta de clasificación de las representaciones sociales -que había precisado con anterioridad Moscovici (1988), a fin de identificar jerarquías entre los contenidos de sus estructuras. Lo novedoso del análisis de esta investigadora es que dicha clasificación es útil para comprender mejor los elementos que integran una representación (centrales o nucleares y periféricos) y valorar cualitativamente su carácter.

Trabajamos con una perspectiva cualitativa a partir de un diseño flexible de investigación, considerando los aportes de Rodríguez Salazar (2007) de aproximación cultural a las RS, y de María Banchs (2000), con su enfoque procesual de las RS. Ambas contribuciones ponen el foco en el sujeto como productor/a de sentidos y en el abordaje hermenéutico como estrategia de análisis.

La unidad de análisis de esta investigación está compuesta por las representaciones sociales de jóvenes de Nivel Secundario acerca de la enseñanza y aprendizaje de la comunicación. Las unidades de observación son los discursos, relatos y diálogos de dichos estudiantes. La técnica de recolección de datos utilizada es la tertulia dialógica (Pulido y Zepa, 2010). Como recursos secundarios se analizarán carpetas, trabajos prácticos, documentos de estudio y otros documentos a efectos de realizar control cruzado de datos.

En cuanto al trabajo de campo, como se dijo anteriormente, se diseñó un instrumento de recolección consistente en tertulias dialógicas aplicadas a grupos de estudiantes de 2° año de escuelas secundarias, seleccionadas estratégicamente según criterios como tipo de gestión y ubicación geográfica. Estos estudiantes han atravesado procesos de enseñanza y aprendizaje de Comunicación Social en el ciclo básico. La elección de las escuelas, que abarcan desde gestiones privadas en zonas urbanas hasta gestiones estatales en áreas rurales, busca capturar una diversidad representativa.

La planificación y ejecución del trabajo de campo implicó desafíos, entre ellos la formulación de preguntas pertinentes para capturar las representaciones sociales. El instrumento se estructuró alrededor de cuatro ejes de análisis según Moscovici (1979): condiciones de producción, campos de información, campo de representación y campo de actitud.

Al momento de la escritura de este texto, la investigación se encuentra en fase de procesamiento de datos a través de software de análisis cualitativo, como el Atlas-Ti, que facilita un trabajo hermenéutico de tipo semántico-pragmático. Asimismo, permitirá reconstruir los elementos centrales de las representaciones, separándolos de los elementos periféricos, y obtener los núcleos de representación. Se trabajará, en correlación con esto, con análisis cualitativo por categorías (Echeverría, 2005), tanto para la reconstrucción de las representaciones cuanto para la delimitación de los contenidos mayoritariamente trabajados y las concepciones subyacentes sobre la comunicación y el funcionamiento de medios y tecnologías, los cuales pueden ser contrastados con los núcleos de debate teórico actuales del campo comunicacional.

Referencias

- BANCHS, María (2000). **Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales**. Papers on Social Representations. Textes sur représentations sociales (Londres), vol. 9.
- CARBONARO, Esteban (2008). **La inclusión del discurso comunicacional en la Educación Polimodal a partir del proceso de Reforma de los '90**. Tesis de licenciatura en Comunicación Social, UBA, 2008. Disponible en: <http://comunicacion.sociales.uba.ar/wpcontent/uploads/sites/16/2013/02/2018.pdf>
- CASTORINA, J. A y KAPLAN, K. (2003). **Las representaciones sociales: problemas teóricos y desafíos educativos**. En Castorina, J. A. (Comp.) Representaciones sociales. Problemas teóricos y conocimientos infantiles. Barcelona: Gedisa.
- CASTORINA, J.A.-BARREIRO, A.-TOSCANO, A. G. (2005): **Dos versiones del sentido común: las teorías implícitas y las representaciones sociales**. En J. A. Castorina (Comp.) Construcción conceptual y representaciones sociales. El conocimiento de la sociedad. (pp. 205-238). Buenos Aires: Miño y Dávila.

GAMARNIK, Cora (2010). **La formación docente y la comunicación en la Argentina**. Apuntes para un debate. Revista Iberoamericana de Educación, 53 (4).

JODELET, Denise. (1989), **Représentations sociales: un domaine en expansion**, en Denise Jodelet (coord.), Les représentations sociales París, Presses Universitaires de France., pp. 47-78.

LLAVER, N. y MARTINO, B. (2015). **Representaciones docentes sobre la formación del pensamiento crítico en la Educación Mediática en el Nivel Secundario en Mendoza**. Informe final presentado y aprobado. Secretaría de Ciencia Técnica y Posgrado, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina.

MARTINO, Bettina y IOVANNA CAISSON, Silvana. (2018). **La educación para los medios en Argentina**. Balance y perspectivas de un campo en construcción. Sin publicar.

MARTINO, Bettina y IOVANNA CAISSON, Silvana. (2019). Chapter 2. Media education in Argentina. **Balance and perspectives of a field under construction**. En: J-C. Mateus, P. Andrada and M. T. Quirós (eds.). Media Education in Latin America (pp.18-33). New York: Routledge.

MARTINO, Bettina. (2020). **Del campo académico a la educación para la comunicación**. La conformación del espacio de enseñanza de la comunicación en la escuela secundaria en Mendoza: desafíos disciplinares y de la profesión [Tesis de Doctorado, Universidad Nacional de Cuyo]. Repositorio institucional - Universidad Nacional de Cuyo.

MORDUCHOWICZ, Roxana (2017). **Media Literacy in Latin America**. The Argentine Experience. En: B. S. De Abreu, P. Mihailidis, A. Y.L. Lee, J. Melki, J. McDougall (Eds.). International Handbook of Media Literacy Education (pp.33-42). British: Routledge.

Moscovici, Serge. (2003). **Notas hacia una descripción de la representación social**. Psicología Social, vol. 1, núm. 2, pp. 67-118.

PULIDO, C., ZEPA, B. (2010) **La interpretación de los textos a través de las tertulias literarias dialógicas**. Revista Signos, 2, 295-309.

RODRÍGUEZ SALAZAR, T. y GARCÍA CURIEL, M. (2007). **Representaciones sociales. Teoría e Investigación**. Guadalajara: Cucsh-udg.

Educação midiática para pais e família: uma necessidade do mundo de hoje

Marcia Koffermann¹

Com o alto desenvolvimento tecnológico, a expansão das mídias digitais e das ferramentas e estratégias de comunicação e difusão cada vez mais sofisticadas e acessíveis, torna-se sempre mais urgente um trabalho sistemático e eficaz de educação midiática. O problema da desinformação e da manipulação midiática não tem fronteiras, é uma realidade que afeta todas as nações, as pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais. Nesse contexto, as escolas, instituições e grupos que trabalham com educação e comunicação precisam desenvolver um amplo leque de ações que atinjam não somente as crianças, adolescentes e jovens, mas também educadores e, principalmente, a família.

Conforme estudo realizado por González-Fernández et al (2019), é certo que os filhos sabem muito mais que os pais em relação às redes sociais e aos meios de comunicação. No entanto, segundo os autores, o comportamento dos filhos não depende tanto do conhecimento acadêmico tecnológico dos pais, senão da sua preocupação e dedicação em relação ao que os filhos fazem nas redes sociais e ambientes on-line e também do estilo de vida que as famílias adotam.

Essa diferença geracional é uma grande preocupação dos pais, que muitas vezes, se veem limitados em relação ao como acompanhar os filhos em relação ao uso das mídias digitais. Em muitas famílias, o uso do celular já começa quando as crianças são ainda bebês, afinal há toda uma produção midiática, especialmente de vídeos que são produzidos para essa faixa etária. Nos primeiros anos de vida, os videogames tornam-se a distração preferida de muitas crianças e os adolescentes, por sua vez, passam horas e horas navegando pelas redes sociais.

¹ Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Huelva, ES. Graduada em Letras em Português, Inglês e Literatura, especialidade em Cultura e Mídia pela PUC-SP, especialista em Pastoral Escolar pela UCB e mestre em Teologia Sistemática pela PUC-RS.

Obviamente, muitas famílias resistem em colocar os dispositivos móveis nas mãos das crianças, mas pelo próprio ambiente social que eles frequentam é cada vez mais difícil para os pais manter os seus filhos longe dessas tecnologias.

Em sua tese de doutorado, Koffermann (2023) apresenta as muitas preocupações dos pais, que passam pelos riscos diretos que os filhos correm, como por exemplo, ao falar com estranhos nas redes sociais, mas também e, principalmente, por questões como a internalização de valores alheios às tradições familiares, a relativização do que é considerado bom e mau, a superficialidade de conteúdo e opinião, a perda de tempo com conteúdos irrelevantes em detrimento do tempo de estudo e aprofundamento. Enfim, há uma série de preocupações que passam pelo ambiente familiar e que os pais tem pouca clareza sobre como conduzir e orientar os filhos.

Há que considerar também, que o mundo digital oferece muitas possibilidades de aprendizado e de relação que são importantes para o desenvolvimento dos adolescentes e jovens, mas como gerenciar esse uso, é algo que realmente preocupa os pais. Além disso, os pais sabem que mais cedo ou mais tarde, os filhos terão acesso às mídias digitais e de alguma forma é preciso prepará-los para essa realidade.

Num estudo alemão sobre educação midiática com famílias, Riesmeyer, Abel e Grobmann (2019) destacam que pela característica própria desta fase da vida, os adolescentes tendem a ignorar regras e restrições e manifestam uma curiosidade natural sobre os ambientes on-line, tornando fundamental o acompanhamento e orientação dos pais diante da pluralidade de ofertas midiáticas a que os filhos tem acesso. Para os autores:

a tarefa dos pais é criar um ambiente de apoio e equilíbrio por meio da adaptação constante dos contratos sobre as habilidades e necessidades dos adolescentes, para que eles tenham a liberdade necessária para dominar a auto socialização, particularmente em termos de socialização da mídia (Riesmeyer, Abel e Großmann, 2019, p. 92).

Ou seja, independentemente do nível de conhecimento dos pais, é importante, que enquanto adultos de referência não sejam observadores passivos, mas sim, que sejam capazes de realizar um trabalho de mediação, ativa, verificando, questionando,

ajudando a refletir, tomando algumas medidas protetivas necessárias e manifestando um real interesse por aquilo que os filhos fazem.

Para a grande maioria dos pais, essa é uma tarefa difícil, inclusive porque não passaram por essa experiência em suas famílias quando eram crianças e para muitos, faltam espaços de diálogo e formação adequada, nos quais possam formar uma opinião mais fundamentada. É nesse sentido que se torna fundamental que escolas e instituições que trabalham com educação possam oferecer itinerários formativos adequados para ajudar os pais nessa importante missão.

Não é possível pensar uma formação integral e significativa sem contar com o apoio da família. Por um lado, é preciso que exista um alinhamento de discurso e posicionamento entre escola e família para que a criança, o adolescente e o jovem sintam-se seguros e possam ser adequadamente acompanhados. Por outro, a escola precisa também compreender a necessidade formativa dos pais e que muitas vezes, eles se sentem confusos e desorientados sobre como agir com os filhos. O mundo digital é um desafio para todos e a família não está imune a isso.

Diante dessa realidade, algumas ações podem ser pensadas articuladas e colocadas em prática. É certo que dificilmente todas as famílias tenham a disponibilidade de entrar numa dinâmica formativa, mas isso não impede que as ações sejam propostas e, é possível que aos poucos, as famílias mais resistentes acabem percebendo o valor e o empenho das instituições educativas nesse aspecto.

Uma primeira dinâmica a ser pensadas é a implementação de espaços de escuta, em que os pais possam sentir-se ouvidos, tenham a possibilidade de expor suas preocupações, trocar ideias, apresentar suas dificuldades e propor soluções coletivas. Isso pode ser feito, em encontros pontuais, trazendo-se pessoas especialistas no assunto ou por meio da formação de grupos de pais, que se reúnam periodicamente e se disponham a fazer um percurso formativo.

Outra estratégia que pode ser utilizada é o compartilhamento de textos, vídeos, podcasts, por meio de plataformas ou mesmo revistas impressas, material personalizado que se enviado sistematicamente pode ser de grande ajuda para as famílias. Iniciativas como estas podem ser feitas de forma simples e já são um começo, mas talvez não tragam tantos resultados como se gostaria. Para pensar num

processo formativo mais eficaz é importante pensar em itinerários formativos mais elaborados e adaptados às reais necessidades dos pais.

Um exemplo de itinerário formativo sistematizado e de alta qualidade é a coleção *“Famílias On”*, produzido em língua espanhola pelo grupo Comunicar da Espanha. Essa coleção consta de cinco volumes, cada um com uma média de doze unidades, que tratam de diversas temáticas relacionadas à Alfabetização Midiática e Informacional em linguagem fácil, acessível e direcionada para os problemas enfrentados pelos pais.

O primeiro volume trata da mediação e supervisão de dispositivos eletrônicos no domicílio, o segundo aborda a questão dos jogos, videogames e jogos online, o terceiro reflete sobre o pensamento crítico em família nas redes sociais, o quarto apresenta uma proposta de desconexão tecnológica e alternativas de lazer offline com a família e o quinto enfatiza a educação afetiva e sexual na família. Essa coleção além de trazer temas extremamente pertinentes para as famílias, apresenta propostas que podem ajudar as famílias a fortalecer os laços afetivos e melhorar a convivência.

Exemplos como esse demonstram que é possível oferecer conteúdo de qualidade para os genitores e estabelecer parcerias que serão fecundas não apenas para a escola, mas também e principalmente para o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens.

Referências

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, Natalia; RAMÍREZ GARCÍA, Antonia e AGUADED GÓMEZ, José Ignacio. Media literacy in family stages. Diagnosis, requirements and training proposal. **Education in the Knowledge Society**, Cantabria, v. 20, p.11-3, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unican.es/xmlui/handle/10902/18482>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Grupo Comunicar. **Colección Guías Educomunicativas para Familias**. Disponível em: <https://www.grupocomunicar.com/publicaciones/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

KOFFERMANN, Marcia. **EduComunicar para a formação integral na Sociedade da Infodemia**. Tese de Doutorado em Comunicação Social, Universidad de Huelva, Espanha, 2023.



RIESMEYER, Claudia; ABEL, Bernadette; GROßMANN, Annika. The family rules. The influence of parenting styles on adolescents' media literacy. **MedienPädagogik: Zeitschrift für Theorie und Praxis der Medienbildung**, Munique, v. 35, p. 74-96, 2019. Disponível em: <https://www.medienpaed.com/article/view/658>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Relato de experiência: Oficina de Comunicação para pré-adolescentes, Teutônia/RS¹

Leandra Gomes Gonçalves²

A cultura digital é um traço marcante da contemporaneidade. A convivência cotidiana com os meios de comunicação, especialmente com a internet, transformou significativamente a forma como nos relacionamos, trabalhamos, consumimos e aprendemos. Nesse cenário, a comunicação assume um papel relevante em nossas vidas, como afirma o pesquisador em cultura digital Sandro Bortolazzo: “Quando uma série de invenções tecnológicas permitiu a conexão entre milhões de pessoas às redes de informações, as práticas cotidianas passaram também a incorporar certos hábitos gerados pelo uso intenso das tecnologias” (2016, p.137).

A capacidade de navegar nesse ambiente digital de maneira crítica tornou-se uma habilidade essencial, especialmente em tempos em que a disseminação de *fake news*, montagens e *deepfakes* criados por inteligência artificial, golpes cibernéticos e outros tipos de desinformação se tornam cada vez mais comuns. Esses fenômenos, combinados ao desenvolvimento tecnológico veloz, aumentam a urgência de formar cidadãos críticos, capazes de lidar com a complexidade da comunicação digital.

Diante desse contexto desafiador, surgiram as Oficinas de Comunicação, oferecidas como parte de um projeto de educomunicação no turno inverso do Centro Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola (CEMEF), na cidade de Teutônia, Rio Grande do Sul. O projeto foi desenvolvido com o intuito de capacitar alunos do 4º ao 6º ano a utilizar os meios de comunicação de forma crítica e responsável, especialmente em um mundo em que as mídias sociais e os conteúdos digitais desempenham um papel central.

A forma foi utilizando um conceito da educomunicação em que através da prática em comunicação, compreendendo como as ideias são disseminadas, se tenha

¹ Trabalho apresentado no eixo 2. Educação midiática, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Publicitária, Relações Públicas e professora. Mestra em Educação, UFRGS. Atualmente Supervisora Escolar na rede municipal de Teutônia/RS.

um olhar crítico sobre as informações consumidas. O pesquisador em educomunicação Ismar de Oliveira Soares explica:

É necessário [...] que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos midiáticos [...], ao mesmo tempo em que passem a usar os recursos tecnológicos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem [...]. É dessa criticidade do olhar e da criatividade no uso dos recursos midiáticos que pode surgir uma nova aliança entre o aluno e o professor [...], favorecida justamente pelo diálogo que a produção cultural na escola é capaz de propiciar. (Soares, 2015, p. 9)

A ideia das oficinas também foi inspirada na minha experiência anterior em comunicação e no desejo de trazer essa vivência para o ambiente educacional, aproveitando o potencial das mídias para o desenvolvimento das habilidades de letramento midiático dos estudantes.

O CEMEF Leonel de Moura Brizola é uma instituição que faz parte da rede municipal de ensino de Teutônia/RS. Esse espaço oferece, além das atividades regulares, uma série de atividades complementares no turno inverso, com o objetivo de promover a formação integral dos alunos. Entre as atividades oferecidas, os estudantes podem participar de oficinas de arte, futebol, vôlei, dança e teatro, além de momentos dedicados ao estudo e reforço escolar. As Oficinas de Comunicação surgiram como uma adição a esse leque de atividades, com o diferencial de promover um tipo de aprendizado focado no letramento midiático, uma competência cada vez mais importante em nossa sociedade digital.

Outra inspiração para a proposta das Oficinas de Comunicação são os três pilares da Educação Midiática: Ler, Escrever e Participar (Ferrari; Ochs; Machado, 2020). Esses pilares refletem as diferentes dimensões que envolvem a interação com os meios de comunicação. O "Ler" refere-se à habilidade de interpretar e compreender criticamente os conteúdos midiáticos. Isso envolve desde a decodificação dos textos até a análise dos contextos em que esses textos são produzidos e divulgados. O "Escrever" está relacionado com a capacidade de se expressar adequadamente nos meios digitais, principalmente nas redes sociais, e utilizar as ferramentas de produção midiática para construir e compartilhar conteúdos relevantes. Já o "Participar" refere-se ao uso das mídias como uma ferramenta de

exercício da cidadania, onde os alunos não apenas consomem conteúdos, mas também se tornam agentes ativos, criando, debatendo e promovendo mudanças em suas comunidades.

Nas oficinas realizadas no CEMEF, o foco principal foi no pilar "Escrever", incentivando os alunos a produzirem conteúdos digitais de maneira crítica e reflexiva. As oficinas eram oferecidas uma vez por semana, com um grupo de 10 alunos por turma, permitindo um acompanhamento mais próximo e individualizado. Durante as sessões, os estudantes foram introduzidos a todas as etapas da produção audiovisual, desde a concepção da ideia até a publicação do vídeo final. Esse processo envolveu o desenvolvimento de habilidades técnicas, como filmagem e edição, bem como habilidades cognitivas e sociais, como o pensamento crítico, a colaboração e a comunicação eficaz.

O processo de criação dos vídeos começava com a escolha de um tema relevante para a comunidade escolar. No início do projeto, os primeiros vídeos produzidos tinham como objetivo apresentar a própria instituição CEMEF Leonel de Moura Brizola para a comunidade externa. Essa foi uma forma inicial de os alunos se familiarizarem com o processo de produção audiovisual e, ao mesmo tempo, conhecerem mais profundamente o espaço em que estudam. Os alunos foram desafiados a refletir sobre as características e valores da escola, compreendendo como a instituição funciona e qual é o seu papel na formação dos estudantes.

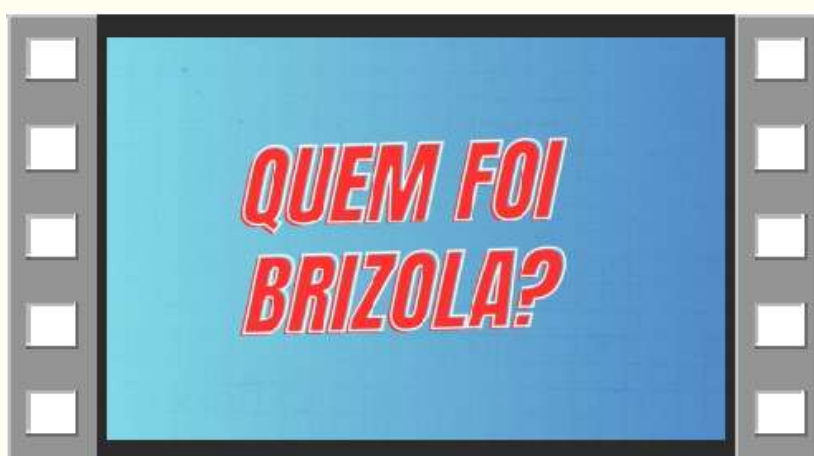


Figura 1: Cena do primeiro vídeo que explicava o que é o CEMEF, a origem do nome com pesquisa e locução dos alunos.

Fonte: Facebook do CEMEF

Após a etapa inicial, os temas das produções começaram a ser sugeridos pelos próprios alunos, de acordo com as questões que eles percebiam como relevantes ou que consideravam importantes para a convivência escolar. Essa escolha autônoma dos temas foi um momento de engajamento dos estudantes, pois permitiu que eles expressassem suas opiniões e pontos de vista, ao mesmo tempo em que contribuíam para a melhoria da convivência no ambiente escolar. Assim, as oficinas não apenas incentivaram a criatividade dos alunos, mas ao mesmo tempo promoveram uma reflexão crítica sobre o espaço em que estão inseridos e sobre como eles podem atuar para melhorar esse ambiente.



Figura 2: Cena do vídeo sobre paz na escola. Os alunos encenavam uma má atitude e depois demonstravam qual atitude traz paz e harmonia.

Fonte: Facebook do CEMEF

Uma vez escolhido o tema, os alunos participavam de uma dinâmica de *brainstorming*, onde colaboravam uns com os outros para gerar ideias para os roteiros dos vídeos. Esse momento de troca de ideias os alunos desenvolveram a habilidade de trabalhar em equipe, aprendendo a valorizar as contribuições dos colegas e a

construir coletivamente. Após essa etapa, os estudantes passavam à construção dos roteiros, onde precisavam organizar suas ideias, definir as falas, planejar as imagens que seriam capturadas e, quando necessário, realizar pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre o tema. Essa fase do processo desenvolveu as habilidades de escrita e pensamento crítico, elementos para o letramento midiático.

Na etapa seguinte, os alunos realizavam as filmagens, utilizando equipamentos acessíveis, como celulares e microfones. Essa fase permitiu que os alunos desenvolvessem habilidades técnicas de produção audiovisual e trabalhassem a criatividade e a capacidade de planejar e executar um projeto. Após a filmagem, os vídeos passavam por um processo de edição, no qual os alunos selecionavam as melhores cenas, ajustavam cortes, inseriam trilhas sonoras e faziam ajustes nas falas. A edição permitiu que os estudantes tivessem uma visão completa da produção audiovisual, desde a concepção da ideia até o produto final.

Finalmente, os vídeos produzidos pelos alunos eram compartilhados nas redes sociais do CEMEF, ampliando o alcance das produções e permitindo que a comunidade externa também tivesse acesso ao conteúdo criado pelos alunos. Os temas abordados nos vídeos incluíram a história e o funcionamento do CEMEF Leonel de Moura Brizola, entrevistas com profissionais da instituição, os lugares preferidos pelos alunos e campanhas para promover a paz e o respeito na escola. Esses vídeos não apenas serviram como uma forma de expressão dos alunos, mas também ajudaram a divulgar as atividades e os valores da instituição, fortalecendo o sentido de comunidade dentro e fora do ambiente escolar.

Ao final do projeto, as Oficinas de Comunicação revelaram o potencial criativo dos alunos, estimularam seu protagonismo e proporcionaram uma visão abrangente sobre o processo de produção de vídeos. Mais do que isso, o projeto desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do letramento midiático dos estudantes, capacitando-os a compreender e utilizar os meios de comunicação de maneira crítica, consciente e responsável. As oficinas mostraram que, ao envolver os alunos ativamente no processo de criação midiática, é possível não apenas desenvolver habilidades técnicas, mas também formar cidadãos mais conscientes, capazes de atuar criticamente no mundo digital e de utilizar as mídias como ferramentas de transformação social.

Referências:

BLOG do CEMEF de Teutônia. 2015. Disponível em: <https://cemefteutonia.blogspot.com/p/institucional.html>. Acesso em: 8 set. 2024.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. **Cadernos de Comunicação**, p. 135-149, 23 jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/22133/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CEMEF Leonel de Moura Brizola. **Facebook**. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100074188814426>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação em diálogo com as tecnologias, na educação básica. **Comunicação & Educação**, jul/dez 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/issue/view/7723/383>. Acesso em: 8 set. 2024.

Midiatização Política¹

Daniel Duarte Rodrigues²

Muniz Sodré de Araújo Cabral, nascido em 1942 em São Gonçalo dos Campos, é um destacado intelectual brasileiro, com atuação nos campos do jornalismo, sociologia e tradução. Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), presidiu a Fundação Biblioteca Nacional e dirigiu a TV Educativa. Sua produção acadêmica inclui cerca de cem publicações, entre livros e artigos, abordando temas de comunicação e jornalismo, além de obras de ficção. Reconhecido internacionalmente, é palestrante em várias instituições estrangeiras. Em sua obra *Antropológica do Espelho*, propõe uma teoria da comunicação que articula o modelo linear com as dinâmicas das novas tecnologias digitais, destacando suas implicações sociais.

Para entender os efeitos da tecnologia e da mídia sobre a comunicação e a população em massa o autor Muniz Sodré nos faz perceber que nosso pensamento sobre a informação no meio político já está contaminada pela maneira na qual a mídia transparece essa informação, a mídia deixa de ser um canal tecnológico que transporta uma mensagem e se torna um conteúdo que afeta diretamente na vida social.

Sujeitos que estão cercados de cultura e possuem um passado e um futuro além de sua própria compreensão também são valorizados. O autor entende que devemos nos afastar de análises permeadas por antigos conceitos que vêem razão e emoção como separadas em domínios opostos. Chamando a atenção para os perigos da mídia instrumentalizando emoções:

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 - Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Atualmente, é analista de mídias sociais em uma empresa de marketing digital, onde atua há mais de um ano. Anteriormente, foi estagiário na UnBTV, produzindo e apresentando reportagens sobre temas diversos, algumas das quais foram repostadas por grandes veículos como G1 e Metrópoles. É bacharelando em Comunicação Organizacional na Universidade de Brasília, com previsão de formatura para 2025, e possui competências em consultoria de mídias sociais, métricas, produção de conteúdo, edição de vídeo e assessoria de comunicação. Também é Membro Fundador da Associação Atlética Acadêmica de Comunicação da UnB. Seus interesses incluem comunicação pública, política, diversidade, cultura, produção audiovisual e políticas de comunicação.

Isto ficou muito evidente no final de 2000, após o famoso empate eleitoral entre Al Gore e George Bush, na disputa pela presidência dos Estados Unidos. Diante do que se passou depois, o papel anterior da televisão foi mesmo considerado modesto por observadores. A batalha judiciária entre os dois políticos desenrolou-se em tempo real-televisivo, à maneira de uma soap-opera, com heróis e vilões, surpresas cotidianas, clímax e doses razoáveis de suspense. O embate pós-eleitoral foi tanto judiciário como televisivo. (Muniz, 2002, p.28)

Quando assistimos televisão ou mexemos nas redes sociais vemos uma realidade segundo nossos conhecimentos, nossa cultura e valores pessoais, o problema ocorre quando essa nossa cultura se torna referenciada por esse cenário da informação, começa aí a manipulação da sociedade através da mídia, ao se fazer um entrevistado chorar, por exemplo, mostrar sua emoção na mídia faz com que o receptor da mensagem se comova e desperte vontade de continuar recebendo aquela informação, explora-se o sensível, mas não para chegar a uma reflexão da essência humana e sim por audiência.

De acordo com o crescimento da tecnologia nos meios de comunicação cresce também as maneiras de manipulação na mídia, hoje os maiores aliados no meio político são as redes sociais onde não é possível saber a veracidade das informações, com a pandemia e o isolamento social essa nova configuração de realidade virtual contribuiu, segundo o gráfico, para que o Brasil entrasse para o topo do ranking dos países que mais são assolados pela fake news no meio político.



Figura 3: Fake News na Internet

Fonte: Reuters digital news report

Na era da comunicação digital quem detém a informação, detém o poder, e o crescente acesso dos indivíduos às redes sociais facilita a coleta de dados pessoais, que dão suporte dentre outros, ao marketing político, que direciona as informações de acordo com o perfil de quem as recebe, dessa forma, o número de adesão é significativo, isso não exclui ao papel da comunicação televisiva que mesmo com o avanço tecnológico continua sendo um grande influenciador social. Nesse sentido, as eleições no Brasil começam a ser um fenômeno singular, uma vez que as campanhas políticas utilizaram as mídias sociais de maneira estratégica para obter maior adesão do eleitorado.

Tudo isso reflete diretamente na democracia brasileira, ressalta Muniz:

Quanto às imagens televisivas, não há dúvida de que tiveram sua importância, em especial nas regiões mais remotas do país (onde a tevê é o único canal de acesso à "moderna" realidade nacional), como se evidencia no relato de uma repórter: "Quando eu perguntava aos índios que iam votar na penúltima eleição para presidente da república qual era o candidato deles, eles diziam que era Fernando Collor. Pedia-lhes a razão de tal escolha, e eles diziam que 'todo mundo estava falando que ele era o melhor'. Quem era esse todo mundo?

Claro, a Rede Globo¹⁰. Mas a afirmação da influência televisiva como causa determinante, em última instância, é absolutamente indecível: não é possível fazer a prova sociológica do fato. (Muniz, 2002, p.22)

Isso significa dizer que a TV exerce um papel político vigoroso dentro do funcionamento da democracia ao limitar (ou não) as interpretações que circulam na sociedade. O conteúdo de mídia recebido pela audiência é fator determinante para a qualidade da democracia no país. Trata-se, portanto, de afirmar a pluralidade de marcos interpretativos como pré-condição para o estabelecimento de uma opinião pública consistente e plural. Ou seja, como fator crucial para o funcionamento efetivo do regime democrático.

O processo que chamamos de movimento da imprensa de partido à indústria de opinião, é o mais característico da midiática da política. Observando o processo histórico atravessado pelos países nórdicos, aponta-se que, no nascimento da imprensa, os jornais eram editados e escritos por instituições políticas e movimentos sociais e culturais amplos como o parlamento, os partidos, acadêmicos, ministros da Igreja, romancistas e outras eminências da política e da cultura. Enquanto isso, o vasto público se dividia de acordo com sua classe social e convicções políticas. Essas instituições se constituíam, assim, como sendo os meios de massa daquele tempo. No decorrer do século XX é que, os meios de comunicação foram conquistando independência e tornando-se instituições culturais, desfazendo os antigos vínculos formais entre partidos e jornais. Também nesse século, o surgimento da política neoliberal acabou por influenciar os meios de comunicação, já que, desregulamentado e fora do domínio público, o setor midiático teve de comercializar suas atividades e reconhecer as demandas dos usuários para que pudesse obter êxito no mercado de informações.

Porém, nem tudo na política é colocado em cena ou para a cena, alguns interesses políticos ficam à margem, ou seja, não são tornados públicos. Assim, em suma, a política de mídia é simplesmente um sistema de habilidades, conhecimento e conhecimento político projetado para ganhar atenção e apoio do público. O público é a razão de ser.

Diante desse cenário, percebemos que os meios de comunicação de massa no Brasil não são isentos de interesses privados, principalmente por pertencerem a

grupos de elites familiares ou políticas. Com isso, a maioria das informações advindas dos meios de comunicação de massa não é propícia para se estabelecer uma comunicação que favoreça o debate e a discussão pública e estimule a prática da cidadania.

Nesse contexto, as mídias sociais tornam-se um locus para uma comunicação mais dialógica, ou, pelo menos, uma comunicação alternativa. Ou seja, hoje temos outros meios de comunicação para transmitir informações e com interesse menos focado no processo empresarial e de interesses de determinadas elites. Porém, sabemos que o acesso da sociedade a essa mídia ainda é limitado e não tão abrangente como o acesso à televisão.

De fato, a internet provoca uma mudança na forma de as pessoas se comunicarem, sobretudo a partir da não existência do papel fixo e predeterminado de emissores e receptores de conteúdo. Com o seu advento, as pessoas se relacionam numa posição no processo de comunicação que as permite poder, de forma simultânea, emitir e receber informações. Esse ponto, aliás, talvez seja a maior mudança provocada pela virtualidade, algo que retira das mídias massivas tradicionais, como televisão, rádio e jornal, a primazia de serem únicas transmissoras de informação.

No contexto da Educomunicação nas Políticas Públicas, a comunicação e a informação assumem um papel central na promoção da participação social e no fortalecimento da cidadania. Na sociedade da informação, esses elementos permeiam as decisões em diversas esferas, incluindo governos, educação, saúde, cultura, tecnologia e até mesmo as associações comunitárias e manifestações populares. A sociedade, cada vez mais interconectada em rede, experimenta uma midiatização que transforma a dinâmica de interação entre os cidadãos e as instituições, sobretudo nas políticas públicas.

Esse processo de midiatização altera profundamente a noção de "público", estendendo, transformando e, em alguns casos, substituindo as formas tradicionais de participação política. Assim, as políticas públicas passam a depender fortemente da disputa por visibilidade na mídia, onde os atores políticos e sociais buscam destaque para suas agendas. A emergência da participação social através das redes

e da mídia reconfigura o espaço público, ampliando o debate e criando novas oportunidades para o exercício da cidadania.

Contudo, essa interação entre mídia e política apresenta desafios significativos, como a desinformação e a polarização. Para que a educomunicação desempenhe seu papel eficazmente nas políticas públicas, é necessário promover a educação midiática, a fim de capacitar a sociedade para consumir e produzir informação de forma crítica. Regular a comunicação de maneira ética e responsável e assegurar que o discurso público seja ancorado em fatos são medidas fundamentais para garantir que essa interseção fortaleça a democracia e a participação cidadã. Nesse cenário, o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade ética continua sendo um dos principais desafios.

Referências:

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

O Brasil é o país onde há mais preocupação com fake news. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-e-o-pais-onde-ha-mais-preocupacao-com-as-fake-news/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

A intervenção da mídia na política - liberdade de imprensa X democracia. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-intervencao-da-midia-na-politica-liberdade-de-imprensa-x-democracia/179006500>. Acesso em: 05 jul. 2024.

A manipulação da mídia pode ameaçar à democracia. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/manipulacao-da-midia-pode-ameacar-democracia>. Acesso em: 05 jul. 2024.

O Cinema como ferramenta educacional no ensino de Psicologia¹

Ariane Ferreira²

Janaína Pereira Pretto Carlesso³

Taís Steffenello Ghisleni⁴

A sétima arte ocupa na atualidade um espaço relevante na sociedade, consolidando-se como uma poderosa indústria que gera entretenimento e engajamento por meio de histórias que retratam aspectos da vida humana. O cinema, ao representar arquétipos e comportamentos, oferece ao espectador uma janela para a compreensão de dilemas humanos, muitos dos quais ligados a questões psicológicas. Como observa Santaella (2008), "as comunicações e as artes estão convergindo", ampliando o papel do cinema na formação de indivíduos e na promoção de debates sociais. Para os alunos de psicologia, o cinema pode ser uma ferramenta eficaz na compreensão de transtornos psicológicos e comportamentos, possibilitando uma abordagem educacional no processo de ensino-aprendizagem.

Nosso trabalho está alinhado com o pensamento de Freire quando afirma que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, 1996, p. 22). Nesse sentido, também estamos alinhados com a Estratégia Nacional de Educação Midiática que diz que "todas as mídias devem ser consideradas nos processos educativos, especialmente aquelas que atravessam concretamente as vivências dos sujeitos envolvidos" (Brasil, 2024, p.10).

¹ Trabalho apresentado no eixo 2. Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, ariferreira997@gmail.com.

³ Doutora em Letras. Professora no Curso de Psicologia e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil; janaina.carlesso@ufn.edu.br.

⁴ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

Segundo Itocazo (2019, p.30) a educomunicação trata (dentre outras coisas) de uma forma de fazer educação pautada no diálogo e que prioriza o desenvolvimento de criticidade. Dois pontos dos quais a sociedade atual, tão saturada de discussões rasas de rede social, carece: disposição para o diálogo e capacidade de análise crítica. A educomunicação, portanto, é necessária, urgente.

A utilização de produções audiovisuais em aulas universitárias é eficaz, conforme destacado por Alves (2017). O autor aponta que filmes utilizados no ensino da psicologia da infância oferecem uma rica representação do contexto infantil através da perspectiva das crianças. Isso possibilita a compreensão sobre como os temas como: abandono, escola, afetividade e brincadeiras são percebidos do ponto de vista infantil. Além disso, Alves (2017) observa que o uso de filmes no ensino de psicologia consegue despertar o interesse pelos temas abordados, e incentiva a leitura de textos e o debate sobre o conteúdo assistido. Essa abordagem consegue ampliar a visão de mundo dos estudantes e melhora as suas habilidades e competências no assunto. Diante disso, é pertinente considerar como novas metodologias ativas e o avanço da era digital podem se integrar para ajudar os alunos do ensino superior, particularmente na área da Psicologia, a compreender melhor seus conteúdos e práticas, reduzindo incertezas e inseguranças frente aos desafios profissionais.

Vale destacar que segundo Silva (2019), os filmes têm o potencial de atuar como agentes transformadores na formação da personalidade e no desenvolvimento cognitivo. Eles proporcionam uma ampliação de perspectivas sobre contextos cotidianos, promovendo uma reflexão sobre valores e comportamentos dentro da sociedade.

A partir do contexto exposto, este trabalho tem como objetivo identificar os temas psicológicos mais recorrentes nas narrativas cinematográficas, analisando como esses temas podem ser utilizados em contextos educacionais para facilitar a compreensão teórica e prática de conceitos psicológicos. A temática é importante pois o cinema oferece um vasto campo de estudo para a Psicologia, sendo capaz de retratar, de forma acessível e imersiva, transtornos mentais, dinâmicas de poder, sofrimentos psíquicos e conflitos sociais. Como Soares (2011) sugere, a educomunicação é uma prática que integra as mídias no ambiente educacional para potencializar o aprendizado, o que reforça o uso do cinema como recurso pedagógico para cursos de Psicologia.

A educação para as mídias deve ser encarada como uma prática que possibilita a

leitura do mundo, que é “a competência das competências”, como dizia Paulo Freire (Brasil, 2024, p.10). Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República é importante expandir o conceito de educação midiática para incluir sua relação com a cultura e a formação da identidade. Ao analisar as mídias como instrumentos que moldam nosso modo de ser e compreender o mundo, a educação midiática contribui para entendermos como essas mídias influenciam nossa relação com a realidade e como podemos nos tornar cidadãos ativos e transformadores de nossa própria realidade (Brasil, 2024).

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, conforme sugere Gil (2008), ao buscar uma compreensão sobre as representações cinematográficas de temas psicológicos. Será utilizada a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), que envolve três etapas fundamentais: a seleção do material, a exploração do conteúdo e a interpretação dos dados. Para este estudo, foram selecionados 12 filmes vencedores da categoria "Melhor Filme" do Oscar, no período entre 2000 e 2024, cujas narrativas abordam questões sociais e psicológicas em sua sinopse. São eles: 1) American Beauty (Beleza Americana); 2) A Beautiful Mind (Uma Mente Brilhante); 3) Million Dollar Baby (Million Dollar Baby - Um Sonho Perdido); 4) Crash (Colisão); 5) Slumdog Millionaire (Quem Quer Ser Um Milionário?); 6) 12 Years a Slave (12 Anos de Escravidão); 7) Birdman or (The Expected Virtue of Ignorance) (Birdman ou (A Inesperada Virtude da Ignorância)); 8) Moonlight; 9) Chisaengchung (Parasita); 10) Nomadland (Nomadland: Sobreviver na América); 11) Everything Everywhere All at Once (Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo); 12) The Artist (O Artista).

A exploração do material buscará identificar a presença e a frequência de temas relacionados a psicopatologias e questões sociais, enquanto a interpretação dos dados articulará esses temas com conceitos da Psicologia, permitindo uma análise crítica de suas representações no cinema. Atualmente, a pesquisa está em andamento.

Vale destacar que “embora seja um pilar fundamental na construção sistêmica das ciências clássicas – e da própria metodologia científica – e da educação formal, o pensamento crítico e seus derivados antecedem o desenvolvimento de métodos e

o advento de escola e currículos” (Sayad, 2023, p.41). Esse desenvolvimento histórico demonstra como o pensamento crítico, originado de práticas informais e reflexivas, tornou-se fundamental na evolução da ciência e no contexto educacional.

Esperamos que a pesquisa contribua para uma reflexão crítica sobre como o cinema pode ser utilizado como uma ferramenta educacional no ensino de Psicologia, e possa ampliar a compreensão dos transtornos psicológicos e comportamentos sociais por meio da análise de personagens e suas vivências. Entendemos que a partir dos filmes analisados, conseguiremos destacar os identificar temas recorrentes que podem ser trabalhados em sala de aula, e explorar as possibilidades pedagógicas do uso do cinema para criar discussões significativas em torno da saúde mental e das dinâmicas psicológicas.

Referências

ALVES, L. M. S. A. O cinema como fonte investigativa para compreensão da infância: o uso de recursos audiovisuais no ensino de psicologia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 35–56, 24 Jan 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8227>.

Acesso em: 13 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Nacional de Educação Midiática**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uBsE-P0BrfINk6py14s8e85f6oD3lxz/view?usp=sharing>. Acesso em 13 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ITOCZO, Carolina Pedrosa. Ensino superior educacional. In: FERREIRA, Bruno de Oliveira; HASLINGER, Evelin; XAVIER, Jurema Brasil. (Orgs). **Práticas Educativas**. São Paulo: ABPEducom, 2019. p. 30-45. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/24/18/659-1>.

Acesso em 13 set. 2024.

SAYAD, Alexandre Le Voci. **Inteligência artificial e pensamento crítico**: caminhos para a educação midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2023/06/01-Palavra-Aberta-A-inteligencia-artificial-DIGITAL.pdf> . Acesso em 13 set. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2008.

SILVA, Deleon Souto Freitas da. **O uso do cinema na escola: a construção de aprendizagens a partir de filmes**. 2019. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Modalidade a Distância, Patos - PB, 2019. 45f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15149/1/DSFS16072019.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

Educomunicação em ação: o podcast como ferramenta de ensino para Jogos Digitais¹

Bruno Cesar Ribeiro²

Taís Steffenello Ghisleni³

A evolução das tecnologias digitais tem transformado o cenário educacional, exigindo a incorporação de ferramentas que possibilitem novas abordagens para o processo de ensino e aprendizagem. Uma dessas ferramentas que vem ganhando destaque no ambiente educacional é o podcast, um formato de mídia versátil que oferece a produção e distribuição de conteúdos em áudio, permitindo que sejam consumidos de forma acessível e em qualquer momento. Seu uso em sala de aula tem demonstrado grande potencial para transformar a experiência de aprendizado, especialmente no campo dos jogos digitais, uma área que demanda a combinação de conhecimento técnico, criatividade e pensamento crítico (Paiva e Tori, 2017).

O podcast, conforme destacado por Freire (2017), foi inicialmente concebido como uma ferramenta voltada para o jornalismo e a comunicação contemporânea via web. No entanto, sua adaptação ao contexto educacional revela seu potencial além desses limites originais. Ao ser utilizado pelos estudantes, o podcast permite a exploração de outros meios que não se limitam ao texto escrito, proporcionando um leque mais amplo de possibilidades expressivas. Essa característica o torna especialmente muito útil no contexto da cibercultura, onde as formas de comunicação e aprendizado são cada vez mais multimodais e interativas. A inserção do podcast na educação diversifica as maneiras pelas quais o conhecimento pode ser compartilhado e produzido e alinha o ensino às práticas culturais digitais atuais, enriquecendo o processo educativo com novas formas de interação e construção de conhecimento (Freire, 2017).

¹ Trabalho apresentado no eixo 2. Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens. Professor do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, brunocribeiro01@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

Assim, o uso do podcast na sala de aula consegue modernizar o ensino, além de potencializar a autonomia dos estudantes ao lhes dar a oportunidade de criar, expressar e disseminar conteúdos. O uso de podcasts no ensino de jogos digitais se conecta diretamente aos princípios da Educomunicação, um campo transdisciplinar que combina os estudos de Educação e Comunicação.

A Educomunicação busca criar ambientes de aprendizagem mais interativos, colaborativos e participativos (Marques; Borges, 2016). Segundo Soares (2004), essa abordagem visa melhorar os processos comunicativos dentro das instituições educacionais, permitindo o uso crítico das tecnologias para promover o desenvolvimento cognitivo e expressivo dos alunos. O podcast, nesse sentido, facilita o acesso a conteúdos educativos e democratiza a produção de informações, oferecendo uma diferenciada para abordar temas complexos e promover a autonomia dos alunos na construção do conhecimento (Freire, 2017).

Ao integrar podcasts ao ensino de jogos digitais, os alunos têm a oportunidade de aprofundar temas técnicos e criativos de forma envolvente (Savi; Ulbricht, 2008). Essa combinação de imersão e aprendizado participativo favorece o desenvolvimento de habilidades técnicas e criativas, além de incentivar a comunicação clara e a reflexão crítica. Gros (2003) destaca que os podcasts podem se tornar auxiliares importantes do processo de ensino e aprendizagem por proporcionarem práticas educacionais atrativas e inovadoras, onde o aluno tem a chance de aprender de forma mais ativa, dinâmica e motivadora. Essa característica motivadora dos podcasts, combinada com o uso de conteúdos relevantes para os alunos, pode ser explorada de maneira a enriquecer o processo de aprendizagem no ensino de jogos digitais.

O uso de podcasts como ferramenta pedagógica também favorece a interdisciplinaridade, uma vez que os temas abordados podem transitar por diferentes áreas do conhecimento, desde o design e a programação de jogos até a análise de suas narrativas e implicações culturais (Paiva e Tori, 2017). Dessa forma, o podcast pode ser integrado como um complemento prático ao conteúdo teórico oferecido nas disciplinas de jogos digitais, promovendo uma maior interação entre teoria e prática. Além disso, a produção de podcasts dentro de um curso de jogos digitais pode servir como uma plataforma para os estudantes compartilharem suas ideias, discutirem tendências do mercado, analisarem jogos ou até mesmo entrevistarem profissionais da indústria. Vale destacar que essa prática aproxima os alunos do mercado de

trabalho e estimula o pensamento crítico e a capacidade de análise, fundamentais para o sucesso na área de desenvolvimento de jogos.

Diante do crescente uso de tecnologias digitais na educação e da necessidade de métodos inovadores para o ensino de jogos digitais, surge a questão central deste estudo: Como o uso de podcasts como ferramenta educacional pode contribuir para o ensino e aprendizagem no curso de Jogos Digitais, potencializando o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e técnicas dos alunos, de forma a promover maior engajamento e autonomia no processo educativo?

Nesse contexto o objetivo geral desta pesquisa é explorar as possibilidades do uso de podcasts como uma ferramenta educacional no ensino de Jogos Digitais, com o intuito de engajar os alunos e aprimorar o processo de aprendizagem por meio da integração entre educação e comunicação. Para isso, nossos objetivos específicos são: identificar as potencialidades do podcast como recurso pedagógico no ensino de jogos digitais, considerando suas características interativas e multimodais; analisar como o uso de podcasts pode contribuir para a formação crítica e criativa dos alunos de jogos digitais, promovendo a autonomia no processo de aprendizagem; avaliar o impacto de práticas educacionais, por meio de podcasts, no desenvolvimento de habilidades técnicas e conceituais necessárias para o mercado de jogos digitais; e observar como o uso de podcasts pode facilitar a construção de narrativas complexas e dinâmicas, essenciais no desenvolvimento de jogos, ao integrar conteúdo teórico e prático.

A metodologia é qualitativa, que, segundo Michel (2015), busca compreender fenômenos em profundidade, investigando as percepções e experiências dos envolvidos. Esse tipo de abordagem permite uma análise mais detalhada e subjetiva, captando nuances do processo educacional por meio do uso de podcasts no ensino de jogos digitais. A pesquisa foi exploratória que, de acordo com Gil (2007), é ideal para investigar temas ainda pouco estudados, como a integração de podcasts no contexto educacional, proporcionando uma visão inicial e permitindo a construção de hipóteses futuras. Para isso, a pesquisa iniciou com uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de educação e o uso de tecnologias no ensino, a fim de embasar teoricamente o estudo. Além disso, a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977), foi utilizada para examinar os podcasts aplicados no curso, e mostrar como esses materiais contribuem para a aprendizagem crítica e criativa dos alunos,

promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e reflexivas no contexto da criação de jogos digitais.

Como resultados percebemos que o uso de podcasts como ferramenta educacional no ensino de Jogos Digitais demonstra um grande potencial para transformar o processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, colaborativo e crítico. Ao integrar essa mídia ao contexto educacional, é possível promover o desenvolvimento de habilidades técnicas e comunicativas essenciais para a formação de futuros profissionais da área de jogos digitais.

Percebemos que o podcast como ferramenta utilizada em situações de ensino e aprendizagem oferece uma abordagem diferenciada, que permite aos estudantes maior autonomia na construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que facilita a aplicação prática de conceitos teóricos. Diante dos resultados apresentados, concluímos que o podcast é uma ótima ferramenta para fomentar o engajamento e a reflexão crítica no ensino de jogos digitais, contribuindo para a preparação dos alunos para os desafios do mercado.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. Podcast: breve história de uma nova tecnologia educacional. **Educação em Revista**, Marília, v. 18, n. 2, p. 55-70, jul./dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROS, Begoña. The impact of digital games in education. *First Monday*, v. 8, n. 7, jul. 2003. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/issue/view/159>. Acesso em: 13 set. 2024.

MARQUES, Paulo César Pedroza; BORGES, João José de Santana. Educomunicação: origens e conexões de uma nova área de conhecimento. **Anais III CONEDU**, Realize Editora, Campina Grande, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/19598>. Acesso em: 12 set. 2024.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAIVA, Carlos Alberto; TORI, Romero. Jogos digitais no ensino: Processos cognitivos, benefícios e desafios. In: **Simpósio Brasileiro De Games E Entretenimento Digital (SBGAMES)**, 16., 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: SBC, 2017. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sbgames2017/papers/CulturaShort/175287.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

SAVI, Rafael; ULBRICHT, Vania Ribas. Jogos Digitais Educacionais: Benefícios E Desafios. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.22456/1679-1916.14405. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14405>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. O. Mas, afinal, o que é educomunicação? Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducunicacao/texto,2,46,231>. Acesso em: 12 set. 2024.

Educação midiática e democracia: proposta de mapeamento de pesquisas publicadas em periódicos entre 2016 e 2023¹

Maiara Garcia Orlandini²

Mariana Ferreira Lopes³

O presente trabalho tem como objetivo realizar um mapeamento de pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre educação midiática com foco no fortalecimento da democracia. Parte-se de um levantamento sistemático de produções científicas publicadas em periódicos classificadas como estrato A do *Qualis Periódico* na área de Comunicação e Informação segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁴ entre os anos completos de 2016 e 2023. Tal recorte considera como marcos do contexto recente da política brasileira o processo de impeachment que se concretizou no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o primeiro ano do governo Lula, considerando aqui a criação da Coordenação-geral de Educação Midiática ligada à Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no mesmo ano.

Foi realizada uma busca por termos relacionados à democracia, educação midiática no repositório das 24 revistas levantadas que filtrou um conjunto de 49

¹ Trabalho apresentado no eixo Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e o Instituto de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT DSI), onde realiza residência pós-doutoral. Maringá-PR. E-mail: orlandini.maia@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (FAAC-Unesp). Professora do Departamento de Audiovisuais e Publicidade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) Integra os grupos de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UnB; Convergência e Jornalismo (ConJor) do PPGCOM da Universidade Federal de Ouro Preto e do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). É atual Diretora Cultural e de Projetos da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM). Brasília-DF. E-mail: lopes.mariana@unb.br

⁴ Levou-se em conta a classificação de periódicos do quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> Acesso em 13.set.2024.

produções para o mapeamento sistemático utilizando técnicas de análise de conteúdo qualitativa-quantitativa (Krippendorff, 2007). O estudo aborda desde a construção conceitual até as lacunas metodológicas. As categorias de análise buscam quantificar as metodologias mais aplicadas, bases teóricas utilizadas, concepções e nomenclaturas, além de identificar os objetos empíricos estudados, sendo eles intervenções sociais ou políticas.

Assume-se como hipótese inicial que educação midiática no Brasil vem contribuindo para o fortalecimento da democracia levando em conta tanto as especificidades do recente contexto político no país como as dinâmicas próprias da construção deste campo de intervenção. Argumenta-se, neste sentido, que os desafios para a democracia apresentados pela nova dinâmica das redes e da política resultaram em apelos para legitimar o papel da educação midiática (Mason & Metzger, 2012; Mihailidis, 2018; Buckingham, 2022).

Inicialmente, ações de educação para a comunicação se caracterizam pela proteção dos sujeitos contra os efeitos nocivos dos meios de comunicação, incluindo suas práticas manipuladoras. A partir dos anos 1980, redimensionamentos sobre os processos comunicacionais, especialmente sobre a subjetividade e mediações na recepção e produção de sentido, contribuíram para a consolidação de novas perspectivas de interface, entendendo a comunicação como parte da tessitura social, assim como articuladora das lutas de segmentos populares. Não se trata de pensar em fases distintas, mas de abordagens que ora se entrecruzam e ora se sobressaem, mas que perpassam, em maior ou menor densidade, pelo desenvolvimento da criticidade, criatividade e participação na relação entre sujeitos e o universo comunicacional (Soares, 2014).

Tais competências e habilidades se tornam cada vez mais necessárias no contexto atual marcado por intensas transformações nos modos de ser, estar, sentir e perceber, ou seja, pela organização de um novo *sensorium* a partir da *tecnicidade* (Martín-Barbero, 2004). Assim, vivenciam-se novos modos de comunicação, de linguagem, de saberes e de percepção que reforçam a importância da educação midiática.

Em 2023, o atual governo Lula (PT) trouxe a educação midiática como um dos focos de ação da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da

Presidência da República, lançando a *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* após abertura de consulta pública sobre o tema. Essa é uma iniciativa que pretende integrar a educação midiática ao currículo escolar, oferecer programas de formação e qualificação continuada para professores e multiplicadores, realizar campanhas de conscientização sobre o uso responsável e das plataformas de redes sociais, promovendo o uso consciente de telas (Brasil, 2023).

Da mesma forma, na última década, desafios adicionais nos campos da educação e cidadania se ampliam por conta das novas dinâmicas políticas. Fake news, discursos de ódio e desinformação marcam um espaço de disputa ao lado de movimentos conservadores, extremistas e negacionistas que surgem, principalmente, no ambiente on-line. Atualmente, diversos modelos de educação cívica e programas de aprendizado ativo buscam incentivar jovens a adquirir conhecimento político e aumentar a confiança nas instituições democráticas (Avery et al., 2013; Hess, 2022).

Outras iniciativas procuram estimular o engajamento político, fortalecer o capital social e promover a cooperação comunitária (Maurissen et al., 2018), ou ainda, incentivar a sensação de eficácia política, ou seja, a percepção de que é possível influenciar os rumos políticos desejados (McInerney, 2009). Ainda há a preocupação em criar competências e habilidades para manter a integridade informacional, ou seja, a partir de uma educação midiática capaz promover a análise crítica de informações, identificar desinformação e combater fake news.

Diante desses desafios crescentes, é importante considerar as especificidades do contexto político brasileiro que se insere em um panorama internacional marcado pela ascensão de governos de extrema direita nos últimos anos. Esse movimento, entre outras questões, coloca em risco os valores democráticos fundamentais. Embora a democracia, de maneira geral, seja entendida como um sistema que assegura a soberania popular, a liberdade de expressão e o espaço para a convivência e o diálogo entre diferentes grupos políticos, críticos alertam que o cenário político atual sinaliza uma possível ruptura desse sistema (Albuquerque, 2018; Pérez-Liñán, 2018; Tóth, 2017; Levitsky & Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). A ascensão de líderes populistas com discursos agressivos e desafiadores às instituições republicanas reflete tanto o enfraquecimento de um consenso que parecia estar consolidado em torno da democracia quanto uma ameaça concreta à sua continuidade em diversas partes do mundo.

Apesar de todas as definições de democracia terem como ideal o bem-estar social, foi a concepção de democracia liberal que se tornou hegemônica. Uma definição comum de democracia deve incluir: acesso igualitário às instituições; informações disponíveis aos cidadãos; cidadania inclusiva; eleições livres, justas e frequentes; políticos eleitos com poderes para governar, mas também responsáveis e responsivos (Levine; Molina, 2011).

No entanto, a crise desse sistema é um fenômeno mundial. Vários países enfrentaram interrupções em seus regimes com apoio público e legitimidade política. Iniciativas que consideram educação e democracia têm emergido em diversas regiões do mundo como uma resposta ao desafio da crise democrática. Algumas dessas iniciativas focam no envolvimento de jovens em debates sobre temas controversos e na promoção de princípios deliberativos (Avery et al., 2013; Hess, 2022; Maia et al., 2023). Outras, por sua vez, adotam princípios democráticos para desenvolver pedagogias e modelos de ensino mais inclusivos e participativos (Nishiyama, 2023; Shaffer et al., 2017). Essas abordagens visam não apenas a formação de cidadãos críticos, mas também a construção de ambientes de aprendizagem que fortaleçam os princípios democráticos dos cidadãos.

É nesse contexto que se justifica o presente estudo. Entende-se que o cenário atual demonstra uma crescente preocupação com a integridade informacional como um elemento central para a democracia. Sustenta-se que (i) as pesquisas recentes estejam sendo motivadas por uma concepção de democracia que considera a integridade informacional como um componente essencial para sua concepção e que (ii) estejam preocupadas com novos caminhos para o enfrentamento à desinformação. Isso se dá porque a importância de estratégias educativas para enfrentar a desordem informacional e combater o extremismo vem sendo amplamente reconhecida, especialmente no que diz respeito à participação cidadã no ambiente digital. A Unesco (2019) ressalta, inclusive, que as ações de letramento midiático são um pré-requisito importante para promover o acesso igualitário à informação e ao conhecimento e para garantir sistemas de mídia e informação livres, independentes e plurais, o que é crucial para assegurar a integridade informacional.

Com isso, esta pesquisa, e especialmente seus achados, são estratégicos para compreender como a educação midiática se configura como uma estratégia essencial — seja no âmbito governamental ou em iniciativas da sociedade civil — para enfrentar

os desafios atuais. A integração dessas iniciativas ao currículo educacional e a capacitação contínua de educadores são passos fundamentais para garantir um ambiente democrático saudável, e isso só é possível a partir de uma compreensão macro do que vem sendo desenvolvido nas pesquisas brasileiras sobre o tema.

Referências

ALBUQUERQUE, A. A Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa. **Compólitica**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.171-206, 2018. DOI:10.21878/compolitica.2018.8.2.193. Acesso em: 13.set.2024.

AVERY, P. G.; LEVY, S. A.; SIMMONS, A. M M. Deliberating controversial public issues as part of civic education. **The Social Studies**, v. 104, n. 3, p. 105-114, 2013. <https://doi.org/10.1080/00377996.2012.691571>. Acesso em: 13.set.2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Secretaria de Políticas Digitais. Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática. Coordenação-geral de Educação Midiática. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília: SECOM/PR, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf . Acesso em: 13.set.2024.

BUCKINGHAM, D. Manifesto pela educação midiática. Trad. José Inácio Mendes. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

HESS, D. E. **Making classroom discussions work**: Methods for quality dialogue in the social studies. New York: Teachers College, 2022.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology**. Sage publications, 2007.

LAVINE, D.; MOLINA, J. **The quality of democracy in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 2011.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How Democracies Die?** New York: Crown Publishing, 2018.

MAIA, R. C. M., CAL, D., HAUBER, G., LEÃO, A. V. Learning Deliberative Capacities in Brazilian Schools. **Journal of Deliberative Democracy**, v. 19, n.1, 2023. doi: <https://doi.org/10.16997/jdd.1156> .Acesso em: 13.set.2024.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**. Edições Loyola, 2004.

MASON, L.; METZGER, S. Reconceptualizing media literacy in the social studies: A pragmatist critique of the NCSS position statement on media literacy. **Theory & Research in Social Education**, v. 40, n. 4, p. 436-455, 2012.

MAURISSEN, L.; CLAES, E.; BARBER, C. Deliberation in citizenship education: how the school context contributes to the development of an open classroom climate. **Social Psychology of Education**, v. 21, n. 4, p. 951-972, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11218-018-9449-7>. Acesso em: 13.set.2024.

MCINERNEY, P. Toward a critical pedagogy of engagement for alienated youth: insights from Freire and school-based research. **Critical studies in education**, v. 50, n. 1, p. 23-35, 2009. <https://doi.org/10.1080/17508480802526637>. Acesso em: 13.set.2024.

MIHAILIDIS, P. Civic media literacies: Re-imagining engagement for civic intentionality. **Learning, Media and Technology**, v. 43, n. 2, p. 152-164, 2018.

NISHIYAMA, K.; RUSSELL, A. W.; CHALAYE, P.; GREENWELL, T. Deliberative Facilitation in the Classroom: The Interplay of Facilitative Technique and Design to Make Space for Democracy. **Democracy and Education**, v. 31, n.1, Article 4, 2023. <https://democracyeducationjournal.org/home/vol31/iss1/4>. Acesso em: 13.set.2024.

PEREZ-LINAN, A. Impeachment or Backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. **Rev. Bras. Cienc. Soc.**, São Paulo, v.33, n.98, dez, 2018.

RUNCIMAN, D. **How Democracies End**. New York: Basic Books, 2018.

SHAFFER, T. J. et al. (EDS.). **Deliberative pedagogy: teaching and learning for democratic engagement**. East Lansing: Michigan State University Press, 2017.

SOARES, I.O. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26). Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>. Acesso em: 13 set. 2024.

TÓTH, G. A. **The Authoritarian's New Clothes: Tendencies Away from Constitutional Democracy**. Oxford: Foundation for Law, Justice and Society - Wolfson College, 2017.



UNESCO. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

O Papel da TV Universitária na Promoção da Educação Midiática¹

Bruna Taschetto²

Taís Steffenello Ghisleni³

A educação ganhou relevância no cenário educacional, especialmente com o avanço das tecnologias da informação e comunicação. A compreensão crítica e a produção responsável de conteúdos midiáticos tornaram-se habilidades essenciais para a formação cidadã. No contexto universitário, programas como o *Universo Acadêmico*, da UFN TV, desempenham um papel fundamental na promoção dessas competências.

No entanto, para entender plenamente o papel da Televisão Universitária na educação midiática, é importante abordar a relação intrínseca entre educação midiática e educomunicação. Segundo Ismar de Oliveira Soares, a educomunicação refere-se ao conjunto de ações voltadas para a integração entre educação e comunicação, promovendo a formação de cidadãos mais críticos e participativos (Soares, 2004). A educomunicação, portanto, não se limita à simples transmissão de informações, mas busca engajar os indivíduos no processo de produção de conhecimento, fomentando uma compreensão mais ampla e crítica das mídias.

Dessa forma, a educação midiática, apoiada pelo conceito de educomunicação, encontra na Televisão Universitária um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras e relevantes.

Seguindo esse contexto, nosso objetivo é investigar como a televisão universitária contribui para a promoção da educação midiática e propor estratégias para fortalecer sua atuação nesse contexto.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Jornalista. Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, b.taschetto@ufn.edu.br

³ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

A expressão “educação midiática” tem sido utilizada historicamente ao lado de outros termos, como “educomunicação”, “mídia-educação” e “alfabetização midiática”. Esses conceitos designam um conjunto de movimentos ou práticas que fazem uso de estratégias e ferramentas multidisciplinares para promover uma compreensão mais ampla e crítica dos meios de comunicação (Brasil, 2023). Nesse sentido, “educação midiática não se limita à compreensão e participação crítica no ambiente digital, estando relacionada também com produtos de mídia de revistas e jornais impressos, conteúdos televisivos, entre outros” formatos (Brasil, 2023, p. 9).

Uma das bases conceituais da educação midiática é a educomunicação, campo que se desenvolveu na interface entre educação e comunicação, tendo a participação crítica como eixo central (Brasil, 2023, p. 9). Marques, citado por Soares (2018, p.12) afirma que a educomunicação se aplica “fundamentalmente às relações de comunicação em espaços educativos” (Soares, 2018, p. 12). Essa abordagem reforça a importância de uma comunicação que não seja apenas um processo de transmissão de informações, mas uma prática que fomente a reflexão crítica e a participação ativa dos educandos.

Na contemporaneidade, a educação midiática deve ir além das habilidades básicas de acessar, avaliar e criar mensagens. Segundo a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, é fundamental examinar a autoria e o contexto das mensagens, bem como compreender a complexa dinâmica entre indivíduos, mídia e sistemas tecnológicos que moldam a sociedade (Brasil, 2023, p. 17). Assim, ao compartilhar habilidades críticas sobre as mídias com diferentes públicos, utilizando uma linguagem acessível e contextualizada, os multiplicadores de educação midiática contribuem para uma participação cidadã mais consciente no ambiente digital. Esses profissionais desempenham um papel central na reversão dos efeitos negativos da infodemia, que atualmente afeta o país (Brasil, 2023, p. 27).

A Televisão Universitária se destaca como uma ferramenta importante para promover a educação midiática, proporcionando uma plataforma para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre os meios de comunicação, especialmente entre jovens e estudantes. Um exemplo é o quadro “Tá na Mídia”, exibido semanalmente no programa “Universo Acadêmico” da Universidade Franciscana (UFN), desde abril de 2024. Produzido por professores de Jornalismo da

UFN, o quadro aborda temas como a desinformação, destacando a importância de consumir e compartilhar informações confiáveis.

Essa pesquisa é qualitativa e “se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos” (Michel, 2015, p.40). A proposta é “colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada” (Michel, 2015, p. 40).

O estudo foi exploratório e descritivo, conforme Michel (2015), útil para observar e analisar fenômenos em suas características, e transversal, já que examina as interações entre os fatores e os efeitos no mesmo intervalo temporal. A coleta de dados ocorreu por meio da observação de 12 edições do programa Universo Acadêmico, exibidas entre março e maio de 2024, disponíveis no canal da UFN TV no YouTube. A análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), foi empregada para sistematizar, codificar e interpretar as pautas, formatos, linguagem e imagens utilizadas. Complementarmente, um questionário foi respondido por Daniela Machado, coordenadora de educação do *EducaMídia*, fornecendo dados especializados.

A Televisão Universitária desempenha um papel fundamental ao promover uma integração ativa entre ensino, pesquisa e extensão, sociabilizando seus principais atores, como alunos, professores, dirigentes, funcionários e a comunidade, conforme destaca Magalhães (2002). Essa mídia permite compartilhar conhecimentos com a sociedade e criar vínculos tanto com a comunidade acadêmica quanto com a sociedade em geral, funcionando como um espaço de convergência e inovação, em vez de limitar-se ao lugar-comum.

Nesse sentido, Oliveira (2022) ressalta que as emissoras universitárias possuem potencial para estabelecer um diálogo efetivo com a sociedade, divulgando o conhecimento acumulado pela instituição e abrindo espaço para manifestações e temas de interesse da comunidade onde atuam. Ele ainda complementa que a TV Universitária se torna um ótimo instrumento para que a universidade ultrapasse seus próprios limites físicos, alcançando além de seus muros e ampliando sua influência na sociedade.

Avançando nessa discussão, Machado (2024) aponta que a Televisão Universitária pode desempenhar seu papel alinhando-se à promoção da Educação

Midiática. Ela argumenta que a TV pode ajudar a posicionar a educação midiática como um direito universal, capacitando a sociedade a consumir informações de forma crítica e a produzir conteúdo de maneira responsável. A TV Universitária, segundo Machado (2024), pode exibir iniciativas bem-sucedidas de educação midiática, tanto no Brasil quanto em outros países, proporcionando uma plataforma para compartilhar experiências, desafios e resultados positivos.

Além disso, Machado (2024) enfatiza que a TV Universitária deve incorporar a Educação Midiática de maneira transversal em toda a sua programação. Ao aproximar-se da audiência e explicar detalhadamente os temas abordados, a TV pode aumentar a compreensão e o engajamento do público, contribuindo para a formação de uma audiência mais qualificada e consciente.

Reafirmamos a importância da Televisão Universitária como um instrumento estratégico na promoção da Educação Midiática. Entendemos que através de iniciativas como o programa "Universo Acadêmico" da UFN TV, as TVs Universitárias podem desempenhar um papel fundamental na capacitação crítica da sociedade, tanto ao divulgar informações, quanto ao educar a audiência sobre a responsabilidade no consumo e na produção de conteúdos midiáticos. Conforme discutido ao longo deste trabalho, a Televisão Universitária possui o potencial de alcançar públicos diversificados, fortalecer a compreensão da educação midiática como um direito de todos, e fomentar o engajamento comunitário em torno de temas relevantes para a realidade local.

Entretanto, o estudo, que faz parte de uma dissertação de mestrado em fase de conclusão, apresenta algumas limitações que merecem ser reconhecidas. A análise foi focada em um único programa de uma única emissora universitária, o que pode restringir a generalização dos resultados para outras televisões universitárias no Brasil ou no exterior. Além disso, as informações obtidas foram baseadas principalmente nas percepções de uma única entrevistada, o que, embora valioso, não abrange uma diversidade maior de perspectivas e experiências.

A Televisão Universitária está crescendo em importância e se tornando uma plataforma de grande valor para a Educação Midiática, com a capacidade de influenciar positivamente a sociedade ao preparar cidadãos mais críticos e engajados. Contudo, o aprofundamento e a expansão das pesquisas sobre este tema são

fundamentais para que se possa compreender plenamente e maximizar o impacto desse meio de comunicação no fortalecimento da educação midiática no Brasil e além.

Referências

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência Da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Produzido por Coordenação-Geral de Educação Midiática, Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, Secretaria de Políticas Digitais, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, outubro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MACHADO, Daniela. **Questionário sobre o papel da Televisão Universitária na promoção da Educação Midiática**. Questionário respondido a Bruna Taschetto. 19 jul. 2024. [Questionário]. Santa Maria.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio. **Manual para uma TV universitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. **As TVs universitárias brasileiras nas telas da Web 2.0: o papel das mídias sociais digitais na difusão de conteúdo e interação com o público**. 2022. 260 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, 23(1), 7-24, 2018. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832/140322>. Acesso em 14 abr 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2004.

Assimetrias de competências informacionais e midiáticas de líderes de bairros de Araguaína-TO¹

Keliane Moraes Silva Santos Vale²

Introdução

O cerne da pesquisa, vinculada ao mestrado do PPGCom/UFG, foi realizar um diagnóstico das práticas de comunicação de líderes de bairros de Araguaína, Tocantins (TO). A categoria mobilizada para o desenvolvimento da pesquisa centrou-se nas competências informacionais e midiáticas. Para compreendê-las, lançamos mão do entendimento da Unesco de que a Alfabetização Informacional (AI) está associada “aos conceitos de ‘aprender a aprender’ e de tomada de decisões por meio da ênfase na definição das necessidades, dos problemas e das informações relevantes, assim como no uso da informação de maneira crítica e com responsabilidade e ética” (Wilson *et al*, 2016, p.47-48). Já a Alfabetização Midiática (AM) visa que a pessoa compreenda “a natureza dos papéis e das funções da mídia e de outros provedores de informação na sociedade. [...] analisar de maneira crítica o conteúdo ou a informação que encontrar” (Wilson *et al*, 2016, p.47-48).

Essa definição dialoga com a razão de ser desta pesquisa, justamente saber quais os níveis de competência de presidentes de bairro (questão-problema).

Perspectivas de Interface Entre Comunicação e Educação

É vasto o debate sobre a relação dos campos da comunicação e educação. Identificou-se as abordagens da Educomunicação e da Mídia-Educação e suas vertentes – *Media Information*, *Media Literacy* e Alfabetização Midiática e

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Jornalista pela Universidade Federal do Tocantins. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas. Contato: keliane.vale@discente.ufg.br. Araguaína-TO.

Informacional (AMI), cujos conceitos apresentam variações quanto à proeminência do papel da comunicação e o da educação.

Soares (2005, p.1) faz distinção entre Educomunicação e Mídia-Educação fundamentado na ótica comunicacional, pontuando ainda que a segunda abordagem é preferida pelos pedagogos na tentativa de resgatar a importância do campo educacional:

O primeiro conceito (Educomunicação), cuja partida dá-se na interface Educação/Comunicação, tem como foco os processos comunicativos, enquanto o segundo (Mídia-Educação), com origem nas preocupações da Educação com o fenômeno midiático, volta-se para as mídias como espaços de cultura e ferramentas pedagógicas.

Em outra publicação, Soares (2016, p.9) explica as diferentes origens dessas mesmas noções. Enquanto a Mídia-Educação funda-se no campo da educação, na década de 80 na Europa, a Educomunicação “emerge dos movimentos sociais da América Latina, na confluência entre a comunicação alternativa e a educação popular freiriana, a partir dos anos de 1960 e 1970”.

O Campo Heterogêneo da Mídia-Educação

Segundo Bévort; Belloni (2009), a expressão “mídia-educação” já é referida nos anos de 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O caminho que a Unesco seguiu declina do uso da expressão mídia-educação, passando a utilizar a abordagem da “Alfabetização Midiática e Informacional” (AMI), com o objetivo de “buscar harmonizar as diferentes noções à luz de plataformas convergentes de utilização” (Wilson, 2013, p.19). A organização distingue a Alfabetização Informacional (AI) da Alfabetização Midiática (AM), propondo a junção delas.

A noção de alfabetização midiática é mais propagada como *media literacy*. Define-se como “a habilidade para acessar, compreender e criar comunicação, numa variedade de contextos” (Ofcom, 2004 *apud* Siqueira, 2008). É definitiva a explicação que Siqueira (2008) faz sobre o uso da terminologia: “Por extensão, o termo vem sendo usado para se referir à ação pedagógica necessária para promover tais

habilidades. Nesse sentido, *media literacy* algumas vezes toma o lugar do termo *media education*” (Siqueira, 2008, p.92).

Retomando a junção da Unesco na proposta da AMI, temos a *information literacy*. Para Gasque (2013, p.6, *apud* Cerigatto, 2021), a área de competência informacional representa uma evolução ao termo “educação de usuários”, “pois considera que as pessoas ao longo da vida buscam e usam informação constantemente em vários canais e fontes de informação”.

Diagnóstico das Práticas Comunicacionais de Líderes de Bairros de Araguaína-TO

Para conhecer as práticas comunicacionais realizou-se entrevistas qualitativas em profundidade. Selecionou-se representantes de áreas periféricas em Araguaína-TO - especifica-se a ausência de regularização fundiária como critério de área periférica. É o caso do setor Cimba, que, apesar de ser um loteamento nobre, conta com uma pequena área, cujos proprietários ou ocupantes jamais tiveram a situação jurídica / fundiária resolvida entre o ente público e a maioria dos moradores. E também o setor Alto Bonito, atualmente com 600 moradores que tomaram posse da área para moradia, contra os quais o empreendedor imobiliário ajuizou uma ação de reintegração de posse. Assim, as entrevistas foram realizadas com as representantes desses setores e também incluiu-se a presidente do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína (CCABA) para verificar o estímulo às práticas comunicacionais dos líderes de bairro. Coincidentemente, as ocupantes dos cargos são mulheres.

A presidente do CCABA, Josirene da Silva Lima, explicou que a ferramenta mais utilizada é um aplicativo de mensagem instantânea, principalmente o WhatsApp, onde o CCABA mantém um grupo de contato direto com os presidentes de bairro.

Em se falando de informação para a comunidade de um bairro, ela pontua a dificuldade de pessoas mais velhas, na realidade de trabalho do CCABA, de acompanharem as novas mídias, por isso, reforça os usos de veículos mais tradicionais, como televisão, rádio e carro de som. “O carro de som, esse sim atinge o que nós queremos comunicar, levar a mensagem direta para as pessoas” (Josirene Lima). Percebe-se uma relação com a mídia apenas de divulgação, a partir da

afirmação de Josirene: “difícilmente vai ter uma necessidade deles ‘ir’ num canal de televisão ‘pra’ chamar a cidade, porque eles trabalham local, no bairro”.

Questionada sobre denúncias na imprensa e a efetividade desse recurso, Josirene respondeu que: “às vezes dá uma impulsionada quando o problema é exposto. [...] não acho que teria essa necessidade não, de ‘tá’ fazendo essas coisas. Acho que tem algumas coisas que a gente através do diálogo consegue mais rápido”. Ela justifica tal pensamento ilustrando o caso de um ex-presidente que demonstrava outros interesses ao procurar a imprensa e a “comunidade deixou de ser atendida pela má atuação do presidente”:

era só ‘pra’ arrumar uma rua de acesso e esse presidente ‘tava’ direto nos canais de televisão, é batendo, e batendo, e batendo, e batendo, e todo mundo via que aquilo ali não era interesse dele pela comunidade, mas sim, era uma briga política, a pessoa queria chamar atenção que o prefeito não dava atenção [...] no dia que a comunidade praticamente não quis mais ele para lhe representar, que ficou sem presidente, o problema foi resolvido (Josirene da Silva Lima).

Também abordou-se esses temas nas entrevistas realizadas com as representantes de bairro - Marinalva Carneiro Guimarães, 42 anos, vigilante em agência bancária, presidente do setor Cimba; Mariza Gomes de Sousa, 45 anos, pedagoga da rede municipal de ensino, presidente do setor Alto Bonito.

Marinalva aceitou ser presidente de bairro por motivação de uma amiga que também é presidente, no setor Araguaína Sul. Contudo, por falta de força junto aos órgãos públicos - ela afirma que a falta de retorno sobre um pedido de roçagem desestimulou novos ofícios - não deseja mais responder como presidente, mas segue mesmo assim. “Como eu não entendo de nada, ninguém entende, o pessoal da minha chapa também ninguém entende, e também não adianta correr atrás que ninguém vai fazer nada”. Em outro momento da entrevista, reiterou: “Eu entrei sem saber de nada, eu não tive o auxílio de ninguém”. A presidente não participa de redes sociais do setor, mas relata que a irmã faz parte e informa sobre tudo que está acontecendo no setor. Por outro lado, afirmou: “Eu também não posso ‘tá’ me metendo nessas ‘questão’, porque eu trabalho em empresa privada, aí a empresa é muito rígida. [...] ir na

televisão cobrar alguma coisa, eu não poderia fazer, eu não posso, que vai me ‘projudicar’ lá na frente”.

De outra forma, a presidente Mariza, começou a se envolver com a Associação de Bairro devido à regularização do setor, hoje com uma ação possessória em andamento. Houve uma grande mobilização comunitária para reverter o caso publicamente e no judiciário, tendo a comunidade conseguindo a suspensão temporária da ordem de reintegração de posse (Bom dia Tocantins, 2020).

Ainda que não haja uma decisão favorável aos moradores, a mobilização da imprensa foi crucial para alcançar a suspensão da ordem de reintegração. Conforme relata a presidente, os veículos davam maior credibilidade à questão quando tinha como porta-voz a representante do bairro, além de documentação sobre o caso. “Quando eles ‘chamava’ (os moradores), os repórteres não queriam vir. Porque não queria vir de qualquer jeito [...] aí eu falava que tinha os ‘documento’ em mãos, assim, que não era só um boato” (Mariza Gomes de Sousa). Alguns moradores eram indicados por ela para conceder entrevista, aqueles quem tinha mais tempo de moradia, mais conhecimento sobre a realidade do setor. Ela comenta ainda sobre a eficácia da divulgação: “às vezes a gente se sente tão calada, assim, ‘pra’ sociedade, e quando joga na imprensa, explode. Aí todo mundo já tem uma visão diferente, aquelas pessoas que não vê a gente [...]” (Mariza Gomes de Sousa).

Em relação à imprensa, ela considera que precisa ponderar. A prioridade da presidente é pelo diálogo administrativo. “Às vezes não é preciso, porque acho que a pessoa (agente público), com a imprensa, também se acha coagido, [...] às vezes nem chegou na pessoa, nem tem conhecimento daquilo ali. E a pessoa já leva de cara, não, ‘vamo’ logo com a imprensa [...] acaba sendo político mesmo” (Mariza Gomes de Sousa). No setor, é utilizado grupo em aplicativo de mensagem instantânea com mais de 70 pessoas, no qual a presidente repassa informações do processo judicial dos imóveis e ações de instituições como o CCABA ou outros tipos de informação de serviço.

Considerações Finais

As entrevistas com as participantes da pesquisa permitiram constatar níveis de competências informacionais e midiáticas assimétricas ou sinalizando para a ausência das referidas competências.

Em análise das competências informacionais, as presidentes do bairro Alto Bonito e do CCABA demonstraram competência para acessar as informações necessárias aos propósitos da comunidade, ao mesmo tempo, repassando comunicados e participando junto à comunidade. Não foi o caso da presidente do setor Cimba, que reconhece a ausência de competência para lidar com as informações, assim como prefere se manter afastada de uma relação com a comunidade. Para essa presidente (Marinalva Guimarães) falta compreensão do fluxo de comunicação e preocupação com a preservação da sua imagem. Fica evidente na fala da entrevistada que não houve instrução do papel de presidente de bairro, isto também foi constatado na entrevista do Conselho das Associações de Bairros, pois a instituição não realizou nenhuma capacitação deste tipo. As declarações “como eu não entendo de nada”, “eu entrei sem saber de nada” demonstram a carência de competências informacionais para um melhor exercício do cargo.

Observa-se algumas percepções análogas na relação das participantes da pesquisa com as mídias jornalísticas, vistas principalmente com um viés de embate no espaço público, dessa forma, para não inviabilizar a articulação política junto a agentes públicos ou até mesmo a exposição da pessoa na vida pública, é preferível não acionar a imprensa diante de demandas dos moradores do setor. Porém, identifica-se letramento midiático quando, em algumas situações, é desejável a presença dos veículos de comunicação para um maior engajamento cidadão, assim, miram os meios de comunicação como estratégia de reivindicação dos direitos da comunidade. Como foi o caso da exposição na imprensa sobre a real situação de moradia no setor Alto Bonito para suspender uma ordem de reintegração de posse que desconsiderava os benefícios de ocupação da área, ou seja, os moradores perderiam todos os investimentos materiais na construção de suas residências, porque o judiciário decidiu sobre os dados de uma perícia realizada no local no mesmo ano do ajuizamento da ação, que tramitou durante 15 anos. A própria presidente comentou sobre a eficácia da divulgação: “[...] quando joga na imprensa, explode. Aí todo mundo já tem uma visão diferente, aquelas pessoas que não vê a gente [...]” (Mariza Gomes de Sousa).

Compreender a importância da alfabetização informal e midiática desafia o CCABA a implantar uma política de comunicação desvinculada de amarras políticas, para promover ações educacionais para os líderes comunitários reconhecerem e articularem necessidades informacionais e midiáticas, cujo resultado poderá ser a efetiva participação democrática. A proposta de intervenção como pesquisadora é a qualificação de presidentes de bairro como fontes de notícias, cujas estratégias envolveriam: aplicação de questionário pela plataforma *Google Forms* para um diagnóstico mais amplo (a fim de alcançar os mais de 100 presidentes de bairro na cidade); a realização de oficinas educacionais que sejam estabelecidas como política permanente no CCABA; e a produção e veiculação - com os próprios recursos pessoais - de produtos audiovisuais/jornalísticos do interesse comunitário, buscando veicular em plataformas pessoais (redes de sociabilidade) e veículos de comunicação da localidade pesquisada, tendo-se em consideração que a mídia mais expressiva são emissoras de televisão. O objetivo principal é consumir e produzir uma comunicação do interesse comunitário, isso abrangerá as competências informacionais e midiáticas, que serão estimuladas com as oficinas teóricas e a nova *práxis* de comunicação de líderes de bairro.

Referências

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-Educação: Conceitos, História e Perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v.30, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt>. Acesso: 25 de jun. de 2023.

BRAGA, José Luiz e CALAZANS, Maria Regina. **Comunicação e Educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Editora Hacker, 2001.

BOM DIA TOCANTINS. **Justiça suspende ordem de reintegração de posse do setor Alto Bonito em Araguaína**. 15 jan. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8237823/>. Acesso em 5 de mar. de 2024.

CCABA. **Estatuto do Conselho Consultivo das Associações de Bairros de Araguaína**. 2009.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Unindo media literacy e information literacy na era da desinformação: habilidades para lidar com as fake news**. Comunicação Pública, vol. 15 n.º 28, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.4000/cp.6143>. Acesso: 26 de jun. de 2022.

GASQUE, K. C. G. D. **Competência em Informação: conceitos, características e desafios**. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315>. Acesso: 26 de jun. de 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **NCE – A trajetória de um núcleo de pesquisa na USP**. Comunicação & educação, São Paulo, ano 10, n. 1, 2005. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37515>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. Prefácio. IN: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir; XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e alfabetização midiática: conceitos, práticas e interlocuções**. São Paulo, SP: ABPEducon, 2016. Disponível em <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/13/17/576-1?inline=1>. Acesso: 10 de jun. de 2022.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO/UFTM, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; MOORE, Penny; DEZUANNI, Michael; ASTHANA, Sanjay; Banda, Fackson; Onumah, Chido. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>. Acesso: 26 de jun. de 2022.

LIMA, Josirene da Silva. Entrevista sobre o CCABA, realizada em 29 de novembro de 2023 e 17 de julho de 2024, por Keliane Moraes Silva Santos Vale.

GUIMARÃES, Marinalva Carneiro. Entrevista realizada em 23 de julho de 2024, por Keliane Moraes Silva Santos Vale.



SOUSA, Mariza Gomes de. Entrevista realizada em 2 de agosto de 2024, por Keliane
Morais Silva Santos Vale.

Influência Questionável: Youtubers do universo infanto juvenil divulgam sites de apostas¹

Érida Soares da Silva²

As práticas e processos nas plataformas digitais permanecem em destaque nos estudos contemporâneos em comunicação, especialmente no que diz respeito à comunicação midiática voltada para crianças e adolescentes. Essas pesquisas analisam como os jovens interagem com ambientes digitais, enfatizando as implicações sociais, cognitivas e culturais desse envolvimento.

Este trabalho propõe investigar a crescente tendência de youtubers do universo infanto-juvenil e que promovem sites de apostas, analisando as implicações éticas e sociais desta prática. O trabalho considera o impacto significativo que esses criadores de conteúdo exercem sobre seus seguidores e a relação entre a exposição precoce a práticas de apostas, comprometendo o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Entre os objetivos inclui-se entender como a Educomunicação contribui com a educação midiática, de maneira a promover subsídios para que o público jovem desenvolva senso crítico e habilidades essenciais para compreensão das mensagens emitidas por meio dos meios de comunicação de massa, sejam eles tradicionais como a TV e o rádio ou pelos meios digitais, neste caso o Youtube e redes sociais como Instagram e TikTok, sendo estas as plataformas mais acessadas pelo público infanto-juvenil, de acordo com a última pesquisa TIC Kids Online (2024).

¹ Trabalho apresentado no eixo número 2 – Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Autora Érida Soares da Silva – Graduada em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo, Pós-Graduada em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Atualmente é Aluna Especial da disciplina Educomunicação – no curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, ministrado pelo Professor e Pesquisador Claudemir Edson Viana e também integra o Grupo de Pesquisa Influcom - liderado pela Professora e Pesquisadora Carolina Terra – docente na USP e com direcionamento às pesquisas que abordam o universo digital e a influência. A autora tem residência fixa na cidade de São Paulo/SP, mas até Novembro de 2024 está em intercâmbio para aprimoramento do idioma inglês na cidade de Cork/Irlanda – e-mails para contato: eridacomunicacao@gmail.com ou erida@usp.br.

Jogos de apostas em alta

O crescimento exponencial das “*Bets*”, em tradução livre, apostas, tem chamado atenção por seus resultados expressivos. Só em 2023 este mercado movimentou R\$ 120 bilhões no Brasil. O impacto não se restringe ao cenário econômico atual e à possível tributação que pode ser aplicada, mas se estende aos riscos de endividamento da população brasileira, o que inclui a preocupação com o futuro das próximas gerações.

De acordo com o relatório publicado Banco Itaú (2024), investimentos em Marketing feitos pelas empresas de apostas online, abrangem entre 45% a 75% da receita bruta, esta por sua vez foi avaliada em R\$ 12 bilhões. Os investimentos massivos em publicidade destinam-se em sua maioria aos clubes de futebol, ativações online, influenciadores digitais e youtubers.

O relatório afirma que o crescimento das *Bets* é um risco para a economia do País, uma vez que as pessoas deixam de consumir no varejo para apostar, o que tem impactado diretamente no desenvolvimento do setor, ao consumo e à geração de emprego.

Além deste diagnóstico, é importante ressaltar que a população brasileira apresenta baixos indicadores relacionados ao conhecimento na administração financeira, o que reflete a realidade das novas gerações, quase como uma herança negativa da falta de habilidade em lidar com dinheiro e com orçamento familiar.

De acordo com o último relatório do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e que avalia o desempenho de alunos em três categorias macro: Matemática, Leitura e Ciências, o pior desempenho dos jovens foi em Matemática, quando comparado com a média global do estudo. No Brasil, apenas 1% dos participantes da pesquisa atingiu alto desempenho em Matemática, o que equivale ao nível 5 ou 6 do teste. Já o nível 2 que representa o conhecimento básico foi atingido por 27%, proporção muito inferior à média global.

No Brasil, 27% dos estudantes atingiram pelo menos o Nível 2 de proficiência em Matemática, significativamente menor do que a média dos estudantes entre os

países da OCDE (média da OCDE: 69%). No mínimo, esses estudantes podem interpretar e reconhecer, sem instruções diretas, como uma situação simples pode ser representada matematicamente (por exemplo, comparar a distância total de duas rotas alternativas ou converter preços em uma moeda diferente). (PISA, 2024)

Youtube no Brasil - plataforma mais usada entre os mais jovens: 44% das crianças de 11,12 anos e, 42% entre aqueles com 09 e 10 anos

O Youtube ocupa um lugar importante na vida da população brasileira que está entre as maiores audiências globais, são 147 milhões de espectadores, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos (Ceci, 2024). Entre a população mais jovem, a plataforma se destaca com relevância pela aderência.

Em sua última publicação a pesquisa TIC *Kids Online* Brasil (2024, p. 30) investigou pela primeira vez o uso do YouTube por crianças e adolescentes. Entre os entrevistados, 88% reportaram ter acesso à plataforma. Além disso, o **YouTUBE** foi a principal plataforma para usuários de 11 a 12 anos (44%) e de 9 a 10 anos (42%), seguido pelo **TikTok**. Entre os usuários de 13 a 14 anos (38%) e de 15 a 17 anos (62%), o **Instagram** foi a plataforma mais utilizada.

De acordo com a plataforma *Social Blade*, dos 10 maiores canais brasileiros, sete possuem conteúdo direcionado para o público infanto-juvenil, sendo um deles, o canal do Youtuber, Influenciador e Empresário, Felipe Neto que pode ser considerado o maior youtuber do Brasil, pois o único canal com indicadores superiores ao dele e que ocupa o primeiro lugar da lista, é o canal da produtora musical Kondzilla, especializada no gênero musical Funk.

Neto é apenas um exemplo de influenciadores que tiveram ou tem relação com os jogos de azar. Canais que ocupam posições de destaque na lista dos 100 maiores do Brasil, têm atuado com parcerias publicitárias para os sites de apostas, como o Canal Canalha, que mistura piadas e comentários do cotidiano para mais de 20 milhões de inscritos, o canal Nobru destinado ao universo dos games e mais de 15 milhões de seguidores, além do Piuzinho que produz vídeos também ligados aos games, além de entretenimento do cotidiano. O que estes canais apresentam em comum? Todos eles fizeram parcerias publicitárias com os sites de apostas.

Nobru apostou tudo na Blaze! 10 mil reais em 1 segundo (YouTube, 2024). Este é um dos exemplos de título que acompanha os vídeos desta temática.

Referencial teórico

Ao passo que as tecnologias se desenvolvem e vivemos o que os especialistas chamam de maior revolução cognitiva da história (Barros, 2023), com a efetiva interação entre máquinas e humanos, vemos a sociedade evoluir para um mundo cada vez mais digital, e o pensamento crítico passa a ser pautado como principal habilidade para o futuro (Gabriel, 2022).

Os riscos e práticas duvidosas presentes 24 horas por dia na internet, são capazes de entrar nas casas brasileiras quase como ilustres convidados, a partir dos dispositivos móveis, tablets, computadores, ocupando uma posição de destaque nas salas e quartos nos lares de crianças e adolescentes que veem na internet, sua companhia quase que inseparável.

Nas últimas décadas, tem sido possível acompanhar estudos com análises do comportamento e impacto da mídia no desenvolvimento das crianças, especialmente da televisão. A pesquisadora e uma das precursoras no estudo da influência das mídias no desenvolvimento das crianças, Elza Dias Pacheco já alertava para o que vivemos hoje, com opções de conteúdo disponível, sem a necessidade de seguir os horários da programação da TV aberta.

Sabemos que a televisão digital deverá chegar ao Brasil antes do ano 2000 com imagem em alta definição e som com qualidade de CD. Os televisores serão transformados em uma central de informações e lazer com comandos de ida e volta, permitindo ao espectador a possibilidade de fazer sua programação à la carte. É a morte da velha televisão, que dá passagem à televisão segmentada em oposição à televisão genérica. (Pacheco, 1998), p.36

Na atualidade vemos que a oferta do conteúdo não está restrita à TV digital e que a partir das plataformas de *streaming* e da programação gratuita via internet, se torna possível identificar os mais variados conteúdos, sem classificação etária específica.

Pensamento e senso crítico, habilidade essencial para o futuro

A discussão proposta consiste em uma ampliação da visão do que é ofertado hoje como entretenimento, mas que gera influência, para que assim, possamos ampliar a discussão sobre a formação dos jovens, no que diz respeito à interpretação de mensagens informativas e/ou publicitárias, sobretudo no universo digital.

Como referencial teórico, este trabalho sugere os estudos do pedagogo David Buckingham e as pesquisas de Ismar de Oliveira Soares, uma das principais referências em Educomunicação no Brasil. Os estudos de Buckingham no campo da alfabetização midiática ou *Media Literacy* ajudarão no processo de compreensão do papel da mídia na educação e no desenvolvimento crítico de crianças e adolescentes.

Em 2012 a pergunta básica na pesquisa de Buckingham era “como a mídia (em particular, a televisão) constrói o público infantil? (Buckingham, 2012). Hoje, o olhar se direciona à internet, que apresenta grande potencial construtivo e também destrutivo diante do conteúdo apresentado às crianças e adolescentes.

No Brasil, o trabalho de Ismar de Oliveira Soares contribui com os estudos da Educomunicação e sua importância no que diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento e da formação do indivíduo para lidar com a mídia.

A *Media Literacy* é uma das possibilidades de estudar as relações entre a mídia e a educação. Admite que uma criança ou jovem que tenha acesso a informações sobre mídia e seus mecanismos de produção podem ser menos vulneráveis e mais críticos em relação aos meios de comunicação. A Educomunicação é um campo que também estuda as relações entre mídia e educação, e que entre suas funções considera a formação do indivíduo para melhor lidar com a mídia. No entanto, tem como base o fortalecimento da capacidade de expressão de crianças e jovens (Soares, 2014).

Conclusão

Dada importância que o Youtube demonstra ter na vida dos brasileiros e no contexto que abordamos, se mostra altamente relevante na rotina de crianças e adolescentes, este tema destaca-se como fundamental quando observamos o

crescimento exponencial das *bets* no País e os riscos consequentes desta prática disseminada por meio dos *youtubers influencers*..

Como metodologia será realizada análise semiótica nos canais do YouTube mencionados anteriormente e que estejam vinculados com a prática publicitária dos jogos de apostas, analisando aspectos como imagens, textos e sons, além disso, considera-se a leitura do referencial teórico que dialogue com os propósitos das práticas da Educomunicação, como ciência fundamental para a construção de uma sociedade crítica e preparada para os desafios atuais e futuros da comunicação midiática.

Referências

BARROS, Matheus. **A IA pode ser a maior revolução cognitiva da nossa história, afirma especialista.** O Globo, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2023/11/30/a-ia-pode-ser-a-maior-revolucao-cognitiva-da-nossa-historia-afirma-especialista.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2024.

BUCKINGHAM, David. **As crianças e a mídia: uma abordagem sob a ótica dos Estudos Culturais.** p.107. Revista Matrizes, USP. Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38328/41183>. Acesso 07 set 2024

GABRIEL, Martha. **Habilidade para o futuro: Pensamento Crítico.** YouTube, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/d1xoJL2-Dg>. Acesso em: 11 set. 2024.

ITAÚ: Visão Macro. **Apostas on-line: estimativas de tamanho e impacto no consumo.** Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco S.A. p.03, 2024. Disponível em: https://macroattachment.cloud.italu.com.br/attachments/a77e92d9-319f-45ca-b657-6c721241804b/13082024_MACRO_VISAO_Apostas_on-line.pdf. Acesso em: 5 set 2024.

PACHECO, Elza Dias (org). **Comunicação & Educação, Televisão, Criança, Imaginário e Educação.** Campinas: Papirus, p.36, 1998.

PISA BRASIL, INEP. **O que os estudantes sabem e podem fazer em matemática.**

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_prt.pdf. p. 10, 2020. Acesso em 7 set 2024

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação.** In: *Comunicação & Educação*, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.

SOCIAL BLADE. **Top 100 Youtubers in Brazil sorted by subscribers.** Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed>. Acesso: 15 set 2024.

FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE AUDIOVISUAL E A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE SURDA¹

Paula Fernandes Siqueira²

Taís Steffenello Ghisleni³

A educomunicação, entendida como o campo que integra práticas educativas e comunicativas, surge como uma abordagem fundamental para promover o diálogo e a participação cidadã em uma sociedade cada vez mais mediada pela comunicação (Soares, 2011). Através da educomunicação, buscamos a transmissão de informações e a construção coletiva de conhecimento e a formação de sujeitos críticos, capazes de interagir e transformar a realidade social em que estão inseridos.

Segundo Soares (2003, p.1), educomunicação pode ser entendida como conjunto de ações comunicacionais realizadas em ambientes educativos. Ou seja, o “conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas”.

A comunicação, como um meio fundamental na interação social humana, permite que indivíduos possam expressar suas necessidades e ideias, construindo significados a serem compartilhados. De acordo com Sant’Anna, Júnior e Garcia (2009), a comunicação envolve uma troca de informações e, para que esse processo seja bem-sucedido, as mensagens geradas pelo emissor precisam ser claras, para que os receptores sejam capazes de interpretá-las. No entanto, diferenças linguísticas

¹ Trabalho apresentado no eixo 2. Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil. paulafsiqueira0@gmail.com

³ Doutora em Comunicação. Professora no Curso de Publicidade e Propaganda e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

e culturais podem apresentar barreiras significativas na compreensão da comunicação entre grupos distintos, como no caso do áudio para as pessoas surdas.

A surdez, referida como a perda parcial ou total da percepção normal dos sons, pode afetar significativamente a comunicação de indivíduos com deficiência auditiva. Segundo Barreiros (2006), a surdez é uma condição que interfere na capacidade de ouvir e, conseqüentemente, na forma como as pessoas se comunicam e interagem com o mundo ao seu redor.

Segundo Pereira, Quinhones e Ghisleni (2021), a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros ocorreu com a Lei n.º 10.436, de 2002. Esse contexto, evidenciou a necessidade de desenvolver materiais didáticos adaptados à natureza visual-gestual da Libras e no ecossistema publicitário, as práticas educomunicativas podem desempenhar um papel importante na promoção da inclusão e da acessibilidade, garantindo que as mensagens publicitárias consigam alcançar um público amplo, respeitando e valorizando a diversidade de suas audiências. A publicidade, como uma das principais formas de comunicação em massa, tem o poder de influenciar comportamentos e moldar percepções, o que torna essencial o desenvolvimento de campanhas que considerem as necessidades específicas de diferentes grupos sociais, incluindo a comunidade surda.

A legislação brasileira, através da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, reconhece a importância da acessibilidade em diversos contextos e especifica medidas para tornar a comunicação inclusiva e acessível a todos. O Ministério da Justiça (2009) destaca que as principais ferramentas disponíveis para as pessoas surdas são o closed caption e a janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais. No entanto, a efetividade dessas soluções de acessibilidade é questionável, pois muitas vezes não são oferecidas de maneira adequada. Apesar dos avanços legislativos e tecnológicos, a implementação dessas ferramentas ainda enfrenta desafios significativos, necessitando de melhorias na qualidade e disponibilidade para garantir que as soluções respeitem a identidade cultural dos surdos.

Apesar dos avanços na área de acessibilidade, ainda há lacunas significativas na maneira como as ferramentas audiovisuais são implementadas em campanhas publicitárias, especialmente no que diz respeito à comunidade surda. Muitas vezes,

as legendas e a Libras são tratadas como elementos secundários ou opcionais, o que pode comprometer a eficácia das campanhas em atingir plenamente esse público.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral compreender como as ferramentas de acessibilidade audiovisual, como legendas e a Libras, são utilizadas em comerciais publicitários e analisar como essas ferramentas influenciam a compreensão, experiência e avaliação desses conteúdos pela comunidade surda, à luz dos princípios da educomunicação. Sendo assim, a nossa proposta tem como objetivos específicos: identificar as principais ferramentas de acessibilidade audiovisual empregadas em comerciais publicitários voltados para a comunidade surda, com foco em legendas e Libras; analisar a eficácia dessas ferramentas em promover a inclusão e a compreensão de mensagens publicitárias pela comunidade surda, a partir de uma perspectiva educomunicativa; e ainda, examinar como a presença dessas ferramentas influencia a experiência e a percepção da comunidade surda em relação aos comerciais publicitários, considerando aspectos de inclusão social e comunicação acessível.

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais na publicidade é fundamental para garantir que a comunicação seja acessível a todos, incluindo a comunidade surda, que muitas vezes é excluída das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais. Incorporar Libras em campanhas publicitárias amplia o alcance das marcas e demonstra um compromisso com a diversidade e a inclusão social, reforçando a responsabilidade social das empresas.

Marcas como O Boticário e Coca-Cola já incorporaram Libras em suas campanhas, proporcionando uma experiência mais inclusiva e garantindo que suas mensagens sejam compreendidas por um público mais amplo (Sacchitiello, 2024). Essas iniciativas são exemplos de como a publicidade pode evoluir para ser mais equitativa e representativa, atendendo às necessidades de todos os cidadãos.

A metodologia adotada para este estudo envolve uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de educomunicação, publicidade inclusiva e acessibilidade audiovisual, seguida de uma análise de conteúdo de comerciais publicitários que utilizam legendas e Libras. Serão selecionados comerciais exibidos nos últimos cinco anos, veiculados em plataformas de mídia como televisão, YouTube e redes sociais, abrangendo diferentes setores da indústria. A análise focará na qualidade das

legendas, na utilização de Libras, na coerência entre áudio, texto e imagem, e no impacto dessas ferramentas na comunicação da mensagem publicitária.

Vale destacar que Miranda (2013, p. 75) reforça que “saber interpretar e produzir mensagens audiovisuais permite que o indivíduo deixe de ser apenas um receptor e passe a ser um produtor de sentido”. Nesse contexto, a educomunicação se apresenta como uma abordagem que promove experiências comunicacionais educativas, diferenciando-se do modelo tradicional comum nos espaços e processos educativos. Além disso, a educomunicação também se configura como um meio de expressão da cidadania, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

Esta pesquisa é de grande relevância, pois busca contribuir para o aprimoramento das práticas publicitárias no Brasil, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência auditiva através de ferramentas acessíveis e eficazes. Ao alinhar a análise com os princípios da educomunicação, o estudo reforça a importância de uma comunicação que informa e também educa, engaja e respeita as diferenças culturais e sociais. Esperamos que os resultados possam orientar profissionais de comunicação e marketing na criação de campanhas mais inclusivas, garantindo o direito à comunicação e à informação para todos os cidadãos. Isso reforça os princípios da educação midiática, ao promover a análise crítica da mídia, a democratização do acesso à informação e a valorização da diversidade cultural e linguística, essenciais para uma cidadania plena e participativa.

Referências

BARREIROS, M. F. Sandoval. AMARAL, S. T.. **As pessoas portadoras de necessidades especiais e os direitos fundamentais na TV**. in: II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Extensão Universitária, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <https://acervo.intertemas.toledoprudente.edu.br/>. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais**. Organização: Secretaria Nacional de Justiça. Brasília: SNJ, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/classificacao-1linguasinais.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

MIRANDA, Fabiana Maria Whonrath. Cinema e produção de vídeo na escola: da

prática à análise de questões pedagógicas sobre o ensino da linguagem audiovisual. In: PAVANI, Cecília; PARENTE, Cristiane; ORMANEZE, Fabiano. (org.). **Educomunicação, redes sociais e interatividade**. Campinas: Leitura Crítica, 2013. p. 75-94.

PEREIRA, Renata Quinhones; PEREIRA, Michele Quinhones; GHISLENI, Taís Steffenello. O auxílio das ferramentas educacionais no ensino de libras para ouvintes. **Dialogia**, [S. l.], n. 38, p. e19205, 2021. DOI: 10.5585/38.2021.19205. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19205>. Acesso em: 4 set. 2024.

SACCHITIELLO, Bárbara. O Boticário, Globo e Natura: as marcas mais inclusivas do Brasil. **Meio & Mensagem**, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://meioemensagem.com.br/marketing/o-boticario-globo-e-natura-as-marcas-mais-inclusivas-do-brasil>. Acesso em: 04 set. 2024.

SOARES, I. de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Criatividade, mídias e inovação: educomunicação refletida na Ação Social Salesiana¹

Joadir Antônio Foresti²

Janete Cardoso dos Santos³

Como a educomunicação pode contribuir com o letramento midiático depois de um grande período de afastamento das intervenções educacionais para um público de crianças de 8 a 12 anos? Assim começou o desafio de elaborar um projeto para capacitar educadores sociais da Rede Salesiana Brasil (RSB- LIMA, 2024), em setembro de 2020, pleno período de Pandemia do Covid-19. A RSB é conhecida por seu potencial educacional e de ação social em todo o Brasil e no mundo. A situação de afastamento dos educandos de suas obras de atendimento social trouxe esta preocupação: como elas retornarão, o que podemos fazer para nos preparar melhor?

O trabalho de elaborar o projeto coube ao Instituto Kaplun, liderado por este autor (KAPLUN, 2020). O período era propício, pois muitas instituições educacionais ou não, estavam se voltando a estudar e preparar estratégias de adaptação ao novo ciclo trazido pela Pandemia. Dessa forma o primeiro passo foi estabelecer um cronograma mínimo e um programa abrangente, que conversasse estreitamente com a educomunicação. O envolvimento com estudos e práticas do projeto não poderia ser menor do que três anos e o programa precisaria trazer novidades que unissem

¹ Trabalho apresentado no eixo 2. Educação midiática, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Joadir Antônio Foresti : Doutor em Comunicação e Cultura, Mestre em comunicação social e graduado em Jornalismo pela PUCRS . É especialista em gestão empresarial e administração escolar, consultor em comunicação corporativa e educomunicação. Sócio da ABPEducom. É professor e coordenado do curso de Jornalismo no UDF - Centro Universitário do Distrito Federal. Coordena o projeto Educomunicação em Ação Social, na Rede Salesiana Brasil (RSB). É consultor do SEBRAE/DF e diretor do Instituto Kaplun de Comunicação e Educação, em Brasília. Aborda temas de comunicação organizacional e empresarial, educomunicação, cibercultura e tecnologias educacionais. joadir.foresti@kaplun.com.br @joadirforesti.

³ Janete Cardoso dos Santos: Doutora e mestre em educação, especialista em Supervisão Escolar, graduada em Filosofia e Pedagogia. Especialista em metodologias ativas e em metodologias de Ensino. Professora e pesquisadora universitária. Coordenadora dos programas PIBID e Pesquisa no UDF. Atua nos temas de educação, formação de professores, ética, educomunicação, desenvolvimento humano, cultura de paz e comunicação não violenta. É sócia-diretora de Educação Instituto Kaplun e coordena o programa Minhas Escolhas, Minha vida.

teoria e prática, estudos e experimentações e que pudessem ser adaptadas ao dia a dia dos educandos das obras sociais.

Estruturalmente o projeto foi organizado em três módulos, um para cada ano, e dentro destes módulos foram inseridas temáticas que fizessem os educadores das obras sociais se engajarem com a sistemática e com os princípios educomunicativos, especialmente o protagonismo e a capacidade de lidar com as mídias. Para o primeiro módulo foram inseridas as temáticas de introdução à educomunicação (PEREIRA, 2016), estudos sobre a identidade carismática da instituição salesiana (RSB) e Aprendizagem Criativa. Esses três temas foram conduzidos em forma de aulas em sistema on-line síncrono com aproximadamente 80 horas de estudos. O segundo módulo abordou a gamificação (BLIKSTEIN, 2020) e a cultura maker, já o terceiro módulo se concentrou em retomar a educomunicação sob o aspecto da cultura digital (VIANA & MELLO, 2024), realizar conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) e sistematizar os conhecimentos por meio dos indicadores da Sociedade Internacional de Tecnologias Educacionais (ISTE, 2020).

O projeto se iniciou em 2021, depois de aprovado em assembleia da RSB. O período era incerto e nem todas as 12 obras selecionadas para participar do projeto-piloto estavam com seus educandos matriculados, devido ao Covid 19. Mesmo assim, a instituição apostou na preparação dos educadores eicineiros – especialmente contratados para agilizar o projeto –, para que pudessem se dedicar aos estudos no primeiro semestre e realizar as aplicações junto aos educandos no segundo semestre de 2021. Em 2023, a sequência das capacitações permitiu a inclusão de mais duas turmas e o projeto já está em sua 3ª edição.

Por que abordar a educomunicação sob essas perspectivas? Há mais de uma década, a Unesco (UNESCO-UFTM, 2013) apontou para a necessidade da Alfabetização midiática e informacional. E essas diretrizes inspiraram a construção da proposta. De acordo com o texto que deu origem ao projeto (FORESTI, 2020), a educomunicação se conecta ao projeto como um lastro importante de apoio e incentivo para melhor lidar com os processos de "educação com e para os meios". Todo indivíduo, independente de idade ou condição humana, tem direito a compreender o que se processa no contexto do território em que vive. Por isso, a educomunicação participa como uma proposta de abordagem de educação social, preocupada em auxiliar na diminuição das diferenças sociais, especialmente aquelas

que impedem os indivíduos de se verem como protagonistas e de perceberem as deficiências deixadas por estas desigualdades, tais como o analfabetismo.

O analfabetismo, tem acompanhado a história nacional. No relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre o Mapa do Analfabetismo (INEP/MEC, 2020), por exemplo, ao retratar o século de 1900 a 2000, é possível verificar que, embora o percentual de analfabetos no Brasil tenha diminuído de 65% para 13%, o número de analfabetos aumentou, pois, a população também aumentou. Em 2000, eram 16 milhões de analfabetos. Porém,

enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas.

Essa constatação fez com que o cálculo do número de analfabetos, em 2000, chegasse a 30 milhões. E ainda fez com que o país percebesse que, para estar alfabetizado, não basta a “pessoa ser capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples”.

Ao analisar as estatísticas dos últimos anos, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Educação. Isso ainda considerando o conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o que indica 11 milhões de analfabetos no segundo trimestre de 2019. Há que se considerar que a faixa etária que mais puxa os dados para cima está entre jovens e adultos, a partir dos 15 anos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei 13.005/2014, prevê a redução da taxa de analfabetismo para zero até 2024. Porém, pelas análises do IBGE, as taxas mostram que os resultados da execução do plano colocam a taxa atual para 4 anos de atraso, pois, em 2019, os índices eram correspondentes à meta de 2015, ou seja 6,5%.

Somando-se ao desafio das taxas de analfabetismo brasileiro, o cenário da educação apresenta um outro dado igualmente desafiador: o analfabetismo funcional.

Segundo o relatório de resultados preliminares do Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, INAF - 2018, cerca de 30% dos brasileiros em idade produtiva (entre 15 e 64 anos) são analfabetos funcionais, ou seja, 03 entre 10 brasileiros apresentam dificuldades em resolver questões básicas do cotidiano, dificultando o pleno exercício da cidadania e a construção de uma vida autônoma. Esta constatação também é relatada pelos educadores sociais nas diferentes expressões do trabalho desenvolvido na RSB, ao perceberem que quanto maior a vulnerabilidade social, menor é o repertório informacional e cultural.

Transcorridos quatro anos de sua concepção o Projeto já passou por diversos ajustes, adaptações e atualizações. Manteve sua proposta original e seus objetivos específicos de capacitar um grupo de oficinairos, pela abordagem educ comunicativa, para que possam colaborar com técnicas e conhecimentos atualizados nos ambientes de socioeducação; de oferecer suporte teórico e prático aos oficinairos sobre temas de gamificação e Aprendizagem Criativa; de criar estratégias metodológicas para contribuir com o desenvolvimento do jovem leitor e escritor, auxiliando na reposição das perdas na aprendizagem causadas pelo impacto da pandemia da COVID-19; de conectar teorias e práticas de educação e desenvolvimento social com os padrões da International Society for Technology in Education (ISTE) para a inovação na educação.

Nesses quatro anos, mais de 100 educadores / oficinairos já passaram por um período de capacitação, mais de 1.500 educandos foram atendidos em mais de 30 obras sociais da instituição, distribuídas e Norte a Sul do País. O alcance se faz possível pela estrutura da RSB, que conta com o Centro Salesiano de Formação (CSF). Durante a sistematização e implantação do projeto foram contratados sete conteudistas e outros tutores para implementar a formação dos agentes. Os educadores contam com 32 Kits Didáticos de Oficinas ligados aos temas do projeto, especialmente criados pelo projeto, com a finalidade de implementar oficinas com os educandos. Graças ao envolvimento da diretoria executiva da RSB, o projeto tem alcançado a cada ano mais obras e a repercussão vai além dos números.

Falar em Educomunicação nas obras que passaram pelo projeto já não é mais palavra ou expressão desconhecida, ela se tornou algo bem concreto, se tornou uma forma de dizer e sentir que realizar atividades coletivas tem um novo sentimento, o sentimento de que as crianças se sentem valorizadas e empoderada, e suas famílias

sente o orgulho de vê-las mais críticas e sabendo produzir, assistir e debater temas do cotidiano com mais propriedade. E os educadores mostram o orgulho de ter se preparado e fazer com que os educandos se comprometam com um futuro melhor.

Referências

BLIKSTEIN, Paulo. MEIRA, Luciano (Org.). **Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem**: estratégias para transformar as escolas no Brasil. Porto Alegre: Penso, 2020.

FORESTI, Joadir. **Projeto Educomunicação em Ação Social**. Brasília: RSB. 2021-2024 (e.Book de uso interno)

INEP / MEC. **Mapa do Analfabetismo no Brasil** (2000). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3> Acesso em: 1 set. 2020;

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ISTE. **Estrutura para a inovação na educação**: padrões ISTE para Educadores, Estudantes, Líderes educacionais, Disponível em: <https://www.iste.org/standards/> Acesso em 5 set. 2020

KAPLUN. Instituto Kaplun de Comunicação e Educação. **Nossa história**. Disponível em: <<https://www.kaplun.com.br/nossa-historia>> Acesso em 14 de jun. 2024.

LIMA, Janaína. **O Projeto Educomunicação em Ação Social da Rede Salesiana Brasil**. Brasília: RSB. 2024. Disponível em: <<https://rsb.org.br/social/noticias/o-projeto-educomunicacao-em-acao-social-da-rede-salesiana-brasil>> Acesso em: 20 ago. 2024.

PEREIRA, Antônia Alves. Práticas Educomunicativas previstas no material de apoio do sistema salesiano de educação. Págs. 121 a 128. in: SOARES, Ismar de Oliveira, VIANA, Claudemir e XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e alfabetização midiática** [recurso eletrônico]: conceitos, práticas e interlocuções São Paulo, SP: ABPEducon, 2016.



RSB - Rede Salesiana Brasil. **Identidade Carismática** - Volume 3 - 1a Impressão – Brasília: Rede Salesiana Brasil, 2018.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO-UFTM, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 01 set. 2020.

VIANA, CALUDEMIR & MELLO, Luci. **Cultura digital e a Educomunicação como novo paradigma educacional** (artigo). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19675/cultura-digital-fo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 23 abr. 2024.

A IA no buscador do Google e os impactos para a Educação Midiática¹

Luiggi Fontenele²

Gisele Nunes Brasil³

Recentemente, o *Google* começou a utilizar, como resultado das buscas feitas em sua plataforma, respostas geradas por Inteligência Artificial Generativa (IAG). Chamada de Visão Geral, ou *AI Overview*, os resultados das buscas feitas na plataforma são trazidos pelo *Gemini*, a IAG do *Google*. De acordo com informações do suporte do *Google*, a Visão Geral criada por IA vai agilizar o resultado das pesquisas: “Ela elimina o trabalho da pesquisa, fornecendo um resumo com informações importantes e links para se aprofundar” (Google, s/d). Porém, não serão todos os resultados de pesquisa que terão o recurso da IAG. A empresa afirma que utilizará esse novo processo quando seus “sistemas determinarem que a IA generativa pode ser útil. Por exemplo, para analisar rapidamente informações de várias fontes” (Google, s/d). A empresa também ressalta que a tecnologia de IAG utilizada é experimental.

Como tudo o que é novo, essa recente forma de obter respostas para as pesquisas traz dúvidas sobre sua confiabilidade. De onde vêm o conteúdo trazido pela IA nos resultados de busca? Se esses conteúdos vêm dos links disponibilizados junto aos resumos, quais os critérios para a escolha desses links? São fontes confiáveis? Essas dúvidas são válidas, principalmente quando nos deparamos com pesquisas que apontam que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas⁴.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 2 - Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/ UnB). Graduado em Comunicação Social pela UnB. Brasília, DF. E-mail: luiggifontenele@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/ UnB). Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Brasília, DF. E-mail: gnbrasil@gmail.com

⁴ Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, de junho de 2024, investigou a acurácia das pessoas na identificação de *fake news* e como isso se relaciona com IA e mídias sociais (Jornal da USP, 2024)

É nesse sentido, como uma tentativa de educar o cidadão a se relacionar com as mídias de uma maneira crítica, que a Educação Midiática se coloca como necessária. Ao desenvolver habilidades de leitura da mídia, o leitor passa a ter uma atitude reflexiva, além de escrever de forma responsável e participar ativamente da sociedade conectada.

Partindo de um balanço internacional na área, Lopes entende que a Educação Midiática se refere à “capacidade de aceder, analisar, avaliar, criar e comunicar mensagens em diversos contextos” (2011, p.27). Na América Latina, a Educação Midiática se insere em uma vertente histórica que parte da luta social pela universalização do Direito à Comunicação, de modo a compreender o cidadão não apenas como receptor de mensagens, mas assumindo condição de produtor, emissor e difusor de conteúdos. Diante do contexto apresentado, a Educação Midiática constitui um recurso que, pelo seu caráter de luta e garantia de direitos, desenvolve as noções de cidadania.

Nesta perspectiva, ao partir da hipótese de que a nova entrega resumida por IA do Google pode prejudicar a qualidade da busca pela informação, este trabalho pretende investigar como esta nova forma de acesso interfere no processo de Educação Midiática. Assim, a pesquisa utiliza revisão bibliográfica para aprofundar a discussão e segue uma metodologia de análise de conteúdo para compreender melhor o funcionamento da ferramenta de IAG em questão. Os objetivos específicos buscam compreender como funciona a nova ferramenta de busca por IA no Google e analisar os impactos dessa ferramenta levando em consideração o acesso à informação, jornalismo e democracia.

O tipo de metodologia de análise de conteúdo possui interesse na mensagem e funciona como um instrumento de compreensão e sistematização do que é apresentado, demonstra aquilo que pode passar despercebido (Martino, 2018). Para que a análise fosse constituída, foi necessário criar categorias de análise dos resultados encontrados com a finalidade de se aprofundar na interpretação não apenas da mensagem em si, mas também da forma como ela é constituída.

O conteúdo da análise advém de pesquisas no buscador do Google, utilizando palavras-chave que compõem o processo da educação midiática na formação do cidadão crítico. Os termos de pesquisa foram escolhidos a partir de temáticas

indicadas na Estratégia Brasileira de Educação Midiática, documento desenvolvido pela Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que tem como objetivo nortear a criação de políticas públicas de Educação Midiática no Brasil. Ou seja, os *prompts* se referem aos assuntos que orbitam e são de interesse de processos de Educação Midiática. Ao realizar o pré-teste, notou-se que, por vezes, os termos inseridos de maneira isolada no buscador não provocam a ativação da IAG em questão. Assim, foram criadas perguntas para verificar se, nesses casos, a ferramenta seria acionada com maior frequência. Os termos foram pesquisados em dois perfis e em guia anônima.

Com base nos dados obtidos durante a pesquisa, observa-se que a ferramenta de ativação de Inteligência Artificial Generativa, conhecida como “visão geral” do buscador, não se comporta de maneira uniforme. Dos 30 termos pesquisados, 15 acionaram a ferramenta, 10 não ativaram a IA e 5 resultaram em divergências nos resultados apresentados, com a funcionalidade sendo acionada apenas para um dos perfis, enquanto no outro não houve essa ativação.

Essas variações indicam que o sistema do Google personaliza a experiência de busca de acordo com o perfil do usuário, levando em consideração fatores, como histórico de navegação, preferências e talvez até localização geográfica ou comportamentos prévios de busca. Tal fato revela que a Inteligência Artificial Generativa aplicada no Google não apenas processa o conteúdo da web, mas também ajusta as respostas com base em dados preexistentes de cada usuário. Outro resultado que reforça essa indicação é que a ferramenta *AI Overview* não foi acionada em nenhum dos termos de pesquisa ao utilizar a guia anônima. Este comportamento afeta diretamente os processos de educação midiática, uma vez que diferentes informações podem ser apresentadas a usuários distintos, o que pode influenciar a construção do conhecimento, as percepções e a avaliação crítica das fontes.

Ao utilizar mecanismos de busca que empregam IA generativa, é fundamental que os usuários estejam cientes de que os resultados não são universalmente padronizados. A percepção de imparcialidade e uniformidade na internet, portanto, deve ser revista observando essas personalizações, o que reforça a necessidade de uma educação midiática que ensine o usuário a lidar com diferentes fontes de informação e a reconhecer a possível influência de algoritmos e sistemas de IA sobre

os conteúdos que consomem. A personalização vai além das divergências entre ativar, ou não, a ferramenta de Visão Geral. Levando em consideração os 15 termos que acionaram a IA generativa para ambos os perfis, há divergência com relação às referências indicadas pela plataforma em 6 termos. Ou seja, para construir o texto acerca do termo em questão, o *Gemini* pode utilizar diferentes fontes para apresentar resultados personalizados a depender do perfil que busca pelo termo.

Tratando-se da unidade de análise do caráter das referências utilizadas para a construção do resumo, a problemática em questão envolve a credibilidade da informação que a IAG usa na Visão Geral. Os resultados indicam que, na maior parte das vezes, as fontes de conteúdo são *websites* de caráter comercial, provém da iniciativa privada. A discussão sobre a qualidade da informação é, também, fundamental para que os processos de Educação Midiática tenham impacto na sociedade. Nesse sentido, a proveniência de conteúdos na nova ferramenta do Google que não necessariamente passaram por processos de pesquisa ou apuração, ou que atendem a interesses econômicos de instituições, pode configurar um obstáculo para se obter informações de qualidade e assim, desenvolver o pensamento crítico para os meios.

Ao levar em consideração a análise sobre a forma como a Visão Geral utiliza as referências, é notável que a Inteligência Artificial Generativa, na maior parte das vezes, se apoia no uso de sinônimos de sentenças disponíveis nos *websites* indicados. O resumo gerado é alimentado por trechos de textos completos que, como uma colcha de retalhos, são agregados a outros trechos de outras referências. Há um esforço, por parte da IAG, em atribuir sentido entre os trechos utilizados, mas aqui se coloca a questão da descontextualização. Por vezes, há um tópico retirado de alguma das referências que não se coloca bem no resultado da busca porque não está acompanhado de seu texto original.

Considerando as questões de democracia brasileira, houve um caso em específico que a ferramenta utilizou, em seu resultado, trechos da Constituição Portuguesa para uma busca, feita em território brasileiro, sobre o Direito de Liberdade de Expressão. Tais fatores podem levar a uma certa confusão no que diz respeito ao acesso à informação, e configurar processos contra-educativos.

Diante das constantes mudanças no cenário digital, a utilização de recursos como a IAG se coloca como uma ferramenta que transforma profundamente a forma como acessamos e interpretamos a informação. O uso dessas tecnologias, como evidenciado nas buscas realizadas no *Google*, levanta questões importantes sobre a qualidade e a confiabilidade das informações apresentadas. A personalização dos resultados, muitas vezes baseadas no histórico de navegação e demonstrado pela não ativação da IAG nas pesquisas realizadas na guia anônima, pode levar à descontextualização de conteúdos, o que prejudica a formação de uma compreensão crítica dos assuntos em debate. Tudo isso reforça a necessidade da educação midiática, que permita o reconhecimento de algoritmos e o entendimento de como lidar com essa nova forma de acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, a educação midiática surge como uma ferramenta essencial para fornecer habilidades para acessar, avaliar e criar conteúdos de maneira crítica. Assim, ela promove autonomia e fortalece a democracia, ao permitir que os indivíduos participem de maneira mais ativa e reflexiva dos debates públicos. Portanto é necessário que o uso das tecnologias como a IAG seja monitorado e acompanhado por uma educação que prepare os cidadãos para lidar com os desafios da informação na era digital.

Referências

GOOGLE, Central de ajuda. Disponível em: https://support.google.com/websearch/answer/14901683?hl=pt-BR&visit_id=638601431405862427-1197804405&p=ai_overviews&rd=1. Acesso em: 31 de agosto de 2024.

JORNAL DA USP. **Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>. Acesso em: 31 de agosto de 2024.

LOPES, Paula. Literacia mediática – conceito e orientações: a abordagem europeia. **Literacia(s) e literacia mediática**. 2011. CIES-IUL.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Edição digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

OECD (2024), “**The OECD Truth Quest Survey**: Methodology and findings”, OECD Digital Economy Papers, No. 369, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>.

PERUZZO, Cicilia; KROHLING, Maria. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

SAAD, Elizabeth; RAMOS, Daniela Osvald. Silvio Waisbord: diversidade e fragmentação – o campo da comunicação como uma pós-disciplina e seus desdobramentos na contemporaneidade. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 1, p. 125–143, 2021. DOI: [10.11606/issn.1982-8160.v15i1p125-143](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p125-143). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/186265>.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>.

Conectando Gerações pelo WhatsApp - Um manual de educação midiática para idosos¹

Ana Paula Rosa Sebastião Almeida²

Mariana Ferreira Lopes³

Este resumo tem por objetivo relatar a experiência de elaboração de um manual de educação midiática (EM) sobre uso da ferramenta *WhatsApp* voltado ao público 60+. Trata-se do recorte do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido durante o ano de 2024 por meio de uma pesquisa exploratória e oficinas realizadas com grupo *Vozes da Experiência*, um projeto de convivência realizado no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP), uma das Regiões Administrativas que compõem Distrito Federal. O interesse em desenvolver uma estratégia de educação midiática em ambiências digitais com essa população surgiu de observações na convivência familiar e espaços de trabalho. Observamos que as pessoas idosas podem perder a sua autonomia e começam a ter algumas dificuldades nos usos de ferramentas e aplicativos digitais. O intuito, assim, foi de elaborar um material a partir das necessidades apontadas pelo grupo participante a fim de contribuir para o fortalecimento da cidadania comunicativa por meio da educação midiática.

O desenho metodológico compreendeu a pesquisa bibliográfica e atividades de campo, essas últimas organizadas a partir do a) diagnóstico e levantamento de informações sobre acesso à internet, habilidades e temas de interessantes com o grupo do CEDEP; b) elaboração do manual; c) avaliação do material produzido pelas

¹ Trabalho apresentado no eixo nº2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Graduanda em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília, Distrito Federal. Email para contato: paularosasbt@gmail.com

³ Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (FAAC-Unesp). Professora do Departamento de Audiovisuais e Publicidade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) Integra os grupos de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UnB; Convergência e Jornalismo (ConJor) do PPGCOM da Universidade Federal de Ouro Preto e do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). É atual Diretora Cultural e de Projetos da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM). Brasília-DF. E-mail: lopes.mariana@unb.br

participantes. Prevê-se ainda a realização de encontros formativos a partir do material produzido como atividades do projeto de extensão *Educom.ComCom* ligado ao *Programa de Extensão de Ação Contínua Comunicação Comunitária* da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

A pesquisa partiu da revisão de literatura sobre educação midiática, inclusão digital e público 60+. Consideramos os eixos de atuação e proposições da *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* (Brasil, 2023) a exemplo da promoção da EM em espaços não formais de aprendizagem, como o caso do projeto do CEDEP, e voltadas a pessoas adultas e idosas considerando que

A educação midiática para adultos deve ser inclusiva, acessível, adaptada às necessidades específicas dessa população, levando em consideração o contexto, a linguagem e o histórico dos diversos grupos da população (por exemplo, a população 60+ que carece de espaços formais para discutir aspectos da cultura digital, comportamentos e cuidados ao lidar com e produzir informações nesse âmbito (Brasil, 2023, p.18).

A dimensão conceitual deste campo de intervenção abrangeu a sua perspectiva histórica e abordagens (Bévort; Belloni, 2009) e a perspectiva da alfabetização midiática e informacional trazida pela Unesco (2016). Também foram levantados aspectos para a contextualização sobre usos de tecnologia por pessoas idosas (Prensky, 2001) e especificamente sobre o uso da ferramenta *WhatsApp* (Maestrelli; Barbosa, 2024). Foi realizado um levantamento de materiais correlatos à proposta do trabalho com destaque para os materiais produzidos pelo *EducaMídia* (INSTITUTO PALAVRA ABERTA, 2019), especialmente o conjunto de propostas do *EducaMídia60+*, e outro Trabalho de Conclusão de Curso que propôs a elaboração de um manual sobre desinformação e *WhatsApp* para esse público (Landim, 2023). Para que o produto desenvolvido não fosse baseado apenas no levantamento bibliográfico e de similares, mas que partisse das demandas concretas dessa população, consideramos essencial a busca por um grupo que pudesse compartilhar os desafios e oportunidades em suas vivências nas ambiências digitais e contribuir para a construção colaborativa do manual. Assumimos, no entanto, que os dados levantados e, por consequência, o produto desenvolvido possa não corresponder às demandas do todo, mas consideramos igualmente válido e relevante tanto o seu

processo como o resultado. Isto pois, um dos objetivos do trabalho é a disponibilização do manual para que possa ser adaptado e utilizado por quem tiver interesse em práticas de educação midiática. A indicação para o encontro com o grupo *Vozes da Experiência*, composto por 70 mulheres entre 60 e 82 anos que se encontram três vezes por semana para a realização de diversas atividades como ioga e artesanato veio da coordenação do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá, espaço que desenvolve atividades junto ao polo de extensão do Paranoá da Universidade de Brasília e no qual o referido projeto de Comunicação Comunitária já havia atuado em outros momentos. Para a produção do manual, foi realizado um diagnóstico com as participantes por meio da aplicação de um questionário para levantamento de dados sobre acesso, habilidades e usos de tecnologias e ferramentas digitais. Verificando que o *WhatsApp* era a atividade realizada com mais frequência por elas, porém elas mostraram ter pouca familiaridade com a internet, não utilizando muito no seu dia a dia. 60 % delas se consideravam inexperientes em relação aos dispositivos digitais, 40% pouco experiente e 10% se considerou moderadamente experiente. Contudo a grande maioria possui smartphone, acesso a internet e 60% delas já utilizam o aplicativo do *WhatsApp*, sendo para funções mais básicas, como mandar áudio e receber mensagens.

Após a aplicação, foi realizada uma roda de conversa na qual o grupo compartilhou suas impressões e deu um importante direcionamento para a realização do manual. Diante das questões apresentadas pela coordenadora do *Vozes da Experiência* e pelas participantes, o *WhatsApp* é um dos únicos meios de comunicação entre elas e por isso querem estar presentes nele e aprender as funções desconhecidas. Considerando as demandas levantadas, desenvolvemos uma proposta de manual que em seus temas contemplasse o passo a passo das principais funções, desde de quando se cria uma conta no *WhatsApp* pela primeira vez, apresenta a interface, mostra como adicionar contatos, mandar áudio, escrever ,apagar e editar mensagens, enviar fotos e postar nos status, fazer chamadas de vídeo, enviar arquivos e documentos e também conta com conteúdos sobre segurança para evitar golpes ou fraudes, fake news e os cuidados quanto ao encaminhamento de mensagens. Esses conteúdos seguiram uma narrativa construída com base nas vivências do grupo e seu projeto gráfico considerou aspectos de adaptabilidade para pessoas idosas como uso de tipografia adequada.

A primeira versão do manual foi levada para a avaliação das participantes do grupo *Vozes da Experiência*. Na ocasião, foi realizada uma oficina de fotografia para que as imagens produzidas pudessem ser incorporadas no manual e também voltada para o envio de imagens pelo *WhatsApp*, presente no manual. Após as devolutivas e produções, o manual foi atualizado em sua versão final.

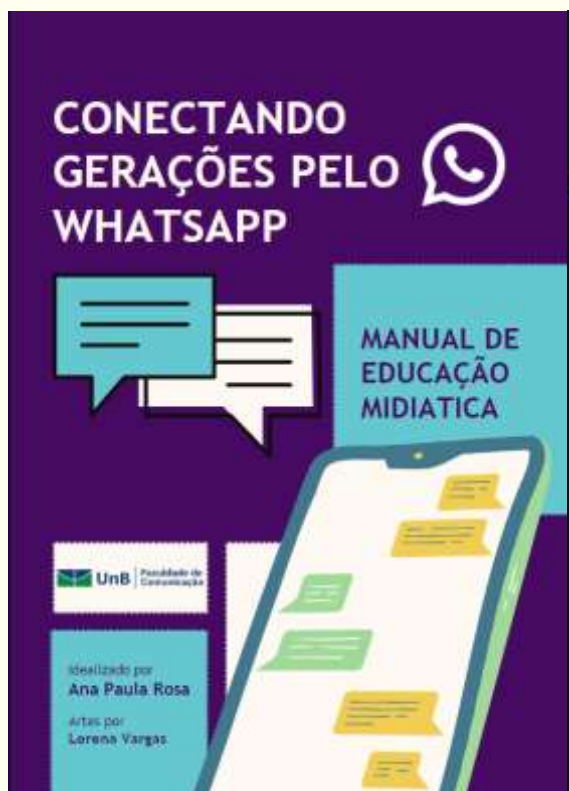


Figura 1: Capa manual

Fonte: Autor

SUMÁRIO	
Criar uma conta	7
Adicionar Contatos	9
Mandar áudio	11
Escrever e apagar mensagem	13
Editar mensagem	18
Mandar Fotos	20
Postar nos Status	23
Chamada de vídeo	26
Enviar arquivos e documentos	27
Segurança	29
Como bloquear números	32
Encaminhar mensagens	34

Figura 2: Sumário

Fonte: Autor



Figura 3: Guia do teclado

Fonte: Autor



Figura 4: Não caia em fake news

Fonte: Autor

Após essa atualização, ainda estão previstas oficinas para o uso de *WhatsApp* com o grupo *Vozes da Experiência* e a divulgação do material. Também serão realizadas oficinas com mais grupos dessa população a fim de que novas demandas possam ser levantadas e outras estratégias possam ser desenvolvidas pelo projeto de extensão *Educom.ComCom*. Entendemos que esse manual de educação midiática pode contribuir para o aprendizado das participantes do grupo *Vozes da Experiência* e também ser um material de apoio para elas que utilizaram sozinhas ou em atividades de EM que possam potencializar seu aprendizado.

Referências

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. Educação & Sociedade, v. 30, n. 109, p. 1081–1102, set. 2009.

BRASIL.SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática apresenta as políticas públicas voltadas para a população.**

Publicado em: 31 out. 2023. Atualizado em: 22 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>.

Acesso em: 10 ago. 2024.

EDUCAMIDIA60+. **Cartilha 60+ - Módulo 1.** 2021. Disponível em:

<https://60mais.educamidia.org.br/wp-content/uploads/2021/10/cartilha-60mais-modulo1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. **Educamídia.** Disponível em:

<https://educamidia.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LANDIM, Gabriella Castro Braz. **Vi no zap, é verdade?: manual de educação midiática para o público 60+.** 2023. 38 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível

em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/37418/1/2023_GabriellaCastroBrazLandim_tcc.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

UNESCO. **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país.** Unesco, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PRENSKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais.** Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, out. 2001. Tradução do artigo "Digital natives, digital immigrants".

Educomunicando na Língua Inglesa: a experiência do projeto English Club¹

Suéller Costa²

O desenvolvimento de projetos inspirados em temáticas transversais – em especial, aquelas que são destaque no cenário midiático, cujos impactos são globais, nacionais e, inclusive, regionais - fazem parte do meu fazer pedagógico³ na Educação Básica. Esta dinâmica é motivada por estratégias pautadas pela Educomunicação, que alia a comunicação à educação em prol de transformações nos âmbitos educativos, incentivando o pensamento crítico, reflexivo, participativo e mobilizador frente às problemáticas em evidência nos diferentes territórios. Aos estudantes, oportuniza debates sobre assuntos importantes, e, por sua vez, a integração com turmas de todas as séries - do Ensino Fundamental ao Médio – e a partilha de interesses em comum. Ao educador, traz a possibilidade de conhecer o repertório cultural, linguístico e, sobretudo, midiático das diferentes faixas etárias e suas interpretações acerca dos assuntos que leem, ouvem, assistem e acompanham pelos diferentes canais informativos.

Pertenço à interface, com atuação na comunicação e na educação, e, quando estou em sala de aula – tanto no ensino formal quanto não formal –, sinto-me com a missão de propagar a dialogicidade entre as duas áreas, com vista à realização de

¹ Trabalho apresentado no Eixo Temático Nº 3 – Mediação Tecnológica na Educação no X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Educomunicadora, jornalista, professora e pesquisadora. Doutoranda em Educação, na área de concentração "Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas", na Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo (FEUSP). Mestre em Ciências da Comunicação, na Linha de Pesquisa Comunicação e Educação, do PPGCOM da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP). Especialista em Educomunicação (ECA/USP), Tecnologias na Aprendizagem (SENAC-SP), Estudos da Linguagem (UMC) e Projetos Sociais e Políticas Públicas (SENAC-SP). Membro dos grupos de pesquisas Mediações Educomunicativas (ECA/USP); e Polifonia (DCH/UNEB). Professora concursada na rede municipal de Guararema/SP e convidada no Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS). Formadora no Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Sócia da ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação) e da APEP (Associação dos Professores de Escolas Públicas). Idealizadora do Educom Alto Tietê (@educomaltoietete). E-mails: sueller.costa@gmail.com; educomaltoietete@gmail.com.

³ Em alguns trechos, o artigo será escrito em primeira pessoa porque se trata de um estudo reflexivo sobre uma prática realizada pela própria autora.

propostas emancipadoras. O espaço educativo – presencial e virtual – é o meu laboratório, onde reúno teorias e práxis estudadas ao longo do meu percurso formativo para conhecer, inteirar, explorar, aprender e me conectar com as novas tendências educacionais em conjunto com um público que melhor entende das mudanças que devem ser levadas ao cenário escolar: os estudantes.

Ao ingressar como professora de Língua Inglesa em uma rede municipal do Alto Tietê¹, passei a integrar os conhecimentos teóricos, práticos e reflexivos da interface comunicação e educação com o propósito de promover o ensino e o aprendizado desse idioma sob a perspectiva da Educomunicação. Comecei a conciliar estas responsabilidades com o agir educ comunicativo, que exige competências digitais, comunicativas, tecnológicas, e, sobretudo, pedagógicas. São conhecimentos necessários para que a comunicação não seja instrumental e a educação, meramente informacional. Independentemente de políticas públicas consolidadas (na região onde atuo, elas são carentes), o educ comunicar – pelas brechas – passou a ser uma conduta durante o meu itinerário nos territórios educacionais dos âmbitos formais. Nascendo, a partir deste impulso, o projeto *English Club – Let's Learn Together*, que será compartilhado ao longo deste artigo.

A iniciativa foi idealizada em 2020, e, desde então, integra o cronograma de atividades desta educadora, que se divide entre as aulas regulares e as que destina à experiência educ comunicativa². Realizada com as turmas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano) das escolas da Rede Municipal de Guararema, no interior de São Paulo, trata-se de uma proposta que instiga a produção autoral entre as crianças e em Língua Inglesa, apropriando-se de uma linguagem (à escolha dos educandos) para registrar os trabalhos produzidos, cujo processo se propõe a contemplar os cinco eixos do idioma (oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural), agregar os conteúdos estudados no livro

¹ Trata-se de uma região geográfica localizada no entorno do [Rio Tietê](#). É composta pelas cidades de Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel e Suzano, que integram a região metropolitana de São Paulo. Este relato refere-se à experiência educ comunicativa realizada em uma delas: Guararema.

² Os livros do SET Brasil, da Editora Moderna, que são usados na rede de ensino, orienta o programa curricular no idioma estrangeiro, e a Educomunicação – que promove o diálogo entre a comunicação e a educação – norteia as estratégias metodológicas desta professora.

didático, propagar competências nos âmbitos comunicativos, tecnológicos e informacionais e idealizar um percurso educativo pautado pela Educomunicação.

Tem o propósito de ampliar o repertório dos alunos, incentivando-os a usar a Língua Inglesa em diversas situações comunicativas, tanto escritas quanto orais, tendo como base temas transversais. Visa ao incentivo, acima de tudo, da autoria das crianças, explorando, para isto, as diversas linguagens comunicativas e informacionais. Faz uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para estimular o conhecimento de diferentes narrativas e a produção de trabalhos que contemplem os discursos que melhor as representem. São os alunos, em conjunto com a professora, que delineiam os formatos que usarão para registrar as temáticas abordadas. Ao longo dos últimos quatro anos (2020 a 2024), uma variedade de trabalhos – levando em consideração o processo educomunicativo – foi produzida, tais como: histórias em quadrinhos, tirinhas, mapas mentais, linhas do tempo, murais virtuais e impressos, produções fotográficas e audiovisuais, apresentações culturais, mobilização de campanhas. Foram inúmeras ações que viabilizaram a discussão de assuntos que transpassaram o conteúdo programático.

De acordo com Soares (2011), é pela pedagogia de projetos que as propostas educomunicativas começam, e elas ganham prosperidade no âmbito transdisciplinar ao

... propor que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educomunicativos legitimados por criatividade e coerência epistemológica. (2011, p. 19).

Além de ampliar as condições de expressão da juventude, como forma de engajá-la em seu próprio processo educativo, os projetos realizados sob a perspectiva da Educomunicação permitem que os educandos

... se abram para a compreensão crítica da realidade social e ampliem seu interesse em participar da construção de uma sociedade mais justa, confirmando sua vocação pela opção democrática da vida em sociedade. Tudo isso porque a participação os levou a maior conhecimento e a maior interesse pela comunidade local, inspirando ações coletivas de caráter educomunicativo. (SOARES, 2011, p. 31).

A cada bimestre, esta professora dialoga com os estudantes, a fim de conhecer as suas inquietações; investiga as demandas do contexto escolar, os problemas nos territórios e os assuntos em destaque nos cenários global, nacional, regional, e, especial, sua repercussão no âmbito local; viabiliza as discussões sobre os temas elencados; planeja os conteúdos a serem produzidos e define os formatos em consonância com a faixa etária dos produtores; e, por sua vez, organiza as produções, seguindo uma sequência didática que valoriza os processos e não exclusivamente o produto a ser entregue.

Além do desafio em incentivar a Língua Inglesa, nos âmbitos escritos, orais e interpretativos, a dinâmica consiste em trabalhar a alfabetização e o letramento digital e informacional das crianças para explorar temas transversais, com o intuito de instigá-los a serem autores de publicações especiais, tanto em Língua Portuguesa, como, principalmente, Inglesa, que façam jus à proposta central do projeto: produção autoral discente sob a perspectiva da Educomunicação.

As estratégias elencam variados gêneros, respeitando o contexto dos alunos, a fim de intensificar os trabalhos com as múltiplas linguagens da comunicação. Além das plataformas educacionais (Google Classroom, Google Meet, WhatsApp), são usados diferentes aplicativos (Padlet, Jamboard, Mentimeter, Canvas, Puzzle, Flipbook, Mind Map). Recursos manuais (cartazes, giz de cera, lápis de cor, canetinhas, tintas etc.) e tecnológicos (tablets, celulares e computadores) são utilizados ao longo da sequência didática, que se preocupa com um percurso didático-pedagógico que contemple estratégias tanto analógicas quanto digitais para a apresentação, compreensão, assimilação, imersão e produções dentro das temáticas abordadas.

As experiências desenvolvidas com o projeto *Englih Club – Let's Learn Together* integram as propostas realizadas ao longo do Brasil que, em meio às oportunidades, encontram espaços para levar o conceito, a metodologia e a prática educ comunicativa aos diferentes ambientes educativos por acreditar – e evidenciar – sua potencialidade nos âmbitos cognitivos, e, sobretudo, comportamentais e atitudinais de estudantes de diferentes faixas etárias. Trata-se de uma iniciativa que visa à promoção da cidadania entre uma geração que, quando tem a sua voz

amplificada, encontra caminhos para nortear mudanças significativas em seus territórios. Mais um projeto que almeja ser inspirador e, principalmente, visível, em especial, às instâncias governamentais, para que suas práticas possam ser propagadas em outras proporções e suas evidências colaborarem para a consolidação de políticas públicas que a fortaleçam. Este é um dos caminhos para que projetos sob o viés da Educomunicação ocorram de forma sistemática, e não esporádica nos diferentes cenários, em especial, os educativos.

Referências

AZANHA, José Mario Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 67-78.

BOTO, Carlota (org.). **Cultura Digital e educação**. São Paulo: Contexto, 2023.

BACICH, Lilian; HOLANDA, Leandro. **Aprendizagem Baseada em Projetos – Desafios da Sala de Aula em Tempos de BNCC**. Revista Educatrix/Moderna, Ano 8, N. 14, 2018. Acesso em: 20 de dez. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CITELLI, Adilson Odair e COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: Construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PRENSKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais**. De On the Horizon, NCB University Press, Vol. 9, Nº. 5, Outubro 2001. Disponível em: <www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. Caminhos da gestão participativa como prática da Educomunicação. IN: COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Gestão da Comunicação. Epistemologia e pesquisa teórica**. São Paulo: Paulinas, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional e a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.



SHIROMA, Carina Guiname; GRAMANI, Giuliana. **Tendências no Ensino de Idiomas**. Revista Educatrix/Moderna, Ano 8, Nº. 14, 2018. Disponível em: <<https://homol.moderna.com.br/educatrix/ed14/educatrix14.html?pag=92>> Acesso em: 20 de dez. 2021.

Alfabetização visual na perspectiva da Educomunicação: reflexões e experiências¹

Felipe Gustavo Guimarães Saldanha²

A invenção do alfabeto, por volta do ano 700 a.C., estabeleceu uma hierarquia social entre cultura alfabetizada e cultura audiovisual, como explica Manuel Castells (1999). Contudo, ao longo do século XX, a tecnologia elétrica possibilitou o surgimento e posterior sofisticação de novas mídias, como o cinema, o rádio e a televisão, de modo que essa relação de poder foi invertida, graças à viabilização da transmissão de imagens de modo sedutor e sensorialmente estimulante. Hoje, em meio à consolidação de uma rede complexa de hipermediações (Scolari, 2015) a partir dos processos sociais condicionados pelas mídias e tecnologias digitais, a linguagem visual segue exercendo influência expressiva sobre a sociedade, o que pode ser ilustrado pelo fato de que quatro entre as dez plataformas sociais digitais mais utilizadas pelos brasileiros é inteiramente dedicada aos formatos visuais ou audiovisuais, segundo o Datareportal (2024)³.

Dessa forma, para entender o papel central dos processos comunicacionais na contemporaneidade, é crucial entender a complexidade da linguagem visual, que segundo Donis A. Dondis (1997) tem sido abordada pela educação de forma pouco rigorosa e exclusivamente subjetiva. A autora defende a importância da formação para o domínio do conhecimento visual, com base na definição de um sistema próprio:

A sintaxe visual existe. Há linhas gerais para a criação de composições. Há elementos básicos que podem ser aprendidos e compreendidos por todos os estudiosos dos meios de comunicação visual, sejam eles artistas ou não, e

¹Os livros do SET Brasil, da Editora Moderna, que são usados na rede de ensino, orienta o programa curricular no idioma estrangeiro, e a Educomunicação – que promove o diálogo entre a comunicação e a educação – norteia as estratégias metodológicas desta professora.

² Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor de Comunicação da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM) (2022–2024). Membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) (2022–2025).

³ São elas o Instagram (2º lugar - 91,2% dos 187,9 milhões de usuários brasileiros de internet), TikTok (4º - 65,1%), Kwai (7º - 46,1%) e Pinterest (9º - 46,7%). O *ranking* não inclui o YouTube, com 76,6% do total de usuários.

que podem ser usados, em conjunto com técnicas manipulativas, para a criação de mensagens visuais claras. O conhecimento de todos esses fatores pode levar a uma melhor compreensão das mensagens visuais. (Dondis, 1997, p. 18).

Neste sentido, o presente artigo busca apresentar contribuições para o desenvolvimento da alfabetização visual inserido no contexto da Educomunicação, com colaborações do design gráfico e à luz das competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que, inclusive, confere posição de destaque à linguagem visual já na quarta competência geral da educação básica:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, **visual**, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (Brasil, 2018, p. 9, grifo nosso).

Toda mensagem imagética, segundo Abraham Moles (1974), se apresenta em duas dimensões: uma semântica, que é consciente e traduzível, baseada em um repertório de signos compartilhado entre emissor e receptor; e uma estética, que é inconsciente e conotativa, baseada em elementos implícitos. É possível afirmar que a primeira é entendida e a segunda é percebida, ainda que tal percepção não seja um ato passivo, conforme explica Allen Hurlburt (1986, p. 133):

Perceber uma imagem é participar um processo criativo. No ato de ver, temos a tendência de separar determinadas imagens da massa de impressões a que estamos expostos e adicionar a essa imagem nosso próprio conhecimento, nossa experiência e imaginação.

O design gráfico sistematiza as ferramentas que vão operar essas mensagens imagéticas com base nessas duas dimensões. De acordo com Newark (1999), tais ferramentas pendem, de um lado, para o polo do artesão, do conteúdo e da função, que se preocupa em fazer sentido: simplificar, esclarecer e ser eficiente. De outro, pendem para o polo do artista, do estilo e da estética, que busca criar diferença: ser

reconhecido e, ao mesmo tempo, diferenciado e exclusivo. Assim, o design gráfico consegue cumprir diversos papéis:

Ele classifica e diferencia – faz uma empresa, organização ou mesmo nação se sobressair em relação a outra. Ele informa – mostra como desossar um pato ou como registrar um nascimento. Atua em nossas emoções e ajuda a dar forma aos nossos sentimentos em relação ao mundo que nos cerca. (Newark, 1999, p. 6)

Os conhecimentos conceituais e procedimentais do campo do design gráfico contribuem para o domínio da alfabetização visual e, por consequência, o exercício pleno da cidadania, na medida em que a alfabetização visual é um dos movimentos do mundo à palavra e da palavra ao mundo, em linha com a visão de Paulo Freire (1989, p. 13): “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

O caráter educ comunicativo de uma iniciativa de alfabetização visual, por sua vez, pode ser identificado a partir uma série de atributos. Entre eles, destacam-se: a intencionalidade educativa ou pedagógica materializada na definição de objetivos midiáticos por meio dos quais se estimule a prática de hábitos de investigação e as habilidades de expressão (Ferrari, Machado e Ochs, 2020); o reconhecimento de que os atores envolvidos são emissores-receptores, habilitados a atuar nos dois papéis, com base em uma relação horizontal, não hierárquica e isonômica entre profissionais e amadores (Aparici e David García-Marín, 2018); e pelo direcionamento de que, no contexto da educação midiática, o processo de produção é mais importante do que o produto final (Almeida, 2024).

Ao longo de nossa trajetória docente e de pesquisa, tivemos a oportunidade de estudar ou conduzir iniciativas que lidam com o desenvolvimento da alfabetização visual, o paradigma da Educomunicação e/ou ferramentas do design gráfico em diferentes situações educacionais voltadas a distintos públicos, sendo elas:

- Projetos para estudantes de Ensino Fundamental da rede pública, com atividades de leitura e criação de produções midiáticas, em particular visuais e audiovisuais, realizadas sobretudo no contraturno;

- Disciplinas para estudantes de graduação de cursos da área de Comunicação voltadas a produção gráfica, direção de arte e diagramação;
- Cursos livres para professores com foco nas possibilidades educativas da linguagem visual nas práticas midiáticas.

Essas experiências nos permitiram levantar, ainda que em caráter provisório e sem maior sistematização, algumas considerações com base em resultados comuns obtidos no processo de elaboração ou aplicação de cada uma delas.

Em primeiro lugar, depreendemos que, ao incentivar a reflexão sobre as dimensões e ferramentas que estruturam o discurso visual, os alunos de graduação conseguiram ir além do senso comum de que tal sintaxe é meramente intuitiva, o que qualificou seu saber técnico-profissional e, também, sua compreensão crítica a respeito das implicações da visualidade no e sobre o mundo.

Em segundo lugar, percebemos que, nessas práticas que exploram a linguagem visual e audiovisual com alunos da Educação Básica, o desenvolvimento de habilidades técnicas de produção (conhecimento procedimental) está interrelacionado à compressão das lógicas de produção dos discursos midiáticos (conhecimento conceitual), de modo que um ajuda a ampliar o outro. Conforme esses repertórios crescem, os educandos começam a desenvolver estratégias gerais que parecem refletir uma forma específica de pensamento, ligada a uma compreensão crítica do mundo (conhecimento metacognitivo).

Finalmente, a força da visualidade nos ambientes digitais vem despertando um senso de urgência em dominar a linguagem visual como forma de melhor aproveitar esses espaços para autoexpressão e de destacar a própria voz em meio à barafunda informacional. Especialmente no caso dos educadores que participaram dos supracitados cursos livres, identificamos que essa necessidade era acompanhada de uma demanda por entender melhor o universo no qual estavam mergulhados seus próprios alunos, em geral mais jovens e mais profundamente conectados com as tecnologias digitais da comunicação.

Assim, essas constatações reforçam nossa percepção de que a linguagem visual constitui um palco no qual podem se mesclar diversos formatos artísticos e midiáticos, tradicionais e inovadores, à guisa de um mosaico, revelando um espaço fértil para o desdobramento – retomando o conceito de Carlos Scolari (2015) – de

hipermediações mais complexas e ricas, em um contexto de intensa convergência midiática.

Referências

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educomunicação**. Campina Grande: EDUFPG, 2024.

APARICI, Roberto; GARCÍA-MARÍN, David. **Prosumidores y emirecs: Análisis de dos teorías enfrentadas**. *Comunicar*, Huelva (Espanha), v. 26, n. 55, p. 71-79, abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DATAREPORTAL. **Digital 2024: Brazil**. [S.l.], 23 fev. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 15 set. 2024.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERRARI, Ana Claudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HURLBURLT, Alen. **Layout**. São Paulo: Mosaico, 1980.

MOLES, Abraham Antoine. **O cartaz**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

NEWARK, Quentin. **O que é design gráfico?** Porto Alegre: Bookman, 2009.

SCOLARI, Carlos A. **From (new)media to (hyper)mediations. Recovering Jesús Martín-Barbero's mediation theory in the age of digital communication and cultural convergence**. *Information, Communication & Society*, Londres, v. 18, n. 9, 2015, p. 1092-1107.

Antenados: um jogo sobre publicidade nas mídias sociais¹

Sabrina Rodrigues Nogueira²

Carina Flexor³

Cristiane Parente⁴

A crescente disseminação de *deepfakes*, *fake news*, *cyberbullying* e crimes cibernéticos tem gerado desafios, exigindo estratégias de educação midiática. Essas práticas tecnológicas impactam diretamente a sociedade, e diversas iniciativas estão sendo implementadas para enfrentá-las. Organismos internacionais como a UNESCO e o Governo Federal, com a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM)⁵ e a Semana Brasileira de Educação Midiática⁶, buscam promover a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)⁷ para lidar com esses problemas. Grupos de pesquisa também têm intensificado seus esforços nesse campo.

Frente a isso, a educação midiática, e neste caso também, o letramento publicitário, são fundamentais quando consideramos que estes podem contribuir e desempenhar um papel crucial para a formação de cidadãos críticos, principalmente

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF. E-mail: sabrinaronogueira@gmail.com.

³ Docente da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (UnB). Doutorado e mestrado em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Pesquisadora do MediaLab - Grupo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas (UFG), MediaLab - Laboratório de Pesquisa em Arte Computacional (UnB) e da Rede de Pesquisa em Narrativas Midiáticas e Práticas Sociais. Membro da Comissão Assessora de Área Publicidade e Propaganda INEP (2015-2017). Brasília-DF. carina.flexor@fac.unb.br.

⁴ Doutora em Ciências da Comunicação pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga/Portugal), (com revalidação pela UnB e bolsa CAPES); Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB); Máster em Comunicação, Cultura e Educação pela Universidad Autónoma de Barcelona; Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela UFC; Formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Brasília-DF. cristianeparente.edu@gmail.com

⁵ Para mais informações sobre a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, acesse: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>

⁶ Para mais informações sobre a Semana Brasileira de Educação Midiática, acesse: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/inicio>

⁷ Para mais informações sobre os citados documentos, acesse: <https://unesdoc.unesco.org/search/fb6262d5-0e9d-4f1f-9529-5b7221140b45>

quando eles são inseridos na infância e adolescência. Em sua experiência de literacia publicitária Craveiro (2018, p 172) diz:

Urge desenvolver uma alfabetização midiática para estabelecer níveis aceitáveis de literacia e promover a formação de cidadãos com um marcado caráter crítico-constructivo. Nesse sentido, convém desvelar a mensagem publicitária de modo a oportunizar competências às crianças, para que possam refletir sobre as estratégias publicitárias que invadem seu cotidiano.

Interessou a este trabalho, frente a esse complexo cenário, buscar responder às seguintes questões: de que maneira jogos de tabuleiro podem se conformar como instrumento pedagógico valioso para o ensino-aprendizagem acerca da educação midiática, com ênfase no letramento publicitário? Como o jogo pode apoiar a criação de espaços-tempos de discussão crítica sobre o consumo da mídia e da publicidade em sala de aula, pensando em jovens do ensino médio e recém chegados na Universidade? Tendo como objetivo criar um jogo de tabuleiro que possa ser utilizado como instrumento pedagógico para o ensino voltado para a educação midiática, com ênfase no letramento publicitário.

A concepção desse trabalho, a partir de uma abordagem dedutiva e de característica qualitativa e exploratória, adotou um desenho metodológico que observou a natureza teórico-prática da proposta, incorporando, assim, tanto aspectos da metodologia científica, quanto das metodologias de projeto. Desse modo, enquanto procedimentos, o trabalho se desenvolveu considerando a revisão de literatura, a análise de similares, a validação das perguntas que compuseram o jogo com especialistas, além da aplicação piloto do produto final, para fins de avaliação e execução dos ajustes necessários do protótipo.

Associando o jogo ao aprendizado de conceitos complexos como a educação midiática e o letramento publicitário, é possível criar um ambiente lúdico que facilite a internalização de conhecimentos de maneira mais eficaz. Em *Homo Ludens*, Huizinga (2000) descreve o jogo e o lúdico como parte fundamental da natureza humana, apontando que o jogo está presente na cultura da humanidade a partir de seu surgimento, antes mesmo do conceito de cultura. A partir de sua pesquisa Huizinga (2000, p. 20) chega em seu próprio conceito do que é o jogo:

(...) uma atividade livre, conscientemente tomada como “não-séria” e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras.

Dois jogos foram escolhidos como as principais referências para criação do *Antenados*, o jogo aqui proposto. O jogo *Perguntados*, na sua versão de tabuleiro, que aqui no Brasil é distribuído pela marca COPAG e, ainda, o jogo *#publi...o quê?* desenvolvido pelo Joca, jornal independente que tem como público-alvo adolescentes e jovens.

A proposta do jogo *Antenados* é propiciar um espaço-tempo de ensino-aprendizagem com temas sobre educação midiática com ênfase no letramento publicitário, configurando-se, desse modo, como instrumento em práticas pedagógicas junto ao público em questão. O intuito é que adolescentes consigam desenvolver um olhar crítico e entender sobre a publicidade e a mídia digital, através das perguntas e desafios propostos nas diferentes categorias de cartas do jogo. Tem-se como intuito também que o jogo em questão, ao ser adotado como instrumento pedagógico, oportunize – através dos diferentes temas que se abrem através das cartas que compõem o jogo –, a criação de espaços de discussão entre estudantes e com os professores.

O jogo foi concebido para até 16 jogadores que devem ser divididos em 4 grupos de até 4 pessoas. Divisão importante para que cada pessoa do jogo tenha a oportunidade de contribuir para as respostas e desafios de cada carta, e assim, tenha melhor aproveitamento sobre o conteúdo. Ganha o grupo que preencher primeiro todas as casas com suas respectivas fichas. Um foco importante do jogo *Antenados* é que ele busca promover a autonomia dos próprios adolescentes que utilizarem o material, as perguntas desenvolvidas e os desafios buscam gerar um debate sobre o tema da publicidade na ambiência digital fazendo com que haja uma troca de opiniões e visões diferentes sobre um mesmo assunto. O jogo foi produzido para que possa ser utilizado como um material de apoio para professores, tutores e pais/responsáveis, como uma forma de inserir o assunto na vida desses jovens.

Pensando nisso, o jogo foi projetado de modo a viabilizar sua distribuição de forma *online*, sendo possível acessar de qualquer lugar, democratizando seu acesso. Esse aspecto, que foi priorizando, notadamente, guiou a escolha de materiais, formatos e, ainda, modos de distribuição.

Ao todo, para chegar no produto final, foram feitas três rodadas de testes buscando analisar e fazer ajustes de acordo com as necessidades vistas e apontadas nas partidas do jogo. Para compreender as reações e o entendimento dos jogadores sobre as regras, perguntas e desafios do jogo *Antenados*, foi realizada a primeira aplicação. As peças foram produzidas de forma artesanal em folhas A4, incluindo fichas, peças dos jogadores, roleta, tabuleiro e cartas.



Figura 1: Primeira rodada de testes

Fonte: Acervo da autora, 2024

A rodada inicial contou com três adolescentes de 14 e 15 anos, e teve como objetivo cronometrar o tempo e avaliar as perguntas do jogo, que busca promover o letramento publicitário. Algumas perguntas e desafios revelaram-se inadequados, fugindo do tema ou não contribuindo para o andamento do jogo, enquanto a maioria conseguiu transmitir bem o conteúdo. Nessa fase, foram usadas apenas cinco cartas da categoria "Desafio de Galera", quantidade considerada insuficiente para o jogo completo. Além disso, percebeu-se a necessidade de incluir questões relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ao Conselho Nacional de

Autorregulamentação Publicitária (CONAR) e conceitos básicos de publicidade, como slogan e jingle.

Na etapa seguinte, o jogo foi testado em um ambiente escolar, no Centro Educacional 104 do Recanto das Emas, durante uma oficina de educação midiática e letramento publicitário, realizada por alunas da UnB. O público-alvo foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio, de 17 a 18 anos. Após uma introdução ao tema, o jogo foi apresentado como parte de um trabalho de conclusão de curso focado em ensinar sobre publicidade nas mídias digitais.



Figura 15: *Antenados* sendo jogado

Fonte: Acervo da autora, 2024

Durante o teste, os próprios alunos leram o manual e organizaram o jogo em grupos. Alguns voluntários participaram, e a dinâmica foi conduzida sem interferência externa. Problemas no manual, como repetições e instruções confusas, foram percebidos, mas não comprometeram o andamento do jogo, que foi jogado com engajamento. No entanto, o tempo disponível na escola foi insuficiente para concluir a rodada.

Os alunos ofereceram feedbacks positivos sobre o jogo, destacando seu dinamismo, a arte das cartas e a qualidade das perguntas, que ajudaram a aprender

sobre publicidade. Com base nas devolutivas, ajustes foram feitos no layout da carta "Desafio de Galera" e nas instruções do manual, especialmente no tempo de resposta de cada categoria.

Como o segundo teste foi interrompido, um terceiro foi realizado na Faculdade de Comunicação da UnB, na disciplina de Introdução à Publicidade e Propaganda, ministrada pela Prof^a Dr^a Renata Othon. Nessa rodada, participaram 15 alunos, com os mesmos materiais da segunda fase, sem as mudanças sugeridas no manual.



Figura 18: Teste na Faculdade de Comunicação

Fonte: Acervo da autora, 2024

A necessidade de ajustes no manual ficou evidente, especialmente sobre o tempo de resposta e a divisão dos jogadores entre categorias. Ainda assim, a rodada transcorreu bem, com os jogadores compreendendo a dinâmica e utilizando o conhecimento adquirido na disciplina para responder às perguntas. A rodada durou cerca de 29 minutos. Durante esse teste, foi identificado que uma resposta poderia ser reformulada sendo feita para a versão final.

Após os testes, as perguntas do jogo foram avaliadas por especialistas, com o intuito de validar o conteúdo. A partir dessas avaliações, surgiram sugestões de melhorias, como a inclusão de questões sobre a responsabilidade das plataformas

em relação à publicidade, o papel dos algoritmos na modulação comportamental, e o impacto da inteligência artificial generativa na publicidade. Quatro novas perguntas foram adicionadas, totalizando 84 questões no jogo final. Concluindo, o jogo tomou sua forma podendo assim ser aplicado como um apoio pedagógico para o letramento publicitário.



Figura 9: Caixa do jogo *Antenados*

Fonte: Acervo da autora, 2024



Figura 10: O jogo *Antenados* completo

Fonte: Acervo da autora, 2024



Figura 11: Peças do jogo *Antenados*

Fonte: Acervo da autora, 2024

Referências

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. Educação Midiática. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/inicio>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. Estratégia Brasileira de Educação Midiática apresenta as políticas públicas voltadas para a população. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BUCKINGHAM, D. **Repensando a Criança-consumidora: Novas Práticas, Novos Paradigmas**. Comunicação Mídia e Consumo. [S. l.], v. 9, n. 25, p. 43–72. 2012. DOI: 10.18568/cmc.v9i25.311. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/311>. Acesso em: 3 set. 2024.

BUCKINGHAM, D. **Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização**. Educação e Realidade. Porto Alegre. vol. 35, n. 3, p. 37-58. set./dez. 2010. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-31432010000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 set. 2024.

CRAVEIRO, P. **Publicidade e infância: relato de experiência de literacia publicitária com crianças**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 171-184. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/137754>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JORNAL JOCA. Disponível em: <https://www.jornaljoca.com.br/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

UNESCO. **Media and information literacy: challenges and opportunities for the teaching profession**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/fb6262d5-0e9d-4f1f-9529-5b7221140b45>>. Acesso em: 15 set. 2024.

A metodologia do projeto Memórias em Rede e sua relação com a perspectiva freireana e decolonial¹

Andressa Luzirão²

Lucila Pesce³

Introdução

O legado pedagógico de caráter libertador deixado pelo educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e pela educadora e ativista estadunidense bell hooks⁴ (1952-2021) nos ensina valores intrínsecos à educação que, quando coerentes na paridade teoria-prática, são ato político que caminham em contraposição ao colonialismo do ser e do saber; à educação punitiva e violenta; à segregação e ao preconceito envolvendo questões raciais, religiosas e de gênero; e à desigualdade social reproduzida em práticas escolares.

Somado a esse contexto complexo de antagonismos e que apresenta uma gramática marcada pela violência *da* escola, *na* escola e *contra* a escola, assistimos a tragédias envolvendo a docência e a discência; ao sucateamento e à plataformização da Educação; e à racionalidade técnica que envolve o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Nessa conjuntura, os atores sociais se interrelacionam em meio à superabundância de informação,

¹ Trabalho apresentado à comissão científica do X Encontro Brasileiro de Educomunicação, para submissão ao eixo 2 – Educação Midiática.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação da Prof.^a Dra. Lucila Pesce. Mestra em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP - 2014). Cofundadora do Núcleo Regional Litoral Paulista da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Presidente e gestora do Instituto Devir Educom, e idealizadora dos projetos Memórias em Rede e Aspas de Moleque – Escutas Sensíveis da Infância. Professora e coordenadora auxiliar do curso de Jornalismo na Universidade Paulista (Unip); Santos – SP. E-mail: andressa.luzirao@unifesp.br

³ Prof.^a Doutora (2003) e mestra (1999) em Educação: Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com pós-doutorado (2007) em Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); bacharel e licenciada em Letras - Português e Inglês (1985), pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFESP. Coordenadora de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifesp. Líder do Grupo de Pesquisa LEC: Linguagem, Educação e Cibercultura (UNIFESP), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Freirianos (UNIFESP) e do Grupo de Estudos "Letramentos e Decolonialidade"; São Paulo/Guarulhos – SP. E-mail: lucila.pesce@unifesp.br

⁴ O pseudônimo de Gloria Jean Watkins está escrito com letras minúsculas a pedido da escritora.

desinformação e *fake news*, e ao submundo cibernético com seus crimes e distintas formas de violência à vida, que refletem no cotidiano dos espaços de aprendizagem.

É na intencionalidade educativa de utilizar as tecnologias digitais como artefato sociocultural em objeção ao uso instrumental; de contrapor a hegemonia midiática; de não se curvar a um percurso formativo cooptado pelo capital e de buscar o bem viver em sociedade que o projeto “Memórias em Rede”, desenvolvido pelo Instituto Devir Educom junto a estudantes de escolas públicas de regiões em vulnerabilidade social do município de Santos-SP, concebe, em sua práxis, a denominada “Metodologia dos Círculos”, de caráter inter e transdisciplinar à luz da Educomunicação, campo teórico-prático de intervenção social. Foco desta reflexão, a metodologia apresenta estratégias que vêm contribuindo com a formação de adolescentes do Ensino Fundamental II, a fim de que se fortaleçam no exercício de cidadania, se conscientizem e subvertam padrões colonialistas e hegemônicos de ser/estar no mundo (HOOKS, 2017).

Como toda ação de viés educ comunicativo, o projeto sugere a inserção, na educação, de ecossistemas comunicativos abertos que prezam pelo diálogo e a criatividade, e que a entendem como um processo contextualizado à realidade dos sujeitos sociais envolvidos, tal como nos ensina Freire (1979). As práticas pedagógicas levam o jornalismo cidadão, a educação midiática e em direitos humanos, o combate à desinformação e a tecnologia social da memória a estudantes de quatro escolas públicas, partindo de suas histórias de vida à memória coletiva e social como recursos de aprendizagem colaborativa.

Os participantes, na função de repórteres, ressignificam suas histórias afetivas na relação direta e indireta com a cidade e seus lugares, como a escola, em um processo que resulta em produções grupais em linguagens multimídias realizadas com o uso de aparelhos celulares dos próprios estudantes e dos educ comunicadores, uma vez que o projeto não conta com recursos para equipamentos tecnológicos. Busca-se a liberdade de expressão com responsabilidade social e o empoderamento individual e coletivo, em um devir que envolve estudantes e educ comunicadores. Trata-se de um agir educativo, por seu caráter democrático, que enxerga educando e educador em horizontalidade.

A metodologia do projeto considera o estudante a partir de quatro prismas - **eu-escola-família-território** -, cada qual com duração média de dois a três meses, conforme o processo de cada grupo participante, não sendo um tempo educativo cronológico e, sim, kairológico, podendo ser desenvolvido ao longo de dois anos letivos ou mais. A metodologia se ancora na concepção de hooks (2017): ao entrar na sala de aula, parta do princípio de que é preciso construir uma comunidade, dando voz a cada um, no coletivo.

Manchetes da vida: a escuta das vulnerabilidades

O trabalho foi iniciado em 2018 em duas escolas da rede pública de Santos, localizadas na região central, zona de vulnerabilidade social. Ao longo de três semestres letivos foram realizadas oficinas utilizando-se de múltiplas linguagens. No período, em proposta pedagógica de roda de histórias denominada “Manchetes da Semana”, chamaram a atenção enunciados que denotavam desinteresse pela escola, estrutura familiar prejudicada, violência verbal e física, carência afetiva e sentimento de não pertencimento ao bairro onde estudam/residem. Histórias pessoais que revelaram contextos de vida fragilizados foram relatadas em outras oficinas sobre memória individual, quando cada estudante apresentou, em roda de conversa, um objeto de valor afetivo e sua história com ele - houve quem levou um brinquedo de infância e quem levou uma lâmina cortante. Alguns carregavam estigmas de “aluno problema” ou “a nata da sociedade”.

Debruçados sobre essas fragilidades da comunidade escolar e atentos às potencialidades dos educandos, os educadores construíram, então, a “Metodologia dos Círculos” conduzida na perspectiva da Educomunicação, referenciada na proposta educacional freireana e em diálogo com o pensamento decolonial de hooks. Observou-se a necessidade de intervir sob a intersecção dos quatro aspectos mencionados, imbricados na constituição do sujeito social.

Ao adentrarem nessa atmosfera escolar, os educadores testemunharam os reflexos da vulnerabilidade socioeconômica, da exclusão social e digital – a maioria dos estudantes não têm computador em casa; boa parte não sabe utilizar um laptop e, embora possua aparelho celular, não tem acesso à Internet. Os educadores observaram, também, as fragilidades relacionais entre os atores

da escola, expressas em um diálogo verticalizado e autoritário, influenciando no bem viver comunitário. A partir disso, buscou-se inspiração nos Círculos de Cultura de Freire que, como explicam Dantas e Linhares (2014), devido ao seu caráter radicalmente democrático e libertador, propiciam uma aprendizagem integral que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados. “Para Freire, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico à visão elitista de educação”. (Dantas e Linhares, 2014, p.74).

Em cada um dos quatro eixos são trabalhados os seguintes pontos macro, contextualizados com a realidade dos adolescentes: jornalismo e função social; educação midiática, política e em direitos humanos; diversidade e equidade; representações sociais; linguagens/comunicação; cultura de paz e afetividade; memória individual, coletiva e social; direito à cidade; aspectos socioemocionais e saúde mental.

Como parte do escopo do projeto é realizada a formação Círculo Memórias em Rede de Oficinas para profissionais das escolas onde ele ocorre, de modo a contribuir com as práticas do ensino regular e com a melhoria do ecossistema comunicativo escolar. No entanto, são encontradas dificuldades em articular a capacitação com periodicidade, tendo em vista a indisponibilidade dos agentes educacionais. Ademais, em uma das quatro escolas observa-se resistência em compreender a contribuição da Educomunicação ao currículo tradicional, o que pôde ser observado no caráter punitivo de recente decisão, tomada pela gestão, de que alguns estudantes não poderão mais participar do projeto em razão do baixo desempenho da unidade escolar na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Problematizar para ler o mundo

Dos pontos macro são propostas práticas que buscam desenvolver o pensamento crítico reflexivo e a leitura de mundo. A perspectiva “Eu” atua no fortalecimento da autoestima, das histórias pessoais e nas representações sociais; a “Escola” busca levar os educandos à compreensão do valor desta instituição como

espaço de saberes plurais e produção de conhecimento, além de fortalecer vínculos comunitários e desenvolver pertencimento; a “Família” atua no fortalecimento de laços para além dos biológicos, buscando (re)aproximar, também, o vínculo família-escola; e “Território” compreende os espaços existentes no âmbito *glocal* e global, como o território da Internet, trabalhando pertencimento, cidadania, direito à cidade e à esfera pública digital com responsabilidade social.

Para ressignificar as relações interpessoais, aspecto frágil observado pelos educadores, umas das práticas levou os educandos a construir uma planta arquitetônica da escola, mapeando os espaços de afetos e desafetos. Após construção coletiva, em duplas entrevistaram os agentes da escola acerca de cada lugar. Com o recurso de um aparelho celular, uma das duplas entrevistou a inspetora, perguntando a ela aspectos relacionados à escola. Naquele instante, os envolvidos – educandos-educador (inspetor), no ato lúdico de ser entrevistador-entrevistado, pararam o tempo cronológico para se ouvirem mutuamente, exercitando a escuta qualificada e o diálogo respeitoso. Houve um notório fortalecimento de vínculos.

Sob a perspectiva da pedagogia situada de Freire (1986), as práticas incluem a problematização de fenômenos sociais e de circunstâncias cotidianas vividas por eles, de modo que tenham um olhar crítico reflexivo para o tema em questão, a exemplo de uma roda de debate em que foi trazido para reflexão o preconceito recreativo envolvendo racismo, machismo, homofobia, capacitismo e gordofobia, que circundam o cotidiano deles, impactando as relações. A partir da problematização, os educandos perceberam que estavam normalizando expressões e comportamentos preconceituosos.

A ação de problematizar em Paulo Freire impõe ênfase no sujeito prático, que discute os problemas surgidos da observação da realidade com todas as suas contradições, buscando explicações que o ajudem a transformá-la. O sujeito, por sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a detectar novos problemas na sua realidade. (Dantas & Linhares, 2014, p. 75).

Nas práticas pedagógicas, os educadores trazem perguntas de modo a verificar os conhecimentos prévios dos educandos, remetendo ao pensamento de Shor, em conversa com Freire (1986), quando revela sua pesquisa inicial sobre os

níveis cognitivos e políticos dos educandos para ver o tipo de pensamento crítico e de instrução que eles estão “para fazer um convite libertador” (Freire & Shor, 1986).

Os participantes trabalham em equipe e exercitam a escuta ativa, o respeito às diferentes opiniões e são convidados a problematizar conteúdos midiáticos a partir de seu lugar de ser/estar, como quando sugeriram um debate acerca dos conteúdos veiculados nas redes sociais sobre a exploração sexual infantil na Ilha de Marajó, no Pará. Ou, ainda, quando foi levada à discussão a cultura da violência no ato de educar, momento em que os educandos refletiram as dinâmicas familiares violentas que já vivenciaram. O ato de considerar o contexto deles traz, como afirma hooks (2017), aprofundamento à discussão, quando a narração de experiências conecta fatos abstratos com a realidade concreta. Diante de situações-problema também são levados conteúdos midiáticos, a fim de que reflitam sobre fatos que impactam negativamente suas vidas, como racismo estrutural, preconceito de gênero, entre outros. “[...] o objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos do conhecimento. Eles se encontram em torno dele e através dele para fazer uma investigação conjunta.” (Freire & Shor, 1986, p.65).

Observa-se que, ao se distanciarem do “objeto” posto para reflexão, passam a ter pensamento mais crítico e consciente sobre a temática, como quando refletiram sobre padrões de beleza e uso de filtros na rede social Instagram. Freire, no entanto, nos alerta: a conscientização não pode cessar no desvelamento da realidade; deve transformá-la (1992).

Reflexões finais

Propondo intervenções desta natureza no ecossistema comunicativo escolar, a metodologia do projeto vem propiciando vínculos comunitários fortes nos educandos, que apresentam engajamento, consciência social e desconstrução de paradigmas coloniais. Ao levar a função social e a ética do jornalismo, o projeto conduz os participantes a uma reflexão sobre a atuação deles nas plataformas digitais como produtores e consumidores de conteúdo, entendendo que, ao conhecerem os processos de produção de informação, desenvolverão criticidade e saberão discernir o que está nas entrelinhas da mídia.

Castor Ruiz, citado por Soares (2023), defende o enfrentamento do que chama de “*governamentalização algorítmica*”. Para ele, esse enfrentamento - que o projeto entende ser uma urgência na educação atual - deve “levar a criativos processos de fortalecimento da consciência política da população” (2021, p. 18, apud Soares, 2023). Nesse sentido, Soares (2023) ressalta a necessidade de implantação de programas de educação midiática em diferentes âmbitos e a promoção de vivências comunicacionais “que facilitem aos sujeitos sociais identificar e desvelar os processos de produção e circulação de informações, por eles vividos, permitindo que aprendam pela práxis”. É o que propõe o “Memórias em Rede” *para e com* os estudantes, buscando tornar-se uma política pública a alcançar novas comunidades escolares e, com isso, ampliar seu contributo à educação formal.

Se a proposta educacional de Freire influenciou a pedagogia decolonial de hooks; e hooks, ao levar sua luta contra o racismo e o sexismo a Freire, fazendo-o, com escuta aberta e a humildade de um sábio, rever aspectos implícitos em seu pensamento, como sujeito histórico, de homem branco, a metodologia do projeto “Memórias em Rede” se beneficia desse diálogo respeitoso e transgressor, e se nutre do legado de ambos os educadores em um processo cotidiano de construção-desconstrução permanente do agir educomunicativo.

Referências

BOSI, Ecléa. (2003). **O tempo Vivo da Memória – Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial.

BUCKINGHAM, David. (2012). **Precisamos Realmente de Educação Para os Meios?** Comunicação & Educação, 17(2), 41-60. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v17i2p41-60>.

DANTAS, Vera Lúcia e LINHARES, Angela Maria Bessa Dantas (2014). **Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**. In: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014. p. 73-80. Disponível em <http://www.edpopsus.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/texto-2-4-cc3adrculos-de-cultura.pdf>. Acesso em 06.07.2023.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. (1986). **O que é 'método dialógico' de ensino? O que é uma 'pedagogia situada' e o empowerment?** In: _____. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 121-146.

FREIRE, Paulo. (2000). **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1989). **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez.

_____. (1979). **Extensão ou Comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

_____. (1979). **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

_____. (2001). **Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**; São Paulo, SP: Centauro.

_____. (1992) **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

HOOKS, bell. (2017). **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; PESCE, Lucila (2021). **Paulo Freire na genealogia decolonial: uma leitura de Extensão ou Comunicação?** Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, UFG. v. 16, n. ed. esp., 2021. p. 914-929. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/68056/37244>.

MUSEU DA PESSOA. (2009). **Tecnologia Social da Memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias**. São Paulo, 2009. Disponível em <https://museudapessoa.org/pub-metodologia/cuarderno-de-formacion-tecnologia-social-de-la-memoria/>.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moisés. (2014). **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico**. In: Psicologia e Saber Social, UERJ, v. 3, n.1, p. 83-95, 2014. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.12203>.

SOARES, Maria Salete Prado; SARTORI, Ademilde (2005). **Concepção dialógica e as NTICs: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos**. NCE- Núcleo de

Comunicação e Educação ECA/USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf>.

SOARES, Ismar de Oliveira (2022). **Comunicação e a pedagogia libertadora de Paulo Freire**, in PRATA, NAIR & LIM, Fábila (Orgs) Comunicação e Resistência: práticas de liberdade para a cidadania. São Paulo: Intercom, pg. 99-121. ISBN 978-85-8208-133-4.

Acesso: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-resistencia-praticas-de-liberdade-para-a-cidadania1409.22.pdf>.

_____. (1999). **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**, in *Revista Contato*, Brasília, ano 1, Número 1, jan./março 1999, p. 19 a 74. Acesso digital: http://www.nceusp.blog.br/wp-content/uploads/2018/10/IsmarSoares_RevContato_1999.pdf.

_____. (2023). **Formar para a criticidade: anúncio e a denúncia profética nos ambientes digitais** (no prelo).

_____. (2018) **Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil**, in *Comunicação & Educação*, Ano XXIII, número 1, jan./jun. 2018, p. 07-24. Acesso digital: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>.

VIANA, Claudemir Edson. (2017). **A Educomunicação Possível: práticas e teorias da educomunicação revistas por meio de sua práxis**. ABPEducom. 2017. p. 925-942. Disponível em: <http://abpeducom.org.br/publica>.

Ação de combate à desinformação: relato de experiência de Núcleo Regional da ABPEducom¹

Silene A G Lourenço²

Sueller Costa

Vanessa Vantini

Trata-se de um relato de experiência da formação oferecida pelo Núcleo Regional do Vale do Paraíba e Alto Tiête da ABPEducom, em 2022, como parte das ações integradas do Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). A formação teve por objetivo aprofundar os debates em torno da desordem informacional causada pela disseminação de notícias falsas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, com forte prejuízo para as eleições democráticas, tendo como referência teórica e metodológica a Educomunicação para promover o pensamento crítico e a aprendizagem da democracia em espaços de educação formal, não formal e informal em vista da ameaça dos direitos.

A proposta formativa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2022, online, e teve como público-alvo professores da Educação Básica. No entanto, recebeu inscrições de profissionais de áreas diversas e com diferentes tipos de relação com a educação e a comunicação. No geral, mobilizadores de projetos - a maioria deles com o viés educ comunicativo - em seus contextos regionais.

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em História (Fundação Valeparaibana de Ensino). Especialista em Marketing e Propaganda e Mestre em Comunicação e Mercado (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero). Doutorado (parcial) em Ciências da Comunicação (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP); área de pesquisa: Comunicação e Educação, subárea: Educomunicação, bolsista FAPESP. Especialização (em andamento) em Educação Socioambiental e Sustentabilidade (UNIFESP/UMAPAZ). Longa experiência como professora do Ensino Fundamental, Médio e Superior da Rede Pública e Particular. Atualmente trabalha com planejamento e gestão de projetos e formação de professores. Colaboradora do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-ECA-USP). Sócia fundadora da ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. Integrante do Coletivo Janela Aberta Cinema Educação. Integrante do Movimento Nacional ODS/ Núcleo SJC-Vale do Paraíba do Sul.

“Hoje, sou **educadora social** em uma ONG que atua no bairro em que eu nasci (interior de SP), sou responsável pelo time de marketing de uma startup, **coordenadora de comunicação** em um **projeto social para jovens mulheres**, gestora de mídias sociais de uma ONG voltada à educação e editora de uma revista voltada à saúde mental dos professores, a Revista Fique Bem. Além disso, atuo como colunista por aí”. (apresentação de cursista)

“Tenho experiência ... em Educação através de **oficinas ministradas nas áreas de Fotografia, Comunicação e linguagem Audiovisual**, em instituições culturais, ONGs e editais de arte e cultura do Ceará.” (idem)

“Co-coordenadora da **Rede de Educadores em Museus** do RS.” (idem)

“Atuo em projetos **de ensino, pesquisa e extensão**. Meus interesses são em Educação Popular, Educação Especial, Metodologias de Ensino e **Tecnologias Digitais e Educacionais**.” (idem)

O processo formativo abarcou dois encontros abertos (lives), transmitidos pelo Youtube; cinco encontros fechados pelo Google Meet, isto é, exclusivos para as pessoas inscritas; e atividades assíncronas, como leituras complementares, fóruns, análise discursiva de notícias, além da entrega de um projeto educ comunicativo como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo como base os temas discutidos ao longo das aulas.

Os temas elencados pela coordenação foram assim distribuídos ao longo das oito semanas de curso:

Semana 1 Orientações gerais; apresentações pessoais e avaliação diagnóstica.

Semana 2 Educomunicação em tempo de eleições: revendo conceitos.

Semana 3 Educar para a Comunicação em tempo de eleições.

Semana 4 Práticas pedagógicas educ comunicativas contra a desinformação eleitoral.

Semana 5 TCC – Planejando um projeto educ comunicativo.

Semana 6 Educar para a emancipação em tempo de desinformação.

Semana 7 Educomunicação e mobilização social.

Semana 8 Educomunicação, mobilização social e ativismo pela democracia.

O curso recebeu 31 inscrições de diferentes locais do Brasil. No entanto, somente 13 pessoas participaram efetivamente das atividades propostas e apenas 6 cursistas cumpriram todos os requisitos para certificação, entre eles a entrega do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.

Não obstante, por meio dos fóruns, notamos uma disposição entre os participantes para multiplicar conhecimentos em diferentes ações voltadas para a educação midiática em prol do combate à desinformação. Mas, para efeito de análise qualitativa dos resultados, adotamos como referência os projetos e os relatos de experiência encaminhados ao final. Segue um quadro-resumo com três dos seis TCC - Trabalhos de Conclusão de Curso.

TÍTULO	RESUMO
FAKE NEWS NA MEIA-IDADE: Criação de um telejornal em parceria com uma escola municipal de Fortaleza com o objetivo de PODE AJUDAR NESSE PROBLEMA TÃO ATUAL?	efeitos das notícias falsas. Público-alvo: responsáveis pelos estudantes entre 40 e 65 anos. Duração de 2 meses com encontros aos sábados durante o turno da manhã (10h às 12h). 20 vagas.
PROGRAMA VEREADOR Relato de experiência. O Programa, criado para MIRIM – CÂMARA DE CAMAQUÃ (RS)	“possibilitar o desenvolvimento de potencialidades e a apresentação de ideias para o desenvolvimento do Município por parte de estudantes através de vivência legislativa”, completou quatro anos de existência em 08/05/2022.
MESMELOGIA: A CIÊNCIA POR TRÁS DOS MEMES	Relato de Experiência. Programa audiovisual produzido, desde julho de 2019, pelo Departamento de Comunicação Social (DCS) do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A produção de cada episódio é realizada de forma colaborativa, em rede, com os campi do Instituto. Cada episódio tem duração média de 5 (cinco) minutos. O tema é introduzido por meio de uma pergunta-chave e, em seguida, desenvolve-se a explicação científica dos fenômenos, comportamentos ou técnicas associadas a cada meme ou “viral” escolhido.

Nesse contexto, o Núcleo Regional da ABPEducom se colocou como um agente facilitador do diálogo e catalisador de experiências para a construção de uma educação voltada para a cidadania com ênfase no processo eleitoral. Este movimento mostrou-se fundamental para o acolhimento de profissionais preocupados com as responsabilidades cívicas em um momento de desarticulação política e desmobilização da nossa sociedade.

O engajamento cívico e a participação política foram apontados como ações educativas especialmente relevantes no combate à desinformação e à apatia. Dotar os cidadãos de capacidade para interpretar informações relacionadas à política e ao funcionamento das instituições é crucial para fortalecer a democracia e garantir que as vozes de todos os segmentos da sociedade sejam ouvidas e respeitadas.

Mas, esse esforço não deve se limitar ao período eleitoral. É preciso investir na construção de uma cultura de participação ativa ao longo do tempo. Isso envolve a promoção de iniciativas que incentivam a reflexão crítica sobre questões sociais e políticas, estimulando o engajamento em ações locais de defesa e desenvolvimento dos direitos coletivos.

O que se revela nos noticiários, nos programas sensacionalistas do rádio e da televisão, nas ofensas via redes (in)sociais é o insulto, o preconceito, o andamento do discurso único acertado com a retórica neoliberal, ficando à margem a transigência, o diálogo, o bem comum. Do que se cuida, portanto, é entender o papel da educomunicação no encaminhamento de um projeto de trabalho que possa afirmar os princípios da cidadania no interior de uma

sociedade profundamente atravessada pelos processos de comunicação.
(CITELLI; SOARES; LOPES, p.22)

Ao fomentar uma educação centrada na comunicação, na informação e na cidadania, a Educomunicação contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos; ao incentivar a participação política, a Educomunicação visa formar indivíduos com potencial para promover mudanças significativas em seus territórios.

Em 2024, vivencia-se um novo cenário eleitoral, com eleições para prefeitos e vereadores. Trata-se de um momento ainda mais desafiador, uma vez que as tecnologias se desenvolvem de maneira acelerada e a Inteligência Artificial (IA) ocupa o centro das atenções. Por meio dela, responsáveis pela fabricação e disseminação de notícias falsas ganharam recursos mais eficazes para atender a propósitos pessoais com a construção de narrativas e representações paralelas à realidade, imbuídas de forte apelo popular e com grande ressonância nas redes sociais.

Nesse sentido, o Núcleo ABPEducom Vale do Paraíba e Alto Tietê acredita ser pertinente o compartilhamento da experiência formativa de 2022 durante o X Encontro Brasileiro de Educomunicação, em 2024. Trata-se de mais uma oportunidade para ampliar o debate - sob o aspecto prático; porém, com embasamento científico e metodológico - acerca da emergência de políticas públicas em Educomunicação e Educação Midiática que possam ser consolidadas em âmbito nacional para que o direito à liberdade de expressão seja exercido com seriedade.

As novas mídias participam de modo central dessa dialética entre estrutura e antiestrutura de pelo menos duas formas. Ao aumentarem drasticamente a velocidade do fluxo dos sistemas sociotécnicos, elas ajudam a acelerar processos de mudança estrutural que de outro modo teriam acontecido mais lentamente. Essas mudanças envolvem, por um lado, processos de *desintermediação*, ou seja, de desengajamento dos elementos do sistema de sua estrutura formativa anterior. Isso se reflete, por exemplo, no modo como as mídias digitais acirram a desconfiança dos usuários com relação à “grande mídia”, aos intelectuais e acadêmicos, às instituições da democracia representativa. Ou então, no modo como os especialistas da ciência biométrica *mainstream* são deslocados pelos “novos peritos” – médicos *influenciadores*, pacientes experts, mídias alternativas – que se popularizaram na internet durante a pandemia da covid-19. (CESARINO, 2022, p.16)

É necessário garantir à população espaços de informação seguros e informações contextualizadas, verídicas e éticas. É preciso resgatar a credibilidade das instituições que se comprometem com a realidade de maneira responsável. E é emergente o trabalho de orientação especializada e qualificada para a ampliação de uma educação midiática ao mesmo tempo comprometida com a produção e o consumo de informação de qualidade.

Somente um maior entendimento coletivo do funcionamento das plataformas digitais – locais de confluência dos canais informativos do século XXI - poderá legitimar o controle social sobre o uso das plataformas digitais sem prejuízo para as liberdades democráticas.

Referências

CITELLI, Adilson Odair; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Educomunicação: referências para uma construção metodológica**. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 12–25, 2019. DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>.. Acesso em: 15 out. 2024.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 1999.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Cultrix, 1974.

OROZCO, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

SARTORI, Ademilde Silveira. **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos: diálogos sem fronteiras**. Florianópolis: Dioesc, 2014.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: UBU Editora, 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **"Educomunicação: de experiência alternativa a política pública"**. In: Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **"Inovação na gestão e nas práticas pedagógicas: a contribuição da educomunicação para a renovação da Base Curricular Nacional"**. In: *Anais do VII Congresso de Educação Básica. Florianópolis, 2018.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 15 set. 2024.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 15 set. 2024.

VIANA, Claudemir. **"Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares"**. In: ALAIC - Revista Latinoamericana de Ciências da Comunicação*, v. 14, n. 26 (2017).

Desinformação e audiovisual: uma análise dos formatos¹

Rafael Henrique Campos Mendes²

O presente trabalho de pesquisa intitulado "Desinformação e audiovisual: uma análise dos formatos" foi elaborado enquanto Iniciação Científica vinculado ao projeto Foca nas Mídias, grupo de cultura, extensão e pesquisa da Universidade de São Paulo (USP). O núcleo de estudos é formado por estudantes, pesquisadores e docentes da Escola de Comunicações e Artes (ECA USP), da Faculdade de Educação (FE USP) e da Escola de Aplicação da USP.

O grupo dedica-se a estudar e pesquisar as problemáticas e ciladas das redes sociais e das tecnologias de comunicação e informação. Além disso, realiza trabalhos de educação midiática com crianças e jovens do ensino fundamental e médio, a princípio através da Escola de Aplicação da USP. No entanto, o projeto propõe-se a expandir seu público, atingindo, de modo geral, estudantes da rede pública de ensino.

Apresentado o contexto no qual o trabalho esteve inserido, abordamos suas particularidades, analisando, especificamente no cenário brasileiro, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, bem como discutindo as problemáticas sócio-políticas causadas por esse desenvolvimento. Implicou-se em estudar o fenômeno tecnológico das desinformações, que ganharam esferas mais aprofundadas na sociedade atual, como a desordem da informação (DERAKHSHAN, 2019) e a infodemia (FERREIRA, LIMA, SOUZA, 2020).

O trabalho objetivou analisar e classificar, a partir dos formatos, os vídeos utilizados como meio de desinformação que circulam nas redes sociais e que foram checados pelas agências Aos Fatos e Lupa durante o período de 04/01/2022 a 04/02/2022.

¹ Desinformação e audiovisual: uma análise dos formatos.

² Graduando do oitavo semestre da licenciatura em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Foi bolsista de Iniciação Científica do projeto Foca na Mídias, pelo departamento de Jornalismo e Editoração da USP, orientado pela Professora Doutora Mônica de Fátima Rodrigues Nunes Vieira. Atualmente é estagiário de Comunicação Política na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), pelo mandato do deputado Guilherme Cortez (PSOL).

Como se trata de uma pesquisa vinculada a um projeto de extensão, o trabalho científico serviu como fundamento para a criação de materiais voltados para a educação midiática, amparado por pensamentos educomunicativos, linha de pesquisa que se propõe a refletir a relação do fazer educacional com, a partir e para os meios comunicacionais.

Assim, a educação midiática, vertente da educomunicação, prepara e conscientiza os agentes do fazer comunicativo para os meios digitais e suas armadilhas, evitando possíveis danos sociais e ameaças à democracia, sobretudo, a democracia comunicacional e informacional, fruto da era da pós-verdade (SANTAELLA, 2019). Elaborando o tema de pesquisa, levantou-se uma bibliografia centrada na discussão a respeito da desinformação, bem como em práticas educomunicativas que visavam a emancipação dos agentes do fazer comunicativo), além a metodologia de checagem de informação criada pela IFCN (The International Fact-Checking Network), a maior e principal organização a nível internacional de verificação e checagem de fatos. Para maior controle, padronização e qualificação do trabalho das instituições do ramo jornalístico de checagem, o órgão criou uma metodologia que regulamenta a ação dos checadores. Portanto, para possuir o selo de aprovação e o status de signatário da instituição, é necessário seguir com rigor seu código de ética e conduta.



Figura 1: Selo de aprovação e identificação dos signatários da IFCN

Posteriormente, foram selecionadas as duas agências de checagem com maior influência na sociedade brasileira, Agência Lupa e Agência Aos Fatos (ambas

vinculadas à IFCN). Em seguida, criou-se um banco de dados com o material audiovisual de caráter desinformativo a ser analisado, adotando um quadro de classificação de unidades para enriquecer a tentativa exploratória, permitindo ampliar a descoberta (BARDIN, 1997) de modo a categorizá-los e classificá-los de acordo com suas principais características audiovisuais e temáticas, tópicos implícitos e explícitos ao receptor do conteúdo, possibilitando uma análise crítica de tais produtos midiáticos consumidos nas redes sociais.

Para realizar a análise quantitativa e qualitativa dos vídeos desinformativos checados pelas agências Lupa e Aos Fatos, utilizou-se o referencial teórico *Jornalismo, Fake News & Desinformação* (2019), sobretudo o artigo *Reflexão sobre a “desordem da informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação* (WARDLE, DERAKHSHAN, 2019), no qual os autores classificam a desinformação em 7 categorias, entre elas: sátira e paródia conexão falsa, conteúdo enganoso, contexto falso, conteúdo impostor, conteúdo manipulado, conteúdo fabricado.

Nos produtos audiovisuais analisados, os maiores índices de aparição foram classificados em: conteúdos enganosos "quando há uso enganoso de informações para enquadrar problemas ou indivíduos de determinadas maneiras cortando fotos ou escolhendo citações e estatísticas seletivamente" (WARDLE, DERAKHSHAN, 2019, p.51), contextos falsos "conteúdos genuínos [...] frequentemente vistos sendo reciclados fora de seu contexto original" (DERAKHSHAN, WARDLE, 2019, p. 51) e conteúdos manipulados "o conteúdo genuíno é manipulado para enganar" (DERAKHSHAN, WARDLE, 2019, p. 52). No entanto, vale ressaltar que as desinformações não foram, necessariamente, homogêneas, muitas eram compostas por mais de uma tipologia, com a utilização de diversas estratégias para enganar e causar dano social (FERREIRA, LIMA, SOUZA, 2020).

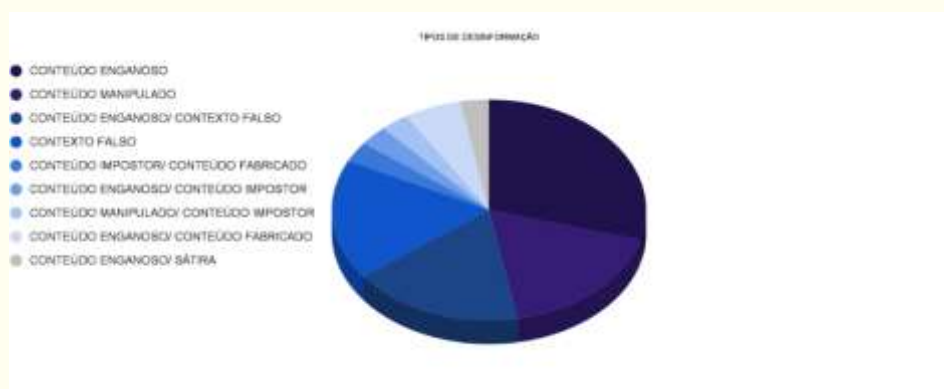


Gráfico 1: Tipo de desinformação

A respeito das temáticas abordadas nos vídeos, constatou-se uma forte presença dos seguintes conteúdos: política nacional (21 vídeos), política internacional (4 vídeos), coronavírus (12 vídeos) e coronavírus/ antivacina (7 vídeos). Sobre o tema Política, é importante ressaltar que a esmagadora maioria do material traz menções positivas ao governo Bolsonaro (PL), totalizando oito vídeos; e nove vídeos traziam críticas ao seu adversário político Lula (PT), ou de forma generalista, críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Os dados levantados indicam, em certa medida, o uso das desinformações por parte de pessoas ligadas à Extrema Direita no Brasil, como forma de manutenção da opinião pública, bem como de seu índice de aprovação, além dos ataques ao desempenho das organizações políticas progressistas.

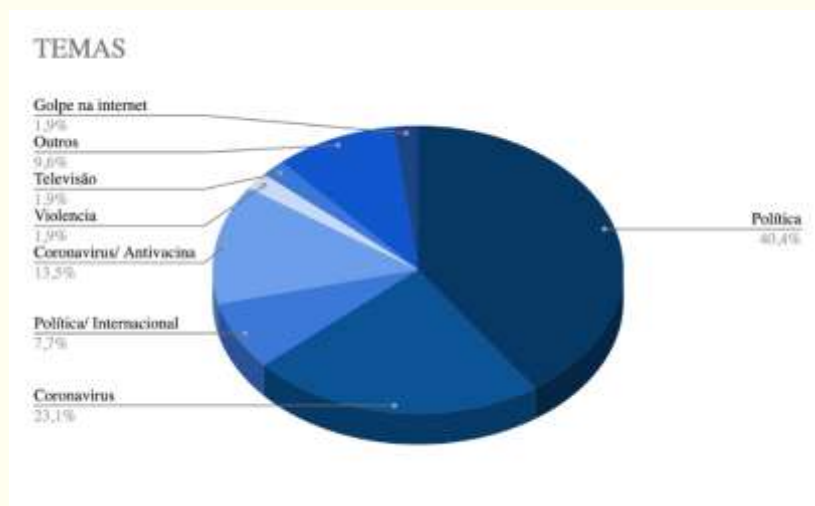


Gráfico 2: Temas abordados no vídeos

Como apresentado, o discurso desinformativo é uma ferramenta de interferência na opinião pública de forte alcance e que potencializou-se com o avanço das tecnologias de comunicação e informação. De acordo com as análises dos vídeos, realizadas pelo presente trabalho, notou-se que tal ferramenta - também, e principalmente - política, foi de grande importância para o avanço da extrema direita na sociedade brasileira. Ademais, o significativo aumento das desinformações na sociedade, impactam negativamente o direito à comunicação e à informação, pois não garantem o acesso à verdade factual.

Foi nesse quesito que se mostrou essencial a atuação das agências de checagem de informação, pois sua finalidade é garantir acesso ampliado à verdade dos fatos, desmentindo, contextualizando e reorganizando a informação, ou parte de sua desordem.

Entretanto, chegou-se à conclusão de que as agências de checagem não podem, sozinhas, ter a responsabilidade de combater a proliferação de conteúdos falsos e manipuladores, instituições da sociedade civil e o Estado também devem atuar para auxiliar os cidadãos a reconhecerem a desinformação e não participarem da sua divulgação, bem como, prepará-los para os meios digitais. Neste sentido, a práticas educacionais, a educação midiática e projetos como o Foca nas Mídias, mostraram-se também essenciais para garantir uma comunicação democrática.

Entendeu-se ainda que, de forma distinta às checagens, a educação midiática - ferramenta educacional - garante um pensamento crítico referente aos meios, sendo capaz de evitar as ciladas das redes, na medida que previne a desordem social, enquanto as checagens atuam para amenizar os impactos sócio-políticos (COSTA, ROMANINI, 2019).

Foi por reação ao fenômeno da comunicação de massa, e consequentemente, das manipulações informacionais, que surgiu na América Latina a Educomunicação. Trata-se de um pensamento multidisciplinar, que engloba, entre muitas áreas, a comunicação e a educação, possibilitando mediações entre os sujeitos, os meios e o contexto social em que estão inseridos. A corrente de pensamentos recebe contribuições de diversos pensadores, dando destaque à, Mario Kaplún, Jesús Martín Barbero, Paulo Freire, Maria Aparecida Baccega, Ismar de Oliveira Soares e outros autores. Sobre a atuação destes pensadores, Soares (2014) afirma:

Na década de 1970, assistiu-se a uma dura reação dos intelectuais e educadores latino-americanos à possível influência dos meios de comunicação – especialmente da televisão – sobre crianças e jovens. Tal reação tinha dois fundamentos, teoricamente opostos. Os intelectuais preocupavam-se com o estudo das estruturas econômicas e políticas que davam suporte a toda forma de comunicação (crítica às empresas e aos governos que ofereciam retaguarda aos veículos de informação). Estavam atentos e denunciavam uma evidente dependência cultural que o hemisfério Sul mantinha com relação ao hemisfério Norte, em termos de produção e distribuição de bens culturais e comunicacionais. A teoria que sustentava tais manifestações tinha como base a corrente marxista da imposição da ideologia das classes dominantes (detentora dos meios de informação) sobre as classes dominadas (consumidora dos meios). (SOARES, 2014, p.19)

Tal vertente de pensamento sempre objetivou a autonomia dos sujeitos perante os meios comunicacionais, desde a comunicação de massa à atual era dos meios digitais. Por este motivo, propôs-se que a Educomunicação, com suas diversas possibilidades e facetas é indispensável no combate às desinformações e na garantia da democracia comunicacional.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal/Lisboa: Lisboa edições 70, 1977.
- COSTA, Maria Cristina Castilho; ROMANINI, Vinícius. **A educomunicação na batalha contra as fake news**. Comunicação & Educação, v. 24, n. 2, p. 66-77, 2019.
- DOS SANTOS, Kassia Nobre. **A rede de checagem da Agência Lupa**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 2, p. 59-73, 2019.
- FERREIRA, J. R. S.; LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D. de. **Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19**. Em Questão, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 30–53, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245271.30-53. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/102195>. Acesso em: 8 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam.** [S. l.: s. n.], 1982.

GARCIA, Diana Ramahí; CRESPO, Oswaldo Garcia; GOMEZ, Alberto Defonte. **Los formatos audiovisuales en la verificación de datos: Análisis de la actividad de los fact-checkers en YouTube.** E-revistas, [s. l.], 3 maio 2021.

INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK. Os compromissos do Código de Princípios; Disponível em: <https://www.ifcncodeofprinciples.poynter.org/the-commitments>. Acesso em: 12 set. 2024, às 22:21.

KANTAR IBOPE. **Inside TV: experiência, influência e as novas dimensões do vídeo.** Kantar Ibope, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36dUL8s>. Acesso em: jan. 2021.

PEIXOTO, João Guilherme de Melo; SOUZA, Alice Cristiny Ferreira de. **A caça à verdade: critérios, metodologias e selos do Fact-Checking brasileiro.** Culturas Midiáticas, [s. l.], p. 86-103, 2018.

POSETTI, Julio; IRETON, Cherilyn; WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein; MATTHEWS, Alice; FADIL, Magda Abu; TREWINNARD, Tom; BELL, Fergus; MANTZARLIS, Alexios. **Jornalismo, Fake News & Desinformação.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [s. l.], 2019.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?.** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019. 98p.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos; MAURER, Camila. **Potencialidades e Limites do Fact-Checking no Combate à Desinformação.** Comunicação e Informação, [s. l.], 29 mar. 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação.** Comunicação & Educação, [s. l.], 2014.

As possibilidades educativas presentes nos movimentos sociais: análise do movimento realizado no dia 15 de maio de 2019 pela educação no Brasil¹

Keynayanna Késsia Costa Fortaleza²
Marina Gleika Felipe Soares³

Introdução

Na contemporaneidade foi através do desenvolvimento socioeconômico, das ações de ordem políticas, envoltas ao capitalismo desenfreado e da própria sistematização da globalização que a sociedade se vê presente, interagindo diante de um novo mercado, tanto em nível econômico como social. Este segue composto por problemas de ordens estruturais, sociais, culturais e educativos.

Diante da realidade que estamos vivenciando em nosso país, onde encontramos tantas carências, acreditamos que os movimentos, enquanto agentes sociais podem e devem desenvolver um papel educacional, pedagógico e humanista, direcionado para a vertente social, bem como atuando positivamente, com um viés crítico sobre os possíveis impactos de projetos políticos realizados pelo governo federal que não venham a beneficiar a sociedade brasileira no âmbito da educação.

É importante compreendermos e vir a reconhecer o que são e qual a importância dos movimentos sociais e suas eventuais articulações com o campo da educação. Primeiramente, os movimentos sociais dizem respeito a uma movimentação social de ordem pública composta por um determinado grupo presente nas sociedades. Caracterizados como ações coletivas que tem como objetivos influenciar e mudar uma determinada situação que venha a interferir negativamente nas realidades de uma determinada comunidade. Atualmente muitas pautas fazem

¹ Trabalho apresentado no eixo **2. Educação midiático** do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Comunicação (ECA/USP). Mestra em Comunicação pela PUCRS. Jornalista e Pedagoga. E-mail: keynayanna@hotmail.com

³ Pedagoga e Bacharel em Direito, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Doutora em Educação na Faculdade de Educação da USP, Professora Assistente da UESPI.

parte das reivindicações realizadas pelas pessoas que participam dos movimentos sociais, estes podem lutar pela causa feminista, ambiental, política, educativa, indígena, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros.

Para Gohn (2011) os movimentos sociais surgem através de uma construção social, não sendo apenas geridos pelo surgimento de alguma crise, mas sim, de um processo maior que guia as sociedades complexas. Jasper (2016) ressalta que:

Os movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades. “Persistentes” implica que esses movimentos diferem de eventos isolados, como reuniões ou assembleias, que são atividades básicas patrocinadas pela maioria deles (JASPER, 2016, p. 22-23, grifo do autor).

É com base nestes esforços e intencionalidades de cunho social e cidadão que as relações entre os campos da educação e dos movimentos sociais passam a proporcionar novas interconexões e convergências. Tais interfaces de atuação implicam nas mais variadas maneiras de trabalhar acerca desse novo campo reflexivo, visando construir novas abordagens de atuação junto aos seus públicos de interesse, compreendendo que a vertente educativa passa a integrar uma possibilidade presente nas realidades vividas pelos movimentos sociais na contemporaneidade.

Para Freire (2003), a educação tem como grande pilar social investir na formação da consciência crítica do indivíduo. Para tanto, o ato educativo sinaliza para criar possibilidades para a sua construção/reprodução. Na contemporaneidade, podemos considerar essa premissa, sobretudo, pela influência dos processos pedagógicos e educativos que envolvem a disseminação da educação formal e não formal na formação de valores sociais junto à sociedade.

Neste artigo, temos como foco analisar a possibilidade educativa, estabelecida de uma maneira não formal no movimento social pela defesa da educação, realizado no dia 15 de maio de 2019 em várias capitais brasileiras. Para a aplicação da nossa análise de conteúdo selecionamos uma matéria sobre a manifestação pela defesa da educação e da ciência brasileira publicada no site do Jornal da USP intitulada ***Um grito em defesa do futuro do país***, postada no *link* manifestações pela educação, no dia 15 de maio de 2019.

Objetivos

O objetivo geral desta proposta é analisar o movimento realizado no dia 15 de maio de 2019 pela educação no Brasil e demonstrar a contribuição dos movimentos sociais no que diz respeito a sua potencialidade para a propagação de conteúdo educativo e conhecimento junto à sociedade.

Metodologia

O estudo se caracteriza como um texto de ordem bibliográfica e documental com base em estudos no campo da Comunicação, Educação, Pedagogia e Educomunicação. Para a efetivação da investigação científica utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) junto ao texto da matéria intitulada ***Um grito em defesa do futuro do país***, publicada no *site* do Jornal da USP, postada no *link* intitulado educação, no dia 15 de maio de 2019. Para fundamentar teoricamente essa reflexão, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental embasada nos seguintes autores dos campos da Comunicação, Educomunicação, Pedagogia e Movimentos Sociais: Alonso (2009), Citelli (2009), Freire (2013), Gohn (2012, 2011), Kaplún (1998), Tumolo (2016), dentre outros pesquisadores do tema.

Resultados e Discussão

A análise foi realizada com base nos direcionamentos propostos por Gohn (2012), que afirma que um movimento social evidencia possibilidades pedagógicas e educativas ao conter as seguintes dimensões: *a dimensão da organização política, a dimensão da cultura política e a dimensão espacial temporal*. No estudo em caso, cada dimensão se tornou uma categoria de análise junto à matéria jornalística selecionada.

Entre os resultados podem se destacar: com base na primeira categoria acionada, Gohn (2012) infere que a dimensão da organização política no movimento diz respeito à consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade hoje. Isso direciona o povo para ir à luta, em busca dos seus direitos e de exercer a sua cidadania. Esta

categoria fica visível, primeiramente na criação e no próprio lançamento do movimento em prol da educação no país, quando as classes estudantis, docentes, cidadãos trabalhadores cientes dos seus deveres e direitos se mobilizaram em várias capitais do país para defender o ato educativo em uma escala de protesto nacional.

Sobre a segunda categoria para análise, a dimensão da cultura política, Gohn (2012) nos relata que o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência. Aprende-se desse modo a acreditar no poder da fala e das ideias, a elaborar novos discursos e práticas com base nos cenários vivenciados. Como foi possível visualizar em um trecho da matéria, quando o repertório e discurso expandido pelas pessoas e agentes envolvidos no movimento trouxe dados concretos sobre a realidade da situação de calamidade da educação e ciência no Brasil.

Acreditamos que este discurso e a divulgação destes dados nos movimentos sejam de total relevância para a sociedade que desconhece tais informações. Aqui é incidente o processo pedagógico, que se utilizou do protesto em si para elencá-lo como um agente mediador de aprendizagem como afirma Gohn (2012).

A terceira e última categoria de análise tratada dimensão espacial-temporal. De acordo com Gohn (2012), a consciência gerada no processo de participação em um determinado movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população tanto no presente, como no passado. Esta dimensão, para as pesquisadoras, evidencia uma articulação entre o “saber popular” e o “saber científico”. Podemos visualizar esta dimensão nos presentes relatos publicados na matéria de Serrano (2019), presentes na manifestação em São Paulo, que demonstram a preocupação não somente da classe estudantil com o futuro da educação no país, mas também o esforço envolvido dos pais, das famílias, do próprio sindicato de trabalhadores de uma instituição de ensino superior, como o Sintusp em lutar pelos seus filhos, pelas próximas gerações que virão, sabendo que esta é uma luta antiga, vinda de muitas décadas de negligenciamento. Gohn (2012) relata que estes sentimentos de luta, essa apropriação dos espaços públicos para as manifestações sejam elas individuais ou grupais, constitui um aprendizado que “[...] contribui para o desenvolvimento da consciência de cidadania no sentido do uso da coisa pública” (GOHN, 2012, p. 25).

Considerações Finais

Com base na fundamentação teórica e na análise apresentada pode-se destacar o quão é importante que a possibilidade educativa esteja presente nos movimentos sociais a serem realizados na sociedade contemporânea. Vivemos diante de conflitos visíveis no que diz respeito a como a educação está sendo gerida e proposta pelo governo federal brasileiro. Como pontua-se neste estudo, este não é um problema de ordem social recente, seu viés é histórico e exploratório. As comunidades mais carentes são as que mais sofrem com essa trajetória de exclusão.

Agora, contra esses tempos sombrios que se apresentam atualmente de esvaziamento da democracia, da promoção de cidadania e avanço do neoconservadorismo, devemos continuar lutando, nos mobilizando e conscientizando os estudantes, os trabalhadores, a própria sociedade. O que demonstra a importância de mais movimentos como esse do dia 15 de maio de 2019. Essa necessidade se impõe cada vez mais a todos, e que sejamos nós os disseminadores desses conhecimentos suscitadores da constituição da consciência de classe.

Nossos obstáculos são muitos, mas devemos pensar e lutar, pois este movimento, criado para ter uma dimensão educativa foi um marco simbólico para a sociedade brasileira. Prova disso foi a sua segunda realização no dia 30 de maio de 2019, e as sucessivas manifestações em defesa da educação pública que ocorrem rotineiramente por todo o Brasil. Acreditamos muito na importância e representação deste movimento para os demais, para o 30M e para o 14J, por exemplo. Devemos, como atores sociais críticos continuar indo para as ruas, indo em busca do protesto, pois assim, poderemos tentar mudar a realidade do nosso país, e com o povo consciente é possível visualizar que os momentos de crise, são também pedagógicos, que nos incitam a instruir as classes e assumir novas posturas sociais diante das realidades que estamos vivenciando na atual conjuntura social, política, econômica, social e cultural do país.

Referências

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, (76), 49-86. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>. Acesso em 11 de jul de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CITELLI, Adílson. Comunicação/ Educação: situações. In: Maria Aparecida Baccega e Maria Cristina Castilho Costa (Orgs). **Gestão da Comunicação**. Epistemologia e pesquisa teórica. São Paulo: Paulinas. 2009. p. 145-160.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade, **Revista Brasileira de Educação**, 16 (47), 2011, p. 333-361.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação** (8a. ed.). São Paulo: Cortez Editora. 2012.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar. 2016.

KAPLÚN, Mário. Processos Educativos e canais de comunicação. São Paulo, (14): 68 a 75, jan/abr.1999. **Revista Comunicação e Educação**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846>. Acesso em: 24 de jul. 2019.

MORESCO, Marcielly Cristina e RIBEIRO, Regiane. A Comunicação na Educação. **Revista Conexão**, v. 13, n. 25, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/2616/1574>. Acesso em: 24 de jul. 2019.

SERRANO, Luiz Roberto. Um grito em defesa do futuro do país. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/manifestacao-15-de-maio/>. Acesso em: 03 de mai. de 2020.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Capital, Trabalho e Educação**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2016.

MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO

Rádio Fala Pedrinho no ar: Quando a escola pública convida a universidade para desenvolver Comunicação na Educação¹

Elis Rejane Santana Da Silva

O texto aqui apresentado, se trata de um relato na perspectiva de registro de experiências vivenciadas (LUDKE, 2010), com o compromisso de que a divulgação científica fomente panoramas reflexivos de compreensão e possam contribuir com a discussão de ações na interface Comunicação e Educação, nas mais variadas comunidades e possam estimular políticas públicas no âmbito das TICs. Tal experiência se origina no primeiro semestre de 2023, mediante o decorrido no componente curricular *Educação e Comunicação*, no qual foi ministrado à turma do 4º período noturno do curso de Pedagogia, cuja ementa possibilitava a realização de uma produção em Educomunicação. Quando se estabelece essa produção teórico-prática, faz-se necessário inicialmente se apropriar dos conceitos que perpassam pela Comunicação, Educação e Educomunicação (BACCEGA, CITELLI, FREIRE, MARTÍN-BARBERO, SOARES), pois no tratamento que desenvolvemos, se tratando de um grupo de acadêmicos e futuros docentes, é fundamental aprofundar tais conceitos, inclusive porque, considerando às definições de Educomunicação,

(...) é essencialmente práxis social, originando um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade. Não pode ser reduzida a um capítulo da didática, confundida com a mera aplicação das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) no ensino. Mesmo ser identificada com alguma das áreas de atuação do próprio campo, como a “educação para e com a comunicação” (media e educação). Tem lógica própria, daí sua condição de campo de intervenção social. No caso, a universidade – com suas pesquisas e sua docência – tem muito a identificar e a desvendar (SOARES, 2011, p.14).

¹ Trabalho apresentado no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, no eixo temático 3: Mediação Tecnológica na Educação.

Portanto, conhecer a epistemologia do conceito, bem como os princípios inerentes à prática, pôde trazer elementos primordiais na estruturação de projetos a partir dos multimeios. No segundo momento, onde já se tinha uma ideia do que vinha a ser Educomunicação, mesmo que parcialmente, passamos a pensar na proposta definida pela turma, que mesmo dentro de limites temporais de um semestre (cerca de 4 meses) e da exiguidade da carga-horária do componente curricular (60h), buscamos que esse desenho se constituísse mediante os princípios fundamentais para uma prática, de fato educ comunicativa, visto que, a Educomunicação é tida como,

(...) “o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádio educativos, centro produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros de coordenação de educação a distância ou elearning e outros...” (Soares, 2000, p.63).

Nessa perspectiva, processos dialógicos são fundamentais cujos interesses vão surgindo tomando os formatos em consonância com os interesses dos estudantes, sobremaneira a partir dos interesses do espaço formal ou informal, como nos acena Soares na afirmação em destaque. Nesse propósito, fomos surpreendidos ao receber uma demanda externa oriunda de instituição de ensino fundamental e médio, a escola estadual Pedro Raimundo Moreira Rego, através da direção, com a solicitação de que pudéssemos orientar estudantes da referida instituição, na produção da sua Rádio-Escola. Para nós que estudamos e militamos nas frentes que discutem e desenvolvem projetos desta natureza, foi um convite de pronta aceitação, pois esse é o sonho da Educomunicação que postulamos: que a demanda surja dos espaços e não sejam autoimpostas, além de percebermos que nossas práticas atravessaram os muros da universidade e causaram ressonância na sociedade civil, que busca implementar produções na interface Comunicação e Educação. A partir disso e de conversa inicial com a direção da escola, começamos a trilhar essa inovadora experiência que se estruturou sob 3 momentos concomitantes: 1. Discutir com a turma de estudantes do curso de Pedagogia, qual seria nossa participação nos processos de construção da rádio, inferindo à práxis em educomunicação, sem interferir nas decisões dos estudantes da instituição de ensino fundamental e médio, na garantia

de uma produção democrática e autoral, onde o protagonismo seja assumido por ambas modalidades de ensino, com o entendimento de que todos e todas que ali estavam eram educadores/as, sem discrepância de superioridade ou inferioridade. O desafio foi enorme, entretanto, a experiência foi realmente salutar para todos os envolvidos. A metodologia se configurou mediante a Pedagogia de Projetos, alicerçado pela Educomunicação (SILVA E TAVARES; SOARES), uma vez que,

Além de oportunizar ao aluno novas formas de aprendizagem, exercita o processo de interação deles, propiciando a troca de experiências educativas e dinamizando diferentes práticas. (SILVA E TAVARES, 2010, p.4).

Nesse sentido de criar diferentes práticas, incluímos estudos de material textual e audiovisual relativos às experiências na produção de Rádio-Escola (NCE USP- Prefeitura de São Paulo), como elemento inspiradores, entretanto, dando vazão à elementos próprios já previamente iniciados pela escola, sem sobrepor nosso fazer ao fazer da escola, respeitando limites, alinhando interesses numa construção potente, onde todos tinham vez e voz.

A partir daqui, vamos delinear como se deu o desenvolvimento da *Rádio: Fala Pedrinho* fase a fase, relacionando às bases teóricas que sustentaram esse movimento de fora para dentro, de dentro para fora e na intersecção de todos juntos na Universidade do Estado da Bahia- UNEB e na Escola Pedro Raimundo Moreira Rego: A rádio Fala Pedrinho no ar!

1. De dentro para fora: O desenvolvimento do projeto de ensino e extensão, pelos estudantes do curso de Pedagogia.

Diante da solicitação da escola, passamos a estruturar como seria a estratégia de orientar a construção coletivamente da rádio-escola. Após algumas seções de diálogos, considerando às reais intenções da instituição e do grupo de estudantes, foi elaborado projeto de ação cujo objetivo central foi dar subsídio à produção de uma rádio-escola cujos princípios se deram na perspectiva da educomunicação, através da Pedagogia de projetos, cuja mediação dos estudantes da graduação pudesse suscitar engajamento e liderança estudantis, numa produção coletiva e de gestão

participativa de toda comunidade escolar, para que a rádio tivesse em sua construção fortes indícios de aspectos indenitários dessas muitas vozes e que ao mesmo tempo pudesse congrega a jovialidade dos estudantes aos interesses da instituição, realizando a interdiscursividade das disciplinas do currículo, como momento interdisciplinar. Tal atividade desafiadora se constituiu a partir do entendimento que “a primeira manifestação e materialização de ecossistema comunicativo é a relação com as novas tecnologias (...) com sensibilidades novas, claramente visíveis entre os mais jovens”. (MARTÍN-BARBERO, 2011, p.125), pois os mesmos, na faixa etária de 17 a 22 anos se inserem naturalmente no universo midiático como produtores de conteúdo, portanto, com ambiência aos usos das tecnologias, entretanto, vimos que seria importante enfatizar alguns aspectos ligados a rádio propriamente dita, por uma questão geracional.

2. De fora para dentro: A vinda dos estudantes e coordenação da escola a UNEB: Descortinando Educomunicação

Coube neste caso, aos estudantes da graduação, produzir oficinas, por decisão desse coletivo, nas quais os estudantes do ensino fundamental e médio, pudessem se acercar de saberes, conhecimentos e habilidades, para redesenhar essas ações em suas bases, pois a ideia não era construir com eles a sua própria rádio e sim dar os subsídios necessários para que eles pudessem construí-la junto aos seus pares, considerando o que nos afirma, Knaul e Sartori,

(...) a educomunicação vem constituindo uma nova área do saber que busca preencher as demandas presentes na escola, buscando desvendar os processos comunicativos gerados no ambiente educacional que interferem nos processos de aprendizagem dos educandos e no seu desenvolvimento com a influência das tecnologias midiáticas (2014, p.116).

As oficinas se objetivaram em termos gerais, a criar um ambiente favorável à expressão, a comunicação e à aprendizagem por meio da linguagem e produção sonora, além de apresentar os fundamentos da comunicação radiofônica para uso e apropriação da comunidade escolar. Também a desenvolver responsabilidade e autonomia na produção de programas, assim como, operacionalizar equipamentos e programas de gravação e edição de voz. A todo tempo os estudantes da graduação

estavam validando sua prática nos princípios da educomunicação, sem que fosse necessário apresentá-la de forma teórica e nominada. As oficinas foram desenvolvidas entre os meses de maio a julho de 2023, na universidade, dando a oportunidade aos estudantes de vivenciar o universo acadêmico, conhecer os espaços, inclusive a rádio UNEB. As oficinas foram produzidas por grupos de estudantes da graduação, a cada quinze dias, das 19h às 21h30, período adequado à logística dos estudantes do ensino fundamental e médio (total de 6 estudantes) e o coordenador. As respectivas oficinas foram desenvolvidas mediante às seguintes abordagens: a) História da rádio no Brasil e importância da rádio como veículo de comunicação popular; b) Como iniciar um programa de rádio, como determinar os temas, como realizar pesquisas sobre temas variados, como precisar o tempo de duração de cada bloco da programação, elementos de seleção de um convidado/a especializado/a, elaboração de roteiro completo de um programa, incluindo técnicas para iniciar e finalizar o programa e vinheta; c) Recursos tecnológicos de uma rádio, retórica, dicção e oratória adequadas para uma comunicação inteligível que possa alcançar o entendimento do maior número de pessoas; d) Exploração da *Rádio Web* da UNEB, para que os estudantes pudessem se apropriar dos equipamentos disponíveis, e também compreendam a dinâmica de uma rádio, além de produção de podcast. Em todas as oficinas, os estudantes da graduação atuaram como mediadores, oportunizando aos estudantes de ensino fundamental e médio e coordenador se expressarem e contribuírem de forma efetiva.

3. Produção fora: Estudantes da escola de ensino fundamental e médio, redesenhando a rádio-escola com os demais estudantes e professores

De forma concomitante os estudantes da escola Pedro Raimundo Moreira Rego retornavam da atividade na universidade com a tarefa de atuarem como multiplicadores em suas bases, cujas atividades deveriam ser replicadas, refletidas, discutidas, em um processo de ação-reflexão-ação, no sentido de ir configurando a rádio cuja identidade fosse sendo modelada na observância de características locais, regionais, que pudesse representar o DNA desses sujeitos. Assim surgiu por votação, entre outras opções, a denominação: *Rádio Fala Pedrinho*, uma rádio jovem idealizada e construída pelos próprios estudantes, cuja finalidade seria de informar, entreter, refletir sobre temas que poderiam surgir dentro da escola e também da

comunidade local, além de desenvolver atividades interdisciplinares. Por outro lado, os estudantes da graduação e a professora orientadora, avaliava conjuntamente a fase desenvolvida de forma refletida, buscando qualificar cada vez mais a fase seguinte.

4. Ponto de Intersecção: A presença dos estudantes da UNEB na Escola Pedro Raimundo Moreira Rego: A Rádio Fala Pedrinho em execução

A conclusão da ação, se é que podemos dar por concluída uma ação em educomunicação, aconteceu na última semana de julho de 2023, onde desta vez os estudantes da graduação e a professora orientadora, foram a escola Pedro Raimundo Moreira Rego se juntar aos estudantes, coordenadores e direção, para conhecer às instalações da *Rádio Fala Pedrinho*, com a difusão da primeira programação, ainda em fase piloto. O que podemos constatar à luz dos estudos constituídos a partir dos fundamentos da educomunicação e da própria produção, é que tal experiência, “pressupõe atribuir à educação um lugar indispensável de formação em e para os direitos humanos, na medida em que, através do ato educativo, pode-se, senão transformar a sociedade, construir a cultura indispensável para essa transformação”. (VIOLA; BARREIRA; PIRES, 2011, p.149-150), além de se constituir forma de mobilização para que a gestão pública, possa, por consequência desta experiência pontual, buscar implementar propostas que assegurem de fato o desenvolvimento da educação para os meios de forma crítica, autoral e que esteja voltada realmente ao protagonismo dos sujeitos envolvidos: A prática radiofônica nas escolas, aqui definida pela *rádio Fala Pedrinho*, para além do título da rádio é igualmente uma forma entusiasmada de propagar o desejo que aquilo que se tem a dizer, possa de fato ser definitivamente escutado.

Referências:

KNAUL, A.P; SARTORI, A.S. **Contribuições dos ecossistemas comunicativos no reconhecimento das novas sensibilidades.** In: SARTORI, A.S (Org.). Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos: Diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. DA. **Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica.** Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. **Desafios culturais: da comunicação à Educomunicação.** In: CITELLI, A.O; COSTA, M.C.C. (Org.). Educomunicação construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

SILVA, L. P; TAVARES H. M. **Pedagogia de Projetos: inovação no campo educacional,** 2010. Disponível em: Acesso em: 21 jul. 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de Intervenção social: o caso dos Estados Unidos.** EccoS Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo: (v.2 n.2, 2000.

VIOLA, S.E.A; BARREIRA, C; PIRES, T.V. **Direitos humanos: de movimento social à proposta educativa.** In: VIOLA, S.E.A; ALBUQUERQUE, M.Z. (Org.) Fundamentos para educação em direitos humanos. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2011.

Rádio Escola: uma prática educomunicativa no município de Vitória/ES¹

Fátima Dias da Motta²

Introdução

Durante um longo tempo, o rádio foi um importante artefato tecnológico para a difusão de conhecimento e comunicação no Brasil, contribuindo nos processos de construção de identidades locais e nacionais, pois favoreceu o acesso à informação, educação e cultura a populações localizadas a longas distâncias e em diferentes níveis societários. Dessa maneira, tornou-se um importante meio de comunicação e educação para a sociedade brasileira.

O educador Paulo Freire (1997), em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, afirma que a comunicação transforma seres humanos em sujeitos, na medida em que é vista como um processo de construção partilhada do conhecimento, mediada por relações dialógicas entre os homens e o mundo. Essa abordagem implica reciprocidade, em que as relações não podem ser rompidas e seu conteúdo não pode ser apenas comunicado de um sujeito a outro, mas deve ter significado para ambos.

Nesse sentido, a informação e a comunicação, após o advento das novas tecnologias digitais, encurtaram distâncias, mas exigiram do comunicador uma nova forma de transmitir informações, tendo por desafio utilizar a ferramenta rádio para formar cidadãos que soubessem transformar informação em conhecimento e utilizar esses conhecimentos em benefício próprio e de sua comunidade de forma ética e crítica.

¹ Trabalho apresentado no eixo 03 - Mediação Tecnológica na Educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Licenciatura em Pedagogia pela Faculdades Integradas São Pedro - FAESA. Professora de Informática Educativa na Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. Atuando na Secretaria Municipal de Educação como técnica pedagógica na organização dos processos formativos dos professores da Educação Básica. Técnica referência na formação e acompanhamento dos professores com Atividade Curricular Diversificada(ACD) de Rádio Escola no Ensino Fundamental. E-mail: fatimadm@hotmail.com

A união entre a comunicação e a educação é importante, sobretudo, por ser potencial agente de cidadania, representando um espaço de participação efetiva, em que o conhecimento ocorre de maneira horizontal e a troca de experiências contribui para o desenvolvimento de sujeitos críticos e participativos na sociedade.

A educomunicação na Rádio Escola

A participação estudantil no ambiente escolar propicia o desenvolvimento do protagonismo para uma educação cidadã e democrática. Nesse contexto, a rádio escola se configura instrumento de organização e participação dos estudantes em torno das questões que envolvem o cotidiano escolar, agindo como disparadora de ações educativas e desenvolvendo o sentimento de pertencimento ao espaço escolar. A rádio também contribui para a construção gradativa da autonomia, para a mobilização comunitária, para formação e preparação dos estudantes para lidar com as mídias de forma ética.

O Projeto Rádio Escola se constitui numa proposta de educação para as mídias. A familiaridade com os equipamentos próprios da comunicação radiofônica, associada a exercícios de elaboração coletiva da programação a ser veiculada, permitirá à comunidade escolar construir seu próprio discurso, transmitindo a todos o que pensa, deseja e necessita para melhoria das relações entre a comunidade escolar e seu entorno. Assim, o Projeto se constitui numa prática viva da cidadania, que contribui, certamente, para a construção de uma sociedade mais justa, formada por cidadãos capazes de decidir o próprio destino (Gonçalves; Azevedo, p. 03, 2004).

Ao tornar as relações no ambiente escolar mais democráticas, a rádio na escola também “reforça um modelo comunicacional horizontal e participativo, na medida em que seus agentes de transformação são sujeitos” (Gonçalves; Azevedo, 2004). Tais ações dialogam com o paradigma da educomunicação proposto por Soares (2011) quando afirma que educomunicação é

[...] um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e

ao consequente exercício prático do direito universal à expressão (Soares, 2011, p.37).

Essa prática interativa, co-participativa e dialógica tem suas bases nos princípios da educomunicação. Entre esses princípios estão a alteridade, que consiste em olhar sobre o outro sem preconceitos e julgamentos; a conscientização social, que contribui para uma leitura crítica do conteúdo vinculados pelos meios de comunicação; a integração social, que busca conectar as minorias e grupos marginalizados à sociedade, visando à diminuição da desigualdade; a cidadania, como princípio que define direitos e deveres, a participação na sociedade e a construção moral; e o princípio das relações colaborativas entre sociedade e indivíduo formam cidadãos críticos e participativos. Esses e outros princípios elencados por Silva (2009) visam alcançar o produto final que é a democratização dos meios de comunicação. Assim, ao se comprometerem com os princípios da Educomunicação e participarem da rádio escola, os estudantes desenvolvem habilidades como a autonomia, a liderança, a capacidade de resolver problemas, a criatividade e o pensamento crítico.

A rádio escola se torna, portanto, um espaço privilegiado para o protagonismo estudantil, em que os estudantes exercitam sua expressão comunicativa e criativa, colaboram em equipe, vivenciam a democracia e fortalecem o senso de pertencimento ao ambiente escolar, transformando-se em agentes ativos na construção de uma comunidade educativa mais engajada e participativa.

A Rádio Escola no município de Vitória/ES

A partir da implantação do Programa Mais Educação, no ano de 2007, o município de Vitória-ES criou uma equipe denominada “Mobilização Estudantil”, cujo nome foi construído com os estudantes representantes de turma das unidades de ensino. Seguindo o princípio de “fazer com e não fazer para”, estudantes, professores e técnicos da equipe de Mobilização Estudantil iniciaram a construção de uma proposta educacional que garantisse voz e voto aos estudantes nas tomadas de decisões da escola.

Essa equipe, seguindo os preceitos construídos na Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente de 2023, “*Jovem Educa Jovem, Jovem Escolhe*

Jovem e Uma Geração Aprende com a Outra, tinha como objetivo mobilizar os estudantes envolvidos em ações de participação nas discussões da escola: representação de turma, conselho escolar e grêmios estudantis.

Inicialmente, a equipe de Mobilização Estudantil trabalhava a formação política desses estudantes nas unidades que constituíam alguma forma de organização estudantil. A partir de 2011, foi incluído nas atividades dessa equipe o fomento ao projeto “Rádio Escola” nas unidades contempladas no Programa Federal “Mais Educação” ou naquelas que propuseram o projeto em seu plano de ação. Essa demanda partiu de profissionais das escolas que recebiam os materiais, mas não tinham a formação pedagógica necessária para o trabalho com os estudantes.

Para implantação do projeto, a equipe de mobilização estudantil precisou organizar os encontros formativos em parceria com uma escola técnica estadual que possuía o curso de Rádio e TV, recrutando estagiários deste curso para apoio nas ações com as escolas. Eles atuavam com os técnicos da equipe na realização das oficinas para professores e estudantes envolvidos no projeto.

Até o ano de 2015, as escolas participantes receberam kits de equipamento para a Rádio Escola, mas com o fim do Programa “Mais Educação”, o projeto “Rádio Escola” no município de Vitória passou a funcionar com o apoio pedagógico e financeiro dos conselhos escolares das unidades que aderiram ao projeto, compondo assim as ações de gestão compartilhada nos planos de ação das unidades de ensino.

No ano de 2019, período anterior à pandemia de COVID-19, o projeto “Rádio Escola” funcionava em 33 das 54 escolas de ensino fundamental da rede municipal de Vitória. A partir de 2021, a alteração do número de rádios escolas passou a ser diretamente relacionada à organização curricular e à adesão das escolas ao projeto, passando a funcionar no contraturno escolar. Atualmente, 17 unidades de ensino desenvolvem o Projeto Rádio Escola, produzindo programas de podcast e programas ao vivo.

A formação continuada de professores referência no Projeto Rádio Escola

Visando subsidiar o trabalho pedagógico com a Atividade Curricular Diversificada (ACD) de Rádio Escola, a Secretaria Municipal de Educação promove encontros formativos com foco nas práticas educomunicativas protagonizadas por professores e estudantes. Essa formação é organizada pela Gerência de Formação e Desenvolvimento em Educação - GFDE, responsável pela organização dos processos formativos na rede de ensino.

No ano de 2024, além das assessorias realizadas, foi organizado um encontro formativo presencial dividido em dois momentos. A primeira parte foi dedicada às bases teóricas importantes para o trabalho com a Rádio Escola e o segundo momento foi destinado à vivência de oficina com a construção de pauta, roteiro e as possibilidades de uso de aplicativos para utilização na rádio escola. Também foi criada uma sala de aula virtual para o compartilhamento de materiais e experiências pelos professores envolvidos. Entre as sugestões do grupo de participantes, está a organização de um seminário de culminância dos trabalhos realizados nas escolas em 2024, com a presença dos estudantes.

Conclusão

No município de Vitória, o Projeto Rádio Escola está em processo de consolidação e adaptação às novas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, passando a ser ofertado no contraturno escolar.

Conforme depoimentos dos professores durante os encontros, o projeto tem sido considerado um importante instrumento de protagonismo estudantil, o que é corroborado pela presença de professores que ainda não estão envolvidos no projeto no encontro formativo. Esses profissionais desejam aprender sobre o funcionamento da rádio escola, na expectativa de participação no projeto no ano seguinte.

Constatamos que, mesmo com as novas tecnologias e com utilização de inteligência artificial, a educomunicação se faz ainda mais necessária na escola, uma vez que o projeto rádio escola contribui para formação dos sujeitos de forma crítica e democrática.

Referências

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; AZEVEDO, Adriana Barroso de. **O rádio na escola como instrumento de cidadania:** uma análise do discurso da criança envolvida no processo. Disponível em

http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/comunicacoes_radio_escola.pdf. Acesso: 20 jul. 2024.

BRASIL, **Programa Mais Educação:** gestão intersetorial no território – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Educação Ambiental.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2018/pjc/assets/pdf/webaulas/web-01/Cartilha-CJMA.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FREIRE. Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rádio e Educação do Brasil.** In: Revista Electron - Revista da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – Anno 1 – Num. 06. – Abril de 1926.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação:** reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, Flávia Prado Domingos da. **Princípios Educomunicativos:** uma análise sobre a Série Infantil Cocoricó da TV Cultura de São Paulo. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Rio de Janeiro, mai. 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

VITÓRIA. **Política Municipal de Protagonismo Estudantil.** Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Educação – Vitória/SEME, 317p. 2016, versão digital. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1IBIWfAyRitt1Rpvtvl68zJS-363sSTT3/view>. Acesso: 09 jul 2024.

Projeto Fábrica de Livros da Tarsila:

Educação, cultura maker e educomunicação

Fabiana Wanrhath Jacopucci¹

A Sociedade da Informação, da qual pertencemos, está sustentada pelo intenso avanço da tecnologia digital e requer muitas mudanças políticas, econômicas e sociais. O poder centraliza-se no conhecimento, a matéria-prima é a informação e o ser humano precisa estar apto em reconhecer a verdade, gerenciar conflitos e criar estratégias de enfrentamento das adversidades com certa rapidez. (CASTLLES, 2002; JACOPUCCI, 2020).

Faz-se necessário desenvolver as habilidades cognitivas, emocionais e sociais das pessoas para sobreviverem em um ambiente com alta velocidade de mudanças e de muita instabilidade requerendo agilidade, flexibilidade cognitiva, abertura para novas experiências, empatia, criatividade, resiliência, engajamento, autonomia e disponibilidade para trabalhos colaborativos que favoreçam a tomada rápida de decisões para solução de problemas, com boa capacidade de síntese e criação de estratégias, bem como, capacidade de autorregulação emocional diante de tantas mudanças e transformações sociais e econômicas. (Bacich & Moran, 2018; Camargo & Daros, 2018; Führ, 2019; Schwad, 2016).

O campo Educacional precisa estar aberto a essas mudanças, atualizando os recursos pedagógicos em consonância com uma educação libertária, emancipadora que promova o raciocínio crítico, o exercício da cidadania e que minimize as desigualdades sociais transpondo os muros da escola e ampliando os espaços de aprendizagem. Os conteúdos pedagógicos tendem a tornarem-se ultrapassados quando não promovem experiências de aprendizagem. (FÜHR, 2019; Jacopucci, 2020; Santaella, 2010).

¹ Aluna especial no programa de pós-graduação em comunicação social ECA /USP, doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, mestra em educação pela mesma instituição e psicóloga. Contato: fabianajacopucci@gmail.com

E este é justamente o objetivo deste artigo em compreender a experiência educativa e comunicativa que configuraram o projeto de construção do produto midiático livro autoral na escola, refletindo sobre os caminhos pedagógicos formais e não-formais. Pesquisas com esse escopo contribuem para a formação profissional docente, ampliam as possibilidades de desenvolvimento de uma educação inovadora e de uma sociedade mais justa, democrática a partir do exercício da autonomia e protagonismo de cidadãos cômicos da própria produtividade cultural.

A Pesquisa Narrativa em Educação sustentada nas concepções de Clandinin e Connelly (2016) é que viabilizam a construção dessa trama de experiências de vida e educação. Não é um relato, uma descrição do ocorrido, mas sim, uma apropriação do que fora vivido naquela escola. Essa maneira de abordar o fenômeno privilegia a vivência, estimula a reflexão, bem como um diálogo autêntico entre vários personagens: eu enquanto autora e pesquisadora, o Prof. Luís com sua prática pedagógica, a comunidade científica com suas produções textuais e você leitor(a) com suas reflexões e apontamentos.

Sendo assim, narrar histórias de si é uma maneira de pesquisar sobre experiências, desvelar e sedimentar memórias que são as responsáveis pela constituição da identidade e legitimadas na relação com o outro. É um movimento não linear de introspecção, extropecção, retrospecção e prospecção. O movimento é fluído, de liberdade entre ir e vir, que possibilita novas conjecturas e significações. Por isso, a ação pedagógica em estudo mantém-se tão atual, mesmo sendo realizada em 2019, são experiências de aprendizagem e não colecionismo técnico-informativo. (CLANDININ & CONNELLY, 2015)

As entrevistas narrativas são oriundas de um diálogo hermenêutico que amplia as possibilidades de interpretação do mundo que possibilita a colheita das histórias de vida e educação, foco dessa pesquisa.

Era nosso segundo encontro e planejava organizar algumas questões burocráticas como assinatura de documentos institucionais para minha dissertação e conversar sobre algumas dúvidas e reflexões que surgiram após nosso primeiro contato. Eis que uma mãe bate à porta e senta-se para conversar com ele. O educador escuta atentamente o que ela tem a dizer e complementa o diálogo

explicando a situação: era uma atividade que as crianças, matriculadas no 4º ano do ensino fundamental I, deveriam escrever uma história inventada ou reinventada.

Prof. Luis explica que conversou com o menino e orientou que esta história seria transformada em livro e que ele precisava saber quem o havia ajudado, pois, todos os autores devem ser citados. A escrita apresentava expressões e palavras que o aluno não demonstrava no dia-dia e era evidente a colaboração de um adulto. Sendo assim, pediu para que a mãe fosse falar com ele. Ela, rapidamente, justifica sua contribuição na tentativa de ajudar o filho na organização das ideias e escolha do tema da redação.

O encontro dialógico entre a mãe e o filho na concepção de ideias para construir a história inventada foi uma prática educativa na qual eles eram os sujeitos pedagógicos que realizaram a produção de um texto cultural. Essa redação traz em sua estrutura crenças, valores, experiências de vida compartilhadas entre os dois e todo o ambiente no qual estão inseridos e a troca de experiências amplia os horizontes existenciais e as possibilidades de expressão dos afetos que se manifestam pelo potencial comunicativo do ser humano. (ARROYO, 2014; Dewey, 1973)

O projeto “Fábrica de Livros da Tarsila” é uma ação pedagógica desenvolvida pelo Professor Orientador de Informática Educacional – POIE Luís Mário da Conceição, que atua na EMEF Tarsila do Amaral situada na cidade de São Paulo, em um bairro periférico. O objetivo principal era apoiar e estimular as habilidades dos/as alunos/as quanto ao uso de tecnologias de maneira criativa e responsável. E esta pesquisa relata a dialogicidade entre o professor orientador de informática, um aluno do ensino fundamental e uma mãe envolvidos no processo de criação do livro autoral na escola.

As reflexões sobre o processo educativo e seus objetivos evidencia o quanto a comunicação é um campo que está incorporado na educação, visto que ambas são ações humanas, constituintes da subjetividade. O processo de alfabetização implica no reconhecimento dos signos linguísticos, na capacidade interpretativa e na produção de sentidos e significados. Neste contexto, o educador não se restringe a um transmissor de informações, ou, como descreve Paulo Freire (1983), um arquivador de comunicado, ele é um mediador, um comunicador.

Educar é tornar o sujeito consciente de sua coparticipação no ato de pensar, na busca de justiça cognitiva. Ela é um processo de humanização de sujeitos coletivos diversos, que são desiguais em condições de vida e a escola é um lugar que contribui para a produção cultural, intelectual, política e de transformação social. (ARROYO, 2014; FREIRE, 1983)

Há toda uma fundamentação teórico-metodológica, que entende a Educação como um campo do saber que visa o desenvolvimento cômico de seu contexto histórico e cultural, aprimorando o potencial de comunicação, criativo, análise crítica, participação, abertura ao novo, colaboração, resiliência, produtividade e responsabilidade que muito se distancia do acúmulo de informações e colecionismo técnico.

A reflexão epistemológica que este artigo propõe é de aprofundar os estudos sobre a transdisciplinaridade da educação e comunicação, que apresentam suas raízes na experiência humana e valorizam o desenvolvimento social e minimização das desigualdades sociais através do conhecimento, da cultura enquanto ato político, de ação constitutiva na sociedade.

Outro aspecto de relevância foi o entendimento do que significa nos enquadrarmos na sociedade da informação, na medida em que a aceleração do tempo evita encontros, aumenta a necessidade de consumo e alta performance como tentativa de não nos tornarmos desnecessários. Acumulamos teorias, técnicas, amigos e relacionamentos expostos nas mídias sociais e nos distanciamos da experiência, de nos apropriarmos daquilo que se passa conosco.

A conexão entre Educação, Cultura Maker e Comunicação manifestada no projeto de produção do livro autoral da “Fábrica de livros da Tarsila” é a personificação da palavra enquanto instrumento de liberdade, de paz e de justiça social.

É a prática educomunicativa que se faz presente nos ambientes formais de aprendizagem valorizando a informação, o conhecimento e a experiência como estrutura existencial do mundo humano. Apresenta-se como a mola propulsora da transformação social, da constituição de um senso crítico e exercício da cidadania que só acontece na relação entre o indivíduo e o coletivo.

Fortalece o senso de responsabilidade que a liberdade de expressão exige, possibilita a criação de estratégias para o distanciamento de opiniões que fortaleçam

a cultura do ódio e de opressão e se aproximem do conhecimento, da educação transformadora da ação humana que só acontece no diálogo, na comunicação entendida como uma negociação.

Todas essas transformações sociais precisam ser discutidas e estudadas nos processos formativos docentes em qualquer etapa, requerendo um olhar cuidadoso do campo da educomunicação nos currículos de pedagogia, cursos de licenciatura, em momentos formativos formais e informais e ambientes escolares e não escolares. De maneira que se distanciem de propostas conteudistas e se aproximem de práticas pedagógicas experienciais, autoformativas valorizando o protagonismo e autoria docente e discente.

As reflexões tecidas neste estudo, só foram possíveis pelo exercício do processo comunicacional mediado por artefatos tecnológicos digitais, pelo compromisso com o ato educativo enquanto ação política que compreende o sujeito situado no mundo, ativo e construtor da própria história, ou seja, pelas vias epistemológicas da educomunicação.

Referências

- ANDERSON, C. (2012). **A nova revolução industrial: Makers**. Elsevier.
- ARROYO, M. G. (2014). **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias** (2a ed.). Vozes, Editora.
- BACICH, L., & MORAN, J. (2018). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso.
- CAMARGO, F., & DAROS, T. (2018). **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso.
- CASTLLES, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. (6a Edição). Paz e Terra, 2002.
- CLANDININ, D. J., & CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa** (T. G. de P. N. e E. de P. ILEEL/UFU, Ed.; 2a ed rev). EDUFU, 2015.
- DEWEY, J. **Vida e Educação**. Edições Melhoramentos., 1973.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** (7a ed.). Paz e Terra, 1983.

FÜHR, R. C. **Educação 4.0 nos impactos da quarta revolução industrial.** Appris, 2019.

JACOPUCCI, F. W. **Experiência Maker e o processo de ensino-aprendizagem.** Dissertação de mestrado, UMESP., 2020.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência** (1a ed.). Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, I. d. **Caminhos da educomunicação: utopias, confrontações, reconhecimentos.** Em R. Aparici, *Educomunicação: pala além do 2.0.* São Paulo: Paulinas, 2014.

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet.** São Paulo: Paulus, 2021.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

Smartphone como manobra educ comunicativa em sala de aula¹

José Gabriel Meneses Sousa²

Raphael Garreto de Sousa³

Rosinete de Jesus Silva Ferreira⁴

O avanço tecnológico, aliado à internet, trouxe acesso ao mundo digital, proporcionando conexões entre pessoas por meio de aplicativos, plataformas e softwares. Dentre os dispositivos que facilitam as interações e mediações, temos os smartphones. Esses dispositivos são mediadores que facilitam o compartilhamento de informações, mas também apresentam desafios para o aprendizado. Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da Unesco (2023), o uso de smartphones em sala de aula pode prejudicar a concentração dos alunos, levando até 20 minutos para retomarem a atenção. Além disso, alguns países, como Espanha, Portugal, Finlândia e Holanda, proíbem o uso de dispositivos móveis durante as aulas. No Brasil, um projeto de lei de 2015 que visava estabelecer regras para o uso de celulares nas escolas está parado no Congresso. Apesar de terem sido úteis durante a pandemia para manter a continuidade do ensino, o uso indiscriminado dos celulares pode ser prejudicial ao processo educativo. Segundo a pesquisa TIC Educação 2023, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2024), seis em cada dez escolas de ensino fundamental e médio adotam regras para o uso de celulares, permitindo o uso apenas em determinados espaços e horários, enquanto 28% das instituições proíbem o uso dos dispositivos por estudantes. Nesse contexto, a educ comunicação pode ser uma solução para integrar a tecnologia de maneira

¹ Texto apresentado no eixo nº 3: Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educ comunicação.

² Formado em Jornalismo pela Universidade Ceuma. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão - PPGCOMPRO -UFMA. São Luís/MA. Email:gabrielbpetrova@gmail.com

³ Formado em Rádio e Televisão pela Universidade Federal do Maranhão e Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional – PPGCOMPRO- UFMA. São Luís/MA. Email:phgarreto@gmail.com

⁴ Docente do Curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão e Integrante dos Programas de Mestrado Profissional em Comunicação – PPGCOMPRO e do Programa de Psicologia -PPGSI. São Luís/MA. Email:rosinete.ferreira@ufma.br

estratégica e educativa. Esse campo interdisciplinar visa promover um ambiente educativo mais dialógico e participativo, formando cidadãos críticos e ativos. A educomunicação permite que educadores desenvolvam metodologias de acordo com seu território, utilizando artefatos tecnológicos que lhes sejam convenientes, levando em consideração o ambiente no qual estão inseridos. Dentre os possíveis dispositivos, está o smartphone. Os dispositivos móveis, denominados smartphones, são aparelhos que oferecem funcionalidades semelhantes às de um computador, tendo a capacidade de instalar aplicativos, melhor condição de conectividade que envolve wi-fi, bluetooth e a função NFC, além de câmeras de alta resolução com capacidade para produzir e reproduzir imagens e músicas. Com essas potencialidades, os smartphones podem se transformar em ferramentas pedagógicas. Assim, ao serem usados corretamente e com propósito educativo, podem contribuir para o processo de aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais dinâmico e inclusivo. Nessa perspectiva, a pesquisa TIC Educação 2023 destaca que 92% das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil têm acesso à internet, um aumento significativo em relação aos 82% de 2020. Esse crescimento foi mais acentuado nas áreas rurais, onde a conectividade passou de 52% para 81%. Essas melhorias na infraestrutura digital podem potencializar ainda mais o impacto positivo da educomunicação nas práticas pedagógicas. Cabe ressaltar que Soares (2003) classifica a educomunicação como todo tipo de relação entre pessoas mediadas pela tecnologia. A investigação se justifica por apresentar fatores prós e contras do uso de smartphones em sala de aula, que carecem de debate. Do ponto de vista positivo, percebe-se que, como uma ferramenta educacional, os smartphones podem facilitar pesquisas e atividades práticas, como a produção de áudio e imagens em sala de aula. Outra perspectiva a se considerar é que, ao utilizar o aparelho, o professor pode despertar maior interesse nos trabalhos escolares, assim como promover o desenvolvimento de habilidades e competências tecnológicas. Por outro lado, o mesmo aparelho pode causar distrações nas atividades e aumentar casos de cyberbullying e questões éticas que envolvem a propagação de áudios e imagens sem autorização. Dessa forma, os objetivos deste trabalho se concentram em realizar uma sistematização de práticas comunicativas já disponíveis no arcabouço do campo teórico da educomunicação, que estabeleçam conexão entre o smartphone e a prática pedagógica como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, sob a perspectiva da formação de ecossistemas “cognitivo-afetivo-comunicativos”, conforme apontou

Ismar de Oliveira Soares em entrevista a Citelli, Nonato e Figaro (2021). Para tanto, será adotada a metodologia da revisão normativa, com a finalidade de selecionar artigos com projetos de intervenção educacional cujo objeto seja o uso dos smartphones em sala de aula. Em seguida, será montado um quadro comparativo dos resultados positivos e negativos quanto ao uso dessa ferramenta, local e público alcançado por esses projetos de intervenção. Com esse mapeamento, pretende-se subsidiar pesquisadores dos campos da Comunicação e da Educação, professores da educação regular, entre outros profissionais e estudiosos dos dois campos. Cabe ressaltar a essência do conceito de educação classificada por Soares (2003):

Tal conceito é absorvido, porém não para designar exclusivamente a relação dos seres humanos com a tecnologia, mas para designar todo tipo de relação entre pessoas mediadas pela tecnologia ou por processos e recursos da comunicação. Definimos, então, o conjunto das ações destinadas a criar ecossistemas comunicativos mediadas pelas tecnologias tendo como objetivo final a construção de práticas cidadãs que passavam pela expressão comunicativa dos agentes sociais (Soares, 2003, p. 36-37).

A discussão sobre o papel da tecnologia na educação está diretamente ligada ao conceito de educação, que promove o uso estratégico e consciente dos meios de comunicação e tecnologias digitais para melhorar o processo educativo. Nos últimos anos, dispositivos como smartphones, tablets e computadores têm se tornado ferramentas fundamentais nas salas de aula ao redor do mundo, não apenas facilitando o acesso à informação, mas também promovendo um ambiente mais interativo e participativo. No entanto, essa integração tecnológica também apresenta desafios, como a necessidade de desenvolver políticas adequadas que garantam o uso responsável e seguro desses dispositivos. A educação surge como uma abordagem que visa potencializar os benefícios da tecnologia, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que engajem os estudantes e promovam a cidadania ativa. Nesse contexto, é essencial analisar como diferentes países estão lidando com a introdução de tecnologias educacionais e quais estratégias têm se mostrado mais eficazes para integrar a tecnologia de forma pedagógica, como evidencia o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO. A figura 1 do Relatório corrobora essas percepções, demonstrando que o uso de tecnologia em sala de aula é limitado, mesmo em países de renda alta e média-alta. Isso destaca a necessidade de uma

abordagem equilibrada e bem planejada para a integração dessas tecnologias no contexto educacional. A adoção de estratégias de educomunicação pode ser um caminho eficaz para maximizar os benefícios das ferramentas digitais, enquanto se minimizam seus potenciais riscos, promovendo um ambiente de ensino mais dinâmico e inclusivo. Assim, é fundamental que educadores, pesquisadores e formuladores de políticas trabalhem juntos para criar práticas pedagógicas que utilizem a tecnologia de maneira construtiva e segura, favorecendo o desenvolvimento de competências tecnológicas e a construção de um ecossistema educacional mais participativo e crítico.



Figura 01

Fonte: Base de dados PISA 2018

A análise centra-se na integração dos smartphones no ambiente educacional, destacando tanto os benefícios potenciais quanto os desafios associados à sua utilização. Os smartphones, com suas funcionalidades avançadas e capacidade de conectividade, oferecem oportunidades significativas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, para que esses dispositivos se tornem ferramentas pedagógicas efetivas, é fundamental uma integração cuidadosa e planejada. A educomunicação emerge como uma abordagem promissora para alcançar esse objetivo, ao promover um uso estratégico e reflexivo dos smartphones. Este campo interdisciplinar propõe práticas pedagógicas que consideram o contexto

específico das instituições e a diversidade dos alunos, maximizando os benefícios da tecnologia enquanto minimiza seus potenciais riscos, como distrações e questões de segurança. A análise das evidências, incluindo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO e a pesquisa TIC Educação 2023, revela que, apesar do aumento no acesso à tecnologia, a adoção efetiva dos smartphones nas práticas educativas ainda enfrenta limitações e desafios. Nesse sentido, a implementação de práticas educomunicativas pode facilitar a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e participativo, promovendo o desenvolvimento de competências tecnológicas e o engajamento dos alunos. Assim, a integração dos smartphones no contexto educacional deve ser acompanhada de estratégias bem planejadas e políticas claras para assegurar que os dispositivos contribuam positivamente para o processo educativo e para a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mundo digital.

Referências:

CITELLI, A.; NONATO, C.; FIGARO, R. **Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil**. Revista Comunicação & Educação, Ano XXVI, n. 1, p. 156-166, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/1cae428c-1c00-42d3-9ea4-d40eca8984f1/003036031.pdf>> . Acesso em: 28 fev. 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Maioria das escolas do País possui regras para uso de celular pelos alunos, revela TIC Educação 2023**. 2024. Disponível em: <<https://cgi.br/noticias/maioria-das-escolas-do-pais-possui-regras-para-uso-de-celular-pelos-alunos-revela-tic-educacao-2023/>> . Acesso em: 15 ago. 2024.

Figura 1: **GEM StatLink:** https://bit.ly/GEM2023_Summary_fig2 (UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por> . Acesso em: 15 ago. 2024.)

SOARES, I. O. **Entrevista com Ismar de Oliveira Soares: A Educomunicação**. In: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PRÁTICAS DE RECEPÇÃO A PRODUTOS MEDIÁTICOS. Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de



Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. Novos Olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos, São Paulo, v. 1, n. 12, 2003.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por> . Acesso em: 15 ago. 2024.

Práticas educacionais no ensino, pesquisa e extensão do IFCE – Acaraú¹

Amaurícia Lopes Rocha Brandão²

Este resumo é resultado dos diálogos da disciplina de Educomunicação: Fundamentos, Metodologias e Áreas de Intervenção, ministrada pelos docentes Dr. Claudemir Edson Viana e Dr. Ismar de Oliveira Soares, da ECA/USP. A ideia surgiu durante uma das aulas, quando tive a oportunidade de relatar sobre as atividades educacionais desenvolvidas no IFCE – *Campus Acaraú*, desde 2017. Nesse momento, o Prof. Ismar sugeriu que eu escrevesse sobre esta experiência para o X Encontro Brasileiro de Educomunicação. Desta forma, iniciei uma pesquisa documental, em meu acervo pessoal (publicações em redes sociais, trabalhos de conclusão de curso – TCC, artigos, projetos de extensão e planos de aula), materiais que permitiram este relato. Cujo objetivo é compartilhar as práticas educacionais realizadas no IFCE *Campus Acaraú*, nos pilares da pesquisa, ensino e extensão.

De acordo Buckingham (2010), a escola assume importante papel na configuração social, daí a necessidade constante para se adequar as novas tecnologias. E no caso das tecnologias digitais, exigem abertura ao diálogo e à participação da comunidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/1996 complementa que “a educação não se limita somente à escola [...] é um campo amplo e encontra-se em processo na família, nas relações sociais, no trabalho, na sociedade, na cultura e nos meios de comunicação inseridos nesses ambientes” (Lima, 2012). Conforme Freire (2006), os fluxos dialógicos na educação são recursos essenciais para a consolidação da cidadania ativa.

¹ Trabalho apresentado no eixo Mediação tecnológica na educação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda do Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP). Mestre em Gestão de Negócios Turísticos (UECE). Especialista em Turismo e Meio Ambiente (UECE). Graduada em Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC) e graduação em Gestão de Empreendimentos Turísticos pelo Centro Federal de Educação e Tecnologia (CEFET). Na Área Acadêmica desde 2005, desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão, sobre Educomunicação, Educação Midiática, Cultura e Sociedade. Professora efetiva da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Acaraú*. E-mail: amauricialopes@ifce.edu.br.

Diante disso, a Educomunicação consolida-se como um campo do conhecimento de extrema relevância para a promoção do protagonismo e autonomia estudantil. Citelli (2007) reflete que a Educomunicação promove “fluxos comunicativos que integram diferentes tipos de vozes e lugares onde os discursos são produzidos”. Martirani (2008) complementa que esta é responsável pela democratização da comunicação, possibilitando o acesso e compreensão das informações veiculadas, ao formar receptores críticos dos processos midiáticos. Nesse contexto, o paradigma educ comunicativo consolida-se pelo constante debate influenciado pelos teóricos Paulo Freire e Mario Kaplún, e pelas concepções de Soares, que aprofundou a relação da educação ‘sobre’ e ‘com’ a mídia em inúmeros congressos, no MEC, no Programa Mais Educação, no Programa Educom da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e na Unesco/Brasil (Soares, 2014).

O conceito de Educomunicação pressupõe a autonomia epistemológica, por meio da transformação social desde o processo de alfabetização, incentivando a expressão e o direito universal à comunicação. Viana (2017, p. 239) descreve-a como uma “resposta às exigências da contemporaneidade, definindo um *locus* para o diálogo entre educação e comunicação, rejeitando tanto o funcionalismo de um campo quanto o iluminismo de outro”. Neste contexto, Soares (2017) ratifica que o paradigma educ comunicativo facilita a compreensão e a prática dos direitos humanos, destacando ações que promovem valores, superam preconceitos e desenvolvem hábitos de respeito, especialmente entre os jovens.

O relato da experiência educ comunicativa a ser apresentado, iniciou em 2016, quando participei do XXXIX Congresso Nacional de Comunicação, realizado na ECA/USP, com a apresentação de um artigo sobre a produção do documentário “História e Estórias de Acaraú”, resultado de um projeto de extensão. O trabalho foi apresentado no Grupo Temático – Comunicação e Educação, sessão que oportunizou meu primeiro contato com a Educomunicação. Ao retornar a Acaraú, no Ceará, motivada pela inquietação proporcionada por aquele GT, percebi que não poderia guardar aquele conhecimento. Assim, surgiu a proposta de ministrar uma disciplina optativa no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que, desde o primeiro momento teve grande aceitação.

Desde o semestre 2016.2 a disciplina vem sendo ofertada ininterruptamente até 2022.2, quando fui afastada para cursar o doutorado. Durante este período foram 258

discentes matriculados e destes 204 concluíram a disciplina. O conteúdo programático é dividido em teórico e prático, e ao final os discentes apresentam os projetos desenvolvidos, aplicados em diversas temáticas, como saúde mental, educação no trânsito, primeiros socorros, sustentabilidade, meio ambiente etc. E realizados no formato presencial em escolas, creches, grupos de escoteiros, associação de moradores, paróquias entre outros. E no meio virtual, com a criação de alguns perfis no Instagram.

Na pesquisa, destacam-se os projetos contemplados pelos editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, em 2016 e 2018; e no Programa de Estudante Voluntário em Pesquisa e Inovação, nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023. Além de TCCs, sendo sete no curso de Licenciatura de Ciências Biológicas, dois na Licenciatura de Física e três na Especialização em Pós-Graduação *Latu Sensu* em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, do IFCE Campus Acaraú. Ressalta-se que desde o edital de 2019, a Educomunicação tornou-se linha de pesquisa da especialização.

Nos anos 2022 e 2023, a Educomunicação voltou a fazer parte de projetos de extensão. Com o projeto Desbravando a Educação Financeira do Laboratório de Estudos sobre Educação Financeira. Que teve o objetivo de criar e compartilhar conteúdo digital sobre o tema, com embasamento teórico no livro “Psicologia do Dinheiro” de Dan Ariely e Jeff Kreisler, com a finalidade de promover a conscientização por meio do conhecimento sobre a relação financeira de forma equilibrada. O projeto teve a participação de quatro bolsistas voluntários, responsáveis pelo perfil do Instagram, @desbravando_ef.

E o projeto Educom Jeri, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio do Parque Nacional de Jericoacoara – Parna Jeri, no município de Jijoca de Jericoacoara. Com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre o descarte adequado dos resíduos sólidos. O público do projeto foram os discentes do Ensino Fundamental II e os membros da na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jericoacoara – CCMRJ. A primeira edição do Educom Jeri foi desenvolvida por seis discentes que estavam cursando a disciplina, e o projeto foi utilizado como avaliação final. E mais duas discentes que não participavam da disciplina, mas se ofereceram para participar, além da docente da área de Ecologia e Botânica. Foram três oficinas (Produção de Fanzines, Produção

de Jingles e Produção de Vídeos em Smartphones) realizadas na Escola Criativa Nossa Senhora da Conceição e o Workshop de Reciclagem, realizado na CCMRJ.

Na ocasião, a dupla responsável pela Oficina de Produção de Vídeo e Fotografia em Smartphone, foi convidada para contribuir com a direção e produção da gravação de um vídeo promocional de divulgação do projeto Etiqueta com a Filó, personagem interpretada pela atriz Gorete Milagres que reside na Vila de Jericoacoara. O projeto trata-se de uma série de vídeos publicados no Youtube e nas redes sociais do ICMBIO, e no Instagram do Parque Nacional de Jericoacoara, @parnajericoacoara, em comemoração à Semana do Meio Ambiente de 2022 (BRANDÃO, 2023).

Um dos aspectos relevantes para os discentes sobre a educomunicação é a possibilidade de desenvolver o protagonismo estudantil no processo de ensino-aprendizado. Uma questão ainda controversa, sobretudo, para docentes adeptos da pedagogia tradicional ou bancária, conforme se referia Paulo Freire.

Com o relato destas práticas educacionais espera inspirar docentes a realizarem ações semelhantes, e desta forma, contribuir com uma educação mais próxima ao pensamento freiriano, capaz de libertar e promover a autonomia cidadã. Para isso, é relevante conscientizar sobre a interação entre docentes, discentes e comunidade para o fortalecimento do ecossistema educacional, a partir da troca de experiências cotidianas que tornem o processo ensino-aprendizado um meio em que a empatia, o afeto e o estímulo ao conhecimento esteja adequado a cada contexto. Afirmando-o como campo dialógico, crítico-criativo provedor da cidadania, sendo relevante a participação de todos os agentes envolvidos, desde escola, comunidade e poder público.

Referências

BRANDÃO, A. L. R.; OLIVEIRA, M. T. Educomunicação: contribuições na Formação dos Cursos de Licenciatura do IFCE – Campus Acaraú. In.: SOARES, I. de O.; VIANA, C. E. (Org.). **Trajetórias da comunicação nas políticas públicas e a formação de seus profissionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação: Instituto Palavra Aberta, 2021. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/30/22/961-1>.

Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. Educom Jeri: Conscientização para o descarte adequado de resíduos sólidos. In.: SOARES, I. O. de (et al.). **Educomunicação e educação midiática nas práticas sociais e tecnológicas pelos direitos humanos e direitos da terra**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2023. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Educomunicacao-e-Educacao-Midiatica-nas-Praticas-Sociais-e-Tecnologicas-pelos-Direitos-Humanos-e-Direitos-da-Terra.pdf>.

Acesso em: 20 jun. 2024.

BUCKINGHAM, D. Cultura Digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set/dez. 2010.

CASTELFRANCHY, Y.; FAZIO, M. E. Comunicación de la ciencia en América Latina: Construir derechos, catalisar ciudadanía. UNESCO; Oficina de Montevideo. **El estado de la ciencia**: principales indicadores de ciencias e tecnologia ibero-americanos/interamericanos. Observatório CTS, 2020. (p. 145-156). Disponível em: <https://oei.int/oficinas/argentina/publicaciones/el-estado-de-la-ciencia-2020>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CITELLI, A. **Comunicação e educação**. São Paulo: SENAC, 2004.

COSTA, E. R. de. **Educomunicação e políticas públicas**: estudo comparativo de educação midiática nas redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e São Paulo. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03122018-144842/pt-br.php>.

Acesso em: 05 jun 2024.

FEDOROV, Alexander. **On Media Education**. Moscow: ICOS UNESCO IFAP, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001828/182858e.pdf>.

Acesso em: 21 jun 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LIMA, C. A. M. *et al.* (Org.). **Gestão de Projetos Educomunicativos**: Programa nas Ondas do Rádio. 2012. Secretaria Municipal de Educação de SP. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/educom/Documentos/Midiateca/Conteudo/Formato> Apresentação/Gestão de

projetos/GESTÃO_AULA4_APRESENTAÇÃO.pdf Acesso em: 15 jun. 2024.

MARTIRANI, L.A. Comunicação, Educação e Sustentabilidade: o novo campo da Educomunicação Socioambiental. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 31., 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1697-2.pdf>.

Acesso em: 21 jun 2024.

SOARES, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. *In*: **Revista Comunicação e educação**. São Paulo, ano VII, n. 19, set/dez. 2000, p. 12-31.

_____. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. **Comunicação e Educação**, a. XIX, n. 2, jul-dez, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>. Acesso em: 07 jun 2024

_____. **A educomunicação a serviço de um Plano de Educação para os Direitos Humanos**. São Paulo: ABPEducom, 2017.

VIANA, C. E. Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares. **Revista da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC)**, ed. 26, v. 11, n. 21, p. 238-247, 2017.

_____. Educomunicação como eixo da política pública do Estado de São Paulo no âmbito da Educação em Direitos Humanos. *In*: SOARES, I. de O.; VIANA, C. E. **Trajetórias da Educomunicação nas Políticas Públicas e a formação de seus profissionais**. São Palco: ABPEducom: Instituto Palavra Aberta, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003034492.pdf>. Acesso: 08 jun 2024.

Os 10 anos do LEFEM: uma história de produções multiletradas na Educação Física¹

Laura Viana Fernandes²

Rafael de Gois Tinôco³

Introdução

Na relação Educação Física (EF) e novas práticas educacionais, oriundas de um novo fazer pedagógico pelos professores, o Multiletramento (ML) aparece como elemento importante à formação do aluno, porque os processos de ensino-aprendizagem saem do cunho mais tecnicista e o entendimento de letramento, especialmente aqui o corporal, não se restringe apenas a atuação no desenvolvimento psicomotor e socioafetivo, mas realça também práticas culturais e participações ativas dos indivíduos na cultura de movimento⁴.

Dessa forma, Cope e Kalantzis (2010) afirmaram que o New London Group (Grupo de Nova Londres – GNL) ao pensar na Pedagogia do ML, partiu do questionamento acerca das mudanças, sobretudo, de paradigmas sociais, econômicos e tecnológicos, pois o mundo estava mudando e, assim, as práticas educativas não poderiam continuar sob as mesmas condições. Logo, “[...] para seguir essas mudanças, o ensino e aprendizagem dos letramentos também tinham de mudar” (Cope; Kalantzis, 2010, p. 55).

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 – Mediação tecnológica na educação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Laboratório de Educação Física, Esporte e Mídia (LEFEM). Tem interesse profissional nas áreas de Educação Física escolar, mídia-educação, saúde e tecnologia. E-mail: lauravfernad@gmail.com.

³ Doutorando em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU) e da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC). Membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento (GEPEC/UFRN) e do Laboratório de Estudos em Educação Física, Esporte e Mídia (LEFEM). Tem interesse profissional nas áreas de Educação Física escolar, ensino superior, esportes, mídia-educação e mídia e tecnologia. E-mail: rafaeldegois@hotmail.com.

⁴ Objeto de estudo da Concepção Crítica-Emancipatória do autor Kunz (1991 e 1994)

Diante disso, o Laboratório de Estudos em Educação Física, Esporte e Mídia (LEFEM), que está completando 10 anos em 2024 e faz parte da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), tem seu foco centrado, de acordo com Melo e Araújo (2020, p. 184):

[...] nas intervenções em instituições de ensino para tematizar conteúdos e suportes midiáticos pertinentes ao ensino formal, participação em congressos, realização de pesquisas empíricas, reuniões de estudos periódicas, oferta de cursos livres de aproximação com os diversos veículos de comunicação e publicação de artigos, livros e capítulos de livros na interface entre Comunicação e Educação Física.

Além disso, o LEFEM tem por intenção pedagógica vivências e experiências educacionais edificadas no desenvolvimento da competência comunicativa, na práxis reflexiva e na formação crítica do aluno, dentro do contexto das aulas de EF e seus conteúdos, e as ações multiletradas, multimodais e de múltiplas linguagens fazem real sentido à essa construção didática.

Nesse sentido, o LEFEM, a partir de seus integrantes, tem diversas produções em que o ML se faz presente das mais variadas formas, tais como livros, capítulos de livro, artigos, monografias, dissertações e teses. Dessa forma, para além de dar visibilidade a alguns desses trabalhos, o objetivo do resumo expandido em tela é o de apresentar estas produções, a partir do ML nos processos educativos dos conteúdos da EF, e isso se justifica pela necessidade do fomento de novas práticas educacionais multiletradas, advindas de um novo fazer didático pelos professores, alinhando-se às necessidades contemporâneas dos alunos.

Metodologia

A metodologia proposta está fundamentada em uma pesquisa documental de abordagem qualitativa. Para Pádua (1997, p. 62), “A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados) e que não receberam tratamento analítico”. Segundo o autor, ela tem sido muito usada na investigação histórica, a fim de descrever fatos sociais, estabelecendo suas características.

Já a abordagem qualitativa, consoante Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, embasados na percepção do fenômeno dentro do seu contexto. A descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, buscando explicar sua origem, relações e mudanças, tentando intuir as consequências.

Assim, trazemos a luz deste resumo, a apresentação de 8 dissertações de mestrado produzidas por membros do LEFEM nos últimos 10 anos, que exploraram o ML junto à EF e temáticas importantes a formação docente.

Apresentação das Produções

Tratando das 8 dissertações, 4 delas discorreram sobre intervenções escolares, 2 sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas reverberações na escola, e 2 sobre formação de professores. Dessa forma, na pesquisa-ação desenvolvida por Sousa (2016), o esporte de aventura foi versado a partir do olhar da mídia-educação como uma metodologia de ensino na etapa do Ensino Médio do IFRN *campus* Parnamirim. A autora percebeu a distância da escola desta temática e isso se materializou em uma intervenção pedagógica norteada pela mídia-educação, onde o discurso dos alunos e os seminários produzidos foram analisados ao final, culminando na ampliação das percepções dos discentes em relação aos esportes de aventura, por meio do desenvolvimento e amparo midiático.

Por sua vez, Tinôco (2017) associou, alicerçado por uma intervenção, a linguagem cinematográfica com o conteúdo esporte nas aulas de EF, também no IFRN *campus* Parnamirim. Em uma pesquisa-ação, buscou responder à questão de estudo que tensionava como, fundamentando-se na mídia-educação, era possível estabelecer uma interlocução entre o esporte e o cinema no Ensino Médio. Esta premissa permitiu enxergar a linguagem cinematográfica como meio de ensino ao ampliar o conhecimento dos alunos sobre o esporte, além de fomentar o protagonismo estudantil, baseado em uma produção final de curtas-metragens que exploraram a criatividade em diálogo com estes temas.

Ainda sobre intervenções realizadas em IFRN's, Santos (2020), em uma etnopesquisa, explorou as possibilidades de aprendizagem sobre a EF da pessoa com deficiência, por meio do que comunica o ML e a experiência do corpo vivido. Em

um projeto social esportivo do IFRN *campus* Natal Central, o pesquisador realizou 10 encontros com 21 pessoas, de crianças à adultos, majoritariamente com deficiência intelectual, onde coletou dados por meio de entrevistas, observação e diário de campo. As linguagens observadas foram a pintura e o desenho, além de linguagens audiovisuais como vídeo e fotografia, e o próprio corpo dos participantes, que se comunica por meio da existência.

Já referente ao último trabalho de intervenção, Lisboa (2018) refletiu acerca do conteúdo futebol e dos jogos digitais, e percebendo a crescente presença das tecnologias na escola e a necessidade de utilizá-las como parte do processo de ensino, o autor tratou a aprendizagem a partir da virtualização do futebol. Dessa forma, por meio de uma intervenção pedagógica, com aulas e vivências com o futebol e os jogos digitais na turma do 7º ano do Ensino Fundamental II de uma escola municipal de Ceará-Mirim/RN, o autor verificou que este tipo de mídia contribui para o aprendizado do futebol e permite que outros conteúdos e problemáticas o atravessem, gerando diálogo.

Continuando no ambiente escolar e destacando o respaldo que a BNCC oferece à utilização e inserção das mídias nesse espaço, Santos (2019) analisou o programa Esporte Espetacular, da Rede Globo, evidenciando as práticas corporais de 17 transmissões, a fim de estabelecer relações e possibilidades com o que a BNCC prega e verificando que o programa apresenta potencial pedagógico.

A despeito ainda da BNCC e da problemática da ausência de material didático no campo da EF há algum tempo, Cunha (2022) desenvolveu seu trabalho apontando a relevância destes materiais à área, e sugere a implantação de um livro paradidático, que faz uma quebra com o ensino tradicional e possibilita a interação e o diálogo com temas transversais da BNCC. Desse modo, a pesquisa se desenvolveu em 3 etapas, partindo da construção deste material, seguindo para a utilização junto aos professores de EF da rede municipal de Natal/RN, e por fim, realizando uma avaliação do material com base no relato e nas entrevistas dos professores.

Por fim, pensando na formação docente, Souza Júnior (2018) organizou uma parceria entre o LEFEM e o grupo de formação continuada dos professores de EF do município de Natal/RN, por meio do Programa de Formação Continuada de Professores de Educação Física (FOCO-EF). O autor realizou encontros que tratavam

de temas relacionados à cultura digital, como comunicação e gamificação, e analisou como se dá a apropriação da cultura digital por parte deste público, por meio da aplicação de questionários e entrevistas.

Nesse mesmo viés de formação, Leite (2023) desenvolveu sua pesquisa durante a pandemia e tematizou as mídias no processo de formação docente neste cenário. A coleta ocorreu por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBID), que apoia a formação docente de graduandos, promovendo parceria com escolas e o ensino superior. Os relatos dos licenciados permitiram explorar os saberes advindos deste período, bem como o aspecto do ensino remoto e das novas linguagens produzidas neste contexto.

Com isso, essas pesquisas destacaram reinvenções no fazer pedagógico, que foram fruto da inquietação dos autores quanto a sua própria prática pedagógica. Perpassando diferentes temas da EF, verificou-se a pluralidade de possibilidades de comunicar e educar através da mídia, legitimando as demandas da sociedade contemporânea e colocando sobre elas uma percepção crítica, consoante ao que Morin (2000) propõe como princípio: uma vigilante autocrítica. Nesse sentido, a investigação de si permite a adaptação e a produção de novas linguagens.

Conclusão

A guisa de conclusão, nestes 10 anos, o LEFEM tem contribuído ao fomento da educação midiática, desenvolvendo por meio do ML os conteúdos da EF, rompendo com o ensino tradicional e colaborando para um ensino crítico, reflexivo e autônomo. Este processo tem se estabelecido por meio da prática pedagógica dos seus integrantes, entre eles professores e alunos, que neste recorte temporal explorado, produziram livros, capítulos de livro, artigos, monografias, dissertações e teses.

Ao final, observamos que as mídias foram utilizadas para tratar de diversos assuntos relacionados à EF, em seu aspecto temático e docente. Deste modo, percebemos que esta produção tem estado alinhada às necessidades contemporâneas dos alunos, cujo ensino tradicional por si só, não é capaz de abarcar.

Referências

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Multialfabetización: nuevas alfabetizaciones, nuevas formas de aprendizaje**. Tradução Cristóbon Pasadas. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecários, n. 98- 99, p. 53-92, Enero-Junio, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3616427>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CUNHA, Sérgio Melo da. **Educação física escolar e material didático: construção e uso de livro paradidático digital e interativo**. 2022. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47610>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

KUNZ, Elenor. **Educação Física: Ensino & Mudanças**. Ijuí: Unijuí, 1991.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

LEITE, Leilane Shamara Guedes Pereira. **A docência em educação física no ensino remoto: um diálogo com o PIBID-EF/UFRN**. Orientador: Dr. Allyson Carvalho de Araújo. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57227>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

LISBOA, Thiago Felipe Maia. **O futebol nas aulas de Educação Física: aprendizados do chão de terra ao sensor de movimento**. 2018. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25188>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

MELO, José Pereira de; ARAÚJO, Allyson Carvalho de. **Grupo de pesquisa Corpo e Cultura de Movimento: 18 anos de produção de conhecimento em Educação Física**. Natal, RN: EDUFRN, 2020.

PÁDUA, Elisabete Matallo. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, Carlos Alexandre Andrade dos. **As possibilidades de expressões da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: silêncio, tatuagem e comunicação.** 2020. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/33036>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, Sheylla Miris de Lima. **Educação Física e narrativas midiáticas: mediação e saberes para além dos muros da escola?** 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27832>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SOUSA, Dandara Queiroga de Oliveira. **Esporte de aventura na escola: possibilidades de diálogo com a mídia-educação.** 2016. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21343>>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Antonio Fernandes de. **Os docentes de Educação Física na apropriação da cultura digital: encontros com a formação continuada.** 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25367>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

TINÔCO, Rafael de Gois. **Educação Física escolar & cinema: experimentando novas formas de ensinar esporte no ensino médio.** 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23469>>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

Compartilhar Tesouros: Práticas Educomunicativas e Padrões Abertos¹

Prof. Dr. Marciel A. Consani²
Bruno Daniel Bortoleto³

O avanço das mídias digitais na educação tem impulsionado mudanças significativas nas práticas pedagógicas, integrando recursos tecnológicos ao processo de ensino-aprendizagem e posicionando a mediação tecnológica como um elemento central nos debates contemporâneos. A Educomunicação, que combina comunicação e educação, surge como um campo interdiscursivo, interdisciplinar e sem fronteiras (Soares, 2011), essencial para o fortalecimento da democracia e da participação social. Este trabalho explora o papel da mediação tecnológica na educação, com ênfase na intervenção "Caça aos Tesouros do NCE", desenvolvida no âmbito da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). O objetivo da intervenção é explorar o potencial do acervo do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) como um recurso dinâmico e fundamental para a pesquisa e o contínuo desenvolvimento do campo da Educomunicação, integrando teoria e prática educomunicativa por meio de uma abordagem dinâmica e participativa de pesquisa-ação.

A intervenção foi projetada para mediar a integração de recursos digitais no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em atividades práticas, envolvendo a exploração, documentação e produção de conteúdos relacionados ao acervo do NCE, com foco na disseminação dos materiais gerados. Conforme descrito por Viana e Maffei Filho (2016, p. 188), "um dos objetivos da intervenção foi aproximar os alunos da Licenciatura do espaço e do acervo do NCE, além de organizar e

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação tecnológica na educação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutor em Ciência da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP, 2008), professor do curso de Licenciatura em Educomunicação do Departamento de Comunicação e Artes (CCA) da ECA-USP e do PROLAM-USP. E-mail mconsani@usp.br.

³ Licenciado em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP, 2024). E-mail bbortoleto@usp.br.

explorar o rico material acumulado pelo núcleo para ações com o público interno e externo da universidade". Essa iniciativa permite resgatar, revitalizar e, mais importante, compartilhar publicamente, projetos e produções científicas e culturais relacionadas ao campo da Educomunicação, promovendo uma experiência educativa que incentiva a pesquisa, a reflexão e a aplicação de conceitos teóricos em situações práticas de difusão digital.

A mediação tecnológica crítica e a produção colaborativa são práticas essenciais para superar a apropriação meramente instrumental e comercial das tecnologias, promovendo uma comunicação democrática e acessível, enfatizando a reflexão em torno dos usos sociais das tecnologias de comunicação (Mungioli; Viana; Ramos, 2018). A comunicação democrática é um princípio fundamental da educomunicação, que busca garantir que todos os participantes tenham voz e influência nos processos comunicativos. A adoção de padrões abertos e recursos tecnológicos acessíveis, como softwares de código aberto e licenças *Creative Commons*, surge tendo como pretensão, a partir de instrumentos jurídicos, possibilitar que o autor, o criador ou mesmo uma entidade se posicione de forma clara, definindo se uma obra intelectual sua está liberada para distribuição, utilização e até cópia (Lessig, 2005). Assim, o acesso à informação, que durante séculos foi privilégio de poucos, encontra um eco, um caminho alternativo que para sua efetivação é preciso repensar e reestruturar toda uma lógica, também capitalista, de acesso a publicações. É diante desta lógica que termos como compartilhar, partilhar, cooperar, remixar ganham destaque e passam a representar um outro estágio de construção de saberes (Lima, J.; Lima, V., 2013, p. 11). A utilização de software livre e tecnologias de código aberto promove a colaboração e a criatividade, permitindo que mais pessoas participem ativamente na criação e disseminação de conteúdos. Esses recursos facilitam o acesso e a reutilização de conteúdos, permitindo a participação e colaboração, abordagem que fortalece as iniciativas de construção coletiva e abre novas possibilidades para o desenvolvimento de redes de conhecimento mais solidárias e sustentáveis.

Nesse contexto, este artigo analisa a mediação tecnológica na educação, destacando brevemente a importância da adoção de recursos tecnológicos baseados em padrões abertos e a gestão da comunicação em espaços educativos como aspectos fundamentais para promover o uso consciente e crítico das ferramentas e

conteúdos digitais, assim como para fomentar a participação e democratização na interface entre comunicação e educação. Por fim, ressalta-se que a formação do profissional em Educomunicação deve estar profundamente alinhada a valores e compromissos éticos que promovem a liberdade, a diversidade, a justiça e a sustentabilidade. Este campo exige um forte compromisso com a democratização dos meios de comunicação e a ampliação da participação social, embasando-se em uma práxis política que remonta à tradição latino-americana, reconfigurando a relação entre comunicação e educação para defender e promover a cidadania.

Além disso, os estudantes da Educomunicação buscam alinhar sua atuação profissional a um idealismo e a perspectivas muitas vezes consideradas "utópicas", mas que são orientadas por uma cultura humanista e democrática (Consani, 2017). Nesse contexto, a Educomunicação visa desenvolver uma “educação cidadã emancipatória” (Soares, 2000), que coloca a comunicação a serviço da transformação social. Ao explorar intervenções educacionais com integração de tecnologias digitais, o estudo argumenta que tal práxis, alinhadas a valores e virtudes sustentadas por um firme compromisso com a participação ativa e a transformação social, objetivo final de uma educação politicamente consciente, corresponde às práticas contemporâneas de sociabilidade em rede "em" e "pelas" redes digitais.

Após esta introdução, onde são apresentados os principais aspectos do estudo, o artigo é estruturado em seções. A primeira seção (1) oferece um breve panorama histórico da Educomunicação na América Latina, abordando a influência das ditaduras civil-militares no desenvolvimento de práticas voltadas para a democratização da comunicação e a participação popular. A segunda seção (2) explora a comunicação democrática, destacando a Educomunicação como uma abordagem que promove a participação ativa, dialógica e crítica.

Na terceira seção (3), o artigo discute o papel da Educomunicação na promoção de uma educação cidadã que confronta hegemonias culturais e fomenta a transformação social. A integração entre comunicação e cultura é apresentada como essencial para o fortalecimento da cidadania crítica. A quarta seção (4) descreve as intervenções educacionais como práticas que facilitam a participação social, usando a comunicação como ferramenta educacional e de mediação de conhecimento.

A quinta seção (5) aborda a importância de recursos tecnológicos, destacando a adoção de padrões abertos, como software livre e de código aberto, para democratizar o acesso à tecnologia e promover a justiça social. A sexta seção (6) ilustra, por meio de uma experiência prática, como a integração entre tecnologias abertas e práticas comunicativas pode criar ambientes educacionais dinâmicos e colaborativos.

Para finalizar, a sétima seção (7) conclui com uma reflexão sobre a relevância das práticas educomunicativas para a construção de uma cidadania crítica e participativa, ressaltando que, apesar dos desafios, essas práticas têm o potencial de transformar a educação e fortalecer a participação social. São apresentadas as referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho.

Referências

CONSANI, Marciel Aparecido. **Produção midiática em Educomunicação: Uma vertente a ser construída**. In: La educación mediática en entornos digitales. Retos y oportunidades de aprendizaje. Sevilla: Egregius Editores, 2017. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/89516>. Acesso em: 16 agosto 2024.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei Para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade**. São Paulo: Trama, 2005. Disponível em: https://profjefer.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/livrocc_lessig_culturalivre_tradtrama.pdf. Acesso em: 16 agosto 2024.

LIMA, João Ademar de Andrade; LIMA, Verônica Almeida de Oliveira. **Do Open Source ao Open Education: Novos conceitos para Educomunicação**. Encontro de Comunicação e Mídia. Faculdade Cesrei – Campina Grande-PB, Abril de 2013. Disponível em: <http://www.joaoademar.glix.com.br/ecom.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2024.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; VIANA, Claudemir Edson; RAMOS, Daniela Osvald. **Uma formação inovadora na interface educação e comunicação: aspectos da licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP**. São Paulo: Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 14, n. 27, p.

219-228, 2018. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/textos/002893696.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 12–24, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934/39656>. Acesso em: 16 agosto 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011. Disponível em: https://statics-ameri.canas.b2w.io/produtos/7415522/documentos/7415522_1.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024. Acesso em: 16 agosto 2024.

VIANA, Claudemir Edson; MAFFEI FILHO, Carlos Alberto. **Readequar, disponibilizar e ampliar o acervo do Núcleo de Comunicação e Educação – NACE- NCE ECA/USP, e com o apoio da Licenciatura em Educomunicação: experiências de Intervenção Educomunicativa em Pesquisa com o “Caça aos Tesouros do NCE”**. Educomunicação e diversidade: integrando práticas. São Paulo: ABPEducom, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002797355.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2024.

Transmídia storytelling em aulas de literatura: articulações entre letramentos¹

José Gabriel Meneses Sousa²

Raphael Garreto de Sousa³

Rosinete de Jesus Silva Ferreira⁴

O avanço tecnológico, aliado à internet, trouxe acesso ao mundo digital, proporcionando conexões entre pessoas por meio de aplicativos, plataformas e softwares. Dentre os dispositivos que facilitam as interações e mediações, temos os smartphones. Esses dispositivos são mediadores que facilitam o compartilhamento de informações, mas também apresentam desafios para o aprendizado. Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da Unesco (2023), o uso de smartphones em sala de aula pode prejudicar a concentração dos alunos, levando até 20 minutos para retomarem a atenção. Além disso, alguns países, como Espanha, Portugal, Finlândia e Holanda, proíbem o uso de dispositivos móveis durante as aulas. No Brasil, um projeto de lei de 2015 que visava estabelecer regras para o uso de celulares nas escolas está parado no Congresso. Apesar de terem sido úteis durante a pandemia para manter a continuidade do ensino, o uso indiscriminado dos celulares pode ser prejudicial ao processo educativo. Segundo a pesquisa TIC Educação 2023, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2024), seis em cada dez escolas de ensino fundamental e médio adotam regras para o uso de celulares, permitindo o uso apenas em determinados espaços e horários, enquanto 28% das instituições proíbem o uso dos dispositivos por estudantes. Nesse contexto, a educomunicação pode ser uma solução para integrar a tecnologia de maneira

¹ Trabalho apresentado no Eixo 3 - Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Formado em Jornalismo pela Universidade Ceuma. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão - PPGCOMPRO -UFMA. São Luís/MA. Email:gabrielbpetrova@gmail.com

³ Formado em Rádio e Televisão pela Universidade Federal do Maranhão e Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional – PPGCOMPRO- UFMA. São Luís/MA. Email:phgarreto@gmail.com

⁴ Docente do Curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão e Integrante dos Programas de Mestrado Profissional em Comunicação – PPGCOMPRO e do Programa de Psicologia -PPGPSI. São Luís/MA. Email:rosinete.ferreira@ufma.br

estratégica e educativa. Esse campo interdisciplinar visa promover um ambiente educativo mais dialógico e participativo, formando cidadãos críticos e ativos. A educomunicação permite que educadores desenvolvam metodologias de acordo com seu território, utilizando artefatos tecnológicos que lhes sejam convenientes, levando em consideração o ambiente no qual estão inseridos. Dentre os possíveis dispositivos, está o smartphone. Os dispositivos móveis, denominados smartphones, são aparelhos que oferecem funcionalidades semelhantes às de um computador, tendo a capacidade de instalar aplicativos, melhor condição de conectividade que envolve wi-fi, bluetooth e a função NFC, além de câmeras de alta resolução com capacidade para produzir e reproduzir imagens e músicas. Com essas potencialidades, os smartphones podem se transformar em ferramentas pedagógicas. Assim, ao serem usados corretamente e com propósito educativo, podem contribuir para o processo de aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais dinâmico e inclusivo. Nessa perspectiva, a pesquisa TIC Educação 2023 destaca que 92% das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil têm acesso à internet, um aumento significativo em relação aos 82% de 2020. Esse crescimento foi mais acentuado nas áreas rurais, onde a conectividade passou de 52% para 81%. Essas melhorias na infraestrutura digital podem potencializar ainda mais o impacto positivo da educomunicação nas práticas pedagógicas. Cabe ressaltar que Soares (2003) classifica a educomunicação como todo tipo de relação entre pessoas mediadas pela tecnologia. A investigação se justifica por apresentar fatores prós e contras do uso de smartphones em sala de aula, que carecem de debate. Do ponto de vista positivo, percebe-se que, como uma ferramenta educacional, os smartphones podem facilitar pesquisas e atividades práticas, como a produção de áudio e imagens em sala de aula. Outra perspectiva a se considerar é que, ao utilizar o aparelho, o professor pode despertar maior interesse nos trabalhos escolares, assim como promover o desenvolvimento de habilidades e competências tecnológicas. Por outro lado, o mesmo aparelho pode causar distrações nas atividades e aumentar casos de cyberbullying e questões éticas que envolvem a propagação de áudios e imagens sem autorização. Dessa forma, os objetivos deste trabalho se concentram em realizar uma sistematização de práticas comunicativas já disponíveis no arcabouço do campo teórico da educomunicação, que estabeleçam conexão entre o smartphone e a prática pedagógica como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, sob a perspectiva da formação de ecossistemas “cognitivo-afetivo-comunicativos”, conforme apontou

Ismar de Oliveira Soares em entrevista a Citelli, Nonato e Figaro (2021). Para tanto, será adotada a metodologia da revisão normativa, com a finalidade de selecionar artigos com projetos de intervenção educacional cujo objeto seja o uso dos smartphones em sala de aula. Em seguida, será montado um quadro comparativo dos resultados positivos e negativos quanto ao uso dessa ferramenta, local e público alcançado por esses projetos de intervenção. Com esse mapeamento, pretende-se subsidiar pesquisadores dos campos da Comunicação e da Educação, professores da educação regular, entre outros profissionais e estudiosos dos dois campos. Cabe ressaltar a essência do conceito de educação classificada por Soares (2003):

Tal conceito é absorvido, porém não para designar exclusivamente a relação dos seres humanos com a tecnologia, mas para designar todo tipo de relação entre pessoas mediadas pela tecnologia ou por processos e recursos da comunicação. Definimos, então, o conjunto das ações destinadas a criar ecossistemas comunicativos mediadas pelas tecnologias tendo como objetivo final a construção de práticas cidadãs que passavam pela expressão comunicativa dos agentes sociais (Soares, 2003, p. 36-37).

A discussão sobre o papel da tecnologia na educação está diretamente ligada ao conceito de educação, que promove o uso estratégico e consciente dos meios de comunicação e tecnologias digitais para melhorar o processo educativo. Nos últimos anos, dispositivos como smartphones, tablets e computadores têm se tornado ferramentas fundamentais nas salas de aula ao redor do mundo, não apenas facilitando o acesso à informação, mas também promovendo um ambiente mais interativo e participativo. No entanto, essa integração tecnológica também apresenta desafios, como a necessidade de desenvolver políticas adequadas que garantam o uso responsável e seguro desses dispositivos. A educação surge como uma abordagem que visa potencializar os benefícios da tecnologia, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que engajem os estudantes e promovam a cidadania ativa. Nesse contexto, é essencial analisar como diferentes países estão lidando com a introdução de tecnologias educacionais e quais estratégias têm se mostrado mais eficazes para integrar a tecnologia de forma pedagógica, como evidencia o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO. A figura 1 do Relatório corrobora essas percepções, demonstrando que o uso de tecnologia em sala de aula é limitado, mesmo em países de renda alta e média-alta. Isso destaca a necessidade de uma

abordagem equilibrada e bem planejada para a integração dessas tecnologias no contexto educacional. A adoção de estratégias de educomunicação pode ser um caminho eficaz para maximizar os benefícios das ferramentas digitais, enquanto se minimizam seus potenciais riscos, promovendo um ambiente de ensino mais dinâmico e inclusivo. Assim, é fundamental que educadores, pesquisadores e formuladores de políticas trabalhem juntos para criar práticas pedagógicas que utilizem a tecnologia de maneira construtiva e segura, favorecendo o desenvolvimento de competências tecnológicas e a construção de um ecossistema educacional mais participativo e crítico.

Figura 01



Fonte: Base de dados PISA 2018

A análise centra-se na integração dos smartphones no ambiente educacional, destacando tanto os benefícios potenciais quanto os desafios associados à sua utilização. Os smartphones, com suas funcionalidades avançadas e capacidade de conectividade, oferecem oportunidades significativas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, para que esses dispositivos se tornem ferramentas pedagógicas efetivas, é fundamental uma integração cuidadosa e

planejada. A educomunicação emerge como uma abordagem promissora para alcançar esse objetivo, ao promover um uso estratégico e reflexivo dos smartphones. Este campo interdisciplinar propõe práticas pedagógicas que consideram o contexto específico das instituições e a diversidade dos alunos, maximizando os benefícios da tecnologia enquanto minimiza seus potenciais riscos, como distrações e questões de segurança. A análise das evidências, incluindo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO e a pesquisa TIC Educação 2023, revela que, apesar do aumento no acesso à tecnologia, a adoção efetiva dos smartphones nas práticas educativas ainda enfrenta limitações e desafios. Nesse sentido, a implementação de práticas educomunicativas pode facilitar a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e participativo, promovendo o desenvolvimento de competências tecnológicas e o engajamento dos alunos. Assim, a integração dos smartphones no contexto educacional deve ser acompanhada de estratégias bem planejadas e políticas claras para assegurar que os dispositivos contribuam positivamente para o processo educativo e para a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mundo digital.

Referências:

CITELLI, A.; NONATO, C.; FIGARO, R. **Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil**. Revista Comunicação & Educação, Ano XXVI, n. 1, p. 156-166, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/1cae428c-1c00-42d3-9ea4-d40eca8984f1/003036031.pdf>> . Acesso em: 28 fev. 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Maioria das escolas do País possui regras para uso de celular pelos alunos, revela TIC Educação 2023**. 2024. Disponível em: <<https://cgi.br/noticias/maioria-das-escolas-do-pais-possui-regras-para-uso-de-celular-pelos-alunos-revela-tic-educacao-2023/>> . Acesso em: 15 ago. 2024.

Figura 1: **GEM StatLink:** https://bit.ly/GEM2023_Summary_fig2 (UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por> . Acesso em: 15 ago. 2024.)

SOARES, I. O. **Entrevista com Ismar de Oliveira Soares: A Educomunicação**. In: GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PRÁTICAS DE RECEPÇÃO A PRODUTOS MEDIÁTICOS. Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. Novos Olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos, São Paulo, v. 1, n. 12, 2003.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por> . Acesso em: 15 ago. 2024.

Alfabetização científica em mídia digital na universidade das crianças ufv¹

Priscila Resende Silveira²

Rita Márcia Andrade Vaz de Mello

Mateus José dos Santos

A alfabetização científica (AC) é fundamental para formar cidadãos críticos e bem-informados em um mundo de avanços tecnológicos e ampla divulgação de informações científicas. Introduzida por Paul Hurd nos anos 1950, a AC destaca a importância de uma sociedade compreender e participar de decisões científicas e tecnológicas (Hurd, 1998). Nos anos 1960 e 1970, o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) reforçou a integração da ciência ao bem-estar social, influenciado por pensadores como Thomas Kuhn e Rachel Carson (Auler & Bazzo, 2001). A literatura sobre AC apresenta variações conceituais, como "Alfabetização Científica" (Hurd, 1958), "Alfabetização Científica" (Auler & Delizoicov, 2001) e "Letramento Científico" (Mamede & Zimmermann, 2007), refletindo desafios culturais e a necessidade de adaptação o ensino em diferentes contextos. Autores como Fourez (1997) e Bybee (1995) destacam aspectos como conhecimento de termos científicos, métodos e o impacto da ciência na sociedade. Outros, como Laugksch (2000) e Pella et al. (1966), ressaltam a aplicação prática da ciência e sua relação com decisões sociais. Lederman (2007) afirma que, em uma sociedade tecnologicamente avançada, é essencial compreender as interações entre ciência, tecnologia e sociedade. No Brasil, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio reforçam a AC como ferramenta para ampliar a leitura do mundo e preparar os alunos para debates sociais envolvidos em ciência e tecnologia (Brasil, 2014).

Apesar do consenso sobre a relevância da AC, as abordagens pedagógicas e práticas nas escolas brasileiras ainda apresentam desafios, particularmente nos

¹ Eixo 3 - Mediação tecnológica na educação.

² Coordenadora do Projeto de Extensão Universidade das Crianças na Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Educação UFRV e professora da Educação Básica

primeiros anos de escolarização. Estudos, como os de Pozo e Crespo (2009), sugerem um crescente desinteresse dos estudantes pelas ciências, destacando a necessidade de ações que despertem curiosidade científica desde cedo. Nesse cenário, o projeto “Universidade das Crianças” (UC-UFV), lançado em 2023 pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), busca promover a AC com metodologias inovadoras, bem como a aproximação entre Educação Básica e Universidade, focando em visitas a espaços científicos da UFV. O projeto, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR) e parte da Rede Europeia e Mineira das Universidades das Crianças, visa aproximar crianças do ambiente acadêmico, incentivando a criatividade e o pensamento crítico. Além da UFV, a Rede Mineira inclui a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFS), promovendo a colaboração e “inovação educacional”. Embora Paulo Freire não use diretamente o termo “inovação educacional”, ele ultrapassa uma educação “bancária” com práticas pedagógicas mais democráticas. A UC-UFV adota essa abordagem ao observar, ouvir e sentir os alunos em processos de aprendizagem ativa estimulando a curiosidade científica.

A professora-coordenadora da UC traz uma abordagem inovadora e investigativa que emancipa o processo de ensino-aprendizagem. A UC-UFV propõe empoderar duzentas e cinquenta crianças de seis a doze anos de idades (distribuídas em dez turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – primeiro ao quinto ano). O projeto busca oferecer, semanalmente, oficinas, visitas a museus e espaços educativos, promovendo a exploração de perguntas em colaboração com estudantes, pesquisadores e professores da UFV. O projeto é oferecido na Escola Estadual Effie Rolfs, localizada no campus da UFV. Recentemente, a UC-UFV tem explorado uma abordagem educ comunicativa, utilizando mídias digitais para promover o protagonismo infantil na AC. A criação de conteúdo para Instagram¹ é uma estratégia para que os alunos reflitam e divulguem a importância do que aprenderam. Essa abordagem busca sensibilizar a sociedade sobre a relevância da educação científica.

¹ Perfil no Instagram: @uc_ufv

A Educomunicação, fundamentada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, defende que tanto a educação quanto a comunicação são processos intrínsecos, nos quais, atualmente as Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) desempenham papéis centrais.

Este paradigma busca criar fluxos positivos nas relações sociais e fortalecer o exercício da cidadania. Com o projeto é possível observar o aumento do interesse das crianças por temas como meio ambiente e ciências naturais. E a Rede Social tem aumentado a interação do projeto com o público em geral. Em suma, o projeto, ao utilizar abordagens inovadoras e mídias digitais, tem ampliado o acesso ao conhecimento científico e estimulado a participação ativa das crianças em seus processos de aprendizagem, reafirmando o compromisso com a democratização do conhecimento e a formação de aprendizagem cidadãos mais conscientes e engajados socialmente.

Referências

AULER, D.; BAZZO, W. A. **Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional Brasileiro**. Ciência & Educação, Bauru, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2001.

AULER, D.; DELIZOICOV, D. **Alfabetização científico-tecnológica para quê?**. Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jun. 2001.

BARIN, C. S.; BASTOS, G. D.; MARSHALL, D. **A elaboração de material didático em ambientes virtuais de ensino-aprendizagem: o desafio da transposição didática**. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 11, n. 1, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em:

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador_proemi_2014.pdf.

Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **PCN+: ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2006.

BUENO, W. C. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais**. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. 1 esp, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>.

Acesso em: 12 maio 2018.

BYBEE, R. W. **Achieving scientific literacy**. The Science Teacher, v. 62, n. 7, p. 28-33, 1995.

CALDAS, G. **Mídia, Educação Científica e Cidadania: a experiências das revistas Eureca e ABC das Águas**. In: PINTO, G. A. (Org.). *Divulgação Científica e Práticas Educativas*. Curitiba: Editora CRV, 2010. p. 149-166.

FOUREZ, G. **Alfabetización científica y tecnológica: acerca de las finalidades de la enseñanza de las ciencias**. Tradução de Elsa Gómez de Sarría. Buenos Aires: Colihue, 1997.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIA, R. V. **A escola como espaço de reflexão midiática forjando cidadãos críticos**. In: MELO, J. M. et al (Org.). *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún*. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 123-131.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos – Volume 2**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HURD, P. D. **Science literacy: it is meaning for American schools**. Educational Leadership, Washington, v. 16, n. 1, p. 13-16, 1958.

HURD, P. D. **Scientific literacy: new minds for a changing world**.

LAUGKSCH, R. C. **Scientific literacy: a conceptual overview**. Science Education, London, v. 84, n. 1, p. 71-94, 2000.

LEDERMAN, N. G. **Nature of science: past, present, and future**. In: ABELL, S. K.; LEDERMAN, N. G. (Ed.). Handbook of research on science education. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2007. p. 831-880.

MÁRQUES, F. T.; TALARICO, B. S. L. U. **Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da “educação como cultura”**. Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 422-443, ago./nov. 2016.

MAMEDE, M.; ZIMMERMANN, E. **Letramento científico e CTS na formação de professores para o ensino de física**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 16., 2007, São Luís. Anais... São Luís, 2007.

PELLA, M. O.; O’HEARN, G. T.; GALE, C. W. **Referents to scientific literacy**. Journal of Research in Science Teaching, New York, v. 4, p. 199-208, 1966.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, B. de S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, I. O. **A Educomunicação e suas áreas de intervenção**. Educom.TV, tópico 1, ECA/USP, 2002. Disponível mediante senha em: <http://www.educomtv.see.inf.br/>. Acesso em: 14 set. 2003.

SOARES, I. O. **Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

STEIN, S. T. **Educomunicação: uma proposta para o ensino de ciências**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências na Amazônia). Escola Normal Superior, Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

Reflexões educomunicativas sobre o tiktok¹

Rafaela Pinho Melo de Carvalho²

Rosinete de Jesus Silva Ferreira³

Com o advento das redes sociais digitais no final do século XX, os sujeitos adotaram uma posição ativa de criação diante das mídias digitais. Se antes, eram caracterizados como meros consumidores, observamos que, atualmente, eles se categorizam como produtores de conteúdo. Verificamos, portanto, uma era de *prosumers*, ou seja, sujeitos que se classificam como uma fusão entre consumidores e produtores (Costa et al, 2013). É bem verdade – como observa Tapscott (2010) – que a *Geração da Internet* não se caracteriza mais como um espectador passivo das informações reproduzidas pela mídia, mas, sim, um sujeito em um movimento de questionar, sintetizar e criar algo novo com aquilo que recebe, sendo necessário uma mente que seja flexível, adaptável e hábil para lidar com essas mídias.

É interessante registrar que Torres (2009) destaca que as mídias sociais como plataformas de compartilhamento de conteúdo proporcionam alternância dos papéis, ou seja, as pessoas podem ser produtoras e consumidoras ao mesmo tempo. Em tal sentido, o autor aponta que as redes sociais digitais fazem parte das mídias sociais, visto que são sites caracterizados pela interação e troca de informações entre seus usuários e, assim como as mídias, estes sujeitos são capazes de produzir e consumir o conteúdo compartilhado na Internet. Segundo Recuero, Bastos e Zago (2020), podemos, também, descrever as redes sociais digitais como traduções das redes sociais no mundo on-line.

Ora as redes sociais não surgiram com o advento da Internet, elas remontam muito antes disto, no entanto, o que podemos verificar é uma ressignificação destas

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Psicologia pela Universidade CEUMA e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís/MA. E-mail: rafaela.pmc@discente.ufma.br.

³ Docente do Curso de Comunicação Social e dos Programas de Pós-graduação Mestrado Profissional em Comunicação e Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís/MA. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br.

redes em decorrência do digital. Neste sentido, observamos que as redes sociais digitais foram primordiais para mudanças significativas na organização da sociedade. Não nos restam dúvidas, como bem apontado por Byung-Chul Han (2018), a mídia digital transforma nosso comportamento, percepção, sensação, pensamento e nossa vida em conjunto. No entanto, o autor observa que ao estarmos tão absorvidos pelas redes, não avaliamos as consequências advindas delas. Estamos vivenciando as mudanças à medida que usamos as redes e a cada dia somos apresentados a novas possibilidades de interações e conexões.

Cabe observar que a cibercultura influencia as dimensões de espaço e tempo, repercutindo na subjetividade e nas relações sociais da contemporaneidade (Gianordoli-Nascimento et al., 2021). Com as distâncias encurtadas pelas tecnologias, o sujeito comunica-se com o outro a qualquer momento, adicionando aos relacionamentos um tom de urgência: a necessidade de responder o outro de forma imediata. Como afirma Recuero (2009, p.32), “essa diferença remonta à diferença de construção temporal causada pela mediação, atuando na expectativa de resposta de uma mensagem”. Ademais, o território vai além dos limites do real e do físico, modificando a forma como os sujeitos se posicionam em suas atividades, isto é, não há necessidade de sair de casa para viver determinadas experiências.

Essas e outras alterações – seja no âmbito psicossocial ou político, econômico e cultural – são passíveis de serem verificadas quando analisamos as repercussões do digital no contemporâneo. Partindo deste contexto, desenhemos a importância dos estudos sobre essa temática, visto que o uso das redes sociais digitais tem implicado em questões que envolvem mudanças nas emoções e cognição, no fisiológico, na socialização, nos processos educativos e outros fenômenos psicossociais. Dentre as redes digitais existentes, destacamos o *TikTok*, objeto de estudo desta pesquisa. O *TikTok* caracteriza-se como uma rede social digital de vídeos-curtos, onde o usuário não só assiste conteúdos feitos por outros sujeitos como também pode produzi-los, criando uma rede de conexões de amigos. De acordo com o site Statista (2024), a plataforma foi estabelecida como um fenômeno mundial com aproximadamente 1,9 bilhão de usuários durante o ano de 2023 e vêm provocando diversas tendências e novos comportamentos, apresentando, inclusive, uma literatura internacional que discute as novas sociabilidades e modos interativos em decorrência desse aplicativo (Lin, 2023; Seekis; Kennedy, 2023; Gao, 2023; Hao; Xuan; Chien, 2022; Zhao, 2021).

É certo que o algoritmo de recomendação utilizado por essa rede, representa um grande avanço tecnológico ao disponibilizar ao usuário, conteúdos personalizados que atendem às suas necessidades e interesses, facilitando o acesso a informações. Os princípios desse algoritmo geram repercussões no foco, atenção e gerenciamento de tempo do sujeito, uma vez que estamos diante de um sistema idealizado para a manter a intenção de continuidade do usuário (Zhao, 2021). Por outro lado, o sistema de recomendação atua em áreas do cérebro, reforçando o comportamento de assistir os vídeos e contribui para o usuário despende uma quantidade significativa de tempo dentro do aplicativo, diminuindo a sua capacidade de autocontrole (Su et al., 2021).

Segundo o autor, os vídeos personalizados ativam a área tegmentar ventral, responsável pelo sistema de recompensa, produzindo, assim, uma sensação de prazer e satisfação, envolvendo a atenção do sujeito para continuar a visualizar o conteúdo exposto na rede. Não resta dúvidas – como Zhao (2021) aponta – para a necessidade de nos atentarmos para a importância do desenvolvimento de um senso crítico e o letramento digital daqueles que utilizam a rede, evitando serem totalmente capturados por esse algoritmo e desenvolverem um possível vício comportamental. Alinhado ao autor mencionado anteriormente, a investigação se justifica pela necessidade de refletir, através da literatura acadêmica, em torno do uso auxiliar do aplicativo *TikTok* no contexto educacional, pois o consumo constante feitos pelos jovens tem sido explorado por autores internacionais e nacionais, porém nossa perspectiva, nesta pesquisa, é compreender o *TikTok* inserido em um processo educacional. Diante dessa compreensão temos, como objetivo central, uma reflexão sobre a aplicabilidade do *TikTok* na educação.

Para tanto, no primeiro momento da pesquisa, fizemos uma contextualização sobre as redes sociais digitais. Em seguida, apresentamos os pontos positivos e negativos do uso do *TikTok* e, por último, uma reflexão sobre o uso da rede nos contextos educacionais. Vale ressaltar que, embora algumas literaturas (De Lima, 2024; Lin, 2023; Sha; Dong, 2021; Su et al., 2021) apontem para a existência de aspectos negativos da rede – evidenciando sentimentos de ansiedade; falta de atenção, memória e foco; cyberbullying e outros processos –, buscamos problematizar este tema a partir de uma perspectiva de análise a qual inclua os riscos e benefícios ao utilizarmos o *TikTok* em uma perspectiva educacional. Em tal

sentido, adotamos a perspectiva teórica do conceito de educomunicação adotado por Soares (parágrafo 01, 2024) que entende educomunicação como um:

paradigma orientador de práticas socioeducativo-comunicacionais, que tem como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos através de gestão compartilhada que envolvem recursos, linguagens e tecnologias.

Após termos apresentado o conceito de educomunicação e as repercussões em decorrência do uso do *TikTok* na subjetividade e nas relações do sujeito, entendemos que o uso a partir da ótica educ comunicativa pode resultar em benefícios. Ao se estabelecer como uma rede popular entre a população ativa na internet, percebemos que o *TikTok* funciona como um canal para educar os sujeitos sobre os mais diversos tópicos. E, assim, a área da educação pode se apropriar deste meio comunicativo para o fortalecimento de seus espaços. De fato, como demonstrado por Tapscott (2010), existe um abismo entre os estudantes e o sistema educacional, uma vez que os modelos de ensino não atendem aos desafios contemporâneos do mundo digital. Logo, ao integrar o espaço educacional com o ciberespaço, observamos a criação de um ambiente de colaboração e intercâmbio de informações, proporcionando possibilidades educativas e preparando o aluno para o online (Mauricio; Pareschi; Mill, 2023). Essa abordagem nos dará suporte para pensar o aplicativo em contexto que pode auxiliar na construção de repertório em torno de determinadas temáticas. No que concerne a metodologia, utilizamos a revisão narrativa que objetiva abordar estudos já publicados sem necessariamente seguir uma sistematização na busca e seleção de artigos. Vale ressaltar que buscamos, com esse método, compreender, refletir e discutir sobre a temática proposta a partir de uma literatura científica. Ao final, esperamos que a síntese em torno do tema possa auxiliar pesquisadores educ comunicadores e de áreas afins para pensar o uso da rede *TikTok* como uma ferramenta na educação.

Referências

COSTA, Alan et al. A emergência da concepção do prosumer na era da comunicação digital. **Universidade de São Paulo. Escola de comunicação e artes. Programa de Pós-graduação em ciências da comunicação. São Paulo, 2013.**

DE LIMA, Barbara Vitoria Marquês. TikTok: adolescência conectada e cognição sobrecarregada. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 17, n. 4, p. e6169-e6169, 2024.

GAO, Xinting. The Impact Of Douyin (Chinese TikTok) On The Socialization Of Chinese Youth. **SHS Web Conf.**, v. 155, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/42Rereb>. Acesso em: 03 maio 2023.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. Cibercultura em questão: reflexões acerca da formação em Psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. e233959, 2021.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução por Lucas Machado. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

HAO, Tham Jia; XUAN, Sarah Tan Yu; CHIEN, Ker Yee The Impact of TikTok Toward the Daily Life of Young Adults in Kuala Lumpur, Malaysia. **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, v.12, n.7, p.1123-1229, 2023. Disponível em: <https://hrmars.com/index.php/IJARBS/article/view/14128/The-Impact-of-TikTok-Toward-the-Daily-Life-of-Young-Adults-in-Kuala-Lumpur-Malaysia>.

Acesso em: 03 maio 2023.

LIN, Zheng. Analysis of the Psychological Impact of Tiktok on Contemporary Teenagers. **SHS Web of Conferences**, v.157, p.1-4, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3MqJ1UK>. Acesso em: 03 maio 2023.

MAURICIO, Gustavo Carvalho; PARESCI, Claudinei Zagui; MILL, Daniel. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O SÉCULO XXI: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO HÍBRIDA, CIBERESPAÇO E TDIC. **ESUD CIESUD SIGATEC 2024**, p. 14-14, 2023.

Number of TikTok users worldwide from 2018 to 2029. **Statista**, 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/forecasts/1142687/tiktok-users-worldwide>.

Acesso em: 12 jul 2024.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes sociais para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SEEKIS, Veya; KENNEDY, Richelle. The impact of# beauty and# self-compassion tiktok videos on young women's appearance shame and anxiety, self-compassion, mood, and comparison processes. **Body Image**, v. 45, p. 117-125, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1740144523000268>

Acesso em: 03 maio 2023.

SHA, Peng; DONG, Xiaoyu. Research on adolescents regarding the indirect effect of depression, anxiety, and stress between TikTok use disorder and memory loss. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 16, p. 8820, 2021.

Soares. Ismar. ABPEducom. Conceito. Disponível em <<https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>>. Acesso em 29 de agosto de 2024.

SU, Conghui; ZHOU, Hui; GONG, Liangyu; TENG, Binyu; GENG, Fengji.; HU, Yuzheng. Viewing personalized vídeo clips recommended by TikTok activates default mode network and ventral tegmental area. **NeuroImage**, v. 237, p. 01-11, 2021.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Tradução de Marcelo Lino. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

TORRES, Claudio. **A Bíblia do marketing digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na Internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

ZHAO, Zhengwei. Analysis on the “Douyin (Tiktok) Mania” phenomenon based on recommendation algorithms. In: **E3S Web of Conferences**. EDP Sciences, 2021. p. 03029.

Jogos digitais como mediação para o ensino de química¹

Diuly Pereira Tófolo²

No contexto brasileiro, o ensino de química enfrenta diversos desafios, como uma abordagem decorativa, descontextualizada e excessivamente abstrata. Esses fatores, aliados às dificuldades de aprendizagem, provocam desinteresse e distanciamento dos estudantes em relação ao seu objeto de estudo. Em muitas escolas, o processo de ensino-aprendizagem foca na transmissão de conteúdos e na memorização de fatos, símbolos, nomes e fórmulas, negligenciando a construção do aprendizado e a conexão entre o conhecimento químico e o cotidiano (Souza, Leite e Leite, 2015). Embora a química esteja presente na vida real, o ensino descontextualizado dificulta a compreensão e aplicação dos conceitos estudados (Santos, Silva e Silva, 2012), situação essa que transforma as aulas em fonte de desconforto e desânimo, devido às dificuldades de aprendizagem enfrentadas (Silva, 2018). Além disso, o modelo unidirecional de ensino, em que professores transmitem informações e esperam sua reprodução acrítica, resulta em um distanciamento entre os estudantes e a disciplina, vista como desnecessária (Cardozo et al., 2019). As limitações e problemáticas em torno da aprendizagem na educação básica são muitas, como apontado pelo Instituto Semesp (2023): a precarização do magistério, o envelhecimento do corpo docente e as condições precárias para o exercício da função, como infraestrutura inadequada das escolas, falta de equipamentos e materiais de apoio, violência em sala de aula e problemas de saúde, ampliados pela pandemia de Covid-19. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) traz dados que corroboram para a preocupação quanto ao desempenho dos estudantes em ciências da natureza e suas tecnologias, tendo sido essa a área do conhecimento que desde 2018 apresenta consistentemente as menores notas, como mostrado na Tabela 1.

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação tecnológica na educação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora de Química na Escola Estadual José Ignácio de Souza. Mestranda em Educação, Comunicação e Tecnologias pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia - MG, diulytofalo@gmail.com.

Tabela 1: Enem - Nota Média por Área do Conhecimento de 2018 a 2023

	2018	2019	2020	2021	2022*	2023
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	526,9	520,9	523,98	501,83	---	516,2
Matemática e suas Tecnologias	535,5	523,1	520,73	533,72	---	534,9
Ciências Humanas e suas Tecnologias	569,2	508,0	511,64	519,61	---	522,0
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	493,8	477,8	490,39	491,05	---	497,4
Redação	522,8	592,9	588,74	634,16	---	641,6

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2019 a 2024.

*Os dados do ano de 2022 não foram encontrados.

Para minimizar alguns desses impactos, os professores precisam adotar práticas de ensino mais contextualizadas e interdisciplinares, permitindo que os alunos relacionem a química a outras áreas do conhecimento (Silva, 2018). Conforme publicado na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*, “alunos em aulas tradicionais têm 1,5 vezes mais chances de reprovar do que alunos em aulas com aprendizado ativo” (Freeman et al., 2014, p. 8410). Diversos teóricos, como Freire (1987), Moreira (2010), Bacich e Moran (2018), destacam a necessidade de colocar o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, contextualizando o ensino de acordo com suas experiências e incentivando sua participação ativa no processo educacional como um todo, além de desenvolver sua criticidade para além das disciplinas curriculares. Pesquisas contemporâneas nos campos da educação, psicologia e neurociência demonstram que o processo de aprendizagem é singular e varia para cada indivíduo. Cada pessoa absorve conhecimento de maneira distinta, priorizando o que é mais relevante e coerente para ela, estabelecendo conexões cognitivas e emocionais. Esse processo ocorre em

conformidade com o ritmo, tempo e estilo de aprendizagem únicos de cada indivíduo (Bacich e Moran, 2018). Em resposta à abordagem passiva do ensino tradicional, a aprendizagem ativa surge como um movimento que coloca o aluno no centro do processo educativo, tornando-o protagonista da construção de seus próprios conhecimentos. Para alcançar essa aprendizagem ativa, foram criadas diversas metodologias, chamadas de metodologias ativas de aprendizagem. São abordagens que, além de promover benefícios educacionais, favorecem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como autonomia, proatividade, resolução de problemas, pensamento crítico e colaboração, preparando os estudantes para os desafios do século XXI (Totvs, 2023). Como uma das metodologias ativas de aprendizagem mais proeminentes nos últimos anos, a gamificação vem sendo usada em diversos contextos educacionais. Por essa razão, faz-se necessária a distinção entre os conceitos de gamificação e de jogos sérios. Embora sejam parecidos, e às vezes até confundidos, a gamificação utiliza apenas elementos de jogos, enquanto os jogos sérios são jogos em si. Contudo, as aplicações educacionais de ambas as metodologias são muito semelhantes. Segundo Moran (2015), as metodologias ativas e as tecnologias digitais podem, juntas, transformar a educação, tornando-a mais adaptada às necessidades dos alunos. Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015, p. 13) explicam que “crianças e jovens estão cada vez mais conectados às tecnologias digitais, configurando-se como uma geração que estabelece novas relações com o conhecimento e que, portanto, requer que transformações aconteçam na escola”. Dessa forma, o ensino que mescla o físico e o digital, o presencial e o remoto, se mostra excepcionalmente importante para os nativos digitais, uma geração em que a tecnologia é integralmente e intrinsecamente presente. O ensino híbrido considera que o discente aprende tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, e por isso, compreende a necessidade da implementação de tecnologias, ferramentas e materiais didáticos digitais para que o aprendizado continue além da sala de aula (Silva, 2020). Até mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de incorporar tecnologias no ambiente escolar, não apenas como ferramentas de apoio, mas como elementos centrais do processo educativo. Na versão mais recente do documento, é estabelecida a necessidade de:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações,

produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Ministério da Educação, 2017, p. 7).

No entanto, é importante considerar o risco que as novas tecnologias exercem, sendo predominantemente usadas para fins de entretenimento ao invés do estudo e da pesquisa. Moran, Masetto e Behrens (2000) destacam, nesse sentido, a relevância da mediação pedagógica do professor, promovendo interações virtuais que possibilitem o aprendizado ao mesmo tempo em que mantêm vínculos pessoais e afetivos com os estudantes e entre os estudantes. Nesse contexto, os jogos sérios emergem como uma poderosa ferramenta educacional, integrando as novas tecnologias digitais para atender às necessidades dos alunos, sem desviar-se das abordagens pedagógicas necessárias à aprendizagem significativa. Os jogos de computador têm cativado pessoas ao redor do mundo. Adultos e jovens estão imersos nas emoções rápidas e envolventes que um jogo pode oferecer à mente. Atualmente, os jogos de computador são aplicados em diversas áreas globalmente, seja no entretenimento ou na educação, por meio de softwares que promovem o desenvolvimento intelectual de crianças, como no setor empresarial e militar, colaborando para o desenvolvimento e aprimoramento de recursos humanos (Queiroz, 2012).

Os jogos digitais se tornaram uma forma de entretenimento extremamente popular entre pessoas de todas as idades. Nos Estados Unidos, 76% das crianças e adolescentes jogam videogames, com uma média de 12,8 horas semanais dedicadas a essa atividade (ESA, 2024). No Brasil, cerca de 74% da população afirma jogar jogos digitais, equivalendo a quase 160 milhões de pessoas. A Pesquisa Game Brasil (2024) revela que 70,2% dos jogadores joga desde a infância, 71,6% já fez amigos enquanto joga, e 77% deles gostam de desafios que testem suas habilidades. Contudo, é importante destacar que além de entreter, os jogos digitais também podem criar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas como colaboração, comunicação, liderança e resolução de problemas (ESA, 2024). Dessa maneira, surge uma área de pesquisa dedicada à aplicação de jogos na aprendizagem, conhecida como Digital Game-Based Learning. Essa abordagem se baseia nos jogos sérios, cujo principal objetivo é a sua utilização em contextos educacionais e de treinamento. Esse fenômeno está se espalhando cada vez mais

pelo mundo, sendo aplicado como estratégia de ensino-aprendizagem especialmente voltada para os nativos digitais, uma geração que sempre esteve em contato com as tecnologias digitais e para quem os jogos eletrônicos são parte essencial de sua cultura (Azevedo, 2012).

Os jogos sérios são projetados com objetivos claros, incluindo narrativa, desafios e recompensas, para facilitar a comunicação de conceitos e conteúdos de um modo que sejam melhor assimilados pelos jogadores, capacitando-os a utilizá-los em situações reais (Abt, 1970). Além disso, “os jogos são capazes de promover contextos lúdicos e ficcionais na forma de narrativas que favorecem o processo de geração e relação com o conhecimento, [...] e podem ter efeito direto na motivação da aprendizagem” (Busarello, 2016, p. 10-11). Diante desse cenário, investigar o impacto dos jogos sérios é fundamental para entender como essas ferramentas podem aprimorar o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de química.

Referências

- ABT, C. C. **Serious Games**. New York: Viking Press, 1970
- AZEVEDO, V. A. **Jogos eletrônicos e educação: construindo um roteiro para a sua análise pedagógica**. Novas Tecnologias na Educação, 10(3), 2012.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BUSARELLO, R. I. **Gamification: princípios e estratégias**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.
- CARDOZO, W.; MOREIRA, M. A.; JUVÊNCIO, J. S.; SOUSA, M. N. J. **A relação professor-aluno: um olhar pedagógico**. VI Congresso Nacional de Educação, 2019.
- ESA - Entertainment Software Association. Essential facts about the U.S. video game industry, 2024. Disponível em: <https://www.theesa.com/data-insights/>. Acesso: 12 jul. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/resultados-do-enem-2018-sao-divulgados>. Acesso: 12 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/17.01.2020_Apresentao_Enem_resultados.pdf

Acesso: 12 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2020/apresentacao_resultados_finais.pdf. Acesso: 12 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2021/apresentacao_resultados_finais.pdf. Acesso: 12 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2023/apresentacao_resultados.pdf

Acesso: 12 jul. 2024.

INSTITUTO SEMESP. Risco de apagão de professores no Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/>

Acesso: 12 jul. 2024.

MEC - Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_silte.pdf. Acesso: 12 jul. 2024.

MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas: Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania, 2, 15-33, 2015.

MORAN, J.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre, Instituto de Física da UFRGS, 2010.

PGB - Pesquisa Game Brasil. Perfil geral, 2024. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/>. Acesso: 12 jul. 2024.

QUEIROZ, H. S. **Desenvolvendo jogos com o Game Maker**. TCC (Graduação) - Bacharelado em Ciência da Computação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.

SANTOS, E. P.; SILVA, B. C. F.; SILVA, G. B. **A contextualização como ferramenta didática no ensino de química**. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2012.

SILVA, J. B. **Ensino híbrido e Tecnologias digitais na educação básica: algumas contribuições do Google Classroom**. Revista Cocar, 14(30), 1-17, 2020.

SILVA, M. C. Q. **Utilização de jogos didáticos no processo de ensino e aprendizagem do conteúdo das funções orgânicas**. TCC (Graduação) - Licenciatura em Química, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

SOUZA, J. I. R.; LEITE, Q. S. S.; LEITE, B. S. **Avaliação das dificuldades dos ingressos no curso de licenciatura em química no sertão pernambucano**. Docência do Ensino Superior, v. 5, 2015.

TOTVS. **Metodologias ativas de aprendizagem: o que são e 13 tipos**. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/instituicao-de-ensino/metodologias-ativas-de-aprendizagem/>. Acesso: 12 jul. 2024.

Podcast Fala Curumim Diadema: um exercício de democracia no ambiente escolar¹

Ana Lucia Sanches²

Elisabete Marques de Oliveira³

Roberto Joaquim de Oliveira⁴

Introdução

O projeto Fala Curumim, realizado pela Secretaria de Educação de Diadema desde 2022, envolve crianças de 8 a 10 anos dos grêmios curumins de 18 escolas da rede municipal numa reflexão sobre os principais problemas enfrentados no ambiente escolar e propõe a elaboração de *podcasts* para informar a comunidade interna e externa sobre suas principais conclusões. Com foco em experiências com educação no Brasil e inspirados na pesquisa-ação e na observação participante, o texto aqui proposto tem como referências importantes: Paulo Freire, Mario Kaplún, Ismar de Oliveira Soares e M. Thiollent. O projeto utiliza as plataformas *Youtube* e *Spotify* como mecanismos de divulgação de uma comunicação participativa que faz com que iniciativas locais tenham um alcance global. A atividade gerou a elaboração de 30 *podcasts* e um *videocast* em libras.

Referenciais

No seu livro “Pedagogia da autonomia”, Paulo freire explica que “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, o recado vai para professoras e professores, e de

¹ Trabalho apresentado no eixo 3. Mediação tecnológica na educação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora pela Pontifícia Universidade Católica- Programa de Pós Graduação Educação e Currículo, Mestre em Serviço Social - PUC-SP. Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras- Fundação Santo André. Secretaria de Educação do Município de Diadema.

³ Possui graduação em Artes Visuais pela FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO (2017). Coordenadora do Núcleo de Gestão de Conselhos da Secretaria de Educação de Diadema.

⁴ Roberto Joaquim de Oliveira possui: graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (1991), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1995) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2008). Atualmente trabalha como Formador na Secretaria Municipal de Educação de Diadema com ênfase em comunicação.

certa forma, para todos que trabalham com Educação. (FREIRE, 2023, p.40). A insistência sobre a necessidade da crítica sobre a prática ensina e mostra a importância de atualização constante de práticas e ações em atividades educativas em sala de aula. O aprendizado pode ser estendido para toda a corrente de profissionais da educação.

Sob o ponto de vista comunicacional, Mario Kaplún dialoga com Paulo Freire sobre o que ele chama de “modelos de educação e modelos de comunicação”. Na página 17, do livro “Una pedagogía de la comunicación” (KAPLÚN, 1998), são destacados três tipos de educação com ênfases e objetivos diferentes: nos conteúdos, nos efeitos e no processo. Ele adverte que “cada modalidade de educação corresponde a uma determinada concepção e a uma determinada prática de comunicação”¹ (KAPLÚN, 1998, p.17).

Interessa, neste estudo, destacar a educação com ênfase no processo. Se temos uma educação com ênfase no processo, a comunicação também terá ênfase no processo. Segundo Kaplún, essa modalidade “...destaca a importância do processo de transformação da pessoa e das comunidades”² (KAPLÚN, p.19).

É nesse sentido que Soares explica que a educomunicação “busca orientar e dar sustentação ao conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, assim como programas e produtos de comunicação”. E destaca a importância de “debater as condições de relacionamento dos sujeitos sociais com o sistema midiático, no contexto da sociedade da informação” e realça a promoção de “metodologias de utilização dos recursos tecnológicos em função da prática da educação para a cidadania” (SOARES, 2014, p.).

Na prática de elaboração do Podcast Curumim, com estudantes entre 8 e 10 anos, é possível perceber uma dinâmica muito própria das concepções de Freire e Kaplún e Soares.

Processo Eleitoral

¹ tradução dos autores.

² tradução dos autores

Os estudantes interessados em participar do grêmio apresentam a sua candidatura à professora ou ao professor. Eles formulam propostas para melhorar a escola e apresentam para a sua turma. São eleitos dois representantes: um titular e um suplente. A eleição é direta e há o momento de diplomação e posse dos eleitos no pleito eleitoral. Toda a escola participa.

Os eleitos têm um canal de comunicação d com o direto com o prefeito da cidade para discutir temas que os estudantes consideram importantes. Os temas apontados pelas crianças são levados em consideração. Exemplos: andamento de obras, construção de quadras, mudanças na merenda (feijoadinha às quartas-feiras), iluminação das salas, reforma de banheiros, bebedouros com água gelada e outros).

“Que história é essa de *bullying*? - 2024”

Atividade envolveu 18 escolas municipais em 2024 e foram envolvidas quase 300 crianças de 08 a 10 anos. Os representantes dos Grêmios concluíram a produção de 30 roteiros e a gravação do *podcast* “Que história é essa de *bullying*?”. O tema nasceu e foi apropriado pelas crianças para trazer uma reflexão diferenciada sobre *bullying* e *cyberbullying*. As oficinas foram organizadas em dois momentos:

a) Definição conceitual sobre o tema e diagnóstico das situações de *Bullying* –
Oficina (CARTELAS foram feitas em grupos) –

Quais as situações de *Bullying* que percebemos: na família; na escola e na comunidade.

Como reagimos frente às situações de *Bullying*: na família, na escola, na comunidade.

b) Sociodrama – técnica que possibilita dramatizar os fatos reais contados pelas crianças. E estimula vivências para identificação dos conceitos de realidade e fantasia, com o objetivo da construção encenação dos fatos reais de *Bullying* vivenciados pelas crianças). A seguir são dadas orientações técnicas para a elaboração de roteiro e produção de *podcast*.

Participação dos estudantes nas oficinas

A participação dos estudantes está atrelada a sua inserção no Grêmio Curumim da escola. Como representante de sala (titular e suplente), as crianças conversam com os seus pares sobre o que mais incomoda na escola e traz as respostas para a reunião periódica dos grêmios. Das 18 escolas, 358 participantes estiveram nas oficinas de debate, assim divididos: 3º ano – 135; 4º ano - 122 ; 5º ano – 101.

Tabela 1 – Mapa de Participação na Oficinas de Bullying e Cyberbullying

MAPA DE PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS SOBRE BULLYING E CYBERBULLYING								
ESCOLA	Nº MENINAS				Nº MENINOS			
	TOTAL	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL	3º ANO	4º ANO	5º ANO
EMEB PROFESSORA ZILDA GOMES DOS REIS DE ALMEIDA	13	5	5	3	3	1	0	2
EMEB SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	15	8	3	4	7	1	2	4
EMEB DEPUTADO FREITAS NOBRE	13	5	3	5	11	3	3	5
EMEB RACHEL DE QUEIROZ	7	4	3	0	3	1	2	0
EMEB JORGE AMADO	5	5	0	0	7	2	3	2
EMEB PROFESSOR FLORESTAN FERNANDES	10	5	1	4	5	2	3	0
EMEB INSPECTOR REINALDO JOSE SANTANA (PIRO)	15	5	6	4	14	7	3	4
EMEB DR ATELA FERREIRA VAZ	14	7	3	4	6	1	3	2
EMEB DR MARIO SANTALUCIA	19	5	8	6	16	6	4	6
EMEB PROFESSORA FABIOLA DE LIMA GOYANO	9	3	4	2	4	1	2	1
EMEB PROFESSORA LETICIA BEATRIZ PESSA	19	5	9	5	10	3	3	4
EMEB PROFESSORA ANNETE MELCHIORETTO	6	1	2	3	9	2	6	1
EMEB DR JOSE MARTINS DA SILVA	16	5	7	4	16	4	8	4
EMEB PROFESSOR FRANCISCO DANIEL TRIVINHO	11	5	5	1	16	7	4	5
EMEB ANITA CATARINA MALFATTI	11	4	4	3	10	4	5	1
EMEB OLGA BENARIO PRESTES	7	3	0	4	4	3	1	0
EMEB MINISTRO FRANCISCO DE PAULA QUINTANILHA RIBEIRO	9	3	4	2	11	6	2	3
EMEB MARIETA DE FREITAS MARTINS	4	2	1	1	3	1	0	2
TOTAL POR ANO	80	68	55		55	54	46	
TOTAL GERAL		MENINAS 203	MENINOS 155		GERAL 358			

No total, foram envolvidas 203 meninas e 155 meninos. Em relação aos temas que mais apareceram nas conversas em grupos e documentados por escrito em fichas de cores diferentes para cada grupo de temas (escola, família e comunidade) e que ficaram assim dispostos:

- 1. Quais as situações de bullying que percebemos nas escolas, na família e na comunidade?**



Os representantes dos Grêmios Curumins das 18 escolas da cidade de Diadema elencaram como principais situações de bullying os seguintes temas:

1. Xingamentos (453 citações); Violência; Racismo (172 citações); Aparência (99); Gordofobia (99).

Colocadas por eixo, os temas foram assim dispostos por ordem de importância:

- Família: xingamentos (134), violência (66), racismo (43), gordofobia (23), aparência (22).
- Escola: xingamentos (181), racismo (72), violência (59), aparência (54), gordofobia (50).
- Comunidade: xingamentos (138), violência (77), racismo (57), gordofobia (26), aparência (23).

Como reagimos frente às situações de bullying?

Os representantes dos Grêmios destacaram como principais reações as situações de bullying os seguintes temas:

1. emocionalmente afetados (tristes, chateados, preocupados...) – 300 menções; buscam amparo em adultos (contam para os pais, falam com professores, funcionários ou gestão escolar) – 329 menções; evitam interagir (saem de perto e não falam com quem cometeu bullying...) 56 menções; acabam revidando - 30 menções; intervém na situação – 190 menções.

Colocadas por eixo, os temas foram assim dispostos por ordem de importância:

- Família: emocionalmente afetados (132); buscam amparo em adultos (94); evitam interagir (17); acabam revidando (7); intervêm na situação (55)
- Escola: emocionalmente afetados (91 menções); buscam amparo em adultos (149 menções); evitam interagir (17 menções); acabam revidando (18 menções); intervêm na situação (71 menções)
- Comunidade: emocionalmente afetados (77); buscam amparo em adultos (86); evitam interagir (22); acabam revidando (5); intervêm na situação (64)

Resultados

Os *podcasts* foram gravados nos Estúdios da Universidade Metodista de São Paulo no mês de junho de 2024 e disponibilizados em julho nas plataformas.

A partir daí, o Núcleo de Gestão de Conselhos vem acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos dos grêmios curumins. Neste momento, está aguardando as respostas de um questionário online que foi enviado às escolas para medir o impacto das atividades com o Podcast Fala Curumim. Como o trabalho foi realizado nos meses de abril, maio e junho de 2024, é necessário um período de acompanhamento para avaliar as mudanças no ambiente escolar.

Considerações Finais

O trabalho apresentado no eixo 3, Mediação tecnológica na educação, relata uma experiência da Secretaria Municipal de Educação de Diadema com estudantes do 3º, 4º e 5º ano com forte vigor na grade curricular e estruturado em 18 escolas. Suas malhas envolvem mestres (chamados de professores-curumins), gestão escolar, todas as salas de aula com estudantes a partir do terceiro ano, profissionais do Núcleo de Gestão de Conselhos da Secretaria de Educação, um assessor de educomunicação, e técnicos e professores da Universidade Metodista de São Paulo num grande movimento, que em 2023 levou 90 dias ininterruptos de trabalho e em 2024, 60 dias.

O protagonismo infantil e a gestão democrática do universo escolar ganham novas dimensões com as possibilidades que as plataformas de áudio e vídeo (*Spotify* e *Youtube*) proporcionam para dar amplitude às lições dos estudantes de Diadema sobre como enfrentar a violência, o *bullying* e o *cyberbullying*.



Figura 1: Oficina combate ao Bullying

Fonte: Núcleo de Gestão de Conselhos (2024)

Referências

- PERUZZO, Cicilia K. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação**. Revista Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. XXIII, 3, 2017 Universidad de Colima, México. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>>. Acesso em: 1 de setembro de 2024,
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- KAPLÚN, M. Una pedagogía de la comunicación. Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.
- SOARES, I.O. **Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina**. In MELO, J.M; LIMA, J.C. Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil. São Paulo: IPEA, 2013.
- THIOLLENT, M. J. M. Pesquisa-ação nas organizações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIGIL, J.I.L. O sociodrama. São Paulo: Paulinas, 1988.

Imprensa Surda: Um novo olhar para a mídia e para si mesmo¹

Castro, R.²

Guimarães, A.³

Nogueira, M.⁴

Santos, R.⁵

Souza, W.⁶

Introdução

Durante um evento organizado pelo núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), fomos questionados sobre a falta de estudantes surdos nas transmissões e reportagens do Imprensa Jovem, especialmente considerando que o formato mais comum utilizado era o rádio. Em resposta a essa provocação, em colaboração com a Sala de Recursos Multifuncionais e a intérprete de Libras, iniciamos a elaboração de uma experiência mediática inclusiva com “a missão de fazer a diferença na própria vida e na das outras pessoas por meio do conhecimento e no respeito aos direitos humanos” (Castro, 2017). A

¹ Trabalho apresentado no eixo 3. Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Graduado em Licenciatura em Educação Artística pela Universidade de São Paulo (2002). Graduado em Artes Cênicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988). Professor no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos I em Perus – SP (CIEJA Perus I). Email: rossinicaastro@yahoo.com.br

³ Graduada em Pedagogia com habilitação em EDAC pela UNESP Marília, Pós Lato Sensu em Alfabetização e Letramento pela UNIANCHIETA Jundiaí, Prof da Rede Municipal de São Paulo desde 1998, atua como Professora de Atendimento Educacional Especializado no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos I em Perus – SP (CIEJA Perus I) desde 2016.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação (UFSCar). Mestre em Educação Especial (UFSCar). Professora do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos. São Paulo, Brasil. E-mail: marcela.fontao@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5599-9366>

⁵ Pós Graduada em Tradução e Interpretação Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa pelo Instituto Singularidades, 2017. Graduada em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul, 2007. Atua como intérprete de Libras pela prefeitura de São Paulo desde 2016. Atualmente, trabalha como intérprete de Libras no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos I em Perus – SP (CIEJA Perus I) desde 2023. Email: rosepsilibras7@gmail.com

⁶ Pós Graduação em Aspectos Linguísticos da Libras pela Universidade Cruzeiro do Sul, em Educação para Surdos pela Faculdade XV de Agosto e em educação para Surdocegueira pela faculdade Eça de Queiroz. Graduada em Pedagogia pela Faculdade XV de Agosto. Atualmente, atua como instrutor de Libras no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos I em Perus – SP (CIEJA Perus I) desde 2023. Email: wilsouzalibras@gmail.com

educomunicação se destaca como uma abordagem essencial no contexto educacional, principalmente quando consideramos o direito dos estudantes surdos a participar do ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essa metodologia sugere ações e estratégias que valorizam processos pedagógicos baseados no diálogo, na participação e na autonomia dos estudantes, fatores fundamentais para promover uma educação inclusiva e equitativa (Alves, 2017). É importante mencionar a pesquisa de Pinheiro (2013), que fortaleceu o campo da educomunicação, apresentando uma análise que revela tensões e influências que fundamentam as práticas educacionais, corroborando a ideia de que a inter-relação entre Comunicação e Educação se consolidou como um campo específico e distinto.

Segundo Perlin (apud Pinto, 2001), ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual, não auditiva, é ter na língua de sinais uma língua visual e consequentemente experiência cultural e identitária apoiada no olhar.

Apesar de desde 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser reconhecida legalmente através da Lei Nº 10436 como meio de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil e da Lei Brasileira de Inclusão Nº 13146/2015 prever o direito à informação e comunicação de forma equânime, os materiais audiovisuais produzidos no Brasil ainda embairreram o acesso de pessoas Surdas.

De acordo com Oliveira (2007), a legislação e políticas públicas para educação de jovens e adultos são estabelecidas a partir do viés de escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso à escolarização regular e que esta visão contribui para a falta de reflexão sobre processos, propostas práticas e pedagógicas adequadas aos perfis socioeconômico-culturais e necessidades reais dos estudantes.

Nesta perspectiva, os estudantes surdos, em sua maioria, que atualmente participam do projeto do Imprensa Surda são também fruto de políticas e práticas pedagógicas inadequadas adotadas ao longo do tempo na educação de surdos.

Cabe ressaltar, que até a lei Nº 10436, os estudantes surdos passaram por diversos formatos de educação, muitas vezes pautados na Língua Portuguesa em sua modalidade oral como única língua possível, sendo-lhes negados o direito à aprendizagem e prática da Libras nos diversos espaços frequentados por eles.

De acordo com o currículo da cidade, documento oficial elaborado pela secretaria municipal de educação que serve de norte para a educação de surdos no município, as práticas educacionais para surdos devem ser trabalhadas na perspectiva bilíngue sendo a Língua de sinais como língua de instrução, ou seja, primeira língua e a língua da comunidade ouvinte, língua portuguesa, como segunda língua em sua modalidade escrita. A prática bilíngue na educação de surdos defende que o status linguístico da língua oral e da Língua de Sinais deve ter o mesmo valor. Ambas devem ser consideradas e usadas no processo de educação da pessoa surda em momentos distintos evitando a sobreposição de línguas o que acarretaria prejuízo na aprendizagem de ambas além de ruídos comunicacionais. Ao garantir na LDB a disponibilização da educação bilíngue para estudantes surdos, desde a educação infantil até a formação contínua, promove-se a criação de materiais didáticos bilíngues, a capacitação de professores e a elaboração de currículos que considerem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o Português como segunda língua (Brasil, 2022).

Assim, o projeto tem como objetivos: Incluir, os estudantes surdos com a intenção de criar conteúdos midiáticos bilíngues (Libras-Português), comunicar, acessar e disseminar informações e conteúdos de forma bilíngue, possibilitar ao estudante surdo o exercício de seu protagonismo como estudante/repórter, autoria de vida pessoal e coletiva, bem como desenvolver competências pessoais e pedagógicas nas duas línguas.

Metodologia

No início de cada semestre é realizada uma reunião de equipe com os estudantes participantes do projeto, professores e intérprete de Libras para proposição do tema que será motivo de reportagem da imprensa surda aquele semestre. Geralmente, essa temática é escolhida a partir do tema da rodada proposto pela escola, alguma atividade extracurricular desenvolvida pelos estudantes ou visita a espaços museológicos, culturais ou institucionais e sempre de acordo com o que suscita o interesse dos estudantes/repórteres.

A partir da definição do tema, elabora-se o cronograma de trabalho que abarca atividades a serem desenvolvidas pela Imprensa Surda o semestre todo, desde a coleta de imagens, vídeos, gravações, edições etc.

Inicialmente, o trabalho da reportagem em si começa com a repertorização dos estudantes a respeito do espaço a ser visitado ou temática a ser trabalhada durante as aulas de Libras em parceria com a sala de recursos no contraturno.

Após este processo, ocorre a visita onde são coletadas imagens, vídeos e possíveis entrevistas se forem necessárias ou possíveis de fazer naquele momento.

Em posse deste material, os estudantes juntamente com os professores participantes do projeto escolhem os registros que comporão a identidade visual dos vídeos que serão produzidos posteriormente.

O roteiro da matéria é elaborado coletivamente para posteriormente ser gravado sua tradução. Para a elaboração da tradução para Libras do roteiro, o professor Surdo e a intérprete estudam juntos o texto, pesquisam os sinais termo dos conteúdos que serão apresentados aos estudantes.

Posteriormente, o roteiro é separado em blocos de informação e a tradução para Libras é gravada.

Com os vídeos em Libras já traduzidos, os estudantes escolhem quais partes se sentem mais confortáveis em gravar e levam este material (os vídeos em Libras) para que possam estudar e treinar em casa.

No dia da gravação, os estudantes fazem uma última revisão junto com a intérprete e o professor Surdo e em seguida, gravam a matéria.

Após todas as gravações, estes materiais são revisados por toda a equipe tanto pelos estudantes, quanto professores e intérprete.

Estando todos os vídeos aprovados na revisão, estes seguem para edição, inclusão de arte, legenda e voz.

Resultados

Apesar do projeto da Imprensa Surda ter iniciado em 2022, apenas agora em 2024 foi possível a construção metodológica mais adequada aos estudantes surdos. Entretanto, este pode ou poderá ser revisto a qualquer tempo uma vez que prima-se pelo respeito à diversidade e singularidade dos estudantes em suas formas de Ser Surdo.

Podemos observar durante a construção da matéria e todo processo de produção do conteúdo que os estudantes encontravam-se motivados por realizar esta tarefa, além de perceberem suas próprias possibilidades na apresentação do texto em Libras.

Ao final do processo, puderam compartilhar sua experiência reconhecendo as dificuldades iniciais, mas, sobretudo, como melhoraram na postura em vídeo, na sinalização e na visão de si mesmos como estudantes/repórteres.



Figura 1: Reportagem Visita a Fundação Dorina Nowill

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=ZlyQTXz7_PQ&list=PLFzQvS4vGq_B-TH-aXF_iJE8S9LiHN_I&index=2

Considerações Finais

A partir da necessidade da produção de conteúdos midiáticos mais acessíveis às pessoas Surdas, da experiência de embaraço comunicacional e informacional vivenciado por estes sujeitos no seu cotidiano, bem como seu reflexo na vida e na construção de sua subjetividade, o projeto da imprensa surge como proposta que visa quebrar estas barreiras e fortalecer este estudante na sua própria língua, a Língua Brasileira de Sinais.

Cabe ressaltar, que este projeto está em constante construção coletiva e que apesar de resultados extremamente positivos tanto para os estudantes quanto para a comunidade, este ainda possui uma carência por mais ferramentas audiovisuais para a realização do trabalho com maior qualidade.

Em suma, o trabalho da Imprensa Surda contribui não só para a reflexão e construção de conteúdos audiovisuais mais acessíveis às pessoas Surdas, mas também como poderosa ferramenta de promoção de autonomia, protagonismo e pertencimento dos estudantes surdos.

Referências

ALVES, Beatriz Truffi. **Interfaces entre Educomunicação e educação ambiental: caminhos desenhados a partir de políticas públicas e de teses e dissertações**. Monografia, 2017, 119 f. Licenciatura em Educomunicação, ECA/USP, São Paulo, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Ministério da educação, Brasília: 2017. Disponível em Acesso em: 03 de jun. de 2018. BRASIL. Parecer homologado CNE/CEB n. 5/2011. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 24/1/2012, Seção 1, Pág.10. Brasília: 2012. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 30 de Agosto de 2024.

CASTRO, Rossini de A; VELOSO, Ceciana; CAVALCANTE, Marcílio M.; OLIVEIRA, Regina Célia S. Rádio e TV CIEJA PERUS 1 no exercício da Cidadania, Agência Imprensa Jovem +. CIEJA PERUS 1, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, I. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. Educar em revista. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hFjkmDxbZLwGBdLx8R4XhgS/> . Acesso em 30 de Agosto de 2024.

PINHEIRO, Rose. **A educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/ USP na construção do campo**. 2013, 224 f. Tese de doutorado. Departamento de Comunicação e Jornalismo. ECA-USP, 2013.

PINTO, P. **Identidade cultural surda na diversidade brasileira**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/537> . Acesso em 30 de Agosto de 2024.

SÃO PAULO. **Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas**. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/DOT, 2016. Disponível: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/EJA->



[principios-e-praticas-pedagogicas1.pdf](#) em SÃO PAULO, 2004. . Acesso em 30 de Agosto de 2024.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica.

Currículo da cidade: Educação especial: Língua Portuguesa para surdos. – São

Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/50716.pdf>

Educação conectada e os desafios da escola¹

Ivonilda das Neves²

Diva Souza Silva³

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se encontra em fase inicial e pretende investigar a política pública do governo federal, Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) instituída pela Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, “Educação Conectada” e os percursos e desafios históricos de uma interlocução entre educação e tecnologia até o presente momento.

O objeto em análise se justifica na possibilidade de investigação da PIEC de 2021 e seus desafios no encontro com a educação básica. Pessoalmente a temática faz parte de meu exercício profissional na educação pública, com ambos os cargos como professora I, na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG, sendo um cargo com início em 05/03/1993 e um segundo cargo com início em 01/08/2003, exercendo a função como laboratorista no Laboratório de Informática da escola, no período de 2000 até 2017, percorrendo assim, diferentes propostas governamentais e o interesse na temática sobre a evolução tecnológica. Se justifica ainda em poder trazer uma contribuição à sociedade sobre a compreensão e apropriação de uma Educação Conectada.

Nesse contexto, a problemática que nos guia é “Analisar como foi o desenvolvimento das políticas públicas educacionais envolvendo as tecnologias digitais, desde a política pública do PROINFO até a política pública de Inovação Educação Conectada?”

Com o intuito de responder a problemática apresentada, este estudo conta com o seguinte objetivo geral: analisar as tecnologias digitais na educação, partindo da política pública do PROINFO até a Política Pública de Inovação Educação Conectada.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 3. Mediação tecnológica na educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: ivonilda.neves@ufu.br

³ Professora doutora orientadora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: diva@ufu.br

Os objetivos específicos são: refletir sobre a relevância da inserção das tecnologias digitais no contexto escolar; elaborar uma linha histórica temporal desde a política pública PROINFO até a política pública de Inovação Educação Conectada; verificar as tecnologias digitais na educação propostas em cada política pública e seus recursos disponibilizados.

O PROINFO foi criado em abril de 1997 sob a autorização do ministro da educação Paulo de Tarso na portaria nº 522 de Nove de abril de 1997 e teve múltiplos desdobramentos que influenciaram diretamente as políticas públicas na área da educação, com o Decreto no 6.300/2007, o programa passa a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional, sendo ampliado quanto aos seus objetivos, buscando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, mediado pelas tecnologias e conteúdos digitais e promovendo a melhoria na formação continuada dos agentes educacionais e contribuindo para a inclusão digital (BRASIL, 2007).

Foi instituído em 2017, o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), através do decreto Nº 9.204, de 23 de novembro de 2017 e embasando-se no Projeto de Lei de 9.165 de 27 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017), em cumprimento da estratégia 7.15 do PNE 2014-2024, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), tendo como objetivo principal a universalização do acesso à internet e o uso das TDICs na educação básica e com implementação em três fases: a indução que ocorreu de 2017 a 2018, que foi a construção do programa; a expansão que ocorreu de 2019 a 2021, tendo com meta de atender a 85% dos alunos de educação básica e a sustentabilidade de 2022 a 2024, atingir 100% dos alunos (MEC.2022), com metas de atendimento a serem cumpridas em escolas urbanas e rurais e tem a finalidade de reunir esforços entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as escolas, empresas e sociedade civil para que seja cumprido.

Mais tarde, a Lei no 14.180, de 1º de julho de 2021 “Institui a Política de Inovação Educação Conectada” (2021).

De acordo com Silva e Casagrande (2020), o Programa foi elaborado a partir de quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura. Elas se complementam e devem estar em equilíbrio a fim de que a utilização de

tecnologias digitais tenha efeito positivo na educação e proporcione a redução das desigualdades sociais.

Para o desenvolvimento do programa, o MEC instituiu um comitê consultivo por meio da Portaria Nº 834, com o objetivo de:

I - Acompanhar e avaliar periodicamente a implementação das ações propostas no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada, e propor melhorias em seu modelo de gestão;

II - Propor modificações ou ajustes nas ações do Programa de Inovação Educação Conectada, a fim de direcionar esforços às escolas e às redes de educação básica que tenham mais dificuldade em assegurar as condições necessárias para o uso da tecnologia como ferramenta pedagógica; e

III - Propor parâmetros de velocidade de conexão para uso pedagógico nas escolas de educação básica. (BRASIL, 2018).

O Programa Inovação Educação Conectada se apresentou como uma política sustentável, para que cada estudante brasileiro possa utilizar as novas tecnologias de forma a obter uma educação plena, que lhe traga desenvolvimento pessoal, e que o prepare para ser um agente de desenvolvimento de seu país. (Moreira et al., 2019, p. 35).

A efetividade dessa política na apropriação da linguagem digital e no cumprimento das competências gerais da BNCC depende de vários fatores, como a adesão das comunidades escolares, infraestrutura das escolas, suporte pedagógico e a formação continuada dos docentes.

Analisar a formulação das políticas públicas é entender que constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que pretendem produzir resultados ou mudanças no mundo real, essas políticas públicas depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos (Souza, 2006).

Pierre Lévy (1999) reforça que não se trata de simplesmente usar as tecnologias, mas sim de acompanhar consciente e intencionalmente uma sociedade em mudança “que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades

e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno”. (LÉVY, 1999, p. 172)

A metodologia adotada será a de pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, e com finalidade exploratória (GIL, 2002), com o propósito de coletar as informações por meio de sites públicos de acesso aberto, bibliotecas digitais, para analisar as produções acadêmicas e a legislação nacional existente sobre o desenvolvimento das políticas públicas educacionais, envolvendo as tecnologias digitais na educação.

A transformação digital na educação é um tema relevante que precisa ser priorizado pelos governos na formulação e implementação de políticas educacionais, no Brasil, a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), é a principal política pública voltada para a transformação digital na educação e de acordo com seu objetivo, que é apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica e para atender as exigências dessa política é necessário que exista uma boa estrutura de governança para o alcance dos resultados pretendidos entre os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de Julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Decreto no 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional -ProInfo. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Decreto nº 9.165, de 27 de novembro de 2017, que institui a Política de Inovação da Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei no 14.180, de 1o de Julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

DA SILVA, Renan Eduardo; CASAGRANDE, Monalisa Alberton. **Programa Educação Conectada: o uso de tecnologia para o cumprimento das metas de Educação Básica no Plano Nacional de Educação**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, v. 15, n. 43, 2020. DOI: 10.47385/cad unifoa. v15.n 43.3332.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 834, de 24 de agosto de 2018. Cria o Comitê Consultivo do Programa de Inovação Conectada.

Moreira, E. S., Lima, E. de O., & Brito, R. de O. (2019). **Estudo comparado das políticas públicas educacionais de inclusão digital: Brasil e Uruguai**. Revista da Faculdade de Educação, 32(2), 17-41.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. 2006, n.16, p. 20-45.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

A Construção de uma Sala de Aula Educomunicativa em Tempos de GPT¹

Carlos Alberto Coletto Burger²

Carlos Henrique da Costa Barreto³

Taís Steffenello Ghisleni⁴

A educação é um dos pilares fundamentais da sociedade contemporânea, refletindo e moldando os valores, as práticas e as perspectivas culturais de cada era. Apesar de algumas escolas e países terem evoluído e adaptado suas pedagogias para o século XXI, a maioria ainda se encontra enraizada em paradigmas do século XIX, conforme destacado por Barroso (2007), que observa como a estrutura tradicional das escolas e o formato repetitivo do ensino permanecem inalterados. Essa persistência em modelos obsoletos cria um cenário educacional em que a palavra está centralizada no professor, relegando o aluno a uma posição passiva, limitando assim o potencial de um verdadeiro diálogo educacional.

Nesse sentido, a sala de aula educomunicativa deve ser um espaço de interação, onde a comunicação não se limita à transmissão de conteúdos, mas se expande para incluir a expressão e o diálogo como elementos centrais. A educomunicação, portanto, não se trata apenas de incorporar tecnologias ao processo educativo, mas de reconfigurar as relações de poder, discurso e conhecimento dentro da sala de aula (Soares, 2011). Com o advento das tecnologias digitais, surge a possibilidade de romper com esse ciclo monológico, uma vez que essas tecnologias são intrinsecamente voltadas para a dispersão discursiva e a interação múltipla. No entanto, a adoção dessas ferramentas deve ser crítica e reflexiva, evitando a idealização ingênua das possibilidades democráticas oferecidas pelos ambientes digitais. A proposta educomunicativa, inspirada nos princípios de

¹ Trabalho apresentado no eixo 3. Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, hcoletto@gmail.com.

³ Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, carloshcb123@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

Soares (2011), enfatiza a necessidade de educar para os *media*, promovendo uma abordagem crítica que considera as profundas implicações sociais e culturais das tecnologias.

Morales (2022, p.189) sinaliza sobre o “potencial que as novas mídias e as novas formas de convivência assumem entre os jovens em termos de responsabilidade social, cidadania, direitos humanos e outros assuntos de relevância social, inclusive na área da educação”.

Neste contexto, a chegada de ferramentas avançadas como o GPT (*Generative Pre-trained Transformer*) abre novas fronteiras para a construção de uma sala de aula educ comunicativa, onde o diálogo, a participação ativa dos alunos e a integração das mídias digitais podem redefinir a dinâmica educacional. Este artigo tem como objetivo investigar como a sala de aula pode ser repensada dentro das metodologias educ comunicativas, em um cenário onde o acesso ao GPT é cada vez mais facilitado, buscando identificar as possibilidades, desafios e metodologias adequadas para tal empreendimento.

Foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa (Michel, 2015) com a realização de revisão bibliográfica (Gil, 2007) que incluiu a literatura existente sobre educ comunicação, com ênfase nos trabalhos de Ismar de Oliveira Soares, bem como estudos sobre a aplicação do GPT e outras tecnologias de inteligência artificial em contextos educacionais.

A visão de Soares (2011) sobre educ comunicação enfatiza a importância de desenvolver uma "consciência crítica" nos alunos, para que possam interpretar e interagir com os meios de comunicação de forma ativa e reflexiva. Isso implica em ensinar não apenas o conteúdo curricular tradicional, mas também em capacitar os alunos a entenderem e questionarem as mensagens midiáticas, o que é particularmente relevante no contexto atual, onde a informação está amplamente disponível e acessível, mas nem sempre é de qualidade ou confiável.

O GPT pode ser integrado na sala de aula educ comunicativa de várias maneiras. Primeiro, ele pode atuar como um assistente de escrita, ajudando os alunos a desenvolverem suas ideias, a organizarem seus pensamentos e a aprimorarem suas habilidades de redação. Essa função é particularmente útil em atividades de produção

textual, onde o GPT pode fornecer sugestões, corrigir erros e até mesmo inspirar novas abordagens ao tema em questão.

Além disso, o GPT pode ser utilizado para a criação de conteúdos personalizados para cada aluno, considerando suas necessidades específicas e ritmo de aprendizagem. Isso pode ser feito através de atividades interativas, como quizzes, diálogos simulados e exercícios de compreensão textual, onde o GPT gera respostas adaptadas ao nível de conhecimento do aluno (Kaufman, 2022).

Outra aplicação interessante do GPT é na promoção da criatividade. Ao interagir com o modelo, os alunos podem explorar novas ideias e perspectivas, desenvolvendo projetos inovadores que incorporam elementos gerados pela inteligência artificial. Isso pode incluir desde a elaboração de narrativas até a criação de soluções para problemas complexos, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de inovação (Kaufman, 2022).

Porém não se pode ignorar que a integração de ferramentas como o GPT na sala de aula não é isenta de desafios. Um dos principais é a questão ética relacionada ao uso de inteligência artificial na educação. Há preocupações sobre a privacidade dos dados dos alunos, uma vez que essas ferramentas geralmente requerem o processamento de grandes volumes de informações pessoais para funcionar de maneira eficaz. Além disso, o uso do GPT levanta questões sobre a autenticidade e a originalidade dos trabalhos dos alunos, dado que a IA pode gerar textos completos sem a intervenção humana (Kaufman, 2022).

Outro desafio significativo é a necessidade de formação dos professores. Muitos educadores podem não estar familiarizados com as tecnologias de IA ou com a forma como elas podem ser integradas ao currículo. Isso exige programas de capacitação que não apenas ensinem o uso técnico da ferramenta, mas também desenvolvam uma compreensão crítica de suas implicações pedagógicas (Gabriel, 2022).

A dependência excessiva de tecnologias como o GPT pode enfraquecer habilidades fundamentais, como o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas. Se os alunos se acostumarem a depender da IA para obter respostas rápidas, podem perder a oportunidade de desenvolver suas próprias competências analíticas e criativas. Portanto, é essencial que o uso dessas ferramentas seja

equilibrado com práticas pedagógicas que promovam a autonomia intelectual dos alunos.

Com base nas reflexões apresentadas, é possível pensar em uma estrutura metodológica educomunicativa que integra o uso do GPT como ferramenta pedagógica. Esta metodologia está ancorada em quatro pilares principais: diálogo, crítica, criatividade e personalização. No pilar do Diálogo: o GPT deve ser utilizado para promover a comunicação dialógica na sala de aula, permitindo que os alunos interajam com a ferramenta de forma ativa. Em vez de simplesmente receber informações, os alunos devem ser incentivados a fazer perguntas, explorar diferentes pontos de vista e construir conhecimento de maneira colaborativa. Já na Crítica: O uso do GPT deve ser acompanhado por uma abordagem crítica, onde os alunos são ensinados a questionar as informações geradas pela IA. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de literacia digital, que capacitam os alunos a identificar e evitar vieses, validar fontes e compreender as limitações das tecnologias de inteligência artificial. O pilar da Criatividade: é um elemento central da metodologia educomunicativa integrada ao GPT. Os alunos devem ser estimulados a utilizar a ferramenta para explorar novas ideias e criar projetos originais. Isso pode incluir a geração de histórias, a resolução de problemas complexos ou o desenvolvimento de propostas inovadoras em diferentes áreas do conhecimento. E, por fim o pilar da Personalização: o GPT pode ser utilizado para adaptar o conteúdo e as atividades ao nível de conhecimento e aos interesses específicos de cada aluno. Isso permite uma aprendizagem mais individualizada, onde cada aluno pode progredir no seu próprio ritmo, recebendo feedback e suporte de acordo com suas necessidades.

Nesse sentido, o desenvolvimento do pensamento crítico é fundamental para maximizar os benefícios do GPT na educação e mitigar seus desafios. Ensinar os alunos a questionar, validar e interpretar as informações geradas pela IA é essencial para que eles possam se tornar usuários conscientes e reflexivos dessas ferramentas. Ao promover uma cultura de questionamento e análise crítica, a sala de aula educomunicativa prepara os alunos para lidar com as complexidades do mundo digital e também os capacita a serem cidadãos ativos e engajados em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias avançadas.

Referências

BARROSO, João. Questões emergentes e desenvolvimentos futuros. In: MINISTÉRIO da Educação. **Inspecção-Geral da Educação**: as escolas face a novos desafios. Lisboa: Inspecção-geral da Educação, 2007. pp. 161-180.

GABRIEL, Martha. **Inteligência Artificial**: Do Zero ao Metaverso. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022

GIL, Antonio Carlos. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte, Autentica, 2022.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORALES, Ofelia Elisa Torres. **Educomunicação e ecossistemas comunicativos em tempos de convergência**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

Educação Midiática e Tecnologias Digitais: Uma Ferramenta para a Formação Crítica e Cidadã¹

Marta Melo de Araújo²

Ronaldo Nunes Linhares³

A educação midiática emerge como um campo de estudo central no cenário educacional contemporâneo, onde a mídia não apenas influencia a formação de opiniões, mas também molda comportamentos e práticas sociais. Em um mundo caracterizado pela ubiquidade das tecnologias digitais e pela rápida circulação de informações, a necessidade de desenvolver uma mediação crítica com as mídias se torna cada vez mais urgente. Este artigo tem como analisar o conceito de educação midiática dentro e fora do ambiente escolar, destacando suas contribuições para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e informada, alinhada aos princípios dos direitos humanos e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Relevância da Educação Midiática

Paulo Freire, em sua obra seminal *Pedagogia da Autonomia* (1996), defende que "não há neutralidade na educação; ela é sempre um ato político". Essa perspectiva sublinha a importância de formar cidadãos críticos, capazes de questionar

¹ Trabalho apresentado no eixo 2 - Educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes (Aracaju-SE), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (2009) e em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2012). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002) e em Letras Português/Inglês pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2018) com ampla experiência na área educacional, atua como professora na Prefeitura Municipal de Rio Real-BA desde 2007, onde desenvolve projetos voltados para o uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem. E-mail: Martamelorr@hotmail.com

³ Professor Titular Nível II do Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Tiradentes e professor da Rede Estadual de Educação de Sergipe. Licenciado e Bacharel em História, Especialização em Educação Tecnológica pelo/IFMG, com mestrado em Educação, doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e Pós Doutorado pela Universidade de Aveiro/Portugal. Membro da ABT, da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Coordenador do Núcleo de Criatividade, Inovação & Tecnologia na Educação Básica, do Simpósio Internacional de Educação e Comunicação e do Grupo de Pesquisa em Educação, comunicação e Sociedade CNPQ/UNIT. E-mail: ronaldo_linhares@unit.br

as informações que consomem e de participar ativamente na construção de uma sociedade democrática. No contexto da educação midiática, essa formação crítica se torna ainda mais relevante, uma vez que as mídias desempenham um papel central na disseminação de ideias e na construção da realidade social.

A educação midiática não se limita à alfabetização tecnológica, mas engloba uma compreensão profunda dos processos midiáticos e suas implicações socioculturais. Como destaca Jenkins (2006), a cultura midiática contemporânea é uma cultura da convergência e, exige que os indivíduos não apenas consumam conteúdos midiáticos, mas também participem ativamente na produção e disseminação de informações. Nesse sentido, a educação midiática capacita os estudantes a não serem meros receptores passivos, mas criadores ativos de conteúdo, capazes de influenciar e moldar o discurso público.

A incorporação das tecnologias digitais na educação tem sido um fator crucial para a expansão da educação midiática. Pierre Lévy (1999), em seu conceito de cibercultura, destaca que as tecnologias digitais criam novos espaços de sociabilidade e de construção do conhecimento, reconfigurando as práticas educacionais e oferecendo novas oportunidades para o desenvolvimento de competências midiáticas. Segundo Lévy, "a cibercultura não é apenas um conjunto de novas tecnologias, mas um novo ambiente de comunicação e interação, que transforma profundamente as relações sociais e as práticas educativas".

Neste sentido, Linhares (2017), em seu estudo sobre a relação escola e tecnologias digitais, destaca que a digitalização da informação e o avanço tecnológico dos meios de comunicação criaram novos espaços de interação, caracterizados por uma "sociedade fluida, espetaculosa e de incerta rapidez". Nesse contexto, a educação midiática pode exercer um papel fundamental na preparação dos estudantes para navegar por esse novo ambiente digital, desenvolvendo neles habilidades críticas e reflexivas que lhes permitem compreender e participar ativamente das dinâmicas midiáticas.

Ainda Linhares (2017) argumenta que a revolução digital não apenas transformou os meios de comunicação, mas também a natureza da informação e da comunicação, impactando diretamente as práticas educativas. Ele sugere que, para responder aos desafios impostos pela sociedade da informação, a educação deve se

adaptar, incorporando as tecnologias digitais e desenvolvendo nos estudantes a capacidade de pensar criticamente sobre o conteúdo que consomem e produzem.

Impactos e Desafios da Educação Midiática

Para investigar as práticas de educação midiática em contextos educativos formais e não formais, este estudo adota uma abordagem metodológica mista. A análise qualitativa é baseada em um estudo de caso, foi-se observado uma escola que implementou um programa de educação midiática, entrevistas com educadores, e análise de projetos pedagógicos que integram o uso crítico da mídia e das tecnologias digitais. Este método permite uma compreensão profunda das práticas pedagógicas, bem como dos desafios e sucessos encontrados na implementação dessas práticas.

Paralelamente, um levantamento quantitativo foi realizado para mapear a presença da educação midiática em escolas de diferentes regiões, buscando identificar padrões de adoção e implementação dessas práticas. A combinação dessas abordagens metodológicas proporciona uma visão abrangente das práticas de educação midiática no Brasil, permitindo uma análise das tendências emergentes e das lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

O resultado observado neste estudo indica que a educação midiática tem um impacto significativo no desenvolvimento de uma cidadania crítica e ativa. Em escolas que implementaram programas de educação midiática, os alunos demonstraram uma maior capacidade de analisar criticamente os conteúdos midiáticos, bem como de participar de forma mais informada nos debates públicos. Essas práticas educativas não apenas aumentaram a consciência crítica dos estudantes, mas também promoveram uma maior participação cívica, alinhada aos princípios dos direitos humanos e aos ODS.

Por exemplo, na escola em Rio Real, na Bahia, que integrou um programa de educação midiática em seu currículo, observa-se que os alunos se tornaram mais engajados em discussões sobre questões sociais e políticas, utilizando as mídias digitais para expressar suas opiniões e organizar campanhas de conscientização. Essa experiência demonstra como a educação midiática pode servir como uma

ferramenta poderosa para o empoderamento dos estudantes, permitindo-lhes participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, a implementação da educação midiática também enfrenta desafios significativos. Muitos professores ainda não possuem a formação adequada para integrar as tecnologias digitais de forma crítica e reflexiva em suas práticas pedagógicas. Como observa Linhares (2017), "os professores não dominam os novos códigos da comunicação, não sabem mais comunicar no mesmo nível com seus alunos". Essa lacuna de formação é um obstáculo importante para a expansão da educação midiática, que requer uma formação contínua e atualizada dos educadores. Outro desafio é a desigualdade de acesso às tecnologias digitais, que ainda é uma realidade em muitas regiões do Brasil.

Destacamos também a falta de uma infraestrutura tecnológica de qualidade na maioria das escolas impede a implementação eficaz de programas de educação midiática, limitando o acesso dos alunos às ferramentas e recursos necessários para desenvolverem suas competências midiáticas. Essa desigualdade de acesso representa um obstáculo significativo para a democratização da educação midiática e para a realização plena dos ODS.

Educação Midiática como Ferramenta para o Desenvolvimento Sustentável

A educação midiática, quando integrada ao currículo escolar, pode desempenhar um papel crucial no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao promover a análise crítica da mídia e a participação cívica, a educação midiática contribui para a construção de sociedades mais justas e equitativas, onde os indivíduos são capazes de participar de maneira informada e consciente nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Além disso, a educação midiática promove a alfabetização digital, uma competência essencial para o século XXI. Em um mundo cada vez mais digitalizado, onde as informações circulam rapidamente e as fakes news podem ter consequências graves, a capacidade de analisar criticamente os conteúdos midiáticos é fundamental para a manutenção de uma democracia saudável e para a promoção dos direitos humanos. A alfabetização digital, portanto, não é apenas uma competência técnica,

mas também uma competência cidadã, que capacita os indivíduos a exercerem seus direitos e responsabilidades de forma plena.

Como parte dos ODS, a educação midiática pode contribuir para o avanço de vários objetivos, incluindo a promoção da igualdade de gênero (ODS 5), ao capacitar as mulheres para que utilizem as mídias digitais como ferramentas de empoderamento e expressão; a promoção de trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), ao preparar os jovens para as exigências do mercado de trabalho digital; e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 16), ao promover a participação cívica e a transparência nas instituições públicas.

A guiza de Conclusão

Em conclusão, a educação midiática se revela uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e ativos, preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias digitais. Como afirmam Freire (1996) e Linhares (2017), a educação e os processos de comunicação midiáticos não são neutros e, no contexto contemporâneo, ela deve capacitar os indivíduos a navegar de forma crítica e consciente pelos meios de comunicação, participando ativamente da construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, para que a educação midiática alcance todo o seu potencial, é necessário enfrentar os desafios de formação docente e desigualdade de acesso às tecnologias digitais. A formação contínua dos educadores é essencial para que eles possam integrar de forma eficaz as tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação que não apenas ensine a usar a tecnologia, mas também a pensar criticamente sobre ela.

Além disso, políticas públicas que garantam o acesso equitativo às tecnologias digitais são fundamentais para a democratização da educação midiática. Somente através de um esforço coletivo, envolvendo governos, escolas, e a sociedade civil, será possível garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver as competências midiáticas necessárias para exercerem plenamente sua cidadania em um mundo digital.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture**: Where Old and New Media Collide. New York: New York University Press, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINHARES, Ronaldo Nunes. **Educação, comunicação por uma pedagogia da comunicação**: algumas pontuações sobre a relação escola e tecnologias digitais e suas mídias. In: **ANAIS DA 69ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC - BELO HORIZONTE - MG – JULHO/2017**.

Educomunicação através do ensino de arte: linguagem audiovisual na escola pública¹

Adrielle Silva Pinheiro²

Thiago Almeida Barros³

Este estudo apresenta uma análise sobre a educomunicação em relação ao Ensino de Arte, além da realização de uma produção audiovisual que tem influência na cultura digital no contexto das escolas públicas, com base na experiência sob a forma de pesquisa, realizada na Escola Estadual de Ensino Médio "Enedina Sampaio Melo", localizada na cidade de Igarapé-Miri/Pará. Os dados coletados mostraram que educação e comunicação são específicas como áreas relevantes para a mediação sociocultural dos processos de apropriação das linguagens, essencialmente no uso educativo do suporte pedagógico do vídeo para expressão e para criação e comunicação na formação do cidadão para o presente. Com isso, tem-se como objetivo analisar as possibilidades de se utilizar a educomunicação no ensino da arte voltado para o desenvolvimento das competências comunicativas, críticas e criativas dos alunos através da linguagem audiovisual, no cenário da cultura digital contemporânea. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa e de pesquisa bibliográfica. Portanto, o embasamento teórico da pesquisa, através de autores, buscou tratar das questões fundamentadas através de Castells (1999), Connor (1996), Jesús Martin-Barbero (2000), Kenski (2018), Ligia Almeida (2017), Moran (2000), Soares (2002, 2003), e outros. Os resultados obtidos nos levaram ao entendimento de que o uso da linguagem audiovisual, associada à integração da educomunicação no Ensino de Arte, da forma adequada, potencializou o processo de ensino-

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Pedagogia pela FACESP – Faculdade de Educação Superior de Paragominas. Graduada em Letras Português pela UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia. Mestranda em Comunicação, Linguagens e Cultura Universidade da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA - PPGCLC). Av. Alcindo Cacela, 287, Bloco E, 3º andar, Umarizal, Belém - PA, CEP: 66060-902.
E-mail: adriellesp84@gmail.com

³ Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia (UNAMA/2021). Av. Alcindo Cacela, 287, Bloco E, 3º andar, Umarizal, Belém - PA, CEP: 66060-902.
E-mail: thiago.barros@unama.br

aprendizagem no desenvolvimento do trabalho do docente e alunos. O interesse no tema se deu a partir da problematização sobre a necessidade da Educomunicação no Ensino da Arte através da linguagem audiovisual em uma escola pública no contexto da cultura digital, para a prática do ensino.

A ênfase da presente pesquisa é a implementação da educomunicação no ensino de arte, a partir do uso da linguagem audiovisual na Escola Estadual de Ensino Médio "Enedina Sampaio Melo", com alunos do 2º ano do Ensino Médio. Além disso, é possível perceber como essa prática é implementada e avaliada no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo uma educação mais eficaz e pertinente ao contexto atual, através do exame de experiências práticas e resultados atingidos.

Neste sentido, cumpre justificar a escolha desse tema pela contínua exposição de crianças e adolescentes a um extenso número de mídias audiovisuais, no seio da era digital. Contudo, a produção de conteúdo ou a desmitificação, através da cultura audiovisual e do sujeito que consome esses meios, nem sempre é bem entendida referindo-se à capacidade crítica ou às habilidades. Aquilo que diz respeito à cidadania na cultura digital, é fator para a formação de habilidades críticas e criativas através da confluência da linguagem audiovisual no ensino de arte, despertando assim o interesse dos alunos.

Assim, a aprendizagem se torna mais produtiva quando se leva em conta a diversidade das necessidades dos alunos na diversidade de métodos de ensino. Assim sendo, a utilização de ferramentas audiovisuais tem por objetivos desenvolver a capacidade crítica dos alunos; apresentar práticas audiovisuais que oferecessem ao aluno um aprendizado mais dinâmico e interativo; e conectar ao ensino de arte o uso da linguagem audiovisual no contexto da realidade digital dos educandos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) no 9394 de 1996 institucionalizou a disciplina de Arte, que é, atualmente, composta pelas Leis no 11769 de 2008 e 13.278 de 2016. Sendo obrigatória desde a pré-escola até o ensino médio, em comparação com outros campos do conhecimento, a disciplina está inserida em um período comparativo recente.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), apresenta como sua matriz oficial a pedagogia das competências e estabelece competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e

socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8). Por meio dos componentes curriculares, em definição a começar dos direitos éticos, estéticos e políticos acordados pelas DCN, o documento especifica dez competências gerais a serem desenvolvidas na Educação Básica. Entrelaçados aos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, estes pertencentes a cada competência geral. Em geral, é nas competências gerais 1 e 4 que aparece o termo digital, de modo que a sociedade atual tem como parte os conhecimentos do mundo digital e como forma de experiência, partilha de informações e expressão, a linguagem digital como uma das linguagens a serem utilizadas (BNCC, 2017, p 9).

Em termos mais amplos, a contribuição para o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme estabelecido na quinta competência, cuja responsabilidade é atribuída à própria escola por intermédio de seus currículos e professores, está vinculada ao uso e à produção de Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC). O texto é o seguinte:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2017, p. 9).

Assim, a BNCC delimitou as áreas e os componentes curriculares, moveu-se do geral para o específico. Kenski (2018) discorre que a possibilidade de se criar ambientes socioculturais, virtuais, por meio dos computadores, atrelada à difusão das redes sociais, no decorrer dos anos 80-90, fez surgir o termo "cultura digital".

A pesquisa foi desenvolvida conforme uma abordagem qualitativa. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32), "a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". Ao investigar o tema objeto de estudo, especialmente à questão das relações sociais no que tange ao processo pedagógico, faz-se mister evidenciar, principalmente, as relações estabelecidas entre o professor e os estudantes.

Dessa feita, buscou-se fomentar nos alunos o exercício de produção de vídeos, como parte da motivação e do engajamento nas edições de vídeos sobre as

manifestações culturais da cidade, mediadas pela interação entre o professor e os alunos envolvidos no cenário. A proposta pedagógica teve como finalidade de fazer com que o aluno-produtor realizasse vídeos sobre conteúdos histórico-culturais da cidade de Igarapé-Miri/Pará, nesse caso, efetuado pelo projeto no primeiro semestre do ano letivo de 2023, e dentro dele estava o professor mestre José João Quaresma Pena, o qual elaborou a produção sob orientações da área de conhecimento Linguagens e suas tecnologias-Componente curricular: Língua Portuguesa e suas literaturas/Arte-Cultura Regional, sendo esta um direcionador do Projeto Integrado de Ensino (PIE) e os alunos do turno matutino.

A produção audiovisual constituiu uma das etapas fundamentais deste planejamento, pois implicou o envolvimento dos alunos. O percurso foi programado segundo a seguinte sequência: pesquisa de conteúdo, roteiro, produção, validação e edição de vídeos, exibição.

Ao final deste trabalho, todo o corpo docente e pedagógico da escola trouxe os depoimentos dos alunos vinculados à realização audiovisual, para efeito de avaliação da proposta pedagógica em execução. As perguntas, a seguir, dizem respeito à realização e execução dos vídeos. Quais os seus maiores prazeres e aprendizados nas produções? Quais as dificuldades encontradas nas produções?

A análise de uma combinação de resultados e observações obtidos durante o planejamento educacional se mostrou satisfatória, pois os alunos desenvolveram habilidades pertinentes de elaboração e análise de conteúdos audiovisuais produzidos sob a orientação do professor responsável, melhorando suas capacidades críticas e criativas. Além disso, houve um melhor comprometimento dos alunos com relação aos temas trabalhados e favoreceu a expressão do aluno, individual e coletiva, através da introdução da linguagem audiovisual nos currículos de arte que contribuíram para tal aproximação entre professor e alunos.

O artigo explanou que a prática da educomunicação no ensino de arte na Escola Estadual de Ensino Médio “Enedina Sampaio Melo” com foco na linguagem audiovisual, assim desenvolvida pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio, pode transformar a prática pedagógica e proporcionar uma educação mais significativa para a era digital. Ademais, ajudou os estudantes a se prepararem melhor para uma

atuação mais consciente acerca da cultura digital, através de lhes favorecer habilidades críticas e criativas, então, enriquecendo o aprendizado dos discentes.

Portanto, é primordial investir na formação dos profissionais da educação, para que se tenha resultados satisfatórios quanto às práticas pedagógicas em relação à eficiência na integração das tecnologias e metodologias da educomunicação. Desse modo, executar essas práticas, integrando equipamentos audiovisuais e principalmente acesso à internet, para a garantia de uma infraestrutura satisfatória às escolas públicas.

Referências

_____. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

Acesso em: 20 jul. 2020.

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural**. In: Theodor W. Adorno. Tradução de Flávio. Alceu, v. 10, n. 20, p. 41-54, 2010a.

ALMEIDA, C. Z. **As relações arte/tecnologia no ensino da arte**. In: PILLAR, A. D. (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 71-84.

ALMEIDA, Ligia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em Educomunicação**. Disponível em: https://www.academia.edu/31480161/Projetos_de_interven%C3%A7%C3%A3o_em_educomunica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 07 de julho de 2019.

BARROS, G. M. M.; BARROS, T.; CORRADI, A.; NUNES, P. J. M. **Educomunicação e protagonismo: experiência em educação pública a partir da Rádio Conexão MB**. In: VIANA, C.; ALMEIDA, R. (Org.). O Protagonismo Infantojuvenil nos Processos Educomunicativos. 1ed. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação; Instituto Palavra Aberta, 2021, v., p. 193-207.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens**. Revista BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna**. Madrid: Akal. 1996.

CUADRA, Álvaro. **A obra de arte na era de sua hiper- reprodutibilidade digital**. March 2022. Revista Panorama - Revista de Comunicação Social VOL 9(Nº 2):176
Disponível em: <https://periodicos.univali.br>

KENSKI, V. **Cultura Digital**. [Verbete]. In: MILL, D. (Org.). Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de E Kothe. São Paulo: Ática, 1986.

MARTIN-BARBERO, J. **Novos regimes de visibilidade e descentramentos culturais**. In: FIL É, W. Batuques, fragmentações e fluxos Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAN, Paulo Manuel. **Leituras dos meios de comunicação**. São Paulo: Pancast, 1993.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Os desafios do ensino da disciplina de metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação**. In: Revista Meta. v. 3, n. 9 (2011).
Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/99/164>.

RODRIGUES, Felipe de Oliveira. BARROS, José Márcio. **Considerações sobre as divergências e convergências entre arte e comunicação**. Itajaí, V. 22, n.01, 2023 27-38

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.; BUENO, A. L. M. **Tecnologias de informação e comunicação**. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. SOUZA, C. T.; GIRAFFA, L. M. M. Tecnologias digitais.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & Educação, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15-26, set. 2014a.



SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. In: Comunicação & Educação. São Paulo, ECA/USP: Segmento, Ano VII, no. 19, p. 1224, set/dez. 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**, in comunicação & educação. São Paulo: ECA/USP, 2002.

O ensino de história local e a resignificação do passado: relato de experiência utilizando a plataforma *plickers*¹

Décio Fernando Moraes Ferrari²

Renato Victorino Delgado³

Laís Bueno Tonin⁴

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência em sala de aula utilizando a Plataforma *Plickers*. A atividade aqui apresentada foi desenvolvida com alunos da rede pública de uma cidade do noroeste do Paraná. O público-alvo deste trabalho foram alunos do 3º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A Plataforma *Plickers* é uma plataforma digital que possibilita ao usuário criar atividades utilizando os mais variados recursos digitais, como imagens, sons e vídeos. A plataforma permite ainda que sejam criadas questões com até quatro alternativas cada e para a leitura das questões, cada estudante utiliza uma espécie de Código QR (Imagem 1) de desenvolvimento próprio, onde o aplicador da atividade utiliza o *app Plickers* para fazer a leitura das questões, que têm suas respostas projetadas de forma imediata na TV ou tela, fornecendo a resposta correta, estatísticas por alternativa, tornando a correção das atividades interativa.

Para a realização da atividade foram selecionados conteúdos referentes ao conteúdo do componente curricular de História, especialmente História Local. Na atividade foram utilizadas imagens antigas da cidade, pontos de interesse, como praças, bosques, letreiros, ruas e avenidas centrais da cidade. O objetivo da atividade

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Graduado em Pedagogia, História, Geografia e Ciências Sociais. Professor efetivo da Rede Municipal de Umuarama/PR e da SEED/PR. Atua com análise, formulação e implementação de políticas públicas, metodologias e técnicas de ensino. Atua enquanto docente na UniALFA – Faculdade Alfa de Umuarama, Umuarama/PR. E-mail: professordécio@gmail.com.

³ Especialização em Análise do Comportamento Aplicada pela Faculdade INESP. Graduado em Psicologia pela Universidade Positivo – UP. Atua enquanto docente da Universidade Paranaense no curso de Psicologia, Umuarama/PR. E-mail: renatovictorinod@gmail.com

⁴ Doutora em Educação e Novas Tecnologias PPGENT/UNINTER. Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações (UNICESUMAR). Bacharel em Comunicação social, licenciada em Letras e Pedagogia. Docente de ensino superior na UniALFA, Umuarama/PR. laisbueno77@gmail.com.

foi proporcionar uma aprendizagem significativa sobre a história do município, permitindo ao professor identificar lacunas de aprendizagem e retomar os pontos de atenção em um outro momento.

O ensino de História Local, ou ainda a História do Cotidiano, permite ao estudante ressignificar os espaços já conhecidos, contribuindo com a criação de laços de pertencimento ao lugar ao qual está inserido. Este campo da História possui ainda um importante papel na construção da identidade, seja ela pessoal ou social. Na construção da identidade, a memória desempenha ainda um papel central neste processo, uma vez que estabelece as relações no espaço-tempo e cria vínculos de preservação e reconhecimento com o presente.

No bojo deste processo, “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas” e as ferramentas digitais voltadas para a educação tornam esse conhecimento mais significativo, uma vez que permite que o educando experiencie os espaços em seus diferentes tempos históricos (Gaddis, 2003, p. 34).

Partindo do exposto, o ensino de história local ainda se coloca como uma forma de trazer significado e pertencimento ao educando, que passa a ver os espaços que frequenta com um olhar histórico, buscando em seu cotidiano perceber as mudanças e permanências dos mais diversos espaços. Nessa perspectiva, o ensino de história local:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão interligados no conjunto do conhecimento (Vasquez, 1994 *apud* Schmidt e Cainelli, 2009, p. 139).

Especificamente na atividade desenvolvida, antes da utilização da plataforma *Plickers* foram apresentadas aos estudantes algumas imagens de diversos pontos da cidade, como: Lago Aratimbó, Avenida Paraná, Bosque dos Xetá, Praça Santos

Dumont, Praça Miguel Rossaffa, Praça Arthur Thomas e Igreja Matriz São Francisco de Assis.

Com a conclusão da apresentação das imagens dos espaços e suas configurações/arquitetura no passado, o professor realizou a visita virtual a cada ponto deste no presente, através do *Google Maps*. O que chamou a atenção foi justamente a surpresa dos estudantes ao reconhecerem os espaços no presente, mas não reconhecerem estes no passado. Durante a atividade foram ainda levantados questionamentos sobre as permanências e mudanças na paisagem, instigando os estudantes a identificar essas transformações.

Após esse primeiro momento, foram realizadas indagações sobre os locais que eram já conheciam, as funções desses espaços e se eram espaços públicos ou privados, conteúdo este trabalhado em aulas anteriores.

A cidade de Umuarama foi fundada em 1955, a partir da ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, estando a época na rota da expansão da cafeicultura do Norte/Noroeste paranaense. Devido ao relativo planejamento urbano realizado com base no sistema radial, as principais praças e avenidas da cidade são cortadas por amplas avenidas que interligam os bairros ao centro. Essa configuração fez com que ao serem apresentadas as imagens, muitos alunos já reconhecessem os pontos descritos, viabilizando o desenvolvimento da atividade.

No segundo momento, foram montados cinco questionários (em anexo) na Plataforma *Plickers*, com foco na identificação desses espaços no presente e no passado, observado suas transformações ao longo do tempo. Para isso cada estudante recebeu um card com o seu respectivo Código QR. Cada *card* possuía alternativas de “A” a “D” e os estudantes foram instruídos do funcionamento da plataforma, denominada pelo professor como jogo. Para que a leitura do *card* seja realizada, o estudante foi instruído em deixar a alternativa escolhida para cima e segurar o *card* pela parte inferior, permitindo assim sua leitura pelo *app*, que utiliza a câmera do *smartphone* para tal finalidade.

Na TV localizada na sala de aula eram projetadas as perguntas, com imagens e nomes de alguns espaços trabalhados previamente, onde o estudante deveria identificar esses espaços e virar o *card* na posição desejada no momento da leitura dos *cards*. Conforme as questões iam sendo projetadas, especialmente aquelas com

os espaços no passado, os estudantes iam tentando identificar elementos que a ligassem com pontos frequentados por eles no seu cotidiano.

A utilização da Plataforma *Plickers* como ferramenta tecnológica permitiu que a atividade fosse desenvolvida de forma mais atrativa, uma vez que os estudantes buscavam realizar a leitura e interpretação das imagens e assertivas, para posteriormente identificar a alternativa em seu card. A atividade com a utilização da plataforma serviu ainda como uma ferramenta de utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) dentro de sala de aula, instigando os estudantes à concentração e atenção aos detalhes na hora de resolver as atividades.

Um ponto observado durante a atividade foi a comemoração que os estudantes realizavam ao ser feita a correção, mostrando grande entusiasmo e aguardando a atenciosamente a projeção da próxima atividade.

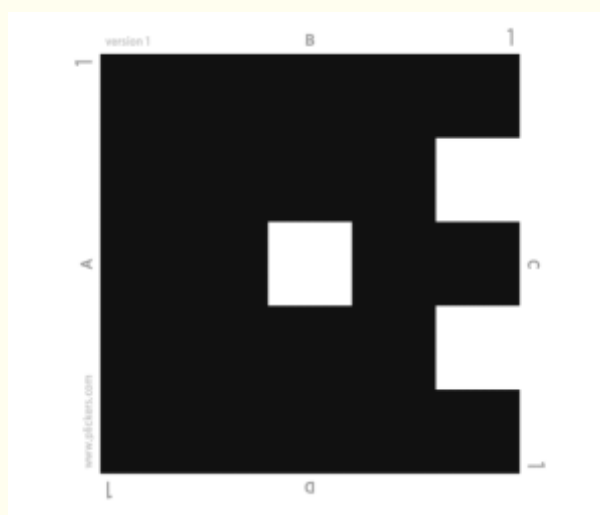


Imagem 1: exemplo de card da Plataforma Plickers

A imagem ao lado representa a Praça Arthur Thomas em 1980, a praça mais antiga da cidade! Quais elementos da foto são observados nela ainda hoje?



- A A calçada e os bancos
- B As luminárias e o tipo de piso
- C As árvores e o busto de Sr. Arthur Thomas

A

B

C

D

imagem 2: atividade 1

A imagem ao lado representa a Praça Arthur Thomas em 1980, a praça mais antiga da cidade! Quais elementos da foto são observados nela ainda hoje?



- A A calçada e os bancos
- B As luminárias e o tipo de piso
- C As árvores e o busto de Sr. Arthur Thomas

Imagem 3: atividade 2

A imagem ao lado representa a qual praça de Umuarama no passado?



- A Praça Miguel Rossaffa
- B Praça Arthur Thomas
- C Praça Santos Dumont
- D Praça Anchieta

Imagem 4: atividade 3

O desenvolvimento da atividade permitiu ainda aos estudantes o contato com diversos espaços aos quais eles já estão habituados a frequentar, mas vendo-os em outros momentos históricos. O pertencimento ficou nítido em comentários como: “eu

já fui aí com meus pais”, “essa praça fica perto de casa” ou então “já tirei fotos aí”. Esses relatos demonstram a importância do trabalho com a história local para criação de espaços de memória e de identidade, uma vez que os estudantes se reconheciam como pertencentes aos espaços apresentados durante a atividade.

No que se refere ao uso da Plataforma Plickers, observou-se que tornou a atividade muito mais atrativa, uma vez que os estudantes interagiam com as imagens e testavam seus conhecimentos sobre a cidade de Umuarama. A dinâmica apresentada pelo aplicativo permitiu ainda que esses espaços apresentados se tornassem mais conhecidos dos estudantes. Como forma de avaliação da aprendizagem, além da análise dos resultados dentro da própria plataforma, cada estudante foi convidado a realizar um desenho de um dos pontos apresentados de sua escolha e compartilhar com a turma as mudanças e permanências.

Referências

- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História:** como os Historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

Educação midiática no Brasil: mapeamento e análise de iniciativas¹

Glenda Dantas²

Júlia Caldeira³

Júlia Tereza⁴

Luísa Meslouhi⁵

Em 2022, a pesquisa realizada⁶ pela TIC Kids Online Brasil indicou que, dentre a faixa etária de 9 a 17 anos, 92% dos indivíduos eram usuários da internet no Brasil. Ademais, de acordo com a pesquisa, 88% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos possuíam um perfil em redes sociais, sendo o YouTube e o TikTok as mais utilizadas. Apesar disso, tais plataformas são feitas para pessoas acima de 13 anos, implicando que crianças e pré-adolescentes estão em um cenário de vulnerabilidade e riscos (por exemplo, cyberbullying, exposições excessivas, contato com conteúdos violentos ou com agentes mal intencionados).

Tais riscos são acompanhados pela ausência de diretrizes de uso para o público abaixo de 13 anos⁷ usuário da plataforma que, apesar da posição de vulnerabilidade, encontra-se desassistida. Diante disso, o presente artigo busca compreender o atual cenário da Educação midiática no Brasil, compreendendo-a como um caminho para mitigar esse quadro de inseguranças digitais, não só como

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Comunicadora Social e Jornalista pela Universidade Federal da Bahia e Mestranda em Comunicação pelo PósCom/UFBA. Atua como pesquisadora em Inclusão Digital no Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS-BH). Reside em Salvador (BA); glenda@irisbh.com.br

³ Bacharela e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como pesquisadora e liderança de projeto em Inclusão Digital no Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS-BH). Reside em Belo Horizonte (MG); julia@irisbh.com.br

⁴ Estagiária de pesquisa do Instituto de Referência Internet e Sociedade. Líder do Gender Standing Group da Internet Society. Graduanda em Bacharel em Inglês na Universidade Federal de Minas Gerais. Reside em Belo Horizonte (MG); juliatereza@irisbh.com.br

⁵ Estagiária de pesquisa do Instituto de Referência Internet e Sociedade. Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Reside em Belo Horizonte; luisamelo@irisbh.com.br

⁶ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

⁷ TikTok. *Underage Appeals on TikTok*. 2023. Disponível em https://support.tiktok.com/pt_BR/safety-hc/account-and-user-safety/underage-appeals-on-tiktok. Acesso em: 23 ago. 2024.

recurso para o desenvolvimento de habilidades digitais, mas como uma estratégia para o empoderamento e conscientização de públicos diversos.

No que diz respeito ao cenário brasileiro, a Educação midiática tem se consolidado significativamente nos últimos anos. Com a posse do governo Lula em 2023, foi criada a Secretaria de Políticas Digitais (SPDig)¹, um órgão que reflete a crescente importância da digitalização e da Educação midiática no contexto nacional. Ademais, uma das principais realizações recentes nesse campo é o lançamento da Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM)², que serve como um guia estratégico para orientar as ações governamentais e não-governamentais.

O documento delineia um conjunto de objetivos e ações que visam integrar a área nos currículos escolares, promover a formação contínua de educadores e incentivar a criação de conteúdos midiáticos que reflitam a diversidade cultural e social do Brasil. Além disso, a EBEM enfatiza a importância da colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo a sociedade civil, o setor privado e as instituições acadêmicas, para criar um ecossistema robusto e sustentável.

A fim de compreender como o tema tem sido endereçado no Brasil, o presente artigo desenvolve um mapeamento de iniciativas de Educação midiática³, realizado a partir de uma pesquisa exploratória no Google, com auxílio dos programas Excel e Power Bi para análise e visualização dos dados. Tal pesquisa constitui a fase inicial do projeto “ConectAí: Educação e Segurança como trend”, realizado pelo Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS-BH) em parceria com o TikTok Brasil. A partir de uma busca pelas bases do Google, foram mapeadas 83 iniciativas, incluídas em um banco de dados com as seguintes variáveis listadas: periodicidade, região, abrangência, tipo de instituição responsável, tipo de iniciativas, conteúdos abordados, público alvo, tipo de atividades e disponibilidade de metodologia no portal.

¹ NÓBREGA, Liz. Governo Lula cria secretaria para combater desinformação e discurso de ódio na internet. *Desinformante*, 2 jan. 2023. Disponível em <https://desinformante.com.br/secretaria-politicas-digitais-joao-brant/>

² Estratégia brasileira de educação midiática apresenta as políticas públicas voltadas para a população. *Gov.br*, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>. Acesso em: 28 ago. 2024.

³ Para os fins do mapeamento, são consideradas iniciativas de Educação midiática as atividades educativas realizadas com o objetivo de capacitar, compreender, avaliar criticamente e/ou interagir de forma consciente com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Através do programa Power BI, foram gerados gráficos, a fim de agrupar e cruzar as respectivas informações, subsidiando a análise e visualização dos dados. O artigo é organizado assim em três sessões: ponderações sobre Educação midiática no Brasil; apresentação do mapeamento realizado e resultados; e identificação de problemas mapeados e possíveis soluções. Parte-se da justificativa de que, para discorrer sobre o tema, é preciso, previamente, analisar o contexto atual nacionalmente, identificando assim tanto os avanços e pontos fortes como lacunas e pontos a serem desenvolvidos. Diante dessa identificação inicial, torna-se possível indicar possíveis caminhos para a construção de soluções conjuntas e estruturadas.

No que diz respeito aos principais resultados obtidos com a análise de dados do mapeamento, alguns pontos de destaque foram: a desigualdade regional flagrante observada pela concentração de iniciativas de Educação midiática em determinadas localidades do país; a proposição de currículos com eixos temáticos semelhantes entre si; o protagonismo de certas categorias de atores na proposição, coordenação e execução dos programas; e certa similaridade no público alvo. Como demonstram os dados coletados na pesquisa, há um menor número de iniciativas mapeadas na região Norte do Brasil, em discrepância com a região Sudeste, onde são realizados a maior parte dos programas.

Além disso, nota-se que o tema preponderante abordado nas iniciativas é a desinformação e o acesso à informação, sendo menos frequentes os currículos que envolvem temáticas como saúde mental e segurança digital, por exemplo. Os tipos de instituição que mais realizam iniciativas de educação midiática, no país, são as organizações do Terceiro setor, e o público-alvo majoritário é a comunidade escolar. Em vista deste panorama, observou-se que embora haja múltiplas iniciativas de Educação midiática em âmbito nacional, a grande maioria tende a seguir o mesmo padrão, resultando na permanência de lacunas no que tange à diversidade de localidades, temáticas abordadas, atores proponentes e públicos-alvo.

Um aspecto positivo que a análise do mapeamento aponta é a grande quantidade de iniciativas voltadas a crianças e adolescentes, os quais, como abordado na introdução deste resumo, constituem um grupo que está em sua maioria conectado à rede. Um ponto a ser destacado é como, diante da identificação da idade como inferior a 13 anos, esse grupo é banido das plataformas. Investigações evidenciam que este banimento não é efetivo, e é possível analisar o caso levantado

pela Portal NÚCLEO em 2024¹, o qual relata que a rede Kwai enfrenta um grande problema com conteúdo infantil indevido, sendo usada como meio de divulgação para conteúdos explícitos de abuso sexual de menores de idade. Ademais, a reportagem demonstra que adultos responsáveis podem envolver crianças em seus perfis ou deixá-las acessarem a plataforma por suas contas pessoais. Mais do que voltar à proibição, entende-se ser necessário pensar estratégias de conscientização das crianças acerca dos benefícios e dos perigos das redes, bem como da compreensão acerca da importância dos limites existentes à sua inserção nas plataformas. O contato com a Educação midiática desde a infância, envolvendo diferentes atores, é um caminho crucial para isso.

Além disso, adolescentes, apesar de terem maior autonomia e capacidade de se proteger, ainda precisam de auxílio e preparo em seus anos de formação para lidar com a internet. Compartilhamento de notícias falsas, propagação de discurso de ódio, problemas de autoestima por comparação nas redes sociais, e exposição de fotos e informações íntimas são alguns dos problemas que perpassam as experiências desse grupo na internet². Nesse sentido, a existência de iniciativas que acolham e orientem adolescentes em relação ao uso das mídias digitais é extremamente pertinente.

Dessa forma, torna-se possível afirmar que a Educação midiática é uma demanda para todas as faixas etárias, uma vez que seu uso é central para a execução de atividades de diferentes naturezas. Atualmente, serviços que não concernem às camadas mais jovens, como o acesso ao INSS, instituições financeiras, aluguéis de imóveis e promoção de comércios são atrelados ao acesso online de plataformas, com grande incentivo à conexão pelo aplicativo de smartphone dessas plataformas.

Conclui-se que as iniciativas de Educação midiática e o ganho de visibilidade que essa temática tem tido no Brasil são um importante avanço em relação ao aprimoramento da conectividade entre crianças e adolescentes, à aprendizagem do uso das tecnologias digitais, à promoção do bem-estar e ao incentivo à construção de uma cidadania digital e uma postura responsável nas redes. No entanto, a fim de

¹ NAKAMURA, Pedro; ALMEIDA, Rodolfo; ORRICO, Alexandre. Kwai está infestado de conteúdo que sexualiza menores. *Núcleo*, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/especiais/2024-01-24-kwai-sexualizacao-menores/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

² CRISTALDO, Heloísa. Adolescentes: os riscos do uso excessivo da internet. *Agência Brasil*, Brasília, 9 jul. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/adolescentes-os-riscos-do-uso-excessivo-da-internet>. Acesso em: 28 ago. 2024.

tornar essas conquistas mais democráticas e consistentes, é necessário superar os desafios relativos à extensão de tais iniciativas em todo o território nacional, à viabilização de parcerias com outros setores da sociedade para a realização desses programas e à inclusão de pautas diversas que sejam capazes de abarcar a complexidade das experiências no mundo digital bem como a sua dinamicidade e transformação constantes. Em suma, o progresso no âmbito da Educação midiática no cenário nacional é reconhecido, bem como a necessidade de planejar caminhos futuros.

Referências

CRISTALDO, Heloísa. **Adolescentes: os riscos do uso excessivo da internet**. Agência Brasil, Brasília, 9 jul. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/adolescentes-os-riscos-do-uso-excessivo-da-internet>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GOV.BR. **Estratégia brasileira de educação midiática apresenta as políticas públicas voltadas para a população**. 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>. Acesso em: 28 ago. 2024.

NAKAMURA, Pedro; ALMEIDA, Rodolfo; ORRICO, Alexandre. **Kwai está infestado de conteúdo que sexualiza menores**. Núcleo, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/especiais/2024-01-24-kwai-sexualizacao-menores/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

NÓBREGA, Liz. **Governo Lula cria secretaria para combater desinformação e discurso de ódio na internet**. Desinformante, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://desinformante.com.br/secretaria-politicas-digitais-joao-brant/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em



https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

TikTok. **Underage Appeals on TikTok.** 2023. Disponível em https://support.tiktok.com/pt_BR/safety-hc/account-and-user-safety/underage-appeals-on-tiktok. Acesso em: 23 ago. 2024.

A Construção de Práticas Inclusivas no Audiovisual Educativo: o Caso do Filme "A Fazenda"¹

Rafael Gué Martini²

Beth Bieging³

Sabrina Mangrich de Assunção⁴

Clara Rovaris Bettiol⁵

Eduardo Lopes Fagundes⁶

Introdução

O filme "A Fazenda", uma produção do Núcleo de Cinema Maria Tomázia Coelho (NCMTC) em colaboração com o programa de extensão Educom.Cine da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), exemplifica a integração eficaz da audiodescrição em produções audiovisuais educativas. Este projeto foi desenvolvido com o intuito de promover a educomunicação através da prática audiovisual, engajando estudantes com diferentes capacidades, incluindo aqueles com autismo, no processo de criação e produção cinematográfica com audiodescrição. O projeto contou com a colaboração de professores, estudantes da educação especial, bolsistas da UDESC e especialistas em audiodescrição, todos empenhados na mediação tecnológica na aprendizagem e na promoção da inclusão social de estudantes com deficiências visuais e neurodiversidades. A produção ocorreu durante os anos de 2022 e 2023, entre o início da proposta, roteirização, captação, edição, finalização e exibição.

O curta narra a história de um cão que perde a visão e é abandonado, um tema que resonou profundamente com os participantes, inspirando uma reflexão sobre

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC - rafael.martini@udesc.br.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC - sabrina.m.a@hotmail.com

⁴ Graduada em Educação Física pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau/SC - vozDavisao@gmail.com

⁵ Graduanda pelo Curso de Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC - clararovarisbettiol@hotmail.com.

⁶ Graduando pelo Curso de Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC - elfagundes87@gmail.com.

inclusão e empatia. Um estudante propôs o roteiro e a equipe da escola junto ao NCMTTC viabilizaram a produção das imagens durante o ano de 2022. Outras imagens e a parte da edição e finalização do filme ficaram para o ano de 2023. O processo de criação foi planejado para não apenas ensinar habilidades técnicas, mas também para permitir que os estudantes autistas participassem ativamente em todas as etapas da produção, desde a concepção da história até a filmagem e edição final. Os estudantes se envolveram em todas as etapas, inclusive na audiodescrição do filme, ampliando sua compreensão e sensibilidade para com as necessidades de pessoas com deficiências visuais .

Inclusão e mediação tecnológica

A produção de "A Fazenda" serviu como um exercício prático para os alunos entenderem como a mídia pode ser adaptada para ser mais inclusiva, transformando a percepção sobre as limitações impostas pela deficiência. Durante o processo, foi possível explorar temas de acessibilidade e inclusão, refletindo os princípios dos Direitos Humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na escola.

O uso da audiodescrição no filme "A Fazenda" destacou-se por sua abordagem inovadora. As profissionais contratadas para essa técnica envolveram os alunos ativamente na criação e implementação desse recurso de acessibilidade, ainda no processo de edição. Com isso, todos os envolvidos aprenderam sobre sua importância e características, deixando os tempos adequados para que a descrição de cada cena fosse feita corretamente e sem sobreposição a outros sons do filme. A integração da audiodescrição não foi apenas um exercício técnico, mas também um método pedagógico que enfatizou a empatia e o respeito pelas diferenças.

Além do trabalho com a audiodescrição em si, houve a criação de trilha sonora com a colaboração de um professor da escola; o processo de gravação das falas dos personagens e do cão protagonista que conduz o filme, com narração em primeira pessoa; o uso de software de edição para montar as cenas, supervisionado por professor da escola e bolsista da universidade; e a finalização e exibição do resultado final na escola, para público interno e externo.

Fundamentação Teórica

O conceito de educomunicação surge como uma estratégia para unir os campos da educação e da comunicação diante das novas exigências sociais e tecnológicas. Conforme Soares (2023), a educomunicação se caracteriza pela criação de ambientes educativos que fomentam uma interação dialógica e a participação ativa, reconhecendo a comunicação como um componente crucial do processo educativo. Martini, Garcez e Sartori (2023) expandem essa ideia ao destacar as Práticas Pedagógicas Educomunicativas (PPE) como vitais para o desenvolvimento de competências críticas e criativas nos estudantes, por meio da incorporação de mídias e tecnologias digitais na aprendizagem.

O paradigma da educomunicação sustenta-se na premissa de que os processos comunicativos podem enriquecer a educação, tornando-a mais significativa e motivadora. Sartori (2021) e Martini (2019) refletem sobre os ecossistemas educomunicativos, que são espaços de aprendizagem colaborativa e construção coletiva de conhecimento, onde a comunicação ocorre de maneira orgânica e contribui para a cidadania. Este domínio abarca uma diversidade de práticas, incluindo o jornalismo educativo, a produção audiovisual, a gestão participativa de comunidades de aprendizagem, e o uso educativo das redes sociais.

A perspectiva de Soares (2011) enfatiza a educomunicação como um campo interdisciplinar que integra práticas educativas com habilidades comunicativas, focando no papel proativo dos envolvidos no processo educativo. Essa abordagem é essencial para compreender a complexidade e a eficácia das intervenções no programa Educom.Cine, que estão em consonância com as categorias identificadas: (i) Espaço, tempo e saberes - Reflexão Epistemológica; (ii) Planejamento e gestão - Gestão da Educomunicação; (iii) Relações sociais - Pedagogia da Educomunicação; (iv) Pessoal e interpessoal - Educação na Comunicação; (v) Arte e cultura - Expressão Educomunicativa por Meio das Artes; e (vi) Tecnologia e outros recursos materiais - Mediação Tecnológica na Aprendizagem. Cada uma dessas dimensões ajuda a moldar um ecossistema educomunicativo enriquecedor e dinâmico, propiciando uma aprendizagem transformadora (Martini, 2019).

A necessidade de incluir práticas inclusivas na mediação tecnológica é discutida amplamente na literatura de educomunicação. Conforme Martini et al.

(2023), a educomunicação serve como uma ponte para a inclusão social, fornecendo aos alunos ferramentas para entender e interagir com a mídia de maneira crítica e consciente. A audiodescrição, não apenas facilita o acesso ao conteúdo para aqueles com deficiências visuais, mas também enriquece a experiência educacional para todos os alunos, promovendo uma maior conscientização sobre a diversidade e a inclusão.

Segundo Martini (2020), a implementação de tecnologias de comunicação acessíveis em ambientes educativos amplia o escopo da educação midiática para incluir todos os alunos, garantindo que a educação para a mídia seja verdadeiramente inclusiva e equitativa. Essa abordagem argumenta que a educomunicação eficaz deve transcender a transmissão de conhecimento para facilitar experiências significativas que promovam a inclusão e o respeito mútuo.

Conclusão

O filme "A Fazenda" é um exemplo prático de como a educomunicação pode ser aplicada para desenvolver habilidades críticas e de produção midiática, ao mesmo tempo em que promove valores de inclusão e acessibilidade. Esta experiência destaca a importância de abordagens pedagógicas que não apenas ensinam sobre a mídia, mas também utilizam a mídia como um meio para alcançar uma cidadania mais informada e inclusiva. Ao integrar os jovens estudantes em um projeto de criação de mídia, o NCMTC e o programa Educom.Cine ajudaram a fomentar um ambiente de aprendizado mais inclusivo e representativo.

Referências

MARTINI, R. G. **Educomunicador como agente de integração das tecnologias de informação e comunicação na escola**. Doutorado em Ciências da Educação—Braga: Universidade do Minho, 2019.

MARTINI, R. G. **Las prácticas pedagógicas educomunicativas en la integración de la escuela con la globalidad**. In: ROMAN, G.; APAOLAZA, D.; IDOAGA, N. (Eds.). Metodologías y herramientas inclusivas en contextos educativos - Análisis y Estudios 16. Barcelona, Espanha: Editorial GRAÓ, 2020. p. 207–220.

MARTINI, R. G.; KUIKURO, T.; COELHO, J. **Educomunicação: criação, representação e arte**. In: BARRETO, C. P. DE S. et al. (Eds.). Educação midiática no combate à desinformação – o papel da arte. Brasília, DF, Brasil: Iandê Comunicação e Educação, 2023. p. 54–72.

MARTINI, R. G.; GARCEZ, A. F.; SARTORI, A. S. **As práticas pedagógicas educacionais na integração das agências de formação: um estudo de caso do Programa de Extensão Educom.Cine**. Educação Online, v. 18, n. 43, p. e23184303, 29 maio 2023.

SARTORI, A. S. **Ecossistema educacional: comunicação e aprendizagem em rede**. Revista Linhas, v. 22, n. 48, p. 62–79, 28 abr. 2021.

SOARES, I. DE O. **Educomunicação e transformação social no Brasil, na América Latina e na Europa**. In: MORAES, C. H. DE; KOFFERMANN, M.; RADDATZ, V. L. S. (Eds.). Educação para democracia e cidadania. Brasília, DF, Brasil: EDEBE Brasil, 2023. p. 47–65.

Curtas-metragens como ferramenta de apoio no ensino de temas sensíveis em aulas de história¹

Camilly Evelyn Oliveira Maciel²

Temas sensíveis e a importância de ensiná-los em sala de aula

As organizadoras Araújo, Silva e Santos no livro “Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho” apresentam o seguinte conceito para “temas sensíveis”:

A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil) (Araújo, Silva, Santos, 2013).

Maria Araújo (2013) complementa que esses temas são considerados sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas também porque ainda não há, na sociedade, um consenso sobre como falar sobre, uma vez que, em muitos casos, há várias versões da história ainda em disputa.

Segundo Maria Eduarda Magro, no vídeo “Como trabalhar com história oral em temas sensíveis?”, publicado no canal “História-se”, “tema sensível é o nome que se dá a eventos históricos que foram marcados por situações de violência e de violação dos direitos humanos que causaram experiências traumáticas nas pessoas que passaram por isso.” (Magro, 2020). Assim, outros exemplos de temas que podem ser considerados sensíveis são: violações dos Direitos Humanos ou dos Direitos das Mulheres ou temas como religião, gênero, escravidão, tortura, abuso sexual.

Desse modo, surgem as questões: como se deve ensinar, nas escolas, sobre esses temas sensíveis? Qual a importância de ensiná-los? Eles devem ser ensinados?

Falar sobre os temas sensíveis gera desconforto social, mas esses temas precisam ser estudados e ensinados, pois ensinar História é estimular e provocar os alunos a terem um pensamento crítico, bem como desenvolverem reflexões em torno dos temas trabalhados, promovendo assim o respeito (Pereira, 2017).

Curtas-metragens como ferramentas de apoio

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís – Maranhão. E-mail para contato: camilly.maciell@discente.ufma.br.

Atualmente, vivemos em um mundo rodeado pela tecnologia digital, que influencia a forma como vivemos e nos comunicamos. As atuais gerações são conhecidas por estarem “sempre conectadas” utilizando os dispositivos tecnológicos não só para diversão, lazer e comunicação, mas também para o aprendizado. Devido a isso, os estudos em relação a utilização de audiovisuais em sala de aula estão aumentando cada vez mais.

Com jovens que tendem a se adaptar e preferir estudar através dos meios digitais/tecnológicos, as escolas precisaram inovar os seus métodos de ensino para se adequar às novas demandas dessa geração e despertar o interesse dos alunos pelas aulas (Soares, 2000). Para Circe Bittencourt (2009, 108), “as mudanças culturais provocadas pelos meios audiovisuais e pelos computadores são inevitáveis pois geram sujeitos com novas habilidades e diferentes capacidades de entender o mundo”.

Uma maneira de inovar o sistema educacional, é a exibição de filmes de curta-metragem em sala de aula — não como um “mero complemento” — mas como uma forma de transformar os conteúdos passados em sala de aula como mais interessantes e menos conteudistas (Duarte, 2017; Neri, Santana, Mendes, 2012). Para isso, é preciso que os professores e a escola estejam capacitados para utilizar essas abordagens tecnológicas: os centros de ensino precisam estar equipados com equipamentos para a exibição de filmes (como projetores, *datashows*, caixas de som, notebooks) além de salas de multimídia, se possível (Duarte, 2017; Rufino, 2020). Já os educadores necessitam de suporte para a utilização dos audiovisuais, como formações voltadas para o ensinamento de noções básicas de informática e utilização de filmes.

É de extrema importância que as escolas se adaptem aos novos métodos de ensino, uma vez que o ensino tradicional está em crise (Carmo, 2009), com alunos cada vez mais desmotivados e desinteressados nos estudos. Para Maria Santos,

no mundo contemporâneo estamos imersos em imagens (paradas ou em movimento) que nos trazem não apenas informações visuais, mas significam a realidade. Neste universo em que o imagético é hegemônico, é necessário que as imagens venham fazer parte do contexto escolar, assim como é do cotidiano do aluno, com o fito de problematizá-las e decodificá-las (SANTOS, 2009, p. 7).

Assim, uma forma de chamar a atenção dessa geração que pertence à “cultura das mídias” para o estudo, é trazer um aparato da realidade deles — o audiovisual — para dentro de sala de aula, ajudando-os, desse modo, a exercitar uma interpretação crítica através de análises do filme e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem (Santos, 2009).

Para utilizar filmes — sejam eles de curta ou longa metragem — em sala de aula é necessário que se tenha um rigor metodológico que envolve pesquisas a respeito desse recurso didático. É preciso que os professores estudem a respeito da obra que será utilizada, outros pontos para serem levados em consideração ao utilizar filmes como recurso didático são: (1) elaboração de questões norteadoras para serem debatidas depois da exibição do filme; (2) formação de grupos de debates; (3)

utilização, se necessário, de textos de apoio para os alunos; (4) articulação do conteúdo presente no filme com o que está sendo estudado em sala, entre outros procedimentos que o professor achar necessário (Napolitano, 2009; Rufino, 2020).

Para Napolitano (2003, p. 14) “é preciso que o professor atue como mediador, não apenas preparando a classe antes do filme como também propondo desdobramentos articulados a outras atividades, fontes e temas”. Ou seja, utilizar curtas-metragens em sala de aula está para além do uso da tecnologia, é preciso levar em consideração a própria forma de comunicação entre professor e aluno, tendo em vista que a comunicação é responsável pela difusão das informações e o cinema é um recurso que entrelaça a mídia e a educação (Rufino 2020).

Ensinando sobre temas sensíveis em sala de aula

Como visto, estudar História está para além de obter conhecimentos sobre o passado, a História possui, entre outras finalidades, contextualizar o mundo em que vivemos; desenvolver um raciocínio e uma análise crítica das informações a nossa volta, que muitas vezes são incompletas ou falsas, e desenvolver a empatia, através de estudos sobre as resistências de povos que lutaram e lutam por igualdade, justiça ou direitos essenciais a vida.

O filme consegue não somente ilustrar um conteúdo como também contextualizá-lo, aprofundá-lo, diversificá-lo (Silva, 2019). Além de tornar a aula mais dinâmica, a utilização do cinema também estimula os jovens a desenvolverem habilidades como a formação de pensamentos críticos — promovendo análises diversas através da mídia utilizada, favorecendo também interpretações diversificadas, debates e troca de ideias entre os alunos (Rufino, 2020).

Ademais, os curtas-metragens são recursos eficientes para serem utilizados no ensino devido ao seu curto tempo — que se adequa ao horário de aula das escolas, que possuem, geralmente, entre 40 a 50 minutos (Rufino, 2020). Apesar da curta duração do filme, os curtas conseguem trazer a história de forma clara e concisa, o que contribui para o entendimento do assunto pelos alunos.

Assim, essa ferramenta torna-se importante no processo de ensino sobre temas considerados sensíveis, que devem ser ensinados em sala de aula para contribuir com a formação de uma concepção crítica nos alunos (Araújo, Silva, Santos, 2013).

Dessa maneira, os educadores precisam encontrar formas de ensinar sobre certos temas tidos como sensíveis, mesmo não sendo uma tarefa simples. Anita Carneiro (2021), em um vídeo publicado em seu canal “Historia-se”, “Como trabalhar com temas sensíveis em sala de aula?” organiza passos que podem ser seguidos para abordar os temas sensíveis em sala de aula: para a historiadora, o primeiro passo a ser feito é “trabalhar com os sentimentos”, ou seja, dialogar com os alunos sobre o conteúdo a ser estudado e ouvir o que os educandos já sabem sobre o tema, antes de se aprofundar no conteúdo. Isso pode ser feito através de grupos de debates

ou rodas de conversa, criando-se um ambiente em que os alunos vão se sentir à vontade para dialogar e expressar suas opiniões (Carneiro, 2021).

O outro passo é “trabalhar com a mídia” na construção do discurso histórico, ou seja, trazer recursos como jornais, podcasts, audiovisuais — filmes, séries, documentários — que fortalecem o aprendizado do educando. Algumas vantagens do uso de filmes, como a elevação do senso crítico e o estímulo à empatia, são fundamentais para o ensino de temas sensíveis em sala de aula. Além disso, os filmes também (1) formam a capacidade de julgar, (2) desenvolvem a tolerância, (3) possibilitam a criação de uma consciência coletiva, (4) provocam o olhar crítico acerca da realidade, (5) ensinam a respeito de valores e crenças, além de (6) exporem as visões de mundo de diferentes grupos sociais (Abud, 2003; Nascimento, 2008; Duarte, 2017).

De acordo com Lagny (2012, p. 38) “o filme é uma ‘experiência sensível da história’, seja através das falas, da emoção que os atores expressam ao incorporarem o personagem, do cenário apresentado na tela”. O educador, ao utilizar ferramentas como o curta-metragem — que ampliam o processo de ensino-aprendizagem — consegue trabalhar de maneira mais didática e lúdica assuntos que são de extrema importância para o convívio em sociedade e que muitas vezes são vistos como sensíveis e difíceis de trabalhar, como períodos de instabilidades sociopolíticas (períodos ditatoriais, conflitos, guerras, genocídios) desigualdade de gênero e raça (violências contra mulheres, racismo) e vulnerabilidade dos Direitos Humanos durante determinadas épocas.

Referências

ABUD, Kátia Maria. **A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino**. História, Franca, v. 22, n. 1, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desiree dos Reis. [Orgs.]. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2009.

CARNEIRO, Anita. **COMO TRABALHAR COM TEMAS SENSÍVEIS EM SALA DE AULA? | Historiar-Se**. YouTube, 17 de outubro de 2021. 10min12s. Disponível em: >
<https://www.youtube.com/watch?v=7Wxhcm8YwCo><. Acesso em: 04/03/2024.

DO CARMO, Livia Silveira. **O USO DE FILMES DE ANIMAÇÃO NAS AULAS DE HISTÓRIA**. III EDIPE — Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2009.

DUARTE, Rosália. **Cinema & educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LAGNY, Michèle. **Imagens audiovisuais e história do tempo presente**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 23–44, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012023. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012023>. Acesso em: 03/03/2024.

MAGRO, Maria Eduarda. **COMO TRABALHAR COM HISTÓRIA ORAL EM TEMAS SENSÍVEIS? (com Maria Eduarda Magro) | Historiar-se**. YouTube, 14 de Junho de 2020. 21min31s. Disponível em: >https://www.youtube.com/watch?v=HmUA9IRD8_A <. Acesso em: 04/03/2024.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o Cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCIMENTO, J. C. **Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 5, ano 5, n. 2, abr./ maio/jun. 2008.

NERI, L. S; SANTANA, D. S; MENDES, L. A. M. **O POTENCIAL PEDAGÓGICO DO CINEMA NA ESCOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**. COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 6., 2012, São Cristóvão. Anais eletrônicos... São Cristóvão: EDUCON, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/>. Acesso em: 17/05/2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, n. 19, p. 12-24, 2000.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História, dever de memória e os temas sensíveis**. Anais do Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos, v. 2, 2017.

RUFINO, Yndrews Filliph Ferreira. **Uso de filmes e curtas como recurso de apoio pedagógico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020.

SILVA, Deleon Souto Freitas da. **O uso do cinema na escola: a construção de aprendizagens a partir de filmes**. 2019. TCC (Licenciatura Pedagogia)- Universidade Federal da Paraíba, Patos, Paraíba, 2019.

SANTOS, J, and NICOLAU, R. B. F. **O Gênero Curta Metragem como Objeto de Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Produção Textual**. In: ARANHA, S.D. G., and SOUZA, F. M., eds. Práticas de ensino e tecnologias digitais [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2018, pp. 181-212. Ensino e aprendizagem collection, vol. 3. ISBN: 978-85-78795-26-9. <http://doi.org/10.7476/9786586221657.0008>.

SANTOS, Maria Lucia Lopes. **O uso de filmes no ensino de história**. 2009. Arquivo Eletrônico. Programa de Desenvolvimento Educacional, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, [sine data]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1994-8.pdf> Acesso em 03/03/2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, n. 19, p. 12-24, 2000.

Estudantes influenciadores digitais: agentes de dialogicidade nas escolas¹

Flávia Paes do Amaral Casseiro²

Introdução

Levando em consideração que vivemos em uma sociedade hiperconectada, plataformizada e volátil, na qual

A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos atordoados pela embriaguez de comunicação e informação (HAN, 2022, p. 25)

Consequentemente, percebemos uma crescente preocupação com o impacto desta imersão tecnológica em ambientes escolares, visto que

A cibercultura reconfigura a educação e converte valores do universo tech em sentidos e efeitos práticos para os processos de socialização. À medida que conformam um fenômeno cultural, as tecnologias adentram os espaços educativos como instrumentos, ambiências e conteúdos que compõem determinados repertórios e situações que, por sua vez, demandam habilidades e competências específicas. (PRAZERES, 2022, p. 46)

Nesta conjuntura, observamos os desafios impostos ao campo da Educação, no que tange o estabelecimento das aprendizagens, bem como da consolidação de espaços dialógicos, inerentes à comunidade escolar. Sendo assim, entendemos que é urgente viabilizar o encontro entre Educação e Comunicação, partindo da

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestra em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, Especialista em Gestão Estratégica da Educação pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançado - IBTA, Licenciada em Pedagogia e Tecnóloga em Gestão de Marketing, pela Universidade São Marcos. Atualmente, é professora titular de Ensino Médio e Técnico no Centro Paula Souza (CEETPS), na Escola Técnica Estadual de Sapopemba, localizada no município de São Paulo -SP. Experiência na área de gestão educacional e escolar, bem como na avaliação de bancas para seleção em concursos públicos estaduais para as áreas pedagógica e de gestão. Pesquisadora no grupo de estudos Influcom (ECA-USP). Contato: fp.amaral86@gmail.com

compreensão de que “[...] os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada uma a seu modo, educam e comunicam.” (SOARES, 2011, p. 18), portanto se faz necessário (re)pensar ações educomunicativas que estimulem a dialogicidade.

À vista disso, este trabalho intitulado: Estudantes influenciadores digitais: agentes de dialogicidade nas escolas, visa apresentar o *Influetec*, um projeto educomunicativo que, busca dialogar com estudantes a partir do esboço de um programa de influência digital, estruturado para instituições de ensino que desejam conceber a comunicação por meio de estudantes influenciadores digitais, ou seja, desenvolver pessoas que possuem habilidades, competências e “poder de colocar discussões em circulação” (KARHAWI, 2017, p. 48).

Educomunicação: ler e intervir no mundo

Para realizar esta reflexão, partimos da compreensão que há diversas possibilidades para observarmos as interrelações entre comunicação e educação, porém temos por base o entendimento que, enquanto práticas sociais, educação e comunicação não são ações verticalizadas que buscam ser disseminadoras de informação.

Dessa forma, o processo colaborativo entre educação e comunicação no qual “só o diálogo comunica” (FREIRE, 1976, p.115), fica intrínseco o conceito de que a Educomunicação se coloca à disposição do desenvolvimento do pensamento crítico, do encorajamento em ensinar as pessoas a pronunciarem suas próprias palavras, escreverem suas histórias, se utilizando da comunicação, bem como dos diversos recursos tecnológicos como praxis propulsores da cidadania.

Nesse sentido, lembramos que vivenciamos em uma sociedade que se encontra no ápice do desenvolvimento tecnológico, com a ampliação das diversas ferramentas e plataformas de comunicação, diretamente conectadas a busca por visibilidade, da mesma forma que, a intensificação do uso de Inteligência Artificial, potencializando a hiperconexão e a midiaticização das relações sociais.

Diante do exposto, a escola precisa ser pensada como um lugar de presença com o mundo, como instrumento na trajetória da formação de cidadãos do mundo, ou

seja, um espaço de relações sociais e humanas, que contribui tanto para a manutenção da sociedade, bem como para suas transformações. Nesse sentido, reforçamos que a educomunicação não deve ser observada apenas como troca de informações e/ou conteúdos, mas refletida como elemento da transversalidade. Desse modo, a Educomunicação nos leva a compreender que

É necessário ir do mundo editado à construção do mundo.[...] O mundo, hoje, é trazido até o horizonte do universo no qual nos inserimos. Ele nos chega através de relatos, eles próprios, já eivados da subjetividade de quem os produz. É deles que partimos para nossa reflexão. O mundo é editado, ou seja, ele é redesenhado num trajeto que passa por centenas, às vezes milhares, de mediações, até que se manifeste no rádio, na televisão, no jornal, na cibercultura. (BACCEGA, 2009, p.25)

Neste contexto, a Educomunicação que tem por base a relação dialógica entre as áreas de saber da Educação e da Comunicação, vai ao encontro de Freire, no que tange a importância da leitura para além da leitura de palavras, ou seja, ele nos ensina que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p.9), em outras palavras, é preciso compreender que antes da leitura de palavras, faz-se necessário a leitura do mundo, isto é, o estabelecimento dos saberes precisa estar fundamentado na realidade vivida, pois só assim pessoas poderão transformar o mundo.

Em consideração a isso, questionamos: como conseguir o engajamento de estudantes na ampliação de espaços dialógicos junto a comunidade escolar? De que forma ações educacionais podem corroborar com a dialogicidade? A vista disso, viabilizamos o Inlucom como uma possibilidade de encontrar caminhos, a partir da formação de educandos em estudantes influenciadores(as) digitais, tema que será aprofundado e discutido ao longo do próximo tópico.

Inlucom: um novo ecossistema educacional

Levando em consideração que “a educomunicação - enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas - não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente.” (SOARES, 2011, p. 37), e buscando considerar a dialogicidade e a leitura de mundo como fontes para o fortalecimento da identidade da instituição de ensino, o zelo pela

imagem e reputação da escola e, principalmente, como convite aos estudantes a serem sujeito da história, que se lança na busca constante do conhecimento de si mesmo e do mundo em que faz parte, estruturamos o *Influcom*.

Antes de detalharmos esta ação educacional, se faz necessário refletir acerca da importância dos influenciadores digitais na contemporaneidade, visto que “podemos entender a influência digital como espírito de um tempo, que deságua em diversas possibilidades”. (CASSEMIRO, 2023, p. 50). Além disso, podemos observar o crescente interesse acadêmico a respeito desta figura que vêm sendo nomeada como: blogueiros, influenciadores digitais, criadores de conteúdo, ou ainda de acordo com as plataformas em que atua (youtubers, tiktokers).

Nesse sentido, a figura 1 demonstra, por períodos de tempo, as expressões mais utilizadas, o que nos leva a compreender que o termo influenciador digital está presente mais fortemente a partir dos anos de 2014 e 2015 e que desde 2022 existe um entendimento que passa a denominá-los, também, como *creators*.



Figura 1: evolução da nomenclatura envolvendo os agentes influenciadores digitais

Fonte: TERRA (2023, p. 6)

Para além da nomenclatura, há diversas possibilidades para conceituar um influenciador digital, entre elas destacamos:

A definição é regida por aspectos quantitativos como número de seguidores, no entanto, independente do tamanho da audiência do influenciador digital em questão, a personalidade é imperativa e definidora da relação dos influenciadores com seus próprios públicos. (KARHAWI, 2021, p. 212)

Nesse contexto, realizamos o exercício de desenvolver um ecossistema da influência digital para ambientes escolares, conforme podemos observar na figura 2.



Figura 2: ecossistema da influência digital em ambientes escolares

Fonte: CASSEMIRO (2023, p.51)

Para além do ecossistema da influência digital, que reflete a participação dos atores que compõem a comunidade escolar como seres dialógicos, que corroboram na disseminação do conhecimento, conseguimos aplicar essa vivência a partir de uma pesquisa ação realizada com estudantes, com o propósito conscientizá-los de que são capazes de intervir nas relações que se estabelecem no ambiente escolar.

O desenvolvimento desta ação educacional, contou com a parceria firmada com a Escola Técnica Estadual de Sapopemba, uma das unidades de Ensino Médio e Técnico que compõem o Centro Paula Souza e que está localizada no bairro periférico Fazenda da Juta, zona leste da cidade de São Paulo. As atividades aconteceram entre os meses de julho a dezembro de 2022, com a participação voluntária de seis estudantes matriculados nos 2º e 3º anos do Ensino Médio com Habilitação em Marketing (menores de idade) autorizados por seus responsáveis legais.

Nesse sentido, o *Influetec*, programa de influência interno para estudantes foi estruturado em um site, que buscou reunir as principais informações do projeto, que ocorreu no contraturno das aulas, com objetivo de compartilhar saberes e estabelecer a dialogicidade entre participantes e a comunidade escolar. Após o encerramento do projeto, foi realizada uma entrevista junto aos participantes, que nos auxiliam na seguinte compreensão: “encontramos na figura do(a) educando(a) influenciador(a)

digital um caminho possível para amplificar a interação junto aos demais integrantes da escola” (CASSEMIRO, 2023, p. 85).

Considerações Finais

Rememorando a trajetória proposta neste estudo, partimos do entendimento da sociedade à qual estamos inseridos, destacando o poder e a centralidade da comunicação na atualidade, o que nos leva a observar a importância da educação como espaço dialógico no desenvolvimento de estudantes conscientes de seu papel na sociedade. Consequentemente, a Educomunicação se torna essencial, pois possibilita o desenvolvimento de ecossistemas educacionais que viabilizem atitudes autônomas, democráticas.

Nesse sentido, surge o Influetec, ação educacional que corrobora na busca conscientizar o estudante de seu papel na sociedade e, consequentemente, dentro da instituição escolar. Da mesma maneira que as escolas ao utilizarem o espaço tecnológico midiático como ferramenta pedagógica possibilita vivências relacionadas ao mundo que os cercam os estudantes, como por exemplo a compreensão de conceitos relacionados a economia do criador. Além disso, acreditamos que a implementação do Ecossistema da influência digital para ambientes escolares, pode contribuir para fortalecer os laços entre a comunidade escolar.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica**. Comunicação & educação, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009.

CASSEMIRO, Flávia Paes do Amaral. **A escola de cara nova: caminhos e possibilidade na implementação de um programa de influência digital**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2023.

CASSEMIRO, Flávia Paes do Amaral. **Influetec**. Página inicial. Disponível em: <https://sites.google.com/view/influtec/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio**. Editora Paulinas, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Editora Vozes, 2022.

KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão**. In: CARVALHO, Eric de & TERRA, Carolina F. Revista Comunicare. Dossiê Influenciadores Digitais. Volume 17 – Edição 2 - 2º Semestre de 2017. Disponível em: <https://revistacomunicare.casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/sites/5/2020/12/comunicare17-especial.pdf>. pp. 46-61.

PRAZERES, Michelle. **Tecnologias, aceleração e educação: aproximações entre as noções de aceleração social do tempo, moderna socialização escolar e cultura slow**. Comunicação & Educação, v. 27, n. 1, p. 45-60, 2022.

TERRA, Carolina F. **De influenciadores digitais a creators: mais possibilidades para a Comunicação Organizacional?**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT2) Comunicação, Inovação e Tecnologias, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 10 a 12 de maio de 2023.

Como utilizar as diferenças entre nativos e imigrantes digitais em uma sala educ comunicativa¹

Clara Dos Passos Zancan Rodrigues²

Carlos Alberto Coletto Burger³

Bruno Cesar Ribeiro⁴

Taís Steffenello Ghisleni⁵

A sociedade está experimentando uma transformação impulsionada pelo avanço contínuo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sendo essa transição frequentemente descrita como um marco paradigmático. Castells (2005) refere-se a esse fenômeno como "sociedade em rede", enquanto Hargreaves (2003) adota o termo "sociedade do conhecimento", ambos sublinhando a interconexão global e a primazia do conhecimento como recurso principal na nova configuração social.

O estabelecimento de uma rede global de conhecimento impõe desafios à educação, em especial no que tange à necessidade de reformular o processo pedagógico para se adequar aos perfis emergentes de docentes e discentes da era digital. Esses perfis demandam práticas que promovam uma aprendizagem significativa, onde o aluno é agente autônomo e ativo na construção de seu conhecimento (Coutinho e Lisboa, 2011). Esse contexto proporciona a base para a formulação de uma nova cultura e paradigma educacional.

Na visão de Soares (2011), o desenvolvimento de uma sala de aula educ comunicativa é fundamental para alinhar essas transformações tecnológicas com a prática pedagógica. Ao atuar como mediadores, os professores devem não apenas facilitar o acesso ao conhecimento, mas também capacitar os alunos a

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, zancanclarapassos@gmail.com.

³ Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, hcoletto@gmail.com

⁴ Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens. Professor do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, brunocribeiro01@gmail.com

⁵ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

compreenderem criticamente as mensagens midiáticas e a interagirem de forma ativa com a informação. Tal abordagem é necessária em um cenário de desinformação e excesso de conteúdo digital, onde as competências comunicativas tornam-se essenciais para o discernimento e a participação cidadã.

A partir do novo paradigma educacional, as tecnologias digitais provocam impactos significativos na educação, impulsionando a criação de uma inteligência coletiva e a valorização de múltiplos saberes e experiências. O objetivo central é promover métodos dinâmicos de ensino e aprendizagem, capazes de dialogar com as diversas realidades dos sujeitos imersos na era digital, favorecendo uma prática educacional mais inclusiva e conectada ao cotidiano dos alunos.

Segundo Santos, Scarabotto e Matos (2011) a comparação entre imigrantes e nativos digitais revela diferenças no uso das tecnologias e variações nos modos de aprender e se comunicar. Enquanto os imigrantes digitais, de gerações anteriores à popularização da internet, tendem a valorizar processos lineares de aprendizagem, mais estruturados e sequenciais, os nativos digitais demonstram maior facilidade em lidar com múltiplas fontes de informação simultaneamente. Prensky (2001) ensina que os nativos têm um senso de imediatismo, sendo capazes de alternar entre tarefas e plataformas digitais com fluidez, o que reflete seu ambiente de formação, onde a informação é vasta e instantaneamente acessível. Em contrapartida, os imigrantes trazem a vantagem de uma abordagem mais reflexiva e crítica em relação às tecnologias, devido à sua experiência prévia em contextos não digitais.

Para Morales (2022), a construção de uma sala de aula que considere essas diferenças é fundamental para a inclusão e equidade educacional, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua familiaridade com as TIC, possam participar ativamente do processo de aprendizagem. A abordagem de Soares (2011) acerca da educomunicação destaca a importância de formar uma "consciência crítica" nos alunos, habilitando-os a interpretar e interagir de maneira ativa e reflexiva com os meios de comunicação. Esse processo vai além da simples transmissão de conteúdos curriculares; envolve capacitar os estudantes a questionarem e avaliarem criticamente as mensagens midiáticas, um aspecto de grande relevância no cenário contemporâneo, marcado pela fácil acessibilidade à informação, que nem sempre se traduz em conteúdo confiável ou de qualidade. Nesse sentido, "educar para a democracia é ensinar desde cedo o valor da liberdade de expressão, da liberdade de

imprensa, do respeito às diferenças, da pluralidade, da tolerância, da empatia, da preservação dos direitos políticos, das liberdades civis, da transparência, do livre acesso à informação e, principalmente, do respeito às liberdades individuais para a construção da cidadania” (Ferrari, Ochs e Machado, 2020, p. 7).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo explorar as possibilidades de construção de uma sala de aula educ comunicativa, com o intuito de potencializar as particularidades geracionais no uso das tecnologias. Nossos objetivos específicos incluem identificar as principais diferenças entre nativos e imigrantes digitais, especialmente no uso das TIC e suas implicações no processo de aprendizagem; observar como essas diferenças influenciam a dinâmica educacional, com foco em práticas pedagógicas educ comunicativas; e avaliar o impacto de uma sala de aula educ comunicativa no desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva frente ao excesso de informação digital.

A metodologia adotada será predominantemente bibliográfica e exploratória. A abordagem qualitativa (Michel, 2015), com a realização de revisão bibliográfica (Gil, 2007), inclui a literatura existente sobre educ comunicação, com ênfase nos trabalhos de autores que discutem as transformações tecnológicas e educacionais, como Castells (2005), Hargreaves (2003), Soares (2011), Prensky (2001) e Morales (2022). A análise se concentrará em identificar práticas pedagógicas que fomentem a aprendizagem significativa e a mediação crítica das tecnologias em sala de aula.

Além disso, o estudo incluirá a análise de conteúdo de práticas já implementadas em ambientes educacionais, observando como as diferenças entre nativos e imigrantes digitais são tratadas. Essa abordagem permitirá explorar as potencialidades e os desafios de uma sala educ comunicativa que se adapta às novas exigências da sociedade digital.

A incorporação de tecnologias de inteligência artificial, como o GPT, na educação oferece novas possibilidades para transformar a sala de aula em um espaço interativo e personalizado (Kaufman, 2022). A inteligência artificial pode facilitar a criação de ambientes de aprendizagem que se ajustem às necessidades individuais dos alunos, além de respostas em tempo real e recursos que estimulam a autonomia e o engajamento. Dessa forma, uma sala de aula educ comunicativa torna-se relevante, uma vez que os alunos, em ampla maioria nativos digitais, têm facilidade

com essas ferramentas, mas precisam ser preparados para navegar criticamente em um ambiente digital cada vez mais mediado por algoritmos e IA.

A presença de imigrantes e nativos digitais no mesmo espaço educativo cria oportunidades para práticas intergeracionais, nas quais os nativos podem aprender com a abordagem analítica e reflexiva dos imigrantes, enquanto estes últimos se beneficiam da fluência tecnológica dos mais jovens. A integração dessas gerações promove um ambiente colaborativo, onde o aprendizado é construído em conjunto, respeitando as diferentes habilidades e estilos de interação com o digital. Essa sinergia pode ser potencializada por metodologias educacionais, que valorizam tanto a mediação do professor quanto o protagonismo dos estudantes.

A sala de aula educacional é uma inovação necessária no contexto educacional contemporâneo, especialmente ao considerar as diferenças entre nativos e imigrantes digitais. Essas distinções, quando reconhecidas e trabalhadas, podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, promovendo uma prática mais inclusiva e crítica. O estudo contribui para o desenvolvimento de uma pedagogia que valorize as múltiplas formas de interagir com a informação e que capacite os alunos para participarem ativamente da sociedade em rede.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- COUTINHO, Clara.; LISBÔA, Eliana. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI**. Revista de Educação, v. XVIII, n. 1, p. 5-22, 2011.
- FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento: A Educação na Era da Insegurança**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto: Porto Editora, 2003.
- KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte, Autentica, 2022.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORALES, Ofelia Elisa Torres. **Educomunicação e ecossistemas comunicativos em tempos de convergência**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2022.

SANTOS, Marisilvia dos; SCARABOTTO, Suelen do Carmo dos Anjos; MATOS, Elizete Lucia Moreira. Imigrantes e nativos digitais: um dilema ou desafio na educação? In: **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUPR, nov. 2011. Disponível em: https://silo.tips/download/imigrantes-e-nativos-digitais-um-dilema-ou-desafio-na-educaao#google_vignette. Acesso em: 04 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

PRENSKY, Marc. **Digital natives, digital immigrants: do they really think differently?** On the horizon, v. 9, n. 6, 2001.

Literatura falada: o podcast como prática educomunicativa sobre obras indicadas para vestibulares¹

Vanessa de Souza Pagnussat²

Carlos Henrique da Costa Barreto³

Taís Steffenello Ghisleni⁴

Ismar Soares (2000, p. 20), professor brasileiro especialista em educação e tecnologia, afirmou que o grande salto metodológico para os educadores futuros não se trata de educar usando a comunicação, “mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos” – ponto que hoje confirmamos com precisão. Conforme Buckingham (2022, p. 24), “a mídia está em toda parte [...] os jovens agora passam o equivalente a um dia por semana em seus celulares, conferindo-os pelo menos 150 vezes por dia”. Em outras palavras, a educação contemporânea enfrenta o desafio de adaptar suas práticas para atender às demandas desse mundo midiaticizado em constante mudança. E vale reforçar que as habilidades que precisamos “em relação à mídia digital não são só para a recuperação de informação” (Buckingham, 2010, p.49).

O podcast é exemplo de um formato digital o qual se consolidou como mídia popular e acessível, permitindo aos usuários consumirem conteúdo em áudio sob demanda, adaptando-se ao seu ritmo e preferências. No Brasil, o formato atingiu relevância, com plataformas como Spotify, Apple Podcasts e Google Podcasts liderando o mercado. Cerca de 57% dos ouvintes brasileiros começaram a consumir podcasts durante a pandemia, e 43% já ouviam antes, com muitos aumentando a frequência de escuta. Esse crescimento reflete a versatilidade do podcast, que abrange uma ampla gama de temas – desde entretenimento, comédia, cultura, estilos de vida até a educação – além de atender especialmente as gerações mais jovens,

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, vanessa.pagnussat@ufn.edu.br

³ Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, carloshcb123@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br

como Y e Z. Atualmente, o Brasil possui mais de 30 milhões de ouvintes de podcasts (Telexa, 2020).

Paralelamente, o ensino de língua portuguesa, especialmente em relação à leitura de obras literárias, desempenha um papel importante na formação dos alunos dessas mesmas gerações: cerca de 80% daqueles que finalizam o ensino médio têm a intenção de ingressar no ensino superior por meio de vestibulares (SEMESP, 2024), nos quais essas obras são exigidas, de diferentes períodos literários brasileiros. Elas exigem capacidade de análise e interpretação crítica, por isso a aprendizagem sobre elas também se torna um desafio formativo. Desse modo, em um cenário onde a formação crítica e a capacidade de interpretação são valorizadas, caminhos por meio da comunicação aparecem para promover esse aprendizado.

Conforme o Instituto Palavra Aberta (2024), a tecnologia democratizou o acesso ao conhecimento, expandindo os limites da sala de aula, e o papel dos educadores é o de preparar o jovem para tirar o melhor proveito desse ambiente. Assim, a prática da leitura deve ser dinâmica e contextualizada para otimizar o envolvimento dos alunos – e pode fazer uso da tecnologia contemporânea, tanto quanto da comunicação. Por conseguinte, uma prática formativa que une tanto a educação quanto a comunicação tem se tornado bastante popular no cenário de ensino nessa Era de mídias: a Educomunicação.

A partir do contexto exposto, a problemática que contempla o cenário midiático nos guiou neste trabalho, ao mesmo tempo em que unimos as temáticas de educomunicação, ensino de literatura e podcasts: **como o podcast, enquanto prática educacional, pôde ser pensado e utilizado no aprendizado de obras literárias indicadas para vestibulares?**

Este trabalho teve por objetivo geral propor, a partir de uma análise bibliográfica, o desenvolvimento e a aplicação de podcasts como prática educacional para promover a leitura e o aprendizado sobre obras literárias indicadas para vestibulares. O estudo foi dividido em duas partes: inicialmente, abordamos o conceito de educomunicação e seus desdobramentos em processos educativos. Em seguida, exploramos o formato podcast enquanto prática educacional, analisando seus usos e suas potencialidades na educação a partir de um levantamento bibliográfico sobre as recorrências dessa prática.

A metodologia adotada para este trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica que analisou o uso de podcasts na educação, principalmente, aqueles os quais abordam as obras literárias exigidas nos vestibulares.

Soares (2014) relata que, no final da década de 1990, o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação permitiu a troca de ideias entre especialistas em educação para a comunicação e educadores para a mídia. Desse evento, surgiu o conceito de Educomunicação, que integra educação e comunicação para aprimorar processos de ensino e aprendizagem. Na prática, Educomunicação envolve o educador guiando os alunos na apropriação de uma mídia e sua linguagem, com o objetivo de promover o aprendizado, seja de forma geral ou direcionada a um tema específico.

Essa prática foi estabelecida como vertente da Educação Midiática que, segundo Ferrari, Machado e Ochs (2020), concentra-se no entendimento e uso crítico dos meios de comunicação, subdividindo-se em três eixos dotados de competências específicas: a leitura, a escrita e a participação midiática. A educomunicação, por sua vez, converge na área do ensino, transportando as competências desses eixos em práticas midiáticas que vão além dos métodos tradicionais de sala de aula, ao utilizar a comunicação para tornar a aprendizagem mais interativa e colaborativa.

Na segunda parte deste estudo, constatamos como o uso de podcasts pode contribuir para aprimorar o aprendizado dos alunos sobre diversas áreas, principalmente, no estudo das obras literárias indicadas para vestibulares, facilitando a compreensão e a análise crítica dos textos. Os podcasts, por sua flexibilidade e acessibilidade, são ferramentas essenciais para engajar os alunos e possibilita o desenvolvimento de habilidades de interpretação e crítica literária ao mesmo tempo em que podem desenvolver outras tarefas do dia a dia.

Os resultados indicaram que o uso de podcasts proporciona maior engajamento dos estudantes em vários outros componentes curriculares e, na literatura, é fundamental, uma vez que é um componente obrigatório da grade curricular das escolas e facilita a interpretação do texto oral e escrito.

Enfim, o uso do podcast pode facilitar a compreensão das obras literárias, bem como promover habilidades críticas e tecnológicas. Concluímos que essa prática foi eficaz, visto que aproxima os estudantes dos textos literários e pode prepará-los

melhor para os desafios dos vestibulares, incentivando-os a consumir mais os textos literários.

Referências

BUCKINGHAM, David. **Cultura digital, educação midiática e lugar da escolarização**. Educação & Realidade, v. 35, n. 3, set. – dec. pp. 37-58. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227078004.pdf>. Acesso em 06 set. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. Edições Sesc SP, 2022.

FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. **Educação Midiática**. Portal Educamídia. Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 11 set. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**. In: MORAES, Dênis (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.57-86.

SARTORI, A. S. **Ecossistema educacional: comunicação e aprendizagem em rede**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 62–79, 2021. DOI: 10.5965/1984723822482021062. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19624>. Acesso em: 10 set. 2024.

SEMESP. **Pesquisa aponta que 80% dos jovens querem ingressar no ensino superior em 2024**. 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2023/12/07/pesquisa-aponta-que-80-dos-jovens-querem-ingressar-no-ensino-superior-em-2024/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOARES, Ismar. de O. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/72037>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar. de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 12–24, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i19p12-24. Acesso em 10 set. 2024.

TELEXA, L. **O consumo de podcasts no Brasil**. Mídia Market, 3 out. 2020. Disponível em: <https://midia.market/conteudos/consumo/consumo-de-podcasts-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2024.

A mobilidade tecnológica na Amazônia sob a perspectiva da Educomunicação¹

Sandra Maria de Moraes Gomes²

Leila Adriana Baptaglin³

Introdução

Ao nos depararmos com o salto dado pela Inteligência Artificial (IA) e as profundas transformações que traz, participamos de um cenário onde as pessoas estão constantemente conectadas e a informação é uma das principais formas de se relacionar e obter conhecimento. A Era da Informação e dados nos coloca no mundo da evolução tecnológica e da computação pervasiva, de processos de convergência tecnológica e midiática. A tecnologia permeia todos os setores da vida humana, sobretudo em relação a mobilidade tecnológica e às possibilidades de criação e compartilhamento imediatos em sua característica mais desafiadora: a ubiquidade.

Para a Educação, o desafio de um mundo móvel e em constante transformação é significativo, com alunos habituados ao digital, rápidos nas buscas e acesso de conteúdos, mas dispersivos, com atenção difusa e fluida, ora numa página e imediatamente em outras duas ou três, continuamente saltando links. A comunicação é um aspecto importante para trabalhar o ensino e aprendizagem nesse cenário onde a informação é produzida e compartilhada em tempo real, adaptando-se a novas plataformas e linguagens de maneira veloz. Nesse contexto, os processos Educomunicacionais ganham relevância como método, cuja evolução aponta não apenas para os meios de comunicação, mas para os diferentes formatos, linguagens e plataformas de comunicação e informação contemporâneos.

Esta escrita é parte da tese que trata de Educomunicação e as interfaces com a inovação e a mobilidade tecnológica/tecnologia *mobile*. Uma das inquietações diz respeito a formação, onde se juntam professores e alunos, unidos no desafio de

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora do Curso de Jornalismo/UFRR; Doutora em Educação Doutorado em Rede EducaNorte/UFAM; Coordenadora do Projeto de Extensão FOCA na TV/CJOR/UFRR e Comunica CJOR.

³ Professora do Curso de Artes Visuais/UFRR; Professora do Mestrado UFRR e Doutorado EducaNorte.

otimizar aprendizado frente às possibilidades das novas tecnologias. Neste caso, a mais nova e onipresente de todas: a *plataforma mobile*.

Ao se inserir no Eixo Mediação tecnológica na educação esse artigo busca, na perspectiva da Educomunicação, identificar e trazer a criação de ecossistemas comunicacionais com potencial para atuar de forma efetiva e ágil nos processos de formação. Tal prática possibilita ampliar a formação de habilidades e competências no Ensino Superior, aprimorando práticas pedagógicas na formação para o pensamento crítico, solução de problemas, criatividade e inovação do indivíduo do século XXI, fortalecendo sua cidadania.

Definição do Problema

Visto que as mudanças e as transformações tecnológicas ocorrem num ritmo acelerado, a relação entre o desenvolvimento de saberes e linguagens para a mobilidade tecnológica/plataforma *mobile* na Educação é essencial para a formação do futuro profissional. Importante desenvolver uma combinação de habilidades e técnicas interpessoais, num aprendizado que, especialmente no Ensino Superior, envolve o professor e o estudante. Sob a perspectiva da Educomunicação, quais ações e criação de ecossistemas comunicacionais têm potencial para atuar de forma efetiva e ágil nos processos de formação?

Como exemplo a ação desenvolvida no Curso de Jornalismo: uma proposta de Jornalismo Móvel, o telejornal Foca na TV, das disciplinas de Telejornalismo 1 e 2, iniciado no semestre de 2019.1. Essa prática reflete a sugestão de ampliar o olhar sobre a mobilidade tecnológica e educação, agora sob a ótica da Educomunicação, especialmente ao abordar uma plataforma tão recente e ágil como a tecnologia *mobile*, que tem penetração, agilidade e autonomia, sintetizando a ubiquidade com a descentralização, conectividade móvel e sem fio e a diversidade de dispositivos conectados.

Referencial e Análise dos Dados

Trazemos uma proposta pedagógica que envolve a mobilidade tecnológica como base para a formação dos estudantes de telejornalismo do Curso de Graduação em Jornalismo da UFRR. Numa perspectiva de unir teoria e prática na formação e com a pouca estrutura de laboratório para prática da disciplina, surgiu o Foca na TV, um produto experimental de *mobile journalism* (MOJO), utilizando os dispositivos portáteis para capturar e editar notícias.

Realizado inicialmente em parceria com a TV Universitária, onde eram gravadas as chamadas do telejornal em estúdio; realizada a edição final das matérias e a publicação na grade de programação local, a partir de 2024 assume sua característica de mobilidade. Os processos de produção realizados com a TV Universitária são encerrados e o telejornal passa a ser editado e gravado no laboratório de jornalismo do Curso e publicado quinzenalmente em sua página no YouTube.

Discutir e implementar a mobilidade tecnológica/tecnologia *mobile* na educação superior é desafiador e esta discussão tem como objetivo, além de registrar o surgimento da nova proposta, apontar novos caminhos para o ensino de telejornalismo na Amazônia. Iniciado em 2019, o projeto consegue se manter em funcionamento com o empenho dos estudantes. Com pouca bibliografia produzida na época, buscamos atuar em processos de inovação tanto no que se refere ao uso das tecnologias quanto aos métodos de ensino e aprendizagem. Assim, ao trabalhar a proposta buscamos compreender o impacto da nova plataforma na formação dos futuros profissionais, identificando e analisando conceitos e práticas inovadoras no mercado e na formação pedagógica.

Pretendemos nessa discussão unir o campo do conhecimento e o da ação; estudar os conflitos, desafios, saberes, linguagens e interpretações dos diferentes envolvidos no processo de formação através da mobilidade tecnológica/plataforma *mobile*, criando um caminho para orientar seu uso na formação do ensino superior no Estado de Roraima. Questões como adequação do currículo, a qualidade na formação recebida, saber se a plataforma *mobile* é pensada por professores na elaboração dos conteúdos, bem como a opinião dos alunos são aspectos importantes nesta trajetória. A utilização da Educomunicação é um caminho que cresce em

possibilidade e importância devido às profundas transformações tecnológicas contemporâneas e seu alcance nas áreas de Educação e Comunicação.

Autores como Barbero (1997), Busato (1997), Canclini (2006), Levy (1992), Jenkyns (2009) e Santaella (2003), que tratam da utilização das tecnologias na educação e da Comunicação dão suporte no desenvolvimento deste trabalho. Sobre *mobile journalism* (MOJO), trazemos Canavilhas (2013) e o trabalho sobre narrativas jornalísticas para dispositivos móveis. A metodologia utilizada envolve produção bibliográfica, e pesquisa ação. Com novas pesquisas sobre produção em jornalismo mobile, especialmente no Brasil e em Portugal

O programa Foca na TV foi criado com o propósito de unir teoria e prática ao ensino de Telejornalismo. A ideia de inserir o mobile como prática durante a produção do semestre surgiu diante da dificuldade da TV Universitária em disponibilizar equipes e equipamentos para a prática acadêmica. Essa pouca estrutura fez com que em 2024.2 o telejornal migrasse para publicação apenas no YouTube.

Inserir o *mobile journalism* na realização das matérias foi uma solução prática e orgânica, visto que todos possuem smartphones. O programa entra na grade local de programação da TV Universitária, com inserção quinzenal. Inicia-se um novo formato, híbrido, num programa que une o formato profissional, com apresentadores em estúdio e edição final na ilha de edição do máster da TV, unido à produção dos alunos, que trazem as matérias realizadas pelos grupos da disciplina, feitas por *smartphones*, em diferentes modelos e marcas.

Os resultados dessa ação já duram cinco anos e pode-se contabilizar dados positivos, observados na aceitação por parte dos estudantes e na melhoria da qualidade de produção ao longo do semestre. Trabalhar num produto novo predispõe o formando a observar e atuar na inovação em comunicação e jornalismo. Ganhou-se domínio na elaboração de pautas, produção, critérios de noticiabilidade para a escolha de notícia, elaboração de roteiro.

Conhecer as múltiplas linguagens e os saberes digitais que permeiam a sala de aula do ensino superior e os desafios na formação humana dos futuros profissionais é parte fundamental para o educador. Mais do que antes, hoje o conhecimento é uma construção em via dupla, numa parceria firme e constante entre o estudante e o professor. A utilização das múltiplas linguagens e dos saberes é parte

inerente e importante nessa formação, num encontro da Educação com a Comunicação com atuação interdisciplinar, interativa e multimídia, Soares, (2012). Para ele a interface com a Educomunicação enriquece o debate e a prática.

A relevância deste projeto baseia-se na necessidade de conhecer como a tecnologia digital, em especial a mobilidade tecnológica, é discutida e utilizado nos cursos de graduação da UFRJ e sua contribuição na formação dos futuros profissionais.

Conclusão

Tendo por objetivo identificar e trazer ações com criação de ecossistemas comunicacionais com potencial para atuar de forma efetiva e ágil nos processos de formação, apresentamos a ação Foca na TV, como um produto realizado pelo Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFRJ que tem possibilitado refletir o contexto de hiperconectividade e produção de conteúdos e nos desafia a pensar em como a universidade pode desenvolver e criar novas formas de utilizar as tecnologias digitais no ensino da graduação, num caminho provável e que possibilita a transdisciplinaridade, com o uso da tecnologia na disseminação do conhecimento de forma mais democrática, igualitária e menos hierárquicas, apontando para uma perspectiva mais humana.

Referências

- BARBERO -, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, (1997).
- BUSATO, Luiz R. **O binômio comunicação e educação: Coexistência e competição**. artigo originalmente pronunciado em conferência no Educador'97 – IV Congresso Internacional de Educação, nas sessões organizadas pela professora Vani Kenski, na Faculdade de Educação da USP, em São Paulo, de 5 a 10 de maio de 1997.
- CANAVILHAS, J., Rodrigues, C. & Giacomelli, F. (2019). **Narrativas jornalísticas para dispositivos móveis**. Editora LabCom.IFP. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201904041416->

[201902_narrativasjornalisticas_icanavilhascrodriguesfgiacomelli.pdf](#) . Acesso em 9 de Novembro de 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

JENKYNS, Henry. **A cultura da Convergência**. Editora Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência, o futuro do pensamento na era da informática**, São Paulo: Editora 34, 1992.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e Artes do Pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. 3.^a edição. São Paulo: Paulus 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. «**Mas, afinal, o que é Educomunicação?**». Universidade de São Paulo. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Consultado em 13 de agosto de 2019.

Aprendizagem tangencial na Química: mídias audiovisuais e práticas educacionais¹

Vitoria Gabrielle Milioli Domingui²
Patricia Jantsch Fiuza

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), estão mudando a forma que o mundo é visto. Uma das áreas, que foi altamente influenciada pelos avanços nas TDIC foi a educação, que ganhou um suporte tecnológico para apoiar as atividades do professor, do gestor e do aluno, contribuindo com a troca de informações, promovendo mais clareza na visualização dos recursos e o ensino colaborativo (Barroso; Antunes, 2015).

A utilização de tecnologias e mídias na escola trouxe um ensino mais democrático, em que o aluno não é apenas o receptor do conhecimento. Segundo Velloso (2014), as tecnologias da atualidade estão relacionadas a interatividade e a quebra do modelo comunicacional unidirecional, sendo adotado um modelo em que todos que fazem parte do grupo atuam no envio e recebimento das informações.

Atualmente o acesso à internet tem-se popularizado de forma expressiva entre a faixa etária mais jovem que envolve os estudantes, dessa forma, é imprescindível que o docente também esteja inserido no contexto digital, para poder diversificar suas aulas. Para Silva (2017), a partir da difusão da internet, não faz mais sentido agir como se o professor fosse a única fonte de conhecimento para os jovens.

O ensino das ciências da natureza costumava ser uma prática na qual o professor exercia uma aula considerada tradicional. Porém, essa metodologia não pode ser a única para atender os alunos de hoje. Segundo Prensky (2001, p.1), “os estudantes mudaram radicalmente. Os alunos atuais não são os mesmos que nosso sistema educacional foi feito para ensinar”. Tendo isso em vista, surgiram diversas metodologias para suprir essa nova demanda de alunos, que “pensam e processam

¹ Trabalho de dissertação de mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação

² Mestre em Tecnologias Educacionais. Especialista em Ciências Naturais. Possui graduação em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Atua na rede estadual de Santa Catarina, reside em Criciúma-SC. email para contato vitoriamilioli@gmail.com

as informações bem diferente das gerações anteriores” (Prensky, 2001, p.1), o que ocorre devido ao constante contato com a tecnologia.

É possível observar que usar uma tecnologia ou recurso tecnológico pontual não é capaz de chamar a atenção do estudante e fazer com que ele se interesse na aula. É preciso criar um planejamento que envolva ferramentas tecnológicas, de forma que leve o estudante a se engajar nas atividades.

Uma alternativa é o uso de metodologias que tenham como base as tecnologias digitais, como é o caso da aprendizagem tangencial, ideia proposta por Portnow e Floyd (2008, p.1) em que a aprendizagem ocorre de forma indireta, em que as pessoas podem se apropriar do conhecimento em situações que não percebem que estão sendo ensinadas. A ideia base desta metodologia é “o uso da mídia não para educar, mas para facilitar o processo de aprendizagem” (Leite, 2016, p.136).

Ao aliar as mídias audiovisuais e temáticas que atraem os alunos e que estão no cotidiano deles, os estudantes se sentirão mais engajados com a aula já que é algo do conhecimento deles sendo aplicado. Ainda é possível que os alunos produzam um conteúdo digital a partir dessa experiência para ser compartilhado entre eles usando as mídias digitais e as práticas da educomunicação, termo originado por Kaplún (1998). A educomunicação pode ser entendida como todas as relações entre a educação e a comunicação nas suas mais diversas dimensões, sejam elas críticas, de produção, de expressão de processos criativos (Soares, 2011).

À medida que as mídias são inseridas na educação, seja como uma ferramenta ou uma metodologia de ensino, passa-se a focar no processo, agregando à escola elementos do cotidiano do estudante, ficando evidente que “a educação é um processo permanente em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando e construindo seu conhecimento” (Kaplún, 1998, p. 50).

Focando na área das ciências da natureza e suas tecnologias, em específico na disciplina de química, muitas vezes esta é vista como uma disciplina conteudista e de difícil aprendizagem, por envolver conceitos mais complexos e abstratos (Rocha; Vasconcelos, 2016). A abordagem digital permite ampliar os mecanismos de ensino, fugindo do que Kaplún (1998), chama de educação bancária ou manipuladora.

Porém, é possível trazer uma nova visão para o ensino, com o foco nos processos, tendo as multimídias como material auxiliar dos docentes. Ainda, é

possível variar os tipos de mídias a serem utilizadas, desde laboratórios virtuais, simuladores, *softwares*, aplicativos, jogos, vídeos e até mesmo utilização de filmes, séries, desenhos e programas de TV ou *streaming*.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo avaliar práticas educacionais com o uso de mídias audiovisuais a partir da perspectiva da aprendizagem tangencial no ensino de química com alunos do ensino médio. A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2022 com alunos das segundas e terceiras séries do Ensino Médio em uma escola de Araranguá/SC.

A coleta de dados foi em duas etapas, na primeira se aplicou um questionário inicial, com o objetivo de reconhecer a relação dos estudantes com as ferramentas tecnológicas no ambiente escolar, com a disciplina de química e com os conteúdos digitais. Nas respostas destaca-se a falta de motivação/engajamento visto que grande parte não se vê nem motivado, nem desmotivado. Em relação ao uso de tecnologias nas aulas, a maioria nunca usou, ou usou em situações isoladas, especialmente no período da Pandemia de Covid-19. E em relação ao hábito de assistir filmes e séries, a maioria tem costume de assistir com regularidade. A pergunta central então foi “Ao ver algum filme ou série você já ficou na dúvida se aquele acontecimento seria real ou não?” em que 84% dos participantes responderam que sim, já ficaram em dúvida. Essa questão visava investigar a percepção e curiosidade dos alunos.

A proposta central do trabalho consistia em cada estudante escolher uma cena que envolvesse algum fenômeno científico de um filme, série ou desenho, e com base na cena elaborar um conteúdo digital, *post*, *reels*, video, *story*, que explicasse o fenômeno ocorrido na cena e justificar se na vida real aconteceria da mesma forma. Foi disponibilizado aos alunos em uma pasta no google drive algumas cenas pré-selecionadas, mas poderiam usar qualquer cena de seu interesse.

Em relação aos resultados, teve-se um total de 57 conteúdos digitais produzidos pelos estudantes, foram utilizados 37 títulos de filmes, séries e desenhos diferentes, abordando um total de 19 conceitos científicos.

Alguns trabalhos apresentaram o mesmo conceito científico, porém com cenas de diferentes estilos, um exemplo foi a explicação da poção do amor, sendo usada uma cena de “Barbie e o Segredo das Fadas”, uma de “Harry Potter e o Enigma do Príncipe”. O mesmo ocorreu, como o desenho “X-man Evolution” e o *anime* “Dr.

Stone”, que apresentaram cenas tratando sobre os saltos energéticos dos elétrons, porém abordados de diferentes formas.

Um exemplo da atividade pode ser visto na Figura 1, na qual o estudante desenvolveu uma sequência de *stories* com a imagem da cena e logo após a explicação, abordando assim diferentes conceitos envolvidos na cena como, combustão de combustíveis e polaridade.



Figura 1: conteúdo produzido pelo estudante

Fonte: Milioli (2022)

Na segunda etapa de coleta de dados foi realizado um questionário final, para recolher a opinião dos alunos acerca da atividade desenvolvida. A partir das respostas foi possível perceber algumas características esperadas nesse processo, como a motivação e engajamento *“muito legal e divertida, uma atividade que eu pude usar um tema que me agrada e trabalhar com ele, fazendo com que tivesse mais vontade de realizá-lo”* (Aluno O); instigar a curiosidade *“Sempre tive curiosidade com cenas assim nos filmes. Mas nunca pensei em pesquisar, esse trabalho me fez botar minha curiosidade em prática e adorei saber mais a fundo sobre o que gosto de assistir”* (Aluno M); desenvolvimento de habilidades de criação e edição *“legal de fazer e*

interessante pois me fez aprender tanto o assunto que utilizei quanto aprender a utilizar o aplicativo que usei para editar o vídeo” (Aluno D).

Quando um professor desenvolve sua aula, um dos pontos principais é desenvolver um material didático capaz de captar a atenção dos alunos, fazendo com que os mesmos se sintam motivados a aprender o conceito proposto. Na pesquisa utilizou-se como base a aprendizagem tangencial aliada às práticas educacionais, cada uma contribuindo com uma parte essencial do trabalho.

A primeira, baseou a escolha do aluno, os mesmos tiveram autonomia para selecionar a cena e o fenômeno a ser explicado. Essa escolha se deu por interesse no assunto tratado ou proximidade com o filme, série ou desenho escolhido, ou seja, os alunos optaram por algo que já tivessem um engajamento prévio. Essa característica da aprendizagem tangencial agregou positivamente no trabalho desenvolvido, pois, os estudantes, se sentiram mais à vontade e confortáveis para realizar o trabalho, instigando a curiosidade em descobrir o que ou como acontecia o fenômeno escolhido. As práticas educacionais desenvolvidas nesse período se deram durante o desenvolvimento e compartilhamento do conteúdo digital. Uma vez que os próprios estudantes tinham que criar um conteúdo digital, para as redes sociais, explicando o conceito por trás da cena escolhida. Por ser uma atividade fora do padrão escolar, os estudantes apresentaram interesse, mostrando criatividade e habilidades, uma vez que os mesmos trabalharam com os programas e aplicativos de edição de imagens e vídeos. Além disso, a partir do compartilhamento das produções ao final da atividade, todos os alunos puderam ver os conteúdos produzidos pelos colegas, e conhecer outras possibilidades de abordar os conceitos científicos.

Tendo isso em vista, as práticas educacionais aliadas à aprendizagem tangencial e às mídias audiovisuais, fazem com que os alunos se sintam mais motivados e engajados com as atividades propostas, uma vez que estão lidando com ferramentas do seu cotidiano.

Referências

BARROSO, F.; ANTUNES, M. **Tecnologia na educação: ferramentas digitais facilitadoras da prática docente**. Pesq. Debate Educ., v.5, n.1, p.124-131, 2015.

KAPLÚN, Mário. **La pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

PORTNOW, J.; FLOYD, D. (2008) **Tangential learning concept for learning contents in videogames**. Einnova, Madrid. Disponível em: <http://biblioteca.ucm.es/revcul/elearning-innova/5/art387.pdf> Acesso: 12 jan 2021.

PRENSKY, Marc. **Digital natives, digital immigrants part 1**. On the horizon, Estados Unidos. MCB University Press, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. Disponível em . Acesso em: 12 jan 2021.

ROCHA, J.S.; VASCONCELOS, T. C. **Dificuldades de aprendizagem no ensino de química: algumas reflexões**. XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ) Florianópolis, SC, Brasil – 25 a 28 de julho de 2016. <http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R0145-2.pdf>, acessado em 29 de julho de 2017.

SILVA, Marcel Vieira Barreto. **Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade**. Anais... XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

VELLOSO, Fernando. **Informática: Conceitos básicos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Educomunicação e Identidades: vivências democráticas e cidades¹

Diva Souza Silva²

Laís Espósito Araújo³

O presente relato trata de uma experiência educ comunicativa vivenciada com estudantes do curso de jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia. A produção foi desenvolvida no primeiro período letivo de 2023 e, para esse momento, apresentamos dois episódios que abordam os conceitos da educação, identidades, sensibilidades e materialidades em grupos com pouca visibilidade na cidade de Uberlândia.

Os preceitos teóricos da educação em Paulo Freire (1983, 1996), Mário Kaplún, Soares (2002, 2011), Citelli, Soares, Lopes (2019), dentre outros, fundamentam toda a trilha vivenciada e para a escolha dos objetos de estudo e as comunidades com as quais construímos o produto. Assim, buscamos comunidades que gostariam de participar desse projeto e que, por meio do diálogo, pudessem trabalhar e operar com os conceitos.

Os enfoques se dividiram em dois espaços: o primeiro episódio foi feito a partir da temática identitária mãe, mulher e profissional. Buscando projetos e espaços dentro da universidade que acolhessem mulheres mães, encontramos a professora da Mara Rúbia (Faculdade de Educação), coordenadora do projeto de extensão Materniência, que, por meio de reuniões semanais, cria um espaço seguro para compartilhar vivências, medos e experiências das mulheres, mães, estudantes e

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação Tecnológica na Educação, do IX Encontro Brasileiro de Educação.

² Docente da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Comunicação Social (UMESP), Doutora em Educação (UFMG). Pesquisa e orienta na área de Educação e Políticas Públicas de Comunicação. Atua no Curso de Jornalismo, no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Educação e Tecnologia (PPGCE), coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Educação e Tecnologias (GTECOM). UFU, Uberlândia/MG, diva@ufu.br

³ O presente resumo é parte dos dois processos educ comunicativos vivenciados por estudantes do curso de Jornalismo da UFU, no ano de 2023, envolvendo as disciplinas de Comunicação e Educação, Introdução ao Jornalismo, Fotojornalismo e Projeto Interdisciplinar de Comunicação. Para este momento, uma das professoras orientadoras e duas estudantes apresentam essa experiência.

docentes. O episódio abordou a necessidade de visibilidade e de compreensões identitárias desse grupo e das mulheres mães da UFU.

Seguimos a teoria de Durkheim (2010) em relação aos papéis sociais e como eles interferem na vida dessas mulheres como fatores limitadores, dentro de uma perspectiva profissional. O indivíduo, quando está sujeito à força dos papéis sociais, acaba por desempenhar funções que são designadas por ideais, geralmente patriarcais, para poder se encaixar dentro de uma normalidade construída. Nos deparamos com relatos de situações que remetem a papéis pré-concebidos dos lugares da mulher, em especial das mulheres mãe, principalmente nos locais de trabalho e estudo, que tentam enquadrar e limitar esses espaços. Há barreiras dentro do ambiente de trabalho que impactam diretamente seu pertencimento dentro do meio social.

O segundo episódio teve sua temática centralizada nas identidades que permeiam a Congada, uma manifestação religiosa de raízes afro-brasileiras e que se relaciona com o Catolicismo. A construção da produção se deu em conjunto com os ternos Moçambique de Belém e Sainha de Uberlândia, em que se buscou, junto com a comunidade, destacar o Congado como parte integradora da identidade uberlandense, influenciando não somente o campo sociocultural, mas também dentro das esferas política e educacional, além de destacar os desafios que essa comunidade enfrenta no cenário cotidiano.

Nossos processos educomunicativos trilharam inicialmente a definição das temáticas de estudo para que pudéssemos ter um planejamento prévio para ida à campo. Em contato com as comunidades, conversamos sobre a vivência na graduação e o convite para nos unirmos e desenvolvermos essa experiência juntos e, ao final, resultar em um produto que eles se identificassem e se vissem nele. Iniciamos as visitas aos grupos/comunidades e uma agenda de encontros e acompanhamento do dia a dia. Com rodas de conversas, encontros, cafés e aproximação, seguimos com uma série de entrevistas que delimitaram, a partir das falas dos participantes de cada comunidade, o rumo em que o processo educomunicativo se daria. As identidades e a apropriação cidadã dos sujeitos nos envolveram e vimos como seria rico o processo e que aprenderíamos muito mais do que eles.

Projeto Materniência - no episódio foram abordados os temas: vida pessoal, trabalho e lazer, e identidades, somados à rotina de maternar. Ao longo do processo, cinco mulheres compartilharam suas experiências sobre como as mães são acolhidas e recebidas na Universidade Federal de Uberlândia e suas vivências com as integrantes do grupo. Em todas as entrevistas, salientou-se a necessidade da ampliação do debate sobre as questões que envolvem o feminino e a maternidade, assim como reflexões sobre os desafios e barreiras que se impõem sobre a mulher que também é mãe. Ademais, foram introduzidas temáticas pouco discutidas na sociedade, como a autoestima após o processo de maternar, a construção da identidade como mãe, estudante, pesquisadora e seus contrastes com os padrões de feminilidades impostos pela sociedade.

As entrevistas foram realizadas num processo dialógico, em que a criação da produção foi coletiva, junto com a comunidade. As mulheres mães trouxeram temáticas em que elas acharam necessário a naturalização e a discussão, as quais foram acolhidas por todas as participantes, inclusive por nós estudantes. O nome do episódio surgiu a partir da fala de uma das participantes que comentou sobre maternar e ser mulher, surgindo aí a ideia para o título do primeiro episódio “Maternar e Ser”.

Quilombos urbanos - no processo educacional vivenciado, destacou-se a dialogicidade, a aproximação, o processo de convite e aceitação, e a construção de vínculos de confiança. As primeiras visitas foram muito bem recebidas pelos principais organizadores dos ternos. Ramon Rodrigues, capitão do terno Moçambique de Belém, contou sua história e do congado como um todo no Brasil e em Uberlândia, além de falar sobre o racismo na sociedade, as ações sociais e de combate à desigualdade que o congado vivencia. No período de produção deste episódio, ocorreu uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, que discutiu a criação do Dia do Congadeiro e do Reinadeiro. Ramon nos convidou e fomos a Brasília participar e registrar a audiência para, assim, entendermos um pouco mais sobre o congado como um todo. Na audiência, foram realizados discursos sobre a relevância histórica do Congado para o Brasil e para os estados da federação. Uma das falas de maior destaque foi, justamente, a de Ramon, uma vez que a ideia de se instituir um dia voltado aos congadeiros e reinadeiros partiu dele. Ramon realizou articulações com diversos congadeiros e reinadeiros, a fim de encontrar um denominador comum para

todos. A ideia surgiu durante a pandemia de Covid19 e, desde então, ele conseguiu dar concretude que, se aprovada pela Câmara dos Deputados, será um dos principais marcos para a história da comunidade congadeira. O nome do episódio também teve participação dos entrevistados que citaram diversas vezes o termo “Quilombos Urbanos”, em referência aos grupos de congado, e que deu origem ao nosso segundo vídeo.

A produção e desenvolvimento dos produtos foi realizada a partir dos conceitos educacionais, sendo que o primeiro episódio, “Maternar e Ser”, possui 10 minutos de duração e conta com a reflexão sobre estreitamentos entre as identidades feminina, profissional e materna, buscando compreender como elas se diferem e coexistem dentro do ambiente universitário e social. A produção traz relatos e percepções das entrevistadas sobre as políticas de apoio e de suporte à maternidade, como processo reflexivo para entender suas próprias vozes, suas identidades, necessidades e angústias, dentro do turbilhão que envolve o ser mulher.

Uma referência utilizada para a produção, foi a série de trabalhos artístico intitulada “Corpus” da artista Mary Kelly que, a partir de estudos sobre a maternidade e gestação, realiza obras que mudam a perspectiva identitária da mãe como fator limitante e os transforma em enriquecedor aos diversos papéis cotidianos desempenhados pelas mulheres. Assim, buscamos trazer essa mesma perspectiva na constituição do vídeo, focando nas multifacetadas dos papéis sociais femininos e maternos.

O vídeo conta com as participantes do Materniência, com destaque às suas falas, mas também conta com uma fala ilustrativa da atriz Reese Whitterspoon, que fala sobre os desafios de ser mulher. Há também no vídeo GIFs que abordam o tema e encerra com as estudantes de Jornalismo inserindo imagens de suas mães. Para a edição do vídeo, utilizou-se o software CapCut.

Já o episódio “Quilombos Urbanos” tem 15 minutos de duração e discute a importância do Congado como manifestação cultural para a construção de identidades, não só uberlandense, mas também afro-brasileiras e religiosas. O vídeo também foi editado no software CapCut e é composto por entrevistas e imagens das visitas aos representantes do Congado em Uberlândia e da viagem à Câmara dos Deputados (Brasília), onde foi realizada a audiência pública. Da mesma forma como

no episódio anterior, esse vídeo foi produzido por meio do diálogo com as comunidades, no qual buscamos dar destaque principalmente às falas e às demandas da comunidade do Congado.

Para a produção dos dois episódios, o grupo utilizou referências como o cineasta e jornalista Eduardo Coutinho, que em suas produções busca abordar o entrevistado de maneira mais humana e não somente como fonte de informações. Dentro das duas comunidades, as conversas foram descontraídas e confortáveis, em que os comentários e interações foram capturados de maneira espontânea, buscando sempre escutar e compreender as pessoas e seus processos identitários.

Ao desenvolver a produção, principalmente em diálogo com as comunidades, tivemos a oportunidade de viver a educomunicação na prática, a partir do pensamento de Paulo Freire, que defende uma educação transformadora a partir de um processo dialógico, em que os agentes da educação compartilham suas experiências e vivências. Construímos esses dois episódios juntamente com os protagonistas, que puderam refletir sobre suas identidades e apresentar suas demandas. Foi um viver e um fazer coletivo, integrador, democrático e com exercício da cidadania que gere mais emancipação. Por outro lado, aprendemos com uma escuta atenta e respeitosa, a realidade das comunidades que buscamos expressar por meio desse processo educ comunicativo vivenciado.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CITELLI, A. O., SOARES, I. de O., & LOPES, M. I. V. de. (2019). **Educomunicação: referências para uma construção metodológica**. Comunicação & Educação, 24(2), 12-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25>

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Entrevista com Mary Kelly. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=soJdpDxwhEg>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [s.l.] Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1983. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação.** *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 23, p. 16-25, 2002.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação.** São Paulo: Paulinas, 2011.

O YouTube e a Produção de Sentidos na Infância: Uma Análise sobre Influência das Mídias Digitais¹

Patrícia Leal Rebeque²

Introdução

As mídias digitais e as tecnologias se tornaram parte integrante do cotidiano contemporâneo, impactando a todos, incluindo as crianças que estão imersas neste mundo midiático. Segundo Heller (1992, p. 18), “o homem já nasce inserido em sua cotidianidade”. Assim, é comum que as crianças tenham contato com as mídias digitais desde a primeira infância, já que a exposição a essas tecnologias faz parte do ambiente ao qual estão expostas diariamente. O cotidiano das crianças é permeado por práticas midiáticas que formam suas interações sociais, sua concepção de realidade e sua construção de sentidos. Atualmente, as mídias além promover entretenimento, funcionam como agentes de socialização que introduzem normas, comportamentos, valores e narrativas culturais.

Este fenômeno faz com que o ambiente digital seja uma extensão da realidade cotidiana das crianças, impactando suas experiências e influenciando sua maneira de compreender e interagir com o mundo. No cotidiano da Educação Infantil, é notória essa influência, Martino (2015, p. 245), nos alerta que:

A mediação implica uma contínua negociação de significados entre as mensagens da mídia e sua presença no “mundo real” dos indivíduos. A vida cotidiana e as mídias estão em uma relação constante, com influências e interferências mútuas – a criança que joga um *videogame* pode, minutos depois, representar as personagens do jogo em uma interação real com outras crianças.

A mediação de significados entre as mensagens midiáticas e a realidade das crianças é constante, as mídias não são apenas consumidas, mas reinterpretadas e integradas à vida real. O exemplo apresentado por Martino, que aponta uma criança que joga

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação Tecnológica na Educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora da Fundação Municipal da Educação de Niterói. Mestranda do programa de pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil (lealpatricia@id.uff.br).

um videogame e depois representa os personagens do jogo em situações reais, ilustra como as experiências digitais podem influenciar o comportamento e as relações sociais das crianças. Atualmente, as mídias digitais vão muito além de simples canais de comunicação, informação e interação. Elas se misturam à estrutura social, influenciando as relações humanas e a construção identidades desde a infância. Este processo é dinâmico e envolve uma "constante negociação de significados", na qual as pessoas interpretam os conteúdos midiáticos e sua interpretação impacta diretamente o seu contexto pessoal e social.

A produção de sentidos e a influência das mídias digitais

A crescente presença de dispositivos móveis, principalmente celulares, na vida cotidiana tem causado novas dinâmicas tanto no ambiente escolar quanto na família, especialmente no que diz respeito às crianças pequenas. As mídias digitais e os recursos audiovisuais, que incluem animações, músicas, histórias e vídeos, são ferramentas atuais que podem estimular a aprendizagem e a construção de sentidos.

[...] a cultura digital, o brincar e a brincadeira – vivido pelas crianças no mundo contemporâneo –, tende a intensificar ou ampliar os dispositivos simbólicos que compõem a cultura lúdica. Se pensarmos na coletânea de imagens que são produzidas socialmente, encontraremos aquelas que, no contexto atual, são veiculadas por vários ambientes digitais – e aqui podemos citar Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube, entre outros (Souza, 2019, p.215).

A forma como as crianças brincam e interagem com o mundo ao seu redor é influenciada pela cultura digital. Assim, as plataformas digitais se tornam locais importantes para a formação e a vivência da cultura infantil, pois elas podem agregar valor à maneira como as crianças veem e interagem com o mundo. Logo, entendemos que as mídias e meios de comunicação podem ser utilizados para contribuir com a experiência educativa das crianças. A educomunicação traz a integração de saberes de duas grandes áreas: a comunicação e a educação, a utilização das mídias e tecnologias na escola faz parte da nova realidade da educação contemporânea, antes de refletir sobre suas contribuições na produção de sentidos das crianças, é importante conhecer o conceito de educomunicação, Soares (2012/2013, p. 169) define da seguinte forma:

Compreende-se a educomunicação como um paradigma na interface comunicação/educação que busca orientar e dar sustentação ao conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, assim como programas e produtos de comunicação destinados a: *i)* debater as condições de relacionamento dos sujeitos sociais com o sistema midiático, no contexto da sociedade da informação, promovendo critérios de análise dos sistemas de meios de informação, assim como metodologias de utilização dos recursos tecnológicos em função da prática da educação para a cidadania; *ii)* promover e fortalecer ecossistemas comunicativos de convivência – abertos e participativos – nos espaços educativos garantidos pela gestão democrática dos processos de comunicação; e *iii)* ampliar o potencial comunicativo dos indivíduos e grupos humanos.

A educomunicação oferece uma possibilidade estratégica para lidar com a presença das mídias digitais no cotidiano educacional, viabilizando uma aprendizagem mais lúdica e impactando a formação dos sentidos das crianças. Essa integração entre comunicação e educação, busca orientar e enriquecer as ações relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação de processos educacionais e comunicativos, proporcionando um conjunto de práticas e metodologias que visam promover uma compreensão crítica e participativa dos meios de comunicação.

A influência da mídia na infância se apresenta em diferentes formatos e impactam não apenas as aprendizagens, mas também a construção de sentidos, identidades e interações sociais, como define (Martino, 2015, p. 239), “a mídia ocupa lugar de destaque, redefinindo o modo como as coisas são feitas no cotidiano”. O uso das mídias na infância produz influência direta nos comportamentos, modos de brincar e vestir, entre outros. No cotidiano escolar, especificamente na Educação Infantil, é notória essa influência, observando as roupas, as mochilas e próprio discurso das crianças percebemos como a infância é impactada pelas mídias. Esse processo não é passivo. As crianças reinterpretam o conteúdo midiático com base em suas próprias experiências e contextos sociais. A forma como um vídeo é recebido e compreendido por uma criança é influenciada não apenas pelo conteúdo em si, mas também pelas interações sociais e culturais que a cercam. Isso significa que as mídias digitais são integradas de maneira dinâmica ao cotidiano infantil.

O YouTube, é mais do que um simples repositório de vídeos. Para as crianças, é um espaço onde podem explorar uma infinidade de conteúdos, desde vídeos de entretenimento até material educativo. O canal "Palavra Cantada Oficial", serve como um exemplo de como os conteúdos audiovisuais podem ser utilizados para contribuir com a prática pedagógica. O canal do YouTube, com mais de 3 milhões de inscritos e quase 600 vídeos, é um exemplo de recurso digital voltado para crianças. Ele é amplamente utilizado por educadores devido à sua abordagem cuidadosa na promoção de comportamentos positivos, como uma alimentação saudável e boas práticas de higiene, além de oferecer oportunidades para socialização e resgate da cultura popular. Através do conteúdo do canal, as crianças podem compreender normas e convenções sociais, como o que é considerado saudável, por exemplo, influenciando suas percepções e atitudes. O citado canal oferece vídeos que abordam temas variados como alimentação saudável, higiene e cultura popular. Através de músicas e animações, promove valores positivos e estimula comportamentos saudáveis. A canção "A Sopa" é um exemplo de como o conteúdo audiovisual pode ser usado para introduzir conceitos de alimentação saudável. A música e a animação envolvem a ludicidade para ensinar conceitos importantes de forma divertida utilizando uma abordagem criativa para apresentar uma variedade de alimentos, contrastando itens comestíveis e não comestíveis, alimentos doces e salgados, etc. Essa estratégia não apenas mantém o interesse das crianças, mas também estimula a reflexão e a compreensão sobre diferentes categorias alimentares. A combinação de elementos visuais e sonoros torna o aprendizado mais acessível e interessante para as crianças. Essa abordagem transforma o YouTube em uma ferramenta educativa que vai além do simples consumo de mídia, permitindo que os educadores integrem esses recursos no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar dos benefícios das mídias digitais, é importante reconhecer os desafios que elas apresentam. A exposição precoce a dispositivos digitais pode criar dependência e afetar negativamente o desenvolvimento das crianças, tal fato é observado e estudado inclusive pela medicina. Uma publicação da Revista Paulista de Pediatria (2020) salienta que “a utilização das mídias interativas está em ascensão entre as crianças na primeira infância, as quais têm incorporado em sua rotina diária o uso de dispositivos como *smartphones* e *tablets*.” Além disso, a qualidade dos conteúdos é uma preocupação constante. Pais e educadores devem adotar uma

abordagem equilibrada, garantindo que o tempo de tela seja controlado e que os conteúdos sejam apropriados e benéficos.

É essencial que pais e educadores estejam atentos à qualidade dos conteúdos consumidos. A escolha cuidadosa e responsável é fundamental para garantir que as crianças tenham acesso a materiais apropriados para sua faixa etária. A mediação ativa é essencial para maximizar os benefícios das mídias digitais, garantindo que elas complementem, em vez de substituir, as experiências de aprendizado e socialização tradicionais. A interação com outras crianças e adultos, bem como a exploração do mundo real, continua a ser uma parte importante do desenvolvimento infantil.

Conclusão

A influência das mídias digitais na infância, revela um panorama complexo da midiaticização contemporânea. A análise dessa influência, destaca como as plataformas digitais, como o YouTube, desempenham um papel significativo na formação e na compreensão do mundo pelas crianças, pois a midiaticização tem transformado seu cotidiano, introduzindo novas formas de socialização e aprendizagem. As mídias digitais não apenas ampliam o acesso à informação e formas de entretenimento, mas também impactam a maneira como as crianças percebem e interpretam seu ambiente.

No cotidiano da educação infantil, plataformas como o YouTube desempenham um importante papel, oferecendo acesso ampliado a conteúdos diversos, e impactando a visão de mundo e produção de sentidos das crianças. Um ótimo exemplo é o canal Palavra Cantada Oficial que ilustra como os recursos digitais podem ser utilizados no contexto pedagógico, pois ao integrar música e educação, o canal pode promover formas de interação cultural e social acessível e atraente para o público infantil. A musicalização, mediada por plataformas digitais, contribui para uma aprendizagem mais rica e diversificada, ampliando as possibilidades educacionais e culturais ao alcance das crianças.

O artigo oferece uma visão abrangente da influência das mídias digitais na infância contemporânea. Ele nos lembra que, embora o YouTube e outras mídias digitais proporcionem oportunidades valiosas para aprendizado e entretenimento, a

responsabilidade dos pais e educadores de guiar e proteger as crianças continua sendo fundamental, é importante encontrar um equilíbrio entre o uso dessas tecnologias e as experiências da vida real.

Referências

BARBOSA, Marialva. **“O espetáculo da vida vivida” e a história como vir a ser.** Revista Mídia e Cotidiano, 2021, v15, n.3, p. 218-231. Disponível em: [O “espetáculo da vida vivida” e a história como vir a ser | Mídia e Cotidiano \(uff.br\)](#). Acesso jun. 2024.

BARROS, LM. **Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas.** In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., org. Mediação & midiatização [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 79-105. ISBN 978-85-232-1205-6. Disponível em: [mattos-9788523212056-05.pdf \(scielo.org\)](#). Acesso em 16 ago. 2024.

BUCKINGHAN, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** Edições Loyola. São Paulo, 2007.

GUEDES, Sabrina da Conceição *et al.* **A utilização de mídias interativas por crianças na primeira infância – um estudo epidemiológico.** Revista paulista de Pediatria 38. 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Editora PUC. Rio de Janeiro, 2016.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Paz e Terra. 4ª ed. São Paulo, 1992.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.

Palavra Cantada Oficial. **Sopa.** YouTube, 13 de novembro de 2017. Disponível em: [Palavra Cantada | Sopa \(youtube.com\)](#). Acesso em: 15 ago. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, estados unidos e américa latina.** 2013. Brasília, DF. Disponível em: [002442869.pdf](#) Acesso em: 14 set. 2024.

SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Brincar em tempos de tecnologias digitais móveis.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-



Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: [Joseilda.pdf \(ufba.br\)](#). Acesso em 30 abr. 2024.

Formação de professores em práticas Educomunicativas e Novas Tecnologias¹

Luis Paulo Martins²

Karla Isabel de Souza³

Hugo Cesar Bueno Nunes⁴

A Faculdade Sesi-SP de Educação oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão, além de atividades de pesquisa relacionadas à educação. Com proposta inovadora, seus cursos tem por objetivo formar professores por área de conhecimento. E brevemente, em consonância com as novas diretrizes do Ministério da Educação - MEC e do Conselho Nacional de Educação - CNE, publicadas em maio de 2024 (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), passará a ofertar o curso de licenciatura em Educomunicação e Nova Tecnologias. O curso, com perspectiva interdisciplinar, busca atender as necessidades de espaços escolares e não escolares, formando profissionais multidisciplinares, ou seja, com formação em linguagens tecnológicas (Souza, 2009) ao mesmo tempo capazes de criar articulações educomunicativas (Soares, 2012). Um profissional que pode atuar em sala de aula, mas que também terá conhecimentos para coordenar processos interdisciplinares na escola, podendo assumir o papel de coordenador de área de

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação Tecnológica na Educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Possui graduação em Matemática pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul (2008), graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2011) e mestrado em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019) e está realizando o doutoramento em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é gerente de ensino superior - Serviço Social da Indústria - Sede e efetivo como diretor da Faculdade Sesi de Educação.

³ Pedagoga (2000) com mestrado (2004) e doutorado (2009) realizados na FE – UNICAMP. Master em engenharia de mídias pela Université de Poitiers - França (2010). Pós doutora em comunicação, educação e novas tecnologias pela Universidade de Alcalá de Henares – Espanha (2013). Professora da Faculdade Sesi de Educação.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu-SP - USJT (2010), Especialização em Língua Portuguesa e Literatura no contexto educacional (2021), MBA em Gestão Empresarial - UNICSUL (2019), Especialização em Lutas e Artes Marciais - UGF (2012), Especialização em Gestão Escolar - UNIG (2006), Graduação Plena em Educação Física pelo Centro Universitário UNIFIEO (2004). Graduado em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL/SP (2024). Supervisor de Graduação das Licenciaturas na Faculdade Sesi de Educação/FAESP.

projetos. O objetivo do curso é ter um egresso preparado para atuar na Educação, com sólida formação tecnológica e com habilidades de gestão pedagógica baseadas em conceitos da educomunicação (Consani, 2024). O curso está organizado por eixos, ou seja, em cada semestre o estudante se debruçará em uma temática específica, considerando a teoria vivenciada nas aulas, e a prática (Freire, 2015) tão necessária para atuar em espaços educacionais, que será experienciada na residência educacional (estágio). As atividades acadêmicas em sala de aula terão relação direta com a temática do semestre, com um aprofundamento prático (construção de relações entre teoria e prática) que vão acontecer no momento da residência educacional (estágio) e serão sistematizadas em um memorial reflexivo (Bakhtin, 2006), que será construído durante o curso. Se trata de uma ação dialógica de produção de conhecimento (Gutiérrez, 1996), onde o estudante é protagonista do processo e tem toda uma estrutura de apoio para se formar.

No primeiro semestre a discussão vai considerar a importância de o ingressante resgatar sua história como estudante, mas já se projetando como um futuro professor (Barthes, 1975). Com disciplinas introdutórias o estudante inicia seu processo de formação teórico, e em sua residência educacional já estará conhecendo os espaços escolas. O segundo semestre tem como tema os Territórios Educativos (Singer, 2011), onde abre espaço para discutir o percurso histórico, político, social e filosófico da formação. Neste semestre a prática docente nos contextos educacionais e seus diversos territórios, em consonância com o conceito de ecossistema comunicativo (Kaplún, 1998) dará a organização teórica. Também está considerada a necessidade de conhecer como se consolida a cultura da escola e da comunidade. Na sequência, a partir do segundo ano de formação o estudante vai mergulhar nas tecnologias e suas linguagens (música, cinema e fotografia), o objetivo do semestre é se aprofundar em conceitos básicos relacionados aos audiovisuais (Jenkins, 2008).

Ainda no segundo ano, especificamente no quarto semestre, o estudante vai conhecer os conceitos de tecnologias que estruturam e organizam as produções em diferentes plataformas. Nesse ano a residência educacional já será mais participativa, com o estudante entrando em sala de aula e apoiando o professor em propostas com tecnologias. No quinto semestre, vai tratar de áreas de conhecimento, como Matemática e Ciência da Natureza, para considerar a importância do trabalho interdisciplinar, tendo as tecnologias e a educomunicação como pano de fundo. No

terceiro ano do curso o Pensamento Computacional e a Robótica serão a temática principal e na residência educacional os estudantes já terão condições de propor pequenas ações pedagógicas nas escolas. No último ano do curso, especificamente no sétimo semestre, o estudante terá a oportunidade de pensar a gamificação na educação. É o momento de conhecer práticas criativas que podem colaborar em processos de aprendizagem, a ideia é desenvolver competências para o desenho e desenvolvimento de jogos com ênfase em questões pedagógicas específicas. E, no oitavo e último semestre, final do curso é o momento de refletir sobre a importância da construção da identidade docente para o seu desenvolvimento profissional, como também reconhecer as principais competências e habilidades necessárias para uma formação ética do professor e de seus estudantes.

A temática dos eixos se debruça muito com as tecnologias para que a educomunicação e as concepções pedagógicas de gestão democrática possam estar transversalmente alocadas. Também se considera questões como inclusão e a diversidade, em sua mais ampla concepção, com temas alocados de forma transdisciplinar. Como proposta pedagógica o curso valoriza as ações da residência educacional com momento de reflexão *teórico-prática*, subsidiadas pelo memorial de formação (Bakhtin, 2006); que será construído ao longo do curso tendo um professor, que além de acompanhar a residência, vai auxiliar no aprofundamento das temáticas.

O curso Educomunicação e Novas Tecnologias, seguindo a organização da Faculdade Sesi de Educação, possui políticas de acesso e permanência. O programa bolsa permanência que permite ao estudante um apoio financeiro para que possa se dedicar de maneira integral às atividades de formação. Também é importante destacar que a Faculdade Sesi de Educação já possui FABLab, espaço multimídia, estúdio de gravação completo, dois laboratórios de informática e outros espaços com equipamentos que facilitam o trabalho prático com as tecnologias. Todos os equipamentos estão na unidade onde o curso de Educomunicação e Novas Tecnologias ficará alocado. No final do curso o estudante pode participar dos processos seletivos para professor da rede básica das escolas Sesi de Educação no Estado de São Paulo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARTHES, Roland. **Escritores, intelectuais, professores**. In: _____. *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios*. Lisboa: Presença, 1975. p. 25-61.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192 acessado em 12 de setembro de 2024.

CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer**. São Paulo: Contexto, 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUTIERREZ, Francisco. **La mediación pedagógica y la tecnología educativa**. Rio de Janeiro, v.25, p. 132-133, set./dez. 1996.

JENKINS, Henry, **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

SINGER, Helena (Org.). *Pesquisa-Ação Comunitária*. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz. Coleção Tecnologias do Bairro-Escola, vol. 1. 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOUZA, Karla Isabel. **Vídeo digital na educação: aplicação da narrativa audiovisual**. Tese de doutorado. Unicamp, 2009.

PPE, tecnologias e desenvolvimento formativo colaborativo-crítico de professores¹

Leila Laís Gonçalves²

Graziela Fátima Giacomazzo³

Rafael Gué Martini⁴

No cenário educacional contemporâneo, a integração das tecnologias digitais no ensino é um desafio multifacetado. Esse processo requer uma visão norteadora apoiada por políticas públicas, formação docente, recursos educacionais digitais e infraestrutura tecnológica para sua viabilização (Kennisnet, 2015). De acordo com a Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533 (Brasil, 2023), a Educação Digital Escolar visa garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares em todos os níveis e modalidades. Uma das estratégias prioritárias para que a lei se efetive, apontada na própria lei, é a formação de professores da Educação Básica suscitando a promoção de projetos, práticas pedagógicas e tecnologias digitais como ferramenta e conteúdo programático do processo formativo. Para além do requisito legal, o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, enfatizado por Nóvoa (2022), é essencial para a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, um caminho possível para o empoderamento de professores e professoras no desenvolvimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais é propiciar a eles e elas um processo de apropriação de meios, estratégias, métodos e aporte teórico que articule conhecimentos disciplinares, pedagógicos, tecnológicos e experienciais.

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação Tecnológica na Educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Educação, professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC e membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação e Cultura Digital - GPI EducDigital/UNESC/CNPq. E-mail: llg@unesc.net.

³ Doutora em Educação, professora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC e líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação e Cultura Digital - GPI EducDigital/UNESC/CNPq. E-mail: gfg@unesc.net.

⁴ Doutor em Ciências da Educação, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, e coordenador do Laboratório de Educação Linguagem e Arte (LELA/UDESC). E-mail: rafael.martini@udesc.br.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento-formativo colaborativo-crítico de Práticas Pedagógicas Educomunicativas (PPE) e suas contribuições na formação de professores para a inclusão intencional de tecnologias digitais no ensino. Esse processo é resultado da pesquisa de doutorado em Educação (Gonçalves, 2024) que investigou a temática a partir da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Participaram da pesquisa quatro professoras de Ciências do 8º ano da Rede Municipal de Educação de Criciúma/SC, de escolas que possuem salas *maker*. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, questionários, observações, diários virtuais de itinerância e documentos produzidos durante o desenvolvimento das PPE, que abordaram o conteúdo das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A análise dos dados foi realizada de forma indutiva, buscando identificar os elementos estruturantes e organizadores da prática pedagógica, reconhecer as estratégias de reflexão crítica e colaboração, e caracterizar os aspectos, ações e estratégias formativas que contribuem para o desenvolvimento colaborativo das PPE e para a formação de professores na mediação com tecnologias digitais.

No processo de desenvolvimento das PPE, foram mobilizados aportes teórico-metodológicos para a organização da práxis com os elementos da Atividade Orientadora de Ensino (AOE), a partir de Moura, Araújo e Serrão (2019) e os cinco momentos do método da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), definido por Saviani (2021). Os elementos estruturantes apropriados da AOE sistematizaram o conteúdo; os sujeitos (professores e estudantes); o objetivo, motivos, ações e operações para a prática pedagógica; e as situações desencadeadoras de aprendizagem envolvendo o jogo, as situações emergentes do cotidiano e a história virtual do conceito. Quanto aos cinco momentos do método da PHC, a organização das PPE priorizou a sequência: momento 1 – prática social com a identificação da forma como a prática social se apresenta na sociedade atual comum a professores e estudantes, porém vivenciada de forma diferente (professor: visão sintética com percepção sistematizada e elaborada da prática social; estudante: visão sincrética com percepção cotidiana, confusa e não elaborada da prática social); momento 2 – problematização a partir da detecção das questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e como a prática pedagógica encaminha a sua solução; momento 3 com a instrumentação visando a apropriação dos instrumentos teóricos e

práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social; momento 4 – catarse a partir da incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social; e momento 5 – ponto de chegada que é a própria prática social, compreendida agora não mais em termos sincréticos pelos estudantes, mas sim em nível sintético.

A estruturação do itinerário de desenvolvimento-formativo colaborativo-crítico das PPE foi constituída no processo, envolvendo os eixos problematização, planejamento, implementação e atuação dos cinco ciclos iterativos de intervenção da pesquisa-ação. O eixo Problematização envolveu o acolhimento das professoras e o compartilhamento de suas experiências e desafios; a identificação dos elementos estruturantes a partir da AOE; o diagnóstico dos aspectos formativos sociotécnicos; a articulação teoria e prática; a elaboração da questão problematizadora; e os feedbacks do eixo. No eixo Planejamento as ações foram: organização das PPE nos cinco momentos da PHC; definição das áreas de intervenção das PPE e observação dos princípios para sua proposição; identificação dos aspectos formativos essenciais para as professoras nas dimensões técnica e pedagógica considerando os elementos envolvidos nas PPE; definição do cronograma de execução; e coleta de feedbacks. Os materiais formativos e os recursos digitais foram selecionados/elaborados e disponibilizados no eixo Implementação. Nesse eixo foram efetuadas a formação das professoras, considerando os aspectos das dimensões técnica e pedagógica. No último eixo, Atuação, as PPE elaboradas foram aplicadas com os estudantes da turma das professoras participantes sendo realizados a observação e os feedbacks do eixo.

A perspectiva da Educomunicação (Soares, 2014, 2015, 2023; Martini, 2019,), das PPE (Sartori, 2012; Sartori e Souza, 2012) e os seus princípios (Martini, 2019, Sartori e Souza, 2012) propiciaram a colaboração e a reflexão crítica, promovendo a troca de experiências e saberes, o estímulo ao diálogo e a construção coletiva de conhecimentos aliados à abordagem da educação, comunicação e tecnologia nas dimensões social, cultural e política. As PPE, abordagens educacionais que promovem o interfaceamento entre a educação e a comunicação, trazem como princípios que norteiam sua proposição o uso crítico e consciente das mídias e tecnologias; o protagonismo estudantil com a promoção da autonomia; a interação e participação ativa; a análise e produção conteúdos midiáticos de maneira reflexiva e

responsável; a aprendizagem colaborativa; e o desenvolvimento de habilidades comunicativas. A abordagem sociotécnica, discutida por Peixoto e Carvalho (2014), apoia o diagnóstico sobre a formação de professores possibilitando identificar e orientar esse processo nas dimensões técnica (domínio e apropriação de ferramentas e recursos tecnológicos aplicados à educação); pedagógica (estratégias e metodologias para inclusão das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem); crítico-reflexiva (análise das implicações sociais, éticas e políticas do uso das tecnologias, considerando questões como inclusão digital, desigualdades e cidadania); colaborativa (criação de espaços e oportunidades para a troca de experiências, conhecimentos e práticas entre os professores, aproveitando as potencialidades das tecnologias para a interação e a aprendizagem colaborativa); e investigativa (reflexão sobre a própria prática, a busca por evidências e a produção de conhecimentos sobre a inclusão das tecnologias na educação).

Nesse sentido, as estratégias-chave foram os ciclos de intervenção, os espaços de diálogo, o compartilhamento, apoio técnico e pedagógico entre os participantes, e as ações formativas. Com o processo foi possível a ampliação de conhecimentos sobre as abordagens envolvidas e a problematização de práticas pedagógicas e da mediação com tecnologias digitais, a construção coletiva de PPE, a experimentação na atuação em sala de aula com as PPE e a reflexão crítica sobre suas práticas. Os desdobramentos da pesquisa evidenciam um processo de desenvolvimento-formativo colaborativo-crítico das PPE significativo e transformador. Destaca-se a importância de ações formativas que articulem teoria e prática, promovendo a apropriação crítica das tecnologias digitais pelos professores e a sua inclusão intencional no ensino, o fortalecimento do protagonismo e o estímulo à inovação.

Concluiu-se que o desenvolvimento colaborativo das PPE, considerando o itinerário, o aporte teórico-metodológico, as estratégias de reflexão e colaboração, as ações e estratégias formativas mobilizados, contribui significativamente para a formação de professores e a inclusão intencional e crítica das tecnologias digitais no ensino. Destaca-se o potencial desse processo na promoção de transformações na prática pedagógica e na proposição de ações e estratégias formativas colaborativas e reflexivas que valorizem os saberes e experiências, a práxis e a construção coletiva de conhecimentos dos professores na mediação com tecnologias digitais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.533**, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/36763658/publicacao/36765691> . Acesso em 5 mar. 2023.

GONÇALVES, Leila Laís. **Práticas Pedagógicas Educomunicativas: Desenvolvimento colaborativo, formação de professores e a mediação com tecnologias digitais**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2024.

KENNISNET. **Four in Balance Monitor 2015**. Zoetermeer: Kennisnet, 2015. Disponível em: https://www.kennisnet.nl/fileadmin/kennisnet/corporate/algemeen/Four_in_balance_monitor_2015.pdf. Acesso em 12 ago. 2023.

MARTINI, Rafael Gué. **Educomunicador como agente de integração das tecnologias de informação e comunicação na escola**. 2019. 764f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Minho, Universidade do Minho, 2019. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/64378/3/Rafael%20Gue%20Martini.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de; ARAÚJO, Elaine Sampaio; SERRÃO, Maria Isabel Batista. Atividade Orientadora de Ensino: fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 24, p. 411-430, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/19817> .Acesso em: 12 nov. 2023.

NÓVOA, António. Conhecimento profissional docente e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 1, n. 27, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TBsRtWkP7hx9ZZNWywbLjny/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 10 ago. 2023.

SARTORI, Ademilde Silveira. A prática pedagógica educ comunicativa e a aprendizagem distraída: criando ecossistemas comunicativos pela mediação escolar. *In*: REGIS, Fátima; ORTIZ, Anderson; AFFONSO, Luiz Carlos; TIMPONI, Raquel (Org.). **Tecnologias de comunicação e cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SARTORI, Ademilde Silveira; SOUZA, Kamila Regina de. Estilos de aprendizagem e a prática pedagógica educ comunicativa na educação infantil: contribuições do desenho animado para a aprendizagem das crianças contemporâneas. **Revista de Estilos de Aprendizaje**, [s.l.], v. 5, n. 10, 2012. Disponível em: <https://revistaestilosdeaprendizaje.com/article/view/958>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas: Autores Associados, 2021

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação em diálogo com as tecnologias, na educação básica. **Comunicação & Educação**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v20i2p7-14>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e ensino da comunicação, a formação docente. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de; ALMEIDA, Fernando Ferreira de; NASCIMENTO, Genio; SILVA, Robson Bastos da (Org.). **Fórum Ensicom**: fontes e ações para o ensino de comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 2023. p. 93-118. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003167886.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.

Comunicação, Educação e o Uso das Tecnologias: A formação de professores na Costa Rica¹

Antonio Nolberto de Oliveira Xavier²

Na “Sociedade da Informação”, as práticas educativas necessitam, cada vez mais, incorporar os meios de comunicação, as tecnologias da informação e seus diversos dispositivos às novas propostas de Ensino-Aprendizagem. Com o intuito de identificar, nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de docentes, nas universidades públicas da Costa Rica, as disciplinas que tratam da formação dos futuros docentes para o uso adequado dos recursos tecnológicos da informação e comunicação (TICs) como proposta didático-pedagógica, realizamos uma investigação exploratória, focada na análise dos Planos de Estudo das disciplinas selecionadas, assim como a aplicação de questionários a professores e estudantes destes cursos, com a finalidade de registrar as práticas pedagógicas desenvolvidas.

O recorte temporal se limitou ao espaço de 3 anos (2020 a 2022), período em que, devido à Pandemia do COVID-19, vimo a sociedade mundial obrigada a realizar, de forma sincrônica ou assíncrona, atividades pedagógicas mediadas pelo uso de tecnologias da informação, especialmente o computador, o *tablet* e os telefones celulares. A pesquisa realizada teve um enfoque misto, considerando dados quantitativos e qualitativos e, a partir da análise e interpretação desses dados, propõe um caminho teórico-metodológico para a revisão e adequação dos pontos

¹ Trabalho apresentado no Eixo 3 – Mediação tecnológica na Educação, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação – X EDUCOM.

² Antonio Nolberto de Oliveira Xavier é Pós-Doutor em Comunicação e Educação, pela Universidad Estatal a Distância (UNED/CR), Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Mestre em Ciências da Comunicação – ênfase em Semiótica – pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Especialista em Administração e Planejamento para docentes pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); Graduado em Filosofia – Licenciatura Plena – pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social – Rádio, TV e Internet da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de Ilhéus/BA. É membro da ABPEducom desde 2014, membro fundador e atual Coordenador do Núcleo da ABPEducom-NE e Coordenador do GEPeCE – Grupo de Estudo e Pesquisa em Comunicação e Educação (CNPq/UESC). Tem experiência nas áreas de Comunicação e Educação, em nível de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu, atuando principalmente com as seguintes temáticas: Educomunicação, Mídia, Cultura Popular, Manifestações Folclóricas, Estudos de Recepção, Teorias da Comunicação, Semiótica e Folkcomunicação.

considerados deficientes. Diversos documentos, referentes às Diretrizes para a Educação, assim como textos de artigos e pesquisas, tanto no Brasil quanto na América Latina e Europa, registram a necessidade, dentro do espaço escolar, de promover ações e desenvolver atividades que ofereçam aos profissionais da Educação e aos estudantes uma postura mais crítica diante dos meios de comunicação, como apropriação das linguagens, códigos e técnicas das novas tecnologias da Comunicação, para intermediar os processos de Ensino-Aprendizagem. Como exemplo, indicamos Aguaded-Gómez (1999); Aparici (2014); Citeli; Costa (2011); Martín-Barbero (2014); Orozco-Gómez (2014); Prieto-Castillo (2017); Soares (2011), citados nas referências deste artigo.

Levando em consideração o exposto acima, esta pesquisa realizou a coleta e análise de dados cujos resultados buscam servir para a construção de um diagnóstico e, também, de subsídio para se implementarem ações, no âmbito institucional, a fim de responder às demandas da sociedade e suscitar, a partir destes dados quantitativos e qualitativos, a discussão e o estudo sobre as contribuições do Campo da Educomunicação e sua utilização na prática educativa. Vale ressaltar que esta pesquisa complementa a coleta anterior de dados, obtidos a partir do Projeto de Pesquisa sob nossa coordenação, intitulado “Interfaces Comunicação/Educação na produção acadêmica da UESC”, que analisou os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos cursos de Pedagogia e Comunicação Social daquela instituição; do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Educomunicação na produção acadêmica dos cursos de graduação da UESC”, o qual analisou, com a colaboração de bolsistas CAPES e CNPq, os TCCs defendidos nos últimos 10 anos, nos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Santa Cruz, sobretudo os de Letras, História, Geografia, Ciências, Biologia, tendo como objeto de pesquisa o uso de práticas educacionais, ainda que não nomeadamente descritas; também se agregam aos resultados obtidos nesta pesquisa os estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Comunicação e Educação – GEPeCE/UESC.

A escolha dos cursos de formação de professores das universidades públicas da Costa Rica se deu pelo fato de já termos contato com os coordenadores e alguns professores das Escolas, Cátedras e Cursos destas instituições, assim como o registro de estudos publicados pela *Revista Innovaciones Educativas*, periódico publicado pela Universidad Estatal a Distancia – UNED, da Costa Rica, os quais

assinalam mudanças necessárias e ajustes na formação dos profissionais da Educação, em seu país, para responder com maior eficiência e eficácia aos modelos educativos impostos na Pandemia e Pós-Pandemia do CCOVID-19. (Botia, 2021; Cerdas-Montano, 2022).

O objetivo geral deste estudo foi realizar uma leitura e estudo dos Projetos Pedagógicos dos cursos de formação de professores e, a partir daí, analisar os Planos de Estudo das disciplinas selecionadas para registrar aqueles que apresentam os conceitos e metodologias da Educomunicação em suas propostas pedagógicas. Como objetivos secundários, a pesquisa procurou mapear os principais resultados obtidos com as práticas e discussões desenvolvidas nas disciplinas; identificar as demandas dos docentes e as dificuldades surgidas ou intensificadas durante a pandemia, com a prática de classes mediadas; registrar as propostas de inclusão ou modificação de conteúdos específicos Planos de Curso destas disciplinas.

A investigação se baseou em uma metodologia de enfoque misto, do tipo integrado, tomando como referência dados qualitativos e quantitativos. Com relação à profundidade, a pesquisa se caracterizou como exploratória e descritiva. As técnicas de coleta de dados foram a análise documental dos Projetos Pedagógicos e dos Planos de Curso, e a aplicação de questionários estruturados, respondidos via Google Forms. A realização da pesquisa seguiu a execução das seguintes etapas: leitura e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação Docente; seleção dos Planos de Estudos das disciplinas destes cursos, para identificar conteúdos relevantes ao objeto de estudo; após a seleção dos Planos, procedemos à leitura dos mesmos, concentrando a análise nos conteúdos, objetivos e metodologias propostas em cada um (durante esta análise, alguns Planos de Estudo, selecionados na etapa anterior, foram descartados, foram descartados por não apresentarem aderência ao objeto da pesquisa); os dados coletados foram analisados, organizados e tabulados, com a finalidade de obterem-se informações qualitativas e quantitativas sobre o número de disciplinas, curso ao qual pertencem, propostas de práticas pedagógicas ou intervenções realizadas com os estudantes-docentes ou ainda sugeridas como prática futura em sua atuação como docentes; aplicação de questionário aos docentes e estudantes das disciplinas selecionadas; tabulação e análise dos dados dos questionários.

O acesso aos Projetos Pedagógicos e Planos de Estudo se deu através dos *sites* das instituições pesquisadas ou por solicitação, via *e-mail* aos Diretores das Escolas/Departamentos e Coordenadores de Curso. Os questionários foram respondidos *on-line*, através do Google Forms e todos os dados coletados estão organizados em tabelas e gráficos, seguidos de suas respectivas análises e interpretação. Do texto final resultante da pesquisa, não apresentamos, neste artigo, a primeira seção, que trata do histórico das Instituições de Educação Superior (IES) da Costa Rica. De forma resumida, estão listados os cursos selecionados e a descrição das disciplinas cujos conteúdos, objetivos e metodologias foram considerados relevantes para o estudo; os resultados dos dados e análises dos questionários; um histórico e definição da Educomunicação, destacando as relações necessárias entre os dois campos de conhecimento – Comunicação e Educação –, bem como um itinerário da construção do pensamento educomunicativos, além de uma relação de pesquisadores e centros de pesquisa atuais, com indicação das produções teóricas e práticas destes investigadores e onde podem ser encontradas estas pesquisas sobre Educomunicação.

Além dos resultados derivados das análises, na parte final está proposto um roteiro para orientar a elaboração de projetos e propostas educomunicativas, tanto no âmbito da educação formal quanto da educação informal, em espaços comunitários ou privados (Almeida, 2015). Como resultados, entendemos que os Cursos de Formação de Docentes, tanto das universidades investigadas na Costa Rica quanto as do Brasil, e, especificamente o Mestrado Acadêmico em Educação a Distância e Aprendizagem em Rede, da UNED, o Programa de Pós-Graduação em Educação, da UESC e o Doutorado em Educação da UNED são beneficiados com uma investigação que trata da importância de conteúdos formativos, específicos para o uso didático adequado das tecnologias no processo educativo, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância ou metodologias híbridas, mediadas pelas TICs.

Referências

Aguaded-Gómez, J. I. **La Educación en Medios de Comunicación**. Panorama y perspectivas. KR, Murcia. 1999.

Almeida, L.B.C. **As áreas de intervenção educomunicativas**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653029/mod_resource/content/1/As%20áreas%20de%20intervenção%20LIGIA.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

Aparici, R. (org.). **Educomunicação: Para além do 2.0**. Trad. Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas. 2014.

Botia, A. B. **La escuela en un escenario postcovid: lo que hemos perdido, lo que podemos ganar**. Revista Innovaciones Educativas. 23 (35), 7-13. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/rie/v23n35/2215-4132-rie-23-35-7.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Cerdas-Montano, V. et al. **Presencialidad remota desde la perspectiva estudiantil y docente: un análisis de la División de Educación para el Trabajo de la Universidad Nacional**. Costa Rica. Revista Innovaciones Educativas, 24 (36), 101-116. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/rie/v24n36/2215-4132-rie-24-36-101.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Citelli, A.; Costa, M. C. (orgs.). **Educomunicação: Construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas. 2011.

Díaz, A. G. **Tiempos de pandemia y enseñanza universitaria: recrear las propuestas metodológicas entre el hogar y las plataformas de medios conectivos**. Revista Innovaciones Educativas, 22 (35), 50-63. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346157375_Tiempos_de_pandemia_y_ensenanza_universitaria_recrear_las_propuestas_metodologicas_entre_el_hogar_y_las_plataformas_de_medios_conectivos. Acesso em: 03 fev. 2023.

Martín-Barbero, J. **A Comunicação na Educação**. Trad. Maria Immacolata Vassallo Lopes e Dafine Melo. São Paulo: Contexto. 2014.

Orozco-Gómez, G. **Educomunicação: Recepção midiática, aprendizagem e cidadania**. Trad. Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas. 2014.

Prieto-Castillo, D. **Construir para educar: caminos de la educomunicación**. Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación. 135, 17-32. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/467760>. Acesso em: 25 out. 2021.



Soares, I. de O. **Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas. 2011.

Xavier, A. N. de O. **Interfaces Comunicação e Educação: experiências no Curso de Rádio e TV da UESC**. In Ferreira, B. de O.; Haslinger, E.; Xavier, J. B. (orgs.). *Práticas Educativas*. São Paulo: ABP Educom/Instituto Palavra Aberta. p. 106-120.
Disponível em:
<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/24/18/665-1>.

Acesso em: 03 fev. 2020.

Ciência na ponta do lápis: projeto educomunicativo de letramento científico¹

Danielle Leite Barros Pereira²

Izadora Luiza Barcelos Faria³

Karynna Soares Luz⁴

Luiz Henrique Marques Costa⁵

Thuanne da Silva Santos⁶

Christiane Pitanga⁷

A evolução da sociedade, sob vários aspectos, é resultado de experimentações e descobertas advindas de pesquisas científicas, de modo que os métodos científicos utilizados por pesquisadoras/es garantem legitimidade aos resultados, que são, na verdade, uma resposta responsável às demandas sociais. Por esse motivo, é dever das instituições de pesquisa, principalmente as públicas, tornar as pesquisas e seus resultados acessíveis a toda sociedade para que, de forma consciente, cidadãos possam compreender, valorizar e usufruir dos benefícios do trabalho das/os pesquisadoras/es.

A divulgação científica, ao atuar como ponte entre o conhecimento especializado e a sociedade, contribui para o progresso social, econômico e cultural. Por outro lado, a popularização da ciência também contribui para uma sociedade democrática, na qual a tomada de decisões informada e consciente é essencial para o progresso e o bem-estar comum e individual. Informações precisas e confiáveis sobre questões como mudanças climáticas, tecnologia, saúde e desenvolvimento social, econômico e político, por exemplo, proporcionam aos cidadãos uma

¹ Trabalho apresentado no eixo 3-Mediação Tecnológica na Educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Estudante do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); e-mail: danielle.barros@ufu.br

³ Estudante do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); e-mail: izadorafaria@ufu.br

⁴ Estudante do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); e-mail: karynna.luz@ufu.br

⁵ Estudante do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); e-mail: luiz.marquez@ufu.br

⁶ Estudante do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); e-mail: thuanne.santos@ufu.br

⁷ Designer gráfico, mestre em Comunicação e doutora em Educação; Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/Minas Gerais); orientadora do projeto ora apresentado; e-mail: pitanga@ufu.br

participação mais qualificada e ativa no debate público, a fim de exigir políticas, direitos e acessos em diversos âmbitos da sociedade.

Apesar de várias iniciativas para popularização da ciência, incluindo o jornalismo científico, as ações são, majoritariamente, voltadas para o público adulto. Além disso, a divulgação dos resultados por si só não é suficiente para a compreensão das pesquisas e suas aplicações no cotidiano das pessoas. É preciso compreender como se faz ciência, quais as etapas das pesquisas, os procedimentos científicos e o tempo de cada pesquisa, para melhor valorizar o trabalho do/a pesquisador/a. Ou seja, é necessário um letramento em torno do fazer científico que, se começar pelas crianças, certamente irá contribuir para a sociedade consciente e informada a respeito das pesquisas científicas. De acordo com Borges; Damatta (2023, p.1), “letramento científico [...] tem sido colocado como necessário para formar cidadão, o qual, quando é letrado cientificamente, faz uso social da ciência, entendendo informações científicas difundidas no cotidiano e as incorporando às próprias necessidades”.

O letramento é um aprendizado contínuo em que os sujeitos letrados conseguem aplicar/utilizar os conhecimentos adquiridos em suas práticas sociais, seja no âmbito familiar, na esfera religiosa, no trabalho, entre outras. Assim, o letramento ocorre ao longo da vida, podendo ter com ponto de partida a escola. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. (Brasil.MEC, 2017, p. 319).

Isto posto, este projeto, desenvolvido por estudantes do 7º período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, no âmbito da disciplina Projeto Experimental II, tem como objetivo contribuir para a divulgação científica ao propor o letramento do público infantil sobre a ciência, sob a perspectiva da educomunicação.

A educomunicação é uma prática educativa situada na interface entre comunicação e educação, em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio da relação dialógica entre os saberes docentes e discentes mediado por uma

produção midiática. A base teórica da educomunicação tem como pressupostos a educação crítica e dialógica de Paulo Freire (1983; 2016) e a educação comunicativa de Mario Kaplún (1998). Ambos defendem a educação como um processo comunicativo, em que o conhecimento é resultado da interação entre os saberes docentes e discentes.

Portanto, a ideia deste projeto é propor uma abordagem educomunicativa ao letramento científico em que o conhecimento sobre a ciência seja construído juntamente com pesquisadores, docentes e crianças do Ensino Fundamental. Este projeto está em desenvolvimento e deverá ser concluído no início de novembro deste ano. O projeto será realizado com estudantes e docentes do 6º ano da Escola Estadual do Bairro Jardim das Palmeiras, de 18 de setembro a 30 de outubro de 2024, tanto na escola quanto na Universidade Federal de Uberlândia.

Na prática, os estudantes de Jornalismo propõem uma atividade na qual os/as estudantes do Ensino Fundamental possam assumir a posição de divulgadores da ciência como jornalistas científicos. A ideia é ministrar oficinas na escola para docentes e as crianças sobre 1) Pesquisa; 2) Jornalismo e Divulgação Científica e 3) Mídias Digitais, para que possam apreender sobre o desenvolvimento das pesquisas e como elas podem ser comunicadas para os mais diversos públicos por meio de produções jornalísticas. Ao final, as crianças serão estimuladas a realizar um trabalho de campo no qual conhecerão um/a pesquisador/a da Universidade Federal de Uberlândia e, na posição de repórteres, irão apurar, entrevistar e produzir reportagens para divulgar a pesquisa da qual tiveram contato.

A seguir, a estrutura das oficinas propostas no projeto:

Oficina 1: Caminhos para a Ciência

Objetivo geral: demonstrar às crianças as diversas possibilidades de pesquisas.

Objetivos específicos: através da interação com um(A) pesquisador(a), demonstrar o impacto da pesquisa na sociedade e experimentar aspectos práticos da investigação científica.

Carga Horária: 4 h/a

Quem irá ministrar: pesquisador/a da Universidade Federal de Uberlândia

Conteúdo programático:

1. O que é Pesquisa?
2. Caminhos da pesquisa
 - O que pesquisar? Quem pesquisa? Por que pesquisar? Como pesquisar? Para que pesquisar?
3. Experiência Científica (atividade prática):
 - Desenvolver um projeto de pesquisa com tema que esteja sendo estudado em sala de aula ou alguma curiosidade do cotidiano das crianças.

Oficina 2: Explorando o Universo das Notícias

- Objetivo Geral: Introduzir as crianças ao universo jornalístico
- Objetivos Específicos: desenvolver habilidades de comunicação científica nas crianças; incentivar a curiosidade, pensamento crítico e a capacidade de explicar conceitos científicos de forma acessível e envolvente.
- Carga Horária: 4 h/a
- Quem irá ministrar: estudantes do 7º período de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia.
- Conteúdo programático:

1. O que é Jornalismo e o que é Divulgação Científica?

2. Elementos da divulgação científica

3. Atividade prática

O objetivo da atividade prática é exercitar o aprendizado dos estudantes em relação ao jornalismo científico e à escrita jornalística.

Cada criança deverá escrever uma notícia sobre algum tema que esteja estudando na disciplina da qual estamos utilizando o horário.

Oficina 3: Luz, Câmera e Ciência

- Objetivo: explorar as diferentes mídias utilizadas na divulgação científica.

- Objetivos específicos: incentivar a produção de conteúdos jornalísticos para diferentes mídias; desenvolver habilidades de produção científica para diferentes linguagens da comunicação.
- Carga Horária: 4 h/a
- Quem irá ministrar: estudantes do 7º período de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia.
- Conteúdo programático:

1. Mídia: conceitos e elementos

- Características e linguagem de cada mídia: rádio, fotografia e vídeo.

2. Atividade prática

- Dividir a turma em três grupos, sendo que cada um ficará responsável por uma mídia: rádio, fotografia ou vídeo.
- Cada grupo vai escolher textos produzidos na oficina anterior para transformar em notícias adaptadas para cada plataforma.

Obs: A edição ficará por conta da equipe de Jornalismo da UFU.

Visita técnica à UFU para produzir a reportagem

- Objetivo geral: Estimular a produção de conteúdos jornalísticos para diferentes mídias.
- Objetivos específicos: exercitar práticas jornalísticas como apuração, entrevista, redação e produção de reportagens; possibilitar o contato das crianças com os laboratórios de pesquisa científica da UFU; despertar a curiosidade sobre pesquisas desenvolvidas na UFU.
- Roteiro:
 - Visita à Divisão de Divulgação Científica da UFU
 - Visita a laboratórios da UFU
- Local: laboratórios Lamau, Biolab, Niats, CDHis.
- Atividade desenvolvida:

- Dividir a turma em três grupos, sendo que cada um ficará responsável por uma mídia: rádio, fotografia ou vídeo.
- Cada integrante do grupo vai executar uma função, são elas: repórter, apresentador ou cinegrafista.

Espera-se, com este projeto, indicar o caminho ou as possibilidades de implantação da atividade curricular de extensão do curso de Jornalismo, intitulada Comunicação, Educação e Ciência.

Referências

BRASIL.MEC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

BORGES, D. S. L.; DAMATTA, R. A. **Letramento científico e seus desdobramentos na literature nacional e internacional**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6006. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6006>. Acesso em: 15 sep. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a. ISBN 978-85-7753-336-7

KAPLÚN, M. **Una pedagogia de la comunicacion**. Ediciones de La Torre: Madrid, 1998. ISBN 84-7960-185-X

Educomunicação no Plano Nacional de Educação e na Educação Profissional

Alexandre Piero¹

Erika Caracho Ribeiro²

Em 02 de Agosto de 2023, foi sancionada no Brasil a Lei Federal nº 14.645, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica. Esta legislação estabelece o prazo de dois anos, até meados de 2025, para a União, em colaboração com Estados e municípios, criar uma política nacional de educação tecnológica. Além disso, determina uma ação específica que deverá ser contemplada neste plano sobre a mediação tecnológica nesta modalidade de educação, no inciso VI do Art. 4º, conforme segue:

Art. 4º A União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, no prazo de 2 (dois) anos, contado da data de publicação desta Lei, formulará e implementará política nacional de educação profissional e tecnológica que, articulada com o Plano Nacional de Educação, contemplará as seguintes ações, sem prejuízo de outras:

(...)

VI - fomento à capacitação digital na educação profissional e tecnológica, de forma a promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais; (Brasil, 2023)

Destaca-se que já no caput do Art. 4º se prevê expressamente a necessidade articulação da desta política nacional específica da educação profissional e tecnológica a ser criada com o Plano Nacional de Educação.

¹ Graduado e Licenciado em Ciências Sociais e Gestão de Políticas Públicas pela USP, especialista em Educação e Direitos Humanos pela UNIFESP, Mestre em Políticas Públicas pela UFABC. Professor e Coordenador na Escola Técnica Estadual (Etec) Cepam, que fica na Cidade Universitária da USP. www.ale.pro.br

² Graduada e Mestra em Administração Pública pela FGV, Especialista em Educação e Direitos Humanos pela UNIFESP, Doutoranda em Administração pela UnB. Professora da Etec Cepam, Consultora do MEC no Programa Nacional do Livro Didático.

Quase um ano após a sanção da lei sobre a educação profissional e tecnológica, em 26 de agosto deste ano, foi enviado ao Congresso Nacional pelo executivo Projeto de Lei nº 2.614/2024, que propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em cumprimento ao que determina o Art. 214 da Constituição Federal. O texto do projeto tem 18 objetivos nacionais, com diversas metas e estratégias associadas a cada um deles.

Utilizando-se da metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2016), observou-se a ocorrência da palavra “comunicação” e suas variações no texto do projeto de lei. Nele há sete vezes a palavra comunicação e duas vezes palavras derivadas, totalizando nove ocorrências. A primeira está no Objetivo 7: na diretriz 7, “Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital”, o objetivo foi formulado com a seguinte redação: “Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania.” (Brasil, 2024) . Dentro deste mesmo objetivo, o termo e suas derivações aparecem em quatro das onze estratégias e duas metas, totalizando mais da metade de ocorrências no conjunto dessa temática. Porém, cabe destacar também que há uma ocorrência da palavra em uma estratégia da diretriz 8 Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola; uma também numa estratégia na diretriz 9 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos; uma numa estratégia da diretriz 11 Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica; e, por fim, uma numa estratégia da diretriz 17 Participação Social e Gestão Democrática.

A seguir sistematizamos um quadro com todas essas ocorrências destacadas e o contexto da frase em que estão inseridas, com destaque adicionado pelos autores em **negrito** para a palavra:

Quadro 1:

Diretrizes, objetivos e estratégias onde aparece a noção de comunicação no PL do PNE

Diretriz 7- Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital

Objetivo 7	Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania.
Estratégia 7.3.	Assegurar a aquisição e a disponibilização de dispositivos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento das competências de uso crítico das tecnologias da informação e da comunicação por parte dos professores e dos estudantes.
Estratégia 7.6.	Implementar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da cidadania digital, com atenção especial às aprendizagens relativas à educação midiática, à valorização e à garantia dos direitos humanos, e às relações entre a esfera comunicacional e a defesa dos princípios, dos valores e das instituições democráticas da sociedade brasileira.
Estratégia 7.8.	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores da educação básica para a utilização das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem e para a implementação do componente curricular de educação digital.
Estratégia 7.9.	Estruturar a avaliação das competências e habilidades relacionadas ao uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias de informação e comunicação , conforme as diretrizes da BNCC, considerados os saberes relacionados à cultura digital, ao mundo digital e ao pensamento computacional para a educação básica, além das realidades de implementação do currículo de educação digital de forma transversal e específica.

Diretriz 8 - Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

Estratégia 8.13.	Promover articulações intersetoriais com direitos humanos, saúde, meio ambiente e educação ambiental, cultura, juventude, desenvolvimento social e agrário, comunicações e energia, para promover o desenvolvimento da educação nos TEEs e nas comunidades quilombolas e do campo.

Diretriz 9 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

Educação Bilíngue de Surdos

Estratégia 9.19.	Instituir diretrizes nacionais para a educação bilíngue de surdos, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com vistas a orientar a construção de documentos curriculares que considerem: a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino; o português escrito como segunda língua; e as especificidades linguísticas, identitárias e culturais do público-alvo da educação bilíngue de surdos – Paebis, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

Diretriz 11 - Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Estratégia 11.11.	Promover campanhas permanentes de comunicação para informar e orientar a sociedade, em especial os estudantes da educação básica, sobre as áreas de atuação profissional, as ofertas disponíveis e as perspectivas sociais, econômicas e culturais da educação profissional e tecnológica, consideradas as especificidades dos públicos.

Diretriz 17 - Participação Social e Gestão Democrática

Estratégia 17.6.	Estabelecer mecanismos de comunicação entre a equipe escolar, os estudantes, os pais ou os responsáveis, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade.

Nota: Adaptado de Brasil, 2024

Estas janelas de oportunidades legislativas apontam para um cenário de possível, provável e necessária maior presença da Educomunicação nas Políticas Públicas de Educação, em especial da Educação Profissional e Tecnológica: será importante que esses profissionais de interface entre os campos da comunicação e educação atuem e estimulem e dêem suporte aos atuais profissionais da educação e criem terreno para uma nova geração de educadores/as na mediação tecnológica na educação com uso de ferramentas digitais, para o que vem se configurando como a noção de Cidadania Digital.

Agora num novo patamar, configura-se um cenário de convergência de fatores parecido com o apontado por Soares (2002) analisando as conclusões do Fórum sobre Mídia e Educação, promovido, no Brasil, pelo Ministério da Educação, em novembro de 1999:

O desenvolvimento tecnológico criou novos campos de atuação e espaços de convergência de saberes. [Nesse sentido] reconhecemos a inter-relação entre comunicação e educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a educação (Soares, 2002).

Nesta, podemos analisar que a participação social e o uso de tecnologias digitais são elementos constitutivos centrais de processos educativos, nesse caso, formais. Trazer para dentro da educação formal e da educação profissional e tecnológica cada vez mais o empoderamento de grupos sociais, para o aprimoramento de práticas pedagógicas, ampliação do bem-estar social com o fortalecimento e ampliação das práticas de cidadania é um cenário que se desenha na intersecção entre ferramentas digitais, práticas educomunicativas e políticas públicas.

Ainda, para o ensino técnico, há uma preocupação de construção de habilidades profissionais, que para estarem cada vez mais conectadas com a

sociedade, precisa desenvolver habilidades e mentalidade digital nos estudantes. Já há, na Etec Cepam, experiências de incorporação de ferramentas de educomunicação em projetos nessa escola, mais atualmente enquanto projetos de pré-iniciação científica no qual os estudantes recebem bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e são orientados por um docente da Universidade de São Paulo e supervisionados por um docente da escola técnica. O último projeto foi a produção de um podcast a partir de um projeto de autoavaliação participativa desenvolvido na escola com parceria de outras organizações (Etec Cepam, 2024).

Referências

Bardin, L. (2016). **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo, Edições, 70.

BRASIL (2023). Lei Nº 14.645, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cálculo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Recuperado em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14645.htm

BRASIL (2024). Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Recuperado de www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm

ETEC CEPAM (2024). **Projeto de Pré Iniciação Científica 1º semestre de 2024 - Vivências Educomunicativas na ETEC CEPAM e Educom USP**. Recuperado de <https://podcast.gestaopublica.etc.br/>

SOARES, I. O.. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. Comunicação & Educação, n. 23, p. 16-25, 2002.

Ministério da Educação (MEC). **Mídia & Educação**. Perspectivas para a qualidade da informação, recomendações. Brasília, MEC, 2000. p. 24.

Relato de experiência: Podcast Puro Acaso e a corrida por vias de divulgação científica¹

Vinícius de Oliveira²

Gabriela Larissa Lima da Silva

Arthur Gasparindo Moreira

Adriane Pinto Wasko

Ariane Leite Rozza

Introdução

A história recente tem passado por constantes revoluções e reinvenções no ramo da comunicação. Com tantos veículos à disposição e tantas vozes competindo pela atenção do público, a divulgação científica também precisou se reinventar. O contato com a ciência tem se tornado mais relevante devido à crescente necessidade de autonomia intelectual para o viver, à medida que o brasileiro é constantemente exposto a informações falsas, justamente o que a divulgação científica busca combater através do incentivo ao pensamento crítico.

Escolher uma via para difundir estas ideias é muito importante, apesar de desafiador. Sendo assim, este trabalho busca avaliar quais são os desafios por trás da escolha, sob a perspectiva de divulgadores científicos, de um meio adequado para a disseminação de conhecimento científico com o objetivo de atingir a população não acadêmica com um projeto de cunho científico, de maneira a medir o seu impacto e a recepção do público para este tipo de conteúdo. Especificamente pelas lentes do Podcast Puro Acaso entre 2022 e julho de 2024.

¹ Trabalho apresentado no eixo 3 - Mediação tecnológica na educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduando em Física Médica na UNESP pelo Instituto de Biociências de Botucatu. Designer chefe, editor e diretor de arte do Puro Acaso. Trabalha também em outras ações extensionistas de divulgação científica como o Bando de Teatro Científico Siriema, companhia teatral com viés científico, - onde trabalha como ator, produtor, assistente de direção e coordenador - e o Ratos Brilhantes, projeto multimídia de divulgação das ciências da natureza e leitura - onde atua como redator científico, projeto gráfico, direção de arte e coordenação geral. Entre em contato por vinydeoli@gmail.com.

Metodologia

O Puro Acaso opera no formato de Podcast e foi fundado pela Agência de Divulgação Científica e Comunicação do Instituto de Biociências de Botucatu (AgDC), em conjunto com discentes da graduação e da pós-graduação, em maio de 2022. O projeto já disponibilizou 43 episódios no Youtube e Spotify, onde eles seguem disponíveis.

Os episódios do podcast seguem um modelo de entrevistas semiestruturadas lastreadas em tópicos pertinentes à cultura popular, como filmes e séries relevantes, contando com a participação de professores ou pesquisadores especialistas nos temas selecionados. As entrevistas são conduzidas pelos dois anfitriões do podcast: Gabriela Larissa Lima da Silva e Arthur Gasparindo Moreira. Desde 2023, estes episódios, quando julgado necessário, são precedidos de outro episódio complementar gravado entre os membros da nossa equipe.

Todas as conversas são gravadas em áudio e vídeo, editado nos programas Audacity e Sony Vegas e disponibilizado nas plataformas online do Youtube e Spotify quinzenalmente. Então há divulgação dos episódios por meio de redes sociais (Instagram, TikTok e Youtube shorts), onde pequenos trechos mais chamativos são disponibilizados.

Desde seu início, 43 episódios foram ao ar abordando temas em física teórica, genética, pedagogia, zoologia, comunicação científica, paleontologia, programação fetal, drogas de abuso, fisiologia da obesidade, carreira científica, apicultura, energia renovável, inteligência artificial, aprendizado, comportamento animal, física das radiações, entre outros. Contando com a participação de 35 especialistas com formação e experiência nos assuntos discutidos.

Paralelamente, um formulário eletrônico (Google Forms) optativo é disponibilizado a fim de levantar formalmente dados a respeito da recepção pelo público e eficácia da abordagem.

Resultados e Discussão

Com a decisão de se produzir algo com cunho científico, surgem alguns grandes obstáculos a serem superados com a sua escolha de veículo:

- **Popularidade**

Antes de tudo é relevante escolher um formato que possua demanda, e assim, é possível aproveitar o interesse imediato de uma demografia. Atualmente existem formatos populares de divulgação científica como vídeo dissertações, artigos textuais, livros, animação, esquetes, textos jornalísticos, vídeos curtos em redes sociais, revistas e palestras, métodos popularizados por nomes como ‘Nerdologia’, ‘Kyle Hill’, ‘Neil deGrasse Tyson’, ‘TedTalk’, ‘Vsauce’, ‘Kurzgesagt’ e outros. Embora se tratem de conteúdos de qualidade, muitos desses exemplos são vistos majoritariamente por pessoas que já possuem interesse em ciência, porém nosso objetivo é o alcance de pessoas que ainda não manifestaram interesse por conteúdo com esta temática.

Podcasts fazem parte do setor cultural, que tem uma participação de 3% no PIB [1], e de acordo com uma pesquisa de consumidores do eMarketer, o Brasil é o terceiro país no mundo que mais consome podcasts [2], o que torna o formato um bom candidato para um veículo bem sucedido de divulgação científica. Além disso, o podcast mais ouvido do Spotify no Brasil em 2021 foi o “Horóscopo Hoje” [3], programa de conteúdo conhecidamente pseudocientífico, o que mostra que o formato de podcast é popular entre um público que pode vir a se beneficiar do contato com divulgação científica e desenvolvimento de pensamento crítico.

- **Exequibilidade**

Existem abordagens para os mais diversos níveis de infraestrutura, desde cartazes em espaços públicos até programas ao vivo televisionados em horário nobre, e é de suma importância construir o seu projeto em torno de algo que seja cabível às limitações do seu contexto.

Neste caso, a equipe do Puro Acaso pôde fazer uma parceria com a Agência de Divulgação Científica e Comunicação do Instituto de Biociências de Botucatu (AgDC). Nesta parceria, foram cedidos equipamentos de audiovisual como: duas câmeras, três microfones de lapela, um gravador de som e uma ring light para iluminação. Somando estes equipamentos à nossa expertise com montagem e captura de som e vídeo, o formato de um videocast (podcast com vídeo) se tornou plenamente possível para os nossos recursos.

- **Acessibilidade e alcance**

Uma parte relevante de se produzir um conteúdo de divulgação científica é a garantia de sua acessibilidade a despeito da pluralidade da população. Dessa forma, incluir pessoas portadoras de deficiências deve ser uma preocupação de todo divulgador para atingir o máximo de pessoas possível. Tendo isto em mente, desde o princípio optar por algo que possa ser distribuído online nos maiores veículos disponíveis é extremamente positivo para qualquer projeto.

No caso do nosso videocast, esta modalidade acomoda pessoas portadoras de deficiência visual, uma vez que os episódios são disponibilizados no formato de áudio, e ainda contempla pessoas portadoras de deficiência auditiva por contar com a ferramenta de geração de legendas automáticas disponível na plataforma Youtube. Assim sendo, optamos por nos distribuir através do Spotify, que é o favorito de 35.4% dos consumidores de podcast em 2023 [2], e do Youtube, o qual também permite o incremento de acessibilidade. Ademais, cabe ressaltar que podcasts são populares por serem amigáveis à rotina do ouvinte, que pode consumi-lo enquanto realiza outra atividade.

Para intensificar o alcance os episódios são divulgados trechos curtos dos episódios por meio das redes sociais Instagram, TikTok e Youtube shorts, as redes de vídeos curtos mais populares atualmente [4].

- **Apresentação**

Por fim, ainda bastante relacionado à questão do alcance, o conteúdo produzido pode contar com uma comunicação visual chamativa. Ser chamativo é de grande importância para a divulgação científica, visto que em geral a comunidade não busca ativamente ciência, portanto, ser capaz de atrair um público que não tinha interesse à princípio em ciência é essencial para um ação que visa conquistar novos interessados na temática.

Em vista disso, foi admitido um designer na equipe para a produção de imagens e animações que se encaixem na proposta e tendências que a nossa demografia de interesse costuma consumir.

- **Impacto**

Durante um ano de podcast, tivemos 4.208 visualizações no Youtube e 537 visualizações no Spotify, logo, 88,68% das nossas visualizações vem do Youtube. No Youtube, adquirimos 223 inscritos. 74,2% das visualizações são de usuários que não estão inscritos no canal, o que implica em uma divulgação potente.

Nas redes sociais, onde paralelamente postamos cortes, obtivemos um total de 26526 visualizações, cujo 9250 vem do Tiktok, 61423 do Instagram e 2.632 do Youtube Shorts.

No formulário eletrônico disponibilizado, foram feitas as seguintes perguntas:

- “Como você classifica o conteúdo do Podcast?” (Alternativas: “Ruim”, “Regular”, “Bom”, “Ótimo”)
- “Como você considera a qualidade técnica do Podcast?” (Alternativas: “Ruim”, “Regular”, “Bom”, “Ótimo”)
- “Você considera o formato do Puro Acaso diferente em relação à outros Podcasts?” (Alternativas: “Sim”, “Não”)
- “Você já aprendeu algo novo ouvindo ao Puro Acaso?” (Resposta aberta)
- “Se você respondeu sim na pergunta anterior, nos conte o que você aprendeu.” (Resposta aberta)
- “Você tem um episódio favorito? Qual ou quais são?” (Resposta aberta)
- “Deixe sugestões ou comentários” (Resposta aberta)

No total, 7 pessoas responderam ao formulário. As respostas quanto à classificação do conteúdo e qualidade técnica do podcast foram ambas extremamente positivas, com todos colaboradores respondendo “Ótimo”, a resposta mais positiva. Todos os contribuintes também assinalaram “Sim” para o Puro Acaso ser um podcast diferente e para terem aprendido algo o assistindo.

Nas perguntas de resposta aberta, todos elogiaram a iniciativa e deram sugestões relacionadas ao formato e minutagem dos episódios. Apesar da baixa adesão, dentre as respostas obtidas, foi demonstrada satisfação com os conteúdos e fixação de conteúdos científicos, como o funcionamento de neurônios espelho e

outros conceitos abordados nos episódios, o que mostra que o formato de podcast é capaz de veicular ideias complexas.

Por fim, em 2023 o Puro Acaso ainda foi eleito como o melhor podcast da cidade de Botucatu através de votação popular realizada pela empresa Ipope.

Conclusão

A divulgação e comunicação científica é fundamental e precisa ser levada à população de uma forma atrativa, mas como fazer isso é um ponto de discussão com diversas respostas. Dadas as informações acima, é possível afirmar que o formato de podcast pode ser uma das modalidades bem-sucedidas em comunicar e captar interesse da comunidade não acadêmica.

Referências

Ministério da Cultura. **"A formidável participação da cultura no PIB"**. Estadão. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-que-pib-da-cultura-supera-o-da-industria-automobilistica>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

eMarketer. **"Podcast Listeners by Country"**. Oberlo. Disponível em: <https://www.oberlo.com/statistics/podcast-listeners-by-country>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

MAZZEU, Fábio. **"20 estatísticas de podcast: a lista definitiva"**. Feedgurus. Disponível em: <https://feedgurus.com/estatisticas-de-podcast/#:~:text=O%20Hor%C3%B3scopo%20Hoje%20foi%20o,e%20Caf%C3%A9%20da%20Manh%C3%A3%20respectivamente>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

Statista. **"Leading social video platforms and features 2024, by video views"**. Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1466343/short-video-platform/>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

Videoperformance, Educomunicação e Arte

Eliana Angélica Peres D'Alessandro¹

O conceito de Educomunicação surge da inter-relação de duas grandes áreas do conhecimento, a Comunicação e a Educação, seu princípio é a gestão de ecossistemas comunicativos com o objetivo de alinhar a um nível igualitário o pensamento crítico dos indivíduos (FREITAS, 2015). A formação em Artes é essencial para o desenvolvimento integral de todos, sobretudo para aqueles que, inseridos nos processos educacionais, carecem de seus conteúdos, enquanto Ciência, para a inserção desses em suas aulas, independentemente da disciplina ou série em que ensinam.

A Base Nacional comum curricular (BNCC), documento atual que serve de norte para a Educação Básica brasileira, traz o ensino da Arte como uma linguagem a ser abordada desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, e até mesmo na Educação para Jovens e Adultos (EJA) (BNCC, 2017). Este estudo propõe mostrar um curso o qual ministro desde o ano de 2017, para a formação de professores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP). A iniciativa partiu da observação que uma aula de Matemática ou Física em que o docente não tem qualquer conhecimento nas Artes Visuais, perde muito em conteúdo por não poder por exemplo, comparar as obras e técnicas de Leonardo da Vinci às grandes invenções dos séculos posteriores, ou mesmo para falar sobre a Arte e Arquitetura Romana em relação à estética e aos cálculos até hoje realizados para as construções.

Em uma aula de Língua Portuguesa, onde o docente desconhece qualquer noção sobre música, isso o impede de relacionar de um modo mais amplo a sonoridade e sua inserção nos Poemas, onde muitas vezes letra e música são artisticamente interdependentes. E o que falar então de um professor de Geografia que desconhece a Arte presente em Pompéia e a sua influência nas vestimentas e nas cores usadas na Arte dos Romanos antigos. O teatro tem sua ligação direta com a História, desde a Grécia antiga, onde provavelmente nasceu, até os dias de hoje

¹ Prof.^a Mestra. Em Artes Visuais pelo IA UNESP

em suas diversas manifestações e modificações no tempo (COSTA, 2010). Observa-se, portanto, que sem os conhecimentos no campo das Artes qualquer conteúdo ministrado fica empobrecido, pois eles são complementares. Baseando-se no acima exposto, foi criada a formação “Videoperformance, Educomunicação e Arte promovendo a interdisciplinaridade”, que propõe uma formação básica, aliando as Artes à Educomunicação, dentro de um sistema interdisciplinar que instiga e provoca o docente a inserir a Arte e a tecnologia em suas aulas, bem como, a procurar os conhecimentos das Artes para complementar seus estudos.

A Arte contribui para o engajamento dos estudantes para intervenção social pela e com a cultura, contribuindo, pela Educomunicação, para a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) de professores e estudantes, com o desenvolvimento das habilidades relacionadas à educação midiática previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Em Artes, a proposta do curso visa promover a aprendizagem por meio de projetos que envolvam mais de um componente curricular formando o docente, nas várias linguagens artísticas (visuais, teatro, dança, música) por meio da abordagem da Videoperformance. Dentre os objetivos a serem atingidos, destacam-se: Ampliar os conhecimentos das linguagens teatro, música, dança e artes visuais; trabalhar as linguagens artísticas utilizando como base a Performance; orientar para produção de vídeo performance para uso como prática pedagógica; contribuir para a articulação da linguagem Artes Visuais, visando apoiar atividades pedagógicas.

A Formação em Artes, em suas quatro Linguagens (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) no Brasil, segundo Ana Mae Barbosa (BARBOSA, 2013), importante Arte Educadora no Brasil, foi concebida como disciplina obrigatória somente a partir do ano de 1996 (LDB 9394/96). Anteriormente a esta data, nenhum estudante teve em seu currículo esta formação. A partir desse pressuposto, somente quem nas estudou depois do ano de 1996 pode ter acesso a total a essa disciplina em seu currículo escolar. Agora, pensando nos educadores da grande maioria das escolas, formados antes desse período, podemos inferir qual foi sua formação com relação às Artes, seguindo o histórico abaixo. Em seu artigo, intitulado, “Arte-Educação no Brasil, realidade hoje e expectativas futuras”, Ana Mae (1989), descreve a trajetória histórica desta implementação do componente curricular Artes nas Escolas brasileiras, seus entraves e interpretações. Ela inicia falando sobre a Lei 5692, do ano de 1971

denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que por meio do acordo MEC – USAID, reformulou a Educação Brasileira, diz ainda ser esta lei, um acordo ideológico entre o governo militar no Brasil e o governo norte americano. Nesta ocasião a criança era profissionalizada a partir da sétima série do antigo ginásial, com o intuito de obter mão de obra barata para as companhias multinacionais com grande poder econômico no país naquele período. Nesse contexto, onde as disciplinas de Sociologia, Filosofia e História haviam sido banidas da Educação, as Artes enquanto componente curricular era a única abertura às humanidades e ao trabalho criativo na escola (BARBOSA, 1989). O Regime militar permaneceu no país desde 1964 até 1983.

As universidades nesse período só podiam preparar os professores para o desenho, em especial o desenho geométrico. Paralelamente desde o ano de 1948 havia o movimento das Escolinhas de Arte, com 32 unidades (em geral particulares) espalhadas pelo país, que tentava desenvolver a auto expressão das crianças e adolescentes e cursos de arte educação para professores e artistas. Neste contexto, o Governo, para atender à lei de 1971, decide criar em 1973, Universidades com a licenciatura em Educação Artística (BARBOSA, 1989). Nesse período, o currículo básico da Universidade consistia em preparar os docentes em somente 02 anos para lecionar desenho, teatro, música, desenho geométrico da primeira série até o antigo colegial. Na prática os professores formados em “Educação Artística”, ensinavam basicamente, desenho geométrico, desenho de observação e distribuíam as folhas mimeografadas para colorir nas ocasiões cívicas e festivas. Nem tão pouco a disciplina exigia que o aluno tivesse notas ao contrário dos outros todos componentes do currículo (BARBOSA, 1989). Em 1988, após a abolição do Regime Militar no Brasil, com a nova constituição de 1988, na seção sobre educação, artigo 206, em seu parágrafo II, a Constituição determina: “O ensino tomará lugar sobre os seguintes princípios (...) II - Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e disseminar pensamento, arte e conhecimento”. (BRASIL, 1988).

A partir desse período de redemocratização do país, as associações de professores de Artes têm trabalhado para que a formação fraca e superficial em Artes fosse aos poucos se transformando progressivamente, até culminar na lei (LDB 9394/96), onde o ensino das Artes, como mencionado anteriormente, se torna obrigatório. Ao explorar mais a fundo a formação oferecida aos professores da SME SP (Videoperformance, Educomunicação e Arte promovendo a interdisciplinaridade),

se poderá verificar as experiências práticas e a sua evolução no tempo desde o ano de 2017 até o ano de 2024. No início, em meados do ano de 2017, essa formação promovida pelo Núcleo de Educomunicação da SME SP, atendia dentro das DRES (Diretorias Regionais de Ensino), de modo totalmente presencial, com exercícios práticos de Improviso em Teatro, Performance e Leitura de Imagens, entregando ao final das aulas um trabalho final, que visava a aplicação de um projeto em sala de aula. Já no ano de 2020, com a Pandemia de Corona vírus que impediu a reunião presencial de pessoas, uma outra metodologia teve de ser estudada para a implantação na Rede. Nesse momento as aulas passam a ser totalmente virtuais, os trabalhos em grupo são feitos a partir de então mediante reuniões em grupos de WhatsApp formado pelos alunos, as produções dos trabalhos passam a ser entregues em vídeos salvos em grupos de Youtube e esses, passam a ser bons “instrumentos” para suas aulas on line.

Os temas dos trabalhos finais dos grupos de professores são em geral, ligados a conteúdos de disciplinas, à própria escola e seu entorno, a questões de preconceito de raça, cor ou gênero, dentre outros. Esses vídeos passam a fazer parte do acervo de material dos alunos do curso, bem como um RAE (roteiro de atividades Educomunicativo), que consiste em um Projeto Educomunicativo e artístico aplicando o material de estudo desta Formação. Por meio dos trabalhos entregues pelos professores formados e mesmo por pesquisa realizada por um questionário no final das formações, foi apurado que os professores, aprendem conteúdos que ampliam sua capacidade criativa e com os quais a maioria deles jamais tinha tido contato durante a sua formação geral.

A formação de professores da Educação Básica brasileira é um tema de suma relevância que precisa ser debatido, revisto e priorizado haja vista que novas demandas surgem ao longo dos anos, e a formação inicial desses profissionais já não é o suficiente para atender as novas propostas que visam principalmente uma visão holística sobre a educação, um olhar mais apurado não apenas para as necessidades dos educandos, mas também dos educadores para que essa educação seja, de fato, significativa. Acredita-se, portanto, que a experiência artística interdisciplinar na escola promove o exercício da liberdade, da Cultura e da criatividade. Na história do nosso país, como pudemos ver não se visava formar cidadãos em Artes, mas, com o passar do tempo, percebeu-se totalmente necessária essa formação, como também

a da Educomunicação e Tecnologias para uma vida cheia de desafios que os novos tempos trazem.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BARBOSA, Ana Mae. (Org.) Arte- **Educação**: leitura no subsolo. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estudos avançados**, v. 3, p. 170-182, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8536>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9391, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Presidência da República- Casa Civil. Subchefia para jurídicos. Brasil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

COSTA, Amanda Loost. O surgimento do teatro nacional: Martins Pena ilumina Molière nos palcos do século XIX. **ITINERÁRIOS–Revista de Literatura**, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/3153>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FREITAS, José Vicente. Educomunicação: contextualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 10, n. 2, p. 149-162, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2072>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade**: Ensino Fundamental: componente curricular: Arte. – 2.ed. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/CC-Arte.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Florestania Possível: A importância das relações de luto nas expressões poéticas periféricas¹

João Augusto Rodriguez Quintino²

Introduções

Na interface da educomunicação socioambiental com a centralidade da expressão das artes, conjurei formulações prontas para pensar políticas públicas, mas por vezes, estudei, revisei que tive a pretensão de educar políticas públicas imaginando e sonhando que apenas indicar referências poderiam nos trazer respostas definitivas. Redescobri que, para além da palavra, podemos interpretar signos e códigos dos processos a partir das demais práticas coletivas do cotidiano, tentando entender as etapas estratégicas, táticas e operacionais com permanente revisão em contextos emergentes indígena e não-indígena.

Portanto, da conexão de Matas Atlânticas e Caatinga entre Pernambuco e São Paulo, “Salve Caboclinho” (CHEGOU A HORA, 2024).

A formulação da política é crucial, mas também deve 'servir' para além do sentido útil (KRENAK, 2021), como ligações entre nossos sentidos comuns aflitivos e de sofrer em épocas de apartamentos celulares que estimulam o *FOMO* (*Fear Of Missing Out*) enquanto despolitização (DUNKER, 2017). Para regar a plenitude que nos fomenta além da sensação iminente de perda, apontamos a necessidade de ação e reflexão que não é apenas reativa, mas também sábia no esperar, ser e estar (KAZAN, 2020). Desconectamos de umas redes, para se conectar às escutas sensíveis, a quem pensamos ser outras, em outros centros (hooks, 1984).

A escuta dessas significações vieram do *speed flow* – rima acelerada - com poética lírica *slow*. Composta por Siba Puri, Chegou a Hora, retoma: “você ri quando eu falo do poder do amor/ e não entende que ele pode ser a solução, então me diz

¹ Trabalho apresentado no eixo 4 do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Racializado branco, de classe média e paulistano. juao.k@usp.br O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 33002010096P7.

qual é o teu motivador, quando tu vai pra rua gritar por mais união?” (CHEGOU A HORA, 2024).

Verbalizar a dor não é fácil (RIBEIRO, 2021), mas podemos nos esforçar e tentar interpretar os processos da experiência dialógica nesses ambientes, e além deles, onde encarar e conversar a respeito de nossos lutos (porque todos nós carregamos lutos, perdas, saudades e/ou ansiedades) - fatos que nos impactam, e que nos convidam a escutar de forma transversal (ADICHIE, 2021), com os olhos, a boca, nariz e demais sentidos simbólicos que habitam em nosso corpo(uz).

A centralidade dessas reflexões nos admite que uma (e mais) vez(es) que (re)pensar a Justiça Climática é avaliar o quão doente nossa sociedade se encontra, apresentar a perspectiva de terror de ideia de fim de mundo causa estresse climático com a possibilidade da queda do céu (BRIANEZI; VIANA, 2023). Mas, se a ideia de apocalipse constante só tem acelerado ainda mais a falta de gestão de riscos adequadas e responsáveis para de fato evitar o pior, podemos desacelerar, reparar-nos, ouvir o tempo e formular mitigações, de forma conjunta e engajada.

De forma melhor, com diagnósticos e curas que não só nos patologizam e/ou isolam, mas também nos convidam a transitar em quais energias e sofrimentos apostamos para nossas presentes e futuras gerações, questionamos se os que já passaram desse plano estão satisfeitos, orgulhosos e honrados com o que temos feito com o Planeta quando oramos, rezamos e meditamos? Como lembra Siba: “A sorte está ao nosso favor, tempo ruim não vai andar, segure firme e fique bem, chegou a hora de ancorar” (CHEGOU A HORA, 2024).

Não somos uma poesia histórica, mas podemos comunicar várias que nos façam lições de tentarmos conviver (HARARI, 2018; ADICHIE, 2015). Ao pensar a importância das relações de luto na expressão poética perifizada, pretendemos ressignificar experiências e vivências nas apresentações e participações sociais que pensam a cidadania para além do conceito de *accountability*, de prestação de contas mecanicistas desterritorializadas em meta, formatação e educação bancária. Isso exige de nós a flexibilidade metodológica em terceiras vias, linhas, curvas e eixos que também ouçam as composições consumidoras e cidadãs, quais são seus motivos, vontades, e como podemos honrar a importância de alguns dos pilares das poéticas periféricas - a responsabilidade e o respeito. Encanta Puri: “Temos pouco tempo

perdido, e muito tempo para amar, espero que tu esteja bem, e aprenda a lutar” (CHEGOU A HORA, 2024).

Florestanias

O conceito de Florestania composto por Ailton Krenak (2022), em coletividade com Antônio Nego Bispo e Conceição Evaristo (MAIS QUE RIMAS, 2023), é também um ponto de partida para pensar tais educomunicações possíveis (SOARES, 2018), onde religiões e culturas dos mais velhos, com suas diversidades e interseccionalidades (CERQUEIRA; LAGO; NONATO, 2022), podem se encontrar no sentido da harmonia e confluência estabelecida na tolerância, respeito e paciência. Esses pilares não-lineares de moral, costumes e tradições perpassam a definição de ser com e para além do dispositivo de mérito humano branco (CARNEIRO, 2023), exaltando nossas expressões de alteridades por meio da arte de dançar a vida (KRENAK, 2021; SILVA; VIANA, 2019), mas também no assuntar (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2021), produzindo a partir da dialética que (re)pensa a saúde territorial dos trabalhos e regimes de visibilidade em tempos de sofrimento cotidiano na linha ansiosa de mensagens do tempo (CHEGOU A HORA, 2024). Qual é a cor dos olhos que são impedidos de sangrar a dor?

Florestania(s) não é o oposto da cidadania, é uma parte vital dela. Entender o espaço ecossistêmico de entendimento que baseou as origens dos burgos, das cidades é necessário para saber como viemos parar aqui em meio a tantos dispositivos. Florestar é traduzir tais realidades simétricas de mutualidade onde elegemos e admitimos derrotas, lidamos com o orgulho e a sensação da branquitude hegemônica de vingança e injustiça étnico-racial (CIDA BENTO, 2022), nos curando com o (re)sentir afirmativo dos territórios de vivência cotidiana de desafios e (des)necessidades. Assim, lembramos que as Florestas também dependem da escuta de consciências e das memórias antirracistas (GONZALEZ, 2020) dos moradores dos biomas de contexto urbano periferizado e centralizado, e de suas expressões artísticas coloniais e/ou não, reflorestando, conectando a raiz de um país-continente que já esteve mais unido além das tecnologias modernas e contemporâneas vinculadas ao narciso da colonialidade.

Mas já fomos Pangeia? “Ancora na tua Mãe Terra, amor e união” (CHEGOU A HORA), que pode ser a criação transformadora de um Pai, e/ou algum ser que também não precisa ter vergonha de chorar pra se empoderar independente de identidades cis/trans-masculinidades, feminilidades, mulheridades, transvestigeneridades sugeridas e incorporadas. Com Chegou a Hora, ouvimos que, Rapé cura, porque é medicina *das Floresta*, em bom e escuro pretuguês.

Utopia é Distopia?

Esse sentido afetivo de nos vermos irmãos, companheiros, parentes, camaradas e cidadãos em distintos biomas, transporta o descongestionamento da classificação de pessoas conforme opiniões maniqueístas, definitivas e secas de bem e mal. Religando e bordar a poesia periférica (KAZAN, 2020), é nos fazer e desfazer em fatos que vão moldando nossas vivências na binariedade, produções intermináveis de arte na poética e seu método cartesiano e cordial de escrita.

Ouvir é parte da expressão comunicativa da arte possível íntimo (LEGÍTIMO, 2023), cuja grafia poética, apesar de finita em um planeta não-superlotado, conta com o fato de que muitos habitantes humanos ainda não conseguiram gerenciar mediações comunicativas recicláveis. E, por vezes, somos esses sujeitos, sujeitas. Mas podemos melhorar, porque esperar, dialogando com a educação ambiental crítica de reparações possíveis, críticas, de direito. Ao realizar, perceber, que podemos estimular o melhor de cada ser em seu (auto)reconhecimento (HAHN, 2015), podemos encontrar soluções possíveis não só na perspectiva de lucro a curto prazo, mas também da importância de um abraço forte, com jeito e respeito em quem por tanto tempo insistimos em 'ficar de mal' por expectativas de mais.

Aplicando a poética de Chegou a Hora às Florestanias, notamos algumas possibilidades de entendimento e conciliação terapêutica que nos convidam a pensar extrativismos em contexto de subalternização e subsistência, redefinindo o que é força. Também, com jeito, notamos que a perda de tempo na produtividade autodestrutiva de tempo digital pode ser que revele que a(s) utopia poéticas vão acabar se tornando a única opção possível de políticas públicas, em várias histórias além de storie. Mas, o que pretendemos comunicar não é uma solução definitiva de ação cidadã e direito consumidor, mas/e também de nos esforçar para o equilíbrio

entre tantos sofrimentos, questionando se podemos nos educar com artes do sonho com benefício psico-lógico (TRANSMASCULINO DO GUETTO, 2023).

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de Uma História Única**. SP: Cia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notes On Grief**. NY: Knopf, 2021.

BRIANEZI, Thais; VIANA, Claudemir Edson. **Educomunicação, Bem Viver e Justiça Climática: Sinergias Potencializadoras de Outros Mundos Possíveis (E Necessários)**. In: MELO, Daina K; LAGO, Cláudia. Educomunicação e Outras Epistemologias. SP: Paulus Editora, 2023, p. 102-116

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Zahar: 2023.

CERQUEIRA, C.; LAGO, C.; NONATO, C. **Comunicação, Mídia e Interseccionalidade: uma relação necessária**. Revista Mídia e Cotidiano, v. 16, n. 3, p. 1-6, 21 set. 2022. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/55923>> Acesso em 22 jul. 2024.

CHEGOU A HORA. [s. l., s. n.]. 3 set. 2023. 1 vídeo: 3 min, Publicado pelo canal Siba Puri. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=2slVFiyOC7Q> > Acesso em 30 ago. 2024.

CIDA BENTO. [s. l., s. n.]. 2 mai. 2022. 1 vídeo: 104 min, Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pA7bZnpRWnY> > Acesso em 30 ago. 2024.

CONCEIÇÃO EVARISTO. [s. l., s. n.]. 6 set. 2021. 1 vídeo: 104 min, publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw> > Acesso em 29 ago. 2024.

CONFLUÊNCIAS E ESCRIVIVÊNCIAS MUITO MAIS QUE RIMAS. [Rio de Janeiro: s. n.] 15 out. 2023. 1 vídeo (100 min). Publicado pelo canal FLUP RJ. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfwBQ&t=3460s>> Acesso em 29 ago. 2024

DUNKER, Cristian. **Reinvenção da Intimidade: Políticas do Sofrimento Cotidiano**. SP: Ubu, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. SP: Zahar, 2020

HAHN, Thich Nhat. **Medo: Sabedoria Indispensável para Transpor a Tempestade**, SP: Vozes, 2015.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século 21**. SP: Cia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Feminist Theory: From Margins To Center**. Boston: South End Press, 1984.

KAZAN, Evelyn MEDEIROS. **Mulheres Periféricas e Autorrepresentação**: Uma Análise do Nós Mulheres da Periferia. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não É Útil**. SP: Cia das Letras, 2021.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. SP: Cia das Letras, 2022.

LEGÍTIMO. [S.l.: s. n.] 17 mai. 2023. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal JUPI77ER. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=MTpUdbT9ukE> > Acesso em 29 ago. 2024

RIBEIRO, Djamila. **Cartas Para Minha Avó**. SP: Cia das Letra, 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 13–25, 2016. DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v21i1p13-25](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v21i1p13-25). Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>. Acesso em: 29 ago. 2024.

TRANSMASCULINO DO GUETTO. [S.l.: s. n.] 19 jul. 2023. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Joseph Rodriguez DJ. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Dbup5kbY5jk> > Acesso em 29 ago. 2024

EXPRESSÃO COMUNICATIVA

POR MEIO DA ARTE

EAD x Teatro Online Síncrono:

Educomunicação na formação de espectadores ativos¹

Gabriel Fontoura Motta²



Figura 01: *Los Ciegos* audiobook disponível no Spotify³ e demais plataformas de *streaming*

Fonte: Código gerado pelo site <http://www.qr-code-generator.com/>

Este estudo analisa o processo criativo do audiobook *Los Ciegos*, elaborado no contexto do curso autoral de teatro online focado no ensino do espanhol como língua estrangeira (ELE), denominado *¿Hablas Español?*. Os alunos são indivíduos com mais de 60 anos, provenientes do programa de extensão "universIDADE" da Unicamp. O problema de pesquisa concentra-se nos efeitos da vivência em uma

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. "Expressão comunicativa por meio da arte" do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Ator, educador e pesquisador. Mestre em Artes da Cena (Unicamp, Capes), graduado em Teatro Licenciatura (UFRGS). Professor de Espanhol e Teatro, investiga o uso de Não Atores na cena. Possui interesse na interdisciplinaridade entre Dramaturgia e o Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) no Brasil, com ênfase em processos online. Possui experiência com produção e atualmente apresenta o curso de teatro "O Feed da Nossa Vida" e ministra aulas de Espanhol através do site SuperProf. Visita instituições proporcionando os "Jogos Teatrais" com o uso dos Teatros do Real como mediação entre o convívio e a documentação como linguagem. Autor da dramaturgia "Cumaná" realizada com imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. (UNICAMP, PPGADC) Rio de Janeiro (RJ) Contato: ogabrielfontoura@gmail.com

³ Trabalho apresentado no eixo 4. "Expressão comunicativa por meio da arte" do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

sociedade imersa no “Capitalismo Cognitivo” e na diminuição da percepção de alteridade que essa imersão provoca em nosso “Corpo Vibrátil” (Rolnik, S., 2006). O teatro, arte milenar, pode ser útil para a expressão da criatividade, sensibilidade e, principalmente, para a interpretação crítica da narrativa consumida pelas pessoas na vida pessoal, social e digital. Busca-se a desterritorialização estimulada pelo teatro, através da relação horizontal entre discente e docente chamada pelo autor de “Sensibilidade Pedagógica”, assim, operando-se com arte para tentar quebrar os “Jogos da Verdade” imersos nas amarras sociais observadas também nas relações macro e micro políticas chamadas de “Pastor-Rebanho” e “Cidade-Cidadão” por Michel Foucault (1992). Ensinar duas disciplinas, Teatro e Espanhol, pode flexibilizar o poder cognitivo ao estimular o sistema subcortical e os órgãos dos sentidos. A pesquisa interdisciplinar busca um posicionamento diferente da Educação à Distância (EAD), para investigar a conexão síncrona por vídeo chamadas, mantendo o aluno ativo e participante e unindo conhecimento e entretenimento ao utilizar-se da gamificação no mundo virtual através das Artes da Cena e no Ensino de Idiomas. A metodologia etnográfica encontra na cartografia dos *Hypomnemata* uma tentativa de construção subjetiva como agenciamento afetivo no processo criativo com pessoas que nunca fizeram teatro antes. Os simbolistas neste trabalho destacam a importância da situação global sobre a ação individual, essencial para a presença humana em um planeta imerso em desastres climáticos e racismo ambiental. A glocalização é analisada em termos da ética e estética do conteúdo entre Autor e Obra. Acredita-se em uma Ação Cultural (Coelho, T., 1999) para manter uma interpretação ativa do *storytelling*, evitando a mediação passiva dos algoritmos. É a partir da interpretação de não atores no Teatro Estático de Maurice Maeterlinck, autor da dramaturgia “Os Cegos” (1890), que a ficcionalização em tecnovivio (Dubatti, J., 2014) explora a criatividade a partir do jogo em “Pulsão de Ficção” (Sperber, S., 2009). O elenco busca a verossimilhança na interpretação explorando sua “inocência” de não ser ator, em diálogo com os personagens andróides do teatro simbolista na *mise en scène* desta cena digital. Dos resultados obtidos até o presente momento, observa-se uma melhora significativa nos sintomas negativos, como a consciência do combate ao consumo e disseminação de *fake news*, o destravamento da criatividade e da expressão contrária ao isolamento social e à depressão causados pela influência da mídia etarista também em um contexto pós-pandêmico. Em síntese, o objetivo é promover o acesso horizontal ao teatro por meio do aprendizado da língua espanhola,

utilizando-se da educomunicação e alinhando-se à visão de "Uma Educação de Qualidade" inspirada no 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presente na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O tema central desta pesquisa é o teatro para todos. Eu acredito que o teatro é para todos. No contexto deste trabalho entende-se que o ensino do teatro pode funcionar como ferramenta de auxílio prático para o cotidiano de Não Atores, nesta oportunidade trabalhando com pessoas 60+ interessadas em estudar Espanhol e Teatro online, vinculados ao programa universIDADE e que toparam participar, e dar voz, a este audiodrama protagonizando este trabalho. Com o crescente número de desastres climáticos, pandemias e conflitos globais o teatro conecta-se ao ensino de idiomas (ELE - Espanhol como Língua Estrangeira) de maneira prática para tentar combater os efeitos do Capitalismo Cognitivo em nosso "Corpo Vibrátil" através da educomunicação. A instrumentalização digital do elenco abraça, também, a possibilidade de interpretação crítica do que consome-se nas redes sociais, e na vida como um todo, a partir do teatro. Esta pesquisa acredita que o teatro online pode fazer o uso de uma tecnologia disruptiva como uma ferramenta na e da educomunicação para desterritorializar nosso corpo vibrátil. "Uma ordem positivista de progresso verde-amarelo, percorrida passo a passo em cadência de marcha militar numa reta só." (Rolnik, S., 2006, p. 78) A dramaturgia de Maeterlinck é tão genial que abraça as tecnologias disruptivas, em prol da educomunicação em uma relação em que o efeito de presença do ator é gerado a partir dos novos meios da era digital, como o audiodrama, mas criada há mais de cem anos. Linguagem que é trabalhada como uma reconstituição das radionovelas, que também tinham mediação com o público. A diferença é vista na forma de engajamento, outrora com a audiência das rádios, e, agora, como comentários nas redes sociais ou com a própria contabilidade de visualizações do trabalho nas plataformas digitais. É no entendimento da potência de encontros, do poder de aproveitar um momento criativo no interesse de aprofundamento do novo, do sentir-se pertencente, como coletivo, conectados no agora que publicamos o trabalho. Entendemos o audiodrama como uma dramaturgia expandida ao vermos arte na documentação como linguagem. Justifica-se esta pesquisa através do papel do público. Que público? A audiência que poderá escutar o audiodrama quando quiser, para sempre. Através da aproximação e formação de novos espectadores por meio da sensibilidade pedagógica. Se todos temos um papel

na sociedade, como podemos compreender essa personificação através da resiliência, em consonância com a alteridade, como um fator disruptivo para desafiar práticas coloniais? Uma formação humana tão cara para os dias atuais. Na peça de teatro escolhida para representar o nosso fim, o fim do curso *¿Hablas Español?* na pesquisa de mestrado, convidamos o público para acompanhar uma jornada de pessoas perdidas em busca de uma saída para o fim. É neste fim, desconfortável para todos nós, que, hoje, sentimos, mais uma vez, os efeitos do aquecimento global. E por que falar da crise climática que irá destruir nosso planeta? Porque é sobre a interferência humana que um teatro de andróides é pensado por Maurice Maeterlinck. Experiências de senhoras e senhores com mais de sessenta anos, tendo que lidar com a internet para comunicarem-se com seus filhos e netos, por exemplo, como na pandemia de coronavírus, contribuem para a essência da peça de Maeterlinck realizada há mais de cem anos: porque *Os Cegos* também fala sobre zona de conforto. Sobre essa não ação dos personagens em meio a uma situação maior que todos nós. Então, seja na internet, nesta rede em que surfamos em muitos conteúdos, mas que precisamos saber nadar, ou seja, se uma pessoa que nasceu há mais de 60 anos precisou adaptar-se às tecnologias do hoje, o que eu irei necessitar aprender daqui a 60 anos? Será que o planeta ainda existirá?

O mundo, a “Agenda 2030 da ONU” nos pede ação. Ação prática em prol da humanização das relações através da consciência de que todos somos vizinhos deste mesmo planeta. “A saída está na organização ou reorganização da vida privada e não na alienação dessa vida na massa ou no coletivo.” (Trivinho, E. R., 2022, p.43) Pensar uma ação cultural tal como Teixeira Coelho (1999) entra em consonância com a necessidade de entender a ética e a estética do glocal para criar, talvez, uma nova possibilidade de comunicação. Comunicação que atinja, que transforme. Esta disponibilidade para o novo é o que possibilita impulsionar *inputs* como conexões, e relações, com o que se estuda e o mundo real. É evidente que há a necessidade de uma organização, uma regulamentação, das redes sociais que não entrará em pauta neste trabalho, porém é vital para nossa sociabilidade no mundo digital estarmos conectados, contudo, proibir o acesso às redes é fechar uma porta, um acesso que acontece como extensão de nosso aprendizado. Buscar no silenciamento a reflexão do que estamos fazendo com as nossas vidas. Com o que queremos nos conectar? Qual a última vez que fui ao teatro? E ao cinema?

Representar o mundo contemporâneo no teatro em nossos dias, portanto, não é somente ordenar estes materiais de dramaturgias novas segundo formas teatrais antigas. É ainda, e sobretudo, elaborar **novas formas**, suscitar novas relações entre o palco, a plateia e o mundo. (Sarrazac *apud* Dort, B. 2004, p. 07)

No contexto atual brasileiro, enfrentando desafios socioeconômicos e ambientais, a importância do Teatro Estático ressurge. Ao abordar a falta de respostas individuais e coletivas, a obra de Maeterlinck proporciona reflexões pertinentes à complexidade contemporânea, como o aquecimento global. Representar o mundo no teatro hoje requer a elaboração de novas formas e relações entre palco, plateia e sociedade, desafiando a rigidez das estruturas dramáticas tradicionais e buscando expressões que dialoguem com a complexidade do mundo atual. Conclui-se nesta pesquisa que o pensamento reflexivo e a formação do pensamento crítico tais como todos os benefícios que o teatro pode proporcionar às pessoas são o motor deste trabalho. Os alunos, ao olharem para o conteúdo visto na mídia, podem se questionar do porquê o fascismo chega mais “fácil” para as pessoas através das redes sociais.

Ilustrações e Tabelas:

Figura 01: Acesso para escuta do audiodrama *Los Ciegos*.

Referências

- BARROS, R. D. B.; PASSOS, E. **A Cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: Eduardo Passos; Virginia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?**. São Paulo: Brasiliense, 1999
- DORT, Bernard. **"Uma propedêutica da realidade"**, in *O Teatro e sua Realidade*, trad. Fernando Peixoto. São Paulo: Perspectiva, 1977, p.22 *apud* SARRAZAC, Jean-Pierre. **Léxico do Drama Moderno e Contemporâneo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUBATTI, Jorge. **Filosofía del Teatro III. El teatro de los muertos**. Buenos Aires: Atuel, 2014.

FONTOURA MOTTA, Gabriel. **¿Hablas Español? Aulas de teatro online com o uso da língua portuguesa e espanhola para imigrantes, refugiados e apátridas dos 14 abrigos ACNUR presentes em Roraima, na fronteira com a Venezuela**, 2022. Apresentação de PITCH na final do DESAFIO LED - Storytelling de 5 minutos do projeto ¿Hablas Español? Local: Museu de Arte do Rio; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: MOVIMENTO LED - Luz na Educação // Batalha de Pitch / Final DESAFIO LED - REDE GLOBO; Instituição promotora/financiadora: Rede Globo e Fundação Roberto Marinho. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://globoplay.globo.com/v/10784041>

FONTOURA MOTTA, Gabriel. **LOS CIEGOS** - MAURICE MAETERLINCK. Episódio de podcast (audiódrama). Publicado em 27 de outubro de 2023. Duração: 44 minutos. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/33aoxOTGXqt4pzEDZVuSz3>

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Id. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

Id. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1983. (1969-1971)

Id. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A. 1990

MAETERLINCK, Maurice. **LOS CIEGOS**. (1890) Versión libre del Teatro Matacandelas, Bogotá, Colômbia. Sobre traducciones de G. Martínez Sierra, Antonio Villasalva y Carlos Vásquez. Año 2001. Disponível para acesso em <https://www.matacandelas.com/Guion-De-LosCiegos-De-MauriceMaeterlinck.html>

Id. **O tesouro dos humildes**. São Paulo: Pensamento, 1951. (Trad. Maria José Sette Ribas).

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SARRAZAC, Jean-Pierre. **Léxico do Drama Moderno e Contemporâneo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SPERBER, Suzi Frankl. **Does suspension of disbelief – and of belief - explain the phenomenon of welcoming fake news?**” Published in IJAHSSS Journal, Volume 5 Issue 8, Debasthan, Assam, August 2020. Manuscript Id : 1179451192 / ISSN: 2582-1601 (International Journal of Arts Humanities and Social Sciences Studies, Humanities and Social Sciences Studies)

TRIVINHO, E. R. **O que é Glocal? Sistematização conceitual e novas considerações teóricas sobre a mais importante invenção tecnocultural da civilização mediática.** MATRIZES, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 45-68, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v16i2p45-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/183451>. Acesso em: 27 set. 2023.

Era o Hotel Cambridge: Educomunicação e o diálogo sobre moradia em São Paulo¹

Laura Vitor Resende²

O presente trabalho visa abordar a falta de moradia em São Paulo, a partir do filme *Era o Hotel Cambridge*, de Eliane Caffé, 2016, do cinema militante e das relações entre a produção cinematográfica e a Educomunicação. Buscou-se compreender se obras como essa, com um formato híbrido de ficção e realidade e forte participação de movimentos sociais, possibilitam a construção de outras narrativas acerca da moradia e dos movimentos sociais, estabelecendo assim, uma visão que possa reconhecê-los, evidenciando suas potencialidades e direitos.

A falta de moradia no Brasil é um problema sério e antigo. O déficit habitacional de grandes capitais como São Paulo passa da marca de 1 milhão de moradias. Em tese, o direito à moradia é assegurado pela Constituição Federal, contudo, na prática, a realidade de milhares de pessoas que precisam de um teto para viver é complicada. Não somente na rua vivem os sem-teto, muitos estão em acampamentos distantes dos centros urbanos, em ocupações de prédios abandonados e sem função social ou até mesmo em pequenas casas, barracos e cortiços em condições precárias.

O problema existe e é evidente, mas pouco tratado, tanto pelo poder público quanto pela mídia hegemônica. Assim sendo, produções independentes procuram retratar o tema em documentários, filmes e curta-metragens. Deste modo, destaca-se a produção de Eliane Caffé produzida pela Aurora Filmes juntamente com a Frente

¹ Trabalho apresentado no eixo 4 - “Expressão comunicativa por meio da arte” do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada do curso de Licenciatura em Educomunicação da Universidade de São Paulo. Foi colaboradora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/ USP). Além disso, foi bolsista da equipe de Gestão de Conteúdo e Produção Audiovisual no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial do MAE-USP, com fomento do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo e foi bolsista de Iniciação Científica com o projeto Parceria Universidade-Escola: pesquisa de recepção dos recursos educativos do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial, também com fomento do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo. Hoje trabalha com produção audiovisual e mídias sociais na Fundação Butantan em São Paulo-SP. Contato: lauraresende97@gmail.com

de Luta por Moradia (FLM), o Grupo Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST) e a Escola da Cidade, o filme “Era o Hotel Cambridge”.

Em um formato híbrido entre ficção e realidade, a obra conta a história de diversas pessoas do movimento sem-teto em uma ocupação no centro de São Paulo. A ocupação e até alguns personagens existem, contudo, a produção busca “brincar” com a narrativa e também traz personagens fictícios. Em sua montagem, traz alguns recortes e trechos de outros documentários e vídeos reais produzidos por redes de mídia independentes, como a Mídia Ninja. As cenas se encontram com aquelas filmadas na ocupação e compõem parte da história daqueles moradores e dos problemas enfrentados por eles, além da falta de moradia, o preconceito, a repressão do Estado etc. É importante falar das estratégias adotadas na montagem porque elas são fundamentais para o resultado final e até para a discussão do porquê o filme se confunde entre ficção e realidade. Para alguns autores, o filme é mesmo um híbrido de ficção e documentário. Lins e Batista (2019) falam em *mockumentary*, ou “falso documentário”. Já no texto “A indômita luta pela dignidade da vida”, presente no livro “Era o Hotel Cambridge - arquitetura, cinema e educação”, Lucia Santaella, semioticista e professora da PUC-SP comenta: “Trata-se de um híbrido de documentário e ficção em que a dose de ficção é apenas aquela necessária para que uma narrativa se teça” (Santaella, 2017, p. 247).

Marília Xavier de Lima é outra estudiosa que falou sobre o filme em sua tese de doutorado - “O devir-personagem no cinema brasileiro contemporâneo: estética, política e performance”. Ao analisar algumas cenas que dão início ao longa, Lima comenta que a forma como se começa o filme, com algumas conversas bem-humoradas entre os personagens, demonstrando a complexidade e a diversidade cultural presente na ocupação, proporcionam um tom mais leve para a produção.

Essas cenas fazem parte do início do filme e são inseridas estrategicamente como forma de apresentar seus temas sociais com leveza, sem causar estranhamento ou uma rejeição imediata. Pois há ainda uma perspectiva no entendimento de um público específico que qualifica as ocupações como “invasões” dos espaços privados. Seria para esse público que o filme prepara o caminho de abertura, talvez um tanto conciliador, para a conscientização acerca das ocupações (Lima, M. X, 2021, p. 187).

Todas as estratégias são pensadas pela produção e pelo movimento social, desse modo, as contrapartidas geradas também são fatores a serem destacados aqui. Juntamente com os alunos da Escola da Cidade, a diretora de arte Carla Caffé desenvolveu um projeto arquitetônico relevante tanto para as gravações como para os moradores da ocupação depois das filmagens. Carla comenta que os alunos percorriam diariamente os dezesseis andares de um prédio sem elevador em busca das histórias das pessoas que viviam ali. Eles falaram com todos os moradores, o que também ajudou a criar vínculos sólidos - que se fortaleceram nas gravações. Essas conversas foram importantes para a composição de cenários (que ficaram na ocupação para serem usados depois), texturas, figurinos e toda a estética do filme. Na Educomunicação, experimenta-se uma nova forma de convivência social, pautada no respeito à fala de todos os integrantes do grupo. Nesse sentido, é possível trazer o ecossistema comunicativo, termo usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de relações são implementados. Para se criar e desenvolver ecossistemas comunicativos, o educador deve promover ações inclusivas, democráticas e igualitárias, com a mediação dos recursos da informação e de forma criativa. Além disso, as oficinas de interpretação também faziam parte das contrapartidas da produção, já que alguns moradores estavam representando a si mesmo no filme. Sendo assim, percebe-se mais uma vez o protagonismo dos moradores da ocupação no longa de Eliane Caffé. A diretora comenta que não há protagonista. “Todos, independentemente da nacionalidade, passaram a ser protagonistas e lutar em pé de igualdade a fim de iluminarem a trama”. (Caffé, 2017, p. 237). Ao se apresentarem no filme como protagonistas de suas histórias, eles não são expostos como “vândalos” ou “baderneiros”, termos pejorativos frequentemente utilizados pelos grandes veículos de comunicação para descrevê-los, mas sim, como mães, pais, trabalhadores, refugiados, imigrantes, crianças, idosos, pessoas comuns e de baixa-renda que não possuem outra forma de morar e que por isso recorrem às ocupações. Na perspectiva da Educomunicação, o protagonismo deve ser visto como o agente de uma ação, ou seja, aquele que consegue transformar a realidade em que vive por meio de sua ação, de sua participação.

Ao relembrar de outra experiência cinematográfica em que o movimento participou, Carmen Silva, uma importante liderança do movimento, comenta que

naquele momento, o movimento social e a ocupação só foram procurados para que oferecessem um cenário, e agora, na experiência de Era o Hotel Cambridge, isso mudou, dessa vez, eles também eram os protagonistas.

Era sempre uma história que vinha de fora para dentro. Com o encontro com a produtora e com a cineasta Eliane Caffé e toda a equipe, nós trocamos ideias de oficinas. Não era já chegar gravando. Nós não servimos de cenário dessa vez. Foi realmente uma troca de experiência (Silva, 2017, p. 253).

Ao evidenciar o problema da falta de moradia de forma leve, porém - consistente e política, o produto audiovisual também se aproxima dos filmes militantes ou do cinema militante. De acordo com Amaranta César (2017, p. 12):

No Brasil atual, nota-se a proliferação de objetos audiovisuais que, fundados pelo desejo explícito de intervenção e transformação social, podemos chamar de filmes e práticas cinematográficas gestados em contextos de disputas políticas e em associação com movimentos sociais recentes ou já consolidados, como o movimento Passe Livre e os movimentos indígenas.

Após meses de pesquisas, entrevistas e reflexões, há alguns questionamentos sobre o que o longa-metragem realmente proporcionou ao movimento social. De imediato, pode-se pensar nessa outra forma de se fazer cinema, o cinema da contrapartida, o cinema militante, o ecossistema comunicativo, mas também há muitas outras coisas a se destacar. É preciso falar sobre a desmistificação que o filme faz sobre os movimentos sociais e as ocupações. A produção cinematográfica premiada revela um movimento social organizado, bem distante daquelas manchetes e reportagens que os criminalizam. Para realizar o trabalho, foi realizada uma entrevista com Carla Caffé, que relembrou a história de um questionamento que uma aluna da Escola da Cidade fez à Carmen e que nos ajuda a entender a dimensão desse legado. O trecho é longo, mas a história é curiosa e bem interessante.

Outra coisa muito importante - que aí, eu percebi que foram os alunos da Escola da Cidade que fizeram esse questionamento. Quando a gente estava fazendo a proposta de fazer um projeto que satisfizesse tanto as necessidades do roteiro como as necessidades da ocupação. A gente vai apresentar para Carmen o projeto e, ao apresentar o projeto, uma das alunas perguntou pra Carmen, por que que o movimento trancava as janelas? Fechavam as janelas

e as portas. E a Carmen falou, porque a gente não quer que se veja o movimento. A gente não quer mostrar o nosso movimento. E aí, os alunos falaram, mas isso acaba criando ambientes inóspitos. A gente precisa da entrada de luz, da luz solar, da ventilação. Isso tudo é muito importante para se criar um ambiente saudável. E aí isso ficou. E eu me lembro de uma viagem que eu e Carmen fizemos pra Espanha, para apresentar o filme, e no momento da viagem, ela fala para mim - você sabe que a minha próxima ocupação, eu vou abrir as portas e as janelas? E se tornou a 9 de Julho! (Entrevista cedida à pesquisadora, 2022).

A Ocupação 9 de Julho hoje é muito famosa no centro de São Paulo por abrir as suas portas para a comunidade externa, desde 2017, a ocupação promove encontros culturais e almoços abertos através da Cozinha Ocupação 9 de Julho. Essa ocupação é exemplo do direito à cidade em sua verdadeira essência. Assim, é possível perceber alguns indícios de que ao se aproximar dos pressupostos da Educomunicação, Era o Hotel Cambridge proporciona outras narrativas sobre a questão da moradia, das ocupações e dos movimentos sociais.

Filmografia

ERA O HOTEL CAMBRIDGE. Direção: Eliane Caffé. São Paulo: Aurora Filmes, 2016. (93 min).

Referências

CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2011.

CAFFÉ, Carla. **Era o Hotel Cambridge** - arquitetura, cinema e educação. São Paulo, Edições Sesc, 2017.

CESAR, Amaranta. Cinema como ato de engajamento: documentário, militância e contextos de urgência. **Revista C•Legenda**, Nº 35, p. 11-23. Niterói, 2017.

LIMA, M, X. **O DEVIR-PERSONAGEM NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: estética, política e performance**. (2021). Disponível

em<https://portal.anhembibrasil.com.br/wp-content/uploads/2022/05/TESE_Marilia-Xavier-de-Lima_compressed.pdf>.

LINS, Consuelo & BATISTA, Caio Bortolotti. **Era o Hotel Cambridge: quando o documentário ocupa a ficção.** (2019). Disponível em<<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/32582>>.

MIGLIORIN, C., & BARROSO, E. I. (2016). Pedagogias do cinema: montagem. Significação: **Revista De Cultura Audiovisual**, 43(46), 15-28. Disponível em<<https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2016.115323>>.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. **São Paulo**, Paulinas Editora, 2011.

Vivência educ comunicativa com “uz crias” na periferia da comunidade são francisco¹

Isabel Mayara Gomes Fernandes²

É apresentado um relato de experiência da vivência educ comunicativa entre duas instituições parceiras, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), da Secretaria da Cultura do Governo do Ceará (SECULT), gerido pelo Instituto Dragão do Mar (IDM) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), uma organização humanitária neutra, imparcial e independente, que tem o mandato de ajudar e proteger as pessoas afetadas por conflitos armados e outras situações de violência.

Por meio do Plano de Trabalho, assinado em 2023, as instituições realizaram algumas atividades conjuntas de comunicação, objetivando visibilizar as consequências humanitárias da violência armada no âmbito de atuação dos Programas do CICV em Fortaleza, como o Grande Bom Jardim, bairro periférico de Fortaleza em que está situado o equipamento cultural.

Com mais de 160 anos de história, o CICV está presente em mais de 100 países. no Brasil, tem sua sede em Brasília e escritórios em Fortaleza e São Paulo. Na capital cearense há cinco anos, contribui com as autoridades municipais e estaduais e com a sociedade civil nas respostas às consequências humanitárias da violência armada. Diferentes programas que atuam de maneira coordenada e transversal para apoiar a sociedade e o Estado brasileiro na elaboração e implementação de respostas multidisciplinares e sustentáveis, em benefício das comunidades impactadas pela violência armada.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 4 do eixo - Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Assessoria de Comunicação pela Faculdades Cearenses (FAC) e em Gestão Cultural pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UNIFOR). Atualmente é professora parceira da Faculdade Unieducar no Curso de Comunicação Não Violenta e Gestora de Comunicação no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), equipamento da Secretaria da Cultura do Governo do Ceará (SECULT), gerido pelo Instituto Dragão do Mar (IDM). contato: isabelmayaragf@gmail.com isabel.gomes@idm.org.br.

O CCBJ integra a Rede de Equipamentos Culturais do Ceará (RECE), da SECULT, que é composta por 27 equipamentos e é o único localizado fora do corredor turístico da região, situado na periferia de Fortaleza, no Grande Bom Jardim, atuando prioritariamente em prol da comunidade do entorno, como os bairros Siqueira, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal, além de atender toda a cidade de Fortaleza e o estado do Ceará. É uma política pública de base comunitária, vinculada à SECULT, e tem como diretriz o acesso e a democratização no campo das artes, das culturas e dos Direitos Humanos. Uma iniciativa que nasce da luta popular e tem como um dos pilares de atuação a perspectiva freireana (de Paulo Freire), na formação e na gestão dos processos, como foi defendido em outro artigo de Silva, Brasil et al.

É um espaço cultural que divide-se em três pilares de atuação, o fazer formativo, por meio da sua Escola de Cultura e Artes, seu fazer de difusão e fruição cultural, por meio da sua Ação Cultural e seu fazer de cidadania cultural, com o Núcleo Técnico de Articulação Técnica e Especializada (NArTE), que trabalha suas atividades e serviços organizados sobre os eixos: Cultura e Infância, Educação Social, Assistência Social e Psicologia Comunitária, setor em que a ação destacada está vinculada.

A parceria no campo da comunicação, possibilitou a realização da **“Vivência em Comunicação e Princípios Humanitários: uma iniciativa Centro Cultural Bom Jardim e Comitê Internacional da Cruz Vermelha”**, com uma turma de jovens atendidos pelo CCBJ, por meio do projeto conduzido pelo NArTE, **Uz Crias**. A turma foi composta por 15 adolescentes (entre 12 e 16 anos), que frequentam o CCBJ e integrantes do projeto **Uz Crias**, que foram convidados para participarem da vivência que teve como metodologia a perspectiva freireana dos conceitos autonomia, dialogicidade, questão geradora e consciência crítica. O curso teve como objetivo provocar uma reflexão sobre os princípios humanitários do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho - humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade - e os direitos humanos, que já fazem parte da rotina do projeto Uz Crias.

Uz Crias são moradores do Grande Bom Jardim, que frequentam o CCBJ ou já tomaram parte de alguma ação do equipamento, em que é repassado ao jovem uma bolsa incentivo de R\$ 200,00 e eles participam das atividades planejadas pelo

NArTE. Os encontros educacionais aconteceram durante os meses de março, abril e maio, distribuídos em 20h certificadas pelo CCBJ e CICV. Foram compartilhados conhecimentos sobre elaboração de roteiro e produção audiovisual, por meio da metodologia da educação.

O produto resultado da vivência foi o curta metragem “Uz Crias na Periferia”, dirigido pela jornalista e gerente de comunicação do CCBJ, com participação da equipe de comunicação do mesmo órgão, na montagem do curta e suporte das equipes de Comunicação e de Proteção do CICV e pela equipe Núcleo de Articulação Técnica Especializada (NArTE) setor responsável pela Cidadania Cultural do CCBJ, que conduz o projeto Uz Crias.

Em outra oportunidade podemos entrelaçar uma fundamentação teórica mais profunda com autores e professores como: Ismar Soares, Donizete Soares, Mário Káplun e Paulo Freire. Tendo em vista o espaço reservado é destacado as perspectivas teóricas de Soares (2014), que traz em sua fala, de que a educação é esse campo que promove o encontro entre as duas áreas, de forma que seja extraído o produto da interface entre as duas.

Desta maneira é importante trazer a compreensão de Soares (2014):

No caso, a Educação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá” (SOARES, 2014, p. 24).

Conectando a compreensão da educação como um espaço político, é posto também a compreensão de que é um processo formativo. E sobre a educação dos processos transformadores, Kaplún (2002) completa seu pensamento dizendo que o “processo” educativo permanente, delineiam a dinâmica a ser seguida pelos homens na Educação com ênfase no processo. Esse modelo, conforme Kaplún (2002, p. 48), também sugere mudança de atitudes *“Para que haya un proceso transformador real, es necesario que los estereotipos y los hábitos del hombre dominado afloren a su conciencia y él vaya poco a poco revisándolos críticamente”*.

Outra condição marcante nesse processo é a coletividade. Ninguém é educado sozinho, os indivíduos se educam através da experiência compartilhada de inter-

relação com os outros. Kaplún (2002, p.47) lembra que Paulo Freire dizia: “o grupo é a célula da educação básica”. Ou seja, nesse processo educ comunicativo da vivência relata é visto os aspectos de coletividade, educação transformadora, autonomia, cogestão entre outros tópicos conceituais desses referidos autores.

“O empoderamento de indivíduos que residem em um território periférico e marginalizado é proposto pelo CCBJ, por meio do acesso democrático às artes e à cultura” (SILVA, BRASIL et al., 2020) e que faz relação à visão de empoderamento coletivo por Paulo Freire (1986), segundo ele, empoderar é um esforço crítico pela transformação social, o que não deixa de ser um empoderamento na perspectiva individual. No caso abordado, é notório o empoderamento dos jovens durante o processo de escolha das cenas, das falas, dos locais de locação, das edições do curta e entre outros processos realizados de forma colaborativa, seguindo a perspectiva educ comunicativa e freireana, visando justamente o protagonismo juvenil e o empoderamento nas narrativas audiovisuais.



Figura 1: Encontros educ comunicativos sobre noções de roteiro e narrativas audiovisuais. No canto encontra-se a mesa com os artigos usados em alusão às escolhas dos roteiros, mencionados no texto.

Fonte: Acervo CCBJ, por Mar Pereira.

Em apenas um exercício inicial, por exemplo, a turma teve o potencial de articular pautas sobre racismo, violência e direitos humanos por meio das produções feitas a partir de um celular, editadas e apresentadas em sala. Foi uma atividade de exercício de construção de uma história, a partir de objetos aleatórios, o que permitiu que os participantes exercitassem sua criatividade na criação de narrativas sobre suas questões humanas e pudessem ter noções iniciais de roteiro, pois para organizar as ideias, os grupos sistematizaram-nas em um espaço, e, sem perceber, já estavam escrevendo um roteiro.



Figura 2: Jovens do CCBJ sobem ao palco do Cineteatro São Luiz após exibição do curta-metragem *Uz Crias na Periferia* e recebem a certificação da vivência formativa.

Foto: Acervo CCBJ Almeida/CICV



Figura 3: Jovens na oficina de elaboração de roteiro no Cine São Luiz, junto a equipe da CICV e do CCBJ. Na ocasião os jovens estavam inserindo ideias para o conflito e a resolução do conflito.

Foto: Acervo CCBJ, por Flávia Almeida.

Em um terceiro encontro foi realizada uma vivência de escrita de roteiro, no Cineteatro São Luiz. Os jovens conheceram o local, mesmo lugar onde foi realizada, posteriormente, a cerimônia de lançamento do curta-metragem. O evento com uma programação especial marcou a finalização do processo educacional aconteceu com o protagonismo dos jovens no palco, para um público com mais de 300 pessoas e autoridades regionais, nacionais e internacionais. Acesse a notícia de cobertura deste memorável dia.



Figura 4: Natan é um dos jovens Uz Crias e protagonista do curta e cinegrafista, em cobertura de imagens da comunidade em que vive, em São Francisco, para as imagens de apoio do curta.

Foto: Acervo Isabel Mayara.



Figura 5: Print da imagem final do curta, momento em que os jovens se reúnem para celebrar o momento de combate ao racismo.

Foto: Acervo CCBJ.

O curta-metragem “Uz Crias na Periferia” conta a história de Maria Clara, uma jovem negra, estudante do Ensino Médio e moradora do Bom Jardim, periferia de Fortaleza, que convive diariamente com o racismo. A experiência de trabalho conjunta entre CICV e CCBJ apresentou uma possibilidade de reflexão e importância de princípios humanitários, em especial a humanidade, no cotidiano de comunidades periféricas. A partir da vivência e do produto resultante do processo educacional - o curta-metragem - foi possível observar nos jovens e suas famílias um entendimento de que suas realidades e vulnerabilidades foram reconhecidas, bem como o entendimento de que suas vozes importam e têm amplitude.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: Referências e Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520:informação e documentação: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

CENTRO CULTURAL BOM JARDIM. 2024. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Centro Cultural Bom lança É mais do que se vê e Uz Crias na Periferia no Cineteatro São Luiz**. Disponível em < [Centro Cultural Bom Jardim \(ccbj.org.br\)](http://ccbj.org.br)> Acesso em 26 de agosto.

CENTRO CULTURAL BOM JARDIM. 2024. **Vivência em comunicação e princípios humanitários com os jovens do território marca mais uma iniciativa da parceria entre o CCBJ e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em<[Centro Cultural Bom Jardim \(ccbj.org.br\)](http://Centro Cultural Bom Jardim (ccbj.org.br))> Acesso em 26 de agosto.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.. **Brasil: CICV lança documentário com presença da sociedade civil e autoridades**. Disponível em: [Brasil: CICV lança documentário com representantes da sociedade civil e autoridades \(icrc.org\)](http://Brasil: CICV lança documentário com representantes da sociedade civil e autoridades (icrc.org)). Acesso em 26 de agosto.

FREIRE, Paulo; Shor, Ira. **Medo e Ousadia - o cotidiano do professor** . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

KAPLÚN, M. **Una pedagogia de la comunicación**. Madri: Ediciones de la Torre, 2002.

SILVA, Maria Heleni Henrique; BRASIL, Isabel Mayara Gomes Fernandes. et al .O CENTRO CULTURAL BOM JARDIM E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR, DIALOGICIDADE E COLABORAÇÃO EM PAULO FREIRE. In: RIBEIRO, Luís Távora Furtado (org). EDUCAÇÃO BRASILEIRA ITINERÁRIOS DA PESQUISA EDUCACIONAL. São Paulo: ALEXA CULTURAL, Manaus: EDUA, 2022., 472 pág - pág: 157 a 170.

SOARES, I. de O. **Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação.** In: Comunicação & Educação. São Paulo, ECA/USP, Salesiana, ano XIX, número 2, jul./dez. 2014. 15 a 26.

Inteligência Artificial e Educomunicação: Explorando Adaptações Literárias¹

Luiza Gabriela Silveira Pereira²

Graziela Frainer Knoll³

Carlos Alberto Coletto Burger⁴

Taís Steffenello Ghisleni⁵

A Educomunicação, conceito desenvolvido por Ismar de Oliveira Soares, surge como uma abordagem que integra práticas comunicativas e educativas com o objetivo de fortalecer ecossistemas comunicativos democráticos em ambientes escolares e comunitários. De acordo com Soares (2011), a Educomunicação busca ampliar o coeficiente comunicativo das ações educativas, utilizando tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para promover uma apropriação ativa do conhecimento pelos estudantes. Essa abordagem se alinha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A mídia-educação, como uma vertente da Educomunicação, enfatiza o uso crítico e criativo das TICs por docentes, capacitando os alunos a se tornarem consumidores críticos e produtores ativos de conteúdo. Conforme Bévort e Belloni (2009), essa perspectiva não hierarquiza a distribuição do saber, promovendo a participação de todos os envolvidos no processo educativo. A Educomunicação, com sua característica transdisciplinar, aborda temas essenciais para uma educação integral, como multiculturalidade, saúde, meio ambiente e ética.

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, luiza.gabriela@ufn.edu.br.

³ Doutora em Letras. Professora no Curso de Publicidade e Propaganda e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil; grazifk@yahoo.com.br

⁴ Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, hcoletto@gmail.com.

⁵ Doutora em Comunicação. Professora no Curso de Publicidade e Propaganda e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

A inclusão da inteligência artificial na Educomunicação permite ampliar as possibilidades de análise crítica, e pode possibilitar uma maior relação entre alunos e conteúdo. A IA, ao permitir a análise de grandes volumes de dados textuais, oferece novas perspectivas para a interpretação de obras literárias e suas adaptações, o que permite que os estudantes identifiquem padrões e sutilezas que, de outra forma, poderiam passar despercebidos. Essa capacidade analítica é relevante em um contexto de multiletramentos, onde a compreensão de textos envolve a interpretação de múltiplas linguagens e formatos, desde o verbal até o visual e o digital (Rojo, 2012).

Este artigo se propõe a explorar teoricamente a aplicação da Educomunicação na análise comparativa de obras literárias e suas adaptações midiáticas, utilizando a inteligência artificial (IA) como ferramenta de apoio para potencializar a expressão e o pensamento crítico dos estudantes. A proposta envolve a construção de um arcabouço teórico que visa introduzir a IA, particularmente o GPT-4 (Generative Pre-trained Transformer), como uma ferramenta complementar na educação midiática, alinhando-se às perspectivas de Martha Gabriel (2017), que sugere que a IA oferece uma oportunidade única para inovar práticas educacionais e comunicativas.

Dada a crescente influência da mídia, especialmente a digital, sobre a interpretação de obras literárias e culturais, emerge um desafio significativo na formação de leitores críticos. Santaella (2023, p.5) observa que "praticamente tudo que chega até nós no cotidiano já está impregnado de algoritmos de IA" ressaltando a importância de preparar os alunos para serem consumidores críticos e conscientes dessas mídias. O artigo discute como a análise comparativa entre textos originais e suas adaptações midiáticas pode ser enriquecida pela Educomunicação, criando um ambiente propício ao desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas.

O objetivo geral deste artigo é teorizar sobre a integração da Educomunicação e da inteligência artificial no contexto da análise comparativa entre obras literárias e suas adaptações midiáticas, explorando como essas ferramentas podem ser usadas para desenvolver competências em educação midiática e reflexão crítica nos alunos. Como objetivos específicos, vamos examinar os conceitos teóricos de Educomunicação e educação midiática, destacando suas aplicações potenciais na análise crítica de conteúdos culturais; investigar como a inteligência artificial, particularmente o GPT-4, pode ser integrada ao processo educativo para apoiar a

análise e a compreensão de obras literárias e suas adaptações e discutir as implicações éticas e pedagógicas da utilização de IA na educação, especialmente no contexto da Educomunicação, e como isso pode influenciar o papel dos educadores e alunos.

No campo das práticas pedagógicas, a utilização de ferramentas de IA, como o GPT-4, possibilita um aprendizado adaptado às necessidades individuais de cada estudante. Os algoritmos avançados permitem que educadores ofereçam um suporte específico para cada um, o que pode resultar na criação de ambientes de aprendizagem que estimulam a experimentação e a criatividade. Porém, essa personalização não deve ter o propósito de substituir as práticas colaborativas, que são fundamentais na abordagem educacional.

Este artigo é de natureza teórica e adota uma abordagem qualitativa, focada na revisão bibliográfica e na análise conceitual. Será realizado um levantamento de estudos e teorias existentes sobre Educomunicação, educação midiática e o uso de inteligência artificial na educação. A partir dessa base teórica, o artigo buscará construir um framework conceitual que sirva como base para futuras pesquisas empíricas, explorando as possibilidades e limitações da integração de IA nas práticas educacionais.

A discussão incluirá uma análise crítica dos desafios e oportunidades associados à aplicação de IA na educação, com foco no impacto dessas tecnologias na formação de leitores críticos e na democratização do acesso ao conhecimento. Michel (2015) e outros autores serão referenciados para sustentar a análise crítica dos conceitos e práticas discutidos.

A proposta teórica apresentada neste artigo sugere que a integração da IA na Educomunicação oferece uma oportunidade para inovar as práticas educativas e fortalecer a capacidade crítica dos alunos. Ao explorar como a IA pode ser utilizada para a análise comparativa de obras literárias e suas adaptações midiáticas, abre-se um caminho para repensar a educação no século XXI, integrando novas tecnologias de forma consciente e crítica.

O enfoque da Educomunicação, que valoriza a democratização da comunicação e o empoderamento dos sujeitos, oferece uma base teórica relevante para essas discussões. A integração da IA não deve ser vista apenas sob o prisma

da eficiência pedagógica, mas também no que diz respeito às transformações nas relações de poder no contexto educacional. Essa abordagem assegura que a utilização da IA contribua para a autonomia dos estudantes, alinhando-se aos princípios educomunicativos.

Segundo Soares (2011), a educomunicação destaca a necessidade de promover uma "consciência crítica" nos estudantes, capacitando-os a analisar e interagir com os meios de comunicação de maneira ativa e reflexiva. Isso vai além do ensino do currículo tradicional, já que aciona também a preparação dos alunos para compreenderem e questionarem as mensagens midiáticas, algo especialmente importante no contexto atual, em que a informação é abundante, mas nem sempre confiável ou de qualidade.

O desenvolvimento desta proposta teórica servirá como base para futuras investigações empíricas, que buscarão validar e aprofundar as ideias apresentadas, contribuindo para o avanço das práticas educomunicativas no contexto educacional brasileiro.

Referências

BÉVORT, E; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas.

Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt&format=pdf>.

GABRIEL, Martha. **Você, eu e os robôs**: pequeno manual do mundo digital. 2. ed. São Paulo: Gente, 2017.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTAELLA, L. **A Inteligência Artificial é Inteligente?** São Paulo: Edições 70, 2023.

SOARES, I. de O. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

Neste ano, o curso está sendo oferecido em aulas e oficinas mensais, de fevereiro a dezembro de 2024, e são ministradas por alguns dos maiores especialistas em Escrita Criativa no Brasil. Além das aulas, que acontecem em um sábado de cada mês no espaço da Casa Zero (localizada no Recife Antigo, bairro da cidade do Recife, em Pernambuco), o projeto também oferece mentorias pedagógicas e acompanhamento psicológico para orientação dos e das estudantes na construção do primeiro livro autoral, que será publicado na forma de uma coletânea ao fim do curso, com previsão de lançamento para o dia 21 de novembro de 2024 em evento aberto e gratuito que reunirá todas as pessoas envolvidas no projeto. A formação não tem custos e é ministrada de forma presencial, porém, alguns docentes ensinam a distância quando necessário e os encontros ainda assim são presenciais para que estudantes possam trocar experiências e fazer leituras em voz alta. Esse momento de interação é crucial para a evolução dos e das estudantes, que a partir das opiniões de colegas, professores e professoras, melhoram suas escritas a cada encontro.

Segundo a criadora e idealizadora do projeto, o EEC Social surgiu de forma concreta em 2024, mas estava sendo pensado há muito tempo:

Com a criação do EEC Social, a intenção de Patrícia é democratizar o ensino da Escrita Criativa no Recife, dando oportunidade de uma formação de alto nível para jovens talentos da escrita com potencial de se tornarem autores, editores e profissionais da área. [...] A ideia do projeto surgiu, ainda embrionária, desde que Patrícia começou a escrever, há vinte anos. Para ela, o apoio e a orientação recebidos de outros autores no início da carreira foram fundamentais para o desenvolvimento de suas próprias habilidades e para o impulsionamento de sua trajetória. Hoje, já firmada no meio literário e autora de 30 livros, ela quer replicar esse suporte para os 20 escritores em formação que serão assistidos pelo EEC Social (Pernambuco, 2024).

O projeto conta com dezenas de pessoas voluntárias, sendo importantes figuras da Escrita Criativa brasileira: Adriano Portela, Altair Martins, Andrezza Postay, Antonio Aílton, Bárbara Félix, Bibiana Simionatto/Irka Barrios, Bernadete Bruto, Bernardo Bueno, Cleyton Cabral, Daniel Gruber, Elba Lins, Fernando de Mendonça, Fred Linardi, Gisela Rodrigues, Gustavo Czekster, Guilherme Azambuja Castro, Julia Dantas, Juliana Almeida, Leonardo Wittmann, Luís Roberto Amabile, Luiz Antonio de

Assis Brasil, María Elena Morán, Patricia Alves, Rafael Bassi, Raldianny Pereira, Roberto Medina, Talita Bruto, Tiago Germano e Yann Maia. Além disso, conta com a coordenação executiva de Patricia Tenório, coordenação pedagógica de Adriano Portela e mentoria psicológica de Patricia Alves (Pernambuco, 2024).

O EEC Social faz grande diferença na vida dos e das estudantes. E segundo Sara Lídia, estudante do projeto, ensina o poder da palavra escrita de forma empática e altruísta:

O projeto foi uma luz que apareceu no momento mais certo para me dar o norte que eu, há tempos, estava procurando. Tem um espaço muito importante na minha vida, pois me aproximou de um sonho que eu não achava que era possível. Abraçou meu conhecimento e me conectou com pessoas que fizeram grande diferença nessa caminhada. Meu momento favorito é quando lemos nossas criações em voz alta, e assim, podemos nos conhecer da forma mais pura e profunda possível. Por ser apenas um sábado por mês, sinto que ficamos totalmente entregues ao que nos une, entramos num mundo só nosso e a maior certeza que temos dentre tantas descrenças alheias é que lá, acreditamos uns nos outros. Todos temos algo a dizer. E esse "algo a dizer", às vezes é como uma chama interna, não tem como apagar. A Escrita Criativa é um sentimento de corpo inteiro: ouvidos, coração e abraço para quem escreve. Passar por esse projeto é de um impulso gigantesco e até a impossibilidade fica mais atraente.

No texto de abertura do livro escrito pelos e pelas estudantes, que será publicado posteriormente, Patricia reforça a visão de Sara:

A aprendizagem pelo afeto, muito próxima à defendida por Paulo Freire, é aquela que ensina e aprende ao mesmo tempo, é aquela que acolhe calorosamente quem deseja se realizar no ofício em que se sente mais à vontade e descobrir um sentido de vida que o impulsione a nunca desistir (em fase de elaboração).

Segundo Patricia Alves, que faz a mentoria psicológica dos e das estudantes, o projeto ultrapassa a Escrita Criativa:

Durante o decorrer do curso, as mentorias têm por objetivo integrar os (as) alunos (as), observar quais as dificuldades que possam estar passando e incentivá-los no processo da escrita. Realizei dinâmicas em que eles

trabalhavam em duplas, em pequenos grupos e também individualmente. Foram propostos, inclusive, vídeos que trazem técnicas para melhorar o aprendizado, e músicas para reflexão. Assim, posso dizer que a mentoria se propôs a ajudá-los tanto a olhar para si próprios, como para os colegas, enfim, para todo o grupo em seu processo de aprendizado e crescimento pessoal e profissional (em fase de elaboração).

Adriano Portela, coordenador pedagógico, reflete sobre o significado do projeto Estudos em Escrita Criativa Social e assim como Patricia, acredita que é possível aprender enquanto ensina:

Certa manhã, antes de chegar ao local do nosso encontro de troca afetiva, eu estava lendo *Mundo escrito e mundo não escrito – artigos, conferências e entrevistas* (2015), de Ítalo Calvino, e a pergunta-chave foi “Por que vocês escrevem?”, dentre as tantas respostas que o autor deu à enquete *Libération*, do jornal francês *La Repubblica* (1985), a que mais me chamou a atenção foi “para aprender algo que não sei”. Tenho esse exato sentimento ao final dos nossos sábados. Mesmo desempenhando o papel de professor, volto com o aprendizado turbinado e com riquíssimas histórias de vida dos nossos alunos na memória. Histórias essas que, transpostas para o papel, refletem o que lá no fim da Idade Média foi feito por William Shakespeare e que até hoje reverbera: o drama humano. E só a arte pode trazer leveza para os nossos causos dramáticos; essa, inclusive, é uma das propostas do próprio Calvino para a nossa formação intelectual: a leveza. Ele nos apresenta a teoria em *Seis propostas para o próximo milênio* (2015) (em fase de elaboração).

O projeto impacta todas as pessoas envolvidas, não somente estudantes. E no Estudos em Escrita Criativa Social, a palavra redigida carrega um significado muito maior: um potencial de transformação social. A Educomunicação é vista, na prática, quando professores e professoras ensinam e comunicam por meio da Escrita Criativa, de apresentações, pequenas tarefas, ações culturais, leituras coletivas e conversas sobre os textos. O diálogo está sempre presente, além das relações horizontais que mostram que docentes podem e devem aprender com os e as estudantes. O EEC Social impacta estudantes, mas também voluntários e voluntárias que se disponibilizam a ajudar o projeto de várias formas diferentes. O EEC Social é

educativo porque usa a comunicação escrita como meio para chegar a um fim: a educação.

Referências

PORTELA, Adriano *et al.* **Estudos em Escrita Criativa Social 2024**. Recife, 2024. No prelo.

ALVES, Patricia *et al.* **Estudos em Escrita Criativa Social 2024**. Recife, 2024. No prelo.

Projeto Social ensina escrita criativa para jovens. **Folha de Pernambuco**, 7 fev. 2024. Inicial. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/ultimas-noticias/projeto-social-ensina-escrita-criativa-para-jvens/315895/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TENÓRIO, Patricia Gonçalves *et al.* **Estudos em Escrita Criativa Social 2024**. Recife, 2024. No prelo.

Cine Periferia: O Audiovisual como Processo Comunicativo na Construção da Cidadania¹

Sílvia Aparecida do Carmo Rangel²

O objetivo do presente estudo é explorar como os processos comunicativos nas áreas da arte, cultura e arte-educação são essenciais para promover a cidadania plena, com ênfase na produção audiovisual nas periferias urbanas. A expressão comunicativa por meio da arte desempenha um papel vital na construção e fortalecimento das identidades culturais e sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A arte, em suas diversas formas, oferece não apenas um meio de expressão, mas também uma ferramenta poderosa para a conscientização, a educação e a mobilização social.

Neste trabalho, são acompanhadas as atividades realizadas no bairro Miguel Badra, município de Suzano/SP, com um grupo de crianças e adolescentes que desenvolvem um projeto de arte-educação e cultura por meio de curtas-metragens que expressam suas realidades e vivências cotidianas, comunicando ao mundo características que os fazem protagonistas de suas vidas, marginalizadas pelo preconceito. A arte é uma forma de linguagem universal que transcende barreiras linguísticas e culturais, sendo um espaço onde indivíduos e comunidades expressam suas histórias, desafios e aspirações. Em áreas de alta vulnerabilidade social, como as periferias urbanas, a arte se torna um meio essencial de resistência e afirmação identitária; não é apenas um luxo, mas uma necessidade para a sobrevivência cultural e a construção de um senso de pertencimento.

¹ Trabalho apresentado no eixo 4 - Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Sílvia Rangel, Doutoranda em Comunicação na Universidade Anhembi Morumbi, Gestora Social com 30 anos de experiência em projetos e programas de desenvolvimento sócio comunitários, transformação e responsabilidade social. Graduada em Direito pela Universidade Braz Cubas, pós graduada em Desenvolvimento Social (OIT), Habilidades e Competências Profissionais, Especialista em Educomunicação, e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes. Docente Universitária no UNIPIAGET em Suzano/SP. Realiza pesquisa científica na área de Empreendedorismo Comunitário, Redes Sociais, Administração, Implantação, Monitoramento e Avaliação de Projetos e Programas Sociais, Email: drasilviarangel@gmail.com.

A cultura e a arte-educação desempenham papéis centrais na formação de cidadãos críticos e participativos, transformando-os através de programas e projetos sociais que muitas vezes integram música, teatro, dança, artes visuais e cinema. Segundo Stuart Hall, "a cultura é um lugar de lutas pela identidade, pelo reconhecimento e pela representação", proporcionando aos jovens e adultos não apenas habilidades técnicas, mas também uma compreensão mais profunda de seu papel na sociedade (HALL, 1997). O projeto de audiovisual desenvolvido na AAMAE (Associação de Assistência à Mulher, ao Adolescente e à Criança Esperança), uma organização da sociedade civil localizada no município de Suzano, no bairro Miguel Badra, que desenvolve vários projetos e programas, incentiva as crianças e os adolescentes a refletirem sobre as condições sociais e políticas que moldam suas vidas, promovendo a criação de narrativas que desafiam os estereótipos negativos frequentemente associados às suas comunidades.

O primeiro resultado desse projeto é o curta-metragem "Rixas do Badra", premiado em primeiro lugar em dois festivais de curtas-metragens do Estado de São Paulo. Nos últimos anos, é perceptível como o audiovisual emergiu como uma das formas mais potentes de expressão e mobilização social. A facilidade de acesso a tecnologias de produção e distribuição audiovisual, graças à popularização das câmeras digitais e das plataformas de compartilhamento online, permitiu que as vozes das periferias alcançassem públicos globais. Filmes, documentários e curtas-metragens produzidos nessas comunidades não apenas destacam as realidades locais, mas também influenciam a percepção pública e as políticas voltadas para essas áreas. Promover uma educação com estratégias para avaliar o acesso através das redes comunitárias à cultura do cinema e/ou audiovisual no cotidiano periférico e sua contribuição para uma identidade de pertencimento ao território nos permite desenvolver a capacidade crítica e reflexiva desta geração tecnológica com grande potencial colaborativo de representação social. Iniciativas de fomento ao audiovisual, muitas vezes lideradas por organizações da sociedade civil e coletivos de artistas, têm desempenhado um papel crucial na capacitação de crianças, jovens e adultos, não só oferecendo treinamento técnico, mas também criando espaços de discussão e produção colaborativa, onde os participantes exploram temas relevantes para suas comunidades.

O apoio ao audiovisual na periferia é, portanto, uma estratégia essencial para o fortalecimento da cidadania, pois permite que os próprios moradores das periferias narrem suas histórias, desafios e triunfos, comunicando à sociedade uma realidade diversa do que vemos nas telas. A arte e o audiovisual, quando fomentados de forma inclusiva e acessível, são ferramentas poderosas para o empoderamento social, oferecendo oportunidades de expressão e visibilidade que são limitadas. É fato que o acesso a esses meios pode transformar vidas e comunidades, pois, através da arte, os indivíduos se reconhecem como agentes de mudança, capazes de influenciar tanto suas realidades locais quanto o discurso público mais amplo. A produção audiovisual fortalece a voz das crianças e adolescentes, levando-os para lugares distantes, onde sequer poderiam imaginar atingir, um horizonte de oportunidades e progressos, uma relação estratégica entre a câmera, o sonho e a realização, explícitos em documentários que permitem a produção e representação documental das periferias, ausentes na mídia hegemônica. Trazendo reflexões, como apontado por Ginsburg (2006, p. 133), "questões importantes sobre a política e a circulação do conhecimento em vários níveis".

O curta-metragem “Rixas do Badra” mostra o potencial comunicativo e a sensibilidade dos jovens na resolução de seus conflitos, trazendo para as telas a voz de um coletivo periférico que tem muito mais a oferecer do que “pedrinhas de crack e tiros”. O manuseio da câmera e o compromisso de dar voz a uma infância sufocada pela ausência de cuidados e marcada como números são exemplos disso, fortalecendo a identidade, a socialização e empoderando os jovens para uma atuação protagonista. O presente estudo tem por metodologia a abordagem qualitativa com acompanhamento, observação e coleta de dados do material audiovisual produzido e que posteriormente foi premiado nas Mostras Internacionais de Curtas-Metragens do Alto Tietê e entrevista do grupo focal da comunidade do Bairro Miguel Badra, no município de Suzano, avaliando futuramente a participação, engajamento e ativismo na perspectiva de que a cidadania plena não se resume ao acesso a direitos básicos, mas também à capacidade de participar ativamente na vida comunitária e na construção da sociedade.

A arte, especialmente o audiovisual, oferece uma plataforma para essa participação, permitindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e respeitadas. Ao investir em programas de arte-educação e fomento ao audiovisual nas periferias,

promovemos não apenas a inclusão social, mas também a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A expressão comunicativa por meio da arte, particularmente através do audiovisual, é fundamental para a construção da cidadania plena, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao promover a arte-educação e o fomento ao audiovisual nas periferias, não estamos apenas oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, mas também fortalecendo a democracia e a justiça social. A inclusão dessas vozes no espaço público é essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e equitativa, onde todos têm a oportunidade de participar ativamente na definição de seu futuro.

Referências

CASTELLS, Manuel. **The Information Age: Economy, Society, and Culture Volume I: The Rise of the Network Society**. Malden: Blackwell Publishers, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GINSBURG, Faye. **Rethinking documentary in the digital age**. Cinema Journal, v. 45, n. 1, p. 128-133, 2006.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para os Novos Tempos**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres: SAGE Publications, 1997.

Diálogo entre linguagens: Intervenção pedagógica com jogos teatrais¹

Vivian Aparecida dos Reis²

Maria Antônia Saccol da Costa³

Noemi Boer⁴

Taís Steffenello Ghisleni⁵

A integração entre educação e comunicação começou a ser explorada no Brasil por volta da década de 1960. Nesse período, tanto pesquisas quanto práticas experimentais começaram a ganhar relevância, e um dos pioneiros nesse campo foi o renomado educador brasileiro Paulo Freire. Reconhecido mundialmente por sua abordagem pedagógica inovadora e sua contribuição para a educação popular, Freire defendia uma educação libertadora, capaz de capacitar as pessoas a pensarem criticamente e transformarem suas realidades. A educomunicação, enquanto abordagem, promove esse protagonismo ao utilizar a comunicação como uma ferramenta de expressão e transformação social. Na perspectiva de Freire (2009), essa combinação é poderosa, pois valoriza a construção coletiva do conhecimento.

A educação contemporânea enfrenta desafios constantes para se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas e culturais do mundo. Em meio a esse cenário, a integração entre arte e educomunicação surge como uma abordagem promissora para renovar práticas pedagógicas, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para os estudantes. Soares (2014) caracteriza a educomunicação como um conjunto de ações destinadas a fortalecer os ecossistemas comunicativos, que são abertos, participativos e administrados de forma democrática em diversos contextos sociais. Iniciativas educacionais buscam ampliar o potencial de

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, vivian.reis@ufn.edu.br

³ Aluna do curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, m.saccol@ufn.edu.br

⁴ Doutora. Professora do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, noeiboer@ufn.edu.br

⁵ Doutora. Professora do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br

comunicação e expressão de indivíduos, incluindo crianças e jovens, utilizando práticas culturais, artísticas e recursos tecnológicos próprios da era da informação.

Nas escolas atuais, a polivalência do professor é uma realidade. Os educadores precisam adaptar-se às áreas do conhecimento artístico, muitas vezes abordando todas as artes de maneira superficial, sem um aprofundamento adequado (Barbosa, 2012). Esse contexto torna necessária a adoção de abordagens pedagógicas que integrem diferentes disciplinas, e explorem novas formas de expressão e comunicação. Nosso problema de pesquisa, então, pergunta: como a educomunicação pode facilitar o diálogo entre as linguagens da arte, especificamente o teatro e a música?

Este trabalho tem como objetivo geral identificar como o ensino do teatro e da música, aliados às práticas educomunicativas, pode contribuir para propostas pedagógicas integradas na escola. Especificamente, propomos explorar como os jogos teatrais podem ser aliado às práticas musicais e educomunicativas, elaborar planos de aula que desenvolvam habilidades da música e do teatro, de maneira colaborativa e, por fim, avaliar o impacto dessa abordagem das práticas integradas na aprendizagem e no engajamento dos estudantes.

A proposta de utilizar jogos teatrais e música como práticas educomunicativas está alinhada com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca a importância de integrar diferentes linguagens artísticas para criar experiências educativas mais ricas e diversificadas (Brasil, 2018). A proposta dessa área definida por Soares (2011) é de valorizar a importância da expressão artística como uma forma de comunicação acessível a todos na comunidade educativa. Ele destaca o potencial criativo e emancipador das diferentes linguagens artísticas, mostrando que o estudo da história e da estética das artes está além da racionalidade abstrata. Também menciona a relação com a Arte-Educação, enfatizando o potencial comunicativo da expressão artística coletiva e individual.

O trabalho envolve a expressão comunicativa por meio da arte, e nesse contexto, a expressão artística é valorizada tanto como conteúdo curricular, quanto como uma forma de comunicação acessível e transformadora, capaz de fomentar o pensamento crítico e a criatividade dos estudantes. Santaella (2008) destaca que a interconexão entre arte, mídia e tecnologia amplia as oportunidades de expressão

artística, criando uma conexão significativa com a juventude. Os avanços tecnológicos têm expandido o alcance das artes, permitindo a interação com outras áreas. Além disso, é importante considerar que "o espaço vazio do jogo é um campo novo para o aluno, que está condicionado a sentar-se passivamente atrás da cadeira, e um desafio para o professor que estará sujeito à desordem aparente, ao barulho e à profusão de corpos no espaço" (Soares, 2010, p. 37). Este aspecto sublinha a importância de preparar tanto estudantes quanto professores para essas novas dinâmicas pedagógicas, que rompem com a passividade tradicional e fomentam uma interação mais ativa e criativa.

A pesquisa é qualitativa, baseada em uma intervenção pedagógica que envolve a aplicação de jogos teatrais em combinação com a linguagem musical. Essa abordagem metodológica, conforme Gamboa (2007), é eficaz para explorar e implementar práticas inovadoras no contexto educacional, garantindo melhores condições e conhecimentos seguros para a pesquisa.

A intervenção pedagógica foi realizada em três turmas da 1º série do ensino médio da Escola Básica Estadual Cícero Barreto em Santa Maria, RS, com foco na aplicação de jogos teatrais integrados à linguagem musical. A proposta foi dividida em três fases: planejamento, execução e avaliação.

Na fase de planejamento, foi feita uma análise detalhada para selecionar jogos teatrais adequados à faixa etária e aos objetivos pedagógicos. Estes jogos promoveram tanto a expressão corporal quanto a musical, utilizando-se da improvisação, da musicalidade, do ritmo e do espaço cênico. Na fase de execução, um plano de aula com duração de uma hora e meia foi implementado, integrando os seguintes jogos teatrais e musicais: o "Jogo da bolinha para mesma pessoa com música", onde os estudantes, ao som de diferentes ritmos musicais tinham que, em círculo, jogar sequencialmente uma bolinha sempre para a mesma pessoa da roda até chegar no final da música, o jogo começa com uma bolinha e ao final são três sendo jogadas ao mesmo tempo no ritmo da música.. Com essa atividade exploraram o foco, a concentração, a motricidade e a musicalidade. O "Jogo do silêncio" onde eles tinham que caminhar ao som de uma música e quando ela parasse escolher uma dupla e seguir os movimentos dela totalmente em silêncio, trabalhando concentração, criatividade e a compreensão da música composta de sons e silêncios. O jogo "Escravos de Jó" que inicialmente trabalhamos a letra da música e a pulsação com

batidas dos pés e no segundo momento passando a bolinha um para o outro, respeitando a pulsação musical. Esse simples jogo infantil envolve equilíbrio, ritmo, lateralidade, agilidade, percepção musical, concentração e orientação espacial. A última proposta foi o jogo “criando sonoplastia em cena”, um jogo de improviso que envolveu a criatividade dos participantes em cena e da platéia realizando a sonoplastia. Inicialmente escolhemos o local que a cena aconteceria (hospital, floresta, fazenda, escola), os alunos que se dispunham a entrar em cena retiravam frases aleatórias de um saquinho e tinham que interagir no contexto da cena e em algum momento encaixar a frase. Para sonoplastia definimos que, livremente, os alunos poderiam emitir sons de acordo com o que sentissem acontecendo em cena. Esse momento além de criativo foi muito divertido, proporcionando integração entre eles, estimulando a criatividade, concentração, escuta ativa e elementos de uma cena teatral.

A fase de avaliação incluiu a produção de relatórios qualitativos baseados na observação participativa e no relato dos alunos sobre as atividades. Os resultados mostraram comprometimento e engajamento dos alunos nas propostas, principalmente em termos de colaboração e criatividade. Os estudantes relataram ter gostado muito das atividades e que elas contribuíram na interação com os colegas, também que se sentiram mais felizes e motivados.

A experiência revelou que o uso de jogos teatrais no contexto escolar, aliado à música, exige interesse e adaptação dos professores, que precisam se preparar para lidar com a dinâmica menos estruturada da sala de aula. Ao analisar essa intervenção, verificamos que as atividades promovidas permitiram que os alunos desenvolvessem uma maior compreensão das linguagens artísticas e de que é possível unir as linguagens de forma positiva e produtiva, contribuindo com diversas habilidades específicas das áreas, mas para além disso, a comunicação, a confiança dos alunos e o despertar para expressão de emoções e ideias.

Santaella (2008) destaca que as interconexões entre arte, mídia e tecnologia são capazes de expandir as possibilidades expressivas dos jovens.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de explorar abordagens pedagógicas que integrem arte e educomunicação, oferecendo aos estudantes experiências diferentes das que estão acostumados. Ao promover o diálogo entre

teatro e música, observamos que essa abordagem contribui para a formação de cidadãos mais críticos e criativos. A intervenção pedagógica realizada demonstrou que a expressão artística, além de ser um conteúdo curricular, é uma forma de comunicação e de transformação social, que pode proporcionar um aprendizado integrado, interativo e colaborativo.

Referências

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DAMIANI, Magda Floriano *et al.* Discutindo pesquisas do tipo Intervenção Pedagógica. **Cadernos de Educação**. |FaE/PPGE/UFPel, n. 45, p. 57 – 67, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gDJ3z> . Acesso em: 28 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2008.

SOARES, Carmela. **Pedagogia do Jogo Teatral: Uma Poética do Efêmero - O Ensino do Teatro na Escola Pública**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SOARES, I. de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.

O papel do Digital Mundo Miraira na educação e na preservação cultural cearense¹

Antônio Alison Vasconcelos Marques²

A expressão comunicativa por meio da arte é um fenômeno fundamental que molda a forma como as sociedades transmitem, preservam e vivenciam suas tradições e valores culturais. A arte, em suas diversas formas, vai além das barreiras linguísticas e culturais, proporcionando uma plataforma poderosa para a comunicação de emoções, histórias e ideias. Ela atua como um reflexo das realidades culturais, e como uma ferramenta dinâmica que pode fomentar a cidadania plena e promover a inclusão social.

No contexto educacional, a arte se destaca como uma ferramenta crucial para a promoção da cidadania e a educação patrimonial. Por meio de iniciativas artísticas, é possível promover um maior entendimento das tradições culturais e incentivar o respeito pela herança cultural. No entanto, muitos estados e regiões enfrentam desafios significativos na integração dessas práticas educacionais, resultando em lacunas na preservação e na disseminação do conhecimento cultural.

O Ceará, um estado rico em patrimônio cultural imaterial, enfrenta esses desafios de maneira particularmente acentuada. Apesar de sua rica herança cultural, as ações voltadas à educação patrimonial muitas vezes são limitadas e casuísticas. Horta (2005) afirma que a implementação de programas de Educação Patrimonial, que envolvem não apenas o sistema escolar, mas também a comunidade local, famílias, empresas e autoridades, promoveu uma nova perspectiva sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro. Esses programas reconhecem a diversidade das manifestações culturais, tanto tangíveis quanto intangíveis, e propõem o uso do patrimônio como uma fonte essencial de conhecimento e aprendizado. Eles sugerem

¹ Trabalho apresentado no eixo 4 - Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestre em Administração (UNIFOR), MBA em Marketing Digital e Gestão de Mídias Sociais (UNIFOR), Especialista em Linguagens e Mídias Digitais (Uni7), Bacharel em Jornalismo (Estácio), estudante do curso de Licenciatura em Teatro (IFCE Campus Fortaleza). Professor e artista brincante do Grupo Miraira. Fortaleza-CE. alisonvmarques@gmail.com

a integração desses elementos no currículo escolar e sua utilização como ferramentas de motivação para a cidadania e o diálogo intergeracional. A falta de iniciativas consistentes e a dificuldade de integrar o conhecimento sobre o patrimônio imaterial nas escolas e comunidades resultam em uma lacuna significativa na preservação cultural. O conhecimento acadêmico sobre esses saberes raramente alcança o público em geral, restringindo a eficácia das ações de preservação e promoção cultural.

Nesse cenário, o Grupo Miraira/LPCT, que pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus Fortaleza), emerge como uma resposta inovadora e necessária. Com a missão de preservar e promover o Patrimônio Imaterial e Cultural Cearense, o grupo desenvolveu uma plataforma digital que serve como um ponto de encontro virtual para a educação e a divulgação cultural. Em 2018, o então bolsista de Formação Miraira/LPCT, José Neto, na época estudante de Engenharia de Computação no IFCE, foi responsável pelo desenvolvimento do ambiente virtual Digital Mundo Miraira através da bolsa de Iniciação Científica (IC) do PIBIC-IFCE, financiada pelo CNPq e de realização durante os anos de 2017 e 2018, com a produção técnica do ambiente virtual e um artigo de IC sendo apresentados durante o término da bolsa. Utilizando tecnologias modernas, como o WordPress, PHP e MySQL, a plataforma foi projetada para ser acessível e interativa, permitindo que o conhecimento sobre as tradições e saberes cearenses chegue a um público mais amplo e diversificado.

Nesse artigo será apresentado o estudo exploratório sobre a importância da expressão comunicativa na arte, com um foco específico na contribuição do Grupo Miraira através de sua plataforma digital. A análise abordará como a plataforma facilita a preservação e a promoção do Patrimônio Imaterial Cearense, e também avaliará a eficácia das tecnologias utilizadas e o impacto da comunicação digital na educação patrimonial. Por meio da combinação de arte, tecnologia e comunicação, o Grupo Miraira exemplifica como é possível superar os desafios associados à preservação cultural e promover uma maior inclusão e cidadania. A investigação incluirá uma avaliação detalhada das funcionalidades da plataforma, a análise dos dados de acesso e a exploração de exemplos práticos que demonstram o impacto da plataforma na comunidade.

O Miraira – LPCT está no Instituto Federal do Ceará (IFCE) Campus Fortaleza desde sua criação em 1982. Este laboratório híbrido se destaca por sua atuação multidisciplinar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com foco nas artes cênicas e musicais, particularmente nas matrizes estéticas da tradição brasileira e cearense.

A proposta do Miraira é integrar práticas culturais tradicionais ao contexto acadêmico, proporcionando aos alunos e à comunidade um espaço de experimentação e aprendizado. No campo do ensino, o laboratório oferece várias oportunidades, como o LPCT (Laboratório de Práticas Culturais Tradicionais), que é uma disciplina optativa para alunos da Licenciatura em Teatro. Também há o LPC (Laboratório de Prática de Conjunto) para estudantes do Curso Técnico em Música e o METAV (Matrizes Estéticas da Tradição em Artes Visuais), destinado aos alunos da Licenciatura em Artes Visuais. Essas disciplinas oferecem um ambiente de aprendizado prático, com um planejamento anual que inclui acompanhamento rigoroso da frequência e avaliação do desempenho dos alunos.

Desde 1982, o Miraira tem se dedicado à pesquisa multidisciplinar, explorando as interações entre as práticas culturais e áreas como história, geografia, arte, patrimônio e antropologia. A partir de 2003, essas atividades de pesquisa foram formalizadas e registradas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP) sob o nome de Grupo de Estudos em Cultura Folclórica Aplicada. A pesquisa acadêmica realizada pelo laboratório visa a preservação e a documentação científica das práticas culturais tradicionais, refletindo o compromisso com a valorização do patrimônio imaterial brasileiro.

A atuação em extensão do Miraira é vasta e abrange diversas cidades do Ceará e outros estados brasileiros. O laboratório realiza apresentações e compartilha experiências artísticas em locais como Paraná, Brasília e Pernambuco, além de promover ações culturais em escolas públicas e na comunidade. Esse trabalho contribui para a valorização e disseminação da cultura local, ampliando o alcance das práticas tradicionais para além do ambiente acadêmico.

A abordagem do Miraira em relação à educação patrimonial é centrada no "sentir", baseando-se na ideia de que o aprendizado ocorre através do corpo e da experiência vivida. Em seus estudos se utiliza do discurso presente nos textos de Cecília Londres (2000), Elizabeth Travassos (2004), Roque de Barros Laraia (2006),

além de Oswald Barroso, Maria Laura Cavalcanti e Darcy Ribeiro, que enfatizam a importância do corpo como meio de aprendizado e preservação cultural. O Miraira busca evidenciar e refletir sobre o Patrimônio Imaterial Brasileiro, alinhando-se com as recomendações da UNESCO e as leis brasileiras pertinentes. As atividades do laboratório visam a salvaguarda dos saberes tradicionais por meio da prática contínua e da pesquisa, promovendo a educação patrimonial através da alegria das tradições festivas e rituais.

O Miraira – LPCT representa uma conexão vital entre a tradição e a modernidade no campo das artes cênicas e musicais. Suas atividades abrangentes nas áreas de ensino, pesquisa e extensão contribuem significativamente para o conhecimento, valorização e preservação das práticas culturais brasileiras, especialmente no contexto do Ceará. O compromisso do Miraira com a educação patrimonial e a integração das práticas tradicionais com a vida acadêmica e comunitária reforça seu papel como um pilar essencial na preservação e promoção da rica herança cultural do Brasil.

A relação entre arte e comunicação cultural é especialmente importante em contextos onde a preservação das tradições e a promoção da cultura enfrentam desafios significativos. Em muitas regiões, as práticas culturais e os saberes tradicionais estão ameaçados pela modernização e pela globalização, tornando essencial o uso da arte como um meio de documentação e transmissão dessas tradições. A arte não apenas preserva o passado, mas também contribui para a sua relevância no presente e no futuro, garantindo que as futuras gerações possam entender e valorizar suas raízes culturais.

Além disso, a arte pode desempenhar um papel crucial na inclusão social e na promoção da cidadania. Ao oferecer um espaço para a expressão e a celebração da diversidade cultural, a arte pode ajudar a construir pontes entre diferentes comunidades e promover uma maior coesão social. Projetos artísticos que envolvem a participação ativa de diversas populações podem facilitar o diálogo intercultural e incentivar uma maior compreensão e respeito mútuo.

O Grupo Miraira representa uma iniciativa inovadora e comprometida com a preservação e a promoção do Patrimônio Imaterial e Cultural do Ceará. Em um cenário onde as ações voltadas à educação patrimonial são frequentemente esparsas

e limitadas, o Grupo Miraira se destaca por seu esforço em criar uma plataforma digital que facilita o acesso ao conhecimento cultural e promove a valorização das tradições locais.

A plataforma digital desenvolvida é um exemplo notável de como a tecnologia pode ser utilizada para atender às necessidades de preservação cultural. Utilizando o WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) amplamente utilizado e de código aberto, o site oferece uma solução eficiente para a criação, gestão e disseminação de conteúdo. O WordPress permite uma administração flexível e acessível, possibilitando que o grupo mantenha e atualize seu conteúdo com facilidade, garantindo que as informações sobre o patrimônio cultural estejam sempre atualizadas e disponíveis para o público.

O desenvolvimento da plataforma envolveu a utilização de PHP e MySQL, tecnologias que asseguram uma integração robusta entre o site e seu banco de dados. PHP, uma linguagem de programação amplamente utilizada para o desenvolvimento web, e MySQL, um sistema de gerenciamento de banco de dados, permitem que a plataforma seja dinâmica e responsiva, oferecendo uma experiência de usuário fluida e eficiente. A combinação dessas tecnologias garante que o site possa lidar com grandes volumes de dados e fornecer informações de maneira rápida e confiável.

Um dos aspectos mais importantes da plataforma é seu design responsivo, que foi implementado através do uso de folhas de estilo em cascata (CSS). O design responsivo assegura que o site seja acessível e funcional em uma variedade de dispositivos, incluindo smartphones, tablets e computadores de mesa. Esta adaptabilidade é crucial para alcançar um público amplo e diversificado, permitindo que os usuários acessem o conteúdo cultural de maneira conveniente, independentemente do dispositivo que utilizam. O visual moderno e interativo da plataforma, combinado com a sua responsividade, contribui para uma experiência de usuário envolvente e acessível.

A missão do Grupo Miraira vai além da simples criação de um site. A plataforma digital representa um compromisso com a educação patrimonial e a inclusão cultural. O site oferece uma ampla gama de recursos, como artigos, vídeos e tutoriais, que visam educar o público sobre o Patrimônio Imaterial Cearense. Estes recursos não só

fornece informações valiosas sobre as tradições e práticas culturais, mas também incentivam a participação ativa e o engajamento da comunidade.

Além de servir como um repositório de conhecimento, a plataforma do Grupo Miraira desempenha um papel fundamental na promoção e na celebração do patrimônio cultural local. Ao disponibilizar informações de maneira acessível e interativa, o site ajuda a aumentar a conscientização sobre a importância do patrimônio imaterial e fomenta um maior interesse e apreciação pelas tradições cearenses.

Através da sua plataforma digital, o Grupo Miraira contribui para a preservação e promoção do Patrimônio Imaterial e Cultural do Ceará, e demonstra o potencial da tecnologia para fortalecer a educação cultural e a inclusão. A combinação de arte, tecnologia e comunicação digital oferecida pela plataforma exemplifica como é possível superar desafios na preservação cultural e promover uma maior conexão com as tradições e valores locais.

Os impactos da plataforma digital desenvolvida pelo Grupo Miraira são profundos e multifacetados, refletindo sua importância na preservação e promoção do Patrimônio Imaterial e Cultural Cearense. A plataforma facilita o acesso ao conhecimento cultural, e desempenha um papel crucial na educação e na inclusão social, demonstrando a eficácia da combinação entre tecnologia e cultura.

Um dos principais impactos da plataforma é a ampliação do acesso à informação sobre o patrimônio cultural do Ceará. Antes da criação do site, o conhecimento sobre as tradições e práticas culturais locais muitas vezes permanecia restrito a círculos acadêmicos ou eventos esporádicos. Com a plataforma digital, informações sobre festas populares, danças folclóricas, práticas artesanais e outros aspectos do patrimônio imaterial estão disponíveis de forma acessível e abrangente para um público mais amplo. Esse acesso democratizado ao conhecimento contribui para uma maior conscientização e valorização das tradições culturais por parte de um público diversificado.

Outro impacto significativo é a promoção da educação patrimonial. A plataforma oferece uma variedade de recursos educativos, como artigos, vídeos e tutoriais, que ajudam a educar o público sobre o Patrimônio Imaterial Cearense. Esses recursos são projetados para ser informativos e envolventes, facilitando o

aprendizado sobre as práticas culturais e os saberes tradicionais. A presença desses materiais educativos online permite que escolas e instituições culturais integrem o patrimônio imaterial em seus currículos e atividades, contribuindo para a formação de uma nova geração que valoriza e compreende suas raízes culturais.

A interatividade da plataforma também é um fator importante no seu impacto. A utilização de tecnologias modernas para criar um ambiente interativo e responsivo permite que os usuários não apenas consumam informações, mas também participem ativamente na exploração e disseminação do patrimônio cultural. A capacidade de acessar o site a partir de diversos dispositivos, como smartphones e tablets, garante que o conhecimento cultural esteja disponível de maneira conveniente e acessível, aumentando o engajamento e a interação com o conteúdo.

Além disso, a plataforma tem um papel relevante na promoção e na celebração do patrimônio cultural local. Ao destacar eventos culturais, práticas tradicionais e saberes locais, o site ajuda a manter viva a relevância das tradições culturais na vida contemporânea. A visibilidade proporcionada pela plataforma contribui para o reconhecimento e a valorização das manifestações culturais, incentivando a participação ativa da comunidade e o orgulho cultural.

A análise dos dados de acesso à plataforma nos últimos meses também revela o impacto positivo do site. Durante períodos de maior atividade cultural, como o mês do folclore, agosto, houve um aumento significativo no tráfego e no engajamento dos usuários. Esses dados indicam um interesse crescente pelo conteúdo cultural e uma maior apreciação das tradições cearenses, corroborando a eficácia da plataforma em atrair e engajar o público.

Tabela 1: Total de acessos ao Digital Mundo Miraira em junho, julho e agosto de 2024.

MESES	JUNHO 2024	JULHO 2024	AGOSTO 2024
TOTAL DE ACESSOS	783	419	1.034

Fonte: Jetpack Stats

Os impactos da plataforma digital do Grupo Miraira são evidentes na ampliação do acesso ao conhecimento cultural, na promoção da educação patrimonial, na facilitação da interação e no fortalecimento da valorização das tradições locais. A plataforma representa um avanço significativo na preservação e promoção do Patrimônio Imaterial e Cultural Cearense, demonstrando o potencial da tecnologia para contribuir de maneira eficaz para a preservação cultural e a inclusão social.

Referências

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006
Grandes cidades Nº 2 - Nov. / Dez. de 2005. Disponível em:
<www.revista.iphan.gov.br/secao.php?id=1&ds=17-9k> Acesso em: 2 set. 2024.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LONDRES, Cecilia. **Referências culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. In: O registro do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais: a performance como modo de conhecimento da cultura popular**. In: TEIXEIRA, J. Gabriel; GARCIA, M. Vinícios; GUSMÃO, Rita, et. al. (org.). Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: ICS-UnB, 2004. 110 – 116.

Música y Educomunicación: Intersecciones para la revitalización y salvaguarda de la cultura Mapuche Williche en contextos educativos interculturales¹

Fernando Carías Pérez²

El siguiente proyecto de investigación busca explorar las intersecciones entre música de raíz williche y educomunicación en contextos educativos interculturales, específicamente en dos establecimientos educacionales de la comuna de San Juan de la Costa en la región de Los Lagos, al sur de Chile. El estudio propone como objetivos; analizar la función que puede cumplir la música, a través de cantos, canciones, etc. como elemento para salvaguardar la cultura mapuche-williche dentro de las escuelas (sin ser una propuesta didáctica), mientras identifica posibilidades ofrecidas por la educomunicación, a través del lenguaje radiofónico (utilizado como herramienta comunicativa en las instituciones participantes del estudio, a través de radios escolares), para fomentar buenas y pertinentes prácticas pedagógicas, que integren la educación musical y la interculturalidad (Carías et al., 2021), .

La novedad científica del proyecto radica en su enfoque innovador al vincular música mapuche (Álvarez Saavedra, 2018) y educomunicación en contextos educativos interculturales situados, temáticas poco estudiadas y difundidas científicamente. Igualmente, la propuesta busca ofrecer un *corpus* epistemológico que permita comprender prácticas en las escuelas para promover la diversidad cultural y fortalecer la identidad local del pueblo mapuche williche. Este enfoque tiene el potencial de ofrecer nuevas perspectivas sobre cómo las artes y los medios pueden apoyar la educación y la preservación cultural en comunidades originarias.

Exposición general del tema a tratar y relevancia.

En el contexto educativo contemporáneo, la intersección entre educomunicación y música, emerge como un campo de investigación significativo, más aún cuando se vincula a contextos de carácter intercultural, específicamente a

aquellos relacionados con pueblos originarios. Esta convergencia, representa un punto de encuentro entre la comunicación, la pedagogía y el arte, generando espacios donde pueden explorarse, por ejemplo; innovaciones en el ámbito educativo a partir de su vínculo con representaciones artísticas, mientras se promueven relaciones interculturales para el fortalecimiento de las identidades locales. En este sentido, la educomunicación, entendida como una interface entre la educación y la comunicación (Aparici, 2010), emerge como un enfoque pertinente para abordar estas dinámicas, e igualmente como un “dispositivo” capaz de generar transformaciones sociales a partir del arte, para la construcción de saberes y significados compartidos en el contexto escolar.

La presente propuesta de investigación se fundamenta a partir de un triple propósito: 1) La posibilidad de utilizar la música como una herramienta para la revitalización de la cultura mapuche-williche en el contexto escolar; 2) El estudio de la educomunicación como un campo del saber emergente, interdisciplinar y transdisciplinar, en donde convergen teórica y metodológicamente el binomio educación – comunicación, para la mediación de experiencias pedagógicas significativas mediante el arte y el uso de algunos medios de comunicación, como por ejemplo la radio (Aguaded, Civil y Viizcaíno-Verdú, 2022); y 3) La necesidad de fomentar, desde la educomunicación, espacios investigativos relacionados con la educación musical en conjunción con la educación intercultural, para fomentar buenas y efectivas prácticas pedagógicas que fomenten la diversidad en el contexto escolar, principalmente en los referido a la cultura mapuche – williche, su lengua, sus tradiciones y formas de vida (Rumian Cisterna, 2020). Estas ideas, evidencian cuatro elementos principales a tomar en cuenta en estas propuesta, a saber: Educación, comunicación, arte y cultura, áreas del conocimiento con trayectorias propias, pero con elementos en común que permiten generar interfaces (Soares, 2011), para el estudio de las relaciones entre ellas, en nuestro caso, mediante un proyecto de investigación que los vincula, teniendo como contexto dos establecimientos educativos en zonas rurales del sur de Chile, específicamente en la comuna de San Juan de la Costa, las cuales incorporan dentro de sus propuestas curriculares la educación tradicional e intercultural como un elemento para la diversidad y la convivencia, así como la como herramienta para su mediación, a través de pequeños

formatos de audio que pueden ser transmitidos en radios locales, comunitarias o escolares.

La cultura mapuche-williche, territorialmente ubicada en el sur de Chile y arraigada a una rica tradición oral y un profundo conocimiento del entorno natural, ha enfrentado históricamente tensiones y desafíos en la preservación de sus tradiciones y la promoción de sus valores y cosmovisiones. A partir de este marco, el proyecto de investigación que aquí se propone, busca explorar cómo a través de prácticas educomunicativas, en nexos con expresiones artísticas, en este caso la música, se pueden generar espacios dentro del contexto escolar para la revitalización cultural, la transmisión de conocimientos, valores y tradiciones ancestrales, el diálogo intercultural y la construcción de puentes dialógicos entre culturas desde una perspectiva fundamentada en el principio de respeto a las diversidades. Se plantea analizar cómo las y los educadores tradicionales utilizan la música como una herramienta para mediar sus saberes y, además, identificar formas de sistematizar y registrar ciertas experiencias en función de poderlas difundir en medios locales y replicarlas generación tras generación.

Objetivo general

1. Explorar el uso e impacto de la música y la educomunicación como herramientas para la revitalización cultural, la promoción de la identidad y la transmisión de conocimientos ancestrales mapuche-williche, en el contexto educativo de escuelas rurales en el sur de Chile.

Objetivos específicos

1. Analizar cómo la música puede ser utilizada en el contexto escolar intercultural, como herramienta para la revitalización de la cultura mapuche-williche.
2. Identificar prácticas y metodologías educomunicativas, empleadas por los educadores tradicionales para mediar sus saberes a través de la música mapuche williche.
3. Identificar el papel de la educomunicación mediante la radio escolar, como dispositivo pedagógico en la creación de espacios que fomenten buenas

prácticas pedagógicas a partir de la música, la diversidad y el diálogo intercultural, las tradiciones y los valores de la cultura mapuche-williche.

Metodología

El diseño de investigación que se propone en este proyecto se basa en un enfoque de tipo cualitativo. Se trata de un estudio exploratorio-descriptivo, ya que buscará describir situaciones, eventos, procesos pedagógicos interactivos y experiencias únicas, explorando junto con los profesores, las posibilidades de la música y la educomunicación como dispositivos para abordar la educación intercultural en escuelas rurales del sur de Chile. De esta manera y partiendo de los objetivos planteados, se utilizarán técnicas de investigación basadas en la realización de trabajo de campo con especial énfasis en la realización de entrevistas abiertas a docentes de música y educadores tradicionales.

Se propone trabajar con dos establecimientos educacionales, ambos ubicados en la comuna de San Juan de la Costa. Además, ambas escuelas tienen experiencia con el uso de medios de comunicación como herramienta para dinamizar los aprendizajes, pues ostentan una historia significativa en el uso de la radio escolar, dado el vínculo con Radio la Voz de la Costa, experiencia que data de los años 60, la cual significó uno de los primeros proyectos educomunicativos en Latinoamérica.



Figura 1: Mapa de la región de Los Lagos. A la izquierda, en rojo, la comuna de San Juan de la Costa

Referencias.

AGUADED, Ignacio; CIVILA, Sabina; Vizcaíno-Verdú, Arantxa (2022). **Paradigm changes and new challenges for media education: Review and science mapping**

(2000-2021). Profesional de la información, v. 31, n. 6, e310606.
<https://doi.org/10.3145/epi>. 2022.nov.06.

Álvarez Saavedra, Eugenia. (2018). **El diseño en las representaciones audio - visuales de la etnia Mapuche**. Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, (66), 1-10. Recuperado en 28 de julio de 2024, de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-35232018000100004&lng=es&tlng=es.

APARICI, R. (2010). **Educomunicación: más allá del 2.0**. Gedisa.

Carias-Pérez, F.I., Mariñ-Gutiérrez, I., & Hernando-Gómez, A. (2021b). **Educomunicacion e interculturalidad a partir de la gestión n educativa con la radio**. Universitas-XXI, 35, pp. 39-60. doi: 10.17163/uni.n35.2021.02

Rumián Cisterna, S. (2020). **Gallito Catrilef: Colonialismo y defensa de la tierra en San Juan de la Costa a mediados del siglo XX**. [Tesis de Maestría en Ciencias Humanas mención Historia. Universidad de Los Lagos].

SOARES, I. (2011). **Educomunicação. O conceito, o Profissional, a aplicação**. Paulinas.

Jogos Teatrais - uma ação educomunicativa¹

Maria Antônia Saccol da Costa²

Vivian Aparecida dos Reis³

Noemi Boer⁴

Taís Steffenello Ghisleni⁵

A educação contemporânea enfrenta o desafio constante de engajar estudantes em um processo de aprendizado significativo e transformador. Segundo Soares (2011) a relação entre a educação, a juventude e o mundo da comunicação ocupam uma posição central no processo formativo, que é, por essência, transformador. Além disso, inclui o desejo de que as novas gerações tenham pleno acesso ao universo da comunicação e suas tecnologias, direcionados para o bem comum e o exercício.

Nesse contexto, a educomunicação é uma abordagem que integra educação e comunicação, formando um ecossistema que planeja, implementa e avalia os processos, a fim de, promover o desenvolvimento de competências críticas e criativas por meio de práticas interativas. Além de contribuir para “que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência” (Soares, 2011, p. 45).

O conceito de ecossistema comunicativo, introduzido por Martín-Barbero em 2000, atravessa o campo da Educomunicação ao relacionar sujeitos e tecnologias da cultura digital, desde cartões magnéticos até a Internet. Esse conceito é frequentemente usado como ponto de partida por autores que refletem sobre Educomunicação, sendo atualizado em suas abordagens. Soares (2011) amplia essa

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Aluna do curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, m.saccol@ufn.edu.br

³ Aluna do curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, vivian.reis@ufn.edu.br

⁴ Doutora. Professora do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, noeiboer@ufn.edu.br

⁵ Doutora. Professora do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br

visão ao propor uma perspectiva integradora entre educação e tecnologia, sugerindo que não existe um único modelo de ecossistema comunicativo.

Martín-Barbero (2000) argumenta que o ecossistema comunicativo evoluiu ao longo do tempo, tornando-se tão essencial quanto o ecossistema ambiental. Ele ressalta que vivemos em uma era de intensa dinâmica comunicacional, na qual a informação e o conhecimento transcenderam os limites do sistema educacional tradicional (escola e livro) e se expandiram para novos meios, como a televisão e a Internet.

Sob a perspectiva da Educomunicação, conforme Soares (2014), o ecossistema comunicativo ganha uma nova configuração ao reconhecer e legitimar o diálogo como uma metodologia central de ensino e aprendizagem, seja na família, na escola ou em outros espaços de convivência. Essa abordagem assegura a qualidade dos relacionamentos, das práticas educativas e da convivência saudável, elementos que só podem ser alcançados através do diálogo. É por meio desse diálogo que os indivíduos se sentem valorizados, permitindo a abertura para a criatividade, a construção da cidadania e a vivência plena da democracia.

Dentre as diversas propostas que podem ser integradas à educomunicação estão os Jogos Teatrais. Eles se destacam por sua capacidade de fomentar a expressão individual e coletiva, estimulando a colaboração e permitindo a vivência de experiências pedagógicas.

No ecossistema comunicativo escolar, os Jogos Teatrais se destacam na 2º área, de expressão comunicativa através das artes, e atendem o objetivo da mesma “primordialmente voltada para o potencial comunicativo da expressão artística, concebida como uma produção coletiva, mas como performance individual” (Soares, 2011, p.47-48).

Os jogos teatrais, desenvolvidos por teóricos como Viola Spolin e Augusto Boal, propõem um ambiente de improvisação e criação que transcende a simples imitação da realidade. Spolin (2019) explana que através do jogo se desenvolve confiança que permite a progressão de habilidades necessárias para a comunicação no processo. Ao proporcionar aos participantes a liberdade para explorar emoções, papéis sociais e narrativas, essas dinâmicas estimulam a reflexão crítica sobre a própria comunicação e as relações interpessoais.

No campo da educomunicação, o uso dos jogos teatrais pode ser entendido como uma metodologia potente para promover uma pedagogia ativa, em que os educandos se tornam protagonistas de seu aprendizado, ao mesmo tempo em que experimentam novas formas de interagir e transmitir mensagens. Soares (2011) traz como temáticas de abordagem da educomunicação os relacionamentos, a liderança, o diálogo social e a atuação ativa e protagonista dos jovens. Ele se posiciona criticamente em relação ao individualismo, à manipulação e à competição. Seu objetivo é promover a cidadania em oposição à imposição do mercado, utilizando as oportunidades das novas tecnologias como meios para fortalecer a solidariedade e o desenvolvimento conjunto.

A partir do contexto exposto, nossa problemática está em como a educomunicação pode auxiliar na proposta metodológica dos jogos teatrais? E então o nosso objetivo geral é realizar o planejamento, a execução e a avaliação (Moreira, 2024) de uma aula de teatro sob a perspectiva educ comunicativa.

Vale destacar que atualmente, espera-se que os professores de arte nas escolas públicas tenham habilidades para ensinar de forma integrada as quatro linguagens da arte. Tomando das palavras de Ryngaert (2009), entende-se que por vezes a prática artística é vista como pouco séria ou tomada pelo peso pedagógico, entretanto o fazer artístico é rodeado por mal-entendidos e pessoas que desconfiam e contribuem para nublur o debate.

Entendemos que a pesquisa qualitativa oferece melhores condições para planos de atividades mais eficientes (Gamboa, 2014). Dessa forma nossa proposta inclui uma intervenção pedagógica a partir dos jogos teatrais, essa intervenção é fundamentada no pensamento de Damiani (2013), que prevê o planejamento e a implementação de interferências no ambiente de ensino.

Em busca de fundamentar a discussão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma importante referência, ela estabelece que os estudantes devem ser apresentados às artes visuais, dança, música e teatro. No entanto, há uma escassez de profissionais qualificados para ensinar todas essas linguagens de maneira abrangente (Brasil, 2017). Na escola onde pretendemos realizar essa intervenção pedagógica, uma das autoras desta pesquisa trabalha com a disciplina de arte que, segundo a BNCC abrange o ensino das quatro linguagens (Artes visuais, Música,

Teatro e Dança), entretanto a formação superior da mesma formação foi especificamente em música. Em um debate a respeito desta situação é que foi criada a nossa proposta que será aplicada pela primeira autora, formada em teatro; O desenvolvimento da prática, no formato de uma oficina terá o intuito de auxiliar a professora regente nas práticas artísticas do teatro.

As atividades terão duração de uma hora e meia em três turmas do primeiro ano do Ensino Médio, de uma escola Estadual, da cidade de Santa Maria RS. Entende-se que as propostas que Moreira (2024) indica para o planejamento, execução e avaliação de ações educacionais, possuem um valor significativo. Dessa forma, utiliza-se dessa metodologia para realização das três etapas do processo. Inicialmente, será realizada uma reunião de preparação com a professora regente da disciplina, a segunda autora. Em seguida serão escolhidos alguns jogos teatrais, consequentemente fazendo um levantamento dos materiais que seriam necessários para sua realização. A partir da seleção dos jogos será elaborado o plano de atividade da oficina, a definição do local onde ocorrerão as atividades e a aquisição dos materiais necessários. Esses passos são referentes à primeira etapa de planejamento, que segundo Moreira (2024), é um passo indispensável para o desenvolvimento de qualquer ação educacional, uma vez que as ações sem planejamento prévio estão fadadas ao fracasso. Na segunda etapa, será executado o planejamento, criando registros fotográficos, em vídeo ou em texto. Na terceira, e última etapa, será desenvolvida uma avaliação com os participantes ao fim do encontro, seguido de um relatório das atividades e por fim uma avaliação com os envolvidos na organização da atividade.

As oficinas com as três turmas de primeiro ano do Ensino Médio podem evidenciar a relevância da educação aliada aos jogos teatrais para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, cooperação e pensamento crítico. Através da incorporação de práticas teatrais no contexto educativo, buscamos expandir as possibilidades de ensino-aprendizagem, criando um espaço de trocas horizontais e de construção coletiva de conhecimento. Esperamos que a prática possa trazer um aprimoramento nas habilidades comunicativas dos estudantes e uma maior integração entre a teoria e a prática artística no ambiente escolar.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 10 set. 2024
- DAMIANI, Magda Floriano *et al.* **Discutindo pesquisas do tipo Intervenção Pedagógica**. Cadernos de Educação. |FaE/PPGE/UFPel, n. 45, p. 57 – 67, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gDJ3z> . Acesso em: 28 ago. 2024.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Desafios culturais da comunicação à educação**. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 51–61, 2000. [DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i18p51-61](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i18p51-61). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920>. Acesso em: 11 set. 2024.
- MOREIRA, Anderson Luiz. **Educomunicação e ecossistemas comunicativos**. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 set. 2024.
- RYNGAERT, Jean-Pierre. **Jogar, representar - Práticas dramáticas e formação**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2014.
- SOARES, I. de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.
- SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Educomunicação e Inteligência Artificial nas Artes: possibilidades criativas no ensino¹

Nathália Saidelles Cunha²

Carlos Alberto Coletto Burger³

Graziela Frainer Knoll⁴

Taís Steffenello Ghisleni⁵

A crescente digitalização da sociedade tem gerado transformações nos campos educacional e artístico. Nesse cenário, a Inteligência Artificial (IA) desponta como uma ferramenta para ampliar a criatividade e a expressão artística, particularmente no ambiente escolar. De acordo com Soares (2004), a educomunicação é definida como um novo paradigma em constante construção. Trata-se de um conjunto de ações que integram os meios de comunicação às práticas educativas, com o objetivo de criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, facilitando os processos de aprendizagem. Essa perspectiva alinha-se ao potencial da IA, que pode mediar novos processos criativos no ensino das artes, promovendo uma educação mais dinâmica e interativa.

“A educomunicação promove a integração de tecnologias, mídias e linguagens no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o educando desenvolva competências críticas e criativas no uso dessas ferramentas” (Soares, 2011, p. 23). O autor destaca a importância da integração de tecnologias e linguagens diversas no processo de ensino, o que pode aproximar a arte e à IA dentro de uma perspectiva educacional.

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, nathaliasaidellescunha@yahoo.com.br

³ Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN) Santa Maria, RS, Brasil, hcoletto@gmail.com

⁴ Doutora em Letras. Professora no Curso de Publicidade e Propaganda e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil; grazifk@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Comunicação. Professora no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil, taisghisleni@yahoo.com.br.

A legislação brasileira tem acompanhado essas transformações ao reforçar a importância da educação artística. A Lei nº 13.278/16 tornou obrigatória a inclusão de disciplinas como dança e teatro na educação básica, e o Projeto de Lei nº 5983/23 propõe a ampliação do ensino de artes com uma diversidade de linguagens, como música e artes visuais (Brasil, 2016). A IA, nesse contexto, oferece oportunidades de inovação, contribuindo para o processo de ressignificação das experiências pessoais e culturais dos alunos, conforme destacado por Guerson e Spoloar (2010). O uso de imagens no ensino das artes visuais, segundo a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa, é fundamental para o desenvolvimento do pensamento visual, promovendo a capacidade de fazer, ler e contextualizar o mundo imagético.

Segundo Silva et. al. (2010), ao longo da história, a arte pode ser vista como uma ciência que tem buscado o reconhecimento institucional. O ensino de Arte no Brasil passou por vários métodos importados, frequentemente sem a devida adaptação às especificidades locais. Desde a época da colonização, com a imposição jesuítica que separou a retórica da manufatura e negou a cultura indígena, até o século XIX, quando houve a rejeição do barroco em favor do neoclássico, a educação artística no país tem refletido uma série de transformações e desafios.

A tecnologia no ensino de artes visuais amplia as possibilidades criativas dos alunos, mas seu uso deve ser consciente e conceitual, especialmente para artistas e arte-educadores (Marques et al., 2020). Embora dispositivos como computadores e celulares façam parte do cotidiano dos alunos, as tecnologias de informação e comunicação ainda parecem distantes da prática educacional (Bertoletti, apud Marques et al., 2020, p. 66052).

Moran (2015) defende que a tecnologia no ensino deve ser usada estrategicamente para promover uma aprendizagem ativa e colaborativa, em vez de reproduzir métodos tradicionais. A IA pode estimular a criatividade e novas formas de expressão artística, mas Kaufman (2021) destaca suas limitações. Ela observa que as primeiras experimentações com IA, como o software DeepDream, produziram resultados esteticamente limitados, sem grande impacto crítico ou popular. No entanto, espera-se uma evolução significativa nas próximas décadas. Kaufman ainda questiona se a arte gerada por IA pode emocionar tanto quanto a arte humana (Kaufman, 2021, p. 260).

Leonhard (2018, p. 567) também aborda as limitações ao afirmar que “o desafio fundamental aqui será o fato de que enquanto a tecnologia não sabe o que são éticas, normas ou crenças, o funcionamento eficaz de qualquer ser humano e de qualquer sociedade depende inteiramente delas”. Segundo Leonhard (2018), embora a tecnologia consiga simular interações humanas, ela permanece incapaz de compreender ou se envolver com aspectos fundamentais da experiência humana, como felicidade, emoções ou valores. A tecnologia opera de maneira lógica e eficiente, mas não possui a capacidade de alcançar níveis mais elevados da hierarquia de necessidades de Maslow, como amor, pertencimento ou realização pessoal.

O uso da arte como ferramenta pedagógica se entrelaça com os princípios da educomunicação, uma vez que permite ao aluno ressignificar suas experiências pessoais no contexto sócio-cultural, conforme defendido por Guerson e Spoloar (2010). A abordagem triangular proposta por Ana Mae Barbosa, que envolve fazer, ler e contextualizar, ilustra como o ensino das artes visuais pode fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade — competências essenciais para a construção de ambientes educacionais mais dinâmicos e colaborativos. Marques et al. (2020, p. 66053) reforçam que “a proposta triangular sistematizada por Ana Mae Barbosa (2009) relaciona a produção ao fazer artístico. Leitura de imagens envolve a análise crítica das obras apresentadas e contextualização em conjunto com o estudo da história da arte”.

A partir do contexto exposto, o objetivo desta pesquisa é explorar as possibilidades e desafios da utilização da IA como uma ferramenta pedagógica no ensino das artes dentro de uma perspectiva educomunicativa. Além de expandir as competências técnicas, a IA pode desenvolver habilidades críticas e criativas, preparando os alunos para os desafios de uma sociedade hiperconectada (Levy, 1997). A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) também destaca a IA como um dos principais temas a serem explorados no ensino, devido à sua capacidade de promover uma educação integrada e inovadora (SBC, 2017).

Metodologicamente, esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que explora significados, experiências e percepções, e não dados numéricos. De nível exploratório, de acordo com Michel (2015), a pesquisa qualitativa baseia-se em levantamento bibliográfico para identificar informações e estabelecer os objetivos do estudo. Esse enfoque permite uma análise das implicações da IA no ensino das artes,

utilizando a educomunicação como eixo central para potencializar a expressão artística em ambientes educacionais. As primeiras pesquisas nos bancos de dados acadêmicos Google Acadêmico e Scielo com os descritores ensino de artes, educomunicação e inteligência artificial inicialmente não retornou nenhum artigo que possuísse uma convergência entre os três temas.

Escolhemos o livro *Alice no país das maravilhas*, ilustrado de modo tradicional, pois é uma obra que já se encontra em domínio público e é amplamente conhecida. Utilizaremos a IA para gerar novas ilustrações para este livro, de acordo com diretrizes pré-definidas. A ferramenta de IA para a prática será o Copilot da Microsoft, e a escolha tomou como base o fato de ser uma plataforma gratuita e de fácil utilização, o que facilitaria a replicação da atividade por terceiros que se interessem pela prática. Dentro dos parâmetros pré-estabelecidos, será solicitado a IA para produzir ilustrações que respeitem o estilo, o tom e a narrativa do livro original. Esse processo busca simular uma aplicação prática da IA no contexto educacional artístico, testando suas capacidades criativas.

Após a criação das novas ilustrações pela IA, realizaremos uma análise comparativa entre as ilustrações originais e aquelas produzidas pela IA. Essa análise será baseada em critérios como a qualidade estética, a adequação à narrativa e o potencial didático das ilustrações. Na sequência, coletaremos impressões sobre a capacidade da IA de expandir ou limitar o desenvolvimento de competências artísticas e criativas dos estudantes. Os dados coletados serão analisados de forma descritiva e interpretativa, com o objetivo de identificar tendências, desafios e oportunidades no uso da IA como uma ferramenta pedagógica no ensino das artes. Com a pesquisa realizada poderemos inferir se o acréscimo da IA melhora ou piora o processo de ensino-aprendizagem, avaliando sua viabilidade no contexto educacional.

A pesquisa destaca a originalidade da relação entre inteligência artificial e ensino das artes, focando nos desafios e oportunidades de sua aplicação pedagógica em um contexto educacional. Essa abordagem pode transformar a interação entre educadores, estudantes e novas tecnologias na educação artística. Em um ambiente tecnológico que facilita a produção com pouco esforço, torna-se importante valorizar o pensamento humano, especialmente o pensamento crítico, que a IA ainda não consegue replicar. O experimento espera demonstrar as potencialidades e limitações dessa convergência, incentivando a capacitação digital e o raciocínio crítico.

Referências

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06, set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Dispõe sobre a instituição do Programa de Regularização Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 maio 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html>. Acesso em: 06 set. 2024.

FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. **Análise Situacional: alternativa metodológica para uma análise das vozes da integração nos comandos do crime**. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 24, n. 51, p. 83-101, 2015.

GUERSON, Milena; SPOLAOR, Lincoln Volpini. Ana Mae Barbosa e Luigi Pareyson- **Um diálogo em prol de “re-significações” sobre ensino/aprendizagem de artes visuais**. Revista Eletrônica do Grupo PET–Ciências Humanas, Estética e Artes. Universidade Federal de São João Del-Rei. Ano V. n. V. Janeiro a Dezembro de, 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/5_Edicao/ana_mae_barbosa_e_luigi_pareyson_milena_guerson_milena_guerson.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

LEONHARD, Gerd. **Tecnologia versus Humanidade: o confronto futuro entre a Máquina e o Homem**. Zurique, Suíça: The Futures Agency, 2018. Edição Kindle.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARQUES, Walter Rodrigues; MOURA DA ROCHA, Viviane; VIEIRA ROCHA, Luís Félix de Barros; MARQUES, Ana Paula Cerqueira; CANTANHEDE, Meiryele Coelho. **Aplicabilidade da tecnologia no ensino e na produção artística**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 6, n. 9, p. 66049-66058, set. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n9-147.

MORAN, José Manuel. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

MORAN, José Manuel. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias**. Revista diálogo educacional, v. 4, n. 12, p. 1-9, 2004.

SBC. **Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica**. 2017. Disponível em: <https://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/203-educacao-basica/1220-bncc-em-itinerario-informativo-computacao-2>. Acesso em: 06, set. 2024.

SILVA, Elizangela Aparecida da; OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues; SCARABELLI, Letícia; COSTA, Maria Lorena de Oliveira; OLIVEIRA, Sâmyla Barbosa; SANT'ANNA, Vera Lucia Lins. **Fazendo arte para aprender: a importância das artes visuais no ato educativo**. Pedagogia em Ação, v. 2, n. 2, p. 95-104, nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/4850/5029>. Acesso em 07 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Mas afinal, o que é educomunicação?** Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

A Educação Pública Periférica na Série Audiovisual “Segunda Chamada”¹

Ester Macedo Lira²

Introdução

O ensino público brasileiro, sobretudo em periferias urbanas, é marcado por desigualdades socioeconômicas que comprometem a qualidade educacional e o desenvolvimento dos cidadãos. Sabe-se que a produção audiovisual como ferramenta midiática é capaz de representar recortes sociais dessas realidades e colocá-las em evidência por meio de séries exibidas na televisão ou nas plataformas de streaming, podendo alcançar grandes audiências e conscientizar acerca de questões socioculturais.

Este trabalho analisa como a narrativa acerca da educação pública periférica é retratada na série ficcional *Segunda Chamada* (produzida pela O2 Filmes e distribuída pelo Globoplay), por meio da análise narrativa do primeiro episódio de cada uma das duas temporadas embasando-se na abordagem de Luiz Gonzaga Motta (2013), nos conceitos de Darcy Ribeiro (2018) e Paulo Freire (2022) quanto à educação pública, entre outros.

Objetivos

De modo geral, o estudo objetivou analisar a narrativa da série ficcional “Segunda Chamada”, destacando as temáticas educacionais representadas.

De modo específico, objetivou-se examinar:

¹ Trabalho apresentado no eixo 4 - Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual na Universidade de Brasília (FAC/UnB), atua como roteirista-autora e produtora cultural. Com o curta universitário “Coisa de Menina” (2021), venceu o Prêmio Expocom Regional 2022 e passou a exibi-lo em diversos festivais. Foi curadora de mostras na emissora UnBTV; extensionista do Programa de Ação Contínua Comunicação Comunitária (ComCom/UnB) e voluntária do Programa de Voluntariado Digital #tmjUNICEF. Reside em Brasília/DF, onde pesquisa e realiza projetos vinculados à educação e cultura para juventudes periféricas. Contato: esterlira.unb@gmail.com

- 1) os personagens, os conflitos e o universo da produção audiovisual;
- 2) as questões sociais e educacionais que atravessam os episódios, como desigualdade, evasão escolar e atuação dos professores;
- 3) o papel do audiovisual como espelho da situação socio-educacional brasileira.

Metodologia

A pesquisa utilizou a abordagem metodológica de Análise Pragmática da Narrativa, proposta por Motta (2013), sintetizando os três planos: expressão, *estória*¹ e metanarrativa.

Foram analisados dois episódios das séries, o primeiro de cada temporada para corroborar com a percepção do arco das personagens, ou seja, das transformações físicas e emocionais e das mudanças de enredo. Além disso, Freire (2022) e Ribeiro (2018) foram utilizados para elucidação sobre educação e desigualdades de ensino.

Resultados e Discussão

De início, a pesquisa se empenhou na definição conceitual de “ensino periférico” ou “educação periférica”, ancorando-se na definição da palavra *periferia*, descrita por Likem Jesus:

a periferia é produto do distanciamento, da exclusão, da segregação. No mapa urbano do Brasil, é traçada pelo Estado, pelas forças que agem em conjunto com ele e pela própria sociedade, uma espécie de linha: tênue o suficiente para se tornar invisível aos olhos de todos, inclusive de quem se encontra nesses locais; e, em contrapartida, forte o bastante para limitar a efetividade de políticas sociais, o fornecimento de serviços públicos estruturais e a autonomia na vida pública desses sujeitos. Noutras palavras, reforçam-se as desigualdades, ao mesmo tempo em que elas são naturalizadas. (JESUS, 2021, p. 59).

¹ O termo “estória”, ao invés de “história”, é usado para se referir a fatos que não correspondem à realidade factual. Por mais que na atualidade seja considerado arcaico, seu uso ainda é bastante frequente por autores que se empenham nos estudos de narrativa e em traduções de trabalhos inglês-português.

Assim sendo, de forma geográfica, a palavra tem sido empregada para designar locais distantes do centro urbano, em que geralmente há desprovisionamento infraestrutural e falta de serviços públicos essenciais. Portanto, a educação ou o ensino, presente nessas regiões reflete as limitações situacionais.

Em adição, a educação periférica é também caracterizada pelas transformações no mundo do trabalho que, segundo Darcy Ribeiro (2018), são consequência histórica da urbanização.

A urbanização caótica lançou sobre as cidades a imensa maioria da população rural de cultura rústica, transmitida oralmente de pais a filhos, engrossando as massas urbanas de antiga extração que tinham sido também excluídas da cultura moderna, porque nunca foram escolarizadas. A escola sempre lhes foi vedada. Só se tornou, de fato acessível, através das escolas de turnos: dois, três, quatro incapazes de alfabetizar a população e, menos ainda, de educá-la (RIBEIRO, 2018, p. 30).

Outra questão inerente à precarização de ensino, é a relação *educador-educando*, proposta por Paulo Freire (2022), que designa o modelo conteudista, desconsiderando as experiências individuais e complexas de alunos em prol da dissertação de uma realidade estática.

Na ficção, a série Segunda Chamada é ambientada numa periferia de São Paulo, principalmente numa escola fictícia denominada “Escola Estadual Carolina Maria de Jesus”, nome este que faz referência direta à escritora negra brasileira que relatou num diário suas vivências como catadora de papel e moradora da favela do Canindé por volta dos anos 50 e, posteriormente, as publicou no livro “Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada”.

Ao examinar o primeiro plano, da **expressão**, em que se prioriza a construção imagética da série, ou seja, a linguagem audiovisual, percebeu-se que as cenas evidenciam a precariedade estrutural e o contexto social dos personagens da escola periférica por objetos cênicos que compõem a ambientação, paleta de cores e efeitos visuais e pela escolha de trilha sonora como, por exemplo, a canção “AmarElo” de

Emicida no primeiro episódio. Essas escolhas narrativas evidenciaram a intenção de atrelar o ensino público a um cenário de exclusão e vulnerabilidades sociais.



Figura 1: Teto com infiltração



Figura 2: Cartaz da escola expressa a frase “Educação não é gasto é investimento”

Fonte: Globoplay, 2019

No segundo plano, da **estória**, em que o enredo foi analisado conforme as sequências de ações, a apresentação dos fatos e dos personagens, é também onde ocorre

o plano virtual da significação, em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo por meio de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens estruturando uma intriga (enredo ou trama) [...] a disposição dos fatos em síntese para representar a vida e as ações humanas. (MOTTA, 2013. p. 137).

Observou-se a jornada de professores e alunos marcada por obstáculos pessoais, estruturais e sistemáticos em busca da promoção do acesso à educação. Nessa instância, o uso do *paradigma narrativo*, proposto por Syd Field (2001), foi fundamental para destacar atos e pontos de virada da história, além de descrever conflitos mais frequentes da trama, que, sumariamente, envolvem a evasão escolar, a maternidade precoce e o enfrentamento de questões de saúde mental. Tensões essas que evidenciam a falta de assistência pública à população que reside e trabalha na localidade.

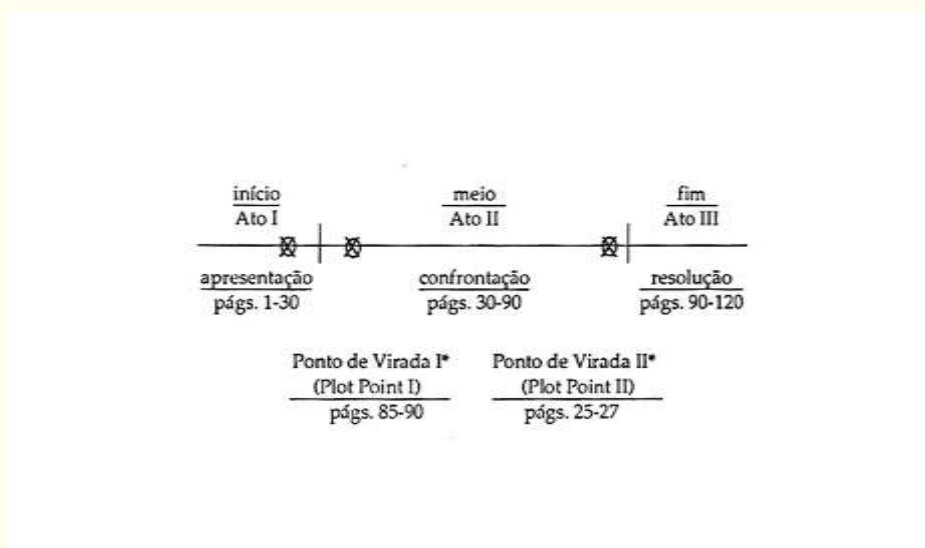


Figura 3: Paradigma Narrativo de Syd Field (2001, p. 97)

Fonte: Tertúlia Narrativa, 2018.

Na análise do terceiro e último plano, o da **metanarrativa**, foram examinados os temas que são expressos na série levando à reflexão sobre questões éticas e morais ao ressaltar o conflito da trama principal: baixo número de matrículas e evasão escolar que comprometem o funcionamento do ambiente educacional. O que evidencia, na série, o impacto da responsabilidade Estatal e da sociedade diante de um plano de educação que corresponda à formação cidadã. Quanto a isso, num estudo recente publicado na Revista Contracampo, investigando a série televisiva numa perspectiva de imaginação cívica, afirmou-se que

No decorrer dos episódios, são abordados diferentes temas e realidades sociais, com histórias que colocam em conflito formas de vida que debatem as condições de cidadania em uma realidade brasileira de extrema desigualdade,

elegendo a educação como principal meio de ação transformadora individual e coletiva, e a escola como o lugar que reconstituiria o sentido de viver juntos. Isso parte do pressuposto segundo o qual a função da escola é a educação para o civismo, ou seja, “condição para que um povo consiga exercer a cidadania e trilhar o caminho da prosperidade” (SEALF/MEC, 2022, p. 4).” (MESQUITA et al., 2024, p. 3).

Nesse âmbito, a série promove, como parte do fio condutor de sua trama, espaços de discussão em que situações sociais sejam trazidas à sala de aula de modo que as experiências dos alunos sejam ouvidas.

Portanto, a pesquisa revelou que a série televisiva *Segunda Chamada* oferece uma visão crítica acerca do ensino público em periferias brasileiras refletindo um abismo social com relação à vivência de alunos e professores do exercício de direitos à educação e à liberdade de expressão. Ainda que, nesse ambiente, seja possível viabilizar um modelo de ensino humanizado.

O roteiro e a linguagem audiovisual, ao alinhar a dramatização de conflitos internos e externos, corroboram na ilustração da precarização sistemática do ensino público e reforçam o papel da mídia como veículo de conscientização.

Conclusões

O estudo concluiu que as narrativas audiovisuais, como as da série *Segunda Chamada*, podem refletir e ampliar diálogos entre a representação ficcional e as políticas públicas de educação. Podendo essa, contribuir para a visibilidade de histórias periféricas e para discussões sobre inclusão e cidadania.

Ao analisar personagens, conflitos e universo da produção audiovisual, foi possível constatar que o itinerário de professores e alunos carece de medidas assistenciais públicas para superar a desigualdade de acesso e a evasão escolar de modo a possibilitar o exercício dos direitos.

Diante do exposto, o papel da mídia audiovisual funciona como espelho da realidade socio-educacional brasileira, podendo se tornar um agente conscientizador da sociedade sobre a educação pública.

Referências

FIELD, Syd. **Manual do Roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Likem Edson Silva de. **Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades**. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 10, n. 1, p. 58-78, 2021

MCKEE, Robert. **Story: substância, estrutura, estilo e os princípios da escrita de roteiro**. Curitiba: Arte & Letra, 2006.

MESQUITA, Dario; MASSAROLO, João Carlos; CÂMARA, Naiá Sadi; ERTAL, Cláudia; SOUZA, Rafael Leandro de. **Imaginação cívica e ficção televisiva brasileira: cidadania e formas de vida em debate na série Segunda Chamada**. Contracampo, Niterói, v. 43, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i2.61524>. Acesso em 13 set. 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PRIBERAM. **Periferia**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/periferia>.

Acesso em: 20 jan. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade**. São Paulo: Global, 2018.

SEGUNDA Chamada. [Seriado] Direção de Carla Faour e Julia Spadaccini. Produção: Isabela Bellenzani. Roteiro: Giovana Moraes, Maíra Motta, Victor Atherino, Dino Cantelli e Marco Borges. São Paulo: O2 Filmes, 2019 (45 min)

SOUZA, Jaqueline M. **Tertúlia Narrativa**. 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.tertulianarrativa.com.br/post/2018/08/22/exercicio-n-06-estrutura-de-3-atos-na-pratica>; Acesso em 13 set. 2024.

Rimas do conhecimento: o rap como expressão comunicativa na aula de Português¹

Anna Maduro

Introdução

A crescente demanda por metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes e que integrem diferentes áreas do conhecimento tem motivado a adoção de práticas artísticas e comunicacionais no ambiente escolar.

O diálogo entre os diversos campos do saber abre espaço para a articulação das diferentes formas de se compreender e ver o mundo. Cabe, portanto, ao professor oferecer condições favoráveis para que o estudante tenha uma experiência dialógica, inovadora e crítica em sala de aula, conforme afirma Citelli (2009):

[...] o que se espera do novo desenho educativo formal é o compromisso com um ensino em diálogo crítico com as realidades comunicacionais e tecnológicas, preocupado em fazer o aluno aprender a aprender (CITELLI, 2009, p.156).

É a partir desse pressuposto que surge esse estudo, fruto de uma experiência acadêmica vivida pela pesquisadora durante a atuação dela como professora de Língua Portuguesa em uma escola particular de Brasília – DF com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II.

Ao assumir a turma, em 2023, a docente se deparou com uma turma de 17 alunos entre 10 e 11 anos com perfil comunicativo, autônomo, crítico e bem-humorado. Os alunos do sexo masculino apresentavam interesse genuíno em Batalhas de Rimas, gênero da oralidade pertencente à cultura hip-hop que consiste na disputa de versos por meio do improviso. Já o público feminino tinha uma postura de esquivo em relação

¹ Trabalho apresentado no Eixo 4 - Expressão Comunicativa por Meio da Arte do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

às brincadeiras que envolviam rimas. Elas evitavam a exposição e a prática da improvisação por receio de possíveis julgamentos.

O perfil das crianças e o interesse pelas rimas era diferente das demais turmas de sexto ano do colégio, com isso, a docente questionou a sua prática pedagógica: *devo repensar a metodologia de ensino da Língua Portuguesa com base no interesse da turma por um gênero musical?*

Essa problemática foi levantada, apesar da professora ter consciência de que não eram todos os alunos que demonstravam gosto pelas Batalhas de Rima. No entanto, apesar dos desafios, três objetivos específicos foram sistematizados: I) possibilitar uma aproximação entre a Língua Portuguesa e a música; II) estimular o trabalho colaborativo entre os colegas com maior ou menor grau de interesse pelo gênero musical; III) incentivar o protagonismo dos estudantes.

A proposta da docente foi fundamentada em ideias de autores e teóricos acerca do papel do professor dentro de uma perspectiva construtivista:

[...] oportunizar situações de aprendizagem desafiantes e compatíveis, onde a ação dos alunos sobre os objetos seria a principal condição para a construção do conhecimento. Tal concepção decorre da ênfase no caráter construtivista da aprendizagem, que ressalva a importância da atividade do aluno, do conflito cognitivo, da cooperação entre os pares, do raciocínio e da atenção do professor ao erro no decorrer do processo. (PIAGET apud AZZI *et al*, 2000, p.79)

Além disso, o papel da música na educação também foi investigado. A iniciativa não visava a formação de músicos e, por isso, não contemplava o ensino de teoria musical, por exemplo. A proposta era ampliar o conhecimento do discente, “oportunizando a convivência com os diferentes gêneros, apresentando novos estilos, proporcionando uma análise reflexiva do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno se torne mais crítico” (BARRETO e CHIARELLI, 2005).

Dentro desse pressuposto, Bréscia (2003) completa que a música favorece o desenvolvimento afetivo da criança, além de ampliar a atividade cerebral, melhorar o desempenho escolar dos alunos e contribuir para a integração social do indivíduo.

De menino e menina.

Fonte: De autoria própria.

Posteriormente, ela introduziu a matéria *Formas nominais do verbo: infinitivo, particípio e gerúndio* e explicou o uso dessas estruturas verbais por meio de exemplos com frases e expressões poéticas. Essa fase também incluiu a explanação de conceitos como: recursos sonoros; cadências, ritmos e rimas.

Na fase de realização, os alunos foram incentivados a se reunirem em grupos a fim de criarem rimas utilizando o *infinitivo, o particípio e o gerúndio*. Apesar dos Mestres de Cerimônia (MCs), em Batalhas de Rima reais, elaborarem versos improvisados e desafiarem seus oponentes por meio de um confronto, a professora incentivou que os alunos registrassem as rimas antes da apresentação. As crianças que se sentissem confortáveis em decorar as rimas e não usarem o papel no momento da batalha, poderiam fazê-lo.

Após duas aulas de planejamento, registros e treinos, a sala de aula foi transformada em um espaço de apresentação artística. Os alunos, sem intervenção da professora, utilizaram o quadro para criar um título, registrar os nomes dos grupos envolvidos e incluir uma tabela de pontos.

Durante as apresentações, a professora atuou como facilitadora, organizando os confrontos, encorajando a participação dos estudantes e oferecendo feedback construtivo sobre o uso dos verbos nominais e a elaboração das rimas. Todos os alunos participaram da elaboração dos versos, no entanto, nem todos se sentiram à vontade para participarem da apresentação.

A atividade foi registrada em vídeo pelos próprios alunos, que se revezaram na gravação de vídeos das batalhas. Esse aspecto foi fundamental para que os alunos também desenvolvessem habilidades técnicas de produção audiovisual e cobertura jornalística. A edição dos vídeos foi realizada posteriormente pela professora com a participação dos alunos no processo de seleção das melhores cenas.

Após a realização das oficinas, os alunos foram convidados a avaliarem oralmente a atividade. Em uma espécie de plenária, eles falaram sobre a experiência do estudo das *Formas nominais do verbo* por meio das Batalhas de Rima. O vídeo,

editado e finalizado pela turma, foi postado pelo colégio nas redes sociais e enviado aos pais e familiares pelo WhatsApp.

Considerações finais

A prática teve um impacto positivo significativo tanto no desempenho acadêmico dos alunos quanto nas relações interpessoais dentro da sala de aula. As meninas, ao participarem da atividade, ganharam mais confiança e desconstruíram a ideia de que não eram capazes de desenvolverem rimas – tais como os meninos da sala, que eram pioneiros na arte da improvisação.

Academicamente, houve uma melhora perceptível nas notas das provas de Português da turma envolvida. Os alunos demonstraram uma compreensão mais aprofundada dos verbos e uma maior habilidade em identificá-los. A metodologia das Batalhas de Rima contribuiu para uma internalização mais eficaz das regras gramaticais a partir de uma aprendizagem significativa.

Nas palavras de Klausen (2017), um processo que envolveu a relação de diferentes fatos, objetos, acontecimentos e conceitos a partir das experiências e vivências das próprias crianças. Afinal, segundo Paulo Freire (2013, p.26), são “nas condições de verdadeira aprendizagem que os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado”.

Além da melhoria no desempenho acadêmico, a atividade também teve um impacto nas relações entre a educadora e os alunos, uma vez que, no processo de ensino e aprendizagem, todos os atores envolvidos compartilharam seus saberes e, coletivamente, construíram conhecimentos dentro de um “ecossistema comunicativo”, o qual, segundo Soares (2011), denomina vínculos entre os sujeitos a partir do diálogo, da reflexão, da criticidade e do protagonismo.

Referências

AZZI, Ricardo Gurgel. et al. **Formação de professores**: discutindo o ensino de psicologia. Campinas, SP: Alínea, 2000.

BARRETO S.; CHIARELLI, L. K. M. **A importância da musicalização na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser.** 2005. Revista Recre@rte Nº 3, jun, 2005, ISSN: 1699-1834. Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20160826201130/http://www.iacat.com/Revista/recreate/recreate03/musicoterapia.htm>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRÉSCIA, Vera Lucia Passagno. **Educação Musical:** bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

CITELLI, Adílson. **Comunicação/Educação: Situações.** In: BACCEGA, Maria C; COSTA, Castilho (Orgs). *Gestão da comunicação: epistemologia e pesquisa teórica.* 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KLAUSEN, L. DOS S. *Aprendizagem Significativa: Um Desafio.* **EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação,** 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

Leitura freiriana de Sociedade dos Poetas Mortos, um clássico do cinema-escola¹

Elen Cristina Geraldês²

Willian de Sousa Soares³

O tema deste trabalho é a relação entre educação opressora e libertadora no filme *Sociedade dos Poetas Mortos*, de 1989, dirigido por Peter Weir. No filme, ambientado em 1959, os estudantes de um colégio tradicional dos Estados Unidos, a fictícia Academia Welton, são impactados pela chegada de um ex-aluno, agora professor de literatura, que defende que os jovens deveriam aproveitar a vida, ouvir os seus desejos e seguir o seu coração, em vez de obedecerem cegamente a vontade dos pais. Essa mensagem provoca uma série de conflitos entre pais e filhos, com os outros professores e a direção do colégio. A obra é um clássico dos anos 1990 do gênero “cinema-escola”, figurando entre as dez maiores bilheterias da década nos Estados Unidos, indicada a diversas premiações importantes como César Awards (França), Bafta (Reino Unido), Globo de Ouro (Estados Unidos), e vencedor do Oscar de melhor roteiro original. O elenco principal do filme conta com Robin Williams, interpretando o professor John Keating, e estrelas então em ascensão como Ethan Hawke e Robert Sean Leonard, dentre outros (IMDB,s.d.)

A pergunta de pesquisa que irá orientar a produção deste artigo é: Como os modelos de educação presentes no filme dialogam com os conceitos de Paulo Freire de educação libertadora e educação opressora? O objetivo geral, portanto, é descrever e analisar os modelos de educação em *Sociedade dos Poetas Mortos*, à luz da obra freiriana. São objetivos específicos: analisar três cenas em que os conceitos de educação da Academia Welton e do Professor John Keating se chocam;

¹ Trabalho apresentado no eixo 4Expressão comunicativa por meio da arte, no X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Docente de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos e Cidadania da UnB. Bacharela em Comunicação, com habilitação em Jornalismo (USP), Mestra em Comunicação (USP), Doutora em Sociologia (UnB). E-mail: elenger@unb.br

³ Bacharel em Comunicação Organizacional pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: bily.df@terra.com.br

discorrer brevemente sobre Paulo Freire - sua trajetória e sua obra; e, finalmente, fazer apontamentos sobre as razões de sucesso desta obra.

A justificativa para a escolha da obra de Paulo Freire como referência para o debate sobre *Sociedade dos Poetas Mortos* se dá pelo imenso potencial cinematográfico da obra freiriana. O educador pernambucano já teve sua trajetória retratada muitas vezes nas telas. A curadoria Ciranda de Filmes, cujos objetivos são selecionar e divulgar obras importantes sobre infância, juventude e educação para o público em geral e especialmente para educadores, localizou 14 documentários sobre Freire. Nesses filmes, prevalecem três temáticas: a vida do autor em conflito com o poder e os poderosos, levando-o ao exílio e à negação de suas contribuições pela direita brasileira, embora reconhecidas no mundo todo; a experiência de Angicos e a mobilização social em defesa do conhecimento e da alfabetização; e a fertilidade de seu pensamento sobre escola, justiça social e esperança (Ciranda de Filmes, 2023)

Outra forma de pensar Paulo Freire e cinema é discutir as contribuições de filmes em sala de aula, não só como instrumentos ou recursos que promovam o diálogo, a escuta e a troca tão valorizados pelo educador, mas também como fundamentos da construção de um novo olhar político-pedagógico sobre as formas de ensino-aprendizagem. Dentre os méritos dessa prática estão o deslocamento da fala, antes centralizada no educador, para os educandos, que trazem suas vivências e reflexões e as discutem coletivamente. Temas polêmicos podem ser debatidos dessa forma e o grupo pode construir novos acordos e pactos, gerando conhecimentos e transformações de comportamento.

Por fim, pode-se pensar na escolha de temas de Freire e verificar como o cinema os aborda, sobretudo nesse gênero “cinema-escola”, constituído por filmes que retratam o cotidiano escolar, com seus conflitos, desafios e possibilidades. Utilizaremos essa perspectiva ao analisar *Sociedade dos Poetas Mortos*.

Metodologicamente, foi realizada uma revisão de literatura de três principais obras de Paulo Freire (1996;1999;2005) que conceituam educação opressora e educação libertadora. Além disso, adotou-se como principal método a análise fílmica, inspirada em Penafria (2009), que analisa o conteúdo do filme e também os sentidos que deseja provocar no público, inicialmente decompondo a obra para depois recompô-la e interpretá-la.

Após as leituras das obras de Freire, foram realizadas algumas sínteses para comparação com o filme analisado. São elas:

- a)** O reconhecimento de uma grande assimetria entre educandos e educadores, consolidada pela noção de educação bancária, ou educação opressora, na qual educadores depositam conhecimento na tábula rasa que seria a mente do educando. Por meio dessa assimetria, os interesses, valores e experiências dos estudantes são ignorados e todo o conteúdo ensinado é padronizado, sendo pautado por outros atores: órgãos públicos, indicadores nacionais e internacionais, sem levar em conta interesses, desejos e necessidades dos estudantes;
- b)** A ideia de que o educador deve ver além da hierarquia, ao escutar os estudantes e considerar suas experiências, valores e necessidades. Deve estimular o estudante para a autonomia, a fim de que “aprenda a aprender”, de que encontre em seu universo e vivências as perguntas que valem a pena ser respondidas. O educador deve ser ouvinte, corajoso, motivador, criativo, envolvente, engajado na luta pela autonomia do educando, contra todas as formas de opressão, inclusive e principalmente as produzidas e reproduzidas pela escola;
- c)** A defesa da escola como um espaço de transformação social, onde se aprende por meio dos afetos, das trocas, do reconhecimento de si e do outro, e não um espaço paralisado por práticas tradicionais e sem interação com o contexto no qual estão inseridas.
- d)** A valorização do caminho para a autonomia construído no estímulo para que os estudantes ouçam a si mesmos, enquanto sujeitos e cidadãos. A vivência da educação como uma possibilidade de construção coletiva de si em interrelação com o outro.

A análise fílmica permitiu concluir que a obra *Sociedade dos Poetas Mortos* mostra dois modelos de educação. O primeiro é fundamentalmente opressor: há educadores que mandam e educandos que obedecem. As vontades e os desejos dos estudantes são ignorados em nome da tradição e da disciplina. O objetivo da educação é reproduzir valores, reafirmar lugares no mundo e privilégios. A escola, assim, cumpre a missão de fazer com que cada um siga o legado familiar, desconectando-se de suas expectativas, abrindo mão de sua identidade. O outro modelo de educação prevalente no filme é a educação libertadora, simbolizada pelo

Professor Keating, que se alimenta da arte para avivar, nos estudantes, a busca dos sonhos e desejos de cada um. Há uma valorização do prazer, mesmo que ele seja efêmero. Aproveitar o momento significa não se render às tradições familiares, nem às expectativas de sucesso social e financeiro no futuro; é viver o hoje, sem amarras. Pelas mãos da literatura, o professor inicia aqueles estudantes no desafio de ouvirem a si mesmos.

Esses dois modelos relacionam-se aos conceitos de educação bancária, ou opressora, de Freire, e educação libertadora. Tal como na obra do educador pernambucano, o modelo bancário ignora o conhecimento prévio dos educandos. Cabe ao educador incutir, à força, conteúdos que são recomendados pelos livros didáticos, pelos planos nacionais de educação, pelas famílias, pelo status quo. O modelo de educação libertadora de Freire tem, como no filme *Sociedade dos Poetas Mortos*, o protagonismo de um educador de coragem, criativo, que se abre para os desejos dos educandos e os escuta, pois sabe que eles também têm suas vivências e histórias.

Na vida de Freire, propor e realizar uma educação libertadora gerou perseguições, exílios e até a negação do valor de seu trabalho. No caso de *Sociedade dos Poetas Mortos*, o custo da educação libertadora foi a demissão do professor e até a vida de um estudante. A tensão dos dois modelos tornou-se insuportável, gerando conflitos destruidores e, portanto, transformadores.

As causas do sucesso do filme e até de seu resgate, 35 anos depois, vão além do cotidiano da escola, embora também passem por ele. A opressão é uma sombra que paira em um mudo adoecido na pós-pandemia, em que os verdadeiros desejos e vontades de cada um parecem muito distantes da escola. Regras e normas se multiplicam porque o que realmente é importante, criar e transformar, está cada vez mais distante. Não há motivação por parte de quem ensina-aprende. Como em um enxame (Han, 2018), os educandos se movem em grupo, desconectados, usando os espaços da escola sem de fato estar, de coração e mente, ali. A arte, tal como mostrado no filme, pode ajudar a libertar educandos, educadores e escola de uma mesmice que ameaça devorar a todos nós.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Editora Vozes Limitada, 2018.

IMDB. S.D. - Producer. Disponível em: <https://www.imdb.com/name/nm5953976/>.

Acesso em: 11 set. 2024.

NEXO. Quem foi Paulo Freire. E seu trabalho como professor. 15 de Out de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/video/2019/10/15/quem-foi-paulo-freire-e-seu-trabalho-como-professor>.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes-conceitos e metodologia** (s). In: VI CONGRESSO SOPCOM. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. p. 1-11.

SCHULMAN, Tom. **Sociedade dos Poetas Mortos**. Produção de Peter Weir. EUA: Abril Vídeo, 1989. Filme (128 minutos).

Pablo Vittar, a performatividade drag a favor da diversidade no campo midiático¹

Raffael Almeida²

João Antonio Pimenta Ribeira Neto³

Juliana Fernandes Teixeira⁴

Este artigo tem por finalidade problematizar a diversidade na cultura drag, a partir de uma reflexão acerca das performatividades drag queens, no contexto da desconstrução do binarismo de gênero. Para isso, analisa o processo de construção das narrativas da drag queen brasileira, Pablo Vittar, que utiliza os meios de autocomunicação de alcance mundial como vitrine performática de sua persona drag, compartilhada na rede digital Instagram. Dessa forma, busca reconhecer a importância do papel desempenhado pelas drags desde a Revolta em Stonewall em 1969⁵ até as lutas contemporâneas do movimento LGBTQIAPN+⁶.

Nesse contexto, a performatividade drag envolve a criação de personagens artísticos que desafiam as normas de gênero e exploram a fluidez e a diversidade. As plataformas digitais constituem-se num espaço empoderador onde as drag queens manifestam suas performances e se conectam em uma audiência global, evidenciando importante contribuição para o cenário social atual. Shirky (2012) enfatiza que as mídias digitais surgem como um verdadeiro tecido conjuntivo social, garantindo conexão permanente e visibilidade, através, dos aparelhos com acesso à

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 4 do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Mestre em Comunicação, Cultura Contemporâneas e Mídias Digitais pela Universidade Federal do Ceará- UFC-e-mail: raffaelbezerraalmeida@gmail.com.

³ Professor Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET) – Universidade Federal do Ceará – UFC.
e-mail: johngrandson1903@gmail.com.

⁴ Doutora e Professora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil) e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal), e-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com.

⁵ <https://www.fundobrasil.org.br/blog/qual-e-a-importancia-do-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia-em-2022/>

⁶ <https://www.ongarco.org/post/dicion%C3%A1rio-lgbtqiap-descomplicando-a-diversidade?qad>

internet estabelencendo conexões sociais e virtuais, sobre o ser e estar no mundo atual, pautando as relações entre os sujeitos e a sociedade (TEIXEIRA,2019).

As drags vêm ocupando espaços nas mídias digitais discutindo diferentes temas, questões e conceitos que visam a desconstrução de tabus e preconceitos, com destaque ao universo LGBTQIAPN+. Nossa pesquisa tem como objeto a performatividade de Pablllo, como estratégia de difusão dos seus trabalhos artísticos. Assim sendo, na análise da performance do perfil digital de Vittar (@pablllovittar), através dos seus engajamentos materializados nos *feeds*, com base na produção dos seus conteúdos digitais, propõe-se também, em compreender e descrever a construção da narrativa imagética drag e a relevância dessa rede digital para a formação de suas personas *queer* e seu engajamento digital, com base em sua performance, em prol da existência da diversidade e com enfoque nos grupos minoritários brasileiros.

Com o advento dos novos meios de comunicação no contexto global, surge o conceito de “superdiversidade” por Vertovec (2006), em que seria a diversidade dentro da diversidade e que considera as redes digitais como uma das grandes impulsionadoras das identidades culturais e linguísticas. Nesse sentido, dialoga com autores como Butler (2005), Foucault (1988), Halbertam (2020) e outros, a partir das experiências construídas na pesquisa, “What’s the Tea?: uma análise das performatividades drag queen no Instagram” por Almeida (2024).

Corroborando-se com uma estética teatral e virtual, através de sua persona drag, mostrando-se a particularidade individual de cada artista drag ao performar nos campos sociais e digitais. Em todas as performances *queer*, levantam-se questões sociais, com isso, percebe-se as mídias digitais como um lugar de difusão artística de audiência global, em que a representatividade LGBTQIAPN+ serve como uma janela de compartilhamento artístico e social, de posicionamentos das causas minoritárias. Pablllo Vittar, consegue a faceta de mesclar sua interação artística nos campos midiáticos e sociais, conseguindo dialogar com um público amplo e diverso com um certo “Tempero drag”.

Referências

ALMEIDA, Raffael Bezerra. What's the tea?: **uma análise das performatividades drag queens no Instagram**. 2024. 289 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

TEIXEIRA, Juliana, **Jornalismo Audiovisual com e para Dispositivos Móveis**: Um estudo das aplicações nos processos e produtos jornalísticos das emissoras de televisão do Piauí. Editora LabCom.IFP, Portugal, 2019.

VERTOVEC, Steven. **The Emergence of Super-Diversity in**: Britain. Centre on Migration, Policy and Society. Working paper n. 25, University of Oxford, 2006.

Aprendendo através da arte: Bando de Teatro Científico Siriema¹

Gabriela Larissa Lima da Silva²
Vinicius de Oliveira
Kevin Silva Muller
Orlando Barbosa dos Santos-Junior
Arthur Gasparindo Moreira
Francisco José de Moraes Bassetto
Guilherme Augusto Fernandes.

Introdução

A utilização do teatro como ferramenta para a educação científica tem emergido como uma abordagem inovadora e envolvente, com destaque para as intervenções da Comunicação em Saúde que combinam jogos, música e teatro para impactar de maneira positiva grupos marginalizados (Villar & Johnson, 2021; Villar & Muhamad, 2022). Adicionalmente, experiências de extensão universitária têm explorado o teatro para promover a saúde, como evidenciado por monólogos adaptados a diferentes línguas com o objetivo de aumentar a adesão a exames preventivos (Kline et al., 2023).

Este tema tem sido amplamente discutido em eventos de divulgação científica, como o "XVIII Congresso da Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia na América Latina e no Caribe", onde foram abordados dois mitos sobre a relação entre arte e ciência: a visão de que são completamente distintas ou a percepção de que ambas fazem parte da cultura e, portanto, possuem semelhanças (Cambre, 2015).

¹ Trabalho apresentado no eixo 4. Expressão comunicativa por meio da arte do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Ciências Biomédicas pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", mestra em Biologia Geral e Aplicada e doutoranda em Cirurgia e Medicina Translacional pela mesma instituição. É coordenadora do Bando de Teatro Científico Siriema, produtora do Podcast Puro Acaso, cujo objetivo é divulgar a ciência de forma interativa, idealizadora do projeto Ratos Brilhantes e outras surpresas da ciência, que visa incentivar a leitura e a aproximação do público com as ciências da natureza, e possui ampla experiência com a extensão universitária (currículo: <http://lattes.cnpq.br/1751287714373789>), além de atuar em artes cênicas fora do contexto acadêmico. Contato: gabriela.larissa@unesp.br

Tal debate sugere que a integração entre arte e ciência pode enriquecer significativamente as atividades de divulgação e extensão universitária.

Vygotsky (1971) salienta que a arte transcende a mera expressão emocional, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento humano ao representar elementos sociais que promovem o crescimento. Em contraste, a visão dicotômica que considera a arte efêmera e a ciência objetiva é reducionista. Lukács (1999) também examina essa questão, sugerindo que arte e ciência têm funções complementares, ajudando a antropomorfizar e desantropomorfizar a realidade.

Enfrentar esses desafios educacionais exige uma abordagem que considere as complexidades impostas pelo subdesenvolvimento histórico, desigualdade econômica e um sistema educacional que reflete essas disparidades. A educação científica precisa combater a desinformação e adaptar-se ao público, tornando o teatro uma ferramenta pedagógica fundamental para fomentar uma reflexão crítica, assim, o propósito deste estudo é relatar e avaliar a experiência do Bando de Teatro Científico Siriema na promoção da educação científica através do teatro.

Relato de experiência

Fundado em 2019, o Bando de Teatro Científico Siriema tem a missão de aproximar a ciência do público por meio do teatro, facilitando a alfabetização científica e democratizando o conhecimento. Combinando arte e educação, o grupo busca transformar o aprendizado em uma experiência acessível, criativa e cativante, proporcionando aos espectadores uma nova perspectiva sobre a ciência.

O grupo é composto por servidores, estudantes de graduação e pós-graduação e está aberto à comunidade. Utilizando o teatro para humanizar e aproximar o conhecimento científico do cotidiano, as apresentações dinâmicas e divertidas não apenas ensinam conceitos, mas também despertam a curiosidade e o interesse pela ciência. Com personagens que vão de figuras históricas como Alexander Fleming a fadas e aves falantes, o grupo facilita a identificação do público e torna o aprendizado mais leve e envolvente.

As apresentações, realizadas gratuitamente em diversos espaços, visam alcançar diferentes públicos, especialmente aqueles com menor acesso a esse tipo

de conteúdo. Além disso, as peças autorais abordam temas de relevância social, como sustentabilidade, inclusão social e biodiversidade, sempre alinhadas às necessidades da comunidade.

O Bando Siriema também promove a criação artística e o uso do teatro como recurso educacional por outros professores e educadores, disponibilizando suas obras em revistas educacionais para reprodução em novos contextos. Após cada apresentação, o grupo realiza diálogos com o público e coleta feedbacks por meio de questionários online, permitindo a avaliação da recepção e eficácia das ações.

Produções

O grupo estreou em 2019 com “Um Monge no Jardim”, uma peça que introduz conceitos básicos de genética, como célula e DNA, e explora anomalias cromossômicas, especialmente a síndrome de Down, através de esquemas didáticos e elementos teatrais, como um coro de cromossomos e o Monge Mendel. A peça, publicada na revista “Genética na Escola”, está disponível gratuitamente.

O grupo produziu obras durante o período de isolamento social, incluindo “O Cientista e o Poeta”, sobre a articulação entre Arte e Ciência e “O Mal das Pseudociências” que discutiu pensamento crítico e método científico no “XVIII Encontro da Rede Nacional Leopoldo de Meis de Educação e Ciência”.

Figura 1: Cartaz “Um Cesto de Vilania”



Figura 1: Cartaz “Um Cesto de Vilania”

Fonte: Acervo pessoal

Em 2022 foi realizada a peça “Um Cesto de Vilania”, que aborda desastres ambientais e o impacto do descarte inadequado de resíduos, utilizando interação com a plateia e a personificação de objetos para destacar a urgência da preservação ambiental.

“O Cantarolar de Darwin” (2022) explora a origem e evolução das espécies, seleção sexual e conservação da biodiversidade com uma fábula sobre o Cerrado brasileiro, incorporando dança e metáforas para valorizar a fauna local e o papel dos cientistas.

Figura 2: Cartaz “O Cantarolar de Darwin”



Figura 2: Cartaz “O Cantarolar de Darwin”

Fonte: Acervo pessoal

“O Despertar da Dúvida” (2022) narra a história de uma família enfrentando uma doença desconhecida. O enredo tece críticas à falta de investimento em ciência, destacando a importância da medicina baseada em evidências e alertando para falácias e vieses com humor e personagens caricatos.



Figura 3: Cartaz “O Despertar da Dúvida”

Fonte: Acervo pessoal



Figura 4: Cartaz “O Apagão da Ciência

Fonte: Acervo pessoal

“O Apagão da Ciência” (2023) apresenta a transformação notável de um jovem em relação às suas perspectivas e crenças, que o faziam odiar estudar e aprender. À medida que sua história se desenrola, o surgimento da figura da Fada da Ciência faz com que sejamos levados a uma jornada fascinante de exploração e descobertas sobre o método científico e a onipresença no nosso cotidiano dos produtos por ela gerados.

“Crônica de um Churrasco Anunciado” (2023) é uma comédia que aborda questões éticas sobre experimentação animal, através de um enredo imprevisível e divertido a peça busca promover a tolerância.



Figura 5: Cartaz “Crônica de um Churrasco anunciado”

Fonte: Acervo pessoal

“Julgamento Desorganizado” (2024) apresenta um tribunal onde os órgãos do corpo processam o cérebro por hábitos prejudiciais, explorando fisiologia, neuroplasticidade e abordando os malefícios do uso de substâncias como álcool e cigarro, com metáforas e críticas bem-humoradas a processos jurídicos.

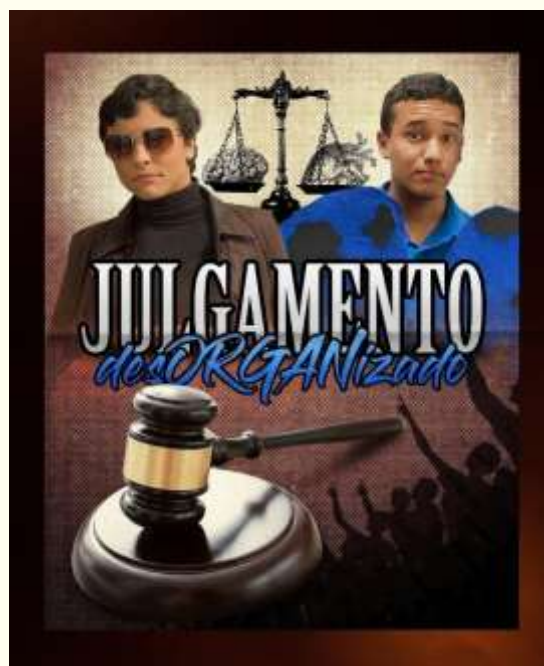




Figura 5: Cartaz “Julgamento desOrganizado”

Fonte: Acervo pessoal

O grupo também produziu a peça infantil “Um Encontro da Floresta”, abordando sobre a crise hídrica e direcionada à espectadores de 2 a 5 anos

Resultados e Discussão

De maio de 2022 a julho de 2024, o grupo realizou 72 apresentações, alcançando mais de 4300 espectadores, principalmente crianças e adolescentes. Coletaram-se 344 respostas através do formulário. A avaliação geral foi extremamente positiva: 87,2% consideraram as peças excelentes, 10,5% boas e 2,3% regulares, 0% como ruins. Em termos de aprendizado, 90,7% dos espectadores relataram ter adquirido novos conhecimentos, evidenciando a eficácia da metodologia. As respostas dissertativas destacaram a abordagem didática e as estratégias de ensino, com elogios às performances e ao conteúdo.

A combinação de ciência e arte proporciona uma representação mais íntima e envolvente do mundo, mostrando que o teatro é uma ferramenta eficaz para a educação científica. Apesar dos desafios, como o desenvolvimento de habilidades técnicas e financiamento, o teatro se prova valioso para o aprendizado e divulgação científica, criando uma conexão profunda com os tópicos abordados.

Conclusão

Os resultados demonstram que o teatro pode revolucionar a comunicação científica de forma divertida e eficaz, contribuindo para a democratização do conhecimento. O Bando de Teatro Científico Siriema exemplifica o sucesso da integração entre arte e ciência, impactando positivamente tanto os espectadores quanto os participantes.

Referências

BARBACCI, S. **From the Golem to Artificial Intelligence: science in the theatre for an existential reflection.** *Journal of Science Communication*. 2002. 21;01(03). doi: 10.22323/2.01030204.

CAMBRE, M. **‘Let’s talk in Medellín: XIV RedPOP Congress “Art, Technology and Science: New ways to know”’.** *JCOM*. 2015, 14 (03), R01.

DUARTE, N. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento.** *Revista Brasileira de Educação*. 2001, (18)35–40. doi: 10.1590/S1413-24782001000300004.

GOODSELL, D.S. **Art as a tool for science.** *Nature Structural & Molecular Biology* 28. 2021, 402–403. <https://doi.org/10.1038/s41594-021-00587-5>

KLINE, K. N.; RANGEL, Maria Lisette; BULSARA, S., CHENIER, R., ESCOBAR, B., MONTEALEGRE, J.; WEISS, Maria Jibaja. (2023). **Using Culturally Adapted Theater Outreach to Promote Cancer Screening Among Medically Underserved Minority Communities.** *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*. 2023. <https://doi.org/10.1007/s40615-023-01871-4>

LUCÁKS, G. **Ontology of Social Being.** Volume 1, 1978. Hegel. Milton Keynes: Merlin Press.

TOLBERT, S., & BAZZUL, J. **Toward the sociopolitical in science education.** *Cultural Studies of Science Education*. 2016, 12(2), 321–330. doi:10.1007/s11422-016-97375

MATIAS, E. F. **O TEATRO PEDAGÓGICO DE BRECHT.** *Revista Rascunhos - Caminhos Da Pesquisa Em Artes Cênicas*. 2018, 5(2). <https://doi.org/10.14393/issn2358-3703.v5n2a2018-07>

MELO, É., BÄCHTOLD, M. **A Theater-Based Device for Training Teachers on the Nature of Science.** *Sci & Educ*. 2018, 27: 963–986. <https://doi.org/10.1007/s11191-018-0009-5>

MOREIRA, L. M., MARANDINO M.. **O teatro em museus e centros de ciências no Brasil.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 2015, 22(suppl):1735–48.

ØDEGAARD, M. (2007). **The Drama of science education: how public understanding of biotechnology and drama as a learning activity may enhance**

a critical and inclusive science education. Urn.nb.no. 2007.
<http://hdl.handle.net/10852/32336>

VILLAR M. E.; JOHNSON P. W.. **Tailoring Content for Authenticity and Adoption: Community-Based Participatory Research and the Co-creation of Story-Based Health Communication for Underserved Communities.** 2021. Front. Commun. 6:663389. doi: 10.3389/fcomm.2021.663389.

VILLAR M. E.; WENDORF, J. M.. Editorial: Non-traditional methodologies for social change and health prevention: Game-, music- and theatrical-based interventions. 2022. Front. Commun. 7:1055745. doi: 10.3389/fcomm.2022.1055745.

VYGOTSKY, L. S..**On the problem of the psychology of the actor's creative work.** In: VYGOTSKY, L. S. The collected works of L. S. Vygotsky. Vol. 6. Scientific legacy. Edited by Robert W. Rieber. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic/Plenum Publishers. 1999. p. 237-244.

VYGOTSKY, L. S. (1971). **Psychology of art.** New York: MIT Press. 1971.

Educomunicação como Potencializadora dos Registros na Educação Infantil¹

Michele Marques Pereira²

A proposta desse trabalho é apresentar o relato de experiência sobre a criação e condução do curso Educomunicação como Potencializadora dos Registros na Educação Infantil, realizado para professoras e gestoras da educação infantil da Rede Municipal de Educação de São Paulo (RMESP) em 2021. O curso foi desenvolvido como desdobramento do mestrado intitulado *Fotografia e práticas educacionais: Uma experiência na rede municipal de educação infantil de São Paulo*, que aborda como as práticas educacionais podem transformar a forma como os registros pedagógicos são realizados, especialmente a partir das perspectivas das crianças.

As pesquisas de campo realizadas previamente apontaram como a fotografia está presente no cotidiano das unidades de educação infantil, sendo utilizada tanto para compor portfólios e avaliações, quanto para ilustrar exposições e atividades. No entanto, as crianças raramente eram incluídas como fotógrafas ativas nesse processo, o que levantou a necessidade de promover uma maior participação infantil na documentação pedagógica. Como ressalta Márcia Gobbi (2018, p.148)

[...] é possível afirmar que a fotografia tem a capacidade de “agenciar”, na acepção sociológica do termo – de orientar modos de ser, modificando os outros. As crianças nos apresentam fotografias, cuja feitura resulta de acurada observação das ocorrências visuais e educam os adultos, no que concerne às imagens, sobre suas formas de vê-lo.

A metodologia do curso seguiu os princípios da educomunicação, proporcionando um espaço para que as educadoras pudessem compreender o impacto transformador das diversas formas de expressões comunicativas quando

¹ Trabalho apresentado no eixo Expressão comunicativa por meio da arte do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo - Brasil e Diretora de Assuntos Profissionais e Formação Continuada da ABP Educom.

aplicadas ao registro do cotidiano da educação infantil. A proposta foi desenvolver um olhar crítico e reflexivo sobre os registros, partindo da premissa de que o ato de fotografar pode ampliar as formas de comunicação e expressão dentro do ecossistema escolar.

De acordo com a SME/COPED, 2020 p.01, "[...] não é possível alcançar a excelência no fazer docente sem ter registros sistematizados. Quanto mais sistematizado e coletivamente forem construídos os registros, maiores serão as possibilidades de haver uma transformação intencional do fazer docente." Processo de documentação pedagógica que a pesquisa de campo realizada, apontou um baixo índice da participação dos olhares das crianças.

Ao incluir as crianças ativamente nesse processo, a educomunicação mostrou-se uma poderosa aliada para revelar olhares e mobilizações singulares, desafiando as práticas tradicionais de registro e contribuindo para mudanças pedagógicas e estruturais nas escolas. A participação infantil enriquece o processo de aprendizagem e as crianças se tornam protagonistas na construção das narrativas e perspectivas que circundam a educação das infâncias. (PEREIRA, 2021 p. 359 - 362)

Esse curso buscou capacitar os educadores para o uso de tecnologias como a fotografia, o vídeo e o áudio de forma mais intencional, além de fomentar uma educação mais dialógica e participativa, onde a expressão artística e comunicativa das crianças é valorizada e ampliada. Fomento que favorece o *ecossistema comunicacional* (SOARES, 1999, p.69) em ambientes de aprendizagem, facilitando que os sujeitos envolvidos nas práticas educomunicativas encontrem espaços de escuta, fala e efetiva participação. O resultado esperado era a construção de registros pedagógicos que refletissem de maneira mais autêntica as múltiplas infâncias, com ênfase na perspectiva e participação ativa das próprias crianças.

A avaliação na Educação Infantil se diferencia de outras etapas da educação básica, pois se baseia em registros documentais que refletem as experiências cotidianas das crianças. Um dos principais instrumentos na documentação pedagógica realizada na educação infantil é a fotografia, utilizada como meio de registro das práticas e dos cotidianos das infâncias. No curso, refletimos como as educadoras poderiam trabalhar com esse instrumento como meio de pesquisa e expressão comunicativa. Como aponta Boris Kossoy (2014, p. 36-37),

No caso em que a imagem fotográfica seja empregada como meio de informação / identificação / conhecimento (portanto fonte), o objeto já não é mais a imagem em si, e sim, o estudo e/ou a investigação sobre determinado tema através da fotografia, segundo uma perspectiva sociológica, antropológica, jornalística, publicitária etc.

A fotografia nesse contexto pode ser um meio de investigação das práticas pedagógicas e dos contextos cotidianos da educação infantil. Contexto que pode ser apresentado por diversas perspectivas e olhares, como os das educadoras(es), crianças e de toda a comunidade educativa que compõem a educação infantil. Comunicar e construir memórias sobre e com as infâncias é um dos aspectos da documentação pedagógica, como aponta Paulo Fochi, 2019. Na formação, as educadoras foram provocadas a utilizar ferramentas como fotografia, vídeo e áudio, com a intenção de investigar seus cotidianos, comunicar e aprimorar a intencionalidade dos registros realizados.

O conteúdo programático abordou temas como a identidade, autoria e perspectiva dos registros fotográficos, sonoros e audiovisuais na educação infantil. Também foram trabalhadas técnicas para a composição de portfólios pedagógicos utilizando ferramentas como o Canva e Google Apresentações, além de noções sobre fotografia e vídeo, incluindo aspectos como luz, ângulos e composição de imagens. A produção de podcasts e a captação de sons foram apresentadas como formas potentes de expressão comunicativa e investigativa no ambiente escolar.

Uma das experiências mais marcantes do curso foi a oportunidade de superar a prática de registros meramente ilustrativos e transformá-los em ferramentas reflexivas e avaliativas das interações e aprendizagens das crianças. Foi trabalhado o Projeto Humanae, da artista Angélica Dass, que criou uma série fotográfica que busca questionar as classificações raciais tradicionais, como "branco", "preto", "amarelo" e "vermelho", ao documentar as verdadeiras cores da pele humana. Encontro que contou com a presença ao vivo da artista que compartilhou sobre o projeto e apresentou seu trabalho com crianças pequenas inspirado no Humanae. Inspiradas, as professoras fizeram seus auto-retratos e realizaram essa atividade com suas turmas. Exposições com essas obras foram realizadas, e as professoras e gestoras compartilharam relatos sobre a experiência.

As práticas educomunicativas permitiram a criação de um ecossistema comunicativo que envolveu ativamente as cursistas, que puderam perceber a importância de criar ambientes de acolhida, escuta ativa e expressão segura, engajando as crianças como participantes ativas na criação dos registros.

O curso também incentivou uma reflexão crítica sobre o uso das tecnologias na educação infantil. As cursistas refletiram sobre quem estava sendo registrado, as intenções por trás desses registros e as implicações no contexto pedagógico.

Durante o curso, houve também a capacitação técnica das participantes para a edição e gestão de acervos de imagens, vídeos e áudios, sempre respeitando as questões éticas, como os direitos de imagem das crianças e a autoria dos registros. Ferramentas acessíveis, como o Photoshop Express, Canvas e o Audacity, foram amplamente utilizadas, facilitando a organização e o arquivamento dos materiais de forma sistemática e profissional.

Metodologicamente, o curso foi oferecido na modalidade a distância, com encontros síncronos e atividades assíncronas e contou com cinquenta horas de carga horária. Os momentos síncronos permitiram ricas trocas de experiências entre as participantes e a formadora, enquanto as atividades assíncronas proporcionaram tempo para a leitura de artigos e para a prática dos conceitos ensinados, como a criação de portfólios e a captação de registros audiovisuais dentro das escolas. O curso contou com o acompanhamento e coordenação técnica pedagógica de Regiane Paulino.

Ao final do curso, muitas professoras e gestoras relataram uma significativa mudança de postura em relação aos registros pedagógicos. As cursistas Fabiana Laurito e Elaine Oliveira, compartilharam nos comentários das avaliações colhidas a cada encontro que:

"A noite de hoje foi rica. Rica em proposições, em "conteúdos", na forma como a fotografia e a identidade de quem faz o registro veio delineando nosso encontro e o quão importante é sabermos sobre a autoria, o protagonismo.... de onde o autor fala. O vídeo da proposta da Angélica Daas - Humanae - veio num dia em que falar da raça, do tom da pele, das relações étnico-raciais na educação infantil é muito significativo para mim - diria que foi assertivo! A Ed infantil na RMESP precisa entender o quanto é importante falar sobre identidade nesta perspectiva de sujeito, singular e potente nas suas

subjetividades. Tenho certeza que deliciosas surpresas ainda estão por vir... obrigada!" (Fabiana Laurito em 10/11/2021).

Quanto aprendizado com a [...], quanto conhecimento, são aprendizagens levadas para o resto da vida! Muito inspiradora! Nos remete em reflexões daqui pra frente na nossa prática pedagógica! Parabéns a todos envolvidos por esse projeto! Gratidão eterna [...]. (Elaine Oliveira em 10/11/2021).

Elas passaram a enxergar os registros pedagógicos não apenas como uma exigência burocrática, mas como um poderoso meio de expressão e de documentação das infâncias. A formação gerou afetos e trocas que marcaram e reuniram a turma. A educomunicação fortaleceu o incentivo às práticas que valorizem a participação e protagonismo infantil, abrindo espaços para as vozes e perspectivas das crianças como caminho a ser buscado pelos profissionais da educação infantil. Essa formação evidenciou como as práticas educacionais, ao aliarem arte, tecnologia, educação e comunicação, podem amplificar as expressões comunicativas e a participação das crianças nos ecossistemas da educação infantil.

Referências

FOCHI, Paulo Sergio. **A Documentação Pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: o caso do Observatório da Cultura Infantil - OBECI**. 2019. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GOBBI, Marcia A. **Meninos e meninas em jogos de fotografar**. In: MARTINS FILHO, Altino José; DORNELLES, Leni Vieira (org.). Lugar de criança na escola e na família: a participação e o protagonismo infantil. Porto Alegre: Mediação, 2018. p. 176.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 5. ed. revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

PEREIRA, Michele Marques; SANTOS, Marcelo Augusto Pereira dos. **Educomunicação na educação infantil na rede municipal de ensino de São Paulo**. In: Revista Magistério. Secretaria Municipal de Educação. Educomunicação: Estudante tem voz. São Paulo: SME / COPED, 2020. n. 10.

PEREIRA, Michele Marques. **Fotografia e práticas educomunicativas: Uma experiência na rede municipal de educação infantil de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.27.2021.tde-08062022-104245. Acesso em: 2024-09-15.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Orientação Normativa de registros na Educação Infantil**. São Paulo: SME / COPED, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. Contato. **Revista brasileira de comunicação, arte e educação**. Ano 1, n. 2, jan./mar.1999. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Artur da Távola, 1999.

A Fotografia como um princípio do letramento visual¹

Rafael Parente²

Desde 2022 assumi aulas do Projeto Integração³ no Cuca José Walter⁴, Fortaleza/CE. Lá pude formar uma turma de “Cinema e Audiovisual”, nome genérico para aplicação prática da Educomunicação.

Ainda não há dentro dessa política pública da Prefeitura de Fortaleza e da Rede Cuca, um programa pedagógico de educomunicação formalizado para se usar dentro do projeto.

Faço as minhas aulas baseadas na minha experiência como professor de escola de ensino fundamental e médio; mesclando com os livros de cinema, comunicação e pedagogia; customizo as aulas com certa habilidade em suportar as instabilidades na formação de turma que o projeto costuma ter. São tantas questões que a educomunicação se faz presente na formação dos jovens: falar diante da câmera e produzir filmagens (criação de pautas e abordagens; produção de conteúdo); porém vou falar sobre o letramento visual a partir do ensino da fotografia, que é o primeiro conteúdo das aulas.

¹ Trabalho apresentado no eixo [4. Expressão Comunicativa por meio da arte] do X ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO.

² Rafael Parente – araujorafaelparente@gmail.com ; é Cineasta, Jornalista e Fotógrafo. Desde 2017 é efetivo Professor de Cinema/Audiovisual e Comunicação na Rede Cuca (Fortaleza/CE); é estudante de Jornalismo (2020-2024) na Estácio EAD; estudou 5 anos de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Ceará (2008 - 2013), com uma passagem pela UNIFESP (2011.1). Não concluiu a graduação, porém foi Professor de Ensino Fundamental e Médio de História e Filosofia (2008 a 2016); com alguns intervalos e sempre com atividades paralelas em audiovisual e Fotografia; em 2010 cursou o técnico em Cinema Digital na Produtora Reticom Filmes, em São Paulo. Após o curso, roteirizou, gravou e editou alguns documentários institucionais. E em 2012 ministrou dois cursos de cinema e audiovisual no município de Suzano, onde iniciou a experiência didática de Audiovisual.

³ Projeto integra escolas à Rede Cuca <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/projeto-integra-escolas-a-rede-cuca-1.1365295> (site acessado no dia 15 de setembro)

⁴ CONHEÇA A REDE CUCA <https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca> (site acessado no dia 15 de setembro)

O letramento visual por meio da fotografia é como uma alfabetização¹: complexa, cheia de camadas e um conjunto de itens para se ensinar, até chegar na aplicação avançada. Uso o ensino da fotografia como um meio de praticar com os alunos a percepção das imagens que cada um deles veem ao longo do dia, principalmente por conta das tecnologias de mobile, que permite as pessoas observarem dezenas de milhares de fotos; além de uma forma de expressão pessoal.

Eu tenho um plano inicial e final; no ínterim vão as acomodações para cada turma. No primeiro de aula, o objetivo é segurar a câmera, aprender a focar, “dar zoom” e clicar; o fim do curso seria a idealização e a realização de ideias autorais.

Esse letramento é um pilar importante na cognição dos alunos que estudam audiovisual e comunicação. Acredito que assim como a escrita, a fotografia é um mecanismo de percepção e expressão pessoal; eu poderia me debruçar longamente sobre essas capacidades, esse ensino para jovens é um estímulo de ir às aulas, uma garantia plena à cidadania, expressão pessoal e artística.

Mostrar o resultado desse letramento visual, assim como da alfabetização, seria uma tese de campo extensa para se fazer, pois precisaria pelo menos entrevistar meus alunos e aplicar-lhes uma pesquisa, avaliando os resultados das aulas; porém levarei em consideração os feedbacks dos alunos, das mães dos alunos, dos coordenadores de curso, que tive, que é: a presença dos jovens nas aulas, baixa evasão, a vontade de participar e de engajarem-se com o projeto.

A presença deles, os alunos, e seus interesses pela minha aula, é o que uso para analisar os efeitos que o curso vem gerando; e é fascinante vê-los fotografando, com a empunhadura correta, falando bem dos colegas, incentivando aqueles que estão desinteressados; perceber que entre eles, alguns talentos chamam a atenção e quem era anônimo, até então, naquela turma, ganha um certo status de bons fotógrafos, modelos, diretores de cena.

O público são alunos de 13 a 15 anos, que passam 2 horas por semana nas minhas aulas de audiovisual. E sempre utilizo como primeiro passo: o ensino da

¹ Quando posso dizer que uma criança está alfabetizada? <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/quando-posso-dizer-que-uma-crianca-esta-alfabetizada/> (site acessado no dia 15 de setembro)

Fotografia. A história da Fotografia, a formação da imagem, apresento-lhes o conceito da Câmera Escura e a magia da formação da imagem digital.

A partir do princípio da formação da imagem, apresento-lhes o que é uma câmera fotográfica, observo o interesse e a adesão dos alunos, ensino a operação de câmera HD SLR modelos Canon SL2, modelo de câmera preponderante em minhas aulas no cuca e as lentes que estão no nosso kit.

Nos dois anos de projeto, vários alunos participaram e criaram uma consciência técnica e teórica de como uma fotografia e um vídeo são feitos; ao longo do tempo, uso essas informações de sala de aula, com o trabalho dos profissionais da área, mostro aos alunos as contas de Instagram dos grandes profissionais, canais de youtube, lemos em sala de aula algumas publicações digitais e livros que levo. Mostro que esses profissionais estão trabalhando com aquilo que eles estão aprendendo ali agora.

Há alunos que em pouco menos de 2 meses operam a câmera com autonomia, têm o interesse e a curiosidade de estar operando a câmera, aprendendo a percepção da iluminação... dentre outras coisas. Para se ter um exemplo da extensão do curso, uma turma no ano de 2023, iniciou um processo de gravação de podcast, escrito e produzido pelos próprios; agora em 2024, no segundo semestre, o primeiro roteiro foi escolhido para ser gravado um curta-metragem.

A partir do ensino da fotografia, o aluno consegue expressar suas ideias em audiovisual e comunicação; consegue compreender as complexidades de uma gravação e das ideias que eles mesmos sugerem.

Ver e fazer fotos: São duas coisas diferentes. E eu preciso explicar isso aos alunos. Como parte da construção do letramento visual. Esse é o meu primeiro assunto em sala de aula, no primeiro dia de aula. Todo o resto advém desses questionamentos. As características de cada turma modulam o percurso didático do curso.

Ver fotos, vídeos, imagens aleatórias, exige de quaisquer pessoas compreensões variadas. Como o foco das primeiras aulas é fazer imagens interessantes, bem iluminadas, mostro-lhes um panteão de referências que auxiliaram os alunos a buscar esses modelos.

De novo: o letramento, assim como escrever a letra 'A' (que por detrás da escrita da letra tem o som, a contração vocal e o som das letras em si). No letramento visual não é diferente: quando lhes mostro uma câmera, coloco-a no pescoço deles, mostro-lhes a empunhadura, a ergonomia da câmera e onde se faz o click. Tudo lentamente, com cada aluno, alguns olham primeiro, outros querem ir na frente. É como se a teoria do Aristóteles, da natureza da busca do conhecimento, estivesse ali na minha frente sendo manifestada.

Ensino-lhes a fazer um click, retiro o cartão e ponho-o no computador, para todos olharem as fotos e os vídeos que fazem. Abro o Adobe Photoshop ou o Adobe Premiere na frente deles. Importo os arquivos de vídeo, de som, editamos apresentações. Avançando mais, dependendo da turma, lhes passo testes de falar diante da câmera (outra raiz educacional incrível, que é exprimir-se; nos utilizando dessa linguagem de comunicação, que é expressar-se espontaneamente diante da câmera, como se estivesse falando em público).

Com isso, acredito que o ensino em audiovisual, é matéria que compõe o letramento visual, e o sucesso de uma formação em comunicação e audiovisual se dá quando os alunos possuem uma base na fotografia. Aprender quanto em fotografia? O mínimo máximo de postura com o equipamento fotográfico, como fazer o click, apertar o play e verificar o resultado final da foto, passar para o processo de edição e finalização.

Fazendo isso, usando os equipamentos fotográficos semi-profissionais e com os próprios celulares, é possível despertar no aluno um senso de como as imagens que os circundam são feitos. Com isso e a partir disso, avançamos nos estudos em audiovisual e cinema.

Porém, o que fica, nas minhas impressões em sala de aula, que, desde 2012, quando iniciei, até agora, com os meus alunos do Integração: a educomunicação, tendo a fotografia como matéria de introdução, tem resultados muito positivos (para aqueles que conhecem a fotografia, mas não avançam profissionalmente, obtém informações gerais e sólidas para a vida inteira; e outros que seguem na área, criam uma base sólida de informações, que lhes auxiliarão a iniciar o processo de profissionalização).

Referências

Salto para o Futuro. **Cinema e educação: um espaço em aberto**. Ano XIX, n. 4, maio 2009. ISSN 1982-0283.

MOURA, Edgar Peixoto de. **50 anos luz, câmera e ação**. 2ª ed. — São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

SETARO, André. **Sobre cinema: linguagem e outros temas**. Introdução ao cinema. V3 [Salvador/BA]: [Editora da Universidade da Bahia], 2010.

SOARES, Sérgio José Puccini. **Documentário e Roteiro de Cinema; da pré-produção à pós-produção**. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

PRODUÇÃO

MIDIÁTICA

Foca na Urna: a educomunicação como estímulo à cidadania política entre os jovens

Vanessa Vantine

Introdução

Vivemos em sociedade, em redes culturais, e nos últimos anos cada vez mais as relações vêm ganhando força, presença e engajamento nos contextos digitais. É nessa rede que os jovens estão cada vez mais inseridos, recebendo e produzindo conteúdo, informando-se e compartilhando ideias, participando ou sendo espectadores em grupos e comunidades. Como *Nativos Digitais*¹, a nossa expectativa muitas vezes é que essa geração saiba navegar de forma segura, autônoma e responsável nesse ambiente. Mas na prática percebemos que é necessário dialogar, provocar e trocar experiências buscando desenvolver neles um senso crítico dentro desse território digital permeado por ferramentas algorítmicas.

Dados da pesquisa TIC kids Online Brasil 2023, realizada no período de março a julho, com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários de internet, trazem um panorama do acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação pela população brasileira nessa faixa etária. Pelo levantamento, atualmente 95% da população de 9 a 17 anos usa a internet no país, o que representa em torno de 25 milhões de pessoas. O celular foi apontado como um dispositivo de acesso para 97% dos usuários, sendo o único meio de conexão à rede para 20% dos entrevistados.

Levando em consideração esse cenário apresentado, este trabalho pretende analisar o envolvimento de jovens universitários com a política, dentro desse contexto digital. E vamos observar como práticas educomunicativas podem proporcionar um espaço fértil de diálogo, representatividade e inclusão entre as múltiplas formas de produção de conteúdo, de jovem para jovem, para promover políticas públicas, informações relevantes, educação e engajamento para a garantia da cidadania.

¹ Nativos Digitais - expressão exposta por Prensky, para falar sobre aqueles que nasceram e cresceram cercados pelas tecnologias digitais, falantes nativos dessa linguagem. (PRENSKY, 2011 P.1)

"Foca na Urna": um espaço de conexão entre jovens para promoção da cidadania

O *Foca na Urna* é um trabalho que surgiu e começou a ser desenvolvido no sétimo semestre do curso de jornalismo da Univap, Universidade do Vale do Paraíba, como projeto de extensão em Educomunicação. Uma iniciativa voltada à promoção de conteúdo político educativo em ano de eleição municipal. Os estudantes partiram de um entendimento de que a universidade seria um espaço propício para a disseminação de informação e engajamento entre o eleitorado jovem.

Como ponto de partida, foi elaborada uma pesquisa, por meio de um formulário digital, para mapear o envolvimento e entendimento sobre política dos universitários do campus de comunicação da Universidade do Vale do Paraíba. A pesquisa foi realizada nos meses de março e abril de 2024 com alunos principalmente dos cursos de jornalismo, publicidade e propaganda, rádio e tv, tecnólogo em audiovisual e moda. Mais de 100 estudantes responderam às perguntas. Veja o resultado, que foi divulgado na conta oficial do grupo no instagram: @focanaurna





Alguns resultados chamaram a atenção dos estudantes. Entre eles, o total esquecimento de muitos entrevistados sobre quem escolheram votar nas últimas eleições. 74,8% não lembra em qual candidato a vereador votaram e 57,4% esquecerem qual aspirante a prefeito escolheram. A falta de conhecimento sobre quem cobrar melhorias no bairro, 58,4% não sabem a quem recorrer. E mais da metade dos entrevistados, 52,4% não sabem onde pesquisar as propostas dos candidatos.

Objetivos e Metodologia

Com o resultado dessa pesquisa, começou o trabalho de análise de dados para a indicação dos conteúdos que seriam produzidos e em quais mídias deveriam ser divulgados para atingir o objetivo de alcançar o público jovem. A metodologia escolhida para esse trabalho foi a de uma pesquisa-ação.

Desde o início a intenção era estabelecer um espaço onde os universitários pudessem promover uma troca de ideias para potencializar o alcance do tema trabalhado.

Somente assumindo os meios como dimensão estratégica da cultura hoje é que a escola poderá interagir com os novos campos de experiências sugeridos da reorganização dos saberes, dos fluxos de informação e das redes de intercâmbio criativo e lúdico; pelas hibridizações da ciência e da arte, do trabalho e do ócio. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.53)

Ficou definido que a interação com o público ocorreria pelo aplicativo de relacionamento Instagram, já que na pesquisa foi a Rede Social apontada como principal local de consumo de conteúdo sobre política, com 58,7%. Para as Redes Sociais, foram criados posts, vídeos educativos e Reels sobre informações relevantes. Os estudantes também prepararam uma série de entrevistas com foco em importantes temas do processo eleitoral. As gravações foram realizadas na TV Univap e os temas abordados foram: As Fake News nas Eleições; A força e o alcance das Redes Sociais na campanha política e Jovens na política. As entrevistas foram publicadas na íntegra no canal da TV Univap, no Youtube, com links de acesso no portal de notícias da Universidade. Os estudantes ainda fizeram "cortes" para serem publicados na Rede Social, na conta no instagram do projeto @focanaurna

Práticas e Reflexões

Abrir espaço para dialogar, pensar e criar. O projeto *Foca na Urna* tinha como ponto de partida trabalhar práticas educacionais na produção de conteúdos que envolvessem os jovens no engajamento político.

Transformar os alunos em sujeitos do conhecimento implica (de fato) descentrar as vozes, colocando-as numa rota de muitas mãos que respeite as realidades de vida e cultura dos educandos. É preciso (de fato) fazer o aluno assumir a sua voz como instância de valor a ser confrontada a outras vozes, incluindo a do professor. Desse modo, a sala de aula passaria a ser entendida como lugar carregado de história e habitado por muitos atores que circulariam do palco à plateia à medida que estivessem exercitando o discurso. (CITELLI, 2000, p. 98).

Ao mediar o trabalho dos alunos em sala de aula, desde o início estabelecemos uma relação colaborativa em que a troca sempre ocorreu prevalecendo a horizontalidade entre as partes.

Uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educacional, em condições de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condição não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas também de promover as próprias formas de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e informação. (SOARES, 2011, P.37).

A pesquisa TIC Kids online indica mais um ponto de reflexão importante, que traz pontos de sintonia com o projeto de estudo: na última edição a pesquisa coletou dados sobre habilidades digitais críticas e indicadores relacionados com consumo. Apesar de as crianças e adolescentes concordarem que muitas pessoas são pagas para falar sobre produtos, nem sempre reconhecem que estão diante de uma comunicação mercadológica quando vêem vídeos no ambiente online. Além disso, somente 58% dos entrevistados, entre 9 e 17 anos, disseram saber procurar na rede se uma informação encontrada estava correta. Quase metade (47%) dos usuários nessa faixa etária concordou que todos encontraram as mesmas informações quando pesquisam coisas na internet e, para 40%, o primeiro resultado da pesquisa na rede é sempre a melhor fonte de informação.

Esses dados da pesquisa também são importantes para reforçar a necessidade de entender os hábitos dos jovens nas redes, como usuários das mídias, para nortear as políticas públicas na área. Mais do que nunca, eles precisam se envolver nesse processo midiático de forma consciente, habilitados para ler e entender a mensagem, responsáveis quando o assunto é o compartilhamento de informações e detentores das habilidades essenciais para também se expressarem.

O *Foca na Urna* surge como um projeto para articular esses saberes na prática, voltado a promover informação política e cidadã para o fomento de conhecimento sobre políticas públicas e como elas podem ser essenciais para a verdadeira transformação social, econômica e ambiental visando um futuro melhor.

Considerações Finais

É potente o poder de conexão entre os jovens no online, e trabalhar práticas educacionais nesse território mostrou-se como um forte propulsor para engajamento político responsável e, com base sólida, tende a propiciar espaços ricos de diálogo e transformação social. É com a troca de ensinamentos, com experimentações, pertencendo às discussões e participando das decisões que teremos cidadãos mais conscientes sobre a importância de viver a política de forma integral, permanente, com conhecimento dos discursos, das estratégias, das articulações e dos jogos de interesse que ocorrem em vários campos. Além disso, é valioso ver como tudo isso poderá definir as ideias, os projetos, as políticas públicas que irão moldar o nosso amanhã.

É com ampla representatividade que se faz política. É com espaço para todos que se promove a inclusão. É com os jovens atuando de forma cidadã que poderemos esperar uma renovação preparada para trazer novas ideias e abordagens inovadoras para problemas antigos com uma maior sensibilidade às necessidades das próximas gerações.



Referências

[ABPEducom](https://www.abpeducom.org/) (acessado em junho - 2024)

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação:** apontamentos para discussão. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v.1,n.2,p. 119-138, 2004.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática:** Edições SESC SP, 2022.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação.** A linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2000.

CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar de Oliveira & LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Educomunicação: referências para uma construção metodológica.** Comunicação e Educação, n2, pg 12-25, 2019

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na Educação.** São Paulo: Contexto, 2014

ROMÃO, Lilian. **Educomunicação e Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens, no Brasil.** ECA USP.2016.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação** . Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar (2014). “**Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**”, in Comunicação e Educação (USP), v. 19, N. 2, p. 15-26, 2014. ISSN 01046829. Acesso: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>

SOARES, M.S.P; SARTORI, A. (2005) . **Concepção dialógica e as NTICs:** a educomunicação e os ecossistemas comunicativos. NCE- Núcleo de Comunicação e Educação ECA/USP, São Paulo, 2005. Disponível em: [Concepção Dialógica e As Ntics - A Educomunicação e Os Ecossistemas Comunicativos](#)

SOARES, Ismar de Oliveira, **Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil**, in *Comunicação & Educação*, Ano XXIII, número 1, jan./jun. 2018, pg 07-24.

TIC kids Online Brasil [livro eletrônico]: *pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil* / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. (acesso em junho - 2024)

VIANA, Claudemir Edson. **O uso de tecnologias é indispensável à aprendizagem?** (artigo - Sala de Leitura. 2012.237)

VIANA, Claudemir Edson; Mello, Luci Ferraz. **Cultura digital e a educomunicação como novo paradigma educacional.** FGV. 2013.

VIANA, Claudemir Edson; MELLO, Luci Ferraz. **Cultura digital e a educomunicação como novo paradigma educacional.** In: Revista FGV Online, São Paulo. V. 3, n 2, 31-49, 2013.

VIANA, Claudemir. Educomunicação com o eixo das políticas do Estado de São Paulo no âmbito da educação em Direitos Humanos, in SOARES, I & VIANA, C. **Trajetória da Educomunicação nas políticas públicas e formação dos seus profissionais.** ABPEducom, pg. 108-130. Acesso: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003034492.pdf>

Momento Olímpico – A Série: áudio criativo e educação midiática¹

Jefferson Saylon Lima de Sousa²

O trabalho apresentado aqui é derivado da atuação conjunta entre docente e discentes da disciplina *Produção para Mídia Sonora* do Curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão, semestre 2024.1, inspirados pela pauta dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Paris 2024. Pensado como uma peça sonora para rádio e internet (podcast) o programa *Momento Olímpico – A Série* se trata de um seriado em áudio de não-ficção focado em narrativas criativas a partir das histórias dos atletas e das Olimpíadas da Era Moderna.

Motivada por esse elemento humano rico em situações – e pelas discussões teóricas de sala de aula – a série se apresenta na forma de programetes com média de cinco minutos, que narram um fato em específico de uma personagem ou edição dos Jogos Olímpicos. As peças foram produzidas de modo a abarcar todas as edições realizadas até antes de Paris 2024, além de abrir espaço para os Jogos Paraolímpicos (em três momentos).

As bases teóricas da disciplina em questão dão conta da introdução do estudante de Comunicação ao universo da elaboração de roteiros, gravação, edição de programas e preparação da programação de rádios, além de discutir a presença do som em outros cenários midiáticos como o audiovisual e a internet. É recorrente que a ementa dê prioridade para autores clássicos e de vivência na radiofonia como McLeish (2001) e Barbosa Filho (2003), por exemplo. Todavia, não se pode negar aos estudantes um olhar mais analítico sobre o processo de produção deste tipo de

¹ Trabalho apresentado no Eixo 5 – “Produção midiática para a educação” do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professor Substituto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (DCS/UFMA). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Modalidade Profissional da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOMPro/UFMA) e Bacharel em Comunicação Social – Rádio e TV pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É Especialista em Educomunicação e Tecnologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atuante como pesquisador e produtor com ênfase em Áudio, Mídias Sonoras, Estudos do Som e Educomunicação. Natural de São Luís-MA, Brasil. E-mail: jefferson.saylon@ufma.br.

mídia (bem como de qualquer outra) e é aí que entram em discussão as práticas educacionais. Para o rádio – e as mídias sonoras em contexto geral – evoca-se de imediato a figura de Mário Kaplún, exímio comunicador popular e radialista. Sobre essa interrelação entre educação e o rádio, ele diz:

[...] a chamada “educação radiofônica” será entendida aqui em um sentido amplo: não só as emissões especializadas destinadas à alfabetização e difusão de conhecimentos básicos – cujas utilidade e necessidade não se questionam – mas também aquelas que buscam a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade (Kaplún, 2017, p. 22).

Para ele, toda emissão sonora deve ser encarada – e desenvolvida – com essa perspectiva mais contemplativa da contribuição social em algum dos aspectos da vida humana. A partir desse pensamento nasce o programa *Momento Olímpico – A Série*. Como modo de estimular os estudantes a pensar de forma mais crítica e perceptiva o mundo ao seu redor, a turma composta de 9 alunos foi provocada a elaborar um conjunto de narrativas a partir da história olímpica e apresentá-las ao público sob um olhar que vai para além do fato ocorrido, mas considerando as circunstâncias políticas, socioeconômicas e emocionais do evento multiesportivo. Tudo isso com um texto criativo.

O rádio, como representante nobre das mídias sonoras, assume um papel prático de manifestante do engajamento possibilitado a partir das sonoridades, que tem como mote “transformar os sons em algo compartilhado” (Mazer *et al*, 2020, p.42). Esses sons – quando associados em processos midiáticos – são denominados de áudio e este tem como característica ser “necessariamente simbólico” (Assis, 2011, p.66), ou seja, é imbuído de sentidos e transmite informação.

O áudio é um meio poderoso, cuja não-intromissão, ressonância afetiva e natureza envolvente o tornam particularmente adequado para captar narrativas pessoais íntimas. A narração de histórias em áudio requer uma mistura de competências jornalísticas, técnicas e criativas [...] A narração de histórias em áudio também pode ajudar as comunidades marginalizadas a ganharem controle sobre as suas próprias histórias e a construírem capital

social, como parte de uma abordagem sustentável às Indústrias Criativas (McHugh, 2014, p.11, Trad. nossa).

Ampliando essa discussão para além do rádio, e absorvendo toda uma base de mídias sonoras modernas presentes em nosso cotidiano como o podcast, por exemplo, o que se vê é que esse aprendizado por meio do som se constitui em uma Experiência Midiatizada da Escuta – EME (Gambaro, 2021, p.2), que por sua vez busca “possibilitar o contato do indivíduo com o conteúdo”. Por isso, *Momento Olímpico – A Série* foi elaborado de modo a se enquadrar em qualquer cenário de consumo, quer seja por meio da irradiação radiofônica ou pela distribuição em rede como podcast.

Com essas ideias em mente, os nove discentes e o professor executaram em um período de dois meses (entre maio e junho de 2024) o projeto de produção da série. Ao todo foram produzidos 30 episódios. Esse trabalho foi devidamente dividido entre os componentes, cabendo para cada produtor três roteiros. O mesmo esquema foi seguido para as etapas de gravação e edição, assim todos puderam vivenciar de forma igualitária as fases da produção sonora.

Uma das características do texto da série é a criatividade no uso de um áudio mediador. A partir de eventos midiáticos já vividos pelo público (reportagens, entrevistas, transmissões esportivas, documentários etc.) as produções contam um acontecimento-chave com um narrador intercalando esses momentos, de modo que a premissa criativa da série é que quem a ouve vivencie o resgate da memória dos eventos do passado da forma mais fidedigna a como eles ocorreram, mesmo que resumido. Estas escolhas fazem da série um conteúdo divertido, dinâmico, dramático e autoexplicativo sobre o que é a essência dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão da Era Moderna. Um palco de grandes histórias!

O trabalho, após finalizado, foi exibido de forma exclusiva pela Rádio Universidade FM 106,9 MHz de São Luís do Maranhão entre os dias 12 e 26 de julho de 2024, nas manhãs da emissora em dois horários. A escolha da data foi para que a exibição se encerra-se no dia da abertura dos Jogos. Além disso, um evento de lançamento foi feito no dia 12 de julho de 2024 apresentando a série e seus desdobramentos midiáticos: a) um site com toda a história da produção, os episódios

e spots produzidos; b) os perfis nas plataformas de áudio *Spotify*, *Deezer* e *YouTube Music* para quem desejar acompanhar a série como podcast. Na sequência do evento, a equipe ainda contribuiu com o jornalismo da emissora ao produzir o quadro *Boletim Momento Olímpico* com resumos da campanha do Time Brasil na capital francesa.

Conclui-se que, desde o seu processo de produção até os seus aspectos de distribuição, *Momento Olímpico – A Série* se constitui como uma plataforma de educação midiática criativa fomentada em áudio, seja no processo de formação dos profissionais com visão educomunicativa ou no resultado apresentado que pode ser assimilado sem perdas ou distorções pelo público em geral a partir de diferentes matizes e contextos. Kaplún (2017, p.69) afirma que a “utilização de técnicas criativas é condição essencial da comunicação radiofônica educativa”, e se pode assumir isso como uma verdade para todas as lógicas e formatos do áudio.

Referências

ASSIS, Pablo de. **O imaginário do áudio e o podcast**: re-imaginando o potencial da produção e distribuição de áudio na internet. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

GAMBARO, Daniel. Experiências midiáticas de escuta: Como o rádio se insere no ecossistema midiático atual. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/37141>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

KAPLÚN, Mario. **Produção de programas de rádio**: do roteiro à direção. Tradução e organização de Eduardo Medisch e Juliana Gobbi Betti. São Paulo: Intercom; Florianópolis: Insular, 2017.

MAZER, Dulce et al. O estudo das sonoridades: perspectivas teóricas e epistemológicas. In: CASTANHEIRA, José Cláudio et al. **Poderes do som**: políticas, escutas e identidades. Santa Catarina: Insular, 2020. pp. 13-49.

MCHUGH, Siobhan. *Audio storytelling: unlocking the power of audio to inform, empower and connect*. **Asia Pacific Media Educator**, v. 24, n. 2, p. 141-156, 2014. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1326365X14555277>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 2001.

Alfabetização midiática e informacional: Uma proposta de aprendizado do @YouTube Edu¹

Camila Escudero²

Amanda Ganzarolli³

Sabe-se que a relação entre mídia e educação vai muito além da aplicação e da utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na sala de aula. No contexto da América Latina, principalmente, autores ligados à corrente dos Estudos Culturais como Martín-Barbero (1991), Kaplún (1998), García-Canclini (2008) e Freire (1981; 2021), especialmente, são referências no tema ao proporem, cada um à sua maneira, uma ampliação dos atributos essenciais da mídia – veiculação e transmissão da mensagem – e sua inserção no universo da educação como forma não só de desenvolver habilidades e competências, mas, múltiplas formas de conhecimento, participação e transformação social.

Segundo Souza (1999), é justamente a compreensão das mudanças dos atributos da mídia, perpassando pelo desenvolvimento dos processos educacionais, que nos permite compreender, na atualidade, a relação entre comunicação e educação, especificamente as diferentes práticas educacionais contemporâneas em que a presença da comunicação é de alguma forma vivenciada e refletida ou *vice-versa*: as diversas práticas midiáticas atuais em que a presença da educação é de alguma maneira vivenciada e refletida.

Tal cenário descrito pelo autor acima vem se transformando de forma mais acelerada e ampla a partir dos anos 2000, com a popularização da Internet, redes *wireless* e plataformas de conteúdo, bem como possibilidades de acessos. O impacto disso se dá não só na transformação e resignificação da constituição espacial e atemporal da vida social envolvendo métodos de ensino-aprendizado e seus atores,

¹ Trabalho apresentado no eixo 5 – Produção midiática para a educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo.. Consultora UNESCO. E-mail: camilaescudero@uol.com.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista Capes. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). E-mail: aamandaganzarolli@gmail.com

mas, também, em novas formas de ação, interação e participação a partir de instâncias de produção de conteúdo pedagógico-comunicacional, circulação, recepção e produção de sentidos.

Assim, este trabalho tem como objetivo investigar de que modo as perspectivas da alfabetização midiática e informacional orientam a composição de conteúdo digital educacional sobre o tema em um contexto de educação não-formal voltado para apoio dos processos de aprendizagem. Interessa-nos saber: tipos de autoria e conteúdo do material oferecido no sentido de fomentar em estudantes e professores: 1) identidades, 2) participação cidadã, e 3) desenvolvimento humano e social.

Para isso, fizemos uma análise exploratória de abordagem qualitativa da *playlist* “Alfabetização midiática e informacional”, do @YouTube Edu, fruto de cooperação técnica entre a Unesco e o YouTube, regionais Brasil. O canal passou por um processo de estruturação, reformulação e renovação do conteúdo em 2023, levando em consideração normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e premissas da Unesco sobre educação de qualidade. No caso da *playlist* estudada, são 24 vídeos-educacionais reunidos, produzidos em diferentes propostas e momentos, com ênfase, em temáticas como análise crítica da mídia, liberdade de expressão, práticas comunicacionais voltadas à educação (acesso e produção), aspectos legais e éticos da informação, entre outras.

O conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) já é bastante difundido (BOWEN, 1996; POTTER e CHRIST, 1998; KELLNER e SHARE, 2008; SANTOS NETO, 2020). Neste trabalho, adotamos a definição da UNESCO, instituição pioneira no uso do termo, estabelecido a partir da Declaração de Grünwald (1982) e a Declaração de Alexandria (2005). Assim, a AMI é entendida como:

Um conjunto de competências que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais (UNESCO, 2016, p. 17).

No Brasil, a própria formulação e implantação da BNCC, nas primeiras décadas dos anos 2000, incorpora a questão da “cultura digital”, já apontando para a necessidade de se pensar novas práticas educacionais levando-se em consideração, também, a apropriação das transformações tecnológicas e sociais (BRASIL, 2018).

Mas, não é só na educação formal que a cultura digital está envolvida. Sua discussão é latente nos processos de educação não-formal que, especialmente no Brasil, estão intrinsecamente ligados à proposta pedagógica de Paulo Freire e suas ideias sobre educação popular. Para o autor, o ato de educar deve ser associado à realidade vivenciada pelos educandos como modo de tornar a prática educativa um ato repleto de significações para os sujeitos que nele estão envolvidos, privilegiando o desenvolvimento de uma consciência crítica (FREIRE, 1981, p. 8).

Dessa forma, nos processos de educação não-formal há o propósito pela promoção da aprendizagem e práticas educacionais que, ainda que sejam alternativos ao que se estabelece como educação formal, são capazes de estimular potencialidades cognitivas, competências e habilidades do sujeito, ao mesmo tempo, em que trabalha visões “impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 1981 p. 98).

A educação não-formal envolvendo o universo digital implica, entretanto, em dois pontos. De um lado, ao acesso e à dominação das tecnologias por parte dos sujeitos de modo a favorecer a aprendizagem e usufruir de suas potencialidades. Além disso, envolve a relação com a informação, a capacidade de leitura de mundo e acúmulo de “bagagem cultural”, a comunicação, interação e trocas. Tudo no sentido de localizar a informação, decodificá-la e interpretá-la e, assim, gerir o conhecimento. Do outro lado, tem-se o contexto neoliberal, marcado por fatores como desigualdade digital, colonialidade tecnológica, e uso massivo de inteligência artificial e algoritmos a favor do capital.

E é justamente nesse contexto complexo e contraditório que se localiza o YouTube Edu. Trata-se um canal de educação digital que tem o propósito de disponibilizar conteúdos educacionais como recurso pedagógico de apoio a estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio

nos processos de ensino-aprendizagem tradicionais, utilizando-se, ainda, de preceitos da aprendizagem-móvel (UNESCO, 2014).

O conteúdo do canal é diverso e estruturado em seções e *playlists*. Na seção Temas transversais, há a *playlist* “Alfabetização Midiática e informacional”, composta pelo conteúdo descrito na imagem 1 com informações sobre: nome do canal, número de visualizações, duração da videoaula, ano de produção e título.



Figura 1: videoaulas presentes na playlist ami - youtube edu

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Como se pode observar, o conteúdo da *playlist* de AMI do YouTube Edu é heterogêneo. Apresenta um caráter didático, com videoaulas que se propõem desde a explicar o conceito, como implementá-lo em ações de *fact checking*, produção jornalística, uso das TICs para fins educacionais, entre outros. Além disso, tem de um conteúdo produzido por instituições da sociedade civil de reconhecido trabalho com o tema - entre eles: EducaMídia, Viração, Projeto Vaza Falsiane, Agência Pública - e profissionais individuais (na maioria, professores) que já contam com expressiva atuação na plataforma e reúnem grande número de seguidores em seus canais;

exemplo: professor Noslen (4.990 mil inscritos), Cíntia Brunelli (518 mil inscritos), Márcia Tiburi (21,8 mil inscritos) e Tiago Benedetti (19,5 mil inscritos).

Sobre o modo pelo qual as perspectivas da AMI utilizadas pelos produtores/autores dos vídeos, bem como seus próprios conteúdos exibidos, é possível dizer, aqui de modo resumido, que a análise dos 24 vídeos revelou:

Sobre identidades: Como esperado, a escola, os professores, os estudantes e as TICs (representadas pelos diversos tipos de componentes eletrônicos e midiáticos (computadores, *tablets*, celulares etc.) são identificados como protagonistas quando o assunto é AMI e responsáveis por sua compreensão, difusão e prática, ainda que a identidade construída desses atores remete aos processos de educação-formal.

Sobre participação cidadã: O desenvolvimento de uma postura crítica perante o consumo e a produção de informação são ressaltados na maior parte do conteúdo como preceito básico para a participação cidadã. E a importância dessa postura é destacada não apenas no ambiente escolar, mas, também, em outros ambientes de convívio social, como círculo de amizade e familiar da criança e jovem. Além disso, a democracia aparece como ponto-chave na maior parte do conteúdo, como *locus* propício a ser estimulado e preservado para o ativismo e a mobilização social.

Sobre desenvolvimento humano e social: A defesa dos direitos humanos e sociais e de suas características de universalidade e inalienação é a tônica dos 24 vídeos analisados. Assim, manipulação, censura, controle, cerceamento de liberdade, invisibilidade, educação, entre outras questões do tipo aparecem a partir de múltiplas abordagens nos vídeos. Também são enfatizados pontos como ódio, desrespeito e parcialidade e aspectos éticos, além da necessidade da compreensão da função social dos meios de comunicação.

A análise dos vídeos da playlist de AMI do YouTube Edu nos forneceu pistas importantes que indicam uma consolidação do tema por meio dos sujeitos e identidades envolvidas e discussões essenciais sobre cidadania e direitos humanos,

não só para a autonomia de crianças e jovens, mas para o aprimoramento de práticas pedagógicas por parte dos professores e escola, considerando, evidentemente, a integração com as TICs. Registra-se, entretanto, necessidades de avanço no modelo de constituição de um processo educativo não-formal – ainda muito ancorado em referências e papéis da educação-formal –, que realmente seja alternativo às limitações de espaço, tempo e atores tradicionais do campo da educação.

Referências

BOWEN, W. **Citizen for media literacy**. New York: Asheville, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018.

CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. São Paulo, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular)**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KELLNER, D.; SHARE, J. **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, p. 687-715, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **De los medios a las mediaciones – Comunicación, cultura e hegemonía**. México: Editorial Gustavo Gilli, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório Mundial das Ciências Sociais: Rumo a uma Transformação Social Justa.** Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_000246421&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_56f9f682-4f7f-4539-adc7-c2fe8c5735f3%3F%3D246421por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf000246421/PDF/246421por.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

POTTER, W. J; CHRIST, W. G. **Media literacy.** John Wiley & Sons, Ltd, 1998.

SANTOS NETO, J. L. **O que é educação midiática? Um campo de interação entre cinema e educação.** Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 156-168, 2020.

UNESCO. **Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel.** Brasília: Unesco do Brasil, 2014.

UNESCO. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e Competências do País.** Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

Produção midiática do podcast **Qualidade É! no Ensino Médio do Estado de São Paulo**¹

Claudemir Edson Viana²

Mickael da Silva Andrade dos Santos³

A oportunidade de participar do Programa de Pré Iniciação Científica Etec CEPAM e Educomunicação USP, no projeto de Iniciação Científica Ensino Médio do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, **Vivências Educomunicativas na ETEC CEPAM II**, me proporcionou uma experiência incrível na criação de uma série de podcasts jornalísticos/informativos sobre o evento **Indicadores de qualidade na educação**, realizado em maio de 2024 durante a Semana Paulo Freire da Etec CEPAM, em parceria com a associação civil Ação Educativa.

A elaboração e execução do projeto foram verdadeiramente enriquecedoras. Desde o início, exploramos diversos recursos de comunicação e informação, promovendo a liberdade de expressão e comunicação das pessoas, por meio das diversas linguagens e recursos disponíveis do nosso tempo contemporâneo, abordando questões educacionais da escola.

A comunicação, sem dúvida, é um eixo fundamental em todos os aspectos da vida. Durante o projeto, ficou claro que o processo educomunicativo busca garantir o direito de comunicação a todos, ampliando as formas de expressão para indivíduos e grupos, além de planejar e gerir os recursos e processos que envolvem o ato de falar e se expressar. Em nossa experiência com as gravações, a educomunicação evidenciou a espontaneidade para refletirmos sobre o processo, como, por exemplo, o grau de expressão comunicativa que o podcast estaria proporcionando.

¹ Trabalho apresentado no Eixo N° 5 – Produção midiática para a educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Prof. Dr. da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; mora em São Paulo - SP; e-mail: profclaudemirviana@usp.br

³ Mickael da Silva, cursando Técnico em Serviços Públicos na Etec CEPAM; mora em São Paulo – SP; e-mail: mickael.santos@etec.sp.gov.br

A experiência adquirida durante as gravações no evento foi realmente marcante. Ver os membros da comunidade escolar engajados em conversas, debates e troca de ideias para construir um ambiente escolar melhor para todos trouxe à tona reflexões profundas sobre a importância da comunicação na sociedade. Todos tiveram a oportunidade de participar, pois o evento foi realizado em três dias: na terça-feira, dia 7, nos períodos da manhã e da tarde; na quarta-feira, dia 8, à noite; e no sábado letivo, dia 11. Nos dias 7 e 8, o evento foi organizado da seguinte maneira: todos os alunos foram divididos em sete grupos, cada grupo com uma dimensão, ou seja, um tema de discussão com indicadores e perguntas relacionadas. Os sete temas foram: 1º Ambiente Educativo e Valorização da Diversidade Juvenil; 2º Acesso, Permanência e Conclusão; 3º O Currículo e a Proposta Pedagógica; 4º Trajetórias de Vida, Estudo e Trabalho; 5º Profissionais da Educação; 6º Espaços, Materiais e Mobiliário; e 7º Participação e Gestão Democrática. No dia 11, não houve divisão em grupos: todos os membros da comunidade escolar discutiram todos os temas, e os indicadores foram classificados com as seguintes cores: verde, que indica um bom caminho; amarelo, que indica atenção; e vermelho, que indica ação imediata. O evento foi muito democrático, com o exercício de falar e ouvir, pois todos tiveram espaço para apresentar seus pontos de vista e defender suas classificações sobre os temas discutidos. Essa vivência me fez valorizar ainda mais a diversidade de vozes e a necessidade de diálogos abertos para transformar a realidade educacional.

Com a demanda de muitas pessoas interessadas em participar, foi necessário planejar e organizar a execução do evento. Analogamente, a educomunicação foca no planejamento de ações dentro de um ecossistema social, garantindo que os sujeitos envolvidos possam se expressar de forma igualitária. Assim, várias mediações são necessárias, especialmente as linguísticas, com espaço para fala e escuta, além das mediações tecnológicas, como as novas telas, a internet, a televisão e outros instrumentos. Em nossa produção não houve preocupações em priorizar o uso dessas tecnologias por serem tecnologias, mas por serem parte das mediações da cultura contemporânea apresentam para garantir formas de expressão. Utilizamos o aplicativo AudioLab para gravações e edições, a plataforma Canva para criação de capas, e, por fim, os episódios foram publicados no Spotify (<https://open.spotify.com/show/51BqHwklaql1m2bhkP0dmf>) e no site da Etec CEPAM (<https://podcast.gestaopublica.etc.br/>) para que todos tivessem acesso à produção

mediática do projeto. A circulação dos podcasts por meio de notícias e replicações em sites e redes sociais de outras instituições multiplicará o potencial educativo do produto, uma série de cinco episódios elaborada com a comunidade escolar durante um evento cultural focado na gestão participativa e na qualidade da educação, tornando-se uma importante vivência educ comunicativa no Ensino Médio, representada pela Etec CEPAM.

O podcast “**Qualidade É!**” apresenta as informações sobre o evento em cinco episódios. No primeiro episódio, buscamos saber quais eram as expectativas dos estudantes e professores após o anúncio de que a Etec receberia a Ação Educativa para aplicar os indicadores de qualidade. No segundo episódio, tivemos a honra de entrevistar a professora Cláudia Bandeira, que explica sobre o material **Indicadores de Qualidade no Ensino Médio**, produzido pela UNICEF com a Ação Educativa, utilizado como referência no evento. No terceiro episódio, são apresentadas diversas gravações com falas dos estudantes opinando e debatendo sobre os indicadores. O quarto episódio traz entrevistas com educadores e estudantes sobre suas impressões após o evento. Por fim, o quinto episódio faz uma cobertura jornalística do dia da plenária com a comunidade escolar, onde houve consenso sobre a construção dos indicadores. O podcast, assim, não apenas documentou o evento, mas também destacou a importância da participação coletiva na busca por uma educação de qualidade.

A parceria entre a Etec e a Ação Educativa neste evento promoveu o engajamento social na criação dos indicadores de qualidade na educação. Nesse contexto, a educomunicação se apresenta à comunidade escolar como uma utopia no seu sentido original, de que é possível chegar lá quando imaginamos ou sonhamos com uma sociedade mais equitativa para todos, com educação pública, gratuita e de qualidade, e com maior participação social para fortalecer as políticas públicas educacionais. Dessa forma, ao concretizarmos algumas utopias, permitimos avanços e continuamos a sonhar. A experiência foi um lembrete poderoso de que a busca por uma sociedade mais equitativa é um caminho contínuo, e que juntos podemos tornar esses sonhos uma realidade palpável.

É necessário quebrar o paradigma criado pela hegemonia social, pois, aquele que tem o acesso limitado a audiência, deve ser concedido a possibilidade de produção, essa não será a criação hegemônica, pois a hegemonia continuará ainda

por muitas décadas nas mãos do poder estabelecido, porém com o barateamento dos equipamentos, difusão do conhecimento sobre seus usos, torna-se possível encontrar formas, alternativas de usar a expressão e capacitar-se para dominar essas tecnologias. Assim, observamos que a educomunicação é um campo de pensamento e ações que se aproxima de um grande mundo hegemonicamente estabelecido com a proposta alternativa. Essa proposta não é exatamente um conjunto de pequenas metodologias, a educomunicação chega como um grande paradigma, enfrentando e colocando-se a frente a paradigmas estabelecidos que determinam como é que deve ser a educação, como deve ser a comunicação e como as pessoas se situam dentro desses dois universos. A educação, por exemplo fala de dois polos, o ensino e aprendizagem, a educação diz ensina aprendizagem, porém as pessoas possuem diferentes pontos de vista para construir o conhecimento. A educomunicação se aproxima da educação e colhe a expressão educativa “é possível que aprendizagem seja construída”, mas a construção valorizando o polo que anteriormente era da recepção, a aprendizagem, educomunicação diz: “todos somos aprendizes, porque todos temos o que socializar, vamos criar procedimentos que garantam que independentemente da idade, da formação acadêmica, da posição de cada sujeito, todos temos o que ensinar e aprender garantindo sobretudo que esse eixo transversal chamado comunicação esteja presente permanentemente a partir de um modelo que socialize as maneiras de entender o mundo e garanta que essas pessoas nesse universo se sinta autoras do seu próprio processo de aprender, ensinar e construir o mundo e vamos caminhando até chegar o ponto de estarmos garantindo no processo educativo e hegemonia para esse aprendiz que significa dizer que ele vai exercitar o seu processo em aprendizagem todas as possibilidades para que torne um líder no presente e no futuro, que possa conduzir a transformação da própria sociedade.

O processo de ensinar e aprender é essencial para os educadores, pois aprendemos que somos todos iguais, perante a natureza, a nós mesmo, no dever de construir uma sociedade nova. E conseguiremos uma sociedade igualitária se aprendermos a ter participação nos processos políticos para equidade. O grande conteúdo dos processos educacionais é sonhar com um mundo diferente e trabalhar para sua construção com entusiasmo, caracterizando essa prática comunicativa pelo sorriso, pela alegria e pelo compromisso com a transformação.

O paradigma da educomunicação é multidisciplinar, não tem origem num pensador específico, mas é fruto de uma práxis social que foi se efetivando no século 20, especialmente na luta dos sujeitos sociais pela emancipação política, psicológica, antropológica que os grupos humanos foram se envolvendo, e foi nessa luta que muitas pessoas acabaram identificando o papel central que a comunicação estava exercendo. A comunicação associando-se as demais atividades humanas e a perspectiva que alguns autores trouxeram de que a comunicação ou é dialogica ou não existe efetivamente. A educomunicação aproxima-se da utopia de igualdade, enquanto estamos trocando informações, e da interdisciplinaridade, construindo novas mentalidades e utopias.

Durante o evento, todos os atores da comunidade escolar foram ouvidos de maneira respeitosa na construção dos indicadores. A plenária com a comunidade escolar representou o clímax desse processo comunicativo, onde pais, estudantes, educadores, funcionários e representantes da Ação Educativa tiveram a oportunidade de ouvir e se expressar. Todos os dados de todos os dias do evento foram coletados e encaminhados para a administração da escola, que os analisará para possíveis alterações no atual projeto político-pedagógico e no desenvolvimento do próximo.

Portanto, o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar em debates, conversas e opiniões sobre diversos temas da educação foi um processo comunicativo essencial. Essa prática evidencia o exercício da cidadania na escola pública, fortalecendo as políticas que devem garantir uma educação de qualidade e gratuita para todos. A divulgação do podcast nos sites da Etec e Spotify, tem o objetivo de contribuir para a reflexão do público sobre a importância das ações sociais para melhorias das escolas.

Referências:

- MAZZEU, Fábio. **Tipos de podcast**. Feedgurus, 2024. Disponível em: <https://feedgurus.com/tipos-de-podcast/>. Acesso em: 27 ago. 2024
- MAGALHÃES, André Lourenti. **Aplicativos para criar podcasts no celular**. Canaltech, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/aplicativos-para-criar-podcasts-celular/>. Acesso em: 27 ago. 2024.



BONTEMPO, Renato. **Podcast descomplicado**. 2. ed. São Paulo: Bicho de Goiaba, 2020.

Educomunicação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Rondônia¹

Alinne Neylane Machado Pestana²
Evelyn Iris Leite Morales Conde³
João Victor de Andrade Nascimento⁴
Joshua Rodrigues Lacerda⁵

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo descrever o processo de produção de uma série audiovisual de nove episódios para divulgação de ações extensionistas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Rondônia (ITCP/Unir), desenvolvida por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC), integrantes do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC).

O conteúdo tem como ênfase a comunicação para a cidadania, com abordagem dos temas resíduos sólidos, agroecologia e povos indígenas, diretamente

¹ Trabalho apresentado no eixo 5 - Produção midiática para a educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Estudante de Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal de Rondônia e reside em Porto Velho – RO. É Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC/Unir/CNPq), onde desenvolve projetos voltados para Educomunicação. E-mail: alinneneylane@gmail.com.

³ Educadora, extensionista e pesquisadora vinculada ao curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Rondônia (Unir), coordenadora do Programa de Extensão Educomunicação Rondônia (PEducom/Unir) e do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC/Unir/CNPq), Porto Velho, Rondônia. Email: evelyn.morales@unir.br

⁴ Estudante de Artes Visuais na Universidade Federal de Rondônia e reside em Porto Velho – RO. Sua pesquisa explora a interseção entre arte e tecnologia, com ênfase na cyberart. Desde 2024, faz parte do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC/Unir/CNPq), onde desenvolve projetos voltados para educação e comunicação. E-mail: victorandnascimento@gmail.com

⁵ Estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Rondônia, atualmente mora em Porto Velho, capital de Rondônia, Desde 2024, faz parte do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC/Unir/CNPq), onde desenvolve projetos voltados para educação e comunicação. E-mail: joshuaacademico@gmail.com

relacionados aos Núcleo de atuação ITCP/Unir, ao qual o REC faz parte como grupo coordenador dos processos de comunicação popular.

A metodologia de elaboração da série abrange a educomunicação, com a participação de estudantes leigos em comunicação, atuando de forma colaborativa, co-participativa e coletiva no processo integral de produção das peças comunicacionais desenvolvidas à ITCP/Unir.

Nessa direção, a série elaborada compreende uma especial textura dialógica da comunicação, conforme expressa Martín-Barbero (2014), compreendendo-a como mediadora de um mundo comum, de encontros por meio da linguagem.

Compreende-se que a comunicação e educação são campos distintos, mas que se juntam para fortalecer um ecossistema comunicativo (Soares, 2011) que, em colaboração mútua, praticam a comunicação no sentido mais amplo, para além de restrições técnicas ou formais e das relações frias e duras de uma produção comunicacional sem sentido coletivo.

Apreende-se a relação dialógica proposta no processo de produção dessa série no sentido em que Freire (2006, p. 66) expressa quando fala do humano, da relação entre os homens e mulheres, entre os seres viventes, em que “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos”. Logo, os sujeitos se apresentam a partir de um processo genuíno de comunicação entre si, pois não estão sozinhos no mundo, ou pensam de forma isolada, são co-partícipes de uma relação mútua, com trocas de experiências uns com os outros, para além de um único ser pensante. E essa troca facilita a materialização de uma comunicação que vai ao encontro da cidadania, com a expressão de direitos dos sujeitos diretamente relacionados aos temas abordados: povos indígenas, catadoras/es de materiais recicláveis e produtoras/es agroecológicos.

Nessa direção, considera-se o que Peruzzo (2009, p. 34) analisa como uma cidadania histórica, que “avança em sua qualidade, uma vez que os direitos se aperfeiçoam ou são ampliados”, tendo, assim, a compreensão de que cidadania é parte desse movimento de aperfeiçoamento e ampliação, numa dinâmica não linear em constante modificação, que consideram o processo e não a produção comunicacional em si.

No que se refere aos direitos, cumpre destacar que na série apresentada, os direitos que são destacados condizem dialogam com o direito do trabalho digno e decente às/aos catadoras/es de materiais recicláveis de Porto Velho e a importância da coleta seletiva solidária pelas/os cidadãs/ãos; o direito ao processo de produção em transição agroecológica e a soberania e segurança alimentar; e o direito de deslocamentos e subsistência da comunidade indígena Paumari para Porto Velho, com a venda de seu artesanato na cidade, conforme as expressões nos vídeos produzidos na série Comunicação para a Cidadania.

Os direitos são compreendidos em uma lógica de movimento, em que a cidadania tenta se fazer presente na união de coletivos e sujeitos que desejam e lutam por demandas coletivas para dignidade humana. Uma cidadania dinâmica, não linear, uma cidadania como gramática revolucionária que, conforme Alves (2021, p. 44), “não cidadaneia, ou cidadania para, o, a, de. [...] É possível cidadanear com”.

Portanto, esse texto caminha na direção de um exercício descritivo sobre esse “cidadanear com”, com ação e reflexão sobre a materialização das peças comunicacionais sobre os temas acima mencionados, especialmente em seu processo e no sentido que fez e faz para suas/seus elaboradoras/es.

Relações e expressões nas produções audiovisuais Comunicação para a Cidadania

A série foi concebida como uma estratégia de comunicação dos temas centrais da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/Unir), com episódios curtos e diretos com objetivo de sensibilizar o público-alvo, seguidoras/es das redes sociais do grupo REC e da ITCP/Unir.

O primeiro trio de produções atendeu à demanda do Núcleo Resíduos Sólidos da ITCP/Unir, representado pelo projeto de extensão “Incubação da/com a Catanorte”. Foram elaboradas esquetes teatrais que abordaram a situação das/os catadoras/es de resíduos sólidos de uma cooperativa de recicláveis da Vila Princesa, bairro de Porto Velho, capital de Rondônia, que se formou nos arredores do lixão da cidade, há cerca de 30 anos.

Entre 4 e 18 de abril de 2024, foram publicados três vídeos no Instagram abordando questões de educação ambiental e gestão de resíduos em Porto Velho. O primeiro, “Por que não, Prefeitura?”, criticou a falta de ações educativas sobre o descarte adequado nos ecopontos da cidade. O segundo, “400 TONELADAS???”, questionou a discrepância entre a quantidade de resíduos enviada à cooperativa da Vila Princesa e os dados divulgados pela Prefeitura, gerando uma significativa reação nos comentários. O terceiro vídeo, “Educação ambiental para a população”, focou na educação ambiental, esclarecendo quais materiais são recicláveis. Todos os vídeos foram elaborados com objetivo de provocar reações do público e do poder público municipal sobre a necessidade de melhorias ao setor, o que acabou rendendo muitas interações nos comentários das postagens.

Os três seguintes episódios da série foram elaborados a fim de atender ao Núcleo Agroecologia da ITCP/Unir, que é representado pelo projeto de extensão Agroecologia e Economia Solidária: cestas agroecológicas do Movimento dos Atingidos por Barragens/RO. A partir de 3 de maio de 2024, os episódios adotaram um formato jornalístico informativo, com o títulos: “Bora falar de agroecologia” e “Adubação agroecológica”, que utilizaram depoimentos de participantes do projeto de extensão, para fornecer uma narrativa sobre práticas agroecológicas desenvolvidas pelas/os agricultoras/es familiares; e o terceiro episódio “Café da manhã camponês”, filmado na comunidade Rancho Alegre, no município de Candeias do Jamari, interior de Rondônia, que documentou o diálogo entre produtoras/es e consumidora/es das cestas agroecológicas. Os vídeos, exibidos em 3, 16 e 23 de maio, destacaram a importância do projeto e as interações entre as partes envolvidas.

O último trio de produções da série exigiu uma abordagem criativa e subjetiva, com foco na narrativa poética e visual. Contemplou a demanda do Núcleo Povos Indígenas da ITCP/Unir, especificamente do projeto de extensão “O povo Warao e a economia solidária”. Os vídeos abordaram a migração dos indígenas Paumari, de Lábrea, interior do Amazonas, para Porto Velho, em busca de emprego e formação universitária, destacando sua subsistência através da venda de artesanatos, apoiada pelo projeto de extensão da incubadora da Unir.

Utilizando vídeo-poético, a série explorou a origem, a adaptação urbana e o artesanato dos Paumari, com uma estética que combina vozes, desenhos e colagens

digitais. O texto foi elaborado em forma de poesia, como um grito na imensidão, destacando a vivência desse grupo étnico.

Para a produção foram selecionados textos para leitura em OFF e inserção de trechos de textos de pesquisadores que estudam sobre o modo de vida da comunidade Paumari. Estudou-se também intelectuais indígenas que expressam os direitos dos povos originários.

Todos os episódios foram compartilhados simultaneamente nas redes sociais do grupo REC e da ITCP/Unir no Instagram, nos perfis @rec.unir e @itcpunir.

Considerações finais

Depois de todas as produções, reflete-se que cada vídeo é um palco de discussão e reverbera narrativas de quem produz e de quem consome. Estamos cercados de pessoas e somos coletivos por natureza.

Entendemos que cada episódio dialoga com o direito à vida. Se somos o que consumimos e se é a partir das relações que nós formamos, é necessário repensar as políticas e os modos nos quais nos expomos. Isso é um processo, isso é parte da cidadania, do cidadanear (Alves, 2021, p. 31), que exalta a “comunicação cidadã e humana, que se movimenta e se sedimenta na cultura do bem-comum, no ‘cidadanear com luta’”.

Ao passear pela história do povo Paumari, banhamo-nos no rio da memória deles, acessando também a nossa. Onde estão nossas memórias? No que residem nossas culturas? Ao abordar a temática da agroecologia, refletimos sobre as práticas que costumamos realizar sem tanta crítica. O que consumimos é saudável? De onde vem? Fará bem ao meu organismo? E, para além de pensar no processo que o alimento percorre até chegar à nossa mesa, é necessário cuidar do manejo no descarte. Para onde vai a embalagem que acabei de usar? Para onde vai os resíduos que eu e todas as pessoas geram todos os dias?

Perguntas como essa são provocativas, pois nos ajudam a refletir sobre como cuidar de cada uma/um de nós e cuidar também da Casa Comum, que ultrapassa apenas os nossos corpos enquanto sujeitos individuais.

Ousamos responder a todas as perguntas acima, em certa medida, com: vamos repensar e viver de forma diferente, em sintonia com a terra. E é isso que os

nove episódios se dedicam a expressar, com constante construção de nosso ecossistema comunicativo, do perene remendar das teias coletivas e com nosso pulsante cidadanear.

Referências

ALVES, Luiz Roberto. Cidadanear: uma gramática revolucionária. In: SILVA, Denise Teresinha et al. (Orgs.). **Comunicação para cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. 1 ed. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. pp. 43-76.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GRUPO REC. Rádio, educação e cidadania [REC]. Perfil @rec.unir, **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/rec.unir/>

MATÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. Tradução: Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à Comunicação. In: Revista Fronteira: estudos midiáticos. **Revista Fronteiras** - Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

Educomunicação e a criatividade no PISA: reflexões sobre a escola¹

Marcela Cristiane Ribeiro Brito²

Entre os destaques do noticiário no mês de agosto de 2024 esteve o baixo rendimento dos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). A criatividade, ou melhor, a falta dela, deixou o Brasil na 49ª posição do ranking com 64 nações, sendo que mais de 54% dos adolescentes brasileiros de 15 anos não têm um pensamento criativo.

Com o título “Qual é a nota do Brasil nas questões de criatividade do Pisa? Quais países vão melhor?” (CEFARDO, 2024), a matéria traz o resumo dos resultados mundiais divulgados no dia 18 de agosto de 2024 pela responsável pelo exame, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mas o que a educomunicação tem a ver com a criatividade dos estudantes brasileiros? Comunicar faz parte da vida de cada pessoa, de uma forma ou de outra a comunicação nos permite apresentar nosso ponto de vista, debater, questionar, concordar ou discordar. O ato de comunicar nos possibilita trocas e, quando aliadas com o ato de educar, no ambiente escolar, uma interface se apresenta e esse esforço multidisciplinar é chamado de educomunicação (SOARES, 2011, p. 17).

A palavra educomunicação foi inserida no dicionário brasileiro em 2021, na 6.^a edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. A descrição é:

Definição:

1. Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação),

¹ Trabalho apresentado no eixo 5 - Produção midiática para a educação no X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea. Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo, Educomunicação e Cidadania (Educom.JOR). Coordenadora do Núcleo Mato Grosso da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). E-mail: marcelacrbrito@gmail.com.

mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.

2. Formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos. (ACADEMIA BRASILEIRA, 2021).

Imagine poder aliar as práticas educacionais ao ambiente formativo escolar, por exemplo. Possibilitar aos estudantes exercitar a autonomia e o protagonismo nos projetos, nas ações que somam a participação de cada aprendiz com ideias compartilhadas e planejadas conjuntamente.

Nessa perspectiva de ensinar e aprender, as manifestações culturais ganham espaço e possibilitam interações no ambiente escolar. Este artigo traz a reflexão das práticas educacionais contribuintes para a formação de estudantes criativos, críticos e participantes ativos em espaços colaborativos de integração social.

Ao afirmar que a comunicação tornou-se mediações mais do que meios, e a cultura uma questão de reconhecimento, Martín-Barbero (2015) destaca a importância da diversidade cultural e o papel que cada ator social tem em manifestar sua cultura diversificada, latino-americana. E entre os diversos espaços, está a escola que possibilita à juventude a chance de compartilhar suas histórias, mostrar seu ponto de vista e vivenciar sua identidade cultural.

Dentre os atores comunicativos mobilizadores, estão os professores. Orozco Gómez (2011, p. 245), observa que o papel do professor deve ser o de “provocador de experiências e de aprendizagem” e a pedagogia centrada no educador não cabe neste contexto de múltiplas experiências e saberes, seja do educador, seja dos educandos.

Assim sendo, todos os saberes são importantes e possibilitam aprendizagem entre os que participam. Proporcionar este ambiente de trocas na atualidade permitirá que as interações sociais sejam estabelecidas e as práticas coletivas valorizadas, em uma realidade onde os jovens vivem nas disputas de atenção entre as telas e as redes sociais.

As reflexões apresentadas neste texto resultam da prática em sala de aula e das ações pesquisadoras do mestrado em Ensino, cujo tema foi a educação.

As vivências nestas duas frentes possibilitaram reforçar a defesa das ações que aliam a educação e a comunicação nas salas de aula e fora delas. Estas iniciativas propõem criar ambientes comunicativos no espaço escolar e mobilizar a juventude a fazer parte deste universo que Soares (2011) chama de “ecossistemas comunicativos”.

Estes espaços acolhem a multiplicidade de ideias, mobilizam a produção de conteúdos críticos e reflexivos, partilha experiências e não se resume ao uso das tecnologias, sendo estas também trabalhadas neste ambiente.

Este mesmo autor observa que as práticas educacionais superam a educação para as mídias, para a leitura dos discursos midiáticos e proporcionam “um caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e juventude” (2011, p.15).

Este ecossistema comunicativo é meta a ser construída, conforme afirma Soares (2011, p. 47) ao citar as áreas de intervenção para a inserção no universo da educação. Estas áreas possibilitam que os atores sociais possam refletir suas práticas no âmbito da educação.

Ao aliar educação, comunicação e protagonismo no contexto da educação formal, esta união remete ao diálogo, a partilha de conhecimentos, próprios da condição de homens e mulheres neste mundo. É neste campo reflexivo que a problematização de Paulo Freire se destaca.

Freire (1999) defende que a educação possibilita às pessoas a discussão da sua realidade e de um debate sobre o jogo dos poderes para a manutenção das elites. O ato de ensinar vai além do aprender a ler e a escrever, possibilita a leitura da realidade que cada educando vive e o poder de escritura das próprias narrativas. Esta teoria se destaca pelo papel atuante do ser social que, através da comunicação, tem seu poder de transformação, o que vem ao encontro das práticas educacionais.

A ação de questionar a realidade e refazer a história também são reflexos das práticas de Mário Kaplún. Para ele, o ato de comunicar a realidade não se resume a descrever o cenário, e pormenorizar os fatos, mas sim realizar uma releitura do que está acontecendo, refletir de que forma esta realidade resulta em consequências para a vida de cada ser social.

O processo comunicativo não é unilateral e acolhe as diversidades de discursos. Kaplún (1999, p.73) em conformidade com as ideias de Paulo Freire, observa que a comunicação perpassa o diálogo e a socialização do ponto de vista daqueles que buscam se comunicar. “Pensamos com palavras; mas a aquisição das palavras é um fato cultural, isto é, um produto do diálogo no espaço social”.

Falar em comunicação e a participação de cada um neste processo permite reconhecer que somos seres comunicantes, não meros receptores de mensagens prontas que devem ser reproduzidas. Quando se assiste a um jornal ou se acompanha uma notícia pelo rádio do carro enquanto se enfrenta o trânsito, a pessoa não apenas recebe a notícia, mas pode e deve interpretá-la.

A comunicação se dá num processo coletivo onde cada pessoa tem seu papel de produzir mensagens e compartilhá-las com base em suas experiências, bagagem cultural e contextualização da realidade sob sua própria óptica. A comunicação deve ser entendida como um direito e não como um privilégio. A esse respeito:

A comunicação, na sociedade de classes, assumiu a feição de privilégio daqueles que, atuando como depositários do saber coletivo, das experiências acumuladas, do simbolismo agregador da vida social, tornaram-se trabalhadores cerebrais, converteram-se em intelectuais.

Originalmente um direito de todos, a comunicação tornou-se um privilégio de poucos. [...] (MELO, 1985, p. 12).

A educomunicação possibilita aos participantes adotar postura crítica frente à realidade informativa, nos diferencia de meros receptores, de estatística de audiências, de números de visualizações na internet.

Orozco Gómez (2014, p. 33), observa que devemos adotar uma postura ativa nesta realidade, mas que não é simples nem fácil na atualidade que vivemos. “Os novos participantes na comunicação têm de aprender a ser comunicadores. E isso é um desafio complexo, político, cultural e socioeconômico, mas que começa com a comunicação e a educação”.

Esta postura protagônica de aliar a educação e a comunicação é citada por Citelli e Costa (2011, p. 8) que afirmam “[...] a educação deixa de ser algo tão somente

mediático, com função instrumental, e passa a integrar as dinâmicas formativas, como tudo que possa ser carregado para o termo [...]”.

Atuar com base na educomunicação é não permitir que a comunicação seja exclusivista, excludente e elitista. É atuar para que seja democraticamente vivenciada, que cada pessoa possa se expressar, contar a sua versão dos fatos e atuar criticamente.

Em meio aos desafios dentro das escolas, a valorização das expressões culturais, das produções de conteúdo sobre a realidade são caminhos fecundos para que a juventude mostre suas perspectivas quanto ao futuro e explorem a criatividade.

A educação não se resume às cartilhas, livros didáticos e reprodução de conteúdo. Esta transformação do mundo pode ser efetivada por meio de ações nos ambientes educacionais. As práticas permitem a transformação social, a mobilização dos grupos e o debate da realidade com crianças, jovens e adultos inseridos no universo da aprendizagem comunicativa.

Defender uma educação libertadora e crítica é romper com os paradigmas de uma educação tradicional, uma vez que empodera os atores sociais a amplificar suas vozes, suas narrativas. Neste ambiente educacional, ou seja, colaborativo, crítico, protagonico, tem espaço para a criatividade dos nossos estudantes de todo país.

A educomunicação vai salvar o país do baixo desempenho em exames como o PISA? Certamente não fará milagres, mas se apresenta como um dos caminhos possíveis para a formação de ambientes formativos que estimulem a criatividade e acolham a multiplicidade cultural do país.

Referências

Academia Brasileira de Letras disponibiliza a 6.^a edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. **Academia Brasileira**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/noticias/academia-brasileira-de-letras-disponibiliza-6a-edicao-do-vocabulario-ortografico-da-lingua>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CAFARDO, Renato. Qual é a nota do Brasil nas questões de criatividade do Pisa? Quais países vão melhor? **Terra**, 18 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/qual-e-a-nota-do-brasil-nas-questoes-de-criatividade-do-pisa-quais-paises-vao-melhor,f62d9114f0ab03078ea36ca21c5b5c651r5lfrme.html#>. Acesso em: 26 ago 2024.

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. (Org). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 14, p. 68-75, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2015.

OROZCO GOMES, Guillermo. **Uma pedagogia para os meios de comunicação**. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. (Org). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação).

OROZCO GOMES, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Tradução Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção Educomunicação).

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação).

Ana Mae Barbosa no Roda Viva/1998¹: Reflexões sobre a Arte/Educação pós-modernista²

Marcela Cristiane Ribeiro Brito³

O ensino da Arte no Brasil passou por uma transformação profunda com a transição do paradigma modernista para o pós-modernista, e o programa *Roda Viva*, transmitido em 1998, simboliza essa mudança ao incorporar fatores sociais e culturais ao processo educacional. Com a presença de Ana Mae Barbosa e outros especialistas, o programa destacou a relevância do audiovisual no ensino da Arte, além de evidenciar o impacto dessas produções como marcos temporais que fazem parte da qualificação dos professores, permitindo-lhes uma reflexão sobre o papel da mídia na formação de educadores e estudantes. Esse aspecto não apenas marca a relevância das práticas pedagógicas, mas também caracteriza o episódio como um fenômeno educomunicativo, em que a integração entre comunicação e educação oferece novas abordagens formativas.

A partir de 1996, o campo da Arte/Educação pós-modernista consolidou-se no Brasil, influenciado por inovações tecnológicas e por uma abordagem culturalista, que ampliou o uso das mídias no ensino, integrando-as aos contextos sociais e culturais dos professores e estudantes. O episódio do *Roda Viva* exemplifica e propõe pensar essa transformação ao abordar a mediação docente frente ao excesso de informações que se propagam de forma cada vez mais acelerada, levantando a

¹ Trabalho apresentado no eixo 5: Produção midiática para a educação, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pela Universidade Anhembi Morumbi.

³ Isac dos Santos Pereira, também conhecido artisticamente como Isac Chateaufort, é doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e em Comunicação Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM), onde também obteve seu título de mestre com uma pesquisa sobre a animação *Naruto* na sala de aula. Pesquisador do GPARTEDU: Grupo de Pesquisa Arte na Educação, Formação de Professores e Currículo Escolar, coordenado pela professora doutora Rosa Iavelberg (FEUSP). Especialista em Arte/Educação: Teoria e Prática pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP) e em Neurociências Aplicada à Educação pela UAM. Licenciado em Artes Visuais pela Faculdade Paulista de Artes (FPA). Atualmente, é professor de Arte no Ensino Fundamental I e II na EMEF Paulo Setúbal, pela rede municipal de São Paulo. E-mail: isacsantos02@hotmail.com

questão de como lidar com essa sobrecarga informacional em um ambiente educacional que exige respostas rápidas e críticas, algo central na educomunicação. Nesse sentido, as mídias audiovisuais, enquanto veículos de comunicação, se tornam ferramentas essenciais na formação crítica, como propõem autores como Baccega (2011), ao defenderem a leitura crítica dos meios como parte fundamental da educação contemporânea.

Nesse novo contexto, a prática pedagógica passa a ser interligada, com a Arte e a Educação dialogando diretamente com a comunicação, ainda que alguns críticos resistam a reconhecer "a complexidade da construção do espaço comunicação/educação como um novo espaço teórico capaz de fundamentar práticas formativas de sujeitos conscientes" (BACCEGA, 2011, p. 33). A comunicação e a Arte, dessa forma, tornam-se ferramentas essenciais para a formação de cidadãos críticos, capazes de interpretar e ressignificar as múltiplas representações que circulam nos meios midiáticos. Esse vínculo educomunicativo reforça o potencial das mídias no desenvolvimento de práticas educativas, conforme destacado por autores como Soares (2014), ao sugerir que o uso consciente da mídia na educação contribui para a construção de sujeitos críticos e criativos, tanto dos educadores quanto dos estudantes desses educadores.

Ana Mae Barbosa destacou a necessidade urgente de se renovar a formação dos arte/educadores, especialmente no contexto das escolas públicas, defendendo uma formação crítica que prepare os professores para interpretar e ensinar a leitura crítica das produções audiovisuais, de forma que possam orientar seus estudantes a lidar de maneira consciente e reflexiva com essas produções. Tal abordagem está em total sintonia com os princípios educomunicativos, que reconhecem o audiovisual como uma ferramenta capaz de promover um aprendizado que vai além da técnica, englobando uma formação cidadã e crítica.

Outro ponto relevante abordado no programa foi o preconceito que a Arte ainda enfrenta, sendo muitas vezes relegada a espaços marginalizados, como asilos e prisões. Silvio Dworecki comentou: "a Arte é muito bem vista nos asilos, prisões e maternais; ela é dada com carinho às pessoas que estão totalmente fora do conjunto econômico da atualidade". Com isso, ele reforça que essa visão limitada precisa ser superada para que a Arte possa ser integrada de forma mais ampla e acessível em outros espaços sociais. Aqui, a educomunicação também se faz presente, ao

destacar a importância de superar preconceitos e ampliar o acesso à comunicação e à Arte em diferentes contextos sociais, uma vez que ambas as práticas, juntas, promovem a inclusão e a democratização da educação.

Paulo Markun, apresentador do programa, enfatizou o papel da televisão como um meio eficaz de difusão do conhecimento, destacando seu potencial para atrair grandes públicos e validar a Arte como uma área essencial. Baccega (2011) complementa essa visão ao afirmar que "comunicação/educação inclui, mas não se resume a educação para os meios, leitura crítica dos meios, uso da tecnologia em sala de aula", ressaltando ainda que esses elementos estão intrinsecamente ligados à formação cidadã, um aspecto que se torna cada vez mais fundamental no contexto da Arte/Educação. Aqui, a noção de educomunicação fica evidente, ao mostrar que os meios de comunicação, como a TV, desempenham um papel crucial na difusão do conhecimento artístico e educacional.

Além de explorar essas questões, o episódio do *Roda Viva* também oferece uma análise importante sobre o legado de Ana Mae Barbosa na consolidação da Arte/Educação no Brasil, conforme a própria autora enfatiza em sua pesquisa de 2015. Para ela:

O conceito de Arte se ampliou, se contorceu e se viu interligado à cultura. Ensinar Arte não era mais só fazer Atividades Artísticas, mas falar sobre Arte, ver Arte, valorizar a imagem como campo de conhecimento, acolher todas as mídias, considerar as diferenças e os contextos (BARBOSA, 2015, p. 21).

Com isso, fica claro que a abordagem pós-modernista ampliou significativamente os horizontes da prática pedagógica. O programa reuniu especialistas como Ruth Rocha, Silvio Dworecki e Vera Bastazim, que discutiram o papel central da Arte na educação, com Barbosa reforçando que a formação continuada e crítica dos arte/educadores é o caminho mais eficaz para que eles possam ajudar seus estudantes a decodificar e criticar as produções midiáticas que circulam em seu cotidiano, estimulando assim uma compreensão mais aprofundada e reflexiva dessas representações.

A interação entre Arte/Educação e comunicação oferece, portanto, um campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulam tanto o

pensamento crítico, contextual, cultural, estético quanto a criatividade, preparando os estudantes para uma sociedade amplamente mediada por imagens e tecnologias. O *Roda Viva* de 1998 exemplifica como o ensino da Arte evoluiu ao incorporar as mídias audiovisuais e valorizar uma formação docente que integra teoria e prática de maneira indissociável, o que amplia as possibilidades de expressão artística e reforça a importância de uma educação voltada para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

A intersecção dessas "agências de socialização" (mídias), descritas por Baccega (2011) como contextos que promovem relações entre indivíduos, torna-se evidente nas interações entre os especialistas presentes no programa e os educadores em formação. Logo, elas fornecem um campo fértil para análises críticas da realidade, onde "inter-relação dos conhecimentos que se originam nas várias agências, as convergências e divergências entre elas" (BACCEGA, 2011, p. 33) permitem a ressignificação dos saberes, contribuindo para uma compreensão mais ampla do papel da Arte na educação contemporânea.

Esse episódio consolidou-se como um marco na transição do ensino da Arte no Brasil, ilustrando como o paradigma pós-modernista incorporou aspectos culturais, sociais e tecnológicos ao processo educativo. Ana Mae Barbosa, uma das principais defensoras dessa formação crítica e contínua para arte/educadores, destacou a importância da leitura crítica das produções artísticas no contexto educativo, que agora, incluem-se também as audiovisuais, promovendo, assim, um debate que ressoa até os dias atuais.

REFERÊNCIAS:

- BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica**. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011
- BARBOSA, Ana Mae. **Redesenhando o desenho**: educadores, política e história. São Paulo: Cortez, 2015.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011

SOARES, Ismar de Oliveira. **Caminhos da educomunicação**: utopias, confrontações, reconhecimentos. In: APARICI, Roberto. Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014

Educomunicação possível; comunicação e expressão dos estudantes por meio do stop motion¹

Marta Russo Friedericks²

Claudemir Edson Viana³

Apresentação.

No início deste século, sob a proposta de democratização e garantia de permanência dos estudantes no ensino médio, algumas políticas públicas propostas e colocadas em prática, como a da integração dos currículos, visavam consolidar um projeto de formação humana integral.

Em julho de 2004, o decreto 5.154 propõe para formação integrada a união entre o ensino propedêutico e o profissionalizante. Parte-se, então, da concepção de que o currículo será o meio orientador das práticas pedagógicas e da formação humana. A organização do currículo irá orientar o processo de ensino aprendizagem, envolvendo os conteúdos a serem estudados, como serão abordados e estabelecendo as metodologias e estratégias de aprendizagem, orientações e trajetórias de formação.

Em 2017, o Brasil enfrentava um período de instabilidade econômica e política, período que marca o pós-golpe. Respalado por um governo antidemocrático, implementou-se a partir da conversão da medida provisória 746/2016 na Lei 13.415/2017 o “novo ensino médio”, que sem que fosse feita uma ampla consulta pública e marcado por um ideal neoliberal, trouxe um grande retrocesso com a

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 5 Produção midiática para a educação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação -PPGCOM -ECA/USP. Formadora de professores em stop motion na Secretaria Municipal de Educação – EDUCOM/SP. Oficineira de stop motion no Programa Pontos MIS (Museu da Imagem e do Som). Associada da ABPEDUCOM e colaboradora do NCE (Núcleo de Comunicação e Educação) ECA/USP – residente em São Paulo /capital. E-mail: martarussofriedericks@usp.br

³ Docente da Licenciatura em Educomunicação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA- USP. Presidente da Comissão de Graduação da ECA/USP
Coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação NCE/USP
Secretário Executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação - ABPEducom. E-mail: profclaudemirviana@usp.br

mudança de conceitos e estrutura do ensino médio e com a diminuição de investimentos.

Vivenciamos retrocessos significativos na agenda e nas políticas públicas, especialmente as educacionais envolvendo as temáticas do financiamento, avaliação, gestão, currículo e formação de professores. De modo geral, observa-se uma contra reforma, bastante conservadora e privatista, no campo da educação, por meio de amplo processo de (des) regulação que favorece a expansão privada mercantil. (Aguiar e Dourado, 2018, p.12).

O novo ensino médio gerou muitas discussões e críticas, pois acabou por agravar as desigualdades e gerar uma grande insatisfação dos estudantes e professores, visto que as escolas públicas não têm estrutura e nem investimentos para se implantar a reforma que foi imposta.

É dentro deste contexto que realizamos a pesquisa participante em quatro escolas públicas do ensino médio de São Paulo, geridas pela Diretoria de Regional de Educação Centro-Oeste, para compreender como as relações comunicacionais estão ocorrendo dentro da escola, como os estudantes estão conseguindo se expressar e comunicar, visto que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) vigente reconheça a comunicação como um direito de aprendizagem.

Sendo o nosso paradigma norteador da pesquisa a Educomunicação, propomos que, através do “Projeto Audiovisual na escola” realizado em parceria com a Escola de Sociologia e Política- FESPSP, fosse oferecido a estudantes de ensino médio oficinas de animação stop motion. Entendendo que a produção audiovisual feita por jovens colabora para produzir afirmações sobre si mesmos na sociedade, sobre estilos de vida e modos de ser jovens, possibilitando aos estudantes exercerem seu protagonismo de modo democrático, autônomo, promovendo a participação e afirmação da cidadania.

Em análise feita por Soares sobre o documento aberto à consulta pública em 2015, que viria a ser a BNCC atual, conclui que existe uma intenção em promover um “contato sistemático dos estudantes com o universo das comunicações”. Já que foram incluídas metas pedagógicas como:

Favorecer a gestão dos relacionamentos interpessoais no espaço escolar, favorecer o êxito das práticas de ensino/aprendizagem pelo uso das TICs;

promover a produção de mensagens com o uso de tais recursos midiáticos; estimular a análise crítica da produção cultural (em relação ao consumo, por exemplo); privilegiar as manifestações artísticas, como formas de expressão da subjetividade (Soares, 2016 p.17)

Mas, infelizmente, não se estipulou a inclusão de espaço no currículo para que professores e estudantes tenham tempo para acessar a formação específica necessária. E não apresenta suporte teórico e metodológico para orientar os educadores em suas práticas pedagógicas, no qual seria necessário prever a formação continuada dos educadores.

Ao realizar as oficinas nas escolas de ensino médio, deparamos-nos em conversas informais com estudantes sobre a dificuldade de serem ouvidos pelos professores e diretores. Muitas vezes presenciamos professores autoritários mandando os estudantes “calarem a boca” e sendo repreendidos por emitir algum tipo de opinião.

Observamos que a estrutura física das escolas públicas na sua maioria não recebe manutenção adequada (vidros quebrados, paredes rabiscadas, carteiras quebradas, banheiros sem papel etc.), além de parecerem com sistemas prisionais, com grades de ferro espalhadas por todos os espaços internos, cerceando a circulação dos estudantes e transmitindo uma sensação de controle.

Para Carrano (1999), as escolas constituídas como “celas de aula” promovem vigilância e fechamento como alternativa ao cenário de violência das cidades, mas se revela como uma violência escolar, segundo o autor “Não parece contraditório que tentemos educar para a liberdade num ambiente de aprisionamento?” (Carrano, 2005, p.156).

Freire, (1996), também denunciava o desrespeito às condições materiais das escolas, que para ele impactava negativamente no aprendizado, pois há uma “pedagogicidade indiscutível da materialidade do espaço”. Como cobrar respeito pelo espaço público se não são respeitados? (Freire, 1996, p.50).

Entendemos que a escola deve ser um espaço agradável, democrático, que vise à formação de indivíduos que sejam plenamente capazes de participar da sociedade e que tenham espaços de liberdade, de diálogo e de participação.

A escola pública pouco conhece sobre seus estudantes, na perspectiva do protagonismo juvenil, é necessário escutá-los, considerar suas opiniões, enxergá-los além da condição de aluno, mas como alguém que interpreta o mundo, que ama, que sofre, diverte-se, tem medos, projetos e sonhos.

Nessa conjuntura a educomunicação se apresenta como necessária para superar esses desafios.

Referimos-nos, aqui, desde condições estruturais desfavoráveis ao diálogo e a comunicação em geral – algo que Kaplún chamaria de “incomunicação” – até em contextos de violência simbólica e agressões concretas. (Consani, 2024, p.49).

Nossa intervenção, através de produção midiática para a educação, por meio das oficinas de stop motion, revelou o que Viana definiu como Educomunicação possível.

que acontecem na fresta, na brecha do sistema em crise, que resulta do atrito entre velhas práticas e estruturas organizacionais, e as novas realidades cotidianas e seus desdobramentos, como é o que vem ocorrendo nos campos da comunicação e da educação existentes, e que desafiam todos a lidarem com o novo a partir da herança cultural que temos e no contexto social em que vivemos, manifestados em hábitos, concepções e valores. (2017, p.926).

A Educomunicação, por seu caráter relacional, tem seu olhar voltado para as relações dos estudantes com os professores, com a escola, com seus colegas e consigo mesmos. Assim, nossa atividade com o *stop motion* buscou sempre proporcionar espaços de fala e de “escutas” em todos os momentos de produção dos filmes de animação realizados nas oficinas.

Nosso objetivo em realizar oficinas de *stop motion*, além de habilitar os estudantes para o uso da linguagem audiovisual, pretende criar "ecossistemas comunicativos" que, conforme Soares, "trata-se de um ideal de relações, construídos coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e suas tecnologias" (Soares, 2011, p.44).

A proposta de produzir um filme de animação *stop motion* possibilitou, segundo os estudantes, uma experiência criativa, estimulante e que trouxe novos saberes.

Embora nossa proposta de utilizar o *stop motion* na escola não seja para formar futuros animadores, cremos que através dessa técnica de animação podemos desenvolver nos estudantes competências necessárias para que possam lidar com as exigências do mundo moderno. Competências de comunicação, expressão, criatividade, resolução de problemas, planejamento, pensamento crítico, trabalho em equipe (lembremo-nos das propostas de Dewey e das contribuições metodológicas de Freinet), senso estético, argumentação, cultura digital, empatia e protagonismo.

Quando solicitados para se dividirem em pequenos grupos para produzirem suas animações, os estudantes são desafiados a expor suas ideias, sentimentos e opiniões. É um momento em que ocorre um grande fluxo de comunicação e interações entre eles. Sempre com temática livre, os estudantes são encorajados a falarem sobre assuntos que tenham alguma significação para eles. Temas como bullying, racismo, suicídio ou desmotivação têm sido recorrente nas animações.

Outro ponto importante quando propomos trabalhar com o *stop motion* está na possibilidade de incentivar os estudantes a acessarem as várias linguagens: a oral, a escrita, a visual e a sonora. Além de ser uma forma de expressão, permite que os jovens como produtores reflitam sobre si mesmos, sobre a sociedade e modos de ser.

Considerações Finais

Embora a BNCC contemple a comunicação como um direito de aprendizagem, ainda serão necessários investimentos e formação continuada dos professores para lidarem com as novas linguagens que fazem parte hoje do cotidiano dos estudantes.

A prática educacional incentivando a produção midiática por meio do *stop motion* se apresentou como proposta como forma de ampliar a comunicação e expressão dos estudantes

A criação e o desenvolvimento de “ecossistemas comunicativos” permitiu que fossem abertos espaços para a expressão e comunicação, trazendo resultados positivos para a ampliação das vozes e escuta dos estudantes de ensino médio.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcia,Angela & DOURADO, Luiz Fernandes.(Org). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva**. Recife.2018. Disponível

CARRANO, P. **A participação social e política de jovens no Brasil**: considerações sobre estudos recentes In. Revista o social em questão, XV(27) 2005. http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf

CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer**. São Paulo:Contexto, 2024

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOARES, I. O. **A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o ensino básico**. *Comunicação & Educação*, v.21,n.1, 13-25,2016. Disponível em:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125>

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo, Paulínia, 2011.

VIANA, Claudemir E. **A educomunicação possível: práticas e teorias da educomunicação, revisitadas por meio de sua práxis**. In SOARES,I de O.:VIANA, C.E; XAVIER, J.B. Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, 2017.

Educomunicação no Ensino Básico: Promoção da Saúde Alimentar e o Combate à Fome¹

Leonardo Araujo Cardeal da Costa²

Claudemir Edson Viana³

O projeto "Educomunicação no Ensino Básico para Tratar Sobre Promoção da Saúde Alimentar e o Combate à Fome" dispõe de dois bolsistas do Programa Unificado de Bolsas de Estudo PUB-USP 2023/2024, e está vinculado ao projeto CNPq INCT - Combate à Fome: Estratégias e Políticas Públicas para a Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. O projeto tem como objetivo promover vivências educacionais em escolas do ensino fundamental, permitindo que temas como a saúde e a educação alimentar sejam entendidos em sua complexidade por docentes e estudantes.

As crises climáticas, insegurança alimentar e fome são questões interligadas que impactam a sociedade brasileira e também global. A comunicação desempenha um papel crucial na promoção do diálogo entre diferentes atores sociais, possibilitando a democratização do conhecimento e influenciando a criação de políticas públicas e hábitos de consumo. Este projeto visa abordar esses desafios por meio da educação, que oferece a oportunidade de popularizar a ciência e criar soluções sustentáveis, considerando o conhecimento tradicional e ancestral das comunidades de modo articulado aos conhecimentos científico e tecnológico.

Durante o primeiro período da bolsa PUB, foram adotadas abordagens colaborativas entre o coordenador do projeto, Prof. Dr. Claudemir Edson Viana, da Licenciatura em Educação (ECA/USP) e os dois bolsistas atendendo duas

¹ Esse trabalho está apresentado no eixo 5 do X Encontro Brasileiro de Educação.

² Estudante de licenciatura em Educação (ECA/USP) e bolsista Leonardo Araujo Cardeal da Costa (NºUSP 6475168) no projeto intitulado "Educomunicação no ensino básico para tratar sobre promoção da saúde alimentar e o combate à fome", parte do Programa Unificado de Bolsas de Estudo PUB-USP 2023/2024.

³ Professor Doutor do curso de Licenciatura em Educação e da Pós Graduação em Ciências da Comunicação (ECA/USP), e orientador do projeto: "Educomunicação no ensino básico para tratar sobre promoção da saúde alimentar e combate à fome".

frentes do projeto: Uma delas foi a colaboração direta na equipe responsável pela criação e manutenção do site do Projeto maior ao qual este está vinculado, o INCT Combate à fome. Outra frente de atuação do projeto que aqui será apresentado foi protagonizada pelo bolsista Leonardo Araujo Cardeal da Costa, estudante do mesmo curso. O trabalho envolveu a criação de um plano de ação, o registro de informações relevantes sobre educomunicação e temas relacionados à saúde alimentar, além de reuniões regulares para facilitar a comunicação e a incorporação de recursos digitais para registro e gestão do projeto.

Na EMEF Professor Josué de Castro, em São Paulo, foram realizadas atividades promovendo práticas educacionais através do projeto Imprensa Jovem, explorando temas como alimentação saudável e combate à fome. As atividades envolveram a promoção de oficinas de alimentação saudável em parceria com a Cátedra Professor Josué de Castro e o curso de pós-graduação em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP.

O projeto Imprensa Jovem nas escolas públicas possui a capacidade de refletir sobre o papel dos meios de comunicação, trazendo uma contribuição da escola, por meio de atividades educacionais, de pensar e agir na sociedade, como por exemplo, na promoção de alimentação saudável e combate à fome. Nas palavras de Baccega (2004):

O encontro comunicação/educação leva a nova metassignificação, ressemantizando os sentidos, exigindo, cada vez mais, a capacidade de pensar criticamente a realidade, de conseguir selecionar informação (disponível em número cada vez maior graças à tecnologia) e de inter-relacionar conhecimentos.

Nesse sentido, o Imprensa Jovem é uma prática que potencializa a construção e a relação de novos conhecimentos, entre o aprender na escola e o aprender para além da escola, inserindo o educando como protagonista da aprendizagem. O projeto Imprensa Jovem da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, idealizado pelo professor Ismar de Oliveira Soares junto com o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/ECA/USP) no início dos anos 2000, primeiramente como educom.radio (Programa Educomunicação Pelas Ondas do Rádio, de 2004) e, posteriormente, Imprensa Jovem em centenas de escolas públicas municipais que a partir de então

começaram a fomentar ações educacionais para trazer o protagonismo do jovem, proporcionando maior interesse do jovem pelo saber e pela escola, ressignificando o sentido da aprendizagem. A portaria número 7. 991 de 13 de dezembro de 2016 da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que implementa o programa Imprensa Jovem nas escolas da rede municipal, em seus artigos primeiro e segundo apontam justamente a práxis proposta pelo professor Ismar de Oliveira Soares o NCE/USP, Núcleo de Comunicação e Educação.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Imprensa Jovem nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de desenvolver ações que promovam o protagonismo infantil e juvenil, o direito à comunicação e à liberdade de expressão por meio, inclusive, da apropriação de recursos midiáticos de aprendizagem.

Art. 2º - O Programa ora instituído fundamentar-se-á nos princípios da Educomunicação. I - Para fins do disposto nesta Portaria, entender-se-á a expressão Educomunicação como o conjunto de ações destinadas a criar e a desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais e não-formais, mediados pelas linguagens e processos da comunicação e/ou das artes, bem como pelas tecnologias da informação e comunicação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício da liberdade de expressão (PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME, 2016).

O Imprensa Jovem Josué, como é chamado na escola, existe nesta unidade escolar desde 2018, e nos últimos anos vem realizando parcerias com instituições para refletir sobre a alimentação saudável e o combate à fome, lutas sociais presentes na trajetória de Josué de Castro, intelectual brasileiro e patrono da escola.

Assim, foram realizadas atividades com os estudantes do Imprensa Jovem abordando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua relação à alimentação saudável e ao combate à, enfatizando a história e o legado do patrono da escola, o professor Josué de Castro, como pode ser observado nas figuras 01 e 02.



Figuras 01 e 02: estudantes do Imprensa Jovem da Emef Professor Josué de Castro com cartazes sobre as ODS e combate à fome. Foto de: Leonardo Araujo Cardeal da Costa. Novembro de 2023.

Por fim, o Imprensa Jovem junto com a coordenação escolar conseguiu promover oficinas de alimentação saudável, em parceria com a Cátedra Professor Josué de Castro e o curso de pós-graduação em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, como mostra as figuras 03 e 04.



Figuras 03 e 04: alunos dos primeiros anos da Emef Professor Josué de Castro participando de oficina sobre alimentação saudável promovida pelas pesquisadoras em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. Foto de: Leonardo Araujo Cardeal da Costa. Dezembro de 2023.

O Imprensa Jovem é capaz de reunir os saberes, de contextualizar os problemas e atuar de forma participativa dentro de uma perspectiva planetária como são as questões da alimentação saudável e do combate à fome, temas que são locais e ao mesmo tempo globais.

Com a oportunidade de ampliar e fortalecer as práticas educacionais do projeto Imprensa Jovem na EMEF Josué de Castro com as diretrizes do projeto com bolsa PUB/USP "Educomunicação no Ensino Básico para Tratar Sobre Promoção da Saúde Alimentar e o Combate à Fome", permitiu-se um diálogo mais ampliado sobre temas relacionados à alimentação saudável e o combate à fome, de maneira contextualizada, e por meio de produções midiáticas com linguagens e tecnologias diversificadas, e para o meio digital e em rede, integrando assim a cultura escolar de modo transversal e permanente.

Este resumo expandido aponta o contexto favorável em que experiências midiáticas organizadas a partir de princípios e práticas educacionais, e sobre temas relacionados à saúde alimentar e ao problema da fome no país e nas vidas de famílias daqueles estudantes da EMEF Josué de Castro, e assim, em rede digital e rede social. E aí podem ser identificadas as colaborações que a política pública de

educomunicação, como na cidade de São Paulo, oferece à sociedade por meio da ação do Estado.

Faremos a apresentação mais detalhada de produções resultantes de processos que partiram do protagonismo dos e das estudantes desta escola municipal de São Paulo, sobretudo as midiáticas relacionadas à atuação do Projeto Imprensa Jovem, e em particular as que trataram de assuntos como fome, câncer, alimentação saudável, dentre outros assuntos, potencializando a comunicação destes jovens envolvidos na co-criação das narrativas sociais a respeito, integrando a autoria da edição de mundo por meio da comunicação que praticamos a respeito. E como a educomunicação se apresenta como um paradigma conceitual contemporâneo que ressignifica a própria percepção e compreensão sobre as interfaces entre comunicação e educação, fenômeno sócio-histórico-cultural, e que proporciona a expressão comunicativa como modo de participar do espaço coletivo que ultrapassa as fronteiras da própria escola.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/ Educação: apontamentos para a discussão**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. ESPM. V.1, n2, 2004.

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME. **Portaria nº 7.991, de 13 de dezembro de 2016**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-7991-de-14-de-dezembro-de-2016#:~:text=RESOLVE%3A-,Art.,de%20recursos%20midi%C3%A1ticos%20de%20aprendizagem>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

A Transformação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação em e-book¹

Thais Bandeira Laia²

Paula Sanae Lopes Nishiwaki³

A aceleração da tecnologia no contexto atual vem mudando a sociedade. Os livros, neste cenário, também vêm se transformando e ganhando novos formatos, inclusive utilizando de recursos de multimídia e interatividade. Neste sentido, o Programa Unificado de Bolsas de Estudos (PUB-USP 2023/2024), através do Projeto de ensino “*Socializando conhecimentos sobre Educomunicação produzidos nas disciplinas da Escola de Comunicações e Artes ECA/USP*”, visou realizar através das bolsistas, duas produções de materiais didáticos digitais: a produção do e-book “*Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra*”, com artigos selecionados e aprovados no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2022, de forma híbrida, na Universidade Federal de Campina Grande, e o segundo, em andamento, a produção de uma Revista Didática Interativa, sobre os fundamentos epistemológicos da Educomunicação, a partir da gravação de aulas da disciplina lecionada pelo Prof. Dr. Claudemir Edson Viana no segundo semestre de 2022 na Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP.

A produção dos dois materiais didáticos visou socializar e divulgar os conhecimentos produzidos no campo da Educomunicação, que servissem de referência e apoio para estudantes da graduação e demais interessados na área, além de se materializar na prática os conceitos educacionais e do ofício do educador. Segundo Soares (2011):

¹ Trabalho apresentado no eixo 5. Produção midiática para a educação, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Discente do curso de Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes - ECA/USP – São Paulo/SP e bolsista do Programa Unificado de Bolsas de Estudos (PUB-USP 2023/2024) – thaisbandeiralai@gmail.com

³ Discente do curso de Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes - ECA/USP – São Paulo/SP e bolsista do Programa Unificado de Bolsas de Estudos (PUB-USP 2023/2024) – paula.nishiwaki@usp.br

Se tomarmos como referência a Licenciatura em Educomunicação, da ECA, o novo profissional que a USP pretende formar necessita desenvolver habilidades para cobrir as demandas de três diferentes âmbitos de ação: o magistério (o professor da área da comunicação), a consultoria (o assessor para projetos de comunicação educativa) e a pesquisa (analista e sistematizador de experiências em educomunicação).

O trabalho das estudantes foi no campo editorial, tais como, criação, *design*, diagramação, leitura dos artigos, possíveis correções gramaticais, e outros, tendo em vista que essas produções são ferramentas potentes de difusão dos conhecimentos sobre a área da Educomunicação.

A estrutura e organização foi fundamental para facilitar o início e preparação dos materiais didáticos, para a produção do e-book “*Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra*”, o curto prazo, o volume de tarefas, julgou-se necessária a divisão do trabalho e a realização de duas ou mais etapas de modo concomitante, desta maneira a normatização foi uma das metodologias aplicadas, e que definiu o sucesso do projeto.

O e-book compilou sessenta e cinco artigos aprovados pelo comissão editorial do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, distribuídos em 1294 páginas e organizados em setes áreas de intervenção da Educomunicação: Educação Midiática (onze artigos); Expressão comunicativa por meio da Arte (cinco artigos); Gestão da Comunicação e das tecnologias em espaços educacionais (doze artigos); Mediação tecnológica na Educação (dez artigos); Pedagogia da Comunicação (onze artigos); Produção midiática para a Educação (seis artigos); e Reflexão epistemológica sobre Educomunicação e educação midiática (dez artigos).



Figura 1: Capa do e-book

Fonte: Elaborada pelas bolsistas

A produção do e-book “Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra”, foi lançado dia 22 de dezembro de 2023 como ação da bolsa PUB (2023- 2024), do CCA/ECA-USP, nas plataformas do NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação, do LABIDECOM – Laboratório de Inovação e Desenvolvimento em Educomunicação e da ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. O prazo inicial do planejamento para o lançamento do e-book era 02 de dezembro 2023, com prazo máximo até 20 de dezembro de 2023, utilizamos este último prazo devido à demanda de trabalho para a finalização do mesmo. O e-book completo pode ser acessado pelo endereço eletrônico: [Educomunicacao-e-Educacao-Midiatica-nas-Praticas-Sociais-e-Tecnologicas pelos-Direitos-Humanos-e-Direitos-da-Terra.pdf](https://abpeducom.org.br/Educomunicacao-e-Educacao-Midiatica-nas-Praticas-Sociais-e-Tecnologicas-pelos-Direitos-Humanos-e-Direitos-da-Terra.pdf) (abpeducom.org.br).

Já a produção da Revista Didática Interativa, projeto em andamento, está sendo elaborada a partir das gravações das aulas ministradas de "Fundamentos Epistemológicos da Educomunicação" pelo Prof. Dr. Claudemir Edson Viana, durante o segundo semestre de 2022 do curso de Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP, que visa aprofundar os fundamentos epistemológicos da Educomunicação, disciplina de extrema importância para que os estudantes compreendam a base teórica da educomunicação, e através dos estudos dos principais autores e

fundadores da área, desenvolvam uma postura crítica e reflexiva, para o aluno ingressante, serve como um alicerce indispensável, que dará suporte a toda sua trajetória acadêmica e profissional. Para a realização deste trabalho o planejamento e organização inicial envolveram: estrutura da revista, transcrição de todas as aulas; divisão da revista em encontros (referentes a cada uma das aulas), além da Introdução sobre o material, avaliação e considerações finais; cada encontro será acompanhado do: título e um subtítulo, cinco palavras-chave e um resumo; um texto principal; uma breve biografia do autor principal acompanhada de sua caricatura, também serão inclusos na revista, alguns destaques em “balões” com frases ditas pelo Prof. Dr. Claudemir Edson Viana durante a aula – as frases poderão ser acessadas e escutadas através de um link pelo estudante, ao final de cada seção será sugerida uma atividade interativa bem como a produção coletiva de um mural onde os estudantes podem fazer comentários sobre o encontro (via *padlet*), haverá também uma seção para explicar ao estudante como fazer o melhor uso do material, e uma seção para explicar ao estudante como realizar a avaliação final do curso.

Este projeto está em andamento, na fase de elaboração dos resumos, introduções, elaboração dos textos a partir das aulas gravadas, dos textos das biografias dos autores, sendo necessário a continuação da bolsa para a concretização da Produção de Revista Didática Interativa de Educomunicação.

Este trabalho é de fundamental importância para a Licenciatura em Educomunicação, assim como para disseminação do conhecimento de forma aberta e democrática, contribuindo para uma educação mais inclusiva e crítica, além de contribui para formar indivíduos capacitados para exercer a cidadania. O projeto demonstra a potência da Produção midiática para a educação como ferramentas de difusão do conhecimento em Educomunicação, e reafirma a necessidade de uma educação que forme pessoas capazes de compreender e interagir criticamente com o mundo e com os meios.

A conclusão do e-book *“Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra”* e o desenvolvimento da revista didática interativa representam importantes avanços para a área da Educomunicação, proporcionando potente recurso valioso para educadores e estudantes. A experiência ampliou a compreensão das bolsistas sobre o processo

de produção editorial, como também a relevância da Educomunicação na formação de cidadãos críticos e conscientes.

Apesar dos diversos desafios enfrentados, como o rigor no processo de revisão e diagramação e o curto espaço de tempo, o aprendizado obtido foi grande, fortalecendo a capacidade de atuação de maneira reflexiva e fundamentada no campo da Educomunicação. O trabalho realizado inclui a finalização e disseminação da revista interativa, além de possíveis novas edições de e-book, expandindo ainda mais o conhecimento, contribuindo para abrir portas para novas pesquisas na interface entre comunicação-educação. O projeto foi fundamental para abranger o conhecimento e o crescimento na área da Educomunicação, bem como na promoção do desenvolvimento de habilidades que fazem parte do ofício do educador, tais como a de pensar as melhores estratégias para a disponibilização e o acesso ao conhecimento através da produção de materiais didático, a elaboração de textos e a leitura dos artigos ligados à área, aprofundando o conhecimento das diversas possibilidades que o campo da Educomunicação pode oferecer, além dos conhecimentos ligados à editoração, desde o *design* da capa, a diagramação dos textos, até as correções gramaticais e outros detalhes que envolvem a elaboração de um e-book e de uma revista.

Referências

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se complementam. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Soares, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio (Portuguese Edition) . Paulinas. Edição do Kindle.

NCE, em parceria com ABPEducom e Instituto Palavra Aberta, disponibiliza e-book que contempla trabalhos apresentados no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação | NCE-USP (nceusp.blog.br).

Educomunicação e Poesia Bilíngue: Práticas Comunicativas no Ensino de Espanhol em contexto Rural¹

Silvia Mossi Utzig²

A presente pesquisa apresenta os resultados de um projeto pedagógico interdisciplinar desenvolvido com estudantes do 7º e 8º ano de uma escola rural situada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O objetivo principal do projeto foi promover o aprendizado do vocabulário em espanhol sobre “La casa y los muebles” por meio da criação de uma coletânea bilíngue de poesias. A proposta foi implementada durante as aulas de língua espanhola com oficinas literárias que exploraram o vocabulário, a criatividade e a sensibilidade poética dos estudantes.

A educomunicação foi adotada como o eixo metodológico central do projeto, compreendida como uma prática que articula educação e comunicação. Conforme Soares (2011), a educomunicação promove um ambiente em que os estudantes não são apenas receptores de informações, mas atuam como protagonistas de sua própria aprendizagem, ao se envolverem em atividades criativas, colaborativas e comunicativas. Dessa forma, ao criarem suas poesias, os estudantes desenvolveram não só competências linguísticas, mas também habilidades de comunicação, tanto no idioma materno quanto no estrangeiro.

Segundo Freire (1996), a educação se dá através do diálogo, onde o processo de comunicação entre educadores e educandos é essencial para a construção do conhecimento. Neste projeto, as oficinas literárias nas aulas de língua espanhola desempenharam um papel fundamental, criando um espaço em que os estudantes puderam expressar suas percepções, emoções e aspirações, transformando suas

¹ Trabalho apresentado no eixo – 4. Expressão comunicativa por meio da arte no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda e mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguai/RS. Licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atua na linha de pesquisa sobre perspectivas científicas tecnológicas e sociais no processo de educação em ciências. É membro ativo do Grupo de Estudo e Pesquisa Conecta: Ciência e Tecnologia. É professora da rede municipal de ensino de Uruguai/RS. Tem experiência em Língua Espanhola e Língua Inglesa. Contato: silviamossiutzig@gmail.com

vivências pessoais em uma forma comunicativa. A coletânea de poesias bilíngues reflete essa prática, na qual os estudantes foram autores de seus próprios textos, exercitando a comunicação intercultural e reforçando o aprendizado da língua espanhola.

O estudo de uma segunda língua, especificamente o espanhol, é uma estratégia educacional importante em um mundo globalizado. Antoniou e Wright (2017) argumentam que o aprendizado de um segundo idioma promove a flexibilidade cognitiva, impactando diretamente o desenvolvimento da memória e do pensamento crítico. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) destaca a importância do ensino de línguas estrangeiras para o desenvolvimento do letramento linguístico e intercultural. Esses elementos foram fundamentais no desenvolvimento das atividades do projeto, que visava não apenas à ampliação do vocabulário em espanhol, mas também ao fortalecimento das habilidades comunicativas dos estudantes.

A Media Literacy e Comunicação em Contextos Rurais. Embora o projeto tenha ocorrido em um contexto rural com limitações tecnológicas, a perspectiva da media literacy (alfabetização midiática) pode ser aplicada de forma abrangente. Alfabetização midiática não se restringe ao uso de dispositivos tecnológicos, mas envolve a capacidade de interpretar, criar e comunicar mensagens em diferentes formatos, promovendo uma compreensão crítica das formas de comunicação.

Segundo Buckingham (2003), a media literacy é uma competência essencial para a educação contemporânea, pois capacita os alunos a compreender e criticar o ambiente midiático no qual estão inseridos, mesmo que de forma indireta. Ao participar da criação de poesias bilíngues, os estudantes se envolveram em um processo de produção de conteúdo que reflete princípios de media literacy, pois tiveram que pensar criticamente sobre a forma como suas ideias e emoções seriam expressas por meio da linguagem escrita.

Esse processo de produção literária, mesmo sem o uso de tecnologias digitais, desenvolveu nos estudantes a habilidade de utilizar a linguagem como uma ferramenta poderosa de comunicação, o que também é um aspecto fundamental da alfabetização midiática. Os estudantes aprenderam a articular suas vivências e refletir criticamente sobre o meio em que vivem, utilizando as poesias como um canal para

se comunicarem de maneira significativa, exercendo o papel de comunicadores ativos de sua realidade.

A produção de poesias bilíngues, ao proporcionar uma forma de expressão criativa e um espaço de autoria, promoveu uma prática de media literacy que vai além do simples uso da tecnologia. Mesmo em um ambiente onde o acesso à internet é limitado, os estudantes puderam desenvolver competências que são essenciais para navegar em um mundo globalizado e cada vez mais mediado pela comunicação. Essa abordagem fortaleceu a capacidade de produzir e interpretar mensagens, competências que podem ser transferidas para diferentes contextos ao longo de suas vidas.

Neste projeto a metodologia aplicada foi qualitativa e participativa, combinando a abordagem educ comunicativa com atividades de oficinas literárias e de ensino de vocabulário em espanhol. A aprendizagem foi centrada em metodologias ativas, nas quais os estudantes foram incentivados a criar suas próprias produções poéticas, explorando o vocabulário relacionado à casa e aos móveis. Ao promover a criação das poesias, os alunos foram motivados a refletir sobre seus próprios sentimentos e experiências, o que favoreceu o desenvolvimento de uma comunicação mais pessoal e significativa.

A coleta de dados envolveu a análise dos poemas produzidos, destacando o uso do espanhol e das expressões criativas. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), foi utilizada para identificar categorias temáticas nas produções dos estudantes, como pertencimento, família, segurança e sonhos. Os poemas revelaram aspectos emocionais profundos e demonstraram como o vocabulário aprendido foi incorporado de maneira significativa nas produções poéticas.

Como resultados, a análise das poesias indicou a presença de quatro categorias principais: o papel da família, a relação com o espaço rural, o papel transformador da escola e os sonhos e aspirações dos estudantes. Cada uma dessas categorias revelou elementos importantes sobre a comunicação e o aprendizado em contextos rurais.

Na primeira categoria, o papel da família foi destacado em várias poesias, como "Carinho vem de casa", de KSB, e "Vida no Campo: Lares de Alegria e Calor", de RFP, onde o ambiente familiar é retratado como uma fonte de segurança e afeto.

Na segunda categoria, a relação com o espaço rural foi descrita com forte vínculo com a natureza e o trabalho agrícola, evidenciando um senso de pertencimento ao meio rural. Na terceira categoria, o papel transformador da escola emergiu nas poesias como um espaço de aprendizado e convívio social, além de promover o desenvolvimento pessoal dos alunos. E, finalmente, na quarta categoria, os sonhos e aspirações dos estudantes indicaram o desejo de superar desafios e buscar um futuro melhor.

E, desse modo, concluímos que o projeto demonstrou que a educomunicação, em conjunto com a perspectiva da media literacy, é uma ferramenta poderosa no ensino de uma segunda língua em contextos escolares rurais. A criação de uma coletânea bilíngue de poesias permitiu que os estudantes não apenas ampliassem seu vocabulário em espanhol, mas também explorassem suas emoções e experiências de vida, utilizando a comunicação como um meio de expressão criativa. A análise revelou como o vocabulário aprendido foi transformado em símbolos de pertencimento e identidade cultural, promovendo o protagonismo estudantil e a autonomia no processo de aprendizagem.

A prática educomunicativa e o desenvolvimento da alfabetização midiática demonstraram-se eficazes para envolver os estudantes em um processo de comunicação crítica e criativa, mesmo em um ambiente com recursos limitados.

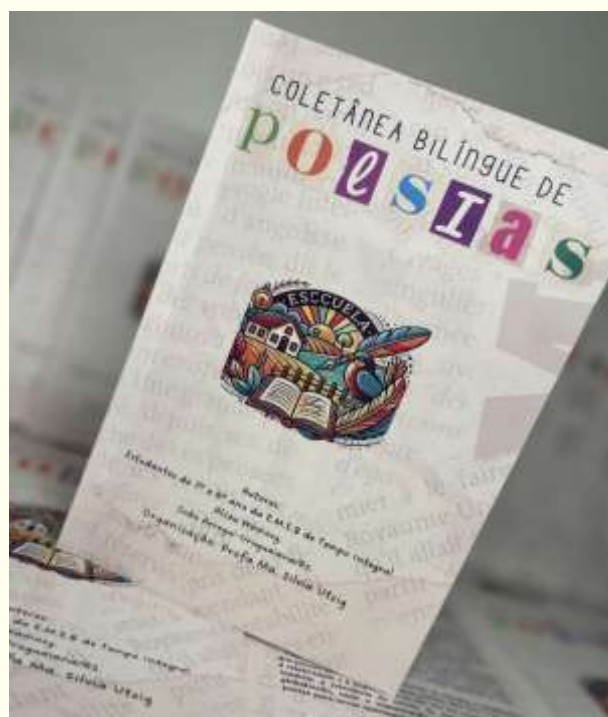


Figura 1: Livro impresso.

Fonte: autores, 2024.

Referências

ANTONIOU, M.; WRIGHT, S. **Bilingualism and the Developing Brain: How the Experience of Multilingualism Impacts Neural Structure and Function**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2024.

BUCKINGHAM, D. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRESS, G. **Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication**. London: Routledge, 2010.



SOARES, I. **Educomunicação: O conceito, o perfil do profissional e a experiência de aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

UTZIG, S. (Org.). **Coletânea bilíngue de poesias dos estudantes da EMEB Alceu Wamosy**. 1. ed. Uruguaiana: Editora ESL, 2024. ISBN 978-65-01-11404-0.

REFLEXÃO

EPISTEMOLÓGICA

A biblioteca inserida ao ecossistema educ comunicativo¹

Clérison Ribeiro Ramos²

Deise Parula Munhoz³

As bibliotecas, instituições seculares, conceituadas como espaços de difusão do saber, por meio do armazenamento do conhecimento registrado em diversos suportes, ainda que questionada sobre a sua relevância em uma sociedade permeada por diversas tecnologias, sobretudo sobre o acesso à informação, se coloca enquanto uma unidade importante para desenvolvimento de ações relacionadas à educação, cultura e cidadania, independente em que local ela está inserida. Esse agente atuante nas bibliotecas, o bibliotecário⁴, dentre outras ações, é responsável pelos serviços de gestão do espaço e também pelas suas atribuições técnicas, tais como catalogação e classificação dos itens bibliográficos (Brasil, 1962, 1998), como forma de desenvolver o acesso à informação. Nas instituições de ensino sobretudo, sejam em escolas ou universidades, as bibliotecas têm se tornado locais estratégicos enquanto extensão do processo de ensino, oferecendo materiais e serviços relacionados ao acesso à informação, porém, na realidade brasileira, por escassez de investimentos e muitas vezes não contando com um profissional especializado, elas acabam não efetivando o seu principal propósito - o acesso à informação de qualidade e que atenda às necessidades da comunidade em que está inserida.

Tal como ocorrido na contemporaneidade, em diversas áreas de atuação, a Biblioteconomia também é permeada pela lógica capitalista de produção, passando a tratar os usuários das bibliotecas enquanto clientes e considerando o espaço enquanto uma organização, distanciando-se do seu propósito educativo e social. Em

¹ Trabalho apresentado no eixo Eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bacharel em Biblioteconomia, mestre e doutorando em Educação em Ciências (FURG). Bibliotecário-documentalista, diretor do Sistema de Bibliotecas, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (Rio Grande-RS). E-mail: cleristonline@gmail.com

³ Bacharel em Biblioteconomia e licenciada em Pedagogia e em Educação Física, mestre e doutora em Educação Ambiental (FURG). Professora da rede municipal de ensino (Rio Grande-RS). E-mail: deise.parula@gmail.com

⁴ Atribuição exclusiva ao bacharel em Biblioteconomia (Brasil, 1962).

contraponto a isso, na linha epistemológica visando os valores sociais (Shera, 1977), apresenta-se a vertente da “Biblioteconomia social” (Mostafa, 1985), fundamentada no materialismo histórico e trazendo a centralidade aos serviços às comunidades e sujeitos nela inseridos, como forma de enfrentamento às condições de desigualdade social, sobretudo no que se refere ao acesso à informação. Diante desse cenário, nesse texto serão apresentadas proposições epistemológicas de aproximação da Educomunicação com a Biblioteconomia Social, para o desenvolvimento do acesso à informação na perspectiva social, como forma de diminuição das desigualdades sociais e, a partir do espaço educacional, auxiliar no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

A Educomunicação apresenta, enquanto finalidade, o “fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão”, por meio da implementação de “[...]ecossistemas comunicativos abertos e democráticos[...]”, sendo esses ocorridos nos espaços educativos (ABPEducom, 2015). Sartori e Soares (2005) se aproximam do entendimento amplo de ecossistemas, tal como os biológicos, em que os fatores bióticos e abióticos estão em constante inter-relações, de forma dinâmica. Nos ecossistemas comunicativos, relacionando-se à Educomunicação, cabe a mesma abordagem, entendendo o espaço de implementação, seja nas escolas ou em outros espaços educativos, enquanto locais complexos e diversos, em que todos os elementos devam estar contribuindo para o seu funcionamento e reforçando essa aproximação, as autoras afirmam: “o *locus* de ação da Educomunicação são os ecossistemas comunicativos” (Soares, 2002 *apud* Sartori; Soares, 2005). Sartori; Garcez; Vieira (2023) destacam que “Pensar em Ecossistemas Comunicativos é pensar na maneira como sujeitos de um determinado espaço se relacionam e dialogam” e acrescentam que essa forma de comunicação impactará inclusive no aprendizado, a depender do nível de abertura de colaboração, participação e autonomia. Tem-se aí, portanto, a relação essencial da Educomunicação, frente a sua condição de estabelecimento - os ecossistemas comunicativos e nesse sentido que o exercício da vertente da Biblioteconomia Social poderá se inserir no processo, contribuindo e, ao mesmo tempo, sendo beneficiada para o cumprimento de sua finalidade social.

Surgida a partir das necessidades de organização social moderna, por meio do conhecimento registrado nos livros enquanto memória, a área de Biblioteconomia se coloca enquanto prática social (Mostafa, 1985). Ao questionar que sociedade estamos tratando, a autora evidencia sob a ótica de observação enquanto seu modo de produção, forma de organização e da relação entre as pessoas e a natureza, fundamentando a ideia de uma Biblioteconomia que seja relacionada à prática educativa por meio de sua concepção dialética, de forma a se chegar a ideia de uma Biblioteconomia Social. Aqui são observadas, portanto, algumas aproximações com a Educomunicação, em que fundamentam o fazer dos sujeitos à perspectiva social, por meio de uma estratégia educacional dialética. Essa concepção também pode ser notada na relação comunicação e educação, conforme a observação de Freire, esses dois elementos interagem, constituindo uma relação dialética entre os homens e o mundo (Sartori; Soares, 2005), com isso ampliando o seu entendimento.

Observando as bibliotecas a partir das políticas da educação, vale destacar o Plano Nacional de Educação (2014-2024), documento orientador, responsável pela articulação dos objetivos educacionais no cenário brasileiro, e as passagens em que as bibliotecas são citadas e que em tese poderão contribuir, de forma geral, com o processo educativo: relacionada à subsídio da educação em tempo integral na educação básica, enquanto espaços educacionais/culturais; Com o objetivo de desenvolvimento da aprendizagem e do desempenho escolar no ensino básico, segundo as média do Ideb, tendo como estratégia o desenvolvimento de mecanismos para criar condições de melhoria de acesso à *internet*, por meio da “universalização das bibliotecas” e em outra estratégia, o desenvolvimento do Plano Nacional do Livro e da Leitura, com vistas à formação de leitores, de acordo com cada etapa do desenvolvimento da aprendizagem (Brasil, 2014). Portanto, tem-se aí um entendimento inicial do espaço da biblioteca no contexto educacional, no sentido de local de permanência, enquanto espaço associado ao acesso à informação, incluindo aos meios tecnológicos e enquanto espaço promotor das práticas de leitura, associada à aprendizagem.

Em uma perspectiva integradora e interdisciplinar, uma estratégia de inserção da biblioteca ao ecossistema educ comunicativo seria, em um movimento inicial, ancorar princípios epistemológicos comuns, assim como observar as concepções teórico-práticas fundamentadas de cada uma delas, na perspectiva dos espaços,

agentes, recursos, atividades, finalidades, sujeitos-fim e formas de implementação e assim desenvolver subsídios para sua implementação e sua futura integração entre a Educomunicação e a biblioteca em sua perspectiva social. Diante das concepções de ambas vertentes, de forma a observar as suas aproximações e distanciamentos, analisemos os seus elementos e as suas concepções no espaço educativo:

Quadro - Elementos e concepções da Educomunicação e da Biblioteconomia Social no espaço educativo

Elementos	Concepções	
	<i>Educomunicação</i>	<i>Biblioteconomia Social</i>
Espaços de atuação	Ecosistema educacional	Biblioteca/Comunidade
Agentes	Educador/Educando	Bibliotecário(a)
Recursos	Mídias	Materiais bibliográficos
Atividades	Diversas	Serviços de acesso à informação; Ações culturais
Finalidades	Desenvolvimento social, por meio do protagonismo dos sujeitos	Autonomia dos sujeitos, por meio da mediação
Sujeitos-fim	Comunidade escolar e do entorno	Comunidade escolar e do entorno (usuários ativos e potenciais)
Formas de implementação	Intervenção social	Estudo de uso e de usuário

Fonte: o autor (2024).

Aqui foram apresentadas algumas aproximações iniciais entre a Educomunicação e a Biblioteconomia Social, acredita-se que outros estudos e abordagens deverão ser estabelecidos, de forma a desenvolver subsídios para que a biblioteca, por meio da abordagem epistemológica social, seja efetivada no desenvolvimento de ecossistemas educacionais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO - ABPEducom. São Paulo, 2015. Educomunicação. *Conceito*. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: DOU, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Brasília: DOU, 1962.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Brasília: DOU, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 27 maio 2024.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/10705>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARTORI, A. S.; GARCEZ, A. F.; VIEIRA, W. M. Educomunicação e Ecossistema Comunicativo: uma Revisão Sistemática. **Revista Educação** (Santa Maria. Online), v. 48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66768>. Acesso em: 23 maio 2024.

SARTORI, A. S.; SOARES, M. S. P. **Concepção dialógica e as NTICs: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos**. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação (USP), 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/86.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, jun. 1977. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>. Acesso em: 27 maio 2024.

Entrelaçamentos entre comunicação, educação e mídia para a Educomunicação¹

Macri Elaine Colombo²

Vinicius José Biazotti Sabino³

Neste artigo, exploraremos as interseções e interfaces entre educomunicação, comunicação e mídia, abordando-as de maneira teórica, conceitual e reflexiva. Essas temáticas estão profundamente entrelaçadas com o cotidiano das pessoas, especialmente em um mundo cada vez mais midiático, onde atuamos, ora como protagonistas, ora como coadjuvantes. Iniciaremos destacando a complexidade de definir a educação em poucas palavras, devido à sua vasta e multifacetada natureza. A mesma complexidade aplica-se à comunicação e à mídia, conceitos que serão explorados mais adiante.

É correto afirmar que a educação está presente em todos os ambientes, desde as ruas e a família até a escola e outros ecossistemas comunicacionais e midiáticos, onde constantemente estamos ensinando e/ou aprendendo. Em suma, a educação ocorre em qualquer lugar onde haja um processo de ensino-aprendizagem no dia a dia. Neste contexto, estamos nos referindo à educação em suas diversas formas.

Como bem definiu Aulete (1964, p. 54): "Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral, do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino". Muitas vezes, pensamos na educação apenas como sinônimo de conhecimento adquirido em instituições escolares, com o objetivo de preparar indivíduos para o mercado de trabalho—ainda que isso não seja necessariamente negativo em determinados contextos—e que se resume ao aprendizado de disciplinas específicas.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 6. Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Mídia do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) da UFSM, Bolsista da CAPES. Jornalista e Pedagoga, e-mail: jornalistapedagoga@gmail.com

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), e-mail: biazottivinicius@gmail.com

No entanto, é importante reconhecer que algumas ações cotidianas podem ser realizadas com conhecimento, mas não estão necessariamente ligadas à educação. Se considerarmos que a educação vai além do conhecimento, em sua essência, ela está profundamente relacionada a princípios morais (Brandão, 2002) e pode estar associada a leis e regras.

Ao entrelaçar esses conceitos com a comunicação midiática, torna-se essencial incluir a mídia quando buscamos qualificá-la como "suporte, veículo ou canal de comunicação, pelo qual a informação pode ser conduzida, distribuída ou disseminada, como um 'meio' de comunicação" (Perassi & Meneghel, 2011). Dentro de um sistema educacional, a mídia pode transformar nossa percepção e interpretação social, influenciando, por exemplo, as funções efetivas de controle social—político, econômico e ideológico.

Hepp (2014) refere-se à mídia de comunicação técnica como os diversos tipos de mídia que utilizamos para expandir nossas capacidades comunicativas além do aqui e agora, como a televisão, o telefone (móvel) e as redes sociais (p. 46). De maneira sintética, a mídia pode ser compreendida como um dispositivo tecnológico de produção e reprodução de mensagens.

No entanto, Marcondes Filho (2005) argumenta que a mídia não se limita a ser apenas um suporte ou instrumento, propondo que ela deve ser entendida como uma ambiência. Ao considerar o conceito de "o meio é a mensagem", de McLuhan (1969), reconhecemos que a experiência de ler uma notícia em um jornal impresso difere significativamente da leitura em um portal de notícias online. Além disso, o ambiente em que essa leitura ocorre, como uma biblioteca ou um shopping, também proporciona experiências distintas.

Ao conceituar a mídia, é importante considerar também a noção de mídia primária, como a linguagem e a comunicação face a face. Isso nos leva automaticamente a refletir sobre a midiatização, que envolve uma relação mútua entre as transformações na mídia, na comunicação, na cultura e na sociedade (Hepp, 2014). Essa perspectiva permite entender como diferentes mídias articuladas moldam os fenômenos sociais cotidianos dentro deste ecossistema midiático, incluindo a educação.

A partir desse ponto, exploraremos a midiatização sob a abordagem socioconstrutivista, que se concentra nas práticas de comunicação cotidianas—especialmente aquelas relacionadas à mídia digital e à comunicação pessoal—e enfoca a construção comunicativa em constante transformação da cultura e da sociedade (Hepp, 2014, p. 47).

Antes disso, abordaremos o conceito de comunicação em sua essência, sob as perspectivas sociológica e psicológica. De acordo com Colombo (2012), e conforme discutido no livro de Colombo e Barreto (2021), a comunicação é um fenômeno que existe desde o surgimento da humanidade, sendo fundamental para a relação social. A palavra "comunicação" deriva do latim "comunicare", que significa participar, falar, tornar comum. Trata-se de um conceito eminentemente social, que se refere à busca dos seres humanos pela socialização com o ambiente em que vivem. Como afirma Bordenave (1995, p. 19), "a comunicação é um ato primário que teve início com o surgimento do primeiro ser vivo e é primordial para a existência de relações sociais entre os seres vivos."

E Dumazedier (1966 apud Rabaça; Barbosa, 2001, p. 158) acrescenta sobre o conceito sociológico:

[...] o papel decisivo da comunicação é o da transmissão de significados entre as pessoas no processo de inserção e de integração do indivíduo na organização social. Nessa perspectiva, a comunicação funciona como instrumento das relações sociais, desencadeando o fluxo interativo; e, num outro prisma, é preciso entendê-la como determinante da própria interação, constituindo uma necessidade social, básica nos dias de hoje.

Vamos estabelecer uma conexão entre esses conceitos, de modo a criar um nó de inter-relações que unam suas diferentes facetas. Isso nos permitirá entender como essas ideias se manifestam na prática dentro do ecossistema midiático em que vivemos. Começamos destacando que tanto a educação quanto a comunicação, assim como outras áreas do conhecimento, trazem fundamentos interdisciplinares essenciais para a aprendizagem na sociedade.

Esse enfoque é denominado educomunicação, pois reconhece que ambos os campos atuam na política—considerada aqui como crucial para a governança de uma sociedade regida por leis e regras, visando à harmonia na coletividade. A

educomunicação utiliza ferramentas pedagógicas e técnicas de comunicação não apenas para transformar o método de ensino em salas de aula, mas também para atuar em mídias, no terceiro setor e em outras esferas, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos o direito ao senso crítico. Isso inclui, por exemplo, o direito à comunicação universal e ao acesso às novas tecnologias, como as TICs, com a finalidade de engajar as pessoas na construção de valores sociais.

Soares (2011) destaca que a proposta de educomunicação surgiu nos anos 1980, impulsionada pela UNESCO. Esse novo campo de pesquisa visa educar, transformando o receptor de mensagens em um indivíduo mais crítico em relação às informações que recebe e propondo o uso dos meios de comunicação como ferramentas educacionais.

Essa nova abordagem educacional vem ganhando força, com a comunicação e a educação se unindo para promover a leitura crítica dos meios de comunicação entre os alunos. Como aponta Costa (2011, p. 53), essa defesa inclui o uso competente desses meios em sala de aula, reconhecendo a capacidade dos meios de comunicação de penetrar socialmente e agregar valores à população.

Ao estudar os efeitos midiáticos na sociedade, como enfatiza Ktorz (2001), é crucial considerar o tempo e o contexto em que essas atividades ocorrem—como a produção de notícias—e como elas são recebidas por diferentes grupos, levando em conta até mesmo o local (público ou particular). Isso significa compreender que a relação entre comunicação midiática e práticas socioculturais está em constante transformação.

O entrelaçamento entre comunicação, educação e midiatização é essencial para a aplicação adequada e coerente dos conceitos de educomunicação, pois cada um desses elementos contribui para o desenvolvimento de uma sociedade crítica e informada. A comunicação, ao ser mediada pelas tecnologias e mídias contemporâneas, transcende o simples ato de transmitir informações, configurando-se como um ambiente dinâmico que molda e é moldado pela cultura e pela sociedade. Nesse sentido, a midiatização não apenas transforma as práticas comunicativas, mas também influencia diretamente os processos educacionais, criando novas formas de interação e aprendizado.

A educação, por sua vez, beneficia-se dessa interação com a comunicação e a midiaticização, pois ao incorporar ferramentas midiáticas e tecnologias de informação e comunicação (TICs), expande as possibilidades pedagógicas, engajando os alunos em processos mais interativos e críticos. Isso é particularmente importante no desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos, permitindo que eles naveguem de forma consciente pelas diversas formas de mídia e informação.

Portanto, o entrelaçamento desses três elementos possibilita uma abordagem interdisciplinar que vai além do simples acúmulo de conhecimento. Ele promove uma educação que não só prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também os capacita a participar ativamente da sociedade, compreendendo e influenciando os fenômenos sociais e culturais que os cercam. Dessa forma, a educomunicação se afirma como uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais crítica, consciente e equitativa.

Referências

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964.

BORDENAVE, Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

COLOMBO, Macri Elaine; BARRETO, João Ferdinando Junior. **Rádio-Educação: uma proposta da educomunicação para os professores**, p.170- 188. Educação e diversidade cultural [livro eletrônico] : desafios amazônicos / Organizador Harald Sá Peixoto Pinheiro. – Tutóia, MA: Diálogos, 2021

COLOMBO, Macri Elaine. **O processo comunicativo no ensino-aprendizado de crianças surdas: o caso da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos – Manaus, AM: 2012**. Dissertação pela UFAM.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma área de conhecimento** / Adilson Odair Citelli, Maria Cristina Castilho Costa (Org.). – São Paulo: Paulinas, 2011. – (Coleção educomunicação)

HEPP, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos midiaticizados:** pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. V. 8 - No 1 jan./jun. São Paulo - Brasil, p. 45-64, 2014.

KROTZ, F. **Die Mediatisierung kommunikativen Handelns.** Der Wandel von Alltag und sozialen Beziehungen, Kultur und Gesellschaft durch die Medien. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira. *In:* LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

MCLUHAN, Marshall, **O meio é a Mensagem.** *In:* Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, São Paulo: Cultrix, p.21-37,1969.

PERASSI, R.; MENEGHEL, T. Conhecimento, Mídia e Semiótica na área de mídia do conhecimento. *In:* VANZIN, Tarcísio; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. (org) **Mídias do Conhecimento.** Florianópolis: Pandion, 2011.

RABAÇA, Carlos Alberto R.; BARBOSA, G. Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** O conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio / Ismar de Oliveira Soares. – São Paulo: Paulinas, 2011.

Do processo à processualidade da mediação na ação comunicativa¹

Hericley Serejo Santos²

Vânia Maria Torres Costa³

Inspirado na “processualidade tentativa da comunicação” (Braga, 2017), na Teoria das Mediações discutidas por Williams (1979), Martín-Barbero (1997), Signates (2003), Orozco Gómez (2014) e Consani (2008), e ainda partindo da compreensão sobre a necessidade de conhecimento suficiente dos elementos que constituem um processo para podermos assim considerá-lo (PMI, 2017), propomos neste ensaio teórico a concepção da mediação enquanto processualidade, que corresponderia a uma lógica que reconhece a existência de entradas, saídas e interações entre os elementos que os constituem, mas evidencia a imprevisibilidade e incontrolabilidade sobre as mediações que são acionadas pelos partícipes da comunicação humana.

A presente reflexão é fundamentada em pesquisas bibliográficas que estão sendo realizadas ao longo do percurso investigativo de elaboração de tese no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA). A partir da proposta de compreender as práticas e produtos midiáticos elaborados pela Rede de Jovens Comunicadores Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e do aprofundamento teórico-empírico a respeito da Teoria das Mediações, temos percebido a emergência de novas possibilidades de leitura sobre as mediações para apreender e problematizar a apropriação que os povos indígenas têm feito dos pressupostos comunicativos não indígenas.

¹ Trabalho apresentado no eixo “Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática” do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA). Belém-PA. E-mail: hericley.santos@ilc.ufpa.br.

³ Professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Belém-PA. E-mail: vaniatorres@ufpa.br.

A processualidade da Comunicação

Ao tratarmos da Comunicação enquanto campo de conhecimento, partimos da compreensão de Braga (2017) que, ao assumir a complexidade do fenômeno diante da processualidade humana, tem realizado pesquisas para o delineamento de uma “teoria tentativa”, sem a pretensão de sistematizar as diversas abordagens de maneira abrangente. Os esforços do autor, ao se propor a refletir e analisar o fenômeno, buscam desentranhar e centralizar a atenção aos aspectos e características comunicacionais sem ignorar outras perspectivas de cunho sociológico, educacional, linguístico, dentre tantos outros que possa haver.

De maneira muito modesta e cautelosa, inicialmente, no lugar de propor uma definição para a comunicação, Braga (2017) sugere um entendimento sobre o fenômeno partindo da negação: “não há comunicação sem interação” (Braga, 2017, p. 20) e nem uma dependência exclusiva ao que consideramos como um “processo bem-sucedido ou da obtenção de consenso” (Braga, 2017, p. 21).

É interessante notar como Braga (2017, p. 19, 17) visualiza o processo, com entradas e saídas, e recorre ao termo processualidade sem estabelecer distinções, tratando da “processualidade humana” e da “processualidade tentativa da comunicação”. Dado o caráter tentativo, probabilístico e incontrolável da interação humana, tais entradas e saídas são indefinidas, dependentes das multimediações em que a referida interação está imersa e de quais efetivamente serão acionadas pelos interlocutores. Mesmo sem dar pistas conceituais sobre a aplicação do termo processualidade, inferimos que, mais que um sinônimo de processo, Braga (2017) parece intencionalmente convertê-lo em substantivo a partir do sufixo “-idade”. Conforme esclarece Basílio (2009), esse sufixo é aplicado quando queremos fazer referência à qualidade em vez de atribuí-la diretamente a algo ou alguém.

Em nosso caso, a processualidade seria a qualidade de processo, ou seja, a lógica que há por trás dele, e não ele em si. Com base nisso, podemos compreender que a “processualidade humana” se refere às incontáveis possibilidades do ser humano se constituir como tal e construir sua existência a partir de interações com referências e inferências diversas e indefinidas, mas na certeza de que estas interações ocorrerão e contarão com entradas e saídas específicas, localizadas no

tempo, no espaço e ainda cultural, social e politicamente. A “processualidade tentativa da comunicação” seguiria o mesmo rastro de compreensão, no esforço, entretanto, de refletir sobre essas interações enquanto fenômenos comunicacionais.

Mediação: do processo à processualidade

Mediação é daqueles conceitos de relevância científica que geram certa disputa de sentidos. Na área da Comunicação, sobretudo nos estudos de recepção midiática, destacamos as discussões marcadas inicialmente pelas críticas de Raymond Williams (1979), retomadas e ressignificadas por Jesús Martín-Barbero (1997), tensionadas por Signates (2003), trazidas à empiria por Guilherme Orozco Gómez (2014), estruturadas conceitualmente enquanto processo dinâmico e cíclico por Marciel Consani (2008).

Em sua tese, Consani (2008) elaborou o conceito de mediação educacional, “um processo intencionalmente construído ao longo de uma relação educativa e comunicativa de contornos e intenções claras”, que se constitui em “um fenômeno de natureza estritamente cultural” (Consani, 2008, p. 64; 162). A descrição é fruto de sua pesquisa em torno da mediação tecnológica, tão aplicada em estudos que envolvem a educação a distância. O que nos chama atenção, no entanto, é a atribuição do sentido de processo à mediação.

Pensar a mediação enquanto processo, ainda que dinâmico, entretanto, tem nos suscitado algumas reflexões que podem ser interessantes à problematização do conceito. Apesar do adjetivo “dinâmico” pressupor mudança ou diferença, acreditamos que a lógica da processualidade consiga amenizar algumas problemáticas provocadas pela aplicação do termo “processo”, que costuma indicar um conjunto de ações organizadas em determinada ordem para gerar um resultado. É a imprevisibilidade e incontrolabilidade das multimediações que nos levam à processualidade, por haver o desconhecimento das entradas que serão efetivamente consideradas pelos interagentes e de quais saídas irão produzir inter e/ou independentemente.

De acordo com o guia PMBOK de práticas em gerenciamento de projetos, *Project Management Body Of Knowledge* (PMI, 2017, p. 720), o processo, no âmbito do planejamento, consiste em “uma série de atividades sistemáticas direcionadas

para alcançar um resultado final de tal forma que se aja em relação a uma ou mais entradas a fim de criar uma ou mais saídas”. O processo pode ser pontual ou contínuo, sendo sempre orientado a obter um resultado específico, afinal, “são executados para criar produtos, serviços, melhorias, resultados” (Projeto-Processo, 2018).

A processualidade, por outro lado, corresponde à qualidade processual, tendo o processo não como adjetivo, mas enquanto substantivo, o que atribui ao termo o sentido de um estado que, apesar de característico, é indeterminado em relação à sua composição, disposição e interação. A ideia de processo, com entradas e saídas conhecidas ou pré-determinadas, é estruturalista em si. A processualidade, enquanto lógica, onde se assume a existência de entradas e saídas sem nomeá-las ou conhecê-las antecipadamente, não é. Em um processo, ou nos pautamos em entradas e saídas que já temos conhecimento por vias teóricas e/ou empíricas, ou as definimos intencionalmente. Não há processo, a partir dessa perspectiva, se desconhecemos tais entradas e saídas. Entretanto, nessa última situação, é possível considerar a lógica do processo, a processualidade, ou seja, a ideia de que há entradas, encadeamento de ações e resultados até chegar a determinadas saídas, todas previamente desconhecidas.

Por isso, acreditamos ser mais adequado caracterizar a mediação enquanto processualidade do que processo, pois a primeira refere-se à lógica que há por trás do segundo. A mediação não se comportaria especificamente como um processo dinâmico, mas como uma ambiência formada por uma lógica de processualidade constituída por elementos de entrada e de saída, advindos de diversas características que constituem a pessoa e que interagem interna e externamente, em certa ordem ou concomitância, sob a incidência de uma diversidade incontável de fatores sociais, históricos, culturais, políticos, econômicos, bem como físicos, biológicos, químicos, psicológicos e quaisquer outros que possam existir e intervir na relação do ser consigo e com o mundo. Uma ambiência que seria parte constituinte da mediação.

Essa reflexão pode incidir sobre o que costumamos considerar elementos essenciais da ação educacional que, para autores como Consani (2008), Soares (2011) e Almeida (2016), encontra-se na intencionalidade educativa, na dialogicidade, na demanda por equidade diante das desigualdades socioeconômicas e no *processo*, que envolve participação ativa e protagonismo dos sujeitos. Se considerarmos a

discussão que propomos, substituindo *o último* pela lógica da processualidade, assumimos que componentes simbólicos, materiais e atitudinais que constituem as práticas educomunicativas não são regidas por características deterministas, mas, apesar de manterem tais elementos essenciais, contam com interações e produtos dessas interações (não restritos aos produtos midiáticos) que são peculiares às mediações advindas dos partícipes dessas práticas e, por isso, imprevisíveis e incontroláveis.

Referência

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educomunicação**. Campina Grande, PB, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3iVpuvl>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 46-50.

BRAGA, José Luiz et al. **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. Eduepb, 2017. Edição Kindle.

CONSANI, Marciel Aparecido. **Mediação Tecnológica na Educação: Conceito e aplicações**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 263. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/35cZtno>. Acesso em: 25 set. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

OROZCO GÓMEZ, Guilherme. **Educação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. 6ª ed. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2017.

PROJETO-PROCESSO. **Projeto-Processo**, 2018. Definições-diferenças. Disponível em: <https://bit.ly/3pOe1a0>. Acesso em: 05 ago. 2023.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de Comunicação. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 4-19, 2ª sem. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/43ybCy2>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

A Educomunicação e a lei 14.533: eixo de capacitação e especialização digital¹

Thalita Oliveira Gonçalves²

Marcelo Bolshaw Gomes³

Os debates acerca da educação na contemporaneidade são interseccionados pela necessidade do uso das tecnologias da informação (Unesco, 2023), temática que é tangenciada pelo campo da educomunicação (ABL, 2024). Concernente a essa tendência, em 11 de janeiro de 2023 foi sancionada a lei Nº 14.533, que institui a Política Nacional de Educação Digital - PNED, visando “potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais” (BRASIL, 2023).

As diretrizes estabelecidas oportunizam e incentivam os estudos sobre a Educação Midiática, que tem como finalidade desenvolver nos indivíduos competências que favoreçam o uso crítico das mídias (Grossi et al., 2021); e para além, lançam luz acerca da Educomunicação, campo de interface entre a comunicação e a educação, que intenta promover, a partir de ambientes dialógicos, “ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos” (Soares, 2011, p.44).

Ressalta-se que o contexto Latino-Americano conferiu outros sentidos aos estudos e usos das mídias, que pavimentam o viés voltado à cidadania, como reflete Almeida (2024, p.3): “durante a ditadura na América Latina foi preciso alertar a população sobre duas principais condições: a invasão cultural [...] e a exploração a que ela era submetida pelos governos”. Dessa forma, segundo Citteli *et al.* (2019,

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e Educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Estudos de Mídia – PPGCOM/UFRN, com bacharelado em Educomunicação- UFCG e Licenciatura em Letras - UEPB. Residente em Campina Grande -Paraíba. Email: thalitaogoncalves@gmail.com

³ Professor no Departamento de Comunicação Social – UFRN. Doutor em ciências sociais. Residente em Natal - RN. Email: marcelo.bolshaw@ufrn.br

p.13) a educomunicação “é uma reação ao autoritarismo que marcou o Cone Sul, em seu desfile de violência, censura e negação das bases do estado democrático de direito”. O enfrentamento dessa realidade se deu no âmbito popular, com representantes que, a partir de suas práticas, pavimentaram esse campo. Para Saggin (2016, p.28):

As experiências iniciais de interligação entre os campos da comunicação e educação na América Latina, assim como de experiências em comunicação comunitária, como relatado anteriormente, foram realizadas mediante a utilização do rádio e das suas facilidades operacionais aliadas ao baixo custo de operacionalização, bem como ao seu alcance significativo sobre a população ouvinte, formada em sua maioria, por camponeses, indígenas, trabalhadores e guerrilheiros, quase todos analfabetos ou com grau muito baixo de educação e acesso a ela.

Para Marques e Borges (2016, p.5) nos “anos de 1970 e 1980 cresceram as atividades desenvolvidas por meio dos chamados movimentos de ‘educação popular’, ‘comunicação alternativa’ ou ‘comunicação popular e alternativa’”. Santos *et al.* (2020, p.142) afirmam que “experiências práticas em Comunicação/Educação também começaram a conquistar espaço, a partir dos anos 1980, através de estudiosos como Paulo Freire, Jesús Martín-Barbero e Mário Kaplún”; nessa conjuntura sobressai o fato de que a educomunicação almeja “superar uma visão instrumental comumente associada ao trabalho educativo com mídias e tecnologias de comunicação, baseado apenas em apreender uma nova técnica” (Steigleder, 2013, p.139).

A partir deste contexto e visto que as demandas educacionais atuais são abalizadas a partir da vinculação entre comunicação e educação, infere-se que a Educomunicação deva encabeçar as ações previstas na lei Nº 14.533, ao que se destaca no presente trabalho, as diretrizes que versam acerca da educomunicação nas Políticas Públicas, com foco na emergência da participação social para a cidadania, em que se deve considerar que a educação já extrapolou os limites da escola regular, como afirma Vieira (2022, p11):

enquanto política pública, a educomunicação é muito relevante, pois a escola deixou de ser o único ou principal meio de prover conhecimento aos estudantes, uma vez que o desenvolvimento de novas tecnologias, cada vez mais acessíveis, favorece a presença da mídia no cotidiano das pessoas.

Essa visão ampliada sobre o conceito de educação é refletida na Política Nacional de Educação Digital (PNED), que vai além do ambiente escolar e abrange quatro eixos principais: inclusão digital; educação digital nas escolas; capacitação e especialização em competências digitais; e pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Destaca-se para a presente pesquisa o eixo que versa acerca da “capacitação e especialização em competências digitais”, que norteiam ações para a qualificação da população ambicionando a empregabilidade. Ao que se busca, dentre outras ações, a “identificação das competências digitais necessárias para a empregabilidade em articulação com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e com o mundo do trabalho”; a “implantação de rede de programas de ensino e de cursos de atualização e de formação continuada de curta duração em competências digitais, a serem oferecidos ao longo da vida profissional” e a “criação de repositório de boas práticas de ensino profissional” (Brasil, 2023). Para uma melhor compreensão, o CAGED

Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho.

Relacionar acesso ao trabalho e cidadania é essencial, pois o exercício de cidadania plena contempla o direito ao trabalho, visto que “relaciona-se ainda com os direitos humanos, bem como com diversos outros princípios constitucionais, tais como a cidadania e a justiça social, irradiando-se por toda a Constituição na busca pela redução das desigualdades sociais” (Amorin, 2009, p.82).

Assim, ao considerar a Educomunicação como um campo responsável por planejamentos, fomentação de programas e estruturação de produtos para o aprimoramento do ecossistema comunicativo (Soares, 2011), identifica-se nesse eixo do PNED uma oportunidade para ampliação ou socialização das pesquisas

educomunicativas em andamento, que sejam voltadas ao mundo do trabalho. Também demanda atenção para a possível atuação do profissional educador, visando avaliar e preencher essas lacunas. visto que

A aplicação da educomunicação vem ganhando espaço no Brasil. Além de sua utilização no espaço da educação formal por diversas Secretarias de Educação, destaca-se sua presença em políticas públicas federais, estaduais e municipais como metodologia de trabalho orientada à soluções de problemas, abrangendo questões socioambientais, de saúde e de direitos humanos. (Almeida, 2024, p.75).

Porém, em busca nos periódicos Capes e *Google* acadêmico, a partir de 2023, ano de promulgação da Lei 14.533, mediante palavra-chave Educomunicação e Política Nacional de Educação Digital - PNED pouco se encontra sobre a relação entre educomunicação e a PNED, e estes não se articulam com a CAGED, ademais, os trabalhos relacionados direcionam a pesquisa para o ambiente de educação regular, ou capacitação de professores.

Dessa forma, este trabalho buscou promover uma reflexão, ressaltando a relevância do questionamento sobre a relação entre as competências delineadas pela Lei nº 14.533 e as pesquisas em Educomunicação. Essa análise é pertinente e pode contribuir para o aprimoramento do ecossistema comunicacional voltado à empregabilidade, aproveitando os projetos consolidados ao longo dos anos de experimentações na área. A partir do exposto, faz-se necessário o esforço para mapeamento das ações que possam contribuir para a implementação da lei, por meio da socialização de projetos correntes.

Referências

ABL. **Educomunicação**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao> . Acesso em: 28 ago. 2024.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educomunicação** [recurso eletrônico] / Lígia Beatriz Carvalho de Almeida. – Campina Grande: EDUFPG, 2024. 84 p.: il. color. E-book (PDF) ISBN 978-85-8001-284-2. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/35804/PROJETOS%20DE%20INTERVEN%C3%87%C3%83O%20EM%20EDUCOMUNICA%C3%87%C3%83O%20-%20E-BOOK%20EDUFCG%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Acesso em 28 agos. 2024.

AMORIM, Ivam Gerage. Cidadania e direito ao trabalho. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 4, p. 79-96, 2009.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED)**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é CAGED?** [Brasília]: Ministério do Trabalho e Emprego. 2024?. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-caged> . Acesso em 28 de agos. 2024.

CITELLI, Adilson Odair; DE OLIVEIRA SOARES, Ismar; DE LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Educomunicação: referências para uma construção metodológica**. Comunicação & Educação, v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; LEAL, Débora Cristina Cordeiro Campos; DA SILVA, Mônica Ferreira. Educação midiática, cultura digital e as fakes news em tempos de pandemia. **Educação em Revista**, v. 22, n. esp2, p. 179-198, 2021.

MARQUES, Paulo César Pedroza; BORGES, JJS. Educomunicação: origens e conexões de uma nova área de conhecimento. **In: congresso nacional de educação**. Bahia. 2016.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da vila diehl na produção do blog semeando ideias**. Dissertação (Programa de pósgraduação em ciências da comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2016.

SANTOS, Walter Chalegre; PEREIRA, Angélica Moreira; GHISLENI, Taís Steffenello. **A educomunicação como campo do conhecimento para o ensino e aprendizagem no século XXI**. *Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas*, v. 21, n. 1, p. 141-151, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011. ISBN 978-85-356-2752-7

STEIGLEDER, Débora Gallas. **Aproximações entre o jornalismo ambiental e a educomunicação socioambiental em uma experiência com estudantes do Ensino Médio**. In: Educomunicação para democracia e cidadania [livro eletrônico] / Cláudia Herte de Moraes, Marcia Koffermann, Vera Lucia Spacil Raddatz (orgs.). -- Brasília, DF : EDEBE Brasil : Alexandre Le Voci Sayad, 2023. PDF

UNESCO. 2023. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem?** Paris, UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por . Acesso em 28 de agosto de 2024.

VIEIRA, Juliene Rezende de Oliveira. **Educomunicação: uma análise de sua implementação como política pública educacional**. In: Revista do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho. Porto Velho. 2023. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/65a6075aa95395348470ce93/pdf/cmeempauta-0-AheadOfPrint-65a6075aa95395348470ce93.pdf#page=11> . Acesso em 28 de agos de 2024.

Mapeamento de práticas educomunicativas na Região Norte¹

Ana Luiza Viana Santos²

Ingrid Gomes Bassi³

O estudo tem como objetivo realizar levantamento inicial da área de Educomunicação no Norte do país, a partir da pesquisa bibliográfica em plataformas científicas. Neste primeiro trabalho de caráter exploratório, em âmbito da Iniciação Científica no Ensino Médio (IC-Em), realizamos o levantamento e a análise documental de artigos científicos, dissertações de mestrado e relatos de pesquisa. Como resultados observamos sete projetos, nos respectivos estados: Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Acre e Amazonas, assim, realizamos breve discussão de pesquisa com autores da área de Educomunicação no Brasil.

Como contexto da pesquisa, verificamos a ausência de trabalhos científicos que aglutinem esse mapeamento das iniciativas voltadas à Educomunicação na região Norte. Portanto como problema de pesquisa, observamos projetos pontuais, com viés comunitário e/ou popular que permeiam a Educomunicação como proposta metodológica e dialógica, e, perguntamos se efetivamente dialogam com seus territórios, transformando a comunicação como proposta emancipatória no contexto educacional ou correlato.

Como metodologia, a pesquisa desenvolve um trabalho descritivo-qualitativo, que visa estudar artigos e outros materiais bibliográficos com a finalidade de sistematizar as ações desenvolvidas na região Norte no âmbito da Educomunicação.

¹ Trabalho apresentado no eixo 6: Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bolsista CNPq 2023/2024 de Iniciação Científica do Ensino Médio, via PIBIC Propit/Unifesspa. Aluna do primeiro ano do Ensino Médio na E.E.E.M Rio Tocantins – CAIC, Marabá-Pará. E-mail: analuzavianas13@icloud.com.

³ Docente em Comunicação na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Rondon do Pará-Pará), e no Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva (Profei/Unifesspa). Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob supervisão da pesquisadora Cicilia Maria Krohling Peruzzo. E-mail: ingrid.bassi@unifesspa.edu.br.

Assim, foi resgatado como método para esta pesquisa a Pesquisa Bibliográfica (Stumpf, 2015). A nossa pesquisa focou nas fontes de livros, artigos e meios de publicação digitais. Foi selecionado um trabalho/projeto/dissertação por estado, a partir de uma amostragem por conveniência para fins da pesquisa de Iniciação Científica.

Como epistemologia, partimos do conceito da Educomunicação de Citelli, Soares e Lopes (2019, p. 23) como “[...] proposta de intervenção social e mesmo de articulação de projetos para efetivar um tipo de programa comunicativo-educativo que possa atender aos desafios do século XXI”. Bem como de Soares (2014), que compreende a formação da área da Educomunicação por meio dos dois campos, Comunicação e Educação, construindo um terceiro. Desta forma, a Educomunicação integra as pedagogias das áreas comunicativas e educativas, envolvendo os participantes, a exemplo de alunos, numa proposta crítica e como agentes transformadores no seu meio social, sendo as práticas educacionais voltas à cidadania.

Sendo assim, em Rondônia, verifica-se o projeto de educomunicação socioambiental a partir da valorização da castanha-da-amazônia, com alunos de Escola Família Agrícola (EFA). A prática da Educomunicação socioambiental na Escola Família Agrícola de Rondônia demonstra como essa proposta pode ser integrada ao currículo educacional, oferecendo aos alunos a oportunidade de participar ativamente da promoção da sustentabilidade. A pesquisadora, Vânia Oliveira (2020), ressalta a relevância de estratégias educativas que conectem os estudantes com questões ambientais locais, incentivando um senso de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente, transcendendo as fronteiras da sala de aula, ao envolver os alunos em iniciativas concretas que beneficiam tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais.

Em Macapá, há o projeto Lupa NH 2.0, voltado para a educação em direitos humanos e Educomunicação. Iniciado em 2017, numa escola periférica em Macapá, os alunos do projeto identificam possíveis problemas no bairro, como de infraestrutura, por exemplo, por meio do aplicativo Lupa NH 2.0 de celular. O segundo passo é transformar os dados em conteúdos jornalísticos locais pelos próprios alunos da escola. (Andrade; Junior, 2023). A Educomunicação, por sua vez, desempenha um papel crucial ao utilizar ferramentas comunicativas para empoderar os participantes,

incentivando a expressão e a criação de conteúdos que abordam temas relacionados aos direitos humanos.

No estado do Pará, em Santarém, há o Projeto Saúde e Alegria que é uma organização não governamental que atua na região, focando em iniciativas relacionadas à saúde, educação e desenvolvimento sustentável. O site da organização destaca projetos e ações voltados para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Suas atividades incluem programas de saúde preventiva, educação ambiental, desenvolvimento comunitário e outras ações que visam promover o bem-estar e a sustentabilidade. Um dos eixos do projeto, é a Rede Mocoronga⁴ de Comunicação, famosa na região de Santarém. Desta rede além de projetos e iniciativas permanentes no território local, como rádio escola, web-rádio, páginas e coletivos, tem sido espaço de fomento de movimentos, ongs e coletivos outros, como o coletivo Jovem Tapajônico⁵, com viés educamuncador popular.

No estado do Acre, encontramos o artigo: “Prática Educomunicativa Socioambiental Aplicada em Reunião com Produtores Extrativistas na Reserva Extrativista Chico Mendes” (Oliveira; Gama, 2013), o qual destaca a implementação efetiva da Educomunicação em uma abordagem socioambiental voltada para produtores extrativistas. A pesquisa explora como a Educomunicação pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da sustentabilidade, especialmente em contextos nos quais a atividade extrativista desempenha um papel central, como na Reserva Extrativista Chico Mendes. A experiência na Reserva ressalta a importância de abordagens educamunicativas adaptadas à realidade local, levando em consideração as necessidades específicas dos produtores. Além disso, destaca-se o papel ativo dos produtores na construção de práticas sustentáveis, evidenciando como a Educomunicação pode colaborar no empoderamento das comunidades locais para desempenharem um papel ativo e permanente na preservação ambiental.

No Amazonas, em Manaus, André Vital trabalhou em sua dissertação de mestrado profissional em Artes, na UFAM, “A Educomunicação e a canção regional: uma possibilidade na educação musical” (Vital, 2023), a produção de um documentário⁶ de 22 minutos com alunos do 8º e 9º ano, de uma escola pública. A partir da Educomunicação como premissa da pesquisa, desenvolveram roteiro, entrevista com artista local e outras investigações. Usaram a metodologia da pesquisa-ação e integraram a Educomunicação no contexto da educação musical,

focando no uso da canção regional como uma ferramenta pedagógica. O estudo destaca a importância de abordagens educacionais inovadoras que se conectem com a cultura local e promovam a participação ativa dos estudantes.

Em Boa Vista, duas pesquisadoras, Sandra Gomes e Leila Baptaglin, da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) publicaram um artigo em 2020, e identificaram no estudo como a partir das transformações e desafios impostos pelo contexto pandêmico, a Universidade incorporou a Educomunicação, a fim de viabilizar estratégias que façam uso da Educação à distância e da tecnologia mobile no ensino regular. Segundo Gomes e Baptaglin (2020), a UFRR destaca-se ao adotar práticas inovadoras de Educomunicação para manter a continuidade do ensino durante a crise sanitária. O artigo explora as diferentes ferramentas e métodos de comunicação utilizados pela universidade para garantir o acesso à educação.

O projeto “Jovens em ComunicaÇÃO” é uma iniciativa educacional que colabora na capacitação de jovens camponeses no extremo norte do Tocantins, na região popularmente conhecida como “Bico do Papagaio”, abrangendo seis comunidades camponesas: Canaã, Mulatos, Olho D’Água, Ouro Verde, Santa Juliana e São Félix. Os jovens idealizadores mantêm um blog⁷ e rede social no Facebook⁸, a partir deles sistematizam informações e notícias das suas localidades. Na página do blog, comentam que o “Jovens em ComunicaÇÃO” foi criado a partir de oficinas de comunicação popular, promovidas pela Rede “Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins”⁹ (APA-TO). O projeto visa capacitar esses jovens camponeses para a área de comunicação popular e educomunicação. Através de workshops e treinamentos, os participantes têm a oportunidade de desenvolver competências em redação, oratória, produção de conteúdo e uso de ferramentas digitais.

Finalizando, ao adotar a Educomunicação, as sete propostas observadas neste estudo enfatizam o papel ativo dos envolvidos na comunicação e disseminação de informações sobre seus objetos e objetivos. Essa abordagem promove maior conscientização do meio ambiente, dos seus valores locais e de identidade, dos seus direitos, da cidadania, do direito à educação, às tecnologias digitais, e tantas outras reivindicações a serem conquistadas no caminho da prática educacional. Outro

fator decisivo é o engajando com a comunidade local e a valorização dos recursos dos seus territórios.

A proposta em mapear as ações educacionais na região Norte, é um primeiro passo, para uma formação de rede, para troca de experiências, parcerias, fortalecimento do tema e estratégia para buscas por soluções conjuntas.

Referências

ANDRADE, Elisângela; LIMA JUNIOR, Walter. A Educação em Direitos Humanos e a Educomunicação no projeto Lupa NH 2.0. **Revista ECCOM**, v. 14, n. 28, jul./dez. 2023.

CITELLI, A. O.; SOARES, I. de O.; LOPES, M. I. V. de. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GOMES, Sandra Maria de Moraes; BAPTAGLIN, Leila Adriana. THE FEDERAL UNIVERSITY OF RORAIMA: educommunication in times of Covid-19. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. a11en, 2020. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2020v6n3a11en. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/10542>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. Educomunicação socioambiental na prática: valorização da castanha-da-amazônia por alunos de Escola Família Agrícola (EFA), em Rondônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Salvador. Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia: **anais eletrônicos**. Salvador: Intercom: UFBA, 2020.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de; GAMA, Michelliny de Matos Bentes. Prática Educomunicativa Socioambiental Aplicada em Reunião com Produtores Extrativistas na Reserva Extrativista Chico Mendes In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL (EICA), 2., 2013, Sergipe. **[Anais...]**. [S.l.: s.n.], 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica, in: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Orgs. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VITAL, André Henrique Farias. A Educomunicação e a canção regional: uma possibilidade na educação musical, 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes). **Faculdade de Artes**, Universidade Federal do Amazonas.

Potencialidades da Educomunicação na Formação da(o) Pedagoga(o)¹

Marcos Vinicius Cavalcante Dos Santos²

Edilane Carvalho Teles³

A Educomunicação em conexão com a Pedagogia emerge como um campo social e dialógico que integra uma proposta de educação para a comunicação (e vice-versa), cujo percurso disruptivo e desafiador aos referenciais formativos estendem-se da Educação Infantil ao Ensino Superior, sustentados nos projetos transversalizados pelas mídias e tecnologias. Esta é a premissa que parte este estudo de viés metodológico qualitativo e exploratório, que sustenta-se na investigação dos documentos curriculares e na práxis da Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia (DCH III/UNEB), quanto ao entendimento da interface na formação inicial. Para tanto, propõe compreender as possibilidades da interseção, com destaque à formação de educadoras/es-Pedagogas/os (Teles, Reis, 2019), que atuam com práticas pedagógicas (edu)comunicativas de viés crítico-reflexivo no fomento à participação das/os protagonistas, além do currículo formal.

A presente proposta se justifica pelos resultados das experiências da Educomunicação como abordagem teórico-metodológica que no fazer dos projetos, constitui-se como essencial ao promover a formação frente aos desafios contemporâneos, enriquecendo a licenciatura verso uma educação mais inclusiva e interativa.

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Estudante do Curso de Pedagogia da UNEB-DCHIII, membro do Grupo de Pesquisa Polifonia (UNEB) e do Educere (UNEB), e-mail: marcosviniciusc750@gmail.com.

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Polifonia (UNEB) e membro do Mediações Educomunicativa (ECA-USP), e-mail: ecteles@uneb.br.

Ao longo dos anos, diversas propostas de inclusão da Educomunicação na licenciatura (Teles, 2022) tem evidenciado um profícuo diálogo entre as áreas a partir da emergência de percursos construídos na interface, que propõem um deslocamento das fronteiras dos conhecimentos aos centros das produções. Assim, através das idas aos contextos para observar, ouvir e agir, busca-se sistematizar os projetos para atender as demandas dos grupos, não exclusivamente, as dos currículos.

Ou seja, a constância dos movimentos na realidade difere dos modos com a educação formal tem tratado os saberes e conhecimentos, uma vez que a centralidade não está em etapas ou conteúdos pré-definidos. Aqui tem-se outra diferenciação, não leva-se um planejamento didático-pedagógico pronto, este é construído de forma coletiva e compartilhada com as/os participantes. Dessa forma, contribui com o paradigma educ comunicativo nos contextos escolares e na graduação, que passam a promover mais os processos e meios comunicacionais, dinamizando os percursos. Cabe refletir que esse processo é autoral, criativo e único, construído com os protagonistas. Reginaldo e Sartori (2020) evidenciam que pesquisas e práticas sociais demonstram a presença em todos os níveis formativos, da educação infantil ao ensino superior. No ensino superior, as pesquisas realizadas em cursos de graduação e pós-graduação, estão frequentemente em interface com áreas da comunicação, como o jornalismo; na educação básica, através de projetos que podem envolver rádios, jornais escolares e produções audiovisuais, evidenciando um estudo em expansão, como uma 'Pedagogia da/na Educomunicação'.

Para Melech (2016), a "Pedagogia da Educomunicação" emergiu para descrever as complexidades pedagógicas e políticas, visando materializar projetos midiático-pedagógicos que promovam uma educação mais humana, digna e democrática. Contudo, com a recenticidade do campo, existe um risco de 'inflação' terminológica e confusão entre os aspectos educacionais e comunicativos. Assim, é entendida como um arcabouço organizacional que inclui atividades e projetos colaborativos em diversas áreas do conhecimento, apresentando características multidisciplinares, pluridisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

A educomunicação propõe uma visão integrada com a das/os futuras/os pedagogas/os ao utilizarem as mídias e tecnologias de informação e comunicação (TIC's) como meios, compreendendo-os como componentes centrais do processo educacional. Entretanto, como afirma Soares (2011, p. 13-14)

Não pode ser reduzida a um capítulo da didática, confundida com a mera aplicação das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) no ensino. Nem mesmo ser identificada com alguma das áreas de atuação do próprio campo, como a “educação para e com a comunicação” (media e educação).

No curso de Licenciatura em Pedagogia (Bahia, 2019), destaca-se o componente curricular Educação e Comunicação, assim como um núcleo estruturante. Além disso, a formação inclui outro específico com as TIC's para refletir os usos de tecnologias, incentivando a criação de ambientes de aprendizagem interativos. Esse desenvolvimento de competências é essencial para conhecer os desafios hodiernos, onde as tecnologias desempenham um papel relevante na educação.

Nesse contexto, a prática reflexiva e crítica no uso das mídias e TICs é um dos pilares da educomunicação, estimulando as/os estudantes a questionar e analisar seu impacto na sociedade e na aprendizagem. Esse entendimento é fundamental para educar cidadãos/os conscientes e participativas/os, preparando-as/os para enfrentar os desafios reais do ambiente escolar e/ou formativo.

No percurso metodológico buscou-se compreender a relação entre a Educomunicação e a Pedagogia através de uma revisão bibliográfica (Freire, 1983; Kaplún, 2002; Soares, 2011) e análise documental (Bahia, 2019), assim como observação e escuta dos processos que ocorrem no curso, que permitiram identificar conceitos-chave do campo na integração com o ensino superior e nos diferentes níveis de educação. Incluiu ainda, a comparação das perspectivas sobre a pedagogia *da* e *na* educomunicação, destacando similaridades, diferenças e contribuições para o campo educacional com as práticas educ comunicativas e seus impactos na formação inicial.

A Educomunicação pode ser compreendida sob dois olhares distintos, o da Comunicação e o da Educação, ambos oferecendo perspectivas complementares e, ao mesmo tempo, distintas sobre este campo interdisciplinar. A Comunicação foca a interação comunicativa, utilizando mídias e tecnologias como ferramentas pedagógicas. Assim, alinha-se com a pedagogia crítica e as teorias histórico-sociais, ao promover ecossistemas comunicativos que fomentam interações abertas e democráticas. Transformações sociais são incentivadas através da alfabetização

mediática e digital, no exercício da expressão como um direito universal. Além disso, propõe um diálogo entre diferentes agências de socialização, como escola, família e mídia, para configurar os sentidos sociais e promover a democratização dos meios de comunicação.

Por outro lado, na Educação assume um papel integrador nos processos de ensino, considerando as mídias e tecnologias não apenas como ferramentas pedagógicas, mas como componentes centrais do ensino-aprendizagem. Aqui o enfoque está na formação pedagógica e na integração da comunicação com as práticas educacionais, preparando pedagogas/os para os desafios contemporâneos da educação midiática; promover a empatia e a alteridade como fundamentos para o diálogo e a construção de relações mais humanizadas no ambiente educativo; incentiva a formação de cidadãos/os críticos e participativos.

As diferenças entre as duas abordagens estão na ênfase curricular e nos objetivos educativos. A Comunicação nas práticas comunicativas, mediação tecnológica e transformação social, a Educação concentra-se na formação pedagógica, integração curricular e diálogo de saberes. Ambas convergem na importância de preparar as/os educadoras/es para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea, incorporando as mídias e tecnologias de maneira crítica e reflexiva.

Referências

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Comissão de Reformulação Curricular. **Projeto de Reconhecimento do Curso de Pedagogia** - Licenciatura. Campus III. Juazeiro, 2019 (em reformulação).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

MELECH, Edgard C. **Educomunicação**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1248/47/MELECH%2C%20Edgard%20Cesar%20-%20Educomunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024. 6023.

REGINALDO, Thiago; SARTORI, Ademilde Silveira. Da Pedagogia da Educomunicação à Pedagogia na Educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. 70–80, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/169213>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil** – Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, setembro, 2000. Disponível em: Acesso em: 13 fev. 2013.

TELES, Edilane Carvalho (Org.). **Pesquisas e projetos em Educomunicação**. Formação, contextos e percursos docentes. Curitiba, CRV, 2022.

TELES, E. C., & Reis, E. dos S. (2019). A inter-relação Educação e Comunicação na formação do pedagogo. **Esferas**, (13), 51-59. <https://doi.org/10.31501/esf.v0i13.10410> Acesso em: 11 jun. 2024.

Abordagens educacionais no Semiárido: uma análise das produções científicas¹

Edielson Teixeira Mota²

Edilane Carvalho Teles³

Este estudo tem por objetivo analisar como o conceito de Educomunicação é utilizado nas abordagens acadêmicas relacionadas ao Semiárido. A pesquisa é fruto de investigações no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia. Para tanto, foi utilizado o Google Acadêmico, com os descritores “Educomunicação” e “Semiárido” e selecionados artigos com base na relevância e presença dos termos no título, sem um recorte temporal específico. A análise se concentrou na identificação como o termo é empregado nos estudos, destacando principais abordagens e desafios mencionados pelas/os autores.

Os estudos no campo da Educomunicação abordam uma variedade de conceitos para a compreensão da interface entre Educação e Comunicação, frequentemente polissêmicos. Contudo, ainda não há um consenso entre os pesquisadores sobre suas definições e aplicações, se consolidando como uma área de práxis significativa e em emergência.

Em paralelo, o Semiárido brasileiro, que se estende predominantemente pelas regiões Nordeste e Sudeste, abrange os biomas da Caatinga e do Cerrado, apresentando uma riqueza cultural e social única, com características próprias que

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia. Graduado em jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Pesquisa Polifonia (UNEB). E-mail: edielsonjornalista@gmail.com

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Polifonia (UNEB) e membro do Mediações Educomunicativa (ECA-USP). E-mail: ecteles@uneb.br

influenciam as práticas educacionais nas regiões. Dessa forma, para compreender o cenário de diversidades conceituais e metodológicas, um quadro com os artigos é detalhado, incluindo informações sobre os objetivos e as interpretações do conceito e das bases epistemológicas empregadas. Conclui-se com uma reflexão sobre os impactos das abordagens nas práticas educacionais e comunicativas, explorando como as especificidades do Semiárido influenciam e são influenciadas.

Com o avanço das tecnologias, a ampliação e recepção dos meios de comunicação de massa sobre comportamentos, valores e percepções em escala global, tende a padronizar e homogeneizar os produtos culturais, promovendo uma conformidade que desestimula o pensamento crítico e a criatividade individual (Adorno, 1999). É nesse cenário que a Educomunicação se apresenta como um campo teórico e prático que busca repensar e reestruturar o papel da comunicação na educação. Em contraste com a comunicação de massa, que frequentemente opera de maneira unidirecional, propõe uma abordagem dialógica, na qual a comunicação é vista como um processo participativo e colaborativo, capaz de promover o protagonismo dos sujeitos e fomentar um ambiente mais inclusivo e crítico.

Os pressupostos apresentados por Soares (2011) ajudam a definir a interseção entre os campos, mostrando como a Comunicação é um fenômeno intrínseco a todas as formas de Educação. Argumenta que a educação é, em sua essência, uma forma de "ação comunicativa", o que implica que o modo como é conduzida dentro do processo educativo é fundamental para a identidade do processo. Esse entendimento revela que diferentes modelos de comunicação dentro de um ambiente educacional podem gerar resultados variados. Por exemplo, uma educação que adota um modelo dialógico e participativo tende a aumentar a motivação e melhorar as relações entre professores e alunos, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e um maior engajamento na transformação social e no desenvolvimento de uma consciência crítica e democrática.

Além disso, Soares (2011) explora a educomunicação como um campo de interface entre educação e comunicação, destacando a necessidade de um diálogo entre esses campos para responder às exigências sociais. A educomunicação é vista como um espaço que promove a interação e a colaboração, reconhecendo o direito à expressão tanto da mídia quanto do público. Esse enfoque na gestão compartilhada e na participação ativa reforça a importância de ampliar o potencial comunicativo

dentro das comunidades educativas, considerando não apenas as dinâmicas internas da escola, mas também o impacto social mais amplo da comunicação.

A relevância da Educomunicação se torna ainda mais evidente quando consideramos os contextos específicos e as particularidades regionais. O semiárido, com sua riqueza cultural e diversidade social, desafia as narrativas homogeneizadoras da cultura de massa e exige abordagens educacionais que reconheçam e valorizem suas especificidades. Nesse sentido, se coloca como um instrumento metodológico para mediar as interações entre os campos, promovendo práticas que respeitem as tradições e saberes locais, enquanto dialogam com as dinâmicas contemporâneas da comunicação global.

O Semiárido brasileiro é uma região de grande importância geográfica e cultural, ocupando 12% do território nacional e abrigando aproximadamente 28 milhões de habitantes, distribuídos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%). Esta distribuição o torna um dos semiáridos mais povoados do mundo. A recente atualização do mapa, que inclui o estado do Espírito Santo, amplia ainda mais a compreensão da diversidade e complexidade da região. A nova configuração cobre uma área total de 1.335.298 km², refletindo a vastidão e a importância sociocultural.

De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o bioma é caracterizado por condições climáticas adversas, como a seca prolongada e a irregularidade das chuvas, que são acompanhadas por altos índices de evapotranspiração e a predominância da vegetação de caatinga. Essas condições impõem desafios significativos para o desenvolvimento econômico e social da região. Historicamente, o Semiárido brasileiro tem sido marcado por contradições e injustiças sociais. Conforme Silva “[...] Os indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda são os piores em relação à média nacional” (2007, p. 470). Esses desafios são exacerbados por determinismos sociais, econômicos, políticos e culturais que ‘moldam’ a percepção e a realidade vivida. Assim, muitas vezes é visto como um espaço problemático, o que contribui para uma visão redutora e estereotipada na mídia de massa, que reforça a imagem de uma região inviável para o desenvolvimento.

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com o objetivo de identificar como o termo é empregado nos estudos,

com um enfoque qualitativo sobre a análise do material para identificar, avaliar e interpretar estudos já realizados. Para a realização são destacadas três etapas: planejamento, condução e relato da RSL.

A primeira etapa da pesquisa envolveu a definição das categorias que guiaram a busca dos artigos com os descritores escolhidos, a qual foi organizada de acordo com a ordem em que os artigos foram apresentados na página de resultados. Após a etapa inicial, foi detectado na aba de pesquisa um total de 490 trabalhos que incluíam as palavras-chave no título ou no resumo do trabalho, e que abordavam a relação entre Educomunicação e o Semiárido. No entanto, para garantir um foco mais específico e uma análise aprofundada, foi delimitado um total de 10 artigos. Essa delimitação foi feita com base na relevância dos estudos e na pertinência dos seus achados para o tema da pesquisa.

Diante dos dados encontrados, conclui-se temporalmente que a convivência com o Semiárido exige uma abordagem que vá além dos determinismos climáticos, reconhecendo a complexidade sociocultural da região. A educomunicação envolve metodologias ativas, e embora não seja uma solução definitiva, configura-se como uma prática que busca contextualizar suas ações de acordo com as particularidades dos agentes participativos, que alinhada às especificidades culturais e sociais, pode e deve ser apropriada como um mecanismo para conectar os sujeitos ao seu território, com a realidade local e desmistificando estereótipos. Dessa forma, contribui para a construção de narrativas que valorizam e integram os saberes e vivências das comunidades, possibilitando um discurso mais significativo e menos preconceituoso sobre a região.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. Os Pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1999.

BRASIL. **Instituto Nacional do Semiárido** - INSA. In <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro> Acesso em 29 de ago. 2024.

CASTRO, I. E. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L. (Org.) Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 103-133, 2001.

Letras Ambientais. **Semiárido brasileiro tem nova delimitação desde janeiro de 2024**. In <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024> Acesso em 29 de ago. 2024.

LIMA, E. S. **Formação continuada de professores no semi-árido**: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2008. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download . Acesso em: 28 ago. 2024.

SILVA, R. M. A da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Donizete. **Educomunicação**: o que é isto. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/> . Acesso em: 29 ago. 2024.

Políticas Públicas Educacionais e a Educomunicação na Formação de Pedagogos UFU¹

Sandra Lúcia Horani²

Diva Souza Silva³

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação e a influência crescente dos meios de comunicação têm alterado profundamente o cenário educacional. A escola e a imprensa deixaram de ser os únicos disseminadores de conhecimento, foram superados e suplantados; na atualidade, o indivíduo médio não se imagina sem mídias; o smartphone tornou-se uma extensão quase natural dos membros do corpo, enquanto curtidas, links, Inteligência Artificial e aplicativos fazem parte integral da forma como percebe e interage com o mundo. Diante desse panorama, a necessidade de refletir sobre a adequação do sistema educacional a essas mudanças vai além da melhoria da conexão e da aquisição de equipamentos, da abertura e difusão da utilização dos REDs (Recursos Educacionais Digitais). A transformação necessária é estrutural e temos aqui na América Latina o alicerce epistemológico da Educomunicação, que através de experiências engajadoras propõe uma busca pela transformação social, além do domínio das ferramentas através da educação midiática que nos garante acesso ao direito fundamental de liberdade de expressão.

A Educomunicação, embasada nos princípios de Paulo Freire (1987) e na comunicação dialógica, oferece uma base sólida para essa integração necessária entre Educação e Comunicação, o novo perfil dos cidadãos e as demandas da sociedade digital tornam-se evidentes. Neste contexto, a Educomunicação emerge como um campo autônomo de conhecimento, essencial para conectar práticas educativas e comunicativas que possibilitem investigar o universo se colocando como

¹Trabalho apresentado no eixo nº 6 Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação Midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Comunicação e Tecnologias da Universidade Federal de Uberlândia. FAGED/PPGCE/UFU, na linha de pesquisa Mídias, Educação e Comunicação, e-mail: horani@ufu.br

³ Professora orientadora do Programa de Pós-graduação em Educação, Comunicação e Tecnologias da Universidade Federal de Uberlândia. FAGED/PPGCE/UFU, e-mail: diva@ufu.br

aprendiz, fazendo sua própria leitura de mundo. Essa pesquisa visa explorar a importância de integrar o processo educacional na formação de pedagogos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pela análise dos P.P.P. dos cursos e fichas de disciplinas, verificaremos ainda se esta abordagem se alinha aos programas e a Política Pública de Inovação Educação Conectada e a legislação educacional vigente até a DCN 2024.

A Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC) conta com investimentos para o eixo de conectividade de diversas fontes e programas federais como o PIEC (Política de Inovação Educação Conectada), FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações), o Programa Aprender Conectado, o Wi-Fi Brasil, a Lei nº 14.172/2021 (alterada pela Lei nº 14.640/2023), entre outros. O investimento previsto até 2026 é de R\$6,5 bilhões (pelo novo PAC), isso apenas para o eixo de conectividade. A proposta das políticas públicas de Inovação Escolas Conectadas (PIEC) e seu programa é composta de três etapas e foi lançada pelo MEC em 2015 tendo sido reestruturado em 2018; e seu principal objetivo é modernizar a infraestrutura tecnológica das escolas e integrar essas tecnologias de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, apenas disponibilizar equipamentos e acesso à internet não é suficiente para promover mudanças educacionais profundas. É fundamental que essas tecnologias sejam integradas a práticas pedagógicas inovadoras e sustentáveis para que a educação oferecida seja realmente enriquecedora, envolvente e transformadora. O Escolas Conectadas tem como objetivo atualizar a infraestrutura escolar, mas seu sucesso depende da integração com abordagens pedagógicas que otimizem o uso das tecnologias.

Como mestrande no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Educação e Tecnologias e servidora da FAGED na UFU que é uma Unidade acadêmica que abriga os cursos de Pedagogia e Jornalismo tenho com essa pesquisa em desenvolvimento inicial, a oportunidade de vislumbrar a integração desses dois cursos que já orbitam em uma Faculdade de Educação, o objetivo é pesquisar a integração da educação na formação continuada de pedagogos e avaliar seu impacto nas políticas públicas educacionais, com ênfase na Política Pública Educação Conectada (PIEC), na Estratégia Nacional de Educação Conectada (ENEC) e no programa Escolas Conectadas. A hipótese principal é que o Processo Educativo, fundamentado na prática de aprender ensinando e ensinar

aprendendo por meio da comunicação dialógica, pode proporcionar uma transformação significativa para os diversos ecossistemas educacionais, adaptando-se às variadas perspectivas e inovações e promovendo um impacto positivo por meio da educomunicação.

O referencial teórico da pesquisa será baseado em contribuições de autores que exploram a interseção entre comunicação, educação e tecnologias. Mario Kaplún (1998), o pioneiro a utilizar o termo educomunicação, defendeu a necessidade de unir educação e comunicação para criar práticas pedagógicas que promovam um diálogo crítico e reflexivo sobre as mídias, sua abordagem enfatiza a importância de não apenas utilizar a tecnologia, mas de integrá-la de forma a estimular uma análise crítica e construtiva.

Ismar de Oliveira Soares (2000, 2024) contribui com análises sobre a integração das tecnologias digitais no ensino, destacando a necessidade de formação adequada para os educadores e a adaptação dos currículos para incluir essas tecnologias de maneira eficaz.

A pesquisa será conduzida por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Serão examinadas as diretrizes e legislações relevantes, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Pedagogia (DCN 2024), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Constituição Federal de 1988. Também serão analisados documentos relacionados às políticas PIEC, ENEC e ao programa Escolas Conectadas, bem como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Pedagogia da UFU.

A revisão bibliográfica será realizada nas bases Capes, Scielo, IBICT, focando nas obras de Paulo Freire (1977, 1987), Mario Kaplún (1998), Ismar de Oliveira Soares (2000, 2024), Adilson Citelli (2000), Maria Aparecida Baccega, Jefferson Mainardes, Jesús Martín Barbero (2014) e Laurence Bardin (1977). Ressaltamos que não será possível exaurir nesse momento as indicações de obras dos autores que serão pesquisadas em virtude de se tratar de projeto de pesquisa inicial, ainda embrionário. O objetivo é possibilitar compreensão sobre a integração da educomunicação na formação de pedagogos, analisando como essa abordagem pode apoiar a implementação das políticas PIEC e ENEC e promover uma educação

mediática cidadã. A partir da perspectiva da educomunicação, a pesquisa explora como essa abordagem pode transformar a prática pedagógica ao adotar métodos dialógicos e colaborativos. Numa visão apoiada na pedagogia crítica de Paulo Freire (1987) e considerando toda a força da Educomunicação com bases latino americanas faremos corpo a defesa de que a educação deve ser um processo de diálogo contínuo e conscientização mútua, onde o aprendizado é construído de forma coletiva e estimula a reflexão crítica. A educomunicação, ao incorporar as mídias digitais e promover a comunicação participativa, pode enriquecer o ambiente educacional e apoiar a formação de pedagogos que não apenas transmitam conhecimento, mas também incentivem uma análise crítica e reflexiva por parte de todos os envolvidos.

A pesquisa buscará alinhar como a Educomunicação pode ser implementada de maneira a transformar a prática educativa, alinhando-se às necessidades dos alunos e às exigências das políticas públicas. O objetivo é contribuir para uma educação mais inclusiva e crítica, onde pedagogos e alunos se envolvem ativamente no processo de aprendizagem. Esta abordagem visa preparar os pedagogos para criar práticas educativas dinâmicas, baseadas no diálogo e na interação, promovendo uma leitura crítica e transformadora do mundo. Assim, pretende-se formar cidadãos que compreendam e interajam com as mídias e o contexto social de maneira reflexiva, buscando justiça social e um entendimento mais profundo das diversas realidades que os cercam.

Referências

- BARBERO, J. M. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L.1977.Analise_de_conteudo.Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em 15 out. 2024.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CITELLI, A. **Comunicação e educação: A Linguagem em Movimento**. São Paulo: SENAC, 2000.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Ediciones de La Torre, Madrid. 1998. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3709744/mod_resource/content/1/Uma%20Pedagogia%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o %20M%C3%A1rio%20Kaplun.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3709744/mod_resource/content/1/Uma%20Pedagogia%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A1rio%20Kaplun.pdf). Acesso em 15 out. 2024.

SANTOS, W. C.; PEREIRA, A. M.; GHISLENI, T. S. **A educomunicação como campo do conhecimento para o ensino e aprendizagem no século XXI**. *Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas*, Santa Maria (RS, Brasil), v. 21, n. 1, p. 141–151, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/3111>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOARES, I. O. **Educomunicação e práticas educativas**. São Paulo: Editora Salesiana, 2000.

SOARES, I. O. **Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil**. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 1, p. 7–24, 2018. (ECA USP). DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em 15 out. 2024.

SOARES, I. O. **Educomunicação e a formação de professores no século XXI**. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002657105.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024

Educomunicação e mercado de trabalho: uma análise Quali/quantitativa¹

Claudemir Edson Viana²

Vinícius Caetano Lopes Romera³

Introdução

Durante o ano de 2022 foram realizadas 2 pesquisas no campo da educomunicação realizadas pela aluna Marina Alencar Perrenoud, então discente da Licenciatura em Educomunicação, curso da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e à época estagiária na coordenação pedagógica do curso, com os egressos e com os então discentes do curso a respeito da formação em educomunicação de forma bastante geral, buscando encontrar pontos positivos e fragilidades a respeito do curso como um todo, onde foram encontrados dados bastante interessantes e relevantes para diversas análises Sobre curso de educomunicação.

No ano de 2023, no período de abril a agosto, foi desenvolvido uma iniciação científica, a partir de uma bolsa PIBIC/CNPq por Vinícius Caetano Lopes Romera e sob orientação do professor doutor Claudemir Edson Viana (ECA/USP), buscando nessas pesquisas um enfoque na análise das informações a respeito do mercado de trabalho, aplicando uma outra pesquisa com enfoque direto em perguntas sobre o mercado de trabalho e buscando mais dados que pudessem embasar uma visão mais completa a respeito do desenvolvimento do curso e do ingresso dos licenciados do curso em questão no mercado de trabalho. O projeto então foi submetido, apresentado e aprovado no SIICUSP no final de 2023.

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² adicionar aqui mini currículo claudemir

³ Licenciando em educomunicação na ECA/USP, possui formação técnica em informática e atualmente trabalha no instituto nacional de ciência e tecnologia da biodiversidade da amazônia azul(INCT-BAA) atuando em São Paulo/SP contato:vinromera@usp.br

Neste resumo expandido pretende-se apresentar alguns dos aspectos da formação profissional e atuação na sociedade do/a educador/a, de modo a contribuir para a prática profissional, as oportunidades de mudanças em práticas sociais e atitudes sociais, procurando promover a formação para a mediação cultural por meio da comunicação, e a partir das relações interpessoais e de assuntos que lhes interessa e/ou lhes afeta, podendo interpretá-los e expressar-se a respeito por meio de diversas mídias e tecnologias digitais disponíveis, ou não, talvez simplesmente com o diálogo frente a frente como prática sócio histórico cultural que a educação procura explorar, o que requer conhecimentos sistematizados e qualificados do profissional formado neste jovem campo profissional.

Metodologia

As três pesquisas foram produzidas a partir de perguntas em formulário google cujo link foi enviado por e-mail para os grupos de estudo, cada uma com seu número de questões adaptadas para o que se buscava.

Os dados colhidos foram sistematizados em forma de tabelas e gráficos, e foi preparada uma síntese para socialização dos resultados, em forma de tópicos com as sínteses dos resultados obtidos e o que se poderia observar.

Então, os dados foram retomados, e uma análise complementar foi realizada de modo a problematizar os resultados por um lado, e por outro lado, realizando as leituras do projeto pedagógico do curso e textos de referência que tratam do assunto, e que estão nas referências abaixo. Onde podemos destacar a definição do perfil profissional do Educador de Ismar de Oliveira Soares:

“Nesse contexto de múltiplas tarefas, o perfil do novo profissional exigirá do candidato às várias funções que se exerce para adquirir habilidades voltadas:

1º) ao planejamento, à gestão e avaliação de programas e projetos na interface comunicação/educação;

2º) ao uso das tecnologias da informação e da comunicação, de forma colaborativa, nos diferentes âmbitos da prática educativa, envolvendo os agentes (formadores e formandos) na arte da produção midiática; 3º) ao assessoramento do sistema de meios de comunicação no que se refere à produção destinada ao âmbito educativo;

4º) ao desenvolvimento de trabalhos de recepção organizada das mensagens midiáticas;

5º) à reflexão e à sistematização de suas próprias experiências na interface comunicação/educação, de forma a garantir a difusão das práticas no novo campo”

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio*. Editora Paulinas, 2012. Pág 68.

Numa perspectiva de análise qualitativa aprofundada, buscou-se realizar entrevistas com alguns dos egressos para saber de sua atuação profissional. Foram enviadas mensagens para 10 egressos por três vezes, convidando para participar da pesquisa e responder um novo questionário. Somente duas respostas foram recebidas. Devido a esse baixo valor de respostas, a 3ª pesquisa não é objeto de análise desse resumo ou artigo e os gráficos apresentados se referem às outras pesquisas, com um maior escopo de participação.

Acreditamos que para participação maior em futuras pesquisas nessa fase de aprofundamento qualitativo será necessária uma estratégia de comunicação mais robusta e por outros meios que não apenas o e-mail.

Na sequência, foi feito um documento de análise dos dados e das informações em mãos, para iniciar uma investigação que identificasse características e aspectos particulares à inserção do Licenciado em Educomunicação no mercado de trabalho.

Resultados

Quanto à pesquisa de 2022 realizada com os egressos, feita com 24 egressos, a partir dos resultados principalmente das perguntas 2 a 17, podemos concluir que o perfil do educador no mercado de trabalho atualmente é de um trabalhador CLT, entre 22 e 29 anos, que atua no mercado de trabalho a pelo menos 4 anos, que trabalha nas áreas de educação e comunicação, principalmente relacionado a área cultural ou social, num regime de ao menos 40 horas semanais, e que encontraram pouca dificuldade para entrar no mercado de trabalho, mas com dificuldade de

encontrar um espaço de divulgação de vagas e encontrar vagas específicas para a formação em educomunicação.

Na pesquisa de 2022 realizada com 45 discentes de educomunicação em 2022, dos quais 40% ingressaram no próprio ano de 2022, aponta que o estudante de educomunicação é um jovem, entre 18 e 29 anos, já com alguma experiência anterior ao curso: curso técnico ou outra formação profissional ou superior e já trabalha ao menos em um período.

Considerações

A partir dos dados coletados podemos concluir que, apesar ainda de um certo desconhecimento a respeito do curso, os/as educadores tem adentrado o mercado de trabalho de forma bastante significativa, ganhando cada vez mais espaços em diferentes funções como produção midiática, comunicação comunitária, projetos socioculturais, educação midiática e informacional, na gestão de espaços multimídia, atuação em projetos de diferentes áreas da sociedade como saúde, direitos humanos, artes, dentre outras, o que vem também aumentando oportunidades de novos cargos e funções.

Por consequência, são trabalhos de caráter criativo, de gestão dos processos comunicativos com intenção educativa, tornando-se o/a profissional que tem a capacidade de atuar inter e transdisciplinarmente nos projetos, o que os/as torna mais valorizados no mercado de trabalho atual, em que as mediações midiáticas e tecnológicas da cibercultura estão tão presentes em nossos cotidianos.

Vale ressaltar também que, nas perguntas de caráter qualitativo e opinativo, os egressos deixam claro que sua formação teórica foi bastante adequada ao mercado de trabalho, porém sentem uma falta de habilidade na questão mais técnica de produção de produtos audiovisuais e gestão de projetos por exemplo, tema que, segundo os ex-alunos, só foram aprender com mais profundidade no próprio mercado de trabalho.

A partir da pesquisado, também podemos observar que os alunos formados no curso de educomunicação tem se deslocado de forma bastante majoritária para as áreas de atuação apontadas a princípio de forma teórica pelo professor Ismar de

Oliveira Soares, consolidando as ideias do curso e da área de atuação de seus Licenciados.

Abaixo apresentamos alguns resultados em forma de gráficos de algumas das perguntas realizadas nas pesquisas realizadas, com o enfoque na questão do mercado de trabalho, para contribuir com a análise e para que, com essas informações publicizadas, consigamos mais espaço para o reconhecimento da educomunicação como profissão pelo poder legislativo do Brasil se ligando assim com o tema do nosso X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

Ilustrações e Tabelas: Pesquisa com os egressos

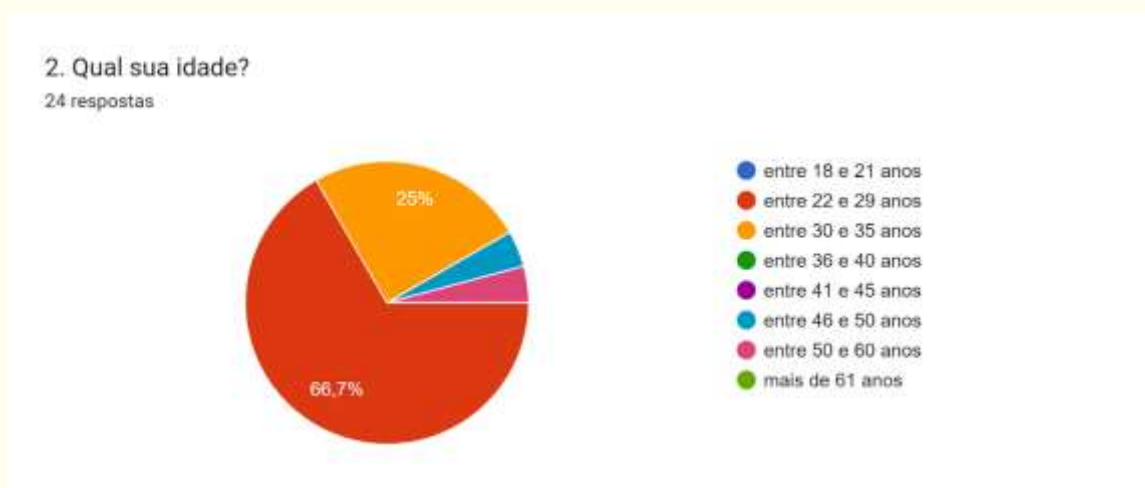


Gráfico 1: idade dos egressos

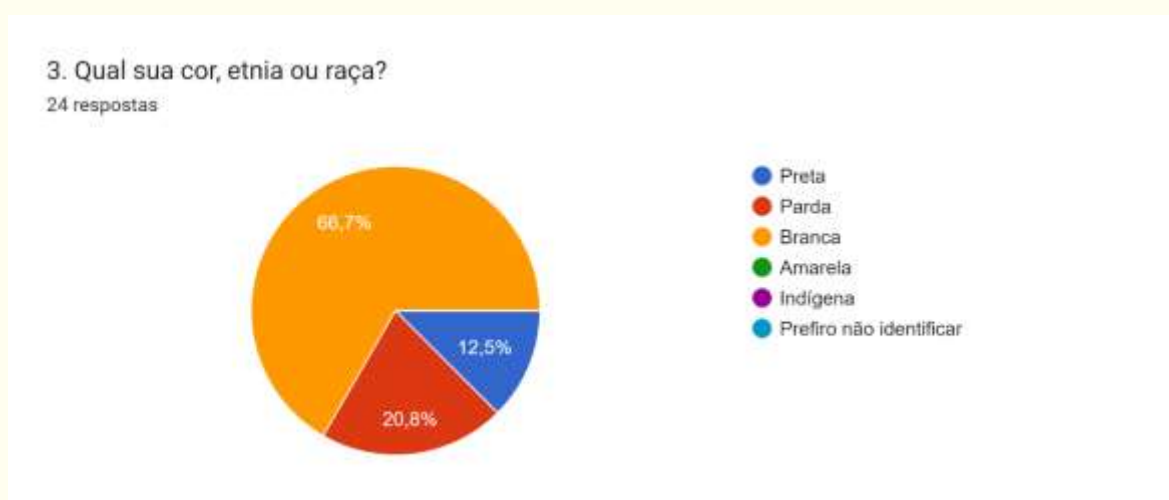


Gráfico 2: Raça/etnia dos egressos

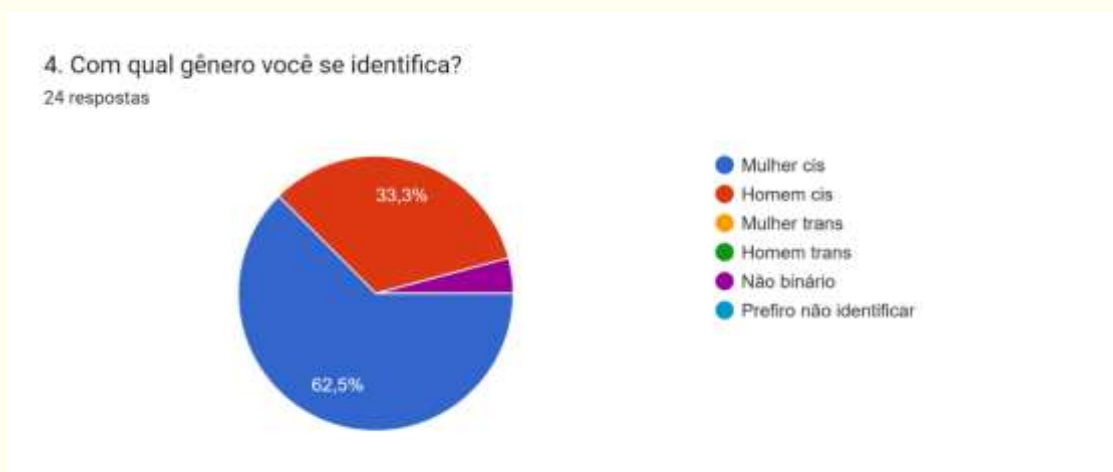


Gráfico 3: Gênero dos egressos

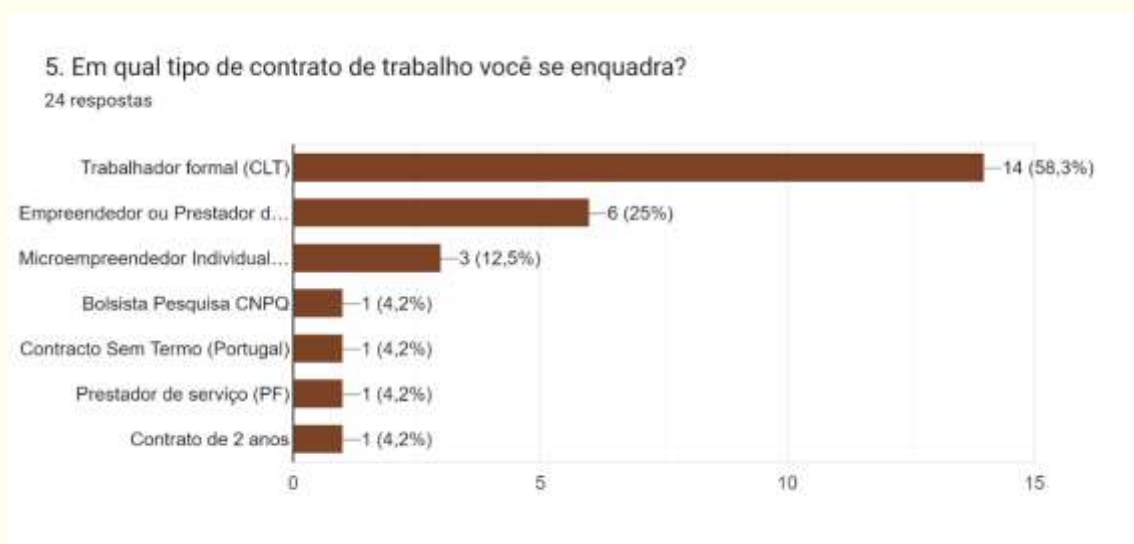


Gráfico 4: tipo de contrato de trabalho dos egressos



Gráfico 5: Função no trabalho dos egressos

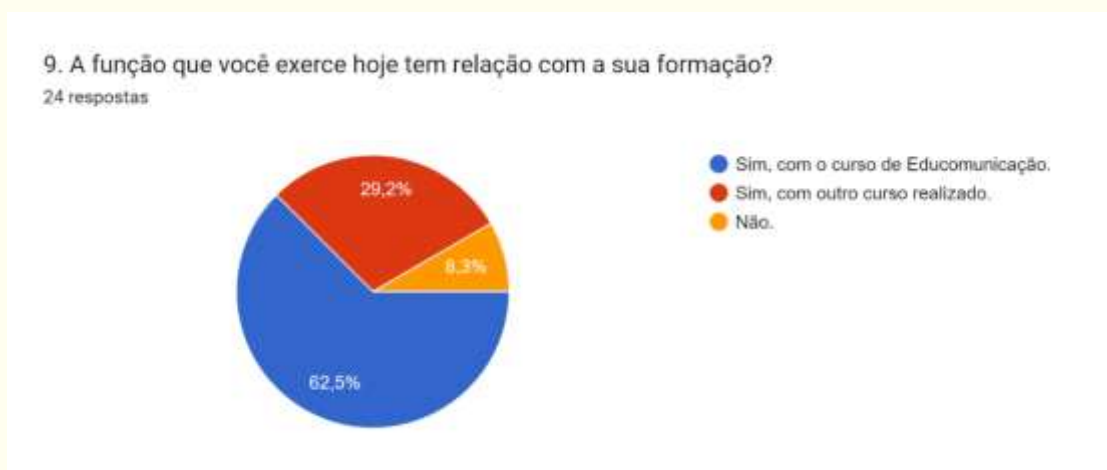


Gráfico 6: relação formação - trabalho dos egressos

10. Quantas horas semanais você trabalha?

24 respostas

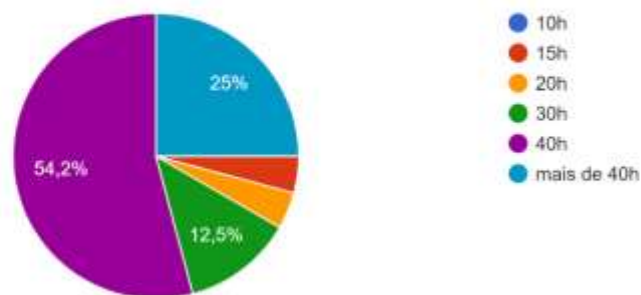


Gráfico 7: carga horária e horas semanais de trabalho

12. Há quanto tempo você trabalha na atual instituição ou empresa?

24 respostas

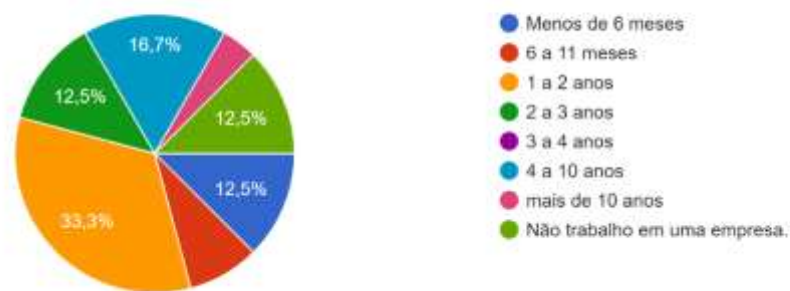


Gráfico 8: tempo de trabalho na função dos egressos

Gráficos 9: Tempo de trabalho na atual empresa dos egressos



Gráfico 10: relação trabalho cultura dos egressos

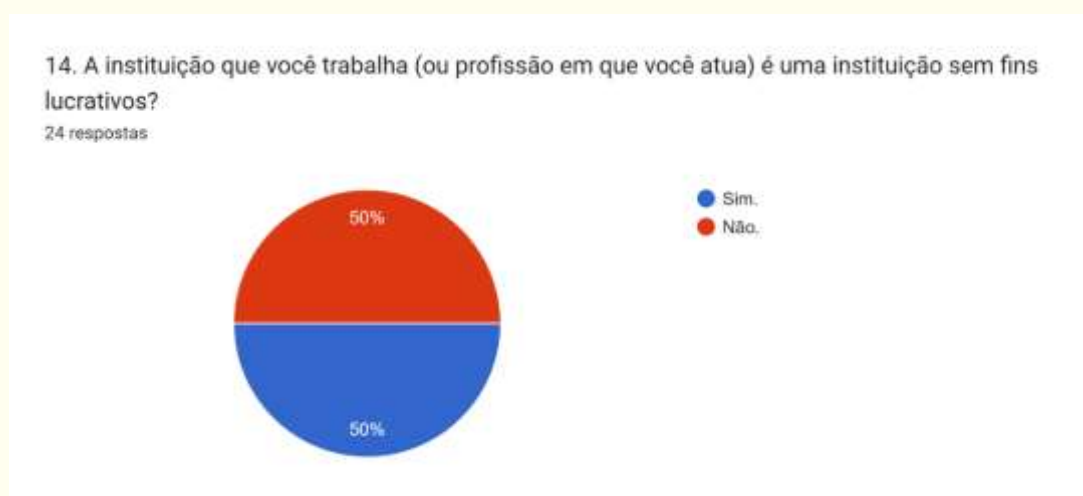


Gráfico 11: relação Trabalho em ONGS – egressos

15. Você encontrou alguma dificuldade para entrar no mercado de trabalho?

24 respostas

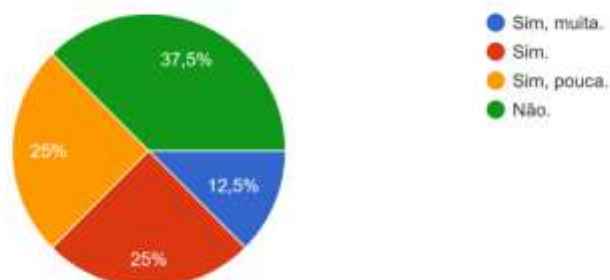


Gráfico 12: dificuldade de ingresso no mercado de trabalho egressos

17. Se houve dificuldade, qual dessas você viveu?

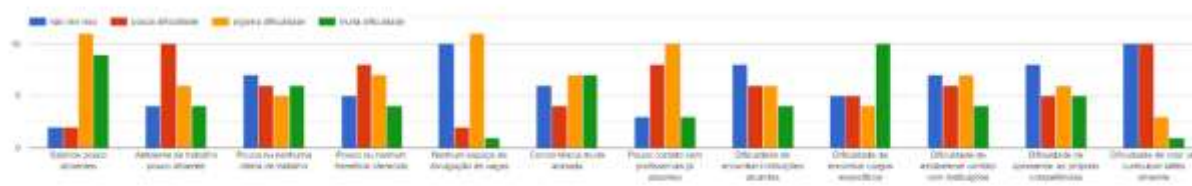
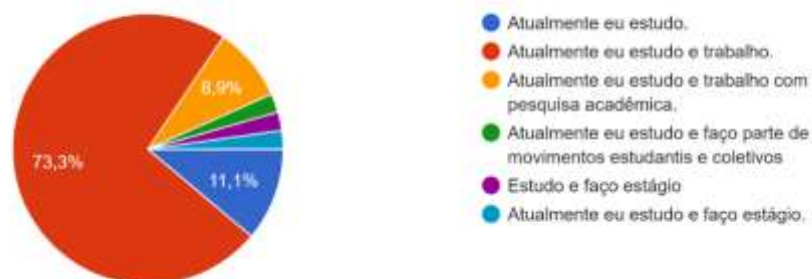


Gráfico 13: dificuldades do mercado de trabalho egressos

6. Você se enquadra em qual descrição abaixo?

45 respostas



Gráficos 14: relação estudo e trabalho discentes

Referências

CESAR, Gabriele Ribeiro; SANTOS, Patrícia Conceição; PENA, Juliana Araujo; VIANA, Claudemir Edson; HERNANDEZ, Carla Patrícia. **Prática educ comunicativa na formação em motricidade orofacial: relato de experiência**. Revista Distúrbios da Comunicação. PUC/SP.2018. ISBN-2176-2724 (B2-Educação).

<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/art>

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson. (Org.). **Educomunicação: caminhos entre a pesquisa e a formação**. II Congresso Internacional de Comunicação e Educação. Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação e Núcleo de Comunicação e Educação da USP. São Paulo. 2021. ISBN-13 (15). 978-65-87460-02-4.

<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/book/28>.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio. Editora Paulinas, 2012.

SILVA, Maurício; VIANA, Claudemir Edson. **Expressão comunicativa por meio da Arte construindo e refletindo sobre uma área de intervenção da Educomunicação**. Revista Comunicação & Educação, v. 24, p. 07-19, 2019. INSS 01046829 (A2).

VIANA, Claudemir Edson; FERRAZ, Luci. **A cultura digital e a Educomunicação como novo paradigma educacional**. Revista FGV Online.V. 3 6ª. Edição. Dezembro 2013. ISSN 21798729.

VIANA, Claudemir E; MUNGIOLI, Maria Cristina P; FIGARO, Roseli. **A formação do educ comunicador: desafios de uma nova profissão no contexto das transformações do mundo do trabalho**. Revista Comunicação & Educação/USP. Ano XXIV – n. 2 – jul/dec 2019. São Paulo.

VIANA, Claudemir E; Saad, Maytê Aché. **Campo de experiência: educ comunicação**. In: SANTOS, Milton Alves; LADEIA, Rita. Fortalecendo Projetos de Vida. SP. Ação Comunitária do Brasil. p. 166-180. 2015. ISBN 9788566991055

VIANA, Claudemir Edson. **Educomunicação na Atualização de Docentes do Ensino Básico: a Educação Crítica e Emancipatória em Tempos de Cibercultura**.

Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Mídias, Comunicação e Educação: Interfaces. v. 14 n. 36. p. 20-32: 2019. INSS 21752613 (B1-Educação)

VIANA, C. E. **Trajetórias da educomunicação nas políticas públicas e a formação de seus profissionais, histórias a partir de encontros** - Prefácio. in: SOARES, I. O.; VIANA, C. E. *Trajetórias da Educomunicação nas Políticas Públicas e a Formação de seus Profissionais*. ABPEducom, Palavra Aberta. 2021. p.11-17..ISBN-13 (15) 978-65-87460-03-1

<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/30/22/933-1>

De que Educação Midiática falamos?

Um olhar para ações governamentais no Brasil¹

Nathália Coelho da Silva²

Cristine Rahmeier Marquette³

Esta comunicação tem como objetivo tecer reflexões sobre a natureza das ações governamentais brasileiras em torno da formulação de políticas públicas em educação midiática, que estão ocorrendo desde 2023 com a elaboração do documento *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* (EBEM), sobretudo no que tange à articulação do tema com a Educação Básica e a formação de professores. Tais reflexões partem de estudos feitos em doutoramento de Marquette (2021) e em pesquisa de pós-doutoramento de Silva, em andamento desde junho de 2024. Uma das etapas de pesquisa de campo da tese de Marquette (2021), que tinha como tema a alfabetização midiática⁴ como caminho para o combate à desinformação, foi participar de evento internacional organizado pela União Europeia, em 2019, que ocorreu em Helsinque, Finlândia, intitulado “Rumo a uma boa vida nos anos 2020: aprimorando a cidadania e a coesão social por meio da alfabetização midiática”. Durante o evento, foi apresentado o cenário atual da alfabetização midiática na Europa, seus principais desafios e sugestões de avanços. Durante as pesquisas iniciais de Silva, por outro lado, identificou-se pontos de convergência com as

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 – *Reflexões Epistemológicas sobre o campo da Educomunicação e Educação Midiática* do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, com bolsa CNPq. Estuda ações didático-pedagógicas dos professores da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, orientadas à Educação Midiática, com base nas competências 5 e 7 e do Campo jornalístico-midiático da BNCC. Jornalista, escritora e Dra. em Literatura e Práticas Sociais pela UnB. Membro do grupo de pesquisa Observatório Internacional Estudantil da Informação – ObservInfo, vinculado à Faculdade de Comunicação/UnB. E-mail: nathaliacoelho@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação pela Unisinos. Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE. É graduada em Comunicação Social - Habilitação Relações Públicas pela UFRGS. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Observatório Internacional Estudantil da Informação – ObservInfo, vinculado à Faculdade de Comunicação/UnB. E-mail: cristinemarquette@gmail.com.

⁴ Na perspectiva de David Buckingham (2022), há uma diferença conceitual para “educação midiática” e “alfabetização midiática”. Enquanto o primeiro se refere à institucionalização de ações, com a construção de políticas públicas, currículos e estratégias; o segundo refere-se ao resultado das ações, à pragmática de um entendimento crítico sobre a mídia, por parte do público, adquirido por meio de um desenvolver pedagógico.

estratégias lançadas pelo governo federal brasileiro e o que vem sendo debatido no cenário europeu, mas também lacunas que dificultam o desenvolvimento de políticas públicas mais condizentes com a situação da educação e da comunicação no Brasil. Este trabalho pretende, portanto, apresentar o que foi discutido no evento europeu e estabelecer pontos de tangência com o observado no documento lançado pelo governo brasileiro. Durante a análise, as pesquisadoras se propõem a refletir sobre o cenário nacional, na intenção de contribuir para o avanço das políticas públicas brasileiras de educação midiática.

Cenário Europeu

Proferida por David Buckingham, a palestra “Políticas de alfabetização midiática na Europa: aonde estamos indo e como chegar lá” apresentou a atuação de governos e educadores europeus até o momento e os principais problemas enfrentados. O educador começou tomando como certo o reconhecimento geral da importância da alfabetização midiática por governos, políticos e comunidade educativa. Esta etapa básica para o desenvolvimento de ações de alfabetização midiática, de reconhecimento de seu valor social, está ainda em difusão no Brasil, pois apesar de entidades terem desenvolvido ações isoladas na última década, somente há um ano o governo caminha na formulação de uma política.

Embora haja tal reconhecimento, o progresso europeu é considerado lento. Conforme constatado pelo palestrante em oito pontos fundamentais, a alfabetização midiática se tornou uma espécie de palavra-mágica, usada “da boca para fora”, e que pode muitas vezes ter motivações comerciais. Sem a educação, a alfabetização midiática pode se tornar um gesto vazio, e precisa estar incluída em um processo de aprendizado ao longo da vida, devendo ser incorporada em estruturas e instituições diversas. A preocupação com a educação é um aspecto presente entre os estudiosos europeus, colocando professores e escolas no centro do debate.

Os principais sinais de movimentação sobre o tema da alfabetização midiática foram sentidos no final da década de 2000, ao publicarem comunicações, recomendações, entre outras. As normas e procedimentos dos serviços de mídia e audiovisual na Europa, no ano de 2018, enfatizaram que os estados membros e que as plataformas de compartilhamento de vídeos devem promover a alfabetização

mediática. Nos últimos anos, proliferaram pesquisas, análises, estudos-piloto e trabalhos de alto nível que contribuíram muito para o campo. Em escala global, a UNESCO tem papel protagonista difundindo o termo alfabetização midiática e informacional, promovendo pesquisas, conferências e a formação de professores. No entanto, quanto à UNESCO, a publicação de materiais com diferentes abordagens ao longo da última década faz parecer que estão sempre “inventando a roda”, segundo Buckingham. A cada documento, parece surgir algo novo: explicam novamente o que é e como fazer, ao invés de somar os empenhos e os resultados já conquistados. Para o palestrante, parece que estamos indo bem, mas é possível verificar alguns problemas, principalmente no que se refere à pouca ação e muito discurso sobre o tema.

Cenário Brasileiro

No Brasil, por sua vez, embora ações mais direcionadas para a educação midiática tenham começado a se sistematizar em 2023, o tema já estava presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN, 2013) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) como um “subtema” da cultura digital. Ambos os documentos apresentam a necessidade de trabalhar a cultura digital de forma transversal aos níveis, séries e disciplinas. Na área de linguagens da BNCC, há ainda a presença para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio do campo Jornalístico-midiático, com vistas ao ensino das práticas da imprensa e das mídias. As recomendações, contudo, são pulverizadas e desconectadas, com importância horizontalizada aos demais conteúdos; e o principal, sem desvinculação da cultura digital. Além disso, projetos de caráter didático-pedagógicos que levam a alcunha de Educação Midiática ou outros termos continuam a aparecer como pontuais, dispersos e voluntários; são desenvolvidos por universidades, entidades civis e setor privado, incluindo as empresas de comunicação, de mídia e de jornalismo. Por sua vez, a *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* envolve cinco eixos:

- (i) promoção da educação midiática na educação básica, (ii) formação e qualificação continuada de profissionais da educação e multiplicadores, (iii) estabelecimento de parcerias com academia, sociedade civil e iniciativa privada, (iv) desenvolvimento de campanhas educativas, (v) promoção do uso

consciente de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes e (vi) participação social (Brasil, 2023, p. 24).

Tomando como base Buckingham (2022), que defende uma educação midiática cujo propósito seja o desenvolvimento crítico do público; bem como dos estudos freirianos acerca de uma Educação não apartada do mundo, mas que leve “o homem a uma nova postura diante dos problemas do seu tempo e do seu espaço” (Freire, 2015, p. 124), percebemos pontos de partida para o aperfeiçoamento da EBEM – na 1ª versão há intenção de lançar novo documento em 2025. A ideia é a construção de uma política pública coesa que abranja todo o território, com vistas às plurais nuances do Brasil e sobretudo que faça parte do discernimento da práxis pedagógica do docente, e da sua liberdade de pensamento.

Elencamos, por exemplo, o que foi dito sobre o enviesamento da Educação Midiática pela “cultura digital”. Embora a EBEM (2023, p. 10) afirme “que a Educação Midiática não se limita à compreensão e participação crítica no ambiente digital”, há uma justificativa para o enfoque nesse ambiente pela “enorme presença que hoje as novas tecnologias de comunicação [...] assumiram nas relações sociais e no cotidiano das pessoas” (Brasil, 2023, p. 10). Reconhecemos essa abordagem, mas entendemos ainda que a vinculação ao digital pode confundir o educador, eufemizar ou até mesmo omitir o olhar crítico para outros desafios comunicacionais brasileiros – desertos de notícias; princípios constitucionais do Direito à Comunicação, por exemplo – ao institucionalizar projetos político-pedagógicos estaduais, municipais e das próprias escolas.

Outro ponto é a promoção das ações em concomitância à regulação das plataformas, bem como às revisões necessárias nas legislações do sistema brasileiro de comunicação/rádiodifusão. Uma abordagem que aponte potências e limitações da Educação Midiática e contextualize-a como apenas uma das frentes no fomento da integridade da informação, nesse cenário midiático complexo, seria mais condizente do que elevá-la ao que Buckingham (2022, p. 51) criticará como ‘a salvadora da pátria’, por meio de “um bom conjunto de intenções retóricas”. O observado, a princípio, é um foco maior na autorresponsabilização do público.

Para finalizar, citamos a confusão de vieses nos materiais didático-pedagógicos e nos cursos de formação para educadores, a partir das parcerias previstas pelo documento com as entidades da sociedade civil e da iniciativa privada. A depender das intenções político-ideológicas e econômicas das mantenedoras de cada uma, haverá perspectivas em educação midiática que podem negligenciar ou apresentar de forma desproporcional discussões que deveriam preservar e fomentar o direito do educador à crítica do próprio setor do Jornalismo e da Imprensa, ou mesmo acerca da concentração de mídia no Brasil.

Conclusões

Portanto, o trabalho traçará um paralelo entre o discutido no cenário europeu, no que se refere a avanços da educação midiática, e as primeiras medidas brasileiras para a implementação no país. Serão apresentados pontos sensíveis ao desenvolvimento do tema, ao revelarmos intersecções com o que é feito em outros países, mas também divergências operacionais e conceituais que atravancam o processo. No que tange às ações acerca da Educação Básica e a formação dos professores, é importante engendrar as discussões da educação midiática em torno do histórico de luta da Educação brasileira para uma abordagem crítica-social e transformadora, que preconiza e busca, desde 1960, um trabalho sincrônico e reflexivo em sala de aula com a educomunicação (Freire, 2013; Soares, 2014, 2021). Assim, esperamos que o trabalho ofereça contribuições contundentes, que perpassem e ultrapassem conjecturas teóricas, e avancem na elaboração de uma prática bem fundamentada, sob bases sólidas e debatidas socialmente.

Referências

BRASIL. [Ministério da Educação]. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. [Ministério da Educação]. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. [Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República]. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: Secom Presidência. [2023].

BUCKINGHAM, David. **The media education manifesto**. Cambridge, UK; Medford, MA, USA: Polity Press, 2019.

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela Educação Midiática**. Trad. José Ignacio Mendes. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022. Edição do Kindle.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Edição do Kindle.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Edição do Kindle.

LEMONS, M.; LAMIR, D. "Paulo Freire e a Educomunicação nasceram simultaneamente", afirma o professor Ismar Soares. Brasil de Fato. São Paulo. 20 set. 2021. Emancipação. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/20/paulo-freire-e-a-educomunicacao-nasceram-simultaneamente-afirma-o-professor-ismar-soares>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MARQUETTO, Cristine R. **Alfabetização Midiática e Jornalismo: práticas jornalísticas na escola para o desenvolvimento do pensamento crítico no combate à desinformação**. Tese (Ciências da Comunicação), Faculdade de Comunicação, Unisinos. Porto Alegre, 2021.

MOURA, D. O. **A infodemia veio para ficar. O que faremos?** In: JORGE, T. M. (org.) **Desinformação, o mal do século - distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada**. Brasília: Supremo Tribunal Federal/ Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2023

SOARES, I. de O. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação**. Comunicação & Educação. USP, v. 19, nº 2, p. 15-26, jul/dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Eu-digital, o Outro-digital e a Ciber-Alteridade¹

Marco Antônio Silveira²

Este texto trata-se do resultado de leituras e discussões em sala de aula, referente as relações entre as mídias sociais e o indivíduo, tendo como base o objetivo de compreender o contexto do ser social, no tempo atual, relativizado nas interações indivíduo/mídia cotidianas. O presente texto utiliza-se da investigação bibliográfica e objetiva expor os pensamentos de Paulo Freire e de Valentin Volóchinov sobre o tema alteridade, em um mundo de relações sociais regidas pelos meios midiáticos. Como estes pensadores podem contribuir para a compreensão do mundo virtual que entrelaça relações com o mundo real, confundindo o eu e o outro com as suas versões digitais, transformando, assim, as conexões e-eus e e-outros em uma ciber-alteridade.

Segundo o dicionário Michaelis³, alteridade é uma palavra advinda do francês *altérité* e significa, no campo filosófico: “característica, estado ou qualidade de ser distinto e diferente, de ser outro”. Pois bem, resgatando (sempre) Paulo Freire, é por todos conhecido que a alteridade é um dos alicerces da sua obra:

“É o diálogo com a alteridade que permite o desenvolvimento da identidade. O eu e o outro se constituem e realizam a vocação ontológica (ser mais) no diálogo e na aceitação do outro como pessoa-sujeito”. (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p.34).

Freire (1987) afirma em sua obra mais conhecida:

“O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não-eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu”. (FREIRE, 1987, p. 165-166).

¹ Trabalho apresentado no eixo 6. Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduando do curso Educomunicação, da Escola de Comunicação e Artes - ECA, turma 2024, da Universidade de São Paulo - USP. Morador da cidade de Louveira/SP, e-mail: marco.a.silveira@usp.br. Lembre-se de identificar a instituição onde atua, a cidade/estado onde mora e um e-mail para contato.

³ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alteridade/>

Já a perspectiva do pensamento de Volóchinov, linguista russo e filósofo associado ao Círculo de Bakhtin, advém que a comunicação não é apenas uma troca neutra de informações pois ela sempre está inserida em um contexto ideológico. Para ele, o indivíduo não é somente uma entidade isolada, mas participante de um processo maior que envolve a produção e circulação de sentido. A fala do indivíduo reflete a interação social, o contexto histórico e as posições ideológicas por ele adotadas ou contestadas. O processo de comunicação envolve a negociação de significados em contextos específicos, e o sentido das palavras está sempre em construção a partir dessas interações. Para Volóchinov (2018), a linguagem não é um ente abstrato, mas um meio vivo de interação social, pois através dela o indivíduo participa da construção do significado ao mesmo tempo em que interage com outros indivíduos e contextos, por isso que essa interação é mediada por sistemas ideológicos. Dessa maneira, o "eu" (individual) só pode ser compreendido em relação ao "outro" e ao ambiente sociocultural. Em resumo, o papel do indivíduo no processo comunicacional é anárquico de seu ambiente social e das ideologias que o cercam. Ele enxerga a linguagem como uma prática social e dialógica, onde os significados são negociados em função de contextos ideológicos e históricos.

"A língua elucida a personalidade interior e a sua consciência, criando-as, diferenciando-as e aprofundando-as, e não o contrário. É verdade que a própria personalidade se constitui não somente nas formas abstratas da língua, mas também nos seus temas ideológicos". (VOLÓCHINOV, 2018, p. 311).

Assim, Volóchinov (2018) sustenta que o sujeito só se constitui enquanto ser através da comunicação com os outros. Essa é a ideia de dialogismo, na qual a consciência individual é formada e transformada no diálogo constante com outras vozes.

Notadamente percebemos, tanto em Freire quanto em Volóchinov, que as relações dos seres humanos, ao exercitarem suas liberdades, seus potenciais, assumem suas tarefas de fato, refletindo, analisando, interagindo, dialogando, agindo e interagindo com o outro e/ou os outros. O que Freire chamaria de "homem sujeito".

Contudo, atualmente percebemos que as relações do homem se afastaram das concepções de sujeito como ser social. Não podemos evitar citar Marx¹, alertando-nos sobre o capitalismo e o consequente consumismo que estimula a mercantilização não apenas dos produtos, mas também das experiências e da nossa própria identidade. A lógica capitalista alicerçasse na cultura da qual o valor humano é medido através pela capacidade de consumir e de produzir. As mídias sociais navegam nesta realidade. Consumidor e produtor confundem-se no mundo digital, na “likelização” da vida, verbo este inexistente no real, porém essencial para sobrevivência no mundo digital. O eu transformado em vários “eus” na midiatização das relações. Como as imagens/mensagens do eu são enviadas, replicadas, recebidas e percebidas por diversos outros, cada qual com sua formação ideológica, como nos afirmou Volóchinov (2018), aquele eu não dialógico, multiplica-se e transforma-se em vários eus-digitais, um eu coisificado e constituído binariamente, assim como o são os outros-digitais. Por sua vez, esses outros-digitais, interpretam as mensagens recebidas de maneira uníssona, não-dialógica. Resultado: aquilo que entendem é somente o que faz parte do meio cultural a que eles pertencem, tornando-se aquilo verdade (mesmo não sendo) pois é o que o grupo acredita, já aqueles que o e-outro não entende, vão contra suas ideologias culturais, por isso eles desprezam, não acreditam e pouco se preocupam em informarem-se, em discutirem sobre outros pontos de vista. É mais fácil cancelar e limitar seu rol de amizade/seguidores que tenham posições e opiniões contrárias a ideologicamente acreditada, do que tentarem entender esses e-outros.

Neste mundo de zeros e uns, as relações oprimem as interações. Freire apesar de, à época, desconhecer os avanços tecnológicos atuais, é conhecedor do ser e prenuncia: “O *eu* antidualógico, dominador, transforma o *tu* dominado, conquistado num mero “isto””. (FREIRE, 1987, p. 165). As relações do e-eus com os e-outros, fazem a inexistência do tu e constituem o que chamaremos de pós-alteridade. Mais do que meros novos neologismos, estas novas palavras passam a ter significados e não deveriam ser desprezadas. Com a extrema velocidade que as mídias transmitem

¹ Karl Marx foi um filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista alemão, que, via materialismo dialético, explica o modo como as sociedades humanas se desenvolvem, como as mudanças sociais ocorrem de acordo com as forças dinâmicas internas da sociedade, resultado das relações de produção da sociedade.

as informações, as relações deixam de existir e passam a serem transações. Expor-se é personificar aquilo que não são, é constituir-se e-eus para agradar e captar e-outros que, por sua vez, também se tornam e-eus. Assim, as transações se ciclam e as interações desaparecem. No mundo que aceita a pós-verdade, a pós-alteridade é real.

Porém nem tudo está perdido. A desfiguração da relação "eu" e "outro" nas relações midiáticas tem que serem percebidas que prejudicam e muito as interações sociais e, conseqüentemente, o reconhecimento do "eu" no "outro". Freire (1987) argumenta que a verdadeira comunicação se baseia no diálogo, assim reconhecemos a alteridade. A características das mídias é de possuir uma comunicação unidirecional, que ignora a voz do outro, tratando-o como objeto e não como sujeito ativo no processo dialógico. Elas, muitas vezes, moldam narrativas que reforçam a passividade e contra essas afirmações, apoiamo-nos em Freire (1987), uma vez que ele entende que a emancipação e a humanização ocorrem quando as pessoas participam criticamente do diálogo. Também, apoiados na perspectiva de Volóchinov, a linguagem é inseparável do contexto social e histórico, e a alteridade emerge na interação entre indivíduos. Nas mídias, essa interação é frequentemente moldada por ideologias que obscurecem ou deturpam a individualidade e a subjetividade do outro. A identidade do "eu" só se define pela relação com o "outro" e, nas mídias, essa relação é reconfigurada pela padronização e massificação da comunicação, pela coisificação do agente e do amoldamento e apagamento das diversidades das vozes.

Esperamos que nosso texto possa apoiar a conscientização e entendimento que as relações midiáticas unidimensionais desvalorizam o diálogo consciente. As interações sociais precisam ser reimaginadas, reinventadas em relações midiáticas mais dialógicas, permitindo que o "eu" e o "outro" se reconheçam plenamente, o que ressoaria com as pedagogias de Freire e as teorias de comunicação de Volóchinov.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42^a ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005. 213 p.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.



VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2018, 2ª ed., 376 p.

A Educomunicação na América Latina:

Reflexões sobre suas semelhanças e diferenças¹

Gabriela da Silva Malara²

Lucilene Cury³

Roberto Huzian Filho⁴

Thais Bandeira Laia⁵

Vinícius Caetano Lopes Romera⁶

O termo *América Latina*, segundo Palacios (2024), tem sua origem na França, em 1836, por Michel Chevalier, para diferenciar os Estados Unidos dos países ao sul. Em 1856, o termo passou a representar não só a América Hispana, mas toda a região colonizada por católicos e tinha por objetivo tratar de questões geopolíticas.

Mesmo entendendo essa construção histórica e política, sabe-se que após a independência do colonialismo espanhol e português, esses novos Estados, com configurações distintas, procuraram a integração e a união como forma de resistência a problemas comuns e a influências negativas. De culturas distintas, com variações linguísticas, esses países são representados por importantes pesquisadores, que se dedicaram a estudar essas culturas, a fim de compreender nossas identidades de seus povos.

Assim, este trabalho, além de outros, tem o objetivo básico de analisar a relação entre a língua e suas variações na constituição das identidades latino americanas. Nesse sentido, o pesquisador mexicano, Jorge A. González, dedicou-se a estudar as culturas populares, ressaltando a língua como seu elemento fundamental. Na prática de contar histórias, em línguas nativas ou em variações linguísticas regionais, ele ressalta sua importância para gerar o sentimento de pertencimento, uma vez que as línguas indígenas ainda têm bastante influência sobre a cultura da América Latina. Além de características e condições consideradas divergentes ou

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Estudante de Educomunicação na Universidade de São Paulo. - gabrielamalara@usp.br

³ Orientadora do trabalho e professora associada do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CCA-ECA-USP). - lucilene@usp.br

⁴ Estudante de Educomunicação na Universidade de São Paulo. - roberto.huzian.filho@usp.br

⁵ Estudante de Educomunicação na Universidade de São Paulo. - thais.laia@usp.br

⁶ Estudante de Educomunicação na Universidade de São Paulo. - viniromera@usp.br

peculiares de cada país, pode-se identificar características convergentes entre os países, como: desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional, dentre outras.

Para desenvolvimento da questão da Educomunicação, buscamos trabalhos de alguns dos pesquisadores latino-americanos a abordagem do tema.

Destacam-se os seguintes: o paraguaio Juan Díaz Bordenave, que, ao longo de sua obra, apresentou muitos conceitos que hoje podem ser considerados educomunicativos. Em entrevista concedida à Revista Chasqui, no Equador, intitulada **Educomunicador**, o autor aborda vários assuntos: projetos latino-americanos de comunicação participativa e popular, comunicação horizontal, o papel libertador das novas tecnologias, a importância das forças civis e das organizações de base, a comunicação como processo emancipador, dentre outros.

Já o professor argentino Jorge Huergo, que transita pelas áreas de comunicação e educação, alerta para um reducionismo do campo, mediante frases totalizantes sobre essa relação. Para ele:

La mera transfusión entre educación y comunicación, incluso la equivalencia entre ambos conceptos y procesos (véase Kaplún, 1992), nos hace caer en la trampa de un simplismo que, además, detiene las posibilidades de la práctica. No toda comunicación es educación ni viceversa; ni el comunicador necesariamente es un educador. Siempre las trampas de las totalizaciones (al estilo "comunicación y educación son lo mismo" o "comunicar es siempre educar") corren el peligro de convertirse en una nadería. Por esto, acceder a la relación Comunicación/Educación sólo desde la práctica educativa o la pedagogía o las teorías educativas o didácticas, podría significar un error epistemológico de peso.

Por sua vez, outro pesquisador argentino Daniel Prieto Castillo, salienta que foi necessário dialogar com colegas de diferentes universidades para enfrentar o desafio de compreender a ênfase em uma ou outra dessas duas palavras. Além disso, aponta o significado de “construir-se” (no sentido de comunicação para a educação):

Lo que nos tocó experimentar con entrañables colegas de distintas instituciones universitarias fue un juego del énfasis de las dos palabras que se unen: no solo educar para la comunicación, no solo comunicar para ampliar horizontes de comprensión de lo mediático y de los artilugios del poder, no solo orientar la mirada hacia las necesidades y demandas de las nuevas

ciudadanías y de grandes mayorías de la población [...] también la comunicación en la educación en todos sus niveles, también la aspiración a que una carrera completa pueda estar a cargo de seres contruidos como educadores, [...] también la fiesta del lenguaje; también el rechazo a la ilusión (y la soberbia) de formar a los demás cuando nos cabe en la existencia la preciosa tarea de promover y acompañar aprendizajes (Castillo, 2017, p. 31-32).

Já, o educador uruguaio, Mario Kaplún (1998), um dos pioneiros dos estudos da Comunicação-Educação, criou métodos e caminhos para a educação popular, através dos meios de comunicação, com a participação dos atores sociais, como emissores-receptores, para desenvolvimento e alcance da diversidade social. Segundo ele, uma comunicação social, democrática e eficaz, precisa estar:

1. Al servicio de un proceso educativo transformador, en el cual los sujetos destinatarios vayan comprendiendo críticamente su realidad y adquiriendo instrumentos para transformarla.
2. Y ha de ser una auténtica comunicación; es decir, tener como metas el diálogo y la participación (Kaplún, 1998, p. 67).

Ele revolucionou a Pedagogia, enfatizando o conhecimento não hegemônico, defendendo a educação para a liberdade, evoluindo para a construção de um novo paradigma latino-americano de interface – Comunicação-Educação – que se diferencie dos modelos tradicionais, incluindo o pensamento do agir coletivo, da promoção da educação dialógica e democrática e do pensamento crítico, assumindo, assim, uma luta coletiva contra a injustiça social.

Nesse sentido, a contribuição de Freire (1987) foi a ferramenta essencial na busca do desenvolvimento social em vários países da América Latina, como o Brasil e o Chile, principalmente. Conforme Rosa (2020), a visão libertária do educador brasileiro também postulava esse requisito necessário para a educação pautada no pensamento crítico, na política e no diálogo entre os sujeitos de importância fundamental para que se considere a Educomunicação como uma Epistemologia própria do Sul, com seu potencial emancipatório e com mudanças capazes de ampliar a qualidade da cidadania da população latino-americana.

O pesquisador brasileiro Ismar de Oliveira Soares (2023), destaca que há na América Latina confluência sobre o Pensamento Educomunicativo. Em entrevista concedida aos estudantes da disciplina Metodologias da Pesquisa Científica em Educomunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, destacam-se os seguintes trechos:

Se olharmos para a América Latina, observamos um fato extraordinário chamado de ‘confluência’, que existe nos diferentes países da América Latina sobre o pensamento Educomunicativo, pois já se defendia, nos anos 1970 e 1980, a ideia de Educomunicação. Chamamos isso de campo de “Comunicação e Educação” ou vamos chamar isso de Educomunicação (Soares, 2023).

É importante salientar que a Educomunicação, vista como paradigma, não é consenso na América Latina, uma vez que a relação Comunicação-Educação é entendida de diferentes maneiras, por diferentes pesquisadores da área, mas o importante é que todos esses estudiosos têm por base o diálogo entre os sujeitos da Educação e isso é que faz a importância do tema, ainda que o termo Educomunicação seja um neologismo.

Quando questionado sobre seu entendimento da importância de diferentes idiomas na América Latina, afirma Soares (2023): “isso não atrapalha o processo da Educomunicação, pois, na verdade, a Educomunicação se dá nos territórios onde as línguas são faladas e onde circulam as literaturas nos diversos contextos culturais, independentemente dos códigos linguísticos utilizados”.

Em seu livro de 2008 - Os medios de comunicación: Tendencias en América Latina - a acadêmica peruana, Maria Teresa Quiroz, apresenta a visão crítica sobre o papel dos meios de comunicação em massa na América Latina que, segundo ela, tornaram-se agentes políticos e influenciadores sociais, que afetam as culturas e a identidades locais. Não deixa de apontar, obviamente, os benefícios da democratização que os novos meios de comunicação trazem.

Já no livro Tecnologias nas interfaces da comunicação/educação, organizado pela pesquisadora Lucilene Cury (2011), Quiroz aborda a convergência entre educação e comunicação, no sentido de ressaltar que as tecnologias digitais influenciam a dinâmica pedagógica, oferecendo novas oportunidades para o processo

educacional, mas gerando também novos desafios relacionados à desigualdade de acesso aos participantes do processo.

Ao ampliar a pesquisa para universidades de outros países latino-americanos, constata-se que não existem cursos que tratem especificamente da Educomunicação, porém, já é possível identificar em outros cursos oferecidos, tais como os de especialização, e catalogá-los, no sentido de definir se esses cursos usam conceitos educacionais, sob esta perspectiva, que não é hegemônica, mas criada a partir da literatura e da incorporação por organizações sociais. Assim, facilita a identificação dos pesquisadores nesse contexto, fato esse que cria a necessidade de aprofundamento da investigação para que se obtenha uma base mais sólida, capaz de entender e explicar a Educomunicação, bem como os procedimentos educacionais em cursos acadêmicos e em atividades populares da América Latina.



Figura 1: Ismar de Oliveira Soares conversando com a estudante Gabriela da Silva Malara.

Fonte: Laboratório de Inovação, Desenvolvimento e Pesquisas em Educomunicação.

Finalizando, pode-se apresentar a visão do argentino, Roberto Aparici (2010) de que a Educomunicação constitui uma filosofia e uma prática da educação e comunicação, baseadas no diálogo e na participação, que não requer apenas tecnologias, mas uma mudança de atitude e de concepções, pois, para além de qualquer tecnologia digital, é imprescindível perguntar-se sobre as novas formas de ensinar e aprender. Assim, a comunicação na educação vai muito além dos meios e materiais utilizados para o ensino.

Referências

- AGUILAR, C. Y. .; MELEAN, M. L. .; SABBATINI, M. . La producción de cibercultur@ como proceso transformador. Entrevista a Jorge A. González. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 20, n. 38, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v20i38.776. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/776>. Acesso em: 9 out. 2024.
- APARICI, Roberto. **Educomunicación: Más allá del 2.0**. Barcelona, Editora Gedisa. 2010.
- BORDENAVE, Juan Dias. Educomunicador. Entrevista a Juan Braun. **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, nº 31, Julho/Setembro de 1989. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/14758/1/REXTN-Ch31-06-Braun.pdf> Acesso em 01 out. 2024.
- CASTILLO, Daniel Prieto. Construirse para educar. Caminos de la educomunicación (Tribuna). In: **Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación**, N°135, p. 17-32, 2017. Género y Comunicación. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/13238>. Acesso em: 10 out. 2024.
- CURY, Lucilene (Org.). **Tecnologias digitais nas interfaces da comunicação/educação: desafios e perspectivas**. Curitiba, Editora CRV, 2011.
- HUERGO, Jorge, et al. Comunicación/educación. **Ámbitos, prácticas y perspectivas**, 1997. Disponível em: <https://www.terciario.ememoa.edu.ar/materialterciario/artes%20visuales/PRIMER%20AÑO/pract%201%20huergo-educacion-y-comunicacion-renovada.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.
- KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación**. Madrid, Ediciones de la Torre, 1998.
- PALACIOS, Ariel. **América Latina lado B: O cringe, o bizarro e o esdrúxulo de presidentes, ditadores e monarcas dos vizinhos do Brasil**. Rio de Janeiro. Globo livros, 2024.

QUIROZ, Maria Teresa. **Novas Tecnologias, Comunicação e Educação: Novas Interfaces**. In: CURY, Lucilene (Org.). *Tecnologias digitais nas interfaces da comunicação/educação: desafios e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2011.

QUIROZ, Maria Teresa. **Los medios de comunicación: tendencias em América Latina**. Lima. Editora Universidad de Lima, 2008.

ROSA, Rosane. **Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação**. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. 20–30, 2020. [DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v25i2p20-30](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v25i2p20-30). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/172642>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Entrevista: Ismar de Oliveira Soares – Diálogos Educomunicativos na América Latina**. LABIDECOM. ECA-USP. São Paulo, 21 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://labidecom.eca.usp.br/entrevista-ismar-soares/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Sobre os desafios da Educomunicação e da Cidadania Digital no Baixo Amazonas¹

Adriano Clayton da Silva
Cândida Nobre
Marina Magalhães²

Nossa fala neste texto é localizada em dois sentidos: somos pessoas de fora da Amazônia, mas que por questões de necessidade ou conveniência vieram trabalhar no leste do estado do Amazonas, na região do Baixo Amazonas. Ao mesmo tempo em que isso é um desafio à compreensão dos pensamentos e realidades das populações nativas – não apenas indígenas, mas também as ribeirinhas, quilombolas, do campo e urbanas –, nos permite enxergar certas peculiaridades regionais com mais agudeza, especialmente as relacionadas à educação midiática, às tecnologias de comunicação em geral e à cidadania digital.

Nosso “olhar estrangeiro” também convida a perceber outras formas e mundos possíveis, já que os repertórios teóricos, acadêmicos e científicos que trazemos só são capazes de ajudar na compreensão do campo até certo ponto. Somos impelidos a pensar a educomunicação, aqui entendida tanto como “conjunto de práticas sociais existentes no contexto da interface entre comunicação e educação” quanto como “um conjunto de princípios teórico-metodológicos norteadores de um modelo mais aberto, democrático e participativo da sociedade” (Viana, 2017, p. 925), a partir da epistemologia, da territorialidade e das realidades amazônicas, tão complexas e particulares em si mesmas que comumente as reflexões generalistas são incapazes de abraçar.

Ligia Almeida (2024), para quem a “principal ferramenta de trabalho do educador é a intervenção social” (Ibidem, p. 7), mostra como a

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação midiática do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Docentes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e membros do Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Linguagens na Amazônia (PPGEL-Amazônia) - UFAM. Parintins, AM. E-mails: adrianocsilva@ufam.edu.br; candidanobre@ufam.edu.br e marinamagalhaes@msn.com.

educomunicação implica intervenções socioculturais em ecossistemas comunicativos, aí inclusos os ambientes educacionais. Também o Governo Brasileiro reconhece essa função social da educomunicação como estratégica para a formação educacional da sociedade brasileira, já que a presença de produções audiovisuais e de outros produtos comunicacionais são previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

A educomunicação é um campo em constante transformação e crescimento, usando a educação midiática como ferramenta e processo na formação de sujeitos críticos. Os conhecimentos das últimas décadas levaram à criação de cursos e entidades específicas da área no Brasil: na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) já existem Licenciaturas na área; já a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) tem se firmado como entidade aglutinadora de pesquisas e conhecimentos; e agora existe o Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Linguagens na Amazônia (PPGEL-Amazônia), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cuja primeira turma de mestrado stricto sensu deve começar em 2025.

Contudo, as realidades de São Paulo, Campina Grande e da grande maioria dos membros da ABPEducom inclui acessos a eletricidade, internet e sinal de TV aberta de forma regular e minimamente satisfatória. O que fazer quando esses três recursos são escassos ou sequer fornecidos?

A realidade do Baixo Amazonas

Podemos compreender a realidade da pesquisa e da viabilidade da educomunicação no Baixo Amazonas a partir das falas de pesquisadoras/es que têm recentemente singrado a região em programas e projetos visando entender como funciona (ou deveria funcionar) a cidadania digital ali. Adriano da Silva (2024) apresenta um panorama do que é viver na região: todas as cidades são cercadas por rios, com grandes distâncias entre elas, ir de uma cidade a outra demanda muito dinheiro, tempo e paciência, e somente os centros urbanos possuem eletricidade e internet de forma (mais ou menos) regular. Fora deles - nas aldeias indígenas e nas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas - não é possível saber se haverá tais

recursos. Marcelo da Silva (2024) comenta que ao tentar oferecer uma oficina de fotografia numa comunidade quilombola, e que exigia a projeção de slides num ambiente fechado, viu-se impedido pela falta de eletricidade repentina. Mesmo os sinais de rádio e TV aberta pouco conseguem penetrar na densa floresta amazônica.

Marina Magalhães (2024), ao expor suas impressões sobre os resultados do Projeto Cidadania Digital, uma iniciativa que buscava promover atividades de net-ativismo e experimentos de cidadania digital junto a populações do Baixo Amazonas, através das redes sociais ou aplicativos dependentes de acesso à internet, confessou sua parcial frustração pela falta de infraestruturas que permitissem às populações darem prosseguimento às ações iniciadas pelo Projeto. Faltava o básico: o digital, cuja estabilidade potencializaria práticas capazes de garantir o que Ismar Soares (2016) define como o exercício indispensável da autonomia, da diversidade e do protagonismo dos sujeitos sociais, ao tratar sobretudo de professores, alunos e membros da comunidade escolar - ou, no caso aqui citado, os membros das comunidades envolvidas. Além disso, promover o projeto foi desafiador a cada dia, já que as dificuldades da região quase não permitem que qualquer planejamento de antemão seja de fato executado como previsto: sempre havia algum atraso ocasionado por problemas com o barco ou pelo tempo; sempre havia outras urgências das comunidades visitadas (casos de Covid-19, malária, queimadas etc.), que obrigavam a adiar os encontros marcados meses antes.

Mas isso não quer dizer que ações educomunicativas não aconteçam na região. Durante o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM) criou o programa “Aula em casa”, por meio do qual produziu e transmitiu videoaulas pela internet e na TV aberta, a fim de permitir que as atividades letivas fossem continuadas de forma segura e acessível. Já para atender a parte da população sem acesso à internet ou à televisão, sobretudo em áreas rurais ou ribeirinhas, o rádio foi o meio de comunicação mais utilizado (Alvorado, 2023).

Numa perspectiva menos instrumentalista da mídia (conforme Soares, 2016) está a experiência da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro: este coletivo de mídia popular, formado por cerca de 30 comunicadores de diferentes etnias, aposta na produção audiofônica, gravada em pendrives e distribuída pelas comunidades da região, como forma de resistência, preservação de tradições, línguas

e conhecimento e para discussões de interesses da comunidade, tais como defesa de direitos, meio ambiente, saúde e bem-estar comunitário, combate à desinformação etc. (Melo, 2023).

Vale lembrar ainda dos trabalhos do Curso de Especialização em Letramento Digital, ocorrido na cidade de Codajás, AM, condensados no livro de Fernanda Quintino (2022): a obra explora os desafios e possibilidades educacionais daquele município e, como aponta Almeida (2024) acerca do papel da educomunicação, promove a reflexão a partir da prática. Também o livro “Relatos de uma (in)certa Amazônia”, fruto do projeto Cidadania Digital aqui citado, reúne narrativas acerca das ações educacionais produzidas coletivamente pelos pesquisadores e as comunidades, ou de forma autônoma pelos próprios comunitários.

Desafios para a educomunicação na região Norte

Dentre os desafios da educomunicação no contexto discutido, é evidente a assimetria dos acessos às tecnologias, tanto entre os territórios e comunidades como entre sujeitos distintos dentro de uma mesma escola ou sala de aula. Esta complexidade se revela nos modos de produção, circulação e acesso a conteúdos midiáticos. Muitas comunidades não possuem acesso à internet ou a um canal de televisão local, e naquelas em que há internet, em certos casos, ela pode ser restrita a um computador específico na escola ou no posto de saúde, por exemplo.

Ainda, no I Encontro de Lideranças Indígenas em Parintins (I ELIPIN), ocorrido no mês de julho de 2024, foi mencionada a chegada da internet às aldeias Sateré-Mawé como um risco à educação, de modo que, segundo alguns relatos frustrados de líderes locais, em algumas comunidades há horários específicos em que o sinal de internet é desligado.

Os relatos nos colocam uma nova perspectiva acerca dos desafios impostos. Se por um lado, à primeira vista, compreende-se como fundamental conectar sujeitos, territórios e comunidades, permitindo estratégias capazes de romper com a invisibilidade dessas existências, demarcar as suas resistências e contribuir com suas buscas de organizações sociais que façam sentido naqueles territórios, por outro, questionamos os modos como essa conexão vem sendo viabilizada e quais os usos que as tecnologias têm adquirido nestes espaços.

O reconhecimento desses pesquisadores no território leva a concluir que, se é verdade que a educomunicação é desafiadora no Baixo Amazonas, também é correto afirmar que emerge como alternativa para traçar caminhos com a própria comunidade e suas demandas educacionais específicas. Como convida Viana (2017, p. 926), “é nesta encruzilhada entre o existente e o a ser construído que encontramos a Educomunicação possível, isto é, práticas educomunicativas que acontecem na fresta, na brecha do sistema em crise...”

Desse modo, compreendemos que, neste território complexo, a educomunicação é capaz de promover diálogos que culminem no incentivo do letramento digital como parte fundamental da formação continuada de educadores e educadoras que ali atuam, no entendimento da mídia como representação e preservação de memória e na constituição de uma autonomia comunicacional acerca de suas vivências particulares.

Referências

Almeida, Ligia B. C. **Projetos de Intervenção em Educomunicação**. Campina Grande, PB: Edufcg, 2024.

Alvorado, Luz M. F. Relatos de ensino via rádio no interior do Amazonas. In **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em <https://proceedings.sbmac.org.br/sbmac/article/view/4318>. Acesso em 15 out 2024.

Brasil. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 set 2024.

Da Silva, Adriano C. Tempos e distâncias nas pesquisas da Amazônia. In Magalhães, M., et al. **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Manaus, AM: Edua, 2024, p. 26-37.

Magalhães, Marina. Projeto Cidadania Digital - Narrativas das bordas e redes da Amazônia. In Magalhães, M., et al. **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Manaus, AM: Edua, 2024, p. 307-323.

Melo, Ana B. V. **Net-ativismo indígena e Rede Wayuri: produções audiofônicas como formas de resistência**. 2023.100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2023.

Quintino, Fernanda P. A. **Letramento digital no interior do Amazonas: possibilidades e desafios educacionais no município de Codajás**. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022.

Silva, Marcelo R. Quilombo, fotografia e cidadania digital na Amazônia. In Magalhães, M., et al. **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Manaus, AM: Edua, 2024, p. 121-131.

Soares, Ismar de O. A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 13-25, 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451/112708>. Acesso em 15 out. 2024.

Viana, Claudemir E. A educomunicação possível: teorias da educomunicação revisitadas por meio de sua práxis. In Soares, Ismar de O., et al. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017, p. 925-942.

Educomunicação como instrumento de mudança social ante os desafios da cidadania¹

Graziela Machado Rocha
Kawê da Silva Veronezi²
Cláudia Herte de Moraes³

Introdução

A educação por si só não é a chave das transformações do mundo, não dá conta de modificar a estrutura dominante-dominado. Porém, as mudanças do mundo, são um *que fazer* educativo em si mesmas. Afinal, "a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação" (FREIRE, 1991, p. 53). A Educomunicação, entendida como uma área de interface entre a Comunicação e a Educação, produz espaços de construção de saberes-fazeres específicos para cumprir objetivos comunitários e coletivos.

Democracia, Direitos Humanos e Tecnologia são três grandes temas que conduzem essa pesquisa em Educomunicação para a cidadania. Em nossa visão, isso se organiza de forma indissociável, como desafios entrelaçados na

¹ Trabalho apresentado no eixo 6 - Reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação e educação midiática do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria, tem formação continuada em disciplinas de pós-graduação pela UFSM e pela Universidade de São Paulo. Participa do Grupo Mão Na Mídia - Educomunicação e Cidadania (CNPq/UFSM) e atua na Gerando Falcões. Kawe.veronezi@acad.ufsm.br

³ Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), jornalista e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Realizou um MBA em Gestão das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação (PUCRS). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global (PUCRS). Autora do livro "Rio+20 entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos nas revistas brasileiras", decorrente de sua tese de doutorado. É líder do Grupo Mão na Mídia - Educomunicação e Cidadania (CNPq/UFSM). Membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e Vice-coordenadora da ABPEducom Sul (RS). Membro do Núcleo de Ecojornalistas do RS (NEJ-RS). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: claudia.moraes@ufsm.br

contemporaneidade. Neste trabalho, o objetivo é refletir sobre os principais aspectos da Educomunicação como um instrumento de mudança social.

A partir disso, construímos uma abordagem qualitativa (Minayo, 2002), trazendo a discussão sobre transformação social e a Educomunicação, contextualizando a reflexão a partir de tempos, territórios e contextos diversificados.

Educação e transformação social

Como pensar sobre as relações de poderes e seus condicionantes para a organização social? Esta questão movente leva Michel Foucault a pensar escolas e seu papel para estruturar a forma como a sociedade se disciplina, quando afirma que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (Foucault, 2011, p.4). Também Paulo Freire, ao propor a educação emancipatória, para uma educação popular, comunitária e política, visto que “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.” (FREIRE, 1981, p. 73).

Observar as relações de poderes na educação é confrontar-se com as dinâmicas e tensões de uma classe dominante que explora a força de trabalho para enriquecer, a preço do desequilíbrio ambiental, e uma classe dominada que é explorada pela força de trabalho, tendo seu cotidiano limitado no que se é permitido acessar, e aceita as condições de exploração na busca por uma vida melhor, com mais acessos, instigada pela classe dominante. Neste sentido, por uma tendência socialista, é possível “compreender a educação a partir de seus determinantes sociais, considerando-a um fator de transformação social provocada” (SAVIANI, 2007, p.290). Conforme este autor, esta visão difere frontalmente do liberalismo-idealista que coloca a educação num papel de formação do indivíduo sem considerar as condições de sua vida, como também se contrapõe ao liberalismo-pragmatismo, que focaliza a função de ajuste dos sujeitos à realidade social. Uma educação que prioriza as demandas dos territórios (GALLO e SETTI, 2014), respeitando os conhecimentos de suas territorialidades.

Educomunicar para transformar vidas

Pensar na Educomunicação como ferramenta aliada ao processo educativo vislumbra aproximar crianças e jovens à sua representação social como indivíduo integrante de um meio. Práticas educacionais fazem parte do processo de construção do sujeito cidadão, ainda mais em um contexto midiático e que essas tecnologias são essenciais para o viver no cotidiano. O uso de diferentes canais de produção, criação e participação são valorizados dentro do meio educacional, em diferentes áreas de intervenção social da Educomunicação. (SOARES, 2000).

Com o propósito de ampliar o estudo e destacar a importância da Educomunicação, fazemos um recorte de autores que dialogam no processo de constituição de autonomia e cidadania. Começando pela perspectiva de Freire (2006), que afirma que quanto mais o sujeito for capaz de refletir sua realidade e tomar consciência sobre o próprio ato de existir. Entendendo-se como parte da sociedade, maiores condições terá de exercer uma ação consciente sobre ela, comprometendo-se assim em mudá-la, responsabilizando-se de forma humana às transformações sociais. Vemos isso quando Freire diz que “a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.” (2006, p. 30).

Rosa (2020) salienta que a posição de Freire pela educação libertária se dá “pautada na criticidade, na politicidade e na radicalização do diálogo entre sujeitos interlocutores”, defendendo portanto como “o marco número um para pensarmos a Educomunicação como uma Epistemologia do Sul com potencial emancipatório” (p.23-24).

Desta forma, a autora propõe pensar de modo histórico a Educomunicação como pertencente e nascida em ambientes de confronto e intolerância pública durante períodos difíceis, anos 1960 em meio à ditadura: surgiu e predomina nas organizações sociais, que se constituem em comunidades de aprendizagens, com uma diversidade de experiências e saberes (ROSA, 2020, p.24). O sujeito em formação escolar, ao ter contato direto com práticas educacionais, amplia não apenas conhecimento, mas seu comportamento social, humano com os demais, no meio que convive.

Educom para Democracia, Direitos Humanos e Tecnologia

Com a velocidade de atualização e adaptação ao mundo digital que se apresenta de forma acelerada, as tecnologias de informação e comunicação não determinam-se necessárias apenas para gestores, administradores ou empresários e trabalhadores, mas impactam e modificam diretamente todas as áreas sociais. (KOHN e MORAES, 2007). Caso recente na história do Brasil é a guerra judicial de Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, e Elon Musk, multimilionário dono na rede social X, antigo Twitter.

Alguns anos atrás, a educação midiática, que auxilia na avaliação de como os meios de comunicação ressoam no espaço pedagógico e na sociedade de forma mais enfraquecida, visto que o setor de tecnologia e informática das escolas, em geral, era visto como um extra e não como fundamento para compor o currículo básico de formação. Segundo Soares (2018), as tendências mudaram, as necessidades ramificaram o processo de uso desses recursos e o que antes era oferecido por escolas ou gestores isolados, envolvidos na proposta de melhorias no campo tecnológico educacional, hoje se faz necessário a todos os espaços educativos. Agora, com mais ênfase, o que antes era uma exceção hoje ressoa para ser o oposto.

A consciência do indivíduo para se adaptar aos novos desafios tecnológicos mudou. É necessário que exista uma adaptabilidade ao novo, bem como oferta de espaços adequados para que o estudante, o novo educando, que se molda nestes tempos atuais, esteja preparado para compreender e utilizar novas ferramentas que surgem todo tempo, aproximando a comunicação e tecnologia como necessidades do dia a dia, transformando sujeitos. Sendo assim, é necessário olhar com atenção as possibilidades que a escola pode adaptar e ofertar, conforme afirma Soares (2018, p. 14):

“Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes”.

Com a cultura digital difundida na sociedade, jovens portam smartphones desde cedo como forma não apenas de comunicação mas também para atividades como registros fotográficos, uso internet, etc. A habilidade de manejo e domínio de

aplicativos e outras funções, além da familiaridade nata, promove a comunicação de modo indireto, seja por uma postagem feita nas redes sociais ou um comentário feito em um blog. Desta forma, são independentes e promovem, anunciam, revelam situações para um público escolhido.

Neste contexto, Almeida (2016) apresenta a pretensão da Educomunicação para habilitar cidadãos ao exercício de seus direitos de cidadania. Especialmente quanto aos direitos de expressão, informação e comunicação. Por meio de ações educativas, implica, “conscientizar as comunidades sobre o poder da articulação comunitária na sociedade e o papel da comunicação e do diálogo na construção de conhecimentos e na conquista de melhores condições de vida” (2016, p.6). Sendo assim, a Educomunicação se torna fundamental para a compreensão e ativação cidadã neste cenário, tendo em vista sua dimensão dialógica e praxiológica.

Considerações parciais

A reflexão epistemológica é uma das formas de constantemente redimensionar o impacto da Educomunicação e, como tratamos neste texto, das mídias digitais na democracia e na participação cidadã. Conclui-se que a Educomunicação pode ser entendida como instrumento para a mudança social, visto que contribui para a deliberação e o agir comunitário para resolução de problemas públicos. Amplia-se a necessidade da educação midiática nos aspectos da formação dialógica e crítica. É preciso desenvolver as competências para que o acesso às redes seja também acompanhado de compreensão, análise, perspectivas de intervenção social crítica e cidadã.

Neste sentido, destacamos que a existência de políticas públicas na área, com projetos de governos em diferentes escalas, se intensificam e demonstram a importância da Educomunicação para a transformação social, diante dos desafios contemporâneos, em especial sobre o acesso e exercício da democracia.

Desse modo, é possível estruturar um pensamento sobre a práxis educacional, pois sendo a Educomunicação uma área das Ciências Sociais Aplicadas questiona e confronta um sistema capital/neoliberal e busca caminhos e perspectivas para emancipar categorias oprimidas de suas opressões. Desse modo,

tem por proposta fazer oposição a este sistema estruturado a partir das opressões, propondo uma perspectiva dialógica com a finalidade de alcançar a autonomia cidadã.

Referências

ALMEIDA, L. B. C. de. Projetos de intervenção em Educomunicação. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4615065/mod_resource/content/1/Projetos%20de%20Interven%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. SP: Edições Loyola, 2011.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. RJ: Paz e Terra, 1981. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7642485/mod_resource/content/1/acao_cultural_liberdade.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KOHN, K; MORAES, C.H. **O impacto das novas tecnologias na sociedade**: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos, 2007.

MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: 2002..

ROSA, R. Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da Educomunicação. **Revista Comunicação & Educação**, v. 25 n. 2, p. 20-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v25i2p20-30>

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311446/mod_resource/content/1/Sav.pdf

SOARES, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. In: **Comunicação & Educação**. São Paulo, ECA/USP: Segmento, Ano VII, no. 19, p. 12- 24, set/dez. 2000.

SOARES, I. de O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 1, p. 7–24, 2018. DOI: [10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>.. Acesso em: 15 set. 2024.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCOMUNICAÇÃO

Educomunicação no SUAS: estratégias para enfrentar o trabalho infantil virtual¹

Ana Carla Costa Rocha²

O presente artigo intitulado “Educomunicação no SUAS: Estratégias para Enfrentar o Trabalho Infantil Virtual” tem como objetivo analisar as possibilidades da interseção entre a política pública de assistência social, representada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o campo da Educomunicação, explorando seu potencial como ferramenta para enfrentar as novas formas de exploração infantil no ambiente digital.

O tema se justifica pela emergência de compreender que o trabalho infantil virtual emerge como uma forma de exploração infantil intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das tecnologias digitais e à expansão da internet. O trabalho infantil virtual, como discutido por autores como Ennew (2013) e Liebel (2010), reflete uma mudança nas formas de exploração infantil em uma sociedade digitalizada. Essa modalidade de exploração, que inclui desde o uso de crianças e adolescentes em plataformas de criação de conteúdo até a participação indireta na produção de bens e serviços digitais, configura-se como uma nova categoria de violência online.

Tal fenômeno desafia as fronteiras tradicionais do trabalho infantil, demandando uma análise aprofundada sobre a invisibilidade, os dilemas éticos, os impactos psicossociais, a falta de regulação legal, e o despreparo de políticas públicas para essa nova realidade. A análise propõe, ainda, a criação de uma tipologia específica para o trabalho infantil virtual como uma forma de violência online.

O eixo temático "Assistência Social e Educomunicação" possibilita apresentar a Educomunicação como uma ferramenta nas Ações Estratégicas do Programa de

¹ Trabalho apresentado no eixo 7- Assistência Social e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Coordenadora Geral das Medidas Socioeducativas e Programa Intersectoriais que abarcam o enfrentamento ao Trabalho Infantil, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília – Distrito Federal. ana.carla@mds.gov.br

Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como uma das possibilidades de respostas a esse fenômeno.

Segundo Cabrera (2010), a Educomunicação não apenas promove a alfabetização digital e crítica, mas também capacita crianças, adolescentes e suas famílias a reconhecerem seus direitos e se protegerem de situações de exploração. Além disso, ela possibilita o desenvolvimento de novas metodologias para garantir o acesso inclusivo e acessível à comunicação, adaptando a linguagem às necessidades das pessoas com deficiência e às populações vulneráveis que acessam os serviços do SUAS.

As AEPETI, que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil no âmbito no SUAS no Brasil, podem ser fortalecidas pela implementação de estratégias educacionais. Estas ações possibilitam o engajamento da sociedade, das comunidades, das empresas e das políticas públicas sobre os perigos do ambiente digital e o desenvolvimento de ações preventivas.

Os impactos psicossociais do trabalho infantil virtual são multifacetados e as crianças e adolescentes expostas a esse tipo de exploração sofrem não apenas com o excesso de exposição pública e a perda de privacidade, mas também com questões relacionadas ao desenvolvimento emocional e cognitivo. Azevedo (2001) destaca como a exposição prolongada a ambientes virtuais pode resultar em quadros de ansiedade, depressão e dificuldades de socialização. O risco psicossocial desse trabalho é discutido por Abbad (2006), que afirma que o bem-estar mental e emocional de crianças e adolescentes está diretamente relacionado às condições em que realizam suas atividades.

O artigo problematiza que embora o Brasil tenha legislações que ofereçam proteção contra o trabalho infantil, ainda não contempla adequadamente a realidade do trabalho infantil no ambiente digital. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2019), o número de crianças com acesso à internet aumentou exponencialmente, mas as estatísticas tradicionais de trabalho infantil ainda não captam esse fenômeno. A invisibilidade do trabalho infantil virtual nas bases de dados oficiais aponta para a necessidade urgente de uma nova categoria a classifique com uma das formas de violência digital. Como apontam Livingstone e Smith (2014), a internet oferece tanto

oportunidades quanto riscos para crianças e adolescentes, sendo fundamental o estabelecimento de diretrizes éticas e legais para proteção deste público.

Além disso, o artigo discute os dilemas éticos postos pelas plataformas digitais, que, ao incentivarem a criação de conteúdo monetizado envolvendo crianças e adolescentes, podem reforçar práticas que configuram o trabalho infantil virtual. Esse paradoxo entre a promoção de conteúdo e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes destaca a necessidade de uma revisão das práticas dessas empresas. O artigo defende que as plataformas digitais assumam responsabilidades éticas e regulatórias mais claras para mitigar os impactos dessas formas de exploração. Jonas (1984), em “O Princípio Responsabilidade”, argumenta que os desenvolvimentos tecnológicos devem ser acompanhados por uma ética da responsabilidade, colocando a proteção das gerações futuras no centro das decisões. No contexto do trabalho infantil virtual, essa responsabilidade recai sobre as plataformas que monetizam o conteúdo gerado por crianças e adolescentes, muitas vezes sem respeitar limites legais ou garantir condições seguras de trabalho. A ética de intervenção proposta por Garrafa (2005) também se faz essencial nesse debate, ao propor uma postura ativa diante das injustiças sociais, com foco na proteção de populações vulneráveis.

Neste contexto, o artigo apresenta que a articulação entre as políticas de proteção social e a Educomunicação é, nesse sentido, uma estratégia para prevenir e combater a exploração do trabalho infantil no ambiente digital, oferecendo metodologias inovadoras para enfrentar as formas de abuso digital.

Durante a investigação, foi possível verificar a questão das desigualdades de gênero, raça e etnia no acesso ao ambiente digital e como essas disparidades impactam crianças e adolescentes no contexto do trabalho infantil virtual. Essas desigualdades evidenciam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, que considerem as especificidades de gênero e raça na formulação de estratégias de proteção social no ambiente digital.

O método utilizado neste estudo foi uma revisão bibliográfica, com análise crítica da literatura acadêmica e de documentos relacionados ao tema do trabalho infantil virtual, psicologia, sociologia, direitos humanos, assistência social e Educomunicação. A pesquisa selecionou autores de referência, proporcionando uma

base teórica que sustenta a análise das interseções entre os dilemas éticos da exploração do trabalho infantil no ambiente digital, impactos psicossociais, as políticas de proteção social e Educomunicação. Também foram revisados relatórios de organizações internacionais e dados estatísticos brasileiros para contextualizar as características do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

Por fim, as conclusões deste estudo apontam que a incorporação da Educomunicação nas políticas de assistência social pode fortalecer o SUAS, tornando-o um sistema de proteção social mais alinhado às exigências contemporâneas do ambiente digital. No entanto, para que haja avanços importantes nas regulamentações para o espaço virtual, é imperativo considerar o trabalho infantil virtual como uma tipologia específica de violência online. Torna-se essencial também que as plataformas digitais assumam compromissos éticos e normativas que conciliem a monetização de conteúdos com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam com subsídios relevantes para o aprimoramento das políticas públicas, abrangendo o enfrentamento das novas formas de exploração infantil no contexto digital e consolidando o papel do SUAS como um pilar de proteção social.

Referências

- ABBAD, G. S. **Riscos psicossociais no trabalho: saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho**. Casa do Psicólogo. 2006.
- ARIÈS, P. **Centuries of childhood: a social history of family life**. Vintage Books. 1962.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.
- AZEVEDO, E. C. **Atendimento psicanalítico de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. Psicologia Ciência e Profissão, 66-77. 2001.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal. 1988.
- Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)**. Brasília: Senado Federal. 1990.

Brasil. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2006.

Brasil. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Brasília: Senado Federal. 2017.

BURGER, C. **El concepto de ética**. Ética y moral. Principales teorías éticas. Ética, Bioética y derecho. 2002.

CABRERA, M. D. C. **Educomunicación y Sociedad de la Información: Nuevas Perspectivas para el Desarrollo Humano**. Barcelona: Gedisa. 2010.

CAIXETA, M., Sousa, A., & Santos, L. **Metodologia Qualitativa e Contextos Complexos**. Editora Acadêmica. 2015.

CARVALHO, A. (Org.). **Infância e adolescência**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex. 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais: Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Cortez. 2001.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, 16(002), 221-236. 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez. 2010.

COSTA, B. L. D. **As Mudanças na Agenda das Políticas Sociais no Brasil e os Desafios da Inovação: O Caso da Políticas de Assistência Social à Infância e Adolescência**.

COSTA, S. C. A. **O Cenário Bioético no Brasil**. Observatorio de la Economía Latinoamericana, 116. 2009.

CUNHA, E. S. M. **Participação Política e o enfrentamento da questão social: o potencial dos conselhos de políticas e do orçamento participativo no Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. 2004.

ENNEW, J. **Children and exploitation: a global perspective**. Routledge. 2013.

FANTIN, M. **Educomunicação: Diálogos Possíveis**. Florianópolis: Insular. 2006.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA. 2000.

FERREIRA, D. **Ética profissional e sigilo**. Texto apresentado na ULBRA. Manaus. 2003.

GARRAFA, V. **Bioética de intervenção e justiça social**. São Paulo: Cortez. 2005.

GARRAFA, V. **Da Bioética de Princípios a uma Bioética Interventiva: Crítica e Socialmente Comprometida**. *Bioética (CFM)*, 13(1), 125-134. 2009.

GARRAFA, V., Kottow, M., & Saada, A. **Estatuto Epistemológico de la bioética**. Universidade Nacional Autónoma de México. UNESCO. 2005.

GARRAFA, V., Porto, D. **A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(Supl. 1), 719-729. 2011.

GARRAFA, V., & Santos, I. L. *Revista Redbioética/UNESCO*, 2(1), 130-135. 2011.

GUERRA, I., & outros autores. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumens Juris. 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua TIC 2019**. Disponível em www.ibge.gov.br. 2019

JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. São Paulo: Paulus. 1984.

KOLLER, S. **Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

KOTTOW, M. **Introducción a la bioética**. Santiago: Editorial Universitaria. 1995.

LIEBEL, M. **A Infância e o Trabalho Infantil no Contexto Global**. São Paulo: Cortez. 2010.

LIEBEL, M. **O Trabalho Infantil na Globalização: Uma Análise Sociológica**. São Paulo: Cortez. 2014.

LIPPI, J. R. S. **Neurobiologia do Abuso: Consequências Neurofuncionais e Clínicas**. 1º Congresso Brasileiro sobre Ofensas Sexuais, 1-20.

LIVINGSTONE, S., & SMITH, P. K. **Children and the internet: risks and opportunities**. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 55(6), 635-654. 2014.

MELO, L. M. C. **Bioética no Exercício Profissional do Serviço Social: Uma Análise sob a Ótica da Ontologia Social de Marx**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.

MENDEZ, E. G., & Da Costa, A. C. G. **Das Necessidades aos Direitos**. Ed. Catavento. 1994.

MERHY, I. S. T., & LICURSI, R. **Família, Trabalho e Infração. 1º Fórum de Debates sobre os Direitos da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: PUC Minas. 1999.

Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico sobre violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde. 2023.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório sobre violações de direitos humanos na internet 2021-2023**. Brasília: MDHC. 2023.

NEIVA, E. R. **Redes de poder e dinâmicas organizacionais**. Brasília: Editora UnB. 2009.

NEVES, A. S. **A Violência Doméstica e os Desafios da Compreensão Interdisciplinar**. Estudos de Psicologia, Campinas, 299-306. 2006.

Neves, J. L. **Pesquisa Qualitativa – Características, Uso e Possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, 1(3). 1996.

NEVES, J. L. **Metodologia e Práticas de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez. 2010.

OLIVEIRA, C. **A Bioética sob a Perspectiva do Direito da Criança e do Adolescente**. Revista do Direito Constitucional e Internacional, 14(55), 176-193. 2006.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030**. 2015. Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment>

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego**. Genebra: OIT. 1973.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Genebra: OIT. 1999.

PAICABÍ. **Centro de Promoción y Apoyo a la Infancia**. Maltrato Infantil: Elementos Básicos para su Comprensión. Viña Del Mar, Chile. 1998.

PAIXÃO, A. C. W., & DESLANDES, S. F. **Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil**. Saúde e Sociedade, 19(1), 114-126. 2010.

BARROSO, S.M. **Pesquisa em psicologia e Humanidades: métodos e contextos contemporâneos**. Vozes. 2022.

PASSERI, E. **História Social da Criança: Criança Carente e Políticas Públicas**. Contexto. 2000.

RAICHELIS, R. **Gestão Social e Participação: A Construção Democrática das Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez. 2010.

RAMOS, A.M.V.R.F. **Coordinfância: 20 anos de luta pela efetivação dos direitos de crianças e dos adolescentes**. Brasília, Ministério Público do Trabalho. 2020.

SCHRAMM, F. R. **Bioética para Quê?**. Revista Camiliana de Saúde, 1, 14-21. 2002.

SCHRAMM, F. R., & KOTTOW, M. **Princípios Bioéticos em Saúde Pública: Limitações e Propostas**. Caderno de Saúde Pública, 17, 949-956. 2001.

SOARES, I. de O. **Educomunicação: O Conceito, o Profissional e a Aplicação da EAD**. São Paulo: Paulinas. 2011.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

UNESCO. **Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos**. 1997.



VALADARES, M. L. **Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Reflexões e Propostas**. Editora UFMG. 2007.

ZAPANTA, S. H. **Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade: Políticas e Intervenções**. São Paulo: Cortez. 2018.

Nossas Vozes: Comunicação para o fortalecimento da cidadania de adolescentes em conflito com a lei¹

Milena dos Santos Marra²

Luiggi Fontenele³

Fernando Oliveira Paulino⁴

Se em vários aspectos o Brasil ainda precisa enfrentar os resquícios de uma sociedade organizada e consolidada a partir de uma desigualdade estrutural, em relação à comunicação não é diferente. O cerne das ações de comunicação comunitária, popular e alternativa está principalmente na contrapartida dessa ordem vigente: que tende à uma hierarquia de comunidades, que põe segmentos da população à margem da participação social e dos espaços de discussão pública e que desconsidera a importância do protagonismo dos indivíduos diante dos processos comunicacionais.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo refletir, por meio de um relato de experiência, sobre o projeto Nossas Vozes enquanto prática de intervenção social no fortalecimento da cidadania de adolescentes. Desenvolvido ao longo de três edições (2021-2023), o projeto insere-se nas iniciativas de comunicação comunitária direcionadas a adolescentes em situação de vulnerabilidade, com foco específico em jovens em conflito com a lei. Esses adolescentes, entre 12 e 17 anos, cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, uma condição que, sob a ótica da socioeducação, demanda ações que ultrapassem a lógica punitiva.

¹ Coordenadora Geral das Medidas Socioeducativas e Programa Intersetoriais que abarcam o enfrentamento ao Trabalho Infantil, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília – Distrito Federal. ana.carla@mds.gov.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/ UnB). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UnB. E-mail: milena.bmarra@gmail.com.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/ UnB). Graduado em Comunicação Organizacional pela UnB. E-mail: luiggifontenele@gmail.com

⁴ Professor do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: fopaulino@gmail.com.

As ações foram realizadas nas regiões administrativas do Paranoá e Itapoã, no Distrito Federal, com o intuito de promover a liberdade de expressão e o direito à comunicação entre os participantes, que estavam sob supervisão da Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), órgão vinculado ao sistema socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (DF).

A abordagem teórica que fundamenta o desenvolvimento das atividades do projeto está ancorada nas concepções de Paulo Freire, que entende a educação como um processo emancipatório, orientado à construção da cidadania. Para Freire (1974), "não há educação neutra, toda educação é uma intervenção política" (p. 25), ressaltando que o processo educativo deve ser um ato de libertação. Já na perspectiva de Iamamoto (2007), o serviço social deve atuar de forma crítica, buscando a transformação das condições sociais. Para autora:

A prática do serviço social deve ser orientada pela compreensão das condições concretas de vida dos sujeitos, reconhecendo suas potencialidades e promovendo ações que visem à transformação social. Para isso, é essencial que o serviço social não se restrinja a uma função assistencialista, mas que atue como um agente de mudança social, contribuindo para a efetivação de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva" (IAMAMOTO, 2007, p. 72).

Em termos metodológicos, o projeto fundamentou-se na realização de oficinas participativas e dinâmicas, concebidas para fomentar a interação ativa e a co-construção de saberes entre os adolescentes e os facilitadores. Essas oficinas foram estruturadas para integrar atividades práticas e reflexivas, o que permitiu aos participantes a aplicação e experimentação de conceitos pertinentes à comunicação e à cidadania. A metodologia adotada incluiu sessões de formação teórica sobre tecnologias da informação e comunicação (TICs), a fim de construir uma base conceitual sólida para a produção e disseminação de informações. A abordagem metodológica valorizou as experiências e perspectivas dos adolescentes, promovendo um ambiente colaborativo que facilitou a construção do conhecimento de forma dinâmica e inclusiva. Além disso, visando a troca de experiências e o fortalecimento do senso de pertencimento e cidadania, os encontros regulares, realizados tanto na Universidade de Brasília (UnB) quanto nas comunidades de

Paranoá e Itapoã, possibilitaram a aproximação entre o contexto acadêmico e a realidade vivida pelos jovens,

O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no projeto teve muita relevância.. Os adolescentes foram incentivados a explorar diferentes ferramentas de produção de conteúdo, como gravações de podcasts, vídeos e postagens em redes sociais, proporcionando-lhes uma formação prática em comunicação. A escolha por trabalhar com tecnologias acessíveis, como smartphones e plataformas digitais gratuitas, teve o propósito de garantir que os participantes pudessem continuar a produzir conteúdos após o término das atividades formais do projeto. Este enfoque retoma as concepções de Paulo Freire (1974), que enfatiza a importância da educação contextualizada e a apropriação de conhecimentos pertinentes à realidade dos educandos.

A criação de um podcast, premiado na etapa regional do Congresso Intercom 2023, foi uma das principais realizações do Nossas Vozes. Esse produto final não só deu visibilidade ao trabalho dos jovens, como também destacou a importância de oferecer-lhes ferramentas para se expressarem publicamente. O podcast abordou temáticas relacionadas à realidade vivida pelos adolescentes nas regiões do Paranoá e Itapoã, contribuindo para um processo de ressignificação de suas experiências. Além disso, a experiência de participar de um congresso acadêmico possibilitou que os adolescentes tivessem contato com um ambiente universitário e científico, ampliando suas perspectivas de futuro.

Um dos principais desafios enfrentados ao longo do projeto foi a necessidade de adaptação constante do cronograma, que muitas vezes dependia das demandas da GEAMA e das próprias dinâmicas dos adolescentes. A flexibilidade, no entanto, foi um ponto positivo, pois permitiu que as ações fossem moldadas conforme os interesses e o ritmo dos participantes, em consonância com o que Freire chamaria de "educação problematizadora", em que o conteúdo emerge do diálogo com os envolvidos.

Outro desafio relevante foi o esforço contínuo para garantir o envolvimento dos adolescentes em um contexto marcado pela desconfiança e pelo afastamento em relação a instituições públicas. Nesse sentido, a abordagem horizontal e o foco na comunicação como direito fundamental foram estratégias eficazes para criar um

ambiente de acolhimento. O desenvolvimento da consciência crítica, conforme preconizado por Freire, foi incentivado não apenas em relação às questões de comunicação, mas também no que diz respeito à compreensão de seus direitos e ao exercício de sua cidadania.

Partindo do princípio de que “a participação é uma aprendizagem” (TORO, 1996, p.15) inferir que o Nossas Vozes foi um espaço potencializador da liberdade de expressão e produção conjunta de conhecimento. Nesse sentido, o Nossas Vozes revelou-se uma iniciativa transformadora para os adolescentes participantes, tanto pela oportunidade de desenvolvimento de habilidades técnicas em comunicação quanto pelo fortalecimento de sua autoestima e senso de pertencimento. Ao promover o diálogo entre universidade e comunidade, o projeto também reafirmou o papel da Universidade de Brasília (UnB) como um espaço de extensão comprometido com as demandas sociais e com a formação de uma cidadania ativa e crítica.

Referências:

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: a formação profissional e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.
- TORO, Julio; WERNECK, Maria Helena. **Educação e participação: um novo paradigma**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Pelo direito à infância: a Educomunicação no projeto Memórias em Rede¹

Giulia Beatrice Pimentel²

Andressa Luzirão³

Luana Magalhães⁴

Introdução

Talvez seja uma ousadia relacionar a história da infância no Brasil metaforizando a uma adultização, tanto no século XIX quanto na atualidade, 2024, em que encontramos crianças cada vez mais novas participando do mundo digital⁵ e das extraordinárias e rápidas transformações tecnológicas que adultos, pais e educadores também vivenciam. As referências de estética, o consumo de capital, dentre outros contextos vividos por crianças na internet permeiam suas vidas “adultas” com intensidade maior do que podem racionalizar.

A adultização não é nova, apenas muda de espaço-tempo. Miriam Leite (2001), em seus estudos de relatos de viajantes do século XIX, expõe uma infância que não existia socialmente, precarizando essa vivência a “crianças adultas” como pode-se observar na carta de Ina Binzer (1881, p.35 apud Leite, 2001, p.39) relatando que “no

¹ Trabalho apresentado ao eixo 7 - Assistência Social e Educomunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); Pesquisadora-colaboradora no Núcleo de Educação e Comunicação (NCE-USP); Co-fundadora do núcleo regional Litoral Paulista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educomunicação (ABPEducom); Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); e-mail: giuliabeatrice@usp.br / São Paulo, SP.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA-USP; Cofundadora do Núcleo Regional Litoral Paulista da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); e-mail: andressa.luzirao@unifesp.br / Santos, SP.

⁴ Foi aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP; Cofundadora do Núcleo Regional Litoral Paulista da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); Graduada em Jornalismo pela Universidade Paulista (UNIP); e-mail: luana.rosito@gmail.com / Praia Grande, SP.

⁵ CETIC. TIC Kids Online Brasil. 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2023_principais_resultados.pdf. Acesso em jun. 2024.

Brasil não existem crianças no sentido inglês. A menor menina usa colares e pulseiras e meninos de 8 anos fumam cigarros”:

“Visitei uma delas (escola), a melhor de todas (...) O professor sentava-se numa escrivaninha mais elevada e dirigia a classe com um apito. (...) Elas aprendiam a ler, a escrever e contar; no fim de dois anos era feita uma seleção entre todos os que demonstrassem qualquer vocação especial e passavam para as Academias. A educação era inteiramente gratuita, e todos eram aceitos indiscriminadamente, com exceção dos pobres escravos. A caligrafia parecia ser uma das principais preocupações dos professores” (Robert Walsh, 1828, I, P.187-8 apud Miriam Leite, 2001, p.40).

Essa exemplificação permite contextualizar a importância de discutir com prioridade a infância, abrindo caminhos para que as políticas públicas sejam pensadas para gerar espaços de vivências coletivas e sociais, dentro de uma infância reconhecida.

Há um longo caminho de mudanças culturais urgentes dentro desse contexto, considerando que “o corpo socializado (o que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma das suas formas de existência” (Bourdieu, 2019, p.31-32). E essa existência é parte de uma infância que já é sociedade, que já é coletivo vivido e experienciado, influenciador e influenciado, como estudos de Vigotski promulgam há algum tempo.

É verdade que, aqui, precisamos fazer uma observação relativa à influência que a fala dos adultos ou as imagens literárias têm sobre a fala infantil. Sabe-se em que medida as crianças são contagiadas pela imitação, o que deixa claro que a influência do estilo literário de um livro sobre as crianças frequentemente é tão grande que encobre as verdadeiras especificidades da fala infantil. Assim, o mais puro estilo infantil é o das crianças camponesas abandonadas e daquelas que tiveram a menor influência do estilo dos adultos (Vigotski, 2018, p.86).

Em um contexto histórico que sempre subestimou a infância, resumindo-a a um processo de transmissão de herança cultural e valores sociais definidos como necessários pelo adultocentrismo, deixa-se de pensar a criança como sujeito. Como atores sociais e sujeitos de direitos, elas interpretam o mundo e interagem com ele,

construindo conhecimento, devendo ter suas expressões legitimadas de forma a exercitarem a cidadania desde a infância, pois “a percepção do espaço é subjetiva (...) nós não somente falamos diversas línguas, como também habitamos mundos sensoriais diferentes (...) afetado pelas variáveis de gênero, idade e, como afirmamos, cultura” (Rinaldi, 2018, p.154).

Metodologia do estudo

Com o objetivo de relatar uma estrutura sólida, esse estudo se debruça sob a metodologia do projeto Memórias em Rede, do Instituto Devir Educom, aplicada em atividades com crianças de 6 a 11 anos em situação de vulnerabilidade social, atendidas em creche noturna da Casa Vó Benedita, no município de Santos-SP, para analisar, sob o viés da Educomunicação, de que forma os contextos sociais são inseridos numa perspectiva própria à criança, brincante, em respeito à infância.

Aliando contextos e bibliografias relacionadas a estudos da infância, e considerando o ser humano como múltiplo e social, esse estudo traz, também, subjetividades trazidas pelas crianças e experiências vividas em campo sentidas pelos pesquisadores deste trabalho, por se tratar de uma área em que “a Comunicação assume enquanto disciplina uma enorme complexidade” (Immacolata, 2012, p.109), não limitando-se a quantificar as experiências aqui abordadas. Ainda que se trate de um recorte, a análise abrange essas relações citadas.

Metodologia do projeto

Partindo de uma concepção que refuta a cultura adultocêntrica de depreciar as expressões da infância, as práticas educomunicativas do projeto Memórias em Rede, permeadas pela ludicidade, utilizam as diferentes linguagens da comunicação como recursos pedagógicos que oportunizam às crianças a livre expressão e o exercício da cidadania em espaços de diálogo, voz e escuta. Trazendo recursos do jornalismo cidadão, das tecnologias digitais e da Tecnologia Social da Memória como substrato para as atividades, por meio do qual as crianças experimentam o “brincar livre de serem repórteres”, as propostas pedagógicas envolvem a expressividade holística

delas, de modo que trazem a sua palavra (Freire, 1989) por meio do corpo, do gesto, do desenho, da música, da escrita e da oralidade.

Dessa forma, a prática de jornalismo aqui se entende por uma ação que abre caminho para o exercício de expressão e de cidadania desses sujeitos. No brincar com um microfone construído de papel e materiais recicláveis e com as câmeras dos celulares, assistidos pelos educadores do Instituto, as crianças exercem protagonismo, contam histórias sobre si, sobre suas origens e do que faz parte de suas identidades, em um espaço de escuta sensível e de representatividade. As atividades envolvem escrita criativa, desenho, rodas de conversas e de leitura coletiva, contação de histórias, entrevistas, gravações de vídeos temáticos e vivências no entorno do bairro e em outros espaços da cidade.

As propostas com as crianças são ancoradas na “Metodologia dos Círculos”, inspirada nos Círculos de Cultura do educador Paulo Freire, originada na práxis do projeto, em 2018, a partir de observações acerca de fragilidades e potencialidades relacionadas a aspectos individuais, coletivos e sociais dos participantes, o que culminou na condução do projeto sob quatro perspectivas: **eu-escola-família-território**, aspectos que constituem o sujeito social.

Aliando teoria e prática na interface Comunicação-Educação, o projeto valoriza as experiências vividas por cada participante, seus anseios e desejos, em um aprendizado dialógico entre educandos e educadores. Os eixos da metodologia se interconectam nas atividades pedagógicas com as crianças, onde são trabalhados aspectos socioemocionais, expressividade, senso de coletividade e de pertencimento, contribuindo com o fortalecimento delas como cidadãs de direitos; uma prática “a serviço da vida sobre o planeta” (Soares, 2023, [s.n]).

Em uma das propostas de atividades, com o objetivo de levar a educação midiática de forma lúdica para o grupo de crianças, foi criado o conto “Dona Lorota e sua viagem no Rio da Internet”. A narração, que traz a história de dona Lorota, disseminadora de mensagens sem verificar a procedência delas, englobou aspectos da arte teatral, com entonações de vozes e sons pelos educadores, que utilizaram elementos como boneca, placas indicativas alusivas às *fake news*, barquinho e celular de papel, em uma abordagem criativa visando fomentar a imaginação das crianças.

Ao longo da leitura do texto, as crianças acompanharam atentas a história e

interagir com os personagens, dando orientações a eles, como: “Dona Lorota, pare de espalhar mentiras” (S., 6 anos). Após a narração, foi aberta uma roda de conversa com o grupo, que trouxe enunciados que conotam a assimilação da mensagem da história de viés educativo, como quando L., 6 anos, se expressou dizendo: “Não pode xingar a pessoa de cara de neguinho, nem de lixo. Não pode chamar a pessoa de feio”, conseguindo conscientizar-se de forma relacional com seu contexto de vida. Ao passo que outras crianças também conseguiram fazer colocações sobre um aprendizado crítico e empático, que vem antes mesmo do acesso ao mundo digital, onde “quando você for falar alguma coisa, vai ter que pensar antes” (L., 10 anos) ou, ainda, que “não podemos falar mentiras nas redes sociais para enganar as pessoas que não sabem. A pessoa se engana e cai no fundo do poço” (C., 8 anos).

Como forma de documentar e sistematizar o aprendizado adquirido, e valendo-se do uso do audiovisual para fins educativos e como meio de validar a expressão das crianças, foi gravado um vídeo em que uma delas faz uma resenha da história, multiplicando o conhecimento construído coletivamente. Como comunica Madalena Freire, ao expor suas documentações escolares com crianças pequenas, onde, “sistematizando através dessas a prática espontânea das crianças” (2023, p.46), da qual “tudo estava de fato desorganizado antes da participação direta das crianças” (2023, p.53), falamos aqui da necessidade desses processos fazerem sentido para a própria criança.

Observa-se um espaço potente onde crianças encontram a liberdade de compartilhar seus pensamentos construindo novos conhecimentos e ressignificando experiências já vividas em uma relação dialógica e afetuosa entre pares. Nota-se, ainda, o desenvolvimento da infância social pela fundamentação da metodologia do projeto que, estruturado e sólido, em consideração ao contexto social brasileiro permite que as atividades sejam dimensionadas adequadamente para diversas faixas etárias, mostrando-se amplo e adaptável a crianças menores.

Entendendo que “diferentes habilidades são formadas e moldadas em diferentes fases do ciclo da vida” (Heckman; Cunha, 2011, p.13) - colocação do grupo de estudos da Academia Brasileira de Ciências -, ressalta-se a importância de desenvolver *para* e *com* as crianças, inclusive na primeira infância, práticas críticas de forma não infantilizada, tendo em vista que a criança, desde o seu nascimento, é composta de seriedade em seu desenvolvimento, não permitindo deixar “escapar” os

saberes intrínsecos de cada faixa etária, a saber que “a evidência empírica nos ensina que quando as oportunidades de formação dessas habilidades são perdidas, a reabilitação pode ser onerosa e a plena reabilitação proibitivamente custosa(…)” (*ibid.*).

Dessas análises relacionais, considerando que “estes resultados salientam a necessidade de que os cientistas sociais e os formuladores de políticas públicas tenham uma visão abrangente da formação de habilidades ao longo da vida” (*ibid.*), entende-se que a infância pode ser melhor cuidada através de projetos como este, com condições replicáveis. Trata-se de uma proposta educ comunicativa com potencial de ser implementada como política pública voltada também a este público e, especialmente, à primeira infância, conduzida pelo campo da Educomunicação na “indispensável necessidade de se prever a formação/mobilização dos cidadãos - desde a infância - para uma adequada convivência” (Soares, 2023, [s.n]).

Considerações finais

O contexto da infância tem uma complexidade histórica que precisa ser debatida, ainda que cause desconfortos à perspectiva adultocêntrica. Esse debate pode ser mobilizado pelo campo da Educomunicação que, como um paradigma, promulga um espaço realmente próprio das infâncias. Tendo este cenário em vista, as oficinas do projeto Memórias em Rede são exemplos de ações reflexivas e práticas que promovem, *para* e *com* as crianças, protagonismo, livre expressão, escuta sensível, construção lúdica e coletiva de conhecimento e cidadania desde a infância.

Entre as objetividades e subjetividades trazidas neste estudo por meio do projeto, é percebida a potência adaptável de suas ações, tendo em vista que, por ser educ comunicativo, se desenha junto ao grupo que se estabelece como participante no processo, seja ele criança, jovem ou adulto. Nessa perspectiva aberta faz-se necessário que essa voz da infância seja ampliada em uma discussão permeada pelas práticas já realizadas advindas do próprio núcleo do Instituto Devir Educom, como forma de potencial projeto *na* e *para* a infância e, quiçá, *na* e *para* a primeira infância brasileira.

Referências

ARAÚJO, Aloísio Pessoa de (coord.). **Aprendizagem infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CETIC. TIC Kids Online Brasil. 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2023_principais_resultados.pdf. Acesso em jun. 2024.

DANTAS, Vera Lúcia e LINHARES, Angela Maria Bessa Dantas (2014). **Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**. In: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014. p. 73-80. Disponível em <http://www.edpopsus.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/texto-2-4-cc3adrculos-de-cultura.pdf>. Acesso em 06.07.2023.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**. ed. 22. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. (1989). **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2011.

IMMACOLATA, Maria. **Pesquisa em Comunicação**. ed.10. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. ed. 1. Porto Alegre: Arquipélago. 2022.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. ed. 6. Tradução: Vania Cury. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Formar para a criticidade: anúncio e a denúncia profética nos ambientes digitais**. [s.n]. 2023



VIGOTSKI, Lev. **Imaginação e criação na infância**. Tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. ed.1. São Paulo: Expressão Popular. 2018

SAÚDE E EDUCOMUNICAÇÃO

Educação em Saúde: a educomunicação como tecnologia de mobilização social¹

Jade Gonçalves Castilho Leite²

Claudemir Edson Viana³

O artigo “Educação em Saúde: a educomunicação como tecnologia de mobilização social” apresenta os seis indicadores avaliativos encontrados na pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com título homônimo, realizada em 2021 sobre a formação em educomunicação oferecida pelo Educom.Saúde-SP e como a prática da educação em saúde, enquanto política pública, pode contribuir para a prevenção de doenças e uma melhor relação entre profissionais da área e a população atendida.

Ao reconhecer e codividir preocupações, ela se situa em um local de interface. Sua função é a de qualificar relações, através de pressupostos, como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação (Soares, 2000).

O Projeto Educom.Saúde-SP, ao pensar a educação em saúde no apoio das políticas públicas, foi criado na parceria entre a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN), órgão da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo, o Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE) e a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em educomunicação (ABPEducom). A formação atuava como uma introdução à educomunicação para os profissionais da saúde do Estado e com o intuito de motivá-los para a ação pedagógica, dialógica e problematizadora com a comunidade atendida. O projeto foi desenvolvido em 2019

¹ Trabalho apresentado no eixo Educomunicação e Saúde.

² Jornalista, Licenciada em Educomunicação, Mestranda em Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (ECA/USP).

³ Prof. Dr. Ciências da Comunicação da ECA USP, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, secretário executivo da ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação.

com 224 profissionais da área, e reuniu resultados e informações para sequenciamento e aprimoramento da formação nos anos 2020 e 2021.

Com apresentação dos conceitos trabalhados, a comunicação e a educação enquanto aportes teóricos e práticos existentes e a metodologia trabalhada durante o projeto, este trabalho busca reforçar a importância da troca entre conhecimentos, experiências e diálogo na área da educação em saúde no relacionamento com a comunidade atendida, público-alvo da ação de preservação da vida e do bem-estar feita por esses profissionais. A proposta do projeto Educom.Saúde-SP e do projeto de pesquisa em torno da formação de profissionais da saúde, apresenta a educomunicação enquanto uma tecnologia de mobilização social, presente e utilizada no enfrentamento do desafio de se promover uma mobilização dos agentes da Secretaria de Saúde do estado para a implantação das diretrizes de vigilância, bem como visa a promoção da mobilização da comunidade por meio de projetos de intervenção educacional. Segundo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra e resgata a importância de se reconhecer os saberes dos sujeitos (2017).

Nesse sentido, a pesquisa de iniciação científica caracterizou indicadores avaliativos da formação em educomunicação oferecida e aplicada a partir da observação, análise do curso, atuação dos cursistas em seus territórios e acompanhamento de tutores, assessores e coordenadores durante o período de formação e aplicação das atividades no território. A educomunicação tem sido adotada como um caminho de aprendizagem colaborativa em ações que envolvem especialmente a saúde, a educação e a sustentabilidade. A presença da prática educacional em áreas como a da saúde se volta às práticas sociais, pensando em um aprendizado que dialoga com as necessidades de mobilização em torno a temas de interesse coletivo, atuando como uma tecnologia social, ao explicitar seu potencial em mobilizar atitudes designadas como participativas, dialógicas e criativas (Soares; Viana; 2021). Sob essa perspectiva, é possível apontar a educomunicação enquanto uma prática educativa para liberdade. De acordo com hooks (2017), a educação como prática de liberdade significa “[...] um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender [...]”, vista como uma educação progressista e holística, uma pedagogia engajada que reverbera.

A partir da formação educacional para a atuação em saúde e o diálogo com formadores e educandos, profissionais da área participantes do Educom.Saúde-

SP, foram mapeados e identificados indicadores avaliativos a respeito do processo de aprendizagem, seus resultados e seus pontos de aplicação prática. Por meio de uma observação participante, com leitura e análise de relatórios obtidos da coordenação da Secretaria de Saúde, contato e entrevistas com atores da equipe promotora do projeto, cursistas, assessores, tutores, especialistas e coordenadores, além do acompanhamento de reuniões dos participantes. Com a análise dos relatórios realizados com o preenchimento de formulários de avaliação pelos cursistas veteranos, foram percebidas mudanças de uso de recursos audiovisuais no dia a dia do trabalho do agente de saúde, a melhora da relação com a comunidade, o entendimento dela como parte do processo de combate às epidemias e a mudança de paradigma e do olhar em relação ao trabalho já realizado, e modificações positivas a serem implementadas com a formação.

Já na etapa de finalização da pesquisa foram realizadas entrevistas com os agentes responsáveis pelo Projeto Educom.Saúde-SP. Para tal, foram elaborados formulários virtuais com perguntas abertas e de caráter reflexivo sobre o processo realizado e a formação promovida desde o ano de 2019 até 2022. As entrevistas coletadas através dos questionários virtuais, por conta do contexto imposto pela pandemia de COVID-19 e o distanciamento social instalado desde março de 2020, foram fundamentais para o encontro de pontos de intersecção entre o trabalho promovido, os resultados alcançados e a chegada a indicadores avaliativos eficientes para o uso da coordenação. Todas as entrevistas foram avaliadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Departamento e não citam, nominalmente, nenhuma das fontes entrevistadas, com exceção da jornalista e assessora do projeto, Tatiana Luz.

Os indicadores avaliativos em projetos sociais, segundo Cohen e Franco (2002), contribuem para aumentar a racionalidade na tomada de decisões, identificando problemas, selecionando alternativas de solução, prevendo suas consequências e otimizando a utilização de recursos disponíveis. Segundo Marino (1998), o papel da avaliação transcende a mera questão fiscalizadora ou controladora, abrangendo uma reflexão sobre a prática e o que deve ser feito com todos os envolvidos no processo. A avaliação de impacto de projetos como o Educom.Saúde permite uma análise sistemática das mudanças sustentadas que determinadas intervenções acarretam na vida das pessoas.

Após o levantamento dos aspectos formais de mudança e mobilização social percebidos e registrados em avaliações e citados em entrevistas com membros do Educom.Saúde-SP, uma estratégia de elaboração de rubrica e indicação de avaliadores foi elaborada neste trabalho. As rubricas são um conjunto de escalas utilizado para avaliar um desempenho complexo e fornecer informações ricas para melhorá-lo, com cada critério associado a uma escala entre elemento e componente (Jonassen; Peck; Wilson, 1999).

Para avaliação do projeto Educom.Saúde-SP foram definidas as categorias dos seis seguintes indicadores avaliativos: 1) uso de recursos audiovisuais, 2) adoção de novas estratégias de comunicação, 3) proximidade com a comunidade, 4) rede colaborativa; 5) estrutura dos PCAs; e 6) Expansão da comunicação com os habitantes da área atendida. Os critérios de classificação foram definidos como insatisfatório, parcialmente satisfatório e satisfatório.

A partir das premissas da educomunicação, sua relação como tecnologia de mobilização social e a formação oferecida pelo projeto Educom.Saúde-SP analisada nesta pesquisa de iniciação científica, foi possível apontar mudanças trazidas com a apresentação e incorporação das técnicas e estratégias educacionais no trabalho dos profissionais da saúde com a população no combate às arboviroses. A criação de ecossistemas comunicativos com processos abertos e participativos, a gestão democrática dos processos de comunicação entre profissionais da saúde e comunidade e o protagonismo conjunto de ambos foram aspectos encontrados durante a pesquisa proposta. Assim sendo, a educação para a comunicação se mostrou como parte essencial do trabalho formativo por meio da leitura crítica da mídia e do que é veiculado sobre a área da saúde nos meios de comunicação e o envolvimento da população como sujeitos ativos em projetos de saúde pública e de prevenção às doenças. Com isso, através das reflexões apresentadas, entende-se que o universo da educomunicação, como tecnologia de mobilização social na promoção de políticas públicas, perpassa o processo educativo e comunicativo de aprendizado sobre a mídia e de leitura do mundo, a partir da promoção de um olhar crítico, um ambiente de mediação e troca equiparada entre os indivíduos, com o intuito de produzir conhecimento, gerar independência, autonomia, responsabilidade e, até mesmo, respeito e igualdade nas relações sociais.

Referências

ADULIS, Dalberto. Como planejar a avaliação de um projeto social. **Apoio à gestão. Rio de Janeiro**, 2002.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; FERREIRA, Irma T. R. Neves. **Educomunicação nas políticas públicas de saúde no estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP* em tempos de COVID-19**. BEPA - BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO PAULISTA (ONLINE), 2021;18 (208): 22-31.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, n. 19, p. 12-24, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. Cortez editora, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017

JONASSEN, David H.; PECK, Kyle L.; WILSON, Brent G. **Learning with Technology: a constructivist perspective**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1999.

MARINO, E. **Manual de Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1a edição, 1998.

VIANA, Claudemir Edson; NEVES, Irma. Qual educomunicação nas políticas públicas de saúde?. **Educomunicação em tempos de pandemia: práticas e desafios**, p. 123, 2021.

Educomunicação e Saúde: desenvolvimento de contextos criativos no SUS¹

Aline Guio Cavaca²

Isabella Moura de Oliveira³

Tatiany Volker⁴

Flávia Tavares Silva Elias⁵

Luciana Sepúlveda⁶

Claudemir Edson Viana⁷

Introdução

A relação entre a comunicação e a saúde, associada a práticas de educação em saúde, surge juntamente com as políticas públicas de saúde no Brasil. No entanto, no cenário brasileiro, a formação do campo da Comunicação e Saúde (C&S) se consolida a partir da década de 1990, de modo que, nos últimos trinta anos, a produção científica bem como as iniciativas comunicacionais no âmbito do SUS ampliaram-se e diversificaram-se, estabelecendo uma pluralidade de práticas e saberes. A partir dos anos 90, os campos da educação e da comunicação também desenvolvem uma interlocução teórica e prática, chamada educomunicação, de forma a criar significações para o fazer “comunicar-educativo”, orientada pelas ideias de Paulo Freire (2005, 2015) e Mário Kaplún (2002). Por meio de um conjunto de ações de criação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos, os quais valorizam o diálogo e o protagonismo dos sujeitos, a educomunicação é defendida por Soares (2014) como potente possibilidade de expressão a todos os participantes das comunidades educativas. Logo, o referencial educumunicativo é capaz de disponibilizar instrumental teórico e prático para desenvolver o campo da C&S, de

¹ Trabalho apresentado no eixo 8 – Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, DF, Brasil. E-mail: aline.cavaca@fiocruz.br

³ Universidade de Brasília. Faculdade de Medicina. Brasília, DF, Brasil. E-mail: isabellamoura00@gmail.com

⁴ Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, DF, Brasil. E-mail: tatianyvolker@gmail.com

⁵ Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, DF, Brasil. E-mail: flavia.elias@fiocruz.br

⁶ Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, DF, Brasil. E-mail: luciana.koptcke@fiocruz.br

⁷ Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: profclaudemirviana@usp.br

maneira a enriquecer os estudos e as experiências de comunicação produzidas nos cenários do SUS.

Objetivo

Mapear e analisar as evidências disponíveis sobre educomunicação e saúde, a fim de discutir possibilidades de desenvolvimento dessa potencialidade dialógica na saúde coletiva, nos cenários do SUS.

Métodos

Revisão de escopo conduzida segundo Joanna Briggs Institute e checklist PRISMA-ScR, protocolo número (<https://doi.org/10.17605/OSF.IO/AM2ZK>). Buscas conduzidas nas bases BVS, RedAlyc, Google Acadêmico, Web of Science, Scopus, Pubmed, OASISbr. Na elegibilidade foi usada as ferramentas Mendeley e Rayyan bem como foram incluídos artigos completos, em inglês, português e espanhol, que mencionavam a realidade brasileira. Os dados foram analisados em cinco categorias analíticas: autodenominação sobre a interseção de educação e comunicação, as atividades educacionais e/ou comunicacionais praticadas, o papel dos participantes das experiências relatadas nos estudos e a aplicabilidade na Saúde Coletiva.

Resultados

Inicialmente, dos 1352 estudos encontrados nas bases de dados, foram selecionados 36 para leitura, dos quais foram excluídos 12. Além disso, 3 estudos foram adicionados manualmente, modo que se analisaram 27 estudos que abordavam a intersecção da educomunicação e a saúde coletiva brasileira, publicados entre os anos de 2009 e 2023, nas cinco regiões do país. Dentre os estudos, seis eram relatos de experiência, sete pesquisas ação/participativa/emancipatória, quatro estudos metodológicos, uma pesquisa pseudo-experimental, duas pesquisas sociais descritiva e/ou avaliativa), um estudo de métodos mistos, dois estudos de caso, dois estudos de intervenção e duas pesquisas qualitativas. Quanto à autodenominação sobre a abordagem, o termo educomunicação estava explícito em dez estudos, de modo que os autores desenvolveram o conceito de educomunicação de maneira plural e heterogênea, mas

apresentando, universalmente, a construção de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos, criativos e participativos, que fomentam a construção da cidadania. Os demais autores da revisão apresentaram definições conceituais que se aproximam da prática e desenvolveram iniciativas de caráter dialógico, democrático e participativo, mesmo que não tenham sido definidas como educomunicação. Dessa forma, percebeu-se que os estudos analisados na revisão construíram experiências a partir do protagonismo dos sujeitos. Em relação aos elementos da ação, foram desenvolvidas oficinas de produção coletiva e dinâmicas participativas para produção de roteiros de filmagem, produção de imagens, programas de rádio, materiais artísticos diversos, aplicativos de celular e podcasts, entrevistas prévias e/ou rodas de conversa para produção e posterior validação de materiais educativos e criação e moderação de grupo de WhatsApp.

Além disso, também foram mapeadas ações de produção de fotonovela instantânea, dramatizada e projetada pelos participantes, em tempo real, seguidas de debate acerca do conteúdo criado; oficinas de capacitação e teatro para posterior multiplicação entre pares na comunidade; realização de recitais de cordéis e debate coletivo nas escolas; grupo focal com posterior construção coletiva de jogo da memória; games e caça-palavras; criação de grupo de Facebook com postagens de situações-limites/temas para promoção de diálogo; apresentação participativa de teatro de mamulengos e leitura coletiva de cordéis; criação de “mural interativo” e vivência imersiva e participativa em exposição artística. No que tange aos materiais produzidos, observou-se a diversidade das produções tecnológicas dos estudos, com produção de documentários, de imagens, programas de rádio, materiais educativos diversos, como cartilhas, criação de grupos de WhatsApp para compartilhamento de informações em saúde, ferramentas autorais, como a “Sua Saúde em Três Tempos”, Recursos Educacionais Abertos, cordéis, programas em rádios comunitárias, podcasts, jogos da memória e jogos educativos, produções artísticas como radionovela, músicas, poesias, pinturas, vídeos, oficinas de arte-educação, círculos de cultura virtuais, teatros de mamulengos, exposições artísticas, gincanas, teatro de fantoches, musicalização e pinturas. Por fim, em relação à aplicação na Saúde Coletiva, os estudos avaliados buscaram, de forma plural adaptada às realidades de suas comunidades, abordar temas diversos relacionados à promoção e prevenção da saúde, como prevenção de ISTs, saúde bucal, arboviroses, leptospirose, câncer de

próstata, câncer de mama, assistência ao parto, abuso de álcool e outras drogas, depressão, covid-19. Foi possível perceber que, nos estudos com participação dos jovens, o tema mais discutido foi ISTs, faixa etária em que há maior comportamento de risco e incidência da doença, evidenciando que as discussões foram construídas a partir das experiências e preocupações dos participantes das iniciativas.

Conclusão

Embora o termo educomunicação seja recente, sendo inclusive um desafio para busca em banco de dados, a revisão evidenciou que há um desenvolvimento significativo de abordagens e ações na interseção entre educação e comunicação construídas a partir do protagonismo, do diálogo e de uma relação horizontal entre os participantes. O mapeamento de evidências sobre educomunicação e saúde no Brasil, realizado nesta revisão, apresenta como perspectiva benéfica ao campo da saúde, nos cenários do SUS, a construção de relações dialógicas, protagonizadas pela população, com capacidade de trazer autonomia aos participantes e provocar transformações sociais importantes e efetivas. Assim, o estudo de iniciativas educacionais no campo da saúde deve ser não só valorizado, mas também incentivado a fim de, a partir da valorização da autonomia, da criticidade, da pluralidade e do protagonismo dos indivíduos, ser possível reduzir o distanciamento entre o “saber científico” relacionado a práticas de saúde e a comunidade e, consequentemente, adotar políticas de promoção à saúde de maneira eficaz.

Referências

ARAÚJO, IS; CARDOSO, JM. **Comunicação e saúde**. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

CAL, DGR; PAIVA, W; FERNANDES, S. **Relações entre cultura e educomunicação para o enfrentamento da violência sexual na Amazônia**. Revista Eptic [Internet]. 25o de novembro de 2016 [citado 4o de julho de 2024];18(3):197-213. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/5812>

CAMPOS, R; ARAÚJO, M. Traditional Artistic Expressions in Science Communication in a Globalized World: contributions from an exploratory project developed in northeast brazil. **Science Communication**, [S.L.], v. 39, n. 6, p. 798-809, 17 jul. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1075547017721204>.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 4. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, JM; ROCHA, RL. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6):1871-1879, 2018.

CASTRO, MCS; COSTA, IC. C. A LITERATURA DE CORDEL COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO, MOTIVAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL. **Revista Ciência Plural**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 40–49, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/7322>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CAVACA AG, EMERICH TB, SILVA PRV, SANTOS NETO ET, OLIVEIRA AE. Diseases neglected by the media in Espírito Santo, Brazil in 2011-2012. **PLoS Negl Trop Dis**. 2016; 10(4):e0004662.

CONSANI, M; MORAIS, HMM. educomunicação e saúde: uma relação ainda por ser construída. 2016, **Anais..** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002792218.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CORDEIRO, ES. **Da teoria à prática: uma análise das ações da ONG Projeto Saúde e Alegria no Telecentro Comunitário de Suruacá no Rio Tapajós**. 2013. 132 f. Tese (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013

CORIOLO-MARINUS, MWL; QUEIROGA, BAM; RUIZ-MORENO, L; LIMA, LS. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. **Saude e Sociedade** 2014; 23 (4): 1356-1369.

FERRAZ, NBA. **Expressão da vulnerabilidade das mulheres às DST/AIDS: análise de oficinas de arte/educação em saúde**. 2012. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.7.2012.tde-19022013-125636. Acesso em: 2024-02-18.

FIUZA, PJ; MARTINI, RG; SARTORI, AS. (org.). **Educomunicação em tempos de pandemia: práticas e desafios**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2021. p. 123-129. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003062670.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, DBM. Estratégias midiáticas na aprendizagem do tema DST/AIDS: ações em rede para reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens da comunidade de Mãe Luiza, Natal-RN. 2014. 116 f. **Dissertação (Mestrado em Comunicação midiática: práticas sociais e produção de sentido)** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

GAZZINELLI, MF; COLARES, LG; BERNARDINO, LM; ARAÚJO, LHL; SOARES, AN. "Alô, Doutor!": estudo-piloto de intervenção radiofônica de Educação em Saúde desenvolvida em uma área rural de Minas Gerais: estudo-piloto de intervenção radiofônica de educação em saúde desenvolvida em uma área rural de minas gerais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 965-985, set. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312013000300016>.

GUIDO, LFE; DIAS, IR; FERREIRA, GL; MIRANDA, AB. Educação ambiental e cultura: articulando mídia e conhecimento popular sobre plantas. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 129-144, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462013000100008>.

JANES, MW; MARQUES, MCC. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande são paulo. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1205-1215, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902013000400021>.

JESUS, GJ; CALIARI, JS; OLIVEIRA, LB; QUEIROZ, AAFLN; FIGUEIREDO, RM; REIS, RK. Construction and validation of educational material for the health promotion of individuals with HIV. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2020;28:e3322. Available in: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/b584msKGkNrYLJyXBbhVWsh/?format=pdf&lang=pt>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3748.3322>.

KAPLÚN, M. Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

LABEGALINI, CMG; NOGUEIRA, IS; RODRIGUES, DMMR; ALMEIDA, EC; BUENO, SMV; BALDISSERA, VDA. Pesquisa-ação educativa no Facebook®: aliando lazer e aprendizado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.L.], v. 37, n. , p. 1-9, 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.64267>.

LACHTIM, SA; TRAPÉ, CA; PASQUIM, HM; SOARES, CB. Dinâmica entre potenciais de fortalecimento e desgaste na vida de jovens da escola pública: pesquisa-ação com oficinas emancipatórias. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 1-12, jun. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902022210354pt>.

LAGO, C; CONDEIXA, D; ROMANCINI, R. A gestão da educomunicação na saúde: análise de uma experiência. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, UERJ, 5 a 9 de set. 2005. Acessível em: <<http://www.port-com.intercom.org.br/pdfs/45823976561046228997562803542841328571.pdf>>.

LI X.; LIU, Q. Social Media Use, eHealth Literacy, Disease Knowledge, and Preventive Behaviors in the COVID-19 Pandemic: Cross-Sectional Study on Chinese Netizens. **J Med Internet Res** 2020; 22(10):e19684. Disponível em: URL: <https://www.jmir.org/2020/10/e19684>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

LIMA, EH; GONÇALVES, ALG; MARTINS, ALRP; BARROSO, AC; OLIVEIRA, EBM; ALMEIDA, VAR; SANTOS, GA. A democratização da informação, no contexto da pandemia por COVID-19: diálogos necessários entre educação em saúde e comunicação. **Revista de Medicina**, [S.L.], v. 100, n. 6, p. 593-598, 26 dez. 2021. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v100i6p593-598>.

MACHADO, FCA; OLIVEIRA, NPD; MORAIS, GM; SANTOS, GP; MACEDO, YP. INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA EXPERIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO. **Revista Ciência Plural**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 308–327, 2021. DOI: 10.21680/2446-7286.2021v7n3ID23878. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/23878>.

MACHADO, IB. Percepções sobre o SUS: o que a mídia mostra e o revelado em pesquisa. In: Lerner K, Sacramento I. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2014. p. 235-50.

MATOS, MR; MENEGUETTI, LC; GOMES, ALZ. Uma experiência em comunicação e saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 13, n. 31, p. 437-447, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832009000400016>.

MEDEIROS, EGMS. Construção e validação do jogo da memória para a promoção do autocuidado de idosos ao HIV/Aids à luz da Teoria de Dorotheia Orem. 2020. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MORAES-PARTELLI, AN; CABRAL, IE. Images of alcohol in the adolescents' life of one quilombola community. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 72, n. 2, p. 468-475, abr. 2019. Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672019000300468&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0264>.

MOYSES, D. *et al*. Educomunicação e saúde em sintonia no rádio. **Extensão em Foco**: Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Coordenadoria de Extensão; editora, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 45-51, jul/dez 2009. Semestral.

NUNES, E.D. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: Campos, Gastão Wagner de Sousa; Minayo, Maria Cecília de Souza; Akerman, Marco; Drumond Júnior, Marcos; Carvalho, Yara Maria de. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, Hucitec; Fiocruz, 2006. p.295-315.

OLIVEIRA, BJ; LANSKY, S; SANTOS, KV; PENA, ED; KARMALUK, C; FRICHE, AAL. Sentidos do Nascer: exposição interativa para a mudança de cultura sobre o parto e nascimento no Brasil. **Interface (Botucatu)**. 2020; 24: e190395 <https://doi.org/10.1590/Interface.190395>

OLIVEIRA, E; SOARES, CB; BATISTA, LL. Everyday representations of young people about peripheral areas. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2016;69(6):1082-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0387>

PAGE, MJ, MCKENZIE, JE; BOSSUYT, PM; BOUTRON, I; HOFFMANN, TC; MULROW, CD; et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ** 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

PEREIRA, AAC; DESTRO, JR; BERNUCI, MP; GARCIA, LF; LUCENA, TFR. Effects of a WhatsApp-Delivered Education Intervention to Enhance Breast Cancer Knowledge in Women: mixed-methods study. **Jmir Mhealth And Uhealth**, [S.L.], v. 8, n. 7, p. 1-16, 21 jul. 2020. JMIR Publications Inc.. <http://dx.doi.org/10.2196/17430>.

RANGEL-S, ML; GUIMARÃES, JMM; BELENS, AJ. Comunicação e Saúde: aproximação ao estado da arte da produção científica no campo da saúde. In: Paim J, Almeida-Filho N. **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: MedBook; 2014. p. 625–637.

ROCHA, KAA. Tecnologias educacionais para a promoção do autocuidado de adolescentes escolares sobre as infecções sexualmente transmissíveis. 2020. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SANTOS, ROM; RAMOS, DN; ASSIS, M. Construção compartilhada de material educativo sobre câncer de próstata. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S.L.], v. 42, p. 1-8, 19 nov. 2018. Pan American Health Organization. <http://dx.doi.org/10.26633/rpsp.2018.122>.

SCHIAVO, R. **Health Communication: from theory to practice**. San Francisco: Jossey-Bass, 2007.

SILVA, RLA; MONTEIRO, IS; BAPTAGLIN, LA. Depressão: processos educacionais estabelecidos a partir da produção de um curta-metragem. Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 182-198, 1 set. 2019. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2526-8031.2019v3n3p182>.

SOARES, IO. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

SOARES, IO. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. Com. Ed.[Internet]. 2002 Jan/abr; [acesso 15 de julho de 2020] 3(23). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012/39734>

SOARES, IO; VIANA, CE; FERREIRA, ITRN; HENRIQUES, LF. Educom.Saude-SP – um projeto de mobilização do poder público e da população paulista para ações integradas na vigilância e controle do mosquito *Aedes aegypti*. **BEPA**, 16(184):13-22, 2019.

TRICCO, AC; LILLIE, E; ZARIN, W; O'BRIEN, KK; COLQUIHOUN, H; LEVAC, D; et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA ScR): Checklist and Explanation. **Ann Intern Med**. 2018;169:467–473. doi: 10.7326/M18-0850.

VALENTIM, RAM; OLIVEIRA, AC; DIAS, AP; OLIVEIRA, ESG; VALENTIM, JLRS; MOREIRA, JAM; COUTINHO, KD; TRINDADE, SMGDC; BONFIM, MAA. Educommunication as a strategy to face Syphilis: an analysis of the open educational resources available at avasus. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 1-5, 2021. Zeppelini Editorial e Comunicacao. <http://dx.doi.org/10.5327/dst-2177-8264-20213310>.

VASCONCELLOS-SILVA, RP; CASTIEL, LD. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cad. Saúde Pública** [Internet]. 2020 [citado 2020 Nov 17]; 36(7): e00101920

VIANA, CE; NEVES, I. Qual educomunicação nas políticas públicas de saúde. In: **VIII Colóquio Iberoamericano de Educomunicação, IX Colóquio Catarinense de Educomunicação**, 9 a 19 de março 2021. Acessível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/33/24/1200-1?inline=1>

VIEIRA, LMS; PAIM, J; SCHRAIBER, LB. O que é Saúde Coletiva? . In: Paim J, Almeida-Filho N. **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: MedBook; 2014. p.3-11.

WITTLIN, FM. Sua saúde em 3 tempos: uso de 3 fotos de celular como Aporte Educomunicativo à Literacia em Saúde. 2023. 63 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)** - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

Aplicativo de mensagens instantâneas na educomunicação em saúde¹

Joildes Zacarias Pereira dos Santos²

Dra. Aline Guio Cavaca

Dra. Jocenildes Zacarias Santos

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um problema de saúde pública global, por se tratar de uma doença crônica que, na maioria dos casos, apresenta-se de forma silenciosa. De um modo geral, trata-se de um quadro epidemiológico com estreita relação com a modernidade, diante da exposição a fatores de riscos que coexistem no cotidiano das pessoas e no seu modo de vida. No município de Salvador, apresenta taxas significativas de morbimortalidade conforme estudos de Silva (2020).

Nessa perspectiva, percebem-se as práticas educativas como estratégias de intervenção no enfrentamento dessa realidade, ainda que, no Brasil, venham se apresentando com multiplicidade conceitual e trajetória histórica, conforme se configuram os diversos cenários político-econômicos em cada período, descrito nos estudos de Silva *et al.* (2010). Entende-se que esse processo de construção de conhecimentos sobre saúde, deve ser mediado numa trajetória educacional colaborativa, interacionista e dialógica, que reconhece os saberes prévios dos aprendentes, que promove a reflexão sobre a realidade vivenciada e o desejo de transformá-la. Nessa perspectiva, adota-se neste estudo o pensamento Freireano que afirma “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 8 - **Saúde e Educomunicação** de acordo com tabela das páginas 1 e 2.

² Mestre em Políticas Públicas em Saúde pela Escola de Governo Fiocruz – Brasília, Especialista em Saúde Pública, Saúde Coletiva, Gestão de Sistemas de Saúde, Metodologia do Ensino Superior, Planejamento Educacional, Educação à Distância e graduada em Nutrição pela UFBA. Foi Coordenadora da Atenção Básica do Município de Salvador. Atualmente é sanitária aposentada pela Secretaria De Saúde do Estado da Bahia e atua como Técnica da Escola de Saúde Pública de Salvador com vínculo empregatício estatutário de Fiscal de Controle Sanitário da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador. Larga experiência na área da Saúde Coletiva e processos educacionais em / na saúde. Residente em Salvador-Ba. E-mail de contato: joildessantos18@gmail.com.

Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (Freire, 2014, p. 14) Vale destacar nessa perspectiva, a inerência da comunicação ao processo de aprendizagem. Se imbrica na trajetória educacional, como a engrenagem da ressignificação do objeto da aprendizagem, quando é compreendida, também, como um direito fundamental à vida. Às práticas educativas em saúde, portanto, implica estabelecer um processo comunicativo horizontal, onde os sujeitos dialoguem e deem significado novo à realidade percebida, enquanto educando. Nesse processo, faz-se necessário concretizar a interação educação/comunicação traduzida na educomunicação. Trata-se de um paradigma compreendido como uma promissora proposta contemporânea para práticas educativas e comunicativas em saúde, a partir da reflexão e transformação de uma realidade vivenciada. Destaca-se também que, com a incorporação do uso de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas na vida cotidiana dos indivíduos, intensificou-se a busca de informações de saúde por esses meios, conforme nos sinalizou Ladaga et al. (2018).

Assim, a inserção dos aparelhos celulares no cotidiano das pessoas, tem afetado a comunicação entre os indivíduos que buscam os serviços de saúde e os profissionais dessa área e, constantemente vem sendo um meio de ensino-aprendizagem. Este cenário, instigou as autoras investigarem como o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) pode auxiliar ações educomunicativas, no manejo da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) em usuários acompanhados na Estratégia de Saúde da Família (ESF) em um Distrito Sanitário de Salvador? Visando responder a essa pergunta, desenvolveu-se um estudo, com o objetivo de investigar como um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) pode auxiliar ações educomunicativas no manejo da HAS de usuários acompanhados na ESF, em um Distrito Sanitário de Salvador. Especificamente se pretende identificar as estratégias educacionais e comunicacionais (mediadas por tecnologias) no controle da HAS, que estão sendo desenvolvidas junto aos usuários do Distrito Sanitário Subúrbio Ferroviário; compreender, a partir da percepção dos usuários acompanhados pela equipe da ESF, como um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas (*WhatsApp*), pode contribuir nesse processo. Define-se uma Pesquisa-Ação numa abordagem qualitativa, onde, na primeira etapa da coleta de dados, foi realizada uma Pesquisa de Levantamento, utilizando como instrumento de pesquisa o Questionário *On-line*. Na segunda etapa foi realizado um Grupo Focal

com usuários acompanhados pela Estratégia de Saúde da Família e que participam de práticas educacionais sobre a HAS através de um aplicativo de mensagem instantânea e, na Etapa 3, propõe-se a execução de um projeto, intitulado “Formação em Ações Educomunicativas”, com a perspectiva de qualificar os grupos de Educação em Saúde do município de Salvador, considerando tratar-se do estudo realizado no Mestrado Profissional e a inserção trabalhista da pesquisadora num serviço público de saúde .

Os resultados apresentados na Pesquisa de Levantamento realizada na Etapa 1 revelaram o panorama das práticas educativas realizadas atualmente pelas equipes de saúde participantes da pesquisa, apontando a necessidade de intervir na transformação do modelo de ensino-aprendizagem adotado nos grupos e detalhando os níveis de conhecimento das equipes de saúde em relação às propostas pedagógicas inovadoras da atualidade. Por outro lado, o estudo realizado a partir do Grupo Focal, desenvolvido na Etapa 2, respondeu à inquietação sobre a percepção dos usuários acompanhados pela equipe da ESF, sobre como um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas (WhatsApp), pode contribuir para o controle da HAS.

De fato, existe uma potente contribuição, mas, principalmente, por facilitar a manutenção do vínculo entre os participantes do grupo. Explorar a tecnologia na veiculação de mensagens educativas ainda se mostra muito incipiente. Essa constatação ratificou a necessidade de formação dos grupos de Educação em Saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) de Salvador em práticas educacionais, identificada na Etapa 1, e orientou a elaboração do Projeto de Formação de Ações Educomunicativas objetivada na Etapa 3, conforme Matriz do Planejamento Pedagógico da Formação em Ações Educomunicativas (quadro 5) a seguir, além de contribuir com a institucionalização da Educação Popular em Saúde no Município.

Quadro 5 – Matriz do Planejamento Pedagógico para Formação em Ações Educomunicativas

AÇÃO	META / PRODUTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	TOTAL DE PARTICIPANTES	TOTAL DE TURMAS	MODALIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEL	LOCAL
Formação em Práticas Educomunicativas	155 grupos de educação em saúde existentes no município de Salvador com formação em Práticas Educomunicativas realizada.	1 profissional de nível médio + 1 profissional de nível universitário + 2* profissionais da e-Multi + 1 usuário aprendiz integrante de cada grupo de educação em saúde existente na UBS** + 1 Ponto Focal do NUGETES em cada DS	80 h	334 profissionais + 155 usuários integrantes de grupos de Educação em Saúde = 12 Pontos Focais NUGETES Totalizando 501 participantes	25 turmas com média de 25 participantes cada turma	Híbrido (Presencial e On-line)	Setembro de 2024 a junho de 2025	02 Técnicas do Núcleo EdPop da ESPE + Representante do NUGETES Distrital	Distrito Sanitário

* Sendo um profissional de atenção integral e 1 profissional de saúde mental.

** Estima-se a média de 1 grupo por Unidade Básica de Saúde existente no Município, totalizando 155 grupos.

Fonte: A Autora (2023)

O desenvolvimento da Etapa 3 se coadunou com a oportunidade de concretizar a utopia de contribuir com a Promoção da Saúde dos cidadãos soteropolitanos, a partir de estratégias concretas de transformação da realidade cotidiana, reconhecendo a autonomia dos sujeitos e estimulando o seu exercício de cidadania. São muitos conhecimentos novos apreendidos, apontando outros caminhos a se trilhar no campo educacional e comunicacional, com interface na Educomunicação. Esta pesquisa teve como fator limitante o contexto político de negociações trabalhistas quando da realização da coleta de dados, provocando redução no número de participantes na primeira etapa da pesquisa. Também pela exiguidade do tempo, não foi possível a operacionalização do projeto antes da defesa desta dissertação. Fica, portanto, o compromisso de executá-lo em tempo oportuno, além da produção de publicações que contribuam com o estímulo a realização de novos estudos sobre o tema. Recomenda-se a produção de outros estudos sobre a temática, por se tratar de um panorama novo e contemporâneo, com perspectivas de novos pontos de abordagem.

Referências

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. **Editora Paz e terra**, 2014.

LADAGA, Flavia Mariana et al. Whatsapp uma ferramenta emergente para a promoção da saúde. **Enciclopédia Biosfera** v. 15, n. 28, 2018. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/488>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SILVA, Cristiane Maria da Costa et al. Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 2539-2550, 2010.

SILVA, Jamile das Virgens; SANTOS, Fabio Rodrigo Santana dos; ARAÚJO, Edilene M. Q. Prevalência de morbidade hospitalar por doenças crônicas não transmissíveis em Salvador (BA): dados DATASUS. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 495–501, 2020. DOI: 10.9771/cmbio.V19i3.42254. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/42254>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Educomunicação e Saúde: impacto do Programa Câmara Saúde na Pandemia de COVID-19¹

Paulo Antonio de Sousa Marquês

Fábio Henrique Mascarenhas

Priscilla Martins Radighieri

A pandemia global de COVID-19, desencadeada em março de 2020 pelo surgimento do novo coronavírus, desafiou governos e instituições a enfrentarem uma crise de saúde sem precedentes. No Brasil, essa crise destacou a necessidade de uma comunicação pública eficaz, capaz de combater a desinformação e promover práticas de saúde pública que poderiam salvar vidas. Nesse contexto, a interface entre saúde e educomunicação emergiu como uma estratégia central para envolver a população na adoção de medidas preventivas e no fortalecimento da saúde coletiva.

Em resposta a essa necessidade, a Câmara Municipal de Sorocaba lançou o Programa “Câmara Saúde”, que combina elementos de comunicação pública e educação em saúde. Concebido como um canal direto entre o poder legislativo municipal e a população, o Programa tem como objetivo oferecer informações confiáveis e atualizadas sobre a pandemia e outras questões de saúde pública por meio da Rádio Câmara Sorocaba e da TV Legislativa. Assim, o “Câmara Saúde” almeja fortalecer a educomunicação como uma ferramenta vital para a promoção da saúde e a mobilização comunitária.

O “Câmara Saúde” foi desenvolvido conforme as premissas de comunicação pública e educomunicação, articulando-se com a proposta de Zémor (2009) sobre a importância da comunicação pública na promoção da cidadania e da saúde coletiva.

O Programa foi estruturado com os seguintes objetivos: a) educar a população: fornecer informações científicas e atualizadas sobre saúde de forma compreensível, utilizando a educomunicação para assegurar que todos os segmentos da população

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 8 - **Saúde e Educomunicação** de acordo com tabela das páginas 1 e 2.

possam entender e aplicar as informações em suas práticas diárias; b) promover a cidadania ativa: encorajar a participação cidadã por meio da promoção de uma compreensão mais profunda sobre a importância da saúde pública e as responsabilidades individuais e coletivas, utilizando práticas educacionais que envolvem os cidadãos no processo de construção do conhecimento; c) combater a desinformação: utilizar o Programa como uma plataforma para desmentir mitos e informações falsas, reforçando a importância da verificação de fatos e da confiança em fontes credíveis, dentro de uma estratégia de educação que visa empoderar os cidadãos como agentes críticos da informação; e d) avaliar o impacto comunicacional: medir a eficácia das estratégias de educação implementadas para ajustar e aprimorar continuamente o alcance e a profundidade das campanhas de informação.

O desenvolvimento e a execução do Programa "Câmara Saúde" seguiram uma abordagem metódica e estruturada, baseada em princípios de educação para garantir a precisão das informações públicas e a eficácia da comunicação durante um período de crise sanitária sem precedentes (Brasil. Controladoria Geral da União, 2011).

Inicialmente, a equipe do Programa realizou um levantamento das necessidades informativas da população, utilizando dados de pesquisas, como os Boletins Epidemiológicos elaborados pelo Ministério da Saúde e pela Prefeitura de Sorocaba, além de feedback recebido pelos canais de comunicação da Câmara. Com base nesses dados, foram definidos os principais tópicos a serem abordados nas transmissões, priorizando questões urgentes e de amplo interesse público, como medidas preventivas contra a COVID-19, saúde mental e fortalecimento imunológico.

Para garantir a confiabilidade e validar o conteúdo transmitido, a equipe do "Câmara Saúde" contou com a expertise de especialistas em saúde e de instituições renomadas, como a Organização Mundial da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz e a Secretaria de Saúde de Sorocaba. Por meio de uma curadoria educacional, as informações científicas foram selecionadas e adaptadas para torná-las acessíveis ao grande público (Emm, Meirelles & Martinez, 2014). Nesse processo, utilizou-se a técnica da Linguagem Simples, que consiste em empregar uma linguagem clara, direta e sem jargões (Fischer, 2018), facilitando a compreensão de públicos diversos.

Os episódios foram produzidos em um formato educutivo que permitia tanto a transmissão ao vivo quanto o acesso *on-demand*, via rádio e televisão legislativa. Cada episódio incluiu entrevistas com especialistas, perguntas e respostas com o público, e dicas práticas de saúde, apresentados de forma clara e direta. A distribuição foi ampliada com o uso de plataformas de redes sociais e podcasts da Câmara de Sorocaba, aumentando significativamente o alcance do Programa.

A eficácia do “Câmara Saúde” foi monitorada por meio da análise de métricas de engajamento nas plataformas de transmissão e feedback direto dos ouvintes. Essas informações foram usadas para ajustar e melhorar os episódios subsequentes, garantindo que o Programa permanecesse relevante e útil para a audiência. Para maximizar o impacto, os membros da equipe de produção receberam capacitação específica em comunicação em saúde, incluindo práticas de educomunicação. Além disso, o regime de home office foi utilizado para engajar os servidores como comunicadores ativos, ampliando a disseminação das informações.

Durante o ano de 2020, o programa “Câmara Saúde” produziu e transmitiu vinte episódios focados em tópicos vitais como prevenção à COVID-19, bem-estar mental e fortalecimento imunológico. A avaliação dos resultados envolveu duas estratégias principais: a análise de feedback direto dos ouvintes e a análise quantitativa do engajamento com os episódios.

O feedback direto foi coletado por meio de chats do Facebook e do YouTube, onde os ouvintes enviavam perguntas, comentários e sugestões de melhoria. Esse feedback foi sistematicamente analisado para identificar temas comuns e preocupações recorrentes. Adicionalmente, enquetes realizadas com uma amostra representativa de ouvintes ajudaram a fornecer insights sobre a clareza e a utilidade das informações transmitidas. O feedback revelou que os ouvintes apreciavam a confiabilidade das informações e viam o Programa como uma ferramenta importante para a tomada de decisões em um contexto de crise.

Quantitativamente, o engajamento foi medido por meio de análises de dados das plataformas digitais (YouTube e Facebook), incluindo métricas como número de visualizações, tempo de permanência, compartilhamentos e curtidas. A análise indicou um aumento progressivo no engajamento ao longo dos meses, sugerindo que o Programa estava ganhando confiança e se tornando uma referência para

informações de saúde. As interações revelaram que os ouvintes aumentaram sua compreensão sobre os temas de saúde abordados e adotaram práticas de prevenção recomendadas, como uso consistente de máscaras e higienização das mãos.

Além disso, foi observada uma maior participação cidadã, com ouvintes engajando-se mais ativamente em iniciativas comunitárias de saúde, promovidas pela Prefeitura de Sorocaba. Essa mudança comportamental foi atribuída à abordagem educ comunicativa do Programa, que enfatizou a importância da responsabilidade individual e coletiva na gestão da saúde pública.

O Programa "Câmara Saúde" emergiu como uma iniciativa exemplar em resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19, demonstrando como a integração entre saúde e educação pode ser vital no enfrentamento de emergências de saúde pública. Além de cumprir seu papel informativo, o Programa fortaleceu a cidadania, promoveu uma cultura de informação e criou um senso de responsabilidade coletiva em tempos de incerteza.

Ao longo de sua execução, o "Câmara Saúde" provou ser mais do que uma ferramenta de disseminação de informações; transformou-se em um espaço de diálogo e aprendizado, alinhado aos princípios da educação. Os mais de 100 episódios produzidos até junho de 2024 abordaram inicialmente os desafios imediatos da pandemia e, posteriormente, exploraram aspectos mais amplos de saúde e bem-estar, promovendo uma visão holística da saúde pública. O feedback dos ouvintes evidenciou um aumento significativo na educação em saúde, com muitos adotando novos comportamentos e participando mais ativamente em suas comunidades, gerando um impacto social e educativo na população.

O "Câmara Saúde" também destacou a importância de adaptar complexidades científicas para uma linguagem acessível, cumprindo com a Lei de Acesso à Informação. Esse esforço de tradução do jargão científico para uma linguagem cotidiana ampliou o entendimento público e elevou o padrão de transparência e *accountability* da Câmara de Sorocaba, fortalecendo os princípios e diretrizes da comunicação pública.

Considerando seu sucesso e impacto, o "Câmara Saúde" estabeleceu um modelo replicável para futuras iniciativas em outras esferas governamentais que buscam melhorar a comunicação em crises ou na gestão rotineira da saúde pública.

A experiência adquirida forneceu insights valiosos para a melhoria contínua da comunicação pública na Câmara de Sorocaba, com potencial para transformar permanentemente a interação entre o poder legislativo e os cidadãos em questões de saúde pública.

Referências

BRASIL. Controladoria Geral da União. Acesso à informação pública: uma introdução à Lei nº 12527, de 18/11/2011. Brasília, DF: CGU, 2011.

EMM, D.; MEIRELLES, R.; MARTINEZ, C. A. **O que é Inesplorato**. O que é curadoria de conhecimento. In: CASTRO, M. (Ed.). Empreendedorismo Criativo. São Paulo: Editora Portfolio, 2014.

FISCHER, H. **Clareza em textos de e-gov: uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

PARLAMERICAS. **O COVID-19 e o papel do parlamento durante a pandemia**. Ottawa: ParlAmericas, 2024. Disponível em: https://www.parlamerica.org/uploads/documents/COVID19_and_Role_of_Parliament_por.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 17.316, de 6 de março de 2020. Institui Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da administração direta e indireta. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 6 mar. 2020. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=e2ffbcd92ada6e832fceb3bf0b882691&PalavraChave=linguagem%20simples>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ZÉMOR, P. **As formas da comunicação pública**. In: DUARTE, J. (Org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

2ª Conferência Nacional de Comunicação e Saúde e sua dimensão educ comunicativa¹

Carinne Boto Fonseca²

Débora Pinheiro³

Francisco Augusto Gondim Silva⁴

A partir das diretrizes e dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS) e com amparo na Constituição Federal de 1988, o debate sobre a comunicação que o SUS merece tem sido cada vez mais relacionado à educação para a cidadania, ao direito à informação, ao fortalecimento da democracia e ao acesso efetivo aos serviços públicos ofertados. Moraes, Koffermann e Raddatz (2022, p.11) observaram que “a comunicação entendida como cultura e direito, assim como a educação, entendida como diálogo, são [...] essenciais para pensarmos as bases da educomunicação aliadas às questões da cidadania”.

Sob o olhar da educomunicação, conceito forjado nas práticas e reflexões de educação popular e de comunicação alternativa, com foco no diálogo em coletividade (SOARES, 2011, p. 33-41) e na superação do modelo unidirecional da comunicação entre emissor e receptor (FREIRE, 1988, p. 30), as conferências de saúde devem ser

¹ Trabalho apresentado no eixo 8

² Servidora da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais, chefe do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa, Superintendência Estadual do Ministério da Saúde na Paraíba. Especialista em Gestão Pública da Saúde pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão de Negócios: Saúde pela Fundação Getúlio Vargas, FGV São Paulo. Graduada em Farmácia pela Universidade de Brasília, UnB. e-mail: carinneboto@gmail.com

³ Analista Técnica de Políticas Sociais do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde na Paraíba, é jornalista, bacharel em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em ciências da comunicação pela Universidade de Montreal (Canadá). Foi organizadora da 2ª Conferência Livre Nacional de Comunicação e Saúde e eleita delegada em maio de 2023 para defender o direito à comunicação e o direito à saúde na 17ª Conferência Nacional de Saúde, em julho de 2023. e-mail: debora.cndh@gmail.com

⁴ Analista Técnico de Políticas Sociais em exercício no Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa, Superintendência Estadual do Ministério da Saúde na Paraíba. Mestre em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ; Especialista em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde pela Shen; Especialista em Processos de Mudanças no Ensino Superior e nos Serviços de Saúde pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO); Graduado em Odontologia pelo UNIFESO - Teresópolis/RJ. Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-mail: francisco.gondim@saude.gov.br

consideradas como um convite à participação social com base em processos democráticos, equânimes e dialógicos.

Na perspectiva da educomunicação, as ações de mobilização, participação social e debates que culminaram nos processos deliberativos das conferências de saúde apontam para relações baseadas no diálogo entre sujeitos sociais que superam tanto a abordagem unidirecional da comunicação e da educação. As considerações a seguir são um convite para que se observe a dimensão educacional da Segunda Conferência Livre Nacional de Comunicação e Saúde.

A participação social traz uma nova visão de comunicação para o SUS

O debate sobre a comunicação do SUS é histórico, mas apenas em 2017 uma conferência livre nacional foi dedicada ao tema, resultando em um relatório com propostas e recomendações sem que, no entanto, se avançasse para a elaboração de uma política de Estado para a comunicação do SUS.

Durante a pandemia da COVID-19, ficou evidente a importância de repensar a comunicação do SUS. No processo da 17ª Conferência Nacional de Saúde, em 2023, comunicadores do SUS debateram sobre a importância da comunicação para a democracia, para garantia do direito à saúde e para o exercício da cidadania, incluindo o direito à informação, à livre expressão e à participação de todos os que constroem e utilizam o SUS.

Procurando organizar propostas que conduzam a uma nova realidade para a comunicação do SUS, o coletivo começou a se mobilizar em janeiro de 2023, construindo documentos conjuntos e abertos à colaboração de cada participante com base em tópicos considerados estruturantes e realizando debates virtuais abertos para profissionais e militantes da comunicação do SUS. Entre janeiro e abril, dez reuniões preparatórias foram realizadas. As pessoas se dividiram em grupos de trabalho a partir de temas considerados prioritários para a comunicação do SUS. Cada grupo formulou sugestões de propostas com foco em seu respectivo tema.

Quatro temas resultaram das contribuições sistematizadas: 1) comunicação enquanto política de Estado para o SUS; 2) comunicação enquanto direito no SUS; 3)

combate à desinformação no SUS e 4) comunicação de risco no SUS. Os grupos se organizaram para eleger as prioridades dentro de cada tema.

Foi viabilizado tempo para que um diálogo mais aprofundado se estabelecesse com vistas a propostas mais elaboradas, mas também para que uma mobilização se fortalecesse envolvendo, ao longo do processo, um círculo mais amplo de pessoas envolvidas com a defesa de direitos em diversas entidades, instâncias e movimentos sociais a partir da perspectiva da comunicação e saúde. Também foram convidados comunicadoras(es) do SUS para rodas de conversa seguidas de debates, de modo que a metodologia de educação permanente servisse ao propósito de promover uma reflexão coletiva sem conceitos engessados.

A plenária final contou com 147 participantes de 20 estados e foi realizada em meio virtual, na manhã de 16 de maio de 2023. As propostas e diretrizes foram votadas eletronicamente, bem como os delegados titulares e suplentes.

Política de comunicação comprometida com a democracia

Considerando que todo processo conferencial no âmbito do SUS traz a oportunidade de aprimoramento da formação política para a defesa da saúde coletiva, destaca-se o fortalecimento de espaços de debate horizontais em que lideranças dispõem de forma democrática. A metodologia da 2ª Conferência Livre Nacional de Comunicação e Saúde (2ª CLNS) foi gestada a partir de soluções coletivas para superar as dificuldades relacionadas com a distância geográfica, o descompasso de disponibilidades, a heterogeneidade de interesses e as expectativas sobre a finalidade da conferência.

A estratégia de pactuar um conjunto de propostas capaz de contemplar questões identitárias, pautas setoriais e assuntos conjunturais, foi o modo de prever condições para que uma política de comunicação do SUS seja capaz de articular toda essa diversidade e complexidade de maneira organizada e estruturante. As propostas consideradas como prioritárias foram votadas pelos participantes a partir dos debates, culminando no entendimento de que a diretriz essencial da 2ª CLNCS refere-se à necessidade de formulação de uma política nacional de comunicação do SUS, conforme as propostas a seguir.

Proposta 1

Estruturar, formular e implementar uma Política Nacional de Comunicação Pública do Sistema Único de Saúde, ancorada na legislação, princípios e diretrizes do SUS, abarcando a universalidade e a equidade; que utilize estratégias variadas e adequadas aos diferentes interlocutores e territórios; que priorize modelos dialógicos passíveis de tornar todas as cidadãs e os cidadãos protagonistas da comunicação, para inclusão no Plano Nacional de Saúde – e que esta possa se consolidar enquanto política de Estado.

Proposta 2

Criar a carreira de Especialista em Comunicação Pública adotando-a no SUS, cujo perfil seja caracterizado por profissionais de variadas formações nas especialidades da comunicação e áreas afins, com experiência comprovada em comunicação pública; na composição dos quadros de direção na área de Comunicação Social do Ministério da Saúde e órgãos vinculados, valorizar os profissionais que atuam no campo da comunicação e saúde e priorizar os servidores de carreira investidos exclusivamente por meio de concurso público para o cargo, a fim de que se assegure a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, bem como a legalidade e a impessoalidade na gestão.

Proposta 3

Criar Câmara Técnica de Comunicação, no âmbito do Ministério da Saúde, composto por profissionais da comunicação do SUS e membros do Conselho Nacional de Saúde, para tratar da elaboração da política de comunicação pública voltada para o SUS e de assuntos relacionados à comunicação e saúde, bem como planejamento geral e setoriais do Ministério, além da avaliação permanente das campanhas, ações, serviços e produtos, incluindo licitações e formas de contratação de empresas do setor de comunicação para prestação de serviços.

Proposta 4

Criar agência de notícias do SUS, como iniciativa tripartite, em parceria com instâncias de comunicação de diversos setores e esferas do SUS e de seus conselhos de saúde em todo o Brasil.

Considerações finais

Para recuperar a relação entre educomunicação e promoção da saúde pública, forjada a partir das mobilizações populares na década de 1980, é importante conferir à comunicação uma condição de política pública e não apenas de meio para fazer com que as mensagens do SUS cheguem às pessoas.

Seja como parte de uma estratégia de Estado para prevenção e enfrentamento de doenças, como caminho para a promoção da saúde ou ainda como formação política da população pela defesa do SUS, as conferências de saúde são espaços em que a educomunicação se mostra como uma alternativa rumo a um SUS mais participativo, plural, democrático e dialógico.

Referências

- Educomunicação para democracia e cidadania / Cláudia Herte de Moraes, Marcia Koffermann, Vera Lucia Spacil Raddatz (orgs.). -- Brasília, DF: EDEBE Brasil: Alexandre Le Voci Sayad, 2023. PDF <https://eventos.rsb.org.br/educomsul-2022/assets/files/e-book-iv-educom-sul.pdf>
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação? 10ª Edição**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, I. de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Posithivas: Educomunicação para saúde com mulheres que vivem com HIV¹

Thainá da Rosa Kedzierski²

Aline Guio Cavaca³

Dulce Aurélia Ferraz⁴

Mesmo depois de 40 anos, o HIV persiste em níveis epidêmicos no Brasil e em diversos países. As 39 milhões de pessoas que vivem com HIV (UNAIDS, 2023) no mundo fazem lembrança a uma condição crônica que, apesar de ter respostas biomédicas que salvam vidas, ainda não dão conta de chegar a todas as pessoas e à inexistência da cura. O alto número de casos e a permanência em todos os continentes do planeta categorizam o HIV como uma questão de saúde pública global, ainda que com um declínio de novos casos e a redução de mortes por doenças relacionadas à AIDS (OMS, 2023).

Em 2022, cerca de 630 mil pessoas morreram por doenças relacionadas à AIDS (UNAIDS, 2023) – esse número mostra que, mesmo com tecnologias avançadas que permitem uma vida plena e com saúde, a realidade é que as pessoas ainda têm barreiras de acesso a cuidados, medicamentos e tratamento. Segundo o

¹ Trabalho apresentado no eixo 08 – Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2014), pós-graduada em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2018), pós-graduada em Políticas del Cuidado con Perspectiva en Género pela CLACSO (2022) e Mestranda em Políticas Públicas em Saúde na Fiocruz Brasília (2025). Baseada em Brasília, Distrito Federal. E-mail: thainakedzierski@gmail.com / tkedzierski@aluno.fiocruz.br

³ Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Especialista em Saúde Coletiva com Ênfase na Estratégia de Saúde da Família (2009). Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFES (2011). Doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca -Fiocruz (2015). Kursou o Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal (bolsista PDSE Capes). Pós-doutorado em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Espírito Santo (2018). Atua na Fiocruz Brasília e está baseada em Brasília, Distrito Federal. E-mail: aline.cavaca@fiocruz.br

⁴ Graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), mestre em Ciências com ênfase em Medicina Preventiva e doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Desde 2011, é servidora da Fundação Oswaldo Cruz, onde atua na Escola de Governo da Fiocruz Brasília. Entre 2020 e 2023, realizou pós-doutorado no Pôle de Psychologie Social da Université Lumière Lyon-2, na França, e atuou como pesquisadora sênior no Institut de Psychologie da Université de Lausanne, Suíça, de 2021 a 2023. Baseada em Brasília, Distrito Federal. E-mail: dulce.ferraz@fiocruz.br

relatório Desigualdades Perigosas (UNAIDS, 2022), as violências e desigualdades de gênero, racial e relacionadas ao acesso ainda são fatores que reduzem o progresso à redução de novas infecções por HIV e mortes relacionadas à AIDS. Essas desigualdades não são novas na história da epidemia. Na década de 80, quando o HIV foi descoberto, o vírus foi clinicamente atribuído a grupos específicos de pessoas, os chamados 5h: homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos, e hookers (Lopes, 2021). Esta associação contribuiu para a construção de uma representação de que a AIDS só existia para grupos específicos, o que, aumentou a marginalização de grupos que já sofriam com a discriminação.

Segundo Spink (2001), o reforço dessa carga de estigma e discriminação também foi e continua sendo compartilhada por governos, sociedade civil, e mídia. As notícias, ao relatarem sobre HIV, utilizaram-se de manchetes sensacionalistas, palavras estigmatizantes e abordagens em tons catastróficos e bélicos para retratar a síndrome.

Além disso, reforçou a ideia de que outros grupos, como as mulheres, não precisavam se preocupar com esse tema. Porém, com o passar dos anos, o aumento dos casos entre as mulheres e de transmissão vertical (TV) foi tornando evidente que o HIV também era um problema de saúde das mulheres. Ao observar as manifestações e impactos dessa configuração na epidemia da AIDS, nota-se que a transmissão vertical desempenhou um papel crucial como principal meio de inserção das mulheres nas instituições e políticas de cuidado voltadas para a epidemia desde os anos 80.

Chegando em 2024, muito se avançou em termos biomédicos. Conforme afirmam Parker e Aggleton (2021), o acesso universal à prevenção, diagnóstico e tratamento no Brasil pelo SUS é resultado de lutas sociais que resultaram em políticas públicas consolidadas no país, fundamentais para garantir o direito humano à saúde.

Porém, esse acesso nem sempre é homogêneo. As mulheres tendem a receber uma carga e prestar um trabalho de cuidado com família e filhos, o que adiciona camadas de trabalho não remunerado e invisibilizado. Essa população passa por uma jornada de trabalho múltiplo, considerando o trabalho formal, trabalho doméstico e trabalho de cuidados, às vezes sequer remunerados. Nessa tendência de sobrecarga, a priorização da própria saúde compete com outras atividades

relacionadas à casa e à família. De acordo com Esquivel et al. (2012, p. 08), a abordagem da sociedade em relação à prestação de cuidados tem implicações para a promoção da igualdade de gênero. Isso pode se manifestar tanto na ampliação das capacidades e escolhas de homens e mulheres quanto na restrição das mulheres a papéis tradicionais associados à feminilidade e à maternidade. Essa dinâmica repercute nas experiências das mulheres, restringindo seu envolvimento em debates coletivos, participação na esfera pública e acesso a cuidados de saúde específicos.

Nesse sentido, estratégias participativas passaram a ser essenciais na proposta de engajamento da sociedade civil de HIV, em especial a população feminina. Projetos de saúde envolvendo as populações específicas afetadas se tornam ferramentas importantes para a colaboração com as políticas e promoção da participação social.

Um caminho para promover essa participação é a partir da educomunicação como método para elaborar o produto que tem como objetivo apoiar as mulheres e atender as lacunas mapeadas a partir das necessidades relatadas por elas. A educomunicação, com bases na comunicação comunitária e popular e na educação descentralizada, surge como um novo paradigma, como um formato que desconsidera a hierarquia de poder da informação e a lógica de emissor e receptor de informação. Essa perspectiva coloca as individualidades, vivências, construções e trajetórias como fundamentais no processo de construção da informação.

Soares (1999) destaca que a educomunicação funciona como um novo pacto social em relação à produção e utilização dos meios de comunicação. Nesse contexto, reconhece a singularidade da comunicação educativa e a importância do educador como seu agente.

Este é um estudo qualitativo, a partir da abordagem de pesquisa-ação participativa, desenvolvido a partir de duas etapas: grupos focais e oficina educacional para co-criação de reflexões, propostas e estratégias de saúde e bem-estar para mulheres que vivem com HIV. A pesquisa-ação é o "estudo de uma situação social realizado por aqueles que estão envolvidos nessa situação, a fim de melhorar sua prática e sua qualidade de compreensão" (WHITEHEAD, TAKET, SMITH, 2003). Esse tipo de pesquisa compreende que existem significados anteriores à participação na pesquisa e entende essas vivências como forma de colaborar para

essa mudança de paradigma. A pesquisa-ação dialoga com a educomunicação de forma que reorganiza o paradigma de observação e produção da pesquisa, colocando as pessoas como centro da produção de conhecimento e promovendo a equidade nas etapas do estudo.

Na primeira etapa da pesquisa, os grupos focais, serão considerados temas e as especificidades de gênero e do status positivo para HIV. Serão convidadas mulheres cis e trans que vivem com HIV em qualquer lugar do Brasil, que sejam maiores de 18 anos. Antes de iniciar o recrutamento, serão feitas reuniões com o Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas para discussão das melhores estratégias para acessar as MVHIV de forma digital.

A segunda etapa, a oficina de educomunicação tem como objetivo co-construir com mulheres que vivem com HIV propostas educacionais de saúde para atender às lacunas mapeadas a partir das necessidades relatadas por elas para desenvolvimento de produtos de comunicação. Serão elegíveis todas as participantes que realizaram o grupo focal, mas participarão as dez mulheres que tenham participado de um dos grupos focais, tenham disponibilidade para oficina e queiram desenvolver produto educacional para saúde e bem-estar.

Resultados Esperados

Na primeira etapa, os grupos focais, é esperado uma análise qualitativa abordando as percepções individuais acerca de si, saúde, bem-estar e o impacto da sorologia positiva para o HIV nesses aspectos. Na segunda etapa, a oficina de educomunicação, é esperado gerar um produto educacional, de caráter inclusivo e informativo, que possa ser compartilhado entre mulheres vivendo com HIV em diversos contextos sociais e econômicos.

Ao término desta pesquisa é esperada a elaboração de um sumário executivo, destinado à divulgação científica. Este resumo, baseado na análise qualitativa previamente realizada, busca disseminar de maneira acessível e abrangente os principais achados e conclusões do estudo, de forma técnica.

O intuito é que esse material executivo sirva como uma ferramenta eficaz na disseminação do conhecimento científico, contribuindo assim para demonstrar as

lacunas e necessidades das mulheres vivendo com HIV para além de questões relacionadas ao tratamento antirretroviral.

Referências

Duarte, L. C. (2018). **A AIDS tem um rosto de mulher: discursos sobre o corpo e a feminização da epidemia**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Parker, R., & Aggleton, P. (2021). **Estigma, discriminação e AIDS (2ª ed.)**. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA.

Soares, I. (2010). **Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina**. In Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil (Vol. 3). Ipea. <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002410798.pdf>

Soares, I. de O., Vianal, C. E., & Ferreira, I. T. R. N. (2021). **Educomunicação nas políticas públicas de saúde no estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP em tempos de COVID-19**. BEPA: Boletim Epidemiológico Paulista, 18(208), 22-31.

UNAIDS. (n.d.). **Girls and women living with HIV**. <https://www.unaids.org/en/resources/infographics/girls-and-women-living-with-HIV#:~:text=Girls%20and%20women%20make%20up,the%20centre%20of%20the%20response>

UNAIDS. (2023). **Relatório Global 2023: o caminho que põe fim à AIDS**. <https://thepath.unaids.org/>

UNAIDS. (2022). **Relatório Global 2022: Desigualdades perigosas**. https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/dangerous-inequalities_en.pdf

WHO - World Health Organization. (2023). **HIV/AIDS**. Factsheet 2023. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/hiv-aids>

Ferramentas pedagógicas e a reabilitação pós acidente vascular cerebral

Alícia Reinheimer¹
Rose Mari Ferreira²

Esse ensaio é um recorte do texto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da primeira autora, mulher, mãe, esposa e estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A motivação para o desenvolvimento deste estudo surgiu a partir da experiência da primeira autora ao observar, participar e vivenciar ativamente no processo de recuperação da linguagem oral e escrita de um familiar que sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e teve a afasia como uma das consequências desse evento isquêmico. A segunda autora é a orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

O AVC é a principal causa de mortalidade no país desde 2019, superando o infarto e é também a principal causa de incapacidade associada a essa condição. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) aponta que o AVC é uma condição mais comum em homens e é uma das principais causas de morte, incapacidade e hospitalizações em todo o mundo.

Maria Irma Hadler Coudry (1996, p 5) discute sobre a neurolinguística discursiva e traz que a “afasia se caracteriza por alterações de processos linguísticos de significação de origem articulatória e discursiva (nesta incluídos aspectos gramaticais) produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central”. A autora prossegue na explicação em que pontua que essas alterações são “produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central, em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associarem a alterações de outros processos cognitivos” (Coudry, 1996, p.5).

¹ Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - campus Alvorada; e-mail: reinheimeralicia@gmail.com

² Doutora, Mestra e Especialista em Saúde Coletiva; Graduada em Odontologia; Professora substituta na área de saúde coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-campus Alvorada; email:rosemariferreira344@gmail.com

Existem diferentes tipos de afasia, cada uma com suas características específicas. As duas principais classificações de afasias são a de Broca e a de Wernicke. São denominadas com estes nomes devido aos estudos neurológicos localizacionistas dos médicos Paul Broca (1824-1880) e de Carl Wernicke (1848-1905) que predominaram, pois cada um deles relacionou uma área específica do cérebro a um problema de linguagem específico. Assim, a afasia de Broca está relacionada a uma lesão localizada no lobo frontal do hemisfério esquerdo do cérebro, enquanto a afasia de Wernicke está relacionada a uma lesão localizada no lobo temporal do mesmo hemisfério. A afasia é uma condição comum após um AVC, que afeta a capacidade de comunicação verbal e escrita, necessitando de reabilitação para amenizar os seus impactos. É essencial uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais como fonoaudiólogos, neurologistas, terapeutas ocupacionais e psicólogos para proporcionar um suporte abrangente e personalizado. Com o devido acompanhamento e intervenção adequada, muitos pacientes conseguem melhorar significativamente sua capacidade de se comunicar e reintegrar-se às atividades cotidianas.

A Pedagogia é a ciência que investiga o processo de ensino e aprendizagem, destacando a interação entre professor, aluno e ambiente educacional, abrangendo diversas modalidades de aprendizado e priorizando a saúde, bem-estar coletivo, ética e estética (Saviani, 2008). Entende-se dessa maneira, que as ferramentas utilizadas pela Pedagogia podem contribuir significativamente para a reabilitação de pacientes afásicos, uma vez que a linguagem é um dos pilares fundamentais do processo educativo. Ao aplicar os conhecimentos pedagógicos no contexto da reabilitação da afasia, é possível desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem adaptadas às necessidades específicas desses pacientes, promovendo a recuperação da linguagem oral e escrita de forma gradual e eficaz (Saviani, 2008).

Objetivo

Descrever a experiência pessoal de realfabetizar um familiar afásico pós-AVC, incluindo os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e a evolução observada durante o processo, refletindo sobre o papel da Pedagogia como uma ferramenta nesse processo de realfabetização.

Metodologia

Uso o Relato de Experiência como mais uma possibilidade de criação de uma narrativa no campo da Pedagogia, como nos trazem Daltro e Faria (2019), que enfatizam a importância do Relato de Experiência como método de produção de conhecimento científico. Usarei o nome fictício de Fabiano, acordo feito entre nós, para descrever as diversas ferramentas das quais fiz uso durante o processo de realfabetização.

Resultados e discussão

Fabiano Meyer, um motorista de carreta apaixonado pela profissão, sofreu um AVC isquêmico em fevereiro de 2022, resultando em afasia de Broca. A Pedagogia desempenhou um papel fundamental na recuperação da linguagem e na reintegração de Fabiano às atividades cotidianas, pois diante da perda total da habilidade de leitura e escrita, foi necessário desenvolver um plano de ensino personalizado, utilizando recursos adaptados e estratégias didáticas específicas para sua condição como o ensino do alfabeto por repetição, com prática constante na escrita das letras e diferentes formatos, sendo esta, uma estratégia valiosa para estimular o reconhecimento e memorização das letras. Utilizei também a leitura de cartões com palavras e imagens e o jogo "Uno" para melhorar as habilidades de alfabetização, tornando o aprendizado dos números mais cativante e interativo, além de treinar memória, estratégia e coordenação visual e motora. Magda Soares (2016) e Francisca Isabel Pereira Maciel (2010) sustentam que é preciso ter vários métodos para alfabetizar, pois cada aluno aprende de forma diferente e a escolha do método adequado pode influenciar significativamente no aprendizado.

Os resultados da jornada de recuperação de Fabiano demonstram avanços significativos em áreas como nomeação, leitura e escrita evidenciando o impacto positivo das práticas pedagógicas adotadas e destacam não apenas a sua evolução individual, mas também a eficácia e relevância das estratégias educacionais empregadas.

Considerações

Neste estudo, a compreensão de conceitos como AVC, afasia, neurolinguística, pedagogia, aprendizagem, realfabetização, linguagem e comunicação foi essencial, pois a partir da análise desses temas é possível compreender a importância de como as lesões cerebrais impactam a linguagem e a comunicação, e como isso influencia no processo de aprendizagem. A neurolinguística discursiva abordada por Maria Irma Hadler Coudry (1986), investiga essas questões, considerando a interação entre linguagem, cognição e corpo em diferentes contextos, destacando a importância de como os alunos constroem significados juntos no ensino. Isso ajuda a entender que as dificuldades de aprendizagem muitas vezes vêm do ambiente escolar e não dos alunos. É essencial promover interações significativas e um contexto pedagógico favorável para ajudar os alunos a entenderem melhor o conhecimento e desenvolver sua capacidade cognitiva.

A ligação entre neurolinguística e realfabetização mostra-se fundamental para compreender como o cérebro processa a leitura e a escrita, e como intervenções terapêuticas podem auxiliar na reabilitação de pacientes com afasia pós-AVC. A abordagem pedagógica valoriza a individualidade, reconhecendo as necessidades e desafios de cada aprendiz, que foi fundamental na realfabetização de Fabiano Meyer. A adaptabilidade da pedagogia permite a incorporação de diversos métodos, assegurando uma abordagem holística e progressiva.

A Pedagogia não apenas se concentra no ensino formal, mas também na criação de um ambiente propício à aprendizagem, transformando o espaço cotidiano em um ambiente educativo. A integração do apoio emocional da família ao processo pedagógico é fundamental para superar obstáculos psicológicos e reconstruir a autoestima dos alunos.

Os progressos significativos na linguagem oral e escrita do Fabiano sublinham a eficácia de um ensino personalizado e do suporte multidisciplinar. Que este relato possa contribuir para ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a aplicação da Pedagogia em contextos de reabilitação, visando inovações no ensino-aprendizagem para afásicos e reforçando a importância de uma educação inclusiva e humanizadora no tratamento de condições neurológicas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acidente Vascular Cerebral**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/avc>. Acesso em: 30 set. 2023.

COUDRY, Maria Irma Hadler. **Diário de Narciso**: discurso e afasia. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Alfabetização e métodos ou métodos de alfabetização? Guia da Alfabetização**. São Paulo: Segmento, 2010.

SAVIANI, Demerval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

O SUS está em jogo: o uso de jogos de tabuleiros no ensino sobre saúde coletiva¹

Kethlyn Martinez Gomes²

Gabriela Brasil Severgnini³

Nara Consuelo Martinez Gomes⁴

Márcia Fernanda de Mello Mendes⁵

A educação em saúde desempenha um papel crucial na promoção da qualidade de vida da população, capacitando os indivíduos a reduzir suas vulnerabilidades, riscos e danos. Segundo Ferreira et al. (2023), o entrelaçamento entre saúde e educação é fundamental para influenciar os determinantes e condicionantes sociais da saúde, promovendo uma compreensão mais ampla dos fatores que afetam o bem-estar coletivo. A promoção da saúde, vista como prática discursiva, vai além de simples proposições, englobando ações concretas no âmbito de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa prática discursiva se materializa em programas como o Programa Saúde na Escola e a Estratégia Saúde da Família, demonstrando a interdependência entre o discurso e a ação na promoção da saúde (Merhy et al., 2023).

Os jogos, enquanto mídias expressivas e multimodais, desempenham um papel significativo na educação em saúde, conforme ressaltado por Dias e Farbiarz (2019). Eles carregam discursos que podem incitar posturas críticas e promover

¹Trabalho apresentado no eixo Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda em Tecnologia em Produção Multimídia pelo IFRS - Campus Alvorada. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, com foco em pesquisa em game studies, estudos de gênero e experiência do usuário. Residente da cidade de Alvorada/RS. E-mail: kethlyn.gomes@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

³ Graduanda de Licenciatura em Pedagogia no IFRS - Campus Alvorada. Educadora popular, escritora, formada em arquitetura e urbanismo (UniRitter), atua na Biblioteca Comunitária do Arvoredo, zona leste de Porto Alegre/RS, cidade onde mora. E-mail: gabriela.severgnini@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

⁴ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia no IFRS - Campus Alvorada, Técnica em Cuidador de Idosos pela mesma instituição, é artesã, professora e educadora popular. Residente da cidade de Alvorada/RS. E-mail: nara.gomes@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

⁵ Doutora em Psicologia (UFPA/BR) e Antropologia e Comunicação (URV/BR) Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS), Graduada em Educação Física, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS - Campus Alvorada e coordenado do Grupo de pesquisa Afetações do IFRS. Porto Alegre/RS. E-mail: marcia.mendes@alvorada.ifrs.edu.br

múltiplas construções de sentido, tornando-se, assim, ferramentas poderosas no processo educativo. Em especial, os jogos de tabuleiro modernos se destacam por suas características únicas, como interações curtas (geralmente entre 30 minutos e duas horas), alta interação entre os jogadores, competição indireta, e baixo impacto do fator sorte. Essas características fazem com que esses jogos sejam reconhecidos como ferramentas pedagógicas eficazes, capazes de criar um ambiente de aprendizado dinâmico que incentiva a troca de experiências e saberes entre discentes e docentes (Prado, 2018; Fagundes, 2021).

Os jogos de tabuleiro modernos são aqueles que se diferenciam dos tradicionais por suas mecânicas inovadoras, que incluem gestão de recursos, conquista de territórios, jogos de *Role-Playing Game* (RPG), entre outros. Eles surgiram na década de 1990, na Alemanha, com o lançamento do jogo *Settlers of Catan*, que alcançou grande sucesso mundial (Prado, 2018). Desde então, esses jogos têm sido aplicados no ensino de maneira mais dinâmica, permitindo uma abordagem divertida dos temas estudados. Huizinga (1993, p. 33), um dos pioneiros no estudo de jogos, define o jogo como "uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias". Ele introduz o conceito de Círculo Mágico, que representa o espaço onde o jogo ocorre, descrevendo-o como um ambiente separado da vida cotidiana, no qual as regras do jogo são soberanas e onde os participantes experimentam um sentimento de tensão e alegria, distinto das preocupações diárias.

Neste projeto, propomos testar a viabilidade do uso de jogos de tabuleiro como metodologia ativa no ensino de saúde, com foco em temas relacionados ao SUS. Os jogos serão utilizados como uma ferramenta para abordar e discutir, de forma interativa, conceitos essenciais como a saúde como direito humano, as políticas de saúde pública no Brasil, e a importância do SUS para a promoção da justiça social e do bem-estar de todos os cidadãos. A concepção de saúde, baseada nos determinantes sociais, inclui fatores como habitação, educação, saneamento e renda, que são fundamentais para a promoção da saúde e a redução das iniquidades sociais (Merhy et al., 2023). De acordo com o documento do CEAP (2020), a saúde é definida como mais do que a simples ausência de doenças, sendo descrita como um estado

de completo bem-estar físico, mental e social, em consonância com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Movimento da Reforma Sanitária no Brasil. Essa visão enfatiza a importância das condições de vida, como habitação adequada, acesso a alimentos nutritivos, educação de qualidade e um ambiente de trabalho seguro, para a promoção da saúde e a redução das iniquidades sociais (CEAP, 2020).

A proposta, desenvolvida pelas autoras participantes em um projeto de criação e avaliação de objetos pedagógicos voltados ao ensino da saúde coletiva, tem como objetivo elaborar e adaptar jogos para essa área. A ideia surge como uma resposta à necessidade de materiais didáticos mais acessíveis e adequados às disciplinas de saúde. Portanto, adaptar textos acadêmicos ou técnicos para um formato de jogo, com uma linguagem menos complexa, pode facilitar a compreensão e o engajamento dessas pessoas, promovendo uma maior inclusão e aprendizado. Este princípio vai de acordo com os escritos de Portela (2023), que afirma:

Além de o jogo ser uma tecnologia antiga que tanto professores como alunos conhecem, ele é um elemento horizontal onde todos dentro daquele círculo mágico, daquele terreno de jogo, são apenas jogadores. Dessa forma, ao jogar o professor pode abraçar a horizontalidade e tirar o abismo que existe entre os alunos facilitando essa comunicação entre eles. (p. 1140)

Logo, a proposta se relaciona com a definição de Educomunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), que tem como práticas socioeducativas e comunicacionais a busca por criar e fortalecer ecossistemas comunicativos que sejam abertos e democráticos nos ambientes educacionais (Portela, 2023). Desse modo, é importante discutir a necessidade de tornar os conceitos mais acessíveis por meio de uma comunicação simples, especialmente ao considerar o uso de jogos com pessoas de diferentes níveis de escolaridade e conhecimento sobre o SUS.

O desenvolvimento das políticas de saúde pública no Brasil é profundamente influenciado pelas mudanças sociais e políticas que o país experimentou ao longo dos anos. O documento do CEAP (2020) oferece uma visão detalhada da evolução dessas políticas, que começaram com uma abordagem centrada no mercado e no indivíduo, e evoluíram para um modelo de saúde pública que reconhece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. No início do século XX, a saúde

pública brasileira era focada principalmente em campanhas sanitárias e ações pontuais para controlar surtos e epidemias, sem uma visão integrada e sistêmica de promoção da saúde (CEAP, 2020). Durante as atividades lúdicas, tanto a história das políticas públicas quanto a participação social no SUS é discutida de maneira sistemática. A cartilha da CEAP (2020), que aborda em seus capítulos as conferências e conselhos de saúde, é um dos documentos norteadores do processo de criação e aplicação dos jogos. Assim, os alunos são estimulados a refletir sobre sua participação no sistema de saúde e o papel da sociedade na formulação de políticas públicas de saúde, conectando-se aos desafios reais enfrentados pela população e entendendo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado.

A criação do SUS representou uma mudança paradigmática significativa, estabelecendo um sistema que visa à universalização do acesso aos serviços de saúde, com base nos princípios de equidade e integralidade. O SUS foi concebido como uma resposta às demandas sociais por um sistema de saúde que atendesse de forma abrangente e inclusiva às necessidades da população, levando em consideração os determinantes sociais da saúde, como educação, moradia, trabalho e renda (CEAP, 2020). Essa transformação foi fortemente influenciada pela Reforma Sanitária, um movimento que emergiu nas décadas de 1970 e 1980, defendendo uma abordagem de saúde pública que integrasse a participação democrática e o controle social como elementos fundamentais para a formulação de políticas de saúde. Por meio das experiências proporcionadas pelos jogos de tabuleiro, espera-se que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda dos desafios e das conquistas do SUS, reconhecendo a importância de um sistema de saúde pública inclusivo e acessível a todos. Além disso, os jogos podem servir como uma poderosa ferramenta educativa, facilitando a aprendizagem ativa e o engajamento dos estudantes com temas complexos de saúde coletiva. Tanto os jogos competitivos quanto os colaborativos podem ser utilizados para explorar essas temáticas, cada um trazendo diferentes perspectivas e desafios.

A pesquisa será realizada com duas turmas distintas: uma do curso de PROEJA, técnico em Cuidador de Idosos, no IFRS, Campus Alvorada, e outra na disciplina Comunicação e Saúde, ministrada no curso Superior em Tecnologia em Produção Multimídia, também no IFRS. Em cada turma, serão utilizados dois jogos de tabuleiro adaptados para explorar conteúdos relacionados ao SUS. Os jogos

selecionados para a atividade são adaptações feitas pelo grupo de pesquisa de jogos já existentes, como "Timeline" e "Just One". No caso do "Just One", conhecido em português como "Só Uma", o jogo foi adaptado para trabalhar conceitos, serviços e atividades dentro do SUS. Já o "Timeline", que traduzimos como "Linha do Tempo", foi ajustado para focar na história das políticas públicas de saúde, abordando eventos marcantes, a criação de instituições, leis e diretrizes que influenciaram a vida e a saúde da população. Também foi escolhido o jogo "Saúde da Família, Quem Faz o Quê?", desenvolvido pela Fiocruz, que foi selecionado pela sua capacidade de trabalhar os níveis de atenção primária. Esse jogo permite adaptar o conteúdo à realidade local, seja a cidade, o bairro ou a unidade de saúde em questão, o que enriquece o debate sobre os serviços e profissionais de saúde. A utilização de jogos como estratégia educativa para facilitar o processo de ensino-aprendizagem em saúde coletiva já foi explorada por Carvalho e Silva (2016) com o jogo Avança SUS, demonstrando a potencialidade dos jogos de tabuleiro como método de ensino eficaz.

Espera-se que essa metodologia proporcione uma experiência inovadora de aprendizagem, especialmente para os alunos do PROEJA, que, por serem mais velhos, trazem consigo uma diversidade de experiências de vida que podem enriquecer o processo educativo. Já com os alunos de Produção Multimídia, o projeto visa aproximar o tema da saúde das vivências dos alunos, permitindo que os estudantes vejam o impacto do SUS e das políticas de saúde ao longo da história. Os resultados esperados incluem a validação dos jogos de tabuleiro como ferramentas viáveis para o ensino em saúde e uma melhoria significativa na compreensão dos temas abordados pelos estudantes, além de uma maior conscientização sobre a importância do SUS como um sistema de saúde público e inclusivo.

Referências

ABPEducom, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. Organização: Ismar de Oliveira Soares, Claudemir Edson Viana, Jurema Brasil Xavier. São Paulo: ABPEducom. São Paulo, 2017. Disponível em:

<<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/1/1/189-1>>

Acesso em: 15 out. 2024

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990**. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CARVALHO, Vanessa Lôbo de; Silva, Carilane Barreto da. **Jogo educativo sobre a saúde coletiva um relato de experiência do processo de ensino-aprendizagem**. Rev. enferm. UFPE on line ; 10(6): 2242-2246, jun. 2016.

Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP). (2020). **O SUS e a efetivação do direito humano à saúde**. 2ª edição.

DIAS, C.M.; FARBIARZ, J.L. **Jogos como gêneros multimodais: análise e elaboração crítica para multiletramentos**. Educação. n.44, pp.1-128, 2019.

FAGUNDES, Carlos Eduardo Benites. **Gamificação e jogos educativos: a percepção de usuários do Rio Grande do Sul**. 84 p. Dissertação (Mestrado – Educação em Ciências: Química Da Vida E Saúde) – Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana, Uruguaiana, 2022.

FERREIRA, Suiane & GARCIA, Carolina & Dias, Cynthia & PAIXÃO, Marcelo. (2023). **DESENVOLVENDO JOGOS DE TABULEIRO MODERNOS PARA PROCESSOS EDUCACIONAIS NO SUS**. Revista Multidisciplinar em Saúde. 4. 10.51161/conais2023/20963.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 4. ed. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1993.

MERHY, Emerson Elias et al. **A promoção da saúde vista genealogicamente como prática discursiva em sua produção de mundos e uma leitura micropolítica dos determinantes sociais da saúde**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2023, v. 27 [Acessado 30 Agosto 2024], e220231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.220231> <https://doi.org/10.1590/interface.220689>>. Epub 05 Jun 2023. ISSN 1807-5762.

PORTELA, André Henrique Guimarães. O entrelaçamento entre jogos de tabuleiro e Educomunicação. **Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra**. Organização Ismar de Oliveira Soares et al. 1. ed. São Paulo. Associação Brasileira de Pesquisadores e



Profissionais em Educomunicação. 2023. Disponível em: <<https://abpeducom.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Educomunicacao-e-Educacao-Midiatica-nas-Praticas-Sociais-e-Tecnologicas-pelos-Direitos-Humanos-e-Direitos-da-Terra.pdf>> Acessado em: 15 out. 2024

PRADO, L. L. **Jogos de tabuleiro modernos como ferramenta pedagógica: pandemic e o ensino de ciências.** Revista Eletrônica Ludus Scientiae, Foz do Iguaçu, v. 02, n. 02, p. 26-38, jul./dez. 2018.

É divertido combater o mosquito *Aedes aegypti* – “um por todos e todos por um”¹

Fernanda Renata Mendonça Chaves²

Juliana Gomes Gonçalves³

Cristina Saboo da Costa⁴

Muito tem se discutido sobre as estratégias para a redução da infestação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de arboviroses como: Dengue, Zika ou Chikungunya. Evitar esta espécie vetora para que não transmitam doenças, tem constituído um importante desafio aos profissionais de saúde. Há recomendações técnicas de uma variedade de estratégias para redução da infestação deste vetor que estão sendo discutidas para evitar que esta espécie se prolifere. Um dos principais desafios está relacionado aos costumes da população em relação a falta de cuidados com os potenciais criadouros do mosquito, locais com acúmulo de água, devido a deficiências de infraestrutura, a coleta inadequada de resíduos, a falta de saneamento básico, o tipo de arquitetura dos imóveis e o crescimento desordenado das cidades, aspectos que favorecem a proliferação deste inseto. As arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* têm se agravado, tanto em número de adoecimentos, quanto de óbitos, o que tem despertado a atenção de profissionais e estudiosos.

O município de Santa Cruz do Rio Pardo, situado na região oeste do estado de São Paulo, Brasil, que tem enfrentado nos últimos anos, uma crescente transmissão de dengue, ocasionando impacto na vida e na saúde dessa população, diante de uma enfermidade prevenível, acredita-se que o desenvolvimento de atividades

¹ Trabalho apresentado no eixo 8 – Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Agente de combate a endemias, envolvida nos projetos educativos da área de vigilância e controle de vetores, na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Rio Pardo/ SP. Licenciada em Pedagogia (Faculdade Paulista São José/ SP). Contato: nandarenatinhaxaves@gmail.com

³ Agente de combate a endemias, envolvida nos projetos educativos da área de vigilância e controle de vetores, na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Rio Pardo/ SP. Bacharela em Administração (Estácio de Sá/ RJ). Contato: julliyygoncalves@hotmail.com

⁴ Educadora de Saúde Pública & Pesquisador Científico. Instituto Pasteur - Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Contato: crissaboo@gmail.com

educacionais envolvendo escolares constitui estratégia importante para a sensibilização da sociedade com a formação de agentes multiplicadores dos temas de saúde, estimulando a consciência preventiva e o desenvolvimento de habilidades para o combate ao mosquito. A proposta de ação, justifica-se pela contribuição social, reconhecendo que práticas “educomunicativas” aplicadas a escolares são importantes para incentivar e inspirar novas ações que poderão alcançar resultados gradativos (Soares,2024).

Espera-se que aos poucos as ações farão a diferença na mudança de comportamento da população, onde ela passará a contribuir ativamente nas medidas de cuidados contra criadouros do mosquito transmissor em suas residências e locais onde convivem. O planejamento educomunicativo previsto no plano de ação, possibilitou a integração das escolas com a equipe municipal de controle de endemias na área de saúde, promovendo atividades de gincanas com escolares. Demonstrando, uma interação pedagógica conjunta entre o serviço e a comunidade. A equipe técnica de controle de endemias envolvida no plano de ação acredita que educar seja um processo contínuo, que deve ser empregado no dia a dia da comunidade, valorizando os conhecimentos técnicos e populares, diante das vivências trazidas pelos “parceiros da ação”.

A educomunicação vem cumprir este papel, pois aqui foi entendida como uma prática social articulada, entre o processo pedagógico que envolve estratégias de comunicação & educação para que ofereçam possibilidades de partilhar conhecimentos políticos e sociais de forma ativa junto ao público selecionado neste projeto junto com escolares. Refletir conjuntamente com os alunos o papel do cidadão na ação de saúde, como autor social reflexivo, além de instrumentalizar estes participantes a partir do seu saber, visando contribuir no processo de saúde e doença com mudanças sociais. O objetivo é mobilizar a comunidade escolar do bairro que abrange a Escola Municipal Frei José Maria Lorenzetti, da 6ª e 7ª séries, do ensino fundamental; investir na formação e interação de alunos, como agentes multiplicadores de conhecimento sobre a problemática que permeia a temática de vigilância e controle do mosquito *Aedes aegypti* e a transmissão da Dengue. Os métodos consistem num plano de ação educativo de abordagem qualitativa e de estratégias participativas. Os principais procedimentos: observar dados do sistema de vigilância e controle do *Aedes aegypti* (Sisaweb), com avaliações sobre as visitas

domiciliares, com aplicação de um checklist (formulário de registro dos possíveis recipientes, criadouros do mosquito nas residências) buscando a melhor visualização e discussão das informações.

Realizou-se uma avaliação sobre os dados disponíveis no sistema, através de uma investigação documental sobre a atividade de “avaliação de densidade larvária” (ADL), técnica descrita nas normatizações vigentes no Estado de São Paulo sobre o índice de infestação do mosquito. E ainda, foram utilizados dados de fontes primárias, boletins que registram as atividades de campo promovidas pelos agentes de combate a endemias, além de outros documentos oficiais como, o mapeamento e os informativos epidemiológicos do município sobre a Dengue. Avaliou-se o potencial de infestação do *Aedes aegypti* na localidade envolvida, diante da verificação dos principais criadouros presentes e suas possíveis consequências, com destaque aos riscos da população local sobre os acometimentos por arboviroses. Como referências, recorreu-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de outras da área de educação e educomunicação que abordam aspectos relacionados à temática pedagógica com o uso de brincadeiras e jogos e plano de ação educacionais na saúde. Houve aplicações de práticas corporais, brincadeiras e jogos temáticos aplicados com alunos, além da produção de materiais como: textos, relatos orais ou audiovisuais visaram envolver e divulgar a temática de saúde junto aos escolares, para aplicar estas atividades com às suas famílias e com a comunidade ao redor do ambiente escolar.

Os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado (Fernandes,1995). Um dos usos básicos e importante é a possibilidade de construir a autoconfiança. Outro é o incremento da motivação sendo eficaz por possibilitar uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Ainda segundo o autor, “até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência”. As brincadeiras selecionadas no plano de ação pedagógico, serviram para firmar competências a partir de práticas pedagógicas voltadas aos cuidados com a saúde, desenvolvidas nesta proposta de ação, pois acredita-se que “o brincar também seja uma forma de aprender”. De forma lúdica, as brincadeiras auxiliam na atenção, interação e apreensão de novos conhecimentos quando envolvemos crianças e jovens com as temáticas de saúde. Segundo Varoneli, (2007, p.5) “a

brincadeira favorece o desenvolvimento da autoestima, da criatividade e da psique infantil, ocasionando mudanças qualitativas em suas estruturas mentais. É através das brincadeiras que as crianças desenvolvem noções de grande importância para a vida em sociedade, como a noção do papel social dos indivíduos”. Assim optou-se pelas atividades de gincana, que foram divididas em seis etapas:

- 1) a retirada do ambiente de objetos que possam acumular água;
- 2) a elaboração de vídeos de divulgação sobre o tema de saúde proposto:
tema norteador: “Não podemos deixar o *Aedes* nascer”;
- 3) a dança das cadeiras aos embalos da música Xô dengue;
- 4) o preenchimento de painel com possíveis ações a serem realizadas contra criadouros do mosquito transmissor de doenças;
- 5) a confecção conjunta de cartaz temático: “Parque das Nações sem Dengue”;
- 6) Jogo de perguntas e respostas com o tema sobre arboviroses e dengue;

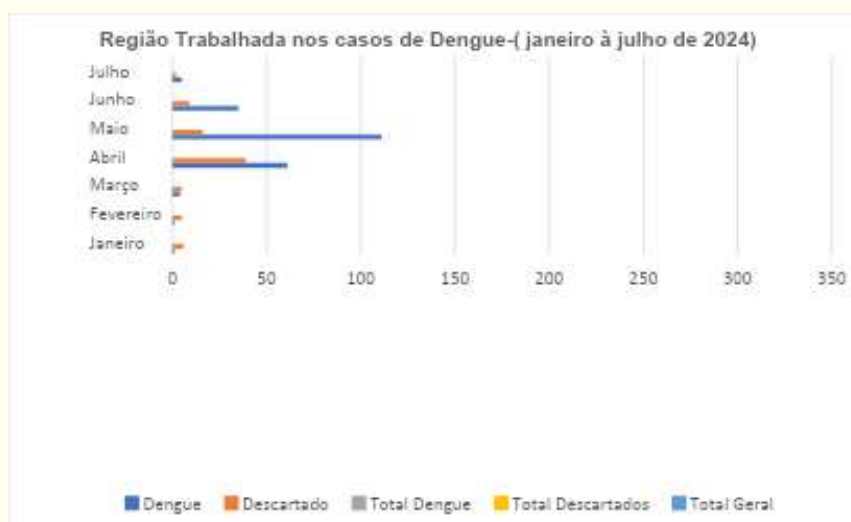
A ações de educomunicação para saúde vêm sendo uma das principais estratégias de transformação social junto à localidade trabalhada. Pois, ao adentrar no ambiente escolar, os profissionais de saúde, cultivaram novos conhecimentos sobre às arboviroses e suas patologias junto aos alunos, bem como, promoveram interação com os professores e despertaram o interesse de todos a partir das atividades desenvolvidas na gincana. Os alunos conseguiram recolher um número expressivo de objetos inservíveis e, puderam exercitar suas habilidades, apreender novos conhecimentos sobre a temática de saúde proposta, produzindo materiais, utilizando uma variedade de recursos tecnológicos e didáticos. Pôde-se refletir sobre vários aspectos trazidos neste plano de ação, como: a interatividade com os escolares, produzindo um ambiente de confiança e a troca com os profissionais de saúde na prevenção contra os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Alguns resultados:

- Criou-se três (3) vídeos curtos de divulgação sobre o tema proposto;
- Houve o recolhimento de grandes quantidades de criadouros;

- Proporcionou a construção conjunta de novos conhecimentos entre os envolvidos sobre a relevância das ações de coleta de inservíveis e sua relação com possíveis criadouros de insetos com a transmissão de doenças;
- Promoveu a integração e interação entre os profissionais de saúde, os escolares, os funcionários da rede de ensino e a população local;
- Construiu relações de confiança e respeito entre os envolvidos, abrindo espaço para novas ações conjuntas;
- Trouxe um impacto positivo sobre a vigilância e o controle das ações de saúde com a eliminação de grande número de potenciais criadouros.

Conclui-se, ser uma ação em educomunicação para a saúde de extrema relevância com o desenvolvimento de práticas educativas articuladas na área da saúde, porque o plano de ação foi uma experiência de construção do conhecimento, possível e exitosa, em virtude da intercomplementaridade dos diferentes saberes entre as áreas de educação e da saúde. É na ação conjunta entre educação, comunicação e saúde, que os profissionais podem desafiar a escola e os conhecimentos construídos conjuntamente, através de práticas pedagógicas envolventes que levam às reflexões de uma vida mais saudável e de cuidados com o meio onde vivem. Espera-se que este plano educ comunicativo contribua para a continuidade das ações e das reflexões junto aos profissionais de saúde, aos professores e às comunidades, para que vise mudanças de hábitos no contexto da saúde, e promoção de qualidade de vida e bem estar das pessoas.

Tabela:





Ilustrações: Fotos ilustrativas das atividades envolvendo os escolares em momentos da Gincana
 Registro fotográfico das várias etapas do plano de ação

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CONSANI A. M, Morais H. M. M. **Educomunicação na Saúde uma relação a ser construída**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016.
- FERNANDES, L. D. et al. **Jogos no Computador e a Formação de Recursos Humanos na Indústria**. VI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Anais. Florianópolis: SBCUFSC, 1995.
- LEITE J, et al. **Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora**. 1ª ed., São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010.
- SÃO PAULO, BRASIL. **Normativas do Programa de Vigilância e Controle do Aedes aegypti no Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Saúde. Superintendência de Controle de Endemias: São Paulo, 2008.
- SOARES, I.O. **Conceito de Educomunicação**. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 23/01/2024.



VARONELI, M.L. **A importância das brincadeiras e jogos na educação infantil.** Graduando do curso de Pedagogia, da Faculdade de Ciências Humanas da Associação Cultural e Educacional de Garça, SP, p.1-5, 2007.

VIANA, C., et al. **Qual educomunicação nas políticas públicas de saúde?.**

Disponível:

<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/33/24/1200-1?inline=1>. Acesso em: janeiro de 2024.

Educomunicação para promoção à saúde na atenção primária à saúde¹

Bárbara da Silva Oliveira²

Marco Akerman³

Este artigo propõe um exercício reflexivo acerca do paradigma da educomunicação como potencializador das tecnologias leves da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ancorada na interface comunicação-educação, a educomunicação, segundo a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPeducom), trata-se de um paradigma que alicerça práticas que enriqueçam o ecossistema comunicativo em espaços educacionais, através da partilha de recursos comunicativos que ressoem o protagonismo dos sujeitos sociais e exercício do direito universal à expressão.

Por sua vez, a promoção da saúde é um paradigma do campo da saúde pública que subverte o modelo biomédico de produção de cuidado, pautado na figura do médico como detentor da cura, sem, contudo, direcionar o olhar em seus determinantes sociais e ambientais, portanto, é um “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1986, s.p.)

Mesmo que não seja o nosso intuito esmiuçar os conceitos de educomunicação e promoção à saúde e seus percursos construtivos, a breve descrição supracitada evidencia pontos de convergência entre os dois paradigmas, que emergem como respostas das camadas populares aos modos hegemônicos excludentes de

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 8 Educomunicação e Saúde do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

³ Professor Doutor do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

comunicar-se e produzir cuidado, respectivamente (CITELLI et al., 2019; BUSS, 2002).

Ainda, tanto a educomunicação, quando enriquece o ecossistema comunicativo através da expansão das oportunidades de manifestação da comunidade, como meio de envolvê-los em seu próprio aprendizado, quanto a promoção à saúde, ao convocar o setor a fortalecer a autonomia dos usuários, atuando na retaguarda de sua produção de vida, buscam contribuir no empoderamento do indivíduo para exercício da cidadania, seja através do controle social nas instâncias participativas do SUS como os conselhos gestores ou pelo uso das mídias como ferramentas de transformação social, entendidos como processos dinâmicos e permanentes (SOARES, 2011; CAMPOS et al., 2004; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

A promoção à saúde assume papel central nesta reflexão. Orientada pela Política Nacional de Promoção à Saúde, enfrenta barreiras em sua materialização no dia a dia da APS, primeiro nível de atenção em saúde do SUS, onde estão as Unidades Básicas de Saúde (UBS), que constituem a porta de entrada do usuário no sistema (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022) e onde estão, primordialmente, as tecnologias leves, integrantes dos modelos técnico-assistenciais, que relacionam-se com a construção de vínculo, acolhimento e estímulo à autonomia do sujeito (MARQUES & LIMA, 2004).

Silva et al., (2014) elucidaram os desafios da promoção à saúde a partir do mapeamento de iniciativas bem-sucedidas nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social e esporte-lazer. Dentre os achados, destacam-se como interposições a perduração da concepção biomédica da saúde, articulação intersetorial enfraquecida, o que deixa as ações descontextualizadas com realidade cotidiano e pouco incentivo da participação social e autonomia dos sujeitos sociais.

Já Ramos et al., (2013), em um relato de experiência do desenvolvimento de um projeto de promoção à saúde em uma escola de educação infantil de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pautado na interdisciplinaridade e intersetorialidade, apontam que a inserção dos profissionais da saúde em espaços sociais, como as escolas, foi um desafio vivenciado pelas profissionais durante o desenvolvimento do projeto, fato

que distancia o paradigma da promoção à saúde de uma importante premissa que é a intersetorialidade.

No mesmo seguimento, Costa et al. (2013) debruçam-se sobre a promoção à saúde na perspectiva dos professores do ensino fundamental e apontam alguns entraves como a desarticulação entre as unidades de saúde e as escolas no planejamento das ações de promoção à saúde, além da descontinuação das práticas, perpetuando o modelo preventivista das ações de saúde.

As referidas experiências denotam percalços comuns às práticas de promoção à saúde e o paradigma da educomunicação constitui uma potência a seu enfrentamento.

Em primeiro lugar destaca-se a participação social é componente chave da gestão do SUS, prevista pela Lei Orgânica nº 8.142/1990, por meio das Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde, que são espaços que reúnem gestores, profissionais e usuários para discussão e fortalecimento das políticas de saúde. São espaços possíveis de diagnosticar como as políticas são materializadas na ponta, se produzem sentido, ou não, à realidade dos usuários, portanto, é imprescindível a participação social. Entende-se que, para isso, é necessário também a disposição de condições reais de participação, como menciona Gadotti (2014), que reflete sobre a participação social e popular na gestão da educação, mas que imbrica-se ao campo da saúde

“[...] Não se deve convocar para a participação popular em locais e horários inadequados, sem estrutura, sem preparação e sem organização. A participação popular não pode ser alguma coisa episódica, paralela, mas estrutural; ela deve constituir-se numa metodologia permanente da política educacional, num modo de governar.” (p.4).

Ainda, Rolim et al. (2013), lançam luz ao desafio para a mobilização popular. Atribuem, primordialmente, ao jogo de interesses que impelem desconhecimento dos usuários tanto da existência de espaços participativos, quanto de que é direito ocupá-los. Já Coelho (2012), aponta para duas linhas explicativas: a primeira, diz respeito ao ideário de que o Estado é benevolente e concede favores, não direitos; em seguida, está a visão de que a saúde é uma responsabilidade individual, sem, contudo,

considerar os aspectos sociais, culturais e econômicos que atravessam o processo saúde-doença.

Em segundo lugar, como barreira à promoção à saúde na APS está a desarticulação entre os setores. Azevedo et al. (2012) denotam o despreparo da equipe e de gestores para cocriar ações, além das burocracias que atalham-nas. Silva & Rodrigues (2010) acrescentam a necessidade de maior comunicação entre as repartições para o planejamento e arranjos intersetoriais, além de espaços propícios para o diálogo.

Nota-se, com isso, que a superação dos desafios à promoção à saúde na APS está intimamente relacionada ao paradigma educomunicativo, uma vez que a premissa de integrar a educação com a comunicação para a intervenção social e, de igual maneira, direcioná-la à formação intrapessoal para mobilização coletiva, são fundamentais ao protagonismo do usuário, no que tange a presença nas esferas participativas do SUS, exercendo, assim, a cidadania, e da gestão nas ações de promoção à saúde em arranjo a outros setores e produtores de sentido à realidade do território, já que é uma via de contornos próprios que pulsam vivências e experiências.

Um exemplo emblemático é o caso da Rede Wayuri, coletivo e mídia popular criado em 2017, veiculada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e assessorada pelo Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), reuniu aproximadamente trinta comunicadores das etnias Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka, Piratapuia, Tukano, Wanano, Hup'dah, Yanomami e Masã, e objetiva veicular notícias semanais para as comunidades indígenas nas terras demarcadas do Baixo ao Alto Rio Negro. O conteúdo produzido e divulgado via áudios do whatsapp, carro de som e radiofonia abrange todas as esferas cotidianas de produção de vida, isto é, política, saúde, cultura, educação etc. (REDE WAYURI, 2022).

Durante a pandemia, a utilização do carro de som foi imprescindível tanto para a comunicação dos riscos sobre a doença, bem como importância da vacinação, quanto para ser porta-voz de pedidos de socorro por parte da comunidade, bem como articulações para arrecadação de alimentos e produtos de higiene (ANGELIS, et al., 2021; COSTA, et al. 2021). Em relação à linguagem, o trabalho

realizado envolveu múltiplas traduções, da linguagem técnica academicista para as formas coloquiais e para as línguas indígenas da região, processo possibilitado pelos esforços do movimento indígena de recuperar e manter suas línguas (COSTA, et al., 2021).

Os esforços Wayuri na comunicação dos riscos e combate à desinformação são expoentes do emprego da educomunicação para práticas que fortaleçam a promoção à saúde. Evidencia-se a premissa do paradigma, isto é, a utilização de meios de comunicação pelas comunidades para as comunidades que consideram seus aspectos socioculturais e linguísticos e visam democratizar o acesso à informação para fortalecer a autonomia dos sujeitos sociais. Ainda, ao disponibilizar informações de qualidade em linguagem simples, combatendo as *fake news*, permitem que os sujeitos tenham autonomia para estar no centro da sua própria produção de cuidado.

Tendo em vista o exposto, a educomunicação constitui uma potência para a promoção à saúde, desde que esteja incorporada nos processos de formação e educação continuada dos profissionais da saúde, bem como tecnologia leve no dia a dia da APS, com vistas a superar as barreiras que interpelam a promoção à saúde e fortalecer o controle social, que deve ser a força motriz do SUS.

Referências

ANGELIS, Paola de; PERIA, Pedro; VERONESI, Sophia; HARARI, Teresa.

Respostas indígenas à pandemia do COVID-19: os casos de São Paulo-SP e São Gabriel da Cachoeira-AM. Relatório Final - FGV EAESP Pesquisa, 2021. Disponível em:

https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio_final_-_respostas_indigenas_1.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO (ABPeducom). Disponível em:

<https://abpeducom.org.br/>. Acesso em: 14 set. 2024.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi; WESTPHAL, Marcia Faria. **Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333-1356, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/physis/2012.v22n4/1333-1356/pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária e Atenção Especializada: Conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo**. 03 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_participasus.pdf.

Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

BUSS, Paulo Marchiori. **Promoção à saúde. Programa de Saúde da Família**. Revista Brasileira de Saúde da Família, p. 50-62, dez. 2002.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. **Avaliação de política nacional de promoção da saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, n. 3, p. 745-749, 2004. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300025>. Acesso em: 14 set. 2024.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**.1986. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

CITELLI, Adilson Odair; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Educomunicação: referências para uma construção metodológica**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 12–25, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>. Acesso em: 14 set. 2024.

COELHO, Juliana Sousa. **Construindo a participação social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação**. Saúde e Sociedade, v. 21, p. 138-151, 2012. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000500012>. Acesso em: 14 set. 2024.

COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti; CAVALCANTI, Vagner Martins; BARBOSA, Mayara Lima; CELINO, Suely Deysny de Matos; XAVIER DE FRANÇA, Inácia Sátiro; SOUSA, Francisco Stélio de. **Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental**. Revista Eletrônica de Enfermagem., v. 15, n. 2, p. 506-515, 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/15769>. Acesso em: 14 set. 2024

COSTA, Elizângela Silva; FONTES, Francineia; MORAIS, Dulce Mendes; OLIVAR, José Miguel Nieto; TOMIMURA, Júlia Kaori Miao. **Mulheres indígenas e cosmopolíticas do cuidado no Alto rio Negro**. Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19, 2021. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/65ecd430-6fd8-404b-860b-caafa8d905c6/HCV_04_2022.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Conferência Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

MARQUES, Giselda Quintana; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. **As tecnologias leves como orientadoras dos processos de trabalho em serviços de saúde**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 17-25, 2004.

RAMOS, Camila Irigónhé; LANGONI, Chandra da Silveira; MORÉS, Fernanda Brenner; HERMEL, Júlia Schneider; DREHMER, Luciana Balestrin Redivo; PERETTO, Marcele; BADALOTTI, Tatiana Stürmer. **A promoção da saúde na “terra do nunca”: uma experiência interdisciplinar**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 26, n. 3, p. 436-441, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.5020/2953>. Acesso em: 14 set. 2024.

Rede Wayuri. Disponível em: <https://redewayuri.org.br/>.

ROLIM, Leonardo Barbosa; CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus. **Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa**. Saúde em Debate, v. 37, n. 96, p. 139-147, 2013.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/dNgCW9WdJJx7VHV7xWkhSHq/#>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, Kênia Lara; RODRIGUES, Andreza Trevenzoli. **Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiências, desafios e possibilidades**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 63, n. 5, p. 762-769, 2010. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000500011>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, Kênia Lara; SENA, Roseni Rosângela de; BELGA, Stephanie Marques Moura Franco; SILVA, Paloma Moraes; RODRIGUES, Andreza Trevenzoli. **Promoção da saúde: desafios revelados em práticas exitosas**. Revista de Saúde Pública, v. 48, n. 1, p. 76-85, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004596>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Educomunicação na intervenção clínica do transtorno de dependência de internet¹

Enrica Cusin²

O presente estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre Psicologia clínica e Comunitária intitulado "Transtorno de dependência de Internet e configurações digitais de intervenção clínica no contexto das principais abordagens do panorama italiano. Intervenções sobre a realidade virtual e através da realidade virtual.", defendido no Instituto Universitário Salesiano de Veneza (IUSVE) na Itália. A proposta buscou sistematizar e compreender os principais meios de intervenções por meio da realidade virtual, as quais destacaram a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o Transtorno de Dependência de Internet (TAI) e suas diversas manifestações clínicas. A TAI, atualmente sem definição clínica universal, é descrita como: "[...] uma interação excessiva com a rede caracterizada por uma relação de dependência e dominação, que é acompanhada por alterações de humor, fenômenos de tolerância, abstinência, conflito e risco de recaída, como outros vícios [...]" (Di Lorenzo, Lancini, Suttura, Zanella, 2013).

A partir da análise da literatura emergente é possível afirmar ainda, a falta de uma definição universalmente partilhada sobre a doença, a ausência de diretrizes completas para o seu tratamento, que actualmente são apenas parciais. Além disso, não há consenso unânime sobre os critérios diagnósticos da TAI, dificultando a identificação das ferramentas diagnósticas mais adequadas para identificar o transtorno.

É importante sublinhar que a TAI é caracterizada por uma complexidade considerável e inclui uma variedade de questões, incluindo: dependência de cibersexo, dependência de relacionamento cibernético, dependência de sobrecarga

¹ Trabalho apresentado no eixo n.9 Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Psicóloga clínica e de comunidade. Instituto universitário salesiano Venezia – IUSVE, BEA Centro de estudos e práticas. Enrica.cusin@studenti.iusve.it

de informação, dependência de computador e jogo online compulsivo (Di Lorenzo, Lancini, Suttura, Zanella, 2013). Essas psicopatologias, que poderíamos definir como “subcategorias” da TAI, incluem outras classificações que requerem investigação mais aprofundada, especialmente para a construção de intervenções terapêuticas direcionadas. Destarte, esta heterogeneidade levanta a dúvida de que não existe uma única dependência, mas que podemos falar de um espectro de distúrbios ligados ao uso problemático da Internet (Lancini, 2019).

O sintoma da dependência esconde em si uma pluralidade de significados; particularmente interessante é a perspectiva que acredita que a ‘ferramenta digital’ não é a causa do transtorno, mas um meio de expressar desconforto, que também pode ser a representação sintomática de problemas relacionais (Lancini, 2019) (Tonioni, 2013). Por esta razão é aconselhável que a intervenção clínica seja realizada em estreita colaboração com o contexto mais amplo que envolve a família, a escola e os serviços nos contextos do trabalho.

Diante do problema que se configura de forma cada vez mais insistente nos últimos anos, devido aos usos ininterruptos e contínuos da internet desde cedo, é, portanto, essencial pensar em intervenções para as famílias, especialmente porque podem ser um preditor de abuso mediático em adolescentes (Li et al., 2021). Segundo Lancini (2019) o clínico deve envolver a família no processo terapêutico. Especificamente, o significado intrapsíquico que a tecnologia tem para o filho deve ser explicado ao casal e, além disso, seria importante dedicar um tempo em que os profissionais forneçam indicações comportamentais e estimulem o interesse do sujeito pelo mundo virtual (Lancini, 2019)

Especificamente, a abordagem de Giuseppe Lavenia (2018) foi interessante para a sistematização das considerações a que a pesquisa chega. Nas primeiras conversas, este tentou promover uma aliança com os familiares do usuário patológico. Na primeira entrevista foi dedicado um tempo para cada integrante se apresentar e explicar suas necessidades. Também é investigado qual é o uso da rede por cada pessoa e qual a opinião do paciente sobre seu uso. Nas entrevistas iniciais o sintoma é explicado à família no contexto do sistema familiar, a patologia é apresentada como a manifestação de um problema em que todos os membros estão envolvidos (Frisina, 2020). Dessa forma, é realizada a prescrição do sintoma e, ao contrário do que muitas vezes é solicitado pelos familiares, não é impedido o acesso à rede. Ao não eliminar

o uso da web, evitamos estigmatizar o sujeito como incapaz de escapar do vício; além disso, esta modalidade serve para sublinhar como o sintoma é a manifestação de algo mais profundo. O uso passa a fazer parte do percurso terapêutico, o uso da rede é imposto e regulamentado segundo um acordo ao qual todos os membros aderem. A imposição do uso da internet diminui a agradabilidade da atividade e isso afeta o ciclo compulsivo. Esta é uma técnica paradoxal que modifica os papéis até então adotados no contexto familiar. O acordo sobre os métodos de utilização é estipulado numa sessão na presença do terapeuta que garante o envolvimento total de todos os componentes do sistema familiar e que facilita a discussão. Depois de elaborado, o acordo é assinado pelo paciente, familiares e médico. Nas sessões subsequentes é dever do terapeuta garantir que os horários e métodos acordados foram respeitados. Posteriormente, um percurso individual e familiar são realizados em paralelo. É dada especial atenção aos pais do paciente: o clínico deve investigar o conhecimento que possuem do mundo do seu filho, o estilo parental e a modalidade relacional no casal parental. Os pais acompanhados pelo clínico refletem sobre as relações familiares, sobre a criança, sobre os seus recursos e sobre os problemas decorrentes da história familiar. O objetivo é estimular uma mudança nas relações para que respondam às necessidades de cada componente.

O percurso acima apresentado busca uma conexão com a abordagem da educomunicação como um *medium* de ampliação dos entendimentos sobre os processos para a implementação das intervenções, com as quais clínicos e profissionais de saúde desenvolvem estratégias educativo-comunicacionais para o trabalho com famílias. A proposta surge da análise de diferentes interpretações sobre o panorama clínico italiano da dependência da Internet, a qual relacionada com a proposta aqui referida de uma relação construída na interface educação e comunicação, que propõe incluir e identificar a perspectiva única e complexa no interior do ecossistema comunicativo para a área de saúde com destaque a sua potencialização através de intervenções e projetos que incluem as áreas: a educação para a comunicação, a mediação tecnológica, a gestão dos processos comunicacionais nos espaços educativos e a reflexão epistemológica sobre o imbricamento e proposta (Soares, 2011). Além disso, pode incluir ulteriormente elementos como a arte e uma comunicação que busca fomentar a cidadania e a tomada de decisões mais conscientes diante das demandas que emergem com os

usos dos dispositivos tecnológicos e midiáticos, buscando assim, superar uma relação meramente maquínica, sem produção autoral, criativa e crítico-reflexiva.

A partir do exame do trabalho clínico de Lavenia, a educomunicação foi levantada como um construto na realização de ações para o trabalho do clínico com as famílias. Assim, considerando a educomunicação como um campo de (re)conhecimento recente, em processo de consolidação, define-se como um conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos, criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais, não formais e informais, mediados pelos discursos com os meios e processos comunicacionais, das artes às tecnologias de informação, garantindo as condições de aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (Almeida, 2024). Precisamente pelas suas características constituintes, é concebível que possa encontrar aplicação no contexto da saúde mental no trabalho de terapeutas com famílias de suspeitos com TAI.

A partir da análise do trabalho clínico de Lavenia, levanta-se a hipótese de que a educomunicação pode ser útil no trabalho do clínico, especificamente; no auxílio aos pais no desenvolvimento de processos de leitura crítica dos meios de comunicação social, na mobilização do casal parental para uma comunicação dialógica participativa; ajudando a aumentar a sensibilização para o papel dos meios de comunicação social na contemporaneidade, o seu impacto na sociedade e a preparação para a sua utilização.

Os jovens, nascendo e crescendo em contacto próximo com a tecnologia, assumiram o nome de “nativos digitais”, enquanto que os adultos de “imigrantes digitais”, ou seja, todos que num determinado momento da vida tiveram que “alfabetizar-se” para o mundo virtual (Lancini; Cirillo, 2013) (Lancini, 2015). Dado que as novas tecnologias têm impacto no desenvolvimento neurológico dos mais jovens (Riva, 2018) (Barbato; Di Natale, 2017), é importante ajudar as famílias a compreender como funcionam as novas tecnologias e o seu impacto no desenvolvimento dos seus filhos. Contudo, é importante considerar também que a Internet na sua complexidade e no seu potencial como ferramenta ao serviço do desenvolvimento (Lancini, 2019). Na verdade, segundo Lancini (2019) é claro que o uso da Internet pode ser fisiológico e saudável, ou seja, uma prática que apoia o crescimento pessoal ao permitir a satisfação de diversas necessidades. A partir desta

leitura do fenômeno do uso da Internet, seria interessante pesquisar aplicações da educomunicação no trabalho com os pais para que estes possam assumir o papel de educadores junto aos seus filhos e ao mesmo tempo serem promotores do desenvolvimento infantil e juvenil saudável com as tecnologias e mídias.

Concluindo, é concebível que a educomunicação possa encontrar aplicação no trabalho dos terapeutas com as famílias. No futuro, propõe-se uma investigação da literatura atual sobre o tema das intervenções educacionais com famílias de crianças com TAI. Pesquisas futuras poderiam examinar os benefícios das intervenções educacionais nestes contextos familiares e a durabilidade dos benefícios a longo prazo.

Referências

ALMEIDA, L. B. C, **Projetos de intervenção em educomunicação**. Campina Grande: EDUFCG, 2024.

BARBATO, S.; DI NATALE L. **Finestre sul futuro. Fondamenti di Psicologia Digitale**, Roma; Alpes Italia, 2017.

DI LORENZO, M.; LANCINI, M.; SUTTURA, C.; ZANELLA, T. E. La dipendenza da Internet in adolescenza tra normalità e psicopatologia: uno strumento italiano. **Psichiatria e Psicoterapia**, v.32, n.2, p. 101- 134, 2013. Disponibile in: <https://www.fioriti.it/riviste/pdf/1/DiLorenzoweb.pdf>

Maurizio FRISINA, *Sul bordo del caos. Complessità, terapia sistemica e dipendenze*, Milano, Mimesis Edizioni, 2020.

LANCINI, M.; CIRILLO, L. Il trattamento delle dipendenze da internet in adolescenza. **Psichiatria e Psicoterapia**, v. 32, n. 2, p. 89-100, 2013. Disponibile in: <https://www.fioriti.it/riviste/pdf/1/Lanciniweb.pdf>

LANCINI, M. **Adolescenti navigati. Come sostenere la crescita dei nativi digitali**, Trento: Erickson, 2015

LAVENIA, G. *Le dipendenze tecnologiche. Valutazione, diagnosi e cura*. Firenze: Giunti, 2018.

LANCINI, M. **Il ritiro sociale negli adolescenti. La solitudine di una generazione iperconnessa.** Milano: Raffaello Cortina Editore, 2019.

LI, X.K.; ZHAN, P. S.; CHEN, S.D.; REN, J. The Relationship between Family Functioning and Pathological Internet Use among Chinese Adolescents: The Mediating Role of Hope and the Moderating Role of Social Withdrawal. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 14, lug. 2021. Disponibile in: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34300150/>

RIVA, G. **Fake news. Vivere e sopravvivere in un mondo post-verità,** Bologna: il Mulino, 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação.** O conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

TONIONI, F. **Psicopatologia web-mediata. Dipendenza da Internet e nuovi fenomeni dissociativi,** Milano: Springer-Verlag Italia, 2013.

Territórios da construção de si: vidas adolescentes, educomunicação e pesquisa social nas Conferências de Saúde.

Fernanda Maria Duarte Severo¹

André Guerrero²

Bárbara Anaissi³

Lorena Padilha⁴

O projeto “Territórios da Construção de Si: processos de desinstitucionalização de adolescentes e jovens pela maioria” é uma iniciativa do Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Nusmad) da Fiocruz-Brasília e da Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Desde 2021, o projeto visa promover a autonomia, expandir as trocas sociais e assegurar o acesso a direitos básicos e fundamentais para adolescentes e jovens de 14 a 21 anos em situação de acolhimento institucional ou egressos, oriundos de sete Unidades de Acolhimento no Distrito Federal. Este projeto é um exemplo notável de como intervenções sociais podem transformar vidas e comunidades.

A intervenção aborda temas essenciais como Promoção da Saúde, Saúde Mental, Projetos de Vida, política, vivências em territórios periféricos, Cultura e Lazer. Em 2023, um grupo de cerca de 22 adolescentes participou da 17ª Conferência Nacional de Saúde (17ªCNS) e da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (5ª CNSM). O grupo teve a oportunidade de se engajar em intervenções de comunicação comunitária e cultural, atuando como pesquisadores sociais. Produziram registros audiovisuais que documentaram suas experiências e perspectivas, mostrando que, mesmo em contextos de alta vulnerabilidade, é possível ocupar espaços antes inimagináveis, como conferências nacionais de saúde.

¹ (NUSMAD/FIOCRUZ)

² (NUSMAD/FIOCRUZ)

³ (NUSMAD/FIOCRUZ)

⁴ (NUSMAD/FIOCRUZ)

A participação desses adolescentes nas conferências marca um ponto de inflexão importantíssimo em suas jornadas pessoais e comunitárias. Provenientes de unidades de acolhimento e contextos de alta vulnerabilidade, esses jovens estão ingressando em espaços que costumam parecer distantes de sua realidade cotidiana. Considerando a perspectiva freireana de que a educação é um ato de liberdade que transforma tanto o indivíduo quanto a sociedade, o envolvimento dos adolescentes em conferências de saúde e saúde mental não apenas amplia suas perspectivas sobre o sistema de saúde, mas também os capacita a influenciar ativamente as discussões sobre políticas públicas. O acesso a esses espaços, frequentemente considerados inalcançáveis, serve como uma forma concreta de reconhecimento, através de uma educação popular enquanto ferramenta para promover a equidade e dar voz àqueles que tradicionalmente não a têm. A experiência de ocupar tais espaços e participar de debates relevantes promove um reconhecimento profundo e reforça a capacidade desses jovens de contribuir para mudanças significativas em suas comunidades, alinhando-se com os princípios de uma educação crítica e emancipatória. (Freire, 2006; Sayad, 2019).

Dessa forma, em julho, na 17ª CNS, o grupo realiza intervenção de reportagem audiovisual a partir de enquete com o mote *"Se o amanhã vai ser outro dia, o hoje o que é?"*, promovendo diálogo direto com o tema principal da Conferência 17ªCNS- *"Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia"*. A concepção e linguagem das atividades foram pensadas colaborativamente para ampliar a visibilidade às expressões dos adolescentes, potencializar o pertencimento social e provocar reflexões sobre o lugar dessa população nas cenas políticas da Conferência. Tratava-se do único grupo de adolescentes observado nesta Conferência, fato também abordado pelos pesquisadores sociais na sensibilização junto aos delegados para que o público adolescente fosse lembrado nas propostas.

A participação ativa de jovens em contextos de decisão e política pública não apenas promove o empoderamento individual, mas também fortalece o tecido social ao criar canais de comunicação que são inclusivos e representativos. Essa abordagem valoriza a construção de diálogos que reconhecem e validam as necessidades, percepções e saberes dos adolescentes, contribuindo para uma prática política mais justa e equitativa (Bróide & Bróide, 2021). Ao se envolver em debates sobre a importância do protagonismo juvenil, esses jovens não só ampliam

sua capacidade de influenciar políticas e práticas de saúde, mas também ajudam a moldar uma abordagem mais democrática e participativa na gestão pública.

Todo este cenário favoreceu mais uma satisfatória participação dos adolescentes pesquisadores sociais. Dessa vez, em parceria com a TV Pinel, para a 5ª CNSM, realizada em dezembro, o grupo passou pela oficina de Comunicação Comunitária Audiovisual. Os adolescentes aprenderam a operar câmera (vídeo e fotografia) e áudio, aprenderam entenderam sobre edição e roteiro e sobre tipos de produtos audiovisuais (documentário, cinema, reportagem etc) e assim ocuparam a Conferência- com seus corpos, vozes e olhares, provocando, em nova intervenção de reportagem, reflexões sobre a agenda da juventude e a importância da presença de adolescentes naquele espaço-ação de política pública.

O conteúdo aprendido com os profissionais da TV Pinel circulava entre os adolescentes que ensinavam e compartilhavam entre si, ampliando a percepção de seus próprios talentos e enxergando, e planejando, novas possibilidades de futuro. Mesmo com a prévia construção do roteiro- realizada pelos próprios adolescentes com o auxílio da equipe de referência (NUSMAD e TV Pinel) – o grupo estava ciente e se utilizou da possibilidade de construir uma entrevista dinâmica a partir do encontro com cada entrevistado. Ademais, o coletivo de entrevistados foi parcialmente pensado pela equipe de referência com indicação de pessoas emblemáticas na história da saúde mental do país, mas a maior parte foi escolhida por eles, que, de modo espontâneo, fizeram questão de buscar diversidade étnico-racial e de gênero.

Toda essa movimentação estimulou a conversa entre os pares e promoveu a identificação com aqueles que enfrentam vulnerabilidades semelhantes, fortalecendo o convívio coletivo e comunitário. A abordagem de temas correlatos às experiências territoriais dos adolescentes, e sua vinculação com a intervenção comunicacional, permite uma compreensão mais rica das realidades locais e das formas de atuação necessárias para enfrentar desafios comuns.

Além disso, o envolvimento dos jovens nas etapas de produção audiovisual, que incluem a conscientização crítica, a elaboração de roteiros e o contato com o público, permite que eles desenvolvam habilidades técnicas e criativas valiosas. A aproximação com a tecnologia audiovisual e o desenvolvimento de técnicas participativas são essenciais para a criação de registros históricos e para a

consolidação de canais de comunicação pública e comunitária. Estes registros e canais não apenas documentam a realidade dos adolescentes, mas também fomentam redes de conhecimento que podem ser usadas para aprimorar os serviços e práticas comunitárias, fortalecendo a voz dos jovens e suas contribuições para a saúde pública e a coesão social (Kripka et al, 2020).

Vale outro destaque. A 5ªCNSM também foi palco de uma aproximação importantíssima. Os adolescentes visitaram a instalação "Morar em Liberdade: Retratos da Reforma Psiquiátrica Brasileira". Uma experiência que proporcionou um contato inicial com as histórias e realidades desses usuários do sistema de saúde mental, permitindo aos jovens uma compreensão mais profunda e pessoal do universo da Saúde Mental. Ao conhecerem essas histórias, os adolescentes puderam se reconhecer dentro desse contexto, ampliando suas próprias compreensões sobre saúde mental e aumentando suas capacidades de diálogo e envolvimento com o tema. Esse entrelaçamento foi fundamental para que eles vissem suas próprias experiências refletidas nas narrativas de outros, facilitando uma conexão mais empática e crítica com a saúde mental e as questões associadas.

Em certa medida, o projeto "Territórios da Construção de Si" demonstra como a participação ativa dos adolescentes em conferências e outras atividades pode ter um impacto profundo em suas trajetórias pessoais e nas comunidades a que pertencem. Através de atividades como a produção audiovisual e o envolvimento em espaços de discussão sobre saúde e políticas públicas, esses jovens são capacitados a se tornarem agentes de mudança, contribuindo para um futuro mais participativo e inclusivo. É também por essa experiência desses jovens nas conferências que demonstra-se como a criação de espaços onde suas vozes são ouvidas e suas demandas são levadas em conta pode ter um impacto significativo na forma como as políticas são formuladas e implementadas. Esses canais de comunicação, construídos a partir da participação e do engajamento direto dos adolescentes, facilitam a expressão de suas perspectivas e a articulação de suas demandas, promovendo mudanças positivas tanto em suas vidas quanto em suas comunidades.

A influência desses jovens na formulação de políticas e práticas de saúde pública destaca a importância de integrar conceitos de educomunicação e saúde pública, onde a educação para a mídia e a comunicação se tornam ferramentas essenciais para fortalecer a participação cidadã e promover a saúde coletiva. É aí que

percebemos como a educomunicação proporciona aos jovens as habilidades necessárias para se envolverem de forma crítica e informada, não apenas consumindo informação, mas também contribuindo para a criação e disseminação de conteúdos relevantes para a saúde pública. Esse alinhamento entre educomunicação e saúde pública reflete um sistema que valoriza a participação ativa e a inclusão dos saberes locais, promovendo uma abordagem mais democrática e integrada na gestão de políticas públicas e na construção de uma sociedade mais equitativa (Bróide & Bróide, 2021).

Referências

- ALVES, L. T.; SILVA, A. **A educação midiática no Brasil: um panorama da pesquisa acadêmica**. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 2, p. 297-318, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698200391>. Acesso em: [28 ago. 2024].
- BRÓIDE, E.; BRÓIDE, J. **Educomunicação: práticas e experiências**. São Paulo: Editora Cortez, 2021.
- FIGUEIREDO, D. **A formação para o protagonismo adolescente: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Política, Direito e Administração, v. 11, n. 3, p. 415-432, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- KRIPKA, R. M. L. et al. **Ensino, aprendizagem e novas tecnologias: relações entre abordagens teóricas clássicas e contemporâneas**. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, v. 16, n. 37, p. 39-53, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8091919>. Acesso em: [30 de ago. 2024].
- SAYAD, A. L. V. **Educação midiática e pensamento crítico: antídotos contra a “desinformação”**. Liberdade de Expressão Questões da Atualidade, p. 9, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/235ffa7a-d574-4583-a5bc-1cadd83c505c/002942046.pdf#page=9>. Acesso em: [28 de ago. de 2024].

Educomunicação na Prevenção de HIV/Aids: Um Estudo de Caso com Jovens do Centro-Oeste¹

Natália Fernandes de Andrade
Luana Dias da Costa
José da Paz Oliveira Alvarenga
Maria Fátima de Sousa
Ana Valeria M Mendonça

A educomunicação surge como uma abordagem inovadora para a promoção de saúde pública, especialmente na prevenção de HIV/Aids. Este estudo utiliza o EducalIndex para avaliar a eficácia das campanhas de comunicação em saúde voltadas para jovens de 15 a 24 anos, em um contexto onde as infecções por HIV têm aumentado significativamente entre essa faixa etária. A pesquisa, conduzida na região Centro-Oeste do Brasil, explora como os jovens reagem e interagem com as campanhas do Ministério da Saúde, destacando a importância de uma abordagem dialógica e participativa.

O EducalIndex foi aplicado em oficinas educacionais que contaram com a participação de 643 jovens de diferentes regiões. As oficinas foram realizadas em escolas, universidades e outros espaços públicos, com o objetivo de engajar os jovens na avaliação de três peças comunicacionais: um vídeo sobre hepatites virais, um jingle de carnaval e um cartaz sobre Aids. Essas campanhas foram escolhidas por representarem diferentes formatos de mídia amplamente utilizados em campanhas de saúde pública.

A educomunicação tem emergido como uma estratégia inovadora e crucial na promoção de saúde pública, especialmente no enfrentamento de epidemias como o HIV/Aids entre jovens. Este estudo investiga como a aplicação da educomunicação pode potencializar a eficácia das campanhas de prevenção ao HIV/Aids, a partir da perspectiva dos próprios jovens, utilizando o EducalIndex, um instrumento criado especificamente para avaliar a efetividade dessas campanhas. A pesquisa foi realizada com jovens de 15 a 24 anos na região Centro-Oeste do Brasil, que tem registrado um aumento significativo de infecções por HIV, especialmente entre a população jovem (Brasil, 2019).

O EducalIndex foi aplicado em oficinas educacionais que contaram com a participação de 643 jovens de diferentes perfis socioeconômicos, educacionais e culturais. As oficinas foram realizadas em ambientes diversos, como escolas, universidades e centros comunitários, buscando engajar um público jovem diversificado. A ferramenta EducalIndex é estruturada em três eixos de avaliação: conceitual, pedagógico e comunicacional, permitindo uma análise ampla das

¹ Trabalho apresentado no eixo n.9 Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

campanhas. As campanhas avaliadas incluíam diferentes formatos de mídia, como um vídeo sobre hepatites virais (2017), um jingle de carnaval (2013) e um cartaz informativo sobre Aids (2018).

Metodologia

O estudo adotou uma abordagem mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos. As avaliações foram realizadas em oficinas mediadas por educadores especializados, utilizando um roteiro estruturado para garantir a uniformidade dos resultados e estimular a participação ativa dos jovens. As avaliações foram complementadas com discussões em grupo e questionários, onde os jovens puderam expressar suas opiniões de forma mais livre e aprofundada.

No eixo conceitual, os jovens foram incentivados a refletir sobre a clareza das mensagens das campanhas, a relevância do conteúdo e a capacidade das peças de provocar reflexão sobre o tema HIV/Aids. De forma geral, os participantes reconheceram a importância das campanhas avaliadas, mas sugeriram que o conteúdo poderia ser aprofundado em questões relacionadas à sexualidade, estigmas sociais e os desafios emocionais enfrentados por jovens vivendo com HIV/Aids. Muitos jovens afirmaram que, embora as campanhas tratassem da prevenção, faltava uma discussão mais direta sobre temas sensíveis, como preconceito e vulnerabilidade social.

No eixo pedagógico, que avalia a usabilidade e adequação das campanhas ao público-alvo, os resultados indicaram que as campanhas foram consideradas acessíveis, mas pouco interativas. Os participantes sugeriram que, para envolver melhor os jovens, as campanhas deveriam adotar uma abordagem mais participativa, com recursos interativos como quizzes, vídeos de curta duração e desafios nas redes sociais. A criação de conteúdo colaborativo, em que os próprios jovens pudessem participar da elaboração das campanhas, também foi sugerida como uma forma de aumentar o engajamento. Influenciadores digitais foram apontados como potenciais aliados na disseminação de informações sobre prevenção ao HIV/Aids, dada sua popularidade entre os jovens.

O eixo comunicacional apresentou o maior número de críticas. Muitos jovens relataram que a linguagem utilizada nas campanhas era formal demais e não se conectava com sua realidade cotidiana. Eles argumentaram que, para alcançar efetivamente o público jovem, as campanhas precisam ser mais adaptadas às plataformas digitais, onde os jovens consomem grande parte de suas informações. O uso de vídeos curtos, memes e infográficos foi sugerido como uma forma mais eficaz de transmitir mensagens de prevenção ao HIV/Aids. Além disso, a presença de uma linguagem visual atrativa e direta foi considerada fundamental para capturar a atenção desse público.

Resultados e Discussão

Os resultados deste estudo apontam para uma desconexão significativa entre o formato tradicional das campanhas de saúde pública e as preferências dos jovens, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias digitais. A pesquisa destacou que os jovens preferem campanhas que utilizam mídias sociais, vídeos curtos e conteúdos visuais mais dinâmicos, que são mais facilmente integrados aos seus hábitos digitais. Esse achado reforça a importância da alfabetização midiática e

informacional (AMI) como uma ferramenta essencial para a promoção de saúde entre jovens, garantindo que as campanhas sejam compreendidas e internalizadas.

Outro aspecto importante revelado foi a questão da representatividade. Os jovens LGBTQIA+ que participaram da pesquisa apontaram a falta de diversidade nas campanhas avaliadas, afirmando que as mensagens de prevenção ao HIV/Aids ainda não refletem plenamente suas realidades. Muitos sugeriram que as campanhas deveriam incluir mais personagens e narrativas que abordassem diretamente as experiências de jovens LGBTQIA+, especialmente aqueles que vivem com HIV. A representatividade de jovens trans e não binários também foi identificada como uma lacuna nas campanhas de saúde pública.

Implicações para Políticas Públicas

A partir dos dados coletados, fica claro que as campanhas de comunicação em saúde pública precisam se adaptar para atender às demandas de uma geração altamente conectada e diversificada. O uso de influenciadores digitais, a produção de conteúdo interativo e a inclusão de narrativas mais inclusivas são caminhos que podem aumentar significativamente o impacto das campanhas de prevenção ao HIV/Aids entre os jovens. Além disso, a integração da educomunicação como metodologia em campanhas de saúde pode permitir uma maior participação dos jovens no processo de criação, garantindo que as mensagens sejam mais relevantes e eficazes.

Esse estudo oferece contribuições importantes para a formulação de novas políticas públicas no campo da comunicação em saúde. Ao dar voz aos jovens e permitir que eles participem ativamente da avaliação e co-criação de campanhas, é possível construir estratégias de comunicação mais inclusivas, interativas e eficazes. A educomunicação, aliada à alfabetização midiática, surge como uma ferramenta essencial para promover a saúde de forma dialógica, onde os jovens não são apenas receptores de mensagens, mas também co-criadores de conteúdo.

Conclusão

O presente estudo destaca a importância da educomunicação e da alfabetização midiática na promoção da saúde pública, especialmente no contexto da prevenção ao HIV/Aids entre jovens. As campanhas tradicionais, embora reconhecidas por sua relevância, precisam evoluir para se tornarem mais interativas e inclusivas, dialogando diretamente com as realidades digitais e sociais da juventude contemporânea. A participação ativa dos jovens no desenvolvimento dessas campanhas é fundamental para garantir que as mensagens de prevenção sejam eficazes, acessíveis e representem a diversidade de experiências vividas pelos jovens brasileiros.

Referências Bibliográficas

- Brasil. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2019. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2019.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Paz e Terra.
- Kaplún, M. (1998). *Una pedagogía de la comunicación*. 3ª ed. Madrid: Ediciones de la Torre.

Oliveira, I. C. (2017). Alfabetização midiática informacional: um estudo sobre a promoção da saúde. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

Renaud, M. (2010). "La communication en santé publique: enjeux et défis". In: Revista de Saúde Pública, v. 44, p. 20-29.

Wolton, D. (2010). Elogio ao grande público: uma teoria crítica da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DiverSUS - uma experiência de participação juvenil¹

Tatiany Volker Boldrini²

Aline Guio Cavaca³

Luciana Sepúlveda Koptcke⁴

A participação social é um eixo estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS) e base constitutiva da democracia. Localizada histórica e socialmente, ela se apresenta como uma categoria analítica que envolve as relações estabelecidas pelos indivíduos e coletividades na tomada de decisões e socialização do poder, para intervenção na realidade em que vivem e no exercício democrático do direito à saúde. Embora legalmente instituída e presente em documentos e diretrizes que orientam a organização do SUS, a participação da população, em especial de segmentos sociais como as juventudes, ainda necessita ser efetivamente implementada e fortalecida (Escorel, Moreira, 2008).

Estudos apontam a existência de barreiras e entraves, sejam de ordens materiais, institucionais e/ou simbólicas, que limitam o envolvimento dos/das jovens nas políticas públicas de saúde. Ainda permanece, embora não unicamente, a reprodução de lógicas adultizadas que orientam o exercício da cidadania e a promoção de processos participativos junto às juventudes, bem como prevalece uma visão dos jovens como objetos de tutela ou apenas beneficiários das ações do Estado (Abramo, 1994, 2014; Pais, 2005).

Os modos de se relacionar e se comunicar na saúde somam-se a esse cenário, podendo facilitar ou dificultar a participação dos segmentos juvenis. É importante reconhecer a centralidade da comunicação na constituição de processos participativos que envolvam os jovens, além de necessário que sejam desenvolvidas

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 8 Saúde e Educomunicação do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestre em Políticas Públicas de Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa vinculada ao Programa de Políticas Públicas da Fiocruz. Brasília-DF. tatianyvolker@gmail.com

³ Pós-doutora em em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo (2018). Pesquisa vinculada ao Programa de Políticas Públicas da Fiocruz. Brasília-DF. aline.cavaca@fiocruz.br

⁴ Doutora em Museologia pelo Muséum National Dhistoire Naturelle de Paris (1998). Pesquisa vinculada ao Programa de Políticas Públicas da Fiocruz. Brasília-DF. luciana.koptcke@fiocruz.br

estratégias que buscam desenvolver espaços, processos e práticas para ampliação e potencialização das vozes da população (Araújo e Cardoso, 2014). Uma abordagem que tem sido apresentada como promissora nas ações com as juventudes nessa perspectiva é a da educomunicação (Soares, 2014).

Assim, o objetivo dessa pesquisa foi compreender em que medida a proposta educ comunicativa contribui para o diálogo nas ações de saúde e para a ampliação da participação dos jovens nas políticas públicas de saúde. Para isso, utilizou o Estudo de Caso como metodologia a partir de uma abordagem qualitativa e analítica (Yin, 2014).

Esse estudo analisou o Projeto DiverSUS - Educomunicação, Juventudes e Saúde, uma experiência de diálogo com as juventudes e de participação social de abrangência nacional, realizada pelo Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas (Unfpa/ONU), entre os anos de 2017 e 2018. Em conjunto com coletivos juvenis do/no Brasil foram desenvolvidos conteúdos em comunicação a partir da produção de narrativas juvenis em diferentes mídias (fotos, vídeos, textos, ilustrações) sobre a intersecção entre as suas identidades, condições sociais, sexualidades e afetos, numa perspectiva de fortalecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dessa população.

Diante de um cenário de desmonte do Estado Brasileiro, após golpe parlamentar em maio de 2016 (Bravo e Pelaez, 2020), observou-se um contexto político desfavorável à execução do projeto. Entretanto, constatou-se, a partir das falas dos entrevistados e da percepção da própria pesquisadora enquanto executora do DiverSUS, uma tendência no projeto voltada para a gestão democrática e construção coletiva em torno de processos educ comunicativos.

Para alguns jovens do projeto (entrevistas 1, 3, 7 e 9), a educomunicação empreendida pelo DiverSUS possibilitou diversos modos de comunicar, por meio da produção de múltiplas linguagens para dialogar com a diversidade das juventudes. Também foi observado a produção de conteúdos que consideraram as diversas juventudes e possibilitaram um ambiente de liberdade para que os jovens expressassem suas opiniões e pudessem ser ouvidos.

Outro aspecto relatado pelos jovens foi a oportunidade de viver a troca de experiências entre pares, a partir da vivência de diferentes realidades (entrevistas 1,

2, 4 e 5) e a garantia de um modo coletivo e colaborativo de produzir os materiais propostos pelo projeto, colocando a juventude no centro do processo comunicativo (entrevistas 1, 5 e 9) e proporcionando uma mudança no lugar de fala (entrevista 10).

A educomunicação foi uma estratégia de participação e inclusão social do projeto (entrevistas 2, 6 e 10), superando a visão adultizada, “pro-forma”, tradicionalmente empregada nas políticas públicas sobre participação das juventudes, como já criticado por Pais (1990, 2005) e Abramo (1994), além de possibilitar a ampliação de espaços para a troca e tomada de decisão (entrevista 10 e 11). Percebe-se, assim, uma tendência para a construção de uma gestão democrática dos processos educacionais no DiverSUS, privilegiando, conforme aponta em suas análises Soares (2014) e Romão (2016) a promoção de relações de diálogo, construção coletiva e participação entre os integrantes do projeto.

Outro aspecto relatado pelos jovens foi a oportunidade de viver a troca de experiências entre pares, a partir da vivência de diferentes realidades (entrevistas 1, 2, 4 e 5) e a garantia de um modo coletivo e colaborativo de produzir os materiais propostos pelo projeto, colocando a juventude no centro do processo comunicativo (entrevistas 1, 5 e 9) e proporcionando uma mudança no lugar de fala (entrevista 10).

O sentido de participação percebido no DiverSUS segue em consonância com o proposto pelo Estatuto da Juventude, em especial, quando prevê a inclusão do jovem em todo o ciclo da política - formulação, implementação e avaliação - como sujeito ativo, livre, responsável e digno de ocupar centralidade nos processos e práticas educacionais, com direito a voz e tomada de decisão (Brasil, 2013).

Alguns desafios foram apontados durante as entrevistas, como o peso da burocracia na relação com os jovens, que proporcionou em alguns momentos a perda de autonomia de se expressar e produzir (entrevista 3), a limitação da experimentação dos jovens (entrevista 3), pressão para a prestação de contas (entrevista 2); equipe reduzida para acolher as especificidades dos jovens e a construção de um planejamento estruturado para o projeto (entrevista 4). A não continuidade do DiverSUS, também foi considerada uma grande perda para todos os entrevistados.

Os entrevistados ainda apontaram ações de melhoramento para uma possível reedição do projeto ou sua replicação em outros níveis de gestão da saúde no SUS, como investir na disseminação dos materiais produzidos por meio de diversas

estratégias (entrevista 8); dispor os materiais com mais acessibilidade de modo a fazer com que as mensagens e discursos produzidos nos materiais cheguem ao maior número de jovens possíveis (entrevista 10); avaliar junto às audiências juvenis os materiais produzidos (entrevista 8); além da organização de chamadas públicas para trazer mais transparência ao processo de seleção da participação dos jovens no projeto (entrevista 10).

Diante do exposto, percebe-se que proposta educ comunicativa era percebida e vivenciada pelos participantes do DiverSUS como um processo de estímulo à criatividade, liberdade de expressão e produção de múltiplas linguagens para comunicar com a diversidade das juventudes, bem como um compromisso com o direito à comunicação em saúde no SUS. Foram identificadas, ainda, práticas dialogadas e relações horizontalizadas entre jovens e gestores do projeto que facilitaram a produção de materiais e narrativas juvenis a partir do olhar e percepção dos próprios jovens produtores/educ comunicadores e jovens entrevistados.

Vale reforçar que o DiverSUS surge como uma demanda institucional da gestão da saúde de adolescentes e jovens e como uma iniciativa de diálogo com as juventudes realizada pelo MS em parceria com o Unfpa, para a produção de materiais comunicativos sobre sexualidades, afetos, direitos sexuais e direitos reprodutivos. A opção pela educ comunicação partiu de alguns membros da equipe da CGSAJ e seguiu na contramão de uma conjuntura política que enfraquecia estratégias e políticas de participação, sendo desenvolvida, assim, nas brechas da gestão federal da saúde.

Nesse íterim, ações que fortaleçam o protagonismo juvenil na saúde devem ser fomentadas pelo Poder Público nas mais diversas iniciativas institucionais, tais como projetos políticos pedagógicos de cursos de formação voltados para os jovens, pesquisas científicas participativas, editais de cultura e pesquisa, entre outros, entendendo que a educ comunicação se constrói, frequentemente e nos seus mais variados cenários, nessas “brechas” da gestão, em propostas contra hegemônicas oriundas da própria sociedade.

Referências

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J.M. **Comunicação e Saúde**. 20^a ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União. 6 ago 2013; Seção 1.

BRAVO, M.I.S; PELAEZ, E.J; MENEZES, J. S.B. **A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências**. Ser Social, v.22,n.46, p. 191-209. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630/25147.

Acesso em 12 jan 2023.

ESCOREL, S; MOREIRA, M.R. Participação Social. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO. A. I. organizadores. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 979-1010.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, 25 (105-106): 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. Jovens e cidadania. **Sociologia, Problemas e Prática**, 49: 53-70, 2005. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/jovensecidadania.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ROMÃO, L.C.R. **Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens, no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-08052017-110529/pt-br.php>.

Acesso em: 02/02/2023.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

Projeto juventude e promoção da saúde: educomunicação promovendo saúde na favela¹

Nicole Fajardo M. Leão de Souza²

Este artigo tem como objetivo apresentar a experiência do projeto “Juventude e Promoção da Saúde”, realizado pelo Canal Saúde da Fiocruz, em parceria com a agência de comunicação comunitária Fala Manguinhos!. As ações iniciaram-se em abril e seguem até dezembro de 2024, e estão sendo realizadas com recursos provenientes do Edital Inova Fio-PromoS, no qual o projeto foi aprovado.

Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desempenha um papel central no desenvolvimento de propostas voltadas para a Promoção da Saúde, no intuito de que setor saúde, comunidades e indivíduos estejam informados e comprometidos com a defesa de políticas públicas que promovam equidade e justiça social. Desde a sua criação, em 1994, o Canal Saúde da Fiocruz realiza projetos e produtos audiovisuais nas áreas de educação e comunicação em saúde, visando a divulgação do conceito ampliado da saúde, o empoderamento de comunidades e, em maior instância, a Promoção da Saúde, que é o processo que capacita indivíduos e comunidades a exercerem maior controle sobre sua saúde e melhorarem sua qualidade de vida, incluindo a criação de condições socioeconômicas e ambientais que favoreçam a saúde (OMS, 1986).

O Complexo de favelas de Manguinhos é um bairro do Rio de Janeiro (RJ), com 12 comunidades e 36 mil habitantes, que se caracteriza por ter o quinto pior IDH

¹ Trabalho apresentado no eixo 08 - Saúde e Educomunicação do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação no PPGCOM/ECA da USP, no qual desenvolve pesquisa sobre Educomunicação e Saúde, com orientação do Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares. Jornalista e mestra em Informação e Comunicação em Saúde pelo PPGICS do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fiocruz. Mora no Rio de Janeiro (RJ) e é tecnóloga em saúde pública da Fiocruz, atuando no setor de mobilização do Canal Saúde. nicole.leao@usp.br.

do município e um alto índice de violência (LIMA, 2010). Apesar de existir desde 2013, o jornal Fala Manguinhos! não é publicado desde 2017.

Além de promover produção de conhecimento nas áreas da educomunicação e Promoção da Saúde, o projeto “Juventude e Promoção da Saúde” foi a oportunidade para apoiar financeiramente a reestruturação de uma equipe de comunicadores para o Fala Manguinhos!, a criação de um site inédito e o retorno do jornal comunitário.

Objetivos

O objetivo principal do projeto “Juventude e Promoção da Saúde” é desenvolver, experimentar e avaliar uma metodologia participativa inovadora de comunicação comunitária para promoção da saúde, a partir de práticas educacionais, junto a populações de favelas.

Metodologia

A comunicação comunitária é aquela feita das comunidades para as comunidades, envolvendo grupos excluídos dos processos de mediação dos meios de comunicação hegemônicos. É um meio de expressão libertador que as comunidades possuem como um direito fundamental para promover a inclusão social (PERUZZO, 2006).

Já a educomunicação constitui-se como um campo de conhecimento já dotado de coerência epistemológica, cujos processos de investigação científica são pautados na práxis. A recorrente aplicação dos preceitos educacionais às práticas sociais faz com que a educomunicação se aproxime, cada vez mais, do conceito de tecnologia social de mobilização (SOARES *et al.*, 2019). Acreditamos que a educomunicação tem muito a contribuir com a Promoção da Saúde, principalmente na construção de pontes de diálogo entre o conhecimento acadêmico e a sociedade e ao acesso democrático e colaborativo dos cidadãos às informações de saúde por meio de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos.

Com base nesses dois percursos teórico-práticos, o projeto se constitui como uma pesquisa-ação, abordagem metodológica que combina pesquisa e ação prática para resolver problemas ou melhorar uma situação específica (THIOLLENT, 1997).

Trata-se de um método participativo, que valoriza a colaboração entre pesquisadores e participantes envolvidos, e visa não apenas gerar conhecimento, mas também promover a melhoria das situações em foco.

Desenvolvimento

O projeto teve início em fevereiro de 2024, com as etapas de revisão bibliográfica e coleta de dados. No mês de abril, foi realizada virtualmente a seleção de 15 jovens, entre 15 e 29 anos, moradores de Manguinhos. Inicialmente, foi realizado um encontro presencial entre a equipe do Canal Saúde e os selecionados, em local cedido pela Rede CCAP, onde foram explicados os conceitos de comunicação comunitária, de educomunicação e o conceito ampliado de saúde, assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e preenchidos formulários com dados socioeconômicos.

Este primeiro encontro foi realizado como um círculo de conversa (FREIRE, 1970), no qual os próprios jovens escolheram os temas para as oficinas de formação, a partir de interesses pessoais e do cotidiano da favela. Foram quatro meses de oficinas, de maio a agosto de 2024, com 14 encontros de quatro horas de duração cada. Quase todas as formações - sobre temas como saúde mental, violência e saúde, saneamento básico, redes sociais, fotografia, produção de texto, entre outras -, foram realizadas por facilitadores de Manguinhos, e todas se pautaram nos preceitos da educomunicação, priorizando a comunicação dialógica, a participação ativa e o desenvolvimento de competências críticas no contexto não escolar.

No início de setembro de 2024, foi realizado um segundo círculo de conversa, para planejamento da etapa seguinte, de produção de conteúdo. No momento de submissão deste artigo, o projeto encontra-se nesta etapa, ou seja, os jovens, agora comunicadores comunitários, organizaram-se em equipes e funções de comunicação – repórteres, produtores, designers, social media, fotógrafos e *videomakers* – e deram início à produção de conteúdo para as três edições mensais do jornal impresso do Fala Manguinhos!, que serão distribuídas na comunidade de outubro a dezembro.

Nesta etapa, também foram os próprios jovens que escolheram quais temas gostariam de abordar. As nove pautas escolhidas foram: a volta do Fala Manguinhos!; promessas do esporte de Manguinhos; a quantidade de animais abandonados em

Manguinhos; o problema da coleta de lixo na comunidade; envelhecer na favela; novo projeto de incentivo à reciclagem; consequências das operações policiais em Manguinhos; projetos sociais que incentivam a cultura; e economia criativa em Manguinhos. Os registros em imagens são feitos pelos fotógrafos e *videomakers* que acompanham as equipes de reportagem. Todos os conteúdos estão sendo adaptados e postados também nas redes sociais do Fala Manguinhos! e serão realizadas duas *lives* no Youtube, entrevistando especialistas da própria comunidade e esclarecendo dúvidas de moradores, dando origem, ainda, a dois episódios de *podcast*, editados pelos jovens.

Como metas individuais, cada membro da equipe deve postar, por semana, dois conteúdos relevantes sobre saúde em suas redes sociais pessoais, de modo a mobilizar e sensibilizar sua própria rede.

Em todas essas ações, os jovens contam com o acompanhamento e a assessoria técnica dos profissionais de comunicação do Canal Saúde, por meio de grupos criados no *Whatsapp* e de reuniões semanais on-line.

Resultados e Discussão

Um dos diferenciais das oficinas foi a opção por convidar facilitadores que fossem “crias” de Manguinhos, e em sua maioria pretos ou pardos, o que contribuiu de maneira significativa para que os encontros formativos acontecessem de maneira mais dialogada e horizontal, e menos expositiva ou hierárquica, resultando em jovens mais à vontade para expor grupalmente suas opiniões e experiências.

Como as práticas aqui relatadas ainda estão em realização, não temos como apontar, ainda, seus resultados finais. Porém, resultados preliminares já mostram-se promissores: a reestruturação do Fala Manguinhos! e uma equipe de 15 jovens moradores de Manguinhos mobilizada e capacitada com sucesso, apta para realizar, disseminar e fomentar ações comunicativas de promoção da saúde. Trata-se de uma formação que desenvolveu não apenas a capacidade técnica desses jovens como comunicadores, mas principalmente a capacidade crítica e reflexiva deles – o que ficou evidente pela qualidade e criticidade inculcadas nos assuntos que eles próprios escolheram como pautas. Ademais, o site do jornal comunitário estará no ar antes do final de setembro.

Acreditamos que esses indicativos apontam, mesmo que preliminarmente, para o fato de que as práticas e processos da educomunicação podem constituir metodologias inovadoras eficientes para promover saúde em um território de favela – o que só poderá ser atestado, de fato, após a análise final dos dados da pesquisa. É importante ressaltar que esta etapa será precedida por um seminário, dedicado à análise colaborativa da metodologia, com participação dos jovens e de representantes da comunidade e deliberações coletivas, e que apontará se (e como) os resultados foram percebidos pela equipe e pelos moradores de Manguinhos e se as intervenções trouxeram, de fato, alguma melhoria para a comunidade.

Conclusão

Considerando que a Promoção da Saúde pode ser compreendida também como um processo educativo, apostamos nas estratégias de educomunicação e em ações territorializadas e participativas para fortalecê-la.

Fazer comunicação comunitária a partir da educomunicação, com o objetivo de promover saúde, significa superar a marca do “falar sobre saúde para...”, visando um efetivo debate sobre o tema, descentralizado, no qual todos são emissores e receptores. No âmbito deste projeto, jovens moradores de Manguinhos tornaram-se ativos comunicadores em saúde, construindo discursos próprios, contextualizados a partir da sua realidade. Dessa forma, acreditamos que as informações veiculadas comunitariamente pelo jornal, site e redes sociais do Fala Manguinhos! têm um grande potencial de aderência junto aos moradores da comunidade.

Apesar deste relato ainda estar inacabado, acreditamos que compartilhar essa experiência em realização com outros educadores pode contribuir para fomentar o incipiente, porém promissor, campo da educomunicação e saúde, a partir do necessário intercâmbio de experiências populares em ecossistemas comunicativos plurais e democráticos e da atuação em defesa de políticas públicas e recursos para efetivar a Promoção da Saúde no SUS.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Carla Moura. (org.). **Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Carta de Ottawa**. Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção Da Saúde. Gênova: OMS, 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf.

PERUZZO, Cicilia M Krohling. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Brasília: UnB, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira *et al.* **Educom.Saúde.SP: um projeto de mobilização do poder público e da população paulista para ações integradas na vigilância e controle do mosquito *Aedes aegypti***. Boletim Epidemiológico Paulista, São Paulo, v. 16, n. 184, p. 13-22, 2019.

.THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

EDUCOMUNICAÇÃO

SOCIOAMBIENTAL

Educomunicação socioambiental: mediação em uma escola federal de educação básica

Valquíria Carnaúba¹

No contexto da Educomunicação, o desenvolvimento da cidadania é um desafio constante na prática pedagógica em escolas de educação básica. Legalmente, o estímulo à leitura crítica do mundo, nas instituições de ensino brasileiras, é pautado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No município de São Paulo, ainda, conta-se com a Lei Educom. Contudo, as normas apenas formalizam um movimento mais amplo e antigo, cujas ideias centrais se assentam no pensamento progressista de Paulo Freire.

Freire defendeu¹ que é possível construir uma relação direta entre educação e cidadania a partir da experiência pedagógica aberta à participação social, tecendo assim o conceito de educação dialógica (1971). Já o argentino Mario Kaplún, posteriormente, cravou o conceito e o papel do Educomunicador, ao aplicar as ideias freirianas a produções radialísticas experimentais com estudantes do ensino básico (1998). Ambos teóricos representam uma reação que ocorre na América Latina, desde meados da década de 1970, à crescente influência dos meios de comunicação, contestando a invasão cultural dos produtos do Hemisfério Norte (SOARES, 2014: 19).

Nesse contexto, surgem os projetos de educação para a comunicação e de leitura crítica dos meios, culminando anos depois na criação e identificação da interface entre os campos da Educação e da Comunicação - que o Núcleo de

¹ Especialista em Comunicação Organizacional pela Universidade Estácio de Sá e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário FIEO (UNIFIEO). É jornalista na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde coordena a revista impressa de divulgação científica Entreteses. Integra a ABPEducom e foi aluna especial da disciplina do PPGCOM-ECA/USP em 2024: Educomunicação: Fundamentos, Metodologia e Áreas de Intervenção. Email: valquíria.carnauba@unifesp.br

Educação e Comunicação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) viria a sistematizar como Educomunicação (SOARES, 1999: 24).

Como a criação de um campo demanda novos estudos, surgem questionamentos sobre os caminhos possíveis para a implantação de iniciativas que viabilizem a educação midiática, com a finalidade de “aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação” (GRIZZLE et al, 2016). Embora a preocupação com a influência da mídia na formação dos jovens seja uma preocupação que remonta há décadas, as reflexões levantadas são cada vez mais pertinentes, já que a presença das mídias, ainda que em plataformas alternativas, ainda é gigante na vida dos jovens, evidenciando a necessidade de estarem preparados para absorver criticamente os conteúdos aos quais são expostos.

Considerando esse contexto e os impactos concretos na vida desses jovens, o presente trabalho analisa como a linguagem sensacionalista da imprensa pôde ser interceptada por profissionais de educação do Núcleo de Educação Infantil Paulistinha, escola de educação básica vinculada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entre crianças participantes do projeto de extensão Rádio Paulistinha, em vigência desde 2022.

Durante a gravação de um *podcast*, 15 crianças sugeriram abordar as enchentes que acometeram o Rio Grande do Sul, em maio de 2024. Porém, ao longo da produção, a maioria reproduziu discursos e descreveu imagens da tragédia, levando à constatação de que tiveram contato com os fatos por meio da televisão. Contudo, nenhuma delas associou o evento às mudanças climáticas, mas a fatos diversos, como experiências pessoais (medo de tempestades) e cotidianas (visão de bueiros entupidos de lixo), confirmando que sua percepção do assunto se deu no campo emocional, sendo necessária a mediação escolar para interpretação crítica dos fatos.

A escola decidiu então realizar uma nova dinâmica com os estudantes do período complementar da manhã, na semana seguinte, pautada na leitura de cartas disparadoras de reflexões inspiradas no mapa da empatia e na técnica do júri simulado. Durante a atividade, as crianças foram separadas em quatro grupos representando a imprensa, governo, sociedade e indústrias, a fim de debaterem entre

si os interesses de cada uma dessas instâncias no contexto das mudanças climáticas. Ao final, gravaram o programa e expuseram suas visões sobre o agir ético dessas instâncias.

A experiência relatada, ocorrida no NEI-Paulistinha, suscita alguns apontamentos importantes. O primeiro deles é a pertinência da inserção de tópicos sobre linguagem da imprensa, no currículo formal das escolas brasileiras, logo nos primeiros anos do ensino fundamental. A BNCC apresenta conceitos de educação midiática apenas a partir do 6º ano, por meio de habilidades diluídas entre os anos escolares e as disciplinas até o fim do ensino médio. Contudo, a dinâmica na escola federal de educação básica da Unifesp revelou que o contato das crianças com a televisão é precoce, já que faz parte do cotidiano de muitas delas - principalmente após a pandemia. Há vários estudos que evidenciam esse ponto, muitas vezes associado à carga de trabalho das famílias.

O fato de os estudantes não associarem a tragédia no Rio Grande do Sul às mudanças climáticas poderia ser considerada um evento isolado, mas o levantamento da *The Climate Crisis is a Child Rights Crisis* (2023) revela que não. De acordo com essa pesquisa da Unicef, a maioria das crianças e dos adolescentes oriundos dos países analisados já ouviu falar de mudanças climáticas, mas apenas metade compreende o que são. O documento evidencia que os sistemas educacionais devem fornecer ferramentas para que esses jovens possam contextualizar corretamente os desastres e se prepararem para responder a cada um deles (Ibdem: 24).

Identificar o *modus operandi* da mídia (imprensa) requer um aprofundamento maior do que o proporcionado pelo breve contato das crianças com conteúdos pontuais presentes nos livros didáticos, que têm mais relação - nos primeiros anos do ensino fundamental - com técnicas de redação jornalística do que com uma abordagem social dos discursos midiáticos. Compreender como é produzido um texto não é o suficiente para se proteger do espetáculo proporcionado pela televisão, “que estabelece a impossibilidade de agir e o sentimento de irreabilidade resultante” (LEVY, 1999: 224).

Importante destacar, porém, que estimular esse olhar entre crianças não deveria inseri-las em um lugar de descolamento dos grupos a que pertencem, ao destoar em linguagem e visão de mundo dos indivíduos (adultos ou não) com os quais

interagem cotidianamente na escola e na vida social. Lembremos que os espaços de socialização das crianças são cada vez mais escassos na medida em que o território das cidades é urbanizado mais densamente. Hoje, mais do que nunca, professores, colegas, amigos, e familiares representam os primeiros modelos de sociedade de suas vidas e os principais espaços de socialização disponíveis a elas.

É por meio das intervenções educacionais, afinal, que a assimilação dos conteúdos midiáticos pode acontecer, pelas crianças, de modo a favorecer o avanço de seu aprendizado, processo a que Vygotsky denomina zona de desenvolvimento proximal. Contudo, sob influência dos estudos de Piaget sobre o instinto social infantil, o educador russo pontua que “quando o desejo de trabalhar com outras pessoas se manifesta aos 7 ou 8 anos, o discurso egocêntrico diminui”, o que pode indicar que, a partir desta faixa etária, torna-se oportuno pensar em projetos e atividades de educação midiática.

O outro ponto que precisa ser considerado nessa discussão é o papel da educação midiática para a ampliação de consciência socioambiental de crianças, no espaço escolar, implicando no entendimento das causas e consequências das mudanças climáticas. Há anos atrás, as discussões sobre meio ambiente inseriram-se no contexto da ecologia e costumavam figurar, nos livros didáticos de disciplinas específicas, como Ciências, Química, Biologia, Geografia e/ou Ciências Naturais e da Terra. Segundo Gomes, Selles e Lopes (2013), a abordagem integrada da ecologia voltada para questões sociais resumia-se a poucos livros didáticos.

É urgente que projetos com esse enfoque cavem mais espaços no ambiente escolar, devido ao potencial de elevar a educação cidadã para outro patamar: o da cidadania planetária (BOFF, 2019). A crise climática exige das escolas a abordagem de novos conceitos, como este e o da ecopedagogia, aplicados à leitura crítica dos meios - que tendem a cada vez mais cobrir tragédias relacionadas às mudanças climáticas. É preciso que, desde cedo, os jovens compreendam como as esferas sociais podem agir nesse problema. Ainda é na escola, e o é mais do que nunca, onde ocorre um específico processo comunicacional, mediado por professores, entre os alunos e os saberes significativos sobre a vida, sua história e suas necessidades de melhorias no mundo em que vivem (FUSARI, 1994: 44). É agora, pois, o momento de crianças e jovens serem reconhecidos e ouvidos como agentes de mudança. (Unicef, Ibidem, 2023: 6).

Referências

DANTAS, José Guibson. **Teoria das mediações culturais: uma proposta de Jesus Martín-Barbero para o estudo de recepção**. Diálogos Possíveis, v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/286>>.

Acesso em: 10 mai. 2024.

FANTIN, M. (2020). **O lugar da formação e mediação nas literacias e competências midiáticas de crianças e jovens estudantes**. Revista Tempos e Espaços em Educação, 13(32). Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/14226>>. Acesso em: 25 mai. 2024

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Televisão e vídeo na formação de professores de crianças**. Programa e Resumos, 1993. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/867>>. Acesso em: 2 abr. 2024.

GOMES, Maria Margarida; SELLES, Sandra Escovedo; LOPES, Alice Casimiro. Currículo de Ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 02, p. 477-492, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/Tw6H4zT8GKxwmQzrLy4WTzJ/>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GRIZZLE, Alton, et al. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. 2016. Disponível em: <<https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. 1999. Disponível em: <<https://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & educação, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. Vol. 47. Summus Editorial, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Criterio y bases sociales del gusto**. La distinción, 1998.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é Comunicação**. Editora Brasiliense, 1982.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância-2**. Penso Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido**. 1971.

JORGE, Thays de Mendonça. **O Manual do Foca**. Rio de Janeiro, Contexto, 2008.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Ediciones de la Torre, 1998.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Ubu Editora, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo, Moderna, 1988.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. 1995.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio**. Editora Paulinas, 2012.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch, et al. **Pensamiento y lenguaje: Teoría del desarrollo cultural de las funciones psíquicas**. (No Title), 1995.

ALVES, Beatriz Truffi; VIANA, Claudemir Edson. **Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras**. Imaginamundos: interfaces entre educação ambiental e imagens. Macaé: Editora NUPEM, p. 108-136, 2020.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, **Part I: on the nature and origins of our ecological crisis**. The Journal of peasant studies 44.3 (2017): 594-630.

BOFF, Leonardo. **Para além das nações, construir a Terra**. Artigos, 27 nov. 2019. Disponível em:

<<https://leonardoboff.org/2019/11/27/para-alem-das-nacoes-construir-a-terra/>>.

Acesso em 4 mai. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_em_baixa_site.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CARDOSO, Thais. USP Analisa #120: **Educação midiática pode ser chave para combate à desinformação**. Jornal da USP, 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/podcast/usp-analisa-120-educacao-midiatica-pode-ser-chave-para-combate-a-desinformacao/>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Estudo Globo: Passos e Descompassos da Primeira Infância. Globo Gente, 30 nov 2021. Disponível em:

<<https://gente.globo.com/estudo-gloob-passos-e-descompassos-da-primeira-infancia/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

REES, Nicholas. **The Climate Crisis Is a Child Rights Crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index**. UNICEF, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Elisa Meirelles. **Apenas metade dos jovens sabe definir o que são mudanças climáticas**. 17 dez 2023. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/apenas-metade-dos-jovens-sabe-definir-o-que-sao-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

UNESCO. **“Declaração de Grunwald”**. Unesco: Grunwald (Alemanha), 1982.

A Educomunicação no enfrentamento ao negacionismo climático: prioridades e estratégias¹

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira²

Liana Vidigal Rocha³

Introdução

O uso das tecnologias digitais facilitou a vida do ser humano, contudo, trouxe desafios como teorias e informações falsas, que se tornaram recorrentes no ciberespaço. É importante destacar que a disseminação desse tipo de conteúdo é mais veloz que a verificação da veracidade das informações, por isso, o desenvolvimento do senso crítico se faz urgente e necessário. A partir dessa premissa, destacamos a educomunicação como o campo que pode ajudar a combater o negacionismo climático, uma vez que gera consequências graves para a sociedade.

A ideia para este trabalho surgiu a partir da participação das autoras em um projeto de pesquisa que estuda questões socioambientais da região da Amazônia Legal. O contato com estudos sobre o assunto levou à produção de boletins técnicos informativos e artigos científicos, prática que consideramos como umas das ações relevantes para o fomento da educomunicação. Dentre os materiais analisados estava o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que foi publicado no ano de 2022. Dessa forma, após a leitura do relatório e reflexão acerca das temáticas, surgiu o desejo de propor ações educacionais que possam auxiliar no combate ao negacionismo climático e, como consequência, contribuir para a mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas.

¹ Trabalho apresentado no eixo Educação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista Capes e integrante do projeto Governança Pan-amazônica: mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: tina.vieirademelo@gmail.com.

³ Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora do projeto Governança Pan-amazônica: mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. E-mail: lianavidigal@mail.uft.edu.br.

Cabe destacar que as ações propostas aqui neste resumo ainda não foram colocadas em prática e são apenas ações propositivas-reflexivas, que precisam ser discutidas pelo grupo do projeto. A intenção é que, em uma segunda fase da pesquisa essa proposta possa realmente ser efetivada, uma vez que se faz necessária a presença de profissionais e pesquisadores (as) de outras áreas para a sua aplicação e validação. Outrossim, podemos classificar esta investigação como uma pesquisa aplicada, pois temos como objetivo buscar soluções para os problemas de caráter regional.

O objetivo deste trabalho, então, é propor ações que possam atuar no enfrentamento ao negacionismo climático tão evidente nos últimos anos e que é difundido principalmente com o auxílio das tecnologias digitais. Espera-se que as propostas apresentadas aqui possam reforçar as pesquisas na área da educomunicação, apontando ações para implementação e combate ao negacionismo climático.

O que é negacionismo climático?

O negacionismo climático caracteriza-se pela rejeição veemente de evidências científicas que indiquem que o aquecimento global é uma realidade e que ocorre, principalmente, em decorrência da ação humana e da queima de combustíveis fósseis.

De acordo com o Observatório do Clima, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) apresentou no relatório de 2022 dados alarmantes sobre a emergência climática que vive o mundo.

O nível do mar subiu 20 cm entre 1901 e 2018. A taxa de elevação saltou de 1,35 mm por ano entre 1901 e 1990 para 3,7 mm por ano entre 2006 e 2018. Desde 1900, o nível do mar subiu mais rápido do que em qualquer outro período nos últimos 3.000 anos. As concentrações de CO₂ (gás carbônico), CH₄ (metano) e N₂O (óxido nitroso), os três principais gases de efeito estufa em mistura na atmosfera¹, são as maiores em 800 mil anos, e as concentrações atuais de CO₂ não são vistas desde 2 milhões de anos atrás pelo menos (Observatório do Clima, Online)

Ainda de acordo com o relatório, os impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar e hídrica, ressaltando que eventos climáticos extremos, como aumento de temperatura e acidificação dos oceanos, estão reduzindo a produção de alimentos e dificultando o acesso à água em diversas regiões. Esses impactos têm agravado a desnutrição, especialmente entre grupos vulneráveis como povos indígenas, pequenos produtores e famílias de baixa renda. Além disso, metade da população mundial já enfrenta escassez de água significativa em pelo menos parte do ano.

Dito isso, é relevante entender que a agenda negacionista está amplamente ligada a questões políticas e ideológicas, uma vez que atendem a demandas de determinados grupos, com objetivos de mitigar os efeitos do aquecimento global em detrimento de grupos empresariais, ligados ao agro e à política.

Em consonância, é necessário pensar o negacionismo científico como sendo substrato para o negacionismo climático, “uma vez que, dessa forma, fatos objetivos tornam-se menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e crença pessoal” (Miguel, 2022, p.295,296). É latente a necessidade de desacreditar a ciência para reafirmar “verdades imaginárias” que atendam a interesses restritos.

Miguel (2022) ressalta que o negacionismo climático precisa ser entendido como um “dispositivo”, uma espécie de arquitetura de poder e de saber, uma rede complexa, formada por diferentes linhas de enunciação, força e subjetivação. Dessa forma, é necessário perceber e entender o negacionismo climático não apenas como uma postura ou uma narrativa anti discurso ambiental, mas como um conjunto de ideias que servem a interesses específicos.

Sobre Educomunicação

A educomunicação pode ser entendida como uma ponte entre a educação e a comunicação; como um campo inter e multidisciplinar que une os princípios da educação e da comunicação com intuito de promover aprendizagem e participação social por meio de processos comunicativos que oferecem ferramentas e técnicas da comunicação para educar e que, ao mesmo tempo, educa para comunicar.

Dessa forma, esse campo promove de forma simultânea a interatividade, o pensamento crítico, a diversidade de perspectivas e experiências e a relevância de perceber a relação entre os conteúdos educativos e as vivências dos sujeitos, o que torna a aprendizagem mais significativa, impulsionando também o engajamento em questões importantes no contexto social.

Os processos educacionais promovem espaços dialógicos horizontais e desconstrutores das relações de poder e garantem acesso à produção da comunicação autêntica e de qualidade nos âmbitos local e global. Sendo assim, a educação contempla necessariamente a perspectiva crítica em relação à comunicação de massa, seus processos e mediações (Soares, 2011, p. 38).

Nesse sentido, podemos afirmar que a educação estimula o desenvolvimento das habilidades de comunicação dos agentes, fortalecendo sua capacidade de se expressar de maneira assertiva e objetiva. Além disso, apresenta a possibilidade de desenvolver trabalhos em equipe e/ou colaborativo, incentivando o processo que Lévy (1998) nomeou de inteligência coletiva. “Para Lévy, a inteligência coletiva só se desenvolve em três dimensões de significações - a inteligência técnica, o pensamento conceitual e o polo relacional” (Bembem e Santos, 2013, p. 145).

Em relação às tecnologias digitais, a educação pode ser associada à cidadania digital e à alfabetização digital. Enquanto na primeira a preocupação refere-se ao uso crítico e responsável das ferramentas tecnológicas, na segunda percebemos a preocupação em fornecer ao cidadão o conhecimento referente à prática, à interpretação e aos significados dessas mesmas tecnologias.

Portanto, é possível oferecer ações que mitiguem o negacionismo e que promovam a alfabetização digital, desenvolvendo nos indivíduos a capacidade para utilizar as tecnologias da informação e comunicação de forma crítica, estimulando a análise de informações, identificando desinformações e construindo argumentos sólidos baseados em evidências. Do mesmo modo, pode promover e fomentar a participação em debates públicos, auxiliar na organização de movimentos sociais e demais atividades que sejam positivas para o desenvolvimento crítico.

Ações de educomunicação baseadas nos dados apresentados pelo último relatório do IPCC

Sabemos que a educomunicação é responsável por utilizar ações que promovam a construção e a apreensão do conhecimento por meio da participação dos agentes. Desta forma, podemos sublinhar algumas dessas ações, como: i) o letramento midiático; ii) a produção de conteúdo; iii) o engajamento comunitário; iv) o uso das tecnologias; v) os debates e as discussões e vi) a divulgação científica. Para este trabalho, propomos ações que podem ser utilizadas no combate ao negacionismo climático.

De forma concomitante, as ações de educomunicação podem ser pensadas para atingir de maneira mais efetiva os sujeitos em suas diversidades. Dito isso, é relevante observar os principais pontos abordados no último relatório do IPCC e, em seguida, refletir sobre ações que os contemplem.

O relatório trata da influência inequívoca do ser humano no processo de aquecimento global, sobre o agravamento dos eventos extremos, das vulnerabilidades regionais, da segurança alimentar e hídrica, da perda de biodiversidade, enfatiza a necessidade de adaptação e mitigação para redução dos efeitos das mudanças climáticas.

Para completar, fala sobre a forma como as mudanças climáticas impactam na saúde humana, prevê ainda cenários futuros, ressalta a colaboração global como ferramenta de mitigação da crise climática, reforça a valorização dos saberes locais e aborda a necessidade de justiça climática, de forma que os mais vulneráveis sejam protegidos e as responsabilidades compartilhadas entre países e comunidades, levando em consideração desigualdades históricas.

A partir dessas informações, no Quadro 1, sugerimos um conjunto de ações de caráter educacional que visem combater o negacionismo climático.

Quadro 1: Propostas de ações educomunicativas para combater o negacionismo climático

Ação	Estratégia	Aplicação
Campanha de mídia segmentada por região	O relatório destacou os impactos locais das mudanças climáticas em campanhas de comunicação específicas para várias regiões.	Região amazônica: com apoio da mídia local e redes sociais, promover campanhas sobre a poluição e o assoreamento dos rios, além da contaminação provocada pelos garimpos ilegais. Zonas Rurais: criar e distribuir materiais educativos em feiras, rádios comunitárias e escolas rurais sobre adaptação agrícola, como agricultura regenerativa e práticas de conservação de água.
Educação ambiental em comunidades e escolas	Inclusão de disciplinas sobre clima e meio ambiente nas escolas; apoiar a prática de oficinas em comunidades que se concentram em práticas sustentáveis e resiliência climática.	Criação de programas educacionais e projetos práticos que abordem os efeitos das mudanças climáticas.

Jornalismo climático	Capacitar jornalistas e veículos de comunicação para cobrir eventos climáticos extremos de maneira responsável e educativa.	Workshops de Capacitação: treinar jornalistas sobre como cobrir as mudanças climáticas e seus efeitos, enfatizando a importância de relatar as causas, efeitos e soluções. Segmentos Climáticos Regulares: Incentivar a criação de segmentos regulares em programas de notícias sobre os efeitos das mudanças climáticas e como as pessoas podem se preparar e se adaptar.
Participação em comunidades tradicionais e indígenas	Reconhecer o papel vital dessas comunidades na preservação dos ecossistemas e na adaptação às mudanças climáticas, valorizando e incorporando o conhecimento tradicional em ações educacionais.	Documentação e Divulgação: criar conteúdo que registre e divulgue os métodos convencionais de gestão de recursos naturais dessas comunidades, enfatizando seu papel na mudança climática.

Plataforma de informação e colaboração online	Criar plataformas digitais que facilitem a troca de conhecimento entre usuários e centralizem informações sobre adaptação e mitigações para as mudanças climáticas.	Site educacional: criar um site que colete artigos, vídeos e guias práticos que expliquem os conceitos-chave das mudanças climáticas e ofereçam soluções que sejam adaptadas às realidades locais. Plataforma colaborativa de fontes: criar um site que funcione como repositório para pesquisa de fontes locais e freelancer, com intuito de promover a valorização dos saberes regionais.
Eventos e palestras sobre o assunto	Convidar especialistas e pesquisadores para esclarecer as dúvidas do público.	Promover eventos, palestras, workshops e oficinas com pesquisadores e especialistas da área para falar sobre mudanças climáticas, desmatamento e poluição, por exemplo.

Fonte: Produção das autoras

Ressaltamos que essa proposta pode ser ampliada e direcionada para segmentos específicos, como a área da comunicação e tecnologia que poderia ainda investir em conteúdo para mídias sociais, criação de aplicativos e material multimídia. Além disso, a proposta pode ser adaptada também para diferentes regiões e seus respectivos biomas.

Como essas ações poderiam ser eficazes?

Ao ponderar a aplicabilidade das ações propostas no quadro acima, se faz relevante pensar de que forma tais ações seriam efetivamente inseridas no contexto da educomunicação e de que forma essas ações seriam realizadas. Para isso, seguem abaixo possíveis aplicações das ações propostas:

1. **Prosumer:** o conceito de cultura participativa, de Jenkins (2011) afirma que sujeitos podem criar e compartilhar suas próprias narrativas, e aqui destacamos as narrativas sobre mudanças climáticas como sendo algo que vai mobilizar as comunidades. As novas plataformas de mídia abrem espaço para que os consumidores saiam da passividade e passem a produzir seus conteúdos informativos;
2. **Acesso a informações:** a ampla gama de conteúdos disponíveis em plataformas de mídia facilita o acesso a conteúdos sobre mudanças climáticas (sejam impactos ou soluções) e dessa forma é possível que os cidadãos participem de debates nas mais variadas arenas sociais sobre a temática;
3. **Estruturação de comunidades:** as novas mídias auxiliam no processo e estruturação das comunidades em torno de causas sociais, conectando pessoas com interesses semelhantes e promovendo campanhas que visem conscientizar e colocar em prática ações relacionadas às mudanças climáticas;
4. **Aliança e ativismo:** as redes sociais fortalecem os laços e podem ser ferramentas efetivas de mobilização em torno de questões sociais que busquem incentivar e aumentar a conscientização e a participação em eventos sobre sustentabilidade;
5. **Diálogo e debate:** as novas mídias expandem os espaços de debate sobre questões sociais, da mesma forma que Fóruns Online, blogs e podcasts podem permitir a pluralidade de vozes e uma discussão mais rica sobre a temática ambiental;
6. **Educação e qualificação:** em relação à utilização dessas novas mídias, vale reforçar que as ações podem ser planejadas e implementadas por meio de cursos online, webinars e tutoriais que sirvam de apoio para que os cidadãos

entendam sobre mudanças climáticas e de que formas eles podem contribuir para mitigar e adaptar essas mudanças.

Essas abordagens sinalizam como as novas mídias podem ser ferramentas eficazes para engajar os cidadãos em questões sociais e políticas, promovendo uma maior conscientização e ação em relação às mudanças climáticas.

Algumas considerações

Apesar dos benefícios adquiridos com a evolução tecnológica, o uso abusivo e desonesto de algumas ferramentas, como as mídias sociais, tem permitido a proliferação de teorias e informações falsas e/ou erradas. Uma espécie de produto nocivo que precisa ser combatido a partir de estratégias e ações organizadas por diferentes segmentos da sociedade.

Nesse sentido, vimos que a educomunicação pode ser um dos campos a auxiliar no enfrentamento ao negacionismo climático uma vez que incentiva a criação e consolidação de espaços dialógicos e permite o desenvolvimento do senso crítico nos agentes.

Desta forma, propusemos, neste resumo, um conjunto de ações que busquem mitigar os efeitos danosos desse tipo de conteúdo, além de procurar prevenir e instruir a sociedade para que não esteja mais tão vulnerável frente às dificuldades apresentadas pelas teorias infundadas. Afinal, a construção de conhecimento é fundamental para o fortalecimento dos laços sociais.

Referências

BEMBEM, Angela Halen Claro; SANTOS, Plácida Leopoldina V. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 18, p. 139-151, 2013.

JENKINS, Henry. Convergence culture. Where old and new media collide. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, v. 20, p. 129-133, 2011.



MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 01, p. 293-315, 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. Ed. Paulinas, 2011.

Participação no orçamento público: a educomunicação na produção de saberes no projeto NEA-BC¹

Sandra Rangel de Souza Miscalí²

Dagma Ferreira Pontes³

Isroberta Rosa Araujo⁴

Haysian Silvestre⁵

Fabiana de Arruda Resende Reis⁶

Izabela Appolinario de Souza⁷

Introdução

Ao analisar a educomunicação para fomento da participação social no orçamento público, precede a discussão sobre o papel da educação ambiental crítica na transformação social, com objetivo de superação das injustiças socioambientais, das desigualdades sociais, da apropriação capitalista em relação à natureza e à humanidade.

Para isto, o presente trabalho aborda a contribuição da educomunicação na reflexão e ação acerca da participação de grupos sociais participantes do projeto NEA-BC (Núcleo de Educação ambiental da Bacia de Campos) no orçamento público do município de Cabo Frio/RJ⁸.

¹ Trabalho apresentado no eixo 9. Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Dra. em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro. Coordenadora Executiva da Associação Raízes, Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: sandra@neabc.org.br

³ Graduada em Comunicação pela Faculdade de Filosofia. Gerente de Comunicação da Associação Raízes, Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: dagma@neabc.org.br

⁴ Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro. Gerente de Pesquisa da Associação Raízes, Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: isroberta@neabc.org.br

⁵ Tecnólogo em Design de Produto. Designer gráfico da Associação Raízes. Marataízes/ES. E-mail: haysian@neabc.org.br

⁶ Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro. Gerente de Educação da Associação Raízes, Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: fabiana@neabc.org.br

⁷ Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenadora de Educação da Associação Raízes, Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: izabela@neabc.org.br

⁸ O Projeto NEA-BC atual em 13 município do Rio de Janeiro e quatro do Espírito Santo, contudo para este trabalho o foco será o Grupo Gestor Local situado no município de Cabo Frio.

Educação ambiental crítica e a participação na gestão ambiental pública (Fabi)

A educação ambiental crítica tem como premissa educar, de forma dialógica, para a cidadania, por meio de ações políticas coletivas, ou seja, pelo fomento de processos educativos visa-se a participação qualificada, sobretudo de grupos sociais socioambientalmente vulnerabilizados, na gestão ambiental pública.

A educação ambiental implementada no Licenciamento Ambiental Federal, no qual o NEA-BC, executado pela Associação Raízes, faz parte enquanto projeto condicionante de licenças ambientais para produção e exploração de petróleo e gás da empresa Petrobras na Bacia de Campos, tem as diretrizes designadas pelas políticas públicas ambientais e as normativas do órgão ambiental federal responsável pela condicionante, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

De acordo com essas diretrizes, se faz necessário o método da educação popular preconizado por Paulo Freire, ao considerar os diferentes aspectos culturais e sociais dos sujeitos, por meio das práxis, com base no diálogo, na transformação social e a na sua própria libertação, entendida como processo de busca permanente.

Os processos formativos desenvolvidos no NEA-BC, construídos com Grupos Gestores Locais (um em cada município da área de atuação do projeto), formados por comunitários com perfil heterogêneo, se ancoram em processos de ação-reflexão, para leitura de mundo e elaboração de soluções coletivas no enfrentamento dos problemas sociais, de forma a potencializar a participação e o controle social na gestão ambiental pública. Tem por objetivo levar os sujeitos a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço (FREIRE, 1967), a fim de propor transformações na realidade, a partir da construção e disseminação de conhecimentos e na intervenção em políticas públicas.

O orçamento público enquanto acesso às políticas públicas

Em nossa sociedade, por diferentes interesses, há uma tendência à redução do orçamento público a seu aspecto contábil, e um apelo de que, deve se restringir a atuação de segmentos técnicos para o setor. Contudo, segundo Sotero (2008) as

políticas públicas dependem de três bases claras e interdependentes, a saber: arcabouço legal, leis e normas que subsidiam a ação estatal; base filosófica, engloba princípios, diretrizes, métodos e objetivos; e financiamento, recursos para as ações do Estado.

Desta forma, pode-se afirmar que o orçamento constitui políticas públicas, e estas, permitem o acesso à direitos. Assim, torna-se inviável resumir sua área de atuação ao setor técnico, mas deve se estender à sociedade desde o planejamento à execução. O exercício da cidadania engloba a participação nas tomadas de decisões acerca das escolhas a serem realizadas pelo Estado em prol da coletividade.

Tendo em vista que as decisões sobre as políticas públicas ambientais passam pelo Estado e, também pelo orçamento público, a Educomunicação é fundamental para decodificar, construir com as comunidades conhecimentos tanto sobre as políticas ambientais quanto o orçamento público.

Educomunicação em cena: possibilidades de decodificação e construção de saberes

O Projeto Político Pedagógico da Associação Raízes destaca a importância da educomunicação, compreendida “conjunto de ações próprias de planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos com a finalidade de criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos diversos” (SOARES, 2002), como parte de processos educativos reflexivos que buscam fomentar a participação e controle social.

Tendo em vista os aspectos técnicos que envolvem o orçamento público, a fim de fomentar a participação dos comunitários participantes do NEA-BC e de outros coletivos no município de Cabo Frio na gestão pública, foram desenvolvidos processos educacionais: elaboração de material para oficinas e grupos de estudos e para divulgação do monitoramento das despesas públicas. Destacam-se apresentações interativas e infográfico na plataforma *Genially*, jogos interativos na plataforma *Wordwall*, animações no App *Powtoon* publicizadas no *Youtube* do projeto.

Quadro 1 – Processos educativos sobre orçamento público

Processos educativos ligados ao orçamento público	
Processos diagnósticos	9
Processos formativos	9
Processos interventivos	8

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação da Associação Raízes

Durante as formações, partiu-se da realidade dos sujeitos da ação educativa por meio da discussão acerca do orçamento doméstico, e a educomunicação destacou-se na decodificação dos conteúdos, sobretudo do ciclo e códigos orçamentários.

No que se refere a publicização, destaca-se o infográfico “Detetives do Orçamento” desenvolvido na plataforma *Genially* para divulgar o monitoramento do orçamento público de forma clara e atrativa. O material apresenta o monitoramento e a análise que os comunitários realizaram frente ao orçamento do município de Cabo Frio, priorizando ações orçamentárias de acordo com as questões socioambientais elencadas coletivamente.



Figura 1: Infográfico Detetives do Orçamento - 1ª Edição

Fonte: Associação Raízes - 2021

Como resultado dos processos formativos, os sujeitos da ação educativa monitoraram e divulgaram as despesas do município e participaram de reuniões, conselhos, comissões e audiências públicas, nas quais apresentaram propostas ao poder público.

Quadro 2 – Propostas para o orçamento público

Propostas de incidência política no orçamento público		Áreas
Apresentadas	36	Educação ambiental Saneamento básico Assistência social
Aprovadas	9	Educação Educação ambiental Meio ambiente
Executadas	2	Participação popular Juventude Transparência pública Saneamento básico Educação Juventude Meio ambiente

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação da Associação Raízes

Na etapa de planejamento do orçamento, o grupo apresentou propostas de criação e melhoria das políticas públicas, tanto no Plano Plurianual (planejamento para quatro anos de governo) quanto para a Lei Orçamentária Anual (planejamento Anual).

Quadro 3 – Propostas por peça orçamentária e tema

Peça orçamentária	Período	Tema

PPA 2022-2025	Julho de 2021	Participação social; Resíduos sólidos; Assistência social; Educação.
	abril de 2022	Economia solidária (Moeda social)
LOA	Dezembro de 2020	Drenagem urbana; Educação Ambiental. Urbanismo; Saneamento básico; Resíduos sólidos;
	Novembro de 2021	Drenagem urbana; Preservação Ambiental; Educação
	Novembro de 2022	Drenagem urbana; Preservação Ambiental; Educação Juventude

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação da Associação Raízes

Utilizando a educomunicação na construção de conhecimento para fomentar a participação e o controle social, o Grupo Gestor Local de Cabo Frio se apropriou da temática e avançou na apresentação de propostas e no monitoramento do orçamento público. Os quadros 2 e 3 apresentam esses resultados, com propostas voltadas às políticas públicas identificadas como prioritárias pelos comunitários. Além das propostas encaminhadas ao orçamento, o grupo também incentivou a discussão da temática em outros projetos de educação ambiental e nas reuniões de conselhos gestores, apontando a importância de discutir o orçamento público para execução das políticas públicas.

Considerações finais

A participação social constitui um desafio para a educação ambiental crítica com o qual a educomunicação contribui de forma efetiva, tanto na decodificação e construção de conhecimentos quanto na disseminação destes.

No que se refere à participação no orçamento público, pode-se identificar o potencial da educomunicação no fomento à formação e atuação dos Grupos Gestores Locais nas etapas de planejamento, por meio da apresentação de propostas em audiências, e da execução, a partir do monitoramento e publicização das despesas públicas.

Referências

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. **Projeto Político Pedagógico**. Campos dos Goytacazes, RJ: Associação NEA-BC, 2017.

ACSERALD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. In: Desenvolvimento e meio ambiente, n. 5, Editora UFPR, jan/jun. 2002, p. 49-60.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, Programa de Educomunicação Socioambiental. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. **A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade**. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 2, n.25, p.16–25, 2006.

SOTERO, J. P. **O financiamento público da política nacional de educação ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOARES, I. O. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. Comunicação & Educação, São Paulo, 2002.

Da imprensa jovem bom viver ao clube juvenil

Saúde planetária¹

Joelita Palmeira Rocha²

Apresentação

A iniciativa de implementar o projeto imprensa Jovem Bom Viver e o Clube Juvenil Saúde Planetária motivou 5 associados da ABPEducom da região de Lins a criarem o Núcleo Regional Lins da ABPEducom, formalizado em 3 de junho de 2019. O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória das atividades do projeto Imprensa Jovem Bom Viver e Clube Juvenil Saúde Planetária, no contexto da participação social para a cidadania de 11 jovens: 6 da cidade de Lins, 4 de Taubaté e 1 de Manaus-Amazonas. Assim, propõe-se demonstrar as principais atividades, demandas e desafios do Projeto Imprensa Jovem e do Clube Juvenil de Saúde Planetária. Para tanto realizou-se pesquisa bibliográfica, que propiciou apresentar discussão dos autores que retratam a Educomunicação Socioambiental importante aliada no enfrentamento do desafio de se promover inovações nas ações, projetos e programas de educomunicação que trabalham de forma integrada questões sociais e ambientais, privilegiando a participação social para a cidadania e o desenvolvimento da criticidade, principalmente do público infantojuvenil. Através da análise qualitativa concluiu-se que para existir e ser eficaz a Educomunicação necessita de processos de formação iniciais e continuados e que a Educomunicação a serviço da participação social para a cidadania exige não apenas o envolvimento técnico e político dos órgãos centrais, mas, de forma igual, a formação reeducação comunicativa, de uma quantidade considerável de grupos envolvidos com a metodologia própria da Educomunicação nos espaços locais, na esfera dos municípios, levando em conta as mudanças de compreensão do que seja a prática comunicativa mais adequada aos

¹ Trabalho apresentado no eixo 9. Educomunicação Socioambiental.

² Pós Graduanda em Educomunicação; Pós Graduada em Gestão de Política de Assistência Social do Centro Universitário de Lins, SP; Coordenadora do núcleo regional Lins ABPEducom; . Res. Lins, SP. E-mail: joelitarochap@gmail.com

propósitos da participação social para a cidadania, nas ações de educação e comunicação.

Metodologia

A metodologia utilizada para apresentação deste artigo é de cunho qualitativo e documental. Por meio do relato de experiência da vivência como mediadora das atividades de Educomunicação Socioambiental pelo projeto Imprensa Jovem Bom Viver e do Clube Juvenil Saúde Planetária. Essa metodologia foi escolhida com o intuito de demonstrar as principais atividades, demandas e desafios no desenvolvimento das atividades de Educomunicação Socioambiental no contexto da participação social para a cidadania, além de contribuir para a sua avaliação através de discussão e troca. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada nos conceitos apresentados por Soares (2011) e Bitencourt (2022). Com base nos registros das atividades e com a pesquisa bibliográfica, foram estruturados os dados e as informações descritas na Fundamentação, Resultado, Discussão e Conclusão.

Fundamentação

- **Educomunicação: participação e diálogo**

A Educomunicação é definida como um campo de práticas próprias da interface comunicação/educação. Compreendida como uma área de intervenção principalmente social, o conceito vem se consagrando como um mobilizador de ações com intencionalidades educativas, implementadas a partir de processos comunicativos dialógicos, tendo como meta a ampliação da capacidade comunicativa dos sujeitos e grupos sociais, beneficiando, desta forma, a consolidação de programas voltados para o pleno exercício da cidadania, nos mais diversos campos do agir humano.

- **Educomunicação Socioambiental**

A Educomunicação Socioambiental é uma área do conhecimento por meio do qual são difundidos os ensinamentos socioambientais. Trata-se de uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), voltada à articulação e ações de comunicação para a Educação Ambiental. Entre os seus intuitos, está a proposta de trabalhar e gerar meios interativos e democráticos de produção de conteúdos e disseminação de conhecimentos, por meio de uma comunicação comprometida com a educação ambiental e a saúde do meio ambiente. (BITENCOURT; 2022).

Resultados

Neste item destaca-se as principais atividades, os desafios e as demandas dos mediadores em executar as práticas de participação social para a cidadania dos 6 Jovens de Lins, 4 de Taubaté e 1 de Manaus-Amazonas.

Da imprensa Jovem Bom Viver ao Clube Juvenil Saúde Planetária

A ideia de implementar a imprensa Jovem Bom Viver na perspectiva da Educomunicação Socioambiental, se tornou realidade em fevereiro de 2021, com objetivo de promover a participação social para a cidadania de 6 Jovens entre 10 e 15 anos moradores do Bairro Bom Viver. Os encontros aconteceram no brechó da Dona Maria José, na praça e no quintal dos jovens. Os lanches e os uniformes foram patrocinados pelo comércio local. A articulação com os comerciantes para solicitar apoio foi realizada pelos próprios jovens durante as atividades de comunicação. Foram realizadas as seguintes atividades:

Atividades 2021

- Cobertura Jornalística educ comunicativa de 3 encontros dos catadores de materiais recicláveis com professores do Centro Universitário de Lins (Unilins) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que ocorreu no salão da Igreja Guadalupe no Bairro Bom Viver. Os catadores de reciclagens são parentes e amigos dos Jovens da Imprensa. O objetivo do encontro foi tratar de questões de interesse dos catadores “A construção de um barracão para proteger a reciclagem do sol e chuva”.

- Mediando os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável): Diálogo com os moradores da comunidade local, partindo da seguinte pergunta: “Você conhece os ODS?”
- Produção de Vídeos: Partindo das atividades desenvolvidas em contribuição aos ODS3 Saúde e Bem estar, os jovens criaram um vídeo para divulgar as atividades e convidaram jovens de 3 organizações sociais para juntos produzirem 2 vídeos sobre os cuidados para se proteger da COVID19 e a importância de tomar as vacinas. A partir dessa atividade surge a ideia de criar o Clube Juvenil de Saúde Planetária.

Atividades 2022

- Mobilização dos moradores da comunidade para a construção de uma área de lazer. O primeiro passo foi estudar o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. - Art. 59 - A infância e juventude têm direito ao esporte e lazer. O segundo passo foi dialogar com os moradores da rua e colher assinaturas. O Terceiro passo foi dialogar com o Secretário de Esporte e Lazer para apresentar a reivindicação da área de lazer.
- Envio de mensagem aos líderes mundiais na conferência COP 27 da ONU”. O vídeo também teve a participação de crianças, jovens e adultos dos países: Londres, USA, Canadá, Alemanha e Sri Lanka.

Produção do Jornal Bom Viver – Jornalismo Comunitário - Educomunicação Socioambiental

Atividades 2023:

- Criação do Clube Juvenil Saúde Planetária Lins: Em 20 março de 2023, é concretizada a ideia de criar o Clube Juvenil de Saúde Planetária. O Clube é composto pelos 6 Jovens da Imprensa Bom Viver, tem como principal objetivo contribuir com a sustentabilidade ambiental por meio de práticas de Educomunicação Socioambiental. As principais atividades do Clube são pautadas na agenda Municipal de Lins, no Dia Mundial da Água, Meio

Ambiente, Árvore e Rio Tietê. As atividades da Imprensa se mantem como Grupo de Trabalho do Clube, é responsável pelas coberturas jornalísticas educacionais nos eventos e alimentar as redes sociais do Clube. O GT Imprensa Jovem segue usando o Jaleco laranja junto com a camiseta do Clube.

- Contribuição na criação do Clube Juvenil Saúde Planetária de Taubaté: Os resultados das atividades do Clube Lins contribuíram para criação do Clube de Taubaté, composto por 4 Jovens, com mediação de um professor local.
- Contribuição na criação do Clube Brasil: O Clube Lins e Taubaté se integram e criam o Clube Brasil composto por 11 jovens, sendo 6 Jovens do Clube Lins, 4 jovens do Clube Taubaté e 1 Jovem de Manaus-amazônia.

Atividade do Clube Brasil 2024

- **Criar vídeo de 5 minutos com o tema** “O Caminho das Águas na Comunidade local do Clube Lins e Taubaté”; apresentar o vídeo para outros grupos juvenis; após apresentação abrir diálogo para reflexão sobre o tema apresentado no vídeo, ODS 6 e Mudanças Climáticas.
- **Contribuir na criação do Clube Internacional:** pelo resultado das atividades, o Clube Brasil é convidado pela organização Girawa (Organização de Educação em Saúde Planetária), para contribuir na criação do Clube Internacional, por meio da interação com Alunos e professores de 20 organizações de Sri Lanka. A primeira reunião online de interação aconteceu dia 10 de agosto de 2024 às 7h horário Brasil, a segunda acontecerá no dia 02 de novembro de 2024 às 7h30 horário Brasil.

Discussão

A principal demanda dos mediadores do projeto Imprensa Jovem e Clubes foi a falta de profissionais capacitados em educomunicação que pudessem contribuir com a replicação do projeto em espaços educativos formais e/ou não formais.

Nos Municípios de Taubaté e Lins, política pública de Educomunicação ainda não é uma realidade, por isso não há programa de formação em educomunicação para professores e educadores.

No entanto, o principal desafio dos mediadores será articular com os órgãos públicos de Lins e Taubaté sobre a urgência da implementação de políticas públicas de Educomunicação.

Conclusão

As reflexões a partir da revisão bibliográfica e a experiência do projeto Imprensa Jovem e Clubes, brevemente aqui suscitadas, nos indicam que para existir e ser eficaz a Educomunicação necessita de processos de formação iniciais e continuados e que a Educomunicação a serviço da participação social para a cidadania exige não apenas o envolvimento técnico e político dos órgãos centrais, mas, de forma igual, a formação reeducação comunicativa, de uma quantidade considerável de grupos envolvidos com a metodologia própria da Educomunicação nos espaços locais, na esfera dos municípios, levando em conta as mudanças de compreensão do que seja a prática comunicativa mais adequada aos propósitos da participação social para a cidadania, nas ações de educação e comunicação.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS E PESQUISADORES EM EDUCOMUNICAÇÃO - ABPEducom. **Núcleo Regional Lins da Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação - ABPEducom Lins**, 2019. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/abpeducom/nucleos-regionais/#lins>. Acesso em: 15 set. 2024.

BITENCOURT, Rafael. **Educomunicação e Educomunicação Socioambiental**. Corredor Caipira, Piracicaba, 2022. Disponível em:

<https://corredorcaipira.com.br/educomunicacao-socioambiental-intervindo-na-sua-realidade/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CLUBES DE SAÚDE PLANETÁRIA:

__Lins. Disponível em: <https://www.instagram.com/csplins?igsh=b3liZXhxY292YjJv>.

Acesso em: 15 set. 2024.

__Taubaté. Disponível em: https://www.instagram.com/clube_condor?igsh=MWlIMHJwd2poYjI3Mw==. Acesso em: 15 set. 2024

__Brasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/cspbrasil?igsh=dm9yd3oxazU5M3lj>. Acesso em: 15 set. 2024

__Internacional. Disponível em: <https://www.instagram.com/girawayouthclub?igsh=NWtpYzFvYjdIY2Nq>. Acesso em: 15 set. 2024

GIRAWA - Rede Internacional de Estudantes Universitários. **GIRAWA: Transformando a Educação com a Natureza e a Saúde Planetária em seu Núcleo.** Disponível em:

<https://www.girawa.org/pt>. Acesso em: 15 set 2024.

IMPRENSA JOVEM DOM VIVER: Disponível em:

<https://www.facebook.com/imprensajovembomviver>. Acesso em: 15 set 2024.

NÚCLEO REGIONAL LINS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS E PESQUISADORES EM EDUCOMUNICAÇÃO. (2019). Jornais Educom: **Jornal Bom Viver**. Lins: ABPEducom, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zZldOaXAyygjwTsmw28Zi2CcNr6HleB/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 set 2024.

Rádio travessia: um podcast de comunicação popular sobre as enchentes no RS¹

Gabriela Brasil Severgnini²

Rosemar Silva³

Marcia Fernanda de Melo Mendes⁴

Miguel da Camino Perez⁵

Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Krenak (2019) questiona se “somos mesmo uma humanidade”, nos levando a pensar sobre a intervenção humana na natureza, e o quanto permitimos sua destruição, mantendo alguns poucos “oásis” para não esqueçamos como a Terra um dia foi. A Rádio Travessia – a Rádio flutuante, nasce como uma necessidade, emergente, de um grupo de profissionais da saúde, da comunicação e da educação, de promover a uma comunicação popular, acessível e cuidadosa.

Em formato de podcast, a rádio gaúcha surge durante nos primeiros dias do mês de maio de 2024, momento em que o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, foi devastado por uma das mais severas catástrofes naturais da sua história. Chuvas torrenciais e ventos intensos resultaram em alagamentos, deslizamentos e enchentes, afetando as cidades, o campo e as pessoas, fazendo com que cidades inteiras ficassem submersas. A tragédia, que iniciou no interior do estado, destruindo plantações, desabrigoando famílias, arrastando casas, em poucos dias chegou a região metropolitana e a capital do estado, Porto Alegre, que recebeu as águas vindas

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda de Licenciatura em Pedagogia no IFRS *campus* Alvorada. Educadora popular, escritora, formada em arquitetura e urbanismo (UniRitter), atua na Biblioteca Comunitária do Arvoredo, zona leste de Porto Alegre/RS, cidade onde mora.

³ Discente do curso de Tecnologia em Produção Multimídia do IFRS *campus* Alvorada. Militante nas causas antirraciais e em prol dos direitos das mulheres, crianças e da comunidade LGBTQIA+ no Coletivo AMOR (Audaciosas Mulheres Organizadas Resistem), em Alvorada/RS. rosemar.silva@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

⁴ Doutora em Psicologia (UFPA/BR) e Antropologia e Comunicação (URV/BR) Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS), Graduada em Educação Física, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *campus* Alvorada e coordenadora do Grupo de pesquisa Afetações do IFRS. marcia.mendes@alvorada.ifrs.edu.br

⁵ Professor de Física no IFRS - Campus Alvorada. Doutor em Educação em ciências e Matemática. miguel.perez@alvorada.ifrs.edu.br

dos afluentes do Lago Guaíba, que margeia a capital, transbordando e inundando ruas, bairros inteiros e obrigando milhares de pessoas a deixarem suas casas.

Conforme relatórios da Defesa Civil, 478 dos 497 municípios do estado foram de alguma forma afetados pelo desastre. A catástrofe ceifou a vida de 183 pessoas, enquanto mais de 600 mil foram obrigadas a deixar suas casas em busca de segurança. O volume de chuva acumulado em apenas dez dias foi equivalente a um quarto do total esperado para um ano inteiro, demonstrando a magnitude do evento (G1, 29/05/24). A devastação não se limitou ao aspecto físico; ela se espalhou pelo tecido social e psicológico da população, deixando uma profunda sensação de incerteza e desamparo.

Apesar dos alertas sobre o risco crescente de eventos climáticos extremos devido às mudanças climáticas, negacionistas climáticos minimizaram o perigo e desconsideraram a urgência de medidas preventivas, contribuindo para agravar o desastre.

Em meio a esse contexto de desinformação e falta de ação, um grupo de professores e estudantes das áreas de comunicação, educação e saúde coletiva decidiu enfrentar uma outra ameaça igualmente destrutiva: as fake news. Informações falsas e enganosas, disseminadas de forma desenfreada nas redes sociais, que pioraram ainda mais a situação, gerando pânico, confusão e desconfiança entre a população.

Vivemos em um tempo de fluxo constante e acelerado de informações, o que torna desafiador identificar dados confiáveis. Muitas informações que circulam nas redes sociais são incompreensíveis para grande parte da população devido ao uso excessivo de termos técnicos e uma linguagem desconectada das realidades locais. Isso evidenciou a necessidade de uma comunicação mais acessível e sintonizada com as demandas das comunidades afetadas.

Assim a "Rádio Travessia – a Rádio Flutuante" surge, um projeto inovador que, maio de 2024, em meio às enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul, busca oferecer uma "informação cuidadosa", que aborda temas urgentes e relevantes no contexto das enchentes. Além de esclarecer dúvidas e aliviar as angústias da população, e servir como um canal educativo, beneficiando tanto os ouvintes quanto os estudantes envolvidos no projeto.

A comunicação popular, emerge de movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, como explica Perruzo (2009), e é caracterizada pelo caráter mobilizador e coletivo. Essa comunicação pode ser descrita como participativa, comunitária, horizontal, dialógica e radical, carregando um forte sentido político como uma forma de expressão para segmentos vulneráveis da população frequentemente marginalizados pelos meios de comunicação tradicionais.

Decorridos os primeiros dias da enchente, após diversas conversas, criou-se um grupo no WhatsApp para efetiva construção do podcast. Sua constituição a metodologia participativa foi fundamental para sua implementação, pois a maioria dos envolvidos é da região sul do país e, de alguma forma, vivenciava a tragédia. Em 15 dias, o formato do projeto tomou corpo seguiria o formato de entrevistas, e cada membro da equipe tornou-se responsável por alguma etapa da execução, agendar as entrevistas, condução das gravações, elaboração de roteiros, gravação, edição e montagem dos episódios, escolha das plataformas de distribuição.

A rádio tem como sua principal estratégia de comunicação e utiliza das redes sociais para divulgar seus episódios, a partir de pequenos fragmentos das entrevistas. A escolha desse formato se deve à sua flexibilidade e capacidade de alcançar um público amplo, principalmente em um momento em que o acesso a informações confiáveis é crucial. O termo "podcast" é geralmente atribuído ao ex-VJ da MTV Adam Curry e a Dave Winer, e ganhou popularidade durante o governo do ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que lançou um podcast semanal, durante seu governo.

O primeiro episódio do podcast trouxe uma entrevista com um infectologista da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), abordando os riscos de doenças transmitidas pela exposição prolongada à água contaminada e as formas de prevenção. Esse episódio trouxe informações cruciais para a população, que enfrentava não apenas os desafios imediatos das enchentes, mas também as consequências a longo prazo para a saúde pública. O segundo episódio contou com a participação de um geólogo e um biólogo, que explicaram os termos "inundação", "enchente" e "alagamento", ajudando a população a entender o que realmente aconteceu durante o período de chuvas intensas.

Um dos princípios fundamentais da Rádio Travessia é a disseminação inclusiva de seu conteúdo. Considerando a diversidade da população afetada, cada episódio do podcast tem uma versão em Libras (Língua Brasileira de Sinais), pois a comunidade surda também foi severamente impactada pelas notícias falsas geradas durante as enchentes de maio. Para isso, a equipe do podcast conta com um intérprete de Libras, que aceitou o desafio de adaptar a narrativa do podcast para uma interpretação simultânea.

Atualmente, a produção do podcast segue em andamento, com episódios que continuam a explorar temas críticos. Um dos episódios em desenvolvimento aborda a invisibilidade das condições de vida e o retorno às casas dos moradores da região do arquipélago de Porto Alegre, conhecido como "região das ilhas". Este episódio provocará uma reflexão sobre a cobertura midiática do desastre, questionando se a visibilidade que o evento recebeu se deveu à sua magnitude ou ao fato de que ele afetou áreas de classe média e classe média alta de Porto Alegre. Enquanto isso, as regiões periféricas, que sofreram danos muito mais severos, continuam a enfrentar a negligência das autoridades locais. Isso reforça a dura realidade de que a pobreza no Brasil tem cor, como nos lembra Sueli Cardoso (2011). Outro episódio em produção é sobre o descaso com mulheres em situação de vulnerabilidade social, abordando como a Casa Mirabal, espaço de acolhimento a mulheres que precisaram abandonar suas casas por violência doméstica, foi afetada diretamente pela enchente, e os impactos disso no trabalho realizado.

Além desses temas, a rádio travessia abordará assuntos como os benefícios concedidos pelos governos federal, estadual e municipal para as vítimas das enchentes, a saúde mental das pessoas afetadas direta e indiretamente e uma discussão crucial sobre de quem é a responsabilidade por esse desastre. Esses episódios têm como objetivo não apenas informar, mas também promover um debate crítico e reflexivo entre os ouvintes, estimulando a participação cidadã e a conscientização sobre as questões ambientais e sociais.

O podcast "Rádio Travessia – a Rádio Flutuante" é mais do que um canal de comunicação; é um mecanismo de resistência e denúncia contra a negligência dos governantes e administradores dos municípios e do estado. Esperamos que este veículo de registros e denúncias se torne um potente instrumento para demonstrar o descaso com o equilíbrio natural, que tem sido comprometido pela expropriação dos

ecossistemas pelo homem. A invasão desenfreada dos territórios naturais nos coloca, como humanidade, diante de uma "erosão da vida", como alerta Ailton Krenak (2020).

Com sua proposta de comunicação popular e inclusiva, a Rádio Travessia, representa um fôlego de resistência em tempos de catástrofes naturais e desinformação. Mais do que informar, este projeto serve como um instrumento de fortalecimento comunitário, trazendo à tona as realidades daqueles que muitas vezes são silenciados. Ao registrar histórias, oferecer suporte e promover discussões fundamentais, a rádio contribui para a construção de um futuro mais consciente e solidário. Em meio às águas e ao caos, ela carrega a esperança de que, por meio da informação e da ação coletiva, possamos adiar o fim do mundo, um passo de cada vez.

Referências

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011, 57p.

G1 RS (Porto Alegre) (ed.). **Ciclone extratropical represa água e eleva nível do Guaíba em 24 centímetros em 9 horas**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/ciclone-extratropical-represa-agua-e-eleva-nivel-do-guaiba-em-24-centimetros-em-9-horas.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 82 p.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 67 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Eco-Pós, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 46-61, ago. 2009. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/download/947/887. Acesso em: 30 ago. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil Rs. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (ed.). **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8. 2024**. Disponível em:

<https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição¹

VALENÇA, G. O.²

MOURE, E. S.³

PIFFERO, V. M.⁴

OLIVEIRA, M. L. D. M.⁵

MACEDO, M. B.⁶

DOMINGUES, M. G.⁷

NEVES, M. E. M.⁸

BELLI FILHO, P.⁹

MOHEDANO, R. A.¹⁰

O desenvolvimento urbano acelerado e o crescimento populacional contribuíram para a alteração do estado de diversas lagoas costeiras ao redor do mundo. O aumento populacional altera a carga de nutrientes e a sedimentação das lagoas, contribui para entrada de contaminantes antropogênicos no ecossistema, e reduz as zonas naturais do entorno por conta do aumento das áreas urbanas. Nos países em desenvolvimento, por conta do elevado índice de ocupação urbana, associado à má gestão pública e as deficiências tecnológicas, o lançamento de efluentes sanitários é considerado como uma das fontes de poluição mais

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 9 - Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Gabriela Oliveira Valença, Mestranda em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Linha de pesquisa: Governança, Gestão e Avaliação de Impacto Ambiental. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: gabriela.ovalenca@gmail.com

³ Eduardo Schnitzler Moure, Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eduardosmoure@gmail.com

⁴ Valentina Müller Piffero, Bióloga integrante do Projeto Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição, UFSC. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: valentinampiffero@gmail.com

⁵ Maria Luiza Dale Mariz de Oliveira, Graduanda em Ciências biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: malu.dmo@gmail.com

⁶ Muriel Bernardo de Macedo, Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: muriell.bernardo@gmail.com

⁷ Marcos Gomes Domingues, Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC, E-mail: mamenduca1@gmail.com.

⁸ Maria Eduarda Meira Neves, Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: dudameiraufsc@gmail.com.

⁹ Paulo Belli Filho, Pós-Doutor em Engenharia Sanitária e Ambiental, professor no Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: paulo.belli@ufsc.br

¹⁰ Rodrigo de Almeida Mohedano, Pós-Doutor em Engenharia Sanitária e Ambiental, professor no Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Cidade atual: Florianópolis, SC. E-mail: rodrigo.mohedano@ufsc.br

preocupantes para os corpos hídricos costeiros. As lagoas brasileiras encontram-se pressionadas por conta da urbanização e do desenvolvimento econômico mais intenso dos últimos 40-50 anos.

A Lagoa da Conceição (LC), que se localiza na porção leste da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis/SC, é uma lagoa brasileira que tem sido afetada pela urbanização. O escoamento de esgoto sanitário doméstico aumenta a quantidade de compostos nitrogenados e fosfatos, intensificando a eutrofização antrópica na Lagoa da Conceição, afetando a qualidade das águas e a biota. Somado a isso, em 25 de janeiro de 2021, ocorreu um desastre socioambiental na lagoa, ocasionado pelo rompimento da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI) da Estação de Tratamento da Lagoa da Conceição, administrada pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN). Com o desastre a lagoa foi atingida por toneladas de sedimentos e de matéria orgânica, e diversas famílias e casas foram prejudicadas.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral desenvolver ações de Educomunicação Socioambiental na região do entorno da Lagoa da Conceição visando a saúde integral do ecossistema. Para tal o projeto irá adotar uma abordagem metodológica que integra a pesquisa-ação; métodos e práticas de educação ambiental e sanitária, de educomunicação socioambiental, e de governança participativa com o Modelo GATS, visando a participação dos atores sociais e da comunidade escolar. As atividades de Educação Ambiental (EA) serão desenvolvidas pela equipe do Projeto Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição, da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Laboratório de Efluentes Líquidos e Gasosos da UFSC (LABEFLU), e com o Núcleo de Educação Ambiental da UFSC (NEAMB). Serão realizadas oficinas de EA para os alunos, formação com os professores, Feira de Ciências integrando as escolas públicas e privadas da região da Lagoa da Conceição, além de propostas para inserção da temática do Saneamento Básico nos projetos políticos pedagógicos das escolas. Para os encontros com a comunidade será utilizado, além da pesquisa ação, o modelo GATS - Governança da Água e do Território na perspectiva da Sustentabilidade.

O modelo GATS foi desenvolvido pelo Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Governança da Água e do Território, vinculado ao Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Este modelo se baseia na ideia da governança local e tem foco no empoderamento da comunidade

nos processos decisórios dos temas que lhes atravessam. Este empoderamento pode ser desenvolvido a partir da disseminação do conhecimento sobre o tema e de uma participação qualificada nos processos decisórios. Assim, os encontros com a comunidade irão acontecer dentro das 5 etapas do modelo GATS: o Acordo Inicial, a Economia de Experiência, a Comunidade de Aprendizagem, as estratégias de Governança e a Avaliação e Prospecção. O acordo inicial visa uma cooperação para se operar em conjunto em busca dos objetivos acordados, já o segundo ciclo, a Economia de Experiência, é um processo de construção do histórico da experiência da comunidade, identificando as melhores práticas para as ações presentes visando o desenvolvimento sustentável local. No terceiro ciclo, Comunidade de Aprendizagem, o grupo irá trabalhar pedagogicamente sua autonomia, por meio do diálogo em relação aos temas transversais contextualizadores da aprendizagem, reconhecendo suas limitações internas e suas potencialidades, resultando em estratégias para o desenvolvimento local.

No ciclo das Estratégias de Governança, o conhecimento construído ao longo dos últimos ciclos embasarão as ações locais, incluindo uma perspectiva de governança, entendendo as complexidades, dinâmicas e articulações sociais das esferas públicas, privada sociedade civil organizada, famílias e indivíduos da comunidade. O último ciclo será o de Avaliação e Prospecção, em que será feita uma avaliação do processo de governança conduzido junto às comunidades envolvidas, e uma prospecção de novas iniciativas que essas comunidades poderão direcionar seus esforços. Além da proposta de realização das oficinas comunitárias baseadas no modelo GATS, para a construção participativa de estratégias que irão compor o Plano de Educomunicação Socioambiental da Lagoa, a equipe através da prática da observação-participante também irá auxiliar na organização e participar ativamente de diversos eventos e reuniões institucionais e comunitárias buscando se engajar e participar dos diálogos sobre as temáticas e demandas relacionadas à Lagoa da Conceição. Ao longo de todas as atividades, tanto com a comunidade, quanto com as escolas, as redes sociais gerenciadas pelo projeto serão trabalhadas, levando ao público conhecimentos sobre o Saneamento Básico, a Lagoa da Conceição, os projetos da UFSC que já trabalham com a Lagoa, e atualização do andamento do projeto Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição com as escolas e com a comunidade.

Espera-se como resultados dessa pesquisa um plano Participativo de Educomunicação Socioambiental da Lagoa da Conceição; a disseminação de conhecimento e informação sobre o saneamento e a qualidade ambiental na Lagoa da Conceição; a sensibilização e conscientização da comunidade escolar, e a formação de monitores entre os alunos de escolas da rede pública da área de entorno em temas relativos à problemática ambiental da Lagoa da Conceição; o empoderamento da comunidade para participação qualificada em espaços decisórios democráticos e exercício da cidadania; consolidação de estratégias de recuperação ambiental da Lagoa da Conceição em conjunto com a comunidade.

A pesquisa está em processo de desenvolvimento tanto com a comunidade, quanto com as escolas, e nas redes sociais (as atividades podem ser visualizadas na Tabela 1). Em relação a comunidade, durante os últimos meses a equipe já auxiliou na organização e participação de diversos eventos e reuniões institucionais e comunitárias, esses encontros serviram para o engajamento nos diálogos sobre a Lagoa da Conceição e compreensão inicial de estratégias que poderão compor o Plano de Educomunicação Socioambiental da Lagoa. Nas escolas já existem resultados preliminares dos encontros desenvolvidos na primeira escola que foi a piloto, e está em processo de desenvolvimento nas escolas seguintes. As dinâmicas foram elaboradas a partir dos 4 eixos do saneamento: tratamento de água; coleta e tratamento de esgoto; drenagem pluvial; e gestão de resíduos sólidos. A primeira dinâmica serviu para integração entre alunos e membros do projeto e para abordar algumas características da Lagoa da Conceição assim como os problemas ambientais que esse ecossistema vem enfrentando atualmente.

Nessa etapa, o resultado esperado era de que os alunos pudessem entender qual a sua relação com a Lagoa da Conceição; e sobre o ciclo hidrológico, para que o caminho da água fosse compreendido antes de se abordar as tecnologias e tratamentos utilizados no Saneamento Básico. Em seguida foi abordado sobre: os 4 eixos do Saneamento Básico propriamente ditos e a importância destes para a saúde pública e o meio ambiente; as tecnologias utilizadas no saneamento básico; qual a influência do saneamento na qualidade da água da Lagoa da Conceição; quais as responsabilidades dos atores sociais para manter a saúde da Lagoa e o funcionamento correto do saneamento básico. Foram utilizadas maquetes, painéis interativos, vídeos, jogos e experimentos, para que os alunos pudessem absorver os

conteúdos de uma forma lúdica. Além disso, houve a integração com o espaço da Lagoa da Conceição, com saídas de campo para os locais abordados em sala de aula, como a Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição – em que os alunos puderam entender o que aconteceu no dia do desastre de 25 de janeiro de 2021.

As dinâmicas foram finalizadas com intervenções artísticas, em que os alunos puderam pintar os bueiros com dizeres “a Lagoa começa aqui” e relembrar conteúdos abordados ao longo das dinâmicas sobre os Resíduos Sólidos e a Drenagem urbana; e com a participação de convidados para pintar um mural na escola que deixa-se a lembrança diária do pertencimento dos alunos ao ecossistema e o cuidado com a Lagoa da Conceição, que deveria prosseguir mesmo com a finalização dos encontros com a equipe do projeto Educomunicação Socioambiental da Lagoa da Conceição. A pesquisa-ação é um processo que segue um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Assim, na pesquisa-ação planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. A metodologia se mostrou eficaz na dinâmica ação-reflexão-ação, pois as experiências práticas geraram material suficiente para aprimoramento das dinâmicas seguintes, aumentando o engajamento dos alunos em relação ao tema trabalhado.

Tabela 1: Atividades desenvolvidas e em andamento do projeto Educomunicação Socioambiental na Lagoa da Conceição

Grupo de atuação	Atividade	2024								
		Ab r	Ma i	Ju n	Ju l	Ag o	Se t	Ou t	No v	De z
Escola 1	Dinâmica 1 (Integração com a equipe e com a região da Lagoa); Dinâmica 2									

	(Impactos negativos na Lagoa e saneamento básico)									
	Dinâmica 3 (Painel interativo da Região da Lagoa e eixos do saneamento); Dinâmica 4 (Maquetes interativas dos 4 eixos com tecnologias do saneamento)									
	Dinâmica 5 (Jogo dos Atores sociais); Saída de campo à Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição									
	Dinâmica 6: Construção do Plano de Educomunicação; Encerramento (Intervenções artísticas)									

Escola 2	Dinâmica 1: A Lagoa (apresentação e identificação do mapa da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição); Dinâmica 2: Cenário (Painel interativo da Região da Lagoa e eixos do saneamento)									
	Dinâmica 3: Tecnologias (Maquetes interativas dos 4 eixos com tecnologias do saneamento); Dinâmica 4: Pesquisa e Projetos (Site da turma, fake news e planejamento dos projetos)									
	Dinâmica 5: Projetos									

	(Construção do Plano de Educomunicação e para a Feira de Ciências); Saída de Campo à Costa da Lagoa de barco e Jogo dos Atores sociais									
Comunidade	Participação nas reuniões do COMDEMA Florianópolis e de sua Câmara Técnica de Educação Ambiental									
	Participação na Roda de Conversa para uma Lagoa sustentável									
	Evento de lançamento do livro “Geodireito na perspectiva do Direito Ecológico: um estudo de caso									

	na Lagoa da Conceição”									
	Organização e participação na II Conferência de Educação Ambiental de Florianópolis									
	Saída de campo na Lagoa da Conceição com a disciplina de Saneamento Rural da Eng. Sanitária e Ambiental da UFSC									
	Organização e participação no evento “Olhares sobre o Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição”									
	Participação nas reuniões da Câmara Judicial de Proteção à Lagoa da Conceição									

	Participação e apresentação de trabalho no 42º SEURS									
	Realização das Oficinas Comunitárias baseadas no Modelo GATS (5 oficinas e 1 saída de campo)									
Redes sociais (Instagram)	Dia Mundial da água; Reels - Conheça o Labtox; Reels - Conheça o Lafic									
	Semana do meio ambiental Memorial V.E.R.A (ongcostalegal); Saída de Campo - Rio Vermelho turma de saneamento Rural									
	Reels - Conheça o GESAD; Aprenda mais sobre Saneamento									

	Básico - parte 1 e parte 2; Olhares sobre o parque natural municipal Dunas da Lagoa da Conceição (ongcostalegal)									
	Reels SEURS (A extensão que queremos); Reels - 1º dia no SEURS; Reels Dinâmica 1 - A Lagoa – Escola 2; Dinâmica 1 - A Lagoa – Escola 2									
	Reels - Dinâmica 2 - O Cenário + EB Antônio Paschoal Apóstolo									
	Dinâmica 2 - O Cenário; Reels - Dinâmica 3 - Tecnologias de Saneamento; Dinâmica 3 -									

	Tecnologias do Saneamento									
	Reels - Dinâmica 4 - Pesquisa e Projetos; Dinâmica 4 - Pesquisa e Projetos; Reels - Saída de Campo à Costa da Lagoa; Reels - desenvolvimento do Projeto na EBM Henrique Veras									

Legenda: Marcadas em verde as atividades já realizadas, e em amarelo as que estão em andamento ou ainda irão ser realizadas.

Fonte: Autores (2024).

Referências:

AMORA-NOGUEIRA, Leonardo et al. Linking centennial scale anthropogenic changes and sedimentary records as lessons for urban coastal management. **Science of The Total Environment**, v. 902, p. 165620, 2023. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969723042432>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BERALDI, Gaby Quintal F. et al. Assessment of a coastal lagoon metal distribution through natural and anthropogenic processes (SE, Brazil). **Marine pollution bulletin**, v. 146, p. 552-561, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2019.07.007>>. 5 jul. 2023.

COVELLI, Stefano. The MIRACLE Project: an integrated approach to understanding biogeochemical cycling of mercury and its relationship with lagoon clam

farming. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 113, p. 1-6, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecss.2012.08.011>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DE WIT, Rutger et al. A multidisciplinary approach for restoration ecology of shallow coastal lagoons, a case study in South France. **Frontiers in Ecology and Evolution**, v. 8, p. 108, 2020. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fevo.2020.00108/full>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

FERNANDES NETO, José Antonio Silvestre et al. **Modelo Urubici de governança da água e do território: uma tecnologia social a serviço do desenvolvimento sustentável local** - Tese de Doutorado. Florianópolis, SC, 2010. 235 p.

FERNANDES, Horst Monken et al. Heavy-metal pollution assessment in the coastal lagoons of Jacarepaguá, Rio de Janeiro, Brazil. **Environmental Pollution**, v. 85, n. 3, p. 259-264, 1994. Disponível em:

<[https://doi.org/10.1016/0269-7491\(94\)90046-9](https://doi.org/10.1016/0269-7491(94)90046-9)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

KNOPPERS, Bastiaan A.; LACERDA, Luiz D.; PATCHINEELAM, Sambasiva R. Nutrients, heavy metals and organic micropollutants in an eutrophic Brazilian lagoon. **Marine Pollution Bulletin**, v. 21, n. 8, p. 381-384, 1990. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0025-326X\(90\)90646-P](https://doi.org/10.1016/0025-326X(90)90646-P)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ÖNCEL, Hale; LEVEND, Sinan. The effects of urban growth on natural areas: the three metropolitan areas in Türkiye. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 195, n. 7, p. 816, 2023. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007/s10661-023-11383-7>>. Acesso em: 19 set. 2023.

Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008.

ROCHA, Lyllyan Santos. **Gerenciamento costeiro e estudo de caso da Lagoa da Conceição**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemática. Programa de Pós-Graduação em Oceanografia. Florianópolis, p. 129, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251648>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

Schöninger, R.; Sartori, A.; Cardoso, F. L. EDUCOMUNICAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA EDUCOMUNICATIVA: Uma revisão sistemática, 2016.

SILVA, V. E. C. et al. Space time evolution of the trophic state of a subtropical lagoon: Lagoa da Conceição, Florianópolis Island of Santa Catarina, Brazil. **RBRH**, Porto Alegre, v. 22, e10, 2017. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/2318-0331.011716027>.

Streck, D. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE PESQUISA E EDUCAÇÃO POPULAR: reflexões sobre critérios de qualidade - São Leopoldo, RS, Brasil 2016.

SUNG, Chen Lin et al. O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul–Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 59, p. 1042-1063, 2019.

Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa-ação - São Paulo: Cortez: 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em 30 jun. 2018.

Direitos da natureza: o papel da participação popular na defesa do rio mosquito¹

Francielle Oliveira²

Joice Valverde³

Luísa Campos⁴

Em contraste com a visão tradicional que trata a natureza, até então, como um objeto à disposição da atividade humana, os Direitos da Natureza a reconhecem como sujeito de direitos, dotada de valor intrínseco e merecedora de proteção. Essa mudança de perspectiva abre caminhos para uma relação mais harmônica e sustentável com o meio ambiente, essencial para o bem-estar da humanidade e das futuras gerações. Emergindo como um novo paradigma ético-jurídico, os Direitos da Natureza redefinem a relação entre a humanidade e o meio ambiente. Inspirado na sabedoria ancestral dos povos originários, que reconhece a interdependência entre todos os seres, essa abordagem propõe um marco fundamental na forma como o ser humano se relaciona com o planeta.

O Equador, em 2008, foi pioneiro ao incluir essa visão em sua Constituição, seguido pela Bolívia em 2010. No Brasil, essa iniciativa ganhou força a partir de 2017, inspirada nas cosmovisões indígenas e no conceito do Bem Viver, que propõe uma vida em harmonia com a natureza.

As cidades de Bonito (PE), em 2017, e Florianópolis (SC), em 2019, foram as primeiras a reconhecer os Direitos da Natureza em suas leis. Atualmente, oito municípios brasileiros já adotam essa abordagem, e outros estão em processo de fazê-lo. No âmbito dos recursos hídricos, dois rios brasileiros também tiveram seus

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 9 - Educomunicação Socioambiental, do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva. Atua como Comunicadora Popular na Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. E-mail: franciellepo@yahoo.com.br.

³ Jornalista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atua como jo na Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. E-mail: joice.valverde.jor@gmail.com.

⁴ Jornalista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua como jornalista na Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. E-mail: luisacamposbatista@gmail.com.

direitos reconhecidos: o Rio Laje (RO), conhecido como Rio Komin Memem, e o Rio Mosquito (MG).

O movimento em prol dos Direitos da Natureza não se limita ao âmbito municipal. Três estados brasileiros (Minas Gerais, Pará e Santa Catarina) possuem propostas de emendas constitucionais para incluir essa visão em suas leis fundamentais. Além disso, a Bahia propõe a alteração de sua Política Estadual de Meio Ambiente para incorporar os princípios dos Direitos da Natureza.

Em 2021, a Cáritas Brasileira, entidade de promoção social que atua no país há quase 70 anos na defesa e promoção dos direitos humanos, prestou suporte aos moradores que sofriam as consequências das chuvas históricas que atingiram o norte do estado de Minas Gerais e parte da Bahia, por meio da área de atuação Meio Ambiente Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE). À época, a rede Cáritas, através da Campanha *SOS Bahia e Minas Gerais*, se mobilizou para a intensificação da ação, que foi realizada em três etapas: ajuda emergencial; reconstrução; e incidência política. Neste último, durante a realização de uma oficina para construção de um plano comunitário nos municípios de Porteirinha, Nova Porteirinha e Serranópolis de Minas, cidades ao Norte de Minas Gerais que recebem as águas do rio Mosquito, as comunidades manifestaram o desejo de cuidar da “saúde do rio”. A partir de então, foi realizado um processo de mobilização popular, com construção de incidência política, que resultou na aprovação e na sanção de três importantes legislações que reconhecem o Mosquito como sujeito de direitos – as leis são as únicas do estado que reconhecem um rio como sujeito repleto de direitos. Também foi criado um Comitê de Guardiões responsáveis por defender o rio no âmbito social e, principalmente, seguir pautando o Mosquito nas casas legislativas dos municípios. As leis reconhecem o rio Mosquito como um ser vivo com direitos, que deve ter garantida a sua existência e a de todos os outros seres, humanos e não humanos, que vivem e estão presentes em suas águas.

Dentre os direitos do rio Mosquito e outros entes relacionados, a lei reconhece a importância de: 1) Manter seu fluxo natural e em quantidade suficiente para garantir a saúde do ecossistema; 2) Nutrir e ser nutrido pela mata ciliar e as Florestas do entorno e pela biodiversidade endêmica; 3) Existir com suas condições físico-químicas adequadas ao seu equilíbrio ecológico; e 4) Interrelacionar-se com os seres humanos por meio da identificação biocultural, de suas práticas espirituais,

tradicionais, de lazer, da pesca artesanal, agroecológica, cultural e do Turismo de Base Comunitária.

Os municípios de Porteirinha, Nova Porteirinha e Serranópolis de Minas têm suas economias e geração de renda baseadas, principalmente, na agricultura, no cultivo de hortaliças e na criação de animais. Por essa forte presença da agricultura familiar, o rio Mosquito tem um papel fundamental na garantia da sociobiodiversidade. Ao mesmo tempo, o rio é importante para promoção da segurança alimentar e nutricional, turismo de base comunitária e, principalmente, para conservação da sociobiodiversidade da região.

Afluente dos rios Gortuba e Pardo, o Mosquito parte de Serranópolis de Minas rumo a Porteirinha, município de 37 mil habitantes, onde corta a cidade de oeste a leste, passando na área central do município. A cidade mobiliza, há anos, um movimento em prol da recuperação da saúde do rio, além da preservação de sua nascente, despoluição de diversos trechos, cuidado com a vegetação e todo o meio ambiente que o circunda. De lá, as águas seguem para Nova Porteirinha, município de 6 mil habitantes, até se encontrarem com o rio Pardo.

Um dos fatores de mobilização popular para recuperação do rio se relaciona com as enchentes, que já atingiram Serranópolis e Porteirinha em várias ocasiões. Devido ao intenso assoreamento, junto às características de relevo da região, o rio não comporta os momentos de cheia. Como resultado, ruas, casas e comércios são invadidos pela água e moradores precisam deixar seus endereços às pressas. Na [última enchente](#), ocorrida em março de 2024, mais de 100 casas ficaram alagadas em Porteirinha.

A lei municipal nº 2251/2024 para garantia dos direitos do rio Mosquito, em Porteirinha, teve seu projeto de lei construído de forma colaborativa, a partir de uma intensa mobilização popular em defesa da recuperação e proteção do rio, com participação ativa de famílias agricultoras, organizações sociais e lideranças comunitárias. Entre os parceiros envolvidos estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, a Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida (ACEBEV), a Articulação no Semiárido Mineiro (ASA Minas), a Cáritas Regional de Minas Gerais e a Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros, que organizaram a campanha “Todos pelo Rio Mosquito”.

A mobilização pelo reconhecimento dos direitos do Mosquito não se restringiu apenas a Porteirinha, estendendo-se aos municípios de Serranópolis de Minas e Nova Porteirinha, onde o rio também perpassa. A aprovação das leis nos três municípios demonstra o potencial de alcance e a importância dessa conquista para toda a região, além de proteger o Mosquito por toda a sua extensão. Ainda no âmbito legislativo, a luta pelo rio ganhou ainda mais fôlego com a apresentação, pela vice-presidenta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a deputada estadual Leninha Souza (PT), de um [Projeto de Lei](#) que visa a proteção do Rio Mosquito a nível de estado.

Umas das propostas trazidas pela nova legislação é a criação de um Comitê Guardiã do Rio Mosquito, formado por representantes das comunidades e de entidades do município, garantindo metodologia participativa onde as próprias comunidades definem as ações e quem vai realizá-las.

Mobilizada pela Articulação Nacional pelos Direitos da Natureza, composta por diversas organizações da sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais, no dia 04 de junho de 2024, às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, em prol da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Direitos da Natureza. A audiência teve como objetivo pautar de maneira ampla no cenário legislativo a importância de atribuir à natureza direitos plenos, intrínsecos e perpétuos. A temática se torna ainda mais relevante se considerado o momento em que o mundo discute crise climática e o país se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que será realizada em Belém (PA), em novembro de 2025 (COP 30).

Na ocasião, uma comitiva formada por sete representantes de comunidades, sindicatos locais e da Rede Cáritas estiveram presentes na audiência para compartilhar a trajetória de mobilização e os feitos pioneiros nas cidades, fruto de intensa organização popular. A audiência pública foi um espaço para debater a importância da proteção ambiental e dos Direitos da Natureza, especialmente em um contexto de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e diante da emergência climática que o planeta enfrenta.

A aprovação das leis que reconhecem o Rio Mosquito, um ente não-humano, como sujeito de direitos, é pioneira em Minas Gerais e representa uma conquista histórica, fruto da mobilização popular e construção participativa junto às comunidades, que lutam agora pela regulamentação das leis. Para além disso, essa experiência amplia a discussão sobre a teoria de Direitos da Natureza, a partir do compromisso com a defesa das terras, das águas e da biodiversidade do planeta.

Referências

ALMEIDA, Francisco. Direitos da natureza chegam ao 1º rio do país e terão fórum. **Poder 360**, 09 jun. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaao/direitos-da-natureza-chegam-ao-1o-rio-do-pais-e-terao-forum/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL DE FATO. Porteirinha-MG aprova projeto que reconhece direitos ambientais do Rio Mosquito. **Brasil de Fato**, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/porteirinha-mg-aprova-projeto-que-reconhece-direitos-ambientais-do-rio-mosquito>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. Em Brasília, lideranças do Norte de MG compartilham experiências de defesa do Rio Mosquito. **Cáritas Brasileira**, 18 maio 2024. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/em-brasilia-liderancas-do-norte-de-mg-compartilham-experiencias-de-defesa-do-rio-mosquito>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DIREITOS da natureza: Movimento ganha força no Brasil e no mundo diante da crise ambiental global. **Um Só Planeta**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2023/06/28/direitos-da-natureza-movimento-ganha-forca-no-brasil-e-no-mundo-diante-da-crise-ambiental-global.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FELIZARDO, Vanessa. A natureza como sujeito de direitos. **O Eco**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/a-natureza-como-sujeito-de-direitos>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GONZÁLEZ, Mariana Diel. Direitos da natureza e justiça multiespécie. **Jota**, 09 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.jota.info/artigos/direitos-da-natureza-e-justica-multiespecie-09062024>.

Acesso em: 30 ago. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

O bem viver indígena vai além do capitalismo e do socialismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 28 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/549055-o-bem-viver-indigena-vai-alem-do-capitalismo-e-do-socialismo>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Maquete como ferramenta de sensibilização ambiental no Cerrado de Botucatu¹

Ana Claudia Cury Fratino²

Maysa Ortencio-Santos³

Isadora Maezato⁴

Barbara C. S. Fernandes⁵

Silvia Mitiko Nishida⁶

O Cerrado brasileiro é um *hotspot* global de biodiversidade (Myers *et al.*, 2000) que possui alto nível de endemismo e abriga milhares de espécies da fauna e flora, sendo considerado a savana mais biodiversa do mundo (Murphy *et al.*, 2016). Contudo, o bioma enfrenta graves ameaças devido à degradação de áreas naturais em áreas de pastagem e monocultura (Lima *et al.*, 2019; Rodrigues *et al.*, 2022). Originalmente cobria cerca de 2.000.000 km² do território brasileiro (Sano *et al.*, 2010), mas mais da metade desta área foi modificada por atividades humanas (Strassburg *et al.*, 2017). A Floresta Estadual de Botucatu (FEB), um fragmento de Cerrado em regeneração de 33,8 hectares de vegetação nativa, está localizado na porção oeste do estado de São Paulo e possui quatro fitofisionomias: cerrado *stricto sensu*, campo sujo, campo limpo úmido e mata de galeria inundável, que abrigam centenas de espécies de flora e fauna, com ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção como o papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*) e a patativa-tropeira (*Sporophila beltoni*), um passeriforme ameaçado em nível global (Pilon *et al.*, 2017; Nishida *et al.*, 2018; BirdLife International, 2017). Contudo, a FEB enfrenta diferentes pressões ambientais, como a presença de monoculturas, que pode ocasionar impactos no solo (Pilon *et al.*, 2017, Shao *et al.*, 2022), além das consequências da urbanização, como

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 - Educomunicação Socioambiental do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bióloga formada pela UNESP. São Paulo, São Paulo. E-mail: ana.fratino@unesp.br

³ Bióloga formada pela UNESP. Jundiaí, São Paulo. E-mail: mo.santos@unesp.br

⁴ Bióloga formada pela UNESP. São Paulo, São Paulo. E-mail: i.maezato@unesp.br.

⁵ Pós-graduada em Zootecnia pela UNESP. Técnica do Laboratório de Ciências da Natureza do Colégio EMBRAER. Botucatu, São Paulo. E-mail: barbara.fernandes@colegiopitagoras.com.br

⁶ Bacharel em Ciências Biológicas modalidade médica pela USP, Mestre e doutora em Ciências (Fisiologia Geral) pela USP. Docente do Departamento de Biologia Estrutural e Funcional do Instituto de Biociências do campus da UNESP. Botucatu, São Paulo. E-mail: silvia.nishida@unesp.br.

a deposição irregular de resíduos urbanos, que já atingiu o total de 32 toneladas de lixo no fragmento de Cerrado (Acontece Botucatu, 2022). Diante disso, o desenvolvimento de estratégias para a sensibilização da população localizada ao redor da FEB se faz essencial para a conservação do Cerrado e suas espécies (Cazoto e Tozoni-Reis, 2008). Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) pode se tornar uma ferramenta aliada para a conservação do horto florestal em questão.

A EA, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.795/99), visa sensibilizar e desenvolver valores, conhecimentos e competências para a conservação ambiental. Um de seus objetivos principais é promover uma compreensão integrada da natureza, considerando aspectos ecológicos e antropológicos (BRASIL, 1999). Sob a perspectiva crítica, surge a EA transformadora, que revisa a relação histórico-social entre humanos e meio ambiente, questionando as contradições do modelo de desenvolvimento e seus impactos ambientais (Layrargues e Lima, 2014). Baseada na pedagogia crítica e o materialismo histórico-dialético, buscam formar cidadãos conscientes e engajados socialmente com as questões ambientais (Moreira, 2024).

Uma dessas ferramentas pedagógicas é a construção de maquetes, que enquanto metodologia ativa atua aproximando o espectador a determinados espaços além das palavras. Quando arte e ciência são integradas, nascem diversas possibilidades de compreender as relações humano-natureza e instigar reflexões críticas acerca dos impactos ambientais causados pela atividade do homem ao longo de seu desenvolvimento como sociedade (Alerby e Bergmark, 2012). Dessa forma, o presente relato visa narrar uma experiência de utilização de uma maquete como ferramenta de sensibilização ambiental de um fragmento de Cerrado, a FEB, a fim de contribuir com a formação de estudantes e cidadãos socioambientalmente críticos. Para isso, o trabalho teceu uma aproximação teórico metodológica entre a Educação Ambiental e a Arte Educação.

No período de agosto a setembro de 2023, foram realizados encontros no Colégio EMBRAER Casimiro Montenegro Filho com estudantes de Ensino Médio e graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” integrantes do projeto de extensão universitária “Passarinando: Educação Ambiental e Conservação”. Os encontros tiveram como objetivo contextualizar o Cerrado e confeccionar uma maquete da Floresta Estadual de Botucatu (FEB) contemplando

suas fitofisionomias, biodiversidade e presença humana. Nesses encontros, os estudantes pesquisaram sobre os impactos causados pela atividade humana na área e participaram de saídas de campo na FEB. A maquete foi criada com base em imagens de satélite do Google Earth (latitude 22°55'58" a 22°56'41"S e longitude 48°27'21" a 48°27'35"O) (Figura 1) e foi ajustada topograficamente usando a plataforma Contour Map Creator (curvas de nível a cada 4 metros). Os materiais utilizados na produção da maquete foram, quando possível, de natureza reciclada.

Durante a trajetória metodológica, os estudantes do Colégio EMBRAER tiveram a oportunidade de apresentar duas versões da maquete em eventos organizados em outra escola parceira do projeto, a EMEFI Hernani Donato, situada ao lado da FEB. O primeiro evento, que ocorreu no dia 13 de setembro, teve como objetivo comemorar o Dia do Cerrado e inaugurar uma trilha ecológica construída em uma área adjacente à Floresta, na escola parceira. Estavam presentes estudantes do Ensino Fundamental I e Ensino Médio dos colégios, membros do projeto Passarinhando, docentes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e membros das Secretarias da Educação, do Verde e do Turismo da cidade de Botucatu.

Após a visita da trilha ecológica da FEB, os estudantes de Ensino Médio expuseram a primeira versão da maquete da Floresta Estadual de Botucatu (Figura 2), elucidando cada uma das fitofisionomias e sua biodiversidade componente, e apontando as pressões existentes, tais como: plantação de cana adjacentes à floresta, presença de postes de energia, deposição ilegal de lixo dentro da área e a crescente urbanização ao redor. Nesse contexto, a utilização de um modelo representado tridimensionalmente potencializou a sensibilização e consolidação do interesse dos estudantes e espectadores em relação ao espaço visitado (Nunes *et al.* 2017), permitindo um momento de reflexão e retomada dos conceitos e problemáticas vistos previamente. O envolvimento dos estudantes na construção dos modelos tridimensionais induziu a pesquisa e estudo dos conteúdos científicos de diferentes áreas como geografia, biologia e matemática, assegurando a interdisciplinaridade (Bortoncello e Rosito, 2011; Felcher *et al.*, 2015; Lemos Júnior *et al.* 2023; Macedo e Piuzana, 2016; Vasconcelos *et al.*, 2024).

O segundo momento de apresentação ocorreu na mesma escola durante uma Feira Cultural, no dia 11 de novembro, aberta para os funcionários, pais e

responsáveis dos estudantes. Neste evento os estudantes de Ensino Médio protagonizaram e atuaram também como monitores na apresentação da segunda versão da maquete (Figura 3), aprimorada em relação à anterior. O público neste dia foi sensibilizado ao conhecer sobre o fragmento de cerrado e a riqueza biológica que margeia suas casas, gerando profundas reflexões socioambientais.

Em ambas as atividades, as reflexões instigadas foram importantes para os adultos espectadores assumirem posições favoráveis a melhorias para a FEB, ao presenciarem o engajamento dos jovens com consciência crítica em relação a necessidade de cuidados com o meio ambiente. Para os estudantes das duas escolas, ao utilizar da interdisciplinaridade na EA foi possível aproximar os jovens ao sentimento de pertencimento ao ambiente em que vivem, despertando o interesse em se reconectar e cuidar da natureza.

A natureza está intrinsecamente conectada com a história da civilização humana, e é um dos principais temas nas manifestações de expressão humana, sobretudo nas artes (Alerby e Bergmark, 2012). Nesse sentido, a arte pode ser aliada das práticas pedagógicas ambientais cumprindo o papel de um sistema de conhecimento de mundo que estimula a consciência ambiental por meio das interdisciplinaridades (Barbosa, 1995). A investigação dos estudantes acerca do tema proposto pode provocar uma transformação social, fomentada pela estimulação do pensamento crítico em relação ao ambiente estudado e suas problemáticas (Vasconcelos *et al.*, 2024). A arte, dessa forma, potencializa o processo de aprendizagem por abarcar o mundo sensível, as emoções.

A interdisciplinaridade proporcionada pelo uso de modelos tridimensionais permitiu uma verdadeira imersão do espectador em relação a área representada, que por meio da visualização de seus fenômenos, interações e elementos em uma perspectiva mais ampla abre espaço para discussões aprofundadas sobre o uso do território em questão. Essa abordagem é valiosa considerando o papel essencial que a população local exerce sobre as decisões públicas tomadas acerca do espaço ao seu redor. No que diz respeito a FEB, fragmento de Cerrado sob pressão antrópica, a realização dos eventos proporcionou o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à conservação da área, uma vez que houve o envolvimento das Secretarias da cidade mencionadas anteriormente, além do contato de um vereador interessado na causa. Os resultados mostram que a maquete foi eficaz na

sensibilização ambiental e no engajamento da comunidade, promovendo um maior senso de pertencimento e apoio a políticas de conservação. Além disso, a parceria entre universidade, escola e setor governamental pode promover a interação cultural, política, tecnológica e interdisciplinar entre as organizações de pesquisas e outros setores da sociedade, levando a popularização da ciência e ao desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 2018). Espera-se realizar futuramente mais ações de Educação Ambiental com os moradores ao redor da FEB como estratégia de redução da deposição de dejetos na área de Cerrado.

Figuras



Figura 1: Imagem aérea da área representada na maquete.

fonte: Google Earth.



Figura 2: Apresentação da maquete no evento em comemoração ao Dia do Cerrado, na EMEFI Hernani Donato.

Fonte: projeto Passarinhando.



Figura 3: Segunda versão da maquete da Floresta Estadual de Botucatu.

Fonte: projeto Passarinhando.

Referências

ACONTECE BOTUCATU. Voluntários do Cuesta Limpa recolhem 32 toneladas de lixo da Floresta Estadual de Botucatu. **Acontece Botucatu**. Publicado em: 11 set. 2022. Disponível em:

<<https://acontecebotucatu.com.br/ecologia/voluntarios-do-cuesta-limpa-recolhem-32-toneladas-de-lixo-da-floresta-estadual-de-botucatu/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ALERBY, E.; BERGMARK, U. What can an image tell? Challenges and benefits of using visual art as a research method to voice lived experiences of students and teachers. **Journal of Arts and Humanities**, v. 1, n. 1, p. 95-103, 2012.

BARBOSA, A. M. Arte-educação pós colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. **Comunicação & Educação**, v. 2, p. 59-64, 1995.

BORTONCELLO, J.; ROSITO, J. Educação ambiental para crianças: conscientização para a importância das espécies florestais. **Revista Monografias Ambientais**, v. 2, n. 2, p. 297–302, 2011. DOI: 10.5902/223613082770

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, cria o Sistema Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Acesso em: 29 ago. 2024.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Culicivora caudacutus* (amended version of 2016 assessment). **The IUCN Red List of Threatened Species 2017**, e.T22699415A110733573, 2017. DOI:

[10.2305/IUCN.UK.2017-1.RLTS.T22699415A110733573](https://doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-1.RLTS.T22699415A110733573)

CAZOTO, J. .; TOZONI-REIS, M. F. C. Construção coletiva de uma trilha ecológica no Cerrado: Pesquisa Participativa em Educação Ambiental. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 575-582, 2008.

FELCHER, C. D. O.; BIERHALZ, C. D. K.; DIAS, L. F. Construindo maquetes - Uma estratégia didática interdisciplinar no eixo geometrias: espaço e forma. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2015. DOI: 10.18264/eadf. v5i2.238. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/238>.

LIMA, M. *et al.* Demystifying sustainable soy in Brazil. **Land Use Policy**, v. 82, p. 349-352, 2019. DOI: 10.1016/j.landusepol.2018.12.016

LAYRARGUES, P.; LIMA, G. F. C.. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEMO-JÚNIOR, C. B.; REIS, M. J.; OLIVEIRA, J. M. de. A utilização de modelos tridimensionais como instrumento de aprendizagem em educação ambiental. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 12, n. 2, p. 387-399, 2023. DOI: 10.21284/elo.v12i.16578

MACEDO, C. S.; PIUZANA, D. Confecção de maquetes no auxílio da educação ambiental: prática lúdica para o parque estadual do rio reto, Minas Gerais. **Educação ambiental em ação**, v. 22, n. 87, 2016.

MOREIRA, I. R.; MARQUES, W. Educação Ambiental crítica: pensando caminhos para a formação omnilateral. **Instituto Federal do Triângulo Mineiro**, 2024. Disponível em:

<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585046/2/Educa%c3%a7%c3%a3o%20Ambiental%20Cr%c3%adica.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MURPHY, B. P.; ANDERSEN, A. N.; PARR, C. L. The underestimated biodiversity of tropical grassy biomes. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 371, n. 20150319, 2016. DOI: 10.1098/rstb.2015.0319

MYERS, N. *et al.* Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000. DOI:10.1038/35002501

NISHIDA, S. M. *et al.* Guia de aves: Botucatu e São Manuel. **FUNDIBIO**, 1 ed., 2018.

NUNES, M. E. R.; FRANÇA, L. F.; PAIVA, L. V. D. E. Eficácia de diferentes estratégias no ensino de Educação Ambiental: Associação entre pesquisa e extensão universitária. **Ambiente & sociedade**, v. 20, n. 2, p.59–76, 2017.

PILON, N. A. L. *et al.* Riqueza, relevância e estratégias para a conservação de fisionomias campestres do Cerrado no Horto Florestal de Botucatu, SP, Brasil. **Revista Instituto Florestal**, v. 29, n. 1, p. 19-37, 2017. DOI: 10.24278/2178-5031.201729102

RODRIGUES, A. A. *et al.* Cerrado deforestation threatens regional climate and water availability for agriculture and ecosystems. **Global Change Biology**, v. 28, n. 22, p. 6807-6822, 2022. DOI: 10.1111/gcb.16386

SANO, E. E. *et al.* Land cover mapping of the tropical savanna region in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 166, p. 113-124, 2010. DOI: 10.1007/s10661-009-0988-4

SHAO, G. *et al.* Impacts of monoculture cropland to alley cropping agroforestry conversion on soil N₂O emissions. **GCB Bioenergy**, v. 15, n. 1, p. 58-71, 2022. DOI: 10.1111/gcbb.13007

STRASSBURG, B. B. N. *et al.* Moment of truth for the Cerrado hotspot. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, n. 0099, 2017. DOI: 10.1038/s41559-017-0099

VASCONCELOS, Q. F.; FERREIRA, O. E.; CORREA, T. Atração luminosa e controle biológico: Maquete como prática educativa em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 15, n. 1, p. 51-59, 2024.

Experiência interdisciplinar no curso de educomunicação na ECA/USP ¹

Carmen Lúcia Melges Elias Gattás²

O texto aborda a integração da Educomunicação no campo da Educação Ambiental, destacando sua importância como ferramenta para transformar práticas sociais e promover a sustentabilidade. A Educomunicação é apresentada como um meio de ampliar a pluralidade de vozes e criar novos espaços de interação entre os indivíduos e o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Objetivos e Contexto do Projeto

O projeto "A ECA e EACH em União para a Sustentabilidade na USP," coordenado pela Prof^a. Dr^a. Lucilene Cury (ECA/USP), sua orientanda de Doutorado (2012-2015) e Prof^a. Dr^a. Roseli Imbernom (EACH/USP), visou integrar a Educomunicação com a Educação Ambiental dentro da Universidade de São Paulo. Um dos principais resultados foi a criação da disciplina "Educomunicação Socioambiental" no curso de Licenciatura em Educomunicação, visando preparar futuros professores para abordarem o desenvolvimento sustentável em suas práticas docentes.

Educomunicação e Sustentabilidade

¹ Trabalho apresentado no eixo [nº do eixo - 9] do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mini currículo do autor: Pós-doutora em Educação Ambiental no Instituto de Biociências (IB/USP); Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP, 2015); Mestre em Filosofia pela PUC-SP; e Licenciada em Filosofia pela UNESP. Professora Colaboradora na Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP (de 2014 a 2028) para a disciplina Educomunicação Socioambiental. Atualmente realiza a formação para professores, na modalidade presencial e a distância, na Secretaria Municipal de Educação (SME/SP), para educadores indígenas no CECI Jaraguá, com a criação da Imprensa Kunumungue. É pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/ECA/USP) e pesquisadora no Instituto do Biociências (IB/USP). ECA/USP, São Paulo/SP, caluga8@gmail.com

A Educomunicação é definida como a interface entre educação e comunicação, criando "ecossistemas comunicativos" que facilitam o diálogo democrático e participativo entre os diversos atores sociais. O conceito de ecossistemas comunicativos envolve tanto a infraestrutura técnica quanto as relações humanas que promovem a troca de conhecimentos e informações de maneira inclusiva e colaborativa. Este modelo educacional visa empoderar os alunos para que se tornem agentes de mudança no contexto socioambiental.

Desenvolvimento e Metodologia

O trabalho detalha o desenvolvimento do projeto ao longo dos anos de 2012 a 2014, incluindo a implementação da disciplina na ECA/USP e as atividades desenvolvidas com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A metodologia adotada focou na integração de diversas áreas do conhecimento, utilizando abordagens interdisciplinares, já que a disciplina é optativa e reúne alunos de diversos cursos da USP para promover uma compreensão mais complexa dos desafios ambientais.

Resultados e Impactos

Os resultados do projeto mostram avanços significativos na capacitação dos alunos em práticas educacionais, permitindo-lhes atuar de forma efetiva nas escolas e comunidades em relação aos ODS. A criação de estratégias inovadoras para educação ambiental, através da Educomunicação, promoveu a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental. O texto também destaca a importância da inclusão da educação ambiental nos currículos escolares para preparar os alunos para os desafios do futuro.

Conclusões e Desafios Futuros

O texto conclui que a Educomunicação Socioambiental tem um papel crucial na promoção de práticas educativas sustentáveis e que seu desenvolvimento contínuo é essencial para atender às metas globais de sustentabilidade até 2030. No entanto, ainda existem desafios significativos, incluindo a necessidade de maior apoio

institucional e financiamento para expandir e implementar esses programas em uma escala mais ampla. A prática educ comunicativa deve continuar a evoluir para responder às necessidades emergentes da sociedade e do ambiente, garantindo que a comunicação se torne uma ferramenta vital para a transformação social e ambiental.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/txbase_educom_20.pdf.

Acesso realizado em: 18/07/2024.

BRIANEZI, Thais, **Educomunicação Socioambiental promove cooperação entre escolas**. Portal SME. Disponível em:

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Educomunicacao-Socioambiental-promove-cooperacao-entre-escolas>. Acesso realizado em 18/07/2024.

BRIANEZI, T. S. **Qual a relação entre a educação ambiental e o direito à comunicação?** In: SORRENTINO; PORTUGAL; CASTELLANO; BRIANEZI; FONSECA; MOURA; MORIMOTO; BATTAINI. (Org.). Educação Ambiental e Políticas Públicas: conceitos, ferramentas e vivências. 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2012, v. 1, p. 141-150.

CITELLI. Adilson; COSTA, Cristina Castilho Costa (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo, Paulinas, 2011.

CITELLI. Adilson, **Comunicação e educação: implicações contemporâneas**. A. Citelli - Comunicação & Educação, 2010 - periodicos.usp.br (acesso realizado em 12/02/2018).

CURY; IMBERNON; GATTÁS. **A ECA e a EACH em união para a sustentabilidade na USP**. Projeto aceito para a implementação da disciplina Educomunicação Socioambiental pela Superintendencia de Gestão Ambiental na USP, 2014.

GATTÁS, Carmen. **Novas Mediações na Interface Comunicação e Educação: a Educomunicação como proposta para uma Educação Ambiental transformadora**. Abril/2015, 217 páginas. Tese de Doutorado ECA/USP. São Paulo, 2015.

FALCÃO, Sandra Pereira. **Interfaces Colaborativas em Comunicação e educação Ambiental**. Fevereiro/2018, 469 páginas. Tese de Doutorado ECA/USP. São Paulo, 2018.

KAPLÚN, Mario in CITELLI, A. De O. e CASTILHO COSTA, M. C. (Orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo, Paulinas, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004

MATTELLART, A. **A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos**. Intercom - Revista brasileira de ciências da comunicação. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Meio Ambiente, Brasília, 2010. Disponível em: www.mma.gov.br (acesso realizado em 15/11/2015).

_____, ECA 92, 1992.
www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Editora Piaget, 1990.

_____. **Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O Ano I da Era Ecológica**. A Terra depende do homem que depende da Terra. Lisboa: Editora Piaget, 2016.

PORTAL SME. **Programa Nas Ondas do Rádio**. Disponível em:

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Apresentacao-7>.

Acesso realizado em: 16/11/2015.

PORTAL DO MEC LDB 9394/96 _
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> (acesso realizado em 18/11/2015).

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>

REVBEA, São Paulo, V.10, No 2: 149-162, 2015. **revista brasileira de educação ambiental.**

SARTORI, Ademilde S.. SOARES, Maria S. P.. **Concepção dialógica e as NTICs: A educomunicação e os ecossistemas comunicativos.** V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, setembro 2005.

SARTORI, A. **A Educomunicação como resposta possível às inter-relações entre Comunicação e Educação: promoção de ecossistemas comunicativos.** Disponível em:

http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/crartas/Internet/ponencias/GT18_43Sartori.pdf. Acesso realizado em: 18/11/2015.

SOARES, Ismar de O. **Educomunicação, o Conceito, o Profissional, a Aplicação.** São Paulo, Paulinas, 2011.

_____. **O Projeto EDUCOM.TV: Formação On-Line de Professores numa Perspectiva Educomunicativa.** Revista digital de tecnologia e educação a distância. Vol. 1. N. 1 nov. 2004. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos2/artigo2.htm>. Acesso realizado em 18/11/2015.

_____. I. Caminos de La educomunicación: utopias, confrontaciones, reconocimientos. Nómodas, Universidad Central, Bogotá, Colombia, n. 30, p. 194-207, abril de 2009. Acesso realizado em 18/11/2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTAO AMBIENTAL (SGA) da USP, **Projeto A ECA e a EACH em união para a sustentabilidade na USP.** Disponível em: <http://www.sga.usp.br/wp-content/uploads/45.pdf>.

Multiplicadores Ambientais: semeando saberes¹

Kelly Martinez Gomes²

Karmine Pasinato³

Kethlyn Martinez Gomes⁴

Adailton Moreira⁵

As competências gerais e específicas da Ciência da Natureza, delineadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam a importância do letramento científico dos estudantes durante o Ensino Fundamental. Este letramento é essencial para a capacitação do indivíduo na atuação consciente e eficaz, e fundamental ao pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2017). Nesse contexto, práticas educativas que vão além das abordagens tradicionais tornam-se imprescindíveis, visando desenvolver nos alunos a capacidade de agir sobre o ambiente físico e social e construir seu próprio conhecimento.

A Escola Leonel Brizola, na região metropolitana de Porto Alegre, adota esse novo enfoque educacional. Apesar de enfrentar desafios como o acesso limitado a infraestruturas básicas e altos índices de vulnerabilidade social, a escola se destaca ao promover o protagonismo dos alunos através da iniciativa "Multiplicadores Ambientais". Essa ação faz parte do projeto transdisciplinar "Leonel Sustentável" e tem como base a transformação do aluno em um participante ativo de seu próprio processo de aprendizagem e das mudanças na escola e comunidade local (CORRÊA, 2022).

¹ Trabalho apresentado no eixo Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação

² Doutora em Biologia Animal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS. Atua como Professora de Ciências no Ensino Fundamental II na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola - Alvorada/RS. E-mail: prof.kellymartinez@gmail.com

³ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre/RS. Atua como Professor de Geografia e História no Ensino Fundamental II na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola - Alvorada/RS. E-mail: professor.adailtonmoreira10@gmail.com

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS. E-mail: karminebio@gmail.com

⁵ Graduanda em Tecnologia em Produção Multimídia pelo IFRS - Campus Alvorada. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, com foco em pesquisa em *game studies*, estudos de gênero e experiência do usuário. E-mail: kethlyn.gomes@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

Ao despertar a curiosidade, motivar ações espontâneas, incentivar a observação crítica e envolver os alunos em projetos práticos, a escola promove o desenvolvimento de habilidades analíticas e colaborativas. Essas atividades permitem que os alunos explorem soluções criativas e atuem como multiplicadores do conhecimento adquirido (MUGLER et al., 2006). Assim, a iniciativa "Multiplicadores Ambientais" não só contribui para o desenvolvimento do letramento científico, mas também incentiva o protagonismo estudantil, a consciência ambiental e a prática de cidadania, formando indivíduos críticos e capazes de propor soluções para problemas reais, tanto na escola quanto na comunidade.

O contexto socioambiental da Escola Leonel Brizola se destaca pela presença de áreas verdes e proximidade com o Rio Gravataí, manancial que abastece o município de Alvorada/RS. No entanto, a comunidade enfrenta desafios como falta de transporte público, moradia inadequada, saneamento básico precário e acesso limitado à saúde, propiciando um ambiente de desigualdade e violência. Além disso, carece de conhecimento sobre práticas sustentáveis e de conscientização ambiental.

A escola também lida com índices preocupantes de infrequência e evasão escolar. No ano de 2023, aproximadamente 8% dos 205 estudantes do 5º ao 9º ano frequentaram menos de 50% das aulas. Na educação infantil e séries iniciais, essa situação é ainda mais crítica, afetando negativamente o processo de alfabetização. A falta de incentivo familiar para a continuidade dos estudos agrava o problema, tornando o engajamento escolar um desafio ainda maior.

O público-alvo do projeto "Multiplicadores Ambientais" inclui alunos do 5º ao 9º ano, que participam de atividades de educação ambiental fora do horário regular de aulas. Este é o segundo ano de implementação do projeto nesse formato, orientado pelas necessidades curriculares, pela identificação de demandas estruturais da escola e por uma rotina de conscientização e responsabilidade ambiental. Semanalmente, os alunos são desafiados a pensar em soluções para os problemas identificados.

Os estudantes lideraram e participam de atividades divididas em seis eixos: (1) *AgroEscola Sustentável* que envolve a revitalização da horta escolar e a manutenção do sistema agroflorestal, adequação dos resíduos orgânicos com construção e instalação de uma composteira sob apoio técnico da Emater/RS, além da produção

de mudas de espécies medicinais e ornamentais; (2) *Aprendendo para ensinar* os alunos participam de formações pedagógicas sobre biodiversidade, meio ambiente, cultivo de hortaliças e produção audiovisual com parceiros de diversas instituições, assim como, com os docentes da escola; (3) *Semeando aprendizado* são as práticas de educação ambiental com alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II conduzidas pelos estudantes que receberam a capacitação, com temas acerca do consumo consciente de água, produção de bolinhas de sementes, plantio de hortaliças para a alimentação escolar e biodiversidade; (4) *Raízes do saber*: participação em oficinas de macramê e produção de sabão, sal aromatizado e de temperos à base de pimenta rosa, como forma de reconhecimento ancestral e o potencial econômico no espaço escolar. (5) *Moda Sustentável* é uma abordagem que surgiu a partir das enchentes presenciadas no Rio Grande do Sul, assim, os estudantes recebem roupas para promoção de um varal solidário aberto aos estudantes e comunidade escolar, além de algumas peças serem comercializadas no formato de brechó para compra de insumos; (6) *EcoVisão* envolve a documentação audiovisual das atividades, permitindo que os alunos editem e compartilhem os registros na rede social (@leonel_sustentavel), além de divulgar as iniciativas na Rádio Web Leonel. No futuro, pretende-se criar um *podcast* para discutir temas ambientais e outros assuntos de interesse estudantil, reforçando o vínculo com a comunidade.

Em termos de impacto, a iniciativa já demonstrou resultados positivos. Os estudantes e funcionários reconhecem os "Multiplicadores Ambientais" como agentes importantes nas atividades de educação ambiental, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Esse reconhecimento se reflete em uma maior receptividade às iniciativas e um entusiasmo crescente por parte de todos os envolvidos. O corpo docente, por sua vez, vê nesses multiplicadores uma fonte contínua de inspiração, propondo ações conjuntas que focam na responsabilidade ambiental, no cuidado com o meio ambiente e na promoção da sensibilidade social.

O projeto visa não apenas fortalecer a consciência ecológica dos estudantes, mas também capacitá-los como agentes de mudança em suas casas e comunidade. As atividades do segundo semestre têm como foco a ampliação das ações já existentes, ao mesmo tempo em que incorporam novas práticas. A gestão de resíduos continua sendo uma prioridade, com especial atenção para a destinação correta de

plásticos e a intensificação da coleta de óleo de cozinha usado, que é reaproveitado na produção de sabão ecológico para utilização na cozinha da escola. Recentemente, o estudo sobre pimenta rosa e os experimentos com receitas de sabão permitiram que os estudantes adicionassem o extrato da folha na produção de sabão, resultando em produtos inovadores e sustentáveis, como sabões e temperos, que foram comercializados em uma feira escolar. Este aspecto do projeto não só promove a sustentabilidade, mas também introduz os estudantes aos conceitos de empreendedorismo. Durante essas atividades, discutiu-se a importância de criar uma identidade visual única para os produtos, além de estratégias de diversificação e divulgação, aspectos essenciais para qualquer empreendimento bem-sucedido.

Ademais, durante a existência do projeto, algumas capacitações técnicas fundamentais para o desenvolvimento do letramento científico dos estudantes foram realizadas. Ao longo dos encontros do projeto, a professora coordenadora realiza formações sobre a semana da água, moda sustentável e produtos de fácil acesso e respeitem o meio ambiente. A primeira capacitação com parceiro externo foi com a Emater/RS, que focou na compostagem e técnicas para a redução de resíduos orgânicos, além de melhorias na qualidade do solo. A segunda foi voltada às adaptações dos seres vivos ao ecossistema, proporcionando uma compreensão mais profunda da biodiversidade e da importância de conservar os habitats naturais de crustáceos, com uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A última formação abordava os aspectos do audiovisual para a criação de produtos voltados ao público escolar e de demandas dos projetos realizados na escola, com agentes culturais de Porto Alegre. Recentemente, fixou-se a parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Alvorada para a participação dos estudantes no projeto “Oficinas criativas RECICLOTECA: vamos fazer nossa (p)arte”. Essa formação visa refletir sobre a problemática que envolve os resíduos sólidos, ao passo que vê esse material como recurso artístico. Todas as capacitações fornecem uma base sólida de conhecimento para que os estudantes possam compartilhar e aplicar esses conceitos em suas vidas diárias e na comunidade escolar.

A divulgação das atividades nas redes sociais e o trabalho colaborativo em sala de aula, envolvendo estudantes de diferentes níveis de ensino, têm aumentado a participação e o apoio da comunidade escolar em iniciativas como a doação de óleo de cozinha usado, a doação de roupas para o varal solidário e a participação ativa

nos eventos escolares. Essa visibilidade e o crescente apoio comunitário são fundamentais para o sucesso contínuo do projeto. Com o tempo, as experiências proporcionadas por este projeto podem transformar o compromisso ecológico em um pilar central da cultura escolar, influenciando positivamente o cenário local e contribuindo para um futuro mais sustentável e consciente. A visão é que, através dessas iniciativas contínuas e do engajamento ativo, os estudantes se tornem verdadeiros agentes de mudança, capazes de influenciar suas famílias e comunidades em direção a práticas mais ecológicas e responsáveis.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024

CORRÊA, Daniela Dias Menezes. A importância da educação ambiental no ensino fundamental. **Revista Gestão e Educação**, v. 5, n. 06, p. 01-11, 2022. Disponível em: <http://revista.faconnect.com.br/index.php/GeE/article/view/281>. Acesso em: 22 ago. 2024

MUGLER, Cristine, C. *et al.* Educação em solos: princípios, teoria e métodos Ensino da Ciência do Solo, **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 30, n. 04, p. 733-740, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-06832006000400014>. Acesso em: 22 ago. 2024

Relato de Experiência no Projeto de Extensão Vozes das Juventudes da Amazônia: Quadro Vozes do Território¹

Gabrielly Marques dos Santos²

Alex Nery Moraes³

Klewerson Régys da Silva Rodrigues⁴

O presente relato trata de uma experiência realizada dentro do projeto extensionista Vozes das Juventudes na Amazônia: Comunicação e Engajamento na Governança Democrática, realizado pela Pró-Reitoria de extensão da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), do qual esta autora fez parte: a produção do quadro Vozes do Território. Para uma melhor compreensão do que constitui esse produto, convém, primeiramente, abordar o seu contexto de produção.

Na condição de voluntária do projeto de extensão Vozes das Juventudes da Amazônia, vinculado à Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e de acadêmica do curso de Licenciatura em Letras – Inglês, tive a oportunidade de vivenciar, por 08 meses, uma experiência transformadora, atuando em prol da governança democrática, por meio da educomunicação, trabalho esse que resultou no fortalecimento do empoderamento juvenil na região amazônica. A iniciativa, que se desenvolveu em parceria com escolas famílias agrícolas do Amapá, como a Escola Família Agroecológica do Macacoari (Itaubal – AP) e a Escola Família Agroextrativista do Carvão (Mazagão – AP), teve como objetivo principal promover a conscientização ambiental e a educação para a cidadania entre os jovens.

Ao longo do projeto, esta autora pôde participar de uma série de atividades que visavam despertar nos jovens a consciência sobre a importância da preservação do meio ambiente e a necessidade de agir em prol de um futuro mais sustentável, tendo

¹ Trabalho apresentado no eixo Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduada em Licenciatura em Letras - Inglês pela Universidade do Estado do Amapá/UEAP. Atualmente é Extensionista na Universidade Estadual do Amapá. Santana – AP. E-mail: gabriellysantos.gs63@gmail.com.

³ Mestre em Ensino, analista em Letras na Universidade do Estado do Amapá. Macapá – AP. E-mail: alex.moraes@ueap.edu.br.

⁴ Especialista em Design, computação gráfica e multimídia, e analista em Design na Universidade do Estado do Amapá. Macapá – AP. E-mail: klewerson.rodrigues@ueap.edu.br.

como ferramenta mediadora a educomunicação. Através de oficinas, palestras, debates e atividades práticas, foram explorados temas como as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição e a perda da biodiversidade. Além disso, uma das atividades mais marcantes foi a realização de oficinas de produção audiovisual, nas quais os jovens puderam utilizar ferramentas digitais para criar vídeos e documentários sobre as questões ambientais que afetam suas comunidades. Por intermédio de conversas sinceras e inspiradoras, com foco no cotidiano da juventude universitária amazônica, o podcast buscou desmistificar questões relacionadas ao tema, oferecer suporte e promover o cuidado com a saúde mental entre os jovens.

Paralelamente, o projeto desenvolveu uma série de entrevistas com o objetivo de discutir a temática de cotas. Essas conversas foram fundamentais para promover a reflexão sobre a importância da diversidade nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, além de abordar os desafios enfrentados por grupos historicamente vulnerabilizados. Ao dar voz a diferentes perspectivas, as entrevistas contribuíram para a construção de um debate mais amplo e aprofundado sobre o tema.

Foi nesse contexto que surgiu o quadro Vozes do Território, uma das experiências mais marcantes desta autora durante a sua participação no projeto. Na posição de entrevistadora, tive a honra de conversar com figuras inspiradoras do Norte do Brasil. Conversas nas quais não só foi explorada a importância da representatividade do território nortista, como também a construção de identidades locais e a necessidade de proteger a Amazônia e valorizar a sua cultura.

O quadro Vozes do Território foi uma das iniciativas mais memoráveis do projeto Vozes da Juventude na Amazônia, pois, por meio dele, tive a oportunidade de conversar com personalidades da região, explorando temas como a representatividade, o pertencimento e a defesa da cultura e do território amazônico. Em um dos episódios, entrevistei Claudia Ferraz, representante da rede Wayuri, momento em que esta falou sobre a importância de fortalecer as redes de apoio entre as mulheres indígenas e tradicionais da Amazônia, bem como acerca da necessidade de valorizar seus conhecimentos e saberes ancestrais.

Outro episódio do quadro apresenta uma entrevista, feita por mim, com o cantor amapaense Zé Miguel. Zé Miguel compartilha com os espectadores como sua música é uma forma de expressar sua identidade amazônica e de conectar-se com

suas raízes. Suas canções, que falam sobre a natureza, a cultura e as lutas do povo da Amazônia, são um verdadeiro hino à região.

Na conversa com o cantor é possível perceber a profunda conexão do artista com sua terra natal e a forma como sua música reflete a cultura e a identidade amazônica. Já com Claudia Ferraz, foi discutida a importância de fortalecer as redes de apoio entre as mulheres indígenas e tradicionais da Amazônia, bem como a necessidade de valorizar seus conhecimentos e saberes ancestrais.

Soares (2011) nos lembra que o que realmente importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que podemos criar com ela para ampliar os diálogos sociais e educativos. Assim, com o auxílio de um *smartphone*, um par de microfones de lapela e, posteriormente, de um aplicativo gratuito de edição de vídeos disponível na loja do sistema operacional android, o quadro Vozes do Território se tornou uma plataforma importante para a valorização da diversidade artística da Amazônia e para o fortalecimento da identidade dos jovens da região, principalmente por dar voz a personalidades inspiradoras. Ele contribui, dessa forma, para a construção de uma narrativa mais positiva sobre a Amazônia, destacando a riqueza artística e a diversidade socioambiental da região.

A produção desse material audiovisual com os diálogos com essas importantes personalidades representa uma contribuição à amplificação das suas mensagens e busca inspirar outras pessoas a se conectarem com suas raízes e a lutarem pela defesa da Amazônia.

O Vozes do Território, inserido no projeto Vozes da Juventude na Amazônia, contribuiu para a formação desta profissional da área da linguagem na medida em que permitiu-lhe compreender mais profundamente a ligação entre seu povo e sua cultura, a forma como os indivíduos interpretam o seu universo e como se veem (ou não) como importantes atores na defesa de suas comunidades. Outra contribuição à formação da autora diz respeito ao exercício da formulação de perguntas claras e objetivas, da compreensão das nuances do discurso do entrevistado e da tradução, no fluxo da entrevista, de suas ideias para um público mais amplo, habilidades linguísticas essas fundamentais para a realização de um trabalho de qualidade.

O Vozes do Território contribuiu, nessa perspectiva, ao dar voz a diferentes culturas e identidades presentes na Amazônia. A produção e a divulgação dessas

entrevistas promovem o intercâmbio artístico e a valorização da diversidade linguística. A habilidade de se comunicar de forma clara e concisa é fundamental tanto para a produção de textos escritos quanto para a realização de entrevistas. Além disso, a área de Letras também se preocupa com a comunicação intercultural, ou seja, a capacidade de se comunicar com pessoas de diferentes culturas e *backgrounds*.

A criação do quadro Vozes do Território tem um significado profundo para o público e para quem participa da produção. Ao disponibilizar os vídeos no YouTube, o projeto oferta um produto audiovisual de alta qualidade que permite a um público amplo conhecer as realidades e as vozes da Amazônia. Essa produção contribui para o crescimento da cultura local, promovendo a diversidade e construindo uma história mais justa e igualitária para a região.

Para quem participa da produção, o projeto representa uma oportunidade única de aplicar os conhecimentos teóricos, adquiridos em sala de aula, em um contexto real. Experiência em realização de entrevistas, edição de vídeos e produção de material promocional exige, por exemplo, fluência em inglês, escrito e falado, além de habilidade de comunicação e trabalho em equipe. Esta prática contribui significativamente para a formação profissional dos participantes, preparando-os para o mercado de trabalho e para os desafios da comunicação num mundo globalizado.

Além de desenvolver competências técnicas, o projeto também promoveu um crescimento pessoal significativo, porque, ao entrarem em contato com diferentes culturas e realidades, os participantes desenvolveram um senso crítico mais forte e uma maior sensibilidade para os problemas sociais, tal como prevê Soares (2011) para os trabalhos na perspectiva da educomunicação socioambiental, marcados pelo dialogismo e baseados na indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais. O quadro Vozes do Território, portanto, vem colaborar para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados nas causas socioambientais.

Referências

Canal VUUMBORA - PROEXT UEAP. **Vozes das Juventudes na Amazônia - Compilado 1**. YouTube, 26 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QkX68n5580>. Acesso em: 26 de agosto de 2024.



Canal VUUMBORA - PROEXT UEAP. **2º Compilado de Quadros do Projeto Vozes das Juventudes na Amazônia - Núcleo UEAP**. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QkGvA8m99o>. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

SOARES, Ismar. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação, contribuições para a reforma do ensino médio**. 3ªed. São Paulo: Paulina, 2011.

HQ e os saberes tradicionais dos Mebêngôkré-Xicrin Frente às Mudanças Climáticas¹

Márcia Fernanda de Mélo Mendes²

Mauricio Polidoro³

Pablo Diego dos Santos de Aguiar⁴

Gabriela Brasil Severgnini⁵

Graciela Salvador

A Terra Indígena Trincheira Bacajá, localizada no estado do Pará, ao longo da margem direita do rio Bacajá, um importante afluente do majestoso rio Xingu, é o lar do povo Mebêngôkré-Xicrin, também conhecidos como Xicrin do Bacajá. Este grupo indígena, autodenominado Mebengokré, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e é reconhecido pela preservação de sua língua nativa, o Mebengokré. Essa língua é um elo vital que mantém viva a rica cultura ancestral dos Mebêngôkré-Xicrin, desenvolvida ao longo de séculos em um contexto histórico marcado por intensas disputas interétnicas pelo controle e uso do território na região do Médio Xingu. A Terra Indígena Trincheira Bacajá desempenha um papel crucial não apenas na sobrevivência física, mas também na manutenção da identidade cultural dos Mebêngôkré-Xicrin, que se veem atualmente sob intensa pressão devido à invasão de suas terras e à construção de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esta usina, em particular, trouxe profundas e negativas alterações ao território e ao modo de vida tradicional dos Xicrin, gerando impactos ambientais e sociais de grande magnitude (Mantovanelli, 2016).

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Psicologia (UFPA/BR) e Antropologia e Comunicação (URV/BR) Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS), Graduada em Educação Física, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS -campus Alvorada e coordenado do Grupo de pesquisa Afetacoes do IFRS marcia.mendes@alvorada.ifrs.edu.br.

³ Geógrafo, doutor em Geografia, pós-doutor em Saúde Coletiva. Coordenador de Articulação das Políticas de Adaptação às Mudanças Climática da Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas - mauricio.polidoro@povosindigenas.gov.br

⁴ Quadrinista, graduado em Comunicação Digital - Unisinos

⁵ Graduanda de Licenciatura em Pedagogia no IFRS *campus* Alvorada. Educadora popular, escritora, formada em arquitetura e urbanismo (UniRitter), atua na Biblioteca Comunitária do Arvoredo, zona leste de Porto Alegre/RS, cidade onde mora. gabriela.severgnini@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

Atualmente, os Mebêngôkré-Xicrin vivem em várias aldeias distribuídas dentro dos limites da Terra Indígena Trincheira-Bacajá, onde continuam a praticar suas tradições milenares, mantendo uma relação profundamente enraizada com a natureza e com o território que os rodeia. No entanto, essa relação tem sido ameaçada por diversas pressões externas, que incluem a exploração madeireira ilegal, a invasão de terras por grileiros, e a construção de grandes projetos de infraestrutura, como a já mencionada Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A construção desta usina alterou significativamente a hidrologia local, resultando na degradação dos rios Bacajá e Xingu, fundamentais para a subsistência e para a continuidade das práticas culturais dos Xicrin. Os impactos dessas mudanças são sentidos no cotidiano da comunidade, com a escassez de peixes, a dificuldade na caça e na coleta de alimentos, e a perda de áreas sagradas e de convivência comunitária. Ainda assim, os Mebêngôkré-Xicrin têm demonstrado uma notável resiliência, utilizando seus vastos conhecimentos tradicionais e engajando-se de forma ativa em processos de defesa de seus direitos territoriais e ambientais, por meio de alianças com organizações não governamentais e processos judiciais (Mantovanelli, 2016).

Neste cenário de desafios e ameaças, surge o Projeto Guardiões e Guardiãs do Clima como uma iniciativa essencial para a promoção e defesa dos direitos pluriétnicos, culturais e sociais dos povos indígenas. O projeto visa assegurar o pleno exercício da cidadania e do bem viver dessas comunidades, especialmente em um contexto de crise climática, que afeta de forma desproporcional as populações indígenas, exacerbando os desafios que elas já enfrentam. Concebido em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Alvorada, o projeto responde diretamente às urgências impostas pelas mudanças climáticas, utilizando uma abordagem inovadora que integra comunicação e educação para amplificar as vozes e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

O principal foco do Projeto Guardiões e Guardiãs do Clima é a produção e distribuição de três histórias em quadrinhos que abordam de maneira acessível e envolvente temas como eventos climáticos extremos, seus impactos nas comunidades indígenas, e as estratégias de mitigação e adaptação que têm sido desenvolvidas com base no conhecimento tradicional desses povos. Essas histórias foram desenvolvidas após uma profunda imersão na Aldeia Khrã, na Terra Indígena

Bacajá, onde os envolvidos no projeto participaram de conversas e entrevistas com lideranças indígenas durante o Festival Cultural Berê Xikrin Kwirykango, realizado na região de Altamira. Esse festival é um importante evento cultural que reúne diferentes aldeias e promove o intercâmbio de conhecimentos e práticas tradicionais, sendo o cenário ideal para a coleta de relatos e histórias que fundamentaram a criação das HQs.

As histórias em quadrinhos produzidas pelo projeto são divididas em três capítulos principais, cada um focado em diferentes aspectos da relação dos povos indígenas com o meio ambiente e com as mudanças climáticas:

Casa de Memórias:

Este capítulo gira em torno de BEPDJYRE, um jovem indígena que está cursando Licenciatura Intercultural Indígena e sonha em se tornar professor para poder ensinar e transmitir o saber tradicional de sua comunidade às futuras gerações. A narrativa explora a importância dos anciãos como guardiões da memória e da cultura, que têm o papel fundamental de transmitir conhecimentos ancestrais que foram passados de geração em geração. A história também reflete sobre as mudanças significativas na vida indígena ao longo do tempo, incluindo a chegada dos invasores e a construção da barragem de Belo Monte. Esta barragem trouxe consigo uma série de dificuldades para a comunidade, como a redução das áreas de caça e pesca, a destruição de áreas de coleta de alimentos e a poluição das águas, o que afetou profundamente o modo de vida tradicional dos Mebêngôkré-Xikrin. A história destaca ainda a luta contínua pela preservação da cultura e a defesa das terras indígenas, que são vistas como essenciais para a manutenção da identidade e da sobrevivência da comunidade.

Pé de Jenipapo:

Este capítulo acompanha NGRENHPAY, que reflete sobre sua vida na aldeia Krahn, onde 13 famílias vivem em 28 casas, em uma comunidade que se mantém coesa apesar das adversidades. O capítulo aborda a íntima relação dos indígenas com a roça, que sempre foi a principal fonte de sustento, mas que está sendo cada

vez mais afetada pelas mudanças climáticas. As mudanças nos padrões climáticos, como o aumento das tempestades e a ocorrência de secas prolongadas, têm dificultado o cultivo e a colheita, forçando a comunidade a adaptar suas práticas agrícolas e a buscar alternativas para garantir a segurança alimentar. A narrativa também toca na adaptação necessária frente às novas condições, como o consumo crescente de alimentos vindos de fora da aldeia, que trazem consigo uma série de desafios nutricionais e culturais. A árvore de jenipapo, que é um símbolo de conexão profunda entre os seres humanos e a natureza, representa a resiliência da comunidade frente às adversidades, destacando a importância da preservação ambiental para a continuidade da vida e das tradições indígenas.

Rio Bacajá:

O capítulo final apresenta uma reflexão sobre o Rio Bacajá, um elemento vital para a vida dos indígenas que dependem dele para a pesca, para o consumo de água e para a realização de rituais e atividades culturais. A degradação do rio, provocada pela poluição e pela construção da barragem de Belo Monte, é o ponto central da narrativa, que traz relatos de membros da comunidade sobre as dificuldades que têm enfrentado, como a escassez de peixes e o aumento de doenças como a diarreia, resultantes da má qualidade da água. O protagonista expressa uma profunda preocupação com o futuro, especialmente com a iminente expiração dos acordos de compensação feitos com a Norte Energia, que foram estabelecidos para mitigar os impactos da construção da barragem, mas que não têm sido suficientes para restaurar a qualidade de vida da comunidade. O capítulo termina com a determinação do protagonista em estudar na cidade, com o objetivo de adquirir conhecimentos que possam ser usados na defesa dos direitos indígenas e na melhoria das condições de vida das comunidades.

A escolha das histórias em quadrinhos como veículo de comunicação no Projeto Guardiões e Guardiãs do Clima está profundamente enraizada nos princípios da educomunicação. Esta abordagem, que combina os campos da educação e da comunicação, promove processos educativos que integram as práticas comunicativas como parte fundamental do aprendizado. A educomunicação tem se mostrado especialmente eficaz em contextos que exigem a disseminação de informações complexas e cruciais, como as mudanças climáticas, de forma acessível e envolvente (Santos, 2017). As histórias em quadrinhos, ao combinar narrativas visuais e textuais,

oferecem uma linguagem universal que transcende barreiras linguísticas e culturais, facilitando a compreensão de temas que, de outra forma, poderiam parecer distantes ou abstratos.

No contexto do projeto, as HQs desempenham um papel essencial na ampliação do acesso ao conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas e sobre as estratégias de mitigação e adaptação adotadas pelos povos indígenas. Além disso, as HQs são particularmente eficazes na sensibilização de públicos diversos, incluindo jovens e comunidades com diferentes níveis de alfabetização, contribuindo para a democratização do conhecimento. Dessa forma, as comunidades indígenas não apenas recebem informações, mas também participam ativamente na construção e disseminação de narrativas que refletem suas realidades e saberes. Essa interação dialógica é um dos pilares da educomunicação, que concebe o processo educativo como um espaço de troca e construção coletiva (Barros, 2017).

O Projeto Guardiãs e Guardiões do Clima exemplifica a aplicação eficaz dos princípios da educomunicação em um contexto de relevância social e ambiental.

Referências

BARROS, P. **Educomunicação e Histórias em Quadrinhos: um olhar sobre a comunicação educativa**. Revista CeE, v. XXII, n. 1, p. 31-41, 2017.

MANTOVANELLI, T. **Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 159-188, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Como o conhecimento indígena pode ajudar a prevenir crises ambientais**. ONU Meio Ambiente, 2021. Disponível em:

<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/como-o-conhecimento-indigena-pode-ajudar-prevenir-crises>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, R. E. **Histórias em Quadrinhos e Arte-Educação: uma interface entre comunicação e educação**. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-45, 2017.

Coalizão Paraná pela Década do Oceano: ciência oceânica e educomunicação¹

Mariana Ingles²

Larissa Procópio

Mariane Ferrarini Andrade

Mariana Baptista Lacerda

Lara Gama Vidal

Juliana Marques Borghi

Camila Domit

A educomunicação orienta ações “sócio-educativo-comunicacionais” que visam desenvolver e consolidar ecossistemas de comunicação abertos e participativos, fundamentados na gestão colaborativa e solidária dos recursos comunicativos. Essas ações promovem o fortalecimento do protagonismo dos indivíduos (Soares, 2024.), conectando discursos e fomentando diálogos coletivos em prol de um bem comum (Patusse; Amaral; Martins, 2018). Em paralelo, a Educação Ambiental enfatiza a necessidade urgente de transformar a sociedade por meio da educação, com o objetivo de construir um futuro mais justo e sustentável (Martirani, 2008). A interseção desses campos resulta no conceito de educomunicação socioambiental, que une as abordagens da educomunicação e da educação ambiental:

“o novo campo da Educomunicação Socioambiental irá atribuir às linhas de educomunicação maior comprometimento com as questões e demandas ambientais, amarrando suas ações aos propósitos da sustentabilidade planetária, por isso atreladas ao exercício de uma cidadania ativa, politizada e transformadora.”

(Martirani, 2008, p.8).

¹ Trabalho apresentado no eixo de Educomunicação SocioAmbiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bióloga, Educomunicadora da Coalizão Paraná pela Década do Oceano, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, Paraná. decadaoceanopr@gmail.com

A conscientização social e o reconhecimento da ciência como instrumentos de transformação diante da degradação ambiental e da perda de biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos são essenciais para criação e fortalecimento de mecanismos de governança que assegurem justiça ambiental, social e econômica. Promover iniciativas de divulgação científica que envolvam colaboração interdisciplinar e articulação entre projetos de pesquisa, produção jornalística, artística, educacional e acadêmica é fundamental para estruturar e fortalecer uma sociedade consciente e engajada. Essas iniciativas devem ser dialógicas e participativas, desenvolvendo habilidades que favoreçam a sustentabilidade dos ecossistemas, o desenvolvimento tecnológico e a criação de ambientes inovadores que busquem soluções para os desafios atuais.

Nesse cenário, onde a comunicação e a educação ambiental se entrelaçam para transformar a sociedade, o oceano emerge como um foco central de ação. A interdependência entre o oceano e humanidade exige que essas estratégias sejam direcionadas para uma maior consciência crítica e participação social em questões ambientais, ressaltando a importância do oceano como um recurso vital para a sobrevivência e prosperidade da vida na Terra. O oceano, sua dinâmica, processos e biodiversidade têm importância intrínseca, mas também provê oxigênio, alimento e sustenta a segurança alimentar de aproximadamente três bilhões de pessoas. Ele possibilita atividades econômicas e culturais, contribui para o comércio global e o desenvolvimento econômico, e desempenha um papel essencial no combate à emergência climática (UNESCO-COI, 2021).

Com o objetivo de catalisar ações que promovam a ciência oceânica como um elemento fundamental para a preservação do oceano, a Organização das Nações Unidas instituiu, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), uma iniciativa global, que visa apoiar a implementação da Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entre eles, o ODS 14, 'Vida na Água', é especificamente dedicado à proteção e conservação dos ecossistemas marinhos (MCTI, 2021).

A cultura oceânica, que se baseia na compreensão da interdependência entre o oceano e a humanidade, é essencial para alcançar os objetivos da Década do Oceano, pois fortalece a conexão da sociedade com o ambiente marinho,

despertando um senso de responsabilidade e transformando as pessoas em agentes de mudança na conservação do oceano (UNESCO, 2020).

Neste contexto, surge a Coalizão Paraná pela Década do Oceano, uma rede de ciência oceânica e divulgação científica formada por profissionais de pesquisa, ensino e extensão na Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Paraná, e Instituto Federal de Educação do Paraná. A rede visa engajar a sociedade na construção de processos futuros de governança com uso da ciência como ferramenta de mudanças. Além disso, incentiva, promove e desenvolve iniciativas de divulgação científica, ações em rede e compartilhamento de múltiplos conhecimentos, integrando processos que fortalecem a sociedade e valorizam o oceano e a ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável.

A Coalizão PR integra ações de pesquisa, educação e extensão direcionadas para a comunidade acadêmica e escolar, sociedade em geral, tomadores de decisão e proponentes de políticas públicas, fortalecendo a integração entre os eixos ciência-sociedade-gestão para alcançarmos o compromisso coletivo pelo desenvolvimento sustentável e um oceano de vida e saúde. Seguindo os valores da educação ambiental, que incluem a valorização da vida, da diversidade cultural, de diferentes formas de conhecimento e da construção de uma sociedade justa e sustentável (Bonotto, 2008), a Coalizão PR contribui para os desafios da Década do Oceano, como a proteção e restauração de ecossistemas e biodiversidade, o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e tecnologia para todos e a transformação da relação da humanidade com o oceano, para um oceano limpo, saudável e resiliente, previsível, produtivo e seguro (MCTI, 2021).

As ações educacionais da Coalizão PR são fundamentadas em cinco eixos temáticos: ecossistemas marinhos; biodiversidade marinha; humanidades e oceano; interação oceano-continente-atmosfera; e futuro do oceano. Ainda, estão divididas em três etapas: i. planejamento e mapeamento estratégico; ii. ações e produtos educacionais; e iii. ações e produtos para gestores e tomadores de decisão. O mapeamento estratégico foi conduzido por meio de três formulários online, lançados em 2020 e 2023, com 174 respostas de pesquisadores. Além da realização de workshops de especialistas por eixo temático. Ambas metodologias embasaram temáticas e produtos estrategicamente desenvolvidos para engajar múltiplas audiências.

Entre os produtos e conteúdos desenvolvidos destacam-se os conteúdos digitais e materiais audiovisuais para múltiplas mídias e públicos como eventos acadêmicos e fóruns abertos, estabelecimento/fortalecimento de estratégias de rede científica, assessoria de imprensa, a produção, edição e lançamento do podcast “Coalizão Oceano”, em parceria com a UFPR TV, newsletter, com a divulgação de eventos e ações realizadas pela rede colaborativa e múltiplas publicações em redes sociais e imprensa, ampliando o alcance e o engajamento do projeto com o público e outras iniciativas de divulgação científica semelhantes.

As ações educacionais ocorreram em espaços formais e não formais de educação, como escolas, universidades, praças, praia e eventos diversos. Entre os produtos desenvolvidos, um estande expositivo interativo proporciona experiência sensorial aos visitantes que acessam conhecimento sobre os ecossistemas e biodiversidade do litoral paranaense através de recursos audiovisuais, táteis e olfativos. Estratégias multissensoriais captam o interesse e a atenção dos participantes, aprofundando sua conexão emocional e cognitiva com os temas abordados, potencializando a interiorização de conhecimento e a sensibilização sobre a conservação marinha (Wright, 2020). As atividades utilizadas para compor o estande foram adaptadas de acordo com a ação, público alvo e temática abordada, incluindo a utilização de outras metodologias de execução, como por exemplo a rotação de estações em eventos extracurriculares em escolas.

As ações voltadas para a comunidade escolar abrangeram da educação infantil ao ensino médio, alcançando mais de 3 mil estudantes, e educadores, com curso de formação para este público. A rede Coalizão esteve presente em eventos nacionais como a SBPC Jovem, e regionais, como XII Feira Regional de Ciências do Litoral do Paraná, além da participação em semanas do meio ambiente em diferentes municípios do litoral, atingindo também a sociedade em geral. Direcionadas à comunidade acadêmica, foram desenvolvidas palestras, oficinas e mesas redondas integradas em eventos das instituições de pesquisa do litoral.

As ações realizadas promoveram uma maior integração entre a universidade e as comunidades locais, evidenciando o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e valorização do ambiente por meio da troca de experiências e da identificação dos participantes com as temáticas abordadas. Nos eventos voltados para a sociedade em geral, observou-se o fortalecimento de parcerias com atores

interessados em integrar a rede e colaborar com as ações educomunicativas, reforçando a importância e eficácia dessas iniciativas. Essas ações destacaram a valorização da biodiversidade local e o conhecimento sobre rica diversidade de ecossistemas do litoral do Paraná, e sensibilizando diferentes públicos para a conservação do oceano.

Dessa forma, as ações realizadas pela Coalizão Paraná pela Década do Oceano exemplificam a relevância da educomunicação socioambiental e divulgação científica como ferramentas essenciais para alcançar os objetivos da Década do Oceano. O trabalho em rede fortalece a comunicação pública da ciência, aproximando a tríade ciência-sociedade-gestão e criando base sólida para que as decisões de governança sejam orientadas por princípios de sustentabilidade e justiça ambiental, social e econômica. Além disso, essas ações contribuem para o desenvolvimento da cultura e ciência oceânica no litoral do Paraná, promovendo discussões e catalisando a cooperação entre diversos segmentos da sociedade.

Referências

- BONOTTO, D. M. B. Contribuições para o trabalho com valores em educação ambiental. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, p. 295-306, 2008.
- MARTIRANI, L. A. Comunicação, Educação e Sustentabilidade: o novo campo da Educomunicação Socioambiental. In: **XXXI Congreso Brasileño de Ciencias de la Comunicación**, Natal, RN, setembro de 2008. Vol. 2.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)**. Brasília: MCTI, 2021.
- PATUSSE, A. C.; AMARAL, T. G.; MARTINS, S. A. A Educomunicação como ferramenta para o diálogo na Educação Ambiental. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.
- SOARES, I. O. Conceito de Educomunicação. **ABPEDUCOM**. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SANTORO, F.; SANTIN, S.; SCOWCROFT, G.; FAUVILLE, G.; TUDDENHAM, P. **Ocean literacy for all: A toolkit (Tradução para o português)**. Organização das



Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Agência Regional da UNESCO para a Ciência e a Cultura na Europa, 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port>. Acesso em: 20 abr. 2024.

WRIGHT, W. A. Review of Successful Practices in Environmental Education to apply in the design of a Marine Science Curriculum. **Journal of Environmental Education**, v. 52, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em:

<https://dx.doi.org/10.3390/su11226293>. Acesso em: 20 abr. 2024.

A metodologia de formação em Comunicação Popular: Um Estudo de Caso¹

Adair Jose de Aguiar da Silva²

Isabela Mariz³

A proposta deste trabalho pretende apresentar uma metodologia de formação em comunicação popular realizada no **PEA Rendas do Petróleo – Tecendo a participação popular**⁴, um projeto de educação ambiental exigido como condicionante de mitigação no âmbito do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, e os aspectos teóricos e práticos da linha de ação⁵ a que esta condicionante se insere.

A comunicação popular se destaca como uma abordagem essencial no campo da educação, especialmente no que diz respeito à educação na gestão ambiental pública. A implementação da comunicação popular em espaços educativos visa não apenas democratizar o acesso à informação e fomentar a participação ativa dos sujeitos da ação educativa (SAE), mas também os tornar protagonistas na construção de seu próprio conhecimento. Caracterizada por seu caráter dialógico, a comunicação popular referenciada nesse contexto educativo deve problematizar a relação dos educandos com o objeto do conhecimento e estimular a reflexão que contribua para superar a visão fragmentada sobre realidade com o diálogo a participação dos

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 09 - Educomunicação Socioambiental do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando em Educação (PPGEdu/UFF), Especialista em Educação Ambiental no Licenciamento (UCP), Bacharel em Jornalismo (UERJ), fotógrafo popular (Imagens do Povo), cicloativista (Coletivo Arrudeia) e comunicador popular do PEA Rendas do Petróleo. Rio de Janeiro (RJ). E-mail: a_aguiar@idd.uff.br

³ Bióloga (UFPE), especialista em Educação Ambiental (JBRJ/UCAM) e Gestão Ambiental (UFRJ/PNUMA) e coordenadora pedagógica do PEA Rendas do Petróleo. Ubatuba (SP). E-mail: isabela.pearendas@fia.com.br

⁴ A realização do PEA Rendas é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

⁵ Linha de Ação B – “Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural”, conforme definição da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10.

sujeitos envolvidos, permitindo que esses indivíduos se tornem protagonistas de suas narrativas e realidades.

Os aspectos teóricos da comunicação popular são amplamente discutidos por diversos autores, entre eles a autora Cicília Peruzzo que define a comunicação popular como um conjunto de processos comunicativos que objetivam instrumentalizar grupos sociais subalternizados para a transformação social através da “conscientização, mobilização, formação política, informação e manifestação cultural do povo” (Peruzzo. 1998). Essa relação é fundamental para um processo educativo que se fundamenta na educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória.

Como apresentado no artigo apresentado no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado em 2022, que complementa essa discussão ao abordar como a comunicação popular pode ser uma ferramenta eficaz na educação ambiental, especialmente àquelas praticadas exigidas como condicionantes de licença para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Silva destaca que a comunicação popular não apenas informa, mas também empodera as comunidades, permitindo que elas participem ativamente dos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas e ambientes. Essa articulação entre comunicação e educação ambiental é crucial para a formação de uma consciência crítica e para a mobilização social em territórios localizados nas áreas de abrangência dos empreendimentos licenciados.

A relação entre comunicação popular e educação ambiental crítica é intrínseca, pois ambas visam a transformação social por meio da conscientização e mobilização das comunidades. A comunicação popular estimula o acesso à informação e promove o diálogo, contribuindo para a formação crítica a partir dos saberes das comunidades e grupos sociais que atuam nos territórios afetados pelo licenciamento de petróleo e gás. Essa interseção é relevante em contextos de desigualdade, onde a comunicação se torna uma ferramenta para a reivindicação de direitos necessários para o exercício da cidadania pelos grupos sociais localizados na área de abrangência desses empreendimentos.

Dessa forma, a articulação entre comunicação popular e a educação ambiental crítica, exigida pelo licenciamento de petróleo e gás, se revela como um espaço

profícuo para a consolidação de um processo educativo por meio do diálogo e da participação, onde os sujeitos da ação educativa possam expressar suas vozes e participar ativamente do processo educativo nos espaços da gestão ambiental pública. Neste trabalho avanço nessa intersecção, analisando como a formação em comunicação popular pode fortalecer as práticas de educação ambiental e promover a conscientização crítica de educadores ambientais no contexto da educação na gestão ambiental pública, especificamente no Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo, cujo objetivo geral, em seu plano de trabalho, é “apoiar um público diversificado, priorizando os jovens, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação das rendas petrolíferas pelo poder público municipal.”.

Estrutura da metodologia da formação em comunicação popular

- Encontros Virtuais e Presenciais:

A metodologia é estruturada em dois tipos de encontros. O primeiro, realizado de forma virtual, tem como foco a apresentação dos referenciais teóricos da comunicação popular. Este momento é fundamental para estabelecer uma base conceitual sólida, que será explorada nas atividades práticas subsequentes. O segundo encontro ocorre de maneira presencial, permitindo uma interação mais direta e prática entre os participantes. Durante este encontro, são realizadas atividades teóricas e práticas que conectam a comunicação popular aos processos de ensino-aprendizagem da educação ambiental crítica.

- Leitura e análise crítica da mídia:

Antes dos encontros, os participantes são incentivados a realizar leituras de textos científicos que abordam a comunicação comunitária e suas contribuições para a educação ambiental. Os textos selecionados incluem "Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania", de Cicilia Peruzzo, e "As Contribuições da Comunicação Popular na Educação Ambiental no Licenciamento", escrito pelo comunicador do PEA Rendas. Além disso, uma atividade de leitura crítica da mídia é proposta, onde os

grupos devem escolher notícias e analisá-las, promovendo um debate sobre a representação e aspectos que diferencia a comunicação da informação.

- Cine Fórum e microjornalismo:

O Cine Fórum é utilizado como uma ferramenta para estimular o olhar crítico dos participantes, além de apresentar metodologias de educomunicação. Essa atividade visa desenvolver habilidades de análise e reflexão sobre conteúdos audiovisuais. A formação também incluiu uma introdução ao microjornalismo, onde o educador comentou sobre técnicas e conceitos dessa área. Isso culmina em uma simulação de reunião de pauta, onde os educadores se organizam em grupos para discutir e definir temas para uma publicação comunitária.

- Produção de Conteúdo:

Os participantes formam equipes de repórteres locais, responsáveis pela produção de uma notícia para um jornal local. Essa atividade prática envolve várias etapas, desde a definição do nome da editoria até a produção e exibição da micro/mini reportagem. A metodologia enfatiza a importância da colaboração e do trabalho em equipe, permitindo que os participantes desenvolvam competências em diferentes funções, como reportagem, edição, design e fotografia.

- Objetivos da Metodologia:

A metodologia apresentada nesta formação em comunicação popular visa capacitar educadores e membros da equipe técnica em princípios e práticas de comunicação popular, promovendo habilidades que incentivem a sensibilização, mobilização e engajamento da comunidade local. A formação busca não apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também fomentar um debate crítico sobre as mídias e suas implicações sociais e ambientais.

Conclusão

Em suma, a formação em comunicação popular apresentada no Roteiro Pedagógico da XI Oficina de Formação Continuada do PEA Rendas do Petróleo – Tecendo a participação popular é uma abordagem dinâmica e interativa que combina teoria e prática. Essa metodologia foi essencial para fortalecer a capacidade dos educadores em utilizar a comunicação como uma ferramenta de transformação social e ambiental, preparando-os para atuar de forma eficaz na promoção da educação ambiental e na comunicação popular e comunitária. Os aspectos A análise desta metodologia revela sua importância na formação de educadores comprometidos com a construção de um processo educativo de cunho crítico, transformador e emancipatório na gestão ambiental pública.

Referências

- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2019. E-ISSN 1517-1256
- PERUZZO, Cícilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Comunicação comunitária e educação para cidadania**. Revista PCLA - Volume 4 - número 1:out/nov/dez, p.2 a 4. São Paulo: Metodista, 2002. Disponível em https://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/bf/Cicilia_Peruzzo.pdf.
- SILVA, A. J. A. de. **As contribuições da comunicação popular na educação ambiental no licenciamento**. In: EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS PELOS DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA TERRA. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores Profissionais em Educomunicação, 2023. p. 353-371.
- QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 2006.

Educomunicação Socioambiental como itinerário para territórios interculturais indígenas¹

Antonia Alves Pereira²

Este texto discute o itinerário de Educomunicação Socioambiental, um dos três propostos por Pereira (2023) para práticas extensionistas no território usado (Santos, 2005) e vulnerável (Singer, 2015; Gomes; Azevedo, 2020)³. Para responder às demandas dos lugares, as ações de intervenção contribuem para a pronúncia do mundo e sua transformação para a emergência de territórios educativos, sendo potencializada pelas áreas de intervenção da educomunicação, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pelas diretrizes curriculares e extensionistas (Brasil, 2013; 2018), como observado nos cursos de jornalismo.

Como percursos, trilhas ou itinerários, diferentes estratégias teórico-metodológicas sustentam a dimensão dialógico-cidadã na formação. Sejam como itinerários da pedagogia da comunicação, da gestão educ comunicativa, das mediações tecnológicas e da formação do docente/educ comunicador (Soares, 2011), como propostas interventivas dialógicas que expressem o cuidado com o planeta, a sociedade e a defesa dos direitos humanos (ABPEducom, 2023) ou como percursos formativos vinculados à extensão universitária (Teles, 2022). Na Base Comum Curricular Nacional (BNCC), os itinerários pedagógico-metodológicos aparecem como arranjos curriculares relevantes para a comunidade acadêmica e incorporados em um currículo aberto, flexível e diverso que estrutura os conhecimentos em quatro eixos: investigação científica; processos criativos; mediação e intervenção sociocultural; e empreendedorismo (Brasil, 2018).

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 – Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Comunicação, mestre em Ciências da Comunicação, especialista em Educação a Distância, formada em Jornalismo. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, atuando no Curso de Jornalismo, em Tangará da Serra. Líder do grupo de pesquisa Jornalismo, Educomunicação e Cidadania (Educom.JOR). Sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); participa de associações de comunicação e jornalismo como SBPJor, Intercom e Abej. Email: antoniaalves@unemat.br.

³ Pereira (2023) propôs que cada itinerário, que vem sendo objeto de publicações distintas, se articule a partir de um ODS mobilizador.

Com esta compreensão, a Agenda 2030 (ONU, 2015) com seus 17 ODS oficiais e os novos com enfoque na territorialização (Cabral; Gehre, 2020), foi utilizada para delinear os referidos itinerários para ecossistemas formativos: itinerários de educação inclusiva (ODS 4), de justiça social (ODS 16) e de educomunicação socioambiental (ODS 11). Cada qual apresenta duas trilhas de saberes, desenhada com quatro programas (ação mediadora, gestão comunicativa, protagonismo e vivência holística) que mobilizam duas áreas de intervenção, perpassadas pela área das práticas pedagógico-comunicacionais com suas estratégias comunicacionais para ampliar a dimensão dialógico-cidadã.

O itinerário de educomunicação socioambiental expressa-se no cuidado do planeta para ressignificar o jornalismo com respostas ousadas e ampliar a compressão do jornalismo como exercício da cidadania e da pedagogia do jornalismo afeita à práxis freiriana. As trilhas de saberes desenvolvidas neste itinerário são: competências educacionais no fazer-saber jornalístico; e jornalismo socioambiental como expressão do cuidado (Pereira, 2023, p. 199).

Do mergulho transdisciplinar entre Comunicação/Educação/Geografia, a Educomunicação e as Geografias da Comunicação desnudam os fluxos e contrafluxos locais e regionais do território – informativos, midiáticos, políticos, econômicos, culturais e comunicacionais. A comunicação como um direito humano encontra respaldo nos autores fundantes (Paulo Freire, Jesús Martín-Barbero e Milton Santos), na Educomunicação como epistemologia do Sul (Rosa, 2020) e no “giro multiterritorial decolonial” (Haesbaert, 2021) que possibilitam observar as ações dos cursos no território pelas mediações barberianas, elementos da comunicação dialógica e território usado a partir de práticas que acionam práticas colaborativas, pelos saberes locais e pelas respostas às demandas sociais para o desenvolvimento social, local e regional.

Como ampliação deste referencial teórico-metodológico, os territórios interculturais indígenas ganham força com os estudos do grupo de pesquisa “Jornalismo, Educomunicação e Cidadania (Educom.Jor)” e os projetos de extensão e de pesquisa que envolvem estudantes indígenas e não-indígenas dos cursos de Jornalismo e interculturais indígenas da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat): Educom.Indígena – trocas de saberes em múltiplos territórios; e

Educomunicação Socioambiental: mapeamento das produções comunicativas indígenas em Mato Grosso.

A cartografia das práticas pedagógico-comunicacionais e os indicadores educacionais de ações de diálogo, gestão da comunicação compartilhada, participações de protagonismo e novas relações (Mello, 2016) foram ampliados com a ação dialógica freiriana e as mediações barberianas (Pereira, 2023), a saber: união, colaboração, organização e síntese cultural (Freire, 2018) e identidades, narrativas, cidadanias e redes (Rincón; Martín-Barbero, 2019). Desta unificação, as estratégias comunicacionais foram agrupadas em quatro tríades: diálogo-identidades-união, gestão da comunicação compartilhada-narrativas-colaboração, participações de protagonismo-cidadanias-organização e novas relações-redes-síntese cultural.

Mobilizados pela primeira tríade, os sujeitos em formação se exercitam na ação mediadora, na práxis reflexiva e na vivência holística. Na segunda, aprimoram o processo dialógico em redes de convivência, narrativas, trocas e práticas colaborativas que possibilitam ampliar os ecossistemas formativos. Com a terceira, o cuidado com a vida, o planeta e a democratização da comunicação são fortalecidos. As novas relações que surgem entre os sujeitos se espalham pelo território educativo e dão visibilidade aos interesses coletivos, na quarta.

Assim como os demais, o itinerário de educomunicação socioambiental resulta do chamamento global para o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Cada ator social precisa estabelecer suas próprias metas para concretizar direitos humanos para todos, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, dentre outros.



Figura 1: Itinerário de Educomunicação Socioambiental. Adaptação de Pereira (2023).

De maneira transversal, as ações de intervenção e as temáticas da extensão (comunicação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção) se articulam a nove ODS no itinerário de educomunicação socioambiental (Figura 1), neste caso, para defender os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais (20) e integrar arte, cultura e comunicação (19) em seus programas formativos que também contemplam nove ODS (3, 11, 12, 14, 15 e 16) em ações que se voltam para a saúde e bem-estar, as comunidades e cidades sustentáveis, o consumo e a produção sustentáveis, a mudança global do clima, o cuidado da vida na água, na terra e a promoção a paz, justiça e instituições eficazes. Com isto, a pronúncia do mundo terá maior visibilidade, uma vez que aprimora a política pública de comunicação ambiental e abre espaços dialógicos e educativos, estabelecendo parcerias e meios de implementação (17), ODS articulado dos itinerários.

Partindo da interculturalidade (Walsh, 2019), as estratégias comunicacionais de diálogo, gestão da comunicação compartilhada, participação de protagonismo e novas relações acionam trocas de saberes para o cuidado socioambiental dos corpos-territórios (Haesbaert, 2021) que passam a atuar em redes de colaboração para conclamar a sociedade não-indígena à participação. Ameaçados pelas mudanças climáticas, o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia são biomas que contam com

guardiões nativos, que vivem rodeados por matas e rios, e ao serem capacitados nesta dinâmica, tornam-se empoderados para a pronúncia do mundo diante das adversidades socioambientais. Isto concretiza o paradigma da Educomunicação Socioambiental, entendido como o “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (Brasil, 2008, p. 10).

Referências

ABPEDUCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. **Trilha de Saberes da Revista Casa Comum passa a integrar site da ABPEducom**. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008.

CABRAL, Raquel; Ghre, Thiago (Org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Lucas Fúrio Melara; Raquel Cabral, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GOMES, Rafael; AZEVEDO, Gisele. De territórios vulneráveis aos Territórios Educativos. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 48-61, dez. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso;

Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

MELLO, Luci Ferraz. **Educomunicação e as práticas pedagógico-comunicacionais da avaliação formativa no ensino básico**. 2016. 374p. Tese (Programa de Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ONU-BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

PEREIRA, Antonia Alves. **Formação em jornalismo: um estudo de projetos pedagógicos e práticas comunicacionais em diferentes regiões brasileiras**. 2023. 315f. Tese (Programa de Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RINCÓN, Omar; MARTÍN-BARBERO, Jesus. Mapa Insome 2017: ensayos sobre el sensorium contemporáneo, un mapa para investigar la mutación cultural. In: JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela; WOTRICH, Laura (org.). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero**. Ed. Omar Rincón. Quito: Ediciones Ciespal, 2019. p. 17-23.

ROSA, Rosane. Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, v. 2, n. 25, p. 20-30, 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. a. 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 255-261.

SINGER, Helena (org.). **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015.

TELES, Edilane Carvalho (org.). **Pesquisa e projetos em Educomunicação: formação, contextos e percursos docentes**. Curitiba: CRV, 2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento outro a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFPel**. Pelotas, v. 5, n. 1, jan.-jul. 2019.

Educomunicação e transição energética¹

Gislene Moreira²

Em tempos de emergência ou catástrofe climática, as diferentes abordagens em torno à comunicação convergem que a área tem papel fundamental na construção dos rumos e projetos de futuro, seja legitimando o consenso em torno ao modelo hegemônico (Sassen, 2015), constituindo-se como setor chave da dimensão cultural nas disputas pela criação de uma nova racionalidade ambiental (Leff, 2006 e 2009), ou entendida como um dos vetores de superação do colapso através da disseminação de novas posturas e atitudes, a fim de garantir uma nova qualidade de vida no planeta (Sorrentino, Trajeb e Ferraro Júnior, 2005).

A convergência entre comunicação e meio ambiente não é um assunto recente, já tendo ocupado holofotes desde a Convenção das Nações Unidas para o Clima, mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92 (Dencker e Kunsh, 1996; Melo, 2008). Desde então, foram criados conceitos específicos como jornalismo ambiental (Vilar, 1997; Colombo 2010) e comunicação ambiental (Bueno, 2007 e Lima, 2014). De maneira mais ampla e transversal, o tema também aparece nos debates em torno à Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social (Gumucio-Dragon e Tufte, 2008).

Nas abordagens críticas à ideia de desenvolvimento sustentável dos Objetivos do Milênio, a comunicação aparece como estratégia discursiva que valida o imperialismo ecológico e colonialismo energético disfarçados de investimentos especulativos “verdes” (Bringel e Svampa, 2023).

A ação comunicativa ambiental pode também ser compreendida de maneira mais participativa e horizontalizada em torno da comunicação popular e comunitária

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 09: Educomunicação socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora titular da UNEB, está realizando pesquisa de pós-doutorado em Comunicação, Transição Energética e Mulheres, pela UERJ e Flacso-México, com supervisão de Cicilia Peruzzo e Gisela Zaremborg. É moradora de Lençóis, na Chapada Diamantina, onde coordena o OCA – Observatório dos Conflitos Socioambientais. Autora de Sertões Contemporâneos (2018), e das obras literárias Munturo (2022) e As Aventuras de Chicó (2024). Contatos @gil.mo.moreira e ggomes@uneb.br.

dos movimentos sociais em torno ao Bem Viver (Peruzzo, 2014; 2022). São crescentes ainda estudos transdisciplinares em torno ao conceito de Educomunicação (socio)ambiental, que apontam a comunicação como ferramenta fundamental para a transição (Berna, 2010; Brianezi e Gatás, 2023).

No entanto, foram encontrados raros estudos específicos sobre a área da comunicação e crise climática (Loose, 2021), e nenhum com a temática da transição energética no Brasil. Em revisão bibliográfica sobre a questão, não foram encontrados estudos de comunicação e transição energética nos repositórios das principais universidades públicas baianas. Utilizando palavras chaves nas bases de dados da Internet como mídia/comunicação e energias eólicas, energias renováveis, transição energética, e conflitos socioambientais, foram identificados duas teses de doutorado, duas dissertações de mestrado, e quatro artigos sobre matrizes eólicas na Bahia, mas nenhuma em comunicação, menos ainda abordam a relevância da produção educ comunicativa.

Internacionalmente, estudos recentes apontam a urgência de repensar a relação entre comunicação e crise climática e indicam a emergência, relevância e crescimento do tema e das investigações sobre o assunto (Evans, 2018; Carvalho, 2010; Cox e Depoe, 2015). Cox (2010) entende que o cenário da catástrofe do antropoceno implica tão profundamente a área da comunicação que gera uma crise da disciplina, que necessita posturas mais implicadas entre mídia e transformações socioambientais. Milsten e Mocatta (2022) apontam a necessidade de repensar práticas comunicacionais e a urgência da área oferecer soluções para a catástrofe dentro do cenário de mudanças globais. Em comum, os estudos indicam o imperativo de expandir os limites dos modelos comunicativos restritivos e autoritários de informação e a necessidade de desenvolver abordagens comunicacionais mais participativas e horizontalizadas frente à transição ecológica.

Este trabalho se dedica à análise da construção comunicativa em torno das energias renováveis no semiárido baiano, tendo como foco a relevância da da educomunicação junto a comunidades e povos tradicionais. A justificativa refere-se ao Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento assegura a máxima publicidade e o direito de que todas as pessoas, particularmente aquelas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso à informação e possam participar de maneira significativa nas decisões que afetem suas vidas.

Essa compreensão que entrelaça informação com justiça ambiental está presente em outras normativas, como a Convenção de Aarhus sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Questões Ambientais da Comissão Econômica das Nações Unidas (UNECE), de 1998, e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, e no Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe da [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe](#) (CEPAL), mais conhecido como Acordo de Escazú (2021). O Objetivo 16 das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) atrela o acesso à informação como condição essencial para a justiça e a paz.

No entanto, a pesquisa de campo que fundamenta este artigo identificou que em nenhuma das 80 comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e fecho de pasto, remanescentes indígenas, investigadas e afetadas por grandes empreendimentos energéticos no semiárido baiano, foram realizadas consultas prévias, livres e informadas, como assegura a Convenção 169 da OIT. Além disso, muitos comunitários sequer sabem o nome real das empresas beneficiárias do negócio que os atinge.

Essa constatação coloca em evidência a relevância do acesso à informação frente a produção comunicacional em torno da transição energética na Bahia. Ele discute a construção da hegemonia em torno da crise climática desde a perspectiva das comunidades tradicionais do sertão baiano e a necessidade de fomentar a produção educ comunicativa como estratégia de construção de narrativas de enfrentamento à crise climática a partir da perspectiva dos povos tradicionais do sertão.

Para Brigel e Svampa (2023), o novo modelo energético faz parte do Consenso da Descarbonização, entendido como a agenda internacional que surge da aliança entre grandes corporações, governos e meios de comunicação para enfrentar o cenário de polícrise gerado pelas mudanças climáticas como parte do repertório de reestruturação capitalista. O que está em operação, travestido de transição ecológica é a criação, construção e validação de um novo consenso mundial que trata de legitimar a ação do capital “verde” como única estratégia possível para enfrentamento da emergência climática.

Solnit e Lutunatabua (2023) defendem que está em disputa a batalha mais importante do século, e ela trata de fazer as pessoas despertarem para os reais significados em torno da reestruturação produtiva, da participação cidadã sobre o que se entende por “sustentabilidade” e “energias renováveis, limpas e ecológicas”.

Este artigo pensa, portanto, a crise ecológica como parte da necessidade de reconectar a discussão energética desde o simbólico, e suas implicações nos modos de vida, na definição dos projetos políticos e sociais mais amplos (Mello, Bezerra e Acselrad, 2009). Desde a Ecologia Política e da Economia Política da Comunicação (Bolaño, 2015; Brittos, 2008), a comunicação ambiental e a análise da produção comunicativa socioenergética são compreendidas como parte da construção da hegemonia neste momento chave para o futuro da humanidade.

Enquanto as políticas, governos e corporações tendem a considerar a água, os ventos, e a luz do sol como recursos infinitos a serem explorados como mercadorias pelo capital; comunidades e movimentos sociais questionam os diversos impactos negativos ambientais e sociais que estes projetos de energia causam (Durán y Reyes, 2014).

Este trabalho se inspira nesta abordagem contrahegemônica, mais próxima de diálogos ecossociais, decoloniais e antipatriarcais para pensar a questão energética no Campo da Comunicação como um desafio cultural muito mais amplo, que se insere nas discussões e disputas simbólicas em torno dos discursos e dos projetos de futuro e de significados sobre a energia e as relações homem - natureza (Lowy, 2013; Durán e Reyes, 2014; Bringel e Svampa, 2023).

A fim de compreender este intenso e emergente debate, se concentra no caso das energias renováveis na Bahia. Através de uma leitura crítica ecofeminista e decoloniais, foram analisadas 220 matérias da imprensa produzidas na última década. Também foram monitoradas as páginas virtuais de 16 empresas do setor energético em atuação na Bahia, além de entidades de classe e órgãos governamentais vinculados à área. Este aporte preliminar apresenta um panorama da produção comunicacional sobre o tema socioenergético e é fruto de 10 anos de pesquisas junto ao OCA – Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina.

A análise relaciona o conteúdo comunicativo dos grandes empreendimentos e governos com as notícias publicadas na mídia, com as percepções das comunidades

afetadas. As narrativas identificadas nos espaços e canais de comunicação institucionais foram confrontadas com as vozes de mais de 80 comunidades atingidas, e debatidas com entidades da sociedade civil organizada, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra, que monitoram os impactos desses empreendimentos no semiárido baiano.

Em síntese, o trabalho identifica a construção de um pacto mercantil-estatal e midiático que difunde uma narrativa que apaga as comunidades afetadas, os impactos negativos do novo modelo, e sequestra o debate da crise ecológica à ação exclusiva do capital e seus agentes. Ele identifica a reprodução de relações de poder simbólico que aprofundam, reconfiguram, difundem e legitimam assimetrias e exclusões coloniais, raciais e patriarcais. Através do mapeamento das vozes e dos principais atores envolvidos na disputa de narrativas em torno à transição energética no sertão baiano, demonstra como opera o capital na construção do novo discurso hegemônico sobre a emergência climática.

A iniciativa entende a relevância e urgência da educomunicação na crise ecológica mundial e busca aportar uma análise crítica sobre comunicação, justiça climática e transição socioenergética. Ela coloca em evidência as estratégias de comunicação popular, com ênfase na produção das mulheres do sertão, para criar e fortalecer narrativas e dos repertórios simbólicos mais plurais, igualitários e democráticos como fundamentais nos debates contemporâneos sobre transição energética e justiça climática. Ela aposta na necessidade de pensar a energia e a comunicação como direitos coletivos fundamentais para a garantia à justiça climática.

Referências

BERNA, Vilmar. 2010. **Comunicação ambiental: reflexões e prática em educação ambiental**. Paulus Editora. São Paulo.

BOLAÑO, Cesar. **Sobre a problemática da dependência cultural**. En C. Bolaño. Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação (pp. 113-147). Aracaju: Edise, 2015.

BRIANEZI, T.; GATTÁS, C. **A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 21, n. 41, 2022.

BRINGEL, Breno e SVAMPA, Maristella. **Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización»**. a revista Nueva Sociedad No 306, julio-agosto de 2023.

BRITTOS, Valério Cruz. **Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

CARVALHO, A. **Media(ted) discourses and climate change: a focus on political subjectivity and (dis)engagement**. Hoboken, New Jersey: John Wiley and Sons, 2010.

COGO, Denise; OLIVEIRA, Catarina T. F.; LOPES, Daniel B. **Buen vivir e a crítica ao desenvolvimento: reposicionando a comunicação e a cidadania no pensamento latino-americano**. XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Universidade Federal da Bahia, Salvador, junho 2013.

COLLATO. **Jornalismo Ambiental: reflexões sobre conhecimento, práxis e complexidade**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021

COLOMBO, Macri Elaine. **Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social**. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.

COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. Thousands Oaks, California: Sage Publication, 2010.

COX, R.; DEPOE, S. **Emergence and growth of the “field” of environmental communication**. In: HANSEN, A.; COX, R. (Eds.). The Routledge handbook of environment and communication. Abingdon: Routledge, 16 mar 2015.

DENCKER e KUNSH. **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo: Intercom, 1996.

DORRELL y LEE. **The Politics of Wind: A state level analysis of political party impact On wind energy development in the United States**. Energy Research & Social Science. Volume 69. November 2020.

DURÁN, Ramón y REYES, Luis González. **En la espiral de la energía - Colapso del capitalismo global y civilizatorio**. Vol 2. Madrid: Libros en Acción y Baladre, 2014.

EVANS, H.-C. et al. **Communicating climate change: theories and perspectives**. In: LEAL FILHO, W. et al. (Eds.). Handbook of climate change communication. Berlin: Springer, 2018.

FOX, Elisabeth; WAISBORD, Silvio. **Latin politics, global media**. Austin: University of Texas Press, 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Fabrina **Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências / Fabrina Furtado**. -- 1. ed. -- São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

GUMUCIO-DAGRON, A.; TUFTE. T. (eds). **Antología de comuncación para el cambio social**. Lecturas Históricas y Contemporáneas. New Jersey: Consorcio de Comuncación para el Cambio Social, 2008.

HAGUENAUER e FILHO. **Experiências em Educação e Comunicação ambiental**. São Paulo: Editora CRV, 2014.

HOLANDA, J. S. P.; KÄÄPÄ, P.; COSTA, L. M. **Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção**. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 45, e2022109, 2022.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Ecologia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

LIMA, José Auricelio Gois. **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.

LIMA, M. D. V et al. **Os dilemas da comunicação ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico**. Revista CMC comunicação mídia e consumo. Do ppgcom – espm, ano 11 vol. 11 n. 32 p. 203-221 set./dez. 2014.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os círculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

LOWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013

MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. **Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de medios en la América Latina del siglo XXI**. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

MELO, José Marques de. **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008.

MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gusta das Neves; ACSELRAD, Henri. **O que é Justiça Ambiental?**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

MILSTEIN e MOCATTA. **Environmental Communication Theory and Practice for Global Transformation - An Ecocultural Approach**. In Yoshitaka Miike, Jing Yin. The Handbook of Global Interventions in Communication Theory. Routledge: New York, 2022.

MOREIRA, Gislene. **Sertões Contemporâneos: rupturas e continuidades**. Salvador: Eduneb e Edufba, 2018.

PERUZZO, Cicília. **Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária nos Movimentos Sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

_____. **Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social**. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). Sociedade, política e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

PERUZZO E VOLPATTO. **Comunicação para o desenvolvimento: aspectos teóricos desde a modernização ao buen vivir**. Taubaté: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2019.

RÁTIVA-GAONA, Sandra e Daniela. **Pensar la energía desde el feminismo**. En Ciencias y Humanidades, año 3, número 7. México: junio de 2023.

SASSEN, Saskia. Expulsões. **Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

SOLNIT, Rebeca e Lutunutaba, Young. **Not Too Late: Changing the Climate Story from Despair to Possibility**. New York: Haymarket books, 2023.

SORRENTINO, TRAJBER, e FERRARO JUNIOR. **Educação ambiental como política pública**. Educação E Pesquisa, 31(2), 285-299, 2005.

ULLOA, Astrid. **Transformaciones radicales socioambientales frente a la destrucción renovada y verde, La Guajira, Colombia**. Revista de Geografía Norte Grande, 80: 13-34, 2021.

WALSH, Catherine. **¿Comunicación, Decolonización y Buen Vivir? Notas para enredar, preguntar, sembrar e caminar**. In: CABALLERO, Francisco Sierra; MALDONADO, Claudio (Orgs.). Comunicación, decolonialidade y Buen Vivir. Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL, 2016.

Curricularização da extensão e Agenda 2030 na Educomunicação Socioambiental¹

Thaís Brianezi²

A experiência formativa de elaboração de materiais paradidáticos educacionais sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na perspectiva local foi o trabalho final que permeou toda a disciplina “CCA 0320 - Educomunicação socioambiental” durante 2023. Ela trabalha as convergências epistemológicas, metodológicas e em políticas públicas da interface entre educação e educação ambiental (Alves; Viana, 2020; Brianezi e Gattás, 2022; Martini, 2019) e compõe a grade da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Por ser optativa, a disciplina atrai estudantes de diversos outros cursos da própria ECA e de outras faculdades da USP. No semestre em questão, teve 46 estudantes matriculados(as), de 16 cursos de graduação diferentes. Entre esses, incluíam-se 13 cursos de Licenciatura, a saber: além de estudantes da própria Licenciatura em Educomunicação, estudantes da Licenciatura em Artes Plásticas, Licenciatura em Biblioteconomia, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental, Licenciatura em História, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Química.

¹ Trabalho apresentado no eixo Educomunicação Socioambiental do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora do Departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CCA/ECA/USP) e pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) e do Laboratório de Inovação, Desenvolvimento e Pesquisa em Educomunicação (Labidecom). Jornalista, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e doutora em Ciência Ambiental, membro fundadora da *International Environmental Communication Association* (IECA), presidenta do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), conselheira da Action Aid Brasil, integrante da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (Anppea), da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), do Comitê Consultivo da Secretaria Especial de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo (SECLIMA) e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de São Paulo (CIEA-SP). tbrianezi@usp.br

Todas são áreas do conhecimento que se relacionam diretamente com os conteúdos, habilidades e competências inerentes à implantação da Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas perpassam conhecimentos técnicos de diferentes disciplinas que integram a Educação Básica (ONU, 2016; Silva et al, 2018). E trazem uma perspectiva ética que, não por acaso, faz com que os ODS estejam integrados desde 2017 ao Currículo da Cidade de São Paulo, da Rede Municipal de Educação da capital paulista (RME-SP) (Brianezi et al, 2023).

Por isso, o desafio que apresentado aos(às) estudantes que cursaram Educomunicação Socioambiental no primeiro semestre de 2023 foi o de produzir materiais paradidáticos digitais, multimídia (sonoro, visual e/ou audiovisual), sobre os ODS a partir da perspectiva local (em diálogo com a Agenda Municipal 2030 de São Paulo e seu Plano de Ação), em interação com gestoras da Akatu e da Umapaz, em um processo pedagógico de aprendizagem da educomunicação socioambiental. O objetivo era contribuir para a formação de formadores(as) no âmbito da apropriação e tradução dos ODS, de modo que estejam aptos(as) a trabalhar a Agenda 2030 a partir das diversas disciplinas, de maneira dialógica e participativa, estabelecendo pontos com a realidade dos(as) estudantes.

O conteúdo programático da disciplina “CCA 0320 - Educomunicação socioambiental” durante o primeiro semestre do ano de 2023 foi composto por dez temas interligados, que ajudaram os(as) estudantes a compreenderem os conceitos e ferramentas da educomunicação socioambiental e a conhecerem em profundidade a Agenda 2030, seu processo de municipalização (localização) em São Paulo e as temáticas emergentes vinculadas a ele. A saber:

1. O histórico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o desafio de localização e comunicação da Agenda 2030;
2. A Agenda Municipal 2030 de São Paulo;
3. Discursos sobre desenvolvimento e sustentabilidade: análise e categorização dos discursos ambientais modernos;
4. Convergências epistemológicas e empíricas da educomunicação e da educação ambiental;

5. A relação entre o direito à comunicação e o direito ao meio ambiente;
6. Comunicação, meio ambiente e interseccionalidades;
7. Narrativas sobre a emergência climática: entre o Antropoceno e o Capitaloceno;
8. Perspectivas dialógicas para a comunicação pública das ciências;
9. Comunicação, meio ambiente e (des)aceleração;
10. Amazônia como laboratório de (r)existência.

Esses conteúdos foram trabalhados em 15 encontros presenciais, que aconteciam às terças-feiras à noite (das 19h30 às 22h, sem intervalos). Dos 46 estudantes matriculados(as) na disciplina, 13 trancaram matrícula no início do semestre, e os 33 que prosseguiram conseguiram atingir a frequência e a nota necessárias para essa aprovação.

Esse engajamento também ficou evidenciado no processo de avaliação processual realizada pela docente, monitor e estudantes ao longo da disciplina, durante os conteúdos e exercícios realizados a cada aula, cujas reflexões promovidas ganhavam aos poucos concretude no planejamento e, depois, produção dos materiais paradidáticos elaborados por cada grupo. O resultado foram materiais multimídia em diferentes formatos e com abordagens bem diversificadas, que ilustram bem a relação entre os ODS e os desafios e potências das diversas políticas públicas setoriais nas cidades brasileiras.

Todos esses materiais paradidáticos adotaram linguagem simples (Assumpção e Bocchini, 2006), visualmente ou oralmente convidativa e fácil de compreender, porque foram elaborados com esta intencionalidade. Eles trazem o tom de uma conversa amigável e respeitosa que deve nortear a postura pedagógica do(a) educador(a) que reconhece o direito que cada pessoa tem de aprender de forma significativa conteúdos relevantes para o seu cotidiano Freire, 1985; Soares, 2011, ainda que a princípio pareçam distantes, com a Agenda 2030.

A avaliação positiva do processo formativo vivenciado é corroborada pela grande repercussão que os materiais paradidáticos produzidos têm alcançado em eventos acadêmicos, de políticas públicas e na mídia. Listamos a seguir algumas evidências disso:

- Página da plataforma Edukatu com os materiais paradidáticos produzidos:
<https://edukatu.org.br/cats/2/posts/6904>;
- Gravação do webinar de lançamento do curso “Agenda 2030, ODS e Consumo Consciente na Prática”, realizado em 06/11/2023 no Parque do Ibirapuera, na Umapaz:
<https://www.youtube.com/watch?v=QBF5qJSznNo&t=2043s>;
- Página de divulgação e inscrição no curso “Agenda 2030, ODS e Consumo Consciente na Prática”:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/conteudo/index.php?p=355693;
- Matéria sobre a iniciativa publicada no Jornal da USP em 10/01/2024:
<https://jornal.usp.br/diversidade/estudantes-da-usp-produzem-materiais-paradidaticos-sobre-sustentabilidade/>.
- Matéria sobre o processo formativo e seus resultados exibida no Canal Rural, no programa Planeta Campo:
<https://www.youtube.com/watch?v=X7WB27H7yqI&t=5s>
- Gravação do seminário “ODS na prática: como os objetivos estão sendo implementados nos municípios?”, realizado em 22/09/2023, no qual a docente contou sobre a iniciativa formativa em questão:
<https://www.youtube.com/watch?v=tN-AyB8CqiQ>;
- Novo webinar de divulgação do curso “Agenda 2030, ODS e Consumo Consciente na Prática”, realizado em 23/04/2024:
<https://www.youtube.com/watch?v=-H1gfkdm7lo>.

Essa experiência formativa significou também uma oportunidade para a universidade estar cada vez mais perto de demandas sociais concretas, não só na pesquisa e extensão por projetos, mas também no ensino da graduação, contribuindo assim para formar profissionais mais conectados(as) com a realidade não apenas dos mercados, mas da luta pela superação das desigualdades sociais e por uma sociedade mais justa e sustentável. Em outras palavras, ela concretizou a diretriz de curricularização da extensão presente no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-

2024, que estabeleceu que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.

Por diversas vezes a turma destacou o quanto estava estimulada pelo fato de os materiais paradidáticos estarem sendo construídos a partir de uma demanda concreta, e de que seriam (e estão sendo, de fato) aproveitados por educadores(as) de todo o Brasil. Foi perceptível o quanto a concretude da produção e seu caráter de curricularização da extensão foi um fator potencializador da motivação e da aprendizagem dos(as) estudantes, que se mostraram orgulhosos(as) com os elogios recebidos dos dois convidados externos que participaram da aula final, ajudando a avaliar os materiais paradidáticos: Fernando Martins, do Akatu, que havia participado da segunda aula do curso, e Rafael de Carvalho Morales, pesquisador no Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus) da PUC-SP.

Referências

Alvez, B.; Viana, C. E. **Interfaces entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras**. In: COSTA, Rafael N. et. al. (Orgs.). *Imaginamundos: interface entre educação ambiental e imagens* (pp. 108-136). NUPEM. 2020.

Assumpção, M. E.; Bocchini, M. O. **Para escrever bem**. São Paulo: Manole. 2006.

Brianezi, T.; Gattás, C. **A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 21, n. 41, pp. 33-43. 2022

Brianezi, T. et al. **A educomunicação socioambiental na Rede Municipal de Educação de São Paulo: histórico e análise a partir das perspectivas socioambiental, territorial e democrática**. *Comunicação & Educação*, 28(2), pp. 196-211. 2023.

Freire, P. **Extensão ou comunicação**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1985.

Martini, R. G. **Educomunicador como agente de integração das tecnologias de informação e comunicação na escola**. Tese de doutorado defendida na Universidade do Minho. 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. Brasília: Organização das Nações Unidas. 2016.

Silva, E. R., Peliano, A. M. e Chaves, J. V. (Orgs.). **Agenda 2030 - ODS: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IPEA. 2018.

Soares, I. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. Ed. Paulinas. 2011.

Educomunicação nas práticas de educação ambiental no espaço escolar¹

Luísa de Oliveira Santos²

Geane Beserra Pereira

Como delineado no projeto, o objetivo consistiu em analisar as práticas educacionais em educação ambiental, com foco em duas instituições de ensino situadas em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Uma das escolas selecionadas foi a Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, localizada no bairro Jardim Tarumã, uma área identificada como em situação de vulnerabilidade social.

O estudo visou compreender como as práticas educacionais são implementadas nessas escolas e o impacto dessas práticas na conscientização e engajamento ambiental dos estudantes. A metodologia adotada incluiu a observação participante, a realização de oficinas educacionais e a elaboração de materiais jornalísticos. Por meio da educação é possível trazer essa pauta socioambiental de forma que desperte nos estudantes um senso crítico e de empoderamento jovem “Em suas essências, tanto a educação como a educação ambiental compartilham dos ideais de uma educação integral e se situam como temáticas que perpassam todas as áreas” (MOREIRA; SILVA, 2013, p. 114)

A primeira etapa consistiu em identificar as ações de educação ambiental que estavam sendo desenvolvidas na escola. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes e estudantes. Essas entrevistas tiveram como objetivo mapear as práticas existentes, identificar os recursos utilizados e compreender as percepções dos envolvidos sobre a eficácia dessas ações. Posteriormente, foram implementadas oficinas educacionais que visaram

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 -Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Acadêmica do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) residente na cidade de Campo Grande-MS. E-mail para contato luisa.santos@ufms.br

fortalecer a capacidade crítica dos estudantes e promover a produção de conteúdo jornalístico relacionado a temas ambientais. Além disso, as oficinas foram projetadas para transmitir os princípios fundamentais da educomunicação, tais como o diálogo, a participação, a interação e o protagonismo dos estudantes.

Durante a fase de análise, participamos de uma atividade de gincana voltada para a separação de recicláveis, onde foi identificado que o principal problema ambiental da instituição é o descarte inadequado de resíduos. No decorrer da gincana, observamos quatro estudantes do 2º ano do ensino médio que, de forma espontânea, estavam produzindo conteúdos sobre educação ambiental. Esses estudantes foram identificados como um grupo promissor para a aplicação dos princípios da educomunicação na produção de conteúdos relacionados às atividades educacionais ambientais na escola.

As conversas revelaram um entusiasmo significativo e no decorrer foram levantados pontos interessantes que ligavam cada vez mais o grupo ao objetivo do projeto, os quatro estudantes eram integrantes do projeto de pesquisa 'A sociedade de consumo e seus impactos na degradação ambiental urbana: uma proposta de educação socioambiental no contexto da educação escolar básica' financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). O projeto de pesquisa tem como objetivo geral construir um melhor entendimento acerca das dinâmicas envolvidas nas relações de produção, consumo e descarte existentes na sociedade contemporânea, direcionado a uma análise crítica desse processo aplicada na educação escolar básica, com foco nos estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, em Campo Grande - MS.



Figura 1: gincana lixo reciclável

Foram organizadas quatro oficinas com os seguintes tópicos principais: educomunicação, princípios jornalísticos e jornalismo em plataformas digitais. Entre os conteúdos abordados estavam: comunicação baseada em pesquisa, educação ambiental, investigação jornalística e produção para mídias sociais. Após a fase de aplicação das oficinas, os alunos iniciaram a etapa prática, escolhendo a mídia pela qual veiculariam os conteúdos educacionais relacionados à educação ambiental.



Figura 2: oficina teórica com os estudantes

Os estudantes da Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha optaram por trabalhar com a rede social Instagram, justificando essa escolha pela maior familiaridade com a plataforma e pela habilidade demonstrada na utilização da linguagem jornalística ao longo das oficinas. Os resultados culminaram na criação do perfil no Instagram @ecoconexao_mbnc, inteiramente idealizado pelos alunos. O nome combina "eco" de ecologia com "Conexão", enquanto "mbnc" refere-se às iniciais da escola. Utilizando os princípios de protagonismo, participação e interação, os estudantes produziram e editaram um vídeo inicial explicando o objetivo do perfil na rede social.



Figura 3: atividades práticas



Figura 4: estudantes criando o instagram do projeto e identidade visual

A segunda escola analisada foi a Escola Estadual Vespasiano Martins, localizada no centro da cidade de Campo Grande-MS, com a turma do 3º ano do Ensino Médio. Foi acompanhado as aulas na disciplina de Língua Portuguesa, onde a professora trabalhava em sala a temática ‘linguagens jornalísticas’ com o objetivo de entender como eram as dinâmicas das aulas e de que forma o jornalismo era apresentado para esses estudantes. Após o acompanhamento das aulas, foi elaborado quais possíveis estratégias poderiam ser aplicadas para a turma. Com isso foi planejado quatro oficinas com foco na realização de um podcast. A primeira conversa com a turma foi para discutir quais eram as ações relacionadas à conservação ambiental realizadas na escola, isso foi muito importante pois despertou nos alunos críticas às ações realizadas e questionamentos de quais atividades realmente eram bem executadas e quais não funcionavam na prática.

Nas outras oficinas, foi apresentado o termo ‘educomunicação’, discutindo como os estudantes consumiam informações, quais as plataformas que eles mais acompanhavam e qual o conhecimento sobre podcast. Chegamos a conclusão que os estudantes tinham mais proximidade com o formato ‘mesacast’, uma variação do podcast onde os episódios são gravados em formato de vídeo e há mais de um participante.



Figura 5: rodas de conversa

Para a realização dos roteiros de podcast a turma foi dividida em três grupos. Os estudantes analisaram quais as ações de educação ambiental eram realizadas no espaço escolar e cada grupo escolheu uma ação para ser discutida no podcast. As temáticas foram: projeto realizado na escola onde os papéis coletados pelos alunos são vendidos; desperdício de alimentos; uso indevido de papéis nos banheiros da escola. Com base nisso, cada grupo desenvolveu um roteiro de podcast e divisão de funções que cada estudante teria, sendo elas de locutor, editor, produtor e responsável pela captação da gravação.

Os estudantes receberam a capacitação sobre como escrever um roteiro, como é a linguagem de um podcast, quais os critérios para selecionar fontes para entrevista e a forma de construir um roteiro de perguntas. A professora responsável pela disciplina de Língua Portuguesa, Lucilene Ledesma, também acompanhou todas as oficinas, para que pudesse dar continuidade aos aprendizados com outras turmas.

Na escola E.E Vespasiano Martins foram realizadas quatro oficinas, onde cada estudante teve autonomia para escolher os temas do episódio, pode escrever o roteiro, realizar pesquisa sobre a temática e escolha das fontes, sendo auxiliados durante todo o processo. Devido ao período curto e a proximidade com o recesso do mês de julho, não foi possível acompanhar a gravação do podcast, essa função foi direcionada para a professora da disciplina auxiliá-los após o período de férias.

É possível observar que na E.E. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, a iniciativa não só reforçou a compreensão dos estudantes sobre questões ambientais, mas também proporcionou uma plataforma para a disseminação de informações relevantes, atingindo um público mais amplo, podendo impactar pessoas de fora da escola. Os resultados deste estudo ressaltam a importância de integrar a educomunicação no currículo escolar como uma estratégia para promover a discussão de práticas de educação ambiental. A capacidade dos estudantes de criar conteúdos informativos, destaca o potencial das redes sociais como ferramentas educativas.

Com os alunos do terceiro ano do ensino médio da E.E Vespasiano Martins, as atividades colaboraram para o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre a mídia, questionando a origem das notícias. Eles puderam analisar as ações relacionadas a questões ambientais e por meio da prática do diálogo discutiram de que forma poderiam comunicar sobre essas práticas. No trabalho realizado nas duas escolas estaduais, é notável que o protagonismo estudantil foi essencial para o sucesso da iniciativa, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que incentivem a participação ativa dos alunos.

Os recursos da educomunicação podem ser usados como instrumento de grande efetividade para elaboração e execução de projetos ambientais em escolas. De forma que a comunicação execute um papel importante para criar uma consciência ambiental nos estudantes.

Referências

MOREIRA, B.D.; SILVA, M.L. A educomunicação e a educação ambiental no espaço escolar. In: SATO, M; GOMES G.; SILVA, R. **Escola, Comunidade e Educação Ambiental**: Reiventando sonhos, construindo esperanças. Cuiabá, 2013. P. 111- 119. Disponível em: <<https://gpeaufmt.blogspot.com/p/materiais-e-apoio-pedagogico.html>>. Acessado em 9.jan.2024.

Currículo paulistano de Arte e Educação Ambiental: buscando educomunicação¹

Daniely Silva Duarte²

Claudemir Edson Viana³

Introdução

Diante dos resultados positivos do projeto “Educom.rádio” (2001-2004), a educomunicação tornou-se política pública no município de São Paulo, por meio da Lei nº 13.941 de 28 de dezembro de 2004, a qual instituiu o programa Educomunicação, que se refere à educomunicação pelas ondas do rádio. Por outra via, o decreto n.º 46.211 de 15 de agosto de 2005 regulamentou o programa.

Além disso, foi instituído o Programa Imprensa Jovem e o Núcleo de Educomunicação, os quais são destaques na educação paulistana. Assim, o primeiro promove o protagonismo dos estudantes, formando-os de forma crítica em questões midiáticas. O segundo oferece formação continuada aos docentes da rede de ensino.

Apesar de todo esse embasamento legal e práticas relacionadas à educomunicação, a prática docente deve se basear no currículo da cidade, sendo que cada disciplina possui um documento específico. Ademais, ainda existem outros de caráter transversal, como é o currículo de Educação Ambiental.

Diante disso, o presente template busca encontrar pontos de encontro entre o currículo de Arte e o de Educação Ambiental da cidade de São Paulo, e suas inter-relações com a educomunicação, buscando possibilidades de práxis educacional entre eles.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 9 - Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação na USP, no grupo de Pesquisa do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP), orientada pelo Prof. Dr. Claudemir Edson Viana. Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIMAIS, 2023) e graduada em Arte e Mídia (UFCG, 2009). Professora de Arte na EMEF Águas de Março. E-mail: duarte.daniely@usp.br

³ Desde 2013, atua como professor doutor na Escola de Comunicações e Artes da USP, lecionando em Licenciatura em Educomunicação e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.. E-mail: profclaudemirviana@usp.br

Para tanto, propomos realizar uma análise de conteúdo, a partir de Bardin (1977), buscando categorias que relacionam-se com a educomunicação, bem como apontar algumas possibilidades de intersecção entre a área de Arte e de Educação Ambiental, nos moldes educ comunicativos e transversais.

Na primeira seção, descreveremos o Currículo de Arte, apontando aproximações com características próprias da educomunicação, à luz de Almeida (2024); Citelli, Soares e Lopes (2019); Rosa (2019); Soares (2018; 2020); Silva e Viana (2019).

De modo semelhante, na segunda seção analisaremos o Currículo de Educação Ambiental e suas aproximações com as práticas educ comunicativas, tendo como referencial a educomunicação ambiental e sua relação com a educação ambiental crítica, a partir de Alves e Viana (2021); Costa (2008); Brianezi e Gattás (2022).

Na terceira seção, apontaremos possíveis relações e práticas entre ambos os documentos, a partir da educomunicação.

Por fim, faremos as considerações finais como possibilidades que se abrem e podem ser apenas inspirações para uma prática docente emancipatória e transversal.

Currículo de Arte

Para nossa análise, utilizamos o Currículo da Cidade de Arte do Ensino Fundamental, o qual possui 112 (cento e doze) páginas, o qual segundo a carta do então Secretário da Educação, Alexandre Alves Schneider, aos educadores da rede, foi construído de forma colaborativa e dialógica, ouvindo os anseios dos estudantes (SÃO PAULO, 2019, p. 7).

O documento se subdivide em duas partes:

- **Parte 1 (Introdutória):** são expostas as bases do currículo da cidade comum a todas as disciplinas, a saber: Apresentação (p. 10-14); Concepções e Conceitos que Embasam o Currículo da Cidade (p. 14-26); Um Currículo para a Cidade de São Paulo (p. 27-38); Ciclos de Aprendizagem (p. 39-43); Organização Geral do Currículo da Cidade (p. 44-47); Currículo da Cidade na Prática (p. 48-51); Avaliação e Aprendizagem (p. 52-56); Síntese da

Organização Geral do Currículo da Cidade (p. 57-58); Um Currículo Pensado em Rede (p. 59-61).

- **Parte 2 (Arte):** trata especificamente da proposta desse componente curricular, a saber: Currículo de Arte para a Cidade de São Paulo (p. 62-64); Ensinar e Aprender Arte no Ensino Fundamental (p. 65-71); O Ensino de Arte nos Ciclos (p. 72-101); Orientações para o Trabalho do Professor (p. 102-104).

Em nenhuma das partes a palavra “educomunicação” é citada, contudo alguns princípios e pressupostos estão em consonância com esse paradigma, aparecendo especialmente na Parte 1, a qual é geral para todos os componentes curriculares.

Dentre eles, podemos destacar a preocupação com o protagonismo tanto dos professores, como dos estudantes. No caso dos alunos, podemos dizer que o protagonismo tem seu ápice no ciclo autoral, com a produção do Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), no qual os alunos em grupos, escolhem um tema que lhes faz sentido e elaboram um trabalho que além de pesquisa, deve possuir caráter interventivo, para a transformação social. De acordo com o documento:

Os estudantes aprendem à medida que elaboram Trabalhos Colaborativos de Autoria (TCAs), seja abordando problemas sociais ou comunitários, seja refletindo sobre temas como infâncias, juventudes, territórios e direitos. O TCA permite aos estudantes reconhecer diferenças e participar efetivamente na construção de decisões e propostas visando à transformação social e à construção de um mundo melhor. Essa abordagem pedagógica tem como características: • Incentivar o papel ativo dos estudantes no currículo, de forma a desenvolver sua autonomia, criticidade, iniciativa, liberdade e compromisso; • Fomentar a investigação, leitura e problematização do mundo real, a partir de pesquisas que envolvam diferentes vozes e visões, oferecendo várias possibilidades de apropriação, criação, divulgação e sistematização de saberes; • Transformar professores e estudantes em produtores de conhecimento, criando oportunidades para que elaborem propostas e realizem intervenções sociais para melhorar o meio em que vivem. (SÃO PAULO, 2019, p. 43)

Mas há outros conceitos pertinentes, como a preocupação com os Direitos Humanos, a educação integral, o conceito de equidade e de educação inclusiva.

A matriz de saberes, que foi criada a partir da observação dos interesses dos estudantes, também possuem elementos que relacionam-se diretamente com a práxis educacional, conforme observamos na ilustração a seguir:

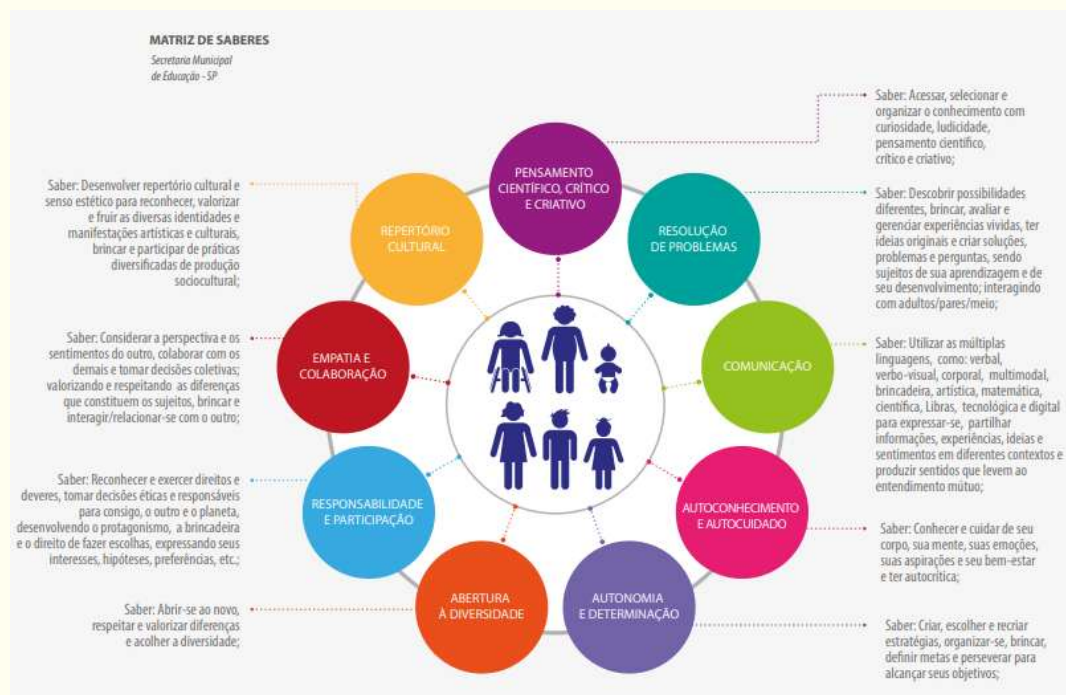


Figura 1: Matriz de Saberes

Fonte: SÃO PAULO, SME, 2019, p.33

Observamos que os 10 (dez) elementos da Matriz de Saberes, têm em menor ou maior grau, relação com a educação, e podem ser potencializadas por meio da práxis educacional. Por exemplo, a comunicação pode ser utilizada de forma dialógica. O pensamento científico, crítico e criativo, em especial, o criativo, pode ser potencializado por meio da área de intervenção da educação, a expressão comunicativa por meio da Arte. A resolução de problemas, por meio de metodologias participativas como as que a educação enfatiza, para “fazer com”, ao invés de “fazer para”, traz maior engajamento dos envolvidos.

Outros aspectos podem ser explorados, inclusive, na parte específica da Arte, como a questão da mediação do processo educativo, bem como questões relacionadas à leitura do mundo estético, da estesia e da criatividade (SÃO PAULO, 2019, p. 63).

Currículo de Educação Ambiental

O documento trata das orientações pedagógicas para a Educação Ambiental no município de São Paulo, abordando diretrizes, objetivos e metodologias a serem aplicadas no contexto escolar, com o fim de promover a conscientização ambiental entre os estudantes e fortalecer a integração da Educação Ambiental no currículo escolar de forma interdisciplinar.

Dentre os principais temas abordados, podemos listar:

- Educação Ambiental como Prática Interdisciplinar;
- Participação Ativa e Conscientização Crítica;
- Metodologias Ativas e Projetos Colaborativos;
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social;
- Formação Continuada dos Educadores.

Diante disso, é importante destacar que a palavra “educomunicação” aparece 7 (sete) vezes dentro do documento. Além disso, é possível estabelecer algumas conexões com os princípios da Educomunicação, a saber:

- Interdisciplinaridade;
- Participação e Protagonismo;
- Uso de Tecnologias e Mídias;
- Formação de Educadores.

Currículo da cidade, Arte e Educação Ambiental: tecendo possibilidades educacionais

Dentre os pontos de convergência, podemos destacar a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o qual perpassa todo o currículo da cidade.

Outro destaque está na matriz de saberes do currículo da cidade, comum a todos os componentes curriculares, e, como vimos, tem muita relação com a educomunicação.

É possível observar que em uma das “sugestões” de atividades práticas colocadas dentro do currículo de Educação Ambiental, associa-se diretamente com a Arte, a saber: Sugestão 6 - a terra como arte e a arte da terra.

Por fim, o esquema abaixo, obtido a partir da interpretação da Instrução Normativa SME nº 45, de 30 de novembro de 2020, que em seu artigo 3º fala em educomunicação (SÃO PAULO, 2023, p. 54-56), nos dá pistas das possibilidades educacionais e interdisciplinares da Educação Ambiental Crítica que se deve promover na educação paulistana.

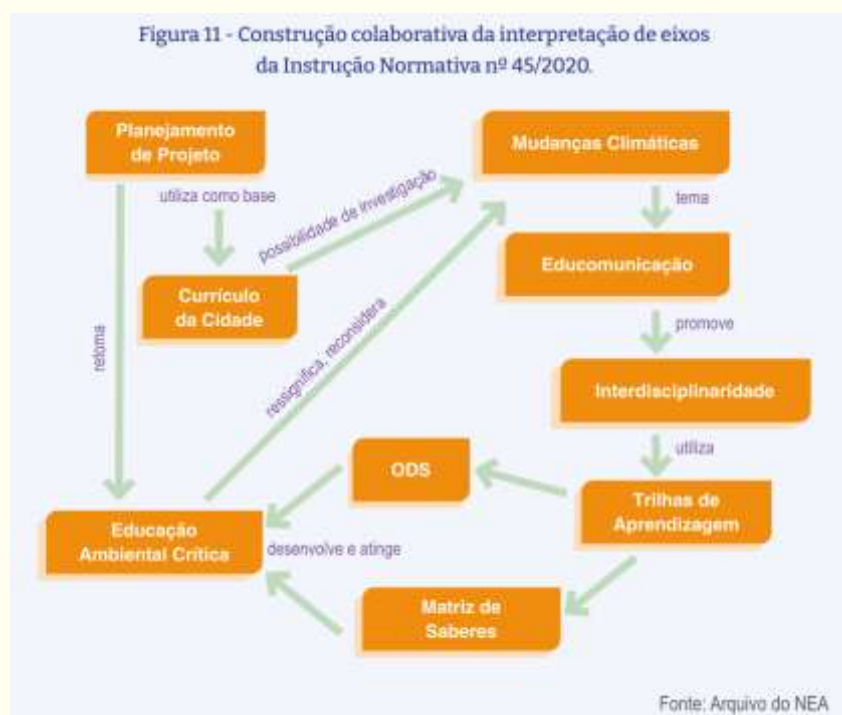


Figura 2: Eixos da Instrução Normativa nº 45/2020

Fonte: SÃO PAULO, SME, 2023, p. 57

Considerações finais

A análise dos currículos de Arte e Educação Ambiental da cidade de São Paulo revela um cenário promissor para a integração da educomunicação nas práticas educacionais. A convergência entre os princípios da educomunicação e os conteúdos curriculares destacados, como o protagonismo dos estudantes e a utilização de metodologias ativas, sugere que há potencial para uma abordagem pedagógica mais integrada e interdisciplinar.

Assim, a busca por pontos de interseção entre esses currículos demonstra que práticas educomunicativas podem ser efetivamente incorporadas tanto nas atividades artísticas quanto nas ambientais, promovendo uma educação mais engajada e transformadora. A intersecção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ênfase na formação continuada dos educadores são elementos-chave que podem fomentar a criação de práticas educativas inovadoras e emancipadoras.

Referências

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educomunicação** [recurso eletrônico]. Campina Grande: EDUFCG, 2024.

ALVES, B. T.; VIANA, C. E. Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. *In*: COSTA, Rafael Nogueira *et al.* **Imaginamundos**: Interfaces entre educação ambiental e imagens. Macaé: Editora NUPEM, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 41, 2022. ps. 33-43

CITELLI, A. O.; SOARES, I. O.; LOPES, M. I. V. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>. Acesso em: 10 ago. 2024.

COSTA, F. A. M. **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008. Disponível em:

https://mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/txbase_educom_20.pdf. Acesso em: 20/08/2024.

ROSA, R. Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 20-30, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v25i2p20-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/172642>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, M. V.; VIANA, C. E. Expressão comunicativa por meio da Arte: construindo e refletindo sobre uma área de intervenção da Educomunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 7-19, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v24i1p7-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144685>. Acesso em: 10 set. 2024.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica.

Currículo da cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Arte. – 2 ed. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em:

<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/CC-Arte.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação Ambiental: orientações pedagógicas. – São Paulo: SME / COPED, 2023. Disponível em:

<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-ambiental-orientacoes-pedagogicas/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SOARES, I. O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOARES, I. O. La educomunicación en Latinoamérica: Claves del pasado, retos del futuro. In AGUADED Ignacio y VIZCAÍNO-Verdú, Arantxa. **Redes Sociales y Ciudadanía**: Hacia un mundo ciberconectado y empoderado. Grupo Comunicar Ediciones, Huelva, España, 2020. p. 19-26. ISBN: 978-84-937316-6-3.<<https://doi.org/10.3916/Alfamed2020>>. Disponível em:

<https://redalfamed1.wixsite.com/redesy Ciudadania>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Educomunicação: educação ambiental no pós-enchentes e impactos socioambientais¹

Lúcia Beatriz Ott Ferreira²

Introdução

A educomunicação socioambiental tem ganhado destaque como uma abordagem integradora da educação ambiental (EA) crítica e as práticas comunicativas em contextos sociais afetados por crises ambientais. Os autores, Citelli e Falcão (2020, p.23) mencionam que desenvolver a efetiva (EA) é necessário ir além da comunicação de marketing e autopromocional, necessário se faz a provocação da “consciência ecopolítica do sujeito: o tempo-espço no qual vive; as relações sociedade-natureza; as políticas governamentais e a ocupação da terra – no campo e na cidade-, etc.” No Brasil, essa interface é especialmente relevante diante do aumento de desastres naturais associados às mudanças climáticas. Recentemente, o Rio Grande do Sul (RS) foi atingido por uma tragédia climática de grande impacto na vida das pessoas, tanto nas questões de moradia quanto no emocional das vítimas. A cidade de Pelotas enfrentou uma grave tragédia histórica que afetou diversos bairros, incluindo Navegantes, Fátima, a costa do Arroio Pelotas e Valverde/Laranjal. Durante o evento, a prefeita forneceu atualizações em tempo real com base nas informações de uma equipe multidisciplinar, enquanto a população vivia com o temor das possíveis consequências. Segundo o jornal local *Tradição*, o canal São Gonçalo atingiu 2,88 metros, igualando o nível de enchente de 1941. Especialistas da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) previam que esse recorde poderia ser superado

¹ Trabalho apresentado no eixo 09. Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Educação em Ciências - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/Uruguaiana). Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação – PPGCITED Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul/CAVg). Mestre em Educação em Ciências, Escola Superior de Educação (ESE) Instituto Politécnico de Bragança (IPB), de Portugal. Especialista em Educação Ambiental (UNIVEST). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Licenciada e graduada em Biologia (CRBio 58832-03) Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Bacharel em Direito (UCPel). Advogada inscrita na OAB/RS 90.549. Professora do Ensino Básico na rede pública municipal de Pelotas e Rio Grande/RS, rede privada, Colégio Adventista de Pelotas/RS. E-mail: luciaott.aluno@unipampa.edu.br

devido à maré alta e às chuvas contínuas. Foram organizados oito abrigos públicos e formada uma equipe com Defesa Civil, Bombeiros, Guarda Municipal e Brigada Militar para lidar com a crise. Após dias de incerteza climática e impactos ambientais significativos deve-se refletir, de forma mais profunda, sobre a comunicação educativa em sala de aula, incorporando questões socioambientais locais e globais no planejamento em ciências para expandir a compreensão desses temas e promover uma educação ambiental transformadora, através do conceito de "Educomunicação". No passado, esse conceito era usado principalmente para integrar ensino e tecnologias da informação, mas hoje evoluiu para um "campo de interface" com uma epistemologia própria, áreas específicas de intervenção socioeducativa e metodologias bem definidas (2021, p. 161). A educomunicação é agora entendida como um campo interdisciplinar que busca a transformação social por meio da articulação entre comunicação e educação. Neste contexto, este estudo visa relatar as práticas de educomunicação aplicadas à educação ambiental em ciências após as enchentes em Pelotas (RS), identificando como essas práticas podem promover uma educação crítica, aprofundar a compreensão dos impactos socioambientais e incentivar uma postura cidadã ambiental.

Percurso metodológico

- Abordagem de pesquisa:

No entendimento de Minayo (2013), o relato de experiência pode ser compreendido como uma metodologia qualitativa que visa documentar e refletir sobre práticas pedagógicas, experiências e vivências por uma pessoa ou grupo em determinado contexto. Nesse sentido, este estudo relata a experiência docente a partir de uma sequência didática sobre fenômenos naturais em consonância com a crise climática ocorrida no Rio Grande do Sul especialmente em Pelotas, onde foi enxergada a necessidade de falar a respeito das enchentes no ensino básico.

- Sequência Didática:

Assim, as aulas dirigidas aos 7º anos do ensino fundamental do Colégio Adventista de Pelotas, durante o recorte temporal em junho de 2024, após as enchentes, tiveram por foco o tema gerador – meio ambiente. A sequência didática foi pensada e planejada com o propósito da compreensão dos fenômenos climáticos a partir da

trajetória humana e os seus impactos na paisagem no passar dos tempos. A aplicação da sequência didática (quadro 1) foi conduzida durante os seguintes momentos: Sequência didática conduzida durante as práticas pedagógicas no 7 ano do ensino fundamental, conforme a tabela 1, abaixo.

Tabela 1

Momento	Atividade
Momento 1: Exposição Oral e Contextualização com Produção de Podcasts	Aula expositiva com contextualização histórica e conceitos-chave sobre impactos ambientais e crise climática. Produção de Podcasts pelos alunos sobre os fenômenos naturais (furacões, tsunamis, terremotos, ciclones, vulcões) cinco (5) a sete (7) minutos de áudio.
Momento 2: Apresentação de Documentário - máquinas x impactos	Exibição de vídeo - A primeira locomotiva a vapor do mundo [e como funciona] - sobre a primeira máquina a vapor e suas implicações.
Momento 3: Pesquisa sobre Industrialização	Turma dividida em 2 grupos: Grupo 1 de alunos pesquisaram sobre a industrialização: automação e desemprego; Grupo 2 de alunos pesquisaram sobre a industrialização: avanços tecnocientíficos.
Momento 4: Debate sobre Tecnologias, Sustentabilidade e Contextualização com a Enchente no RS	Debate entre grupos sobre viver sem tecnologias ou mitigar seus impactos ambientais, contextualizado com a enchente no Rio Grande do Sul. Representação visual na Figura 1.

Fonte: elaboração própria

Durante essa sequência pedagógica os discentes debateram entre: viver sem os avanços tecnológicos e preservar o ambiente (grupo 1) e continuar com os avanços tecno-científicos e como contornar os impactos disso na Terra (grupo 2).

Resultados e discussão

As práticas educacionais, como podcasts e debates, foram eficazes em engajar os alunos nas discussões sobre os impactos socioambientais das enchentes. Essas atividades permitiram aos estudantes expressarem opiniões, questionar tecnologias e políticas ambientais, e refletir sobre suas responsabilidades em relação à sustentabilidade. A produção de podcasts conectou o conteúdo programático, fenômenos naturais, às realidades locais, reforçando o aprendizado e promovendo a conscientização e a cidadania ativa, com os alunos assumindo um papel protagonista e refletindo sobre a necessidade de mudanças comportamentais para um ambiente mais equilibrado. Os debates em sala de aula criaram um ambiente de aprendizado significativo, permitindo que os alunos explorassem a relação entre tecnologia e preservação ambiental. Eles entenderam a necessidade de equilibrar o uso das tecnologias para minimizar impactos ambientais e reconheceram a importância dessas tecnologias para saúde e a importância das energias renováveis, além de debater temas como créditos de carbono, interesses econômicos e políticos nas questões ambientais. Os resultados indicam que as práticas de educação promoviam uma compreensão crítica das catástrofes ambientais, ajudando os alunos a reconhecerem a responsabilidade humana e a importância de atitudes sustentáveis. A abordagem emancipatória da educação ambiental, conforme Loureiro (2004), demonstrou o potencial transformador do ensino ao integrar diálogo e reflexão coletiva. As práticas pedagógicas, baseadas no contexto cultural e social dos alunos (Melo, Nóbrega e Dias, 2012), tornaram o aprendizado mais relevante. Embora ainda parciais, os resultados mostram que práticas educacionais podem enriquecer o ensino em educação ambiental e que a continuidade e expansão dessas atividades podem formar cidadãos mais conscientes e engajados.

Considerações finais

As práticas educomunicativas, como debates e podcasts, motivaram os alunos a participarem ativamente das discussões sobre os impactos socioambientais das enchentes, desenvolvendo uma compreensão crítica sobre a relação entre tecnologia e sustentabilidade. Logo, o estudo contribui para a integração da educomunicação na educação ambiental crítica, influenciando práticas pedagógicas que promovem conscientização e ação cidadã, e possibilita inspirar políticas educacionais voltadas para a formação de sujeitos críticos. Portanto, recomenda-se expandir as práticas educomunicativas para outros anos de ensino e/ou níveis educacionais, explorar novas metodologias e avaliar o impacto dessas abordagens na formação de competências socioambientais.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

CITELLI, A.; FALCÃO, S. P. **Educomunicação socioambiental: cidade e escola**. *Intercom - RBCC*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 21-36, set. 2024.

CITELLI, A.; NONATO, C.; FIGARO, R. **Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil**. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 156-166, jan./jun. 2021.

DOLCI, L. N.; PEREIRA, A. M. **Educação ambiental e educação estética: um processo educativo para a sustentabilidade**. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 30, n. 63, p. 105-120, 2020. ISSN 1981-8106.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 12. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

MELO, M. I. O.; NÓBREGA, L. S. S. da; DIAS, K. Paisagem urbana: parque, lazer e turismo. Universidade de Brasília - UNB. Disponível em:

<https://www.unb.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

A PRIMEIRA LOCOMOTIVA A VAPOR DO MUNDO [e como funciona]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n5uOkwWv6Bq>. Acesso em: 14 set. 2024.

A educomunicação como estratégia de fortalecimento de atores sociais no campo da ERRD¹

Alanis Cezarete de Oliveira²

André Aparecido Rocha Buccieri³

Rosa Baptista Faustino Miranda⁴

Stephany Oliveira Francisco⁵

Introdução e Justificativa.

A presente iniciação científica teve como objetivo colaborar com a discussão sobre a educação para redução de riscos e desastres e o fortalecimento dos atores sociais que lidam com esses desastres. Os atores sociais no horizonte do projeto de aprendizagem consistem na rede ERRD-LN, sigla que corresponde a Rede de Educação para Redução de Riscos de Desastres do Litoral Norte de São Paulo. Detalhando brevemente, segundo o site do CEMADEN Educação, a rede ERRD foi criada em 2017, e tem buscado consolidar uma rede colaborativa envolvendo escolas, comunidades locais e tradicionais, órgãos públicos na prevenção e no monitoramento para redução de riscos de desastres no território. A rede também conta com a parceria com o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e, mediante a urgência de ações, juntos formaram o Círculo Territorial pela Reparação do Litoral Norte de São Paulo. As atividades foram iniciadas a partir da questão: *Existe Mensagem Pequena?*

¹ Trabalho apresentado no eixo nº9 - Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Estudante de bacharelado em Gestão Ambiental na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH USP); Integrante do grupo GEAdapta - Grupo de estudos de adaptações às mudanças climáticas. Mogi das Cruzes/ SP. E-mail: alanis.cezarete@usp.br - cezaretealanis@gmail.com.

³ Artista Visual, Professor categoria O da rede Básica Estadual de SP, Licenciado em Filosofia, Estudante de Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Ativista pelo direito à educação inclusiva. Foi entregador de jornal, operador de teleatendimento, carteiro, inspetor de alunos, e atualmente concluiu a primeira iniciação científica. São Paulo/SP. E-mail: andrebuccieri@usp.br

⁴ Militante do Coletivo Juntos, estudante de Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, representante discente da congregação da ECA - USP e diretora do centro acadêmico Lupe Cotrim. São Paulo/SP. E-mail: rosa.miranda@usp.br

⁵ Ativista pelo direito de permanência de mães e mulheres negras na universidade. Educadora, estudante de Licenciatura em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tem experiência com audiovisual e produção de mídia. Mediadora e ativista em movimentos estudantis. Mãe do Ben. São Paulo/ SP. E-mail: olivecana@usp.br

Pergunta que aparece em forma de bordão em alguns dos materiais produzidos. Mirou-se na de diretriz de número 3, das 10 (Funbea) *Diretrizes Para Educação Ambiental Climática* publicadas pela equipe do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (Funbea) (...) Indo além e rompendo com a transmissão de um pensamento hegemônico de desenvolvimento. Tudo isso vem a calhar na atual conjuntura, já que a Lei nº 9.795/1999, que serve (Brasil, 1999) “para assegurar a atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental”, foi alterada pela Lei 14.926/2024 que (Brasil, 2024) para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental em Julho de 2024, durante a pesquisa. Como resultado foi criado produtos de mídia em forma de infográficos, ensaios escritos, vídeos curtos instrucionais e boletins sonoros compartilháveis em redes sociais. Ademais, durante o projeto foram feitas visitas e em circuitos culturais e instrucionais, onde, em algum momento, a prospecção de contatos também resultou em um *Mailing list* razoável, com contatos estratégicos, além da possibilidade de ter conseguido aprender a lidar com ferramentas virtuais, inteligências artificiais e equipamentos de áudio e vídeo.

Metodologia

Inicialmente foi pensada uma metodologia que fosse capaz de articular atores dos núcleos locais comunitários presentes nos 7 estados (listados no projeto inicial), todavia, o contexto turbulento da universidade (Greves, Reformas, Decisões sobre territórios discentes e docentes, o apagão do Drive, etc.) teve seu preço. O prejuízo no afastamento do nosso escopo inicial só não foi maior graças a duas das integrantes do GT, que participaram ativamente nos debates e reuniões de resoluções institucionais. Por isso, nos momentos de “turbulência” o grupo se dividiu estrategicamente: Rosa e Stephany na frente organizacional e institucional acadêmica - principalmente ajudando a ganhar tempo para realizar os *backups* em *Hd's* externos, e, André e Alanis, respectivamente, na edição e na pesquisa sobre pautas ambientais. Mediante as adversidades houve a *confluência* com a pesquisa-ação na educomunicação alinhada com aspectos metodológicos da observação participante e experimentação em audiovisual. O apoio da pesquisadora Rachel

Trajber foi crucial, tendo ela própria dado uma aula para integrantes do GT. Assim, as atividades desenvolvidas foram alinhadas e integradas com a metodologia da pesquisa-ação, promovendo uma interação contínua entre teoria e prática, onde o processo de investigação foi diretamente vinculado à ação prática.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985:14).

Para Baldissera (2001), para estabelecer uma relação entre o conhecimento e ação, entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada e destes com a realidade, fundamentada em Michel Thiollent (1985), é necessário: uma ampla e explícita interação entre os pesquisadores e envolvidos na pesquisa e que esta não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo), mas pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, bem como, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas.

Resultados Obtidos e Discussões

a) O nascimento da primeira mídia: Um pedido de ajuda de uma avó desesperada.

No Evento: Clima, reparação socioambiental e filantropia comunitária: cenários do litoral norte, que aconteceu em Maresias/São Sebastião, foi possível obter alguns resultados preliminares relevantes para a escolha dos formatos a serem criados por uma Ação de Divulgação Científica que veio a se chamar *Ação Replicadora Educomunicativa Insurgente de Articulação*. No caminho para o evento, foi possível colher algumas informações em entrevistas, com moradores (em sua maioria mulheres) da Vila Baiana (Barra do Sahy) em setembro de 2023; foram feitas duas perguntas.

Perguntas:

1. Você está ciente sobre o encontro sobre filantropia comunitária e reparação socioambiental, que acontecerá em maresias?

2. Você utiliza quais plataformas para comunicação e informação?

Moradora 1

Respostas:

1. Não.

2. *Facebook e Whatsapp. Face pra informação, market place essas coisa, e o zap pra conversar, ver vídeo, esses negócios.*

Moradora 2

Respostas:

1. Não

2. *Facebook e whats. O facebook é que nem ela falou, pra ver notícia dessas coisas. E o whats pra falar.*

Moradora 3

Respostas:

1. Não

2. Não tenho esses negócios.

A partir dessas informações foi decidido alguns formatos de materiais midiáticos que fossem capazes de dialogar com essas plataformas. Durante o evento foi tomando conhecimento do caso da Consuelo, uma idosa avó de um adolescente autista nível 3, que estava com sua casa (Consuelo) “Pendurada na Tropicanga”. O áudio com o seu problema foi transformado em uma primeira mídia (que foi dado o nome de “fura bolha”) e encaminhada ao gabinete de autoridades públicas, que responderam tempos depois avisando que a mensagem foi recebida e a denúncia havia sido apurada pelo mandato.

b) Fura Bolha e a estratégia A.R.E.I.A.

O acrônimo para Ação Replicadora Educomunicativa Insurgente de Articulação, aponta para a ideia de (re)existir, retomando territórios através do (Elisangela Baré, 2023) reflorestamento de ideias. Assim, corroboramos a estratégia dos povos originários sobre a efetividade da produção de mídias, de forma que possamos ter (Brianezi, 2023) tempo para contar mais uma história. Como? Articulando de forma simples e capilar, utilizando os meios da vida, se comunicando com o que tem. Se o capitalismo tenta fazer da existência um grande *networking* (sem desmerecer) então a confluência traz a ideia de articulação em um movimento de pessoas conhecendo pessoas.

c) QQFM: Qual que é a fita, mizifi? e os outros produtos de mídias.

A partir da orientação e direcionamento dos orientadores e co-orientadores, foi possível produzir os seguintes produtos de mídia: Cinco episódios de mini podcast sobre enchentes, deslizamentos, ondas de calor, erosão costeira e dengue. O

programa que emula um programa de rádio, todavia em um formato de podcast que vislumbra ser compartilhado via aplicativo de mensagem, carrega em sua identidade a irreverência e a informação.

Conclusão

Nego Bispo dizia que (Bispo, 2020) Nem tudo que se ajunta se mistura e nem tudo que se mistura se ajunta, a ciência e os saberes tradicionais andam lado a lado em um mundo que está à beira de um colapso climático. *Qual a melhor forma de dar notícias que não são tão boas?* A hipótese é: com esperança. Quanto a pergunta: *Como a estratégia A.R.E.I.A. pode ajudar?* É só fazer uma comparação com o incômodo que um grão de areia, um *cisco*, pode causar no olho de um gigante. Não existe mensagem pequena na atual conjuntura, a justiça climática - juntamente com a justiça cognitiva obtida através da ciência cidadã - pode estar também no direito ao acesso às fontes e pesquisas confiáveis, majoritariamente em posse da academia. Criar mídias que alcance de forma *multiescalar* um público que potencialmente pode mudar seus comportamentos de forma a elevar, mesmo que minimamente, o nível de segurança em suas vidas pode representar alguma conquista relevante para o campo da Educomunicação.

Referências

ALBAGLI, S.; IWAMA, A. Y. **Citizen science and the right to research: building local knowledge of climate change impacts**. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 9, n. 39, 2022.

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do "conhecer" e do "agir"**. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A.Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: UNB/CNPQ, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo Dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Editora Ubu, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2 .

Acesso em: 30 ago. 2024.

BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. **A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável**. 2023. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8412749/mod_resource/content/1/Brianezi%20e%20Gatt%C3%A1s.pdf . Acesso em: 30 ago. 2024.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden). **Educação em clima de riscos de desastres**. 2. ed. rev. São José dos Campos, SP: Cemaden, 2024. 96 p. ISBN 978-65-87432-47-2 (versão impressa); ISBN 978-65-5471-029-9 (versão digital). Disponível em:

<https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/> . Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, M. C. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 44-52.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IWAMA, Yu; DAMASCENO, Rafael. **Colaboração da ciência cidadã ampliando o conhecimento local em desastres relacionados ao clima**. *Frontiers in Climate*, v. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/journals/climate/articles/10.3389/fclim.2023.1243008/full> .

Acesso em: 25 out. 2023.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: Edusc, 2004.

MELLO SILVA, C. C.; GUIMARÃES, M. **Mudanças climáticas, saúde e educação ambiental como política pública em tempos de crise socioambiental**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, 2018, p. 1151-1170.

PEREIRA, R. S. D. et al. **On the frontline of climate disasters: traditional communities as key actors to identify climate-related disaster impacts in the coastal areas of Brazil**. Frontiers in Climate Risk Management, 2023 [no prelo].

RAYMUNDO, M. H. A. et al. **Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil**. AmbientalMente Sustentable, v. I, p. 25-39, 2017.

REGUERO, B. G. et al. **Effects of climate change on exposure to coastal flooding in Latin America and the Caribbean**. PloS One, v. 10, n. 7, 2015. Disponível em: doi.org/10.1371/journal.pone.0133409 . Acesso em: 30 ago. 2024.

SATO, D. P.; ALVES, V. C. S.; PEREIRA, R. S. D.; MATSUO, P. M. **Traditional and local communities as key actors to identify climate-related disaster impacts: a citizen science approach in Southeast Brazilian coastal areas**. Frontiers in Climate, 2023. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fclim.2023.1243008/full> . Acesso em: 25 out. 2023.

SOARES, I. **A Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & Educação, v. 19, 2014, p. 15-26.

Rede ERRD Litoral Norte. **Rede de Educação para Redução de Riscos de Desastres**. Disponível em:

<https://educacao.cemaden.gov.br/projeto/rede-errd-litoral-norte/>. Acessado em: 14/09/2024.

Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. Disponível em:

<https://www.funbea.org.br/> . Acessado em: 14/09/2024.

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm . Acesso em: 14/09/2024.

LEI Nº 14.926, DE 17 DE JULHO DE 2024. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 9.795. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2.

Acesso em: 14/09/2024.

Educomunicação Socioambiental, Complexidade e a Produção Audiovisual como método¹

Rachel Hidalgo²

José Vicente de Freitas³

Introdução

O trabalho apresenta reflexão sobre experiência educ comunicativa relacionada à teoria da complexidade. Em vista de explorar essa conexão, os/as autores/as desenvolveram estratégia educ comunicativa vivenciada no âmbito de uma formação com o envolvimento de 108 educadores/as, de diferentes partes do país, interessados/as em Educação Ambiental-EA⁴.

Aqui, se apresenta uma breve descrição das ideias e das discussões que giram em torno de tais estudos, constatando, cada vez com mais materialidade, que a Educomunicação pode oferecer subsídios que a Complexidade aponta como ausentes em diferentes processos educativos. Sobremaneira, em sua temática socioambiental - quando o adjetivo enseja trajetória e ideal político; e quando tem como suporte comunicativo a produção audiovisual - com histórico de métodos qualificados para a Educação.

Desenvolvimento

De partida, vale dizer que o objetivo não era ministrar uma oficina de produção audiovisual à educadores/as. Ainda que os instrumentos do Cinema sejam fortemente

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 - Educomunicação Socioambiental do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Formada em Comunicação Social, doutora em Educação Ambiental e pós-doutoranda na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo-USP por meio do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas - Projeto: Como a educ comunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil? (FAPESP). São Vicente-SP. E-mail: rachelhidalgomz@gmail.com

³ós-Doutor em Ciências Ambientais pelo PROCAM/USP, professor titular na Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Rio Grande-RS. E-mail: jvfreitas45@gmail.com

⁴ Trata-se do curso "Territorialização da Educação Ambiental e ODS no currículo", oferecido pelo Ministério da Educação-MEC, setor de Educação da UNESCO e a Universidade Federal do Rio Grande-FURG, em formato híbrido, concluído em agosto de 2024.

potentes na Educação, a atividade em questão, presencial, tinha a intenção de territorializar conhecimentos compartilhados em uma formação continuada de formato, até então, virtual. E os temas que envolviam o curso eram: Educação Ambiental Crítica, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Currículo Escolar.

No desenvolvimento da estratégia educomunicativa foi considerada a tese de doutorado de Hidalgo (2023). Em resumo, a autora trabalha com a ideia de que, o que a Complexidade Ambiental (LEFF, 2015) aponta como sintoma do caráter de isolamento das ciências - a noção equivocada de totalidade; a Educomunicação utiliza como cenário para o processo crítico e emancipatório. Afinal, chegar à conclusão da incompletude dos temas é sinal de avanço para ambos os territórios epistêmicos. Outras autoras corroboram com esta assertiva, como Stacheski (2012) e Medina (1998).

Em sua tese, Hidalgo conclui que a produção audiovisual - como um suporte para o fenômeno educomunicativo - oferece instrumentos capazes de fazer aflorar tal perspectiva para a produção de conhecimento. Especialmente, em sua temática socioambiental, quando o adjetivo carrega o engajamento político sobre o campo de conhecimento formado.

Esta é a base do desenvolvimento da estratégia compartilhada com o grupo de educadores/as da formação continuada. A seguir, destacam-se dois exercícios que explicitam o conjunto de ideias:

1. **Narrativas fotográficas:** Considerando a estrutura de montagem de discursos, foram entregues imagens aleatórias com as quais deveriam relacionar com um ODS específico e compartilhar referências territoriais de tal relação. Depois da formação do diálogo, o grupo deveria criar uma narrativa, colocando as imagens em uma ordem lógica para a criação de uma nova história. A prática considerou a criatividade, conhecimento prévio, criticidade sobre os acontecimentos e oportunizou uma vivência prática da técnica de edição que é realizada na produção audiovisual. Só que no lugar de um programa de computador foram utilizadas imagens impressas, uma corda para fixá-las ordenadamente e a capacidade de inventividade dos grupos.

2. **O som muda tudo:** trabalha, especialmente, a ideia de que o som, ou a ausência do mesmo, é utilizado para dar corpo às mensagens audiovisuais. Foram selecionados três gêneros de trilhas sonoras musicais: suspense, romance e comédia. E duas pessoas do público foram convidadas a subirem ao palco para trocar duas falas simples, elaboradas a priori, que se repetem com base nos três gêneros. Ao repetir as falas e sentir a “temperatura” da interpretação condicionada a audição das trilhas, a intenção é que o público possa absorver o “tom” diferenciado de cada mensagem produzida no exercício ao vivo. A prática possibilita debate sobre a manipulação da informação produzida nas redes sociais e na produção audiovisual.

Análise

Nesta seção, o objetivo é apresentar observações analítico-descritivas. Também foram utilizadas algumas contribuições coletadas via formulário de avaliação dos/as envolvidos/as que participaram, assim, do refinamento e estudos sobre as atividades.

Vale lembrar que o objetivo do presente estudo é aproximar as ideias da Complexidade Ambiental da Educomunicação, a partir do suporte da produção audiovisual. E, aqui, a análise é disparada, especialmente, por duas questões mais frequentemente identificadas durante os dias da experiência em questão: 1. entrelaçamento possível entre teoria e prática; e 2. engajamento de envolvidos/as. Duas dimensões distintas no âmbito da dinâmica mas que são conectadas no delineamento teórico-prático e fazem referência aos estudos que aqui se discute.

Em relação ao primeiro tópico, essa é uma questão colocada à priori, isto é, surge ainda nos planos embrionários da experiência. Para estabelecer uma medida do entrelaçamento entre teoria e prática foi verificado, por exemplo, a energia empreendida para explicar as “regras do jogo” e o tempo em que passaram “jogando” de fato. O uso da metáfora auxilia no entendimento da segunda: a intenção era que as pessoas pudessem aprender as *regras do jogo jogando*. Desse modo, no ponto de vista dos/as autores/as, a separação por blocos de conteúdos no processo educativo poderia ser substancialmente minimizada.

O segundo tópico, sobre o engajamento, incide diretamente no tópico anterior. Isso porque em qualquer processo (educativo-artístico-cultural) muitos elementos atravessam a experiência. É necessário que as *regras* estejam bem delimitadas - para resgatar a metáfora - contudo, é mais necessário ainda que as pessoas criem interesse real em *jogar*. Do contrário, se produz uma prática esvaziada de sentido.

Os/as pesquisadores/as que investigam a Educomunicação frequentemente usam a palavra *engajamento*. No dicionário, pode-se ler sobre o seu significado: “participação ativa em assuntos e circunstâncias de relevância política e social”. Também indica: “Contrato para prestação de serviços”. O que nos leva a pensar que se *engajar* tem a ver com o aceite de sua própria atuação em prol de algo, mas esse algo tem que estar incutido de algum valor (moral-ético-afetivo-financeiro).

Para realizar uma prática educomunicativa já se tem ciência de que o engajamento é fundamental. O que interessava, então, era compreender como agregar valor à experiência, sem reduzi-la à uma prestação de serviço aos/as educadores/as sobre o uso de uma tecnologia.

Em dinâmicas anteriores, já havia sido percebido que, em geral, as pessoas acabam por demonstrar mais desejo em conhecer técnicas, com fins definidos - *eu me engajo nisso para obter um manual prático de uso posterior* - do que em conversar ou recepcionar uma exposição teórica de qualquer campo.

Considerando que, naquele contexto, o grupo de pessoas envolvidas eram educadores/as interessados/as na EA - e que já reuniam diversas experiências sobre o assunto - o pedido de *aceite* foi para que, cada um/a pudesse personificar o seu território, bem como todos os seus vínculos de risco (LATOUR, 2019). Sendo assim, o/a representante humano/a dos problemas e dos interesses, com base no currículo escolar, e tomando como referência, principalmente, as metas da Agenda 2030.

Foi assim que passaram pela experiência da re-montagem de narrativas fotográficas - fazendo vir à tona uma série de conhecimentos prévios sobre as suas comunidades escolares, observando semelhanças e diferenças no tratamento dos assuntos por outros/as educadores/as, outras esferas de governo, estudantes, espaços e materiais, bairros do entorno. E foi pensando nesse conjunto de elementos que *deram o aceite* para dar um “tom” para as suas narrativas a partir do segundo exercício, com uso de trilha sonora/musical, e carregar o produto criado por eles/as

com mais algumas subjetividades, sublinhando elementos do campo de conhecimento das Artes como território profícuo.

No entanto, problemas ocorreram - como não poderia deixar de ser em qualquer processo humano. Segundo respostas coletadas via Formulário de Avaliação, em alguns momentos ocorreram tentativas de escapar aos limites conceituais da experiência. Por exemplo, algumas contribuições apontaram para a intensificação da técnica (das regras) em detrimento dos temas ou do tempo necessário para o diálogo (jogo). Tal problemática interfere no avanço da pesquisa sobre a Educomunicação Socioambiental e a Complexidade e aponta para determinados parâmetros que devem sempre ser observados no desenvolvimento das estratégias. Afinal, pode incidir, inclusive, na geração de engajamento entre os/as envolvidos/as na experiência.

Considerações

Este trabalho buscou analisar brevemente uma experiência educomunicativa que aproxima a Complexidade Ambiental a partir da Produção Audiovisual. E conclui-se que, em meio aos esforços empreendidos e às observações foram destacadas duas características de extrema importância para esse conjunto de ideias: o entrelaçamento entre teoria e prática - para reduzir as dicotomias entre campos de conhecimentos, métodos e instrumentos - e o engajamento necessário para a realização de um processo que tenha significado.

Como foi descrito acima, o engajamento, enfim, existiu. Foi aflorado a partir da estratégia montada pelos/as pesquisadores/as e o fundamental aceite dos/as envolvidos/as. E foi por meio deste engajamento também que o princípio sobre teoria e prática - de entrelaçamento - tornou-se possível. Afinal, por conta disso algumas *regras* puderam ser obliteradas para se fazer entender no *jogo em curso*.

Destaca-se que a possibilidade de fazer sentir, isto é, desenhar uma estratégia que fosse capaz de incitar um sentimento, foi mais eficaz. Além disso, o mesmo instrumento também é fonte para perceber, mais adiante, como os/as envolvidos/as foram apresentando e se apropriando de diferentes temas que integravam o debate.

Referências

COSTA, R.N; LOUREIRO, R. Trilhas possíveis para ver, pesquisar e ensinar cinema no campo da Educação Ambiental In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 2, p. 77-105, mai-2022. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13492/9791>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

DUARTE, R. **Cinema & Educação**. São Paulo: Autêntica, 2007.

HIDALGO, R. **A linguagem audiovisual na Educomunicação Socioambiental: A retomada da confluência entre campos do conhecimento como premissa** - Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG, 2023. Disponível em:

<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000016367.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza**: Como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura** - Territorialização da Racionalidade Ambiental. Editora Vozes: Petrópolis, 2015.

MEDINA, C. **Símbolos e narrativas** – rodízio 97 na cobertura jornalística. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1998.

ROQUETTE-PINTO, Vera Regina. Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos In: **Revista Usp**, n. 56, p. 10-15, 2002. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/33800/36538> Acesso em: 11 de setembro de 2024.

SETTON, M.G.J. **A cultura da mídia na escola**: Ensaio sobre Cinema e Educação. São Paulo: Annablume, 2004.

STACHESKI, D. R. Transdisciplinaridade, complexidade e educomunicação. Novas tendências na formação do professor universitário In: **Revista Ação Midiática** - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, v.2, n.2, 2012. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/32454/20590> Acesso em 11 de setembro de 2024.

A potência do encontro entre educomunicação socioambiental e juventude em santo andré – sp¹

Elaine Cristina da Silva Colin²

Eriane Justo Luiz Savóia
Nathalia Oliveira Padovanni
Paloma Alvarez Alonso
Rafaela França

A educomunicação vem crescendo ao longo das décadas como importante campo de pesquisa e prática para diversas áreas do conhecimento, sobretudo nos processos de Educação Ambiental. Em Santo André, São Paulo, entre os anos de 2020 e 2023 foi implementado o Projeto Água, Câmera e Ação - vídeo comunidade considerando o contexto e fragilidades quanto aos recursos hídricos em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental no município. A iniciativa visou à sensibilização ambiental de jovens de 15 a 29 anos quanto às questões ambientais locais, com foco no tema gerador água e, ao mesmo tempo, estimulou o senso de comunidade e o protagonismo juvenil sobre esta temática em âmbito local, atendendo moradores tanto da Macrozona Urbana quanto da Macrozona de Proteção Ambiental andreense.

O município de Santo André está localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, com 748.919 habitantes (IBGE, 2022), cerca de 55% de seu território está inserido em Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais da Billings (APRM - B). Apesar da existência de ações de planejamento, controle e fiscalização ambiental desenvolvidas pelo poder público municipal, ainda se verificam diversos impactos ambientais nestas áreas.

¹ Trabalho apresentado no eixo nº 9 – Educomunicação Socioambiental do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Bióloga com especialização em Educação Ambiental. Mestre e Doutora em Ciências (área de Serviços de Saúde Pública) pela Faculdade de Saúde Pública - USP. Atuou como Encarregada de Educação Ambiental, Gerente de Recursos Naturais e Gerente de Educação e Extensão Ambiental do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Santo André -SP. Foi parecerista do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Santo André. Atualmente é Editora Associada da Revista Ambiente e Sociedade. Atua como Gerente de Educação e Mobilização Ambiental no Departamento de Gestão Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André em São Paulo. E-mail para contato: elainesc@semasa.sp.gov.br

Sob esta ótica, a proposta de implementação do Projeto Água, Câmera e Ação - vídeo comunidade foi pautada não apenas na situação atual da bacia e das áreas de mananciais de Santo André, mas também na necessidade de sensibilizar e mobilizar a população jovem, e indiretamente, os demais moradores locais em relação aos recursos hídricos, visando promover novas formas e estratégias de difusão e construção de conhecimentos, para a implementação de ações sustentáveis de melhoria da qualidade do meio.

Para isso, a iniciativa foi realizada a partir de uma metodologia essencialmente prática e participativa, baseada nas diferentes realidades de áreas em situação de vulnerabilidade social do município de Santo André, criando condições para que jovens de 15 a 29 anos pudessem vivenciar experiências de aprendizagem sobre as questões socioambientais na cidade, de acordo com as suas percepções e, ao mesmo tempo, valorizando as especificidades de cada território.

É relevante destacar que o território como base não só espacial, mas socioambiental das intervenções em educação ambiental do projeto. Para Layrargues e Puggian (2018), o território não se refere apenas aos seus elementos constituintes à dimensão ecológica ou físico-química, mas envolve também sua dimensão sociocultural e econômica, onde seja possível ao ato pedagógico efetuar a reflexão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza a partir de outros parâmetros, envolvendo entre outros aspectos as relações de poder existentes nas sociedades de classe organizadas pelo modo de produção capitalista.

Sob este prisma, a ênfase na escala da localidade foi uma característica marcante do projeto, baseando-se na compreensão de que a participação comunitária é facilitada na escala local, onde os laços territoriais, econômicos e culturais são fortemente ligados às noções de identidade e pertencimento, mas que se conectam também com outras escalas territoriais.

Quando pensamos nas diferentes vertentes/correntes que a educação ambiental pode assumir dependendo de sua prática (SAUVÉ, 2005), a formação para cidadania é um objetivo comum. No âmbito do Água, Câmera e Ação buscamos uma aprendizagem para além dos conteúdos, ou seja, capaz de promover processos de formação que possibilitassem “novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se no mundo, perante aos outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises

do tempo em que vivemos” (CARVALHO, 2005, p.90), sobretudo as relacionadas à temática socioambiental, portanto uma abordagem crítica de educação ambiental.

Neste contexto, a utilização da educomunicação e do audiovisual foram fundamentais para implementação do projeto, pois como metodologia em educação ambiental permite aos participantes a criação de seus próprios ecossistemas educacionais, ou seja, espaços de convivência e colaboração que apresentam novas formas de produção e propagação do conhecimento a partir de leituras próprias da realidade vivida (MARTÍN BARBERO, 2002, SOARES, 2011 E OROZCO GÓMEZ, 2014). Neste processo, a valorização do conhecimento popular, a reflexão crítica sobre os meios de comunicação na leitura e produção de conhecimento, a mobilização social, o aprendizado no trabalho em grupo, o desenvolvimento das habilidades comunicativas dos participantes e novas formas de exercício da cidadania são desenvolvidas naturalmente.

Para Brianezi e Gattás (2022, pág. 38) “se o olhar educacional liberta os(as) receptores(as) do papel de decifradores(as) autômatos(as), a educação ambiental crítica apoia-se na construção coletiva e dialógica da racionalidade ambiental”, portanto, a comunicação não se configura apenas como meio ou fim dos processos educativos, mas como uma forma de mediação e relação entre educandos, educadores e suas comunidades buscando novos sentidos, percepções e formas de intervenção e mudança social.

Sob este prisma, o Água, Câmera e Ação teve como objetivo estimular o senso de comunidade e o protagonismo juvenil nas questões ambientais com foco no tema água em áreas vulneráveis no município de Santo André - São Paulo e sensibilizar para as possibilidades da economia criativa pela temática: audiovisual e meio ambiente.

A experiência

O Projeto Água, Câmera e Ação foi realizado pelo Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), por meio da Coordenadoria de Comunicação Social e da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do Departamento de Gestão Ambiental e foi financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (FEHIDRO) e do próprio Semasa.

Para o melhor entendimento deste projeto, relatamos a seguir as principais ações de cada uma de suas etapas, destacando os aspectos metodológicos e processuais vinculados ao seu tempo cronológico.

- **2020: Etapa 1 - Planejamento integrado:** o projeto foi iniciado por meio da elaboração do seu plano pedagógico e plano de comunicação, envolvendo materiais de divulgação e uma pequena cartilha de apoio às formações, bem como diálogos com outros setores e entidades envolvidas.
- **2021 a 2022: Etapa 2 - Formação cidadã:** foram realizadas 13 turmas de formação, compreendendo três módulos educativos que tiveram como tema gerador “água no meu território”. Nesta etapa, houve o uso de recursos pedagógicos diversos (rodas de conversa, entrevistas nas comunidades, trabalho em grupo, estudos de campo, biomapas, uso de câmera fotográfica profissional, de telefone celular e equipamentos de áudio com orientação técnica), mas com enfoque na educomunicação socioambiental.



Figura 1: Estudantes do projeto durante as gravações - Água, Câmera e Ação

- **2022 a 2023: Etapa 3 - Engajamento socioambiental:** Para todas as turmas de formação foram realizadas mostras de cinema abertas em cada comunidade atendida, além de mostras de cinema abertas para toda a população em áreas centrais do município, com exibição dos curtas-metragens produzidos pelos jovens. Durante as mostras, foram promovidos debates sobre

as questões socioambientais abordadas e ações necessárias para minimizar os problemas relatados. Entre os anos de 2023 e 2024, os curtas-metragens produzidos foram e têm sido utilizados para realização de novas mostras dos vídeos em todo o município para promover educação ambiental.

É importante destacar que a implementação do Água, Câmera e Ação contou com mais de 40 colaboradores, envolvendo, além do Semasa, a empresa contratada para execução e apoio técnico do projeto (Instituto Social Cultural Brasil - ISCB) e diversos parceiros da Prefeitura de Santo André, instituições assistenciais do município (Núcleo Assistencial e Educacional à Caminho da Luz, Instituição Beneficente Irmã Marli e Casa Lions de Adolescentes de Santo André) e a Diretoria Regional de Ensino de Santo André. Tais articulações foram essenciais para o desenvolvimento e sucesso da iniciativa.

Resultados

O Água, Câmera e Ação teve como principais resultados alcançados:

- Atendimento direto de aproximadamente 2000 pessoas, sendo cerca de 325 jovens e 1525 pessoas nas mostras locais e centrais dos vídeos, seguidas de debates, além de 150 pessoas no seminário “O futuro da água é agora!”.
- Produção de 48 curtas-metragens protagonizados pelos jovens participantes;
- Inserção de todos os curtas-metragens produzidos e os making of das formações em mídias digitais permitindo o acesso livre, ampliando-se sua utilização como subsídio para outras ações de educomunicação socioambiental por toda a cidade.

Como indicadores de sucesso da iniciativa, podemos citar a mudança de percepção sobre o meio ambiente e cidadania e o maior engajamento dos jovens nas questões ambientais locais, identificadas por meio de entrevistas realizadas com os jovens antes e ao final das formações e, principalmente, pelo envolvimento dos participantes ao longo dos encontros.

Em maio de 2024, o Água, Câmera e Ação foi premiado internacionalmente pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) conjuntamente com experiências do México e Portugal em uma concorrência entre 66 experiências de 11

países, se destacando na categoria “Cocriação e Valores Comunitários”. Alguns dos produtos gerados pelo projeto (curtas-metragens) também foram selecionados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para compor o “Circuito Tela Verde 2024”, permitindo que tais vídeos possam ser utilizados como recurso pedagógico de processos de sensibilização ambiental nas 85 Salas Verdes distribuídas pelo Brasil, e mais de 180 espaços exibidores cadastrados, o que denota a qualidade e capilaridade do projeto para além dos limites municipais.

Considerações finais

O projeto Água, Câmera e Ação foi uma experiência nova na cidade de Santo André e foi inovadora por utilizar os recursos audiovisuais como parte dos processos educativos de forma colaborativa e protagonizada pelos jovens participantes, mas sobretudo por estimular novos olhares sobre o território, novos vínculos de pertencimento e formação cidadã voltada à proteção ambiental. A iniciativa de fazer vídeos-documentários, a partir do olhar dos próprios moradores possibilitou o registro histórico que estimula a reflexão e ação sobre as diversas questões do meio em que os jovens viviam, corroborando com a participação social e as diretrizes do trabalho e o planejamento socioambiental do município. Houve o diálogo entre tecnologia e conhecimento comunitário, além de integração de programas, projetos e ações intersetoriais fortalecendo as políticas públicas relacionadas, em especial, a Política Municipal de Educação Ambiental de Santo André.

Referências

BRIANEZI, T. GATTÁS, C. **A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. v. 21, n. 41, p. 33-43, sept./dic. 2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8412749/mod_resource/content/1/Brianezi%20e%20Gatt%C3%A1s.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais.** In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M.

(Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 51-63.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Rio de Janeiro: 2022.

LAYRARGUES, P.P.; PUGGIAN, C. **A educação ambiental que se aprende na luta com os movimentos sociais: defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.13, n.1 – pags 131-153, 2018. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/13488/8592>. Acesso em 08 set.2024.

MARTÍN-BARBERO, J. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2002.

OROZCO GÓMEZ, G. **Entre telas: novos papéis comunicativos e educativos dos cidadãos**. In: APARICCI, R. (org.). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das Correntes em educação ambiental**. In: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (org.). Educação Ambiental. Porto Alegre: Artmed. p. 17-45, 2005.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

A educomunicação como chave na construção de uma educação climática dialógica¹

Cláudia Herte de Moraes²

As consequências inequívocas do aquecimento global terão repercussão ao longo de séculos no sistema climático da Terra, trazendo consigo riscos para a sobrevivência humana e de inúmeras espécies, com destaque às vulnerabilidades, segundo o principal informador científico sobre o tema, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês, 2022). Mesmo com diferenças regionais, no Brasil, todos os seis biomas são considerados vulneráveis às mudanças de temperatura e/ou precipitação. Alertas são cada vez mais diretos quanto a eventos climáticos severos que devem se intensificar, atingindo de forma aguda cidades e áreas vulneráveis. O setor agrícola é um dos principais atingidos nos cenários apresentados. (PBMC, 2013).

Os últimos anos foram de quebra de recordes quanto a desastres em todo território, sendo destaque o número divulgado em 2023: “Foram registrados 1.161 eventos de desastres, sendo 716 associados a eventos hidrológicos, como transbordamento de rios, e 445 de origem geológica, como deslizamentos de terra” (MCTI, 2024). Um dos mais recentes e graves atingiu mais de 2,3 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, com chuvas intensas, enxurradas, cheias e inundações, causando mais de 180 mortes diretas e trazendo inúmeros danos socioambientais e econômicos. (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

¹ Trabalho apresentado no eixo 9 - Educomunicação Socioambiental do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), jornalista e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Realizou um MBA em Gestão das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação (PUCRS). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global (PUCRS). Autora do livro "Rio+20 entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos nas revistas brasileiras", decorrente de sua tese de doutorado. É líder do Grupo Mão na Mídia - Educomunicação e Cidadania (CNPq/UFSM). Membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e Vice-coordenadora da ABPEducom Sul (RS). Membro do Núcleo de Ecojornalistas do RS (NEJ-RS). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: claudia.moraes@ufsm.br

Ripple et al. (2020) salientam que há uma obrigação moral dos cientistas em alertar a humanidade sobre a ameaça e a catástrofe, daí porque adotar o termo “emergência climática”, indicando ainda que as ações devem ser imediatas quanto à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A ação climática é, portanto, o único caminho para a conservação da natureza, evitando aumento drástico do sofrimento humano e trazendo esperança de oportunidade às novas gerações. Para McHugh et al. (2021), a emergência climática representa uma nova fase no enquadramento da mudança climática, que pode apontar ações mais concretas pela governança e política. Porém, ainda há poucas pesquisas sobre como este novo posicionamento pode se entrecruzar com as percepções públicas, governança, política, direito, economia e mídia.

Destarte, para o efetivo enfrentamento das alterações no clima, é preciso atuar no desafio de informar, de forma interdisciplinar e crítica, sobre o significado e o alcance da crise climática, o que certamente irá moldar as escolhas e o futuro das áreas socioeconômicas, políticas e ambientais. Também é imperativo entender de que forma são comunicadas as crises somadas, incluindo-se demandas históricas (pela igualdade, direitos humanos, questões sociais, com proteção à saúde e à vida humana) ao lado de processos de regeneração da biodiversidade, contribuindo para a sustentabilidade da vida no planeta. (MORAES, 2022).

Levando em conta essas discussões, neste texto trazemos uma reflexão teórica, com uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2001). A análise reflexiva objetiva posicionar potencialidades da educomunicação quanto aos aspectos fundamentais que se conectam a espaços sociais e educativos que visem a maior conscientização ambiental.

A educação ambiental (EA), na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pela Lei n. 9.795/99 está colocada como: “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]”. (BRASIL, 1999). Isso posto, entendemos a EA como um processo no qual indivíduos e sociedade se informam e buscam a sensibilização coletiva quanto às necessárias mudanças na relação com usos, conservação e preservação da natureza e todas as questões complexas que se inter-relacionam.

A ecopedagogia, ou pedagogia da terra, entendida como movimento político, social e pedagógico (GADOTTI, 2000) é nossa opção teórica para compreender a conscientização planetária: “Nosso futuro comum depende de nossa capacidade de entender hoje a situação dramática na qual estamos devido à deterioração do meio ambiente” (p. 102).

Como uma linha de ação na área da educação ambiental, chamada “Comunicação para a Educação Ambiental”, está direcionada para “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental” (BRASIL, 2005). O texto base do Ministério do Meio Ambiente sobre o tema indica que a dimensão da educação ambiental traz como característica a construção de um espaço baseado em uma “comunicação popular educadora, autonomista e democrática” (BRASIL, 2008, p. 10). Neste sentido, contemplamos a ideia da comunicação ambiental, a qual carrega a perspectiva de “uma real compreensão dos efeitos das mudanças ambientais e do despertar da cidadania, contribuindo para a participação política e, posteriormente, quiçá, uma mobilização global” (DEL VECCHIO DE LIMA et al., 2015, p. 82).

Notamos que há conexão com os estudos de percepção sobre a crise socioambiental, que se coloca como passo primordial para seu enfrentamento. Potencialmente, essa percepção pode auxiliar a mudança comportamental para adaptação, pressionando inclusive os formuladores de políticas. (SPENCE et. al, 2011; ZAHARAN et al., 2006). Com isso, tanto a comunicação quanto a educação devem fazer parte da construção da transição social necessária. Perceber os riscos e entender as possibilidades de mitigação e adaptação são essenciais nesse processo, ampliando o papel da educação ambiental, de forma crítica e fundamentada.

A abordagem educomunicativa se consolida, desta forma, como lugar de prática na interface Comunicação/Educação e se constitui como um campo transdisciplinar de diálogo que, agregando-se à perspectiva da educação e da comunicação ambiental torna-se fundamental neste cenário. Com isso, abrem-se possibilidades em diferentes contextos e processos, tanto na educação formal quanto, por exemplo, em comitês de bacias, em organizações não-governamentais, espaços de debate comunitário, em universidades, escolas, coletivos entre outros. Neste sentido, “educomunicação socioambiental pode ser uma aliada fundamental para que todos os agentes sociais tenham informação qualificada, bem como a possibilidade

de expressão comunicativa rumo à sustentabilidade” (MORAES, 2021, p. 39), ao mesmo tempo buscando entender a educação como caminho para ativar e construir a autonomia e o direito a um futuro sustentável (MORAES, 2021a).

O resultado da interconexão entre educação e comunicação ambiental, em nossa visão, pode ser definida no âmbito da educomunicação socioambiental, considerada como “um processo dialógico e horizontal, com vistas ao desenvolvimento da criticidade quanto às informações ambientais” (MORAES, 2021, p. 38). Conforme Soares (2014), a educomunicação se propõe como prática de intervenção social e dialógica, proporcionando o fortalecimento dos ecossistemas educacionais, para que as comunidades humanas se relacionem “enquanto sujeitos sociais, com o sistema midiático”. (SOARES, 2014, p. 17). Além disso, a educomunicação, juntamente com a governança e o capital comunicacional, atua como mediadora na construção da cidadania ambiental por meio da participação pública, tendo a educomunicação focando nos aspectos pedagógicos (KLUNK et al., 2018).

A educomunicação socioambiental traz características interdisciplinares, potencial crítico e colaborativo, possibilitando a compreensão e a ação sobre questões socioambientais (FREITAS & SANTOS, 2023), pretende-se atingir e construir o conhecimento junto com os participantes, de forma interativa, gerando uma reflexão sobre as atividades humanas e seus impactos e interconexões socioambientais. Portanto, a educomunicação se reafirma na possibilidade do diálogo, a exemplo das bases propostas desde as contribuições filosóficas de Paulo Freire (2011), em que todos se educam colaborativamente, em uma contribuição profunda para a realização de projetos que visam ao desenvolvimento de protagonismo e autonomia: “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história.” (p.133). Desta forma, somente com participação e mobilização social é possível a realização do projeto da educação climática dialógico.

A educomunicação é um dos principais paradigmas da comunicação no cenário do desenvolvimento sustentável no Brasil, apresentando-se a partir da institucionalização do campo da educomunicação e das convergências epistemológicas com a educação ambiental crítica. (BRIANEZI; GATTÁS, 2022).

Portanto, fortalecer a educomunicação socioambiental torna-se fundamental, direcionando o foco para questões que possam ser articuladas dialogicamente, de forma direta, junto às comunidades no aspecto da territorialização e mobilização social para o enfrentamento da crise por meio da educação climática.

Concluimos que, ao visualizar o campo de interface entre a comunicação e a educação ambiental, destaca-se a potencialidade de educomunicação socioambiental em direção à educação climática, que se tornou um desafio imediato em nossa sociedade. Portanto, postulamos que a educomunicação socioambiental pode ser considerada uma chave desta proposta de educação climática dialógica, a partir de alguns pontos essenciais a serem aprofundados numa agenda de práticas e pesquisas educacionais, tais como: construção de ecossistemas educacionais baseados em vivências, experiências e saberes ambientais; reforço do papel da Comunicação para a percepção da relevância na abordagem territorial e local, visando às ações de mobilização pela mitigação e adaptação frente à emergência climática; reconhecimento da importância do diálogo comunitário e social para a transição ecológica; e aprofundamento das ideias que sustentam a ecopedagogia, a comunicação ambiental e seus processos em todos os espaços da educação.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Número de mortos por causa das chuvas no RS sobe para 182. 9 jul. 2024. <https://bit.ly/3zbuOn4>

BRASIL. **Lei n. 9.795**. 1999. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. <https://bit.ly/3BuUuNU>

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008. <https://bit.ly/42JgyjU>

BRIANEZI, T.; GATTÁS, C. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 41, 2022. <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i41.908>

DE VECCHIO DE LIMA, M. et al. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, José Cleiton da Silva; SANTOS, Elaine Fernanda dos. Educomunicação como prática em Educação Ambiental: estado do conhecimento com base na análise de dissertações e teses brasileiras. **Revista Científica ANAP Brasil**. v.16, n. 37, p.65-80, 2023.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

IPCC. GT2 **Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation and Vulnerability. 2022. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>

KLUNK, Luzia; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. Aproximações conceituais entre educomunicação, governança e capital comunicacional na construção da cidadania ambiental. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 4, p. 184–205, 2018. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v7e42018184-205>

MCHUGH, L. H.; LEMIS, M. C.; & MORRISON, T. H. Risk? Crisis? Emergency? Implications of the new climate emergency framing for governance and policy. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, 12 (6), e736. 2021. <https://doi.org/10.1002/wcc.736>

MCTI. Ministerio de Ciência, Tecnologia e Inovação. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, C. H. Educomunicação socioambiental e Direitos Humanos na construção da cidadania global. In: **Direitos Humanos e políticas públicas**: desafios e perspectivas à formação e à inclusão. Curitiba: Ed. Baguai, 2021, v.1, p. 27-42

MORAES, C. H. Esperançar com a educomunicação socioambiental rumo à cidadania planetária. In: PADILHA, C.; ABREU, J. **Mestres do Amanhã**. SP: IPF, 2021a. <https://bit.ly/3FwyF1E>

MORAES, C. H. Cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil: os direitos humanos como tópico da repercussão do IPCC-AR6. In: **Pensar el poder: derechos humanos y herramientas comunicativas**. Dykinson, 2022. p. 674-694.

PBMC. “Sumário Executivo”. In: **Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação: Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. RJ: UFRJ, 2013. <https://bit.ly/3Mxv8W3>

RIPPLE, W. J.; WOLF, C.; NEWSOME, T. M.; BARNARD, P.; & MOOMAW, W. R. World scientists' warning of a climate emergency. **BioScience**, 2020, 70 (1), 8–12.

SOARES, I. O. A Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. In: Roberto Aparici. (Org.). **Educomunicação para além do 2.0**. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2014, v. 1, pp. 7-27.

SPENCE, A.; POORTINGA, W.; BUTLER, C.; PIDGEON, N. F. Perceptions of climate change and willingness to save energy related to flood experience. **Nature Climate Change**, London, v. 1, n. 1, p. 46-49, 2011.

ZAHRAN, S.; BRODY, S. D.; GROVER, H.; VEDLITZ, A. Climate change vulnerability and policy support. **Society & Natural Resources: an international journal**, New York, v. 19, n. 9, p. 128-141, 2006.

EDUCOMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADES

Implementação das Cotas na UnB e a luta por diversidade na educação¹

Bianca Feifel²
Valmir Araújo³

A Universidade de Brasília (UnB) se tornou em 2003 a primeira instituição federal de ensino superior a implementar cotas raciais para ingresso na graduação. A iniciativa transformou-se em referência para outras instituições de ensino e, em 2012, a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, bem como para pessoas com deficiência e alunos de baixa renda ou oriundos de escolas públicas, converteu-se em legislação federal - a Lei de Cotas.

Com as cotas, inegavelmente, as universidades brasileiras tornaram-se mais plurais. Mas, ao mesmo tempo, a entrada de mais alunos pobres, negros, indígenas e com deficiência trouxe novos desafios acadêmicos. Relacionar essa discussão sobre a implementação das cotas na UnB e discorrer sobre a diversidade na educação é o intuito deste trabalho bibliográfico.

A proposta também é discutir a temática racial na área da Comunicação, a partir da observação sobre a presença de autores negros e refletir sobre a influência na opinião pública e no imaginário social da mídia. Por isso, este trabalho propõe-se, por meio de uma revisão bibliográfica e à luz das contribuições teóricas de autores como Queiroz (2019), Gonzalez (2020), Moura (2014) e Almeida (2019), dentre outros, para discutir a importância de epistemologias negras.

Uma universidade mais negra?

O pioneirismo da Universidade de Brasília com as cotas raciais garantiu o aumento do ingresso de estudantes de grupos raciais historicamente excluídos no

¹ Trabalho apresentado no eixo 10 – Educação e decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Estudante do curso de Jornalismo da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: biafeifel@gmail.com.

³ Professor da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: valmir.ptu@gmail.com

país, como pessoas negras, que formam a maioria da população (IBGE, 2023). A UnB saiu de uma realidade de apenas cerca de apenas 2% de graduandos negros, para mais de 70%, conforme dados do Anuário Estatístico 2023 ano-base 2022.

A lei 12.711 aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2012, contribuiu com essa transformação demográfica na UnB e nas demais universidades federais brasileiras. A Lei de Cotas prevê que 50% das vagas das universidades públicas sejam reservadas para alunos que tenham cursado o ensino médio na rede pública. Desse total, metade ainda era destinada para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. A quantidade de vagas reservadas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e pessoas com deficiência é estipulada de acordo com a proporção destes grupos populacionais na unidade federativa onde está situada a universidade. A Lei de Cotas passou por uma atualização em 2023, ampliando o acesso de grupos minorizados na Universidade.

Racismo à brasileira

O processo de consolidação das cotas raciais para acesso ao ensino superior não foi livre de tensões. Desde o início, houve resistência da sociedade civil, da imprensa tradicional e de representantes do poder público contra a implementação das ações afirmativas, com base em argumentos muitas vezes ancorados no mito da democracia racial (Araújo, 2021) e no discurso da meritocracia (Almeida, 2019).

Sodré (2015) explica que, no debate público, a discussão inicial sobre as cotas raciais foi feita “a partir de um largo espaço [dado] a jornalistas e intelectuais decididos a demonstrar que as ações afirmativas constituem uma nova forma de racismo, já que a raça não existe” (Sodré, 2015, p. 312).

Essa discussão foi fundamental para se opor à ideologia da democracia racial. Conforme Moura (2014) o processo de miscigenação foi uma realidade na história brasileira, mas sem atribuições exageradas ou errôneas, que têm por finalidade descrever um processo diferente do que ocorreu para se fazer sentido a defesa da existência de uma democracia racial.

Apesar da miscigenação, essa pretensa convivência harmoniosa nunca aconteceu, muito menos foi promovida pelo grupo dominante. Gonzalez (2020) afirma que nas sociedades da América Latina, diferentemente do que acontece naquelas de origem anglo-saxã (como os Estados Unidos) em que o racismo é aberto e explicitamente manifestado por meio da segregação social, predomina o “racismo por denegação”.

Portanto, por qual razão as cotas raciais foram e, em alguma medida seguem sendo contestadas pela classe dominante: porque elas desafiam a hierarquia social que historicamente garante privilégios à população branca, permitindo o acesso de mais pessoas pobres e negras ao ensino superior. Ao mesmo tempo, essa ascensão tensiona os currículos das universidades que, até então, tratavam a questão racial como um aspecto periférico ou opcional, ou lidavam com ela a partir de referências que reforçam teorias de miscigenação, assimilação ou embranquecimento, e o que Almeida (2019) denomina por “racismo estrutural”.

Epistemologias negras no ensino da Comunicação

Ao longo da história, os meios de comunicação foram responsáveis por veicular e reforçar ideais de superioridade branca, contribuindo para um imaginário social racista. Por isso, se o objetivo é a construção de uma sociedade antirracista, a importância das epistemologias negras no ensino de Comunicação é evidente.

De acordo com Queiroz (2019), as epistemologias negras, de forma geral, apresentam duas características: além de serem teorias escritas por autoras e autores negros, o seu conteúdo precisa ter o compromisso de trazer uma visão “antirracista, anticolonial e insurgente” (p. 144). O autor destaca que, embora ainda marginalizados nos currículos formais das instituições de ensino, os pensares negros na Comunicação já existem pelo mundo “desde nosso primeiro ancestral”, com forte tradição de oralidade.

Queiroz (2019) destaca ainda que, de forma geral, a temática racial é ignorada pelo *mainstream* das pesquisas em Comunicação e que a academia ainda é um ambiente de violência, silenciamento, epistemicídio e não acolhimento para pesquisadoras e pesquisadores negros. No entanto, o autor acredita que essa situação “tende a ficar insustentável” (p.146) graças às ações afirmativas que têm

garantido o acesso de mais pessoas pretas e pardas à universidade, inclusive, ainda que mais recentemente, na pós-graduação.

Queiroz (2019) e Gonzalez (2020) destacam que os conhecimentos negros foram, ao longo da história, invalidados no campo da ciência. A inferiorização dos saberes não branco-europeus, apontados de forma estereotipada e como exotismo, e o consequente epistemicídio foram mecanismos do racismo à brasileira na busca do embranquecimento de corpos e mentes.

Considerações finais

A bibliografia e os dados sobre as mudanças provocadas com a implementação das cotas raciais na UnB nos permitem fazer algumas considerações pertinentes à temática que servirão de base para futuros trabalhos focados na análise da importância da diversidade étnico-racial no ensino superior. É possível considerar que o pioneirismo da Universidade de Brasília com a política de cotas implicou em uma mudança substancial na demografia estudantil dessa instituição, que é muito mais próxima a da sociedade.

Destaca-se a importância do histórico da luta pela implementação de políticas afirmativas na UnB, bem como da Lei de Cotas, como fundamentais para um avanço na educação universitária no Brasil, em termos de diversidade. A possibilidade de acesso de grupos marginalizados como negros, quilombolas e indígenas coopera para corrigir desigualdades de representatividade e com a possibilidade de uma prática educacional mais plural e participativa, apesar de ser importante considerar a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre as transformações na UnB a partir do impacto da política de cotas.

No âmbito da Comunicação a temática racial e saberes afro-diásporos encontram uma realidade de invisibilidade, conforme a bibliografia apresentada. Assim, é importante refletir que o avanço quantitativo de negros dentro da Universidade deve ser acompanhado da valorização do pensamento afro-diaspórico. Contudo, a presença de negros e quilombolas nas universidades pode ser considerado um passo importante para tensionar uma discussão sobre a valorização dos saberes afro-diaspóricos nesses espaços.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, V. T. **O que é a imprensa negra**: diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zarah, 2020. ISBN 978-85-378-1889-3.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª Ed. Anita: São Paulo, 2014.

QUEIROZ, R. P. Descolonizar Mentes, Enegrecer o Pensamento: epistemologias negras na comunicação. **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 17, n. 1, p. 144-160, jan/dez 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/5934>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Anuário Estatístico 2023 ano-base 2022**. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO). Brasília, DF. 2024.

Mídia e Literatura: a educação antirracista e decolonial no ensino de Língua Portuguesa

Amanda Vieira¹

Maeles Carla Geisler²

Schirley Silene Silva Gramkow³

Sandro Lauri da Silva Galarça⁴

Em um contexto social marcado por desigualdades e racismo estrutural, a educação assume um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes. Este estudo tem por objetivo discutir sobre alternativas a serem utilizadas pelo professor na aula de Língua Portuguesa, mediadas pela literatura e pelo cinema. Pretende-se discutir, dessa forma, a importância da mídia e seu impacto na formação da identidade dos estudantes.

Nesse cenário, a aula de Língua Portuguesa se apresenta como um espaço fértil para o debate sobre a mídia e seu impacto na construção de identidades. Este estudo propõe uma abordagem decolonial e antirracista para o ensino da Língua Portuguesa, reconhecendo as falhas do ensino tradicional e buscando alternativas que promovam a reflexão crítica e a construção de identidades plurais. A análise crítica da mídia, em suas diversas formas, torna-se fundamental para desmascarar os mecanismos de dominação e silenciamento que perpetuam estereótipos e marginalizam minorias.

A literatura, o cinema e as expressões digitais da mídia, quando utilizados de forma crítica e reflexiva, podem ser ferramentas poderosas para a construção de uma educação emancipadora. É necessário mobilizar práticas que possibilitem o

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Blumenau (PPGE/FURB). Bolsista da CAPES. E-mail: amavieira@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1139-7931>.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Blumenau (PPGE/FURB). E-mail: mcgeisler@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3791-440X>.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Blumenau (PPGE/FURB). E-mail: sgramkow@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8758-3785>.

⁴ Doutor em Teoria Literária (UFSC). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FURB). E-mail: sgalarca@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6936-7455>.

desenvolvimento da criticidade dos estudantes quanto ao consumo da mídia e para a produção para esses meios. Nas palavras de Galarça (2019, p. 12), “não é possível educar somente para a recepção da mídia, mas tendo em vista a *internet*, é preciso também educar especialmente para “a emissão e produção para estes meios”.

Faz-se necessário refletir sobre a colonialidade do poder, consequência colonial que cria uma sociedade estruturalmente racista. Quando analisamos essa “forma de controle social” das mídias, podem-se inferir os padrões de ser e saber, por exemplo – que são eurocêntricos. Quando a educação tradicional não reflete, não questiona o “dado”, quando não apresenta novas narrativas (subalternas), perpetua esses ideais racistas e a educação nunca pode formar cidadãos livres.

Quijano (2005) explica que a ideia de raça foi criada no período de colonização das Américas como forma de legitimar o processo colonial e que a colonialidade do poder se dá quando as estruturas de dominação e hierarquia coloniais influenciam e moldam as relações sociais, políticas e culturais contemporâneas. O poder baseado na colonialidade implica uma perspectiva de conhecimento no qual o não-europeu é inferior, primitivo, passado. Existindo, pois, um passado, surge o “futuro”, a modernidade: que acontece somente para os brancos europeus.

Mignolo (2017) discute que a abordagem decolonial visa desafiar essa lógica da modernidade/ colonialidade e promover outras formas de conhecimento e relações sociais. O ensino de literatura dentro da perspectiva eurocêntrica encontra dificuldades em sua aplicação, como a falta de interesse dos estudantes, a desconexão cultural etc.

O ensino de literatura por um viés decolonial busca questionar as narrativas hegemônicas e refletir sobre as implicações dessas questões no ensino e na formação de identidades dos estudantes. Foca, portanto, na maneira como os assuntos são trabalhados em vez de apenas no que é ensinado. Por fim, existem diversas possibilidades de trabalho na aula de Língua Portuguesa que tenha um viés crítico e reflexivo do uso da mídia, seu consumo e produção, a partir de discussões do campo artístico literário: seja literatura seja cinema.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) podem ser usadas para democratizar o acesso ao conhecimento e ampliar a diversidade de perspectivas nas salas de aula; também podem envolver a incorporação de vozes e

conhecimentos historicamente marginalizados, desafiando as narrativas eurocêntricas dominantes. Além de facilitar a comunicação global e o compartilhamento de experiências entre diferentes culturas e sociedades, o que pode contribuir para a descentralização do poder e a promoção de uma educação mais inclusiva.

A concepção de educação adotada nesta pesquisa se baseia nos estudos de Paulo Freire. Para o autor, a educação é algo maior que somente o processo de aprendizagem [formal, de conteúdos escolares]. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (2003, p. 50), Freire afirma que a existência humana exige a palavra verdadeira, e “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.”.

Desta forma, a palavra inautêntica, sem sua dimensão de ação, é alienada e alienante. Portanto, “este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo” e, nesse sentido, “gera formas inautênticas de pensar, que reforçam a matriz em que se constituem.”. (Freire, 2003, p. 50).

Os meios de comunicação moldam a nossa percepção do cenário social (Baccega, 2003; Martín-Barbero, 2014) ao escolherem os pontos de vista mais adequados para nos vender como a Verdade sobre determinados fatos. Essa construção do cenário pelos meios de comunicação é influenciada pelas relações de poder e pela natureza da sociedade contemporânea, em que os meios de comunicação desempenham um papel crucial na produção de significado e na construção da realidade em todas as suas manifestações.

A comunicação, assim, torna-se uma das instituições que moldam o pensamento, destacando a importância do prestígio do discurso e da autoridade de quem o emite. A formação de cidadãos hoje requer uma habilidade crítica para interpretar os meios de comunicação e compreender seus valores e posicionamentos ideológicos (Baccega, 2003; Galarça, 2019). A escola desempenha um papel crucial ao democratizar o acesso dos alunos ao “mundo”, ao ajudá-los a discernir entre as diferentes perspectivas e informações fornecidas pela mídia. As mudanças tecnológicas dos últimos anos, por meio dessa revolução dos aparelhos eletrônicos

digitalizando-os, permite novas possibilidades de interação sobretudo na área da comunicação.

Por outro lado, pode-se afirmar que as conexões permitidas com a internet estão modificando a forma de como se consome e se produz a cultura. No ciberespaço, termo de Pierre Levy, compartilhamos significados nos trazendo um “senso de pertencimento” (Hall, 2016, p. 20) a um lugar que ultrapassa barreiras físicas e temporais. Esse cenário digital interfere e regula nossas práticas sociais alterando os modos de produção de sentidos. De acordo com o autor, “damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas” (p. 21). Pertencer a uma determinada cultura na pós-modernidade implica diferentes cruzamentos dentro e fora do ciberespaço apresentando uma outra forma de comunicação e informação. As conexões na pós-modernidade configuram-se digitalmente “acelerando fluxos e os laços entre as nações” na era global.

A disciplina de Língua Portuguesa proporciona diversas possibilidades de atuação no campo artístico-literário, no qual o cinema e a literatura se entrelaçam. Nesse sentido, é necessário que o professor desta disciplina explore as múltiplas formas de como a linguagem pode ser moldada e expressada por meio da escrita e da imagem, tanto na literatura quanto no cinema. O cinema, como forma de arte dinâmica, exerce um fascínio singular ao cativar e entreter públicos por meio da fusão de imagens em movimento e sons. No entanto, sua influência transcende as fronteiras do próprio meio, permeando a esfera literária de maneiras complexas, influenciando a estética e a narrativa dos escritores. Nesse contexto, é primordial reconhecer que a influência do cinema sobre a literatura pode ser interpretada de maneiras diversas, variando conforme a perspectiva e os objetivos do autor. Segundo Bona (2021), O cinema possui nuances e interfaces não somente com a literatura, mas com a televisão e até mesmo, o próprio cinema.

Os filmes podem usar livros como inspiração para fazer adaptações que mostram bem a história e os personagens. E, de outro lado, os escritores podem usar truques de cinema para fazer suas histórias mais emocionantes e reais. Isso faz com que as histórias sejam contadas sob pontos de vista diferentes. Ao incluir o cinema nas aulas de literatura, os professores podem oferecer uma abordagem mais dinâmica e multidisciplinar, permitindo que os alunos explorem as conexões entre

essas duas formas de arte e desenvolvam uma compreensão mais profunda das narrativas e da expressão criativa.

Compreender o discurso no qual os estudantes estão inseridos e de que forma estão se relacionando com as mídias possibilita uma ação-pensamento do professor para auxiliar numa interação crítica e autocrítica. E, assim, educar para as mídias e por meio delas tendo o conhecimento das transformações globais no processo identitário do homem pós-moderno. É preciso “enfrentar os protocolos sociais, culturais e políticos que existem em torno da tecnologia e definir como utilizá-los” (Jenkins, 2022, p. 279).

Projetando a literatura como uma forma de humanizar e observar o processo histórico de grupos subalternizados, assim como o cinema, a produção de conhecimento nesse processo acessa sensibilidades e emoções que pertencem ao campo do corpo humano e das suas responsabilidades na sociedade como cidadão crítico, participativo e antirracista.

O papel do professor como agente ativo por meio de práticas antirracistas é transformar de alguma forma o cenário de opressão que está presente nas escolas, com escolhas a partir desse conhecimento, fazendo do profissional um educador que opta por não mais silenciar, mas sim agir. A seleção dos objetos de estudo pode modificar o olhar do estudante em relação às questões raciais, ao promover obras com autores e personagens negros e indígenas, ao se referir à história da escravidão como algo que perpetua o racismo estrutural. Essa é uma atitude lúcida de consciência social, política e humana, negando participar na perpetuação das injustiças. Essas práticas precisam estar presentes durante todo o ano letivo e não se resumir ao Dia da Consciência Negra, o dia 20 de novembro, ou ao Dia dos Povos Indígenas, dia 19 de abril.

Tanto o cinema quanto a literatura participam do cotidiano da sociedade e em grande parte reforçam o racismo e as desigualdades sociais. É um desafio aos educadores se apropriarem dessa arte para fazer delas objetos também antirracistas e não como usualmente são: uma forma de potencializar o racismo. Esta decisão é de responsabilidade de quem ensina independente do componente curricular.

É necessário que o professor, ao planejar sua aula, reflita sobre suas escolhas pedagógicas, pois todas as nossas escolhas possuem uma dimensão política, mesmo

que seja inconsciente. Nossa omissão e/ou nosso silêncio acabam reproduzindo conhecimentos específicos e dão preferência ao ensino de certas culturas em detrimento de outras, o que resulta no apagamento do ensino das literaturas negras e indígenas, enquanto prioriza “clássicos” portugueses, ingleses, russos, franceses, americanos.

Reconhecendo os desafios, é possível superá-los e maximizar o potencial pedagógico dessa abordagem interdisciplinar, especialmente considerando os avanços tecnológicos e mudanças nas práticas pedagógicas.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Televisão e escola**: uma mediação possível?. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. 132p, il. (Ponto futuro, 14).

BONA, Rafael José. **Comunicação e educação**: intertextos, reflexões e propostas. Curitiba: Appris, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 184p.

GALARÇA, Sandro Lauri da Silva. Jornalismo e educação: interfaces possíveis. **ECCOM - EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO**, v. 10, p. 191-204, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Trad. Susana Alexandria. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 29.ago.2023.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 2009.

Legado de una escuela radiofónica como aporte a la ciudadanía rural actual¹

Martín Quintana Elgueta²

Fernando Carías Pérez³

Los inicios del siglo XXI han sacudido de manera recurrente los procesos sociales, políticos, culturales de la humanidad toda. La caída del muro de Berlín supuso, en el cierre del siglo XX, la impresión triunfal del capitalismo frente a otras opciones que ofrecía la modernidad, como lo plantea Harari (2018). No obstante la oleada migratoria, la crisis hídrica, los desastres ambientales como consecuencia justamente de las políticas de desarrollo expansivo capitalistas, no han hecho otra cosa que fustigar el supuesto triunfo. Propuestas teóricas radicales como el post humanismo, se han erigido como potencial respuesta a la crisis con la que se inaugura el siglo XXI. Asumimos esta perspectiva, sobre todo por las derivadas que tuvo en el contexto territorial: en un espacio educativo específico, para el sostenimiento del proceso formativo, se decidió acudir al legado de una experiencia pasada, y que permitía resolver la continuidad formativa más allá del contexto hostil y restrictivo al que el COVID condujo en las políticas públicas locales. Tal vez no exista ninguna experiencia tan nítida respecto del agenciamiento no humano en la cotidianeidad humana como la tortuosa experiencia global de la pandemia por COVID-19. Un virus pone en jaque a técnicos, científicos y políticos de todo el orbe, mientras las comunidades navegan en una cotidianeidad de incertidumbre, intoxicación y desesperanza.

¹ Trabajo propuesto para eixo nº 10 - Educomunicação e Decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Profesor de Castellano. Master en Cs. Humaines et sociales por Universidad de Poitiers, Francia. Dr. (c) en Cs. Humanas mención discurso y cultura, Universidad Austral de Chile. Académico del Departamento de Educación, Universidad de Los Lagos. Ciudad de Osorno, Chile. e-mail: m.quintana@ulagos.cl

³ Licenciado en Artes por la Universidad Central de Venezuela. Mención gestión sociocultural. Master en Cs Humaines et sociales por la Universidad de Poitiers, Francia. Doctor en Comunicación por la Universidad de Huelva. Departamento de Humanidades y artes, Universidad de Los Lagos, Chile. Ciudad de Osorno, Chile. e-mail: fernando.carias@ulagos.cl

En situaciones como estas, resulta aconsejable una mirada al pasado. Calvino nos recuerda la relevancia de lo clásico y su revisita: "...lo que para mí distingue al clásico es tal vez sólo un efecto de resonancia que vale tanto para una obra antigua como para una moderna pero ya ubicada en una continuidad cultural" (Calvino, 1993). Podríamos parafrasearlo y llevar esa lectura no solo a la literatura, la teoría o incluso la filosofía, sino que también a la lectura o revisión de experiencias que pudieron tornarse referentes en la memoria de nuestros territorios. El trabajo que presentamos se orientó teóricamente desde tres ideas basales:

1. La construcción de ciudadanía en procesos de políticas públicas poco inclusivas: Hacemos la mirada desde Michel de Certeau. Este autor concibe lo cotidiano como un espacio crucial de producción simbólica y cultural, donde se generan significados a través de actividades aparentemente mundanas. Las prácticas cotidianas no se limitan a reflejar las normas sociales vigentes, sino que también actúan como medios a través de los cuales los individuos pueden subvertir y reinterpretar estas normas. Este proceso crea espacios de resistencia y afirmación de identidad en contextos culturales y sociales específicos. (de Certeau, 2000).
2. Educomunicación: Para Soares (2011), la práctica educomunicativa surgió en relación con movimientos alternativos y populares de educación y comunicación que buscaban establecer una perspectiva dialógica en sus interacciones con personas y comunicados. Al situar la comunicación en el núcleo del proceso educativo, Freire (2004) desmontó el modelo unidireccional y promovió el diálogo como el eje central del proceso de interacción y educación entre individuos. La crítica del educador se enfocó en lo que él denominó la "cultura del silencio", refiriéndose a patrones y esquemas que moldean el pensamiento y comportamiento, donde la voz hablada refuerza el dominio de la conciencia (Barbero, 1987-23). El concepto de educomunicación adquirió nuevas dimensiones con la llegada de la Web 2.0. Esta transformación ha redefinido conceptos como democracia y participación (Aparici & et al., 2010).

3. Radio educativas: La radio ha desempeñado un papel fundamental en el ámbito educativo, ofreciendo soluciones innovadoras desde sus inicios. Artega (2004) señala que la radio educativa surgió como respuesta a altos índices de de deserción escolar, facilitando el aprendizaje continuo a pesar de barreras geográficas y de acceso. Junto con la televisión, ha demostrado ser altamente efectiva en procesos de enseñanza-aprendizaje, utilizando metodologías específicas que realzan su potencial formativo (Araya – Rivera, 2017). El lenguaje radiofónico, compuesto por sonidos, música, silêncios y palabras, es esencial en la creación de contenidos educativos.

En la era contemporánea, surgen nuevas modalidades como la cyberradio, la radio digital y el podcast, ofreciendo dimensiones adicionales para la educación al integrarse con la cultura digital y ser accesibles para las nuevas generaciones. El podcast, en particular, se destaca como una herramienta educativa versátil que facilita la creación y distribución de contenidos formativos en múltiples plataformas (Castillo Vilalobos & Monroy Ordóñez, M. C. D. P., & Tijaro Corredor, 2021).

La radio educativa, a pesar de los pronósticos sobre su obsolescencia, continúa siendo un medio de comunicación robusto que adapta su utilidad y relevancia en el entorno educativo. Persiste como un vínculo clave para mejorar los procesos de enseñanza-aprendizaje, promover la reflexión crítica y fomentar la solidaridad entre culturas y comunidades (Consani, 2018).

Dicho lo anterior, podemos señalar que las radio escuelas, fueron señeras en la América Latina de la década de los años 70 y 80. Desde la experiencia de Radio Sutatenza en Colombia, Fé y Alegría en Venezuela, FREDER en Chile, todas reunidas en la Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica - ALER, tuvieron un impacto formativo, político y cultural de gran relevancia para las poblaciones rurales, indígenas, excluidas de nuestros territorios. En contextos de guerra fría, dictaduras, pobreza extrema, falta de conectividad y políticas educativas y sanitarias que atendieran a la población rural indígena y no indígena, las radio escuelas operaron con audacia tecno-metodológica en un contexto altamente hostil. La cuestión es ¿qué relevancia puede tener hoy una revisita a dichas experiencias?

Sostenemos que, justamente en un inicio de siglo convulsionado por la pobreza, por la migración forzada, por las luchas de reivindicación política de minorías, en fin, por todo ese cúmulo de esfuerzos emancipatorios que siguen vigentes en nuestros territorios, y con las condiciones actuales de desarrollo tecnológico sin precedentes en la historia mundial, pudiéramos encontrar pistas para las políticas públicas y la ciudadanía, respecto de cómo acelerar los procesos de justicia y equidad social-territorial.

El presente trabajo da cuenta de una investigación que se ha venido desarrollando desde el año 2016 en el sur de Chile y que ha tenido como foco central la experiencia educomunicativa de la Fundación Radio Escuela para el Desarrollo Rural FREDER (Quintana, Tejeda, & Carias, 2021). Se pone foco en la experiencia de la Escuela Radiofónica Santa Clara, uno de los proyectos iniciales de FREDER en el territorio y que fue la materialización local de dos políticas públicas relevantes para el país: la reforma agraria y los procesos de reforma educativa. Respecto de esto, podemos adelantar que dicha experiencia constituyó el desarrollo de un cierto modo de hacer las cosas, un ejercicio de producción de cotidianidad, podríamos decir que impactó no solo en las comunidades que les eran de interés, sino que también en las propias prácticas educomunicativas institucionales que pudieron desarrollarse durante la década de los años 80, aún cuando la escuela radiofónica Santa Clara hubiera desaparecido. El impacto ha sido tan poderoso y se ha alojado de manera tan arraigada en la memoria territorial, que la pandemia del COVID, permitió activar dicha memoria y visitar las prácticas metodológicas de antaño para actualizarlas a las condiciones educomunicativas que las tecnologías contemporáneas nos ofrecen.

Se adoptó un enfoque cualitativo para explorar la generación de conocimiento en ciencias sociales. Este estudio aboga por una racionalidad abierta e interpretativa, orientada a visibilizar futuros potenciales, múltiples y no predecibles.

Se propuso el estudio de caso como metodología, a partir de la perspectiva de Yin (1994), que se caracteriza por su orientación descriptiva, substantiva y explicativa (Rojas, 2008). Este enfoque permitió estudiar el fenómeno de impacto de la Escuela Radiofónica Santa Clara de FREDER, desde su gestación a fines de los años 1960 hasta su desaparición en el año 1972, sin perjuicio de lo cual ha legado saberes hasta la actualidad.

Las técnicas principales empleadas fueron la entrevista y la investigación documental. La entrevista se concibe como un intercambio conversacional no directivo y abierto con informantes clave, desde conversaciones informales hasta entrevistas en profundidad. La investigación documental se centró en fuentes como archivos institucionales, material audiovisual y prensa escrita pertinente al período de estudio. El análisis de la información recolectada se realizó mediante análisis de contenido y discurso. Se empleó un sistema categorial y se aplicaron técnicas de análisis crítico para elucidar los procesos sociopolíticos implicados en la relación comunicativa entre FREDER y las comunidades del territorio. Adicionalmente, las entrevistas históricas fueron analizadas con métodos biográficos para capturar la evolución temporal de las prácticas y percepciones.

Finalmente, se validaron los hallazgos a través de la triangulación de datos y la realización de seminarios con informantes como parte del proceso de discusión y profundización de la investigación. Estas prácticas no solo fortalecen la validez interna del estudio de caso, sino que también contribuyen a la divulgación de los resultados y al enriquecimiento del debate académico en el campo de la educomunicación.

Referencias

APARICI, R., & et.al. (2010). **Educomunicación: Más allá del 2.0**. (1ª). Barcelona, España: Editorial Gedisa SA.

Araya-Rivera, C. (2017). La radio estudiantil como estrategia didáctica innovadora. **Actualidades Investigativas En Educación**, 17-3, 1-32.

<https://doi.org/10.15517/AIE.V17I3.30098>

ARTEAGA, C., & Et.al. (2004). **La radio como medio para la educación**. Razón y Palabra, 36.

BARBERO, J. M. (1987). **De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía**. Anthropos.

CALVINO, I. (1993). **Por qué leer los clásicos**. Barcelona: Tusquets editores.

VILLALOBOS, Castillo M. L., & ORDÓÑEZ, Monroy M. C. D. P., & Tíjaro Corredor, Y. L. (2021). **Pódcast and school radio: a reflection of a practice developed in Neusa - Cundinamarca**. Revista Iberoamericana de La Educación, 4 (1), 31-52.

CONSANI, M. (2018). **Cómo usar o radio na sala de aula**. Contexto.

Certeau, de M. (2000). **La invención de lo cotidiano. I Artes de Hacer**. México DF. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente A.C.

FREIRE, P. (2004). **¿Extensión o comunicación?. La concientización en el medio rural** (24th ed.). México DF. México: Siglo XXI editores.

HARARI, Y. N. (2018). **21 lecciones para el siglo XXI**. Debate.

QUINTANA, M., TEJEDA, C., & CARIAS, F. (2021). **Fundación radio escuela para el desarrollo rural: un caso de desoccidentalización educomunicativa en territorio mapuche williche**. *Comunicação, mídia e Consumo*, 18 N° 51.

<https://doi.org/https://doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2523>

ROJAS, A. (2008). **La investigación cualitativa: aspectos fundamentales de la investigación acción, investigación acción participativa y estudio de caso**. In D. Mora, J. M. González, & S. Unzueta (Eds.), *Metodología de investigación cualitativa e investigación acción participativa* (1ª, pp. 69–82). La Paz, Bolivia: Campo Iris.

SOARES, I. (2011). **Educomunicação. O conceito, o Profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulina.

YIN, R. (1994). **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks, EEUU: Sage.

Mídias como Ferramenta na Luta Antirracista: Fina Flor 2023

Mara Rosana Lobo Alves¹

Sabrina Ferreira Costa²

Agatha Yozhiyoka Almeida³

Neste trabalho, propõe-se uma análise das interações entre educação, mídia e cotidiano a partir das perspectivas de teóricas como bell Hooks, Grada Kilomba e Cida Bento. O foco central do estudo é a culminância do Projeto Anual da Escola Municipal Anísio Teixeira (EMAT), em Niterói (RJ), por meio do espetáculo teatral "A Princesa, o Príncipe, a Baobá e a Flor", apresentado em 11 de novembro de 2023. Este musical, que envolveu toda a comunidade escolar, foi elaborado com o objetivo de promover a conscientização sobre a diversidade e o enfrentamento do racismo.

A pesquisa busca investigar o impacto do espetáculo, destacando a relevância da mídia no contexto educacional e na promoção de práticas inclusivas e antirracistas. Através de uma abordagem interdisciplinar, o estudo examina as dimensões pedagógicas e midiáticas presentes no musical e como diferentes formas de mídia, como música, dança, audiovisual e redes sociais, contribuíram para a disseminação de mensagens antirracistas. O trabalho defende que as mídias sociais, como WhatsApp, Facebook e Instagram, podem ser ferramentas essenciais para as escolas na promoção de uma educação inclusiva e no engajamento da comunidade escolar.

A análise se apoia em bell hooks (2021), que ressalta a importância de transformar o ambiente da sala de aula em uma experiência inclusiva e multicultural. No entanto, hooks observa que ainda há uma falta de discussões práticas sobre como implementar essas mudanças na educação. Assim, o trabalho reflete sobre a

¹ Mestranda no PPGMC – UFF. Especialização em educação básica / gestão escolar pela UERJ. Direção da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, Brasil

² Mestranda em Diversidade e Inclusão pelo Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense (UFF). em Pedagogia (FEBF/ UERJ). Professora de apoio especializado da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, Brasil

³ Mestrado em Música pela Universidade de São Paulo, Brasil (2016) Professor II - Arte da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, Brasil

necessidade de adaptação do estilo de ensino para respeitar e honrar as realidades e experiências sociais de grupos não brancos.

Além disso, a pesquisa explora o cotidiano da EMAT, uma escola que, desde sua inauguração em 2014, tem se destacado por desenvolver "experiências instituintes" que visam à formação integral de seus estudantes e profissionais, incluindo as artes e práticas antirracistas como eixos centrais. Desde 2014, a escola organiza um grande musical anual, escolhido e elaborado coletivamente pela comunidade escolar, refletindo as temáticas estudadas ao longo do ano.

O musical de 2023, "A Princesa, o Príncipe e a Baobá", combinou elementos de duas obras literárias infantojuvenis: "O Pequeno Príncipe", de Antoine de Saint-Exupéry, e "O Pequeno Príncipe Preto", de Rodrigo França. Essas histórias foram selecionadas por abordarem valores fundamentais para a escola, como união, respeito, diversidade e ancestralidade. Dessa forma, o espetáculo reafirma o compromisso da EMAT com uma educação transformadora e antirracista, que envolve toda a comunidade escolar em práticas pedagógicas significativas e coletivas.

A inclusão do clássico "O Pequeno Príncipe", de Antoine de Saint-Exupéry, no espetáculo da Escola Municipal Anísio Teixeira (EMAT) não foi apenas uma escolha literária, mas também parte de uma iniciativa mais ampla de promover o ensino da língua francesa e suas culturas associadas. Desde 2020, a escola tem implementado atividades francófonas com o objetivo de ampliar as referências socioculturais dos estudantes, explorando os vínculos com países que compartilham o francês como língua oficial. "O Pequeno Príncipe Preto", de Rodrigo França, é outro elemento central do espetáculo, escolhido por ser uma releitura antirracista do clássico. O livro de França desafia a falta de representatividade negra na literatura infantojuvenil, ao colocar uma criança negra como protagonista em um cenário literário onde a presença de meninos e meninas negros, especialmente em papéis de destaque como príncipes e princesas, é rara. Essa obra serviu de base para o trabalho antirracista da escola que busca empoderar crianças negras, fortalecendo sua autoestima e oferecendo modelos de representação positiva.

Como um dos principais eventos anuais da escola, o musical mobiliza toda a comunidade escolar, com o auxílio das mídias sociais, como WhatsApp, Instagram e Facebook. Esses canais digitais são essenciais para compartilhar informações sobre

os ensaios, distribuir convites e promover a interação. Eles se mostraram eficazes na promoção de uma participação mais ativa da comunidade, que se engaja com o processo criativo e as temáticas abordadas. Após a apresentação, essas mídias são usadas para divulgar fotos e vídeos, ampliando o alcance das mensagens do espetáculo e permitindo que o trabalho desenvolvido possa ser compartilhado com um público mais amplo.

Portanto, as mídias sociais desempenham um papel vital na disseminação das iniciativas pedagógicas da escola, especialmente na construção de narrativas sociais e políticas que promovem a conscientização sobre o racismo. Na EMAT, essas plataformas apoiam diretamente o trabalho pedagógico antirracista, contribuindo para a consolidação dessa perspectiva para além dos muros da escola, envolvendo toda a comunidade escolar. Essa prática também aborda as lacunas teóricas denunciadas por Grada Kilomba (2019), que critica a falta de consideração para com o racismo e a importância de quem o vivencia no contexto dos discursos acadêmicos.

Essa integração entre mídia e educação reforça a capacidade de transformação social e o engajamento da escola com a construção de uma pedagogia antirracista, preparando seus estudantes para uma participação mais consciente e ativa na sociedade.

Ao adotar uma perspectiva educacional antirracista, conforme sugerido por bell hooks (2017), somos incitados a repensar o papel da mídia na reprodução de narrativas antidiscriminatórias e a explorar seu potencial como ferramenta para dismantlar o racismo. Acreditamos que as interseções entre mídias, educação e práticas antirracistas são fundamentais para promover a igualdade racial, desconstruir estereótipos negativos e consolidar uma educação intercultural crítica e uma pedagogia decolonial. Esses processos são importantes para questionar o mito da democracia racial e conscientizar sobre o racismo estrutural. Este trabalho explora essas interseções através das iniciativas da EMAT no espetáculo "Fina Flor" de 2023.

O convite para o musical, divulgado nas redes sociais da escola, incluía a frase "Se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral", antecipando o foco do projeto: abordar a educação antirracista sob a perspectiva da ancestralidade. Essa frase representa tanto uma afirmação de esperança quanto uma projeção de um futuro que valoriza a diversidade racial e a cultura afro-brasileira.

Cida Bento (2002) oferece uma perspectiva sobre como o olhar europeu historicamente transformou os não-europeus em "outros", frequentemente vistos como ameaçadores. Isso pode ser aplicado à análise do clássico "O Pequeno Príncipe", especialmente em relação à representação do baobá. Na obra de Antoine de Saint-Exupéry, o baobá é retratado como uma árvore estranha e perigosa, que ameaça engolir um planeta inteiro. O pequeno príncipe, personagem de origem europeia, vê os baobás como uma ameaça ao seu lar, o asteroide B-612.

Essa interpretação, conforme a perspectiva de Bento, sugere que o olhar europeu sobre os não-europeus, similar ao olhar do pequeno príncipe sobre os baobás, tende a transformar o que é diferente em algo perigoso. No entanto, no contexto do espetáculo "Fina Flor", essa narrativa é desconstruída. O baobá, que é uma árvore sagrada para muitas culturas africanas, torna-se um símbolo de força, resistência e ancestralidade. No musical, o baobá é celebrado como um ícone de grande valor na cultura afro-brasileira, representando o poder e a resiliência do povo negro.

Essa valorização do baobá e da ancestralidade afro-brasileira no espetáculo ilustra a proposta da EMAT de promover uma educação que não apenas valoriza a diversidade, mas também desconstrói representações negativas associadas à cultura negra. Ao fazer isso, o espetáculo contribui para o empoderamento das crianças negras e reforça o papel da escola na construção de uma pedagogia antirracista e inclusiva.

A escolha de uma princesa preta como protagonista reflete a importância da representatividade na construção de uma autoestima saudável entre meninas pretas, que são frequentemente invisibilizadas ou estereotipadas pela mídia. Inspirado nas ideias de bell hooks, o musical busca desafiar padrões hegemônicos de beleza, poder e gênero, ampliando os modelos de representatividade e oferecendo alternativas que rompem com estereótipos limitantes.

A música também desempenhou um papel crucial no espetáculo, com canções como "Principia", do Emicida, conectando a ideia de atração universal com a igualdade entre os seres humanos, independentemente de raça, etnia ou classe social. Através do uso das redes sociais, o impacto do evento foi amplificado,

atingindo um público mais amplo e engajando a comunidade escolar em torno da mensagem de inclusão e diversidade.

Por fim, o trabalho enfatiza a importância contínua da educação antirracista, não apenas dentro da escola, mas também através da participação ativa da família e da comunidade, utilizando as mídias sociais como aliadas na promoção de uma sociedade mais justa e consciente. O espetáculo "Fina Flor" exemplifica como a combinação de educação e mídia pode contribuir para a desconstrução do racismo e a valorização da cultura afro-brasileira, com um grande potencial de alcance e impacto.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva; Porto Alegre: Fundação IOCHPE, 1991.

BARROSO, João. **Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, s/d.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo:

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In CARONE, I; BENTO, M. A. S. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Editora Brasiliense 1993.

EMICIDA. Principia. [S.l.]: **Laboratório Fantasma**, 2019. 1 faixa sonora (3 min 35 s). Disponível em: <4>. Acesso em: 12 jan. 2024

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

HOOKS, bell (2021). **Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança**. Elefante.

_____ (2020). **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Elefante.

_____ (2020). **Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática**. Elefante.

_____ (2018). **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rosa dos Tempos.

_____ (2017). **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** Editora Martins Fontes WMF.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Tradução Jess Oliveira- 1.ed. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

LIBERALI, F. C.; MODESTO SARRA, L. K.; MAZUCHELLI, L.; AMARAL, M. F.; MEDEIROS, B. S. F. . Teatro do oprimido e direitos humanos: estratégia pedagógica para a (trans)formação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 232–252, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/40905>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LINHARES, Célia. **Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa busca.** Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 16, n. 31, p. 139-160, mai.-ago., 2007.

MOREIRA, Flávio Barbosa Moreira; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe.** 48ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

Rádios Comunitárias, Comunidades Quilombolas e Emancipação¹

Valmir Araújo²

Liana Vidigal Rocha³

Os estudos voltados para Comunicação Comunitária destacam a relação de proximidade entre os veículos de comunicação e as organizações sociais (Movimentos Sociais, Coletivos e etc), comprometidas com a ampliação da cidadania para as populações marginalizadas. Neste trabalho, o intuito é justamente discutir o papel das rádios comunitárias, enquanto instrumentos de Comunicação Comunitária, para as comunidades quilombolas, que por sua vez são organizadas a partir de grupos que buscam a ampliação dos direitos e cidadania.

A partir da contribuição teórica de autores como Freire (1968; 2019), Peruzzo (2024) e Moura (1988), a intenção é construir um trabalho bibliográfico, que relacione, brevemente, os conceitos relacionados à Comunicação Comunitária, Rádios Comunitárias, Comunidades Quilombolas, Cidadania e Emancipação. O objetivo é contribuir com as reflexões sobre a importância das rádios comunitárias em comunidades quilombolas.

Para tanto, apresentamos uma discussão focada em comunicação comunitária, rádios comunitárias, cidadania e emancipação, buscando relacionar esses conceitos. Em seguida, construímos uma argumentação sobre os territórios quilombolas, os históricos desses povos, a formação e a importância para a resistência a escravidão e o histórico discriminatório. Por fim, relacionamos o papel das rádios comunitárias, enquanto experiências de comunicação comunitária dentre essas comunidades.

¹ Trabalho apresentado no eixo Educomunicação e Decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutor em Comunicação Social (PósCom) pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-doutorado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) na Universidade Federal do Tocantins. Bolsista pela FAPT/CNPq. E-mail: valmir.ptu@gmail.com.

³ Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: lianavidigal@mail.uft.edu.br.

Comunicação Popular, Rádios Comunitárias e Emancipação

A comunicação comunitária pode ser compreendida como uma importante ferramenta que contribui com a emancipação dos grupos marginalizados na sociedade, ao possibilitar um espaço de expressão, participação e reivindicação, que não encontra espaço na imprensa tradicional. Dentre os diversos tipos de veículos de comunicação comunitária, é importante destacar o papel das rádios comunitárias, que prestam uma importante função de comunicação com segmentos da sociedade que encontram mais dificuldade de acessar outros meios de comunicação, seja por limitações financeiras ou mesmo geográficas, tendo em vista a interiorização desse tipo de veículo.

A Comunicação Comunitária Popular pode ser compreendida como uma importante expressão dos movimentos sociais populares e demais organizações da sociedade civil que lutam por emancipação e avanço de cidadania para povos marginalizados. “A Comunicação Popular representou - e ainda representa - a voz dos segmentos organizados da sociedade civil como contra-comunicação em relação aos meios de comunicação convencionais comerciais e público-governamentais” (Peruzzo, 2024, p. 103).

Nesse sentido, cabe discutir o papel de emancipação da Comunicação Comunitária e Popular e relacioná-lo com a proposta do pensador Paulo Freire, que, entre outras propostas, defendeu a educação como um ato de libertação, onde o educando é um sujeito ativo e participante do processo educacional (Freire, 1968; 2019). Conforme Peruzzo (2024, p. 36), apesar de discorrer sobre Educação, a “contribuição de Freire à comunicação dá seu sinal quando ele a coloca como central no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, nas relações comunicativas entre educador e educando para o estabelecimento do diálogo”. Isto é, o pensamento freiriano contribui com um olhar sobre a comunicação que contempla a emancipação dos sujeitos.

Na perspectiva freiriana, os processos de ensino e aprendizagem, que englobam práticas comunicativas, precisam ser emancipatórios, por estarem ligados ao processo de ‘libertação’ dos indivíduos e suas comunidades, possibilitando a aquisição de consciência crítica sobre suas condições de vida e a possibilidade de agir em prol de transformações sociais. De acordo com Peruzzo (2024, p. 40), “a

comunicação popular ajuda na emancipação dos oprimidos ao participar de todo um processo de educação para a cidadania por meio da educação não formal e da educação informal”.

A partir dessa compreensão da importância da CP para a emancipação, destacamos experiências de comunicação comunitária que cumprem essa tarefa junto aos grupos marginalizados, como as rádios comunitárias. Essas rádios são caracterizadas pela gestão comunitária, sem fins lucrativos, voltadas para promoção da participação cidadã e da democratização da comunicação. São definidas por Peruzzo (2024) como iniciativas de comunicação popular e comunitária no vetor comunal raiz, por essencial de sua *práxis*, isto é, prática ou ação.

As rádios comunitárias, em geral, transmitindo desde o dial, mas presentes na internet, os boletins informativos, podcasts, webTVs comunitárias, que têm como base um lócus territorial específico em determinadas localidades, bairros, pequenas cidades ou zonas rurais, bem como aquelas iniciativas gestadas em territórios identitários por grupos étnicos, culturais, religiosos, identidades de gênero etc. A expertise desses dois segmentos está em prestar serviços de informação, entretenimento, mobilização e conscientização, com inclinação ao trabalho de educação informal para a cidadania, conforme a área de atuação (Peruzzo, 2024, p. 131).

As rádios comunitárias podem ser compreendidas como importantes exemplos de Comunicação Comunitária e Popular justamente por servirem às comunidades locais, com uma plataforma para informação, para a expressão cultural e, sobretudo, contribuindo com a emancipação de populações marginalizadas, por meio de seu papel também educativo. Assim, as rádios comunitárias se destacam na promoção da participação cidadã e da democratização da comunicação.

Rádios Comunitárias e Territórios Quilombolas

Tendo em vista a importância das rádios comunitárias, ressaltamos o papel desses meios de comunicação nos territórios quilombolas, que são arquétipos de resistência na realidade histórica da sociedade brasileira. Esses territórios são áreas ocupadas há centenas de anos, em muitos casos, por populações descendentes de escravizados que resistiram à servidão por meio das estratégias de fugas e formaram

comunidades autossuficientes, conhecidas como quilombos, que são sinônimos de força e preservação de suas tradições culturais, sociais e econômicas.

A discussão sobre a formação dos territórios quilombolas nos leva a refletir, necessariamente, sobre a resistência negra durante o período da escravidão. Os africanos e seus descendentes buscaram formas de driblar as estratégias de dominação, seja por meio da linguagem, da cultura ou da religião e, com isso, muitos conseguiram êxito na busca pela liberdade, por meio das fugas e da formação dos quilombos. Conforme Moura (2014, p. 241), apesar de o sistema escravocrata ter buscado diversas formas de impedir a socialização dos escravizados, os negros encontraram forma de resistência unificadora dentro das próprias senzalas e com a criação dos quilombos.

Onde houve escravidão no Brasil, houve quilombos e resistência. Como a escravidão foi uma instituição que existiu durante todo o período colonial e na maior parte do Brasil Império e em todo território, a resistência também pode ser observada em todo o país. Importante destacar que os territórios quilombolas foram, desde sua fundação, exemplos de sociedades autônomas: “não se pode negar que os quilombos criaram áreas de atividades agrícolas de subsistência, proporcionando uma economia alternativa protocampesinal durante o período que existiram” (Moura, 2014, p.60).

Essas características dos territórios quilombolas dialogam com os conceitos relacionados à comunidade e à emancipação defendidos por Peruzzo (2024) e Freire (1968; 2019), apresentados na seção anterior. Os territórios quilombolas foram, desde o surgimento de resistência à escravidão, instrumentos emancipatórios, justamente por serem instrumentos de autonomia, liberdade e fortalecimento do sentido de grupo. A partir dessa realidade, podemos refletir sobre o papel da comunicação para o crescimento e continuidade das comunidades quilombolas como instrumentos emancipatórios.

De acordo com Araújo e Peruzzo (2019), os diversos canais de comunicação comunitários, dentre eles as rádios comunitárias, têm um papel contributivo para a emancipação dos povos quilombolas. Os autores destacam experiências de rádio comunitárias em comunidades quilombolas, como Rádio Mituaçu, situada em Conde (PB), Rádio Quilombo FM, em Gurupá (PA), Esperança FM, em Queimada Nova (PI)

e Rádio Timbaúva, em Formigueiro (RS), além de experiências de rádio comunitária em comunidades quilombolas, por meio de rádio poste ou itinerante.

Importa ainda resgatar que as rádios comunitárias, na classificação de Peruzzo (2024), ocupam um papel tido como essencial para a prática dessa experiência comunicacional, justamente pela relação com os territórios, com as localidades e as pequenas comunidades e zonas rurais. O que, por sua vez, são justamente características dos territórios quilombolas, que, para além de um grupo de pessoas, são sinônimos de resistência e emancipação do povo negro.

Algumas Considerações

A discussão sobre rádios comunitárias, enquanto experiência exitosa de Comunicação Popular Comunitária, se junta às reflexões sobre as Comunidades Quilombolas na atualidade, justamente em razão do comprometimento de ambas com a emancipação. Sendo assim, é importante pensar no papel da comunicação, enquanto uma prática efetiva, participativa e emancipatória, para contribuir com a experiência de resistência das comunidades quilombolas.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) por meio do edital FAPT/CNPq nº 01/2022 referente ao Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Tocantins, processo SEI CNPq n. 01300.008839/2022-98.

Referências

- ARAÚJO, V. T. de; PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular e comunidades quilombolas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 29, 2019. doi: 10.1234/abpn.v11i29.12345
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019. [1968].

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. Anita: São Paulo, 2014.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. [1972].

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares** – a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa** [recurso eletrônico]. Vitória, ES: Edufes, 2024.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Record, 142 p., 2000.

Comunidade de investigação filosófica e educomunicação em escola pública¹

Maria José Netto Andrade²

Ana Leticia Gomes e Silva³

Natassia Olivetto Rosa⁴

O presente relato reflete sobre identidade e letramento racial que deve acontecer desde os anos iniciais de escolarização. Assume esse compromisso o programa de extensão intitulado “A Comunidade de Investigação Filosófica no Ensino Fundamental”, desenvolvido em escola pública de São João del-Rei/MG há três anos. A metodologia da comunidade de investigação filosófica, proposta pelo educador americano Matthew Lipman (1923-2010), abarca um potencial reflexivo importante para o público infanto-juvenil. Por meio de narrativas e situações problemáticas que envolvem questões de identidade racial e cultural, a criança aprecia materiais diversos e desenvolve práticas educomunicativas que incentivam novas atitudes rumo a uma educação antirracista. O estímulo do pensamento crítico, da argumentação e da interação entre as diferentes perspectivas são pontos fundamentais para o exercício pleno da cidadania e da participação democrática. A importância dos marcos legais impõe a necessidade de fomentar discussões acerca dos temas, a produção de materiais de referência, a formação inicial dos licenciandos e a formação continuada dos docentes que já ocupam a sala de aula. Para que se efetive uma política pública é necessário que a classe dos profissionais de educação assumam também esse compromisso. Com o avanço das políticas públicas e das

¹ Trabalho apresentado no eixo 10 - Educomunicação e decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora Ms. em Filosofia do Departamento de Filosofia e Métodos (DFIME) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Coordenadora do programa de extensão “A comunidade de investigação filosófica no ensino fundamental”. Vice-líder do Grupo de estudos e pesquisas em educomunicação GEPEducomufs. mjnetto@ufs.edu.br

³ Bolsista do programa “A comunidade de investigação filosófica no ensino fundamental”. COFIL/UFSJ

⁴ Bolsista do programa “A comunidade de investigação filosófica no ensino fundamental”. COFIL/UFSJ

lutas antirracistas, deve ser ampliado também o nosso referencial, incorporando nas práticas pedagógicas autores negros que não estejam em lugar de subjulgo, e possam ser referência inspiradora por seus valores, lutas e trajetórias autônomas e emancipadoras.

A aplicação da metodologia da comunidade de investigação proposta por Matthew Lipman torna possível instigar o senso crítico, o pensamento coletivo e o desenvolvimento da autonomia desde a infância. Optou-se, assim, por trabalhar a autoestima e o letramento racial por meio de estratégias pedagógicas como, por exemplo, a contação de histórias e o diálogo investigativo acerca de questões suscitadas pela história, trabalhando a capacidade imaginativa e o pensamento reflexivo dos alunos, debatendo suas opiniões em rodas de conversa, fomentando, assim, uma investigação constante e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, tais como capacidade de levantar perguntas e de argumentar.

Além disso, também nos atentamos à realização de práticas educomunicativas, conforme nos inspira o professor Ismar de Oliveira Soares (2011). Segundo ele, “a educomunicação enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas - não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente” (Soares, 2011, p.37). Nesse caso, o programa intencionou com a construção de maquetes e outras atividades investigativas formar um ecossistema e colocar os alunos como protagonistas no processo pedagógico. Nesse sentido, educomunicação e a comunidade de investigação dialogam no processo educativo.

O eixo temático escolhido para as aulas foi letramento racial e identidade. Os autores de narrativas selecionados foram Rodrigo França, com o livro “O Pequeno Príncipe Preto”, e Lázaro Ramos com “O caderno de Rimas do João”.

É com base no fortalecimento democrático e no respeito às diferenças que, em 2003, edita-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Em 2008, a Lei 11.645 garante os mesmos direitos em relação à cultura e história dos povos indígenas.

Com o avanço das políticas públicas e das lutas antirracistas, deve ser ampliado também o nosso referencial. É importante incorporarmos nas nossas

práticas pedagógicas autores negros, nas histórias que usamos em sala de aula. Mas, não basta a presença do personagem negro, é necessário que ele não esteja em lugar de subjulgo, é fundamental que esse personagem possa ser uma referência de relevância, inspiradora por seus valores, lutas e trajetórias autônomas e emancipadoras.

Para introduzir a temática da identidade e autoestima foi realizada uma atividade de auto-observação e autorretrato por meio de um espelho encoberto como objeto surpresa. Usando dicas as crianças deveriam adivinhar o que estava oculto pelo pano. Após se verem no espelho, elas deveriam reproduzir suas próprias imagens, observando suas características físicas, suas cores e traços. A princípio, a dinâmica do espelho causou certo desconforto em algumas crianças, pois não era algo comum para eles se observarem, se olharem com cuidado, com carinho. Com essa experiência foi possível observar algumas dificuldades na reprodução em desenho do que realmente era a imagem vista no espelho. Duas alunas negras se representaram com cabelos lisos e um aluno negro ao procurar um lápis cor da pele para colorir seu desenho escolheu o de cor rosada. Na sequência, aconteceu a problematização dessa cor, que foi reforçada também com as aulas a partir do livro *Pequeno Príncipe Preto*. Dinâmica esta que, mais adiante, foi reproduzida pelas professoras regentes em uma das feiras realizadas na escola, para que toda a comunidade escolar pudesse também participar.

Como complemento para o exercício de autoconhecimento, surgiu a reflexão sobre quem são eles ao fecharem os olhos, trazendo o foco, nesse momento, para suas habilidades e características que seriam invisíveis aos espelhos, seus “superpoderes”. Para sensibilização, utilizou-se a perspectiva de um herói “diferente”, como o *Kiriku*, trazido de uma lenda africana e presente em um dos verbetes do caderno de rimas escrito por Lázaro Ramos. O que corroborou com a ideia de que, para além da aparência, uma heroína ou herói podem ser constituídos de diversas qualidades e características. Uma aluna descreveu assim o que significava para ela ser um herói ou heroína: *“ter sabedoria, pensar e raciocinar, para resolver problemas, sendo capaz de solucionar e achar soluções, pode ser forte, pensativo e com coragem”* (T.R.T, quarto ano).

Na sequência, passou-se para as atividades com a obra “*O Pequeno Príncipe Preto*”, de Rodrigo França, que foi dividida em três partes e apresentada em forma de

contação. Utilizando-se de elementos visuais como um quadro com a imagem de uma baobá, bonecos feitos em feltro para as personagens, um globo terrestre e lápis coloridos, foi possível melhor ilustrar a história.

A primeira parte do livro, intitulada “O planeta do pequeno príncipe preto”, trata dos ensinamentos da árvore baobá, despertando reflexões e debates sobre ancestralidade: quem somos a partir dos que vieram antes de nós? As crianças comentaram sobre seus ancestrais: avós e bisavós em especial. Aqui, a personagem principal descreve pele, cor e traços, boca e sorriso, nariz e olhos, cabelo e destaca: “gosto dos meus [...] como eles são. Porque são meus.” (França, 2020, p. 11). Frase recebida com impacto pelos alunos. Uma criança negra falou sobre amar as suas características: “como assim meu cabelo é ruim? Ele não faz maldade com ninguém”, diz Th., mostrando com orgulho seu cabelo com tranças cor de rosa. O primeiro capítulo dessa história se encerra com o suspense de uma pipa que surge e carrega o pequeno príncipe pelo vento. E é exatamente esse o momento que gera a investigação que inicia a próxima aula: “onde ele pode ter ido parar?”.

Em seguida, o personagem viaja por lugares que dão títulos à história “o planeta do rei”, “o planeta terra” e “o planeta terra da raposa” e, nesse segundo momento da contação, as características dos dois novos personagens foram debatidas: o rei, egoísta, mandão, convencido, solitário e possessivo; e a raposa, possessiva, solitária, carente, medrosa. Pensando em como suas características particulares influenciam em seus afetos, foi sugerida uma atividade de imaginação, que também é realizada pelo pequeno príncipe, da possibilidade de um encontro desses dois personagens, e a construção de um diálogo entre eles.

Na aula que encerrou a contação, “o planeta terra e o pequeno príncipe preto”, onde o personagem principal encontrou outras crianças, que apesar de se parecerem com ele, questionaram sua aparência. Muitas reflexões e problematizações surgiram daí: questões culturais, ideias que tentam criar divisões entre “coisas de meninas e de meninos”, como cor, brincadeiras e roupas. Tudo isso gerou interessantes discussões entre os alunos, e evidenciou um enriquecimento da turma em relação à elaboração de argumentos. Quando o Pequeno Príncipe encontra as crianças da Terra, que julgam sua aparência, chamou a atenção das alunas a divisão entre “coisas de menina” e “coisas de menino”. A aula foi marcante nesse sentido, pois revelou frustrações e até mesmo certa indignação das meninas na própria escola, na

aula de Educação Física. Elas queriam também participar dos esportes, misturando meninos e meninas, o que o professor por orientação, inclusive dos pais, não permitia.

Finalizando sua passagem pela terra, o último título leva o príncipe “de volta” para seu planeta, onde ele presencia a partida da árvore baobá. Passagem emocionante que retoma a questão da ancestralidade, assim como a promessa feita pelo pequeno príncipe de espalhar pelo mundo as sementes da amiga. Trazendo a reflexão da importância em valorizar quem somos e de onde viemos, e ressaltando a filosofia do ubuntu, que diz que “eu sou porque nós somos” (França, 2020, p. 25).

Inspirados pela história, os alunos construíram, coletivamente, uma maquete, prática educacional que encerrou o projeto do livro. A turma foi dividida em várias funções: desenhar, recortar, colar e pintar elementos que representavam cada detalhe da história. Trabalho que foi exposto pelas duas turmas em uma feira da escola.

Concluindo, o presente programa foi exitoso ao permitir que as crianças ao se perceberem em suas características, discutissem, coletivamente, a partir dos aspectos raciais e da valorização de suas identidades.

Muitas contribuições que orientaram este trabalho, ora aqui resumido, foram fomentadas por leituras e discussões do grupo de estudos e pesquisas em educação (GEPEducomufs, certificado no CNPQ desde 2015).

Importante ressaltar que as escolas precisam encarar a diversidade das suas salas de aula como um valor fundamental para a educação comprometida com a democracia, os direitos humanos e a construção consciente de uma sociedade mais justa e igualitária.



Figura 1: Imagem da maquete finalizada.

Fonte: Arquivo do programa de extensão.

Referências

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

LIPMAN, Matthew; OSCANYAN, Frederick S.; SHARP, Ann Margaret. **Filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

OLIVEIRA, Keila de. **Letramento racial crítico nas séries iniciais do ensino fundamental I a partir de livros de literatura infantil: os primeiros livros são para sempre**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

RAMOS, Lázaro. **Caderno de rimas do João**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, V. **Como Construir uma Escola Antirracista**. São Paulo: Nova escola, 2022.

SOARES, I. de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SHARP, Ann Margaret; SPLITTER, Laurence J. **Uma nova educação: a comunidade de investigação na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

A produção de etnomídias como prática decolonial educ comunicativa¹

Pietra Silva Queiroz²

O presente trabalho propõe uma investigação sobre a produção de etnomídias considerando-as como práticas decoloniais e educ comunicativas desenvolvidas por populações indígenas no Brasil. Estas mídias, de acordo com Tupinambá (2016) a etnomídia é “[...] uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno.”, sendo assim, são instrumentos fundamentais para a divulgação de lutas sociopolíticas, preservação de memórias e disseminação da cultura dos povos originários, constituindo uma resposta ativa ao apagamento cultural historicamente promovido pela colonização e perpetuado pela indústria cultural contemporânea, ou seja, são produções midiáticas realizadas por povos indígenas que visam a promoção de suas culturas e a defesa de seus direitos.

A colonização deixou profundas marcas na sociedade brasileira e marginalizou povos, entre eles, as populações indígenas. Segundo Quijano (2005), a colonialidade continua a influenciar a estrutura social e as relações de poder, o que torna a decolonização um processo urgente e necessário. As etnomídias surgem como uma resposta a essa necessidade, proporcionando uma voz autônoma e fortalecendo a luta pela preservação da cultura e dos direitos indígenas.

Para a elaboração desta pesquisa, como objeto de pesquisa, será utilizado o coletivo Nhembo’e Katu, idealizado e criado pela parceria de quem escreve esta pesquisa com estudantes da UFPB e com indígenas Potiguaras do município da Baía

¹ Trabalho apresentado no eixo 10. Educomunicação e Decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutoranda em Estudos de Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes). Mestre em comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Bacharel em Comunicação Social/Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande. Email: pietra.queiroz.081@ufrn.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6363-8753>. Natal/RN

da Traição. Localizada na costa da Paraíba, a Baía da Traição é um território indígena, conhecido por sua beleza natural e importância cultural. A região, habitada pelos indígenas Potiguaras, tem sido um ponto crucial de resistência desde o período colonial. Enfrentando a pressão da colonização e a luta pela preservação de suas terras e tradições, com algumas dificuldades, os Potiguaras demonstram uma resiliência notável, mantendo vivas suas práticas culturais e assegurando sua identidade apesar dos desafios históricos impostos pela colonização. (Moonen, 2008)

O grupo surgiu da necessidade de criar mídias que não apenas registram e preservam a memória cultural Potiguara, mas também a divulgam, tanto para outros indígenas quanto para o público não indígena. Fundado em 2024, o coletivo Nhembo'e Katu está dando seus primeiros passos, mas já realizou várias ações significativas. Além da produção desses conteúdos, o grupo promove palestras sobre a cultura local e oficinas voltadas para as comunidades e estudantes da região. Essas atividades abordam aspectos como artesanato, produção de genipapo e música tradicional Potiguara, contribuindo para a valorização e o ensino da rica herança cultural dos Potiguaras. Após as primeiras reuniões presenciais, foi criada uma conta no Instagram (@nhemboekatu) para a divulgação das mídias desenvolvidas durante os encontros e oficinas oferecidas pelo coletivo.

Investigar e elaborar práticas educacionais com populações marginalizadas devido às mazelas da colonização, é essencial para minimizar os impactos do eurocentrismo, pois essas práticas promovem uma educação crítica e emancipatória que desafia as narrativas coloniais ainda presentes na sociedade.

A educação, ao integrar processos educativos com a comunicação, permite que grupos marginalizados, como os povos indígenas, recuperem e fortaleçam suas identidades culturais (Freire, 2005; Soares, 2011, 2017; Peruzzo, 1998). Em decorrência desse ideal, que foi criado o coletivo Nhembo'e Katu, que ao traçar estratégias comunicacionais, a partir da produção de etnomídias que contam histórias de resistência local, pode ser considerado um coletivo que atua de modo educativo, e intrinsecamente decolonizador.

Segundo Silva (2021), essas práticas não apenas capacitam a comunidade a resistir às imposições culturais e epistemológicas da colonização, mas também criam espaços onde suas vozes podem ser ouvidas e valorizadas. A educação, enquanto campo de estudo e prática, se alinha profundamente com os objetivos

decoloniais da produção de etnomídias, que promovem uma metodologia educativa que valoriza as vozes e as culturas marginalizadas.

A decolonização é considerada uma componente essencial do processo educ comunicativo, uma vez que a abordagem educ comunicativa decolonial e decolonizadora visa enfrentar o legado colonial que persiste nas sociedades atuais, promovendo práticas que enfatizam a equidade e a transformação social por meio da comunicação e da educação, como aborda Prandini ao dizer que “não há práxis educ comunicativa que possa ser realizada sem as cosmovisões e os princípios da decolonialidade e da decolonização. Os processos educ comunicativos prescindem de olhares e de práticas que combatam o legado colonial vigente nas sociedades contemporâneas”. (2022, pg 173).

Ao permitir que os próprios povos indígenas sejam os produtores de suas narrativas, as etnomidiáticas desafiam a hegemonia da comunicação tradicional e se configuram como espaços de resistência e empoderamento (Silva, 2021). Esse trabalho teve como objetivo analisar essa interseção da criação do campo da educ comunicação e as suas áreas de intervenção com a necessidade de diminuir desigualdades sociais originadas pela colonização, a partir de produções etnomidiáticas. A pesquisa, com um caráter qualitativo e realizado pelo método etnográfico e pela pesquisa ação- participativa, também analisa os desafios e dificuldades enfrentados para a realização das atividades desenvolvidas pelo coletivo.

A atuação do coletivo Nhembo'e Katu já começa a gerar resultados tangíveis. As oficinas e palestras promovidas pelo coletivo têm facilitado a troca de conhecimentos e a valorização das tradições locais, reforçando o senso de identidade e orgulho cultural entre os membros da comunidade. A participação de estudantes e membros da comunidade nas atividades, tem contribuído para uma maior compreensão e valorização dos aspectos culturais abordados. Além disso, as produções de conteúdos midiáticos servem como um recurso educativo, promovendo a preservação e a difusão das práticas culturais Potiguara para futuras gerações e também para um público não indígena.

Mesmo enfrentando desafios, que são identificados nessa pesquisa, a produção de etnomídias como praxis da educ comunicação, demonstra o potencial decolonizador destas práticas na promoção e preservação de culturas marginalizadas.

O engajamento da comunidade e a utilização das redes sociais digitais para a publicação de etnomídias desenharam um meio para enfrentar os desafios impostos pela colonização e pela marginalização cultural, demonstrando ser estratégias valiosas para a construção de uma identidade cultural e a promoção do conhecimento intercultural. Esses esforços não apenas contribuem para a valorização da herança cultural dos Potiguaras, mas também oferecem um modelo para outras comunidades que buscam utilizar a educomunicação como ferramenta para a preservação cultural e a conscientização social.

Ao empregar métodos de comunicação digital para promover e preservar sua cultura, os Potiguaras estão não apenas desafiando as narrativas coloniais, mas também reivindicando espaço na esfera pública para suas próprias vozes e histórias. A interseção entre educomunicação e decolonização oferece uma abordagem inovadora para enfrentar as desigualdades históricas e promover a autonomia cultural. O sucesso inicial do Nhembo'e Katu ilustra o potencial dessas práticas para transformar a dinâmica de poder na comunicação e na educação, proporcionando modelos replicáveis para outras comunidades marginalizadas.

A produção de etnomídias, ao se alinhar com os princípios da educomunicação, não só desafia as estruturas de poder estabelecidas pela colonização, mas também oferece um modelo como a comunicação pode ser utilizada como uma ferramenta de empoderamento e transformação social. Ao promover a cultura e a luta dos povos indígenas, essas mídias desempenham um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Contudo para garantir a produção de etnomídias de qualidade e assegurar que essas vozes sejam amplamente ouvidas, é necessário enfrentar diversos desafios que surgem durante as práticas decolonizadoras. Na práxis educacional enfrenta-se diversos desafios, estes que estão presentes não só nas estruturas sociais e nas instituições de poder, mas também nos espaços digitais, como por exemplo nos algoritmos das redes sociais. (Noble, 2021). Um dos principais desafios enfrentados está na persistência das mentalidades coloniais que ainda influenciam as sociedades contemporâneas colonizadas, que segundo Prandini (2022, pg. 158) “[...] uma vez que a branquitude e as colonialidades ainda configuram os modos de ser e de existir de parte das populações que compreendem essas nações.”, no qual “[...] os recortes acerca de

experiência de vida [...] ainda são transversalizados por mentalidades impregnadas por valores coloniais.” Prandini, 2022, pg. 158),

Esta pesquisa contribui para o campo da educomunicação ao explorar a relação entre tecnologia, comunicação e decolonização, propondo um olhar epistemológico decolonial crítico sobre o papel das etnomídias na sociedade contemporânea. Além disso, oferece apoio para a formulação de estratégias que fortaleçam a visibilidade e o impacto das produções midiáticas indígenas, reafirmando a importância de uma abordagem educ comunicativa na luta contra a colonialidade e pela promoção da diversidade cultural.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 (Versão atualizada: 2005) HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

MOONEN, Francisco. **Os índios Potiguara da Paraíba**. Recife, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf

NETTO, Marinilse. **Contexto e uso das mídias por populações indígenas brasileiras: elementos que podem contribuir para a preservação e a disseminação do conhecimento tradicional em meios digitais e internet**. Tese UFSC. Florianópolis, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167869/340341.pdf>

NOBLE, Safyia Umoja. **Algoritmos da opressão: como o google fomenta e lucra com o racismo**. Editora Rua do Sabão. São Paulo. 2021

PERUZZO, Cícília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quadro geral dos povos**. Site. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos

PRANDINI, Paola Diniz. **Conexão Atlântica: branquitude, decolonialidade e educomunicação em discursos de docentes de Joanesburgo, de Maputo e de São Paulo**. 2022. Tese ECA– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 227-278

LANDER, Edgardo (org). In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. pp.227-278.

SILVA, João. **Etnomídia e a Preservação Cultural: Um Estudo das Práticas Comunicativas Indígenas**. Revista de Comunicação e Cultura, v. 15, n. 3, p. 45-60, jul./set. 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira et al. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom. São Paulo, 2017.

TUPINAMBÁ, Raquel. **Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários**. Brasil de Fato, Niterói, Rio de Janeiro, 2016.

YOUTUBE. YouTube SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Interseccionalidade como ferramenta analítica e o grupo de pesquisa afetações¹

Rose Mari Ferreira²

Rosemar Silva da Silva³

Márcia Fernanda de Mélo Mendes⁴

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela afro-estadunidense Kimberle Crenshaw, nos anos de 1980. A intelectual negra afirma que a interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Kimberlé (2002) usa o modelo de várias avenidas que simbolizam raça, gênero e outras variáveis que se entrecruzam para exemplificar as diversas opressões que atingem as mulheres negras. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge apontam que a “interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (2021, p.16).

As autoras pontuam que o termo é altamente utilizado nas ciências sociais e que já está consensualmente aceito como um termo que se adapta na resolução de diversos problemas ocasionados pelas diferenças. Contribuem trazendo que “pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com problemas sociais” (2021, p.17). Para as mulheres negras, a interseccionalidade é usada como ferramenta analítica uma vez que, diferentemente das mulheres brancas, as específicas opressões a que estão sujeitas as colocam em situações diferenciadas

¹ Trabalho apresentado no eixo 10. Educomunicação e Decolonialidades de acordo com tabela das páginas 1 e 2 desta chamada do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Doutora, Mestra e Especialista em Saúde Coletiva; Graduada em Odontologia; Professora substituta na área da Saúde Coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS -campus Alvorada; email: rosemariferreira344@gmail.com

³ Discente do curso de Tecnologia em Produção Multimídia do IFRS Campus Alvorada. Militante nas causa antirraciais e em prol dos direitos das mulheres, crianças e da comunidade LGBTQIA+ no Coletivo AMOR (Audaciosas Mulheres Organizadas Resistem), em Alvorada/RS.
rosemar.silva@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

⁴ Doutora em Psicologia (UFPA/BR) e Antropologia e Comunicação (URV/BR) Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS), Graduada em Educação Física, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS -campus Alvorada e coordenado do Grupo de pesquisa Afetações do IFRS.

(COLLINS; BILGE, 2021). Carla Akotirene (2019) traz em seu livro intitulado *Interseccionalidade* as relações estabelecidas que demonstram as desigualdades e o entrecruzamento de cometidas contra as mulheres negras. A intelectual pontua diversas situações de violação de direitos humanos, sobretudo às que envolvem as mulheres negras.

Em que pese o termo interseccionalidade tenha sido amplamente conhecido pela afro estadunidense defensora dos direitos humanos, Kimberle Crenshaw, que o definiu como sendo a forma em que diversas categorias como racismo, o patriarcalismo, divisões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que irão oprimir mulheres, raças e etnias, na nossa *América Latina* Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003) já denunciavam o entrecruzamento de opressões – raça e gênero - para as mulheres negras. E esse reconhecimento está presente nos textos de intelectuais negras. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Alvorada está localizado na periferia da cidade de Alvorada/RS e oferece diversos cursos de ensino médio, técnico, tecnológico e cursos de graduação.

O grupo de pesquisa Afetações, em que participam estudantes e docentes dos diversos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, *campus* Alvorada e também estudantes e docentes de outras instituições, realizou um debate sobre interseccionalidade, tendo como base três textos das autoras supracitadas. Dessa maneira, o objetivo desse texto é relatar o diálogo produzido pelo grupo e a narrativa produzida com as impressões que marcaram as falas nesse encontro, na perspectiva de quatro participantes, duas mulheres negras e duas mulheres brancas.

Foram selecionados três textos para serem trabalhados pelas/os integrantes do grupo. A escolha dos textos não foi aleatória, pois a intenção era de que cada um deles abordasse o conceito de interseccionalidade, a partir de autoras diferentes, brasileiras e de outras países. Compuseram a escolha um texto de autoria da intelectual negra Kimberlé Crenshaw, um capítulo do livro *Interseccionalidade* das autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e um capítulo do livro *Interseccionalidade*, de autoria da intelectual negra Carla Akotirene (2019). Foram divididos os três textos e cada dupla ficou responsável pela leitura de um texto. A discussão sobre o conteúdo aconteceria no dia marcado para a reunião do grupo.

Importante destacar que o grupo Afetações é formado por diversas integrantes, de cor autodeclarada preta, parda, indígena e branca. No dia do encontro em que seriam discutidos os textos, participavam quatro mulheres negras, um homem negro e 4 mulheres brancas. Algumas integrantes brancas do grupo estavam online no dia do seminário; outros componentes do grupo estavam reunidos presencialmente na sala de reuniões, no campus Alvorada. A discussão foi iniciada com a proposição de apresentar o conceito de interseccionalidade, de acordo com os textos selecionados para leitura. Houve um certo *delay* para que algum/a participante se pronunciasse.

Para iniciar o debate, uma das autoras negras e primeira autora desse texto abre o diálogo, apresentando o texto de Crenshaw (2002) e destacando que o conceito de interseccionalidade nasce no âmbito do Direito antidiscriminatório e da luta por justiça social. Algumas pessoas do grupo manifestaram ter tido dificuldades em compreender exatamente o conceito, por não apresentarem familiaridade com os textos escolhidos. Uma das integrantes (mulher branca) apresenta o conceito de interseccionalidade, de acordo com o que Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021) e demonstra preocupação com as possibilidades de esvaziamento do conceito na atualidade. Diante do comentário exibindo a preocupação com o esvaziamento do conceito, a primeira autora desse texto relembra o que Carla Akotirene (2019, p.24) traz em um capítulo de seu livro: “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” e que se atualmente o conceito tende a perder sentido, certamente a branquitude (Bento, 2021) está fazendo uso indevido do conceito, sem aprofundamento das discussões. A integrante continua apontando que o conceito nasceu do feminismo negro, de uma intelectual negra e se constitui em uma ferramenta analítica para demonstrar o entrecruzamento de opressões a que estão expostas mulheres negras, indígenas e outros grupos de mulheres colocadas em situação de subalternidade.

Esvaziar o conceito é uma das manifestações do racismo. Sempre importante lembrar que racismo é uma relação de poder, que coloca pessoas negras em lugares de subalternidade. Uma das bolsistas do grupo problematiza com a seguinte questão: Quem de nós pessoas negras nunca ouviu o relato de uma mãe, tia ou avó que tenha relatado que sofreu racismo de forma explícita ou velada, do mais sutil (se é que isso é possível) às formas mais cruéis? Racismo é uma ferida que não cicatriza, pois só quem tem a raça como paradigma de ser aceito ou discriminado sabe o quanto isso

é um retrocesso histórico e humano. É possível ouvir as vozes embargadas dessas mulheres, ainda que desviem o olhar para que não possamos observar seus olhos marejados. O acesso às reflexões das intelectuais negras Kimberle, Akotirene, Patricia Collins Carla Akotirene e mais autoras que trouxemos para dialogar demonstrou-se importante para que algumas pessoas do grupo tivessem minimamente contato com autoras negras.

Embora tenha causado certo estranhamento para integrantes, o debate evidenciou a necessidade de continuar na luta antirracista. É preciso pontuar que o grupo de pesquisas Afetações pretende se colocar na luta antirracista. Como faz parte de um campus que está localizado em zona periférica, em uma cidade da área metropolitana de Porto Alegre, tem uma responsabilidade pelo território em que está inserido. A demonstração de pouco entendimento dos textos por parte de algumas integrantes do grupo, evidencia a necessidade de que autoras negras sejam apresentadas aos cursos do IFRS e que o conhecimento produzido por intelectuais negras esteja presente nas referências dos diversos cursos ofertados pela instituição.

E para aqueles que se dizem ativistas antirracistas, aí vai uma mensagem: Chega de se esconderem atrás de bandeiras militantes! Precisamos mostrar o espelho para os narcisos. Se são tão bons em discursos, que façam desses suas práticas. Somos de várias gerações no grupo e rompemos o silêncio, cada uma em seu tempo. Reconhecemos que temos muito a aprender com as mais velhas e muito a dizer às mais novas. Nossas gerações anteriores sangraram com o racismo e nós negras e negros ainda sangramos com ele.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2021.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA** (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas. **Revista Estudos Feministas**, 2002. 171-188 p. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 01 abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Nuestras Raíces Culturales: un proyecto escolar educomunicativo y decolonial¹

Leticia Duarte²

La escuela 4-159 César Milstein, ubicada en el distrito rural de El Vergel en el departamento de Lavalle (Mendoza, Argentina) cuenta con una comunidad escolar que se caracteriza por su trabajo agrícola: muchas familias son obreros migrantes -la mayoría oriundos del norte del país-, que se fueron quedando en el lugar y comenzaron a convivir con otros pueblos originarios de la zona, más precisamente con el Huarpe. Así, la escuela cuenta con una comunidad estudiantil cuyo acervo cultural es muy rico en tradiciones, costumbres y cosmovisiones que, en principio, parecían estar fuera del cotidiano escolar y que muchas veces también era silenciado por las propias familias.

Sin embargo, existe una memoria en los cuerpos, en las tradiciones, en la cultura que está viva y que de ninguna manera pasa inadvertida. En las clases, en los actos, en las salidas, en el trabajo con la radio escolar, en lo administrativo, la identidad de los estudiantes se manifestaba. Surgieron, entonces, varios interrogantes en el equipo docente, no docente y directivo: ¿Por qué subyace, por qué está silenciado? Ese momento fue un punto de partida: con esas preguntas comenzó un proceso de apertura, de diálogo, de escucha y de intercambio de saberes donde la figura y las enseñanzas del maestro Paulo Freire volvían a recrearse para sacudir y renovar nuestras propias prácticas como educadores-educandos, muchas

¹ Trabalho apresentado no eixo 10, Educomunicação e Decolonialidades, do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Tesista de la Licenciatura en Comunicación Social de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNCuyo (Mendoza, Argentina). Extensionista en los Programas de Extensión Universitaria Mauricio López de la UNCuyo, actualmente participa del proyecto de extensión denominado "Debates y prácticas para contrarrestar discursos de odio" que se lleva a cabo en la Escuela 4-159 César Milstein de Lavalle donde se desempeña como docente y tallerista de radio. Docente de nivel medio en escuelas de gestión pública y privada. Con una trayectoria de 10 años en el Colectivo Cultural "De Pago en Pago", se dedica a investigar sobre la historia musical de la región cuyana y a producir piezas audiovisuales como documentales transmedia y podcast. Miembro del Centro de Estudios, Investigación y Prácticas en Educación y Comunicación de la FCPYS-UNCUYO.
lduartealarcon84@gmail.com

veces delimitadas por un sistema que parecía anquilosado o no contemplaba la diversidad cultural de la comunidad escolar.

Cuando buscamos una educación liberadora y cuando pensamos en las escenas fundacionales de la Comunicación/Educación en América Latina, es imposible desprenderse de aquellas praxis primigenias, de intervenciones de organizaciones sociales, docentes, comunicadores populares que buscaron dar voz a los oprimidos. En palabras de Jorge Huergo (2013): “Comunicación/Educación nace con esa convicción: inscribir las prácticas, los medios, los procesos en las luchas por la liberación de nuestros pueblos” (p.20).

Todo aquello ha quedado guardado en la memoria de este campo emancipador y político que abre la posibilidad de la dialogicidad, del aprendizaje, de poner en valor lo colectivo. Desde esos idearios y campos, buscamos traer a la cotidianidad de la escuela todo aquello que fuimos descubriendo juntos para poder reflexionar respecto de lo decolonial pero desde la mirada, las vivencias, las costumbres, la cosmovisión y el universo vocabular de nuestro estudiantado. Descubrimos que habitábamos una cultura rica y viva que estaba subyacente pero de la cual no éramos plenamente conscientes. Sabíamos un poco más de las guerras europeas que de las tradiciones ancestrales (muchas veces desprestigiadas en nombre de ideales modernos y postmodernos), de la manera de ser y estar en el mundo de nuestros estudiantes y sus familias. Y entonces había que cambiar, había que poner en valor sus identidades y también aprender -y mucho- de ellos. Así nace el proyecto “Nuestras Raíces Culturales”.

Desde el ciclo escolar 2016 a la actualidad, el objetivo del proyecto ha sido trabajar la multiculturalidad, fomentando prácticas que ayuden a mejorar la convivencia, el diálogo, profundizar el respeto por el otro y, en ese marco, el respeto por las diferencias, valorando las distintas culturas y formas de pensar.

Cada año, toda la comunidad escolar se implica en el proyecto a partir de diversas actividades o tareas. Algunas de ellas (que cambian de un año a otro) son: talleres de Quechua y Milcayac, de tejido ancestral, búsqueda de recetas entre las familias para conocer costumbres culinarias (chuño, api, linaza, mazamorra, mote), confección de muñecas entre hijos/as-madres-padres (quitapenas), obras de teatro, escritura de leyendas, investigaciones sobre especies aromáticas medicinales

utilizadas por los pueblos andinos, entrevistas en la radio escolar, la participación de la orquesta escolar, entre otras tantas labores.

Uno de los grandes hitos del proyecto fue la incorporación de la Whipala en los actos y salidas de la escuela. Tras una jornada institucional y posterior diálogo con y entre el estudiantado, se definieron un conjunto de cualidades que deberían reunir quienes fueran a portar el emblema año a año. Así, buscando cualidades distintas a las que se tienen en cuenta para la elección de abanderados y escoltas de las banderas nacional y provincial, se definieron las siguientes características: la solidaridad, la empatía, la capacidad de mediación, el respeto a los pares y sus identidades y costumbres, etc. De esta manera, cada uno de los 10 cursos de la escuela elige a un compañero o compañera para que porte la Whipala durante el ciclo lectivo.

Todo este proceso permitió reconocernos, trabajar- incluso- en el autoestima de un estudiantado que antes hablaba muy tímidamente de sus orígenes y que ahora invita a sus familias a la escuela, genera puentes y contactos entre docentes y padres, cambia la mirada de sí mismo y la mirada del otro. Porque como bien dice el educador Prieto Castillo (2005) “en el camino de alguien a sí mismo, siempre hay otro. Ese sí mismo significa el desarrollo de lo que se posee como potencialidades, de lo que se puede llegar a ser en la existencia”.

Una de las actividades que deseamos destacar en esta exposición es la Celebración a La Pachamama. En esta fiesta, el proyecto educacional y la comunidad toda, toman cuerpo, color, aroma, sabor. Allí, las miradas se encuentran - ahora sí- reconociéndose unas a otras, sabiéndose parte de un todo más grande que los abarca -y abraza- sin diferencias. Allí, los legados teóricos y las experiencias de esos autores que leemos -a veces sintiendo que es difícil la lucha y el desafío de una educación y comunicación liberadoras- se hacen presentes como una metáfora viva, sonante, palpable: Freire, Kaplún, Huergo, Prieto Castillo, aquellos mineros bolivianos y el cura y los educadores populares de radio Sutatenza. La Pachamama y la comunidad de la Escuela Milstein en aquel paraje rural que otrora fue un verdadero vergel, los convoca, los cita, los relee, los invita a compartir (se) mientras que, con solemnidad y en silencio, doña Juana (referente de la comunidad Colla Queyup), abre la Corpachada y comienza a darle las ofrendas que todos llevamos para agradecer, para pedir, para renovar energía y esperanzas.

De eso trata el proyecto: de la esperanza. En un contexto político- social en el que los pueblos originarios están siendo reprimidos, violentados para quitarles sus tierras ancestrales, donde la prensa negacionista quiere ridiculizar sus costumbres y su cultura, este proyecto educomunicativo se resignifica, se multiplica y contagia. Edición tras edición, diversas organizaciones sociales, radios comunitarias, estudiantes y profesores universitarios, artesanos, músicos, centros de estudios, espacios de extensión universitaria, referentes municipales, estudiantes egresados, se acercan, buscan participar y sumarse a este proceso dialógico y de reconocimiento que se ha vuelto resistencia y fiesta. Este proyecto rompe esos límites coloniales y amplifica el mapa cultural de la escuela, fortaleciendo el derecho de estudiantes y familias a su identidad y su cultura: estudiantes ataviados de colores y vestimentas típicas para la ocasión, danzan al son de una saya mientras quienes llevan adelante el ritual van cubriendo de tierra la boca de la Corpachada. Los asistentes acompañan, observan, disfrutan. Las radios escolar y comunitaria de la zona transmiten el evento y relatan lo que va aconteciendo, repasan las palabras aprendidas y convocan a sus ancestros. Es el momento de la fiesta, de la no vergüenza, de mostrar con orgullo quienes somos, de disfrutar lo que por tanto tiempo se ha trabajado en las aulas, en las casas, en la radio, en la orquesta. Es el momento de la alegría y es el momento de renovar la esperanza.

Parafraseando Paulo Freire en su *Pedagogía de la Esperanza*, es preciso tener esperanza pero del verbo “esperanzar”, porque hay gente que tiene esperanza del verbo “esperar”. En el primer caso, tener esperanza es avanzar, es construir, no desistir.

Referencias

FREIRE, P. **Pedagogía de la Esperanza. Un reencuentro con la pedagogía del oprimido**. Siglo Veintiuno Editores: 2015.

HUERGO, J. **“Mapas y viajes por el campo de Comunicación/Educación. Conferencia inicial del COMEDU - Desafíos en tiempos de restitución de lo público”**. Revista Anclajes N° 75. La Plata. p.19-30. 2013.



PRIETO CASTILLO, D. **El interaprendizaje en clave de la Educomunicación.**
Encuentro Internacional Ondas y Antenas Participativas, Bogotá, Colombia. p 1, 2005.
<https://prietocastillo.com/comunicacion#>

O processo de heteroidentificação em concursos públicos no estado de Mato Grosso: a política de ações afirmativas ao candidato e a insegurança devido aos reflexos culturais do racismo estrutural

Randalle Silva Hayashi¹

Introdução

O racismo é caracterizado como uma forma de discriminação baseada na raça, resultando em práticas que concedem vantagens ou impõem desvantagens aos indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem. Quando essas práticas são exercidas sem considerar os princípios constitucionais que regem nossa sociedade, como legalidade, moralidade, impessoalidade e ética, elas se manifestam em atitudes, processos e comportamentos impregnados de preconceitos, negligência e violação dos direitos fundamentais, demonstrando, assim, um viés eminentemente racista.

Acredita-se que, ao analisar e discutir o tema do racismo estrutural e da heteroidentificação em concursos públicos, a pesquisa poderá ainda contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico nessa área, fornecendo subsídios para intervenções políticas voltadas para a inclusão e a justiça social e para a promoção da igualdade racial, por meio da defesa dos direitos humanos.

Justificativa

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, buscar-se-á investigar os complexos processos de ensino e aprendizagem em contextos sociais e educacionais, explorando dimensões cognitivas, afetivas, políticas, histórico-culturais e éticas,

¹ Doutorando em Comunicação Social pela UESP, Mestre em Sociologia pela UFMT, Bacharel em Direito, Licenciado em Sociologia, Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (Humanizacom) da Universidade Metodista de São Paulo – SP, Membro do Nucleo de Pesquisa Científica – (NPC) da SESP- MT

visando identificar e analisar como o racismo estrutural influencia o processo de heteroidentificação em concursos públicos.

Além disso, ao tratar sobre a eficácia das políticas de ações afirmativas e da conscientização das bancas de concursos sobre o racismo, esta pesquisa contribuirá para a formação de comunicadores, jornalistas, educadores e uma sociedade mais inclusiva, onde estará fornecendo informações relevantes para o desenvolvimento comunicacional inclusivos e sensíveis às questões da diversidade racial e cultural.

Questões de pesquisa e objetivos

A partir dessa perspectiva, buscar-se-á responder às seguintes questões: como ocorreu o reconhecimento heteroidentitário nos concursos públicos de Mato Grosso entre os anos de 2020 e 2023? E como isso se relaciona com o racismo estrutural? Para tanto, o objetivo geral é investigar o processo de heteroidentificação em concursos públicos, verificando se há critérios objetivos ou subjetivos utilizados pelas bancas, de modo a analisar como isso pode refletir no racismo estrutural, violando direitos individuais e coletivos. Já os objetivos específicos são:

- a) Identificar como ocorre o processo de heteroidentificação nos concursos públicos de Mato Grosso, verificando se há critérios objetivos ou subjetivos utilizados pelas bancas.
- b) Identificar os fatores fenotípicos, históricos e culturais que influenciam na subjetividade do reconhecimento durante a heteroidentificação, verificando quais são determinantes para a reprovação de candidatos nesse processo.
- c) Avaliar se os métodos de avaliação das bancas estão alinhados com os objetivos das políticas de cotas e relacionados à compreensão dos processos de ensinar e aprender em ambientes escolares e não escolares, sob uma perspectiva interdisciplinar.

Assim, este pré projeto buscará realizar uma pesquisa interdisciplinar sobre o processo de heteroidentificação em concursos públicos em Mato Grosso, a efetividade das políticas de ações afirmativas presentes na sociedade e os reflexos do racismo estrutural presente em nossa sociedade.

Metodologia e procedimentos

A metodologia adotada neste estudo será fundamentada em uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente e aprofundada (Creswell, 2007). De acordo com o autor, as fronteiras entre abordagens qualitativas e quantitativas podem ser permeáveis, fazendo com que estudos, como o ora proposto, beneficiem-se da combinação de ambos os métodos, uma vez que permite ao pesquisador obter uma compreensão mais abrangente e holística do fenômeno estudado, aproveitando as vantagens de ambas as abordagens.

Na vertente qualitativa, serão realizadas as pesquisas bibliográfica e documental para compor o aporte teórico deste estudo. A pesquisa bibliográfica envolverá uma revisão sistemática das obras de autores renomados que abordam temas como racismo, racismo estrutural, políticas públicas, sociedade e economia, permitindo a contextualização teórica do problema de pesquisa e fornecendo um embasamento conceitual sólido para a análise dos dados empíricos (Minayo, 2001).

Já a pesquisa documental será conduzida para identificar e analisar legislações e documentos oficiais relacionados às políticas de ações afirmativas e ao processo de heteroidentificação em concursos públicos, contribuindo, assim, para uma compreensão mais abrangente do contexto institucional e legal em que essas políticas são implementadas (Cellard, 2008).

Ademais, serão aplicados questionários objetivos contendo 20 perguntas a um grupo de participantes selecionados, composto de três candidatos aprovados em concursos públicos de Mato Grosso, realizados entre 2020 e 2023, que foram beneficiados pelas políticas afirmativas de cotas, e de três candidatos eliminados no mesmo período, devido ao não reconhecimento de sua identidade racial durante o processo de heteroidentificação pela banca do concurso.

Os questionários representam uma ferramenta crucial para explorar as respostas sobre o tema em questão. Ao elaborá-los, seguiremos atentamente as diretrizes propostas por Ferber (1974), que enfatiza a importância de uma elaboração correta e equilibrada para garantir a eficácia e a operacionalização da pesquisa. Dessa forma, os questionários serão formulados com perguntas de fácil interpretação,

linguagem acessível e desprovidos de viés ou conotação política. Além disso, evitaremos questões longas e garantiremos que as respostas serão factíveis e permitirão uma única interpretação (Ferber, 1974).

Segundo Gil (1999), os questionários constituem uma técnica de investigação composta de um conjunto de perguntas direcionadas às pessoas participantes, com o objetivo de obter conhecimento sobre suas opiniões, crenças, expectativas e outros aspectos relevantes para a pesquisa. Assim, essa abordagem permitirá uma análise comparativa entre as experiências desses dois grupos de candidatos, elucidando os impactos das políticas afirmativas e a eficácia do processo de heteroidentificação na promoção da igualdade racial (Minayo, 2001; Bardin, 2009).

Além disso, será realizado um grupo focal com quatro membros de bancas de concursos que tenham participado do processo de heteroidentificação em concursos realizados pelo estado de Mato Grosso. O objetivo desse grupo focal é compreender qual é o entendimento deles em relação às leis, às políticas de ações afirmativas e ao conceito de racismo estrutural (Costa, 2011). As discussões e os dados provenientes desse grupo complementarão os dados obtidos por meio dos questionários, proporcionando uma visão mais ampla e contextualizada do tema (Minayo, 2001).

Conclusão

O resumo reitera a importância dessas análises serão utilizados para embasar a construção da tese deste trabalho, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no âmbito administrativo do governo de Mato Grosso. Além disso, espera-se que os resultados auxiliem na conscientização da sociedade sobre a existência do racismo estrutural e na necessidade de políticas de ações afirmativas eficazes (Santos, 2003). Ao promover uma reflexão sobre direitos individuais, cidadania e igualdade racial, este estudo busca colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, atenta às necessidades e garantias de todos os seus cidadãos.

Referências

ALMEIDA, Sílvio de Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade e políticas de ação afirmativa no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al* (orgs.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo Focal. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toeste. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 238–267, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/180701912015212238>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FERBER, Robert. **Handbook of Marketing Research.** New York, McGraw-Hill, 1974.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília, DF: MEC/SECD, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2005.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** São Paulo: Editora Record, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lucia da; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: Questões para psicanálise. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

SANTOS, M. **Por outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Lab EDUCOM Edilberto Sena: Catalisador de Redes Interculturais na Amazônia

Augusto Gomes Ferreira¹²

Guilherme Gitahy de Figueiredo³

Jader Ribeiro Gama⁴

Este artigo explora o papel do Laboratório de Educomunicação Edilberto Sena como um agente de descolonização dos ecossistemas comunicativos na Amazônia, atuando como catalisador de redes de saberes interculturais. A proposta central da pesquisa é investigar como a implantação do laboratório pode promover a decolonização da comunicação, possibilitando o fortalecimento de identidades e lutas de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, em meio ao avanço das

¹ Trabalho apresentado no eixo 10. Educomunicação e Decolonialidades do X Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Polo do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST). Graduado em Letras - Língua Portuguesa, pelo Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA). Especialista em Análise do Discurso Midiático, Especialista em Assessoria e Gestão da Comunicação e Graduando em Jornalismo Digital. Tem experiência em comunicação popular, assessoria de comunicação, com foco na disseminação de informações e no fortalecimento da comunicação no município de Tefé, no Amazonas. Atua nos principais meios de comunicação, incluindo rádio, televisão, jornal (online e impresso) e redes sociais. E-mail: agf.mic24@uea.edu.br

³ Professor Associado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA). Integrante da Rede de Notícias da Amazônia e do programa Ampliando Vozes do Médio Solimões da Rádio Educação Rural de Tefé 93,9FM. Pós-doutor em Estudos Antrópicos da Amazônia na UFPA. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Possui bacharelado em Ciências Sociais Geral e bacharelado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atua com Antropologia da Mídia, Antropologia do Colonialismo, Estudos Pós-Coloniais, Educação Popular, Comunicação Popular e Educomunicação.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) na Universidade Federal do Pará. Especialista em Tecnologias em Educação pela PUC - RJ. Graduado em Processamento de Dados pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor da FAPAN (Faculdade Pan Amazônica) e pesquisador da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA). Tem experiência na área de Ciência da Computação e Planejamento do Desenvolvimento, com ênfase em Sistemas de informação e Desenvolvimento Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: capitalismo de vigilância, economia do conhecimento, governo eletrônico, tecnopolítica, comunicação pública, tecnologias na educação, software livre, dados abertos, transparência, cultura digital, inclusão digital, plataformas de participação social, democracia digital, cidadania digital e desenvolvimento local e regional.

infovias digitais. A partir dos ideais de Frantz Fanon sobre desalienação, somam-se as reflexões de Edgar Morin em 'Ciência com Consciência' (2021), que propõe uma ciência conectada à ética e à complexidade, essencial para entender os desafios da Amazônia contemporânea. Pierre Lévy, em 'A inteligência coletiva' (2015), traz a noção de cooperação no ciberespaço, onde essas comunidades podem ampliar suas vozes e fortalecer redes de saberes por meio da educomunicação. Marciel Consani, em 'Educomunicação: o que é e como fazer' (2024), oferece uma base prática para a implementação do laboratório, enquanto Paulo Freire, em 'Extensão ou Comunicação?' (2022) e 'Educar com a Mídia' (2022), nos lembra da necessidade de uma abordagem dialógica, fundamental para a construção de ecossistemas comunicativos democráticos. Aimé Césaire, com seu 'Discurso sobre o Colonialismo' (2020), reforça o papel da educomunicação como uma ferramenta de resistência pós-colonial. O artigo reflete sobre as implicações epistemológicas da educomunicação decolonial como um caminho para fortalecer as identidades culturais e as lutas por justiça social, promovendo redes de saberes e ações integradas na defesa dos direitos das comunidades da Amazônia.

Referências

- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2015.
- CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer**. São Paulo: Paulinas, 2024.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Educar com a Mídia: Novos Diálogos sobre Educação**. São Paulo: Cortez, 2022.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.



SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional e a aplicação - Contribuições para a Reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación**. Buenos Aires: Ediciones de la Urraca, 1998.

O Papel Central do Candomblé na Cultura Brasileira¹

Luiza Cristina de Oliveira Melo²

Geovana Monteiro Lopes³

A miscigenação sempre esteve no cerne da formação do povo brasileiro, moldando uma sociedade rica em diversidade étnica e racial. O Brasil que conhecemos hoje é fruto de uma complexa interação entre diferentes culturas e povos, processo que Darcy Ribeiro tão bem descreve em sua obra, explorada na série “O Povo Brasileiro”. Segundo Darcy, a cultura brasileira é uma “cultura de retalhos”, onde diferentes costumes, tradições e modos de vida foram misturados, criando uma nova identidade, tanto em corpo quanto em espírito.

Dentro desse contexto, o candomblé emerge como um dos principais símbolos dessa miscigenação. Longe de ser um culto religioso monolítico, o candomblé abrange uma série de tradições inter-relacionadas, refletindo a diversidade religiosa do Brasil. Embora incorpore elementos do culto iorubá, do catolicismo e do espiritismo, o candomblé é, em sua essência, uma religião genuinamente brasileira. Suas “nações” e variações rituais evidenciam a pluralidade de influências que o compõem.

O candomblé é um exemplo claro da miscigenação cultural no Brasil, representando a fusão de diversas tradições africanas com influências europeias e indígenas. É uma religião que reflete a complexa identidade brasileira, caracterizada pela pluralidade e pela resistência cultural. Hoje, o candomblé é reconhecido como uma das principais expressões da herança africana no Brasil e continua a ser uma importante fonte de espiritualidade e cultura para milhões de brasileiros. Ao analisar o candomblé dentro do contexto da miscigenação e da formação da identidade

¹ Trabalho apresentado no eixo 10 do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Graduanda em Jornalismo pela Universidade de Brasília apaixonada por explorar e comunicar as diversidades culturais e religiosas. Com um interesse especial em estudar as religiões de matriz africana, busca aprofundar seu conhecimento sobre essas tradições ricas e suas influências na sociedade contemporânea. Reside em Gama (DF). E-mail para contato: luizaoliveiram@gmail.com

³ Estudante de Comunicação Social na Universidade de Brasília, com habilitação em Publicidade e Propaganda, e Analista Júnior de marketing e redes sociais. Formada em Espanhol, com certificações em Gestão e Marketing em Redes Sociais, além de intercâmbio na Universidade Pontifícia Javeriana Cali, na Colômbia. E-mail para contato: geovanamonteiro20@gmail.com

brasileira, fica claro que essa religião desempenha um papel central na compreensão da brasilidade. Ele é um exemplo vivo de como a cultura brasileira se formou a partir de diversas influências, criando algo único e intrinsecamente ligado à história do Brasil.

Os terreiros, além de serem espaços sagrados, funcionam como guardiões dessa herança cultural, exigida pelo próprio sistema religioso. O candomblé, portanto, não apenas representa uma estratégia de sobrevivência, mas também ilustra como a miscigenação sempre foi uma força central na formação da cultura brasileira, consolidando essa “cultura de retalhos” que caracteriza o Brasil.

Estes espaços têm como principal objetivo expandir e preservar a cultura negro-africana no território brasileiro. A musicalidade está intrinsecamente ligada à prática religiosa dentro das casas de candomblé, sem a música não há ritual. Na década de 70, emergiram grupos de músicas afro-baianas que traziam consigo a consolidação da presença afro-brasileira no cenário cultural religioso e o resgate da herança ancestral, contribuindo para o reconhecimento como uma das matrizes formadoras do povo brasileiro.

Em “Educomunicação: Ilê Ayiê e a visibilidade da cidadania negra”, a autora destaca a função eminente educativa e também comunicativa destes grupos, uma vez que penetram como verdade e evidenciam o contexto midiático em que estão inseridos. Tratam-se, então, de uma manifestação educ comunicativa onde os educ comunicadores representados pelos integrantes do grupo se tornam “agentes de transformação na medida em que aceitam desafios e buscam, inspirando-se no cotidiano e nas referências locais, mudar a realidade com projetos criativos e inovadores, sempre privilegiando o convívio e o desenvolvimento de ecossistemas comunicativos”.

A liturgia afro-brasileira tem como característica forte a celebração à vida, sem o sentimento de culpa. Os princípios éticos desta literatura estão ligados com valores estéticos, de sensibilidade e percepção, no sentido de uma afirmação positiva, um reconhecimento do outro e de si mesmo. Portanto, trata-se de um fenômeno educ comunicativo, quando seus agentes, apesar das dificuldades, não se prendem nos seus espaços fechando os olhos para a realidade.

O presente trabalho tem como objetivo explorar essa riqueza cultural e religiosa através da produção de um ensaio fotográfico em um terreiro de candomblé. Este ensaio busca capturar não apenas uma das festas e a rotina que se segue em um dia de celebrações, mas também mostrar, de maneira autêntica, como é uma casa de candomblé. Além disso, o trabalho aborda a questão da intolerância religiosa no Brasil, refletindo sobre os desafios enfrentados por essa religião e sua comunidade em um contexto de preconceito e discriminação.

A miscigenação é um elemento central na formação do povo brasileiro. Desde o início, o Brasil foi marcado pela diversidade étnica e racial, o que resultou em uma sociedade plural. A presença indígena nativa, a chegada dos portugueses e, posteriormente, a influência africana, contribuíram para a criação de uma cultura única. Essa fusão de diferentes povos e culturas é a base da identidade brasileira.

Cultura Brasileira como “Cultura de Retalhos”

Darcy Ribeiro, em sua obra "O Povo Brasileiro", descreve a cultura brasileira como uma "cultura de retalhos", formada pela mistura de diferentes costumes, crenças e práticas. Esse conceito é crucial para entender a formação do Brasil como uma nação onde a pluralidade cultural é uma característica definidora. Cada etnia que compôs a sociedade brasileira trouxe suas tradições e modos de vida, que, ao se mesclarem, criaram algo novo e distinto, denominado “brasilidade”.

Relacionar o candomblé com as políticas públicas no Brasil envolve discutir como o Estado brasileiro tem tratado as religiões afro-brasileiras, como o candomblé, e quais medidas foram implementadas para garantir a proteção, promoção e reconhecimento dessas tradições culturais e religiosas.

Lei Caó (Lei 7.716/1989): Esta lei tipifica como crime o preconceito de raça ou cor e foi posteriormente ampliada para incluir discriminação religiosa. A Lei Caó é uma ferramenta importante na luta contra a intolerância religiosa que afeta comunidades praticantes do candomblé, proporcionando uma base legal para denunciar e punir atos de discriminação.

Patrimônio Imaterial: Em 2004, o governo brasileiro reconheceu o candomblé como Patrimônio Imaterial, um passo significativo para a valorização da cultura afro-brasileira. Esse reconhecimento ajuda a proteger os rituais, tradições e conhecimentos associados ao candomblé, incentivando a preservação dessas

práticas para as futuras gerações. O Terreiro Casa Branca, em Salvador (BA), é um exemplo de terreiro reconhecido como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa: O Brasil celebra, em 21 de janeiro, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Essa data foi instituída em memória de Mãe Gilda, uma importante líder do candomblé, que faleceu após sofrer um ataque de intolerância religiosa. Este dia é dedicado à conscientização sobre o respeito à diversidade religiosa e ao combate à intolerância contra religiões afro-brasileiras.

Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa: Coordenado pela SEPPIR e pelo Ministério dos Direitos Humanos, esse plano visa prevenir e combater a intolerância religiosa, assegurando a liberdade religiosa e promovendo o respeito às religiões de matriz africana. As ações do plano são campanhas de conscientização, formação de redes de proteção, e apoio legal a vítimas de intolerância religiosa.

Programas de Educação para a Diversidade Religiosa: Iniciativas do Ministério da Educação (MEC) que incluem no currículo escolar a história e a cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto pela Lei 10.639/2003. Inclui a formação de professores para abordar a diversidade religiosa, e inclusão de conteúdos que valorizem as religiões afro-brasileiras.

Campanha “Eu Respeito” – Ministério dos Direitos Humanos: Campanha que busca sensibilizar a população sobre a importância do respeito à diversidade religiosa, com foco na valorização das religiões afro-brasileiras.

Programa de Salvaguarda da Capoeira e dos Terreiros: Desenvolvido pelo IPHAN, esse programa busca preservar e valorizar as práticas culturais afro-brasileiras, incluindo os terreiros e a capoeira, que são profundamente conectados à religiosidade afro-brasileira. Inclui o mapeamento de terreiros, apoio à manutenção dos espaços religiosos, e registro das tradições orais e práticas rituais.

A pesquisa foi conduzida no terreiro de uma das integrantes do grupo de pesquisa, o que proporcionou um acesso privilegiado e uma compreensão mais aprofundada das práticas religiosas. O terreiro escolhido pertence a uma integrante do grupo, garantindo uma relação de confiança com os participantes e facilitando a captação das imagens.

As filmagens e fotografias foram realizadas com foco nos momentos que antecedem a festa e na celebração de Ogum e Oxóssi. Esse planejamento permitiu documentar as etapas de preparação, como a organização dos rituais, a ornamentação do espaço, e a interação entre os membros da comunidade. Foram priorizadas a captura de detalhes que expressam a essência das práticas do Candomblé.

Após a captação, as imagens foram analisadas com o objetivo de selecionar aquelas que melhor representassem os aspectos culturais, religiosos e sociais do Candomblé. Essa seleção buscou enfatizar a relevância do Candomblé na cultura brasileira, destacando tanto a preparação para a festa quanto a celebração em si.

Os resultados deste trabalho consistem em um vídeo e uma série de imagens que capturam a essência do Candomblé, revelando a profundidade das tradições, a riqueza dos rituais e a importância cultural dessa prática religiosa. As imagens e o vídeo oferecem uma visão íntima e respeitosa da vida dentro do terreiro, desde os preparativos até as celebrações em homenagem a Ogum e Oxóssi, proporcionando um testemunho visual do papel vital do Candomblé na cultura brasileira.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro

LAZARTE, Leonardo. Disponível em: Os porquês do software livre.

<http://www.secom.unb.br/artigos/at0804-02.htm>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

O Povo Brasileiro (2000). Direção de Isa Grinspum Ferraz. Brasil: TV Cultura.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação: Ilê Aiyê e a visibilidade da cidadania negra**. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. 2001. p. 1-10.

THAMANI, Manuela. **Futuro se faz com a história, e história com o povo dentro: movimentos negros na interface da Comunicação e Educação**. 2021. Dissertação



(Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-18082021-101653/>. Acesso em: 15 out. 2024.

Ação Educomunicativa Antirracista: uma análise no contexto de uma web radio¹

Cintia dos Santos²

Graziela Fátima Giacomazzo³

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou a prática comunicativa antirracista no programa *Protagonista Sem Fronteiras, da Web Rádio Santa Luzia*, tendo como referencial teórico autores como Ismar de Oliveira Soares (2009; 2017), Djamila Ribeiro (2019), Nilma Lino Gomes (2019) e Paulo Freire (1977). O percurso metodológico pautou-se numa pesquisa qualitativa, descritivo-exploratória, documental e do tipo netnográfica. Este estudo analisou cinco programas, apresentados e gravados entre 2019 e 2021. Buscou-se compreender se esses programas podem ser considerados uma prática educomunicativa antirracista (Santos, 2022, p. 14).

A história do programa teve início em 2018, como uma proposta de comunicação antirracista. No entanto, seu perfil educomunicativo começou a se consolidar apenas em 2020, com a incorporação desse conhecimento a partir do mestrado. Com isso, estruturou-se um ecossistema educomunicativo consciente, como os grupos do movimento negro no WhatsApp, a interação com dois Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), os professores negros e ativistas.

A inserção no meio acadêmico, mesmo atravessado pela pandemia de covid-19, possibilitou um novo ecossistema educomunicativo com o projeto de extensão *Plataformas Digital e Colaboração Cidadã na Web Rádio Santa Luzia*. Conforme explica Santos (2023, p. 3), o planejamento do Programa gera uma rede de conexões

¹ Trabalho apresentado no eixo [nº 10- Educomunicação e Decolonialidades] do X Congresso Brasileiro de Educomunicação.

² Mestra e doutoranda em educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), com pesquisa em educomunicação e antirracismo. Idealizadora da Web Rádio Santa Luzia. Membro do Coletivo Chega de Racismo, da Academia Brasileira de Letras de Santa Catarina (seccional de Içara) e do grupo de pesquisa EduC-Digital/Unesc. Criciúma/SC. cintiasantos_ofc@unesc.net

³ Doutora em Educação. Professora Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Criciúma/SC. gfg@unesc.net

interativas e colaborativas na web rádio. Freire (1977, p. 43) contribui ao afirmar que ser dialógico “[...] é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade”. Percebe-se que a interação dialógica, dada pela internet com a pandemia, permitiu que o conjunto da web rádio evoluísse numa perspectiva educ comunicativa.

Diante da inquietação sobre os significados dessa prática comunicativa, o Programa se tornou o objeto de uma pesquisa científica de mestrado, intitulada *O Programa Protagonista Sem Fronteiras como Ação Educ comunicativa na Web Rádio Santa Luzia*, com a seguinte problemática: Como a mídia web rádio, enquanto ação educ comunicativa, contribui na luta antirracista dos docentes negros a partir do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*?

Participaram professoras negras e ativistas interessados na temática. A média de duração variou entre 1h30 e 2h, com transmissão ao vivo pela Web Rádio Santa Luzia. Foram abordadas discussões pertinentes aos espaços educacionais formais e informais, abrangendo a educação antirracista desde a educação infantil até a academia, incluindo projetos de extensão e lançamentos de livros de intelectuais catarinenses negros. Foram analisados cinco programas, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Programas Analisados

Programa	Descrição
Programa 01	Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação Infantil
Programa 02	Projeto de Pesquisa e Extensão: Direitos Humanos e Epistemologias Negras em Movimento: saberes partilhados, formação e lutas pela cidadania – Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da UNESCO (N.E.G.R.A)
Programa 03	A Arte no Contexto Educomunicativo Antirracista: Roda de Conversa sobre a Exposição Voz Presente – Diálogos Permanentes
Programa 04	Lançamento do Livro <i>Antonieta de Barros</i> , da Escritora Jeruse Romão
Programa 05	Ações do NEAB/UDESC

Quadro 1 – Programas Analisados

Fonte: elaborado pela autora com dados de Santos (2022).

É importante compreender a relevância desse estudo a partir do que Santos (2022, p. 15) ressalta sobre essa mídia. O período da revisão de literatura foi de outubro a novembro de 2020, e destacou-se nesse processo a ausência de pesquisas que envolvessem práticas pedagógicas antirracistas ou relações étnico-raciais e étnico-culturais a partir da educomunicação na mídia web rádio. Por ser o racismo estrutural em todas as suas nuances uma vivência pessoal, o encontro com a invisibilidade das pautas antirracistas é constante. Visto ser a web rádio uma mídia recente, o resultado não surpreendeu totalmente.

Segundo Nascimento (1978, p. 10):

O racismo no Brasil, longe de ser um fenômeno individual ou ocasional, está impregnado nas instituições, nas políticas públicas e nas práticas sociais, revelando um padrão de genocídio simbólico e físico contra a população negra.

Categoria	Descrição
Racismo Estrutural	O racismo estrutural está presente em diversas instituições, como ficou claro na participação de cada convidada. Seja na mídia, na Educação Infantil, na Educação Básica, no Ensino Superior ou no parlamento, as bases que sustentam o racismo são muito sólidas. Nesse sentido, o caminho a ser percorrido para a desconstrução desta realidade ainda é longo, mas as diversas iniciativas comprovam o importante papel do movimento negro e das mulheres negras na educação antirracista e na conquista de direitos.
Práxis Educomunicativa	A práxis educomunicativa do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> se constitui a partir da intencionalidade educativa, dos temas abordados e da inversão da lógica tradicional, priorizando que a maioria das participantes sejam negras. Além disso, esse processo educomunicativo é antirracista; as discussões são realizadas com fôlego e a coletividade, contribuindo com as possibilidades de aplicação das práticas pedagógicas antirracistas nos diferentes níveis da educação formal e não formal. A transversalidade e a multidisciplinaridade estão muito presentes.
Ação Educomunicativa no P.P.S.F	Essa categoria está entrelaçada com as demais e se constitui no espaço onde a prática comunicativa acontece a partir de um processo educomunicativo antirracista na Web Rádio Santa Luzia. O Programa é um espaço coletivo, dialógico e democrático que proporciona o direito à liberdade de expressão no contexto das relações étnico-raciais. Esse processo, ao ser construído coletivamente, cria vínculos e fortalece a identidade afro-brasileira, constituindo-se enquanto referência na luta antirracista para os professores negros.

Quadro 2 – Resumo do Resultado da Análise Relacional das Categorias Elaborado na Dissertação

Fonte: elaborado pela autora com dados de Santos (2022).

A análise relacional das categorias permitiu perceber o quanto a dialogicidade permeia o processo educ comunicativo no Programa *Protagonista Sem Fronteiras*, da Web Rádio Santa Luiza, o que contribuiu para a ampliação do debate étnico-racial e, principalmente, configurou-se como uma nova proposta epistemológica nesse campo: a educomunicação antirracista.

Como afirma Soares (2017, p. 503):

A educomunicação demanda, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educ comunicativa, em condições de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condições não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas também de promover as próprias formas de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e da informação.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Programa assume uma postura educ comunicativa com seus princípios e demonstra preocupação com as minorias excluídas e marginalizadas como a população negra, seguindo as suas origens, alicerçada pelo compromisso com as causas sociais. Nesse sentido, ocupar os espaços comunicativos de forma intencional, para romper com o silenciamento imposto pelas mídias tradicionais sobre os impactos do racismo e suas consequências diretas para a população negra, é um compromisso de quem se identifica com a educomunicação.

Além disso, o direito de fala, a redução do silenciamento e a visibilidade da população negra passam, necessariamente, pela apropriação dos meios de comunicação. Neste sentido, a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (Ribeiro, 2017, p. 45).

Por isso, cabe salientar que a autora da pesquisa parte de sua realidade como mulher negra nos espaços educacionais, detendo um histórico de atuação no Movimento Negro e sindical, com experiência na comunicação alternativa e popular. Para Gomes (2017), os movimentos têm um valor epistemológico intrínseco e são produtores de um tipo específico de conhecimento. Para ela, a diferença entre o

conhecimento nascido nas lutas e o conhecimento elaborado a respeito delas é que o primeiro é um *conhecer com* e o segundo é um *conhecer sobre* (Gomes, 2017).

Isso corrobora com a conclusão deste estudo que identificou uma lacuna a ser ocupada no âmbito das pesquisas sobre educomunicação, indicando o surgimento de uma nova epistemologia: a educomunicação antirracista. No entanto, essa temática precisa ser aprofundada no campo teórico e prático, sendo uma área em desenvolvimento pela autora no doutorado iniciado em 2024.

Referências

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Cintia dos. **O programa Protagonista Sem Fronteiras como ação educacional antirracista na web rádio Santa Luzia**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4eKikY0>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. Entenda a educomunicação: Prof. Ismar fala de educomunicação para a revista Geografia. **Revista Geografia**, 25 ago. 2009. Disponível em:

<https://bit.ly/3EgonkF>. Acesso em: 13 set. 2024.

O Papel do YouTube na Educação Antirracista: Representatividade Infantil em Foco¹

Gisele da Gama Ramos²

Introdução

O crescente acesso das crianças às mídias digitais, em especial a plataformas como o YouTube, tem notoriamente transformado a forma como as identidades são moldadas e compreendidas desde a infância. Se por um lado essas plataformas oferecem conteúdos diversificados e acessíveis, por outro, carregam consigo o risco de reforçar estereótipos e narrativas racistas. Neste cenário, o debate sobre o papel das mídias na educação e na construção de identidades étnico-raciais torna-se urgente. A infância, por ser um período de formação e desenvolvimento identitário, exige uma reflexão crítica sobre os conteúdos midiáticos aos quais as crianças estão expostas, sobretudo no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais.

Este artigo parte da interseção entre mídia, educação e cotidiano escolar, com ênfase na educomunicação e nas teorias decoloniais, para explorar canais infantis com protagonistas negros, disponíveis em plataformas como o YouTube, podem contribuir para uma autoimagem afirmativa das crianças e para a promoção de uma visão mais inclusiva da sociedade. Ao adotar as abordagens de Stuart Hall, Agnes Heller e Erving Goffman sobre identidade, representação e estigmatização, o estudo propõe que as mídias digitais podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas poderosas para promover uma educação antirracista e crítica, conforme os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

¹ Trabalho apresentado no eixo 10- Educomunicação e Decolonialidades do IX Encontro Brasileiro de Educomunicação.

² Professora na Rede Municipal de Niterói, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil (gisele_gama@id.uff.br).

A Construção da Identidade Infantil na Era Digital

A infância é um período sensível em que as crianças começam a compreender seu lugar no mundo e a construir sua identidade. Esse processo ocorre em constante diálogo com as influências externas, entre as quais a mídia desempenha um papel central. Stuart Hall aborda as representações sociais na mídia, destacando como a mídia constrói e reforça estereótipos raciais e culturais. Hall, conhecido por sua teoria das representações, oferece uma lente através da qual analisamos como a mídia constrói e perpetua narrativas culturais e raciais. Ele nos ajuda a compreender como os meios de comunicação, através de imagens, linguagem e discursos, moldam as percepções e a autoimagem das crianças, influenciando suas atitudes em relação à diversidade e à diferença.

Cada imagem tem seu próprio significado específico. No entanto, em um sentido mais amplo sobre como a "diferença" e a "alteridade" são representadas em uma determinada cultura, num momento qualquer, podemos ver práticas e figuras re-presentacionais semelhantes sendo repetidas, com variações, de um texto ou local de representação para outro. Essa acumulação de significados em diferentes textos, em que uma imagem se refere a outra ou tem seu significado alterado por ser "lida" no contexto de outras imagens, chama-se intertextualidade. Todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a "diferença" é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação (Hall, 2016, p. 150).

De acordo com Stuart Hall, as mídias não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, oferecendo narrativas e representações que moldam a forma como os indivíduos, inclusive as crianças, percebem a si mesmos e os outros. No caso das crianças negras, a falta de representações afirmativas ou a presença de estereótipos racistas pode impactar negativamente sua autoimagem e percepção de valor social.

É nesse cenário que o conceito de educomunicação, como elucidado por Ismar de Oliveira Soares (2014, p.22), ganha uma relevância revitalizada, especialmente quando aplicado à promoção de uma educação antirracista.

O conceito da Educomunicação pressupõe, contudo, a autonomia epistemológica de sua ação, uma vez que busca sua sustentação não

exatamente nos parâmetros da Educação (em suas filosofias ou didáticas) ou, mesmo, da Comunicação (em suas teorias e práticas), mas na interface entre ambas (o mundo que se revela no encontro dos dois campos tradicionais). No caso, a Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. Busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária, fator de aprendizagem que amplia o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação.

A educomunicação, ao se situar na interseção entre Educação e Comunicação, oferece uma abordagem inovadora que transcende as práticas tradicionais de ambos os campos. Em vez de se apoiar exclusivamente nas metodologias estabelecidas da Educação ou nas teorias da Comunicação, a educomunicação utiliza a confluência desses dois universos para criar um modelo dinâmico e interativo. Esse modelo não apenas revisita e desafia os padrões convencionais, mas também transforma a maneira como esses padrões são aplicados e vivenciados no cotidiano escolar.

No cerne da educomunicação está a colaboração e a participação ativa de todos os envolvidos em projetos bem elaborados. Essa metodologia permite uma reavaliação do papel da comunicação desde os primeiros passos do processo educativo, promovendo uma prática solidária que enriquece o aprendizado e amplia a conscientização social e política dos alunos. A educomunicação não se limita à alfabetização tradicional; ela busca fomentar uma capacitação crítica e plena da expressão e da comunicação, fundamental para uma educação antirracista.

Desafios das Mídias Digitais e a Representação Racial

Com o advento das redes sociais e o crescimento de plataformas como o YouTube, as crianças têm cada vez mais acesso a uma vasta gama de conteúdos. No entanto, estudos indicam que grande parte desses conteúdos ainda perpetua estereótipos e preconceitos raciais, o que pode gerar impactos profundos na forma como crianças negras percebem sua identidade. Segundo Oliveira (2021), "é necessário enfrentar o racismo e os estigmas que levam as crianças negras a querer embranquecer, negando sua própria humanidade" (p. 153). Essa reflexão é essencial

para compreender o papel da mídia digital na perpetuação de desigualdades raciais e na urgência de uma intervenção educativa crítica.

A plataforma YouTube, amplamente acessada por crianças e adolescentes, pode ser um importante espaço de resistência e transformação social. O artigo destaca o papel de canais como **Bino e Fino, Nelson, o Nenê, Os Quatro e Hora do Blec**, que oferecem conteúdos educativos com protagonistas negros e que promovem uma visão afirmativa da identidade étnico-racial. Esses canais oferecem alternativas às narrativas hegemônicas e desempenham um papel relevante na formação de uma autoimagem positiva das crianças negras, ao fornecer representações que celebram a diversidade e a inclusão.

O Conceito de "Máscara Social" e a Performance da Identidade Infantil

Erving Goffman (1959), ao desenvolver a teoria da "máscara social", oferece uma perspectiva útil para compreender como as representações midiáticas influenciam o comportamento e a identidade das crianças. Para Goffman, a vida social pode ser compreendida como uma série de performances, nas quais os indivíduos ajustam seu comportamento com base nas expectativas dos outros. A mídia, nesse sentido, fornece "roteiros" para essas performances, moldando as normas e padrões de comportamento social.

No caso das crianças, as mídias digitais, como o YouTube, oferecem modelos de comportamento que são frequentemente internalizados e reproduzidos em suas interações cotidianas. Quando essas representações são limitadas ou baseadas em estereótipos, as crianças podem sentir-se pressionadas a se conformar a papéis sociais que não refletem sua realidade ou potencial. Com isso, garantir que as crianças tenham acesso a representações diversificadas e inclusivas é necessário promover uma autoimagem saudável e a capacidade de resistência a estereótipos limitantes.

Educomunicação e Decolonialidade na Educação Infantil

A intersecção entre educomunicação e decolonialidade propõe uma abordagem transformadora na educação infantil. Ao integrar práticas comunicativas

e educativas, a educomunicação permite que as crianças não sejam apenas consumidoras passivas de conteúdos midiáticos, mas que se tornem agentes críticos e criadores de suas próprias narrativas. Ao mesmo tempo, a decolonialidade nos alerta para a necessidade de desconstruir as narrativas eurocêntricas que dominam as mídias e que muitas vezes excluem ou marginalizam as vozes e experiências de crianças negras e indígenas.

Uma educação infantil que valorize a decolonialidade e a educomunicação deve oferecer às crianças oportunidades para explorar suas próprias identidades de maneira autônoma e crítica, promovendo uma visão de mundo mais inclusiva e plural. Isso envolve não apenas a mediação dos conteúdos midiáticos, mas também a criação de espaços onde as crianças possam expressar e compartilhar suas próprias culturas e histórias.

Considerações Finais

A mídia, especialmente as plataformas digitais como o YouTube, exerce uma influência significativa na formação da identidade étnico-racial das crianças. No entanto, essa influência pode ser transformada em uma força positiva através de práticas pedagógicas que promovam uma leitura crítica das representações midiáticas e incentivem a produção de conteúdos que reflitam a diversidade cultural e étnica. O uso da educomunicação e da perspectiva decolonial na educação infantil não apenas empodera as crianças a resistirem a estereótipos raciais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências:

BINO E FINO. **YouTube**, 15 de outubro de 2021. Disponível em: <<http://www.youtube.com/@binoefinoportugues4505>>. Acesso em: 19 de ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da **Educação** e do Desporto, Secretaria de **Educação** Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<[vol 1 rcnei .pdf \(mec.gov.br\)](#)>. Acesso em: ago. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Tradução: Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo, Loyola, 2007.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. **Narrativa de crianças na sociedade da imagem**. Curitiba: Appris, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1996].

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2011 [1985].

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Editora PUC. Rio de Janeiro, 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra. 4ª ed. São Paulo, 1992.

HORA DO BLEC. **YouTube**, 4 de julho de 2020. Disponível em: <<http://www.youtube.com/@HoradoBlec> >. Acesso em: 2 de ago. de 2024.

NELSON, O NENÊ. **YouTube**, 16 de maio de 2022. Disponível em: <<http://www.youtube.com/c/NelsonoNen%C3%AA> >. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

OLIVEIRA, Joana Paula dos Santos Gomes de. **Negritude e classes populares: fios e desafios do diálogo entre professora e crianças na escola pública**. 2021. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

OS QUATRO. **YouTube**, 5 de junho de 2020. Disponível em: <<http://www.youtube.com/@osquatro8819>>. Acesso em: 3 de ago. de 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. [DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26](#). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>.. Acesso em: 14 set. 2024.

Podcasters negras e indígenas do Centro-Oeste e Norte: potencial para Educomunicação

Valquíria Guimarães da Silva¹

Dione Oliveira Moura²

Ana Clara Canuto Gonçalves³

Netally Vitoria Souza Alves⁴

O rádio já tem um caminho reconhecido no campo da Educomunicação; o podcast, por outro lado, dá seus passos e tem iniciativas reconhecidas. A partir de pesquisa em fase de conclusão, lançamos a reflexão das relações possíveis entre a produção de podcasters negras e indígenas e os processos educomunicativos. A pesquisadora Heleny Méndiz Rojas, em entrevista para a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) destacou que “O potencial que o rádio representa hoje, por meio da criação de podcasts, oferece a docentes e estudantes uma oportunidade metodológica de caráter participativo (...)” (Lourenço, s.d.).

O rádio se desenvolveu e se consolidou no Brasil e no mundo, como a mídia mais popular, de maior abrangência geográfica e de público (ZUCULOTO, 2018). São vários os livros que contam a história do rádio e suas inovações, transformações,

¹ Integrante da pesquisa nacional “A História das Mulheres no Rádio Brasileiro”, sob a coordenação de Valci Zuculoto (UFSC) e Juliana Betti (UFOP). Coordenação regional Centro-Oeste/Norte de Dione Moura (UnB) e Valquíria Guimarães (UFT/UnB). Resultado de pesquisa vinculado ao Projeto As Comissões de Igualdade Racial/Cojira dos Sindicatos dos Jornalistas: perfil e atuação das jornalistas negras por meio das comissões Cojira e a feminização do jornalismo.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Professora Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

³ Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Titular e Diretora da Faculdade de Comunicação da UnB. Sócia da ABPEducom. Diretora Regional Centro-Oeste da ABEJ. Bolsista PQ2 CNPq.

⁴ Estudante de Jornalismo da Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB. Bolsista CNPq Iniciação Científica UnB.

adaptações frente às várias mudanças ao longo de seus mais de 100 anos de existência.

Especialmente, queremos trazer um constructo a partir do conceitual proposto por Yannoulas (2011) no qual considera-se ‘feminização’ uma alteração de aspecto qualitativo em um campo profissional como resultado do aumento de mulheres (quantitativo) - ‘feminilização’- em determinado campo profissional. Nesse sentido, como veremos no decorrer dos resultados de pesquisa, o podcast, no Brasil, tem um forte traço de gênero (presença de mulheres) e étnico-racial (mulheres negras e indígenas) as quais, por fim, procuraram no podcast um espaço educ comunicativo, no sentido paulofreiriano de processos educ comunicativos vocacionados para uma pedagogia libertadora.

Estamos aqui relacionando diretamente a perspectiva da pedagogia libertadora de Freire (1981). Uma pedagogia que tem como centro o sujeito (nesse nosso estudo, mulheres negras e indígenas) referenciadas em suas experiências de vida (como negras, indígenas e podcasters). E, no sentido da educação libertadora de Paulo Freire, percebemos que o trabalho destas podcasters, permite a apropriação do conhecimento, humaniza o processo educativo e, potencialmente, levam à transformação das relações sociais, em especial as relações étnico-raciais e de gênero. É esta perspectiva paulofreiriana de uma pedagogia libertadora que referência os processos educ comunicativos, como também trazem o minucioso estudo de Jackiw e Aracemiv (2021).

Assim, trazemos como lente de leitura, no presente artigo, a contribuição paulofreiriana no constructo da Educomunicação para observarmos, especificamente, o fenômeno e presença das mulheres negras e indígenas podcasters no Brasil, com recorte nas regiões Norte e Centro-Oeste. E, por fim, o quanto essa presença tem uma perspectiva libertadora, no sentido paulofreiriano, enquanto potencial para processos educ comunicativos.

É importante frisar que a história que se conta no Brasil não consegue discutir o verdadeiro papel da escravidão, principalmente quando fazemos o recorte de gênero e de raça, é especialmente sobre as mulheres negras que recai “[...] toda uma série de arranjos sociais e estruturas de opressão com raízes fincadas no período da escravidão” (Betti, 2021, p. 69). Para Bianca Santana (2019) o “racismo se faz

presente em todos os âmbitos da vida das mulheres negras, principalmente no campo do trabalho”. E não é diferente ao pensarmos no negacionismo do papel histórico da mulher indígena. Assim, termos o recorte no campo jornalístico do rádio, para traçarmos o perfil dessas mulheres negras e indígenas, é imperativo na reconstrução dessa história, buscando o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos da produção de conhecimento.

Partimos do princípio de que a Sociologia das Profissões pode ganhar em profundidade e alcance de resultados quando incorpora marcadores identitários em seus estudos, a exemplo dos marcadores étnico-raciais. E, ainda, no presente relato, acrescentemos a reflexão de que forma a educomunicação pode relacionar-se com podcasts dedicados à educação midiática e ao letramento étnico-racial, como os aqui identificados (ver Tabelas 1 e 2).

Os novos arranjos de coletivos jornalísticos assim como novos formatos, a exemplo dos podcasts, têm propiciado que novas vozes eclodam no jornalismo. Temos estudado tais fenômenos desde os anos 2000 (MOURA; COSTA, 2018; MOURA; ALMEIDA, 2019; MOURA; SANTOS, 2020). Temos identificado que os coletivos, a exemplo das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial dos Sindicatos dos Jornalistas, as COJIRAS, as comunidades quilombolas e organizações indígenas são espaços de visibilização e posicionamento das jornalistas e comunicadoras negras e indígenas.

É com este conjunto de reflexões que o presente trabalho apresenta os primeiros resultados das Podcasters negras e indígenas no Centro-Oeste e Norte do Brasil. No levantamento dos podcasts desenvolvidos por mulheres negras e indígenas, realizado entre setembro de 2023 a agosto de 2024, nas plataformas de podcast Spotify, Apple Podcast, Deezer, Google Podcast, Instagram e através do mapeamento da mídia negra no Brasil, identificamos 60 podcasts produzidos por mulheres negras e indígenas nas regiões supracitadas. No Centro-Oeste identificamos 29 podcasts: 6 no Estado do Mato Grosso, 1 no Mato Grosso do Sul, 7 em Goiás e 15 no Distrito Federal, vide Tabela 1.

Tabela 1: *Podcasts de mulheres negras e indígenas – Região Centro-Oeste*

Estado	Podcast
<i>Distrito Federal</i>	<i>Depois da Rocha</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Copiô, parente!</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Pretos no Topo</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Papeando com Ísis</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Véi Podcast</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Geração 4P</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>+50PodMais</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Mais um Podcast</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Negras Antropologia Cast</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Escute a Negritude</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Preta Pop Podcast</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Realce</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Antropologia, como faz?</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>Podcast Direitos Iguais</i>
<i>Distrito Federal</i>	<i>#eVamosdeHashtag</i>
<i>Goiás</i>	<i>Pretas, Pobres & Soberbas</i>
<i>Goiás</i>	<i>CPod</i>
<i>Goiás</i>	<i>Leia Mais Mulheres</i>
<i>Goiás</i>	<i>Podcast Negritudes</i>

Goiás	<i>De Gregas a Goianas</i>
Goiás	<i>Glossário do Bem</i>
Goiás	<i>WapariCast</i>
Mato Grosso	<i>Originárias</i>
Mato Grosso	<i>Paraskeué - Podcast para a vida</i>
Mato Grosso	<i>Boca de Siri</i>
Mato Grosso	<i>Lista Negra Pod</i>
Mato Grosso	<i>Sementes Podcast</i>
Mato Grosso	<i>Drama de Novo</i>
Mato Grosso do Sul	<i>Questão de Pele</i>

Fonte: Elaboração das autoras

Já na Região Norte, identificamos 31 podcasts produzidos por mulheres negras e indígenas: 3 no Estado do Acre, 2 no Amapá, 3 no Amazonas, 6 no Pará, 2 em Rondônia, 6 em Roraima e 9 no Tocantins, vide Tabela 2.

Tabela 2: *Podcasts de mulheres negras e indígenas – Região Norte*

Estado	Podcast
Acre	Galvez, o imperador do Acre
Acre	Hora da Floresta
Acre	Conversa MP
Amapá	Amapá nas Entrelinhas

Amapá	Na Beira do Rio
Amazonas	As Amazonas
Amazonas	Amazônia Indígena
Amazonas	Rede Wayuri – Papo de Maloca
Pará	Carta Amazônia
Pará	Wyka Kwara
Pará	Escritoras Paraenses
Pará	Mulheres do Mar
Pará	Marabá: uma história a ser contada
Para	Podcast Fala, Umarizal - Vozes Quilombolas
Rondônia	OABlack
Rondônia	AlumniCast
Roraima	Boa Bixa, Roraima
Roraima	Roraima
Roraima	CCast – UFRR
Roraima	Macuxicast
Roraima	30 minutos de Notícias
Roraima	Kunhantã - Narrativas de Mulheres Indígenas
Tocantins	Viver Mumbucar
Tocantins	Segue as Pretas

Tocantins	Mulheres na Física – Programa Alvorecer - Alvorecer Física
Tocantins	Que história é essa? O Tocantins e a Independência
Tocantins	Projetos Livres! A realidade e os desafios do encarceramento feminino no Tocantins
Tocantins	Trilha Quilombola
Tocantins	Rum Ai Ai
Tocantins	Papo de Pretas
Tocantins	Pojind – Podcast da Juventude Indígena

Fonte: Elaboração das autoras

Após o mapeamento dos podcasts, a etapa seguinte foi o contato para envio do questionário de pesquisa e posterior entrevista com as que aceitassem conceder. No Centro-Oeste dos 29 podcasts identificados, 5 não possuíam contato, enviamos 23 formulários (questionário de pesquisa), recebemos 18 respostas (17 negras e 1 indígena) e realizamos 14 entrevistas (13 negras e 1 indígena). Na região Norte, dos 31 podcasts identificados, 9 não possuíam contato, enviamos 22 formulários, recebemos 13 respostas (7 negras, 2 indígenas e 4 brancas) e realizamos 9 entrevistas (4 negras, 4 brancas e 1 indígena).

Dos 60 podcasts identificados nas Regiões Centro-Oeste e Norte, 14 não possuíam contato, 45 podcasts receberam o formulário (questionário da pesquisa), 31 responderam e 23 entrevistas foram realizadas. Do total de podcasts, 51,67% são do Norte e 48,33% do Centro-Oeste. O formulário foi enviado para 75% dos podcasts mapeados. Desses tivemos a resposta de 68,88%, e dessas respostas 74,2% aceitaram conceder a entrevista, demonstrando um alto índice de adesão, principalmente da região Centro-Oeste.

Das respostas que tivemos, 58% das participantes são da Região Centro-Oeste e 42% da região Norte. O Distrito Federal foi a localidade com maior número de podcasters, com 22,6%, seguido do Pará e Tocantins, ambos com 16,1%. Conforme gráfico 1.



Gráfico 1: De onde você é?

Fonte: dados da pesquisa

As participantes são jovens, com a maior porcentagem para a faixa etária de 25 a 29 anos, com 35,5%. E ao somarmos as faixas etárias de 20 até 29 anos, temos 48,4%. A menor faixa etária foi dos 50 a 54 anos, com apenas 3,2%, como mostra o gráfico 2.

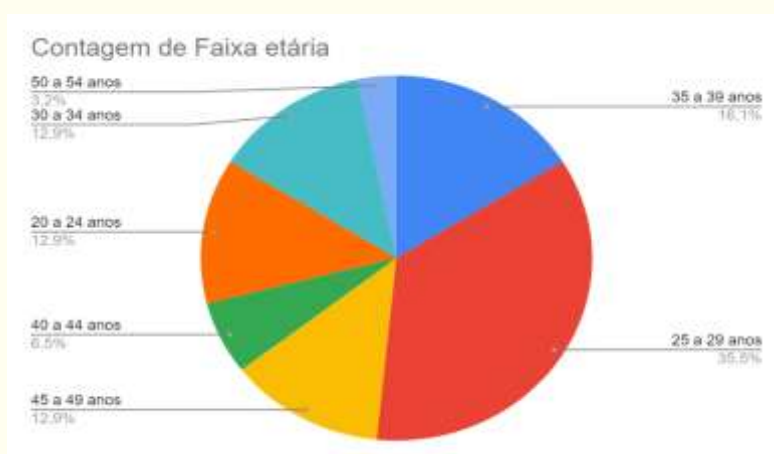


Gráfico 2: Faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos podcasts ainda está ativo, 65,5% (Gráfico 3). Embora algumas entrevistadas tenham dito que marcaram que está ativo porque pretendem continuar a produção de novos episódios, mas que no momento não estão desenvolvendo.

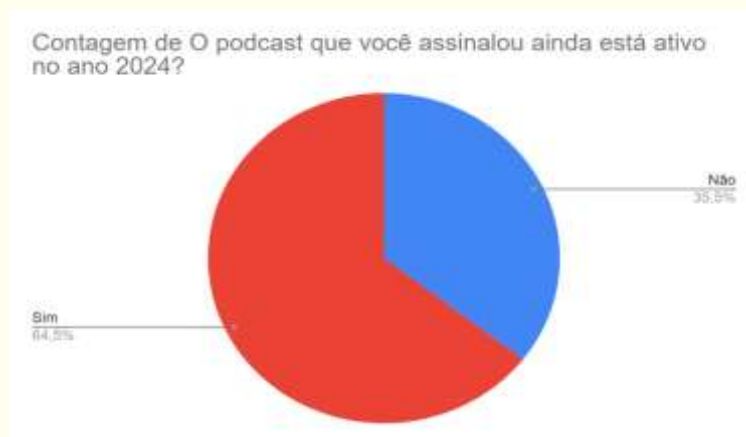


Gráfico 3: O podcast que você assinalou ainda está ativo no ano de 2024?

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria das podcasters se identificou com comunicadora negra (preta ou parda), 67,7%. Também tivemos 6,5% que se identificou como comunicadora negra quilombola (preta ou parda), e ainda 3,2% como jornalista negra amazônica, totalizando 77,4% de mulheres negras. Apenas 9,7% se identificaram como comunicadora indígena. E ainda 12,9% de mulheres brancas, ver gráfico 4.

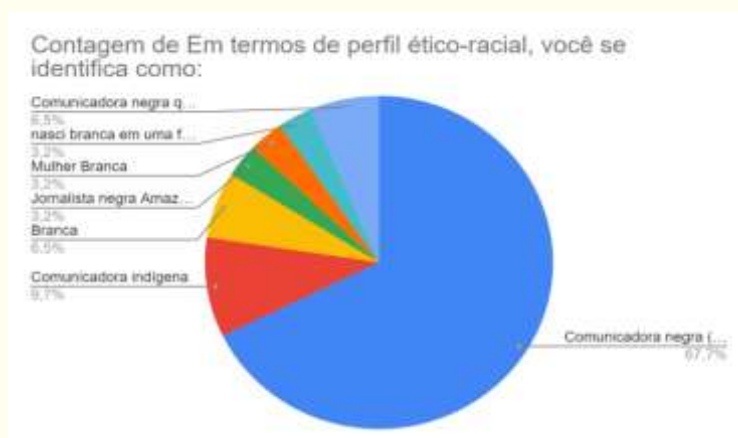


Gráfico 4: Em termos de perfil étnico-racial, você se identifica como

Fonte: Dados de pesquisa

Este resultado aponta, inicialmente, a utilização do podcast como um espaço acessível e campo de fala dessas mulheres. Demonstra uma oportunidade de discussão da pauta de gênero, da pauta racial e suas intersecções. Entendemos como Aline Hack (2023, pp.10/11) “[...] que o podcast é um lugar político e emancipatório, no qual podemos falar livremente daquilo que acreditamos. [...] para transformar realidades a partir de uma mídia que acolhe tantas pessoas por meio dos fones de ouvido”. Sobretudo, se observamos as discussões dos podcasters com temáticas negras e indígenas das Regiões Centro-Oeste e Norte (vide Tabelas 1 e 2), percebemos uma alta sincronia dos podcasters com a perspectiva da educação midiática (combate à desinformação) e do letramento étnico-racial (o que é a questão étnico-racial e quais as melhores formas de abordar tal questão).

Dos 60 podcasts mapeados pela pesquisa, 36 (o que corresponde a 60%) são voltados para questões de formação cidadã, educação, étnico-racial etc, logo para uma perspectiva libertadora, desde a visão paulofreiriana aqui referida. E mesmo os que não são específicos no seu conceito como voltados para essa educação cidadã, nas entrevistas percebemos que há essa preocupação das podcasters em usar o espaço, como um lugar de fala, trazer para a cena as discussões que muitas vezes não são pautadas pela mídia tradicional. E do total de podcasts que estão na pesquisa, temos 25% deles voltados exclusivamente para as discussões étnico-racial e de gênero, como por exemplo **Depois da Roda**, um podcast do Distrito Federal, que busca dar mais espaços às vozes negras, com episódios que falam desde negritude, branquitude e educação até capacitismo e pautas sociais atuais. Temos o **Negritudes**, podcast de Goiás, que nasceu da necessidade de se falar sobre assuntos que perpassam o cotidiano dos negros e negras e suas particularidades. Tem como objetivo debater as diferentes faces do racismo estrutural, presentes na tecnologia e na comunicação. Podemos citar, também, o **Papo de Pretas**, podcast do Tocantins, que debate sobre o papel da mulher na sociedade e como elas conquistaram os seus direitos, numa perspectiva dos Direitos Humanos. E ainda o **Kunhantã**, um podcast de Roraima, que traz as narrativas de mulheres indígenas. A cada episódio, uma

mulher indígena é convidada para um bate-papo sobre a luta das mulheres indígenas, suas vivências, carreiras, experiências, preconceitos e superações.

Os podcasters, assim, demonstram um grande potencial como elementos que podem ser integrados em processos educacionais - em grupos, coletivos, trabalhos comunitários e de educação popular (Freire, 1992), integrados à perspectiva de Paulo Freire (1981) da pedagogia libertadora, centrada no sujeito e em sua experiência, permitindo a apropriação do conhecimento, humanizando o processo educativo e levando à transformação das relações sociais. “A educação é um processo fundamental para ajudar os sujeitos a promoverem o processo de mudanças em suas vidas, e deve se iniciar pela experiência que o sujeito tem de sua situação em seu ‘contexto real’” (Silva, 2004, p.27). Efetivamente, vários dos podcasts aqui estudados já são partícipes de processos educacionais, com uma lente de pedagogia libertadora no contexto da alfabetização midiática (Freire; Guimarães, 2022). Uma pedagogia libertadora da misoginia, sexismo e discriminações étnico-raciais, em coletivos de mulheres negras e indígenas nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Referências

- BETTI, Juliana Cristina Gobbi. **Informação crítico-emancipatória com perspectiva de gênero**: os direitos das mulheres em programas radiofônicos femininos. Florianópolis – SC, 2021. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 292p.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia** - Novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2022.
- HACK, Aline. Apresentação. In HACK, Aline (Org). **Feminismos e podcasts**. São Paulo, Blimunda, 2023.

JACKIW, Elizandra; HARCEMIV, Sônia Maria Chaves. Educomunicação e alfabetização midiática: diálogos freirianos na América Latina. **Práxis Educativa**, vol. 16, outubro, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16614>

LOURENÇO, Lucas. “**A educomunicação permite ter um pensamento crítico e contribui para formar uma cidadania ativa e participativa na sociedade**” [Entrevista com Heleny Méndiz Rojas]. Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ), s.d.

MOURA, Dione O. COSTA, Halana. Moreira Ramos. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica. (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 193-207.

MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara. Ancestralidade, Interseccionalidade, Feminismo Afrolatinoamericano e Outras Memórias sobre Lélia Gonzalez. **Revista Arquivos do CDM**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019.

MOURA, Dione Oliveira, SANTOS, Elen Cristina Ramos dos. O encontro da Vigilância Comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez. In: MOREIRA, Marcos; SANTOS, Ivair Augusto dos. (org.). **As estruturas dissimuladas do racismo**: história, memórias e resistências. 1. ed. Porto Alegre: Nova Praxis Editorial, 2020. p. 167-189.

SANTANA, Bianca (Org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras**: do século XVIII à primeira década do século XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SILVA, Valquíria Guimarães da. **Pedagogia da Submissão nas Relações de Gênero**: um olhar sobre sexualidade, corpo e saúde entre mulheres de uma comunidade do município de Cabedelo-PB. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2004.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Feminização ou femilização**. Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, jul./dez 11(22), 271-292, 2011.